



Departamento de História Moderna e Contemporânea

História das tipologias arquitetónicas de edifícios correntes  
de habitação, construídos na cidade de Lisboa desde o início do  
século XVIII até à década de 1930

Maria Clara Bracinha Vieira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em História Moderna e contemporânea

Orientadora:

Doutora Magda de Avelar Pinheiro, Professora Catedrática do Departamento de  
História do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2018

Departamento de História Moderna e Contemporânea

História das tipologias arquitetónicas de edifícios correntes  
de habitação, construídos na cidade de Lisboa desde o início do  
século XVIII até à década de 1930

Maria Clara Bracinha Vieira

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de  
Doutor em História Moderna e Contemporânea

Júri:

Doutor José Manuel da Cruz Fernandes, Professor Catedrático, FAUL  
Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa, Professor Associado, FAUL  
Doutor Hélder Carita Silvestre, Investigador, IHA-UNL  
Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar, ISCTE-IUL  
Doutora Magda de Avelar Pinheiro, Professora Catedrática, ISCTE-IUL  
Presidente do júri, por delegação:  
Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Associado com Agregação, ISCTE-IUL

Dezembro 2018



IUL School of Sociology and Public Policy (ESPP)

Department of History

History of the architectural typology of ordinary residential  
buildings, built in the city of Lisbon, since the beginnings of the  
18<sup>th</sup> century until the 1930s

Maria Clara Bracinha Vieira

Thesis specially presented for the fulfillment of the degree of  
Doctor in Modern and Contemporary History

Jury:

Doctor José Manuel da Cruz Fernandes, professor, FAUL

Doctor José Manuel Aguiar Portela da Costa, professor, FAUL

Doctor Hélder Carita Silvestre, researcher, FCT

Doctor Maria João Vaz, assistant professor, ISCTE-IUL

Doctor Magda de Avelar Pinheiro, professor, ISCTE-IUL

President of the jury:

Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Associado com Agregação, ISCTE-IUL

December, 2018

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Doutora Magda Pinheiro, orientadora desta tese, pelos incentivos na prossecução deste trabalho e pelo apoio científico prestado.

À arquiteta Maria Cristina Alves Pereira e ao doutor Carlos Inácio, pela cedência de algumas fotografias.

À Mariana, pelo apoio nas traduções.

Ao João, pela ajuda no campo da informática e pela execução de algumas fotografias.

Ao Raul, pela revisão do texto.

## RESUMO

Os edifícios habitacionais da cidade de Lisboa sofreram, ao longo dos tempos, alterações, demolindo-se uns e edificando-se outros diferentes, segundo novos padrões e novas regras, ora resultantes de más experiências como as catástrofes naturais, que levaram à correção dos traçados e à alteração dos processos construtivos, ora pelo advento de novos paradigmas arquitetónicos e estéticos, vindos de outras culturas e rapidamente assimilados.

Nesta tese, foram analisadas as tipologias dos edifícios de arquitetura corrente, habitacional, construídos desde inícios de século dezoito até finais dos anos vinte do século vinte, momento em que se generaliza o uso do betão nas estruturas, substituindo definitivamente a madeira.

Para tal, foi feito um levantamento das zonas edificadas em cada época, e analisados os prédios nas suas várias componentes, verificando o que neles se assemelha e o que diverge, e, desta forma, estabelecendo as principais características, desde a configuração e áreas do talhões, à disposição interior dos elementos edificados como as áreas e a compartimentação dos espaços, os materiais que os constituem, os processos construtivos, as volumetrias, os desenhos das fachadas, e os elementos decorativos.

Às alterações introduzidas no processo de edificação está associado um processo legislativo que ora enquadra, à posteriori, as modas resultantes da vontade popular, ora determina preceitos julgados necessários pelos eruditos e impostos coercivamente. Assim, foi reunida alguma da legislação de enquadramento da edificação que, em diversos momentos, contribuiu para as alterações tipológicas.

Questão também abordada foi a de conhecer a origem dos modelos, saber de onde vieram e como foram implantados em Lisboa, bem como onde eram produzidos os vários elementos que constituíram os prédios, desde os materiais do “tosco” como a pedra, a madeira, as alvenarias, até aos materiais de acabamento como os gradeamentos artísticos em ferro, os azulejos, os estuques, a cantaria lavrada, e, de que forma a construção de edifícios de habitação contribuiu para a economia da cidade.

Conhecidas as tipologias, foi avaliada a qualidade do modo de habitar da população da capital durante esses duzentos e trinta anos, a área média de que cada família dispunha segundo a sua posição na pirâmide social, a maneira como os habitantes se apropriaram do espaço por vezes muito reduzido de que dispunham, e detetados os principais problemas referidos em cada época bem como a forma encontrada para os contornar.

Finalmente, foi comparada a qualidade dos espaços habitacionais nos vários períodos, procurando uma evolução nas melhorias do habitat, nem sempre conseguidas por todos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tipologias arquitetónicas. Edifícios de Lisboa. História da habitação em Lisboa.

## ABSTRACT

Residential buildings in Lisbon suffered several changes through time. Some were demolished while new ones were raised, following new standards and new rules. This change was sometimes the result of negative experiences, such as natural catastrophes, and it led to the correction of architectural layouts, as well as to changing building procedures. Other times, the change was due to the advent of new architectonic and aesthetic paradigms coming from other cultures and swiftly assimilated.

In this thesis, we have analysed the typology of ordinary residential buildings between the beginnings of the 18th century and the 1920s, before the use of concrete in structures was generalised, replacing wood definitively.

To achieve this, we have surveyed the building zones from each period, and analysed the edifices in their various components, taking into account what they have in common and the aspects in which they differ. We have thus established their main characteristics, from the layout and area of the plots to the interior disposition of the building elements; from the area and compartmentalisation of the spaces to the materials that constitute them. We have also examined the constructive processes, the volumetry, the designing of the façades, and the decorative elements.

A legislative procedure is connected to the alterations introduced in the process of edification. On the one hand, this legislative procedure frames, a posteriori, the trends resulting from popular demand; on the other hand, it imposes the precepts deemed necessary by the scholars, often coercively. Therefore, we have gathered some legislative framework for edification that, at different moments, has contributed to the relevant typological alterations.

Another question addressed here was the origin of the models, learning where they came from and how they were implemented in Lisbon. This included where the various elements constituting each building were produced, from the “basics”, such as stone, wood, or masonry, to the finishing materials, such as the artistic iron railings, the “azulejo” (tiles), the stucco, and the stone tapestries. Finally, the extent to which the building of residential buildings contributed to the city’s economy was determined.

Once the typologies were researched, the quality of living of each edifice in the capital throughout those 230 years was evaluated, taking into account the average area at the disposal of each family according to the social pyramid and the ways in which the inhabitants appropriated the often very small space available to them. The major problems referred to in each era, as well as the solutions found for each of them, were also identified. Finally, the quality of residential spaces from different periods was compared, looking for an improvement in the habitat (which was not always achieved by everyone).

**KEY-WORDS:** Architectonic typologies. Buildings in Lisbon. History of housing in Lisbon.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO – Palavras-chave.	II
ABSTRACT – Keywords.	III
ÍNDICE	IV
ÍNDICE DE QUADROS	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	VI
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	XIV
GLOSSÁRIO DE ARQUITETURA E URBANISMO	XV

## CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

<b>CAPÍTULO 2 - OS EDIFÍCIOS HABITACIONAIS QUE ANTECEDERAM O PERÍODO EM ESTUDO.</b>	8
2.1. Tipologias das casas medievais.	8
2.2. Os novos modelos arquitetónicos do urbanismo manuelino.	20
2.3. As grandes unidades habitacionais dos séculos dezasseis e dezassete.	27
2.4. Síntese.	40

<b>CAPÍTULO III - TIPOLOGIAS ARQUITETÓNICAS DOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO CONSTRUÍDOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO DEZOITO.</b>	42
3.1. As casas da classe média, construídas nas zonas de expansão da cidade.	42
3.1.1. As casas da Calçada de Santo André.	45
3.1.2. A urbanização do Largo de Santa Bárbara.	51
3.1.3. Os edifícios em banda, da rua dos Lagares.	55
3.1.4. As casas edificadas na Rua de São Bento.	59
3.1.5. Características arquitetónicas comuns aos imóveis habitacionais localizados em São Bento, em Arroios, no Passo do Benfornoso, nas Olarias e na Calçada de Santo André.	66
3.1.6. Materiais de construção.	72
3.2. Síntese.	76

<b>CAPÍTULO IV – OS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO CONSTRUÍDOS DE 1755 A 1780.</b>	78
4.1. Os efeitos do sismo de 1755 e a destruição da cidade.	78
4.2. A reconstrução.	81
4.2.1. Os bairros da Fábrica das Sedas.	87
4.2.2. A urbanização da zona da Lapa.	94
4.2.3. A urbanização da Baixa.	106
4.2.4. Metodologia seguida para o estudo dos edifícios da freguesia de São Nicolau.	110
4.2.5. Ritmos de construção, configuração dos chãos e propriedade.	112
4.2.6. Dimensões e configuração das parcelas.	119
4.2.7. Os proprietários.	124
4.2.8. As características arquitetónicas dos prédios pombalinos da Baixa.	126
4.2.9. O processo construtivo.	132

4.2.10. Os paramentos exteriores e a cor das fachadas da Baixa.	139
4.2.11. Portas, janelas e ferragens decorativas.	140
4.2.12. A organização interior dos edifícios pombalinos.	148
4.2.13. Materiais de acabamento e elementos decorativos em interiores.	160
4.3. Síntese.	168

## **CAPÍTULO V – OS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO CONSTRUÍDOS DE 1780 A 1830.**

5.1. Ritmos de construção na Baixa.	171
5.2. Alterações nos elementos das fachadas.	172
5.3. Organização interior dos fogos.	185
5.4. Descrição de um edifício da década de 1810.	190
5.5. Azulejos e estuques decorativos neoclássicos.	196
5.6. Os materiais de construção.	208
5.7. Síntese.	212

## **CAPÍTULO VI – OS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO CONSTRUÍDOS DE 1830 A 1870.**

6.1. Situação da habitação em Lisboa, depois da guerra civil.	214
6.2. Volumetrias e fachadas.	217
6.3. Organização interior dos fogos de rendimento.	226
6.4. As moradias unifamiliares.	233
6.5. Elementos estruturais e materiais de construção.	237
6.6. Os azulejos de revestimento de fachadas.	238
6.7. Os gradeamentos em ferro.	243
6.8. As portas de rua e as caixilharias das janelas.	246
6.9. Os tetos e as paredes interiores.	248
6.10. Os revestimentos de pavimento.	251
6.11. Encanamentos de águas e esgotos.	253
6.12. Síntese.	256

## **CAPÍTULO VII – OS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO CONSTRUÍDOS DE 1870 A 1900.**

7.1. A urbanização da Estefânia.	259
7.1.1. O loteamento dos jardins e horta dos Manoel de Vilhena.	261
7.1.2. O Bairro Açores.	265
7.1.3. Os palacetes.	267
7.2. As urbanizações de Campo de Ourique, do bairro Camões, do Casal do Rolão, da Avenida da Liberdade e do bairro Barata Salgueiro.	273
7.3. Os prédios de rendimento	279
7.3.1. Volumetrias.	283
7.3.2. Organização das fachadas.	290
7.3.3. Os elementos decorativos aplicados nas fachadas.	295
7.3.4. As caixas de escada.	304
7.3.5. A organização do espaço interior dos fogos.	307
7.4. As habitações operárias.	319
7.5. Modos de habitar.	327
7.6. Materiais e tipologias de construção.	330
7.7. Síntese.	337

<b>CAPÍTULO VIII – OS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO CONSTRUÍDOS DE 1900 A 1930.</b>	340
8.1. A urbanização das Avenidas Novas	340
8.1.1. Os palacetes.	346
8.1.2. As moradias unifamiliares de tipo 2.	357
8.1.3. Os prédios de rendimento nas Avenidas Novas.	361
8.2. As habitações populares, nas primeiras décadas de século vinte.	380
8.3. Os elementos arquitetónicos e os materiais de construção.	395
8.4. Síntese.	413
<b>CAPÍTULO IX – CONCLUSÃO</b>	416
<b>X - FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	439
10.1. Fontes arquivísticas.	439
10.1.1. Arquivo Municipal de Lisboa	439
10.1.2. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Conjunto Documental da Décima da Cidade de Lisboa.	445
10.1.3. Museu Nacional de Arte Antiga.	445
10.1.4. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém.	445
10.2. Fontes Publicadas.	446
10.2.1. Imprensa	448
10.2.2. Cartografia.	449
10.3. Bibliografia	450
<b>INDICE DE QUADROS</b>	
Quadro 1 - Número de pisos no troço superior da calçada de Santo André, em 1762.	46
Quadro 2 - Número de pisos no troço inferior da Calçada de Santo André, em 1762.	46
Quadro 3 - Ritmo de construção na rua das Trinas, de 1762 a 1780.	97
Quadro 4 - Ritmo de construção na freguesia de São Nicolau, entre 1762 e 1834.	115
Quadro 5 - Largura das fachadas em MVV de 1762 a 1834.	122
Quadro 6 - Tipologias de varandas de 1760 a 1779.	147
Quadro 7 - Tipologias de escadas de 1760 a 1779.	149
Quadro 8 - Tipologias dos átrios de 1760 a 1779.	150
Quadro 9 - Tipologias de guarda-corpos em escadas de 1760 a 1779.	154
Quadro 10 - Tipologias de fogos habitacionais de 1760 a 1770.	156
Quadro 11 - Tipologias das varandas de 1780 a 1819.	174
Quadro 12 - Tipologias dos átrios dos edifícios da Baixa.	183
Quadro 13 - Tipologias de fogos na Baixa, 1780-1790.	186
Quadro 14 - Localização das chaminés nos fogos.	194
Quadro 15 - Os temas mais frequentes nos azulejos.	207
Quadro 16 - Evolução da habitação em Lisboa ao longo do século dezanove.	216
Quadro 17 - Características das operações urbanísticas. Décadas 1840-1860.	219
Quadro 18 - Áreas médias dos talhões edificados de 1870 a 1899.	281
Quadro 19 - Características volumétricas de edifícios entre 1870 e 1899.	284
Quadro 20 - Número de pisos e de módulos verticais de vãos de 1870 a 1899.	286
Quadro 21 - Elementos característicos das fachadas principais entre 1870 e 1899.	291
Quadro 22 - Tipologias das cimalthas e últimos pisos, entre 1870 e 1899.	293
Quadro 23 - Fachadas revestidas de azulejo, edificadas de 1870 a 1899.	298
Quadro 24 - Tipologias das caixas de escada. Décadas de 1870, 1880 e 1890.	305

Quadro 25 - Número de fogos por piso.	307
Quadro 26 - Localização dos blocos de chaminés.	308
Quadro 27 - Compartimentação do espaço e equipamento sanitário.	310
Quadro 28 - Ritmo de construção nas Avenidas Novas entre 1900 e 1929.	340
Quadro 29 - Volumetria dos edifícios projetados para as Avenidas Novas.	344
Quadro 30 - Áreas dos prédios das Avenidas Novas, de 1900 a 1929.	345
Quadro 31 - Características exteriores dos prédios edificadas entre 1900 e 1920.	362
Quadro 32 - Salubridade dos fogos habitacionais de 1900 a 1929.	372
Quadro 33 - Portas e guarda-corpos em ferro de 1900 a 1929.	407
Quadro 34 - Edifícios onde a caixa de elevador figura em projeto (1900-1929).	411

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Paredes de fachada em ressaltos, na Rua do Espírito Santo ao Castelo, 30-32.	9
Figura 2 - Planta de localização dos prédios da Rua da Guia 1-7, Rua da Mouraria 80-82, Rua da Mouraria 82-90; Rua do Benfornoso 101-103.	9
Figura 3 - Planta de localização dos prédios: Beco da Achada 2-2B; Rua das Farinhas 25-27.	10
Figura 4 - Rua das Farinhas 25, fotografia da fachada e plantas dos pisos.	15
Figura 5 - Largo do Convento da Encarnação n.º 1.	16
Figura 6 - Rua Nova.	17
Figura 7 - Capitel da arcada do Hospital de Todos os Santos.	17
Figura 8 - Rua Nova dos Mercadores - 'Lisbon, The Rua Nova dos Mercadores'.	18
Figura 9 - Quarteirões em dente de serra, na Mouraria.	20
Figura 10 - Rua da Atalaia 186-186A.	23
Figura 11 - Planta dos pisos da rua dos Mouros 27-29.	25
Figura 12 - Rua das Flores de S.ta Cruz 33-35.	25
Figura 13 - Calçada de Santo André, em 1650.	28
Figura 14 - Calçada de Santo André em 1761.	28
Figura 15 - Arco de S.to André e, à direita, o Palácio Figueira.	29
Figura 16 - Palácio Figueira, fachada poente.	30
Figura 17 - Palácio Figueira, Planta do 4.º piso.	30
Figura 18 - Palácio Trofa, piso 1.	33
Figura 19 - Palácio Trofa, fogos do piso 2.	33
Figura 20 - Palácio Figueira, fogos destinados às classes populares.	35
Figura 21 - Beco dos Lagares na planta de 1650.	36
Figura 22 - Beco dos Lagares em 1995.	36
Figura 23 - Passadiço coberto.	39
Figura 24 - Planta do piso 2, do conjunto da travessa dos Lagares.	39
Figura 25 - Planta de localização dos prédios: Palácio Figueira; Calçada de S.to André 2-14; Calçada de Santo André 35-41ª; Calçada de Santo André 44-48; Calçada de Santo André 89-93; Travessa dos Lagares 1-23; Rua dos Lagares 42-46; Rua dos Lagares 54-60; Rua dos Lagares 31-43.	42
Figura 26 - Pedra foreira na Calçada de Santo André 44-48.	49
Figura 27 - Plantas dos andares do prédio da Calçada de Santo André 44-48.	50
Figura 28 - Largo de Sta. Bárbara, 10-10D e 11-11D.	52
Figura 29 - Pedra foreira com data de 1747.	52
Figura 30 - Prédios na rua de Arroios, entre os anos 1898 e 1908.	53
Figura 31 - Rua dos Lagares 43-45, fachada.	55



Figura 32 - Rua dos Lagares 43-45, alçado e planta do 1.º andar.	56
Figura 33 - Calçada de St. ° André 35-41A, fotografia de 1967.	57
Figura 34 - Calçada de St. ° André 89-93, fotografia, planta do andar, e empena.	58
Figura 35 - Planta de localização dos prédios: Rua de S. Bento 62-64; Rua de S. Bento 66; Rua de S. Bento 68-70; Rua de S. Bento 72-74; Calçada da Estrela 128-136 e rua de São Bento 80; Rua de S. Bento 134-138; Rua de S. Bento 296-300; Rua de S. Bento 362-366; Rua de S. Bento 368-372; Rua de S. Bento 374-378; Rua de São Bento 384-388; Rua de S. Bento 406-410; Rua de S. Bento 412-416; Rua de S. Bento 418-430; Rua de S. Bento 247-249; Rua de S. Bento 524-530 e Rua do Arco a São Mamede 1-3A.	61
Figura 36 - Rua de São Bento 86-90.	63
Figura 37 - Planta do edifício da Rua de São Bento 418-430.	65
Figura 38 - Disposição do lambaz no arco de ressalva para a construção do óculo de arejamento da caixa de escada, na fachada do prédio do largo de Santa Bárbara 11.	74
Figura 39 - Barraca que existiu na Rua da Madalena 80 e travessa das Pedras Negras.	83
Figura 40 - Rua Maestro Pedro de Freitas Branco, 1.	89
Figura 41 - Fachada e plantas das casas de tecelões na rua Maestro Pedro de Freitas Branco.	91
Figura 42 - Praça das Amoreiras 27, alçado principal e plantas dos pisos.	92
Figura 43 - Planta da urbanização da Lapa, em 1780.	96
Figura 44 - Rua dos Remédios à Lapa 10. Alçado principal e alçado posterior.	99
Figura 45 - Rua de São João da Mata 159-165.	100
Figura 46 - Rua de São João da Mata 165-167.	100
Figura 47 - Plantas edifício sito na rua dos Remédios à Lapa 10.	101
Figura 48 - Rua de São João da Mata 41-45.	102
Figura 49 - Rua de São João da Mata, 121-125. Fachada, e planta do 1.º D.	104
Figura 50 - “Prospecto” para edificação na rua de São João dos Bem-casados.	105
Figura 51 - Proposta de datação dos prédios da freguesia de São Nicolau	114
Figura 52 - Rua dos Sapateiros 130-134; Rua da Assunção.	116
Figura 53 - Projetos de acrescento de pisos na Rua dos Douradores.	117
Figura 54 - Vista aérea do saguão no quarteirão 48.001.11.	120
Figura 55 - Prospetos das frontarias que hão de ter as ruas principais.	121
Figura 56 - Dois chãos com caixa de escada comum.	123
Figura 57 - Vãos do piso térreo das dependências da igreja de São Julião.	129
Figura 58 - Elevação de casas na Rua dos Ourives, segundo quartel do século XVIII.	130
Figura 59 - As três fachadas do prédio dos Almada, em 1959.	131
Figura 60 - Pormenores dos vãos do prédio dos Almada.	131
Figura 61 - Paredes em perpianho na loja de um edifício da praça da Figueira.	133
Figura 62 - Abóbadas na rua de Sto. António da Sé, 12-20.	134
Figura 63 - Rua Áurea, 219-241. Edifício onde houve três pisos abobadados.	134
Figura 64 - Rua dos Sapateiros 72-80. Loja.	135
Figura 65 - Rua Ivens 21-33. Parede de empena.	135
Figura 66 - Frontal paralelo à fachada.	136
Figura 67 - Frontal perpendicular à fachada.	136
Figura 68 - Janelas de trapeira em telhados.	137
Figura 69 - Telhado de águas sobrepostas.	137
Figura 70 - Cimalha arruinada num prédio da Baixa.	137

Figura 71 - Elementos estruturais de uma janela de trapeira, pombalina.	138
Figura 72 - Portadas com veda-luzes.	140
Figura 73 - Tranca de espanholeta.	140
Figura 74 - Janela de corrediça.	141
Figura 75 - Reixa numa janela de guilhotina.	141
Figura 76 - Pormenores da face interior de uma porta de rua de tipologia pombalina.	142
Figura 77 - Portas de rua de tipologia pombalina, na Baixa.	143
Figura 78 - Espelhos de fechaduras e argolas de batente.	144
Figura 79 - Projeto de guarda-corpos para a Baixa e os executados 1760 a 1780.	144
Figura 80 - Pormenor de arco simples em cantaria, da década de 1770.	151
Figura 81 - Arcos duplos, em cantaria lavrada.	152
Figura 82 - Escadas de dois pisos, sem bomba.	153
Figura 83 - Remate de guarda-corpo.	153
Figura 84 - Sineta existente no átrio da rua dos Fanqueiros 182-200.	155
Figura 85 - Planta do prédio situado na Rua do Carmo 1-7.	157
Figura 86 - Chaminés de verga curva e de verga reta com curvatura nos ângulos.	158
Figura 87 - Reaproveitamento de azulejos.	162
Figura 88 - Azulejos pombalinos, de temática rococó.	163
Figura 89 - Painéis de albarradas na rua de São Julião 136.	164
Figura 90 - Azulejos de padrão flor-de-lis sobre rodapé de azulejos de pedra-torta.	164
Figura 91 - Azulejos de padrão de flor e estrela, na praça Dom Pedro IV, 1-3.	165
Figura 92 - Azulejos de flor e estrela, ligadas por laços e envolvidas em concheados.	165
Figura 93 - Lambрил de azulejos de cercadura, marmoreados e com faixa de bolas.	166
Figura 94 - Rodapés marmoreados e cercadura de folhas de acanto.	166
Figura 95 - Variantes do padrão flor e estrela com cercadura de acantos.	167
Figura 96 - Figura de convite. Rua Nova do Almada 47-57.	167
Figura 97 - Registos de santos protetores.	168
Figura 98 - Portais das décadas de 1790 e de 1810.	173
Figura 99 - Varandas nas duas fachadas, no primeiro andar e no segundo andar.	174
Figura 100 - Grade. Praça do Município 20-24.	175
Figura 101 - Grade. Rua Nova do Almada 20-28.	175
Figura 102 - Grade de ferro forjado, com pequenos elementos de ferro fundido.	175
Figura 103 - Grade. R. dos Fanqueiros 156.	177
Figura 104 - Grade. Rua dos Fanqueiros 170-178.	177
Figura 105 - Grade. Rua dos Douradores 120-126.	177
Figura 106 - Grade. Rua dos Sapateiros 125.	177
Figura 107 - Trapeirões acima de um 4.º andar.	177
Figura 108 - Fotografia aérea de coberturas com trapeirões.	178
Figura 109 - Caixas de escadas assentes em prumos de madeira.	180
Figura 110 - Escada de bomba estreita, rua dos Sapadores 155-163, década de 1790.	180
Figura 111 - Escada de bomba larga com corrimão em pescoço de cavalo.	181
Figura 112 - Escada de três lanços por piso, em cantaria.	181
Figura 113 - Peças em cantaria, de fixação das guardas de escada, dos anos 1780.	182
Figura 114 - Poços de cantaria existente nos átrios.	184
Figura 115 - Edifício construído na década de 1790. Planta de um andar.	186
Figura 116 - Edifício construído entre 1810 e 1815. Planta do 2.º andar.	187
Figura 117 - Vários tipos de chaminés de cozinha.	193

Figura 118 - Azulejos de padrão com grandes flores polícromas.	197
Figura 119 - Azulejos de lambril do tipo “sombra chinesa”.	197
Figura 120 - Azulejos padronados, polícromos, da década de 1800.	198
Figura 121 - Azulejos de desenho apoiado, formando malhas quadriculadas.	198
Figura 122 - Representação de faixas reproduzindo o brilho de acetinados.	199
Figura 123 - Silhares de azulejos reproduzindo os desenhos dos gradeamentos das escadas.	199
Figura 124 - Azulejos neoclássicos representando instrumentos musicais.	200
Figura 125 - Azulejos neoclássicos numa sala.	201
Figura 126 - Azulejos neoclássicos, tendo por tema o amor.	202
Figura 127- Pinturas neoclássicas em paredes e tetos.	202
Figura 128 - Pintura sobre estuque representando ramos de flores.	203
Figura 129 - Pintura sobre estuque representando ornatos de flores geometrizadas.	204
Figura 130 - Fragmento de uma pintura sobre estuque, num teto neoclássico.	204
Figura 131 - Pormenor de teto em estuque decorativo com temática neoclássica.	205
Figura 132 - Registo de azulejos da década 1790.	206
Figura 133 - Azulejos de santos protetores, anos 1799/1800.	206
Figura 134 - Registo de azulejo em edifício de 1820. Pormenor de S. Caetano.	206
Figura 135 - Prédio ampliado com mais quatro andares em 1849.	223
Figura 136 - Alçado datado de 1855 e estado da fachada em 2004.	224
Figura 137 - Guarda de varanda de 1849.	224
Figura 138 - Similitudes entre vãos de um edifício de 1861 e outro de 1853.	225
Figura 139 - Planta do 1.º andar do prédio da rua dos Correeiros 161-169.	226
Figura 140 - Rua dos Fanqueiros 286, planta do 2.º andar.	227
Figura 141 - Rua de São Paulo 113-129. Planta dos pisos e alçado.	228
Figura 142 - Rua dos Correeiros 49-59, planta do 4.º andar e alçado de 1851.	229
Figura 143 - Calçada da Mouraria 13. Planta do 2.º andar.	230
Figura 144 - Antiga Rua do Quelhas 89. Alçado e planta de 1867.	231
Figura 145 - Rua do Possolo 41. Alçado de 1851.	234
Figura 146 - Rua do Possolo 41. Estado atual.	234
Figura 147 - Rua do Possolo 41. Planta do piso 1.	235
Figura 148 - Largo do Intendente 43-47. Planta e alçado datado de 1861.	236
Figura 149 - Azulejos representando fitas, na rua da Madalena 68.	239
Figura 150 - Rua da Madalena 72.	239
Figura 151 - Padrões do catálogo Minton de 1850, 1865 e 1880.	241
Figura 152 - Padrões de azulejos aplicados nas fachadas de Lisboa de 1860 a 1880.	241
Figura 153 - Gradeamentos de varandas na travessa datados de 1848, 1852 e 1851.	244
Figura 154 - Rua do Comércio 28.	245
Figura 155 - Travessa das Pedras Negras 4-20.	245
Figura 156 - Rua Dom Antão de Almada 3.	245
Figura 157 - Travessa dos Remolares 28.	245
Figura 158 - Rua dos Correeiros 120.	245
Figura 159 - Largo do Intendente Pina Manique 45.	245
Figura 160 - Portas dos edifícios de meados do século XIX.	247
Figura 161 - 1852. Escudete na rua das Trinas 67.	248
Figura 162 - 1861. Calçada da Estrela 217.	248
Figura 163 - Fechos de espanholeta.	248
Figura 164 - Ornatos em estuque no teto, de 1849, na rua dos Fanqueiros 280	249
Figura 165 - Florões em estuque num teto, de 1850, na rua da Madalena 147-155	249
Figura 166 - Vestígios de pintura à estampilha sobre estuque, e faixas	

marmoreadas.	250
Figura 167 - Mosaico de pasta.	252
Figura 168 - Planta da urbanização da zona da Estefânia, datada de 1871.	260
Figura 169 - Plantas do Largo de Arroios em 1856/58 e em 1904/1911.	262
Figura 170 - Projeto da urbanização de António Carlos Dias, datado de 1884.	263
Figura 171 - Guarda de varanda em ferro fundido.	264
Figura 172 - Grelha de bandeira de porta de rua.	264
Figura 173 - Plantas do bairro Linhares, à esquerda em 1890 e à direita em 1909.	266
Figura 174 - Alçado principal da moradia construída em 1888.	267
Figura 175 - Plantas da cave, rés-do-chão e sótão, da moradia da Rua Angra do Heroísmo 2-4.	268
Figura 176 - Moradia da Rua Angra do Heroísmo 2-4. Corte transversal.	269
Figura 177 - Implantação do palacete da esquina da rua Pascoal de Melo, e do seu jardim.	270
Figura 178 - Palacete na esquina da rua Pascoal de Melo. Alçado e corte.	271
Figura 179 - Palacete de Feliciano Maria da Luz, plantas do r/c e primeiro andar.	272
Figura 180 - Fachada com 4 MVV e porta ao centro, na Rua Passos Manuel 110.	285
Figura 181 - Rua Rosa Araújo 22 (1888).	292
Figura 182 - Rua Rosa Araújo 14-16 (1907).	292
Figura 183 - Rua Mouzinho da Silveira 5.	295
Figura 184 - Rua Mouzinho da Silveira 23.	295
Figura 185 - Edifício haussmanniano, Paris.	297
Figura 186 - Av. da Liberdade, 220, 1888.	297
Figura 187 - Grades de varanda em prédios de 1871, 1887, e 1890.	301
Figura 188 - Grades de postigo, em ferro fundido, da década de 1880.	302
Figura 189 - Portas de rua, de 1891 e 1896.	303
Figura 190 - Arcos em madeira em átrios de prédios, décadas de 1880 e 1990.	304
Figura 191 - Uma casa de banho francesa.	312
Figura 192 - Móvel de lavatório português.	312
Figura 193 - Projetos de fogos nas avenidas Almirante Reis 37, de 1893, e da Liberdade 232, 1891.	316
Figura 194 - Fotografia, e projeto do prédio da rua Tomás da Anunciação 66, construído em de 1883.	317
Figura 195 - Projeto do pátio da Rua de Arroios 100-100B.	322
Figura 196 - Planta dos três pisos do prédio da rua Pedro Calmon 10-16.	323
Figura 197 - Semelhanças entre as molduras dos vãos de uma vila e as do um prédio de rendimento.	324
Figura 198 - Vila do Tijolo.	326
Figura 199 - Frontais de madeira de 1885, e frontais pombalinos.	332
Figura 200 - Materiais de revestimento de mansardas.	333
Figura 201 - Figura em cerâmica sobre platibanda e pináculo de faiança.	335
Figura 202 - Projetos para o edifício da avenida da República 37A.	342
Figura 203 - Palacetes nas avenidas, datados de 1906.	348
Figura 204 - Palacete da praça Duque de Saldanha 12, datado de 1910.	350
Figura 205 - Plantas dos prédios localizados na avenida Duque d'Ávila 46, e na rua Alexandre Herculano 25.	354
Figura 206 - Plantas do palacete situado na avenida Duque d'Ávila 71.	354
Figura 207 - Casas de banho modelo, da década de 1900, de 1910 e 1928.	356
Figura 208 - Alçados de moradias na avenida Duque de Ávila 73-77, e na mesma avenida no n.º 46, de 1905.	359

Figura 209 - Fachadas despojadas, em moradias unifamiliares.	360
Figura 210 - Edifícios de torreão e cúpula na avenida da República.	364
Figura 211 - Dois edifícios com marquises de ferro, e um com marquise de cantaria.	365
Figura 212 - Terraços recuados relativamente à face exterior da fachada.	366
Figura 213 - Monogramas de proprietários, aplicados nas fachadas.	367
Figura 214 - Instalações sanitárias e pias de despejo em varandas.	369
Figura 215 - Plantas dos fogos da avenida Barbosa do Bocage 96, datado de 1919.	370
Figura 216 - Plantas andares em talhão inteiro e em meio talhão, com dois fogos por piso.	373
Figura 217 - Plantas de um único fogo por piso em talhões inteiros.	375
Figura 218 - Plantas de fogos em talhões com a mesma largura e áreas diferentes.	376
Figura 219 - Plantas de um só fogo por piso, em talhões de gaveto.	377
Figura 220 - Talhões de gaveto de configuração triangular.	379
Figura 221 - Vila Luz, no levantamento de 1910 e em vista aérea atual.	383
Figura 222 - Vila Luz, alçados das correntezas do lado norte, em 1912.	385
Figura 223 - Vila Luz, planta dos fogos do lado norte em 1912.	385
Figura 224 - Plantas do piso térreo e do andar das correntezas da Vila Mendonça.	387
Figura 225 - Projeto de fachada da Vila Mendonça.	388
Figura 226 - Projeto de estrutura de ferro para as paredes exteriores de um edifício.	399
Figura 227 - Frisos de azulejos Arte Nova numa cimalha, representando um pavão.	402
Figura 228 - Azulejos aplicados sob varandas, produzidos na Fábrica de Louça de Sacavém.	403
Figura 229 - Azulejos figurativos na avenida da República 40. Ano de 1911.	403
Figura 230 - Projeto dos painéis de azulejo para a avenida Elias Garcia 107-121.	404
Figura 231 - Portas de rua em ferro.	406
Figura 232 - Guarda-corpo bojudo ou convexo.	408
Figura 233 - Guarda-corpo plano.	408
Figura 234 - Guarda-corpo quinado.	408
Figura 235 - Portas de rua datadas de 1904, 1903, 1910, 1917.	409
Figura 236 - Átrios, de 1905 e 1907.	410
Figura 237 - Monograma no vidro de um guarda-vento, e caixas de elevador, em edifícios de 1907.	412

## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

AF – Águas Furtadas.

CML- Câmara Municipal de Lisboa.

CV - Cave

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico

MVV – Módulos verticais de vãos

SIG – Sistema de Informação Geográfica

N.º SIG – Os dois primeiros algarismos identificam a freguesia, os três seguintes identificam a zona, os outros dois localizam o quarteirão, os três seguintes localizam o prédio. Os três últimos identificam o concelho.

R/C – Rés-do-chão.

MS – Mansarda.

AF – Águas furtadas.

IOS – Índice de ocupação do solo. Quociente entre a área de implantação do edifício e a área do talhão onde está construído.

IS – Instalação sanitária.

## GLOSSÁRIO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**Acrotério** – Pequeno pedestal assente sobre a cimalha de um edifício, destinado a suportar elementos decorativos como estatuetas, vasos ou pináculos.

**Adarve** – Pequena rua estreita que corre entre muros cegos para uma praça privada, rua essa que os habitantes podiam a qualquer momento fechar com uma porta.<sup>1</sup>

**Adobe** – Massa constituída por terra e palha, usada para a fabricação de tijolos que eram secos ao sol.

**Aduela** – Pedra de um arco.

**Águas-furtadas** – O espaço habitacional compreendido entre as águas de um telhado e a esteira.

**Alçado** – Desenho de uma fachada de edifício num plano vertical de projeção.

**Aleta** – Elemento curvo que pode ser rematado em voluta, e está adossado aos ângulos retos de um coroamento ou de uma trapeira ou de outro elemento arquitetónico.

**Alfurja** – Rua estreita; beco de despejo.

**Andar** – O espaço de um sobrado a outro. Sobrado.<sup>2</sup>

**Apontoar** – Sustar com pontaletes<sup>3</sup>.

**Asna** – Armação de madeira que sustenta coberturas e telhados.

**Aspeado** – Diz-se de um tabique que, para além das tábuas colocadas na vertical, é travado por duas tábuas oblíquas, colocadas em V com o vértice para cima.

**Bandeira de porta** – Caixilho fixo posicionado acima de uma porta para deixar passar a luz, no caso de ser envidraçado, ou o ar, se for gradeado.

**Cachimbo** – Peça inferior de uma dobradiça de ferro, onde entra o espigão do leme que sustenta a porta.

**Cadeia** – Viga formando um ângulo reto com as demais, e destinada a deixar um espaço livre para a colocação de chaminés, escadas ou trapeiras.

**Caibro** – Vigota de madeira usada no vigamento dos telhados, que vai da fileira ao frechal.

**Cal aérea** – Ligante que resulta da cozedura dos calcários. Óxido de cálcio. Cal viva.

**Cal apagada** – O que se obtém pela reação da cal viva à água. Hidróxido de cálcio.

**Caldeira** – Parte plana de uma chaminé onde se faz o lume.

**Cércea** – Altura da fachada; Altura de um edifício medida desde o ponto médio da linha de interseção do plano da fachada com a superfície da rua, e o ponto mais alto da cimalha.

**Chão** – Solo; A superfície da terra; Parcela; Medida agrária de 60 palmos de comprimento e 30 de largo.

**Contrafeito** – Régua de madeira aplicada sobre o varedo para reduzir, junto ao beirado, a inclinação das águas de um telhado. Efeito produzido pela mudança de inclinação das águas de um telhado. O mesmo que contrassanqueado.

**Contrassanqueado** – O mesmo que contrafeito.

**Cordeamento** – Medição de chãos, fachadas, e vias públicas realizada em geral pelo mestre ou medidor das obras da cidade.

**Cruz de Santo André** – Cruz em que as duas barras são iguais e dispostas em X.

**Embarbado** – Encaixado.

---

<sup>1</sup>Heers, Jacques (1990), *La Ville au Moyen Âge en Occident*, Paris, Editions Fayard, p. 238

<sup>2</sup>Bluteau, Rafael (1712), *Vocabulário Portuguez & Latino*. Collégio das Artes da Companhia de Jesus Coimbra, p. 476.

<sup>3</sup>Carvalho, António José de, e João de Deus (1913), *Diccionario Prosodico de Portugal e Brasil*. Edições Lopes & C.<sup>a</sup>, Porto, P. 76.

**Empena** – Parede lateral de um edifício, de comprimento inferior às paredes das fachadas.

**Emprazamento** – Contrato em que o direito de propriedade no que respeitava ao domínio direto se mantinha no senhorio, mas em que o domínio útil pertencia ao enfiteuta e tinha uma duração variável, em geral, não inferior a três vidas.

**Encabeira** – Tábua de soalho ou de teto, que é aplicada ao longo das paredes e onde as outras vão topejar.

**Enfilade** – Francesismo que traduz a sequência de compartimentos ou divisões de uma casa com vãos de porta sempre alinhados de modo a que de um extremo do fogo se vislumbrem todas as salas em enfiamento.

**Ensoleiramento** – Nível da soleira das portas.

**Entablamento** – Elemento arquitetónico, geralmente de cantaria, composto por arquivada, friso e cornija.

**Enxilharia** – Obra feita com pedra de cantaria lavrada e quadrangular<sup>4</sup>.

**Escada de tiro** – Escada em que os lanços se desenvolvem segundo uma linha reta.

**Escamas** – Lâminas planas de barro ou ardósia que se usam imbricadas em coberturas de construções; ornato em forma zoomórfica específica.<sup>5</sup>

**Escoda** – Instrumento de canteiro que se assemelha a um martelo cuja cabeça tem uma extremidade afiada e com dentes cónicos, e que serve para fazer pequenas concavidades na superfície da pedra como acabamento, uniformizando-a.

**Esteira** – Vigamento destinado a suportar o teto do último piso.

**Espanholeta** – Tranca de ferro, aplicada na vertical numa das portadas das janelas, que em cada extremo tem uma patilha em gancho a qual, ao rodar, prende nuns entalhes praticados no aro do vão.

**Estorcimento** – Mudança de direção; alinhamento.

**Ferrolho** – Peça de ferro com a forma de uma barra dobrada em U e por vezes torcida, que tem como função assegurar a ligação entre os vários elementos que constituem o edifício. Usa-se para ligar o vigamento dos pisos aos frontais de madeira, bem como às paredes de alvenaria de pedra. Também se utiliza como tranca.

**Fogo** – Residência de um agregado familiar.

**Frechal** – Viga de madeira encastrada nas paredes de alvenaria, onde vão assentar as vigas de pavimento.

**Fuga** – Conduta de fumos de uma chaminé.

**Geminados** – Elementos arquitetónicos como casas, colunas, janelas ou outros, que têm uma componente comum que os une, e que constituem um todo.

**Grade de aranha** – Grade de ferro ou de madeira colocada pela face exterior de um vão de janela, e saliente relativamente ao plano da fachada. Musrabiyas.

**Imposta** – Última pedra de uma ombreira, onde assenta o saimel de um arco.

**Índice de ocupação do solo (IOS)** – Quociente da superfície de implantação do edifício pela área total do talhão, parcela ou lote.

**Isossistas** – Linhas que num território unem zonas de igual intensidade sísmica.

**Janela de assento** – O mesmo que janela de peito ou de peitoril.

**Janela de sacada** – Porta-janela que dá para uma varanda saliente do plano da fachada.

**Lambaz** – Tijolo maciço com cerca de 2,5 de espessura, usado na construção civil para enchimento de frontais e de encerramento de vãos.

---

<sup>4</sup>Rodrigues, Maria João Madeira (1990), Pedro Fialho de Sousa e Horácio Manuel Pereira Bonifácio, *Vocabulário técnico e crítico de arquitetura*, Quimera Editores, Coimbra, P. 118.

<sup>5</sup> Ibidem, P. 120.



**Lintel** – Peça em pedra, madeira, ferro, betão ou noutro material resistente, que se coloca sobre as ombreiras dos vãos.

**Madeirado de trouxa** – Vigamento em madeira de telhado de uma água.

**Mansarda** – Águas furtadas à Mansart. Andar sob telhado de águas quebradas<sup>6</sup>. Os telhados de mansarda são constituídos por quatro partes: as duas superiores formam o telhado propriamente dito, são as *águas mestras* ou principais e as duas partes inferiores, as que ligam as águas mestras às paredes das fachadas da edificação são as águas.<sup>7</sup>

**Modinatura**– “Conjunto das diferentes molduras de um edifício, ordenadas e modeladas de acordo com a ordem arquitetónica a que pertencem.”<sup>8</sup>

**Módulo vertical de vãos** – Conjunto de vãos de uma parede exterior, alinhados a eixo na vertical.

**Mouriscado** – Diz-se de um telhado em que as caleiras são preenchidas com argamassa.

**Neopombalino** – Tipologia arquitetónica em que são sugeridos aspetos formais da arquitetura promovida pelos poderes públicos durante o período compreendido entre 1755 e 1780 sem, contudo, serem respeitados o processo construtivo, os materiais e as proporções.

**Ombreira** – Cada uma das peças verticais que guarnecem um vão. O mesmo que umbral.

**Palmo** – Medida próxima dos 22 centímetros.

**Paramento** – Superfície visível de uma parede.

**Parquete** – Pavimento de tábuas de madeira exótica de cores e comprimentos diferentes, que formam figuras geométricas.

**Peitoril** – Peça quase sempre em cantaria, assente sobre o pano de peito de um vão, que constitui o parapeito de uma janela.

**Petipé** – Régua usada por arquitetos com equivalência de várias escalas. Escala de reduções em mapas e cartas.

**Pinázio** – Peça de madeira ou de ferro que sustenta os vidros das janelas.

**Piso** – Num edifício é o mesmo que andar, pavimento, sobrado e chão<sup>9</sup>. Assim, rés-do-chão é o piso 0, o 1.º andar é o piso 1.

**Piso de esteira** – Último piso.

**Pontalete**– “Peça que sustenta um sobrado ou pavimento”<sup>10</sup>.

**Quarto interior** – Compartimento de uma habitação onde não há vãos de porta ou de janela a abrirem diretamente para o exterior.

**Sacada** – Corpo de um edifício saliente de uma parede exterior. Base ou bacia de varanda.

**Tacaniça** – A parte mais estreita de um telhado, que resguarda a empena.

**Taipa** – Massa de barro e pequenas pedras que, depois e bem batida a malho, se deixava secar entre taipais de madeira por forma a constituir uma parede.

**Tarugo** – Peça de madeira que se entala atravessada entre as vigas ou os barrotes para manter os afastamentos entre eles e evitar oscilações.

**Telhado de duas águas** – Telhado de empena. Tem dois prolongos ou madeirados de asnas as quais vão morrer nas paredes da empena.

**Telhado de tesoura** – Telhado de quatro águas contrassaqueadas, em que todas descarregam em paredes portantes.

---

<sup>6</sup> Montclos, Jean-Marie Pérouse de (1972). *Vocabulaire de l'Architecture – principes d'analyse scientifique*. Ed. Ministère des Affaires Culturelles. Paris, Imprimerie Nationale.

<sup>7</sup> Costa, F. Pereira da (1930-1939). *Enciclopédia prática da construção civil*, Caderno 9, Madeiramentos e telhados, p. 2. Edição de autor, Lisboa.

<sup>8</sup> Rodrigues, Maria João Madeira (1990), Pedro Fialho de Sousa e Horácio Manuel Pereira Bonifácio, *Vocabulário técnico e crítico de arquitetura*, Quimera Editores, Coimbra.

<sup>9</sup> Carvalho, António José de, e João de Deus, *Dicionário Prosodico de Portugal e Brasil*. Edições Lopes & C.ª, Porto, 1913. P. 694.

<sup>10</sup> Ibidem, P. 700.

**Trapeira** – Volume saliente de um telhado para a abertura de um vão de janela.

**Travessanho** – Pequena viga de madeira que, colocada na horizontal, se fixa aos prumos da gaiola de uma edificação.

**Tsunami** – Termo, de origem japonesa, adotado internacionalmente para descrever as ondas gravíticas de longo período, geradas por perturbações de natureza impulsiva de grande escala na superfície dos oceanos.

**Reixa** – Tabuinha. Grade de madeira constituída por tabuinhas cruzadas, geralmente na diagonal, que servia para proteger os vãos de janela da exposição solar e dos olhares exteriores.

**Sacada** – Varanda ou balcão saliente relativamente ao plano da fachada.

**Saguão** – Intervalo de terreno situado na parte interior de um prédio ou circuitado e fechado pelas traseiras dos prédios contíguos.

**Soleira** – Paralelepípedo em pedra, cimento, ou madeira onde assentam as umbreiras das portas. Face superior do degrau da porta de acesso a um edifício.

**Sobreloja** – Piso, em geral com um pé-direito inferior aos demais, situado entre o primeiro andar e a loja à qual serve de arrecadação.

**Solho a meio-fio** – Sobrado constituído por tábuas em que, em cada junta, é feito um rebaixo até ao meio da espessura da tábua, a todo o comprimento, por forma a encaixarem umas nas outras.

**Sótão** – Espaço de arrumo acima da loja. Sobreloja. Espaço situado no vão do telhado, acima do teto do último andar; o mesmo que águas-furtadas.

**Vão** – Espaço aberto nas paredes para iluminação, ventilação ou acesso, que se pode fechar com portas ou janelas. Espaço entre os elementos de suporte de um lintel.

**Vão de sacada** – Porta-janela. Janela rasgada até ao piso para dar acesso a uma varanda.

**Varandim** – Guarda-corpo gradeado assente no peitoril baixo de certas janelas.

**Verga** – Peça de pedra ou de madeira que se aplica sobre as ombreiras formado a parte superior de um vão. O mesmo que viga ou lintel.

**Zingamocho** – Remate de um zimbório; cata-vento.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Rodrigues, Maria João Madeira... *Vocabulário técnico e crítico de arquitetura*... P. 289

# HISTÓRIA DAS TIPOLOGIAS ARQUITETÓNICAS DE EDIFÍCIOS CORRENTES, DE HABITAÇÃO, CONSTRUÍDOS NA CIDADE DE LISBOA DE INÍCIOS DO SÉCULO XVIII ATÉ À DÉCADA DE 1930

## CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A cidade de Lisboa, tal como a conhecemos hoje, é o resultado de construções sucessivas ora sobre um tecido urbano pré-existente, alterando-o, ora sobre o terreno rural envolvente, alargando o perímetro urbano. A recorrência de violentos sismos e a destruição a cada vez provocada, acentuou esse processo de reinscrição da urbe pela renovação do tecido edificado.

Trata-se, portanto, de uma cidade palimpsesto, mas os estratos históricos manifestam-se no tempo presente desenvolvendo uma narrativa através da paisagem urbana feita do encadeado de espaços e de construções que se constroem e reconstroem num movimento perpétuo. “Mas a cidade tem uma fundação que é o resultado de uma fundação contínua: não tem um princípio, uma origem determinada, e também não tem um fim definitivo, mesmo quando perder importância ou até mesmo ruir”<sup>12</sup>.

Os arruamentos escondem debaixo deles outros pavimentos, e o seu traçado é permanentemente corrigido pelas alterações nas fachadas que os definem. Os edifícios são construções sobrepostas no tempo e no espaço, produzidas com os materiais disponíveis, as técnicas e os gostos dominantes em cada época, que se tornam unidades na sua diversidade. Assim a cidade é um ser mutante que guarda o passado para uma permanente construção do presente.

Essa realidade é perceptível na leitura das fotografias aéreas onde salta a vista a diversidade dos tecidos urbanos, mas é também perceptível pelo passeante que percorre as ruas de Lisboa e observa os edifícios, verificando analogias e disparidades que concorrem para um reconhecimento do lugar como único, marcado ainda assim pelas variações sobre um mesmo ritmo. Calcorrear o centro histórico da cidade é surpreendente porque se faz

---

<sup>12</sup> Mongin, Olivier (2005). *La Condition Urbaine. La ville à l'heure de la mondialisation*. France, Éditions du SEUIL, p.49.

sempre a descoberta de um ou outro pormenor nunca antes detetado ou, entretanto acrescentado, mas, ao mesmo tempo, há qualquer coisa que não muda nunca, e com a qual nos identificamos. É a paisagem urbana, essencialmente constituída pelas fachadas e as coberturas dos edifícios, a sua modinatura, a cor, a dimensão e o vazio deixado entre elas por onde corre o espaço público.

A cidade de traçado anárquico resultante de uma arquitetura que evolui segundo as posses e as necessidades dos seus habitantes, foi sempre contrariada pela imposição da regra na defesa do direito coletivo e sobretudo como garante de um ideal de beleza, que assegura a harmonia para lá da espontaneidade individual. Assim, como Françoise Choay demonstra, “dois procedimentos-tipo de criação do espaço edificado, operam desde a emergência do projeto instaurador. Um, elaborado pelos tratados de arquitetura, consiste na aplicação de princípios e regras. O outro, que se deve à utopia, consiste na reprodução de modelos. Estes dois procedimentos, a regra e o modelo, corresponderiam a duas atitudes fundamentalmente diferentes face ao projeto de construir e ao mundo edificado.”<sup>13</sup>

A regra, estabelecida nos tratados de arquitetura do Renascimento italiano, a partir do *De re aedificatoria* de Léon Baptista Alberti em 1452, e a utopia criada como categoria literária por Thomas More em 1516.

A imposição da regra, e a reprodução de modelos, levaram por um lado à permanência do cânone, da proporção, e por outro à introdução de novas soluções formais e estruturais, por vezes importadas e adaptadas às circunstâncias. Deste processo resultam as tipologias arquitetónicas e urbanísticas que caracterizam Lisboa e a distinguem de qualquer outra cidade.

Os edifícios correntes de habitação dão o maior contributo para a caracterização da cidade, mas têm sido as construções de carácter monumental, as de arquitetura erudita e aquelas que foram projetadas para um tecido urbano planeado que têm sido objeto de estudo, remetendo os edifícios de habitação de arquitetura corrente para um terceiro plano e considerando-os substituíveis. A cidade é em grande parte o resultado das iniciativas de construtores que, tendo aprendido a sua arte com os mais velhos<sup>14</sup>, procuram permanentemente adaptar-se às novas realidades sociais, económicas, técnicas e estéticas,

---

<sup>13</sup> Choay, Françoise (1996). *La règle et le modèle. Sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*. Paris, Éditions du SEUIL, p.22.

<sup>14</sup> Léonard, Martin Nadaud (1895, 1998). *Martin Nadaud Léonard, maçon de la Creuse*. Paris, Editions La Découverte/Poche Sciences humaines et sociales.

ao dever do tempo, inventando novas soluções, aplicando modelos pré-existentes e criando outros.

Sobre o exterior dos edifícios, sobretudo na volumetria e na organização das fachadas, recaem normas que impõem os princípios do bem construir e da proporção, transmitidos de mestre a aprendiz através da difusão pelos engenheiros e arquitetos das regras expressas nos tratados de arquitetura, bem como pelos instrumentos legais que limitam a ação do construtor em defesa do interesse público, mas há também a expressão do gosto do dono da obra na reprodução de paradigmas que os tornam únicos e simultaneamente os inserem num tempo.

E no interior dos edifícios, como se organizou o espaço? Que princípios estiveram na conceção do espaço privado? Como se foi transformando? Até que ponto as alterações interiores se traduzem em alterações exteriores?

O conhecimento dos processos e dos materiais de construção, da organização do espaço e da organização dos elementos das fachadas dos velhos edifícios urbanos, foi matéria que os arquitetos italianos de finais da década de 1960, num movimento conhecido como La Tendenza consideraram fundamental. Nessa altura, o chamado Estilo Internacional reduzia o Modernismo à produção de torres e barras, “pela logica mercantil e política”<sup>15</sup>, e é numa confrontação aberta que renasce o gosto pela história da arquitetura, não na perspetiva do velho academismo, mas para inventar uma nova linguagem arquitetónica, crescendo o interesse pela cidade histórica.

Os centros históricos das cidades do sul da Europa encontravam-se então em muito mau estado de conservação e eram habitados por uma população pobre. “Pelos lutas urbanas do início dos anos 70, constata-se que as massas para quem tinha sido concebido o universo racional do urbanismo e da arquitetura modernos, preferiam afinal os bairros antigos.”<sup>16</sup>

É na cidade de Bolonha que arquitetos próximos de La Tendenza põem em prática as teorias sobre a renovação de centros históricos tendo como pressupostos manter a população de fracos rendimentos e não descaraterizar os edifícios antigos e o espaço urbano. Dotar os edifícios de condições de segurança e de conforto sem os descaraterizar pressupõe o levantamento minucioso dos elementos que os compõem de modo a decidir o que é prescindível e a repor o que é essencial. E é neste contexto que o estudo das tipologias arquitetónicas dos edifícios antigos, de uso habitacional, se torna essencial.

---

<sup>15</sup> Le Dantec, Jean-Pierre (1992). *Dédale le héros*. Paris, Editions Balland, p. 60.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 64.

A palavra tipologia vem do grego, *tupos + logos*, definida no grande Dicionário de Cândido de Figueiredo<sup>17</sup> como “o estudo sistematizado dos caracteres tipográficos usados nos primeiros tempos da imprensa”.

“Tipo” é, segundo o mesmo dicionário, “aquilo que produz fé como modelo” ou a “coisa que reúne em si os caracteres que distinguem uma classe” ou, ainda, “símbolo”, “exemplar”, “modelo”. Na definição proposta no Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitetura<sup>18</sup> “tipo” é o “molde que dá origem a outros moldes” ou o “modelo original trabalhado a partir de um arquétipo e determinando a forma de uma série de objetos dele derivados” acrescentando ainda que “diversos objetos podem derivar do mesmo tipo, representando este a ligação genética entre eles” e que “a tipificação representa uma das intenções da produção de objetos belos”.

Quatremère de Quincy nos tomos da *Encyclopédie Méthodique* dedicados à arquitetura, diferencia “tipo” e “modelo”, estabelecendo que “o modelo, entendido na execução prática da arte, é um objeto que deve ser repetido tal como ele é. O tipo é, pelo contrário, um objeto a partir do qual cada um pode conceber obras que não se assemelhem entre elas. Tudo é preciso e estabelecido no modelo, tudo é mais ou menos vago no tipo.”<sup>19</sup>

O conceito de tipologia arquitetónica assenta na ideia de que nos edifícios há uma escrita arquitetónica cujos caracteres podem ser sistematizados de modo a construir modelos. Esses caracteres são as diversas partes que constituem a construção cuja forma, materiais e sistemas construtivos, traduzem as tecnologias disponíveis, as correntes artísticas em voga ao tempo da edificação, e o modo de utilização do espaço. Traduzem-se na forma e na área da implantação, na morfologia, nos materiais e sua aplicação, na organização interior do espaço, na decoração dos acabamentos, na composição das fachadas, designadamente nas proporções dos vãos, na modenatura, nos materiais aparentes e nas cores utilizadas.

Os construtores do passado reproduziam nas suas edificações as técnicas e as formas já anteriormente experimentadas, mas, de quando em quando, introduziam inovações e, ao fazê-lo, criavam uma nova tipologia arquitetónica. Essas inovações são

---

<sup>17</sup> Figueiredo, Cândido de (1939, 1991). *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*. Bertrand Editora, Volume II, p. 1171.

<sup>18</sup> Rodrigues, Maria João Madeira, Pedro Fialho de Sousa, e Horácio Manuel Pereira Bonifácio (1990). *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitetura*. Quimera Editores, p. 257.

<sup>19</sup> Quincy, Quatremère de (1788). *Encyclopédie Méthodique. Architecture*, Libraire Panckoucke à Paris et Plomteux imprimeur à Liège, Tomo III, pp, 543-544.

datáveis, mas, no caso dos edifícios correntes de habitação dos bairros históricos de Lisboa, a datação das tipologias não está feita. Nem sequer estão estabelecidas as tipologias dominantes, nem sabemos como se terá processado o abandono de uma a favor de outra.

Também em Lisboa, durante a década de 1990, decorreu um processo de reabilitação urbana dos bairros históricos, levado a cabo pelo município, que teve como modelo a reabilitação de Bolonha. O objetivo era o da reabilitação integrada, executada localmente em gabinetes multidisciplinares que articulavam as questões sociais com as obras de reabilitação dos imóveis e precavam os valores histórico-patrimoniais da urbe bem como os valores culturais personificados pelos seus habitantes.

Mais uma vez foi sentida a necessidade de um melhor conhecimento das construções e algumas obras foram produzidas sobre o assunto. Ainda em 1989, o “Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto”<sup>20</sup>, elaborado por arquitetos e engenheiros civis, apresentava uma análise de alguns edifícios do Bairro Alto e detetava a existência de quatro tipos de arquitetura que orientaram a construção de habitações, o primeiro a partir do séc. XV, o segundo a partir de meados do séc. XVIII, o terceiro desde meados do séc. XIX até ao segundo quartel do séc. XX, e ainda de um quarto tipo que é reproduzido desde esse período até ao momento do estudo.

Cinco anos depois, numa outra obra, “Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitetónicos”<sup>21</sup>, desta vez da autoria de um arquiteto, é demonstrada a existência de duas tipologias distintas nos séculos XVI e XVII, confirmada a tipologia pombalina, mas detetada uma outra, pós-pombalina, que se impõe desde finais do séc. XVIII até meados do séc. XIX. Quanto às tipologias arquitetónicas quinhentistas, na obra “Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)”<sup>22</sup>, o mesmo autor analisa a legislação régia e as normas produzidas nesse período e o processo de interação com as transformações urbanas da cidade que levou à formação dos primeiros modelos urbanísticos do período moderno.

Em 2004, é publicada a obra “Sistemas de Construção V – O Edifício de Rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa. Processo Evolutivo dos Edifícios –

---

<sup>20</sup> Cabrita, António Reis, José Aguiar e João Appleton (1989). *Manual de Apoios à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*. Lisboa, Edições CML e LNEC.

<sup>21</sup> Carita, Helder (1994). *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitetónicos*. Lisboa, Edições CML.

<sup>22</sup> Carita, Helder (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa, Livros Horizonte.

Inovações técnicas – Sistema Construtivo”<sup>23</sup>, também da autoria de um arquiteto, que analisa as edificações e o processo de construção da Baixa Pombalina, através do desenho detalhado das várias partes que compõe os edifícios. Conclui, admitindo a existência de tipologias arquitetónicas, mas não procura, numa perspetiva histórica, estabelecer uma relação temporal entre elas.

Dos conhecimentos e da problemática com que estas obras nos confrontam, surge a questão: Há nos edifícios antigos de Lisboa, de arquitetura corrente, tipologias arquitetónicas bem definidas que se possam caracterizar, individualizar e inserir em períodos históricos? É possível entender a evolução dessas construções e do modo de as habitar, pela avaliação das suas tipologias arquitetónicas?

Como se sabe, raros são os projetos constituídos por plantas, cortes e alçados, ainda existentes e anteriores ao século XIX, e os poucos que restaram são, na maioria, de grandes casas de notáveis, não dos edifícios correntes. Assim, a metodologia de trabalho escolhida para dar resposta a estas dúvidas assentou essencialmente na análise comparativa dos projetos de arquitetura inseridos nos volumes-obra já digitalizados e existentes no Arquivo Municipal de Lisboa, em particular dos projetos de construção, mas igualmente dos projetos de alteração nos quais é possível obter dados sobre as características primitivas dos edifícios. Para o estudo dos prédios edificados durante a primeira metade do século XVIII houve recurso aos Livros de Cordeamento, também existentes no Arquivo Municipal de Lisboa, onde é feita uma descrição sucinta dos prédios então existentes. Quanto aos edifícios construídos entre 1762 e 1834, foram consultados os livros da Décima da Cidade, existentes no Arquivo do Tribunal de Contas, onde figuram os anos de construção, os nomes proprietários e o rendimento de cada prédio ao longo de setenta e dois anos.

As dificuldades foram múltiplas, já que há duas variáveis na leitura dos dados existentes, tanto nos Livros de Cordeamento como nos livros da Décima da Cidade, dificilmente contornáveis. A primeira é o facto de o tecido urbano ter sido sujeito a alterações, por vezes profundas, durante os 152 anos em que foram escritos e nos anos que se seguiram, por sucessivos loteamentos e emparcelamentos. A segunda decorre das alterações a que os edifícios foram submetidos ao longo dos tempos, sobretudo pelo acrescentamento de pisos. Assim, mesmo se a partir da década de 1810, os edifícios

---

<sup>23</sup> Mascarenhas, Jorge (2004). *Sistemas de Construção V – O Edifício de Rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa. Processo Evolutivo dos Edifícios – Inovações técnicas – Sistema Construtivo. Materiais Básicos (3.ª Parte): o vidro*. Lisboa, Livros Horizonte.



descritos nos livros da Décima estão numerados, não é possível sobrepor-los aos edifícios atuais sem a verificação nas plantas existentes no Arquivo Municipal, edifício a edifício, das alterações morfológicas a que foram submetidos, e sem a avaliação a partir da leitura dos desenhos e da confrontação com os indícios físicos ainda presentes e fotografados em 2004, das probabilidades de identificação. Assim, a observação dos edifícios existentes, tomados eles próprios como fontes, foi absolutamente decisiva para a verificação das hipóteses colocadas.

Quanto aos limites cronológicos foi estabelecido o início de século XVIII por se tratar de um período charneira entre os modelos construtivos do século XVII e as tipologias pombalinas, e o final da década de 1930 por ser o momento em que se generaliza o uso do betão armado na construção de prédios de habitação. Não obstante, considerou-se imprescindível uma abordagem ainda que breve, às formas de edificação anteriores ao período em estudo uma vez que só por comparação poderão ressaltar as alterações formais, técnicas e funcionais.

## **CAPÍTULO 2 - OS EDIFÍCIOS HABITACIONAIS QUE ANTECEDERAM O PERÍODO EM ESTUDO.**

### **2.1. Tipologias das casas medievais.**

A maior parte dos edifícios habitacionais de Lisboa, nos séculos doze e treze, tinham um só piso, ou um piso de loja e um sobrado. “Por vezes, um sótão e uma cova<sup>24</sup> alargavam o espaço para residência ou para guarda de géneros alimentícios”<sup>25</sup>. No interior, moravam uma ou duas famílias que tanto podiam ser proprietárias como inquilinas, e o espaço de cada fogo resumir-se-ia a uma única divisão por piso, com lareira, onde a família se reunia, recebia os de fora, cozinhava, comia e dormia. Por vezes as casas tinham um pequeno pátio contíguo a designado por “currel”, ou uma horta, ou mesmo um pomar.

Face aos cataclismos naturais e provocados, como os sismos, os fogos e a guerra, que periodicamente devastavam Lisboa e destruíam os edifícios, a cidade era permanentemente objeto de reconstrução. “Os cidadãos medievais não estavam particularmente ligados à aparência das suas cidades porque elas estavam sempre a mudar. As cidades eram lugares de renovação (...)”<sup>26</sup>.

Em Lisboa, pouco resta do conjunto de edifícios habitacionais com tipologias arquitetónicas do século XV ou anteriores, e os que existem estão já alterados por remodelações sucessivas ou integrados em construções posteriores.

No entanto, ainda permanecem de pé e habitados, alguns edifícios quinhentistas e outros medievais, reconhecíveis pela estrutura em madeira da parede da fachada, com pisos em ressalto, como os situados no Beco da Achada 2-2B, no Beco das Flores 23-25, na Rua do Benfornoso 101-103 e no Poço do Borratém 30, Rua do Capelão 2-8, e Rua das Farinhas 32-34, todos no bairro da Mouraria (figs. 2 e 3), o da Rua do Espírito Santo 30-34 (fig. 1), situado na Freguesia do Castelo, e os que se localizam em Alfama como o do Beco do Mexia 2A-2B e o da Rua de São Pedro 6-10 e ainda o do Largo da Encarnação 1 (fig. 5), na colina da Pena.

---

<sup>24</sup> As mencionadas “covas” eram cavadas na rocha, habitualmente com a forma cilíndrica, e por vezes formavam conjuntos de mais de uma dezena, que podiam estar ligadas entre elas por orifícios circulares abertos nas paredes, tal como se encontraram no Beco do Forno do Castelo, mas podiam também ser isoladas, abertas no chão de qualquer casa, desde que este fosse um afloramento rochoso.

<sup>25</sup> Marques, Oliveira (1963,2010), *A Sociedade Medieval Portuguesa, aspectos da vida quotidiana*, Lisboa, Edições Esfera dos Livros, p. 92.

<sup>26</sup> Le Goff, Jacques (1997), *Pour l'amour des villes*. Paris, Editions Textuel, P. 136.



Fig. 1 – Paredes de fachada em ressalto, com frontal de madeira no piso superior, à esquerda durante das obras de 1998 e à direita no final da obra, na Rua do Espírito Santo ao Castelo, 30-34.<sup>27</sup>

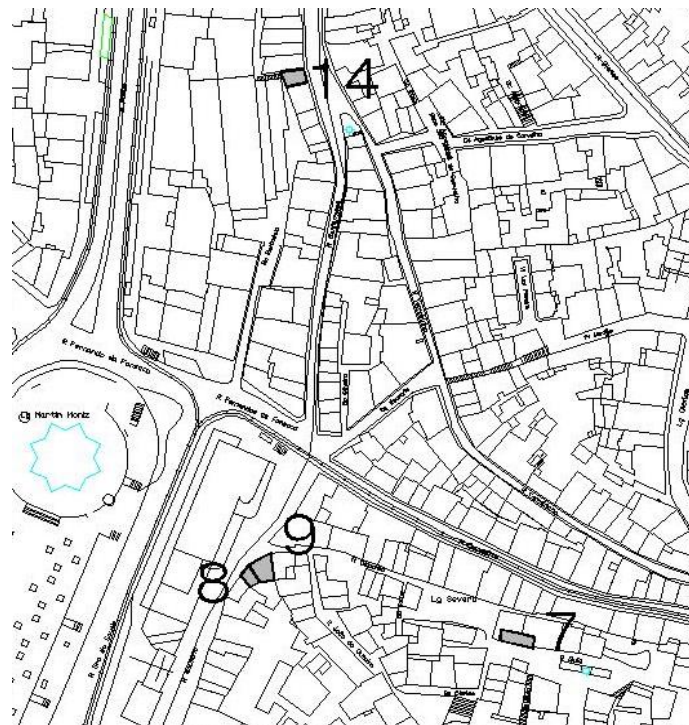


Fig. 2 – Planta de localização dos prédios: 7 – Rua da Guia 1-7; 8 – Rua da Mouraria 80-82; 9 – Rua da Mouraria 82-90; 14 – Rua do Benfornoso 101-103.

<sup>27</sup> Durante as obras de reabilitação, em 1998, a estrutura em madeira do frontal, de cruces de Santo André, ficou visível. O enchimento com tijolo que se vê na fotografia já não é o original, mas os frontais de madeira ainda o são.

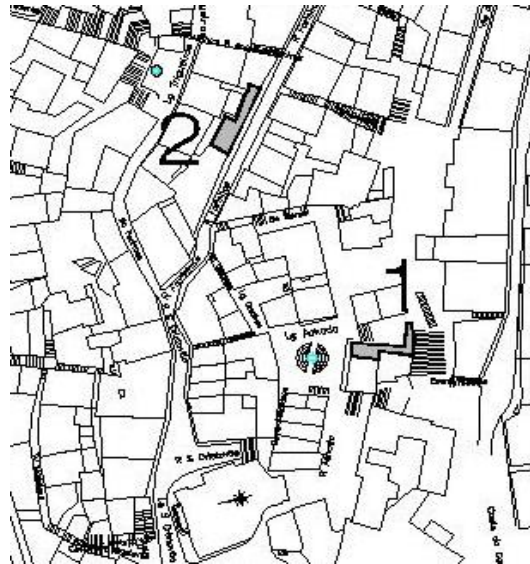


Fig. 3 – Planta de localização dos prédios: 1 – Beco da Achada 2-2B; 2 – Rua das Farinhas 25-27.

Não sabendo ao certo em que anos foram construídos, sabe-se porém que contrariaram as orientações urbanísticas da reforma manuelina, nomeadamente as prescrições estabelecidas na provisão de 17 de Junho de 1499 relativas à proibição de construção de edifícios com andares em ressalto sobre a via pública, e o alvará de 3 de Abril de 1502 que obrigava à demolição no prazo de seis meses, de todas as fachadas em ressalto designadas por balcões, à data já existentes, prevendo as multas a aplicar em caso de desobediência<sup>28</sup>. Até então, eram admitidos balcões cuja consola não excedesse um terço da largura do arruamento.

Em alguns edifícios na zona da Mouraria verificou-se, durante as obras de reabilitação, que no piso térreo, o das lojas, as paredes eram em taipa, mas na grande maioria dos casos eram em alvenaria de pedra. No bairro do Castelo os vestígios das construções que se encontraram abaixo do nível dos edifícios existentes, eram maioritariamente em alvenaria de pedra que, nalguns casos e no próprio Castelejo foi usada a pedra do local, um arenito de cor ocre.

A casa do Beco da Achada, na Mouraria, foi reabilitada na década de 1990 e foi nessa altura possível verificar a natureza da sua estrutura. Era constituída por um piso térreo com paredes em alvenaria de pedra onde se abriam dois vãos de porta desnivelados,

---

<sup>28</sup> Carita, Helder (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa, Livros Horizonte, p.182.

com as molduras em cantaria formando arcos quebrados, um vão de porta de lintel reto, provavelmente aberto posteriormente, e um pequeno vão de janela mais acima, todos os quatro desalinhados. Sobre estas paredes de pedra assentava o vigamento de madeira do piso superior prolongando-se as vigas cerca de 70 cm além da parede da fachada, em consola sobre o espaço público. Este vigamento, para além de suportar o soalho do primeiro andar, servia de apoio a um frechal fixado nas extremidades salientes das vigas, onde assentava a parede da fachada do piso superior que era, na realidade, um frontal de madeira. Como o peso dessa parede poderia fazer fletir as vigas, foram escoradas com esquadros de madeira que, para uma melhor articulação dos planos das fachadas, foram revestidos a tabuado.

A parede frontal do primeiro andar era constituída por duas fieiras sobrepostas de cruces de Santo André, sendo a superior interrompida para a abertura de vãos de janela.

As peças verticais, de madeira, onde topejavam as cruces, designam-se por prumos, as horizontais por travessanhos, as oblíquas por escoras. Os espaços entre as peças de madeira estavam preenchidos com tijolo maciço e fino, vulgarmente chamado lambaz, e argamassado. Em cada andar, a treliça de madeira que constituía a ossatura das paredes, assentava numa viga corrida de extremo a extremo que, sendo por isso autoportante, não exigia a mesma regularidade em cada piso, não havendo razões de estabilidade que obrigassem ao alinhamento vertical dos prumos e dos vãos.

A fachada assim construída era por fim rebocada e, em alguns casos, caiada, não se adivinhando a estrutura de madeira.

Nesta casa como nas outras acima referidas, as paredes dos balcões tinham como preenchimento do frontal de madeira, alvenaria de tijolo, mas, ao que tudo indica, nem sempre assim foi, tendo sido anteriormente usual um revestimento de tábuas pregadas na estrutura, com fasquias finas onde se fixava o reboco, o que dava a aparência de alvenaria, não o sendo. Este tipo de construção ainda existia, nos anos 1990, em cidades como Guimarães, Viseu e Lisboa.

Um dos argumentos apresentados a favor da redução do ressalto dos balcões para um palmo e meio e da proibição de edificação de paredes exteriores em madeira, foi o de precaver a propagação dos incêndios de uns quarteirões para os que lhes eram fronteiros, o que terá sido durante séculos um flagelo para a cidade. De facto, o simples enchimento das ossaturas de madeira com alvenaria de tijolo bem como a aplicação do reboco exterior, era só por si uma medida com alguma eficácia para precaver a transmissão de

incêndios, já que mantinham a humidade da madeira e isolavam-na do fogo, retardando uma eventual combustão.

Esta tipologia arquitetónica, de um embasamento em alvenaria de pedra e pisos superiores em madeira, permitia a construção de vários pisos em ressalto. No caso do edifício da Rua do Benfornoso 101-103, o embasamento de pedra incluía a loja e a sobreloja, e sobre eles havia mais dois pisos com estrutura de madeira, sendo o ressalto do primeiro andar cerca de 70 cm e o do segundo não mais do que 15 cm. A cobertura é de duas águas com pendente para a rua, constituída pelo vigamento, coberto por tábuas de guarda-pó sobre as quais é aplicado o ripado onde assenta a telha de canudo. Também aqui as varas ultrapassam o frechal onde assentam, e aparecem no exterior suportando o beirado.

Dos prédios de ressalto com a fachada em bico poucos restarão, um deles situava-se na Rua do Benfornoso onde está hoje o n.º 123, retratado por Roque Gameiro com o telhado de duas águas em telha de canudo mouriscada, rematado por um beirado duplo bastante saliente relativamente ao plano da fachada.

Uma regra é sempre cumprida, nos pisos de alvenaria de pedra as molduras dos vãos e a base das varandas são em pedra, nos pisos com ossatura de madeira as molduras dos vãos, as bases das varandas e a cornija sob o beirado, quando existe, são em madeira.

As guardas das varandas eram constituídas por estreitos balaústres de ferro forjado, um a cada topo e um terceiro ao centro, ligados na parte superior por régua de ferro. Considerando o grande afastamento entre os balaústres e o perigo de queda de pessoas e objetos por falta de grade protetora, fixavam-se uns taipais de madeira gradeada designados por reixas.

Nos vãos de janela e nas sacadas, a proteção das intempéries e da intrusão era feita com o recurso a portadas de madeira aplicadas na face interior das paredes, mas, não havendo vidros e tendo que refrescar a casa ou simplesmente deixar entrar a luz sem que o interior ficasse exposto aos olhares dos vizinhos ou dos passantes, usava-se também reixas que podiam ser assentes no peitoril da janela ou suspensas da verga e articuladas, sendo nesse caso designadas por rótulas. O uso desse elemento arquitetónico persistiu até ao século XX. Para melhor sombreamento usavam-se persianas constituídas por estreitas ripas de madeira ligadas entre si por fitas, que eram fixadas acima dos vãos das sacadas, em consolas de pedra com um rebaixo na face superior, onde encaixavam, dissimuladas por sanefas de madeira, e ficavam pendentes sobre as guardas das varandas.

Também eram usadas as grades de aranha e “musrabiya” que consistiam em grades de madeira que encerravam as varandas na totalidade.

Sendo este o sistema de proteção dos vãos, compreende-se a existência de compartimentos interiores, câmaras que podiam ser encerradas com portas e assim assegurar um maior conforto térmico e acústico.

No interior, os andares eram sobradados com solho e os tetos em madeira formando um forro de tábuas sobrepostas, dito de saia e camisa. Na sua origem, é provável que não fosse aplicado forro nos tetos destes fogos, sendo reservados para edifícios destinados a residências mais abastadas, e que o vigamento ficasse à vista.

A configuração dos chãos de implantação é essencialmente de dois tipos, a mais antiga parece ser a do lote pouco profundo e fachada longa, a outra é a de fachada estreita e lote profundo.

A casa do Beco da Achada, atrás descrita, tem uma frente de cerca de 15m e uma profundidade de 5m. Está adossada, a nascente, a um muro de suporte de terras e a Sul, às paredes de outros edifícios, razão pela qual só tem fenestração na fachada principal.

Também o prédio da Rua da Guia 1-7, tem este tipo de implantação, com uma largura de fachada de 12,20m e uma profundidade de 3,47m, sem abertura de vãos na prede posterior.

A casa Poço do Borratem 30, dita de João das Regras, mesmo tendo em conta que o edifício atual poderá ser apenas uma parte de um conjunto maior já desaparecido, tem um polígono de implantação próximo do quadrado com cerca de 5m de lado, e também neste caso, a parede posterior está adossada ao talude pelo que não tem vãos. Os andares superiores, que foram reconstruídos posteriormente, são mais profundos porque ocupam o plano superior do talude.

Quanto à configuração dos lotes, são quadriláteros irregulares que dão o lado maior à rua e, nestes casos estudados, são pouco profundos, não havendo logradouro e sendo inteiramente ocupados pela implantação do edifício. A constatação de uma fachada larga por oposição à pequena profundidade do prédio, é oposta à ideia do chamado lote gótico, estreito e profundo, com a empena em bico dando sobre a rua, que existia, ao tempo, nas cidades europeias. Será esta tipologia, em Lisboa, anterior à dos lotes profundos?

Já no caso dos prédios da Rua do Capelão 28 e da Rua da Mouraria 84-90 (figs. 2 e 3), os edifícios foram dispostos no sentido longitudinal sendo a planta mais profunda do que larga. O conjunto sofreu obras de alteração em 1993, com reorganização do espaço

interior, mas do segundo edifício conhece-se o levantamento do piso térreo e do primeiro andar. Neste último, a área de implantação é de 32m<sup>2</sup>, com uma fachada de cerca de 5m de largura.

Na casa da Rua da Guia 1-7, o espaço interior era dividido pela caixa de escada central em direito e esquerdo, com dois fogos por piso, o que poderá indiciar uma remodelação posterior à construção. Cada fogo estava dividido em dois ou três compartimentos em fila, o que implica o atravessamento para se chegar ao mais afastado da entrada que é o da cozinha. Todos os fogos possuem uma chaminé, mesmo os de loja, com condutas de fumo encastradas na parede posterior e alinhadas ou sobrepostas.

Esta organização do espaço dos fogos, com compartimentos em fila, era também a da casa do Beco da Achada sendo que, nesta última, para vencer os desníveis do arruamento, o acesso às lojas se fazia por escadas de pedra exteriores.

Os edifícios de plantas estreitas e profundas que existiram na Rua do Capelão 2-8 e na Rua da Mouraria 80-82 e 84-90 tinham, todos eles, um só fogo por piso a que se acedia por uma escada de tiro, estando os dois ou três compartimentos interiores igualmente dispostos em fila. As chaminés que existiam em todos os pisos, não estão na prumada, verificando-se que, num dos casos, a chaminé da loja está encastrada na parede posterior enquanto a da sobreloja está adossada à parede da empena indício de que poderá ter sido construída mais tarde.

A casa da Rua do Benfornoso 101-103 tem cerca de 8m de profundidade e uma largura de fachada de 5m, com fenestração em ambas as fachadas. Quando analisamos a aguarela do pintor Roque Gameiro que a retrata<sup>29</sup>, percebemos que estava incluída num conjunto mais extenso de edificações semelhantes, tendo então a leitura de um único prédio. Mas desconhecemos a organização interior dos espaços demolidos e como se articulavam entre si. Haveria uma escada por edifício ou uma única escada daria serventia ao prédio contíguo?

Esta questão coloca-se noutros casos, como na Rua das Farinhas 25 (fig. 4), edifício composto por duas construções atualmente unidas num único prédio. A que apresenta um corpo em ressalto, contém a escada que serve as duas.

---

<sup>29</sup> Gameiro, Roque, Afonso Lopes Vieira (pref.) (1992). *Lisboa Velha*, Edições Vega, estampa 21.



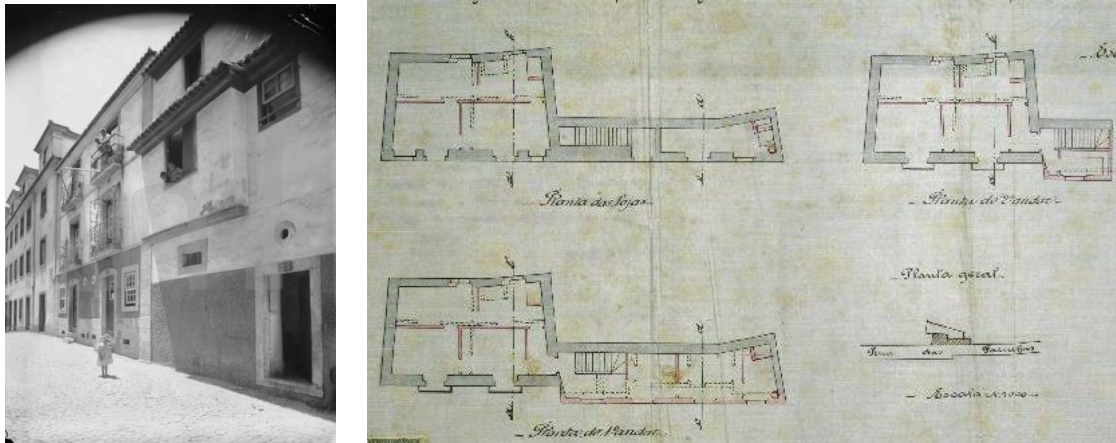


Fig. 4 - Rua das Farinhas 25, fotografia da fachada<sup>30</sup> e plantas dos pisos<sup>31</sup>.

As escadas de alvenaria de pedra, exteriores ao corpo da casa estão associadas aos edifícios de ressalto, ficando adjacentes às paredes de alvenaria dos primeiros pisos. Foram amplamente usadas para vencer os desníveis das colinas, mas também dos pátios interiores, quando existiam, e assim permitirem o acesso aos fogos dos vários pisos, sem perda do espaço interior, mas recorrendo ao expediente de ocupação do espaço público.

A casa do Largo do Convento da Encarnação n.º 1 (fig. 5), é de isso exemplo pois a fachada do balcão de madeira, em ressalto sobre o piso térreo, prolonga-se até à ilharga da escada exterior, incorporando-a no edifício. Terá sido, provavelmente, uma escada exterior que veio a ser coberta para comodidade dos moradores.

Até que tivesse sido produzida legislação que regulamentasse a ocupação do espaço público por escadas de alvenaria, ressaltos e balcões nas fachadas, bem como por bases de varanda demasiado baixas e por gradeamentos salientes, os arruamentos, já por si muito estreitos, estavam ocupados por diversos obstáculos, tornando-se difícil a circulação de pessoas em liteiras, e quase impossível a de um homem a cavalo.

Os edifícios referidos são compostos, na maior parte, por loja e sobreloja designada por sótão, com paredes de alvenaria num mesmo plano, e dois andares em ressalto com paredes de frontal em madeira. Esta regra de construir em ressalto só a partir do terceiro piso, aplica-se, possivelmente, para dar altura à circulação de carros e cavaleiros, mas nas escadinhas e recantos onde não podem passar carros, os ressaltos podiam ser mais baixos.

<sup>30</sup> PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/001534. A.M.L. Cota FAN001534.

<sup>31</sup> A.M.L., Obra 26526; Volume 1; Processo 4314/DAG/PG/1917 - Tomo 1; Página 3. Pormenor.



Fig. 5 - Largo do Convento da Encarnação n.º 1.<sup>32</sup>

Exceções são, entre outras, a casa gótica do Largo da Achada 2 e a da Rua dos Cegos 20-29 que têm um único piso em estrutura de madeira e a casa do Beco das Flores n.º 25 que não tem sobreloja, ambas servidas por escadinhas e ainda a da Rua das Farinhas 32-34 que, também sem sobreloja, ocupa um recanto. Quando há andares acima do segundo, verifica-se, quase sempre, terem sido construídos posteriormente.

Mas os prédios de fachada com ressalto, ainda existentes, situam-se fora do que era no século XVI o centro cívico e comercial da cidade. Aí, nas ruas principais como a Rua Nova dos Mercadores, a Rua Nova d'El Rei ou a já referida Rua da Tanoaria, as construções teriam mais pisos, três e quatro andares<sup>33</sup>

Como se pode constatar na conhecida iluminura do Livro de Horas de D. Manuel<sup>34</sup> reproduzida parcialmente na figura 6, os edifícios representados têm uma galeria aberta para a rua formada por um conjunto de colunas de pedra com capitéis lavrados à semelhança dos do Hospital de todos os Santos (fig. 7) e, atrás, uma parede onde se abrem os vãos das lojas e das sobrelojas. Sobre este corpo de alvenaria assenta um segundo volume em ressalto, seguramente de ossatura em madeira, com dois andares, e acima deste um segundo corpo formando “balcoada” também com dois andares. São seis pisos

<sup>32</sup> Gameiro, Roque e Afonso Lopes Vieira, prefácio (1992), *Lisboa Velha, Cem Aquarelas e Desenhos de Roque Gameiro*, Lisboa, Edições Vega, estampa 99.

<sup>33</sup> Brandão, João (1923), *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na 2.ª Metade do Século XVI (Estatística de Lisboa de 1552)*, Lisboa, P. 79, cit. por A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa, aspectos da vida quotidiana*, Lisboa, Edição Esfera dos Livros, p. 93.

<sup>34</sup> Consultável em: [www.museudearteantiga.pt/colecoes/livro-de-horas-dito-de-d-manuel](http://www.museudearteantiga.pt/colecoes/livro-de-horas-dito-de-d-manuel).

ao todo. Do telhado emergem, junto ao beirado e também mais cima, o que parecem ser chaminés e, ao nível da cumeeira, uns torreões que poderiam ser mirantes<sup>35</sup> constituídos por quatro paredes com janelas e telhados de quatro águas.



Fig. 6 – Rua Nova.



Fig. 7 - Capitel da arcada do Hospital de Todos os Santos<sup>36</sup>.

Uma outra pintura representando também a Rua Nova dos Mercadores (fig.8), mostra a mesma tipologia de edifícios, de loja e sobreloja em alvenaria de pedra e mais três pisos em ressaltado, um dos quais com o revestimento de tabuado à vista.

Constata-se que a largura das fachadas é semelhante nos vários prédios, predominando os que apresentam três vãos por piso.

---

<sup>35</sup> Thomas Chase refere que, na casa onde nasceu em 1729 e que já então era muito velha e frágil, havia, como era costume em muitas casas, (...) um quarto único no cimo da casa com janelas a toda a volta”, Nozes, Judite (1990). *O terramoto de 1755. Testemunhos britânicos*. Edições The British Historical Society of Portugal & Lisóptima. Lisboa, p. 87.

<sup>36</sup> Integrado no prédio sito na praça Dom Pedro IV, 84-89.

O primeiro andar, em ressaltado acentuado, assenta em duas fileiras de colunas em cantaria que formam uma galeria na frente da fachada da loja e sobreloja. Entre as colunas de trás estão representados muretes, também em pedra, que servem de bancos e separam a zona de estar, junto à rua, da zona de acesso ao edifício. É uma espécie de “logea” à italiana, um espaço aberto sobre a via pública, de convívio.

Os vãos de janela estão protegidos por rótulas, reixas, estores e portadas de madeira com pequenos postigos.

As fachadas são rebocadas com uma argamassa de areia clara e cal, mas não são caiadas. Estão representadas com a mesma tonalidade rosada das colunas de pedra, e contrastam com o branco dos panos estendidos às janelas. Esta representação não condiz totalmente com a descrição feita por Jan Taccoen van Zillebeke que esteve em Lisboa em 1514, de “altas casas de pedra com reboco muito branco”<sup>37</sup>.



Fig. 8 – Rua Nova dos Mercadores - 'Lisbon, The Rua Nova dos Mercadores', 1550-1600 <sup>38</sup>.

<sup>37</sup> No original « Che sont haultez maisons de pierre, esplâtré tout blanc. »

Fonseca, Jorge (coordenação), Eddy Stols, Stijn Manhaeghe (2014). *Lisboa em 1514 – O relato de Jan Taccoen Van Zillebeke*. Edições Húmus, Cadernos de Cultura n.º 8, V. N. Famalicão, p. 116.

<sup>38</sup> The Society of Antiquaries of London-www.eca.ed.ac.uk.

As coberturas são tão baixas que não se veem da rua salvo nos prédios com a fachada em bico. Van Zillebeke anotou que “são planas em cima e cobertas por uma espécie de telhas que servem de goteiras”<sup>39</sup> mas tal constatação terá sido enfatizada pelo contraste com as coberturas de grande pendente das casas flamengas.

Na maioria dos edifícios de andares em ressalto ainda existentes, a divisão interior do espaço é de um fogo por piso, em que o piso térreo é a loja ou logea. Em todos os andares há uma cozinha com chaminé e por vezes na loja também há. Nos edifícios como o do Beco da Achada e o da Rua da Guia 1-7, pouco profundos e com uma extensa fachada sobre a rua, as habitações eram constituídas por dois ou três compartimentos em enfiamento, todos com janela para a rua, uma sala de entrada, uma câmara interior e uma cozinha. A chaminé está embutida na espessa parede posterior, de alvenaria de pedra.

Nos lotes de fachada estreita como os da Rua do Capelão 2-8 e da Rua da Mouraria 84-90, o compartimento principal tem janela para a rua, segue-se uma câmara interior e, ao fundo, a cozinha com janela para um pequeno pátio. O tabique que forma um corredor ligando diretamente a sala à cozinha terá sido colocado muito depois, considerando o material e a técnica de construção dessa parede divisória constituída por tábuas costaneiras de pinho.

No prédio da Rua de São Pedro 6-10, com uma planta em L em que o lado maior é o da fachada sobre a rua, havia dois fogos por piso a que se acedia por uma escada de tiro. Não havia logradouro pelo que só os compartimentos da frente tinham janela. As chaminés estavam adossadas às paredes das empenas.

Já na Rua das Farinhas 25, cuja planta está representada na figura 2, o corpo direito tinha os compartimentos em enfiamento, possivelmente pela pequena profundidade da parcela, mas o corpo esquerdo de maior profundidade, tinha dois compartimentos com janelas para a rua e dois outros interiores. Vê-se no desenho as paredes antigas a tracejado e as paredes a construir, a traço contínuo.

A tipologia arquitetónica dos edifícios de andares em ressalto é semelhante, na estrutura de madeira, à que se construiu, na mesma época, em países do norte da Europa como a França, a Inglaterra, os Países Baixos e a Alemanha. E tal como em 1502 a reforma manuelina proibiu os balcões em ressalto e as construções com paredes exteriores em madeira, será um século depois, pelo édito de 1607, que Henri IV os interdita em França. Também aí se contornou a lei revestindo os frontais de madeira com reboco<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Fonseca, Jorge, *O relato de Jian Taccoen Van Zillebeke ...*, p. 94.

<sup>40</sup> Bertrand, Michel Jean (1980). *Architecture de l'habitat urbain*. Edições Dunod, Paris. P.14.



## 2.2. Os novos modelos arquitetónicos do urbanismo manuelino.

Mas não foram só medidas práticas como a necessidade de precaver os incêndios ou de permitir a passagem de veículos desimpedindo a via pública, que foram objeto de regulamentação durante o reinado de Dom Manuel I, é uma alteração radical da maneira de ver a cidade.



Fig. 9 - Quarteirões em dente de serra, na Mouraria, junto à atual rua do Marquês de Ponte de Lima.<sup>41</sup>

Até então, a permanente reconstrução de Lisboa seguia a topografia das colinas afeiçoando-se ao relevo e ladeando os caminhos, espartilhada pelas estruturas defensivas. Ainda hoje alguns troços de muralha, mesmo invisíveis, constituem barreiras que impedem o prolongamento das ruas e enclausuram certas áreas urbanas como o troço da Cerca Fernandina que ladeia as atuais Escadinhas da Saúde, na Mouraria, e constitui um obstáculo intransponível, dividindo o velho arrabalde em duas zonas.

As novas construções eram implantadas tendo em conta o espaço disponível e as necessidades dos habitantes, numa microescala de interesses. Como exemplos ficaram os becos e os pátios à volta dos quais se estabeleceram relações de vizinhança, o desalinhamento das fachadas e a disposição oblíqua dos edifícios em “dentes de serra” dando o cunhal à rua (fig. 9), acidentes urbanos que não eram fruto do acaso mas sim da intenção de criar recantos onde se pudesse estar ou mesmo trabalhar, como uma extensão da casa sobre a via pública. Assim, “o urbanismo da Idade Média é, sem dúvida,

---

<sup>41</sup> Planta de João Nunes Tinoco, 1650. Consultável em: [Lxi.cm-lisboa.pt](http://Lxi.cm-lisboa.pt), cartografia histórica.

espontâneo e anónimo, mas está subentendido por um pensamento e por estudos de que resultaram uma estética específica, de acordo com a moda do tempo, mas nunca desligada das contingências de ordem prática ou funcional e largamente inspirada nas características do lugar.”<sup>42</sup>

É neste contexto que a legislação manuelina vem impor novos valores de estética urbana. À irregularidade das construções existentes contrapõe “...os fundamentos teóricos dum modelo projetual, arquitetónico e urbanístico marcadamente moderno”<sup>43</sup>, que vão introduzir conceitos estéticos como o alinhamento, o nivelamento, a simetria e a proporção.

Os projetos urbanos da Ribeira de Lisboa, destinados à renovação dos eixos das ruas Nova e da Sapataria, à Rua dos Ferradores, bem como a urbanização da Vila Nova do Olival e mais tarde a urbanização da Vila Nova de Andrade, aplicam a legislação Manuelina e tornam-se modelos que vão orientar as tipologias das novas construções.

Da imposição do alinhamento das fachadas impedindo os recantos, do estabelecimento de normas relativas à modulação das fachadas e dos vãos, alinhando-os na prumada e mantendo afastamentos iguais e, no caso da Rua da Tanoaria, da imposição de que todas as fachadas assentassem sobre esteios de cantaria, resultam espaços urbanos estruturados em que cada edifício é apenas uma parte de um conjunto imponente.

Um novo conceito de cidade vai surgindo, já não construída casa a casa, mas projetada por conjuntos de casas, em frentes edificadas que criam espaços públicos perfeitamente ordenados, como paradigma da estética urbana. É a cidade utópica da renascença que começa a impor-se.

O traçado regular ditando a ortogonalidade num terreno acidentado é aplicado primeiro em 1504, na urbanização da Vila Nova do Olival em propriedades dos Frades do Convento da Trindade e do Convento do Carmo e, a partir de 1513, à Vila Nova de Andrade. Anteriormente, em 1498 tinham sido estabelecidas, através de uma carta-regimento, as normas urbanísticas que regeram a construção de um conjunto de “lojeas” destinadas a formar a frente norte do Terreiro de Paço. Nesse documento, são estabelecidas entre outras, as dimensões dos vãos de porta e de janela, bem como a largura dos nembos e a altura da fachada, determinando o alinhamento vertical dos vãos de porta

---

<sup>42</sup> Delfante, Charles (1997, 2000). *A Grande História da Cidade. Da Mesopotâmia aos Estados Unidos*. Lisboa, edição Instituto Piaget, P. 97.

<sup>43</sup> Carita, Helder. *Lisboa Manuelina e a formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa, Livros Horizonte, p. 62.

e janela, e as distâncias regulares entre eles<sup>44</sup>. E embora fosse de apenas dois pisos, o efeito obtido pelo conjunto é o de um único e extenso edifício. Desde então o módulo constituído por um portal de lintel reto em que a altura é o dobro da largura, e a que se sobrepõe um vão de janela quadrado e perfeitamente alinhado, passará a ser usado nas edificações e difundir-se como modelo.

Hélder Carita que analisou, no Bairro Alto, a configuração do talhão como unidade de edificação, aponta uma dimensão média da frente dos talhões mais antigos, de 24 palmos, e refere Gustavo de Matos Sequeira que estudou a urbanização dos Trinos e dos Carmelitas, na constatação de que nos emprazamentos há frequentemente “chãos com vinte e tantos palmos de frente”<sup>45</sup>, ou seja, entre 4,5m e 5,30m.

Os prédios da Rua da Oliveira ao Carmo 22 e 43-45, ainda mantêm o comprimento de fachada, e a disposição dos vãos da loja e do primeiro andar, mesmo sendo o edifício atual uma reconstrução. Têm ainda na fachada a pedra foreira com o letreiro “Trindade” indicando assim a sua origem<sup>46</sup>.

Nos emprazamentos há frequentes referências ao número de pisos, ora loja e sobrado, ora loja e dois sobrados, e também a um quintal com árvores ou a um eirado ou a atafonas.

Na urbanização da cerca dos Carmelitas, na barroca entre o Convento do Carmo e o Rossio, um diploma de D. Manuel, datado de 1517, limitou a altura das edificações que aí viessem a erguer-se à altura de 10 palmos ou seja um piso, na parte mais alta do terreno, mas não impôs restrições para o lado da barroca<sup>47</sup>.

No Bairro Alto, as edificações mais antigas teriam um polígono de implantação próximo do quadrado e, por vezes, um pequeno logradouro. Tinham inicialmente dois pisos, isto é, loja e sobrado. Na fachada principal abriam-se dois vãos no piso térreo, um de porta e outro de janela, e outros dois no primeiro andar, ou ambos de janelas de peito ou um de peito e outro de sacada, mas perfeitamente alinhados com os do andar inferior. Os vãos de janela eram quadrados, e ainda no piso térreo, um terceiro vão descentrado e sem correspondente no piso superior, constituía a porta de acesso à escada.

---

<sup>44</sup> Ibidem, P. 63

<sup>45</sup> Sequeira, Gustavo de Matos (1939). *O Carmo e a Trindade, subsídios para a história de Lisboa*. Lisboa, Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa. Volume I, p.168.

<sup>46</sup> Ibidem, V. I, p.200.

<sup>47</sup> Ibidem, V. I, p.254





Fig. 10 - Rua da Atalaia 203-205.

Permanecem ainda no Bairro Alto alguns edifícios com esta tipologia, entre os quais, os da Rua da Atalaia 203-205 (fig. 10), também os números 186-186A, 145-147, 149-151, 153-155 e 162 da mesma rua, a que foram posteriormente acrescentados os segundos andares, e os da Travessa da Cara 27-29, 36-38 e 40-42 igualmente acrescentados de um piso, bem como os da Travessa dos Fiéis de Deus 39-41, 40, 42-44, e 60-64, o da Rua do Diário de Notícias 37-39 e muitos outros já consideravelmente alterados.

O espaço interior era repartido em quatro compartimentos no andar, dois com janelas para a rua e dois outros com vãos para as traseiras, sendo um deles a cozinha de onde havia, por vezes, acesso a um pequeno pátio. Mas em várias casas não havia logradouro, o que obrigava a que a parede posterior topejasse noutra edificação e assim sendo, esses compartimentos eram interiores.

A escada, de um único lanço, apoiava na empena do edifício e tinha porta direta para a rua, o que permitia o acesso independente do da loja. O piso térreo era habitacional, já que dispunha de uma sala, um quarto e cozinha com chaminé. Esta disposição era idêntica à do andar.

As paredes das fachadas dos edifícios deste tipo ainda existentes, são em alvenaria ordinária de pedra com espessura média de 60 cm, as empenas também em pedra têm cerca de 40 cm, e as divisórias interiores frontais de madeira. As coberturas atuais são telhadas em duas águas, e terão sido de tesoura já que ainda subsistem no bairro alguns telhados desse tipo.

A quem se destinavam estas casas, quem foram os primeiros habitantes? Sabe-se que na urbanização da Vila Nova do Olival, a maioria das escrituras de empraçamento são do próprio ano de 1502 e vão diminuindo em número até 1518. Foram sobretudo pedreiros e carpinteiros que aforaram os chãos para construção das casas que depois vendiam<sup>48</sup>. Os compradores eram em parte gente da pequena fidalguia e em parte artífices de que são referidos, entre muitos outros, um borzeagueiro, um tecelão, vários alfaiates, um barbeiro, um lapidário, um pescador, e vários pedreiros.

A alta nobreza também se instalou na zona, já no último terço do século XVI, emparcelando vários chãos e construindo grandes casas, uma das quais descrita por Matos Sequeira, a partir de uma planta em pergaminho, como “um palácio quinhentista, com várias salas, um pátio interior sobre arcadas etc., tendo uma delas, ao lado, um espaço circular, representativo talvez, de uma escada em caracol. À parte traça-se uma planta do sobrado da torre que ficava sobre essa sala, e a do eirado da mesma torre”<sup>49</sup>, tipologia que foi também a do palácio dos Salemas no Bairro Alto, e do ainda existente palácio Almada-Carvalhais situado no Largo do Conde Barão 48-57 que conserva desse tempo o piso térreo e o pátio com arcadas. A primeira casa, muito anterior à urbanização terá sido a dos Paços da Pedreira, pertença do almirante Pessanha que se situava no local onde existe hoje o Palácio Valadares, ao largo do Carmo.

Em muitos dos prédios da Vila Nova de Andrade, foram acrescentados um ou dois pisos como é o caso do localizado na Travessa dos Inglesinhos 8-12 em que as características das molduras dos vãos do segundo e terceiro pisos bem como a ausência de pedras de sacada nas janelas rasgadas, remetem para uma ampliação muito posterior. Também neste caso, uma vez destruído o telhado original, foi feito um telhado de duas águas sobre empena em bico.

Tal como foram ampliados em altura, também a ocupação do solo foi sendo maior, construindo-se sobre os logradouros e tornando a malha urbana do Bairro Alto imbricada e complexa sugerindo mesmo que alguns prédios tenham ocupado o espaço destinado ao logradouro dos prédios vizinhos.

A configuração dos edifícios foi-se assim alterando, e o polígono de implantação de cerca de 5,5m de frente por 5,5m de profundidade foi dando origem, por subdivisão, a um outro de meio chão, com cerca de 3m de frente e com uma profundidade que pode ir

---

<sup>48</sup> Sequeira, Gustavo de Matos (1939). *O Carmo e a Trindade, subsídios para a história de Lisboa*. Lisboa, publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa. Volume I, p.168.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 277.

aos 14 m, com ocupação do logradouro. Trata-se de uma tipologia arquitetônica difundida na cidade, que na fachada tem, a nível do rés-do-chão, dois vãos de porta, um de acesso à loja e outro à caixa de escada e, acima, um vão de janela, de peito ou de sacada, por piso. A escada é muitas vezes ventilada por um óculo aberto na fachada.

São exemplo, no Bairro Alto, os prédios da Rua Luz Soriano 114-116, Rua Luz Soriano 84-86, Rua da Rosa 67, Rua da Rosa 69-71, Rua da Atalaia 145-147, Rua da Atalaia 149-15, Rua da Atalaia 195-197, Rua dos Mouros 9-11, Rua dos Mouros 27-29.

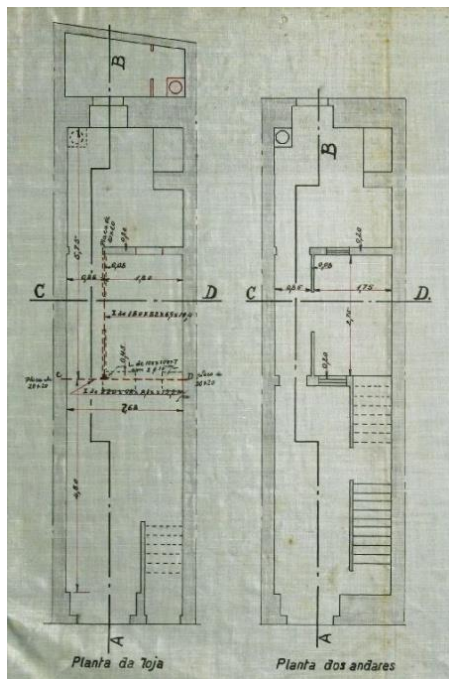


Fig. 11 – Planta dos pisos da rua dos Mouros 27-29<sup>50</sup>. Fig. 12 - Rua das Flores de S.ta Cruz 35.

Neste último (fig. 11), a divisão interior é idêntica em todos os pisos, com uma escada de tiro adossada à empena, uma sala com sacada para a rua, um quarto interior e uma cozinha ao fundo com janela para um logradouro reduzido a saguão. A chaminé, também existente na loja, está encastrada na parede da empena. O quarto interior está encerrado por uma parede de tabique de costaneiras formando um pequeno corredor que liga diretamente a sala à cozinha, mas o próprio material de que é constituída confirma mais uma vez, que terá sido colocada em data muito posterior à da construção do edifício. Assim, os fogos eram constituídos por três compartimentos em enfiamento, tendo sempre que atravessar a câmara ou quarto de dormir, para chegar à cozinha.

<sup>50</sup> Obra 17355; Volume 1; Processo 1660/SEC/PET/1930 – Tomo 1; Página 3. A.M.L.

Esta tipologia é também a de um edifício de fachada em bico, existente na Rua das Flores de Santa Cruz ao Castelo (fig.12), constituído por loja, sobreloja, dois pisos e águas furtadas, com um único compartimento por piso, já que a profundidade da fachada não vai neste caso além dos 5,5m. Embora não existam no arquivo municipal, elementos escritos ou desenhados que nos permitam tirar conclusões, verificou-se durante as obras de reabilitação, a existência de vãos entaipados nas empenas do edifício ao nível do piso térreo, que sugerem ser este uma pequena parte de um edifício maior que englobaria pelo menos os dois prédios contíguos, pouco profundo mas largo, talvez desmoronado pelos sismos de 1512, 1531 ou 1597, ou talvez derrubado em cumprimento do alvará de 1502 que impunha a demolição de todos os balcões da cidade num prazo de seis meses, tendo os andares acima sido acrescentados posteriormente.

Constata-se, por outro lado, a disparidade das proporções e das distâncias entre os vãos. Havendo uma correlação entre as proporções e o alinhamento dos vãos da loja e da sobreloja, poderá ter sido este corpo o que restou do edifício primitivo. Só havia uma chaminé no edifício que era a da loja, e as peças que ainda hoje a enquadram não são em cantaria como as do Bairro Alto, mas sim consolas e verga em madeira. Quanto aos andares, têm acesso independente por uma escada de tiro encostada à empena, arejada e iluminada por óculos abertos na parede da fachada.

Estes pequenos óculos, tão comuns nesta tipologia arquitetónica, são mais tarde citados por viajantes estrangeiros que os anotam, pela estranheza, nos seus relatos sobre a cidade, como Thomas Cox que visitou Lisboa em 1701 e refere numa carta que “há muitas vezes buracos nas paredes em vez de janelas”<sup>51</sup>.

Constatamos assim que as tipologias de edifícios correntes e de habitação, construídos no século XVI nas novas urbanizações, têm inicialmente fachadas com três módulos verticais de vãos (MVV) e dois pisos e que, numa fase subsequente, são também edificadas meios lotes daí resultando fachadas com dois módulos verticais de vãos (MVV) e três pisos. Estes dois modelos serão difundidos por toda a cidade e podemos ainda hoje encontrá-los sobretudo em Alfama e na Mouraria, tendo sido ao longo dos anos ampliados com novos andares.

---

<sup>51</sup>Cox, Thomas (1701, 2007), *Relação do Reino de Portugal*, (1701, 2007), Lisboa, Coleções Biblioteca Nacional, p.53.

Nos edifícios da Lisboa desse tempo viviam, em média, 1,6 famílias<sup>52</sup>, distribuídas pelos diversos pisos, umas proprietárias do prédio e outras arrendatárias.

A ocupação interior de tão exíguos espaços, por analogia ao que era o modelo da residência de um solar nobre, distribuía-se pela divisão de entrada que seria a sala de receber os de fora, a divisão interior que servia como câmara de dormir, e a do fundo que era a cozinha, onde a família se reunia e tomava as refeições. Nas casas nobres ou nas de notáveis, onde as áreas eram vastas e a divisão complexa, as funções atribuídas a cada divisão eram em maior número e complexidade, e as refeições não estavam circunscritas num espaço, antes podiam ser tomadas em qualquer um, bastando para isso montar uma mesa que se desmontava quando terminava o repasto.

Quanto ao espaço de dormir, a cama enquanto peça de mobiliário, quando existia, era armada na câmara e ocupada pelo casal dono da casa, mas os restantes membros da família, se não dispusessem de uma, dormiam no chão, sobre colchões que se levantavam de manhã<sup>53</sup>.

### **2.3. As grandes unidades habitacionais dos séculos dezasseis e dezassete**

Na planta de João Nunes Tinoco (fig. 13), datada de 1650, verifica-se que a área limitada a sul pela muralha do castelo e a Norte pela Rua da Amendoeira e pela Rua dos Lagares, não estava ainda edificada.

Um século depois, na planta de Guilherme de Menezes (fig. 14) no lado sul da Calçada de Santo André e numa parte do lado norte figuram já construções.

Todas elas foram, portanto, edificadas a partir da segunda metade do século XVII. Há, porém, uma exceção, o edifício que se encontra no extremo sul da calçada junto à Porta de Santo André, conhecido por Palácio Figueira, que já então estava representado.

Não sendo a arquitetura nobre ou palaciana o objeto primeiro deste trabalho, há que reconhecer que algumas das características destes imóveis foram reproduzidas ou

---

<sup>52</sup>Marques, A. H. de Oliveira (1963, 2010), *A Sociedade Medieval Portuguesa, aspectos da vida quotidiana*, Lisboa, Edição A Esfera dos Livros, p.93.

<sup>53</sup>Henriques, Paulo (2004), *Voyage d'Espagne et du Portugal du Père François de Tours, Prédicateur Capucin, en 1699, Lisbonne avant le Tremblement de Terre – Le Panneau du musée de l'Azulejo*, Paris, Editions Chandeigne, p. 105.

«Ils ont une manière de se coucher très vilaine qui est de se coucher tout nus sans chemise, homes, femmes, filles et garçons dans une même chambre car, n'ayant point de lits, le soir ils mettrons des matelas à terre avec des linceuls autant qu'il en faudra pour le monde qu'il y a. Le matin ils mettent tous ces matelas dans une petite chambre, plient les draps, et voilà les lits faits. »

adaptadas a residências mais modestas, mas ainda assim superiores, em área e conforto, às anteriormente referidas.

A construção do Palácio Figueira foi iniciada por D. João de Mendonça após permissão de D. João II, em 1490<sup>54</sup>, para que fosse adossada à cerca Fernandina e ao postigo de Santo André. Era então prática corrente nas cidades europeias, como aconteceu em França e em Itália, em Siena por exemplo, onde grandes casas nobres implantadas junto às portas das cercas, “... se apoiavam na muralha e dispunham, para seu serviço, de uma pequena porta particular; de modo a que, nesta cerca municipal, as portas não eram todas públicas, controladas pelas autoridades e os agentes do fisco.”<sup>55</sup>



Fig. 13- Calçada de Santo André, em 1650<sup>56</sup>



Fig. 14 – Calçada de Santo André em 1761<sup>57</sup>

Em 1650, o palácio tinha uma planta em forma de L, e um pátio central com um poço. Como a Calçada de Santo André tem uma pendente acentuada, o pátio ficava num plano elevado em relação a essa via, mas quase de nível com a Calçada da Graça que bordejava o edifício pelo nascente. Desse mesmo lado, um troço da Cerca Fernandina ficou incorporado no edifício e, ainda em 1995, era perceptível do interior do átrio, a espessa parede de pedra da muralha.

<sup>54</sup> Furtado, Teresa (1995). Inventário do Património Arquitectónico, Concelho de Lisboa, Palácio dos Condes da Figueira. Consultável em:

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2625](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2625).

Heers, Jacques (1990). *La Ville au Moyen Âge*. Paris, Editions Fayard, p. 212. No original : “Souvent leurs *castellari* s’appuyaient sur la muraille et disposaient, pour leurs services, d’une petite porte particulière ; de telle sorte que, dans cette enceinte municipale, les portes n’étaient pas toutes « publiques », contrôlées par les autorités et par les agents du fisc. ».

<sup>56</sup> Pormenor da Planta de 1650, de João Nunes Tinoco. Lxi.cm-lisboa.pt, cartografia histórica, 1650-Tinoco.

<sup>57</sup> Pormenor da Planta de 1761, de Guilherme de Menezes. Lxi.cm-lisboa.pt, cartografia histórica, 1761-Guilherme de Menezes.



Fig.15 – Arco de Santo André e, à direita, o Palácio Figueira.<sup>58</sup>

De resto, o postigo de Santo André que era uma das portas da cidade por onde se acedia à Mouraria, fazia a ligação entre o palácio e uma outra casa, situada do outro lado da Calçada de Santo André e pertencente à mesma família, que incorporava também a muralha (fig.15) que daí seguia para o castelo. O edifício foi ampliado talvez em inícios do século XVII, com um andar nobre, e os dois volumes ligaram-se através de uma passagem sobre o arco ou porta da cidade, dele se apropriando. A face interior dos muretes dessa passagem de ligação estava revestida com lambrins de azulejos representando personagens com cabeças de animais, ditos de macacarias, e outros, azuis sobre fundo branco, com cenas infantis, representando meninos brincando às touradas usando brinquedos de pau imitando touros e cavalos, e outros ainda representando meninos numa procissão a atravessar um largo ladeado de casas com colchas nas varandas e pessoas debruçadas<sup>59</sup>. Esse terraço sobre o arco era local privilegiado para assistirem à passagem da procissão do Senhor dos Paços da Graça, entre outras, que esses azulejos evocam.

Do lado poente, os três primeiros pisos são compostos por lojas e habitações (fig. 16) todas com acesso independente por uma escada de tiro. Os vãos de janela são quadrados com molduras de cantaria boleada, mas de dimensões díspares. O quarto piso,

---

<sup>58</sup> Bácia, José Artur Leitão (1871-1945). Fotografia do AML, Arquivo Fotográfico, PT/AMLSB/POR/053279. Cota BAR000045.

<sup>59</sup> Estes azulejos foram retirados em 1913, quando o arco foi demolido, e colocados no interior do edifício, no local de onde partia a passagem sobre o arco. Ainda lá estavam em 1995. Ver ficha SIPA: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2625](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2625).



terceiro para a fachada sul que é a principal, é já o piso nobre de inícios de seiscentos, com acesso pelo portal de cantaria lavrada à italiana, lembrando os dos palácios-fortaleza, e o quinto piso com as suas janelas de sacada enquadradadas por molduras de cantaria e encimadas por vãos de bandeira e entablamentos, tem acesso pela fachada nascente através de um portal com frontão curvo interrompido. O sexto piso é mais recente.

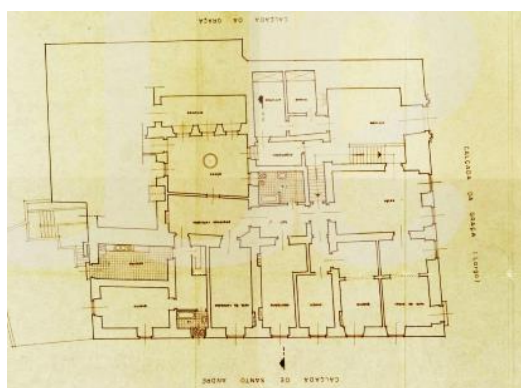


Fig.16 – Palácio Figueira, fachada poente.<sup>60</sup>

Fig. 17 – Palácio Figueira, Planta do 4.º piso<sup>61</sup>

Até ao quarto piso os cunhais são em cantaria esculpida em almofadas de acabamento rugoso e, acima, de aparelho liso.

No seu conjunto o edifício é ainda hoje monumental e, apesar da demolição do arco de Santo André e perda da ligação da muralha, não perdeu o caráter maciço de fortificação.

A organização do espaço interior (fig. 17) assenta numa ampla quadrícula de paredes portantes onde vão assentar os telhados de tesoura. Os compartimentos assim obtidos tinham cerca de 10m de comprimento. As subdivisões interiores, eram feitas por tabiques cuja posição poderia sempre ser alterada, colocados para rentabilização do espaço já que o número de dependentes e de criados em famílias nobres como a de D. João de Mendonça, era enorme.

As paredes de pedra são espessas, as exteriores têm, nalguns troços, mais de dois metros de espessura. No interior, os pavimentos eram em solho de tábua larga, os tetos forrados a madeira escura, e algumas portas e alizares também em madeira escura, exótica.

<sup>60</sup> Obra 20122, Volume 2; Proc. 50980/DAG/PG/1987-Tomo 1, p. 10. A.M.L.

<sup>61</sup> Ibidem, p.13.



Nas salas havia lambrins de azulejos azuis e brancos e um painel assente na parte superior da parede como se de uma pintura sobre tela se tratasse, que representava a família do proprietário.

O pátio central, foi parcialmente ocupado por construções que não estão representadas na planta da cidade de 1650, designadamente um corpo a nascente sobre o qual foi construído um oratório, possivelmente já em finais do séc. XVII. A norte do pátio fica um pequeno jardim com uma árvore de fruto e vistas para a calçada de Santo André.

Rua acima, do lado oposto da calçada da Graça, uma outra grande casa seiscentista, o Palácio Trofa que pertenceu aos Menezes, tem uma disposição interior semelhante. Com planta em L, apresentava na frente mais estreita a fachada principal onde se localizava o portal de entrada, face ao Convento da Graça, e a fachada mais longa virada a poente para a Calçada da Graça que, por ter uma pendente muito acentuada, permitiu a construção de cinco pisos, três dos quais em cave.

Para a rua a nascente, a Travessa das Mónicas, já ao nível do quarto piso, ficava o pátio central com um poço e um jardim, por onde se acedia aos dois últimos andares, os pisos nobres. O poço que está ligado a uma cisterna tem também acesso pelo piso inferior, em cave, através de um vão aberto na parede.

A divisão interior é semelhante à do Palácio Figueira, com os pisos inferiores e o de sobreloja, destinados a lojas e a pequenos fogos de habitação popular e os dois pisos nobres divididos por paredes portantes formando uma quadricula, que define amplas salas em “enfilade” com vãos centrais emoldurados a mármore vermelho.

Os pisos em cave são constituídos por um sistema de abóbadas em tijolo, sobrepostas e visíveis ainda no interior de alguns fogos, que tinham como função a contenção de terras do talude, e constituem as fundações do imóvel.

A fachada poente tem um embasamento revestido de pedra aparelhada em almofadas separadas por alhetas, até ao terceiro piso, o que lhe confere grandiosidade.

Estas duas grandes residências têm assim o mesmo tipo de planta em L, uma organização do espaço interior semelhante e a mesma monumentalidade, com os andares nobres separados da via pública por se encontrarem acima do quarto piso, deixando os primeiros andares destinados a fogos autónomos para alugar a classes populares.

E cito mais uma vez Cox quando em 1701 refere que “muitas vezes, os quartos mais baixos das casas dos nobres são alugados em pequenas unidades a vendedores de bugangas. Admiro-me que este hábito seja tão prevalente entre eles, pois não só têm mau aspeto como também enfraquece imenso os edifícios ao demolir-se tanto as paredes

quanto uma loja exige. Há muita gente comum a viver por baixo do palácio do rei”<sup>62</sup> e, acrescenta também, que os nobres “vivem no andar de cima, calculo que por causa da sujidade das ruas que cheiram muito mal”. Não seria essa a única razão, mas também a larga vista sobre o Tejo que desfrutavam do terraço e das sacadas e, sobretudo, a necessidade de protegerem os elevados padrões de vida da família, dos olhares da população, criando uma confortável distância entre eles e o pequeno povo de Lisboa.

O Palácio Trofa era muito grande, estendia-se ao longo da Calçada da Graça ao longo de 74m e só o edifício tinha uma implantação no solo de cerca de 1000m<sup>2</sup>, mas a parte central foi destruída por um incêndio e, em 1893, foi construído um novo prédio que não restabeleceu o alinhamento dos vãos e assim quebrou a continuidade da fachada, ficando o palácio dividido em duas partes. O topo sul é rematado por um terraço ao nível do último andar, com muretes revestidos a azulejo na face interior, que culminava o atravessamento de vários salões e de onde se desfrutava de uma ampla vista sobre o rio Tejo. A vista sobre o rio era, de resto, nas grandes casas seiscentistas, muito valorizada.

A Constituição Zenoniana, lei romana reconhecida pelos tribunais portugueses, estabelecia a interdição de construção de edifícios que obstruíssem a vista direta dos prédios vizinhos para o mar, determinando uma distância mínima entre eles de cem pés, cerca de 30 metros, a partir da qual a altura era livre<sup>63</sup>.

A arquitetura destas grandes casas respondia, prioritariamente, às exigências de estabilidade que as mantiveram de pé até ao presente, mas tendo sempre em linha de conta as necessidades de aparato que as distanciava das demais, jogava de forma subtil com os símbolos de riqueza e poder que ora evidenciava ora escondia.

Os fogos de aluguer situados nos andares baixos das grandes casas nobres, eram recorrentes neste período, e pode ver-se nas gravuras e nas fotografias antigas do Palácio Corte Real, do Palácio dos Condes de São Miguel, do Palácio do Marquês de Tancos e outros mais, a mesma organização das fachadas, abrindo-se no rés-do-chão os estreitos vãos de acesso às escadas de tiro por onde se acedia aos fogos de aluguer, os três pisos de vãos de janelas quadradas, no alinhamento das portas, enquadradas por largas molduras de cantaria, o todo formando um paralelepípedo em que os cunhais de pedra acentuam o carácter maciço. Encimando esse bloco e dele separado por uma faixa de pedra,

---

<sup>62</sup> Cox, Thomas (1701, 2007), *Relação do reino de Portugal*. Lisboa, Edição Coleções Biblioteca Nacional, p.142.

<sup>63</sup> Monteiro, Cláudio (2010), *Escrever Direito por Linhas Retas. Legislação e Planeamento Urbanístico na Baixa de Lisboa (1755-1833)*, Lisboa, Edições aafdl, p. 38 e 39.

ficava o piso nobre com as suas janelas de sacada e um último piso também ocupado pela família dos proprietários. O portal que lhe dá acesso, tem a pedra de lintel ao nível do segundo andar, reduzindo dessa forma os vãos quadrados das janelas dos fogos de aluguer, a elementos decorativos e ordenadores de um soco gigantesco, com a altura de três pisos, onde assenta o andar nobre. Com esta disposição dos elementos arquitetónicos os edifícios apresentavam um aspeto monumental, ainda acentuado pelo uso e abuso dos revestimentos em cantaria relevada.

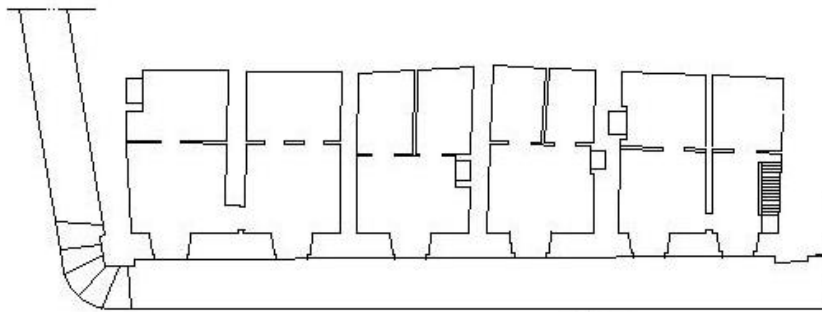


Fig. 18 – Palácio Trofa, piso 1.

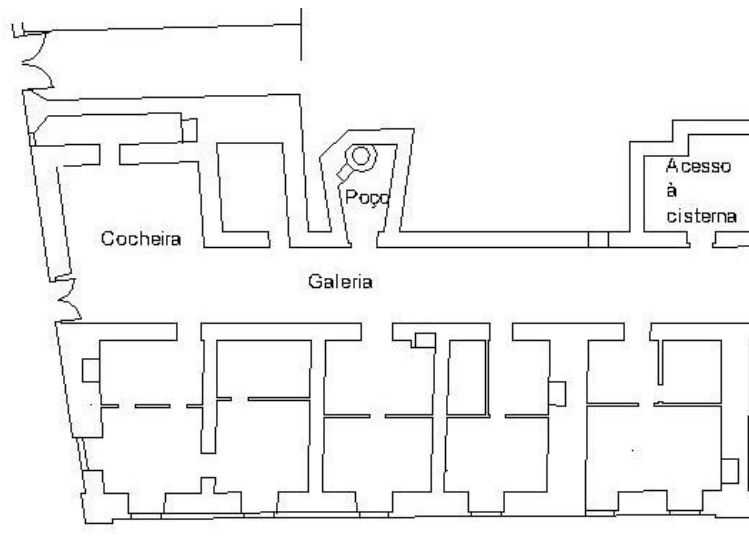


Fig. 19 – Palácio Trofa, fogos do piso 2. A galeria de acesso aos fogos está, neste levantamento, já obstruída pela demolição e reconstrução da parte central do imóvel<sup>64</sup>.

<sup>64</sup> Planta elaborada a partir da Obra 1932; Volume 2; Processo 2508/DMPGU/OB/1994 – Tomo2; P. 183. A.M.L.

Os visitantes estrangeiros reconheciam a monumentalidade do conjunto e o mesmo Cox, escreve: “...acho que devemos conceder que algumas das coisas deles são imponentes, como as casas da nobreza, que têm um aspecto magnífico e, de certeza, custaram grandes somas de dinheiro. Vi umas em que se pode entrar de carruagem por uma porta e sair por outra. “

No caso do Palácio Trofa, as lojas são constituídas por um compartimento de entrada e dois outros ao fundo (fig. 18). Na entrada há uma chaminé, o que pressupõe um fogo de habitação com cerca de 28m<sup>2</sup>, sem qualquer janela já que só tem como vão exterior o da porta da rua.

No segundo piso (fig. 19), sobrepostas às lojas, há idênticas unidades de habitação com acesso não por escada, mas antes por um longo e largo corredor, uma galeria escura, apenas iluminada por pequenas frestas que recebiam alguma luz e ventilação do pátio.

Na fachada principal do edifício, a que dava para o largo, havia duas portas, pela da direita acedia-se ao pátio e ao jardim nobre, pela da esquerda a um espaço que servia certamente de cocheira, a que se seguia a galeria de distribuição às pequenas habitações. Por ela se chegava também ao poço de onde os moradores podiam retirar a preciosa água.

A serventia por galeria não é habitual nestas casas. Esta percorria os 74 metros de comprimento da ala poente do palácio.

No troço sul, onde a pendente da calçada o permitiu, há mais um piso, pelo que foram feitas escadas de tiro, íngremes e estreitas para lhe aceder. Depois do palácio ficar truncado pelo incêndio, os fogos do corpo sul do edifício ocuparam o espaço abobadado da galeria.

No Palácio Figueira há dez fogos destinados a gente das classes populares, sem comunicação interna com os andares nobres, e que podiam ser arrendados. Cada um tinha uma planta próxima do quadrado, com uma área de cerca de cinquenta metros quadrados, dividida por dois compartimentos um dos quais interior. Os dos andares são servidos por escadas de tiro com acesso direto à rua. Mas, numa planta de levantamento de 1919 (fig. 20), verifica-se que nem todos os fogos tinham chaminés, o que leva a supor se trataria de sobrelojas<sup>65</sup>, a menos que as chaminés tenham sido demolidas ou entaipadas.

---

<sup>65</sup> Num documento de 1442, “o corregedor, vereadores, procurador e homens bons da cidade de Lisboa ordenam a proibição de se fazerem fogueiras (...) nas sobrelojas que não tenham chaminé, sob pena de pagamento de coima”. AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro das Posturas Antigas, doc. 26, f.6v. PT/AMLIS/AL/CMLSB/ORG-M/03/06

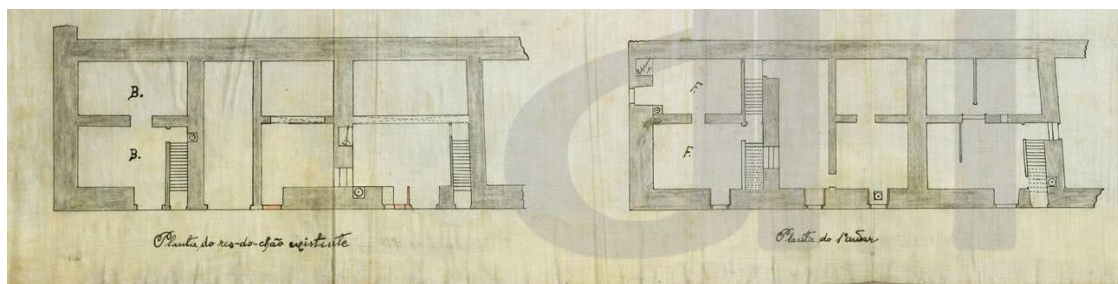


Fig. 20 – Palácio Figueira, fogos destinados às classes populares<sup>66</sup>.

As dimensões das pequenas unidades habitacionais não estão longe das áreas das casas edificadas no Bairro Alto, a rondar os 6,5m de frente por 7,5m de profundidade.

Estes grandes edifícios são já prédios de habitação coletiva e de rendimento. Talvez alguns destes fogos tenham em algum momento alojado serviços do palácio, mas pela separação total de acessos tal parece pouco provável.

Um pouco abaixo, na encosta da Graça, fica a Rua dos Lagares que constituía o limite norte da Mouraria. Nessa rua, mesmo de frente das escadas do Caracol da Graça, fica o muro de um logradouro cujas casas têm frente para a Travessa dos Lagares e para um beco com o mesmo nome (ver localização na fig. 25). Tal como nos dois palácios acima descritos, as casas da Travessa dos Lagares 11-17 são também resultantes de ocupações sucessivas. Situam-se na esquina de uma travessa estreita e de um beco que remete, pela forma urbana, para os adarves mouros, formando um pequeno largo. Na planta de 1650 a rua é designada por Beco dos Captivos, e liga a antiga Rua da Oliveira hoje do Terreirinho, à Rua dos Lagares. Esta última via era, em finais do séc. XV, já exterior à Mouraria, mas separava o bairro dos mouros forros dos terrenos do seu antigo almocávar<sup>67</sup>.

“O sítio dos Lagares deu o nome a uma rua que, saindo da Calçada de Santo André, vae encostada ao monte da Graça, na direcção de Arroios ou Santa Bárbara. Estes lagares eram propriedade do Hospital de Todos-os-Santos e de Pedro Lopes do Carvalhal:

- 1502. «huu chão que parte com o caminho que vem da calçada de Santo André pera os lagares dazeite que o dito espital grande de todosos santos de dereito señorio he

<sup>66</sup> Obra 20122; Volume 1 ; Processo 10412/1<sup>a</sup>REP/PG/1919 - Tomo 1; Página 5.

<sup>67</sup> A Travessa do Terreirinho que é paralela à Travessa dos Lagares era, em 1650, designada por Beco dos Almocreves mas podia bem ser uma corruptela de Almocávar, já que conduzia aos terrenos do cemitério dos mouros. Tal é referido por Luís Pastor de Macedo (1941,1968) em *Lisboa de lés-a-lés*, Publicações Culturais da C. M. L., volume V, p. 39.

em ho arrualde da dita cidade ao pee da costa de Santa Maria da Graça, freguesia de Santa Justa.» (Livro 9 da Extremadura, fl. 162 v).<sup>68</sup>

- 1503. «lagar de azeite no almocovar». (Id., fl.180 v).”e mais adiante, “1510. «temda que está nas olarias que partem de hua parte com temda que foy dalle Almançor que hora he de mestre Jorge. E da outra com tenda que foy de Mafomede Roballo e por de tras cõ azinhaga que vay amte elle e ho logar (sic) de Pero Lopez do Carvalhal e per diante cõ ho almocovar que foy dos mouros». (Livro 13 da Extremadura, fl. 37 v).»<sup>69</sup>



Fig. 21 – Beco dos Lagares na planta de 1650.

Fig. 22 – Beco dos Lagares em 1995.

Não se sabe ao certo se a casa da Travessa dos Lagares 11-17 era realmente a de Pero Lopez do Carvalhal, mas é inegável de que se trata de um local situado no arrabalde da mouraria onde, no início do século XVI, houve lagares de azeite e tendas de oleiros.

Exteriormente o edifício era de alvenaria de pedra, rebocada e caiada, com vãos irregulares, frestas no piso térreo e janelas de sacada no segundo piso. Na ligação da travessa ao beco há ainda um recanto formando como que um pequeno largo (fig. 21).

A base da varanda sobre o beco (fig. 22) assenta sobre duas pesadas consolas de pedra, o guarda-corpo é um gradeamento de varões de ferro forjado, sem nós, fixado na parte superior em outras duas consolas de cantaria rematadas em forma de cone invertido, para suporte de um qualquer utensílio, possivelmente candeias ou lanternas de azeite para a iluminação da rua, já que a questão da iluminação pública de Lisboa é decretada por D.

<sup>68</sup> Azevedo, Pedro A. de, *Do Areiro à Mouraria*, em *O archeólogo Português, Coleção ilustrada de materiais e notícias*, edição do Museu Etnológico Português, Vol. V, 1899-1900, N.º 9-10, p. 11.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 17.

Pedro II em 1689<sup>70</sup>, ainda que logo afastada pelo Senado da Câmara que remete para o clero a incumbência de iluminação dos nichos com cruzeiros e oratórios, considerada suficiente.

As outras varandas têm bases de cantaria e gradeamentos recentes, já do século XX, que terão substituído a guarda primitiva de varão forjado envolvido por reixas de madeira.

A casa era constituída por um piso térreo com planta próxima de um retângulo, e por um outro corpo, que com ele forma um L, com paredes meias com o primeiro, mas cujo pavimento tem uma cota superior de cerca de 70 cm. Estes dois corpos com entrada pelos números 13, 15 e 17, não comunicavam diretamente entre si por vãos de porta, mas articulavam-se em torno de um pequeno pátio para onde davam os vãos de janela.

O segundo piso construído posteriormente, talvez já no século XVII, era um único fogo. A entrada fazia-se pela porta 9 através de um átrio amplo, com duplo pé-direito, e pavimento de seixo de onde arrancavam dois lanços de escadas adossados à parede. Por aí se acedia aos outros compartimentos com portas diretas e também ao pequeno pátio central.

O terceiro piso era constituído por seis compartimentos um dos quais com chaminé de cozinha, e era um único fogo de habitação. Para se aceder às salas sobre as lojas, havia um passadiço coberto, em madeira (fig. 23), que atravessava o pátio. As áreas dos compartimentos eram relativamente modestas, rondando os 30m<sup>2</sup> nos maiores, e a circulação fazia-se por atravessamento das salas e dos quartos, havendo, porém, um curto corredor de acesso ao passadiço. O pavimento era em solho, o teto forrado a madeira no sistema dito de “saia e camisa”, as paredes rebocadas, sem vestígios de azulejaria salvo no interior da chaminé onde, em 1993, ainda se viam alguns elementos, policromos, representando animais.

O telhado assente sobre um vigamento em pinho, permitia um teto de maceira num dos compartimentos altos.

A área de implantação era de cerca de 290m<sup>2</sup>.

Na configuração, pela organização do espaço, tem semelhanças às casas das quintas seiscentistas dos arredores de Lisboa, com o piso térreo desnivelado, constituído por compartimentos amplos e iluminados por frestas, destinados a armazenamento e um piso sobradado de habitação familiar.

---

<sup>70</sup> Castelo-Branco, Fernando (1956,1969), *Lisboa seiscentista*. Edições CML, p.53.

Este conjunto edificado era constituído por várias construções imbricadas ente si (fig. 24), em que se destacavam dois pequenos prédios de loja e sobrado e uma residência unifamiliar de dois pisos com um quintal, a qual se estendia sobre o prédio contíguo acrescentando-lhe um terceiro piso. Esta prática de ampliação de um edifício sobre um prédio contíguo é bastante comum quando pertencentes ambos ao mesmo proprietário. Não sendo assim, não seria permitida porque “... se huma casa for de dous senhorios, de maneira que de hum deles seja o sótão, e de outro o sobrado, não poderá aquelle, cujo for o sobrado, fazer janella sobre o portal daquele cujo for o sótão ou logea, nem outro edificio algum.”<sup>71</sup> Neste contexto, era pelo termo sótão que se designava a sobreloja.

A corroborar essa hipótese estão as espessas paredes de alvenaria de pedra de todo o edifício, bem diferentes das dos outros edifícios do beco, que lhe conferem unidade. Deverá ter sido uma residência unifamiliar no século XVI que, já no século XX, foi dividida em pequenas unidades para aluguer.

Durante as escavações arqueológicas levadas a cabo pelo IPPAR no final da década de 1990, foram postos à vista vestígios de um pequeno jardim, com um poço ligado à rede moura de adução de água, duas pequenas fontes decoradas, uma com um mosaico de conchinhas e bica de pedra lavrada assente num capitel de cantaria, e a outra com azulejos figurando brutescos em amarelo e azul sobre fundo branco, e uma barra de enxaquetados e, para além disso, vários muretes formando caixas ou canteiros.

A nascente, houve uma outra casa em ruínas, com frente para a Rua dos Lagares que tinha um piso abaixo do nível da rua, o que pressupõe ter esta sido aterrada, talvez por derrocada dos edifícios ou mesmo deslizamento das terras da encosta da Graça. Sendo então procedimento comum encher-se com o entulho as casas desmoronadas pelos sismos e construir outras sobre o aterro, é possível que num dos três violentos terremotos ocorridos no século XVI, as construções tenham sido cobertas de terra e o local posteriormente usado como quintal, com uma pequena horta e algumas árvores de fruto.

Assim, não foram encontrados vestígios dos lagares de azeite, mas sim de um quintal urbano de inícios do séc. XVII.

Destes três casos se retira a certeza de que as habitações familiares, fossem elas grandes casas nobres ou pequenas residências com quintal, tinham muitas vezes nos pisos mais baixos ou em corpos laterais, fogos para aluguer, bem como lojas para comércio, tendo, contudo, um sistema de acessos independentes.

---

<sup>71</sup> Almeida, Cândido Mendes de (edição) (1870), *Ordenações Filipinas, livro 1, título 68 – Dos Almotacés*, n. 34. P.161. Rio de Janeiro.





Fig. 23 - Passadiço coberto.

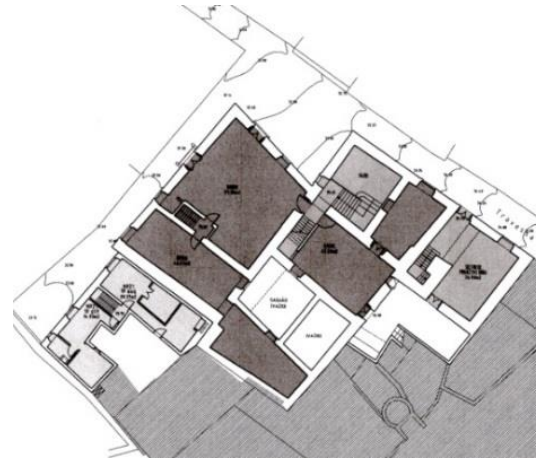


Fig. 24 – Planta do piso 2, do conjunto da travessa dos Lagares.

E se nas primeiras os acessos são totalmente separados, evitando encontros entre famílias de grupos sociais tão diferentes, já nas segundas a relação entre os moradores do piso nobre e os inquilinos é muito mais próxima, com portas contínuas e desfrutando todos de vistas para o pátio interior. No caso do Palácio Figueira, os donos da casa tinham os portais de acesso intramuros, enquanto os arrendatários entravam pelo lado exterior da cerca fernandina.

Como a arquitetura é dinâmica, vão sendo introduzidas alterações que levam a novas ocupações e à formação de outras tipologias. No caso do conjunto do Lagares o piso térreo é um aglomerado de construções, evolutivo, em volta de pátios em que, tornando-se necessário, se construía outro volume e destacava-se ou emparcelava-se, conforme as necessidades. Tal como neste conjunto, o mesmo aconteceu noutros pátios como por exemplo no do Carrasco e no do Peneireiro, em Alfama.

A adição de novos pisos nos palácios da Calçada da Graça, durante o século XVII, com janelas de sacada alinhadas e de nembos compassados, altera por completo a leitura do conjunto, remetendo a construção quinhentista ou de inícios de seiscentos, maciça e de vãos díspares e desalinhados, para a condição de gigantesco soco de suporte de um andar nobre, perfeitamente ordenado.

Por outro lado, o gosto pelos elementos de arquitetura erudita usados nas fachadas das grandes casas senhoriais bem como pela ordem em que foram dispostos, vai sendo apropriado pelas classes mais modestas e, também nos edifícios de arquitetura corrente aparecem as molduras em cantaria dos vãos de porta, encimadas por um vão de bandeira retangular que areja e ilumina a escada e dá relevância à entrada.

## 2.4. Síntese.

O urbanismo medieval de ruas estreitas e labirínticas, era constituído por construções desalinhadas relativamente ao espaço público, mas agrupadas em torno de pequenos pátios particulares. Os chãos onde estavam edificadas, apresentavam o lado maior para a rua, e eram pouco profundos. Os edifícios apresentavam andares em ressalto formando balcoadas em madeira que por vezes quase encostavam às do prédio fronteiro.

No final de século quinze e inícios do dezasseis, a legislação Manuelina veio disciplinar o traçado urbano, obrigando os prédios ao alinhamento, e proibindo as paredes exteriores em madeira. Tratava-se de medidas destinadas a proteger o uso da via pública, assegurando a passagem em relativa segurança de transeuntes, e minorando os riscos de propagação de incêndios e de derrocadas.

Por iniciativa real, o centro da cidade, entre o Terreiro do Paço e o Rossio, foi renovado pelo traçado de ruas novas, menos sinuosas e ladeadas de edifícios assentes sobre colunatas, onde se espelhavam os valores estéticos da renascença italiana.

Durante o século dezasseis, os edifícios habitacionais sofreram transformações nas fachadas que passaram a ser em alvenaria de pedra, formando um único plano, onde foram abertos vãos alinhados, e houve também alterações nas plantas que, de retangulares, passaram a ter uma configuração próxima da do quadrado.

Foram construídos por toda a cidade, mas em particular nas zonas de expansão, nas urbanizações das cercas dos conventos do Carmo e da Trindade, e do Bairro Alto, já fora das portas de Santa Catarina, onde as ruas foram traçadas segundo uma malha regular e ortogonal. Eram edifícios de rés-do-chão e um piso, com dois módulos de vãos e, a um lado, a porta da rua, A planta estava dividida em quatro compartimentos em que um era a cozinha, com uma chaminé encastrada na parede posterior. Encostada a uma das empenas, ficava a escada de um único lanço.

Quando os prédios tinham mais andares, o desenvolvimento da escada em vários lanços dispostos em linha reta, dita escada “de tiro”, obrigava a que a implantação fosse mais profunda no talhão, ocupando a área do logradouro. Sempre que assim acontecia, as plantas eram estreitas e profundas, e a divisão interior definia uma sala de entrada com janela para a rua, uma ou duas câmaras interiores onde se dormia, e que eram atravessadas quando se acedia à cozinha, compartimento que ficava ao fundo e tinha janela para as traseiras.

A métrica do desenho das fachadas, a regularidade das molduras dos vãos e do seu alinhamento, demonstram a apropriação da regra renascentista pelas classes médias de pequenos comerciantes, artífices e mestres construtores, que a transformaram em modelo.

Embora nestes prédios morassem, frequentemente, várias famílias, a organização de espaço interior indicia que terão sido concebidos para um único agregado familiar de comerciantes ou artesãos, que habitavam o andar, exploravam o seu negócio na loja, e usavam a sobreloja como zona de armazenamento de mercadorias.

A alta nobreza habitava grandes casas de quatro, cinco ou mais andares e com mais de seis vãos em cada piso, muitas vezes encostadas a um talude, usando a família os pisos mais altos com entrada pela parte do terreno de maior cota, e alugando os pisos inferiores a populares que neles habitavam em pequenos fogos e mantinham pequenos comércios no rés-do-chão.

Se, há época, as casas nobres partilhavam com os populares as mesmas zonas da cidade, havia, ainda assim, lugares privilegiados onde os poderosos procuravam instalar-se, como por exemplo a contiguidade à muralha da cidade e às suas portas, os pontos altos de onde podiam desfrutar a vista sobre o Tejo, a proximidade de igrejas, conventos e do Paço da Alcáçova.

No entanto, o facto das casas nobres e as do pequeno povo se localizarem nos mesmos bairros e por vezes no mesmo edifício, não implicava que uns e outros se encontrassem, já que os locais de alojamento das famílias nobres ficavam confinados aos últimos andares, totalmente isolados dos demais e com acessos independentes, formando-se assim dois mundos sobrepostos, com poucos pontos de contacto.



Durante a segunda metade de século XVII e a primeira metade do século XVIII, Lisboa cresceu, em parte, pelo resultado da urbanização de quintas e de cercas de conventos em várias zonas da cidade.

A zona envolvente do Castelo que, em 1750, não estava construída, tal como se constatou na comparação entre a planta de João Nunes Tinoco e a de Guilherme de Menezes (figs. 13 e 14), vai também começar a ser ocupada.

Os livros de cordeamento de 1700 a 1755, reúnem os pedidos dos proprietários do solo que querem edificar e os autos redigidos pelos técnicos do Senado da Câmara que estabelecem as condições de construção. Neles vêm mencionadas as ruas onde se situam os prédios e, por vezes, algumas indicações mais precisas sobre os locais. Assim, é possível saber quais eram as zonas mais procuradas e, para além do centro da cidade onde há muitos pedidos para obras de alteração, são frequentemente referidas a Rua de Santa Ana e envolventes, a Rua da Mouraria e a do Benfornoso, a Rua de Santa Marta, a Calçada de Santo André, a Rua dos Anjos e a de Arroios, o lugar de Santos, a Rua de São Bento e a Cotovia.

É nestas zonas de expansão, onde nada ou muito pouco existia antes, que se encontram ainda algumas construções identificáveis que mantêm, pelo menos em parte, as características iniciais.

Mas, como eram então os edifícios habitados pela classe média-alta dos negociantes estrangeiros, na primeira metade do século dezoito?

No mês de novembro de 1755, um cidadão inglês residente em Lisboa ao narrar a ocorrência do sismo, descreve a casa onde se encontrava: “Eu vivia numa casa próxima do centro da cidade, numa pequena elevação no sopé da colina para o seu lado oriental. A casa tinha quatro andares, contando com o piso térreo, dos quais os dois mais altos, como é habitual nesta cidade, serviam para a acomodação da nossa família, estando os inferiores destinados ao negócio, estábulos, etc. O meu quarto ficava no terceiro andar e era um dos dois mais exteriores, junto à rua, de sete quartos que existiam nesse andar.” E mais adiante, “...julguei que o quarto começasse a ondular, o que me fez correr para um outro interior, mais para o centro da casa...”<sup>72</sup>

Esta descrição de um prédio existente à data do terramoto, retrata um edifício com um piso térreo, em parte destinado ao comércio e noutra parte destinado a um estábulo ou a uma cocheira, uma sobreloja de apoio ao comércio e dois pisos habitacionais. Quanto

---

<sup>72</sup> Nozes, Judite (1990), *O Terramoto de 1755- Testemunhos Britânicos. Coletânea de relatos do séc. XVIII*, Lisboa, Lisóptima Edições, p.39-41

à organização interior dos andares superiores, reconhece-se a de muitos outros edifícios desse período, com pelo menos três divisões com janelas para a rua, dois compartimentos interiores, e dois quartos e uma cozinha com janelas para as traseiras. Poderia tratar-se de um andar de dimensão acima da média, com uma fachada principal de largura suficiente para a existência de, pelo menos, três vãos. No entanto, sabemos que era um prédio de habitação unifamiliar, talvez uma casa nobre que teria nesse caso uma frente com, no mínimo, seis vãos de janela por andar.

É também descrita uma “escadaria de pedra em caracol na qual cada degrau era uma pedra inteira com cerca de uma jarda e meia de comprimento” (cerca de 1,70m), elemento que se encontra em construções eruditas, quinhentistas e seiscentistas, como o Palácio de Marim-Olhão. Trata-se ainda assim de uma escada arcaica para a época, mas imponente, valorizando o edifício.

Também Jacome Ratton escreveu sobre a casa onde se encontrava quando ocorreu o sismo, situada na proximidade da atual rua do Alecrim, referindo que tinha águas furtadas e um vão por onde acedeu ao telhado<sup>73</sup>. Referiu ainda que pôde “ver o interior das casas vizinhas, por terem cahido as paredes fronteiras, até aos primeiros andares, ficando os telhados apenas sustidos pelas paredes divisórias”<sup>74</sup>, descrição esta de onde se deduz que as paredes de fachada eram em alvenaria ordinária e as paredes interiores constituídas por frontais de madeira montados de forma a poderem suportar o peso dos telhados.

Em ambos os casos tratava-se de edifícios inteiramente ocupados por uma só família e o seu pessoal doméstico, estrangeiros que, há data, pertenceriam ao grupo dos negociantes<sup>75</sup>.

Se as grandes casas da nobreza tinham não só as paredes das fachadas, mas também a estrutura portante interior em pedra onde assentavam os vários telhados de tesoura, a verdade é que a maioria dos edifícios então construídos tinham paredes exteriores em alvenaria ordinária de pedra, mas, no interior, as paredes portantes eram frontais de madeira.

---

<sup>73</sup>Ratton, Jacome (1813? 1992), *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Lisboa, Fenda Edições, Lda., p. 19.

<sup>74</sup> Ratton, Jacome, 1813? 1992), *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Lisboa, Fenda Edições, Lda., p.19.

<sup>75</sup> Ratton descreve as dificuldades financeiras do seu pai nesse período, a quem teve que disponibilizar as suas próprias economias, obra citada, p. 22.

Durante a primeira metade do século dezoito, é nas áreas de expansão da cidade que se encontram mais prédios construídos de raiz e cujas tipologias são por esse motivo mais facilmente identificáveis. Foram escolhidas para estudo algumas zonas que se sabe terem sido então urbanizadas, como o troço sul da Calçada de Santo André, a Rua de Arroios, a Rua de São Bento, e ainda pequenas zonas muito delimitadas que aparecem frequentemente nomeadas nos autos de cordeamento, como a Rua dos Lagares e a das Olarias, a rua de São Lázaro, a Rua de Santa Ana e a de Martim Vaz.

As áreas centrais foram, como se sabe, muito alteradas com o terramoto e, para além disso, as que não foram arrasadas têm à mistura edifícios anteriores ao período em estudo o que torna mais confusa a identificação de tipologias.

### **3.1.1. As casas da Calçada de Santo André.**

Pela comparação das plantas de 1650 e de 1761 (ver figuras 13 e 14), verifica-se que a frente poente da Calçada de Santo André foi edificada num período que se situa entre os finais do século XVII e os meados do século XVIII e, comparando com os dados obtidos na leitura do livro da Décima da Cidade relativo ao ano de 1762, concluímos que o terramoto de 1755 não lhe destruiu os edifícios já que todos eles lá estão elencados sem referência a ruínas, com o número de lojas e de andares de cada um, bem como com o valor das rendas, o que prova estarem à data construídos e habitados.

Ora, noutras ruas onde houve desabamentos, vêm referidos os prédios em ruínas, e não é provável que nos sete anos que decorreram depois do sismo, todos os edifícios da rua tivessem sido reedificados, pois sabe-se que a reedificação se arrastou por largo tempo.

O menor impacto destrutivo do terramoto nas zonas altas da cidade é referido por Heinrich Friedrich Link que, em 1798, visitou Lisboa e observou referindo-se à Baixa que “é de algum modo estranho que os efeitos do terramoto tenham aqui sido tão bem demarcados, pois na planície caiu tudo, na encosta íngreme da montanha (ele designa as colinas por montanha) as ruas e as casas ficaram de pé”<sup>76</sup>. Assim, observando os edifícios atuais e também os levantamentos existentes nos volumes-obra existentes no arquivo da CML, poderá retirar-se alguma informação.

---

<sup>76</sup> Link, Heinrich Friedrich (1803, 2005), *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Edições da Biblioteca Nacional, Lisboa. P.104.

TROÇO SUPERIOR DA CALÇADA DE SANTO ANDRÉ, LADO POENTE, ENTRE A ATUAL COSTA DO CASTELO E A RUA DA AMENDOEIRA.								
Ano	N.º de prédios	Só R/C	R/C+1	R/C+2	R/C + 3	R/C+4	R/C+5	2 Fogos/piso
1762	12	1	4	6	1	0	0	3

TROÇO SUPERIOR DA CALÇADA DE SANTO ANDRÉ, LADO NASCENTE, ENTRE O ATUAL N.º 34-36 E A ESQUINA PARA A TRAVESSA DOS LAGARES.								
Ano	N.º de prédios	Só R/C	R/C+1	R/C+2	R/C + 3	R/C+4	R/C+5	2 Fogos/piso
1762	8	0	0	0	3	4	1	7

Quadro 1 – Números de pisos dos prédios do troço superior da calçada de Santo André, segundo a descrição feita Livro da Décima da Cidade, de 1762<sup>77</sup>.

TROÇO INFERIOR DA CALÇADA DE SANTO ANDRÉ, LADO POENTE, ENTRE A ESQUINA PARA A RUA DA AMENDOEIRA E A ESQUINA PARA A ATUAL RUA DO MARQUÊS DE PONTE DE LIMA.								
Ano	N.º de prédios	Só R/C	R/C+1	R/C+2	R/C + 3	R/C+4	R/C+5	2 Fogos/piso
1762	13	0	3	6	2	2	0	2

TROÇO INFERIOR DA CALÇADA DE SANTO ANDRÉ, LADO NASCENTE, ENTRE A ESQUINA COM A RUA DOS LAGARES E A ESQUINA PARA O ATUAL BECO DOS LAGARES.								
Ano	N.º de prédios	Só R/C	R/C+1	R/C+2	R/C + 3	R/C+4	R/C+5	2 Fogos/piso
1762	8	0	1	5	2	0	0	0

Quadro 2 – Número de pisos no troço inferior da calçada de Santo André, segundo a descrição dos prédios, existente no livro da Décima, em 1762.

<sup>77</sup> Lançamento da Décima dos Prédios Urbanos e Rústicos- Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. DC 41PUR-1762. Arquivo do Tribunal de Contas, Lisboa.



No lado poente da Calçada de Santo André, entre a esquina com a atual Costa do Castelo e a esquina para a Rua da Amendoeira, havia em 1762 doze prédios alguns dos quais vieram depois a ser emparcelados, alterados e mesmo, nalguns casos, demolidos e substituídos.

O troço inferior da calçada estava já edificado em 1650, mas, desde então, também sofreu alterações não só nos edifícios individualmente, mas no próprio traçado do arruamento, já que a frente edificada do lado sul do atual Largo do Terreirinho estava alinhada pela atual Rua do Terreirinho, antiga Rua da Oliveira, sendo depois orientada pela Rua dos Cavaleiros, pelo menos desde 1780, data da Planta Topográfica de Lisboa.

Certo é que em 1762 o número de pisos por edifício descritos no Livro da Décima, era, no lado poente do troço superior da rua, relativamente ao lado nascente, muito inferior, havendo um único prédio de loja e três pisos, seis prédios de loja e dois andares quatro de loja e sobrado e um só de rés-do-chão.

Considerando que o termo “andar” é, nos livros da décima, por vezes equivalente ao que hoje designamos por “fogo”, constata-se que alguns dos edifícios descritos com 4, 6, 8 e 10 andares, eram prédios com dois fogos por piso, pelo que a situação que mais vezes ocorreu no lado poente da rua, é a de prédios com loja e dois andares, seguindo-se os de loja e um andar. É também de referir a existência de três prédios com dois fogos por andar. Já na frente nascente da calçada, no período considerado de 1650 a 1761, e não contando com o Palácio Figueira, há apenas oito edificações entre o prédio com os números 2 a 8 da Rua dos Lagares e o da Calçada de Santo André n.º 38 a 42. Destes, são os de loja e quatro pisos os mais numerosos logo seguidos dos de loja e três pisos, mas há mesmo um de loja e cinco pisos. A razão de uma tão grande diferença entre as alturas dos prédios dos dois lados da rua não é evidente.

No que se respeita às tipologias dos edifícios, no lado poente prevalece a de um único fogo por piso enquanto no lado oposto do arruamento sete dos oito edifícios têm dois fogos por piso.

Mas se se tiver em conta o troço inferior da rua, que já estava edificado em 1650, verifica-se que há apenas dois edifícios com dois fogos por piso, que as construções de R/C e dois andares são as mais frequentes e que há duas de rés-do-chão e quatro andares, não havendo grandes diferenças relativamente ao troço superior poente.

Assim, podemos afirmar que, neste arruamento, nos troços já edificados em 1650, é o prédio de rés-do-chão e dois andares o que mais vezes ocorre (Quadro II), e que na

parte alta da calçada, edificada entre 1650 e 1761, são os edifícios de rés-do-chão e quatro andares os que predominam (quadro 1).

A razão dessas diferenças poderá estar na morfologia da zona, um vale muito cavado onde as construções adossadas ao talude da encosta da Graça têm os primeiros pisos em cave. Mas será isso suficiente para justificar tão grande altura? Na verdade, comparando com edifícios de idêntica tipologia arquitetónica construídos em locais sem declive acentuado, o número de andares raramente vai além de três acima do piso térreo. Será então uma característica da arquitetura deste período ou terá sido a pré-existência do palácio Figueira, imponente nos seus cinco pisos no topo da calçada, que influenciou e até justificou tal decisão naquele local?

Para além da altura há uma outra característica destas construções, que é a existência de 10 edifícios com dois fogos por piso na parte superior da rua contra apenas dois no troço inferior. De quando data, exatamente, a construção de prédios com caixa de escada central e fogos à esquerda e à direita?

Num auto de cordeamento de 1735 dizem os suplicantes:

“M.el Prr.<sup>a</sup> e M.el de Jesus e M.el Gomes que eles querem edificar cazas no monte da Calçada de S.to André a q. ja tem aforado aos religiosos do combento de Nossa S.ra da Grassa direyτος senhorios do dito monte... e para continuarem as d.tas obras necessitam que seja feito cordeamento na forma ...”.

E, no auto de cordeamento, os técnicos que o assinam declaram:

“... ser a área do chão que ocupa os seus três aforamentos de cento e setenta e dois palmos no qual se fez o cordeamento da forma seguinte... a saber medindo-se no cunhal da parede velha que he do dito sequeiro dos Padres da Graça e do sequeiro de Dom Luiz Carlos à parede fronteira do pateo das casas de Alexandre Borgez neste ponto tem a dita rua da calçada de Santo André cincoenta e três palmos e hum quarto de palmo de largo e medindo-se em baixo donde dista o dito comprimento dos cento e setenta e douz palmos da parte do valado da dita terra e parede fronteira das cazas velhas em direito de huma dellas neste ponto tem a dita rua de largo sessenta e seis palmos e hum quarto de palmo, e de ponta a ponta no dito comprimento se há de extorcer as frontarias das cazas que se fizerem direitas e as sacadas que nelas se levantar e altear em altura de dezasseis palmos pera entre as janelas de assentos e as pedras do chão se não hande nas gradez de aranha que se fazem e oura abrem da parede pera fora e não mande por degraus na rua, nesta forma foi feito o cordeamento por vara de medir de cinco palmos...”<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> *Livro de cordeamentos de 1730-1737*. Arquivo Histórico da CML. Código de referência: PT/AMLSB/ADM/01/31. Cota: AML-AH, Administração 41/221, p. 339.

Trata-se do pedido de urbanização das terras da encosta da Graça, propriedade do mosteiro e aforadas a três construtores, indo essas terras topejar nas do proprietário do Palácio Figueira, Dom Luís Carlos Machado de Mendonça e Silva.

Está descrita a dimensão do terreno ao longo da rua que é de 172 palmos, cerca de 37 metros, ora esse comprimento é próximo do conjunto dos lotes, com os números 44 a 48A, 50 e 52-56 da Calçada de Santo André. A largura da calçada poderá ter sido medida do cunhal do atual prédio com o número 44-48A, onde se situaria o muro meeiro que separava a cerca dos padres da Graça da propriedade dos Mendonça, até ao cunhal do atual prédio fronteiro com os números 43 a 47A. Se assim fosse seria aí, nos números 43 a 47A da mesma calçada, o pátio das casas de Alexandre Borges de Sousa.

Seja como for, é explícito no texto que do lado nascente não havia ainda construções enquanto do lado poente havia, na parte de baixo, umas casas velhas e, na de cima, um pátio com casas. Assim sendo, pode justificar-se a maior altura das edificações do lado nascente da calçada, bem como a existência de um maior número de prédios com dois fogos por pisos, pelo facto de terem sido construídos em data posterior a 1735, quando os prédios fronteiros já estavam feitos, e recorrendo por isso a novas tipologias arquitetónicas. Por outro lado, estando implantados no vale ocupando o lado da encosta da Graça, não causavam impedimento à servidão de vistas para o rio.

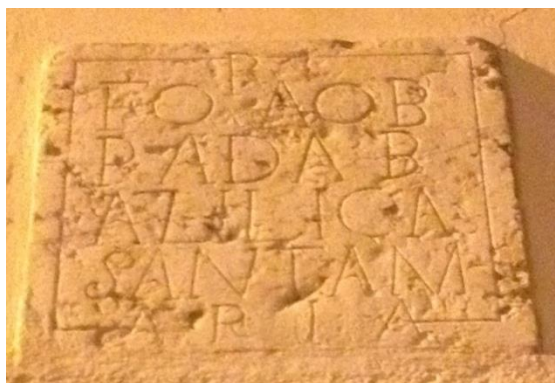


Fig. 26 – Pedra foreira na Calçada de Santo André 44-48.

Analisando a tipologia arquitetónica destes edifícios verifica-se que o número 44-48A tem, na fachada, cinco módulos verticais de vãos, com a porta de acesso à escada no centro, porta essa emoldurada a cantaria que forma na parte superior um vão retangular, gradeado para iluminação e arejamento da escada e, sobre o lintel, uma pedra foreira com

a inscrição “Foi a obra da basilica Santa Maria” (fig. 26). Acima da porta e com ela alinhados há, em cada piso, um pequeno vão de janela para iluminação da escada.

De um lado e de outro da porta de entrada, há duas portas largas com molduras de cantaria de verga reta e, em cada extremo, duas portas estreitas também com molduras de verga reta. Nos andares, acima dos vãos mais largos, há vãos de sacadas em pedra e, alinhadas pelos vãos de porta mais estreitos, há vãos de janela de peito.

Quanto à disposição do espaço interior (fig. 27), a escada é de lanços sobrepostos, um por piso, passando-se de um para o outro através de um patamar lateral. Esta disposição dos lanços de escada é inovadora pois comparando-a com a escada de tiro tem a vantagem de não ser limitativa do número de andares, e de permitir o acesso a dois fogos em cada piso.

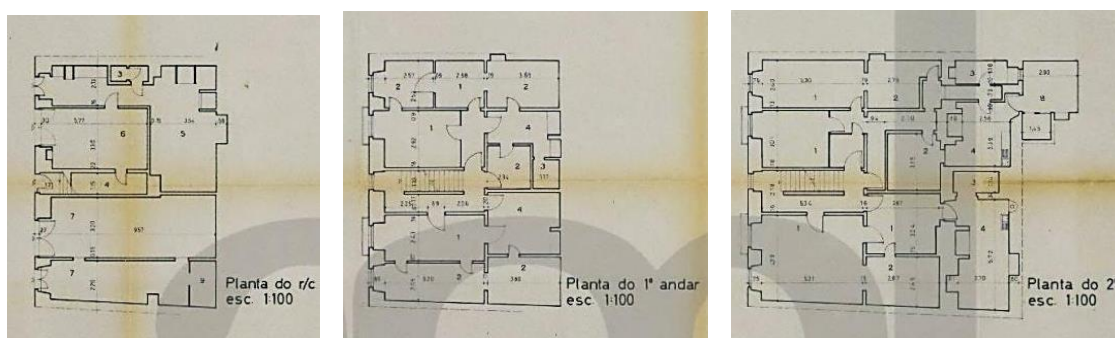


Fig. 27 – Plantas dos andares do prédio da Calçada de Santo André 44-48<sup>79</sup>.

A leitura das plantas indica que o rés-do-chão e o primeiro andar têm de profundidade cerca de 10m, enquanto o segundo, o terceiro e o quarto andares têm de profundidade cerca de 14m. Como a parede posterior dos dois primeiros pisos é em alvenaria de pedra com uma espessura de mais de 70 cm e mantém nos pisos acima a mesma dimensão, é claro que o prédio teria sido ampliado para as traseiras sobre o acentuado declive da encosta.

Assim, na sua génese, os fogos seriam constituídos por quatro compartimentos, dois com janela para a rua e dois virados para as traseiras, dos quais um era a cozinha. As chaminés situavam-se na parede posterior. Era uma disposição semelhante à dos prédios seiscentistas do Bairro Alto. Mas em momento ulterior, talvez até durante a construção,

---

<sup>79</sup>Obra 7168; Volume 2; Processo13404/DAG/PG/1986 - Tomo 1; P. 4. A.M.L.

o edifício é acrescido de um outro corpo ganhando mais dois compartimentos por fogo, e passando a haver dois compartimentos interiores.

A altura dos pisos é de 2,70 m nos fogos habitacionais e 4,30 m nas lojas.

O prédio com o número 50 foi, em 1868 objeto de grandes modificações ou mesmo de reconstrução pelo que nada resta do edifício setecentista, mas o edifício abaixo que tem os números 52 a 56 ainda mantém algumas das características iniciais, designadamente, a fachada com porta de escada do lado direito e duas portas de loja à esquerda. Na prumada da porta da escada há os pequenos vãos de janela quadrados, de arejamento e iluminação da escada, e na prumada das portas das lojas duas janelas de sacada.

No interior, a escada é também de lanços sobrepostos e patamar lateral, o que permitiu a existência de rés-do-chão e quatro andares, mas serve um só fogo por piso.

O prédio tem cerca de 11 m de profundidade, com as paredes das fachadas anterior e posterior com espessura média de 70 cm, e a divisão do espaço dos fogos é de dois compartimentos amplos com janela de sacada para a rua, dois compartimentos interiores e dois compartimentos para as traseiras sendo um deles a cozinha. A chaminé está adossada à parede da empena.

Quanto ao pé-direito dos andares é de 2,80 m, mas nas lojas é de quase 4 m.

A altura a que se encontra o primeiro sobrado decorre da prescrição imposta no auto de cordeamento de “as sacadas que nellas se levantar e altear em altura de dezasseis palmos para cima...” o que implica, numa rua de tão acentuada pendente como a Calçada de Santo André, que a altura da bacia de varanda mais baixa fosse sempre superior a 3,52 metros. As outras imposições deste auto de cordeamento e de todos os outros desta primeira metade do século XVIII, é a da proibição de construir “...grades de aranha... da parede para fora” e que “...não mande por degraus na rua...”, prescrições estas em defesa do espaço público.

### **3.1.2. A urbanização do Largo de Santa Bárbara**

Descendo a Calçada de Santo André, seguindo a Rua do Benfornoso e subindo a rua dos Anjos, chega-se ao largo de Santa Bárbara, o antigo Campo da Forca. Aí, já no arranque da rua de Arroios que era, na primeira metade do século dezoito, a rua da Fontainha junto a Santa Bárbara, há um conjunto de dois edifícios que poderão dar alguma luz sobre a questão tipológica. Os n.ºs 10-10D e 11-11D do largo de Santa Bárbara (fig.

28) são justamente edifícios com escada a meio e dois fogos por piso, tendo um deles, aposta na fachada, uma pedra foreira representando a nau da cidade de Lisboa e a data de 1747 (fig.29).



Fig. 28 – Largo de Sta. Bárbara, 10-10D e 11-11D.<sup>80</sup> Fig. 29 - Pedra foreira com data de 1747.

A sua construção poderá ter-se iniciado três décadas antes dessa data, pois o auto de cordeamento do lote, está datado de junho de 1712. No referido auto consta o seguinte:

“Ao Senado da Câmara fez petição Bernardino de Andrade dizendo nella que junto a Fontainha do Campo que fora da força de frente da casa do despacho estava hum pedaço de terra que não tinha serventia alguma ao publico, a qual queria o Suppl. aforar a este Senado para nella fazer huas casas terreas. Pedia ao Senado que fazendo vistoria na ditta terra se lhe aforasse pelo foro que se entendesse ser justo; pois em se fazerem as ditas casas recebia o povo utilidade.

Sendo vista a sua petição fez o Senado vistoria naquele sítio, e mandando-se cordear a terra de que se trata, e pede o Suppl. de aforamento, pelo medidor da cidade Joseph Freyre constou da medição ter este chão quatrocentos e trinta e quatro palmos de comprido a face da rua que vai para o chafariz de Arroyos principiando-se da parte da igreja dos Anjos para cima e tem de largo o dito chão desta mesma parte trinta e oito palmos, e no meyo tem de largo quarenta e sette palmos e meyo e da parte da Fontainha tem este chão de largo os mesmos quarenta e sete palmos e meyo entrando nesta medição as grossuras das paredes que se fez por vara de medir de cinco palmos da marca da cidade.

Feita a vistoria e medição parece ao Senado que na consideração de que esta terra no estado em que se acha he inútil e infrutífera e em parte de que se não segue prejuízo ao

---

<sup>80</sup> Machado & Sousa (1896-1908), Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/003307; P. 1. Cota FAN003307. Arquivo Municipal de Lisboa. Pormenor.

publico sendo occupada antes com obra de que se trata se augmenta a povoação daquele sitio e a fazenda da cidade que se recompõe de semelhantes aforamentos, he conveniente aforar ao Suppl. o terreno no que respeitar somente a settenta palmos de comprimento, não obstante ser mais dilatado o do cordeamento para cujo efeito seja V. Mag servido haver por bem que o Senado possa aforar esta terra como fica declarado, ao Suppl. Em dous mil reis cada anno, e emphatiota para sempre com clausula de quarentena pelos laudémios, para que ele possa edificar as casas térreas dentro dos limites dos settenta palmos de comprimento que somente se lhe aforão, e toda largura que comprehenderem os settenta palmos entrando nelles as grossuras das paredes na forma do cordeamento referido com obrigação que plantara no sítio declarado arvoredo em boa ordem que esteja sempre verde e secando o reformara plantando outro de maneira que não falte em tempo algum a esta condição e faltando ficarão as casas devolutas para a cidade, para o que se lhe fará escriptura de aforamento com estas cláusulas.”<sup>81</sup>



Fig. 30 – Prédios de um e dois pisos, no largo de Santa Bárbara e na rua de Arroios, já entre os anos 1898 e 1908<sup>82</sup>.

A rua de Arroios era, à época, constituída pela rua da Fontainha no troço que vai do que é hoje o largo de Santa Bárbara e que termina na esquina com a atual rua Frei Francisco Foreiro, e a rua Direita de Arroios que seguia até ao largo de Arroios, onde se dividia em três estradas, a de Sacavém, a da Charneca e a do Arco do Cego. Era mais uma

<sup>81</sup> Livro de cordeamentos-Doc.PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/010/0036/0034; Cota: AML-AH, Chancelaria Régia Livro 5.º de Consultas e Decretos de D. João V, do Senado Oriental, f. 247 a 256; P. 247-247v. A.M.L.

<sup>82</sup> Machado & Sousa (1898-1908) Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico- Documentos: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/001502, Cota FAN001502, e Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/001290; Página 1, Cota FAN001290.

estrada do que uma rua e percebe-se, pelos argumentos expostos no auto de cordeamento, que era desejável o crescimento da cidade ao longo desta via, permitindo a construção de novas casas. Estava nos limites da cidade, ladeada por campos e algumas quintas com casas nobres como as dos Senhores de Murça onde, por algum tempo, esteve sediada a paróquia de São Jorge na Capela de Santa Bárbara, com a sua casa do despacho que tinha frente para a Rua da Fontainha, ligeiramente a sul do local onde se encontra hoje o edifício do largo de Santa Bárbara n.º 8.

Do outro lado da rua, com frente para esse espaço, estão os prédios com os números 10-10D e 11-11D tendo este último a já mencionada placa foreira do município (figs. 28 e 29).

A localização descrita no auto coincide com a destes dois prédios e, se assim for, poderão ter sido construídos só com um piso, térreo, por volta de 1712 e, em 1747, terem sido acrescentados um ou dois andares.

Vários edifícios em banda, construídos na mesma rua, eram de um só piso e alguns ainda assim permaneciam no início do século vinte (figs. 30), mas outros foram sendo ampliados com o acrescentamento de andares.

As fachadas dos prédios com os números 10-10D e 11-11D são, em cada um, constituídas por um piso térreo com o vão da porta de acesso à escada aberto ao centro e, a cada lado, um vão de loja e um de peito. O primeiro andar tem, na prumada da porta de acesso à escada, um óculo de ventilação e iluminação e, na prumada dos vãos do rés-do-chão, também um vão de sacada e um de peito. As pedras das molduras têm cerca de 22cm, ou seja, um palmo de largura, e o vão de peito é quadrado.

No segundo andar todos os vãos são de sacada, com bases de varanda corridas de dois a dois vãos, as molduras de pedra ligeiramente mais estreitas e recortadas na base, e não há óculos de arejamento da escada, disparidades que levam a crer que o segundo andar tenha sido alterado ou construído já em período posterior ao acrescento do primeiro, possivelmente no século dezanove.

Estes dois prédios edificadas pelo mesmo dono da obra, em vez de terem cada um a sua escada, têm uma escada comum, ainda de tiro. A organização do espaço interior, é muito semelhante à dos edifícios do séc. XVII, com uma sala ampla para o lado da rua, um quarto interior e uma cozinha para as traseiras que, no piso térreo, dá acesso ao logradouro.



### 3.1.3. Os edifícios em banda, da rua dos Lagares

Uma variante desta tipologia, mas sem a pedra foreira que permite datação, é o conjunto edificado, existente na rua dos Lagares 35-45. Trata-se de um conjunto de quatro edifícios, em banda, cada um com dois módulos verticais de vãos, com caixa de escada à esquerda e vãos de janela à direita (fig. 31). Acima de cada porta há um vão de janela entaipado, com um óculo de arejamento ao centro, revelando a intenção de modernidade ao desenhar as molduras das janelas com proporções e tamanhos idênticos às dos fogos, dispostas em alinhamento e niveladas, mas recorrendo à solução de arejamento da escada por um óculo na parede o que remete para uma tipologia do passado, aquela que evita a abertura de vãos de janela sobre a porta da rua como estava prescrito nas Ordenações Filipinas. É também de estranhar a ausência de sacadas, tão em moda nesse tempo.

Os edifícios são constituídos por rés-do-chão e dois pisos, e para acesso às portas de escada há dois degraus de pedra a invadir a via pública, uma prática arcaica já que em todos os autos de cordeamento da primeira metade do século XVIII é expressamente proibido fazer degraus na rua. Já em 1700, era imposto que “numas casas que estão na Rua Larga das Olarias... não farão degraus na rua e as sacadas ficarão à altura de quatorze palmos... nem porão grades baixas de maneira que saquem da parede para fora...”. Ora, esta rua Larga das Olarias é confinante com a rua dos Lagares pelo que não se encontra razão para que tais medidas não se aplicassem também ao prédio em questão.

A disposição do espaço interior dos fogos no rés-do-chão, segue o modelo de um compartimento com janela para a rua e uma cozinha com porta para um pequeno logradouro, e de dois quartos no sobrado (fig. 29).



Fig. 31 – Rua dos Lagares 43-45, fachada.

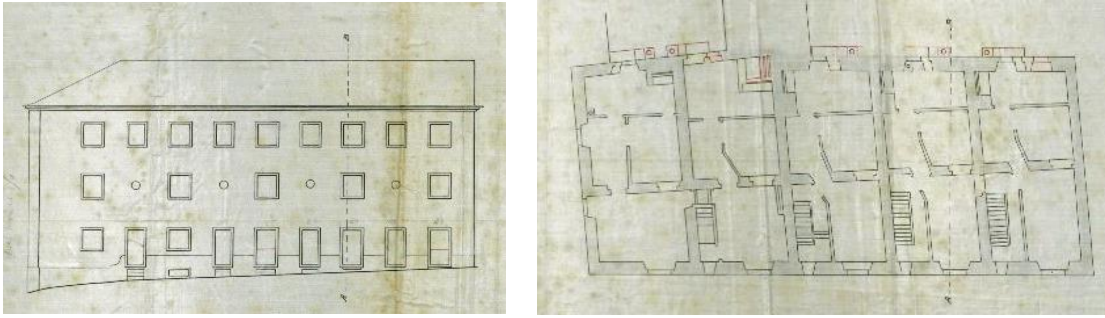


Fig. 32 – Rua dos Lagares 43-45, alçado e planta do 1.º andar.<sup>83</sup>

A caixa de escada já não é de tiro, mas sim de lanços sobrepostos fazendo-se a passagem de um lanço para o outro através de um patamar lateral, e terá certamente sido reconstruída ou ampliada com o acrescento do segundo andar. Estas disparidades tipológicas levam a pensar que a construção inicial tenha sido talvez ainda seiscentista, composta por fogos unifamiliares de loja e sobrado, e que, na primeira metade do século dezoito, tenha sido acrescentado o segundo andar e adaptada a escada ao modelo então usado.

Passada a porta da rua seguem-se 12 degraus até chegar ao patim do primeiro andar, vira-se à direita e segue-se por um patamar ou corredor paralelo à caixa de escada em direção à parede da fachada onde se abre o óculo de ventilação, vira-se de novo à direita e daí arranca mais um lanço de escada que leva ao 2.º andar. É o mesmo tipo de caixa de escada que foi já descrito nos prédios da calçada de Santo André e que permite a construção de edifícios com mais de três pisos, mesmo em pequenos lotes.

Para minorar a perda de espaço neste conjunto de edifícios em banda, construídos por um mesmo enfiteuta, a escada do edifício com o número 35-37 serve também o prédio contíguo que tem o número 29-33<sup>84</sup>, e o mesmo acontece no conjunto de edifícios do Largo de Santa Bárbara.

Será esta a génese do prédio com dois fogos por piso? Tudo indica que sim e que, na passagem do século dezassete para o século dezoito, se difundiu essa tipologia em que uma escada servia dois prédios pertencentes ao mesmo promotor.

Na mesma rua dos Lagares, mas no lado nascente, há alguns outros edifícios, construídos entre 1655 e 1761, como os números 42-46, 54-60 e, mais acima, o da calçada de Santo André 35-41A (fig. 33), que têm tipologia semelhante. Este último foi

<sup>83</sup> Obra 8410; Volume 1, Proc. 2714/1.ª REP/PG/1914 – Tomo 1; p. 2. A. M. L.

<sup>84</sup> Obra 25633, Proc. 32/DMRU/I/1997, p. 1. A.M.L.

descaracterizado em 1968, mas pode ver-se num corte<sup>85</sup>, representada a amarelo nos projetos de alteração, a escada de lanços sobrepostos e patamar lateral que servia dois fogos por piso.

A serventia de um prédio pela escada do prédio contíguo será ainda praticada durante, pelo menos, a década que se seguiu a 1755 e, até na Baixa Pombalina há exemplo de grupos de dois imóveis com uma escada comum.

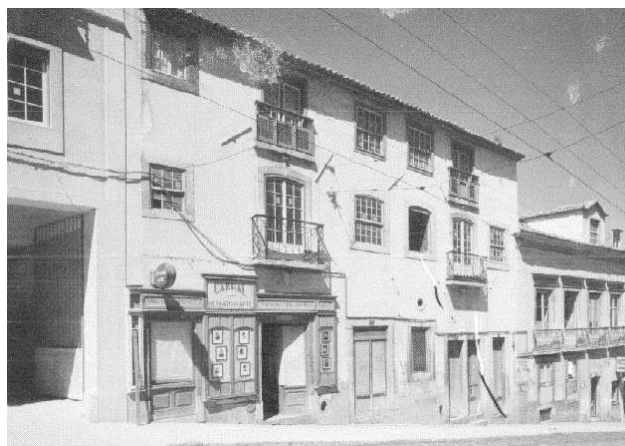


Fig. 33 – Calçada de St. ° André 35-41A, fotografia de 1967.<sup>86</sup>

Muitos outros edifícios foram construídos em Lisboa nos últimos anos da primeira metade do século XVIII, com dois fogos por piso e escada de lanços sobrepostos com patamar lateral, nomeadamente, na Pena<sup>87</sup>, na rua da Mouraria e noutras zonas, muito em particular ao longo das vias de crescimento da cidade, onde houve urbanizações.

O número 89 da Calçada de Santo André é um pequeno prédio (fig. 32) que tem na fachada uma pedra-foreira onde figura a seguinte inscrição “Estas Casas São da Congregação de N. S.ra da Doutrina cita na Casa Professa de São Roque da Comp. de Jesus desta cidade de LX Anno de 1733”.

O edifício que é constituído por loja, sobreloja e 1.º andar, tem nas traseiras um pequeno pátio. Também este prédio poderia ser ocupado por uma única família de pequenos comerciantes, com loja no piso térreo, armazém na sobreloja e habitação no 1.º andar. Ainda assim, o acesso independente à sobreloja e ao primeiro andar permitia uma

---

<sup>85</sup> Obra 518; Proc. 26104/DSCC/PG/1968; P. 27. A.M.L.

<sup>86</sup> Seródio, Armando Maia. Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/S04470. Cotas: A58591 e N56075.

<sup>87</sup> Caldas, João Vieira, Maria Rocha Pinto, Ana Rosado. “O prédio de rendimento joanino”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, janeiro-junho 2014, coordenação Hélder Carita. P.159.

ocupação por outros agregados familiares. Sabemos que, em 1762, rendia a quantia de 24.400 reis, valor que se situava um pouco abaixo dos praticados então na mesma rua, em edifícios com áreas semelhantes.

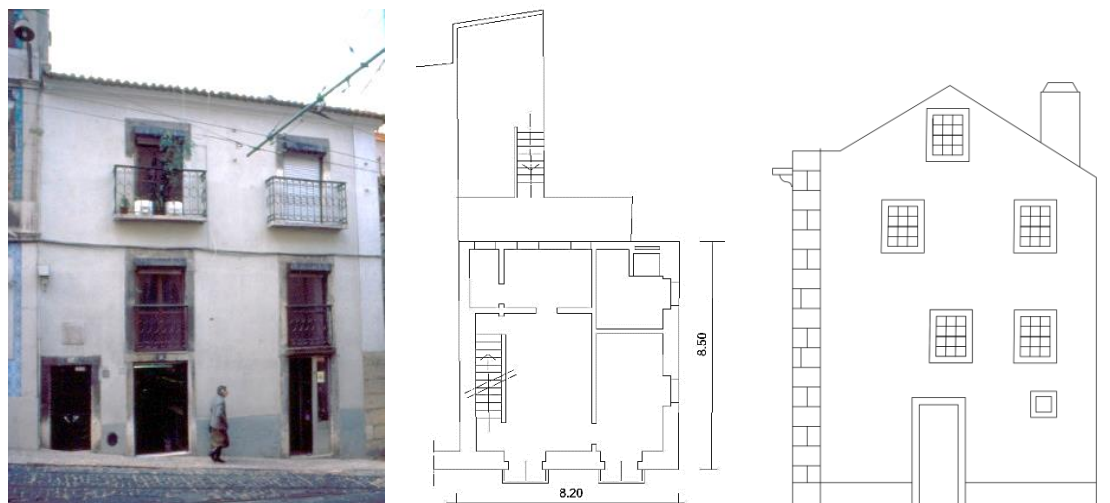


Fig. 34 - Calçada de Santo André 89-93 a tornejear para o beco do Imaginário 1A. Da esquerda para a direita, fotografia da fachada, planta do andar, e empena lateral sobre o beco<sup>88</sup>.

A sua implantação ocupava 70m<sup>2</sup> de um talhão de gaveto, com uma frente de 8,20 m, e empena em bico sobre o beco. Na fachada principal há três vãos no piso térreo sendo o da esquerda o acesso à caixa de escada e os outros portas da única loja, encimadas pelos vãos de janela da sobreloja (fig. 34). No andar superior, as janelas são de sacada, com guarda-corpos em ferro forjado, possivelmente já colocados no século XIX em substituição do velho gradeamento constituído por varões de ferro protegido por reixas de madeira.

A escada, adossada à parede da empena esquerda, é de tiro. A loja está enterrada relativamente ao plano do logradouro. O fogo existente no 2.º andar é dividido em quatro compartimentos, dois com janela sobre a rua e dois, nas traseiras, abrindo um deles para um alpendre com acesso ao estreito logradouro, através de uma escada de pedra.

A cozinha ocupa um dos compartimentos das traseiras com a chaminé encastrada na parede da fachada posterior. Esta divisão do espaço interior, o desenvolvimento da escada e a própria configuração da planta de implantação, remetem para uma tipologia

<sup>88</sup> Planta e alçado lateral desenhados com base na informação contida na Obra 32850; Proc.1654/DMPGU/OB/1987; p. 5. A.M.L.

quinhentista, mas a fachada com os quatro vãos alinhados e a articulação entre os vãos da loja e os da sobreloja, apenas separados pela pedra de lintel, lembram já as soluções pombalinas de organização das frentes dos edifícios com o nivelamento dos vãos através da altura dos lintéis dos vãos das sobrelojas, solução arquitetónica por demais usada na Baixa.

Terão esses vãos de janela sido construídos em 1733 ou terão sido rasgados já mais tarde? Terão sido primitivamente vãos de forma próxima do quadrado como os existentes nos prédios da Rua de São Lázaro 58-70 e do Beco dos Birbantes 43 ou terão sido construídos de raiz com a forma atual? Observando as cantarias das molduras constata-se que as pedras são todas do mesmo tipo, com largura semelhante e sem emendas ou juntas, parecendo ter sido ali colocadas numa mesma empreitada. Mas, na empena sobre o beco, os pequenos vãos de janela estão desalinhados, como os das casas medievais.

Trata-se, na verdade, de um de prédio de tipologia seiscentista em que os vãos da sobreloja descem até ao lintel da porta da loja. Provavelmente terão sido construídos já assim com o objetivo de assentar sacadas que o Senado não autorizou por serem baixas, a uma altura da calçada inferior a 16 palmos.

Certo é que este tipo de vãos, em que a janela da sobreloja assenta sobre a verga da porta da loja, vai ser repetidamente usado nas reconstruções que se seguem ao terramoto.

#### **3.1.4. As casas edificadas na Rua de São Bento**

Outro eixo de expansão é o que liga o Mosteiro de São Bento ao Rato, bem como a zona envolvente.

Em 1705, diz António dos Santos, mestre pedreiro, "...que tem huns quintais na calçada de São Bento da Saude nos quais quer abrir alicerces e meter portaes e sacadas..."<sup>89</sup> e em 1713 é Joseph Lopes que pretende "...reedificar umas casas no canto da rua que vai para a Calçada de São Bento na mesma Rua Direita de São Bento he necessário desmanchar a frontaria..."<sup>90</sup>

---

<sup>89</sup> *Livro de cordeamentos de 1705-1709*, Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/ADM/01/28; Cota: Administração 41/218. P. 126. A.M.L.

<sup>90</sup> *Livro de cordeamento de 1710-1719*, Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/ADM/01/29; Cota: Administração 41/21. P. 193. A.M.L.

Em 1734, Joseph Pr.<sup>a</sup> Santiago pretende fazer umas casas na face da estrada que vai do Rato para São Bento onde quer abrir alicerces, assentar ombreiras e sacadas. Neste caso, o referido chão tem quarenta palmos de largura, ou seja, oito metros e oitenta<sup>91</sup> o que permitiria a construção de dois prédios.

São referidas nos autos de cordeamento da década 1730, “a estrada que vai para São Bento”, “a estrada que vai do Rato para São Bento”, um “terreno face à estrada e rua Nova da Cotovia e vai para o mosteiro”, “de Campolide para São Bento, no olival que foi de Pedro Soares”, e a “rua dos Olivais de São Bento”<sup>92</sup>.

Na década de 1740, as petições de cordeamento mencionam “o olival acima dos padres de São Bento”, e a “rua Nova de São Bento”<sup>93</sup>.

Nos autos de cordeamento da década de 1750, é referido “o local da Cerca dos Padres de São Bento”, a rua “Larga de São Bento”, a “rua de São Bento”, a “rua Direita de São Bento”, a “rua Nova que sai de São Bento para a Cotovia”, a “rua Nova de São Bento”<sup>94</sup>.

A urbanização da rua de São Bento começou a ser feita de sul para norte, provavelmente no início do século dezassete e levou um forte impulso com o estaleiro de obras do mosteiro de São Bento da Saúde que foi ocupado pelos frades em 1615, uma vez que a mão-de obra assentou morada no local de trabalho. Mas foi a partir de inícios do século dezoito que aumentaram os pedidos de construção, edificando-se tanto do lado do mosteiro como do lado da Cotovia.

Em 1708, num auto de cordeamento, é feita referência a “Luiz Antonio de Azevedo que tem huãs casas a São Bento das quais cahiram algumas paredes e necessita ser de novo reedificada...”<sup>95</sup>, o que pressupõe já lá existirem casas nessa data.

No entanto, no dia 1 de novembro de 1755, Jacome Ratton ao fugir dos desmoronamentos e do marmoto, foi, como tantas outras pessoas, para o descampado da Cotovia “então terras de pão, desde o alto da rua de São Bento até à travessa do Pombal e Cardaes de Jesus” e observa “descendo pela rua de S. Bento, ainda com poucas casas”<sup>96</sup>.

---

<sup>91</sup> *Livro de cordeamentos de 1730-1737*, Código de referência: PT/AMLSB/ADM/01/31. Cota: AML-AH, Administração 41/221. P.165. A.M.L.

<sup>92</sup> *Ibidem*.

<sup>93</sup> *Livro de cordeamentos de 1741-1744*. Código de referência: PT/AMLSB/ADM/01/33. Cota: AML-AH, Administração 41/223. A.M.L.

<sup>94</sup> *Livro de cordeamentos de 1753-1755*. Código de referência: PT/AMLSB/ADM/01/35. Cota: AML-AH, Administração 41/225. A.M.L.

<sup>95</sup> *Livro de cordeamentos de 1705-1709*, p. 289. A.M.L.

<sup>96</sup> Ratton, Jacome (1813, 3.<sup>a</sup> Ed.1992), *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Fenda Edições, Lda., p. 22.



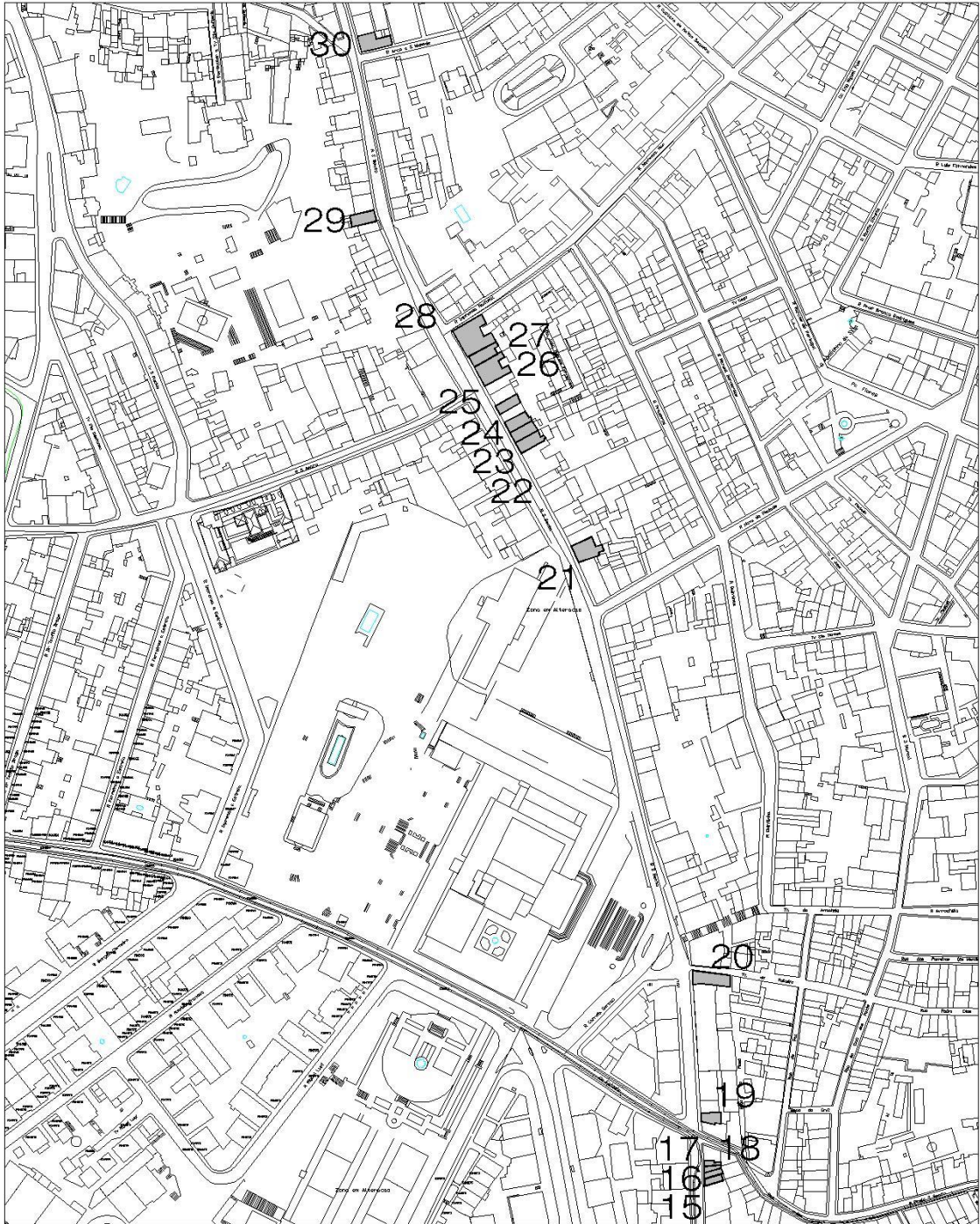


Fig. 35 – Planta de localização dos prédios: 15 – Rua de S. Bento 62-64; 16 – Rua de S. Bento 66; 17 – Rua de S. Bento 68-70; 18 - Rua de S. Bento 72-74; 19 – Calçada da Estrela 128-136 e rua de São Bento 80; 20 - Rua de S. Bento 134-138; 21 – Rua de S. Bento 296-300; 22 - Rua de S. Bento 362-366; 23 – Rua de S. Bento 368-372; 24 – Rua de S. Bento 374-378; 25 – Rua de São Bento 384-388; 26 – Rua de S. Bento 406-410; 27 – Rua de S. Bento 412-416; 28 – Rua de S. Bento 418-430; 29 – Rua de S. Bento 247-249; 30 – Rua de S. Bento 524-530 e Rua do Arco a São Mamede 1-3A.

O ímpeto construtivo continua depois do terramoto, até porque muitas pessoas que fugiram do centro da cidade vieram refugiar-se na cerca dos frades beneditinos mantendo-se aí, em tendas improvisadas, até poderem instalar-se em casas de pedra e cal. Era natural que, afeiçoando-se à zona, procurassem construir perto do local que as tinha acolhido e que pouco tinha sofrido com os efeitos do sismo. Por outro lado, vendo os frades uma oportunidade de negócio na urbanização da cerca do seu mosteiro, proporcionaram a venda de talhões para edificação.

Tal facto não impede que, ainda durante toda a primeira metade do século dezoito, tenha havido petições para construção não só na rua de S. Bento propriamente dita, mas também na zona envolvente, muito particularmente na década de 1740, referindo a “rua que vai do Rato para a Nova Colónia”, a “rua de Pedro Dias a São Bento dos pretos” ou “a travessa que vai da nova colónia de S. Bento para a Freguesia nova de Santa Isabel”.

A verdade é que na Planta Topográfica de 1781, a Rua de São Bento está já toda edificada, e as zonas situadas a nascente e a poente têm ruas e quarteirões delineados para futuras edificações.

Há, portanto, ao longo da rua, prédios de diversas épocas e tipologias, as mais antigas, supõe-se, datando da primeira metade do século dezoito e, exceccionalmente, mesmo anteriores a esse período.

Junto ao cruzamento com a Rua dos Poiais de São Bento, na frente nascente, há um conjunto de quatro imóveis de fachadas estreitas de cerca de quatro metros cada uma, e com duas portas no rés-do-chão das quais uma é a de acesso à escada e a outra à loja. Nos andares, os vãos são alinhados com o da loja, mas, acima da porta da escada, ou não há aberturas ou há os já descritos pequenos vãos quadrados que como vimos, correspondem à evolução dos óculos de arejamento. Têm, todos eles, um fogo por piso.

Outro edifício com organização de fachada do mesmo tipo e também com um só fogo por piso, é o número 362-366, que se encontra quase a meio da rua. Também neste caso, a organização do espaço interior assenta na existência de uma escada de tiro, encostada à parede da empena, que serve os dois andares e atravessa a construção desde a fachada principal até à fachada posterior não permitindo a partir daí o acesso a mais pisos<sup>97</sup>.

O pé-direito é nas lojas de 2.80m e nos andares 2.70m.

---

<sup>97</sup> Obra 5568; Processo 2032/DAG/PG/1982; Pp. 9-10. A.M.L.



No prédio com o número 86-90 (fig.36), a caixa de escada está ao centro, com um lanço por piso e patamares laterais de dois degraus. Na fachada vêem-se os pequenos vãos quadrangulares, de arejamento e iluminação da caixa de escada e, a cada lado, um módulo vertical de vãos de sacada. Acima do piso térreo havia só dois andares, com dois fogos em cada um, mas, já que este tipo de escada o permitia, foi acrescentado mais um piso em finais do século dezanove.

As varandas, individuais, tinham a pedra rebaixada nos topos, e os vãos das lojas eram de lintel curvo, em arco abatido ou de três centros, mas foram alterados e substituídos por lintéis retos em 1969.



Fig. 36 – Rua de São Bento, 86-90.<sup>98</sup>

No interior, os fogos habitacionais têm atualmente, uma sala para a frente, dois quartos interiores e uma cozinha ao fundo com janela para um pequeno saguão e chaminé adossada à parede da empena. Um corredor lateral dá acesso independente a todos os compartimentos, mas, na sua génese é provável que não existisse corredor<sup>99</sup>.

Esta tipologia arquitetónica é a já detetada no troço superior da Calçada de Santo André e também na Rua dos Lagares 43-45 e no Largo de Santa Bárbara 10-10D e 11-11D, apenas os arcos abatidos dos vãos de porta das lojas, são diferentes. De facto, na mesma Rua de São Bento, há outros prédios com vãos de loja com lintel em arco abatido tais como o número 134-138 que apresenta também um pequeno óculo de arejamento.

---

<sup>98</sup> PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/002469. A.M.L.

<sup>99</sup> Obra 13604; Volume 1; Processo 15946/DAG/PG/1969/Tomo1; P. 3. A.M.L.

Neste caso, é evidente que o primeiro andar foi construído muito posteriormente, já em finais do século dezanove, pois os vãos de janela rasgados e sem base de varanda são característicos desse período, mas o piso térreo é antigo, com o seu cunhal de pedra interrompido ao nível da ombreira da porta.

Há também o número 524-530 que tinha, no início do século vinte, apenas um andar, e em que os lintéis dos quatro vãos das lojas são em arco abatido, o edifício com número 247 em que o vão de acesso à escada é também do mesmo tipo, e o número 374-378 que ainda mantém os lintéis em arco de três centros nos vãos do piso térreo. Neste último caso, o prédio tem dois módulos de vãos de janela, todos de sacada, e, ao lado esquerdo, as pequenas janelas quadrangulares de iluminação e ventilação da escada, mas a disposição do espaço interior é diferente dos outros edifícios de fachada semelhante, porque a escada não é de tiro nem de um lanço por piso, mas sim de dois lanços por piso, sem bomba, e recuada relativamente ao plano da fachada.

No interior dos fogos de habitação há um corredor que permite o acesso independente a todos os compartimentos. Percebe-se que a disposição interior é o resultado de alterações profundas no interior do prédio e na volumetria, com acréscimo de andares, já na passagem para o século vinte. Em consequência, verifica-se a existência de alguns anacronismos como, por exemplo, ser para a sala que dá a pequena janela inicialmente desenhada para ventilar a escada. Contudo, a chaminé manteve-se na parede posterior.<sup>100</sup>

O edifício seguinte, com os números 384-388, tem uma fachada semelhante, mas a escada fica do lado direito e, em vez das pequenas janelas quadrangulares, tem ainda os óculos de ventilação. A escada é de tiro até ao segundo andar e, acima, acrescentada muitos anos depois, é de dois lanços por piso e sem bomba. Quanto à divisão do espaço dos andares, há dois compartimentos com janela para a rua, dois compartimentos interiores e dois compartimentos com janela para as traseiras sendo um deles a cozinha. A chaminé está também encostada à parede posterior.

O número 412-416 tem idêntica disposição do espaço tanto no interior como dos elementos que constituem a fachada principal, excetuando os óculos de arejamento que neste caso deram lugar aos pequenos vãos quadrangulares.

Neste quarteirão do lado oriental da Rua de São Bento, do número 282 ao número 430, há vinte edifícios e destes há treze com características semelhantes na disposição e

---

<sup>100</sup> Obra 5567; Volume 1; Processo 118/DRGUP/I/2003/Tomo1; PP.1-5v. A.M.L.

dimensão dos elementos da fachada principal, na escada de tiro, no número de pisos (rés-do-chão, primeiro e segundo andares), na organização interior dos fogos habitacionais e mesmo na localização da chaminé, sempre encostada à fachada posterior.

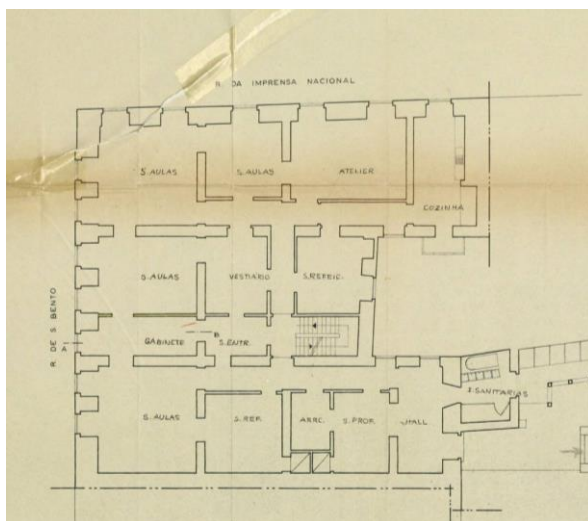


Fig. 37 – Planta do edifício da Rua de São Bento 418-430.<sup>101</sup>

Se observarmos as plantas dos restantes prédios da mesma frente edificada, verificamos que correspondem a múltiplos do módulo inicial de 20 palmos ou 4,4m. Na planta do número 418-430 (fig.37), é explícita a existência de paredes de alvenaria espessas que constituíam os limites dos três talhões primitivos os quais terão sido emparcelados para fazer um único prédio. Essa distância estava no limite necessário para assentamento do vigaamento dos telhados de tesoura.

Quanto às plantas dos prédios com os números 302-308 e 406-410, são resultantes da união de dois lotes de três módulos verticais de vãos, em que uma das escadas é suprimida e a que fica, continua a ser de tiro e a limitar a ampliação em altura para além do segundo andar, embora permita o acesso a dois fogos em cada piso.

Mas esta modulação não se limita a este quarteirão. No quarteirão fronteiro ao mosteiro de São Bento, há também um número significativo de parcelas com a mesma configuração bem como naquele outro situado a norte do convento, entre os números 217 e 289.

No que respeita à largura dos lotes há, na frente nascente da rua, no quarteirão entre os números 12 e 78A, quatro prédios seguidos cujas frentes medem cerca de quatro

<sup>101</sup> Obra 6531; Volume 1; Processo 56594/DAG/PG/1961 - Tomo 1; Página 4. A.M.L.

metros, mas nos outros quarteirões predominam, em 31% dos casos, os prédios com largura próxima dos sete metros. A profundidade das edificações é, nestes casos, próxima do dobro da largura.

Do outro lado da rua houve muitas demolições e uma grande parte dos edifícios setecentistas já não existe. Ainda assim, há cinco prédios com cerca de cinco metros de frente, outros dez com frentes de sete metros, e ainda dez prédios com frentes de cerca de dez metros de comprimento.

Correspondem a diferentes épocas, aparentando-se os edifícios mais estreitos com os que foram descritos no Bairro Alto, e correspondendo os dos talhões de sete metros de largura, às fachadas com pequenas janelas ou óculos a um dos lados e duas janelas de sacada ao outro. Quanto aos lotes de dez metros de largura, correspondem à tipologia de escada ao centro e duas sacadas de cada lado, ou seja, ao edifício com dois fogos por piso.

Entre os pequenos lotes de modestas habitações há casas nobres de maior ou menor importância, mantendo-se, nas novas urbanizações, o princípio da heterogeneidade social.

### **3.1.5. Características arquitetónicas comuns aos imóveis habitacionais localizados em São Bento, em Arroios, no Passo do Benfornoso, nas Olarias e na Calçada de Santo André.**

Tendo por base os edifícios analisados bem como as petições e autos de vistoria de cordeamento, conclui-se que nos primeiros anos de 1700, há grande cuidado do Senado da Câmara em precaver qualquer ocupação indevida do espaço público obrigando os proprietários a solicitar o cordeamento prévio dos prédios onde tencionavam fazer obras.

É sempre feita a medição dos arruamentos que confinam com os limites do chão a edificar, e também o comprimento da frontaria. Essa medição deixa de ser sistemática a partir dos anos quarenta desse século dezoito, pelo menos nos arruamentos já urbanizados.

As petições, na grande maioria, incidem sobre a intenção de fazer obras de alteração em casas já existentes, quer para substituir elementos estruturais de madeira por alvenaria de pedra como, por exemplo, na Rua Larga das Olarias onde foi a comissão de vistorias para “... ver humas sacadas de madeira que em humas suas casas quer mandar

fazer ...”<sup>102</sup> ou ao Passo do Benfornoso para “... fazer uma sacada que já havia aq.al se achava assentada sobre a madeira ...”, quer para alterar elementos de fachada por serem já então obsoletos, como num outro prédio também da mesma rua Direita do Benfornoso onde, em 1713, o suplicante pretende “... fazer um portal quadrado de pedra em lugar de hum arqueado que está danificado e na parede seguinte onde estão duas ginellas piquenas a ficar hua e só de sacada com sua baranda por cima...”<sup>103</sup>.

São igualmente frequentes os pedidos de demolição total das construções existentes para as reedificar como na rua Direita junto ao “Passo do Boi Formoso”, onde o suplicante quer “...deitar abaixo e meter portais, cunhais, e sacadas de cantaria”<sup>104</sup>.

Mas, nas zonas de expansão, sobretudo ao longo das estradas de acesso à cidade, os requerimentos visam a urbanização de quintas e terrenos agrícolas como diz, em 1708, António dos Santos mestre pedreiro “...que tem huns quintais na calçada de São Bento da saúde nos quais quer abrir alicerces e meter portais e sacadas...”<sup>105</sup>e, em 1734, D. Manoel de Vilhena que “...de frente às suas casas em que vive no sítio do chafariz de Arroyos tem huma terra de sementeira de trigo a qual quer cercar de hum muro a toda a frente do conjunto...para fazer eira e cazas para alguns criados...”<sup>106</sup>, terra essa, de sementeira, que é representada já inteiramente edificada setenta e seis anos depois, como se vê na gravura de Domingos Sequeira.

E defronte dessas mesmas casas, aproximadamente no local onde está hoje a Igreja de Arroios, numa terra e olival diante do Chafariz de Arroios, diz o suplicante em 1736 que “...anda tirando pedra para fazer huas propriedades de casas nella, à face da estrada q.e vai para Sacavém; e da parte da estrada da Charneca meter hu portal e murarsse o que não pode fazer sem licença deste senado para fazer as ditas obras e demonstrar que com a dita pedreira he tirar della a pedra q.e for necessária sem ofensa da estrada...”<sup>107</sup>.

A construção da rua Nova dos Olivais de São Bento é feita em parte pelo aforamento de chãos pertencentes a uma quinta de D. Anna Joaquina de Portugal e em parte pela urbanização da cerca do mosteiro de São Bento. Tanto no centro como nas

---

<sup>102</sup> *Livro de cordeamentos de 1705 a 1709*, Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADM/01/28; Cota: Administração 41/218. P. 9. A.M.L.

<sup>103</sup> *Livro de cordeamentos de 1710-1719*; Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADM/01/29; Cota: Administração 41/21. P. 9; P. 141. A.M.L.

<sup>104</sup> *Livro de cordeamentos de 1705-1709*; Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADM/01/28; Cota: Administração 41/218. P. 140. A.M.L.

<sup>105</sup> *Ibidem*. P. 126

<sup>106</sup> *Livro de cordeamentos de 1730-1737*; Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADM/01/31; Cota: Administração 41/221. P. 213. A.M.L.

<sup>107</sup> *Ibidem*. P. 404.

áreas circundantes da cidade, os mosteiros e conventos urbanizam as suas cercas e vendem ou aforam os lotes para construção. É disso exemplo a edificação nos terrenos dos padres de Nossa Senhora da Graça no lado nascente da Calçada de Santo André, próximo do Castelo, e também de outras propriedades de eclesiásticos como, em 1733, a do padre da freguesia e prior da Congregação do Crato “senhor e possuidor de hua terra cita a S.ta Marta e porque a quer aforar a várias pessoas que nella querem fazer cazas e porque esta terra parte com caminhos públicos...”<sup>108</sup>.

Quanto às características das construções, são referidos nos requerimentos existentes nos livros de cordeamento até à década de 1730, sobretudo pequenos edifícios de polígonos de implantação exíguos com frentes entre os quatro e os sete metros, o que se confirma nos prédios ainda existentes, com planta inicial próxima do quadrado. São edificações modestas para habitação de classes populares, constituídas por rés-do-chão a que chamam logeas ou loges, e um ou dois andares.

Têm geralmente na frontaria, ao nível do piso térreo, dois vãos de porta de loja e, encostado a um lado, o vão da porta da escada. Nos andares acima têm, alinhados pelos vãos das lojas, uma janela de sacada e uma janela de peito em cada piso e, acima da porta de entrada, uns pequenos buracos ou óculos de arejamento da escada. Todos os vãos têm molduras de pedraria, menos os óculos da escada.

As determinações dos autos de cordeamento proibem degraus para a rua e também gradeamentos que fiquem salientes do plano da fachada, designados por grades de aranha.

A altura das varandas de sacada era condicionada pela largura da rua, pelo que nos becos e ruas mais estreitas não era autorizada a sua colocação. É o que se retira do despacho a uma petição de reconstrução de uma parede no beco dos Almocreves das Olarias, atual Travessa do Terreirinho, em que foi determinado que “...nesta parede não faça janela de sacada alguma...nem mais portas...”. O referido beco tem cerca de 9 palmos, ou seja, dois metros de largura.

Segundo este princípio, numa rua com largura entre os 14 e os 21,5 palmos, devem as bacias das varandas estar à altura de 16 palmos, numa rua de 38 palmos de largo as bacias podem estar à altura de 14 palmos e se a rua for muito larga e tiver poucas carruagens, podem as sacadas ficar a 12 palmos de altura, mas é a exceção e não a regra.

As paredes posteriores dão para pequenos logradouros que, consoante a zona da cidade e o tipo de urbanização, podiam ter uma área duas vezes superior à da implantação

---

<sup>108</sup> *Ibidem*. P. 56.

do edifício ou ser reduzida a um pequeno saguão. Assim, na Rua de São Bento, a título de exemplo, as parcelas de terreno do lado poente, aforadas pelo mosteiro, tinham logradouros com cerca de 25m de profundidade e edifícios com plantas de área aproximada de 10x10m, mas, do outro lado da rua, a urbanização da quinta de D. Anna Joaquina de Portugal definiu uma modulação de parcelas mais estreitas e com pequenos logradouros com cerca de 6 m de profundidade. Neste último caso, e aproveitando o desnível do terreno, foram os lotes com frente para a Cotovia que beneficiaram de grandes logradouros, prevendo talvez uma maior concentração de casas nobres, o que veio a acontecer.

Nas fachadas posteriores os vãos de porta e de janelas nem sempre estão alinhados, e são díspares nas dimensões, demonstrando que o cuidado na organização da fachada principal não se aplicou à das traseiras.

No interior havia, encostada à parede da empena, uma escada de tiro que atravessava o imóvel de uma fachada à outra e que dava acesso ao primeiro e segundo andares. Os fogos, um por piso, são constituídos por quatro compartimentos, dois com janela para a rua e dois com janela para o logradouro, um dos quais era a cozinha. A chaminé estava encostada à parede posterior e só muito excepcionalmente se encontrava na parede da empena.

A partir de um momento que poderá situar-se no início da década de 1730, verifica-se a introdução de algumas alterações tipológicas, designadamente a da escada de lanços sobrepostos e patamar lateral.

Para cumprimento dos princípios do respeito do espaço público, a fiscalização do Senado da Câmara embargava as obras feitas sem licença e mandava demolir as que não respeitavam as condições expressas nos autos de cordeamento que iam sendo cada vez mais restritivos.

A altura a que podiam ficar as sacadas condicionava o pé-direito do piso térreo que era excessivo para as lojas, mas, ainda assim, a imposição dos dezasseis palmos é aplicada mesmo nos novos eixos de expansão como a rua Larga de São Bento pelo que, para aproveitamento do espaço, foram feitas sobrelojas designadas por sótão ou soto, com janelas de assento a que hoje chamamos de peito. Lê-se num auto de cordeamento, datado de 1741, a seguinte imposição: “Ha de desmanchar hua sacada que tem na dita rua pondo em seu lugar janella de assentos e meter pela outra parte hua sacada em altura da que já tem que é mais de dezasseis palmos...”.

Com estas características, de um piso de janelas de peito acima do das lojas, há muitos prédios de datação difícil, mas sabemos que o da Rua da Amendoeira 55-57, localizado na Mouraria e ainda existente, foi edificado em 1732 pela D. Marianna Jaques que tinha umas casas “...no fim da rua da Amendoeira junto à calçada de S.to André as quais por estarem em iminente ruina se lhe mandaram demolir e se acham as paredes derrubadas à face da rua e quer a supp. reedificar as d.tas cazas para o que é necessário abrirem-se-lhe os alicerces de huma banda e apontoarem-se pela frontaria para a banda da calçada de S.to André para segurança da obra e da propriedade.”<sup>109</sup>

No ano de 1735 é imposta idêntica prescrição ao prédio localizado na Travessa da Espera 16-20 ao Bairro Alto, e ao da Calçada de Santo André 44-48, como a tantos outros, pelo que se tornou uma solução arquitetónica habitual e, se alguns requerentes já em 1740 procuram justificar ainda a construção de sacadas baixas, outros há que, em 1754, querem fazer sobrelojas como um José Ribeyro Braga “...com logea de mercearia no adro da miz.<sup>a</sup> que elle possui de aforamento deste Senado hua logea, junto da porta do Ferr.<sup>o</sup> em que se vendem sacos e por que junto della há outra com um sotozinho por cima que o seu vizinho mandou fazer com licença deste supremo Senado, e o supp.te muito m.p.<sup>a</sup> segurança da dita logea de fazer outro semelhante sotozinho como o do vizinho imediato...”.<sup>110</sup>

Este aumento da altura do primeiro andar levou também à alteração do modelo tipológico da escada uma vez que o primeiro lanço se tornou mais longo e, como tal, difícil de compatibilizar com a disposição da planta quadrada do edifício. Além disso, os pedidos de construção de mais um andar por cima dos dois já existentes, muito frequentes durante a década de 1740, obrigaram à adoção de novas soluções para a disposição da escada. Ou o edifício era ampliado para as traseiras com ocupação de logradouro, aumentando a profundidade quase para o dobro, e recorria-se ao modelo usado nos séculos dezasseis e dezassete, de viragem da escada a meio do prédio, solução essa bastante utilizada na Rua de São Bento como se constata pela leitura das plantas onde a espessa parede da fachada posterior é incorporada no interior, ou havia recurso a um novo modelo de escada, de um lanço por andar sobreposto ao do andar inferior e um patamar lateral para permitir a volta.

---

<sup>109</sup> *Livro de cordeamentos de 1730-1737*; Arquivo Histórico da CML. Código de referência: Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADM/01/31; Cota: Administração 41/221. P. 45. A.M.L.

<sup>110</sup> *Livro de cordeamentos de 1753-1755*, Arquivo Histórico da CML. Código de referência: Documento PT/AMLSB/ADM/01/35. Cota: AML-AH, Administração 41/225. P.1. A.M.L.



A alteração da tipologia das escadas deu-se, portanto, durante o segundo quartel do século XVIII, talvez como adaptação ao aumento de pé-direito das lojas consequência da imposição dos dezasseis palmos de altura das sacadas. Com a solução dos lanços sobrepostos, conseguida graças à criação de um patim lateral de circulação, a limitação da altura deixa de existir, mas, em contrapartida, o espaço do patim lateral é roubado à área dos fogos que ficam ainda mais exíguos.

Por outro lado, se, em construções já então existentes em zonas consolidadas como nos edifícios da Rua dos Lagares, a escada de um prédio podia servir o prédio contíguo quando pertenciam ao mesmo proprietário, essa prática veio a resultar na generalização de edifícios com andares de esquerdo e direito. Mas a génese da tipologia de edifícios com dois fogos por piso parece estar nas zonas das novas urbanizações onde várias parcelas contíguas são aforadas ou vendidas a um único promotor que constrói conjuntos de edifícios em banda como os da Rua dos Lagares, os do Largo de Santa Bárbara, os da Calçada de Santo André, e vários em São Bento, e pode dispor da escada de um dos prédios para servir outro, com ganhos no valor da construção e da rentabilidade do espaço.

Os óculos de arejamento da escada que, numa escada de tiro eram inacessíveis, vão progressivamente dando lugar a pequenos vãos quadrados que, ficando ao nível dos patins da escada, irão evoluir para janelas idênticas às dos fogos habitacionais.

A frontaria dos prédios passa então a apresentar a porta de entrada no eixo central, e por ele alinhadas passam a estar as janelinhas quadradas com as suas molduras de cantaria. A um lado e a outro da fachada estão dispostas as janelas dos fogos e as de sacada dos andares superiores. Em baixo, os vãos de loja encimados pelas janelas das sobrelojas, desenhavam uma modenatura perfeitamente ordenada com os seus módulos verticais de vãos nivelados e dispostos segundo o eixo de simetria.

Mas, como eram habitados estes edifícios? Não sendo esse o objeto deste estudo, é, porém, uma questão que não pode deixar de se colocar.

A população de Lisboa, entre 1732 e 1755, cresceu cerca de 1,25% por ano<sup>111</sup>.

Estima-se que em 1755, a população total de Lisboa fosse de 270.000 habitantes incluindo os estrangeiros e as crianças com menos de sete anos, distribuídos por cerca de 38.000 fogos<sup>112</sup>. Sendo assim haveria sete habitantes por fogo.

---

<sup>111</sup> Serrão, José Vicente (1993). “O quadro humano”, in *História de Portugal*, direção de José Mattoso. Ed. Círculo de Leitores, Lda., e autores. Volume 4, P. 63.

<sup>112</sup> Oliveira, Carlos Sousa (2005). *Descrição do Terramoto de 1755, sua extensão, causas e efeitos. O sismo. O tsunami. O incêndio. Em 1755 – O Grande Terramoto de Lisboa, Volume I – Descrições*. Ed. Fundação Luso-Americana e Público. Lisboa. P. 58 e 59.

Mesmo tendo em conta a existência de grandes casas nobres onde, para além da família já por si alargada, havia um número elevado de criados, é difícil entender como poderiam viver sete pessoas no espaço diminuto da generalidade dos fogos.

Outros autores<sup>113</sup> referem um número bastante inferior em 1750, cerca de 168.000 habitantes, daí resultando o valor plausível de 4,4 habitantes por fogo.

### **3.1.6. Materiais de construção**

No que respeita aos materiais de construção usados nos edifícios em estudo são, essencialmente a madeira e a pedra, esta assente com argamassa de cal e areia, o tijolo fino ou lambaz, o ferro e a telha de canudo.

A madeira usada nos frontais, frechais e vigamentos dos pisos e das coberturas e também nas portas, nos edifícios de arquitetura corrente, era sobretudo o pinho bravo dos pinhais de Leiria e o castanho.

“...a 9 de outubro de 1703, uma morada de casas térreas (...) à (...) estrada da Bemposta que pegão com o muro que Sua Majestade mandou fazer de novo os quais constão de duas logeas térreas cobertas de trouxa de duas Agoas com barrotes de pinho e ripa do mesmo sem forro nem guarda pó e somente um portal de pedraria com sua porta de pinho (...)”<sup>114</sup>

Nas casas nobres é referido o uso de madeiras exóticas como o angelim, proveniente do Brasil, em caixilhos e portas, e também a esprúce do norte da Europa.

Nas habitações populares, nem sempre o madeiramento do telhado era revestido a forro pelo interior, mas, por vezes, levava na face inferior uma esteira, ou seja, um forro de tábuas sobrepostas dito de “saia e camisa”, e na face superior era aplicado um guarda-pó de tábuas onde assentavam o ripado e sobre ele as telhas que eram de barro vermelho em forma de canudo.

Tal como no período anterior os telhados tinham pendente mais acentuada junto à cumeeira, mas eram pouco inclinados, quase planos, na parte inferior onde assentavam nas paredes e se prolongavam nos beirados. Desta forma, resultava o encaminhamento das águas das chuvas para longe dos paramentos evitando escorrências.

---

<sup>113</sup> Pinheiro, Magda (2011). *Biografia de Lisboa*. Edição A esfera dos livros. Lisboa. Anexos, Quadro I, P. 433.

<sup>114</sup> Coutinho, Maria João Pereira, (2014). “Os passos da Bemposta da Sereníssima Senhora Raynha da Gram Bretanha: contribuições para a história da Colina de Santana”, *Cadernos do Arquivo Municipal, Lisboa Joanina (1700-1755)* coordenação Hélder Carita. Ed. CML, P. 43.

Para melhor resistência aos ventos, as telhas eram argamassadas e por vezes mouriscadas ou meio mouriscadas, cobrindo com argamassa uma caleira em cada duas ou em cada três.

As paredes interiores eram constituídas por tabiques de tábuas verticais quando apenas serviam para compartimentação de um espaço amplo, e por frontais feitos com sarrafões cruzados preenchidos com lambaz argamassado, se se destinavam a suportar cargas ou a travamento. Sobre as paredes assim erguidas eram pregadas fasquias constituídas por finos ramos de castanho, cortados no sentido longitudinal, que se destinavam a receber o reboco.

O pavimento nos pisos térreos era em terra batida, pedra rolada ou tijoleira, bem como nos pisos que assentavam em abóbadas, e de solho nos andares. Os sobrados eram constituídos por vigas que se apoiavam em frechais embebidos nas paredes de alvenaria de pedra, e cobertas por largas tábuas de solho.

Cox descreve o soalho de uma casa de campo, de habitação popular, nos arredores de Lisboa, onde passou algum tempo, como sendo axadrezado, “aqui tem um quadrado de carvalho. Ali um de pinho. A seguir, um quadrado que não é nem de um nem de outro. Ali está uma tábua comida pelo caruncho e a do lado nem tanto porque a terceira está boa.” E acrescenta que pode “ver a luz muito bem através deste chão como as moscas na cama porque no quarto de baixo não há tecto.”

As portas e portadas das janelas eram constituídas por tábuas verticais unidas entre si por travessas.

Os caixilhos de vidraças ainda estavam limitados às casas das elites, devido ao preço elevado e também à convicção generalizada de que as correntes de ar purificavam o ar no interior das habitações. Por esses motivos continuou a usar-se reixas nas janelas, para proteção da privacidade e iluminação. Os vãos de arejamento das escadas, acima do vão da porta da rua, eram protegidos apenas por uma grade de ferro.

Quanto à pedra, o calcário era abundante e estão identificadas cerca de 250 antigas pedreiras<sup>115</sup> na área do concelho de Lisboa cujos sítios, com o crescimento da cidade, foram sendo ocupados por edificações até se perder a sua localização.

Eram essencialmente materiais miocénicos como calcários, areias e argilas, e também calcários cristalinos cretácicos da zona da Ajuda-Campolide-Alcântara, estes

---

<sup>115</sup> Pinto, Maria João Pereira Rebelo de Sousa (2005), *Levantamento cartográfico de locais de pedreiras no concelho de Lisboa*. Coleção de Estudos Urbanos – Lisboa XXI. Ed. CML. P. 12

últimos usados em cantaria, segundo Pereira de Sousa<sup>116</sup>. Os locais dos areiros estavam nas áreas nordeste do concelho como na quinta do Bacalhau e no vale de Chelas, enquanto as pedreiras de calcário se situavam em Benfica, Alcântara e Campolide, sendo o calcário de Marvila de todos o mais resistente e o menos margoso, de cor branca amarelada e grão fino, era o melhor lioz para a construção. Os barros eram extraídos em São Domingos de Benfica e no Lumiar. O basalto, usado sobretudo na pavimentação de ruas, pátios e átrios, era extraído em Alcântara.

As paredes-mestras assentavam em fundações pouco profundas que raramente desciam abaixo dos oitenta centímetros, já que não havia cave, pormenor apontado por visitantes ingleses<sup>117</sup>. Sobre elas assentavam paredes de alvenaria de pedra calcária irregular, aplanadas à face dos paramentos e unidas por uma argamassa de areia e cal a que se juntava pequenas pedras e fragmentos de tijolo para preenchimento dos interstícios. As pedras grandes eram reservadas para os cunhais e para o travamento das paredes que eram depois rebocadas com uma argamassa fina de cal e areia.

Os vãos eram emoldurados por pedra calcária própria para cantaria, o lioz, possivelmente extraída das pedreiras de Marvila, com largura sempre superior a vinte centímetros e um acabamento à escoda, de pico irregular, nas faces visíveis.



Fig. 38 – Disposição do lambaz no arco de ressalva para a construção do óculo de arejamento da caixa de escada, na fachada do prédio do largo de Santa Bárbara 11.

---

<sup>116</sup> Sousa, Pereira de, (1909) *Ideia geral dos calcários empregados nas construções de Lisboa*, citado em *Levantamento cartográfico de locais de pedreiras no concelho de Lisboa*. P. 16.

<sup>117</sup> Cox Thomas (1701, 2007), *Relação do Reino de Portugal*, Lisboa, Coleções Biblioteca Nacional, p. 53.

Acima dos lintéis, construía-se sempre um arco de ressalva (fig. 38), em tijolo fino ou lambaz, que suportava o peso da alvenaria e aliviava a cantaria.

As bases de varanda eram também em cantaria e as guardas em ferro forjado constituídas por varões verticais com um ou dois nós, únicos elementos decorativos resultantes do processo de fabricação, e unidos entre si por barras, uma na parte inferior e duas em cima a formar corrimão. Porque os varões eram espaçados, havendo em geral apenas três, são também os taipais de reixas que formam os guarda-corpos.

Sendo as portadas das janelas aplicadas à face interior das molduras de cantaria, eram abertos nas pedras de sacada e nas pedras de peito, uns rasgos de secção semicircular com cerca de cinco centímetros de diâmetro e a toda a largura do vão, para receberem as águas pluviais que escorriam pelas portadas, e daí encaminha-las por um furo na pedra, até a uma telha de caleira colocada sob a varanda que as conduzia para o exterior.

Outros elementos de cantaria visíveis nas fachadas, eram as duas consolas cravadas acima do lintel dos vãos de sacada e entalhadas nas faces superiores para receberem uma vara de madeira de onde pendia um estore de pano ou de tabuinhas que, no verão, protegia o interior da casa da incidência solar.

No interior, também as chaminés tinham a verga, as ombreiras e a lareira na mesma pedra. A verga, tal como os lintéis dos vãos de janela, era por vezes arqueada. Quanto às paredes das condutas de fumos ou fugas, aos panos das chaminés, às paredes laterais e à caldeira, eram constituídos por lambaz.

Em algumas casas, as chaminés podiam ser fechadas com portas, quando não estavam a ser utilizadas. Cox escreve isso mesmo em 1701, “achei muito estranho da primeira vez que vim a este país que me levassem para uma grande sala pavimentada a tijolo e com várias portas, e, no entanto, não havia fogo na sala. Na realidade havia uma chaminé, mas, há vários anos, que tinha sido transformada em armário. Todos têm portinhas que fecham diante das suas chaminés, como se tivessem vergonha delas”<sup>118</sup>. É claro que ele se refere a grandes casas das elites, que tinham chaminés de sala, já que nas cozinhas das casas modestas não deve ter entrado. Mas compreende-se que em pequenos fogos com excesso de moradores, a cozinha pudesse servir também de quarto de dormir e havendo uma corrente de ar proveniente da fuga da chaminé, fosse mais prudente fechá-la durante a noite, tanto mais que aí se guardava o brasido.

---

<sup>118</sup> Cox Thomas (1701, 2007), *Relação do Reino de Portugal*, Lisboa, Coleções Biblioteca Nacional, p. 45.

Se era habitual pintar as fachadas a leite de cal, é também possível que algumas não fossem e deixassem à vista o reboco que, sendo composto por areia amarelada e cal, era de uma cor creme clara, muito luminosa. A corroborar esta possibilidade está o facto da argamassa de cal e areia ser de secagem lenta e só dever ser pintada quando bem seca, quatro ou cinco anos depois.

No texto da dissertação de Manuel da Maia sobre o projeto de reconstrução da Baixa, há uma reflexão sobre a importância de não impor a mesma cor a todas as fachadas, deixando esse assunto ao critério dos donos das obras, uma vez que pretendia integrar aquela zona inteiramente reconstruída, no tecido urbano preexistente. Por aí se entende que, já no período que antecedeu o terramoto, eram aplicados diferentes pigmentos ao leite de cal com que se cobria as fachadas. Contudo, as primeiras camadas eram sempre brancas para assegurar que a cor das seguintes não ficava alterada.

### **3.2. Síntese.**

Durante a primeira metade do século dezoito, foram edificadas zonas da cidade que até então tinham permanecido vazias, tanto no centro da urbe, como foi o caso da faixa de terrenos que separava as muralhas do castelo e a Mouraria, e também a zona entre os Lagares e as Olarias, como na periferia, ao longo das estradas de saída da cidade, ocupando para norte, a rua das Fontainhas a Arroios, e para poente a confluência da rua do Poço dos Negros e da rua de São Bento.

Para além destas zonas que foram construídas de raiz, muitos outros prédios, alguns com as paredes exteriores ainda em madeira, foram reconstruídos na parte consolidada da cidade.

Para além da legislação manuelina, dois outros instrumentos legais regulavam a edificação, o Código Zenoniano, romano, que estabelecia a proteção de vistas para o mar, proibindo que uma nova construção obstruísse a vista das já existentes, e as Ordenações Filipinas, de 1603, que proibiam a abertura de vãos sobre a propriedade alheia.

Para além disso, nos autos de cordeamento redigidos pelos técnicos do município sempre que alguém queria levantar um prédio, eram impostas três condições de licença, a de não haver degraus exteriores ao plano da fachada, nem grades de aranha, e que as sacadas não fossem colocadas a uma altura inferior aos doze palmos numa rua larga e aos dezasseis palmos numa rua estreita.

Todos estes princípios que visavam ainda, no essencial, a preservação do espaço público, condicionaram a arquitetura dos imóveis, levando, por exemplo, à multiplicação de sobrelojas com as suas janelas rasgadas logo acima dos lintéis das portas, para ocuparem o pé-direito excessivo das lojas a que a condição dos dezasseis palmos obrigava.

Por outro lado, o facto de um mesmo construtor poder adquirir, nas novas urbanizações, vários chãos contíguos, possibilitou o uso da escada de um prédio pelo prédio ao lado, economizando espaço e custos de construção.

A conceção de um novo tipo de escada, de lanços sobrepostos e patamar lateral, possibilitou o acrescentamento de andares em chãos pouco profundos.

Em consequência, surge, durante a década de 1730, uma nova tipologia de edifício, com a caixa de escada ao centro, iluminada por pequenos vãos de janela que substituem os óculos de arejamento, e dois fogos por piso. Cada fogo tem quatro ou cinco divisões, uma área média de 60 m<sup>2</sup>, uma sala com sacada para a rua e uma antecâmara, uma câmara interior, e mais dois compartimentos para o logradouro das traseiras, sendo um deles a cozinha.

No final da década de 1740 e nos primeiros anos da de 1750, na Baixa da cidade, esta tipologia vai evoluir para fachadas homogéneas, onde todos os vãos dos andares são iguais.

## CAPÍTULO IV– OS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO CONSTRUÍDOS DE 1755 A 1780.

### 4.1. Os efeitos do sismo de 1755 e a destruição da cidade.

As várias descrições do terramoto de 1 de Novembro de 1755, feitas pelos estrangeiros que então se encontravam em Lisboa, referem que “...de repente demos pela casa a tremer e por um grande barulho como uma carruagem a seis cavalos a passar por nós...”<sup>119</sup>, “A casa onde eu estava tremeu com tal violência que os andares superiores caíram imediatamente, e embora o meu apartamento que era no primeiro andar, não tivesse sofrido o mesmo destino, tudo ali foi atirado para fora do seu lugar, de tal maneira que tive dificuldade em manter-me de pé e esperando nada menos do que ser esmagado mortalmente, visto as paredes continuarem a oscilar da forma mais assustadora, abrindo rachas em vários locais; enormes pedras caíram das fendas por todos os lados e as pontas da maior parte das vigas saíram do teto.”<sup>120</sup>, e ainda “observei os edifícios altos e majestosos a desabarem com grandes fendas e barulho, e especialmente aquela parte da cidade que vai desde São Paulo em linha reta até ao Bairro Alto, bem como, ao mesmo tempo, aquela outra desde a referida igreja, ao longo do rio para leste até às galés e, depois, em linha curva de novo para norte; e mesmo São José e o Rossio foram arrasados em três abalos. Todos os que não morreram esmagados fugiram para os locais espaçosos e os que se achavam próximos do rio fugiram para se salvarem em barcos...; mas enquanto a multidão estava reunida próximo da margem do rio, a água subiu a uma altura tal que ultrapassou e inundou a parte baixa da cidade; (...) Segundo o meu melhor cálculo a água subiu cerca de dezasseis pés (4,87m) em cerca de cinco minutos(...)”<sup>121</sup>.

Ao marmoto seguiu-se um incêndio que, segundo relatos, terá deflagrado nas igrejas onde decorriam as missas e onde muitas velas tinham sido acesas. Alguns testemunhos referem que terá começado no Convento de São Domingos e no palácio do Marquês do Louriçal no largo da Anunciada. Mas também nas cozinhas dos outros edifícios de habitação havia brasas que, rolando das chaminés para os soalhos de madeira,

---

<sup>119</sup> Nozes, Judite e Maria Leonor Machado de Sousa (1990), *O Terramoto de 1755, Testemunhos Britânicos. Carta a Mr. Fowke*. The British Historical Society of Portugal, Lisboa, Edições Lisóptima, p. 135.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 163.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 208.



os terão incendiado. Sendo então as ruas tão estreitas e os edifícios constituídos em grande parte por madeira, o incêndio propagou-se com grande rapidez. Para tal contribuiu também uma forte brisa de nordeste. O incêndio durou cinco ou seis dias.

Um inglês que se encontrava num navio durante o sismo conta que ao entrar na cidade “ficava-se tomado de horror ao observar pirâmides assustadoras de fachadas em ruínas, algumas inclinando-se para um lado, outras para o outro”<sup>122</sup>

Thomas Chase, outro inglês residente em Lisboa no momento em que ocorreu o abalo de terra, escreve que “...todo o coração da cidade, a sua parte mais rica, ficou queimado; mas os subúrbios, que eram grandes, escaparam e, desde então, têm sido reparados.”<sup>123</sup>

Carlos Sousa Oliveira estudou os vários fenómenos associados ao terramoto e refere que as zonas de isossistas de maior intensidade em 1755 foram as de Santa Catarina, Bairro Alto, Baixa, São Vicente, os cumes da Graça e de N. Sra. do Monte e, a poente, a da colina de Santa Ana e Nossa Senhora da Pena. A zona destruída pelo fogo ter-se-á estendido de São Paulo a São Roque, daí ao Rossio, seguindo pela encosta do Castelo e descendo para onde está o atual Cais de Santarém<sup>124</sup>.

Estima-se terem sido danificadas cerca de dez mil casas das quais muitas ruíram completamente<sup>125</sup>.

Na Baixa muitos dos edifícios habitacionais resistiram ao sismo amparando-se uns aos outros, mas, em muitos casos, as paredes exteriores em alvenaria de pedra ruíram ficando os pavimentos assentes nas paredes frontais interiores, de tabique. Foi o incêndio que consumiu as estruturas de madeira, o que mais contribuiu para a devastação da zona.

Dos cerca de vinte mil fogos habitacionais existentes à data na cidade, onde residiam trinta e oito mil famílias, apenas três mil terão mantido as condições de segurança. A freguesia de Santa Justa foi das mais atingidas perdendo quase dois terços dos seus habitantes<sup>126</sup>.

Os edifícios nobres, constituídos por grandes estruturas de alvenaria de pedra e onde as paredes interiores eram também construídas nesse material foram os mais

---

<sup>122</sup> Ibidem, P. 211.

<sup>123</sup> Nozes, Judite e Maria Leonor Machado de Sousa (1990), *O Terramoto de 1755, Testemunhos Britânicos. Narrativa do Sr. Thomas Chase, do terramoto de Lisboa*. P. 121.

<sup>124</sup> Oliveira, Carlos Sousa (2005), “Descrição do Terramoto de 1755, sua extensão, causas e efeitos. O sismo. O tsunami. O incêndio”, *1755 – O Grande Terramoto de Lisboa*, Volume I – Descrições. Ed. Fundação Luso-Americana e Público, Lisboa.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 58.

atingidos pelo sismo, mantendo-se de pé, num primeiro tempo, os edifícios de arquitetura corrente cujos elementos estruturais eram em madeira e que, nas zonas baixas, foram depois arrastados pelo tsunami e finalmente consumidos pelo fogo.

Logo após a catástrofe, uma das primeiras medidas foi a de escorar as paredes que ainda se encontravam de pé com longas varas de madeira que eram usadas na construção e reparação de navios. Tal processo contribuiu para evitar novos colapsos, mas tornou as ruas, já pejudadas de escombros, muito dificilmente transitáveis. Alguns testemunhos comparam-nas a florestas.

Os habitantes que se puderam salvar fugiram do centro devastado da cidade para as zonas periféricas e os que tinham raízes na província fugiram para as suas aldeias.

Durante os dias que se seguiram muitos dormiram em tendas improvisadas tendo pavor de entrar dentro das casas.

Em março de 1756 a Baixa continuava em ruínas e coberta de lamas como se deduz de um despacho do Regedor das Justiças, o Duque de Lafões, dirigido ao engenheiro-mor Manuel da Maia, em que lhe agradece por ter alertado para os perigos para a saúde pública que tal situação comportava, “lembrando-se de que se deve dar correnteza ás aguas estagnadas na Praça do Rocio e na Rua Nova dos ferros ... achando-se desde a somana pasada esgotados completamente hum e outro lugar. Tenho entrado a recear que nos possam agora prejudicar as muitas lamas que a cada passo se encontram pelas ruas e o descuido que há, e ouve sempre, em extrahir da superfície da terra quantidade de animais mortos que se achão expostos...”<sup>127</sup>.

As águas estagnadas existentes no Rossio, a que se refere o Duque de Lafões, terão sido as ocasionadas pelo tsunami mas o nível a que se encontrava a Baixa era tão próximo do nível do mar que, nas marés vivas e sempre que a maré alta coincidia com uma chuvada, as ruas ficavam inundadas. Há descrições, muito anteriores ao terramoto, dos barris onde se guardavam géneros, flutuando pelas ruas até serem arrastados para o rio<sup>128</sup>, e Fernão Lopes dá, ainda no século quinze, nota desse facto que ainda hoje, por vezes, ocorre. A Baixa tinha sido um terreno alagadiço, e muito em particular a área onde está hoje o largo do Martim Moniz e o Rossio, para onde confluíam ribeiras, a de Valverde e

---

<sup>127</sup> Ayres, Christovam (1910), *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no terramoto de 1755*. Lisboa, Imprensa Nacional, p. 8.

<sup>128</sup> Lopes, Fernão (1445, 1945), *Crónica de D. João I*, Volume I. Lisboa, Livraria Civilização Editora, p.353.

a de Arroios, hoje encanadas, mas ainda de caudais abundantes que correm daí juntas até ao antigo esteiro do Tejo.

Terá sido para minorar esse tipo de danos que Manuel da Maia e a sua equipa de engenheiros militares, uma vez decidida a reconstrução do centro da cidade com um novo plano que pressupunha a demolição total de todos os imóveis, propuseram o aterro da Baixa com o entulho das ruínas<sup>129</sup>. De resto, por toda a cidade alguns proprietários de imóveis derrubados optaram por aterrar o rés-do-chão dos seus prédios com o próprio entulho e construir por cima, sendo essa uma das razões da existência de tantos logradouros elevados em relação à rua e cercados de muros altos, nas zonas antigas da cidade. Naqueles onde recentemente foram feitas escavações, como os do bairro do Castelo, foram encontrados os vestígios das antigas construções e também ossadas dos habitantes que ficaram soterrados nos escombros.

No ponto vinte e um da Primeira Dissertação, Manuel da Maia refere a necessidade de esperar antes de remexer o solo, bem como de aterrar a Baixa com o entulho das demolições para “ (...) dar tempo a que o grande número de corpos imersos pelos entulhos não possam produzir alguma corrupção no ar, descobrindo-se, e pela mesma razão procuro também altear as ruas para não haver tanta necessidade de os revolver; pretendo também com esta dilatação suspender o horror em que o publico se acha contra os edificios que não são de simples madeira (...)”<sup>130</sup>.

#### **4. 2. A reconstrução.**

Os efeitos do terramoto na economia da cidade e do país foram devastadores<sup>131</sup>. Os negociantes abastados que importavam e exportavam mercadorias perderam para além das casas, muitos dos seus bens que se encontravam armazenados e ficaram destruídos. Os fidalgos viram ruir as suas casas e perderam os haveres que nelas se encontravam. O clero perdeu igrejas e conventos.

O povo de Lisboa ficou sem teto e, nos primeiros tempos, todos, ricos e pobres, se encontraram vagueando pelas ruas ou acampando lado a lado nos arrabaldes da cidade

---

<sup>129</sup> Ayres, Christovam (1910). *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no Terremoto de 1755*. Lisboa, Imprensa Nacional, p. 12.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>131</sup> Serrão, José Vicente (2007), “Os impactos económicos do terramoto”, *O terramoto de 1755, impactos históricos*. Ed. Livros Horizonte, p.141.

em tendas improvisadas, despojados dos sinais exteriores de riqueza, beneficiando da entreatada. Todos os testemunhos do terrível acontecimento insistem nesse ponto.

Por breves momentos, as diferenças sociais esbateram-se. É disso exemplo, um entre muitos outros, o caso de Ana Maria Clara Hybinguer, jovem austríaca, sobrinha de uma dama do Paço da Rainha, que sobrevive ao sismo assim como um criado da sua casa, Manuel Fernandes. Juntos abandonam Lisboa para se instalarem numa aldeia próxima de Aveiro, de onde ele era oriundo e onde possuía terras. Casam, em 1763 têm um filho que virá a ser o poeta Bingre, e aí vivem como lavradores durante algum tempo. Logo se separam, ficando Manuel Fernandes na sua terra e voltando Ana Hybinguer com o filho para Lisboa onde se reintegra no seu meio e retoma atividades no ramo dos negócios<sup>132</sup>.

As infraestruturas imprescindíveis para a retoma da economia foram rapidamente repostas na capital, criando-se alternativas para a localização do porto da cidade, alfândegas e armazéns, e tomando temporariamente medidas de isenção fiscal para facilitação da circulação de mercadorias, restabelecendo assim, passados poucos meses, o abastecimento da população em bens essenciais. Mas “as necessidades de realojamento levaram a que, só nos primeiros seis meses, se tenha construído e importado do estrangeiro mais de 9000 barracas, e se tenha reedificado mais de mil casas em pouco mais de um ano”<sup>133</sup>.

As tendas montadas com varas de madeira e lona usada nas velas das embarcações, vão dando lugar a barracas feitas com o aproveitamento das pedras das ruínas como embasamento, uma armação de madeira fechada com paredes de frontal e compartimentada com tabiques que vão sendo, paulatinamente, cobertas de argamassa e caiadas. Também as tábuas das coberturas, quando o medo se vai desvanecendo, vão sendo cobertas de telhas.

A cidade encheu-se deste tipo de barracas onde viviam famílias de todas as condições sociais, ao longo das ruas, formando verdadeiros bairros. Os nobres e os negociantes, construíam barracas de grande dimensão e com algum conforto, recorrendo mesmo à importação de casas de madeira prefabricadas, enquanto o povo construiu barracas mais modestas, com os materiais recuperados das ruínas, e nelas se instalou com

---

<sup>132</sup> Bingre, Francisco (1797, 2000), Vanda Anastácio (edição). *Obras de Francisco Joaquim Bingre I*, Editora Lello & Irmão, p. 18.

<sup>133</sup> Serrão, José Vicente (2007), Os impactos económicos do terramoto, em *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*, p. 141. Edição Livros Horizonte, p.148.

as suas lojas, retomando as atividades artesanais e comerciais locais, tão necessárias à cidade.

Este tipo de casa que se pretendia provisória, alastrou rapidamente e de autoconstrução para habitação própria, passou a prédio de rendimento, construindo-se para arrendar. Até mesmo a família real se instalou numa construção de madeira designada por Real Barraca, localizada na Ajuda. Era um enorme casarão, em que os compartimentos se abriam para pátios interiores exíguos, e onde a qualidade de vida seria, por certo, medíocre.

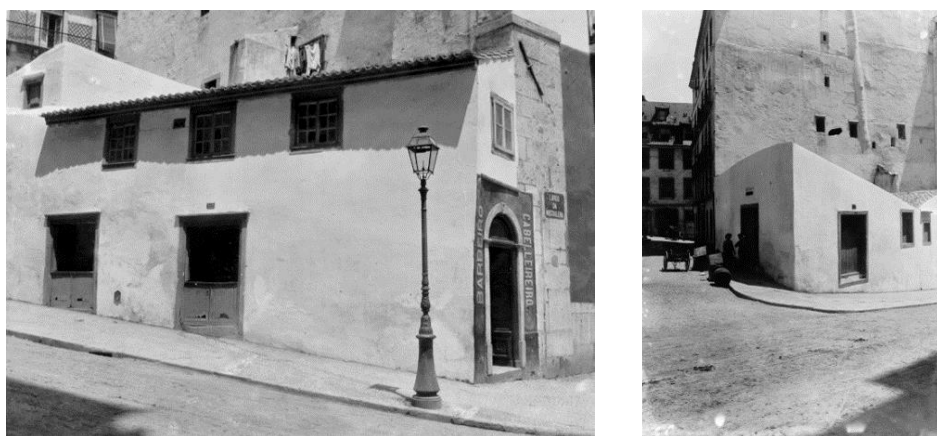


Fig. 39 – Barraca que existiu na Rua da Madalena 80 e travessa das Pedras Negras, 5.<sup>134</sup>

Outra solução de recurso foi a ocupação e adaptação das partes das ruínas que ainda se mantinham. Daí resultaram edificações com um ou dois pisos, bastante rudimentares, com paredes exteriores em alvenaria de pedra, por vezes remendada com troços de taipa nas partes desabadas, e elementos estruturais interiores em madeira recuperada dos escombros e adaptada ao local, construções essas muito contrariadas pelos poderes públicos, governo e Senado da Câmara, mas que proliferaram e, nalguns locais, permaneceram até ao século vinte. Exemplo disso são as barracas (fig. 39) que existiam ainda 1941, onde está hoje o edifício da Rua da Madalena n.º 80, só construído em 1943, e alguns edifícios da freguesia do Castelo cuja estrutura pôde ser observada durante as obras de reabilitação de 1995-2001.

---

<sup>134</sup> PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/002828, cota: A2828. A.M.L.  
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003115. Cota: A3115. A.M.L.

Estes aproveitamentos de materiais derrubados pelo sismo, poderão, em certos casos, ter sido feitos pelos próprios moradores, em autoconstrução, tendo-se verificado algum amadorismo no processo construtivo.

As zonas de maior crescimento foram, nesta altura, a zona ocidental da cidade, da Ajuda à Junqueira, a Cotovia, São Bento e a Nova Colónia, e Santa Isabel cujo pároco estima, em 1757, que na sua freguesia, haveria 5.249 pessoas a morar em barracas.

O atraso na definição de planos de urbanização foi o responsável pela proliferação das barracas. Logo em 29 de novembro de 1755, um decreto determina que seja feita uma exata descrição de cada um dos bairros da capital, recorrendo a engenheiros militares, “declarando-se nela distinta, e separadamente a largura, e comprimento de cada huma das Praças, Ruas, e Becos, e Edifícios públicos, que nelle se continhão; e cada huma das Propriedades particulares, que existãõ nas sobreditas Ruas, Praças, e Becos, com a especificação da frente, e do fundo, que q ellas pertencia, comprehendendo nesta medição os Quintaes, onde os houver, com as elevações, ou alturas de cada huma das Propriedades, e com especificação das paredes, que forem, ou próprias de cada Edifício, ou comuns a ambos os dous vizinhos confrontantes: Affixando-se este por termo de oito dias nos lugares mais públicos da mesma Cidade, e Arraiaes dos seus Suburbios, para chegar á notícia de todas as partes interessadas; a fim de que cada huma dellas possa alegar o seu Direito nos dias em que se tratar da Demarcação, em que tiver interesse.”<sup>135</sup> . Caso os proprietários dos prédios tivessem objeções, caberia à Casa da Suplicação resolver a contenda em “hua só instancia”.

Mas a necessidade desesperada de construir um teto levou à especulação, sendo alugadas as casas que ficaram de pé e aforados “pequenos espaços de chão para neles se edificarem Cabanas ou Casas de madeira”<sup>136</sup> a preços exorbitantes. Em 9 de dezembro outro decreto estabeleceu que, até nova ordem, fossem conservados os valores das rendas de casa em vigor até ao dia do terramoto, e proibiu, tornando nulos, os arrendamentos feitos depois desse dia com preços considerados excessivos.

Proibiu também que dentro dos limites da cidade, “se possa aforar algum terreno para edificar de novo casas de pedra e cal”<sup>137</sup>.

---

<sup>135</sup> Índice das Leys, e Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor – Desde o anno 1750 até o de 1760, e a Pragmática do Senhor Rey D. João V. do ano de 1749. Tomo I. Impressor António Rodrigues Galhardo. Lisboa, 1771. P. 55

<sup>136</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>137</sup> Ibidem, p. 58.

O Edital de 30 de dezembro de 1755 estipulou ainda que “nenhuma pessoa de qualquer estado ou condição que seja, edifique propriedade alguma de casas nos Bairros, desta cidade, que padeceram a ruína do incêndio depois do primeiro de Novembro passado; e do mesmo modo reedifique as que foram queimadas, até que se conclua os Tombos, e medição das mesmas propriedades ... A mesma proibição estende Sua Magestade, ainda aos outros Bairros, cujas casas não padecerão total destruição...”<sup>138</sup>, excluindo desta disposição as reparações para a conservação dos prédios que se mantinham habitáveis. No caso de contravenção, a demolição das edificações seria feita a custas do proprietário.

Num outro edital, de 10 de fevereiro de 1756, é anunciado estar em curso a elaboração de planos de urbanização para cada um dos bairros de Lisboa, em que ficariam definidas a largura e a orientação das ruas, a estrutura exterior e a elevação ou alçado dos edifícios “os quais devem ser uniformes tudo quanto comodamente poder observar-se” e ordena que sejam demolidos os que contrariarem o plano da Cidade<sup>139</sup>. Acrescenta mais tarde, num Aviso de 20 de abril de 1759, que qualquer edificação deverá ser submetida a licença prévia “...para remover toda a dúvida sobre a questão de quaes sejam as Ruas, que novamente se não alinhem entre aquelas de que até agora não sahirão os alinhamentos, e prospectos...”<sup>140</sup>.

Em 2 de Janeiro de 1756 o rei aceita que a Praça de Lisboa, representada pela Junta do Comércio, ofereça quatro por cento do valor dos movimentos da alfândega para financiar a reconstrução sendo definido, em abril do mesmo ano, o modo de aplicação desse imposto.

Para preparação do grande estaleiro de obra em que se tornará Lisboa nos anos seguintes, medidas de proteção à produção e circulação de materiais de construção civil como a cal, o tijolo, a telha e a madeira, são elencadas num alvará de 23 de maio de 1757.

Manuel da Maia, na primeira parte da Dissertação, documento em que discorre sobre as várias hipóteses de reconstrução da cidade, avança com a possibilidade de abandono da zona da Baixa e edificação de raiz numa outra área, aquela que ficava entre Alcântara e Pedrouços, bem como a construção de um novo palácio real entre São João-

---

<sup>138</sup> Índice das Leys, e Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelíssimo D. José o I. Nosso Senhor – Desde o anno 1750 até o de 1777, e a Pragmática do Senhor Rey D. João V. do anno de 1749. Tomo I. Lisboa, Impressor António Rodrigues Galhardo (1797), P.67.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 275.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 276.

dos-bem-casados e o antigo convento de Nossa Senhora da Estrela, deslocando assim a cidade para poente.

Finalmente, em 12 de Maio de 1758, um Alvará com força de Lei determina que “...nos bairros cujos Edifícios foram abrazados e demolidos, se alinhem as ruas com a rectidão e largura competentes á comodidade dos seus Habitantes e ao serviço dos que por ela passam; e que nos outros Bairros cujos Edifícios ficaram no estado de admitirem concerto se melhorem as Ruas aos ditos respeitos quanto possível for. E para que huma obra tão útil e necessária ao Bem-comum; nem padeça as demoras, que nella serão intoleráveis (...) Sou servido ordenar o seguinte:

I. Assim nos referidos Bairros, cujos Edifícios foram abrazados, e demolidos; como nos Terrenos das casas dos outros Bairros, que forão inteiramente arruinadas; querendo os Donos dos respectivos solos edificar na conformidade do sobredito Plano; e obrigando-se eficazmente a darem as obras acabadas no termo de cinco anos, sucessivos, e contados do dia em que assinarem a obrigação; o poderão livremente fazer. E sendo os ditos terrenos emphiteuticos preferirão neste direito de edificar os Enphiteutas dos Prazos aos Senhores directos deles.

II. Não querendo porém, ou não podendo os Donos dos referidos Terrenos edificar na sobredicta forma; no caso de serem as Propriedades deles allodiâes, se adjudicarão pelos Ministros, que Eu for servido nomear para esse efeito, ás Pessoas que se obrigarem a edificar na mesma conformidade, e dentro do referido termo: Pagando aos Donos dos Terrenos o justo valor deles, e dos materiâes, que nelles se acharem: Sendo tudo avaliado com assistência dos respetivos Ministros (...) E preferindo sempre para edificarem os Vizinhos confrontantes das respectivas Propriedades.”<sup>141</sup>

Desta forma, ficaram estabelecidas as condições de reedificação, como o cumprimento do Plano de urbanização, submetendo-se a forma e a implantação dos novos edifícios às prescrições nele contidas, e os proprietários à obrigatoriedade de construir no prazo de cinco anos. Havendo dúvidas quanto à legitimidade do dono da obra, o Alvará dava primazia ao enfiteuta em detrimento do senhor ou dono do solo.

Ainda no mesmo diploma ao isentar de aposentadoria ativa e passiva as praças e ruas destinadas para “Bolsa do Commercio, e para habitação dos homens de negocio, Mercadores, e Traficantes, que nelle se empregão”, define um zonamento para a cidade,

---

<sup>141</sup> Índex das Leys, e Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelíssimo D. José o I. Nosso Senhor – Desde o anno 1750 até o de 1777, e a Pragmática do Senhor Rey D. João V. do ano de 1749. Tomo I. Lisboa, Impressor António Rodrigues Galhardo (1797), pp. 662-670.



determinando para esse fim os bairros de Alfama, do Limoeiro, da Rua-Nova, e do Rossio, bem como “tudo o que jaz das Portas do Chafariz de dentro até São Pedro de Alfama; desta Igreja até a de S. João da Praça; della pelas Cruzes da Sé, e pelo Arco da Consolação até á Igreja da Magdalena; com tudo o mais, que esta situado da rua das Pedras negras até ao Beco, que sahe defronte da Igreja dos Torneiros; do Largo que fica por detraz da Igreja de S. Nicoláo; da Rua das Arcas até à extremidade meridional do Rocio...”<sup>142</sup> e ainda da Rua Nova do Almada aos Remolares, Corpo Santo, Cruz do Cataquefaraz, Largo de São Paulo, da Boavista, do Poço dos Negros e da Esperança. Era uma área extensíssima e a mais valorizada da cidade.

Fora dela, seriam ainda definidas a zona destinada a habitação dos artífices e, por exclusão, a zona dos restantes moradores a que a isenção de aposentadoria só se applicaria, por trinta anos, aos proprietários dos edifícios que fossem reedificados desde as fundações ou seja, inteiramente reconstruídos.

#### **4.2.1. Os bairros da Fábrica das Sedas.**

Num auto de cordeamento datado de 1737, “diz M.el Nunes da Silva Tojal e Dom.es da Silvaira, Franc. X.er ... administradores da Comp.a da Real Fabrica das Cedas dettem o aforamento a Ex.ma D. Anna Joachina de Portugal huas terras que dycorrem de junto de hua janella q. tem no muro da sua quinta que vae do noviciado da Comp.a para o Mosteiro do Ratto a qual... vae para a nova colonia p. nella edificar hua fabrica para as cedas.”<sup>143</sup>

A produção é orientada por franceses que introduziram novas técnicas e, em 1741, nela trabalhavam três mestres, dezassete oficiais, um tintureiro, e quarenta e sete aprendizes<sup>144</sup>. Não obstante, em 1750 a fábrica está falida, pela impossibilidade de cobrir os custos do investimento aplicado na obra e no equipamento. No inventário figuram, entre outros bens, 91 teares.

A nova administração foi mais eficaz, mas a perda de muito material consumido pelo incêndio que se seguiu ao terramoto, levou de novo a fábrica à decadência.

---

<sup>142</sup> Ibidem, p.702

<sup>143</sup> A.M.L, Livro de cordeamentos de 1730-1737, p. 404.

D. Ana Joaquina de Portugal era mãe de Maria Antónia Soares de Noronha que foi casada com Rodrigo António de Noronha e Meneses.

<sup>144</sup> Sequeira, Gustavo de Matos (1922), *Depois do Terremoto - Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, V. III, p.21. Coimbra, Imprensa da Universidade.

Em 6 de Agosto de 1757 “o governo da referida Fabrica será cometido á Junta (do Comércio), para ser regido debaixo da sua inspecção...Se serve V. Magestade nomear por ora entre os Deputados da mesma Junta, e da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão...quatro Directores...” entre os quais Francisco da Cruz, e a partir de então a produção aumenta.

Nos estatutos da fábrica, ficou estipulado que “todos os teares de Sedas, que se estabelecerem na Cidade de Lisboa, e seu Termo, formarão huma corporação com a dita Fabrica Real: Para o que sendo numerados desde logo os teares, que trabalharem dentro nella, se seguirão depois com os números, a que se extenderem, os outros teares de fora...sem distincção de que laborão dentro, ou fora da sobredita Fabrica...gozem dos mesmos privilégios; compreendendo-se nelles o de aposentadoria activa, e passiva: Visto, que nem todas as casas são próprias para este trabalho...”.

Assim, alguns artesãos trabalhavam no próprio edifício do Rato, mas muitos mais trabalhavam fora dele, nas suas próprias casas em teares fornecidos pela empresa e devidamente numerados.

E ainda que “aos ditos Artifices, que trabalharem nas suas próprias casas, e que fizerem ver pelas suas obras, que são hábeis, e dignos de favor; precedendo exame de que assim se mostre, feito pelos Mestres da Fabrica na presença da Mesa da Direcção, á vista das obras por eles fabricadas; se expedirão pela Junta gratuitamente as suas cartas de incorporação: E por virtude dellas, poderá cada hum deles ter em sua casa desde hum até quatro teares, e mais não, conforme a sciencia, e capacidade, que mostrar para bem os reger: concedendo-lhes á mesma proporção, que possam tomar hum aprendiz para cada tear de lavrado.”<sup>145</sup>

Considerando, porém, que os edifícios existentes na vizinhança da fábrica não eram suficientes para alojarem um número suficiente de artesãos, em 14 de Março de 1759, um outro alvará, estabelece que no Bairro das Águas Livres e num terreno delimitado, fossem edificadas “...somente Casas proporcionadas ao uso de Teares de Seda, e à commoda habitação dos Fabricantes, e das suas famílias, na forma da Planta do referido Bairro...”. No mesmo documento é referido que, para a edificação, será dada preferência aos proprietários do solo, mas que, se estes não o fizerem, qualquer outra

---

<sup>145</sup> Índex das Leys, e Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelíssimo D. José o I. Nosso Senhor – Desde o anno 1750 até o de 1777, e a Pragmática do Senhor Rey D. João V. do ano de 1749. Tomo I. Lisboa, Impressor António Rodrigues Galhardo (1797). Estatutos da Real Fábrica das Sedas, pp. 492-505.

pessoa o poderá aforar e construir. É ainda estabelecido o valor máximo do aluguer, a condição do direito de preferência aos artífices que laborarem para a Real Fábrica, e a proibição de serem despejados a menos que faltem aos pagamentos das rendas.

É neste contexto que José Francisco da Cruz que foi, a partir de 1757, um dos administradores da Real Fábrica das Sedas, terá mandado edificar em 1759 um primeiro bairro para artesãos na área que fica a sul dos terrenos da fábrica, nas traseiras do edifício que foi a sua residência, o palácio de Cruz-Alagoa situado na atual rua da Escola Politécnica, bairro esse de que ainda restam alguns edifícios (fig. 40).

A produção estava espalhada por vários edifícios, e não só nas instalações fabris do Rato. A tinturaria, por exemplo, funcionava em Alcântara, a fábrica da Calandra estava instalada na proximidade da igreja de Santa Isabel e a tecelagem nas casas de habitação dos mestres. Para além disso, havia ainda as plantações de Amoreiras e a criação do bicho-da-seda em vários locais da cidade e mesmo fora dela.



Fig. 40 – Bairro dos artesãos da seda, na Rua Maestro Pedro de Freitas Branco, 1<sup>146</sup>.

A Fábrica das Sedas prosperou alargando a produção em quantidade e qualidade, até ao afastamento do governo do marquês de Pombal, no início do reinado de D. Maria

---

<sup>146</sup> Doc.PT/AMLSB/JBN/001259; P. 1/1910. Cota: FAN001290. A.M.L.

I. Ainda assim, em maio de 1788, havia em Lisboa 51 casas com 128 teares de seda de matiz<sup>147</sup>.

Pelo decreto de 6 de agosto de 1833, foi extinta a Direção da Real Fábrica e em 1835 foi decidida a venda em hasta pública de todos os seus prédios.

O edifício principal da fábrica, de que resta como vestígio parte da fachada sobre a Rua da Escola Politécnica e para o Largo do Rato, ardeu em 1897.

As casas mandadas edificar por José Francisco da Cruz, estavam situadas na atual rua Maestro Pedro de Freitas Branco que já foi Rua das Fábricas da Seda. Inicialmente foram construídas dez<sup>148</sup>.

Observando as edificações ainda existentes, as plantas em arquivo e as fotografias de 1910, verifica-se que, em duas casas, se mantem exteriormente a traça original. Das outras resta a implantação, por vezes as paredes exteriores e os vãos do rés-do-chão, nalguns casos o primeiro andar, mas muitas foram ampliadas e descaracterizadas, e outras mais foram inteiramente demolidas.

Eram casas de rés-do-chão e sobrado, com telhados de duas águas com empena para a rua, que definiam um remate de fachada triangular acentuado pela existência de um duplo beirado à portuguesa e de uma cornija logo acima dos vãos do segundo andar, à qual se sobrepunha um outro beirado, constituindo um frontão com um vão de janela ao centro. A fachada tinha 6,30m de largura, com dois vãos de janela no primeiro andar, e um vão de janela e um de porta no rés-do-chão. As janelas, quadradas, eram emolduradas a cantaria.

A profundidade dos edifícios era de cerca de 10m e, nas traseiras, havia um pequeno logradouro cuja área era metade da de implantação da casa.

No interior (fig. 41), o piso térreo era constituído por um vestíbulo por onde se acedia à escada, uma sala, um quarto interior, um quarto com janela para as traseiras, e a cozinha com uma janela e uma porta para o logradouro. A escada estava encostada à parede lateral.

O primeiro andar era um espaço amplo, sem qualquer divisória. Tudo indica que não haveria esteira nem águas furtadas, mas sim um pé-direito elevado com as asnas à vista, já que havia um único lanço de escada que ligava o rés-do-chão ao primeiro andar.

---

<sup>147</sup> Sequeira, Gustavo de Matos (1922), *Depois do Terremoto - Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, Volume. III, p.148.

<sup>148</sup> França, José-Augusto (2008), Lisboa, História física e moral. Edição Livros Horizonte, p. 392.

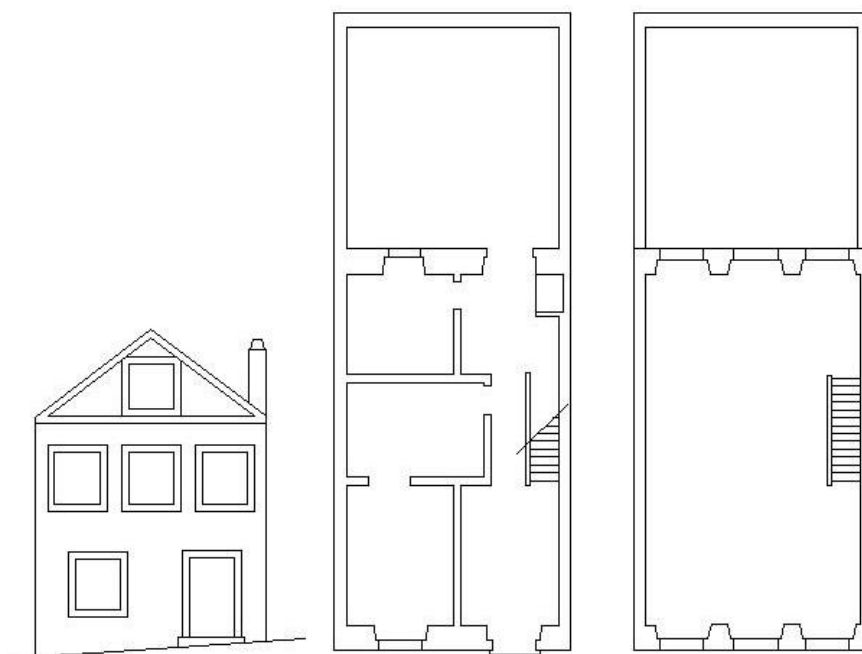


Fig. 41 – Fachada e plantas-tipo das casas de tecelões na rua Maestro Pedro de Freitas Branco, tendo por base os projetos de alteração dos números 3 e 9.<sup>149</sup>

Assim, o piso de baixo seria a habitação do mestre tecelão e da sua família, e o andar seria a oficina onde estavam os teares e onde trabalhavam e dormiam os aprendizes, espaço bem iluminado pelas quatro janelas de peito, duas em cada topo, e ainda pelos dois vãos abertos nos frontões. O facto de não haver chaminé no primeiro andar, deixa supor que as refeições dos aprendizes seriam preparadas na cozinha do mestre tecelão.

A disposição do espaço no piso térreo, a forma quadrada dos vãos, e a empena em bico, remetem para uma tipologia mais antiga, mas o remate da fachada com a cornija e o frontão que se repetiam de um lado e doutro da rua, lembram edifícios fabris. As casas já não são entendidas como elementos singulares, mas inseridas num conjunto que se lê como fabril.

Segundo os estatutos da Fábrica das Sedas, estas casas dos “artífices de fora” podiam acolher, para além do mestre e da sua família, mais três ou quatro aprendizes que deviam oferecer o seu trabalho durante cinco anos, sem poderem ausentar-se de casa do mestre sob pena de serem presos. Em contrapartida a Fábrica fornecia-lhes os teares montados, os fios de seda, matizes, desenhos e tudo o mais considerado necessário para a produção, e o mestre ministrava o ensino do ofício. Se o trabalho fosse bem feito era

---

<sup>149</sup>Desenho executado com base nos elementos existentes na Obra 44523; Vol. I; Processo 1677; 1.ª REP/PG/1914; T.1; P.3. e Obra 44656; Vol. I; Processo 962/DAG/PG/1933; T.1; p. 9. A.M.L.

entregue no armazém geral e pago com o desconto de uma quinta parte, destinada a ir compensando o investimento da fábrica nos teares e nos fios. Caso, pelo contrário, as obras não atingissem a qualidade requerida, pagariam tudo o que tivessem recebido, penhorando-se-lhes os bens.

Outro bairro, maior e com mais relevância para a cidade foi o das Águas Livres, junto aos arcos do aqueduto e da arca da mãe d'Água, regulado pelo alvará de 14 Março de 1759 que, como acima ficou dito, estabeleceu o local e as condições de ocupação, e refere a planta da autoria do engenheiro militar Carlos Mardel a que todas as edificações deveriam obedecer no que respeita à forma dos edifícios, aos alinhamentos das ruas e à situação das praças, incluindo aquelas casas que já estavam construídas no local e que teriam que ser alteradas ou mesmo demolidas para ficarem em conformidade.

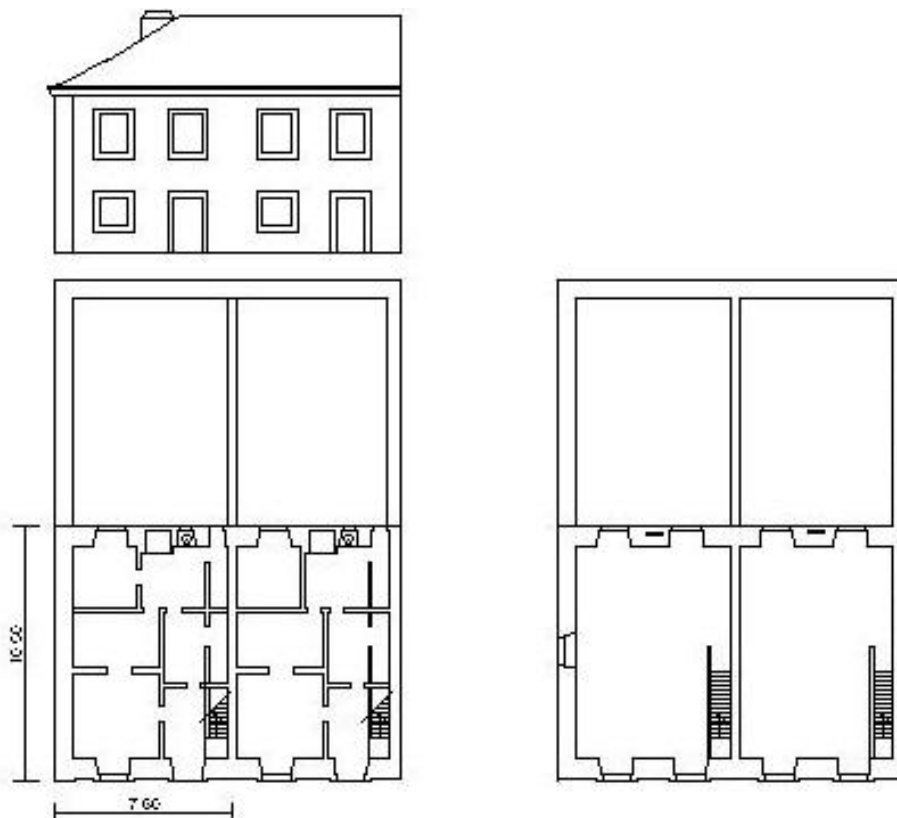


Fig. 42 – Praça das Amoreiras 27, alçado principal e plantas dos pisos.<sup>150</sup>

<sup>150</sup> Desenho feito a partir dos projetos existentes nas Obra 10917; Vol.1; Proc. 2944/1.<sup>a</sup> REP/PG/1888/T.1/P.2. Obra 44070; Vol. 1; Proc.11468/DAG/PG/1959 - T.1; P.6, Obra 14097; Vol.1; Proc.51626/DAG/PG/1965 - T.1; P.3. A.M.L.

A edificação caberia a promotores privados, mas exclui-se dessa regra os prédios situados nas “ruas que fazem frente ao Pórtico, e largo das Águas Livres “onde deveria a direção da Real Fábrica das Sedas construir sessenta moradas de casas por conta da fábrica, para residência de artífices e estabelecimento de teares de seda.

Da análise dos edifícios existentes, das fotografias antigas e dos levantamentos arquitetónicos disponíveis, estas casas do largo das Águas Livres que já foi praça dos Fabricantes e é hoje praça das Amoreiras, obedecem a um modelo único ainda que com pequenas variantes (fig. 42).

A planta do rés-do-chão representa cinco compartimentos e um único lanço de escada encostado à empena. Sendo as paredes exteriores em alvenaria de pedra, a chaminé ficava encastrada na fachada posterior. O logradouro tinha uma área e configuração idêntica à da implantação do edifício, com cerca de 80m<sup>2</sup>.

Na fachada principal que tem cerca de 7,60m de largura, há dois vãos no piso térreo, uma porta e uma janela, e outros dois no andar. O vão da janela do piso térreo é quadrado enquanto os do andar de cima são retangulares, e todos estão perfeitamente alinhados. No interior, há um pequeno vestíbulo e uma sala que dão para a praça, dois compartimentos interiores, e dois que abrem para o logradouro. O espaço sob a escada é aproveitado como despensa.

No andar superior não havia divisórias, era também um espaço amplo, mas sem chaminé o que, mais uma vez, pressupunha o uso da cozinha do mestre para confeção das refeições dos aprendizes.

Se forem comparados a outros fogos edificadas até então na cidade e destinados à mesma classe dos artesãos, estes eram superiores em área, mas se a comparação fosse com as habitações que estavam a ser edificadas nas novas urbanizações como, por exemplo, na Lapa, então estariam na média.

De referir que, embora também neste caso não houvesse esteira e o madeiramento da cobertura ficasse interiormente à vista, os telhados que eram de duas águas, salvo nos prédios de topo onde havia uma tacaniça, tinham a cumeeira paralela à rua pelo que o remate da fachada não formava frontão, sendo os telhados do quarteirão, corridos, apenas separados pelos muros de corta fogo. Assim sendo, estes edifícios que definiam a Praça dos Fabricantes, não apresentavam o aspeto fabril dos da Rua das Fábricas da Seda, antes se assemelhavam aos outros edifícios de habitação popular existentes na cidade, deles diferindo pelo facto de se organizarem em banda, sem leitura de cada casa individualmente, afirmando-se como conjunto com os vãos perfeitamente nivelados e

alinhados. Também aqui a casa individual não tem leitura, integrada que está em frentes de edifícios perfeitamente ordenadas e de telhados corridos.

#### **4.2.2. A urbanização da zona da Lapa.**

Na zona da Lapa, após o terramoto de 1755, a ocupação processou-se segundo dois modelos distintos de loteamento, o das freiras Trinas que lotearam a maior parte da cerca do convento segundo um plano bem delineado, com os arruamentos traçados segundo uma quadrícula e a definição de parcelas com frentes de dimensões aproximadas, e o do Conde de Redondo que, nas terras de que era foreiro, foi procedendo a destaques de parcelas de diferentes áreas e configurações, ajustando-as à topografia do terreno e ao perímetro das quintas pré-existentes. Para além destas, há ainda as terras do Infantado e as de Dom Rodrigo de Noronha, a sul.

No que respeita à urbanização da cerca do convento de Nossa Senhora da Soledade do Mocambo ou das Religiosas Trinas do Mocambo há, da parte destas, uma antecipação de execução de um plano ou mapa para a zona, tendo até talvez recorrido a um dos mestres da Casa do Risco para o seu traçado, mas todo o processo de loteamento decorreu à margem da aprovação pelo Senado da Câmara. Terão possivelmente antevisto a morosidade de um procedimento legalista, de serem obrigadas a esperar até que o Estado produzisse um plano de urbanização e, aproveitando a escassez de fogos habitacionais e por conseguinte maior procura do que oferta, trataram de encomendar um plano com arruamentos e loteamentos definidos, e logo os foram aforando para edificação.

Em 1756 solicitaram ao Senado da Câmara a vistoria, quando já estavam aforados quinhentos chãos, e a resposta é a de que cada vistoria custaria 11.200 reis, ora tal exorbitante quantia recairia sobre os enfiteutas e não sobre as freiras. Por isso, o despacho do rei à queixa da priora vai no sentido de, por um lado, afastar o Senado da Câmara do processo, por outro, admitir o que já estava feito, mas não permitir a sua extensão a outras zonas:

“Sendo-me presente em Consulta da Mesa do desembargo do Paço o Requerimento da Priora, e mais Religiosas do Mosteiro de Nossa Senhora da Soledade do Mocambo, em que se agravarão do Senado da Camara, por pertender fazer Vestoria em cada um dos chãos, que as sobreditas tem afforado nas Terras dos dois Casaes, que possuem junto ao dito Mosteiro, podendo o Senado em huma só Vestoria ver, e regular os Edifícios, que se pretendem fazer nas Terras afforadas, que por serem mais de



quinhentos, e levar o Senado de cada Vestoria onze mil e duzentos reis se fazia aos Enfitheutas huma contribuição violentíssima, e transcendente aos mais Edifícios, que se fabricassem na Cidade de Lisboa; cujo Povo aflito receberia deste procedimento damno intolerável: Fui servido resolver, que nem se deve permitir a execução do Mappa, que as ditas Religiosas mandaram ordenar para o seu Terreno, nem o Senado intrometter-se a fazer Vestoria nas Casas, que se intentarem fabricar, ou seja fóra dos lemites da mesma Cidade, ou na parte della, que ficou dessolada com o Incendio, que se seguio ao Terremoto do 1.º de Novembro do anno próximo precedente, por estar por Mim prohibida toda a nova Edificação, em quanto não sair a Planta geral da sobredita Cidade, que tenho mandado fazer para a regulação das novas Ruas della, e dos seus Edifícios. O mesmo Senado o tenha assim entendido, e execute inviolavelmente, não obstante o seu Regimento, e quaisquer outras Disposições contrarias, que não podendo compreender a insólita calamidade presente, devem ficar suspensas, esperando as Minhas Regias e Paternaes providencias. Belem, 16 de Setembro de 1756. – Com a Rubrica de Sua Magestade”<sup>151</sup>

Desta forma, foi ultrapassada a violação da lei e admitida a construção de quinhentos novos edifícios. Em 1762, no primeiro registo da Décima estavam já abertas todas as ruas e construídos umas centenas de prédios<sup>152</sup>.

A urbanização das “terras dos dois casais junto ao mosteiro” ia da Rua de Nossa Senhora dos Remédios, atual Rua de São Domingos à Lapa, até à Rua da Bela Vista, hoje Rua do Quelhas, e era limitada a norte pela Rua de Nossa Senhora da Lapa designada, atualmente, rua da Lapa, e a sul pela Travessa do Convento das Bernardas.

Não é evidente a identificação das propriedades descritas nos livros da Décima da Cidade, nos anos de 1762 a 1780, com os prédios atualmente existentes, dado que o número de propriedades era então superior às que hoje existem em virtude dos posteriores emparcelamentos. No caso da rua das Trinas, por exemplo, é possível a correlação nas terras das freiras Trinas, mas, no troço norte, entre a Rua da Lapa e a de Buenos Aires, as barracas proliferavam desordenadamente, não estando ainda definida a atual rua de Sant’Ana à Lapa. Esta discrepância pode explicar-se, como atrás referido, pelo facto de ter havido desde esse tempo um grande número de emparcelamentos, mas há uma outra

---

<sup>151</sup> Silva, Dezembargador António Delgado da, (1842) *Supplento á Collecção de Legislação Portugueza, Anno de 1750 a 1762*. Lisboa, typografia de Luiz Correa da Cunha. P. 413.

<sup>152</sup> Matos, José Sarmiento de, *Uma casa na Lapa* (1994), Edições da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Lisboa. P. 48.

variável que é a alteração da designação da rua que ora se considera a iniciar no cruzamento com a rua de Santos-o-Velho, ora a partir da rua Garcia de Orta, antiga travessa do Cano do Convento das Trinas, acrescentando ainda a indefinição da rua a norte onde o seu termo não estava fixado, supondo-se que se estenderia até à rua de Buenos Aires.



Fig. 43 – Planta da urbanização, marcada a amarelo, da Lapa em 1780. Identificadas estão com os números 12-Igreja da Lapa, 20-Convento das Bernardas, 19-Convento da Trinas.<sup>153</sup>

O que se pode afirmar, de acordo com a cartografia da segunda metade do século dezoito<sup>154</sup>, é que o traçado urbano definiu uma quadrícula de arruamentos perpendiculares entre si, nas terras a oeste do mosteiro. Já a nascente, a necessidade de afeiçoamento às irregularidades topográficas e o facto de as barracas prevalecerem por mais tempo, levaram a um traçado menos regular (fig. 43).

Os quarteirões não têm a ortogonalidade dos da Baixa, e as suas dimensões são variáveis. As parcelas definidas tinham formas próximas do retângulo com uma largura média de 7,20m, mas a que mais vezes ocorre é a de 6,60m, ou seja, de cerca de três braças. As dimensões das parcelas variam conforme os arruamentos onde se encontram, sendo, por exemplo, ligeiramente maiores na rua dos Remédios e de menor área na Rua

<sup>153</sup> Planta Topográfica de Lisboa, 1780. A.M.L. <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>

<sup>154</sup> Santana, Francisco (1990), *Lisboa na 2.ª metade do séc. XVIII (plantas e descrições das suas freguesias) - recolha e índices*. Edição CML.

de São Félix, pelo que a profundidade dos chãos, sendo variável, se situa na maior parte dos casos entre os 25 e os 26 metros. Quanto às construções verifica-se, pela observação dos projetos de alterações existentes no arquivo municipal de Lisboa, que ocupavam toda a largura das parcelas, mas apenas metade da profundidade, deixando quase sempre uma área de quintal que rondava a da implantação do edifício. Excetuam-se desta regra os lotes de esquina, onde nem sempre havia um espaço para o logradouro. Assim, a título de exemplo, na rua de São João da Mata os lotes tinham, em média, uma profundidade de 25,40m e as casas ocupavam uma profundidade de 12,80m.

Na zona a ocidente do mosteiro, a criação sistemática de quintais assegurava uma maior distância entre as fachadas posteriores das construções, daí decorrendo uma melhor exposição solar, e permitia também manter uma ou outra árvore de fruto e algumas hortícolas de subsistência que seriam importantes para a economia doméstica.

RUA DIREITA DAS TRINAS									
Progressão na construção de edifícios									
Ano	Em chão ou em obras	Barracas	Só de r/c	R/C + Águas furtadas	R/C + 1 piso	R/C + 1 piso + águas furtadas	R/C + 2 pisos.	R/C + 2 pisos + águas furtadas.	Total
1762/63	9	79	6	3	19	5	8	-	129
1770	5	57	13	5	25	4	20	-	129
1776	5	49	21	1	31	9	20	-	136
1780	3	44	17	3	28	9	23	1	128

Quadro 3 – Ritmo de construção na rua das Trinas, de 1762 a 1780.

As casas levaram tempo a construir (quadro 3). Em 1762, das cento e vinte e nove parcelas existentes nos dois lados da Rua Direita das Trinas, havia setenta e nove com barracas, e nove chãos estavam ainda desocupados. Só oito prédios estavam edificadas com um piso de lojas e dois andares. Os restantes vinte e oito, tinham só rés-do-chão, ou rés-do-chão e um andar, e em oito casos tinham águas furtadas.

Em 1770, continuavam a predominar as barracas, cinquenta e sete ao todo, menos vinte e duas do que oito anos antes. Havia mais sete casas só de rés-do-chão, mais seis de primeiro andar e mais doze com rés-do-chão e dois andares.

Nos prédios de piso térreo e dois andares, não há menção a águas-furtadas, mas, em contrapartida, há quatro casas de primeiro andar que têm águas-furtadas e cinco só de lojas que têm também águas-furtadas.

Seis anos depois, há menos oito barracas e mais quinze edifícios de pedra e cal. O número de chãos por edificar mantém-se nos cinco. No total, há vinte edifícios de rés-do-chão e dois andares, trinta e um de primeiro andar, e vinte e um só de rés-do-chão.

No ano de 1780 que marca o fim do período da influência do Marquês de Pombal na governação do reino, os livros da Décima da cidade não dão já indicações sobre o número de pisos, mas estima-se, pelo valor dos rendimentos, que nem terá havido um acréscimo significativo de andares, nem de novas construções. Algumas barracas deixam de ser referidas, possivelmente por terem sido demolidas e os talhões emparcelados com os prédios contíguos.

Há que referir que no registo de 1780, surge a designação de “quartos” possivelmente com o sentido de fogos, ou de unidades habitacionais com acesso independente. Por vezes há um “quarto” por piso, mas pode haver dois ou mesmo três, ou pode cada “quarto” ocupar um andar inteiro e, nesse caso, dois quartos equivalem a dois andares. Não podendo ser feita uma contagem mais rigorosa, foi calculado o número de “quartos” por andar com base no número de lojas uma vez que tal indica uma ordem de grandeza para o comprimento da fachada.

Pelos dados obtidos constata-se que a parte da rua primeiro edificada foi a da zona sul, contígua ao Mocambo, correspondendo à da urbanização das freiras Trinas, ainda assim com muitas barracas entre os troços construídos, e que o grosso das barracas se encontrava, ainda em 1780, na zona norte foreira do Infantado.

No lado poente da Rua Direita das Trinas havia quatro casas nobres mencionadas no rol da Décima, do lado nascente, apenas uma. Destas, ainda permanecem as que pertenceram a António Ferreira Mesquita e a Manuel Cabral da Fonseca, localizadas no extremo norte da referida rua com os atuais números 135-141, 127-131 e 123-125.

Do lado poente, há alguns edifícios ou lugares de referência que permitem a localização das parcelas setecentistas. Desde logo o mosteiro das freiras Trinitárias, mas também as casas nobres e o Pátio do Baldaia cuja toponímia remete para o primeiro proprietário, João do Rego Baldaya. Já do lado nascente, a prevalência de um grande número de barracas ocupando certamente lotes estreitos que vieram em tempo posterior a ser emparcelados, bem como a carência de lugares de referência, tornam a localização difícil.

O que salta aos olhos é que para norte do cruzamento com a Rua da Bela Vista, as parcelas hoje existentes do lado nascente da Rua das Trinas são mais estreitas do que as do lado poente correspondendo certamente à zona onde as barracas permaneceram por mais tempo.

Na Rua de São João da Mata que bordeja o convento pelo poente, verifica-se que, a sul da atual rua Garcia de Orta, o chão pertencia a Dom Rodrigo de Noronha e a norte pertencia às freiras Trinas, contudo a largura média das parcelas estreitas era sensivelmente a mesma, de 6,70 metros na zona sul e 6,50 metros na zona norte. Alguns prédios têm uma frente maior com uma largura média de 10,2 m, são os que têm dois fogos por piso.

No que respeita às características arquitetónicas, encontram-se as seguintes tipologias:

Tipo 1 - Casas constituídas por rés-do-chão, primeiro andar e águas-furtadas, como a que se pode observar no edifício da rua dos Remédios à Lapa 10 (fig. 44), de que existe um levantamento desenhado.

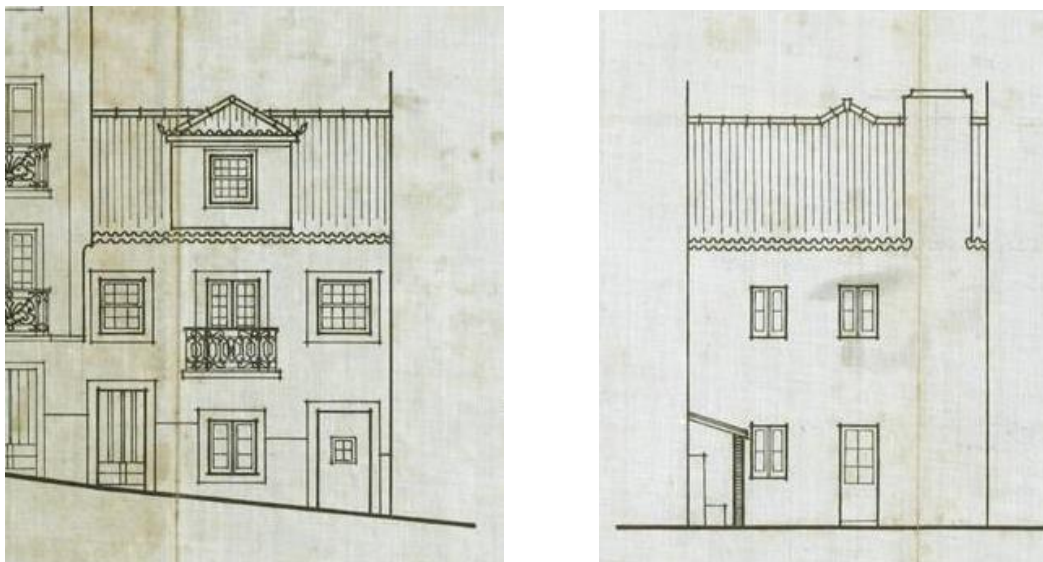


Fig. 44 - Rua dos Remédios à Lapa 10. Alçado principal e alçado posterior.<sup>155</sup>

Na fachada principal, de três ou quatro módulos verticais de vãos, havia uma porta de acesso direto à loja e uma porta lateral, de acesso ao primeiro andar. A pedra da verga

<sup>155</sup> Obra 18751; Proc. 35812/DAG/PG/1959; p. 3. A.M.L.

era geralmente reta, mas em alguns casos ainda foi replicado o arco em “asa de cesto”, reminiscência do período anterior ao terramoto.

No primeiro andar rasgava-se, ao centro, uma janela de sacada e, a cada lado, uma janela de peito de forma próxima da do quadrado. Acima, nas águas furtadas, havia um vão de trapeira. Na fachada posterior apenas dois módulos verticais de vãos, dois de peito no primeiro andar e um de peito e uma porta de acesso ao quintal, no rés-do-chão. Esses vãos eram muito mais estreitos do que os da fachada principal e nem sempre estavam perfeitamente alinhados. Esta tipologia de fachadas, com pequenas variantes, foi a que se edificou na urbanização das Trinas e também um pouco por toda a cidade. Está ainda próxima dos modelos anteriores, pela proporção dos vãos, os três MVV, e o facto de nem sempre haver vãos abertos acima das portas do piso térreo.

Posteriormente, ao longo dos duzentos e cinquenta anos que se seguiram, muitos dos edifícios foram sendo objeto de alterações, algumas delas bem documentadas permitindo seguir-lhes o percurso, adaptando-os às necessidades de rentabilização e às exigências formais do tempo, ora acrescentando-lhes altura (fig.45) ora substituindo o sistema de beirado pelo sistema de platibanda e caleira (fig.46).



Fig. 45 – Rua de São João da Mata 159-163.



Fig. 46 – Rua de São João da Mata 165-167.



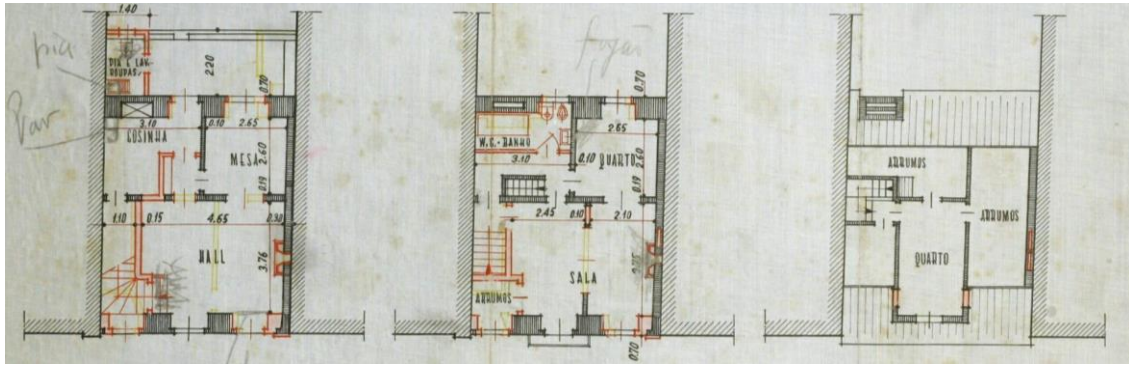


Fig. 47 - Rua dos Remédios à Lapa 10. Da esquerda para a direita plantas do R/C, sobrado e águas furadas.<sup>156</sup>

Quanto à organização do espaço interior, o fogo do rés-do-chão tanto podia ser habitacional como comercial, com dois compartimentos a que se acedia diretamente da rua, por vãos de porta, e outras duas divisões das quais uma era a cozinha, ambas com vãos para o logradouro (fig. 47).

Para o primeiro andar subia-se por uma escada de um único lanço, com porta direta para a rua, e o espaço interior era idêntico ao do piso térreo, apenas dele se distinguindo por haver na cozinha uma escada de acesso às águas furadas onde, provavelmente, não haveria compartimentação.

Com características semelhantes havia, entre outros, o prédio da Rua de São João da Mata 41-45 que em 1780 era só de rés-do-chão (fig. 48), mas em que a profundidade da implantação era maior, permitindo a existência de dois quartos interiores.

Estas tipologias da organização do espaço interior remetem para as dos edifícios de habitação da primeira metade do século dezoito, com um espaço comercial no piso térreo, que podia ser explorado pelo morador do primeiro andar ou arrendado a outrem, fogos de quatro compartimentos, todos com janela, dos quais uma sala para a frente, os quartos interiores e cozinha para as traseiras, com chaminé encastrada na parede da fachada posterior, e escada de um só lanço.

O que é inovador é a afirmação da trapeira como elemento arquitetónico assumido e não como mais uma janela na empena quando esta dava para a rua. Fundamental no compasso das fachadas dos quarteirões da Baixa que, nestes anos oitenta, serviu de certamente de modelo para a edificação em toda a cidade.

<sup>156</sup> Desenho feito com base do levantamento existente na Obra 18751; Proc. 12248/DSC/PG/1944; p. 4. A.M.L.

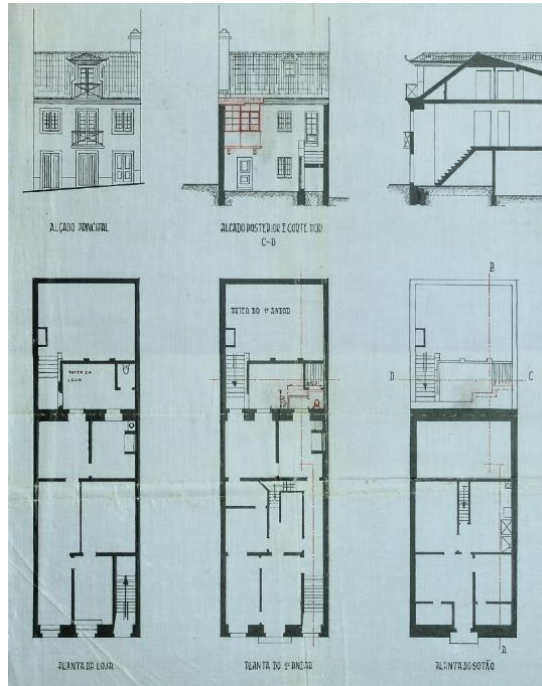


Fig. 48 - Rua de São João da Mata 41-45<sup>157</sup>.

Tipo 2 - Casas com um piso de lojas, mais dois pisos e águas furtadas. Têm também fachadas com três módulos verticais de vãos sendo os do módulo central de sacada, e uma trapeira nas águas furtadas. No interior, a escada é de tiro até ao primeiro andar e, a partir daí, de dois lanços sem bomba.

As plantas dos pisos representam um espaço com um pequeno corredor e cinco compartimentos, havendo dois de maiores áreas com janelas para a rua, dois mais pequenos que dão para o logradouro, e um outro que é interior e comunica com os que lhe são contíguos. Exemplo desta tipologia é o prédio situado na Rua de São João da Mata 107, que em 1762 tinha apenas construído o rés-do-chão e águas furtadas, mas em 1780 já tinha mais um andar. Por essa altura o prédio foi ampliado com ocupação de metade do logradouro e construídos mais três compartimentos, uma sala ampla, um quarto interior e uma cozinha com chaminé aposta à parede da empena.

Uma variante desta tipologia é a do edifício da Rua de São João da Mata 85, que se diferencia pela escada com um lanço por piso e patamar lateral. Em 1762 não estava ainda edificada e no seu lugar havia uma barraca, mas em 1780 tinha pelo menos um piso de lojas.

<sup>157</sup> Obra 16105; Vol. 1; Processo 35084/DAG/PG/1938-Tomo 1, P. 4. A.M.L.



Tipo 3 – Casas de rés-do-chão, dois andares e águas furtadas, com três módulos verticais de vãos dispostos na fachada de forma regular, mantendo a largura dos nembos, com janelas de sacada ao centro e janelas de peito aos lados. Alinhada pelo módulo central de vãos está a trapeira com o seu telhado de quatro águas.

A caixa de escada é precedida por um átrio estreito, e a escada que se situa ao centro do edifício, é constituída por dois lanços por piso, sem bomba.

O piso térreo é comercial com os dois vãos de porta, e os pisos superiores são habitacionais, no entanto, a divisão do espaço interior é idêntica em todos os andares, mesmo nas águas furtadas, definindo cinco compartimentos e um pequeno corredor. A sala é o mais amplo com duas janelas para a rua, dando a terceira janela para um compartimento mais estreito que fica sobre o átrio. Para as traseiras dá a cozinha cuja chaminé está adossada à parede da empena, e ainda um outro compartimento. O quinto compartimento é um quarto interior.

Esta tipologia encontra-se no edifício da Rua de São João da Mata 56-56A-58, alterado em 1913 com a substituição das águas furtadas e respetiva trapeira por um piso de mansarda<sup>158</sup>. Em 1780 o prédio rendia 22.000 reis, o que leva a crer que teria então apenas construído o rés-do-chão.

Tipo 4 - Uma variante da tipologia anterior é a do edifício da Rua de São João da Mata 121-125 (fig.49). É composto por rés-do-chão, dois andares e águas furtadas, mas tem dois fogos por piso. Tem fachada com cinco módulos verticais de vãos, alternando as janelas de peito com as de sacada no primeiro andar. Do telhado ressaltam duas janelas de trapeira no enfiamento do segundo e do quarto módulo de vãos. Todos os vãos estão alinhados e mantêm o afastamento entre eles.

As plantas dos pisos mostram uma divisão do espaço dos fogos muito semelhante à anteriormente descrita, mas a chaminé da cozinha está encastrada na parede de tardoz.

Também a caixa de escada é de dois lanços por piso, sem bomba, apenas difere por servir os dois lados do prédio.

Em alguns prédios deste tipo, as pias de despejo estão nos patins da escada, correndo as manilhas de esgoto no interior da fachada.

O edifício contíguo com os números de polícia 127-131 é-lhe idêntico, e ambos foram construídos em chãos pertencente a Joaquim Oliveira e a José de Oliveira. Já estavam edificadas em 1780 e rendiam 112,800 e 117,400 reis.

---

<sup>158</sup> Obra 16225; Processo 5835/1.ªREP/PG/1913; P.3. A.M.L.

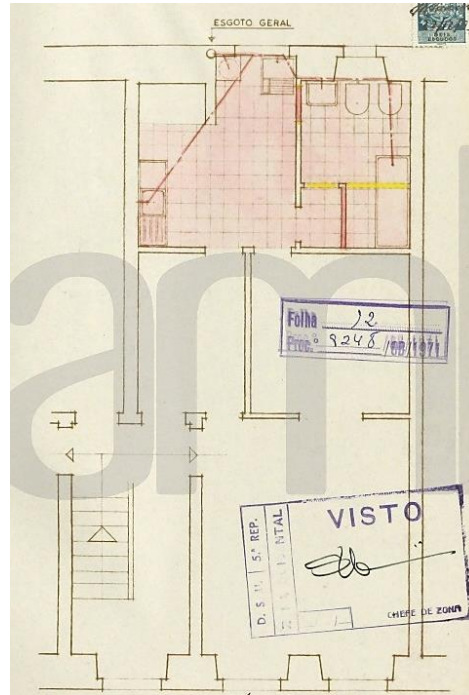


Fig. 49 – Rua de São João da Mata, 121-125. Fotografia da fachada, e planta do 1.º D.

Tipo 5 – Edifícios com fachada de quatro ou cinco módulos verticais de vãos, constituídos por um piso de lojas, por vezes com sobreloja, dois andares e águas furtadas.

As molduras dos vãos são recortadas e ostentam elementos decorativos em cantaria. A planta de implantação avança por vezes sobre a zona do logradouro que foi ajardinado.

No interior há um fogo amplo por piso ou, nos pisos altos, dois fogos por piso.

O átrio está separado da caixa de escada por um arco de cantaria. A escada é de dois lanços por piso sem bomba ou de três lanços com bomba quadrada, sendo o primeiro lanço em pedra lavrada. O piso térreo é abobadado.

A compartimentação dos fogos define a hierarquia tendo, os do primeiro e do segundo andares, salas amplas viradas à rua e também outras, certamente de jantar, com janelas para o jardim. O número de quartos interiores, aumenta para seis ou mais, e as dimensões da cozinha são proporcionais ao número de criados que nela trabalham. É o caso do prédio da Rua de São João da Mata 17-23 que em 1780 rendia já 108.800 reis. Aí, os acabamentos interiores, estuques decorativos, pinturas e revestimento azulejar, são cuidados, e no gosto neoclássico. Não sendo propriamente casas nobres, unifamiliares, destinavam-se a rendimento, alugando os fogos a famílias com posses acima da média.

Os últimos pisos eram menos elaborados, tinham tetos de madeira do tipo saia-e-camisa, e as paredes apenas apresentavam como elementos decorativos os rodapés de azulejos.

Embora não se disponha de documentação descritiva dos elementos estruturais, tudo aponta para que se tratasse duma estrutura de gaiola.

Em todos eles, as guardas das varandas são em barras de ferro forjado. É já uma tipologia arquitetónica muito próxima da dos prédios da Baixa.

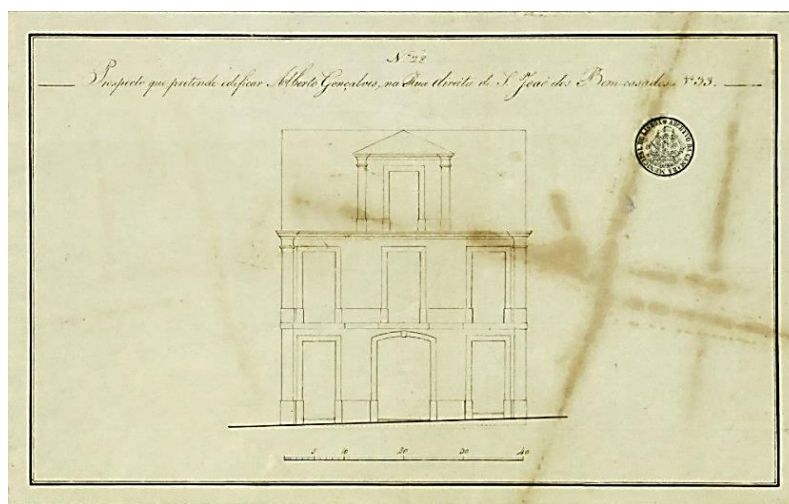


Fig. 50 – Prospeto que pretende edificar Alberto Gonçalves em São João dos Bem-casados N.º 33.<sup>159</sup>

Constata-se desta análise que as características arquitetónicas dos prédios construídos logo depois do terramoto, nas freguesias de Santos-o-Velho e da Lapa, não os distinguem substancialmente dos que se construíram nos anos de 1730/40 por toda a cidade.

Como a edificação foi lenta, só a partir do final do período pombalino começa a edificar-se conforme as novas tipologias de caixa de escadas, de organização de fachada, e de cobertura. É de supor que também só então tenha sido introduzida a estrutura de gaiola dita pombalina, e tudo tendo certamente como modelo as edificações da Baixa.

Mas, ainda assim, dos primeiros edifícios após terramoto, destaca-se um modelo tipológico de edifício de três módulos verticais de vãos, regulares, constituído por piso térreo, um ou dois andares e águas furtadas, com uma janela de trapeira no telhado,

<sup>159</sup> PT/AMLSB/CMLSB/ADMG-E/08/0020. A.M.L.

alinhada pelo módulo central de vãos, e uma janela de sacada no primeiro andar, no mesmo enfiamento. A mesma tipologia, com pequenas diferenças, encontra-se em Arroios, em São João dos Bem-casados, e um pouco por toda a cidade em reconstrução (fig. 50).

### **4.2.3. A urbanização da Baixa.**

O Plano de 12 de junho de 1758, para além de orientações precisas sobre o traçado dos arruamentos e as características arquitetónicas do edificado nas zonas que hoje conhecemos como Chiado e Baixa, também determina que:

“ (...) as casas das referidas Ruas, que houverem ter cocheiras e estribarias, as terão nas Travessas; (...) fica prohibido fazerem-se de armação as casas do terceiro andar; ordenando-se pelo contrario, que sejam os tectos de esteira, e os vigamentos embarbados nos frexaes, e os mesmos frexaes nos centros das paredes, ganhando-se também assim aproveitarem-se os vãos das elevações dos madeiramentos para a guarda dos móveis, e para a competente acomodação das famílias; (...) nas aguas furtadas se hão de configurar, e fazer trapeiras, que não só dão luz, e ar para conservação das madeiras, e dos móveis, e para a claridade, e respiração dos que nellas habitão, mas ao mesmo tempo servem de ornato ao prospecto da Rua: figurando nos edificios mais hum andar de casas, para o que se costumam nas outras Cortes chegar estas trapeiras á face dos edificios, o mais que he possível; (...) na Rua larga de S. Roque, e na das Portas de Santa Catharina, em que há casas nobres, parece necessário imitarse o projecto das casas do Rocio; figurando-se de porção em porção de terreno hum pórtico de logem, que seja entrada decente para as ditas casas nobres.”<sup>160</sup>

O desenho urbano escolhido, dos seis apresentados, representa numa malha ortogonal, uma grande praça quadrada e aberta a sul sobre o rio Tejo, a Praça do Comércio, e para norte, três ruas paralelas à margem do rio traçadas segundo um eixo orientado este/oeste, e limitadas por quarteirões transversais, são elas a atual Rua do Comércio que foi então Rua Nova d'El Rei, traçada como memória das anteriormente aí existentes Rua da Confeitaria e Rua Nova dos Ferros, e que era considerada rua nobre com os seus sessenta palmos de largura, e as ruas de São Julião e da Conceição, mais estreitas. Uma outra via particularmente importante é a que atravessa a Praça do Comércio

---

<sup>160</sup>Index das Leys, e Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelíssimo D. José o I. Nosso Senhor – Desde o anno 1750 até o de 1777, e a Pragmática do Senhor Rey D. João V. do ano de 1749. Tomo I. Lisboa, Impressor António Rodrigues Galhardo (1797), pp. 671-672.  
As ruas a que se refere, são a Rua Larga de São Roque, a Rua das Portas de Santa Catarina, a Rua Nova do Almada e a Calçada de Payo Novaes.

e faz, para poente, a ligação ao Cata-que-faraz ou ao Corpo Santo, e para nascente a ligação à Ribeira Velha. São hoje as ruas do Arsenal e a dos Bacalhoeiros.

Com orientação norte/sul, uma rua larga ligaria a Praça do Comércio ao Rossio, é a Rua Augusta que evoca um outro eixo estruturante na cidade, a antiga Rua Nova d'El Rei, pela localização, a qualidade dos edifícios, o prestígio das lojas e a largura da via também de sessenta palmos.

Seriam estas duas zonas as mais valorizadas na peregrinação para atribuição das parcelas a reedificar.

A rua Áurea, a poente da Rua Augusta e a ela paralela bem como, a nascente, as ruas Bela da Rainha atual Rua da Prata, e Nova da Princesa designada hoje por Rua dos Fanqueiros, são as outras vias de igual largura. Entre elas há três vias estreitas, a rua Nova dos Sapateiros, a dos Correeiros e a dos Douradores. As quatro ruas travessas, de quarenta palmos de largura, interseccionam-nas formando quarteirões dispostos longitudinalmente.

A hierarquia dos espaços não é particularmente legível em planta. As diferenças na largura dos arruamentos, ainda que existentes, são pouco acentuadas. Serão complementadas pelo desenho dos alçados propostos para os edifícios que, embora muito parecidos à primeira vista, têm numa segunda leitura subtis diferenças.

Assim, nas ruas de primeira importância encontram-se elementos arquitetónicos como molduras de cantaria de lintel poligonal ou tripartido aplicadas nos vãos das portas das lojas e da escada, os vãos do primeiro andar são de sacada tendo acima da verga, que é reta e recortada nos extremos, um entablamento de cantaria. Nos andares acima do primeiro, as janelas que são sempre de peito, têm moldura de lioz recortado em que as pedras das ombreiras parecem prolongar-se abaixo da pedra de peito dado o recorte desta, e no terceiro andar o lintel é curvo e interrompido a meio por uma pedra de fecho. Estes elementos não são usados de igual forma nas ruas principais, o seu emprego é doseado, de modo a criar variantes e quebrar a monotonia do urbanismo. Por exemplo, os lintéis em arco tripartido estão representados em todos os alçados da Rua Augusta, da Rua Áurea e da Rua Nova da Rainha, mas não nos da Rua do Arsenal. Em contrapartida, as molduras das sacadas da Rua do Arsenal e da Rua dos Bacalhoeiros são encimadas por entablamentos. Nesta última via, as molduras dos vãos do terceiro piso têm lintel reto, enquanto na Rua Augusta e nas outras três ruas largas que lhe são paralelas, o lintel é curvo e com pedra de fecho.

Para além disso, há uma estreita faixa de lioz ao nível do pavimento do segundo andar.

As ruas de segunda importância são as ruas travessas de Santa Justa, da Assunção, da Vitória, e de São Nicolau. No desenho original, todos os vãos de porta das lojas têm representadas molduras de lintel tripartido, mas no primeiro andar não há varandas, só janelas de peito, e no terceiro andar os lintéis das molduras das janelas são em arco, mas sem pedra de fecho.

Nas vias de terceiro grau não há varandas nem molduras de lioz recortado, as janelas são todas de peito e as molduras têm vergas retas. No piso térreo, nas portas das lojas, alternam as molduras de verga tripartida com as portas largas de lintel em arco, estas últimas para darem resposta ao princípio expresso no Plano de que não haveria cocheiras nas ruas principais, mas apenas nas ruas travessas.

Na verdade, também não ficaram nas ruas travessas, mas sim nestas estreitas vias que correm entre as ruas principais, desenhando deste modo dois níveis de circulação, um rápido nas ruas de primeira importância e prestígio, e outro lento, de serviço, para acesso às cocheiras nas ruas de terceiro grau. Este princípio de compatibilidade da modenatura das fachadas com a funcionalidade do traçado urbano expressa, só por si, a modernidade do projeto.

Nos prédios de esquina, a composição das fachadas era diferente consoante a via para onde davam, ser rua ou ser travessa.

Não há pilastras a marcar as divisões entre os prédios, apenas poderosos cunhais de cantaria nas esquinas dos quarteirões.

Também o tipo de cobertura varia conforme a importância do espaço público, sendo simples telhados de duas águas nos edifícios com frente para as ruas, e telhados germânicos ou de águas sobrepostas nos que davam para as praças do Rossio e do Município.

Estes princípios de ordem, simetria e uniformidade, eram para aplicar sem exceções, até mesmo nas residências dos notáveis onde seria admissível que uma maior área fosse obtida por uma maior extensão das fachadas, mas nunca por um acréscimo em altura, como é referido na seguinte disposição, “para as casas nobres se formarão prospectos de diversos portados com mais n.º de janelas mas não de maiores alturas, por não alterar a principal regularid.ª”<sup>161</sup>.

A monumentalidade das casas nobres que, no século dezassete e na primeira metade do século dezoito, era obtida pela edificação do espaço privado dos aristocratas

---

<sup>161</sup>AYRES, Cristovão, *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no Terremoto de 1755*, Imprensa Nacional, Lisboa 1910, P.21.

sobre dois ou três pisos de lojas e habitações populares, atingindo facilmente os seis pisos, passará assim a ser obtida pela maior extensão do terreno de implantação, já que pela altura não poderia evidenciar-se dos prédios de rendimento circundantes.

Na prática, o desígnio de homogeneidade no desenho urbano traduzido nas fachadas corridas sem distinção das frações, pressupondo um tratamento igual a todos os proprietários e moradores sem evidenciar marcantes diferenças de estatuto social, vai confrontar-se com o facto dos talhões da Baixa anteriores ao terramoto, terem formas e áreas díspares. Para que ninguém fosse lesado, antes do início da reconstrução, essas parcelas foram sinalizadas com bandeirolas por forma a, depois das demolições, ser possível medir cada palmo, cada vara, cada braça e cada braça quadrada. Assim, no Plano para o regular alinhamento das ruas e reedificação de casas, datado de doze de Junho de mil setecentos e cinquenta e oito, se determina que “...se podem indemnizar os donos dos terrenos que forem devassados, compensando-lhes palmo a palmo naqueles terrenos excessivos, o que se lhes tomar nos que são necessários...” e, “para se observar a este respeito a mesma equidade (...) regulando-se pelos Tombos, que se fizeram em virtude do Decreto de 29 de Novembro do mesmo anno, as propriedades que têm a sua frente nas ditas Ruas largas, as fiquem conservando na mesma forma, nas que de novo se fizerem. Que os donos das propriedades que as têm nos referidos Becos, as fiquem conservando nas novas Travessas, em quanto for possível.” E ainda que “todos sejam compensados com terreno palmo por palmo, de frente e de fundo, em quanto o permitirem os terrenos das Ruas, e dos Becos, que dantes são públicos (...)”<sup>162</sup>.

Este inovador processo de perequação, tinha como objetivo que a distribuição dos terrenos para a reconstrução não lesasse os proprietários, que as parcelas fossem equivalentes, na área e na localização às que anteriormente possuíam, corrigindo apenas a sua configuração, e admitia mesmo a eventualidade de compensação pecuniária quando tal fosse de todo em todo impossível, considerando que as mais-valias criadas com a nova urbanização beneficiariam os proprietários das novas parcelas de terreno os quais cobririam o pagamento das despesas decorrentes das indemnizações devidas.

Manuel da Maia equacionou mesmo a possibilidade de ser o Senado da Câmara a “chamar a si” os terrenos, fazer as obras e vender depois os edificios, usando o produto das vendas para indemnizar os antigos proprietários.

---

<sup>162</sup> Índex das Leys, e Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelíssimo D. José o I. Nosso Senhor – Desde o anno 1750 até o de 1777, e a Pragmática do Senhor Rey D. João V. do anno de 1749. Tomo I. Lisboa, Impressor António Rodrigues Galhardo (1797), pp. 671-683.

Inovadora é também a preocupação do urbanista em articular o tecido urbano novo com o antigo, considerando ser essa uma tarefa complexa que deve ser acompanhada no terreno com toda a atenção.

No processo de reconstrução da Baixa cabia aos proprietários dos prédios a edificação de acordo com as prescrições impostas, e cabia ao Estado a reconstrução dos equipamentos, grandes edifícios públicos como os dos hospitais, da alfândega e dos tribunais e, sendo a localização destes últimos na própria Baixa. Considerava Manuel da Maia serem um atrativo para que os negociantes e comerciantes comprassem terrenos na zona para se instalarem.

No traçado urbano, o interesse público sobrepõe-se ao privado prevalecendo sobre as anteriores leis, designadamente a Constituição Zenoniana no que respeitava, por exemplo, o direito de vistas para o mar, o alinhamento das ruas e a simetria das casas para assegurar a regularidade e formosura da capital.

#### **4.2.4. Metodologia seguida para o estudo dos edifícios da freguesia de São Nicolau.**

Conhece-se, portanto, o plano de urbanização da Baixa pombalina com os traçados das ruas, da implantação e dos alçados dos imóveis, mas pouco se sabe da organização interior dos edifícios. Não se sabe se terão existido plantas-tipo que orientassem o processo construtivo e a disposição dos espaços interiores.

O que se conhece advém essencialmente dos trabalhos executados nos prédios, tanto durante as demolições como nos restauros. São os levantamentos arquitetónicos e as descrições dos elementos estruturais e da organização do espaço dos fogos, feitas por arquitetos e engenheiros nos projetos de remodelação ou por historiadores nos autos de vistoria de valores histórico/patrimoniais, que constituem a principal fonte de informação. A outra fonte são as próprias construções ainda existentes, que podem ser observadas em detalhe procurando-se depois sistematizar a informação recolhida.

Tendo por objetivo determinar as características tipológicas do edificado da Baixa, não basta dispor de dados sobre os seus elementos estruturais ou sobre a disposição do espaço interior, é ainda imprescindível datar as construções.



Neste sentido, foi elaborado um quadro com todos os edifícios construídos na área que pertencia à da freguesia de São Nicolau, entre 1762 e 1734, tendo por base os dados fornecidos nos livros da Décima da Cidade<sup>163</sup>.

Como se sabe, os edifícios vão sendo listados à medida que se vão construindo e até cerca de 1815, não figura o número de polícia.

A listagem faz-se por ordem, começando num dos lados de cada rua, seguindo sequencialmente até ao fim da rua e continuando pelo lado oposto. Mas, como os edifícios não foram construídos todos ao mesmo tempo, há intervalos entre eles que vão sendo preenchidos ao longo dos anos, sendo necessário introduzir um a um, sem conhecer com exatidão a parcela onde se situavam. A dificuldade acresce quando se sabe que alguns prédios foram emparcelados e outros destacados, não se conhecendo a sua dimensão inicial. Nestes casos recorreu-se aos levantamentos arquitetónicos que integram os volumes-obra existentes no Arquivo Municipal de Lisboa, perscrutando-os a fim de revelarem paredes-mestras que possam ter constituído as empenas dos edifícios primitivos.

Para confirmar a localização dos imóveis foi necessário investigar as relações familiares dos proprietários, seguir as heranças para conhecer os herdeiros e perceber se o prédio foi herdado ou vendido já que, tendo mudado de proprietário, poderá ter sido objeto de destaque.

A freguesia de São Nicolau também teve os limites alterados durante o período em estudo mas estabeleceu-se, para efeitos desta análise, a área compreendida entre a frente norte da Rua de São Nicolau e a frente sul do Rossio, seguindo pelo eixo da Rua dos Correeiros até à Rua de Santa Justa, daí para o eixo do saguão do quarteirão seguinte, e continuando pela frente sul da Rua da Assunção até ao eixo da Rua dos Fanqueiros, incluindo a frente poente e parte da frente nascente, até à Rua de São Nicolau, seguindo então até à frente poente da Rua do Crucifixo.

Não foram vistos todos os volumes de obra pelo tempo que tal implicaria, mas apenas os necessários para decifração do enigma.

Ainda assim, o que se apresenta<sup>164</sup> não é mais do que uma proposta de localização dos edifícios, uma hipótese fundamentada, mas dificilmente comprovada, já que a recolha de indícios que comprovem a sua história dificilmente será exaustiva.

---

<sup>163</sup> Ver Volume Anexo pp. 52-269

<sup>164</sup> *Ibidem*.

Alguns prédios não foram localizados e outros, como os da Rua do Crucifixo, onde se mantiveram barracas até 1834, deixaram dúvidas.

#### **4.2.5. Ritmos de construção, configuração dos chãos e propriedade.**

O tempo que levou a construção foi consideravelmente diferente no território da freguesia de São Nicolau, entre 1762 e 1834, sendo a Rua Augusta aquela onde incidiu o primeiro impulso construtivo e as ruas do Rua do Crucifixo, dos Douradores e Nova da Princesa, a atual Rua dos Fanqueiros, as últimas a edificar (fig. 51).

Também se verifica que os edifícios conventuais como o Convento do Espírito Santo da Pedreira, e o Convento do Corpus Christi, não foram polos de atração, uma vez que a sua reconstrução se iniciou nas décadas de 1760 e 1770, mas arrastou-se durante muitos anos, razão pela qual, na proximidade, tardaram a levantar-se os edifícios habitacionais.

O Convento do Espírito Santo detinha, entre outros, os terrenos do quarteirão limitado pelas ruas Nova do Almada, do Carmo, Áurea, do Crucifixo e São Nicolau, e arrendava uma parte dos chãos a quem os quisesse edificar e rentabilizar, designadamente as lojas do convento que dão para a Rua do Crucifixo e as construções da rua Áurea. Mas, na verdade, em 1834 havia ainda chãos por edificar, pertencentes aos padres do Espírito Santo, e outros onde só havia barracas, mas o corpo do convento estava construído com dois pisos e a render, pelo menos desde 1764, com vinte lojas e duas sobrelojas sobre a rua do Crucifixo.

Quanto ao Convento do Corpus Christi, dos Carmelitas Descalços, para além da igreja, estava já em 1770 dividido em cinco parcelas das quais apenas a que se situa a sul do quarteirão tinha lojas, sobrelojas, três andares e águas furtadas, mantendo-se todas as outras só com um ou dois pisos até 1834. Este facto leva a pensar que, se no início foi traçado um projeto para reedificar o espaço como convento, com um pátio de serviço e um claustro, salas comuns de reunião e refeição nos pisos baixos, e celas nos pisos superiores, a verdade é que tal nunca foi concretizado, talvez por falta de meios, e, uma vez edificadas os espaços comuns no rés-do-chão, estes terão sido de imediato rentabilizados como lojas e a obra parou aí.

Os atuais edifícios são o resultado de ampliações executadas já após 1834, o que se comprova pelos valores de avaliação da décima e também pelas características tipológicas dos imóveis, com amplos espaços abobadados nos primeiros pisos servidos

por escadas amplas de dois lanços sem bomba e, fogos de habitação nos andares superiores com acesso por escadas com bomba.

Assim, tanto no convento do Espírito Santo da Pedreira como no convento do Corpus Christi, foi reproduzido em parte o esquema de ocupação das casas nobres anteriores a 1775, em que os pisos térreos eram ocupados por espaços comerciais e os pisos mais altos ocupados pelos frades, ou pelo menos houve essa intenção.

Para além dos edifícios conventuais propriamente ditos, havia por toda a Freguesia de São Nicolau prédios de habitação destinados ao rendimento e pertencentes a ordens e outras entidades religiosas, designadamente, o prédio situado na Rua Áurea 76-84, anexo à Igreja de Nossa Senhora da Vitória, que pertencia à Irmandade de Nossa Senhora da Vitória e, a partir de 1825, ao Hospital de N. Senhora da Vitória, o da Rua Augusta 110-114, já a tornejear para a Rua de São Nicolau, que era dos padres da Graça e, de frente desse, na Rua Augusta 157-159, o das Religiosas da Esperança.

Mais acima na mesma Rua Augusta, ficava o prédio dos padres da Congregação do Oratório que tinha frente para a Rua de Santa Justa 63-69, o que pertenceu à Irmandade de Nossa Senhora da Assunção e Santo Eloy, na Rua da Prata 141A-14, e, defronte desse, também na Rua da Prata, erguia-se o edifício da Irmandade do Santíssimo de São Nicolau, que era só comercial.

Com frente para o Rossio, os dois prédios contíguos que fazem esquina, um para a Rua Áurea e o outro para a Rua dos Sapateiros, foram até 1815 propriedade da Igreja Patriarcal, bem como um terceiro com frente para a rua Augusta.

Logo acima da área aqui analisada, mas na proximidade, estava a iniciar-se o Convento de Nossa Senhora da Boa Hora que era propriedade dos padres da Congregação do Oratório e consta que, em 1762, tinha já na Rua da Conceição<sup>165</sup> dezoito lojas e suas sobrelojas arrendadas e, logo a seguir, na Rua Nova do Almada, mais nove lojas e três sobrados.

Todos estes edifícios pertencentes a instituições católicas ficaram isentos do pagamento do imposto da décima a partir de 1780, ano do afastamento do Marquês de Pombal, apenas pagando o eclesiástico.

---

<sup>165</sup>Já no troço que é hoje a Calçada Nova de São Francisco.



No quadro seguinte (quadro 4) percebe-se como decorreu a reconstrução na freguesia de São Nicolau durante os setenta e dois anos que se seguiram à aprovação do plano de urbanização.

As décadas de maior edificação foram, no caso da Rua Augusta, as de sessenta e setenta do século dezoito, na rua dos Douradores foi a de 1770, e nas ruas Áurea, dos Sapateiros e Bela da Rainha, foi a de 1790. Quanto ao troço em estudo na Rua Nova da Princesa construiu-se a um ritmo constante, mas lento, ao longo dos anos.

FREGUESIA DE SÃO NICOLAU DE 1762 A 1834										
NÚMERO DE PRÉDIOS DE HABITAÇÃO EDIFICADOS EM CADA RUA, POR DÉCADA, NA ÁREA EM ESTUDO.										
DÉCADAS	1762-1769	1770-1779	1780-1789	1790-1799	1800-1809	1810-1819	1820-1829	1830-1834	Existentes	
									Em 1834	Em 2016
Rua do Crucifixo	4	-	-	5	3	-	-	-	12	11
Rua Áurea	-	2	4	22	3	-	1	-	32	33
Rua dos Sapateiros	2	2	-	18	2	9	1	-	34	37
Rua Augusta	23	14	5	-	-	3	-	-	45	45
Rua dos Correeiros	1	2	-	4	14	9	1	-	31	33
Rua Bela da Rainha	2	-	1	10	1	1	-	-	15	16
Rua dos Douradores	-	6	-	1	3	2	-	-	12	12
Rua Nova da Princesa	1	3	1	3	2	1	2	1	14	14
Totais por década	33	29	11	63	28	25	5	1	195	201

Quadro 4 – Ritmo de construção na freguesia de São Nicolau, entre 1762 e 1834.

Na generalidade, ressaltam os anos noventa do século dezoito como sendo os mais produtivos, tendo sido edificados 63 prédios, ou seja, quase tantos como os que tinham

sido levantados nos trinta anos anteriores e mais do dobro do que foi feito na década seguinte.

De assinalar também os anos dez do século dezanove, em que foram construídos 25 edifícios, baixando apenas ligeiramente o ritmo de construção, mesmo em tempos conturbados pela ocupação francesa e a partida da corte para o Brasil.

Em contrapartida, na década de 1780 só foram edificadas onze prédios, o que traduz uma quebra de ritmo muito marcada após o afastamento de Pombal.

Em finais dos anos vinte do século dezanove, já estavam edificadas quase todas as parcelas da freguesia de São Nicolau, mas há que ter em conta que muitos prédios foram sendo levantados lentamente. Construía-se o rés-do-chão, com as suas lojas e cocheiras que logo se arrendavam para comércio, oficinas ou estâncias de madeira, e também por vezes o primeiro andar que servia de morada ao senhorio, e assim ficava durante anos até que os andares superiores viessem a ser completados. Tal se verifica pela descrição do número de pisos que figura sistematicamente nos livros da Décima até à década de 1780 e, depois dessa data, quando já não é registado o número de pisos, depreende-se como a construção se desenvolveu pelo valor da avaliação do imóvel e o do imposto.

Dos 97 prédios estudados, em cerca de quarenta as obras levaram mais de dez anos até à conclusão, e desses houve 18 em que as obras se arrastaram por mais de 20 anos.



Fig. 52 – Rua dos Sapateiros 130-134; Rua da Assunção.



Na área em estudo havia, em 2014, alguns edifícios que não chegaram a ser concluídos, entre eles o da Rua Áurea 243-251, que era constituído por rés-do-chão e dois andares, tendo a mansarda sido acrescentada já em finais do século dezanove, e o da Rua dos Sapateiros 130-144 que torneja para a Rua da Assunção (fig. 52), em que só foram construídos o rés-do-chão e o primeiro andar, tendo a mansarda sido aposta, provavelmente já no início do século vinte. Este prédio integrava o morgadio de João Germano de Oliveira Grijó, instituído pelo seu avô João Fernandes de Oliveira, e, em 1830, estava ele num processo contencioso pela posse dos bens, o que, entre outras vicissitudes, poderá justificar a não conclusão da obra<sup>167</sup>.

Mas, ainda na Baixa, fora da antiga freguesia de São Nicolau, há também o prédio da Rua dos Douradores 137-147 a tornejar para a Rua de Santa Justa, que ficou só com rés-do-chão concluído, uma vez que também o primeiro andar foi acrescentado já em inícios do século vinte.

Outro destes casos é o do edifício situado na esquina da Rua dos Douradores 142-156 com a Rua da Assunção que só foi terminado em 1857<sup>168</sup> pois até aí tinha apenas rés-do-chão e dois pisos, e o da Rua dos Douradores 106-108 que, em 1856, tinha apenas o rés-do-chão e a sobreloja<sup>169</sup> (fig. 53, à esquerda).

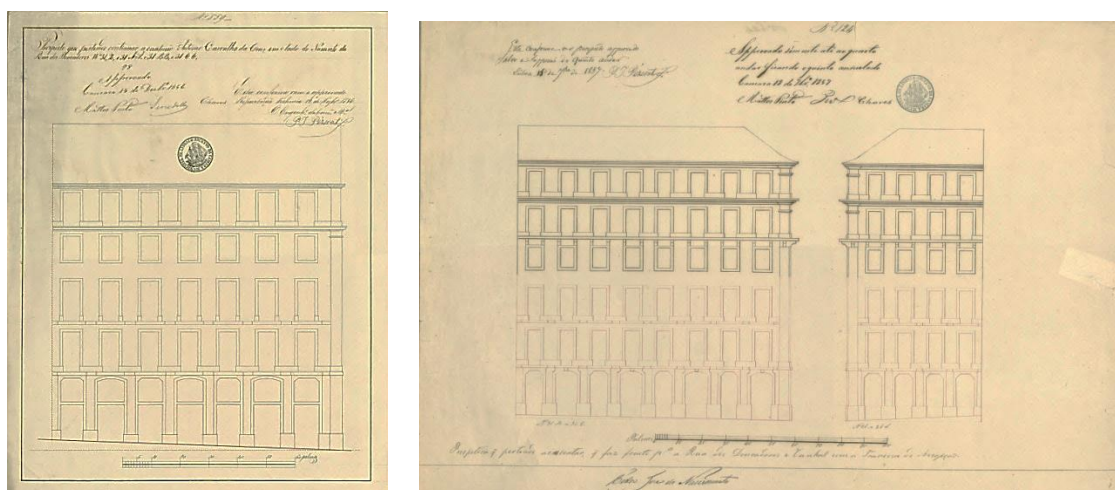


Fig. 53 – Projetos do que se pretendia continuar a construir, no prédio da Rua dos Douradores 106-108, à esquerda, e no 142-156 da mesma rua, à direita. Assinalados a sépia estão os pisos já existentes, e a preto os pisos superiores que se pretendia então vir a edificar.

<sup>167</sup> Gazeta de Lisboa n. ° 289 (1830), Edições 153-309, Imprensa Nacional, 1830, p. 1174.

<sup>168</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADMG-E/08/0481; P.1. A.M.L.

<sup>169</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/AGER-E/08/0423; P.1. A.M.L.

Para além da demora na conclusão das construções, por vezes arrastadas durante décadas, também se constata a existência de parcelas que se mantiveram em chão durante largos anos, bem como de outras que tendo sido construídas dentro do prazo dos cinco anos vêm a ser devoradas por incêndios já depois da conclusão dos edifícios, como foi o caso do prédio da Rua Áurea 234-242 e o seguinte, na mesma rua e com os números 244-252 que faz esquina para a Rua de Santa Justa, daí decorrendo a sua reconstrução parcial.

É, portanto, de admitir que a descrição que Duquesa de Abrantes faz da Baixa em 1805, fosse próxima da realidade. “Atrás do novo bairro, junto à praça do Comércio, viam-se longas fachadas de palácios, em vez de casas construídas, com certo ar de luxo e de maneira uniforme; o modo da arquitetura, ou antes a ordem, era mais ou menos a mesma que a observada nas ruas novas e na praça do Comércio. Mas por detrás dessas fachadas só se viam escombros e ruínas! Sempre os restos falantes dos desastres de 1755! Por vezes, avistava-se atrás de uma rica colunata uma cabana habitada por um pobre artesão que prendia uma velha bota, uma cadeira partida ou uma marca qualquer da sua profissão a uma das belas colunas da fachada. Esta confusão causava-me estranheza.”<sup>170</sup>

As ruas a que a duquesa se referiu seriam as do Crucifixo, dos Correeiros, dos Douradores e também a rua da Prata e a dos Fanqueiros, onde permaneciam, à data, prédios em chão ou só com um ou dois pisos e por vezes mesmo só uma abóbada assente em pilares de pedra, e até na rua da Prata, onde, em 1798, ainda é referenciado um prédio incompleto situado na esquina com a rua da Vitória, que servia de estância de madeira.

De resto, havia na Baixa várias estâncias de madeira e de lenha que abasteciam os mestres construtores e a população residente.

Quanto à existência de fachadas construídas nas parcelas onde ainda só havia escombros é também plausível, pois se alguns edifícios não chegaram a ser concluídos e se mantiveram até 2014 só com rés-do-chão e um ou dois pisos, noutros onde os andares superiores foram construídos ao longo dos anos, é possível que a fachada tivesse sido logo erguida. Esta hipótese é reforçada pelo facto de não se notar diferença na qualidade das pedras que formam os cunhais e as molduras dos vãos, ao contrário do que acontece com os que são acrescentados a partir de meados do século dezanove. Para além disso há, já fora da zona da Baixa, pelo menos um caso<sup>171</sup> em que se manteve uma fachada

---

<sup>170</sup> Abrantes, Duquesa de (1838?-2008), *Recordações de uma estada em Portugal*, Edição Biblioteca Nacional - Coleção Portugal e os estrangeiros, pp. 49-50.

<sup>171</sup> O prédio situado na Rua do Recolhimento 8, constava de um terreno separado da rua por uma fachada pombalina de rés-do-chão e dois andares. A parcela tardou a ser edificada e, entretanto, os prédios



pombalina até finais do século vinte, sem que o prédio tivesse sido construído, facto que constitui um precedente.

#### **4.2.6. Dimensões e configuração das parcelas.**

Uma outra questão pouco esclarecida é a que respeita à dimensão das parcelas ou lotes de terreno. A largura dos lotes que corresponde neste caso ao comprimento da fachada, é variável tal como a profundidade. O saguão comum tem uma largura aproximada de três metros, mas em certos casos é muito mais estreito e é mesmo suprimido quando as paredes posteriores dos edifícios, se encostam. Tal situação leva a deficiências na iluminação e arejamento dos fogos, para ganho de poucos metros quadrados. Como foi permitido que tal acontecesse? Porque foi subvertido o princípio salutar do arejamento transversal graças à existência de um saguão comum?

Manuel da Maia na segunda dissertação refere-se a este saguão como um alfurja ou rua estreita de cinco ou seis palmos de largura. Ora seis palmos são 1,32m, é menos de metade da largura que realmente foi mantida na construção, mostrando como eram baixas as exigências de salubridade e de privacidade. A menos que essa dimensão correspondesse ao possível logradouro de um prédio, o que somado com o do prédio fronteiro daria 2,64m, ainda assim inferior à existente.

No quarteirão 48.001.18, delimitado pelas ruas Áurea, de São Nicolau, dos Sapateiros e da Vitória, os prédios de um lado e do outro pertenciam ao mesmo proprietário, e por isso se ligam entre si pelas traseiras, mas nesse caso o objetivo era construir parcelas maiores, com frentes para as duas ruas, suprimindo parte do saguão. Tal só acontece a partir de 1799, vindo a ser alguns anos depois vendidos os edifícios a diferentes proprietários.

O mesmo se verifica noutros quarteirões como o 48.001.17, com frentes para a Rua do Crucifixo e para a Rua do Ouro, em que a maioria das parcelas pertenceu à família de João António Fonseca, e o 48.001.11 que tem fachadas para as ruas Augusta e dos Correeiros, e em que a família Machado possuía dois prédios colados pelas traseiras (fig.49).

---

vizinhos rasgaram janelas nas empenas impossibilitando ou pelo menos dificultando a construção. Só no final da década de 1990 a velha fachada foi demolida.

Logo ao lado, na mesma situação, ficavam os dois prédios de Amaro Monteiro da Cunha, posteriormente vendidos a diferentes proprietários, tendo sido um deles demolido e reconstruído, não abdicando do direito adquirido de ocupação do saguão.

Também no quarteirão 48.001.16, os prédios que pertenceram aos descendentes de João Fernandes de Oliveira e da escrava Francisca da Silva, os Grijó, com frentes para a rua dos Sapateiros e para a rua Augusta, ocupam metade da largura do saguão, reduzindo-a para 1,5m e privatizando-o. É ainda esse o caso de dois prédios administrados por José Gomes Ferreira no quarteirão 48.002.03, com frentes para as ruas da Prata e para a dos Correiros (ver Anexo 1 e fig.51).

O saguão ou alfurja que, na sua conceção era, na Baixa, comum a todos os prédios e tinha uma largura de cerca de 3 m, passará a ser entendido como passível de privatização e, assim sendo atribuída uma faixa de 1,5 metros de largura a cada prédio. Este princípio irá vigorar até hoje.



Fig. 54 - Vista aérea do saguão no quarteirão 48.001.11, onde se vê a ocupação do saguão pela junção das paredes posteriores de edifícios pertencentes aos mesmos proprietários.<sup>172</sup>

Os quarteirões longitudinais que se alinham entre o Rossio e a Rua da Conceição, a Rua do Crucifixo e a Rua dos Fanqueiros, têm, no comprimento, vinte e quatro módulos verticais de vãos (MVV) e na largura oito. O número vinte e quatro é múltiplo de dois, de três, de seis e de oito pelo que podiam ser definidos prédios com diferentes larguras que se encaixavam perfeitamente no conjunto, mas é a fachada de três MVV que dá a

---

<sup>172</sup> Consultável em: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>.

métrica ao quarteirão. Não é essa largura de fachada que mais vezes ocorre (quadro IV), mas é a largura modular.

A fachada de três vãos por piso, era a que predominava já, desde pelo menos o segundo quartel do século dezoito, sendo um dos vãos mais pequeno de iluminação da escada, e dois de compartimentos dos fogos. Não é surpreendente pois, que fosse essa fachada de três vãos a dar o compasso ao conjunto.



Fig. 55 – Prospectos das frontarias que não de ter as ruas principais.

Pela leitura do desenho do alçado de uma frente de rua (fig. 55) ou “prospecto das frontarias que hande ter as ruas principaes”<sup>173</sup>, datado de 1759, percebe-se, pela marcação das paredes corta-fogo, que o módulo inicial corresponderia a uma largura de fachada com dois vãos e meio ou com três vãos e meio ou seja entre os 32 palmos cerca de 7,15 m e os 46 palmos, o que corresponde a aproximadamente 10,10 m, mas essas paredes corta-fogo dispostas sempre á mesma distância, definem um módulo de cerca de dois vãos e meio e outro de três vãos e meio, impossíveis de compatibilizar com a construção real, já que nesse caso as paredes de divisão dos prédios ficariam a meio de algumas portas e janelas. Mas essa métrica, pela sua impossibilidade, traduz uma intenção, justamente a de não impor um módulo único, mas sugerir o de três vãos. Essa decisão baseia-se por certo na prática anterior a 1755, em que predominavam fachadas de três módulos verticais de vãos.

No “prospecto” do primeiro quarteirão da Rua Áurea<sup>174</sup> as paredes corta-fogo já estão assinaladas na prumada das empenas de separação dos prédios, definindo ao centro

<sup>173</sup> Viegas, Inês, Ana Caessa e Adelaide Brochado, *Cartulário Pombalino – Coleção de 70 Prospectos* (1758-1846). Lisboa, Edições C.M.L. Prospecto 1, pp. 64-65.

<sup>174</sup> Ibidem, Prospecto 2, pp. 66-67.

uma fachada de três módulos verticais de vãos, com 40 palmos de largura, o que equivale a 8,8m. Cada quarteirão teria então como bitola dezasseis módulos com chãos de 52 palmos de profundidade por 40 de largura. Nos desenhos seguintes, para os restantes quarteirões da mesma rua, já não vêm assinaladas as paredes corta-fogo.

Na Baixa, constata-se ser frequente o facto de duas parcelas contíguas e às vezes mesmo três, terem pertencido ao mesmo proprietário e, nesses casos, acabam quase sempre por ser emparceladas e delas resultarem prédios mais largos. Tal situação foi constatada pela descrição da propriedade no rol da Décima da Cidade e também porque, em planta, está assinalada uma parede espessa de alvenaria que corresponde à empena separadora dos prédios a marcar a implantação primitiva.

Dos noventa e três prédios analisados vinte e um resultaram de operações de emparcelamento durante o período em estudo. Quando assim era, logo no momento da construção uma das escadas era suprimida, servindo-se um dos edifícios da escada do outro, mas se não se verificava o emparcelamento de direito, ou quando por morte do proprietário se procedia a partilhas, acontecia que podiam ser vendidos separadamente ficando sempre um prédio a depender da serventia do outro, embora pertencentes a diferentes proprietários (fig. 56).

LARGURA DAS FACHADAS POR DÉCADA DE CONSTRUÇÃO – EM MÓDULOS DE VÃOS (MVV)									
MVV	1760- 1769	1770- 1779	1780- 1789	1790- 1799	1800- 1809	1810- 1819	1820- 1829	1830- 1834	Total
1	1	-	-	-	-	-	-	-	1
2	7	3	1	2	-	-	-	-	13
3	5	1	4	16	4	-	-	-	30
4	11	11	1	15	6	3	-	-	47
5	4	4	2	13	13	3	-	-	39
6	1	2	5	21	5	3	-	-	37
7	-	5	-	3	3	2	1	1	15
8	1	1	-	2	1	2	-	-	7
9	1	-	-	1	1	1	-	-	4
10	1	-	-	-	-	-	-	-	1
11	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	33	27	13	73	33	14	1	1	195

Quadro 5 – Evolução da largura das fachadas em MVV, por décadas, de 1762 a 1834.

Ao associar a largura das parcelas ao período de edificação (quadro 5), constata-se que, até 1780, 53% das fachadas eram de dois, três ou quatro módulos verticais de vãos, ou seja, a largura das parcelas estaria entre os 5,60m e os 12,60m. Mas não ressalta desta leitura que a percentagem de fachadas com três módulos de vãos fosse a que mais vezes ocorreu, como seria de esperar tendo em vista os desenhos das frentes de rua do Plano de reconstrução, mas, em vez disso, predominam as fachadas de quatro e de dois vãos por andar.

É no período que decorre entre 1790 e 1819 que as fachadas mais largas, de 6 a 9 módulos verticais de vãos, serão erguidas, tendo sido, nas décadas anteriores, aplicadas unicamente nas duas construções conventuais, a dos padres do Espírito Santo e a dos padres Carmelitas Descalços ou do Corpus Christi.

Na década de 1790 foram construídos vinte e um prédios com uma largura de seis módulos verticais de vãos, o que representa o emparcelamento de dois chãos de três módulos e, se tivermos em conta os dezasseis prédios com uma largura de fachada de três vãos, verifica-se como o módulo inicial de três MVV, ainda assim, prevaleceu.

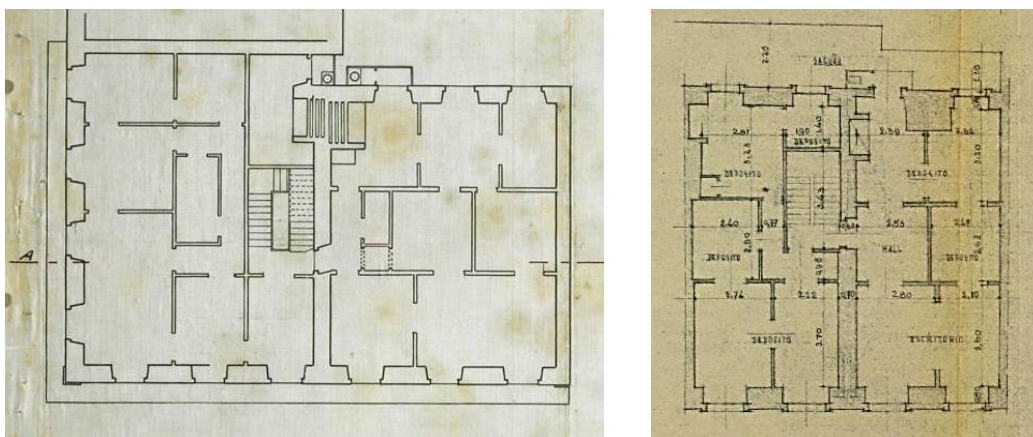


Fig. 56 - Dois chãos que, pertencendo ao mesmo proprietário, têm caixa de escadas comuns e vêm a formar um único prédio<sup>175</sup>. À esquerda, na rua dos Correeiros 49-59 a tornejear para a rua de São Nicolau 50-56. À direita, na rua Augusta 162-168, os dois prédios só foram emparcelados em 1951.

Os prédios de dois MVV, situam-se quase sempre nos extremos dos quarteirões, beneficiando assim das quatro janelas dos topos.

<sup>175</sup> Obra 28937; Processo 12973/SEC/PG/1920; P. 5, e na Obra 34200; Vol.1; Proc. 36142/DAG/PG/1951 - T. 1; P. 5. A.M.L.

Daqui se conclui que, na Baixa, a unidade é o prédio de três vãos em parcelas com cerca de 7,00m de largura. Este princípio aplica-se ainda aos quarteirões paralelos ao Tejo que se situam entre a Praça do Comércio e a Rua da Conceição, mas já não é verdadeiro nas vias das encostas como a Rua da Madalena e a Rua do Carmo onde a unidade é a parcela com largura de cinco módulos verticais de vãos.

#### **4.2.7. Os proprietários.**

Casas com áreas grandes, na zona em estudo, conta-se apenas uma a de José Rodrigues Bandeira, negociante, presidente da Junta do Comércio e Cavaleiro da Ordem de Cristo, que tem frentes para as ruas Augusta, de Santa Justa e dos Sapateiros. Começa a ser construída em 1765 como uma casa senhorial, uma grande moradia unifamiliar com rés-do chão e primeiro andar, mas cinco anos depois, em 1770, são acrescentados o segundo andar, o terceiro e as águas furtadas, sendo então adaptada a prédio de rendimento, com 1 fogo em cada piso, de áreas bastante generosas já que a parcela inicial tinha cerca de 673 m<sup>2</sup> e que foi posteriormente acrescida pelo emparcelamento com um prédio confinante. Ainda assim, a família terá habitado nessa casa de 1768 até 1808 quando aí morre a proprietária Mariana Joaquina Bularte Dique, nora de José Rodrigues Bandeira<sup>176</sup>. Outra casa que pertenceu à mesma família foi a que tinha frentes para o Rossio e para a rua dos Sapateiros, à qual foi agregada uma outra construção conhecida como arco do Bandeira, que liga o Rossio à Rua dos Sapateiros. Este corpo da casa, foi projetado na década de 1770 para fechar os dois topos da praça, aí introduzindo elementos decorativos e com alguma monumentalidade, que não existiam na Baixa.

Tal como José Rodrigues Bandeira figuram, nos livros da Décima da Cidade na qualidade de proprietários de prédios na freguesia de São Nicolau, outros negociantes tanto portugueses como estrangeiros, e alguns nobres. Nas décadas de 1760 e 70, são ainda escassos, mas estão mencionados Félix Teixeira de Matos na condição de homem de negócios e proprietário de dois prédios, Patrício Brau ou Boreau, Christian Stockler mencionado como negociante alemão, Luiz Stifner e ainda Huston, este último como homem de negócios, inglês, associado a Bento Dias Pereira Chaves. Além destes, há os desembargadores, como Luís Estanislau da Silva Lobo e João Tavares de Abreu que possui dois prédios, bem como João Fernandes de Oliveira, o contratador de diamantes

---

<sup>176</sup> BOLLART (ou Bularte) e DIJK (Dyck ou Dique), *Morgados do Vinagre, em Colares*. P. 7. Consultável em: [Genealogias.info/1/upload/bollaert\\_e\\_dyck.pdf](http://Genealogias.info/1/upload/bollaert_e_dyck.pdf).

vindo do Brasil que figura como proprietário de quatro prédios. Outros mercadores abastados cujos nomes não são acompanhados de menção, estão também registados, como Gaspar Pessoa Tavares, cristão-novo e negociante de panos da Covilhã que foi proprietário do prédio da esquina do Rossio para a Rua Augusta. Aparecem ainda os nomes de militares, de alguma forma ligados ao Brasil, como o Capitão de Mar e Guerra João da Costa Ataíde, o Capitão Tenente António José Rebelo, o Capitão João de Araújo Mota, e o Capitão Caetano Alberto.

Quanto à nobreza, há um prédio pertencente ao Duque do Cadaval, outro à Condessa de Óbidos, D. Eugénia de Mascarenhas, e ainda um terceiro propriedade da Fidalga da Trofa D. Juliana de Menezes, todos na mesma Rua Augusta.

Dos restantes proprietários destacam-se Amaro Monteiro da Cunha e António da Costa Araújo por serem, cada um deles, proprietários de dois prédios.

De assinalar ainda que os edifícios pertencentes a entidades religiosas datam também das décadas de sessenta e setenta.

Mas nas décadas de 1790 e de 1800, constata-se uma concentração da propriedade em cinco ou seis nomes, de que se destacam João António da Fonseca como proprietário de seis edifícios localizados sobretudo na Rua do Crucifixo, os herdeiros de Bento Dias Pereira Chaves com doze edifícios na Rua dos Correios e nas ruas travessas, José Gomes Ferreira como administrador dos bens de dois menores, e o desembargador Pedro Lourenço de Seixas, cada um com três edifícios na Rua da Prata e na Rua dos Douradores.

Nas três décadas seguintes, sobressai Silvério Dally por ser proprietário de cinco prédios, bem como Caetano José Pacheco e Francisco Marques Torres, este último já em 1830, ambos com quatro prédios.

Percebe-se como o edificado da Baixa foi considerado bom investimento, mais para rendimento do que para habitação própria, embora em alguns casos esteja registada a ocupação de um ou outro andar pelos próprios donos.

Para além dos notáveis pelo nome e pela fortuna, figuram alguns proprietários cujo nome evoca a origem ou a profissão que desempenhavam como é o caso de “um mineiro” que remete para a condição de emigrante no Brasil, um Manuel Confeiteiro, um José Carqueija, um tal Manuel Ribeiro Estanceiro e um Lamarão que era lueiro. Alguns possuíam dois prédios contíguos, procurando futuro emparcelamento ou simplesmente usando um como residência e outro como local de trabalho. Mas a maioria dos

comerciantes e artífices que tinham loja aberta na freguesia eram inquilinos e pagavam renda aos senhorios<sup>177</sup>.

Neste conjunto de proprietários em que predominam os homens de negócio e os mercadores mas onde estão também representados os pequenos comerciantes com loja aberta para a rua, há ainda que referir aqueles que eram foreiros, pagando ao convento de Arroios, ao convento de Nossa Senhora da Luz, aos viscondes da Luz e, na rua do Crucifixo, ao convento do Espírito Santo e à Irmandade de Nossa Senhora da Vitória.

A rotatividade da propriedade é também interessante, já que a velha aristocracia manteve os seus prédios nas mesmas famílias durante décadas como é o caso do edifício da Rua Augusta 264-270 que esteve na posse da fidalga da Trofa e dos seus descendentes pelo menos durante sessenta e seis anos, e o do duque do Cadaval, construído na mesma rua em 1771, que em 1933 ainda pertencia à Casa Cadaval. O mesmo sucedeu com os prédios das ordens religiosas, e também com os de alguns negociantes como os Fernandes de Oliveira, os Bandeira ou os Chaves, constituídos como verdadeiras dinastias em que os bens passaram de geração em geração.

Mas, na generalidade, a propriedade mudou de mão com frequência durante as duas primeiras décadas, por vezes de cinco em cinco anos, traduzindo a dificuldade de conclusão dos edifícios. Na impossibilidade de concluir a obra, optavam pela venda. Uma vez concluídos, mantinham-se nas mesmas famílias.

#### **4.2.8. As características arquitetónicas dos prédios pombalinos da Baixa.**

No ponto VI do Alvará com força de Lei de doze de maio de 1758<sup>178</sup>, considera-se serem os benefícios inerentes às novas construções, uma maior resistência aos terramotos e aos incêndios, mais iluminação e ventilação para melhorar a salubridade, e facilidade de acessos e, por conseguinte, lojas mais frequentadas.

Manuel da Maia, na primeira parte da Dissertação, datada de Dezembro de 1755, que mais não é do que uma memória descritiva e justificativa das propostas para a elaboração do Plano, enuncia como medidas para reduzir os riscos de destruição e morte causados pelo sismo, essencialmente, a limitação do número de andares nos novos

---

<sup>177</sup> Madureira, Nuno Luís (1992). *Cidade: Espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, Lisboa, Edição Livros Horizonte, p. 98-99.

<sup>178</sup> *Índex das Leys, e Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor – Desde o anno 1750 até o de 1760, e a Pragmática do Senhor Rey D. João V. do anno de 1749.* Tomo I. Impressor António Rodrigues Galhardo. Lisboa, 1771, p.664.



edifícios a dois pavimentos acima do nível do terreno, e o alargamento das ruas, pois constatara que nos edifícios mais altos “as ruínas eram mais certas e de maiores prejuízos” e sendo as ruas mais largas haveria “mayor facilidade para se escapar dos destroços” do que nas vias estreitas de “grande impedimento ao retiro”. Mas logo reconhece que, estando os donos dos edifícios arruinados e necessitados do rendimento proporcionado por um maior número de fogos para arrendar, a lei da limitação da altura a dois pavimentos não seria cumprida, bastando para isso que “pessoa veneranda” erguesse o seu prédio acima dos dois andares e “logo outras de qualquer veneração a irão imitando (...)”.

É ainda na terceira parte deste documento que Manuel da Maia justifica a inexistência, no projeto urbano, de arcadas ou passagens cobertas, por considera-las “incidiosas de noite”, mas tal não inclui as colunatas que ele acha necessárias à “comodidade da passagem da gente em tempo de chuva”. E quando propõe que nunca a altura das casas excederá a largura das ruas, está a estabelecer a noção de *cércea* ou de relação entre a altura dos edifícios e a largura da rua onde se encontram<sup>179</sup>, regra que perdurou até à atualidade.

Junto à Dissertação, são apresentados três projetos-tipo de alçado, todos de rés-do-chão e dois andares, sendo um com janelas rasgadas no primeiro andar e janelas de peito no segundo, outro com janelas rasgadas nos dois pisos e o terceiro com pórticos de colunatas e janelas rasgadas nos dois pisos.

Nas três propostas de alçados, as paredes das empenas que dividem os prédios sobem acima das coberturas para evitarem a propagação de incêndios formando muretes guarda-fogos. Para além destes é ainda apresentado um projeto de alçado para os edifícios da praça que era ainda Terreiro do Paço e que será depois designada por Praça do Comércio.

Não obstante, os edifícios não virão a ter colunatas e, além dos dois andares previstos haverá um terceiro e mesmo um quarto nas águas furtadas.

Os prédios são organizados em quarteirões em que todas as construções têm a mesma profundidade de cerca de doze metros, deixando entre os planos das fachadas posteriores um logradouro corrido, saguão ou alfurja. É um espaço comum, de cerca de três metros de largura, a que todos os prédios têm acesso por igual.

---

<sup>179</sup>Ayres, Christovam (1910). *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no Terremoto de 1755*. Lisboa, Imprensa Nacional, p. 11.

A este propósito escreve Manuel da Maia na terceira parte da Dissertação, datada de Abril de 1756, ao discorrer sobre a necessidade de precaver desde logo a manutenção e limpeza das ruas, que as águas usadas e todas as superfluidades dos edifícios “...saíam destes por ductos subterrâneos pellos quaes os edificios se aliviem nas cloacas...”<sup>180</sup>, coletores de esgoto com altura suficiente para neles caber um homem a cavalo, enterrados ao eixo das ruas principais, e que “se deixe livre entre cada duas ruas, e as duas ordens de edifícios que as formam por uma das suas partes, uma rua estreita de cinco ou seis palmos que chamam alfugere”.

Sendo habitual, naquele tempo, o despejo do lixo doméstico diretamente para a via pública, as ruas eram verdadeiras lixeiras pelo que, ao longo da história da cidade, houve várias tentativas de melhorar os serviços de limpeza urbana, diga-se, com pouco êxito. Mesmo descontando a parte de maledicência que o desconforto e a amargura do exílio produz, é significativa a descrição feita por J. B. F. Carrère, já em finais do século XVIII, de que “se deita durante a noite, e até de dia, toda a espécie de imundícies das casas para as ruas, que seriam ainda mais sujas do que são, se tudo quanto se pode comer não fosse devorado prontamente por milhares de cães vadios”<sup>181</sup>.

É, portanto, compreensível que, para os arquitetos e engenheiros militares da reconstrução, fosse essencial encontrar uma solução urbanística que resolvesse esta questão de uma vez por todas já que as belas ruas feitas para passear a pé, fazer compras e exhibir cavalos, carruagens e cadeirinhas, não podiam continuar a ser lixeiras.

Pensa-se então em criar esses logradouros estreitos ou alfurjas nas traseiras dos edifícios para onde se lançassem, das janelas das cozinhas, os dejetos domésticos que aí se acumulariam. Em cada outono, o lixo acumulado durante o ano seria removido pelos carretões e despejado no vale de Sacavém. Mas Manuel da Maia reconhecia o inconveniente dos maus odores que certamente se produziriam e muito incomodariam os moradores que tinham janelas para as ditas alfurjas, pelo que propõe como solução a colocação de vidraças nas janelas das traseiras, logo acrescentando que tal procedimento aumentaria muito as despesas.

Assim, é concebida uma rede de esgotos para recolher, através de um ralo situado a meio dos saguões, tanto as águas sujas como as águas pluviais, passando um ramal por

---

<sup>180</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>181</sup> Carrère, J. B. F. (1798), “Voyage en Portugal et Particulièrement à Lisbonne ou Tableau Moral, Civil, Politique, Physique et Religieux de cette capital...”, Piedade Braga Santos (1996), *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 30.

debaixo dos edifícios ligado aos canos principais por baixo das ruas, os quais por sua vez iriam desembocar ao Tejo. Era um sistema incipiente, mas que constituiu a primeira rede de esgotos urbanos projetada para Lisboa.

Anteriormente, já no século quinze, havia o Cano Real que mais não era do que o encanamento das ribeiras que servia também de esgoto, mas estava em muito mau estado e, como ficou demonstrado, não tinha capacidade para escoar as águas pluviais quanto mais as águas domésticas.

As novas condutas de esgoto seriam em cantaria, de secção em U invertido e seriam, logo no início do século seguinte, objeto das críticas de Jacome Ratton que lamentou a pequena dimensão da rede de esgotos que não abrangia todas as ruas e todos os prédios da cidade nova, embora tal tivesse sido previsto no projeto de Eugénio dos Santos e Carvalho, e atribui a execução parcial aos enormes custos da pedra de que os canos eram constituídos. Refere também os defeitos de conceção apontando-os como a principal causa dos frequentes entupimentos, a própria secção dos canos que, por terem as paredes em ângulo reto com o plano da base, tinham tendência para reter os dejetos o que, segundo os seus conhecimentos de leigo que sobre tudo opinava, teria sido resolvido se a secção fosse oval, e por fim, critica o nível excessivamente baixo do coletor que permitia a entrada das águas do mar na maré alta que ao subir pelos canos deixava um cheiro nauseabundo nas casas, tornando-as quase inabitáveis.



Fig. 57 – Vãos do piso térreo das dependências da igreja de São Julião.

Pelo texto da Dissertação de Manuel da Maia percebe-se que durante esta segunda metade do século dezoito o uso de vidraças nas janelas ainda estava muito longe de ser generalizado, e mesmo entre os novos edifícios da Baixa poucos seriam os que, então

construídos, tinham caixilhos. Isso mesmo se verifica nos perfis de lioz dos peitoris das janelas, sem tábua de peito, onde está aberta na face superior da cantaria uma ranhura em forma de canal para recolha das águas da chuva na prumada das portadas que são colocadas à face interior da janela. Só algumas décadas depois vieram a ser colocados à face exterior, os caixilhos de guilhotina, concebidos segundo os modelos ingleses.

O alinhamento horizontal e vertical dos vãos é a chave da modulação pombalina, o desenho das cantarias é em cada rua ordenado por módulos centrados na vertical. Os vãos do terceiro andar têm um lintel curvo que marca o remate do módulo vertical de vãos, os do piso térreo ou das “lojeas” são de porta, rasgados até ao chão. Mesmo nos edifícios conventuais ou nas igrejas os vãos laterais são rasgados até abaixo, mas considerando a inconveniência para o recolhimento interior, são entaipados e neles inseridas molduras de vãos de peito (fig. 57).

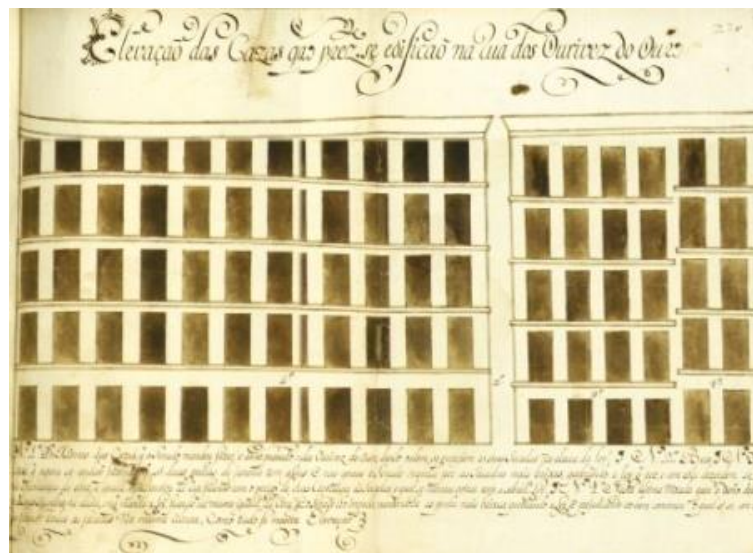


Fig. 58- Elevação de casas na Rua dos Ourives, no segundo quartel do século XVIII.<sup>182</sup>

A ordem e a simetria da arquitetura pombalina da Baixa não surgiram do nada, na verdade, na primeira metade do século dezoito, outros edifícios com uma disposição regular dos vãos tinham sido erguidos. É disso exemplo a “Elevação das casas que ao presente se edificam na Rua dos Ourives do Ouro” datada de 1712 (fig. 58), e “a casa de João d’Almada, sita no Largo da Magdalena, que resistio ao terra-moto”<sup>183</sup>.

<sup>182</sup> Documento PT/AMLSB/CHR/0123/0102. A.M.L.

<sup>183</sup> Raton Jacome (1813?, 1992). *Recordações de Jacome Raton sobre as ocorrências do seu tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Lisboa, Fenda Edições, Lda, P. 169.

Nesta última, construída cerca de cinco anos antes do sismo, os vãos têm dimensões regulares e estão alinhados verticalmente. Ao tempo, seria constituída por um piso em cave, com portas para o Largo da Madalena, abobadado, que servia de cocheira e de cavalaria, um segundo piso de sobreloja, e um primeiro andar nobre, de habitação, com entrada pelos dois portais da Travessa das Pedras Negras.

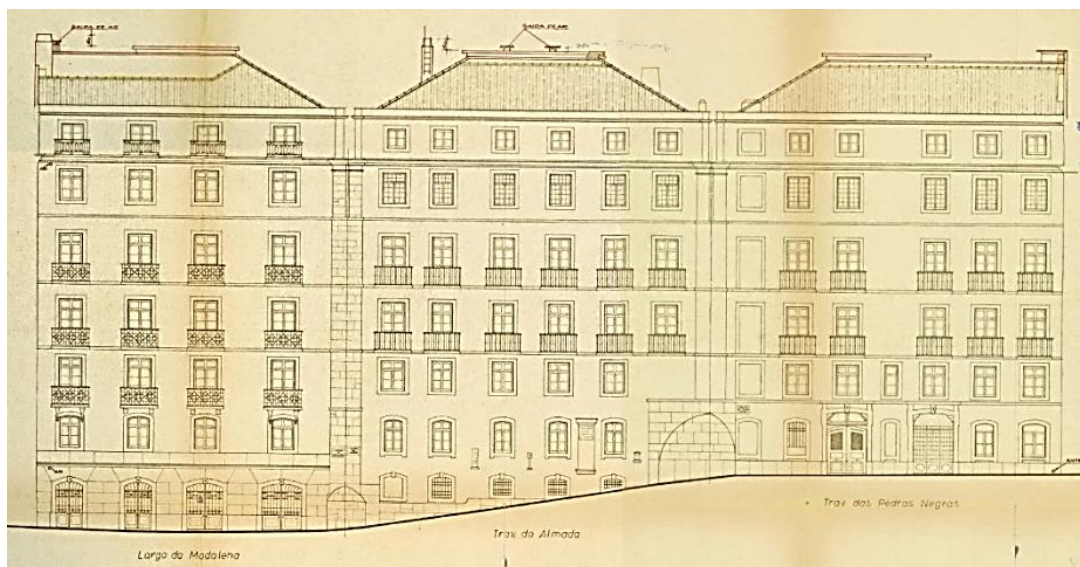


Fig. 59 – As três fachadas do prédio dos Almada<sup>184</sup>em 1959. Só os três primeiros pisos mantinham ainda algumas das características da fachada original, sendo os superiores acrescentados.



Fig. 60 – Pormenores dos vãos do prédio dos Almada.

<sup>184</sup> Obra 31416; Volume 1; Processo 43714/DAG/PG/1959 - Tomo 2; Página 52. A.M.L.

Os pisos atualmente existentes acima do quarto, foram posteriormente acrescentados (fig. 59).

Os vãos são mais estreitos e mais baixos do que os pombalinos, mas as cantarias são igualmente largas (fig. 60). As molduras das janelas de peito dos dois primeiros pisos são de lintel curvo e as das frestas de arejamento da cave exibem uma grande pedra de fecho que ultrapassa os limites do lintel e dele ressalta alguns centímetros. Quanto aos portais principais, têm também lintéis curvos com pedras de fecho grandes e salientes e as ombreiras são constituídas por pedras sobrepostas em que as últimas tomam a forma de impostas onde assentam as extremidades das pedras de lintel. No primeiro andar, abrem-se vãos de sacada sobre o largo, apoiados sobre consolas de pedra, mas nas outras fachadas só há janelas de peito. Estes detalhes anunciam já o gosto arquitetónico que virá a expressar-se na Baixa.

#### **4.2.9. O processo construtivo.**

A conceção estrutural dos edifícios baseia-se no princípio de que os sistemas de treliças em madeira resistem melhor aos sismos e que as paredes de alvenaria e as abóbadas evitam a propagação dos incêndios.

Como acima se viu, o solo da Baixa é constituído por aterros. Assim, a construção iniciou-se pela cravação, no solo, de fieiras de estacaria de pinho bravo, verde, com comprimentos que vão desde um metro e meio a dez metros, dependendo da constituição e profundidade do material de aterro. Se, nas zonas laterais já na base das encostas do Chiado e do Castelo, como as ruas do Crucifixo e Fanqueiros, a camada de aterro é pouco profunda, nas zonas centrais e em particular nas que estão mais próximas do rio, a camada de entulho tem mais de três metros de profundidade e está colocada sobre terrenos lodosos.

Destina-se a estacaria à compactação do material do aterro e a suportar uma plataforma engradada também constituída por troncos de madeira de pinho com cerca de quinze centímetros de secção, a que se sobrepõe uma outra grade cujos troncos estão em posição transversal relativamente aos da de baixo. Encaixam uma na outra por entalhes abertos nos toros, e o conjunto está pregado com pregos de ferro forjado de trinta a quarenta centímetros de comprimento e de secção quadrada, com três centímetros de lado,



junto à cabeça<sup>185</sup>. Esse sistema de compactação e consolidação do entulho, era habitualmente usado nas zonas lodosas e expostas à circulação de águas subterrâneas, como em Veneza, por exemplo. Sobre o maciço assentavam os arcos de fundação, em alvenaria de tijolo fino e enchimento a pedra, formando uma cripta sobre a qual se erguiam as paredes.



Fig. 61 – Paredes em perpianho na loja do edifício da praça da Figueira que torneja para a rua dos Fanqueiros 283-291.

Pelo que foi possível verificar havia pelo menos dois tipos de paredes de alvenaria de pedra. A primeira constituía as paredes dos primeiros pisos das fachadas, e era de pedra aparelhada, blocos de perpianho paralelepípedicos (fig. 61), de cerca de oitenta centímetros de comprimento e quarenta de largura, que assentavam uns sobre os outros, ligados entre si por uma argamassa de cal aérea e areia. Esta alvenaria de pedra destinava-se a suportar as abóbadas que, em certos edifícios, cobriam o piso térreo e eram compostas de tijolos finos (fig. 62).

As abóbadas eram usadas sempre que a parede posterior do imóvel servia de muro de suporte de terras, ou seja, quando o prédio se situava numa zona de encosta.

Em alguns edifícios da Rua Nova da Princesa, atual Rua dos Fanqueiros, ou da Rua Áurea, as abóbadas sobrepunham-se, havendo-as em cave, no rés-do-chão e no primeiro andar (fig. 63). Mas, quando o terreno era plano, era mais frequente a existência de arcos (fig. 64) onde repousava o pavimento do piso superior.

---

<sup>185</sup> Córias, Victor (2005). “Sistemas construtivos usados na reconstrução. A gaiola pombalina. Estudos recentes”, in *1755 - O grande terramoto de Lisboa*. Volume I – Descrições, Lisboa, Edição Fundação Luso-Americana e Público, p. 330-373.



Fig. 62 - Abóbadas na rua de Sto. António da Sé, 12-20.

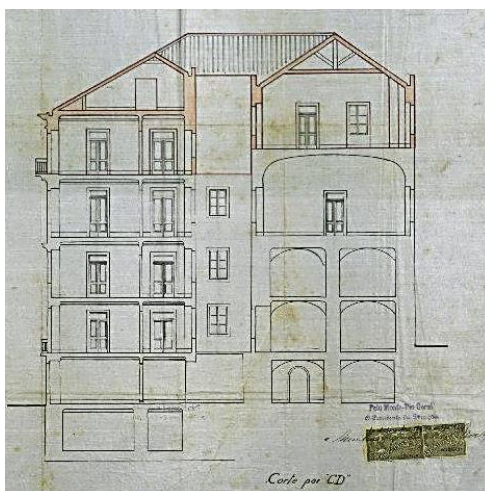


Fig. 63 – Rua Áurea, 219-241. Representação em corte, de edifício onde houve três pisos abobadados<sup>186</sup>.

Mas além desta função primordial de assegurar a estabilidade do conjunto já usada em períodos anteriores, na construção de grandes casas nobres como o Palácio Figueira ou o Palácio Trofa, os pisos térreos abobadados estabeleciam um corte com o andar acima, melhorando os níveis de isolamento o que era essencial quando a loja servia de estrebaria ou quando nela havia atividades artesanais como a dos artífices do metal, que provocavam um ruído permanente.

---

<sup>186</sup> Obra 25067; Volume 1; Processo 16598/SEC/PG/1924 – Tomo 1; p. 3. A.M.L.





Fig. 64 - Rua dos Sapateiros 72-80. Loja.



Fig. 65 – Rua Ivens 21-33. Paredes de empena.

Para além disso, os tetos abobadados permitiam também a existência de espaços amplos, pelo que foram igualmente usados nas casas religiosas como as situadas na Rua Áurea 219-241 (fig. 63) que pertenceram aos padres do Espírito Santo, bem como no edifício destinado ao convento do Corpus Christi.

O segundo tipo de alvenaria de pedra usado nos edifícios da reconstrução, era o que constituía as paredes das empenas, as paredes divisórias dos pisos térreos, e também as das fachadas dos pisos superiores, que era em geral composta por grandes pedras irregulares colocadas em duas ou mais feiras e ligadas também pela mesma argamassa de cal aérea, aplicada em abundância nos interstícios preenchidos com pequenas pedras e fragmentos de tijolo (figs. 64 e 65). Na construção deste tipo de paredes, usava-se, por vezes, o sistema dos taipais laterais que asseguravam a regularidade da espessura em toda a superfície.

No interior, as paredes e os pavimentos formavam uma estrutura tridimensional em madeira, a gaiola pombalina, que assentava sobre os arcos ou as abóbadas do piso térreo. Essa estrutura era constituída por vigas de pavimento, perpendiculares aos planos das fachadas, que, em alguns casos, iam de fachada a fachada e noutros eram interrompidas sobre as arcadas. Quando assim acontecia, as duas vigas ligavam-se por samblagem.

As entregas das vigas assentavam num frechal, embebido na parede, e eram envolvidas por sobras de tábuas, a fim de evitar o contacto direto com a alvenaria. Estas vigas eram tarugadas e ligadas entre si, bem como às paredes das fachadas e das empenas, por peças de ferro forjado, espécie de régua dobrada em U numa extremidade que

tinham a designação de ferrolhos. O vigamento assim colocado, desempenhava também funções de travamento.

Nas faces interiores das paredes das fachadas eram abertos rasgos onde ficava encastrada uma estrutura de madeira, constituída por prumos e travessanhos, solidária com o vigamento dos pavimentos, e que estava fixada à alvenaria das paredes através de umas peças de madeira entalhada a que se dava a designação de mãos, possivelmente por terem a forma de um punho fechado e também pela função que desempenhavam, a de manterem a gaiola de madeira solidária com as paredes exteriores.



Fig. 66 – Parede frontal, paralela à fachada.



Fig. 67 – Parede perpendicular à fachada.

Para além disso, uns ferrolhos fixados na referida grade prolongavam-se quase até à face exterior da parede até ficarem cravados nas peças de cantaria das molduras das janelas, gateando-as. Deste modo, ainda que ocorresse outro sismo, as pedras não cairiam para a rua como aconteceu em 1755, em vez disso, permaneceriam solidárias com a estrutura de madeira.

Na Baixa, as paredes das empenas separadoras dos edifícios têm, em geral, encastrado um frontal de madeira constituído por prumos, escoras e travessanhos, também ligado aos outros elementos por ferragens como os pregos, os ferrolhos e as chapas, integrando assim a estrutura de gaiola.

A gaiola pombalina tinha dois tipos de ossatura de madeira a formarem divisórias, as que se posicionavam paralelamente aos planos das fachadas, designadas por frontais, e que eram constituídas por traves e prumos a toda a altura de cada andar, definindo uma quadrícula travada por escoras a formar duas cruces por pé-direito (fig. 66), e as que se

posicionavam perpendicularmente às fachadas, em que a treliça definia três cruces sobrepostas por andar (fig. 67). Os espaços entre as madeiras eram sempre preenchidos por alvenaria de fragmentos de lambaz e pedrinhas.

Assim, os frontais e as vigas que formavam a gaiola pombalina ficavam, por meio de tirantes e ancoragens de ferro, solidários com as paredes exteriores de alvenaria de pedra, precavendo derrocadas.

Acima do terceiro andar assentava a cobertura que podia ser de duas águas com janelas de trapeira (fig. 68), ou de águas sobrepostas, de modelo germânico (fig. 69).

Se, para o lado da rua, os telhados tinham trapeiras, para as traseiras era habitual o piso corrido, assumindo a existência de um quarto andar.



Fig. 68 – Janelas de trapeira em telhados simples.

Fig. 69 – Telhado de águas sobrepostas.



Fig. 70 – Cimalha arruinada de um prédio da Baixa, onde estão visíveis os diversos componentes.

Nas fachadas sobre a rua, havia cantaria de lioz em embasamentos, faixas, molduras de vãos e cunhais, também gateada à parede para que, em caso de outro sismo, não desabasse sobre a rua. As bases ou bacias das varandas, igualmente em cantaria,

assentavam nas paredes e avançavam em consola cerca de quarenta e quatro centímetros, ou seja, os dois palmos manuelinos.

Acima dos lintéis das janelas do terceiro andar, a fachada era rematada por uma cornija moldada sobre três fieiras de lambaz a que se sobrepunha uma cimalha de lajetas de cantaria onde assentavam as telhas do beirado (fig. 70).

Logo atrás da cimalha, um frechal servia de apoio às pontas das varas da cobertura. Na outra extremidade, o varedo apoiava num pau de fileira e nas madres assentes em duas treliças de madeira colocadas a cerca de dois metros das paredes exteriores e paralelas à cumeeira, pregadas e ferrolhadas à gaiola, só se interrompendo nos locais reservados para as trapeiras (fig. 71).

A cobertura, era em telha de canudo, e “as águas dos telhados eraõ recebidas em meios canaes praticados no cimo das paredes, e conduzidas a rua por canaes praticados nestas, o que dava um ar de nobreza às frontarias, não se vendo biqueiras; e muito commodo aos viandantes”<sup>187</sup>. Raton descreve assim o sistema de caleiras embebido nas cimalthas para recolher as águas das chuvas, e com os tubos de queda a passar por dentro das paredes.



Fig. 71 – Elementos estruturais de uma janela de trapeira, pombalina, na rua da Prata 53-65.

As janelas de trapeira tinham as frentes em alvenaria de pedra ou de lambaz, construídas na prumada da parede da fachada (figs. 68 e 69). As paredes laterais ou

---

<sup>187</sup> Raton Jacome (1813?,1992). *Recordações de Jacome Raton sobre as ocorrências do seu tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Lisboa, Fenda Edições, Lda., p.6.

ilhargas, eram em estrutura de madeira do mesmo tipo do das paredes perpendiculares à fachada (fig. 71).

A cobertura das trapeiras era de três águas, em telha de canudo formando beirado.

#### **4.2.10. Os paramentos exteriores e a cor das fachadas da Baixa.**

Os revestimentos de argamassa de cal, areia do rio e areia amarela, teriam a cor natural de um creme a tender para o ocre. Esse aspeto terá permanecido durante alguns anos já que este tipo de reboco leva bastante tempo a secar e só deve ser pintado depois do endurecimento da argamassa. Depois, terão sido caiados. É possível que a cor das camadas de leite de cal aplicadas, tenha sido pigmentada, pois embora não haja estudos sistemáticos sobre as várias camadas de cor que ao longo dos séculos foram sendo aplicadas, verificou-se, na antiga freguesia do Castelo, onde houve recolha de calotes e análise ao espectrocolorímetro, que em meados do século dezoito as fachadas eram pintadas com cal pigmentada sobretudo a ocre, sempre aplicada sobre uma base branca.

Manuel da Maia, nas Dissertações, fez referência à cor dos edifícios da Baixa, defendendo que “para que cada rua conserve a mesma simetria em portas, janelas e alturas, (...) me parecia melhor que cada rua ou cada freguesia tivesse alguma diversidade ao menos na cor da pintura do que por toda a cidade baixa inteiramente uniforme, até para não ficarem tão distintas as outras partes da cidade que se conservarão na mesma forma (...)”<sup>188</sup>.

Numa outra memória descritiva, a do plano de urbanização da zona limitada por uma linha que vai de São Roque a São Pedro se Alcântara e daí à Cotovia, passando pelas Águas Livres até ao Arco do Carvalhão, preconiza também casas de dois pavimentos sobre as lojas em que o primeiro teria janelas rasgadas e o segundo janelas de peito, e em que a única diversificação seria a das cores das pinturas de portas e janelas, diferentes em cada rua.

Há, pois, da parte do engenheiro-mor uma intenção clara de permitir a diversificação das cores a aplicar nas paredes e na caixilharia, contrariando o efeito de uniformidade da arquitetura. A criação de frentes de quarteirão em que não se distinguem os limites dos prédios, fachadas tratadas na simetria e na composição como um todo,

---

<sup>188</sup>Ayres, Christovam (1910). *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no Terremoto de 1755*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 14.



como se cada quarteirão fosse um único grande prédio, parecendo longas fachadas de palácios como referiu a duquesa de Abrantes, é contrariada pela permissão de afirmação de cada rua ou cada freguesia, através da pintura de cores variadas. Este contrassenso, demonstra alguma hesitação entre a opção de destacar a arquitetura da Baixa da do resto da cidade, ou a pretensão de, apesar das diferenças, a integrar.

O uso da cor na arquitetura terá tido nesse tempo, tal como tem hoje, consequências na conotação do bairro. Atualmente, as cores fortes, saturadas, são usadas nos bairros sociais para quebrar a monotonia dos projetos-tipo, e também porque a opinião do morador tem pouco peso face à força do gestor da propriedade, a administração pública. Nos conjuntos residenciais destinados à classe média/alta, onde a arquitetura apresenta certa diversidade, são usadas cores pouco saturadas como os cinzentos e os cremes.

Quando Manuel da Maia expõe a intenção de deixar ao critério dos donos da obra a escolha da cor, está a reconhecer o poder que estes tinham na sociedade desse tempo e a admitir a capacidade de decisão do grupo social que iria habitar a Baixa.

#### **4.2.11. Portas, janelas e ferragens decorativas.**

Os vãos exteriores, nas décadas de 1760 e 1770, raramente teriam caixilhos, vemos ainda hoje como as pedras dos peitoris estão trabalhadas por forma a receber as águas pluviais que escorriam das portadas aplicadas na face interior do vão.



Fig. 72 – Portadas com veda-luzes.<sup>189</sup>



Fig. 73 – Tranca de espanholeta.<sup>190</sup>

---

<sup>189</sup> Fotografia cedida para esta tese, pela arquiteta Maria Cristina Alves Pereira.

<sup>190</sup> Fotografia cedida para esta tese, pelo Dr. Carlos Inácio.

Eram duas meias portas, engradadas, onde se abria um postigo ou veda-luz que permitia proteger das intempéries o interior da casa, reduzindo as aberturas, sobretudo as das janelas de sacada (fig. 72). Estas portadas tinham como fechos umas trancas, colocadas na vertical, chamadas espanholetas, que consistiam num varão de ferro forjado articulado em torno de abraçadeiras fixadas à portada, e por meio de uma tranqueta prendiam simultaneamente na outra portada, no peitoril, e na verga, em ranhuras abertas para esse efeito (fig. 73).



Fig. 74 – Janela de corredeira.



Fig. 75 – Reixa numa janela de guilhotina.

A caixilharia, quando existia, era constituída por janelas de corredeira vertical, ditas de guilhotina, com pequenas vidraças mantidas entre pinázios moldurados. As rudimentares técnicas de fabrico do vidro e o elevado preço, só permitiam o uso de pequenos vidros, pelo que eram aplicadas entre doze e quinze vidraças de formato próximo do quadrado, mas ligeiramente mais altas do que largas, em cada folha das janelas de guilhotina (fig. 74).

Quando não havia vidraças eram usadas reixas e mesmo quando já todos os edifícios as tinham, substituía-se um dos caixilhos por uma reixa, para assegurar o arejamento protegendo a privacidade (fig. 75).

O outro meio de proteção das vistas e do sol direto eram as persianas de tabuinhas ligadas entre si por fitas, que pendiam pelo exterior das janelas, suspensas em caixas de madeira fixadas na fachada, acima das pedras de lintel. Aplicavam-se sobretudo nas

janelas de sacada, pendendo sobre as guardas de varanda. Este processo de sombreamento, foi usado desde os tempos medievais e ainda hoje perdura nos bairros históricos.

Quanto às rótulas, foram quase totalmente abandonadas em Lisboa, embora ainda se usassem nos anos vinte do século dezanove<sup>191</sup>.



Fig. 76 - Pormenores da face interior da porta da rua, com travessas, taleiras e dobradiças de cachimbo. Rua dos Correeiros 177-179.

As portas de rua eram constituídas por dois batentes, de três ou quatro tábuas verticais, entre os 3,5 e os 4 cm de espessura, mais ou menos molduradas de acordo com grau de requinte que se queria dar ao edifício, unidas entre si por entalhes de macho e fêmea, e pela aplicação de três travessas à cola, pregadas por grossos pregos. Taleiras, travessas e tábuas verticais eram rebitadas ou aparafusadas e nelas se fixavam os lemes das dobradiças em ferro que terminavam num espigão o qual girava num cachimbo fixado no aro da porta (fig. 76).

Eram ainda próximas, na sua conceção, das portas de taipal anteriormente usadas, mas a qualidade da execução da carpintaria e das engenhosas peças de ferro, conferiram-lhes uma robustez até então inabitual em prédios de arrendamento.

---

<sup>191</sup> Gomes, Andreia Maria Durães (2017), *Casas de cidade: Processo de privatização e consumos nas camadas intermédias urbanas (Lisboa na segunda metade do século VIII e início do século XIX)*. Tese de Doutoramento em História, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.



Muitas destas portas bem como as portadas das janelas, duraram duzentos e cinquenta anos, e as que desapareceram foram retiradas mais por questões de moda do que por degradação

A proteger a parte inferior da porta, rente ao chão, foi pregada pelo exterior uma outra táboa, horizontal, com uma largura de cerca de vinte centímetros e a espessura necessária para que através de entalhes se adaptasse perfeitamente ao recorte das tábuas verticais sem deixar ranhuras visíveis por onde pudesse penetrar a água da chuva.

A madeira era depois pintada a tinta de óleo, que podia ser pigmentada com diversas tonalidades onde dominava o óxido de ferro

Entre as vergas das portas e as pedras dos lintéis, fossem elas de forma curva ou poligonal, havia um espaço que era fechado por uma ou duas tábuas colocadas na horizontal e onde foram, em momento posterior, abertos orifícios de ventilação (fig. 77).

As argolas de batente ou aldrabas, também em ferro forjado, seguem um mesmo modelo que se repete sem grandes alterações, mas os desenhos dos espelhos de fechadura feitos em chapa de ferro recortada têm alguma variedade sendo, neste período, um dos poucos elementos exteriores decorativos e diferenciadores (fig. 78).



Fig. 77 – Portas de rua de tipologia pombalina, na rua de São Julião 52-56 e na rua de São Nicolau 19-25.



Fig. 78 – Espelhos de fechaduras e argolas de batente.

O outro elemento que, para além da função de proteção, é também decorativo, é o guarda-corpo das sacadas.

Na freguesia de São Nicolau, nas construções das décadas de 1760 e 1770, não há uma grande variedade de formas nas grades de ferro dos guarda-corpos. Das quarenta e três analisadas há 81%, que seguem o modelo do balaústre de ferro forjado, e só oito são de ferro forjado em barra.



Fig. 79 - Desenho dos guarda-corpos de modelo 1, propostos para as ruas principais e a sua concretização nas varandas dos edifícios construídos entre 1760 e 1780, formados por balaústres de ferro.

Na primeira metade do século dezoito o que se usava como guarda-corpo em prédios destinados à classe média, eram grades constituídas por varões de ferro com comprimentos entre trinta ou quarenta centímetros, acoplados entre eles de modo a perfazerem os quatro palmos. Os pontos de ligação, tinham maior diâmetro e formavam

os nós. Na parte inferior, o número de varões era maior para impedimento da queda de crianças e de objetos, e na parte superior eram mais distanciados poupando desse modo custos, já que o ferro era um material caro. Nas grades usadas nas habitações populares, a distância entre os varões era maior, pelo que, como atrás se viu, se aplicavam as reixas de madeira pelo interior, fixadas nos varões, e fechando com maior eficácia os espaços intersticiais.

Os desenhos de gradeamentos que figuram nos prospetos pombalinos são de dois tipos. Ainda que representados de forma esquemática, o primeiro tipo aparece num prospeto que data de 1758-1759. Estava destinado às frontarias das ruas principais e é formado por linhas retas verticais e horizontais que identificamos com a grade de varões acima descrita (fig. 79). O segundo data de um período situado entre 1758 e 1768, destina-se à Rua Nova de São Francisco de Paula, atual Rua Ivens, e nele estão representados uns guarda-corpos de linhas curvas formando um desenho rococó. Como, ao tempo, não havia técnicas para a execução de grades em ferro fundido, tal desenho só poderia ser executado em ferro forjado em barra. Só as barras de ferro trabalhadas na forja podiam tomar as formas curvas pretendidas. Mas estes guarda-corpos de ferro forjado em barra, aparentemente, estavam previstos em edifícios fora da área da freguesia de São Nicolau, antes situados na zona do atual Chiado, na Rua das Chagas, na Rua das Duas Igrejas que é hoje a Rua Garrett, e também noutras zonas como a Rua Nova da Palma e a Rua do Arsenal.

O que se constata é que dos quarenta e três prédios com sacadas, edificadas na área em estudo, durante as décadas de 1760 e 1770, todos têm os gradeamentos dos guarda-corpos em balaústres de ferro forjado com exceção de oito:

- Rua Áurea 206-214. SIG: 48.001.09.009.001 – Foi edificado em 1779. Tem um quarto andar acrescentado muito depois, com varanda corrida e guarda-corpo em ferro forjado em barra com desenho idêntico ao dos guarda-corpos das varandas individuais do primeiro andar, indício de que serão posteriores à data da construção.
- Rua da Prata 180-188. SIG: 48.002.04.003.001 – Em 1765 já o rés-do-chão estava construído, mas os andares só foram levantados em 1800<sup>192</sup>, e o quarto andar em 1861<sup>193</sup>.

---

<sup>192</sup> Ver Volume Anexo, pp.173-174

<sup>193</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0705, Alçado n.º 857, cota:8751. A.M.L.

- Rua da Prata 141A-147. SIG: 48.002.08.004.001 – Foi edificado em 1774 mas tendo sido objeto de grandes alterações em 1860 com a construção de uma varanda corrida no 4.º andar, é muito plausível que os guarda-corpos das varandas do 1.º andar, em grades de ferro fundido com padrão idêntico ao da varanda corrida do 4.º andar, tenham sido instalados também em 1866, como se comprova pelo requerimento para “...das janelas de peito fazer janelas de sacada.”<sup>194</sup>.
- Rua dos Douradores 49-55 torneja para a Rua de São Nicolau 18-24. SIG:48.002.09.002.001 – Foi edificado em 1773 sem varandas, como se vê no projeto de ampliação de um quarto andar com um trapeirão de três vãos com varanda corrida, em 1865<sup>195</sup>. As sacadas e os guarda-corpos em ferro fundido terão sido colocados por essa altura.
- Rua dos Douradores 128-140 torneja para a Rua da Assunção 9-15. SIG:48.002.05.005.001 – Prédio já edificado em 1771, com lojas, três andares e águas-furtadas. Em data indeterminada, possivelmente entre 1840 e 1870, foi ampliado com um quarto andar de varanda corrida, encimado por um trapeirão. É provável que as varandas tenham sido colocadas nessa altura pois o gradeamento, em ferro forjado em barra, tem desenho idêntico ao da varanda corrida.<sup>196</sup>
- Rua dos Fanqueiros 170-178. SIG:48.002.06.025.001 – Prédio edificado em 1770 com lojas, três andares e águas furtadas<sup>197</sup> mas onde, tal como no prédio anterior, foi acrescentado um quarto andar em 1861<sup>198</sup>, o qual tem um guarda-corpo de material e desenho idêntico ao das varandas do primeiro andar.
- Rua dos Fanqueiros 152-160, SIG:48.002.06.015.001 – Também este prédio já estava edificado em 1774<sup>199</sup>, com cinco lojas, três andares e águas-furtadas. Porém foi acrescido posteriormente de um quarto piso com uma varanda corrida

<sup>194</sup> Ver Volume Anexo pp. 181-182, e Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADMG-E/08/1006; P.1.; Cota: 10120. A.M.L.

<sup>195</sup> *Prospero de acrescentamento que pretende fazer em o seu prédio que possui (em a Rua dos Douradores fazendo cunhal para a Travessa de S. Nicolau) José Esteves Alvez & c*, Documento PT/CMLSB/ADMG-E/08/0023; P.1. Alçado n.º 32. Cotas: 7387 e 7388. A.M.L.  
Ver também Volume Anexo, pp. 221-222.

<sup>196</sup> Ver Volume Anexo p. 189-190.

<sup>197</sup> Conjunto documental da Décima da Cidade, DC790PU-1770, Prédios (Freguesia de São Nicolau), N.º 60. Ver Volume Anexo, pp. 199-200.

<sup>198</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/BAH/GE/023/0705. Alçado n.º 857. Cota: 8751. A.M.L.,

<sup>199</sup> Arquivo do Tribunal de Contas, Conjunto documental da Décima da Cidade, Prédios (Freguesia de São Nicolau), DC791-PP-1774, N.º 85. Ver Volume Anexo, pp. 201-202.

de guarda-corpo com desenho idêntico às das varandas dos pisos inferiores, indício de que terão sido, então, substituídos.

- Rua dos Fanqueiros 151-159 a tornejear para a Rua da Vitória. SIG:48.002.05.007.001 – Situação idêntica às anteriores. O prédio tinha, em 1762, lojas e dois andares<sup>200</sup> e a fachada sem varandas dava sobre a Rua da Vitória, mas, em 1800 é anexado ao prédio contíguo e construído o terceiro andar. Tem ainda um quarto andar com varanda corrida de que se desconhece a data. O desenho das barras de ferro do gradeamento da varanda corrida é igual ao das varandas individuais do primeiro andar sendo, certamente, da mesma campanha de obras.

Destas constatações se conclui que as varandas primitivas da Baixa, Freguesia de São Nicolau, até finais do século dezoito, terão sido, muito provavelmente, todas em balaústres de ferro forjado, tendo só a partir deste período sido introduzidas as de ferro forjado em barra.

Outra dúvida que se tem colocado é a da permissão de colocação de sacadas em andares acima do primeiro. O quadro abaixo (quadro 6) mostra como nos edifícios construídos na década de 1770, só em dois num conjunto de quarenta e três, foram assentes varandas acima do primeiro andar, desrespeitando o Plano, mas tal só acontece já nos últimos anos do período pombalino.

TIPOLOGIAS DE VARANDAS							
Décadas de construção	Dimensão		Localização		Guarda-corpo		
	Individuais	Corridas	Individuais só no 1.º andar	Individuais noutras andares	Ferro forjado em barra	Ferro forjado em balaústres	Ferro fundido
1762/1769	21	0	19	0	0	19	0
1770/1779	22	0	18	2	4	16	0

Quadro 6 – Tipologias de varandas nas décadas de 1760 e 1770 na freguesia de São Nicolau.

Em 1777, Dona Maria I torna-se rainha e em 1880 o Marquês de Pombal é afastado da governação. Até essa data, como se verificou, os edifícios levantados

<sup>200</sup> Ver Volume Anexo, pp 208-209. Conjunto Documental da Décima da Cidade, Prédios da Freguesia de São Nicolau, DC787 PUR – 1762/1763, Por detrás da Igreja de São Nicolau, n.º 1.

cumpriram escrupulosamente o Plano da Baixa, tanto na volumetria, não indo além dos três andares e águas furtadas, como no ordenamento das fachadas, respeitando a modenatura estabelecida, construindo sacadas e varandas só nas ruas principais, uniformizando os gradeamentos de balaústres de ferro nos guarda-corpos das sacadas e distribuindo as trapeiras com a frequência imposta.

#### **4.2.12. A organização interior dos edifícios pombalinos.**

Se os “prospectos” do Plano pombalino para a Baixa constituem o modelo segundo o qual terão sido executadas as fachadas e as coberturas, já do interior dos imóveis não há desenhos de plantas-tipo a que devessem obedecer os construtores. Este facto e as alterações que desde a construção sofreram os edifícios, levaram a que se colocassem dúvidas sobre as características do espaço interior pombalino. Os construtores obedeceriam a um plano pré-estabelecido ou procederiam de acordo com o seu “saber fazer”, ou ainda responderiam às exigências e expectativas dos donos das obras?

Para obter alguma luz sobre estas questões procedeu-se à datação e localização de cada prédio e à análise do seu espaço interior<sup>201</sup>.

Dos sessenta edifícios construídos na freguesia de São Nicolau durante as décadas de 1760 e 1770, que correspondem ao período em que Sebastião de Carvalho e Melo deteve o poder de decisão sobre a edificação da Baixa, apenas quarenta se mantêm e, ainda assim, já bastante alterados por intervenções várias. Mas nesses, foi possível recolher dados sobre a permanência e a evolução das tipologias dos elementos arquitetónicos que os constituem, tanto pela observação direta no local como pela análise de plantas, cortes e alçados apresentados na Câmara Municipal, ainda escassos nas décadas de 1840 e 1850, e já com alguma regularidade a partir de 1870, sempre que eram propostas alterações.

Seguindo essa metodologia, verificou-se a importância da escada na organização do espaço dos fogos habitacionais, tanto pela posição que ocupa no prédio, como pela sua forma.

Tendo em conta que os prédios com largura de fachada entre os dois e os quatro módulos verticais de vãos são os mais frequentes neste período, verifica-se que as escadas foram construídas ora junto a uma parede de empena, em vinte e quatro casos, ora a meio

---

<sup>201</sup> Ver Volume Anexo, pp. 52-269.

do edifício, em quinze, ficando assim definida a possibilidade de existência de um ou dois fogos por piso.

Nos prédios de três MVV, a escada fica sempre encostada a uma parede de empena, e há um só fogo por piso. O mesmo acontece, com frequência, nos de quatro MVV, ficando os fogos com maior área, mas há exceções e, nesses casos, a caixa de escada fica no enfiamento de um dos MVV centrais, definido dois fogos de áreas desiguais.

TIPOLOGIAS DE ESCADAS									
Décadas de construção	De tiro	Dois lanços por piso sem bomba até ao 1.º andar	Dois lanços por piso sem bomba acima do 1.º andar	Dois lanços por piso com bomba estreita		Três lanços por piso com bomba larga	Assente em prumos e com bomba larga	Em leque	Usa a escada do prédio contíguo
				Com guarda-chapim plano	Com guarda-chapim de gaveto				
1762/1769	6	14	16	0	0	0	0	0	1
1770/1779	6	22	20	0	0	0	0	0	0

Quadro 7 – Tipologias de escadas nas décadas de 1760 e 1770 na freguesia de São Nicolau.

Quanto à tipologia das escadas (quadro 7), há ainda escadas de tiro em doze prédios, constatando-se que, em dois casos, há, em cada piso, um lanço de tiro e, em cada patim intermédio, um meio lanço que vira em sentido contrário, sem bomba. É, de certa forma, uma duplicação do acesso aos fogos que permite duas entradas, das quais uma é de serviço. Neste último caso, tratando-se de um modelo de caixa de escada obsoleto, é usado pontualmente para possibilitar acessos separados da família residente e do pessoal de serviço doméstico, só justificado no caso de fogos de grandes áreas, mas anunciando uma alteração profunda no uso do espaço que só será generalizada a partir dos anos quarenta do século dezanove.

Por que razão se construíram ainda escadas de tiro no novo bairro que se pretendia exemplar, quando trinta anos antes se usavam já os lanços sobrepostos ligados pelos patamares laterais? É difícil de explicar, talvez por atavismo, porque alguns construtores nunca tivessem construído de outro modo, talvez pela estreiteza das parcelas e a intenção

de não ocupar muito espaço. O que se constatou é que a construção de escadas de tiro na freguesia de São Nicolau, se esgota até 1780.

Mas as doze escadas de tiro são exceções já que a situação que mais vezes ocorre é a da escada de dois lanços por piso, com patim intermédio, assente numa parede meeira em frontal de madeira com enchimento de alvenaria de tijolo fino ou de pedra miúda, a separar os dois lanços de degraus. Ao contrário da escada de tiro que ocupava toda a profundidade do prédio, este novo tipo de caixa de escada estava recuado relativamente à entrada, deixando espaço para um pequeno átrio, o que, até então, não era usual. Só havia átrios nas casas nobres ou de notáveis e, nesses casos, eram espaços de aparato, onde a escada era colocada a um lado por forma a sugerir a quem entrava a impressão de amplidão.

Por vezes, no arranque da escada havia um arco estreito em cantaria lavrada (fig. 80). Em dezasseis casos não há nenhum arco, em cinco há um único arco estreito e em seis casos há um arco duplo, quatro deles já na década de 1770 (quadro 8).

TIPOLOGIAS DOS ÁTRIOS								
Décadas de construção	1 Arco estreito em cantaria	1 Arco duplo em cantaria	1 Arco amplo	Sem arcos	Com portas para a cocheira	Arcos de outro tipo	Pórticos	1 Arco duplo precedido por um arco amplo
1762/1769	2	1	0	8	0	0	0	0
1770/1779	3	5	0	8	1	2	0	0

Quadro 8 – Tipologias dos átrios dos edifícios nas décadas de 1760 e 1770, na freguesia de São Nicolau.

O arco em cantaria, fosse ele simples ou duplo, fazia parte do sistema de arcos do rés-do-chão onde assentava a gaiola pombalina, mas o facto de ser em pedra lavrada com efeitos decorativos, concedia ao átrio uma certa nobreza.

A estereotomia da pedra não variava muito, dois ou três pilares de secção quadrada onde assentavam as impostas e as aduelas que rematavam quase sempre com uma pedra de fecho. Nas faces das pedras era lavrado um desenho constituído por duas



linhas paralelas que terminavam num arco de querena invertido na parte superior e em meio círculo na parte inferior (fig. 81).



Fig. 80 – Pormenor de arco simples em cantaria, da década de 1770. Rua dos Douradores 128-134; Rua da Assunção 9-13.

Estes arcos, tal como os degraus de pedra, as bacias das varandas, as molduras das portas e janelas, as paredes dos poços, as pedras das chaminés de cozinha e os poiais, terão sido fabricados por canteiros instalados no próprio bairro ou na proximidade, que produziriam em série<sup>202</sup>, respondendo às necessidades dos construtores e dos donos das obras, mas também, de certa forma, condicionando a arquitetura pela repetição que tal processo implicava. Justificava-se pela quantidade de obras simultâneas e ia ao encontro da uniformidade desejada, proporcionando menores custos pela economia de escala.

O arco duplo de cantaria lavrada foi particularmente usado na década de 1790, caracterizando os edifícios desse período, e vindo depois o seu emprego a decrescer progressivamente nas duas décadas que se seguiram.

Um dos arcos marcava o arranque da escada, o outro suportava a cadeia do segundo lanço de degraus e, quando a altura do patim intermédio o permitia, conduzia a uma porta direta para o saguão (fig. 81, à direita), possibilitando a sua limpeza sem passar pelas lojas. Com esse propósito inicial, o primeiro lanço era mais longo, reduzindo um pouco o átrio e tornando o patim intermédio suficientemente alto para permitir a um homem passar-lhe por baixo, mas, com o tempo tal acesso foi sendo fechado.

---

<sup>202</sup> França, José-Augusto (2008), *Lisboa, História Física e Moral*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 425.



Fig. 81 – Arcos duplos em cantaria lavrada. À esquerda na rua de São Julião 78-84 e, à direita, na rua dos Douradores 16-26.

Os patins intermédios encostavam à fachada posterior onde se abriam vãos de janela para o saguão, idênticos pelas dimensões e desenho de molduras, a todos os outros, e possibilitando a iluminação e a ventilação sem que fosse necessário recorrer a aberturas na fachada principal.

Quando o rés-do-chão do prédio era abobadado, os primeiros lanços de escada eram em pedra.

Durante os primeiros vinte anos de edificação, as trinta e seis caixas de escada ainda existentes ou documentadas, foram sempre deste tipo.

Mesmo no caso das escadas de tiro que seguiam até ao segundo andar, eram, daí para cima, também escadas de dois lanços sem bomba que possibilitavam o acesso ao terceiro andar e às águas furtadas. Mas as paredes cegas que dividiam os dois lanços vão sendo substituídas por paredes recortadas, em que parte da parede em frontal de madeira é retirada, prescindindo-se de todas as peças não essenciais para a estabilidade do conjunto a fim de proporcionar a sensação de mais espaço, mais luminosidade e melhor visibilidade entre os lanços.

Compreende-se que, para quem no patim aguarda a chegada de um visitante, seja importante vislumbrá-lo desde o piso inferior, e o mesmo se passa para quem sobe e não pode ver com quem se irá cruzar, razão pela qual a supressão da barreira visual que a parede de separação dos lanços constituía, foi muito importante para a segurança dos utilizadores.



Fig. 82 – Escadas de dois lanços por piso, sem bomba. À esquerda, assente num prumo, na Rua Augusta, 264-270. Ao centro, em parede de frontal recortado, na rua de São Julião, 136. À direita, com supressão da parede, na rua dos Correeiros 199-205.

Entre a solução construtiva destas paredes cegas e a das paredes recortadas que se vão seguir, há ainda uma situação intermédia em que sendo retiradas as escoras se mantêm os prumos. Na freguesia de São Nicolau há ainda, pelo menos, um caso, o do prédio localizado na Rua Augusta 264-270 (fig. 82), e, noutras freguesias vizinhas tal como em São Paulo, há igualmente caixas de escada com essa tipologia de que é exemplo a do edifício da Rua Nova do Carvalho 43-51<sup>203</sup>.



Fig. 83 – Remate de guarda-corpo.

<sup>203</sup> Appleton, João G. e Isabel Domingos (2009), *Biografia de um Pombalino, um caso de reabilitação na Baixa de Lisboa*, Lisboa, Edições Orion, p. 9 - figura 1<sup>a</sup>.3, p.53-figura 2.42.

Já em finais de década de setenta, os guarda-corpos, passam então a ter um capeamento contínuo em madeira, formando um corrimão que culmina, em cada patim, num prumo entalhado formando curva e contracurva espiralada (fig. 83).

Esta tipologia vai ser adotada e reproduzida com inúmeras variantes nas décadas seguintes.

As caixas de escada pombalinas da Baixa, com dois lanços por piso, espaçosas, bem iluminadas e ventiladas através de uma janela ampla em cada patim intermédio, traduzem uma grande evolução se as compararmos com as escadas de tiro da primeira metade do século dezoito e mesmo com as escadas de patim lateral, todas elas escuras e pouco arejadas, exíguas e com degraus demasiado altos.

Nas paredes de algumas caixas de escada pombalinas ainda há um rodapé e um lambril de azulejos coloridos, e o que era anteriormente um acesso inóspito aos fogos de habitação passou a ser um espaço de representação que convida à entrada, precedido que está por um átrio amplo com os arcos de cantaria lavrada por vezes encimados por registos dos santos protetores como a Nossa Senhora do Carmo contra os terremotos, o São Marçal contra os incêndios, e ainda o Santo António, protetor da cidade de Lisboa.

TIPOLOGIAS DE GUARDA-CORPOS EM ESCADAS 1760-1779					
Décadas de construção	Murete capeado a madeira	Ferro forjado em barra	Ferro forjado em barra e cantaria	Varões de ferro fundido	Em madeira torneada
1762/1769	13	0	0	0	0
1770/1779	18	0	0	0	0
Total	31	0	0	0	0

Quadro 9 –Tipologias de guarda-corpos em escadas nas décadas de 1760 e 1770, na freguesia de São Nicolau.

A imagem que os estrangeiros do início do século dezoito transmitiram das escadas dos prédios de Lisboa é a seguinte: “É comum um engenho para as pessoas, no alto das escadas, abrirem a porta àqueles que batem, sem terem que as descer, que é puxarem uma corda; então, a pessoa que bate sobe um ou mais, usualmente dois lanços

de escada antes de encontrar quem quer que seja(...); e quando alguém bate, olham para fora da janela e perguntam quem é?<sup>204</sup>

O referido engenho parece ser constituído por uma corda ou por uma cadeia de ferro que sendo puxadas com força permitiam a quem estivesse no cimo da escada, levantar a aldraba da porta da rua.

Mais tarde, sistema idêntico existiu também para quem, do exterior, acionasse uma sineta existente no átrio (fig. 84), dando assim a conhecer a sua presença, mas era a argola de ferro a percutir no batente o sistema generalizado nas portas pombalinas.



Fig. 84 - Sineta existente num átrio, posteriormente protegida por uma caixa gradeada. Rua dos Fanqueiros 182-200.

No que respeita à organização dos fogos habitacionais deste período, a maioria dos prédios em São Nicolau tinha um fogo por piso, com cinco, seis ou sete divisões, e áreas brutas entre os noventa e os cento e quarenta metros quadrados.

O que dominava eram os fogos com mais de sete divisões, mas, como se constata no quadro 10, a repartição das tipologias era bastante equilibrada permitindo o alojamento de famílias com composição muito variada.

Com janelas para a rua havia duas ou três divisões designadas por sala, eram os espaços de sociabilidade onde eram recebidos os visitantes (fig. 80). Com janelas para o alfurja ficavam a cozinha e a casa de jantar.

---

<sup>204</sup> Cox, Thomas, *Relação do reino de Portugal*. Lisboa, Edição Coleções Biblioteca Nacional, p. 48.

TIPOLOGIAS DE FOGOS DE 1760 A 1779								
Décadas	Edifícios		Fogos					
	1 Fogo/ Piso	2 Fogos/ Piso	Até 5 divisões	6 Divisões	7 Divisões	Mais de 7 divisões	Sala quadrada	Corredor
1762-1769	1	5	6	4	4	4	2	0
1770-1779	3	0	5	6	5	11	5	2
Total	4	5	11	10	9	15	7	2

Quadro 10 – Tipologias de fogos habitacionais nas décadas de 1760 e 1770, na freguesia de São Nicolau.

As divisões interiores eram as câmaras ou quartos de dormir. Como não havia corredores, a entrada fazia-se ou para um compartimento interior ou diretamente para a sala, e quando se circulava entre as divisões com janelas para rua e as que davam para as traseiras, tinha forçosamente que se atravessar as câmaras. Por isso, os quartos de dormir eram também zonas de passagem onde a privacidade não estava acautelada.

Dormia-se em leitos, catres, bancos ou barras e, na falta deles, em colchões de palha ou de lã, colocados sobre um enxergão assente no soalho ou num estrado constituído por barras de pinho apoiadas em bancos<sup>205</sup>, que se armava à noite e arrumava de dia. Eram habituais as camas constituídas por uma armação de madeira onde era esticada uma lona, e que se podia dobrar e arrumar. Noutros casos o colchão era colocado sobre grandes caixas ou arcas de madeira dentro das quais ficavam arrumados durante o dia.

Considerando a distribuição, nos prédios da Baixa, das classes sociais por camadas, sendo o primeiro andar ocupado pelas famílias com melhor posição social e as águas furtadas pelos mais desfavorecidos, desde comerciantes, mercadores, profissões liberais e funcionários, até aos mestres e aos oficiais artesãos, vivendo lá também os aprendizes e os criados de todos eles, seria nos primeiros andares que existiriam mais “leitos de pés com os seus balaústres”<sup>206</sup> e nos andares altos os colchões colocados diretamente no soalho.

<sup>205</sup> Madureira, Nuno Luís (1992), *Lisboa 1740-1830, Cidade: Espaço e quotidiano*, Lisboa, Edições Livros Horizonte, p. 210.

<sup>206</sup> Gomes, Andreia Maria Durães (2017), *Casas de cidade: Processo de privatização e consumos nas camadas intermédias urbanas (Lisboa na segunda metade do século VIII e início do século XIX)*. Tese de Doutoramento em História, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, p.268.

Mas o que, nos dias de hoje, é difícil de entender é que, em cada fogo, houvesse um tão pequeno número de câmaras relativamente ao número de salas. Numa habitação de sete divisões, só duas são câmaras, numa habitação de dezanove divisões há seis câmaras e mais duas junto à cozinha para criados, enquanto as sete salas, cada uma seis ou sete vezes maior do que uma câmara, se sucedem em enfiamento.

A ideia de muitas pessoas dormirem no mesmo quarto é, contudo, difícil de concretizar tendo em conta a obrigatoriedade de deixar um espaço de passagem, e a exiguidade das câmaras onde caberia uma cama de casal ou duas camas individuais, mesmo tendo em conta que um leito podia ser partilhado por duas ou três pessoas.

Até nos fogos de grandes dimensões as câmaras mantêm as pequenas áreas, de planta quadrada com pouco mais de dois metros de lado. Será assim plausível que se armassem colchões noutros compartimentos, designadamente em salas e cozinhas, destinados a criados e até a alguns membros do agregado familiar.

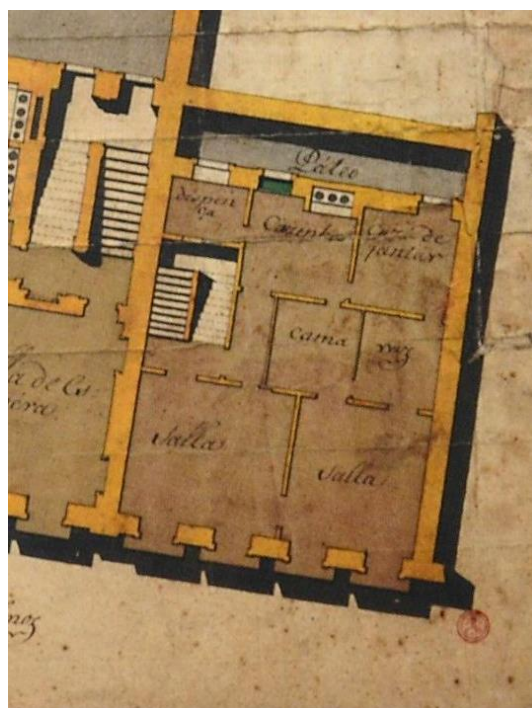


Fig. 85 – Planta do prédio situado na Rua do Carmo 1-7. Parte da “Planta do primeiro pavimento que faz frente à Rua Nova do Carmo e Rua das Portas de Santa Catarina e Rua do Sacramento...”. Desenho a tinta-da-china, séc. XVIII. Biblioteca Nacional.<sup>207</sup>

---

Ao analisar os móveis inventariados nas heranças, a autora constata a existência de um número muito maior de colchões do que de móveis para repouso, leitos, catres ou barras.

<sup>207</sup> Câmara, Maria Alexandra Trindade Gago da (2007), *Azulejaria do século XVIII – Espaço lúdico e decoração na arquitetura civil de Lisboa*, Porto, Civilização Editora, P.20.



A cozinha era, logo depois da sala, o compartimento mais amplo. Tinha uma grande chaminé onde se cozinhava e, por vezes, ao lado, uma pedra de poial com um ligeiro rebaixo na face superior onde assentavam as bilhas e as talhas de água.

Nas cozinhas construídas nas décadas de 1760/70 as chaminés estão adossadas à parede da fachada posterior, em 60% dos casos. Nos restantes estão encostadas às paredes das empenas, concentradas nos fogos de esquina onde a parede para o saguão é exígua e aproveitada para abertura de um vão de janela, por vezes o único da cozinha. São constituídas por paredes laterais em alvenaria de tijolo fino ou pedra miúda rematadas à face por pedras de ombreira, um arco ou uma abóbada também de tijolo onde assenta a pedra da lareira e a laje da caldeira, por baixo da qual se guardava a lenha e o carvão, e por uma verga em cantaria encimada por um arco de ressalva que suporta o pano da chaminé.

As condutas de fumos que ficam adossadas ou mesmo encastradas na parede da fachada posterior, são também em lambaz. Na maioria, as chaminés têm ainda a pedra da verga em arco abatido, embora haja também algumas de verga reta em que as extremidades descem abaixo da face inferior para repousarem nos topos das ombreiras, com o ângulo inferior em quarto de círculo.



Fig. 86 – À esquerda<sup>208</sup> e ao centro chaminés de verga curva, e à direita, chaminé de verga reta com curvatura nos ângulos.

Nos primeiros andares as chaminés são grandes, podendo ter de largura 1,40m ou mesmo mais, e são revestidas a azulejo, mas nas águas furtadas são muito estreitas e, por vezes, simplesmente caiadas. Além disso, mesmo quando os modelos se modernizam e as vergas se tornam retas, permanecem nos últimos pisos as tipologias anteriores, de verga

---

<sup>208</sup> Fotografia cedida para esta tese, pela arquiteta Maria Cristina Alves Pereira.



curva (fig. 86). As chaminés constituíam, para além de objetos funcionais de extração de fumos, também elementos de ostentação de riqueza e de diferenciação social, prolongando-se os modelos obsoletos nas casas mais modestas.

As salas são sempre as divisões com maiores áreas e têm frequentemente planta quadrada. Quando os prédios são de gaveto, a sala é judiciosamente localizada no ângulo, por forma a ter janelas em ambas as fachadas, criando assim um espaço amplo e bem iluminado. Dos vinte e quatro edifícios em estudo, em sete há uma sala de planta quadrada.

O corredor, nesta época e nestes edifícios, é raro, em vinte e quatro fogos só dois apresentavam um pequeno corredor para onde abria a porta de entrada e que resultou da subdivisão de um compartimento interior pela colocação de um tabique. Ainda assim, não se sabe ao certo se a divisão não terá sido assente em período posterior.

A localização da casa de jantar começa a ser definida quando, em planta, é atribuída a uma divisão essa designação mas, na prática, as mesas de comer continuavam a ser armadas onde melhor convinha e as refeições do dia a dia eram tomadas na banca da cozinha, única divisão aquecida pela existência de uma chaminé. Ainda assim, o uso de bancas de duas abas que se armavam para a refeição e se dobravam e arrumavam depois, permitia a prática de refeições formais numa sala<sup>209</sup>.

Na figura 85, que representa a planta de um pequeno fogo habitacional de sete divisões situado no primeiro andar da Rua do Carmo 23-25, a divisão destinada a casa de jantar tem janela para o saguão, é contígua à cozinha e com ela comunica diretamente como uma extensão do espaço e das funções. Essa localização da casa de jantar irá fixar-se e, com algumas alterações, será mantida durante os dois séculos seguintes.

A especialização de divisões está definida, porém há ainda funções que não estão atribuídas a um espaço concreto. A higiene pessoal é uma delas, só em casas de grandes áreas e diversas divisões, com câmaras e ante-câmares, se define uma como espaço para o toucador. Os banhos de banheira ou mesmo de tina não eram prática comum. Já na década seguinte, Beckford relata no seu diário “decidi-me esta manhã a mergulhar-me da cabeça aos pés em água fria, e o certo é que me sinto reanimado. É muito estranho que eu por tanto tempo me tenha esquecido de adoptar este método tão simples de retemperar os nervos e de fortalecer o espírito” e, no dia seguinte “sentindo-me estúpido e sem ânimo,

---

<sup>209</sup> Madureira, Nuno Luís (1992). *Lisboa 1740-1830. Cidade: Espaço e quotidiano*. Lisboa, Livros Horizonte, pp. 201-206.

recorri ao banho frio”<sup>210</sup>. O banho era, mesmo para um inglês culto e rico, entendido como um tratamento esporádico para as doenças do corpo e do espírito, não como uma prática regular e frequente.

Nos inventários pós-mortem de muitos nobres e notáveis também não figuram banheiras ou tinhas de banho, de onde se presume que as classes que lhes eram inferiores muito menos as possuissem.

Nas lojas, desenvolviam-se várias atividades como a manufatura, a exposição e a venda dos produtos, mas também aí se preparavam refeições e, à noite, se armava o espaço de dormir dos aprendizes. Grande parte das lojas tinham, e algumas ainda têm na parte do fundo, uma chaminé, na prumada das dos pisos superiores, que o comprovam.

Sistemas de canalização das águas ainda não há, e a evacuação de águas sujas seria feita pela janela diretamente para o saguão seguindo daí, encanada para o coletor, o que, como previra Manuel da Maia, provocava forte insalubridade.

Em alguns prédios restam, nos átrios, poços com muretes de cantaria todos com estereotomia muito semelhante que serviriam para abastecer os moradores. Na maior parte, esses poços foram atulhados quando se tornaram obsoletos. Dos poucos que existem há pelo menos um caso em que o poço está dividido por uma parede meeira, permitindo aos dois prédios a recolha da água.

#### **4.2.13. Materiais de acabamento e elementos decorativos em interiores.**

“As suas salas são amplas e em geral pavimentadas a tijolo e são, normalmente, apaineladas a azulejo até à altura de uma cadeira...”<sup>211</sup>. Nesta descrição, feita por Thomas Cox em 1701, ele referia-se às casas das elites da aristocracia e do negócio, mas não retratava as casas das classes média e baixa que viviam em prédios de vários andares com pavimentos de tábuas de solho ou mesmo de terra batida quando se tratava de piso térreo, e paredes rebocadas e caiadas.

Na segunda metade do século dezoito, na Baixa, as paredes dos fogos de habitação da classe média estavam também elas revestidas com um lambrim de azulejos e, nos últimos andares, designadamente nas águas-furtadas, tinham pelo menos um rodapé e uma barra de azulejos.

---

<sup>210</sup> Beckford, William (1834, 2009), *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, Lisboa, Edições BNP, p. 89.

<sup>211</sup> Cox, Thomas (2007), *Relação do Reino de Portugal*. Lisboa, Coleções da Biblioteca Nacional, P. 53.

Acima do lambrim as paredes seriam, em geral, simplesmente caiadas. A caição era a forma mais comum de limpeza das paredes exteriores e, sobretudo, das interiores. Na primeira metade do século dezoito e nas décadas seguintes, “as negras escravas, em Portugal, trabalhavam como instrumentos de uma exploração lucrativa, assim como no Brasil. (...) Seus donos colocavam-nas para trabalhar pela cidade, recebendo como lucros de quinze a dezoito soldos por dia. Tudo o que recebiam a mais desta quantia ficava para elas se vestirem ou comerem. Tinham o trabalho exclusivo de caição e lavagem das casas”<sup>212</sup>.

Os tetos eram em tábuas de madeira de casquinha (*pinus sylvestris*) ou de pitch pine (*pinus oocarpa*) pregadas em saia-e-camisa<sup>213</sup>. Na escada e nos andares mais baixos eram moldurados e fasquiados, nas águas furtadas a moldura era suprimida e um simples roda-teto também em madeira, escondia os acertos das tábuas junto às paredes. Sobre a madeira era possivelmente aplicada tinta com uma base de óleo pigmentado, no entanto os tetos ainda existentes estão todos cobertos com tintas aplicadas muito posteriormente e as zonas a descoberto deixam ver madeiras claras. Mas esta tipologia de tetos era a que já anteriormente se usava, não havendo, nesse ponto, novidade.

Os soalhos eram em madeira de carvalho, casquinha, pitch-pine, ou pinho, de tábuas irregulares com cerca de vinte e dois centímetros de largura e três centímetros de espessura, do tipo soalho à portuguesa ou de meio-fio.

As portas, eram de três tábuas unidas pelo sistema de macho e fêmea, engradadas por duas travessas nos topos.

O que realmente constituiu uma inovação foi a introdução dos revestimentos de azulejo em casas destinadas às camadas intermédias da população. Os viajantes estrangeiros fazem nota desse facto como sendo uma medida mais de higiene do que de luxo. Por isso, nalguns prédios, foram ainda azulejos da primeira metade do século dezoito que se aplicaram nos prédios reconstruídos na Baixa (fig.87), restos de painéis recuperados dos escombros ou silhares de azulejos de figura avulsa com cercaduras de acantos, ainda existentes nas oficinas ou feitos na continuação dos gostos e das práticas anteriores.

---

<sup>212</sup> Chaves, Camilo Castelo Branco (1989). *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa, Biblioteca Nacional, p. 61.

<sup>213</sup> Silva, Victor Coias e (2005), “Sistemas construtivos usados na reconstrução. A Gaiola Pombalina. Estudos recentes.” *O grande Terramoto*, Volume I – Descrições. Lisboa, Ed. Fundação Luso-Americana, p. 354.

Para a generalização da aplicação deste material contribuiu a existência em Lisboa, de várias oficinas de azulejaria que se situavam por toda a cidade, designadamente e entre muitos outros locais, na freguesia de Santa Catarina, no bairro do Mocambo a Santos-o-Velho, na freguesia de São Julião, na freguesia do Socorro, na Calçada do Monte e nas imediações da Rua e Largo das Olarias à Mouraria, onde Santos Simões situa a oficina do fabricante de azulejos Bartolomeu Antunes.



Fig. 87 – Reaproveitamento de azulejos. À esquerda, azulejos de figura avulsa e cercadura, na travessa Nova de São Domingos 17-29. À direita, fragmento de silhar da primeira metade do século dezoito, na rua de Santa Justa 43-45.

Refere ele que “Bartolomeu Antunes foi certamente dos mais operosos fabricantes de azulejos e, na sua oficina no bairro das Olarias de Lisboa, se devem ter feito muitos revestimentos entre 1730 e 1750 (...) a actividade desta oficina determinou um verdadeiro ciclo oficial, caracterizado pela ornamentação das cercaduras, onde é notória a evolução dos motivos postos em voga pelos Oliveira Bernardes”<sup>214</sup>. Diz ainda que a ele “se deve o abaixamento da qualidade artística que caracteriza os trabalhos dos seus antecessores (...)”. Esse abaixamento de qualidade será já uma resposta, ainda antes do terramoto, à necessidade de maior e mais barata produção para acesso a um maior número de consumidores.

---

<sup>214</sup> Simões, J. M. dos Santos (1979). *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Edições Fundação Calouste Gulbenkian, p.27.

A criação da Real Fábrica do Rato, em 1767, teve como objetivo reforçar esse tipo de produção. “Só a partir de 1774, quando a fábrica contratou Francisco de Paula e Oliveira como pintor de azulejos permanente, estes ganharam alguma individualidade, devido principalmente ao tipo de pintura deste artista.”<sup>215</sup>

Nos edifícios construídos na freguesia de São Nicolau nas décadas de 1760 e 1770, há alguns revestimentos azulejares figurativos que ainda se mantinham em 2004, como o do prédio que terá pertencido à fidalga da Trofa, e que foi edificado em 1767<sup>216</sup>. Representa uma cena de jardim com dama e fidalgo, envolvida por concheados e ladeada por duas aves do paraíso, tudo pintado a azul claro sobre fundo branco (fig. 88, ao lado esquerdo), e insere-se numa outra moldura de concheados simulando os côncavos a azul-cobalto.<sup>217</sup>



Fig. 88 – Azulejos pombalinos, de temática rococó, à esquerda na Rua Augusta 264-270 e à direita na rua Nova do Almada 20-28.

Outros silhares de azulejos com técnica semelhante encontram-se num edifício da Rua Nova do Almada, também com figuras de aves, ramos e folhas a azul claro envolvido por concheados mais escuros (fig. 88, ao lado direito).

No edifício habitacional adjacente à Igreja de Nossa Senhora de Oliveira há, em lambris, painéis de azulejo de albarradas, pintados também em azul sobre branco (fig. 89).

<sup>215</sup> Meco, José (1998). *O azulejo em Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, p.71.

<sup>216</sup> Ver Volume Anexo pp. 127-128, rua Augusta 264-270.

<sup>217</sup> Santos Simões refere a existência deste silhar de azulejos bem como de um outro que esteve num dos edifícios que existiram no quarteirão com o n.º de SIG 48.002.16.001, onde se situa hoje o Museu da moda e do design. Esses azulejos representam cenas de caçadas e são envolvidos por uma cercadura concheada. Simões, J. M. dos Santos (1979). *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Edições Fundação Calouste Gulbenkian, p. 185.



Fig. 89 – Painéis de albarradas na rua de São Julião 136.

Mas os azulejos mais frequentes são os de padronagem, sobretudo os de flor e estrela pintados a azul e roxo e os de cercadura representando flores-de-lis em duas tonalidades de azul (fig. 90).

Os padrões de flor e estrela tiveram muitas variantes tanto na composição do desenho como nas cores utilizadas, apresentando melhor ou pior qualidade gráfica e técnica, que certamente influenciaria o seu preço.



Fig. 90 - Azulejos de padrão flor-de-lis sobre rodapé de azulejos de pedra-torta, no lambril de uma escada, na rua da Vitória 42-48.

Os que hoje mais se encontram são aqueles em que as flores são unidas por duas linhas ondulantes (fig. 91), quase sempre de tonalidades azuis e roxas. Mas há um outro padrão também muito difundido em que as flores, pintadas a amarelo, são unidas por laços. Os painéis deste último tipo encontram-se em prédios construídos nos anos setenta



(fig. 92), e deles há um grande número de variantes tanto na dimensão das flores como nas linhas que formam os laços que por vezes se transformam em pequenas molduras em torno das flores. As cores e o vidrado variam também, deixando perceber que a produção não estava centralizada numa única fábrica.



Fig. 91 – Azulejos de padrão de flor e estrela, no prédio da praça Dom Pedro IV, 1-3.

Os azulejos de rodapé, pintados a roxo manganés do tipo pedra-torta (fig. 94) , eram utilizados para fazerem a ligação às pedras dos degraus das escadas e ao lajedo dos átrios com que às vezes se confundiam, bem como às madeiras dos soalhos, mas os azulejos marmoreados podiam também ser usados em lambris para representar paredes de mármore sugerindo elementos relevados como bolas e flores geometrizadas, sendo, nesses casos, quase sempre pintados em tons de azul (fig. 93) ou de amarelo.



Fig. 92 – Azulejos de flor e estrela, ligadas por laços e enquadradas por uma moldura de concheados. Rua dos Douradores 64-82.



Fig. 93 – Lambrim de azulejos de cercadura, marmoreados a azul claro e com faixa de bolas sombreadas a azul-cobalto. Rua Áurea 206-214; Rua da Assunção 90-96.

Um outro tipo de azulejo de cercadura é o de flores de acanto concheadas e ligadas por uma flor-de-lis, pintada a azul sobre o fundo branco, em que o espaço entre elas é quadriculado a representar uma grade (figs. 94 e 95).

Estes padrões produzidos durante o período pombalino, caracterizam-se pela liberdade do traço gestual e automático, por ter sido repetido até à exaustão. A sua beleza está justamente na pincelada certa, sem hesitações, que desenha elementos sempre desiguais no pormenor, mas que no conjunto se percebem como idênticos. Serão reproduzidos com pequenas alterações durante as décadas seguintes.



Fig. 94 – Rodapés marmoreados com faixas azul e manganés e cercadura de folhas de acanto concheadas. Rua Nova do Almada 47-57.





Fig. 95 – Variantes do padrão flor e estrela com cercadura de acantos.



Fig. 96 - Figura de convite. Rua Nova do Almada 47-57.

Nas escadas há ainda pelo menos um caso de “figura de convite” ou de “porteiro” (fig. 96), em azulejos pintados a azul e amarelo sobre um fundo padronado, recortados na parte que emerge do lambрил. Em amarelo figuram as peças do vestuário que se pretenderiam douradas, como os galões, as franjas de passamanaria e as fivelas. Está aplicado num patim intermédio.

No átrio do mesmo prédio, construído na década de setenta do século dezoito, entre os arcos de cantaria e o teto, está aposto um registo de azulejos representando os santos protetores (fig. 97, ao lado esquerdo). Feito à medida exata daquele espaço, o silhar consiste numa área central onde figuram a azul sobre branco as imagens de Santo António e de São Marçal sobre um fundo de paisagem campestre, envolvidas por uma moldura rococó de ondulantes concheados em roxo-manganés com um rebordo em

amarelo de crómio. Ao centro, sobre a chave do arco, folhas concheadas ostentam um letreiro onde está escrito “ANNO DE – 1770”. Foi provavelmente produzido na Fábrica do Rato.



Fig. 97 – Registos de santos protetores, na rua Nova do Almada 47-57 e na rua da Prata 210-220.

Num outro registo de azulejos ainda existentes na rua da Prata (fig. 97, à direita), assente também sobre o arco de cantaria que separa o átrio da caixa de escada, estão representadas duas figuras de santos protetores, a azul sobre fundo branco, inseridas em medalhões de forma irregular, e dispostos em posição simétrica relativamente ao eixo do arco. A terceira figura ocupa o espaço lateral e insere-se numa moldura retangular com a parte superior arqueada, todas as molduras são concheadas a roxo, e entre elas há um fundo marmoreado em amarelo. Ao centro, um cesto de flores e folhas com traços de verde. É possível que houvesse uma quarta figura, seccionada posteriormente pela parede do átrio.

Enquanto, no período que antecedeu o Plano, os registos de santos eram colocados nas paredes das fachadas, para serem vistos da rua, nos prédios da Baixa todos estão no interior, evitando assim a exibição de quaisquer elementos que pudessem personalizar os prédios.

### 4.3. Síntese.

O terramoto que provocou a destruição de uma vasta área da cidade, justamente a mais populosa e onde estavam concentradas as principais atividades, deixou um sentimento de terror. Durante os primeiros tempos, os habitantes da Lisboa arruinada

procuraram refúgio construindo barracas que, de provisórias, passaram a definitivas, por falta de meios para as substituir. Quanto aos prédios de pedra e cal, houve os que foram de iniciativa privada, em terrenos urbanizados nas cercas dos conventos ou das quintas, e os que foram construídos em urbanizações de iniciativa estatal.

No primeiro caso, a construção foi mais rápida, mas menos inovadora, mantendo-se as tipologias arquitetônicas ainda próximas das que se tinha edificado nas décadas de quarenta e de cinquenta. Na Baixa, onde o Estado promoveu um Plano de urbanização, a construção foi lenta, mas as características arquitetônicas e estruturais foram inovadoras e influenciaram o que desde então se edificou na cidade. O conceito urbano da malha ortogonal atravessada por três ruas principais, mais largas, que uniam as duas grandes praças do Terreiro do Paço e do Rossio, bem como o do agrupamento dos edifícios em quarteirões sem que, exteriormente, estivesse assinalada a divisão da propriedade, foi inspirado no que fora traçado em Londres, em Hanover Square ou em Berkeley Square.

Dos duzentos edifícios da freguesia de São Nicolau, 40% levaram mais de dez anos a construir, e desses, 18% levaram mais do que vinte anos. Alguns prédios só foram concluídos na segunda metade do século dezanove, e dois chegaram ao século vinte e um só com dois pisos.

A gaiola pombalina pelas características das treliças de contraventamento, em madeira, solidárias entre si, com os vigamentos dos pisos e com a alvenaria das paredes exteriores, através de peças de ferro de grande resistência, é ainda hoje, eficaz.

A hierarquia das ruas é subtilmente marcada pelo desenho das fachadas, sobretudo dos vãos e das suas molduras de cantaria e pela existência de sacadas no primeiro andar dos prédios, só nas ruas principais. A volumetria, o número de pisos, a organização dos elementos da fachada por andar, o uso de trapeiras para dar ritmo às fachadas, e o chamado duplo telhado pombalino, lembram o que foi construído em Paris, na Place des Victoires, por exemplo, setenta e cinco anos antes. Mas se na geometria do desenho se encontram afinidades, as construções resultantes foram muito diferentes.

No interior, foi a alteração tipológica da caixa de escada que passou a ter dois lanços por piso e patamar intermédio, que veio melhorar a organização do espaço. A caixa de escada foi recuada até que o patim intermédio encostasse à parede posterior e, nessa posição, permitiu que as salas da frente fossem mais amplas, e que na entrada do prédio fosse criado um átrio, divisão que existia nas casas nobres, mas não nas da classe média.

No centro das habitações e sem janelas para o exterior ficavam as câmaras onde se dormia, e que eram permanentemente devassadas nas frequentes passagens entre as

salas e a cozinha. Esta localização das câmaras deveu-se, possivelmente, ao facto das janelas não terem caixilhos e vidraças, sendo, por isso, mais confortáveis as divisões interiores.

As paredes das escadas e dos fogos habitacionais, eram revestidas com lambris de azulejos padronados, que não eram feitos de encomenda, à medida do espaço a que se destinavam, mas sim feitos em série e vendidos à peça. Reconhecem-se pela pintura gestual, de pincelada rápida de onde decorre um efeito de movimento e de profundidade.

Tinham como propósito melhorar as condições de higiene, mas também ao embelezamento dos fogos habitacionais destinados a gente comum, lojistas e artífices.

Na Baixa, foram construídos coletores de esgotos nas ruas principais, e ramais ligados aos sumidouros existentes nos saguões ou alfurjas, para recolha das águas das chuvas e a das “imundícias” que habitualmente se deitavam para a rua, mas que deviam agora deitar-se para o saguão o qual seria despejado e limpo uma vez por ano.

Também neste caso os poderes públicos pretendiam com essas medidas, preservar a limpeza da via pública, relegando para segundo plano a higiene e bem-estar no interior.

As peças de diversos materiais usados na construção, eram trabalhadas em Lisboa, em vários locais e até mesmo na própria Baixa, tornando-se a reconstrução um importante motor da economia da cidade. O Plano foi cumprido até finais dos anos de 1780.

## CAPÍTULO V– OS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO CONSTRUÍDOS DE 1780 A 1830.

### 5.1. Ritmos de construção na Baixa.

Como se constatou, o ritmo das obras de edificação abrandou durante os anos de 1780, mas acelerou muito durante os anos noventa. A situação económica do país era favorável, “Entre 1789 e 1806, o comércio geral português quadruplicou. A euforia comercial e o entusiasmo levantado pelo tráfego brasileiro e pelas vendas de produtos agrícolas nacionais generalizaram-se à indústria e levaram à aplicação de capitais a instalações fabris e mineiras de incontestável importância. (...) Lisboa, Porto, Coimbra e Tomar, viram desenvolver-se instalações industriais que produziram artigos em concorrência com importações vindas de Inglaterra, Holanda, França e Índia. A produção das manufaturas continuava a aumentar, em alguns casos favorecida pela situação de guerra em que a Europa vivia, primeiro em virtude da Revolução Francesa, e depois com a subida de Napoleão ao poder.”<sup>218</sup>

Com as invasões francesas, o número de prédios construídos na freguesia de São Nicolau voltou a baixar, fruto da incerteza que a ocupação estrangeira gerou, e muitos negociantes estrangeiros, sobretudo os ingleses, abandonaram o país. Também a corte se deslocou para o Brasil levando consigo meios de investimento.

Em 1808, durante uma estadia em Lisboa, Lady Holland escreve no seu diário que “(...) as casas apresentam sinais evidentes de ruína por terem sido encerradas, negligenciadas e desabitadas. (...) Grande alarme entre os comerciantes, muitos dos quais estão já a despachar os seus bens a bordo dos navios.”<sup>219</sup>

Considerando que muitas das matérias-primas, designadamente o ferro e o carvão, e bem assim a tecnologia, eram importadas sobretudo da Suécia e da Inglaterra, e que, por outro lado, as exportações foram impedidas com o bloqueio dos portos, é compreensível uma certa estagnação do empreendedorismo a qual se refletiu na construção civil e em particular no imobiliário.

---

<sup>218</sup> Macedo, Jorge Borges de (1963, 1982). *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Edições Quercus, 2.ª Edição, Viseu, P. 235.

<sup>219</sup> Holland, Lord e Lady e Dr. John Allen (1809, 2011). *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809*. Edições Caleidoscópio, P. 95.

Mas a presença dos franceses trouxe novos valores estéticos e outros modelos culturais que irão, ainda que acessoriamente, influenciar a arquitetura de Lisboa e o modo de a habitar. Porém, na última década do século dezoito, a influência da arquitetura francesa já era notória entre os arquitetos e os engenheiros militares portugueses, como se constata no debate entre Costa e Silva, e Carvalho Negreiros. Este último, elaborou uma teoria urbanística revelada numa “Cidade Ideal” em que os habitantes eram divididos por zonas de acordo com a camada social a que pertenciam, propondo arruamentos mais largos e prédios mais altos nas que se destinavam aos mais ricos, e um tecido urbano mais apertado e com edifícios mais baixos para os menos abonados. Chega mesmo a desenhar projetos de fogos tipo, habitacionais, com áreas e divisões específicas consoante a composição e a camada social do agregado que os iria habitar<sup>220</sup>.

Durante os anos oitenta manteve-se o processo construtivo, mas, a partir dos anos noventa, verifica-se algumas alterações tipológicas, essencialmente, no que respeita à disposição de varandas nas fachadas, à morfologia das coberturas, à caixa de escada, e ao posicionamento das chaminés. Na organização do espaço interior e nos elementos decorativos há também algumas alterações.

## **5.2. Alterações nos elementos das fachadas.**

Quando, na Dissertação, Manuel da Maia admitiu exceções na aplicação do plano de reconstrução, designadamente no que respeita à adoção de um traçado repetitivo nas pedras das molduras dos vãos, referia-se ao Chiado e outras zonas da cidade que não a Baixa, e quando prescreve que “para as casas nobres se formarão prospectos de diversos portados com mais n.º de janelas mas não de maiores alturas, por não alterar a principal regularid.ª”<sup>221</sup>, estava a definir os elementos arquitetónicos que conferiam nobreza aos edifícios, sendo eles a maior altura, o desenho das cantarias dos portais e o número de módulos verticais de vãos, ou seja, a largura do prédio. Assim, neste período pós-pombalino em que houve maior permissividade para os proprietários poderem valorizar os seus imóveis, houve quem introduzisse nas molduras das portas, pedras com desenho diverso do estabelecido, recorrendo aos modelos propostos para as casas do próprio

---

<sup>220</sup> Gomes, Paulo Varela (1990, 2004), “Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina”, em *Revista Monumentos* n.º 21, pp.132-137.

<sup>221</sup> Ayres, Cristovão (1910), *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no Terremoto de 1755*, Lisboa, Imprensa Nacional, p.21.

Marquês de Pombal na Rua Nova de São Paulo, para as de Pedro Rodriguez na Praça de Santo António, para as do Correio Geral do Reino, na calçada do Correio Velho, para as frontarias do Rossio e também do Chiado como, por exemplo, para a Rua das Chagas.



Fig. 98 - À esquerda, portal da década de 1790, e à direita portal da década de 1810, em prédios localizados na rua dos Sapateiros 175-183, e na rua da Vitória 67-71, respetivamente.

Nos lintéis tripartidos são recortados os ângulos superiores, nos lintéis curvos a cantaria dos portais sobe até à base da varanda do primeiro andar, pequenas subtilezas de desenho, mas que fazem toda a diferença (fig. 98).

Durante a década de noventa, ainda na freguesia de São Nicolau, as regras do Plano começam a ser parcialmente desrespeitadas, nomeadamente no que diz respeito à disposição dos elementos arquitetónicos das fachadas. Como se pode constatar nos prospetos ou alçados dos edifícios, as varandas estavam previstas apenas nos primeiros andares das ruas principais, sendo por esse motivo um elemento de aparato, de distinção das famílias que habitavam esses fogos e, por conseguinte, da sua valorização. O mesmo se passava tanto com os lintéis das portas, todos de pedra tripartida nas ruas principais, mas alternando com os lintéis curvos nas ruas de terceira ordem, como com os frisos de pedra que marcavam a divisão entre o primeiro e o segundo andares e que só estavam previstos nas ruas de maior importância.

Ora o que se verifica é que a partir do início dos anos noventa do século dezoito, as varandas são também assentes no segundo andar, e mesmo por vezes no terceiro, não só nas fachadas que dão para as ruas principais, mas em qualquer rua. Dos trinta e oito edifícios construídos nesse período, em dez há varandas individuais nos andares acima do primeiro o que representa o desrespeito do Plano em 26% das edificações e esta percentagem vai aumentar para 52% na década seguinte, e para 60% a partir de 1800 (quadro 11).





Fig. 99 – Varandas nas duas fachadas, não só no primeiro andar, mas também no segundo, em prédio da década de 1790, localizado na rua da Prata 150-160, a tornejear para a rua da Vitória.

TIPOLOGIAS DE VARANDAS de 1780 a 1819							
D écadas de construção	Dimensão		Localização		Guarda-corpo		
	Individuais	Corridas	Individuais só no 1.º andar	Individuais noutros andares	Ferro forjado em barra	Ferro forjado em balaústres	Ferro fundido
1780/1789	9	0	6	0	1	6	0
1790/1799	38	0	28	10	29	3	0
1800/1809	23	1	11	12	22	0	1
1810/1819	10	1	4	6	12	1	0

Quadro 11 – Tipologias das varandas dos prédios da freguesia de São Nicolau, na Baixa, edificados de 1780 a 1819.

Embora não seja fácil de comprovar que, logo na última década do século dezoito, tenham surgido as primeiras varandas corridas acima do terceiro andar, uma vez que muitas foram construídas em tempo posterior, parece confirmar-se o que Jacome Ratton refere em 1810, que “(...) este risco veio depois a alterar-se no successivo reinado, não só praticando-se 4.ºs. e 5.ºs. andares sem sacadas, ou com sacadas em todos eles, mas



deixando-se cair por biqueiras as águas á rua’’<sup>222</sup>. Escreveu ainda que a enxilharia com que eram feitas as paredes das fachadas destes andares suplementares, era lavrada e pintada a imitar telha, afirmação que fica por provar já que não chegou aos nossos dias qualquer caso que ilustre a descrição.



Fig. 100 – Grade. Praça do Município 20-24. Fig. 101 – Grade. Rua Nova do Almada 20-28



Fig. 102 – Grade de ferro forjado em barra, com pequenos elementos de ferro fundido incorporados. Rua da Madalena 163.

Os guarda-corpos das varandas que, na Baixa, durante o período pombalino eram compostos por balaústres de ferro forjado passaram, a partir de noventa, a ser em ferro forjado em barra reproduzindo nos primeiros anos os desenhos de gosto rococó

---

<sup>222</sup> Rattton Jacome, (1813?,1992). *Recordações de Jacome Rattton sobre as ocorrências do seu tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Lisboa, Fenda Edições, Lda., p.6

representados nos prospetos para a Rua Nova do Arsenal na década de sessenta e para a Rua de São Francisco na década de setenta<sup>223</sup>, bem como para algumas frentes de ruas no Chiado, estes ainda de 1758. A razão da mudança pode estar inicialmente no facto destas ruas serem mais prestigiadas pelos subtis enriquecimentos na composição das frontarias, depois pela liberdade de escolha entre diferentes padrões e, finalmente, pelo menor custo do ferro forjado em barra.

Dos trinta e oito prédios com varandas, edificadas na década de noventa, só em três foram aplicados guarda corpos de balaústres de ferro, e nos da década seguinte nenhum foi aplicado, deixando mesmo de se usar os balaústres.

Ao trabalho do ferro forjado em barra foram sendo apostas pequenas peças de ferro fundido, como flores-de-lis, escudetes, festões e flores, que aumentavam o efeito decorativo e permitiam maior variedade (figs. 101 e 102).

Os desenhos delineados nos gradeamentos vão respondendo aos gostos desse período, e tal como o modelo rococó há outros modelos recorrentes ao longo dos anos, adaptando-se às correntes estilísticas. No entanto, alguns desenhos encontram-se com maior frequência em prédios construídos em determinados intervalos de tempo. Assim, os padrões de figuras ovais entre barras verticais (fig. 103) encontram-se em maior número de edifícios construídos na década de 1790, os que representam faixas com gregas (figs. 104 e 105) nos da década de 1800 e os que formam figuras em C e em S em torno de barras torcidas (fig. 106) são freqüentes nos prédios edificadas na década de 1810.

No entanto, são modelos que se repetem ao longo do tempo, alguns vindo dos séculos anteriores, sendo porém diversas as características do ferro, a espessura das barras e os processos de fabricação.

Nos últimos anos da década de 1810, a técnica do ferro forjado em barra permitiu fabricar guarda-corpos de varandas e de escadas com grande efeito decorativo onde eram utilizados ferros de secção reduzida que uma vez dobrados e arqueados criavam desenhos delicados, quase sempre inscritos numa trama de barras verticais.

A produção de grades para guarda-corpos de varandas e escadas seria local, reproduzindo modelos difundidos por todo o país, mas acrescentando ou retirando elementos e organizando-os de diversas formas.

---

<sup>223</sup> Viegas, Inês e Alexandre Arménio Maia Tojal (2005), coordenação, Isabel Almeida e Maria Teresa Ramalho. *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911 - Levantamento Silva Pinto*. Arquivo Municipal de Lisboa, Edição da C. M.L., prospectos 31 e 32, descrições, p. 42.



Fig. 103 – Grade na rua dos Fanqueiros 170-178. Fig. 104 – Grade na rua dos Fanqueiros 156.



Fig. 105 – Grade na rua dos Douradores 120-126. Fig. 106 – Grade na rua dos Sapateiros 125.

Terminado o período pombalino, também a morfologia das coberturas será alterada. A partir da década de 1790 e até 1820, as trapeiras existentes nos telhados começam a ter maiores proporções transformando-se em trapeirões, o que permitiu um melhor aproveitamento interior.



Fig. 107 – Trapeirões acima de um 4.º andar.

Para além das grandes dimensões, os trapeirões eram, na forma, muito semelhantes às trapeiras pombalinas, com a parede da fachada em alvenaria de pedra assente sobre a cimalha do edifício, laterais em estrutura de frontal de madeira com dimensão suficiente para permitir a abertura de pequenos vãos de janela, e coberturas de três águas em telha de canudo formando um beirado sobre cornija.



Fig. 108 - Fotografia aérea de telhados com trapeirões, no cruzamento da rua Augusta com a rua de Santa Justa. Do lado direito vê-se o vigeamento de uma cobertura de três trapeirões, posto a descoberto.<sup>224</sup>

Em muitos prédios então construídos, foi acrescentado um quarto andar com ou sem varanda corrida e, acima, águas furtadas com trapeirões (fig. 107). Nos prédios de esquina, as quatro águas dos telhados são intersetadas pelas águas dos trapeirões formando planos em carrocel, de quatro rincões e quatro laroç, coberturas complexas características deste período (fig. 108). É claro que tais telhados terão existido certamente num maior número de edifícios que, posteriormente, foram ampliados ou modificados, pois não sendo reconhecidos como “pombalinos” e antes considerados como dissonantes foram, até à atualidade, considerados descartáveis.

Há que dizer a este propósito que, se durante a primeira metade do século vinte muitos edifícios da Baixa datados deste período, foram demolidos e substituídos por edifícios de arquitetura eclética e modernista, a partir da segunda metade houve o equívoco por parte das entidades fiscalizadoras de querer impor um modelo neopombalino, permitindo e incentivando a destruição de edifícios setecentistas e oitocentistas só porque não correspondiam à ideia-feita sobre as características do prédio

---

<sup>224</sup> Consultável em: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>



pombalino. Foram mantidas, por vezes, as paredes das fachadas, mas sem respeitar o tipo de material, a ordem e a estereotomia das cantarias dos vãos, foram demolidas as estruturas de madeira interiores, quantas vezes em bom estado, e foram acrescentados pisos em que, no último, a fachada é em alvenaria de tijolo e a cobertura em betão, coberta a telha, e com janelas a imitar trapeiras em todos os módulos verticais de vãos. Estas coberturas desproporcionadas e desprovidas de métrica e de ritmo, vieram substituir as belas e complexas coberturas de trapeirões.

A partir de 1800 um novo elemento começa a aparecer nas coberturas, as claraboias, que prolongam as paredes das caixas de escada acima do nível da cumeeira e são cobertas de vidro. Dos edifícios construídos na década de oitocentos nesta freguesia, e que se mantiveram até 2014, 16% tem claraboia. Na década seguinte a percentagem aumenta para 27%. Destinava-se esse elemento arquitetónico, a iluminar a caixa de escada, mas para que os lanços dos andares inferiores recebessem luz era necessária a existência de uma bomba de escada, espaço aberto entre os lanços, de alto a baixo. Assim, também a caixa de escadas vai sofrer transformações.

Durante a primeira década de oitocentos verificou-se a redução das escadas de tiro até ao seu total desaparecimento.

Como ficou visto, o tipo de escadas adotado nos anos de 1780 é, em 80% dos casos, o dos dois lanços por piso, com patim intermédio e sem bomba. Já nos prédios edificadas na década de noventa, se o acesso ao primeiro andar é ainda, em alguns, por uma escada de tiro, nos pisos acima há, em 30% dos casos, escadas de três lanços com bomba que, em dois edifícios, assentam em prumos de madeira (fig. 109). Este sistema de apoio, na área em estudo, só existe nas construções dos anos noventa, desaparecendo logo na década seguinte.

As escadas com bomba larga proporcionavam que a iluminação zenital através de um lanternim ou de uma claraboia chegasse aos pisos inferiores, e permitiam, a quem estava nos pisos superiores, a visão de quem subia, antecipando a receção. Mas se, nas escadas sem bomba, as traves de cadeia que as suportavam assentavam nos frontais, nas que tinham bomba larga foi necessário, no início, assentá-las em prumos, colocados nos ângulos interiores.

Numa primeira fase o guarda-corpo era um murete constituído por cruzetas de madeira preenchidas a alvenaria de tijolo fino ou de pedra miúda, onde apoiava a trave do corrimão. Para disfarçar a descontinuidade de cada troço de corrimão era pregada uma peça de madeira boleada. Este é o caso de um edifício da Rua Ivens, cujo estrutura de

frontal interior, em muito bom estado de conservação, foi fotografada em 2005 durante a fase de demolição (fig. 109, à esquerda).



Fig. 109 – Caixas de escadas assentes em prumos de madeira. À esquerda, na rua Ivens 27-33. À direita, na rua do Crucifixo 48-56.



Fig. 110 – Escada de bomba estreita. Rua dos Sapateiros 155-163. Década de 1790.

Num outro edifício da mesma década de 1790, situado na Rua do Crucifixo, e também com escada de bomba larga assente em prumos, a guarda atual é já em ferro (fig. 109, à direita).

Nos prédios de fachada estreita e nos mais modestos, começam também a ser construídas escadas de bomba estreita, de planta retangular e guarda-chapim plano (fig. 110), de dois lanços por piso, que prescindem do apoio em estacas, sendo a trave de cadeia

assente nos frontais da própria caixa de escada. Para o acerto entre as descontinuidades do corrimão, este toma a forma de curva e contracurva, conhecida por “pescoço de cavalo” (fig. 111).

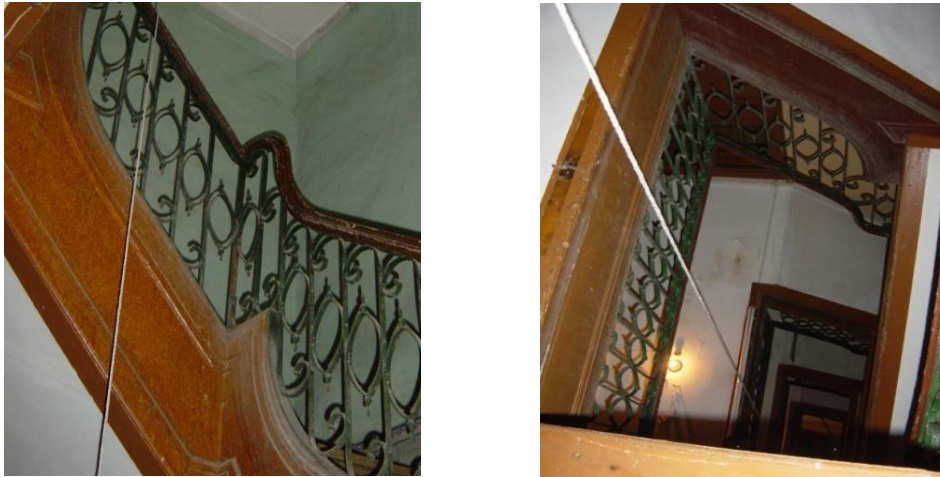


Fig. 111 – Escada de bomba larga com corrimão em pescoço de cavalo. Rua dos Douradores 87-95.



Fig. 112 – Escada de três lanços por piso, em cantaria. Rua dos Sapateiros 193-201; Rua de Santa Justa. Década de 1790.

A caixa de escada era já, em alguns casos, um espaço de aparato, mas essa característica acentua-se com as escadas de bomba larga, por serem amplas e bem iluminadas, por terem os lanços de escadas com largura suficiente para duas senhoras de saias volumosas se cruzarem sem se tocarem, e a execução ser cuidada ao pormenor. O guarda-chapim é engradado e acompanha as curvas do corrimão, a guarda é em ferro forjado em barra, de desenho frequentemente idêntico ao dos guarda-corpos das varandas

e, quando os degraus são em pedra, está chumbada a pilaretes de cantaria lavrada (figs. 112 e 113).

Nas paredes, lambrins de azulejos acompanham o desenvolvimento da escada até, pelo menos, ao terceiro andar colorindo o espaço com azuis verdes e amarelos.

A caixa de escada é por vezes tão luxuosa como a das casas de aristocratas da mesma época, pretendendo dar às zonas comuns dos prédios de rendimento um estatuto de opulência até então só atribuído às residências particulares da nobreza. Não sabemos como seriam pintadas as paredes, já que pinturas sucessivas vieram alterar a inicial, mas não é de excluir que, à imagem das que no interior dos fogos ainda deixaram vestígios, fossem decoradas com faixas pintadas.

Com a possibilidade da ventilação e da iluminação zenital da caixa escada através de claraboias, já não era necessário mantê-la junto a uma parede de fachada para abertura de vãos de janela, razão pela qual a caixa de escada ganha alguma autonomia, passando a ser localizada no centro do edifício, de modo a deixar as janelas para a iluminação do espaço atribuído aos fogos.



Fig.113 – Peças em cantaria, de fixação das guardas de escada. À esquerda, na rua dos Sapateiros 193-201, da década de 1790. À direita, na rua da Madalena 129-137, presumivelmente, dos anos 1780.

Foi uma inovação importante para uma melhor disposição dos compartimentos nas habitações, e que irá dar resposta às teorias higienistas que defendiam a importância de uma melhor iluminação e arejamento dos fogos.

Os átrios deixam de ser apenas corredores que conduzem às escadas para se irem progressivamente tornando amplos, como salões de entrada. Então, os arcos de cantaria



lavrada que estão logo diante de quem entra, e que são o elemento decorativo mais importante, vão perdendo o caráter austero e repetitivo que a seriação pombalina lhes conferia, e adotando diferentes formas e elementos decorativos.

TIPOLOGIAS DOS ÁTRIOS								
Décadas de construção	1 Arco estreito em cantaria	1 Arco duplo em cantaria	1 Arco amplo	Sem arcos	Com portas para a cocheira	Arcos de outro tipo	Pórticos	1 Arco duplo precedido por um arco amplo
1780/1789	0	0	0	2	1	0	0	0
1790/1799	12	11	7	3	5	1	1	0
1800/1809	6	8	4	0	3	0	0	0
1810/1819	1	6	2	1	1	0	0	0

Quadro 12 – Tipologias dos átrios dos edifícios da Baixa, freguesia de São Nicolau.

Os arcos estreitos de cantaria lavrada vão dando lugar aos arcos duplos que, nos anos 1790, são já em número idêntico ao dos arcos simples, e começam também a surgir arcos amplos a toda a largura do átrio (quadro 12). Nalguns prédios, sobre os arcos há ainda registos de azulejos dos santos protetores dos malefícios dos terremotos.

Estes arcos estão na continuidade dos arcos de tijolo e pedra, do piso térreo onde assentam as abóbadas e as paredes de frontal dos pisos superiores, mas, na zona do átrio, são em pedra esculpida por canteiro, e com o tempo vão sendo cada vez mais elaborados.

Nas paredes laterais dos átrios abrem-se vãos de porta, emoldurados também a cantaria, para ligação direta à cocheira. É um luxo que só se via nas casas das elites, mas que, a partir desta altura, se difunde também nos prédios de habitação coletiva, ou seja, nos prédios de rendimento.

Para além destes melhoramentos há ainda, em alguns átrios de prédios construídos na década de 1790, poços para uso dos seus habitantes. A boca dos poços é uma peça de cantaria, e está adossada ou mesmo encastrada numa parede lateral, formando um nicho, com um espaldar também em pedra (fig. 114).

Não se sabe se estes poços foram abertos quando cada prédio foi construído ou se já existiam e foram integrados na arquitetura do imóvel sendo reconstruída a boca em lioz. O que se sabe é que na zona já existiam poços, como é referido por um viajante na primeira metade do século dezoito, citado por J. Castilho “Há nesta rua [Rua dos

Confeiteiros] uma singularidade: com quanto esteja ao nível do Tejo, sempre salgado, e não diste dele mais de trezentos passos, tem a Confeitaria nas suas casas poços de água doce belíssima.”<sup>225</sup> Um poço destes foi também posto a descoberto em escavações arqueológicas efetuadas na Rua do Comércio.<sup>226</sup> Acrescenta ainda Castilho que “essa água provinha certamente dos poços, que (segundo outro livro que estudei) lá estão ainda naquelas imediações, e se abastecem do antiquíssimo caudal das termas romanas.”



Fig. 114 – Poços de cantaria existente nos átrios. O da esquerda, na rua de São Julião 24-32. O da direita na rua Nova do Carvalho 43-51.

Na Rua de São Julião, há pelo menos dois poços, também os há na zona de São Paulo e, Norberto Araújo, refere a Rua dos Fanqueiros como tendo “ num ou noutro átrio de escada a bôca, entaipada ou disfarçada, dos poços que serviam os prédios”, identificando mesmo um deles que, há época, já se encontrava fechado mas que ele ainda tinha conhecido com água. Também menciona dois outros poços, um na antiga livraria Pereira, na Rua Augusta 44-54<sup>227</sup>, que dava para o espaço conhecido como Termas da Rua da Prata, e um tal Poço da Fotea que, antes do terramoto, se situava na atual rua de São Julião, entre as ruas da Prata e dos Fanqueiros. De todos se dizia terem muito boa água.

<sup>225</sup> Castilho, Júlio (1893, 1960). *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa 1960, vol. III, p.178.

<sup>226</sup> Fernandes, Lúcia e Manuela Ferreira. “Intervenção arqueológica num dos quarteirões da Baixa Pombalina em Lisboa. Estudo do espólio vítreo.” *O arqueólogo português*, série 4, Vol. 22. P. 478.

<sup>227</sup> Com o n.º SIG: 48.002.015.005.001.

Pastor de Macedo refere igualmente a existência dos poços “(...) naqueles tempos e desde a construção dos prédios, toda a baixa pombalina tinha poços nas suas escadas e também em muitas das suas lojas. Assim era necessário. Hoje ainda se podem ver alguns desses poços em duas ou três escadas da rua dos Fanqueiros, noutras das ruas dos Douradores, dos Correeiros, etc. E lá estão com as suas tampas, seguras com um cadeado (...)” acrescenta ele que por ter havido suicídios e afogamentos, em Abril de 1813 “se alvitrava que as coberturas dos poços estivessem sempre fechadas com a chave.”<sup>228</sup>

Voltando aos átrios, é de mencionar os pavimentos, ora revestidos, nos mais estreitos, a lajes de lioz, ora cobertos, nos mais amplos, a calhau rolado de várias tonalidades formando desenhos. Infelizmente poucos são já os prédios da freguesia de São Nicolau, onde esses revestimentos subsistem. Mas, na Rua da Madalena, ainda se pode ver alguns.

### **5.3. Organização interior dos fogos.**

O número de prédios com dois fogos por piso é muito ligeiramente inferior ao dos que têm um único fogo por piso, com tendência para se equipararem com o decurso do tempo. Esta constatação corresponde à tendência de emparcelamento dos chãos para a construção de edifícios mais largos, pois havia que rentabilizar a caixa de escada que roubava espaço aos fogos, e assim permitir a construção de habitações com um maior número de divisões, predominando as que têm sete ou mais compartimentos.

Se no período pombalino os corredores de distribuição rareiam, a partir da década de 1790 começa a ser colocado um tabique para divisão do compartimento da entrada, criando-se um pequeno corredor que permite o acesso direto da porta de patim à sala e à cozinha, sem pressupor o atravessamento das divisões interiores ou seja, das câmaras ou quartos de dormir.

A generalização do corredor tem significado nas relações pessoais entre os habitantes do fogo e traduz uma alteração dos costumes. Até então, havia uma grande intimidade entre os que coabitavam um mesmo fogo fossem eles patrões ou criados, já que não era possível qualquer deslocação entre divisões sem se atravessarem salas e quartos de dormir. Entre as cozinhas e as salas o vai-vem dos membros da família e dos criados pressupunha a inexistência de privacidade, ninguém podia fechar a porta da sua

---

<sup>228</sup> Macedo, Luiz Pastor de (1940). *Tempos que passaram – Um artista, uma rua e uma freguesia de Lisboa*. Lisboa, Imprensa Beleza, pp. 161-162.

câmara sem paralizar a vida doméstica. Esta familiaridade começa a reduzir-se com a criação daquele pequeno espaço chamado corredor, já que os criados passaram a poder circular entre a cozinha e a porta do patim, sem invadirem o espaço privado dos patrões.

Freguesia de São Nicolau - Tipologias de fogos edificadas de 1780 a 1819								
Décadas de construção	1 fogo /Piso	2 fogos /Piso	Até 5 divisões /fogo	6 divisões /fogo	7 divisões /fogo	Mais de 7 divisões /fogo	Sala quadrada	Corredor
1780/1789	5	3	0	3	0	7	3	0
1790/1799	25	22	5	12	12	25	9	17
1800/1809	9	6	1	4	9	8	6	4
1810/1819	5	5	0	3	7	10	5	5

Quadro 13 – Tipologias de fogos na Baixa, Freguesia de São Nicolau, construídos entre 1780 e 1819.

Na planta dos fogos habitacionais do prédio da Rua do Ouro 260-272 (fig.115), percebe-se como o compartimento da entrada foi dividido para criação do pequeno corredor.

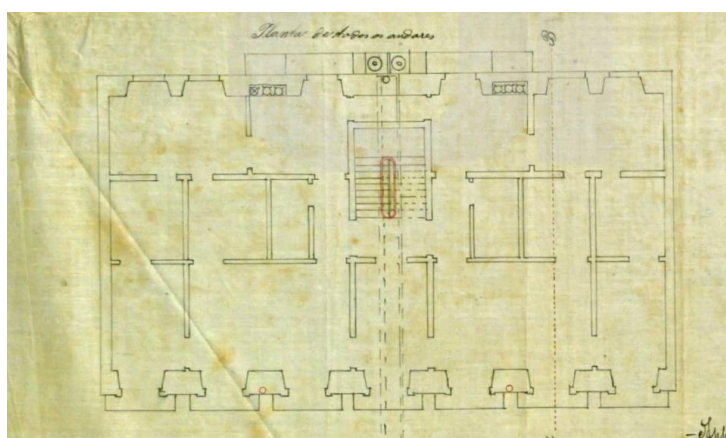


Fig. 115 – Edifício construído na década de 1790. Planta de um andar com alterações na escada, propostas em 1878<sup>229</sup>. Rua Áurea 260-272.

<sup>229</sup> Obra 20, Proc. 13/1.ª REP/PG/1878. A.M.L.

É claro que nas casas nobres o corredor chegou mais cedo, mas nas casas da Baixa, destinadas a uma média burguesia, chega na última década de século dezoito, justamente numa época de expansão económica em que as habitações se tornam maiores, correspondendo a uma subida de nível de vida de alguns comerciantes, e em que, simultaneamente, as diferenças sociais se acentuam.

Por oposição de situações, noutros fogos habitacionais datados da mesma época e vizinhos do mesmo quarteirão ou do seguinte, a divisão do espaço interior é bem diferente, com três pequenos compartimentos com janela para a rua, dois compartimentos interiores e uma grande cozinha com um vão para as trazeiras, o que traduz por um lado a ausência de espaços de representação e, por outro, a cozinha como espaço de sociabilidade onde se reúnem os membros da família e os serviçais, sem distinção ou separação física de classes sociais.

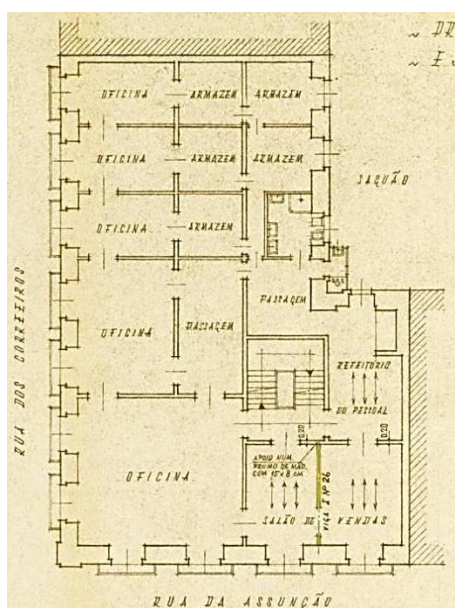


Fig. 116 – Edifício construído entre 1810 e 1815. Planta do 2.º andar com as alterações introduzidas em 1962 para adaptação a oficina de calçado<sup>230</sup>. Rua da Assunção 49-55; Rua dos Correeiros 131-143.

Alguns fogos tinham grandes áreas como os do prédio situado na rua dos Correeiros 131-143 que torneja para a rua da Assunção (fig. 116), mandado edificar por José Francisco Chaves, onde havia dezasseis divisões entre as quais cinco câmaras

<sup>230</sup> Obra n.º 8498- Proc. 4012/DAG/PG/1962. A.M.L.

interiores com porta para as respectivas antecâmaras as quais tinham sacadas para a rua, três salas de médias dimensões e uma grande sala de esquina com quatro janelas, todas de sacada. A cozinha, sendo ampla, ocupava apenas metade da área da sala. Contudo, neste fogo não havia corredor porque a disposição dos compartimentos permitia uma circulação independente da zona de serviço que tinha, de resto, um acesso direto ao patim da escada. Os criados, para desempenharem as suas funções, não tinham que atravessar o espaço familiar.

As salas quadradas, sobretudo as que aproveitavam as esquinas dos prédios de gaveto, existem em cerca de um terço dos edifícios até finais do século dezoito e sobem para dois terços nas duas primeiras décadas de 1800 (quadro XIII), depois tornam-se mais raras. Estas salas tinham, por vezes, duas janelas em cada parede o que as tornava muito luminosas, os tetos eram estucados com relevos decorativos, o pavimento de solho tosco era revestido por um parquet de tábuas estreitas em madeiras exóticas polidas, de várias tonalidades, a formar figuras geométricas. As paredes estavam cobertas por lambrins de azulejo até à altura de cerca de um metro e, acima, estucadas e pintadas, nalguns casos com motivos decorativos, razão pela qual terão sido espaços muito agradáveis e destinados à sociabilidade.

Foi durante estes últimos anos de setecentos e os primeiros de oitocentos que as elites, particularmente os ricos negociantes, desenvolveram a arte de receber, de organizar festas e salões artísticos e literários, e não será estranho que as classes imediatamente inferiores, na medida das suas possibilidades os tentassem imitar. Diz Ratton que “esta família dos Cruzes (...) concorreu muito pelo seu valimento, para se introduzir entre as famílias do commercio, e pessoas limpas, huma certa sociabilidade e polidez, que dantes não havia, franqueando a sua casa ao concurso de famílias conhecidas (...) introduzindo o uso das partidas (...) tem contribuído muito para o desterrar do resto de costumes mouriscos, que ainda se conservavaõ, e a pôr a nação ao nível das mais polidas da Europa”<sup>231</sup>.

Tendo sido em parte substancial, as famílias poderosas desses negociantes, os donos de obra dos prédios da Baixa, é compreensível que os quisessem valorizar reproduzindo, ainda que mais modestamente, as valências arquitetónicas das casas da sua própria classe, uma vez que havia quem pudesse pagar as elevadas rendas. A descrição, feita por Pastor de Macedo, dos moradores dos prédios na Rua da Madalena e imediações

---

<sup>231</sup> Ratton, Jacome. (1813?,1992). *Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Lisboa, Fenda Edições, Lda. P. 275.

que sofreram incêndios, mostra a composição familiar. Para além do casal e dos filhos que raramente eram em número inferior a cinco, viviam também avós, irmãos e cunhados, e pelo menos uma criada. Por vezes, havia hóspedes que partilhavam uma parte de casa.

Mesmo a ocupação por serviços, tais como escritórios ou armazéns de lojas, era compatível com a morada das famílias. De resto, olhando para as plantas dos andares, vê-se como é definida uma divisão com porta direta para o patim da escada, o chamado “quarto independente” que, sendo um vestíbulo, era essencialmente destinado a esse tipo de funções profissionais.

É referida, anos depois, a ocupação de um edifício da rua da Madalena por um “consultório médico do Dr. Paiva Curado que também ali vivia com sua mãe D. Joaquina de Paiva Curado e a criada Maria da Conceição”, e “o armazém de António Fernandez que ali também morava com sua mãe Inez Fernandez, sua mulher Margarida Serrano e o caixeiro Cassiano Lopes Seixas”<sup>232</sup>.

Assim, os grandes fogos da Baixa, dividiam-se em três zonas, a habitacional destinada à família, a do serviço doméstico destinada aos criados, e a profissional destinada à atividade do dono da casa, todas elas comunicando entre si, mas com a independência de ter cada uma um acesso direto à caixa de escada.

“Segundo o último censo decenal, existiam no ano de 1790 nas 40 paróquias de Lisboa 38.102 fogos, número que também é apontado por Murphy, embora ele devesse acrescentar que neste número estão consideradas a Junqueira e Alcântara, mas não as localidades de Belém e do Campo Grande (...) que pertencem ao termo de Lisboa.” “...o número de seis pessoas por cada casa, que Murphy adopta, é por certo muito escasso. Se se contar com Belém (...) pode-se com alguma ousadia estimar a população de Lisboa em 300.000 pessoas, sem contar com os militares.”<sup>233</sup>

Se assim fosse, haveria uma média de 7,8 pessoas por cada fogo de habitação, valor muito empolado mesmo tendo em conta a escassez de casas.

Blairie, estrangeiro que esteve em Lisboa entre 1805 e 1808, refere cerca de 271.000 habitantes, mas Cockburn, em 1811, fala de 300.000<sup>234</sup>, e Rockwell aponta para 240.000 habitantes e 38.000 casas, nos anos trinta do século dezanove, com uma média

---

<sup>232</sup> Macedo, Luiz Pastor de (1940), *Tempos que passaram. Um artista, uma rua e uma freguesia de Lisboa*. Lisboa, Imprensa Beleza, pp. 220-221.

<sup>233</sup> Link, Heinrich Friedrich (1803, 2005), *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Lisboa, Edições da Biblioteca Nacional. P. 102.

<sup>234</sup> Paulino, Maria Clara (2013), *Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850*. Ed. Afrontamento, P. 209.

de 6,3 pessoas por fogo. Não sendo resultado de um recenseamento levado a cabo com métodos credíveis, estes números são meras estimativas, mas traduzem a ideia de sobrelotação das habitações que, certamente, os estrangeiros teriam.

Os valores atualmente referidos<sup>235</sup>, de 4,5 habitantes por fogo em 1801, parecem mais plausíveis.

#### **5.4. Descrição de um edifício da década de 1810.**

Em 1795, James Canavah Murphy que era inglês e arquiteto, depois de passar algum tempo em Lisboa, tece algumas considerações sobre os fogos habitacionais que visitou ou onde viveu e que se presume serem destinados às classes média e alta. Diz ele que “..., a organização do espaço interior das casas torna-as desconfortáveis e parece obedecer a objetivos antissociais. Cada família vive literalmente voltada sobre si mesma e os seus membros vivem apertados uns contra os outros em espaços exíguos. As portas de acesso aos vestíbulos são duplas, as portas exteriores têm grades e todas as portas são constituídas por duas meias-portas. Conjuntos de doze a dezasseis quartos raramente têm mais do que duas entradas e alguns quartos interiores permanecem na escuridão dado receberem luz apenas através das portas dos outros quartos, que são muito altas e têm janelas de vidro apenas na parte superior. Há pequenos corredores que estabelecem a ligação entre os vários quartos, o que é eficaz contra o roubo, mas causa um grande desconforto. As escadas são quase sempre sujas, estreitas e escuras. Aqui e ali, entre as casas, há um pequeno pátio utilizado apenas para lançar os dejetos da cozinha, o que causa um cheiro horrível nas salas. Nas salas das residências das famílias ricas encontram-se por vezes frescos de paisagens nos tetos e paredes, se bem que nem todos tenham qualidade artística. Quase sempre as paredes são revestidas até meia altura por painéis de faiança, o que as torna frescas no verão, mas demasiado frias no inverno. O frio é também devido às muitas frinças que há em portas e janelas. As lareiras seriam de grande utilidade, mas poucas casas as têm e não há «fogões de ladrilhos» em lugar nenhum.”<sup>236</sup> Em habitações onde tantas divisões eram interiores e obscuras, a iluminação artificial era

---

<sup>235</sup> Pinheiro, Magda (2012), *Biografia de Lisboa*. Lisboa, Edição Esfera dos Livros Anexos, P. 433.

<sup>236</sup> Paulino, Maria Clara, *ibidem*, p.206.



escassa e produzida por castiçais de velas, candeeiros em latão com três lumes, almotolias de folha de flandres e, principalmente, por candeias de ferro<sup>237</sup>.

Um dos edifícios que, em 2007, ainda mantinha nalguns fogos as características tipológicas do tempo da sua edificação em 1815, é o que ocupa o ângulo noroeste do cruzamento da Rua dos Sapateiros com a Rua da Assunção<sup>238</sup>. Por representar um paradigma da sua época, uma vez que cumula características que se encontravam em outros edifícios da Baixa construídos no mesmo período, merece uma descrição detalhada.

Foi mandado levantar por José Mendes Nogueira e vinte anos depois ainda estava na sua posse.

Era composto por um rés-do-chão com arcadas de pedra que suportavam os cinco pisos superiores, de gaiola pombalina.

As duas fachadas sobre a rua tinham sacadas em todos os vãos do primeiro e do segundo andares, embora uma das ruas fosse travessa e a outra de terceiro grau. O quarto andar era de varanda corrida e no quinto, de águas furtadas, tinha um trapeirão em cada fachada.

Havendo um prospecto para essa frente de rua que não foi cumprido, terá sido logo construído com os cinco pisos, já que os gradeamentos de ferro forjado das varandas individuais são iguais ao da varanda corrida e aos que protegem as bandeiras das portas de patim, e que os azulejos de último piso são iguais aos das escadas e aos das cozinhas dos pisos inferiores. A favor desta tese, nos livros da Décima da Cidade, entre 1815 e 1834, não houve o aumento de rendimento correspondente à construção de mais um piso, bem pelo contrário, o rendimento desce consideravelmente a partir de 1825. Também é referido por Ruders, entre 1798 e 1802, que “as casas que perfazem cada quarteirão são muito parecidas, todas pintadas de branco e com varandas de gradeamento de ferro nas janelas do segundo e do quinto andar”. Curioso verificar que a diversidade cromática defendida por Manuel da Maia para a Baixa, tenha sido preterida pela homogeneidade do branco.

---

<sup>237</sup> Gomes, Andreia Maria Durães (2017), *Casas de cidade: Processo de privatização e consumos nas camadas intermédias urbanas (Lisboa na segunda metade do século VIII e início do século XIX)*. Tese de Doutoramento em História, p. 304. Consultável em:

[http://www.academia.edu/37469076/Casas\\_de\\_cidade\\_processo\\_de\\_privatizacão\\_e\\_consumos\\_de\\_lu\\_xo\\_entre\\_as\\_camadas\\_médias\\_urbanas\\_Lisboa\\_na\\_segunda\\_metade\\_do\\_século\\_XVIII\\_e\\_inícios\\_do\\_século\\_XIX\\_](http://www.academia.edu/37469076/Casas_de_cidade_processo_de_privatizacão_e_consumos_de_lu_xo_entre_as_camadas_médias_urbanas_Lisboa_na_segunda_metade_do_século_XVIII_e_inícios_do_século_XIX_).

<sup>238</sup> Prédio com o n.º SIG: 48.001.09.003.001. Foi interiormente alterado em 2010.

O terceiro e o quinto andares tinham ainda, nalgumas janelas, os primitivos caixilhos de guilhotina bem como as portadas interiores com as velhas trancas de espanholeta.

As cantarias dos vãos do piso térreo cumpriam o Plano das ruas para onde abriam, alternando os lintéis tripartidos com os lintéis curvos.

A porta de entrada era de tábuas verticais rebitadas e a argola de batente em ferro, assemelhando-se às de modelo pombalino. Dava acesso ao átrio, amplo, com um duplo arco de cantaria a marcar o arranque da escada.

A caixa de escada, de bomba larga, tinha um murete guarda-corpo em parede de frontal e um corrimão de madeira boleada. A parede era revestida por um lambrim de azulejos padronados com motivos lineares de cor verde, e flores a roxo e amarelo, que era rematado na parte superior por uma faixa de azulejos também de desenho linear, a azul, do tipo “sombra chinesa”. No alto, uma grande claraboia iluminava o amplo espaço.

As portas de patim eram engradadas, com duas almofadas, e tinham um espelho de fechadura em chapa de ferro recortada.

Os fogos dos primeiros quatro andares tinham onze divisões, e o das águas furtadas era naturalmente mais pequeno e com menor pé-direito.

No quarto andar o teto era forrado de madeira do tipo saia-e-camisa. Nos andares inferiores os tetos eram estucados mas não é certo que tenham sido sempre assim. O pavimento das salas era de solho ordinário coberto por uma parqueta de finas tábuas de madeiras exóticas, de diferentes tonalidades, aplicadas com encabeirado de modo a formar um tapete de desenho em cruz. Não foram para isso utilizados pregos, as peças ajustavam umas às outras e eram grudadas ao soalho inferior, obedecendo ao preceito.<sup>239</sup>

Nos quartos, no corredor e na cozinha não havia este tipo de revestimento, o soalho era simple. Nas paredes das salas havia azulejos que, na maioria, tinham sido recentemente cobertos de tinta mas, nas salas mais pequenas, ainda eram visíveis lambrins de azulejos do tipo neoclássico (fig. 125), de moldura linear formando espirais, e centro com representação de cestas de flores polícromas de onde surge um cálice de grinaldas suportadas por aves.

Acima do lambrim as paredes seriam estucadas e pintadas provavelmente com motivos decorativos. Podia ainda ver-se a parede de tabique onde tinha sido aplicado o reboco de cal e sobre este uma primeira camada de estuque com cerca um centímetro de

---

<sup>239</sup> Costa, F. Pereira da (1930-1939). *Enciclopédia prática da construção civil*. Caderno 7. Lisboa, Edição de autor, p. 12.

espessura com vestígios de tinta verde, sobre a qual, uma outra de idêntica espessura veio a ser aplicada, com acabamento a creme.

Na cozinha, os azulejos eram também lineares, mas padronados a azul, monocromáticos, idênticos aos da faixa da escada. Como o lambril subia até à altura da janela faziam um belo efeito sobre um rodapé roxo, esponjado. A parte superior das paredes era simplesmente caiada a branco. Noutras cozinhas construídas neste período, o revestimento das paredes era feito com as sobras, quantas vezes díspares, e ia até ao teto (fig. 117). O uso de azulejos a revestir integralmente as paredes das cozinhas demonstra a função higienista deste material.

A chaminé estava adossada a uma parede de empena, mas o lintel apoiava na parede da fachada sobre o saguão. Tinha verga reta, mas, nos ângulos interiores, era arredondada em meia-cana. Ao lado da chaminé mantinha-se um poial de pedra e, acima dele, havia, nos prédios mais requintados, um depósito de água feito de um só bloco de lioz encastrado numa parede de alvenaria de pedra, com uma pequena torneira na parte inferior e que armazenava a água que servia a cozinha no dia-a-dia, a qual se comprava aos aguadeiros, ou se ia buscar a uma fonte ou ao poço existente no átrio.



Fig. 117 – Vários tipos de chaminés de cozinha. À esquerda no edifício da rua Ivens 27-33 vendo-se ao fundo um depósito de água em cantaria. Ao centro e à direita, na rua da Madalena 211-217.

Por essa altura começa a generalizar-se a instalação de pias de despejo num nicho aberto na face interior de uma das paredes de fachada. Na Baixa, é nas paredes que dão para as alfurjas porque nelas havia ralos de pavimento ligados ao esgoto. Noutras zonas da cidade, como na urbanização das freiras Trinas do Mocambo ou na freguesia do

Castelo, as manilhas foram encastradas, muito mais tarde, nas próprias paredes da fachada principal, fragilizando-as, e ligavam diretamente à rede pública de esgotos.

É de salientar que até ao terceiro andar as chaminés eram largas e do tipo descrito, mas nas águas furtadas era frequente serem muito mais estreitas e manterem a forma antiga, de lintel curvo e apanha fumos inclinado, mesmo quando já eram ladeadas de pias de despejo. Tratando-se de andares arrendados às famílias menos abonadas, a diferenciação de acabamentos passava não só pela redução de elementos decorativos como estuques e azulejos como também pela aplicação de formas caídas em desuso, que os ocupantes dos primeiros andares já não aceitariam.

LOCALIZAÇÃO DAS CHAMINÉS DOS PRÉDIOS NA FREGUESIA DE SÃO NICOLAU					
Década de construção	Parede posterior	Parede da empena	Parede divisória de dois fogos	Outra	Total de prédios por década
1762-1769	14 67%	6 28%	0 0%	1 5%	21 100%
1770-1779	18 55%	13 39%	1 3%	1 3%	33 100%
1780-1789	5 38%	5 38%	1 8%	2 16%	13 100%
1790-1799	14 24%	35 59%	4 7%	6 10%	59 100%
1800-1809	5 20%	15 60%	4 16%	1 4%	25 100%
1810-1819	3 14%	15 71%	2 10%	1 5%	21 100%
1820-1829	0 0%	4 80%	1 20%	0 0%	5 100%
1830-1839	0 0%	1 33%	2 67%	0 0%	3 100%
Total de localizações	59	94	15	12	180

Quadro 14 – Localização das chaminés nos fogos da freguesia de São Nicolau.

Analisando a localização das chaminés em cento e oitenta edifícios da freguesia de São Nicolau (quadro 14), concluiu-se que, nos construídos na década de 1760, as chaminés estavam encastradas nas paredes posteriores dos edifícios em 67% dos casos.

Na década de 1770, essa percentagem diminuiu para 55%, ficando, em alternativa, junto à parede da empena em 39% dos casos, já não encastrada, mas formando um bloco de chaminés sobrepostas. Na década seguinte, o número de chaminés encastradas na parede posterior é idêntico ao das adossadas à parede da empena, e na década de 1790, só em 24% dos prédios estão na parede das traseiras enquanto 59% estão colocadas junto a uma empena. A partir de 1800, este número vai crescendo bem como o dos blocos de chaminés encostados à parede divisória dos fogos de um mesmo prédio, situadas entre a caixa de escada e a parede posterior, e na década de 1820 já nenhum dos edifícios então construídos tem a chaminé encastrada na parede das traseiras, tornando-se obsoleta a chaminé encastrada na parede da fachada posterior.

Quanto a azulejos, rareavam nas águas furtadas, reduziam-se a uma faixa junto ao chão ou às paredes interiores das chaminés, mais por imperativos de higiene e segurança do que para obtenção de efeitos decorativos.

A propósito da instalação de pias de despejo ligadas ao esgoto, escreveu Jacome Ratton : “Toda a gente que conheceu a Cidade de Lisboa antes do terra-moto de 1755, sabe que o despejo das primeiras immundicias se fazia por pretas, que as conduziaõ á praia em vasos próprios; porem este mesmo objecto veio a acabar pela falta de pretas, em consequência da providente lei do Senhor Rei D. Jozé, que declarou livres todos os escravos, que entrassem no reino; e entaõ os moradores de Lisboa se viraõ obrigados a fazer o despejo das immundicias nas ruas: abuso, que sómente, se pode evitar construindo-se nas casas cloacas, que por meio de pequenos canos, conduzaõ as ditas immundicias aos canos geraes das ruas, construídos como acima ficou dito. Muitos podem ser os modelos destas cloacas, e diferentes as suas collocaçoens, podendo empregar-se para aceio destas, as frequentes lavagens com agoa conservada em hum deposito que lhes fique superior, cujo modelo poderaõ os artistas achar nas casas da minha residência na rua Formosa, Calvário, e Barroca d’Alva.”<sup>240</sup>

Ratton explicou a necessidade de introdução de canos de esgotos nos fogos de habitação, por já não haver quem transportasse as imundices à praia, e sugere mesmo a

---

<sup>240</sup> Ratton, Jacome, (1813?,1992), *Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Lisboa, Fenda Edições, Lda., p. 236.

existência de um depósito de água, possivelmente semelhante aos de pedra que encontramos ainda nas cozinhas desse tempo, e na da casa de Ratton na atual rua do Século, para a limpeza frequente das canalizações.

Quanto ao equipamento sanitário, reduzia-se nestes tempos, a uma bacia para lavar pés e outra para lavar mãos que, nas casas dos mais ricos, podia ser em prata<sup>241</sup>.

Na fachada que dava para o saguão, sendo a habitação de esquina, apenas se abriam dois vãos, os da cozinha, sendo um deles de sacada. Enquanto os edifícios das duas décadas pombalinas, só tinham janelas de peito na fachada posterior estes têm, nas cozinhas, pelo menos uma com varanda, mas as guardas são constituídas por simples varões lisos, sem qualquer pretensão decorativa, e as bases das varandas estão assentes sobre pesadas consolas de lioz.

### **5.5. Azulejos e estuques decorativos neoclássicos.**

Apesar do estado de abandono em que estes edifícios estiveram durante muitas décadas e do desinteresse que estas formas de arte decorativa mereceram por parte dos poderes públicos que permitiram a degradação e a pilhagem de muitos silhares de azulejos, em 2004 havia ainda alguns exemplares que dificilmente terão sobrevivido à febre de demolições que desde 2001 contaminou toda a Baixa. Nuns casos os azulejos foram retirados das paredes e depois repostos em desordem, de forma aleatória, impossibilitando a sua leitura. Noutros, foram simplesmente removidos e não reaplicados.

Nas construções da Baixa, na década de 1790 e nos primeiros vinte anos do século dezanove encontram-se azulejos essencialmente provenientes da Fábrica do Rato e, eventualmente, das oficinas do bairro das Olarias, da Fábrica da Calçada do Monte, a laborar em 1793, e da Bica do Sapato que iniciou a produção em 1796.

Nos edifícios que datam dos anos noventa do século dezoito, o que predomina são ainda os azulejos pombalinos com os padrões de flor e estrela em tons de azul e com o centro das flores a amarelo, pintados livremente em que cada motivo se apresenta diferente do seguinte, os marmoreados em roxo manganés, e aparecem também com alguma regularidade uns grandes malmequeres que ocupam dois ou quatro azulejos (fig. 118).

---

<sup>241</sup> Durães, Andreia (2017), *Casas de cidade: processo de privatização e consumo de luxo entre as camadas “médias” urbanas (Lisboa na segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX)*, tese de doutoramento, Universidade do Minho, Centro de Ciências Sociais, pp. 269, 286, 316.



Fig. 118 – À esquerda, o padrão de flor polícroma ocupa dois azulejos, na rua da Prata 221-231. À direita, a flor em tonalidades de azul, ocupa quatro azulejos, na rua Augusta 278-282.

Nas cercaduras é ainda a representação da flor-de-lis, a azul, e das folhas formando concheados, de modelo pombalino, a que mais foi aplicada. Não obstante, aparecem já alguns azulejos de cercadura com pintura linear, representando grinaldas muito simplificadas pela geometrização do desenho, com folhas e flores reduzidas a pequenas manchas sem relevo como se fossem sombras chinesas (fig.119).



Fig. 119 – Lambrís de azulejos de sombra chinesa. À esquerda, da década de 1790, na rua dos Sapateiros 90-92 e rua da Vitória 57-63. Ao centro, num prédio da década de 1800, na rua da Assunção 82-88 e rua dos Sapateiros 145-153. À direita, na rua dos Correeiros 71-77, também da década de 1800.

Associados a estas cercaduras, há silhares de azulejos padronados polícromos, desenhados com a mesma técnica em que os pés das flores são linhas muito finas, feitas à mão levantada, e nos pontos onde se cruzam são aplicadas pinceladas mais largas para representarem as flores a roxo e amarelo e as folhas a verde, deixando transparências sobre o fundo branco (fig. 120). O resultado é de um padrão muito leve e um tanto “naïf”



que aligeira a pesada arquitetura pombalina e traduz o gosto do tempo, pelas flores e pela natureza trazidas para dentro das casas.



Fig. 120 – Azulejos padronados, polícromos, da década de 1800. Rua dos Douradores 16-26.

Numa segunda fase, as linhas que formam quadrículas, passam a ser desenhadas com um instrumento de apoio, régua, molde ou estampilha, e as folhas e flores são depois pintadas por cima, ainda à mão levantada. Vê-se os intervalos entre as linhas onde o recorte da estampilha era interrompido (fig. 121).



Fig. 121 – Azulejos de desenho apoiado, formando malhas quadriculadas. À esquerda, na rua de Santa Justa 4-8; rua dos Fanqueiros 243-249. À direita, na rua da Madalena, 89-93.

Com este processo, o padrão torna-se mais rígido perdendo a leveza inicial, mas é o adequado para a imitação dos efeitos dos tecidos de forrar paredes, sedas, cetins



adamascados e fitas, tão apreciados à época. Os marmoreados dão então lugar aos acetinados com o brilho próprio da seda lavrada.

As paredes assim decoradas parecem revestidas com tecidos bordados, por vezes simulando mesmo a aplicação de fitas, cordões dourados e demais passamanaria (fig. 122). A simulação da pedra mármore nos azulejos marmoreados do período pombalino desaparece quase completamente para dar origem a uma pintura que reproduz não só os efeitos das sedas e cetins, mas também dos populares tecidos de chita.

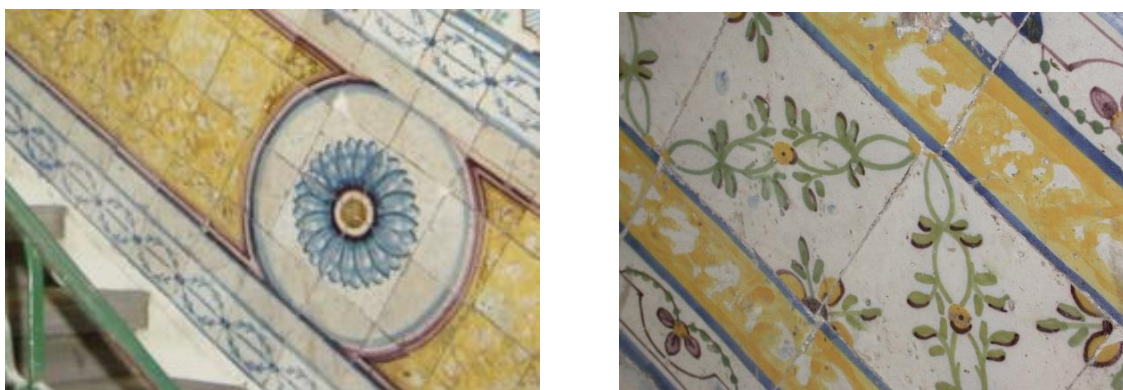


Fig. 122 - Representação de faixas reproduzindo o brilho de acetinados. À esquerda, na rua dos Fanqueiros 229-241 e rua de Santa Justa 7-13. À direita, na rua dos Sapateiros 132-144 e rua da Assunção 71-77.



Fig. 123 –Silhares de azulejos reproduzindo os desenhos dos gradeamentos das escadas. À esquerda, na rua da Assunção 33-39 e rua da Prata 193-205. À direita, na rua dos Douradores 2-14 e rua da Conceição 28-30.

Este tipo de azulejos era aplicado em lambrins tanto no interior dos fogos, salas, corredores e cozinhas, como nas escadas mas, neste último caso, vê-se, nalguns prédios, azulejos com um motivo figurativo que reproduz o desenho da guarda da escada em ferro

forjado, sobretudo as de barras verticais onde se inserem ovais (fig. 123). Assim, de um lado temos o guarda-corpo em ferro e, do outro, o mesmo desenho pintado no azulejo, o que nos indica as cores iniciais, aplicadas nos elementos metálicos, as barras e as ovas pintadas a preto ou a azul e as pequenas peças de ligação, pintadas a amarelo a simular latão areado.

Quanto aos azulejos figurativos que se encontram no interior dos edifícios da Baixa datando das duas primeiras décadas de oitocentos, parecem ter sido feitos expressamente para os locais onde foram colocados, pois estão perfeitamente ajustados às dimensões das paredes, o que não é um acaso neste tipo de composições. Os motivos temáticos de cada sala, de gosto neoclássico, são enquadrados por molduras ou medalhões amarelos, e deles partem grinaldas de folhagem pintada a verde e flores rosa que se vão prender em figurinhas de grandes chapéus pontiagudos a emergir de plumas.

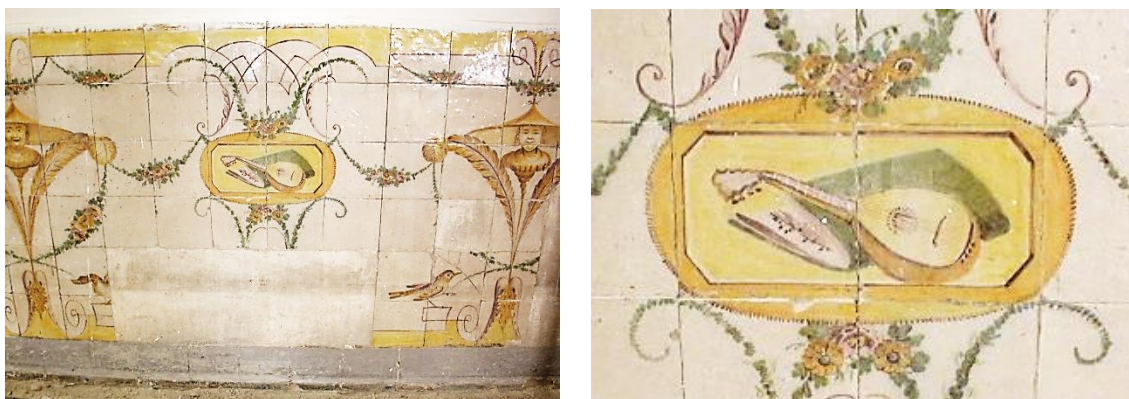


Fig. 124 – Azulejos neoclássicos representando instrumentos musicais. Rua dos Correeiros 185-191 a tornejear para a rua de Santa Justa 55-61.

Os temas emoldurados variam de acordo com os espaços, sendo instrumentos musicais pousados sobre livros de pautas envolvidos por aves canoras (fig. 124), quando se tratava da sala do pianoforte, e paisagens de inspiração chinesa, de rios e pontes em contraluz ou de cestos com flores, se estavam destinados a uma sala de visitas.

No caso do prédio da rua dos Sapateiros 145-153, que foi edificado por José Mendes Nogueira em 1815, embora fosse desde o início destinado a rendimento e não à habitação do proprietário, as salas do segundo andar foram revestidas com silhares de azulejos ao gosto neoclássico (fig. 125). São composições de grande leveza, quase etéreas, dado que as figuras ainda que pintadas com grande pormenor, ocupam uma pequena superfície quando comparadas com o enorme espaço branco do fundo. São

essencialmente gráficas, partindo de linhas que se doblam e enrolam em espirais ou guiam os festões e as plumas, e desprovidas de sombreados que sugiram relevo. São inspiradas nos frescos “da cidade romana de Pompeia e nos ornatos desenvolvidos em Inglaterra pelos Adams, praticada por artistas da época, como Pillement ou Cirilo Volkmar Machado, nos palácios e, em menor grau, nas igrejas.”<sup>242</sup>As figuras recortadas em contraluz, que são típicas deste início do século dezanove, foram influenciadas pelas que, ao tempo, foram descobertas naquela cidade italiana e que se designaram por grotescos.



Fig. 125 - Azulejos neoclássicos numa sala, na rua da Assunção 82-88; rua dos Sapateiros 145-153.

Embora esta casa fosse destinada a famílias das classes médias que habitavam a Baixa, a pintura, embora menos rica do que a que se encontra em igrejas e palácios, tem alguma qualidade pela firmeza do traço e pela harmonia das cores usadas.

Num outro frego, situado na Rua da Prata (fig. 126), as figuras temáticas representadas nos azulejos são a de dois pombinhos que seguram nos bicos as grinaldas, a de dois corações trespassados por uma flecha, a de uma chama acesa, e a de um arco e flechas de cupido. Aqui, o tema é evidentemente o amor.

Acima dos lambrins de azulejo havia paredes estucadas e pintadas.

---

<sup>242</sup> Meco, José (1998). *O azulejo em Portugal*. Sintra, Publicações Alfa, P. 74.





Fig. 126 – Azulejos neoclássicos, tendo por tema o amor, no edifício da rua da Prata 221-231.

As pinturas habituais eram de simples frisos com ornatos de folhas e flores, mas, nalgumas casas as pinturas representavam também iconografia neoclássica, grotescos e figurinhas de deuses greco-romanos inseridas em medalhões suspensos por laços e grinaldas que preenchiam os espaços entre as molduras e os ornatos dos painéis centrais. Junto à sanca do teto, a pintura reproduzia um folho de sanefa com as suas borlas de seda (fig. 127).

Também nesta casa as pinturas murais tinham alguma qualidade.



Fig. 127 - Pinturas neoclássicas, à esquerda em paredes sobre estuque, e à direita, no teto, sobre tela, na rua da Prata 221-231.

O teto, era constituído por telas pintadas com figuras da mitologia clássica, sendo a do centro inserida numa moldura oval e representando talvez Prometeu e o seu carro dourado a roubar o fogo da vida para o dar aos homens.

Sabendo-se que o tema das pinturas que decoravam cada divisão revelava a função que lhe estava associada, fica por esclarecer a vocação desta sala dedicada ao amor e tão exuberantemente decorada.

Quanto às restantes divisões, tinham as paredes revestidas com lambris de azulejos padronados, polícromos, e seriam provavelmente estucadas e pintadas com frisos de flores e folhagens como se usava na época, mas já desaparecidos.

Na grande maioria dos tetos de estuque, as pinturas decorativas desapareceram há muito, cobertas que foram por várias camadas de tinta, mas ficaram as molduras relevadas formando círculos, ovais, ou encaixes recortados.

Noutros casos, os tetos das salas eram estucados e pintados enquanto os quartos de dormir e os das cozinhas mantinham os forros de madeira em saia-e-camisa.

O gosto pela representação de tecidos e panejamentos levou a que o teto e as paredes de uma pequena câmara ou quarto de dormir, fossem cobertos de estuque integralmente pintado, como se um véu de cambraia caísse do centro do teto ao longo das paredes até ao chão, e que dessa forma evocasse, a quem lá se deitasse, a sensação de ocupar um leito de baldaquim coberto por folhos.

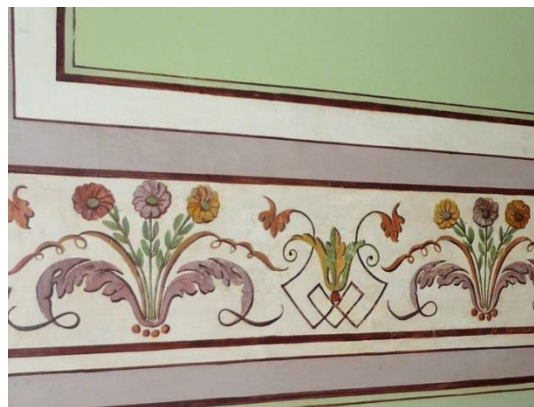


Fig. 128 – Pintura sobre estuque representando ramos de flores, antes e depois do restauro. Rua dos Correiros 170-176.

No quinto andar de um outro prédio, edificado em 1800, as paredes são revestidas por lambris de azulejos padronados e, acima, estão pintadas com faixas de ornatos representando ramos de flores (fig. 128), quando os azulejos são do tipo de flor e grinalda sobre quadrícula linear, e decoradas com um padrão de flores geometrizadas quando os azulejos são de grande flor azul (fig. 129).



Fig. 129 - Pintura sobre estuque representando ornatos de flores geometrizadas. Rua dos Correiros 170-176.

O padrão da pintura é, obviamente, escolhido de acordo com o padrão do azulejo, tanto no tipo de desenho como nas cores.

Os ornatos representando flores geometrizadas, que eram inicialmente pintados à mão levantada conseguindo uma grande delicadeza no desenho e na transparência das cores, vão sendo substituídos por uma pintura à trincha sobre estampilhas em madeira ou em chapa de ferro recortado, que permitia a qualquer artífice menos qualificado executar rapidamente o trabalho e a custos inferiores. O resultado assim obtido assemelha-se aos efeitos dos tecidos ou do papel estampado, e popularisa-se sendo aplicado mesmo em habitações muito modestas.



Fig. 130 – Fragmento de uma pintura sobre estuque, num teto, ao gosto neoclássico. Calçada do Combro 107-113.





Fig. 131 – Pormenor de teto em estuque decorativo com temática neoclássica, na Rua dos Fanqueiros 110-114.

O estuque decorativo era, basicamente, uma argamassa feita de cal aérea e de gesso com aditivos que podiam ser água de cola, óleo de linho, água de sabão, terebentina e cera, e que tinham como finalidade por um lado aumentar a plasticidade da massa e por outro, reduzir o tempo de secagem. Aplicava-se sobre uma primeira camada de regularização por sua vez aposta sobre um fasquiado de madeira pregado no travejamento ou no guarda-pó. Como roda-tetos eram executadas cornijas ou, simplesmente, uma superfície concava que fazia a concordância das superfícies das paredes com a do tecto, recorrendo ao auxílio de moldes de madeira ou de ferro que corriam ao longo das paredes.

Os ornatos de estuque relevado só começaram a ser executados nos tetos dos fogos da Baixa em finais do século dezoito. Os motivos são, tal como nas pinturas, de gosto neoclássico representando urnas, taças, panejamentos, espirais e grinaldas (fig. 131), e eram depois pintados, o fundo em tonalidades mais escuras, castanhos, carmins e verdes simulando cetins, os relevos em creme ou em cores claras.

Neste período aplicaram-se ainda registos de azulejos dos santos protetores, e dos poucos que ainda perduram, o que está no átrio do prédio da Rua dos Fanqueiros 191-197 que esquina para o lado sul da Rua da Assunção (fig. 132), construído em 1798, representa São Marçal tendo por fundo umas casas em chamas, e está envolvido por um enquadramento de concheados em azul e amarelo, ainda muito marcadamente rococó.



Fig. 132 – Registo da década 1790. Fig. 133 – Azulejos de santos protetores, anos 1799/1800.

O que está no átrio do prédio que torneja da Rua do Sapateiros 87-95 para a Rua da Vitória 65-71, construído em 1800, é já ao gosto neoclássico. Preenche o espaço entre o arco duplo e o teto, e é composto por duas figuras de santos, São Marçal e N. Sra. do Carmo (fig. 133), cada um deles pintado a azul, inserido em moldura oval debruada por um cordão dourado, e são dispostos sobre um fundo de esponjado amarelo a imitar o brilho da seda onde se destacam duas grandes flores com as pétalas e as folhas pintadas a roxo e as grinaldas a verde, sugerindo um emolduramento de seda bordada, com motivos neoclássicos. Pena é que este registo de azulejos tenha sido seccionado pela construção de uma parede e pela instalação de uma caixa de estore.



Fig. 134 – Registo de azulejo em edifício de 1820. À direita, pormenor de S. Caetano e da inscrição.



No prédio da Rua dos Douradores 75-91, datado de 1820, as três imagens representam Nossa Senhora da Conceição ladeada por São José e São Caetano, também elas emolduradas por cordões amarelos.

Se as representações da N. Sra. da Conceição são habituais nestes registos, já a representação dos dois outros santos seria inexplicável, não fora saber-se que o prédio foi edificado por Caetano José Pacheco, tratando-se assim de uma forma de identificação do proprietário. Para que não houvesse dúvidas, o nome do santo está legendado num pequeno letreiro, à direita da imagem (fig. 134). Também neste caso as imagens pintadas a azul, estão individualizadas e inseridas em molduras ovais limitadas pelo mesmo cordão amarelo, e o fundo é composto de um emaranhado de folhas de acanto pintadas por forma a evocar passamanaria bordada e que surgem de um capitel, originando nas duas extremidades corpos de anjos, à maneira dos brutescos seiscentistas. Na parte superior há uma grinalda de murta, a verde, que poisa sobre as molduras e as une.

TEMÁTICAS DE AZULEJOS – Freguesia de São Nicolau (1790-1820)													
Interior													
Padronados									Figurativos				
Décadas de construção	Flor e estrela, azuis e manganés, com o centro da flor a amarelo.	Flor azul ocupando 2 ou 4 azulejos	Marmoreados - acetinados	Espanjados	De flor e grinalda com quadrícula linear	Cercadura			Guarda-corpo em ferro	Figuração de temática neoclássica	Registro de santos	Azul e branco	Policromos
						Concheados	Flor-de-lis	Sombra chinesa					
1790/1799	3	0	4	0	1	4	3	1	1	0	1	1	1
1800/1809	3	0	2	0	3	0	1	3	0	1	1		1
1810/1820	0	1	3	2	0	0	1	4	0	1	1	1	0

Quadro 15 – Os temas de pintura mais frequentes nos azulejos existentes no interior dos edifícios da Baixa, freguesia de São Nicolau.

O recurso a um registo de santos protetores para, através da onomástica, identificar o proprietário, é singular. Até meados do século dezoito eram as pedras foreiras aplicadas

nas fachadas dos prédios, que tinham gravados os nomes dos proprietários, mas na Baixa não há no exterior muitas manifestações identitárias. Para além das pedras de armas do duque do Cadaval e do Marquês de Pombal, há apenas uma pequena pedra gravada representando uma embarcação, no prédio que foi mandado edificar por José Rodrigues Bandeira, tão desgastada que não permite leitura.

Se tivermos só em conta os prédios da freguesia de São Nicolau, concluímos que os padrões de flor e estrela pintados a azul e manganés praticamente desaparecem depois de 1809 substituídos pelos do tipo “sombra chinesa” que se vão usar cada vez mais. Os concheados deixam de se aplicar a partir de 1800, a figuração de gosto neoclássico e os registos de santos protetores, mantêm-se durante os vinte primeiros anos do século XIX (quadro 15).

### **5. 6. Os materiais de construção.**

Na generalidade, os materiais não diferem muito dos utilizados no período pombalino, mudando, contudo, as técnicas de fabricação e o estilo ou a corrente artística onde se inserem.

O lioz para a cantaria vinha ainda, em parte, das pedreiras de Lisboa, sobretudo da zona da Ajuda-Campolide-Alcântara, mas a necessidade de dispor das grandes quantidades exigidas para a reconstrução da cidade, obrigou a que se recorresse a novas pedreiras situadas em Paço de Arcos, transportando-se a pedra em barcos.

A partir de inícios do século dezanove foi, essencialmente, o lioz de Pero Pinheiro que abasteceu os estaleiros de construção civil de Lisboa e, com a melhoria da rede de transportes, vieram calcários de Leiria, de Cesareda nas imediações de Óbidos, e de Estremoz, bem como o mármore de Busana extraído de um local próximo da Parede<sup>243</sup>.

As argilas eram exploradas em Lisboa sobretudo na zona oriental, mas também vinham da margem sul do Tejo, e havia fornos de telhas e de tijolos na zona da periférica da cidade, como em Alcântara, no Lumiar, nos Anjos, nos Olivais.

Entre 1767 e 1810 foram fundadas em Lisboa quatorze fábricas de cerâmica<sup>244</sup>.

---

<sup>243</sup> Pinto, Maria João Pereira Rebelo de Sousa (2005). *Levantamento cartográfico de locais de pedreiras no concelho de Lisboa*, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, Licenciamento Urbanístico e Planeamento Urbano. Coleção de Estudos Urbanos, volume 5, p. 16.

<sup>244</sup> Macedo, Jorge Borges de (1963,1982), *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Viseu, Edições Querco, Lda., p.229.

A cal usada nas obras de Lisboa era produzida nos fornos de Alverca, Alhandra, Vila Franca e Castanheira, Azambuja e Vale da Pedra, Alenquer, Ota e Atouguia das Cabras e Portela e era escoada principalmente pelos portos fluviais de Vila Nova da Rainha, Vertudes, Pontever, Vale da Pedra e Muje<sup>245</sup>. A estes acrescem ainda os fornos de cal existentes dentro da cidade como os de Alcântara que pertenceram a Stephens, e em 1812 escreve Ratton “...estabeleci no sítio, e Praia da Pampulha, e no meu prédio da Praia do Calvário, fornos de cal, para consumo do dito mato (rasteiro dos pinhais de Alcochete) ...e junto a este, outro grande forno para cozer tijolo e telha;”.

A grande dificuldade da produção de cal estava na obtenção da lenha necessária ao funcionamento dos fornos já que a região de Lisboa não era uma zona florestal.

No geral, a madeira de pinho para a construção, vinha sobretudo do pinhal de Leiria, e a de castanho da Beira interior. Escreve Ratton “Em Maio de 1793 (...) fui à Marinha Grande tratar com a administração do Pinhal de Leiria sobre as madeiras precisas para os vigamentos e solhos do edifício: dali passei a Dornes para remeter o vigamento de castanho”<sup>246</sup>. Neste caso concreto destinavam-se estes materiais a uma construção em Tomar, mas o próprio Ratton produzia pinho na margem sul do Tejo, que armazenava em Lisboa, junto ao rio, e vendia para a construção como refere no seu texto “e além da muita lenha, que deste (pinhal da Barroca d’Alva) tenho tirado, sempre que foi preciso desbastallo, produz presentemente excellentes páos de préstimo para madeira: objecto de primeira necessidade, cuja qualidade, tendo estado um ano debaixo de água salgada, equivale em duração à melhor madeira do Brasil, para vigamento, madeiramentos e solhos, sendo a única de que em minhas obras me tenho servido ha mais de vinte annos a esta parte.”<sup>247</sup>

Nos livros da Décima da Cidade, nas zonas analisadas como São Nicolau, São Julião, Nossa Senhora dos Anjos, Nossa Senhora da Pena, Santos/Lapa, Mercês e São Mamede, verificou-se a existência de estâncias de madeira em chãos ainda por edificar.

Entre 1763 e 1769 contavam-se na cidade quarenta estâncias de madeira, e só na Baixa havia cerca de quarenta oficinas de carpintaria e dez marceneiros.

Os canteiros que trabalhavam o lioz estavam espalhados pelas diversas freguesias de Lisboa, havendo na distribuição dos ofícios no mesmo período, pelo menos um

---

<sup>245</sup> Ibidem, p. 320.

<sup>246</sup> Ratton, Jacome (1813,1992). *Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo em Portugal, de maio de 1747 a setembro de 1810*. Lisboa, Fenda Edições, Lda., p. 47.

<sup>247</sup> Ibidem. 61.

canteiro em cada bairro e frequentemente três ou quatro, havendo, só na Baixa, treze oficinas de canteiro das quais sete na freguesia de São Nicolau.

O vidro, desde a fundação da fábrica Stephens em 1769, na Marinha Grande, herdeira da de John Beare, deixou de ser um produto raro porque caro, e passou a ter maior uso sendo o processo de fabricação orientado por mestres ingleses. As caixilharias das janelas que passam a ser sistematicamente aplicadas, são de duas folhas em guilhotina, segundo os modelos ingleses. Os vidraceiros que abasteciam as obras de reconstrução, são agora numerosos, só nas freguesias da Baixa contam-se três em Santa Justa, dois em São Julião e um em São Lourenço. Um visitante estrangeiro que esteve em Lisboa em 1794, refere que “as velhas janelas com gradeamentos de madeira de alto a baixo são particularmente desagradáveis pois fazem lembrar verdadeiros galinheiros... Felizmente, apenas as casas anteriores ao Terramoto têm estas antipáticas grades; as novas têm belas vidraças e varandas com gradeamentos de ferro...”<sup>248</sup>

Quanto à produção de materiais em metais não preciosos, essencialmente o ferro importado da Suécia e de Inglaterra, sendo o ferro Sueco mais apropriado à serralharia portuguesa já que não era produzido em altos-fornos, e o latão de cobre importado também da Inglaterra, havia inúmeras pequenas oficinas de fundidores, caldeireiros, serralheiros e torneiros, espalhadas pela cidade. Só em São Nicolau, Santa Justa e São Julião contavam-se dezoito serralheiros, três caldeireiros e um fundidor. Aí eram fabricados os gradeamentos dos guarda-corpos de varandas e escadas, as grades das bandeiras das portas da rua, as fechaduras e todas as outras ferragens usadas na construção<sup>249</sup>. Destas pequenas oficinas uma, instalada na Rua Augusta em 1809, irá ter maior relevo, é a de José Pedro Colares. Em 1821 tinha oito trabalhadores, mas em 1840 tinha já trinta, e vinte anos depois contava cento e sessenta e nove, transformando-se depois na Companhia Perseverança<sup>250</sup>.

Este surto de pequenas oficinas de ferraria e serralharia que ocorreu não só em Lisboa, mas também no Porto, é sintomático de uma certa animação da produção industrial, após o período de depressão económica provocada pelas invasões francesas, e

---

<sup>248</sup> Paulino, Maria Clara (2013). *Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850*. Porto, Edições Afrontamento, p. 205.

<sup>249</sup> Macedo, Jorge Borges de (1963,1982), *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Viseu, Edições Querco, Lda., p. 201.

<sup>250</sup> Mónica, Filomena, “Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)”. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º -4.º-5.º. P.1242.

foi implementado por uma pequena burguesia em confronto com a dos velhos negociantes<sup>251</sup>.

Os estucadores, herdeiros do saber dos mestres ticinenses da Aula de desenho e Fábrica de Estuques que esteve integrada na Fábrica das Sedas, no sítio da Cotovia, e ativa entre 1764 e 1777, obtinham uma carta de oficial após cinco anos de estudos. Eram admitidos quinze aprendizes em cada ano, razão pela qual o número de oficiais estucadores era reduzido. E, para defesa da profissão, foi emitido um alvará régio que proibía, sobe pena de prisão e de elevada multa, o exercício da profissão de estucador a pedreiros, carpinteiros, canteiros e moldureiros que não tivessem uma carta de exame.

Por tudo isto, os estuques decorativos relevados e pintados, eram caros e estavam reservados às igrejas e casas nobres, sendo só a partir de finais do século dezoito que se estenderam às habitações da classe média, e aos prédios de rendimento.

Os mestres estucadores, eram originários do Ticino região situada a sul dos Alpes, entre a Suíça e a Itália, que antes de se fixarem em Portugal trabalharam a sua arte no seu próprio país e também em Espanha e na Alemanha.

Os estucadores que trabalharam como ajudantes dos italianos na reconstrução de Lisboa, vieram na maior parte de Viana do Castelo, mais concretamente de Afife, Carreço e Areosa.

A execução de um teto com ornatos em relevo feitos de estuque seguia, ao tempo, o seguinte método: “Desenhavam o ornato em tamanho natural, em papel amarelo a que chamavam papel de pique. Feito o desenho, picavam os contornos exteriores do mesmo com uma agulha, na qual punham de um lado uma rolha de cortiça para facilitar o trabalho e não magoar as mãos. Em seguida, colocavam o desenho no teto e com uma “boneca” cheia de pó de carvão, batiam sobre o referido desenho. Tiravam o papel e ficava o desenho estampado no teto com os contornos exteriores em pontinhos de carvão, que os artistas ligavam a lápis. Acabada esta paciente operação, amassavam com água pequenas quantidades de gesso de estuque que iam aplicando com espátulas sobre o desenho e cortando com ferros próprios até obterem o recorte delicado da folha...”<sup>252</sup>. Para a coloração do estuque havia vários processos, aplicavam-se os pigmentos na massa ou então pintava-se a superfície em fresca ou depois de seca. Mas o resultado final era,

---

<sup>251</sup> Justino, David (1989). A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913. Lisboa Edições Veja, coleção Documenta Histórica, p.165.

<sup>252</sup> A.d. (1976-77). *Decoração artística de tectos de estuque*. Estágio pedagógico do 5.º grupo. Viana do Castelo, P. 16.

geralmente, o de um fundo colorido com acabamento mais ou menos elaborado, e os relevos em cor clara, quase sempre num creme claro. Não tendo a complexidade e a perfeição dos estuques dos tetos das grandes casas da nobreza ou dos negociantes, delas retirava o essencial, o traçado, a proporção, a elaboração da cor e a técnica de aplicação.

No que respeita aos materiais usados na construção de edifícios, há ainda que referir a reutilização das peças que puderam ser salvas das derrocadas provocadas pelo terramoto, como pedras, tijolos e vigamentos, recuperados dos entulhos pelos habitantes da cidade que, quando já não dispunham de pedra, recorreram à velha técnica da taipa para remendar troços de parede em falta.

Também os madeiramentos que já tinham sido utilizados como suportes durante a edificação, e servido como andaimes, escoras e cambotas foram reutilizados nas obras novas da Baixa e do Chiado como é relatado no seguinte texto, “Como por falecimento de Joaquim Ignacio recahisse a Inspeção das Obras Publicas em Anselmo Jozé da Cruz, veio este a ser encarregado da obra do Convento do Coração de Jesus no sítio da Estrella, (...); e pelo zelo que mostrou no desempenho desta obra lhe fez a Rainha Nossa Senhora a mercê de carta de conselho, e de todas as madeiras que ficaraõ, e haviaõ servido aos andaimes, e que eraõ tantas que no tempo se dice terem quasi chegado para a construção das numerosas propriedades de casas que ele edificou, e formaõ o grande quadrado insolado, entre o Chiado, Rua de Saõ Francisco, e Rua Nova do Almada.”<sup>253</sup>.

### **5. 7. Síntese.**

A década de 1790 foi um período de expansão da economia portuguesa, de exportação de produtos agrícolas e também industriais, devida em parte ao investimento na produção nacional e em parte à turbulência criada na Europa pela Revolução Francesa e, depois, pelas guerras decorrentes da subida ao poder de Napoleão Bonaparte.

Nesse período, a reconstrução da Baixa de Lisboa teve novo impulso, erguendo-se quase tantos prédios como os que se tinham construído nas três décadas anteriores.

O Plano pombalino já não é integralmente cumprido: as sacadas passaram a ser assentes em andares acima do primeiro, não só nas ruas principais, mas também nas travessas; as varandas de balaústres em ferro forjado já não eram apreciadas e nos novos

---

<sup>253</sup> Raton, Jacome (1813,1920). *Recordações de Jacome Raton sobre as ocorrências do seu tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Coimbra, Edições da Universidade. Coimbra, p. 262. O quarteirão a que se refere é o que tem o código SIG: 2000105.

prédios usava-se gradeamentos de ferro forjado em barra, com desenhos que não estavam previstos na Baixa. Os gradeamentos aplicados nos guarda-corpos das varandas e das escadas bem como nas bandeiras das portas da rua, eram constituídos por estreitas barras de ferro forjado que delineavam desenhos de gregas, ânforas e urnas, mantendo a temática neoclássica.

As trapeiras tomam grandes proporções, para dar melhor habitabilidade às águas furtadas, e tornam-se “trapeirões”, alterando a configuração da cobertura que de duas ou três águas, passa a ser complexa.

No interior, a escada com bomba, vem substituir a velha escada pombalina, permitindo que a iluminação e a ventilação se fizessem a partir de uma claraboia instalada no telhado. Assim, sendo as janelas prescindíveis, pode agora a caixa de escada ocupar o centro do edifício, proporcionando uma melhor organização do espaço dos fogos.

A disposição dos compartimentos das habitações não se altera substancialmente, mas as áreas crescem e o número de divisões também, sendo as de sete ou mais divisões as que mais vezes ocorrem. A partir da década de oitocentos generalizou-se um pequeno corredor a ligar a porta de patim à da cozinha, e a existência de grandes salas quadradas que, nos prédios de gaveto, ocupavam a esquina e comunicavam diretamente com o vestíbulo e com outras duas salas mais pequenas, demonstrando a importância que as práticas de sociabilidade passaram a ter para a classe média.

As paredes das escadas e dos fogos habitacionais, continuaram a ser revestidas com lambris de azulejos, agora pintados com motivos lineares, formando quadrículas ou enrolando-se em espirais, sobre os quais são apostas grinaldas. Por vezes eram desenhadas molduras ovais a envolver paisagens ou personagens, sempre sem relevo, como se fossem sombras projetadas, e com o fundo pintado por forma a simular os efeitos da seda.

Nos tetos estucados, e em paredes de habitações de maiores áreas, havia acima dos lambris de azulejo, pinturas de gosto neoclássico.

Nos átrios é frequente o uso de arcos de cantaria lavrada a marcar o arranque da escada, primeiro um arco simples, depois um arco duplo e, finalmente, um arco amplo seguido de um arco duplo.

As chaminés deixam de estar encastradas na parede posterior para passarem a ficar adossadas à parede separadora dos fogos, ou a uma parede lateral, e a verga toma a forma de um lintel reto com as extremidades fazendo no anglo interior uma curvatura.



## CAPÍTULO VI – AS CARACTERÍSTICAS DOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO CONSTRUÍDOS DE 1830 A 1870.

### 6.1. Situação da habitação em Lisboa, depois da guerra civil.

Em 1834, o Município que tinha visto os seus poderes muito diminuídos durante o governo de D. Miguel, vai procurando ganhar competências. Ainda havia muitas barracas a ocupar o lugar dos prédios derrubados pelo terramoto e o vereador da Câmara Joaquim Bonifácio determinou a sua demolição. No ano seguinte, a Câmara consultou o trono sobre a possibilidade de, para tal, reaver as competências perdidas e no mesmo ano a Portaria de 25 de julho concede-lhe provisoriamente o direito de inspeção de obras particulares.<sup>254</sup>

Uma vez reforçada a competência do município, pelo Edital da Câmara Municipal de Lisboa de 20 de fevereiro de 1836 que “consignou as regras relativas à edificação e reedificação da cidade, exercendo assim os direitos de inspeção, de que tinha antiquíssima posse”<sup>255</sup>, ficaram os particulares obrigados à submissão de projeto ou risco à Câmara, não podendo edificar sem a sua aprovação. Os poderes de fiscalização e demolição das barracas passaram, portanto, para a Câmara, diminuindo os da Repartição de Obras Públicas. Daí decorreu a necessidade de constituição de um arquivo metódico para a guarda de “todos os desenhos e planos que houver sobre as diferentes obras”.

Em 1837, o Presidente da Câmara propôs que fosse mandado elaborar “um Plano de reedificação e embelezamento da cidade com as plantas e os riscos correspondentes”, mas tal não se concretizou.

Em 1852 foi criada a Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa com competências para a aprovação dos projetos. Treze anos depois, a 13 de janeiro de 1865, foi publicado o decreto n.º 10 de 31 de dezembro de 1864, em que o governo mandou fazer um plano geral dos melhoramentos da cidade, designadamente no que dizia respeito aos espaços públicos e às edificações existentes, mas também à abertura de novas ruas,

---

<sup>254</sup> Silva, Raquel Henriques da (1997). *Lisboa romântica: urbanismo e arquitetura, 1777-1874*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, p. 278.

<sup>255</sup> Carvalho, Cândido Antonio da Silva (1837), edição, *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa em 1836*. Lisboa, GEO, p.5.

praças, jardins e edificações, com as condições de higiene, decoração, cómodo alojamento e livre trânsito do público.<sup>256</sup>

No artigo 35.º deste decreto ficou estabelecido que os projetos “*além das indispensáveis condições de luz, ventilação e abastecimento de águas*” deveriam atender a outros imperativos como ao sistema geral de esgotos e ao de iluminação da cidade, aos encanamentos interiores das águas dos telhados, ao chanfrado dos ângulos ou esquinas, e ao limite das alturas dos edifícios que passa a depender da largura das ruas. Assim, se a largura do arruamento tivesse de 7 a 10 metros, a altura do prédio não poderia exceder 8 m, se a largura do arruamento estivesse entre os 10 e os 18m, a altura dos prédios não poderia ultrapassar 16 metros, e se o arruamento tivesse de largo mais do que 18m, a altura não poderia exceder os 19m. Porém, em pátios ou ruas particulares não confinantes com a via pública, a altura ficava limitada a 15 metros.

Na prática, estas disposições definiam uma cêrcea máxima de cinco pisos, já que os andares tinham de pé-direito entre 3m e 3,5m., e aplicavam-se também às ampliações de edifícios pré-existentes.

A obrigatoriedade de apresentação prévia de projeto estava estabelecida no artigo 45.º, ficando isentos desse procedimento os “*simples concertos e reparos para a conservação dos prédios*”.

A pressão sobre os proprietários para construírem era grande já que aqueles que possuíam terrenos confinantes com as vias públicas eram obrigados a edificá-los no prazo de um ano contado a partir da intimação porque, se o não fizessem, seriam expropriados e o terreno vendido a quem nele construísse. Assim crescia a área edificada.

Estima-se que só em 1801 a capital tenha recuperado a população perdida com o terramoto de 1755, atingindo os 169.506 habitantes, com uma média de 3,87 habitantes por fogo. Mas se em 1821 tinha ganho 26.124 moradores, nos anos que se seguem esse número vai diminuindo devido a vários surtos epidémicos. No censo de 1840 a cidade atinge o pico negativo de 154.861 habitantes e a partir dessa data vai crescendo, embora com momentos críticos como o da segunda metade dos anos cinquenta, com os surtos de cólera, febre amarela e difteria, mas voltando a subir, em 1878, para os 187.404 habitantes (quadro 16).

---

<sup>256</sup> Vasconcellos, José Máximo de Castro Neto Leite e (1865), *Decreto de 31 de dezembro de 1864, Título III, Secção I: Do plano de edificações e reedificações de Lisboa, medidas gerais para se levar a efeito e prescrições da polícia*. Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional.

A redução da população em meados do século dezanove, foi assim resultante das várias epidemias que assolaram a cidade, mas, a partir de finais dos anos setenta, iniciou-se uma vaga de migração do campo para a cidade que não iria parar de crescer.

HABITAÇÃO EM LISBOA DE 1801 A 1878 <sup>257</sup>			
Ano	N.º de habitantes	N.º de fogos	N.º de habitantes por fogo
1801	169.506	43.800	3,9
1821	195.630	47.714	4,1
1840	154.861	-	-
1853 <sup>258</sup>	166.539	45.010	3,7
1864 <sup>259</sup>	163.763	42.180	3,9 <sup>260</sup>
1878	187.404	45.749	4,1
1900 <sup>261</sup>	351.000	78.000	4,0

Quadro 16 - Evolução da habitação em Lisboa ao longo do século dezanove.

Esta população migrante foi habitar o centro, nos bairros mais antigos da cidade, e também se instalou em áreas periféricas contribuindo para o crescimento do perímetro urbano e para o preenchimento dos espaços ainda vazios entre os arruamentos de acesso à cidade. As zonas reconstruídas, como a da Patriarcal, a da Praça das Flores entre o Passeio Público e a Patriarcal, a de São João dos Bem Casados a Santa Isabel, ou as ruas do Duque de Bragança e a Nova da Trindade, ambas ao Chiado, são ocupadas pela classe média e média-alta. Mas, ainda assim, não havia ainda um zonamento que separasse os vários grupos sociais, continuando ricos e pobres a viver entrosados como narra em 1836 um viajante estrangeiro “O grande inconveniente é estar tudo misturado: enquanto na maior parte das cidades europeias as classes sociais habitam zonas diferentes, aqui os palácios e hotéis estão espalhados tanto pelo interior da cidade como pelos seus locais

<sup>257</sup> Rodrigues, Teresa (2008). *Lisboa. Das longas permanências demográficas à diversidade social*. Jornadas – Demografia Histórica de Lisboa- GEO, p.8.

<sup>258</sup> Em 1852 foram criados os concelhos de Belém e dos Olivais, deixando de se contabilizar essa população em Lisboa.

<sup>259</sup> População, censo no 1.º de janeiro de 1864, Folha VIII, Quadro da população por distritos e por cidades. Lisboa, Imprensa Nacional 1868, separata do volume de 1864.

<sup>260</sup> Em Portugal, a média de indivíduos por família era de 4,02.

<sup>261</sup> Em 1885, os concelhos de Belém e dos Olivais foram extintos, reintegrando-se a população.

mais afastados, incluindo colinas e vales, o que torna impossível visitar várias pessoas num só dia”<sup>262</sup>.

O número de fogos oscila, durante esse período, entre os 45.000 e os 47.000, só se verificando a sua subida contínua a partir da década de sessenta. Nesses números estão incluídos um grande número de barracas e de prédios quinhentistas e seiscentistas de fachadas em frontal de madeira, muito degradados.

O número médio de habitantes por fogo que em 1821 rondava os 4, vai oscilar, no período que vai de 1840 a 1870, entre os 3,7 e os 3,9 habitantes, só vindo a atingir de novo os 4 no final do século.

## **6.2. Volumetria e fachadas.**

Através da análise de uma amostra de 146 projetos de alçados de novas construções ou de alteração das existentes, os quais foram submetidos aos serviços municipais desde a década de 1840 e que sobreviveram ao incêndio dos Paços do Concelho ocorrido em 1863, foi possível verificar a evolução das características arquitetónicas dos edifícios de habitação construídos neste período<sup>263</sup>.

De dezasseis alçados apresentados na Câmara durante a década de 1840, situados na zona ocidental da cidade, entre a Baixa e a Praça da Armada, apenas dois são propostas de construções de raiz, sendo os restantes pedidos de aprovação de alterações.

Comparando os processos dos edifícios apreciados pelos técnicos municipais ao longo das três décadas de 1840, 1850 e 1860, verifica-se da primeira para a segunda década o aumento do número de projetos existentes, de dezanove para cinquenta, e da segunda para a terceira década uma subida para setenta e sete, mas isso tanto pode decorrer do facto de se ir tornando prática corrente e obrigatória a apresentação dos projetos dos edifícios sujeitos a obras de alteração, como pode traduzir o extravio ou a destruição da documentação, ou mesmo corresponder a um efetivo aumento da atividade construtiva.

As obras para as quais foram apresentados projetos (quadro 17), consistem essencialmente nas seguintes operações urbanísticas:

---

<sup>262</sup> Paulino, Maria Clara (2013), *Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850*. Porto, Edições Afrontamento, P. 211.

<sup>263</sup> Ver Volume Anexo pp. 270-302.

1. Emparcelamento de dois prédios daí resultando um maior polígono de implantação;
2. Loteamento de uma parcela por forma a construir mais do que um edifício;
3. Acréscimo de um piso aos já existentes;
4. Assentamento de varandas corridas, geralmente no novo piso;
5. Construção de trapeiras volumosas de um ou mais vãos;
6. Alteração da cimalha;
7. Regularização dos vãos procurando o seu alinhamento, a simetria, e a repetição da forma e das proporções em cada piso;
8. Construção de raiz.

No computo geral, os casos de emparcelamento são raros, dois prédios na década de quarenta e um na década de sessenta, e também os loteamentos são pouco frequentes.

As construções de raiz têm várias causas sendo, nas zonas antigas de Alfama ou da Pena, devidas ao mau estado em que se encontrava a estrutura, quando ainda era constituída por paredes exteriores em madeira, como no prédio da Rua da Galé 32-33 relativamente ao qual é referido, no requerimento do dono da obra, “que tendo sido intimado para demolir o prédio (...) e pretendendo o Supp.e reedifica-lo antes que demoli-lo...”<sup>264</sup>.

Noutros casos o chão ficou por edificar desde o terramoto, é disso exemplo o prédio da Rua da Madalena 86-88 que veio a ser emparcelado com o prédio contíguo, já existente, da Travessa das Pedras Negras.

Há ainda as casas construídas na Praia de Santos em 1845, treze anos antes do aterro da zona, e que se destinaram a substituir um barracão pertencente ao marquês de Abrantes. Outras ainda, situam-se em zonas de expansão da cidade, ao longo das vias de acesso, como a antiga Rua Direita de São João dos Bem Casados, atual Rua Silva Carvalho, ou a antiga Rua de Santa Isabel, atual Rua Saraiva de Carvalho, ambas ao Campo de Ourique, ou a Rua de Arroios e a antiga Rua do Sacramento à Cruz do Tabuado, estas duas últimas na parte norte da cidade.

---

<sup>264</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/1041; P. 1. Cotas: 10198. A.M.L.

<b>CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS DE ALTERAÇÃO APRESENTADOS À CML NAS DÉCADAS 1840-1860</b>															
<b>Década</b>	<b>N.º total de prédios</b>	<b>Emparcelamento</b>	<b>Pisos corridos existentes (1.º piso=R/C)</b>					<b>Pisos corridos acrescidos</b>			<b>Trapeirões</b>	<b>Varanda corrida</b>	<b>Platibanda</b>	<b>Beirado</b>	<b>Regularização de vãos</b>
			<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>					
1840	16	2	3	5	5	2	0	5	2	1	4	9	2	14	2
	100 %	12 %	18 %	31 %	31 %	12 %	0 %	31 %	12 %	6 %	25 %	56 %	12 %	87 %	12 %
1850	40	0	3	11	15	5	3	20	4	2	11	17	6	29	1
	100 %	10 %	7 %	27 %	37 %	12 %	7 %	50 %	10 %	5 %	27 %	42 %	15 %	72 %	5 %
1860	74	1	4	34	20	11	1	30	0	0	4	28	58	16	15
	100 %	1 %	5 %	46 %	27 %	14 %	1 %	40 %	0 %	0 %	5 %	37 %	78 %	21 %	20 %

Quadro 17 - Características das operações urbanísticas propostas nos projetos apresentados à CML nas décadas 1840-1860.

Nas décadas de cinquenta e de sessenta há zonas centrais que se reedificam como a zona do Príncipe Real, de que são apresentados alçados para oito edifícios situados na antiga Rua do Moinho de Vento atual Rua Dom Pedro V, e na Praça do Príncipe Real ora tornejando para a Rua do Jasmim, ora para o Alto do Longo ou para a Rua do Século, mas o mesmo acontece em ruas envolventes como a Travessa do Abarracamento de Peniche e a Travessa da Patriarcal Queimada.

De referir também, os edifícios levantados com abertura de ruas como os que foram propostos por H. S. Damasceno Monteiro, para a frente poente da atual Calçada da Mouraria, datados de 1856. O alçado desses três prédios, ainda hoje existentes, traduz a

urbanização de um grande logradouro pertencente a um dos prédios contíguos<sup>265</sup>. Caso semelhante é o do loteamento e da construção de edifícios que, em 1842<sup>266</sup>, os Duques de Bragança promoveram no lado sul da rua Nova dos Mártires, atual rua Vítor Cordon, e, ainda em 1848, a urbanização do local do extinto convento de São Domingos, integrando as belas arcadas de pedra do piso térreo, nos novos edifícios, ou também o dos projetos apresentados por Manuel Junqueira para cinco edifícios no quarteirão com frente para a Rua de São Paulo e para uma rua nova, a atual Rua da Moeda.

Para além disso, há sobretudo propostas de intervenção nos edifícios já existentes, pelo aumento de um andar corrido, independentemente do número de pisos já construídos, mantendo assim as mesmas diferenças de nivelamento. Metade dos projetos da década de 1850, dizem respeito ao aumento de um piso, na década seguinte serão 40%.

A construção de trapeirões é também frequente, grandes volumes que emergem dos telhados, com fachadas de dois e três vãos, ladeados por pilastras e por vezes coroados por frontões de gosto neoclássico. Nos anos quarenta, em 25% dos alçados analisados e na década de cinquenta, em 27%, estão propostas essas ampliações, que caem para 5% na década de sessenta, tornando-se depois obsoletas e substituídas por andares corridos, passando mesmo a aprovação do projeto, a ser condicionada à não construção de trapeiras.

Outra alteração notória é a substituição dos beirados por platibandas. Se nos edifícios de tipologia pombalina o telhado se prolongava formando um beirado proeminente sobre a cornija de remate da fachada, lançando para a rua as águas pluviais, a partir de 1855, surge como condição de aprovação “o encanamento das águas dos telhados para as manilhas das pias de despejo”. Esta prescrição que virá a figurar no Plano de Edificações e Reedificações em Lisboa, medidas gerais para se levar a efeito e prescrições de polícia<sup>267</sup>, datado de 1864, irá condicionar a forma das cimalthas pois se, nalguns prédios se mantém o beirado e, um pouco acima, já sobre a parte recuada da parede da fachada, é assente uma caleira de recolha das águas pluviais que descarrega em tubos de queda em grés embutidos nas fachadas, na maior parte dos casos o beirado é substituído por um murete ou platibanda.

Nos anos quarenta só em 12% dos alçados é apresentada uma platibanda, nos anos cinquenta a percentagem sobe para 15% e na década de sessenta para 78%.

---

<sup>265</sup> Alçado N.º 102, Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0416; Página 1. Cota: 8425. A.M.L.

<sup>266</sup> Pinheiro, Magda (2011). *Biografia de Lisboa*. Edição A esfera dos livros, Lisboa.

<sup>267</sup> Vasconcellos, José Leite e (redator), (1865). Plano de edificações e reedificações em Lisboa, medidas gerais para se levar a efeito e prescrições de polícia, Decreto real de 31 de dezembro de 1864, na Secção I do Título III, n.º 5 do artigo 35.º.

Os beirados são ainda tolerados nas zonas mais antigas da cidade, em particular na colina do Castelo, Alfama, Mouraria e Pena, mais por serem bairros desvalorizados onde a falta de qualidade da edificação não merecia o preço da modernidade, do que por consciência do seu valor histórico e patrimonial.

As platibandas, para além da sua função de guarda-corpos são elementos decorativos sendo por vezes constituídas por troços de balaustradas, servindo de suporte a jarrões, urnas, fachos e estatuetas.

Os técnicos do município que apreciavam os projetos e sobre eles emitiam pareceres, manifestavam o gosto pela organização harmoniosa das fachadas, procurando através dos seus despachos evitar a disparidade das formas entre a parte já edificada e a parte a acrescentar. É exemplo disso o despacho ao pedido de ampliação do número seis da Rua Fresca, datado de 1861 e representado no alçado n.º 859, que coloca como uma das condições de aprovação “...a substituição da cimalha do primeiro andar por uma simples faixa”<sup>268</sup> a fim de evitar a perceção de que o último andar fora construído acima da cornija.

Há ainda as propostas de alteração dos vãos, rasgando as janelas de sacada para as tornar mais altas e, acima de tudo, alinhando os eixos dos vãos e distribuindo-os a espaços iguais procurando obter fachadas de composição ordenada e simétrica para o que contribuiu o uso de varandas com recorte curvo, unindo os vãos centrais, sobretudo nos primeiros andares.

O objetivo de obter fachadas com a disposição dos vãos em simetria traduziu-se em vários despachos camarários, como por exemplo num datado de 1864, referente a um prédio localizado na Rua dos Arcos das Águas Livres onde se por um lado o proprietário pretende alterar uns vãos de porta substituindo as cantarias setecentistas por lintéis curvos idênticos aos dos outros vãos, por outro lado o técnico municipal exige que a varanda existente no primeiro andar, um pouco descentrada, seja substituída por outra que abranja mais um vão por forma a que fique bem no eixo da fachada<sup>269</sup>.

Ainda no que respeita aos aspetos formais das fachadas, o gosto pela aplicação de lintéis em arco de volta inteira ou em arco quebrado dito ogival, vai-se acentuando. Nos anos quarenta apenas num alçado estão representados vãos de janelas com lintéis em arco quebrado, na década seguinte figuram arcos quebrados em três projetos e, num outro,

---

<sup>268</sup> Alçado N.º 859, Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0707; Página 1. Cota:8753. A.M.L.

<sup>269</sup> Documento PT/AMLSB/CMLBAH/GEGE/023/1408; Página 3. Cota 10226. A.M.L.



janelas de lintéis em arco de volta inteira, mas na década de sessenta há nove projetos de vãos de janela com lintéis em arco quebrado e outros doze de arcos de volta inteira. Estando ainda assim em minoria, os lintéis em arco pleno e ogival representam 27% dos edifícios construídos em Lisboa nesse período e têm ainda hoje uma forte presença na paisagem urbana.

Estas alterações foram feitas em prédios já existentes espalhados por toda a cidade, com particular incidência na Baixa Pombalina em doze edifícios, na Rua do Poço dos Negros em três, e na Rua da Rosa das Partilhas também em três edifícios, na zona que fica entre a Calçada da Glória e a Praça da Alegria em quatro edifícios, e no eixo das Rua de São Paulo e Boavista noutros quatro.

A propósito da permissão do aumento da altura dos edifícios pela construção de um novo piso, é curioso o teor despacho da Repartição Técnica da Câmara, datado de 1864, ao projeto de acrescentamento de um andar ao prédio situado na Rua da Conceição 121-129, onde apesar de estar referida a discordância com a construção na cidade baixa, de prédios com mais de três andares, acaba por emitir um parecer favorável justificando-o pela constatação de que “...actualmente existem já convertidos em quartos andares as trapeiras dalguns prédios do Rocio, Rua dos Capellistas e da Conceição, (...) parece-lhe que a Ex.ma Câmara não poderá recusar a aprovação do projeto junto (...)”<sup>270</sup>. Ainda assim impõe como condição de licenciamento a completa eliminação das trapeiras.

Quanto à cor e ao eventual revestimento das fachadas em pedra ou em azulejo, o viajante Rockweel, em 1836, escreve que as casas são de pedra e estuque, caiadas ou pintadas de cor clara, e têm de dois a seis andares<sup>271</sup>. No mesmo ano, outro viajante menciona a pintura em tons de cinza pálido, mas nenhum refere revestimentos azulejares exteriores, embora mencionem os existentes nos interiores. Também Hughes, em 1846, escreve sobre a cor amarela das fachadas da Praça do Comércio.

Na freguesia de São Nicolau já quase todos os prédios estavam edificadas em 1820, mas há exceções, casos em que o rés-do-chão foi edificado, mas os pisos superiores só anos depois foram levantados. É o caso do prédio sito na Rua dos Correiros 161-169, que começou a ser erguido por António Francisco Chaves em 1805 e se manteve só em rés-do-chão até 1849 (fig. 135). Nessa altura, pertencia já a Manuel Nunes Correia que

---

<sup>270</sup> Alçado n.º 1105, N.º 96. Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GECE/023/0898; Página 2. Cota: 9939. A.M.L.

<sup>271</sup>Paulino, Maria Clara (2013). *Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850*. Porto, Ed. Afrontamento, p.211.

apresentou à Câmara um projeto de ampliação<sup>272</sup> de mais quatro pisos sendo o primeiro e o segundo andares de sacadas com varandas individuais e o quarto andar de varanda corrida assente sobre uma cornija, manifestamente contrariando o Plano pombalino.

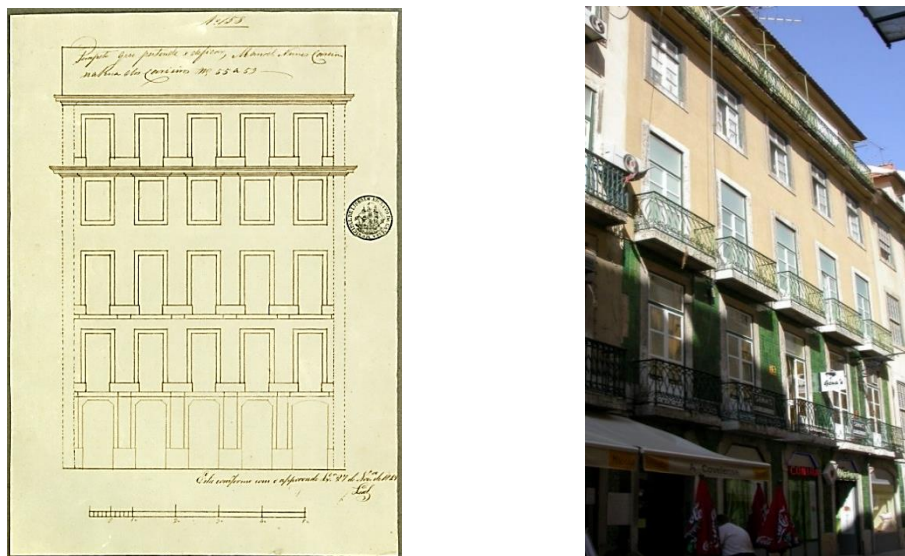


Fig. 135 – Prédio situado na Rua dos Correeiros 161-169, ampliado com mais quatro andares em 1849. À esquerda em projeto de ampliação, e à direita edificado.

De assinalar é ainda o facto de, na cobertura, não estarem previstas trapeiras sendo então o espaço entre o telhado e a esteira apenas uma caixa-de-ar e não uma habitação.

No edifício da Rua dos Fanqueiros 280-286, a fachada construída conforme ao projeto de 1849 é já diversa, tanto do previsto nos prospetos pombalinos que constituíam o Plano, como das características fachadas de 1790/1820. Neste caso, os nembos entre as portas das lojas, estão revestidos com pedra até ao primeiro andar. O edifício é constituído por rés-do-chão, sobreloja, e mais quatro pisos, mas a ênfase no eixo de simetria é obtida pelo tratamento dado aos dois vãos centrais do primeiro andar que são diferentes dos laterais, já que as molduras de pedra são encimadas por entablamentos e dão para uma varanda corrida, em que a base de pedra é recortada de modo a tornar mais amplo o espaço central (fig. 136).

<sup>272</sup> Alçado N.º 158, Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADMG-E/08/0100; P.1. Cota: 7576. A.M.L.

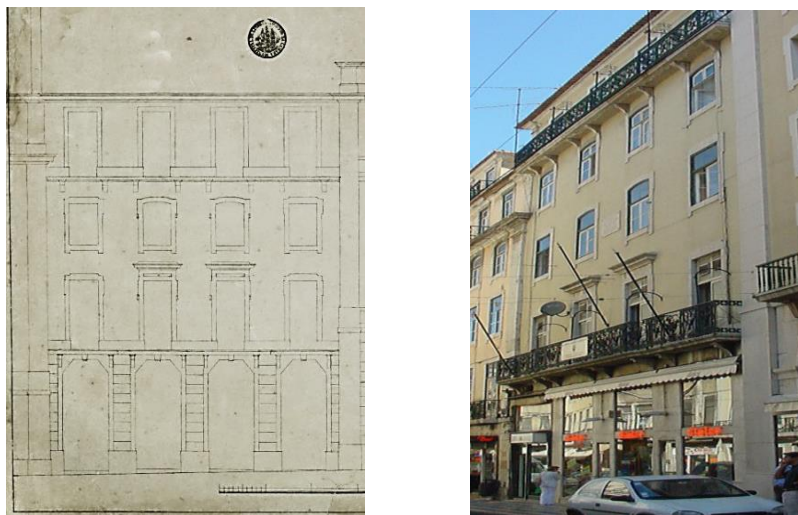


Fig.136 – Rua dos Fanqueiros 182-186. Alçado datado de 1855<sup>273</sup> e estado da fachada em 2004.

Tanto esta varanda como a do quarto andar, ambas corridas, assentam sobre mísulas de cantaria lavrada, que estão agrupadas aos pares. O guarda-corpo é constituído por peças de ferro fundido colocadas tanto em posição horizontal como em posição vertical, formando uma quadrícula resistente onde se inserem elementos em ferro forjado em barra representando figuras alternadas de flores e ânforas (fig. 137).



Fig. 137 - Guarda de varanda na Rua da Prata 182-186, de 1849.

A composição já está longe do paradigma pombalino e, da uniformidade dos vãos em cada piso, passou-se para a diferenciação da zona central, a fachada como um plano deu lugar à proeminência dos elementos axiais. Mas este gosto pelo uso da cantaria a marcar o eixo de simetria das fachadas, não é novo e estava já em alguns outros prédios

<sup>273</sup> Alçado n.º 159, Doc. PT/AMLSB/CMLSB/AGER-E/08/0101; P.1. Cota: 8815. A. M. L.

construídos por volta dos anos vinte, em particular na Baixa, como o da Rua da Madalena 83-87 que torneja para a Rua da Conceição, e o da Rua dos Fanqueiros 132-140 que pertenceu ao Barão de Quintela.

Enquanto os estrangeiros que visitaram Lisboa no início do século dezanove elogiaram a arquitetura da Baixa tecendo considerações sobre a semelhança dos quarteirões com palácios, passados quarenta anos outros houve que os assemelharam “à arquitetura fechada dos nórdicos caixotes de pedra”. O gosto tinha mudado, a arquitetura pombalina era agora considerada monótona e pouco sofisticada.

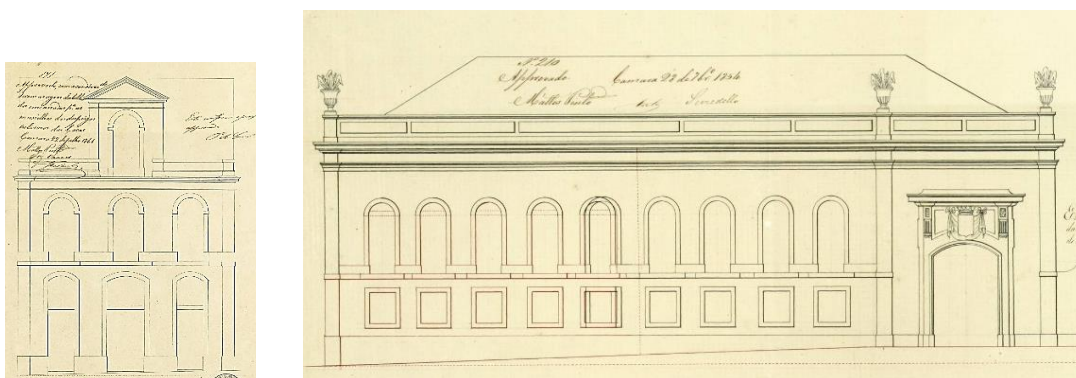


Fig.138 – Similitudes na forma dos vãos. À esquerda, frente de um modesto edifício na Rua de São José 45-49, de 1861. À direita, o prédio do Conde de Paraty, na antiga rua de Santa Isabel 17, datado de 1853.

Nas novas fachadas dos edifícios que se construíram de raiz e onde o dono da obra pôde realizar o seu prédio de sonho, os vãos de portas e janelas têm lintéis curvos ora em arco de volta perfeita, ora em arco quebrado ou ogival, remetendo para formas medievais segundo o gosto romântico. Os vãos centrais do primeiro andar são de sacada e abrem para uma varanda de bacia recortada assente sobre mísulas. A cimalha é formada por uma cornija bastante relevada, onde assenta uma platibanda que, até aos anos cinquenta é interrompida na parte central por um grande trapeirão, e é rematada nos extremos por acrotérios com estatuetas, vasos, urnas ou outros elementos decorativos.

Estas características arquitetónicas estão presentes tanto nos pequenos edifícios com fachadas de três módulos verticais de vãos, como nos grandes casarões das classes mais elevadas como o do conde de Paraty na antiga rua de Santa Isabel 17 (fig. 138).

### 6.3. Organização interior dos fogos de rendimento.

Voltando ao edifício da Rua dos Correeiros 161-169 (fig. 135), quando se olha do exterior, o prédio não tem elementos que o distingam dos demais da rua, mas a organização interior do espaço introduz inovações que apontam para importantes mudanças.

No interior das lojas há arcadas, o átrio é estreito com um arco de cantaria a marcar a passagem para a caixa de escada, deixando um espaço de cerca de oitenta centímetros, até ao primeiro lanço de degraus que são em pedra. É um piso térreo pombalino. Daí para cima, a escada é em madeira, tem dois lanços por piso e uma bomba estreita de planta retangular, com um guarda-corpo constituído por pilaretes de ferro fundido.

Há um fogo por piso e, como a caixa de escada não está encostada à parede da fachada posterior, mas ocupa, em vez disso uma posição central, a chaminé da cozinha está localizada entre a caixa de escada e a parede das traseiras, adossada à parede da empena. Ocupa assim a posição que será progressivamente adotada na grande maioria das construções que virão a ser feitas em Lisboa, até aos anos de 1930.

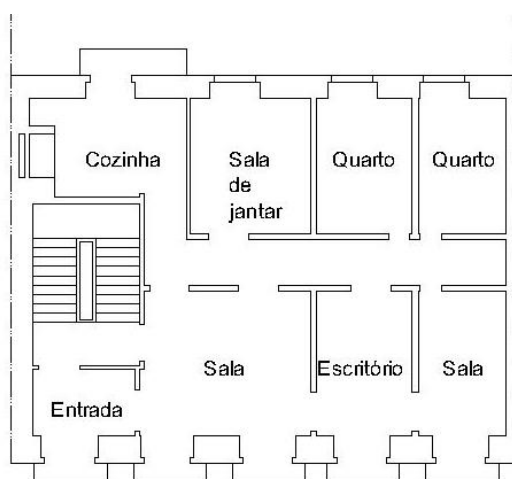


Fig. 139 – Planta do 1.º andar do prédio da rua dos Correeiros 161-169<sup>274</sup>.

O espaço dos fogos (fig. 139) foi organizado de forma a que, com janelas para a rua havia três divisões mais uma pequena divisão “independente” com porta para o patim da escada, que podia servir como vestíbulo, uma sala ampla, também com porta para o patim da escada, e duas outras com áreas de cerca de metade da primeira. Estas três salas

<sup>274</sup> Desenho feito a partir da planta contida na Obra 28938; Proc. 2396/DMPGU/OB/1995; P. 4. A.M.L.

comunicavam com um corredor que atravessava longitudinalmente toda a casa e através do qual se acedia aos três quartos das traseiras e à cozinha. Já não havia quartos interiores e não era necessário atravessar um quarto para chegar a outro, uma vez que o longo corredor transversal permitia acessos independentes.

No edifício da Rua dos Fanqueiros 182-186 que se destinava inicialmente a habitação, o primeiro andar foi ocupado pela Academia de Recreio Artístico. Neste caso, a caixa de escada topeja na parede da fachada posterior, e é de dois lanços por piso sem bomba, remetendo para uma construção de tipologia pombalina, muito anterior à construção da fachada.

Pela leitura de um projeto de alterações do fogo do segundo andar compreende-se como estava o espaço organizado (fig. 140). Tal como no prédio da Rua dos Correiros 161-169, havia um largo corredor central, que distribuía para os quartos e para a cozinha, bem como para quatro compartimentos interiores que, por sua vez, tinham portas para uma sala grande e para outras duas de menores dimensões.



Fig.140 – Rua dos Fanqueiros 286, planta do 2.º andar<sup>275</sup>.

O corredor tinha porta direta para a escada, e o mesmo sucedia com um dos compartimentos interiores que comunicava também com a sala, podendo este servir de vestíbulo ou de sala de espera, para autonomização de uma parte da casa, tendo em vista o desempenho de uma atividade profissional do chefe de família, ou para subaluguer.

<sup>275</sup>Desenho feito a partir dos elementos existentes no A. M. L, Obra 11996; Vol.1; Proc. 6630/1.ª REP/PG/1920-T.1; P.4.



Nesse caso, o corredor assegurava o circuito interior da família, independente dos de fora. Também aqui é possível dividir o espaço em três partes distintas, uma zona privada que é a dos membros da família, constituída pelos quartos e a casa de jantar, uma zona destinada aos serviçais que estava confinada à cozinha, à dispensa e, eventualmente, a um quarto de dormir, e a zona social de receber visitas ou mesmo de exercício profissional, com acesso direto pela escada, e consistia em duas salas e um escritório, com janelas para a rua.

Esta organização do espaço em três zonas distintas destinadas a diferentes usos, traduz também uma separação dos moradores em três grupos, o dos criados, o do chefe de família cuja atividade profissional exige relações exteriores, e os membros da família confinados à parte central e às trazeiras do edifício. Se, anteriormente, os criados viviam por entre os membros da família que serviam, circulando pela casa e com eles coabitando, ainda que todos conhecessem bem as diferenças sociais que os separavam, agora estão realmente confinados a espaços específicos, mesmo em fogos tão exíguos como este.

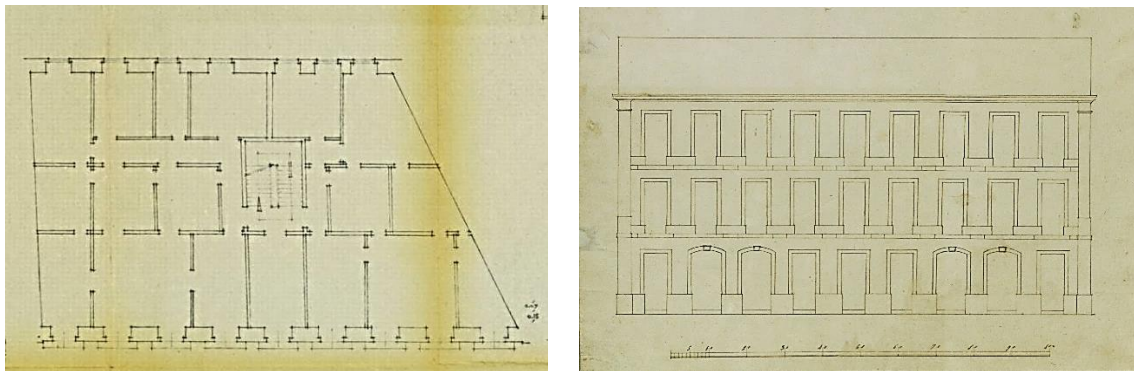


Fig. 141 – Rua de São Paulo 113-129: À esquerda a planta dos pisos<sup>276</sup> e à direita o alçado principal<sup>277</sup>.

O edifício localizado na Rua de São Paulo 113-129, foi edificado em 1845 com rés-do-chão e dois pisos (fig. 141). Tem uma fachada larga, com nove módulos verticais de vãos, todos de sacada, mas a configuração trapezoidal do lote que termina em ângulo agudo, colide com ortogonalidade das divisórias interiores.

Assim, embora tenha dois fogos por piso, os do lado direito têm uma área menor já que são seccionados na diagonal e que na disposição dos compartimentos não houve

<sup>276</sup> Obra 5701, Proc. 24884/DAG/PG/1952; P. 8. A. M. L.

<sup>277</sup> Alçado N.º 23 - Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0018; P.1. Cota: 7382. A. M.L.

qualquer intensão de adaptar a forma à configuração da planta, tal era a rigidez na aplicação do esquema de divisão do espaço.

A caixa de escada que ficou alinhada com o eixo da fachada, ocupou a área central e era iluminada por uma claraboia. Atrás dela e adossadas à parede divisória dos dois fogos, ficavam as chaminés da cozinha e o poial. Os outros compartimentos estavam dispostos segundo três linhas, a primeira, junto à fachada principal e com janelas para a rua, era a dos espaços sociais, vestíbulos, salas e escritórios. A segunda, na parte central, era a dos quartos de dormir dos membros da família, a terceira junto à fachada posterior e com janelas para um estreito saguão, era em parte ocupada pela família na casa de jantar e um quarto e em parte pelo serviço doméstico com a cozinha, as dependências das serviçais.

Entre os quartos e a zona de serviço havia um corredor que articulava estas zonas entre si e as ligava à porta de entrada. Mas, apesar desse corredor de distribuição, as alcovas continuavam a ter também portas para as salas e mesmo portas entre si. Cada quarto tinha três portas estando assim tão devassado que mal restava espaço para dispor uma cama.

Também neste caso é bem explícita a divisão do espaço em três zonas, aquela onde circulavam os criados, separada da da família pelo corredor, a área familiar constituída pelos quartos e por algumas salas, e o espaço social, de receção de visitantes, que podia ser também local de exercício de uma profissão, podendo ser usado como consultório, espaço de negócios ou escritório, já que tinha acesso autónomo.

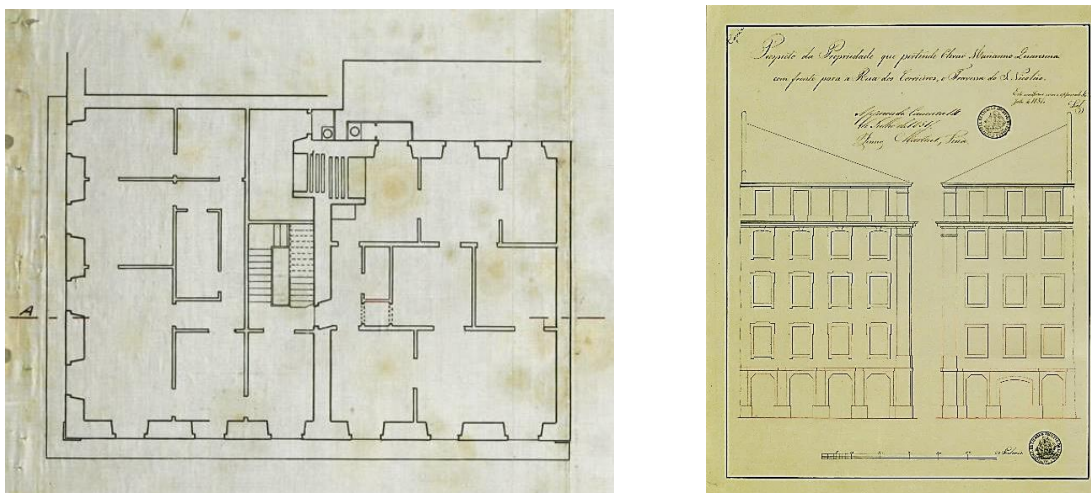


Fig. 142 – Rua dos Correiros 49-59: à esquerda, planta do 4.º andar e, à direita, alçado de 1851<sup>278</sup>.

<sup>278</sup> Alçado N.º 237, Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADMG – E/08/0159; P. 1. Cota: 13598. A.M.L.



Outro caso de estudo é o da construção do edifício da Rua dos Correios 49-59 iniciada em 1800, recorrendo ao emparcelamento de dois lotes com frente de três módulos verticais de vãos. Foram logo levantados o rés-do-chão e o primeiro andar e assim permaneceu até 1851 data em que foram construídos o segundo, o terceiro e o quarto andares (fig. 142).

Entre o terceiro e o quarto andar há uma cornija, como se o prédio tivesse já três andares e o quarto tivesse sido acrescentado. Este artifício na modenatura da fachada contribuiu para a unidade formal da Baixa, mantendo a linha da cércea primitiva mesmo quando são acrescentados novos andares. Contudo, a partir dos anos sessenta há despachos dos técnicos municipais a requerimentos de aprovação de projetos de ampliação, no sentido de eliminar a cornija por forma a não se perceber que o edifício fora acrescentado.

Em planta verifica-se a coincidência das linhas das paredes portantes, de frontal de madeira, com as pré-existentes no primeiro andar, mas os tabiques são dispostos de modo a criar um corredor em U que serve o quarto interior e também o vestíbulo, as sala e a cozinha, ou seja, todas as divisões mas, ainda assim, em todas elas exceptuando o quarto interior e a cozinha, há portas que as ligam entre si. Verifica-se a possibilidade de percorrer todos os compartimentos sem recorrer ao corredor, mantendo dois circuitos independentes um para a família e outro para as serviçais e para a visitas.

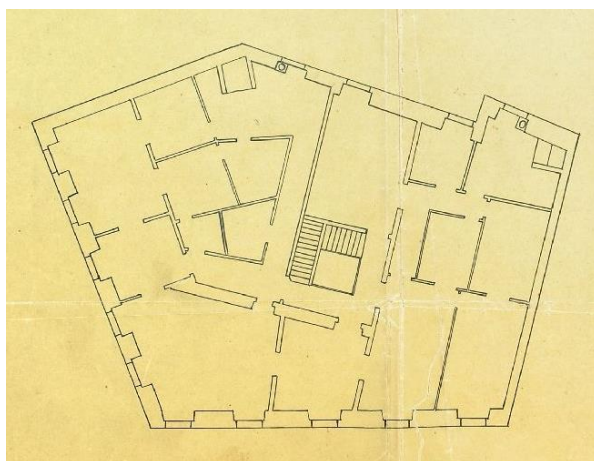


Fig. 143 – Calçada da Mouraria 13. Planta do 2.º andar.<sup>279</sup>

---

<sup>279</sup> Obra 34448; Proc.2317//PET/1928; P.2. A.M.L.

Já nos fogos da Calçada da Mouraria 13 (fig. 143), prédio edificado em 1856, a divisão do espaço teve em conta a forma irregular da planta, não dispendo na ortogonal as paredes de frontal e os tabiques e definindo salas de geometria irregular. Também estes andares tanto podiam ter dois fogos por piso como um só com o dobro da área, bastando para isso abrir uma porta na parede de tabique que os separava. Tal acontecia sobretudo nos fogos do primeiro e segundo andares que sendo os mais valorizados tinham materiais de revestimento e acabamentos mais cuidados proporcionando assim rendas mais elevadas.

Na parte esquerda os fogos têm maior área, e um longo corredor em L faz a ligação direta da porta de entrada à cozinha que por sua vez está ligada aos compartimentos de serviço como a dispensa, o quarto dos serviçais, e à zona familiar de salas e quartos. Outra porta de entrada dá acesso direto à zona social do vestíbulo, escritório e à maior sala também acessível pela zona familiar. O uso desta parte da casa com atividade profissional perdurou, em certos casos, até finais do século vinte.

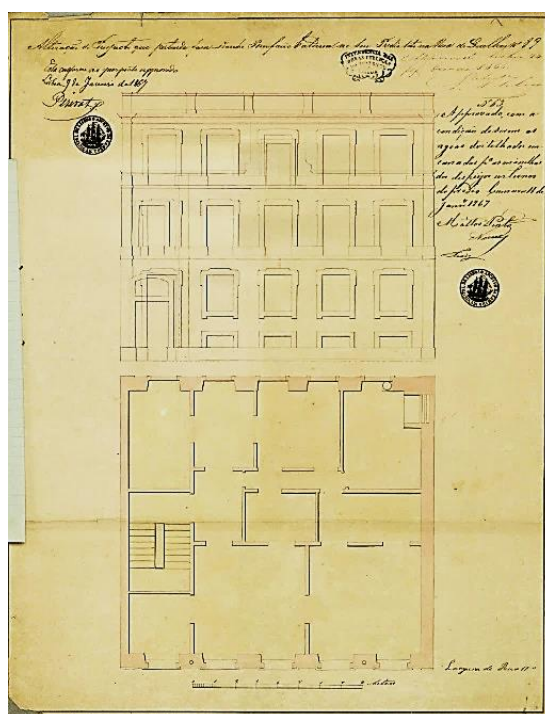


Fig. 144 – Antiga Rua do Quelhas 89. Alçado e planta dos andares, datado de 1867.<sup>280</sup>

<sup>280</sup> Alçado n.º 1377. Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/1067; Página 3. Cota:10239. A.M.L.

No prédio da Rua do Quelhas antigo número 89, o projeto de alteração (fig. 144), representa um polígono de implantação próximo do quadrado, e propõe a substituição da trapeira do último andar por um andar corrido, bem como a alteração do módulo de vãos da porta de entrada, e uma cimalha em platibanda. A platibanda pressupõe o encaminhamento das águas pluviais através de uma caleira para dois tubos de queda que ficavam embebidos nos nembos, tal como representado em planta. Este sistema era, até então, apenas instalado na parede da fachada principal para impedir o escorrimento das águas dos telhados para a rua e, desta forma, valorizar o espaço público.

Quanto à organização das plantas dos pisos, a porta de entrada dá para um pequeno vestíbulo por onde se acede a uma sala grande, quadrada, logo seguida de outra semelhante e de uma mais pequena, as três comunicando entre elas por portas em enfiamento e todas com janelas para a rua. São a parte social da casa, onde são recebidos os visitantes. Para as traseiras dão a casa de jantar, a cozinha, e dois outros compartimentos que podem servir como quartos ou saletas. No interior do fogo há duas pequenas divisões sem janela, as câmaras, vestígios das antigas alcovas.

Entre o corpo da casa, virado ao quintal, e o restante espaço, há um corredor.

Comparando com as plantas traçadas nas duas décadas anteriores, constata-se a valorização da iluminação natural e do arejamento dos quartos da família instalando-os numa área anteriormente destinada aos serviçais, passando estes para um dos compartimentos interiores, mas mantém-se, ainda assim, o corredor a separar esta zona privada da zona social. Esta alteração do uso do espaço deve-se sobretudo à introdução de um sistema de esgotos domésticos ainda incipiente, mas já representado na planta, sob o enxalço da janela da cozinha. O pequeno círculo bem visível próximo da chaminé, indica a instalação de uma pia de despejos para onde passam a ser despejadas as “águas sujas”, em vez de atiradas para o saguão.

Saneado o logradouro e desaparecendo os maus cheiros já não há razão para que a família não aproveite as traseiras da casa como espaço ajardinado e o desfrute das janelas que sobre ele abrem.

Quando as janelas não tinham vidraças e só as portadas de madeira defendiam do frio e da chuva, era bastante mais confortável dormir nos quartos interiores, mas nestes anos sessenta do século dezanove em que já quase todos os prédios de rendimento têm caixilhos de vidraças e em que as teorias higienistas traduzidas na lei, aconselham o arejamento, há que ventilar os quartos e aproveitar a iluminação solar. Sempre que a configuração do lote o permite, os quartos de dormir passam a ter janela, e as divisões

interiores devassadas por duas ou três portas, tornam-se ou em zonas de passagem, como articulação entre o corredor e as salas, ou em quartos dos criados, ou ainda, vêm a transformar-se em casas de banho.

Nas plantas deste período ainda não vem representada a casa de banho e o mais certo é que os cuidados corporais se fizessem nos quartos, em bacias de lavatório assentes sobre mesas ou armários de madeira com uma prateleira inferior onde um balde de zinco recebia as águas usadas. O banho tomava-se na cozinha ou num dos compartimentos interiores, num grande alguidar também zincado que se enchia e vazava a balde.

Quanto à localização das chaminés das cozinhas, uma vez que a grande maioria das caixas de escada se situavam no centro do polígono de implantação, é na parede meeira dos fogos, atrás da caixa de escada e junto à parede das traseiras, que ficam situadas. Já não têm a característica pedra de verga com os ângulos inferiores em meia-cana, sendo agora simples paralelepípedos de lioz.

#### **6. 4. As moradias unifamiliares.**

Em 1865 o engenheiro e arquiteto Pierre Joseph Pézerat, no âmbito das suas funções na Câmara Municipal de Lisboa, integrou a Comissão de Melhoramentos da Cidade de Lisboa prevista na Lei de 31 de dezembro de 1864 e publicou um texto onde expôs as suas ideias para a modernização da cidade, abordando aspetos urbanísticos diversos que iam desde a melhoria de rede de saneamento, e a um novo traçado urbano para a expansão da cidade, até à proposta de financiamento da execução do plano. Neste “Mémoire sur les Études d’Amélioration et embellissements de Lisbonne”, propõe tipologias específicas para os edifícios de habitação, consoante a classe social a que se destinavam. Assim, a regra era a de que as edificações destinadas às classes altas deviam ser constituídas apenas por rés-do-chão, um andar e sótão e serem envolvidas por um jardim. Dentro desta categoria deveria haver três subcategorias a que correspondiam, moradias de primeira classe, de segunda e de terceira classe, mediante a dimensão da fortuna do proprietário.

As habitações destinadas à classe média ficariam em prédios de andares, nos chamados prédios de rendimento, enquanto as classes populares iriam habitar as velhas casas das zonas mais antigas da cidade, como as que envolvem a colina do Castelo. Alguns anos antes, ele sugerira mesmo a demolição dos bairros de Alfama e da Mouraria.

Quer tenha sido neste mesmo espírito de valorização do arquétipo da casa de habitação unifamiliar, ou na continuação do que tinha sido feito na Baixa e por toda a cidade de ir construindo por andares, paulatinamente, à medida das posses do proprietário, certo é que vários edifícios de um ou dois pisos, foram sendo construídos pela cidade, e em particular na zona da Estrela e de Santa Isabel.

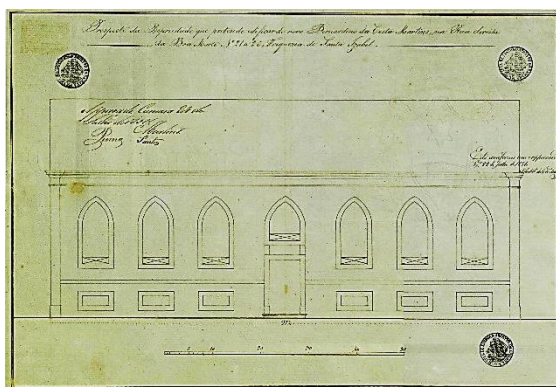


Fig. 145 – Rua do Possolo 41. Alçado de 1851.<sup>281</sup> Fig. 146 – Rua do Possolo 41. Estado atual.

Na década de cinquenta, treze anos antes da apresentação do “mémoire” de Pézerat, foi construído o prédio da Rua Direita da Boa-Morte 21-26, hoje Rua do Possolo 41 (figs. 145 e 146), com uma cave ventilada da rua por respiradouros e um piso corrido. A fachada tem sete módulos verticais de vãos, todos eles com moldura em arco quebrado, estando a porta situada no eixo de simetria. As janelas são todas de peito e as fendas de arejamento têm gradeamentos em ferro fundido. A cimalha é constituída por beirado sobre cornija.

A construção, apesar de ter apenas um piso para a rua e nem ter sacadas ou varandas, transmite alguma imponência pela largura da fachada, a disposição simétrica dos vãos em arco de ogiva e pelos revestimentos, um soco alto em cantaria rematado por uma faixa e, acima dela, azulejos em duas fieiras a simular almofadas de mármore azul e rosa, e, acima, azulejos padronados em azul e branco.

A planta do edifício (fig. 147) apresenta uma divisão do espaço segundo dois eixos cruzados, em que o primeiro, transversal, é marcado pela porta de entrada, a caixa de escada e a passagem que conduz ao logradouro, o segundo por um corredor longitudinal que atravessa todo o piso.

<sup>281</sup>Alçado n.º 227, Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GE/023/0149; Página 1. Cota 9539.

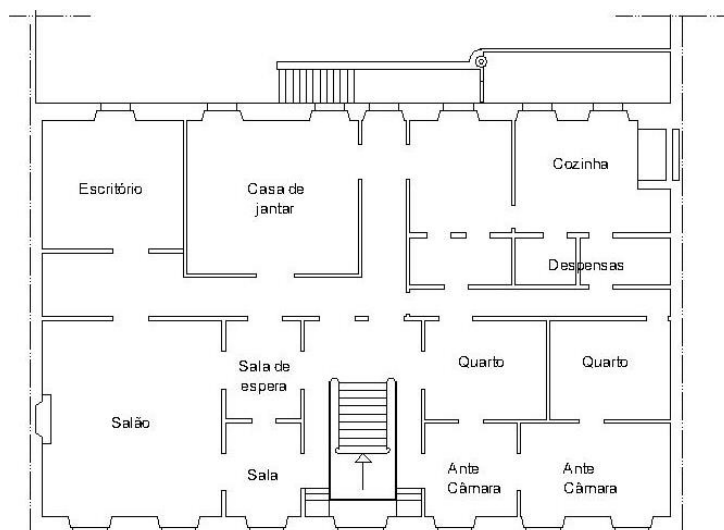


Fig. 147 – Rua do Possolo 41. Planta do piso 1.<sup>282</sup>

Estes dois eixos definem quatro espaços, perfeitamente separados por corredores de circulação. Os compartimentos que têm janelas para a rua e que estão à esquerda da caixa de escada, são os mais amplos e constituem a zona social com uma sala de espera, uma saleta e uma grande sala. À direita da caixa de escada há dois quartos interiores ligados a duas antecâmaras.

Com janelas para as traseiras onde há um quintal com palmeiras, estão, do lado direito, a cozinha e dependências de serviço, do lado esquerdo um escritório e a casa de jantar. Cada uma destas zonas da casa funciona independente das outras três, já que têm acessos próprios que permitem entrar e sair sem obrigar a atravessamentos.

A cave tem uma divisão do espaço semelhante à do piso superior, podia ser usada como um fogo de arrendamento ou como uma zona de serviço, destinada a despensa, arrumos e quartos de criados. O acesso era distinto do andar fazendo-se por um corredor lateral que conduzia também ao quintal.

De 1861 data o prédio do Largo do Intendente Pina Manique 43-47 (fig. 148), constituído por um piso térreo de lojas em cave, e um primeiro andar com um único fogo habitacional. A fachada, com uma frente de cinco vãos, tem um efeito de monumentalidade obtido pelo relevo dado ao módulo vertical de vãos centrais com o enquadramento por pilastras duplas, em cantaria, e pela varanda de bacia recortada. Os vãos das lojas são mais largos do que os do andar, como portas de cocheira, e têm lintéis

<sup>282</sup> Desenho executado a partir das plantas existentes no A.M.L., Obra 6560; Vol. 1; Processo 6056/DMPGU/OB/1972 – Tomo 1; P.4.

em arco abaulado. Todas as janelas do andar são rasgadas até ao pavimento e têm lintéis em arco perfeito. A cimalha é constituída por uma cornija encimada por uma platibanda.

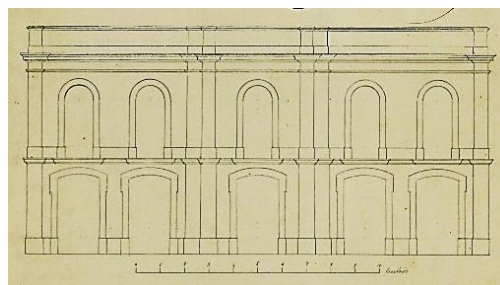
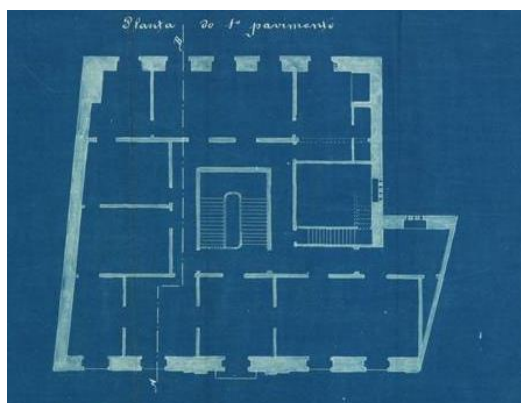


Fig. 148 - Largo do Intendente 43-47: à esquerda a planta<sup>283</sup> e, à direita, o alçado datado de 1861<sup>284</sup>.

No interior, a caixa de escada ocupava a posição central e era iluminada por uma claraboia, à volta dela um corredor dava acesso a quase todos os compartimentos e abria duas portas para o patim da escada, uma destinada ao uso pela família e outra para o serviço doméstico. Com janelas para a frente de rua estão dispostas quatro divisões que comunicam entre si por portas em enfiamento abertas ao eixo das paredes. A sala do meio que disfrutava da única janela de sacada não era, afinal, mais ampla do que as outras, mas comunicava diretamente com a caixa de escada podendo servir como vestíbulo. A sala de maior área, que disfrutava de duas janelas, ficava do lado direito e tinha acesso pelo vestíbulo e pelo corredor. Para o logradouro que estava ao nível do andar e era certamente ajardinado, abria a cozinha, uma grande sala de três janelas que seria a casa de jantar, e um pequeno quarto.

Quatro compartimentos interiores, dispostos a cada lado da casa, serviriam de quartos de serviçais e de despensas os que estavam anexos à cozinha, e de quartos da família os que se encontravam do lado oposto.

Neste fogo, os quartos dos donos da casa e da sua família estavam todos na metade esquerda, as salas, o escritório e o vestíbulo por onde entravam as visitas e os clientes,

<sup>283</sup>Segundo as plantas existentes no A.M.L. Obra 6138; Processo 2390/1.ªREP/PG/1901; P.2.

<sup>284</sup>Alçado n.º 931; Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0771; P.1. Cota: 9568. A.M.L.



ficavam junto à fachada principal, a casa de jantar que tinha porta para a cozinha ficava junto à fachada posterior.

As três partes da casa ocupadas por grupos diferentes e com funções distintas, permitiam que moradores, serviçais e visitantes vivessem separados, só se cruzando quando necessário. Os visitantes ficam circunscritos às salas da frente, os criados à metade direita da casa, os donos da casa à parte esquerda. Os visitantes entravam diretamente para a zona das salas. Criados e donos da casa circulavam pelo corredor.

## **6. 5. Elementos estruturais e materiais de construção**

Tal como nos edifícios pombalinos as paredes exteriores são em alvenaria de pedra e no interior há uma gaiola em madeira. Na alvenaria já não é usado sistematicamente o perpianho, mas sim a pedra não aparelhada. Também o lambaz vai sendo substituído pelo tijolo maciço, mais espesso e compacto, nos arcos de ressalva dos vãos e nos enchimentos dos parapeitos.

A gaiola, que era em madeira de carvalho, vai passando a ser em casquinha, um tipo de madeira também bastante resistente e consideravelmente mais leve. A sua morfologia vai, neste período, sofrer alterações porque as treliças de madeira que constituíam as paredes de frontal e tinham como função, para além do suporte das cargas dos andares superiores, também o contraventamento do edifício, foram consideravelmente aligeiradas. Sabendo-se que os pés-direitos dos andares se mantiveram ou até, em certos casos, aumentaram, constata-se que se na construção pombalina os frontais longitudinais, ou seja paralelos às fachadas, tinham de altura duas fieiras de cruces ditas de Santo André, os dos edifícios da década de cinquenta do século dezanove, e sobretudo dos anos sessenta passam a ter apenas uma fieira e meia e estão alinhados pela caixa de escada.

Quanto aos frontais transversais, nos que são perpendiculares às paredes das fachadas e que tinham no modelo pombalino três fieiras de cruces, começa a generalizar-se nos anos sessenta, a sua substituição por tabiques aliviados, constituídos por tábuas verticais e travadas por duas peças oblíquas designadas aspas que são, na realidade, escoras. Estes tabiques são muito mais finos do que os frontais já que são de menor espessura e, portanto, muito mais leves.



Além disso, se os dois frontais longitudinais têm continuidade, já os frontais ou os tabiques transversais são descontínuos. A este facto não é estranha a existência do corredor, linha de descontinuidade das treliças.

Assim, são em parede de frontal com enchimento a alvenaria de pedra ou de tijolo, as quatro paredes da caixa de escada, prolongando-se as paralelas às fachadas até às paredes das empenas ou separadoras de prédios. São ainda em parede de frontal a parede perpendicular à fachada posterior, onde estão adossadas as chaminés e que separa os dois fogos de cada piso. O frontal exterior, tal como o pombalino, está embebido na alvenaria das fachadas. Há também que referir uma menor utilização de peças de ferro ou ferrolhos na ligação das várias partes dos edifícios.

Dir-se-ia que, passados cem anos sobre o terramoto, se foi depurando o sistema estrutural dos edifícios deixando-o mais leve, mas menos resistente aos sismos. Ainda assim, decorreram outros cento e cinquenta anos desde a sua construção e, se muitos já não existem, deve-se à mão humana e não a algum cataclismo natural.

Quanto à cobertura, o facto de ter sido imposta a caleira para recolha das águas e o murete de platibanda que evita a queda da água para a rua, fez com que não fosse já adequado o contrafeito obtido pela colocação de um barbato sob a fiada de telhas, o qual tinha como função travar a força da água e lançá-la para longe<sup>285</sup>.

Assim, a curvatura dos telhados torna-se inútil e estes passam, progressivamente, a ser de duas ou mais águas planas. Esse facto levou a que a telha de canudo ou de meia-cana viesse mais tarde a ser substituída pela telha do tipo marselha, também ela plana.

## **6. 6. Os azulejos de revestimento de fachadas.**

Com a guerra civil as oficinas que ainda produziam, em Lisboa, azulejos para cobrir as paredes dos fogos habitacionais da classe média, foram encerrando portas. A fábrica de louças do Rato fechou em 1834 e os artesãos que para ela trabalhavam vieram a fundar ou integrar pequenas oficinas como a da Travessa dos Ladrões, as da Calçada do Mocambo à Lapa, e a da Bica do Sapato que deram origem a novas unidades de produção.

Em 1832, na vizinhança desta última, começa a produzir a fábrica Roseira. Em 1836 é a vez de iniciar laboração a Fábrica Constância, junto à Rua das Janelas Verdes onde havia uma oficina de azulejaria já desde o século dezasseis. Em 1849 é fundada a

---

<sup>285</sup> Costa, Pereira da (1930-1939), *Enciclopédia Prática da Construção Civil. Fascículo 8, Madeiramentos e telhados I*, Lisboa, Portugália Editora, p. 12.

fábrica Lamego no Largo do Intendente Pina Manique, bem perto da Rua das Olarias e da Calçada do Monte locais onde, desde a Idade Média, houve olarias, e que, a partir de 1863, se irá dedicar sobretudo ao fabrico do azulejo. Em 1850 é fundada por ingleses a grande fábrica de louça de Sacavém, e em 1860 a fábrica de Santana.<sup>286</sup>

Nos anos que decorreram entre 1820 e 1840, as paredes das caixas de escadas e, das salas já não foram sistematicamente revestidas a azulejo e os que foram aplicados no interior dos edifícios da Baixa construídos neste período, têm em geral padrões semelhantes aos neoclássicos, não se verificando grande investimento em novas formas. São azulejos esponjados com cercadura de grinalda azul do tipo sombra chinesa, ou polícromos, padronados com flores e grinaldas, sobre uma quadrícula previamente feita por desenho apoiado ou por um processo de estampilha, ainda muito rudimentar, e em que as flores são depois pintadas à mão levantada.

Processo idêntico foi usado na pintura dos azulejos aplicados no prédio da Rua Madalena 86-88 que torneja para a Travessa das Pedras Negras. Neste edifício que foi construído em 1845 e anexado ao prédio contíguo já então existente, foram colocados na cozinha de um dos fogos, azulejos padronados (fig. 149) representando a azul, fitas bordadas que se entrelaçam numa grade de canas pintadas a amarelo. Esta grade forma uma quadrícula na diagonal dos azulejos e é desenhada previamente à régua, sendo as fitas pintadas depois, à mão levantada.



Fig. 149 – Azulejos representando fitas. Rua da Madalena 68<sup>287</sup>. Fig.150 – Rua da Madalena 72.

<sup>286</sup>Simões, J.M. dos Santos (1970), “Azulejaria romântica”, *Estética do romantismo em Portugal- 1.º colóquio*, Lisboa, Grémio Literário, p. 229-233.

<sup>287</sup> Fotografia cedida para esta tese pela arquiteta Cristina Alves Pereira.

Quanto ao exterior, no edifício contíguo à igreja da Madalena havia, ainda em 2004, aplicados nos nembos entre as portas das lojas, conjuntos azulejares em bordadura, representando fitas espiraladas em torno de faixas, formando uma moldura de onde saem raminhos de flores (fig. 150). O centro é preenchido por azulejos com um motivo de flor e ramagens em que o fundo é pintado a azul e as folhas e flores deixadas a branco, um tipo de padrão usado em sedas adamascadas, numa composição típica do período romântico.

Analisando a pintura no pormenor, vê-se que esse fundo foi realizado por estampilha, provavelmente de papel encerado, mas que a técnica ainda não permitia grande precisão pelo que as linhas mais finas como as do contorno das flores, foram depois concluídas á mão levantada.

Segundo Santos Simões, terá sido no Brasil que, entre os anos vinte e os anos quarenta do século dezanove, veio a desenvolver-se a aplicação dos revestimentos azulejares nas fachadas.

O embargo das trocas comerciais entre Portugal e o Brasil independente, levou a que as importações de azulejos passassem a ser feitas de Inglaterra, de França e da Holanda, mas o tipo de produção desses países era industrial, estampilhado, e de cores menos vivas, não dando inteiramente satisfação ao gosto brasileiro, razão pelo qual, na colónia portuguesa, começam a produzi-los localmente. São esses portugueses que, de retorno ao país, virão a financiar a fundação de algumas fábricas de cerâmica industrial em Lisboa e no Porto.

Com eles trazem o gosto pelas fachadas revestidas com faiança e, em Lisboa, difunde-se a aplicação do azulejo no exterior dos edifícios, importando sobretudo da Inglaterra. A produção de azulejos da fábrica Minton & Co, iniciou-se por volta de 1835 e, a partir da década de quarenta foi usada nas fachadas de Lisboa.

A partir do momento em que o catálogo Minton foi divulgado, serviu de modelo aos artífices portugueses que reproduziram os padrões e executaram inúmeros outros que com eles se assemelhavam.

Algumas fachadas construídas na década de cinquenta e outras, em maior número, na década de sessenta, são revestidas com azulejos padronados.



Fig. 151 – Padrões do catálogo Minton de 1850, 1865 e 1880.<sup>288</sup>



Fig. 152 – Padrões de azulejos portugueses, aplicados nas fachadas de prédios de Lisboa, entre 1860 e 1880.<sup>289</sup>

Na Rua do Possolo 41, o projeto data de 1851 (figs. 146). Trata-se de um edifício de cave e um piso, em que todos os vãos têm lintéis em arco quebrado. Os azulejos do revestimento exterior são de dois tipos, nas primeiras fiadas entre o soco e as pedras da base das janelas, são de pintura à mão levantada reproduzindo marmoreados e estão enquadrados por molduras de desenho apoiado sobre régua que representam blocos de mármore rosa e azul<sup>290</sup>. Na parte superior da parede, estão aplicados azulejos padronados com círculos e estrelas, a azul<sup>291</sup>, executados pela técnica da estampilha, que formam uma superfície enquadrada por faixas de azulejos da mesma cor. É possível que as fieiras de marmoreados datem da construção do prédio e que as de estampilha tenham sido aplicadas alguns anos depois. No entanto, um revestimento semelhante é aplicado noutras fachadas de Lisboa, na mesma década, como por exemplo, na rua da Rosa, 231-237 e na rua Dom Pedro V, 32-36.

<sup>288</sup> A.d. (1999), Padrão do catálogo N.º 54, página 15 do catálogo Tile heaven, Minton & Co. Consultável em: [tileheaven.uk](http://tileheaven.uk).

<sup>289</sup> Aplicados em prédios localizados na rua Augusta 194-204, n.º SIG: 4800202005001, na rua dos Fanqueiros 132-140, n.º SIG: 4800206008001, na rua da Conceição 121-129, n.º SIG: 4800125001001, e na rua da Madalena 166-180, n.º SIG: 3800804007001. Ver Volume Anexo p. 420, padrão 4; p. 421, padrão 12; p. 422, padrão 17.

<sup>290</sup> Ver Volume Anexo, p. 421, padrão 6.

<sup>291</sup> Ver Volume Anexo, p.421, padrão 10.

Na Calçada da Estrela há vários prédios deste período com vãos de lintéis em arco de volta inteira ou em arco quebrado e, entre eles, um cujo projeto data de 1860 com o pano de parede acima do rés-do-chão coberto de azulejos de barras cruzadas na diagonal, em azul e amarelo, formando uma quadrícula em “trompe l’oeil”<sup>292</sup>. O mesmo padrão está aplicado na frente do edifício do Largo do Conde Barão 15-21, com projeto de 1861, e também na fachada principal do edifício da Rua do Poço dos Negros 36-42 que torneja para a Travessa do Poço dos Negros, construído igualmente em 1861, e ainda no da Rua da Graça 44A-48. A confirmar o uso deste padrão na década de 1860, estão os prédios da Rua da Senhora da Glória 16 e da Rua da Verónica 72, ambos na zona da Graça, onde figuram as datas de 1863 e 1870<sup>293</sup>.

O revestimento da fachada do prédio da Rua dos Fanqueiros 132-140 que terá sido aplicado em 1861 quando lhe foi acrescentado um quarto andar, é idêntico ao de um outro, situado na Calçada da Estrela e datado de 1871. O padrão é formado por uma estrela em azul claro, envolvida por pequenas manchas em azul cobalto, sobre uma base branca que, à distância, têm uma leitura de “dégradé”, e foi executado por estampilha manual.

Também o já referido edifício do Largo do Intendente Pina Manique 43-47, com projeto de 1861, é revestido a azulejo a partir do primeiro andar formando um padrão de flor azul e cruz manganês<sup>294</sup>, designado “crochet”, muito geometrizado, e constituído por linhas e pontos, em que as linhas são feitas por estampilha, mas os pontos são feitos à mão levantada.

O padrão de flores azuis, castanhas e amarelas sobre fundo branco<sup>295</sup> está aplicado em várias fachadas como a da Rua das Olarias 1-3, prédio ampliado com um 2.º andar em 1864, e também na Rua da Conceição 121-129 igualmente acrescido de um piso no mesmo ano. É também esse o padrão do revestimento azulejar da fachada da casa conhecida como palácio Beau-Séjour, assente nos primeiros anos da década de 1860, embora não se saiba ao certo se no decorrer das obras de construção ou de ampliação do edifício, é muito provável que a produção desses padrões date realmente desse momento.

O que se pode constatar é que os azulejos eram quase sempre aplicados acima do 1.º andar sendo a fachada ao nível do piso térreo, revestida a cantaria nas casas mais opulentas, revestida de azulejos a imitar a pedra, ou simplesmente rebocada e pintada.

---

<sup>292</sup> Ver Volume Anexo, p. 422, padrão 13.

<sup>293</sup> Veloso, A. J. Barros e Isabel Almasquê. “Azulejos de fachada em Lisboa”, *Revista Municipal*, ano XLVI, 2.ª Série, N.º 11, 1.º trimestre de 1985. Lisboa, Edições da C.M.L. P. 35.

<sup>294</sup> Volume Anexo, p. 422, padrão 14.

<sup>295</sup> Volume Anexo, p. 422, padrão 17.

Os azulejos marmoreados que simulam mármore nobres como a brecha da Arrábida, verde de Viana e azulino de Cascais, são aplicados nas primeiras fieiras, logo acima do soco se este for alto, mas, na maior parte dos casos, fora do alcance das mãos dos transeuntes para evitar vandalismo. Tratava-se de um material caro, de um investimento inicial que evitava a obrigatória reparação das fachadas de oito em oito anos, e que alindava o prédio.

As paredes de fachada ao nível do piso térreo, podiam ser pintadas com frequência sem que fosse necessário montar andaimes e, quando havia estabelecimentos comerciais, nelas eram pintados letreiros publicitários onde figuravam os nomes das lojas, não se justificando por isso a aplicação de azulejos, ainda que, para algumas lojas tenham sido produzidos azulejos figurativos com imagens e letreiros publicitários.

As novas fábricas introduziram a prensagem mecânica não só na fabricação das placas de faiança, mas também na pintura que passou a ser estampada mecanicamente. As placas eram primeiro cobertas de esmalte estanífero branco e sobre ele era feita a estampagem. Esta técnica e a introdução da pasta de pó de pedra que as fábricas inglesas já usavam, virá a ser largamente usada na fábrica de louça de Sacavém<sup>296</sup>.

### **6. 7. Os gradeamentos em ferro.**

Em 1835 são feitos melhoramentos no mercado pombalino da Praça da Figueira, entre os quais a abertura de um poço e a instalação de uma bomba para extração da água construída por J. Pedro Colares e, para encerrar o espaço, foi instalado em 1849 um gradeamento feito pelo serralheiro Gaspar Tibúrcio de Carvalho<sup>297</sup>. Em 1883 esse gradeamento virá a ser removido para a construção do novo edifício do mercado.

As dificuldades técnicas na execução de peças resistentes em ferro fundido, vão sendo ultrapassadas, primeiro nas grandes oficinas que produzem maquinaria e depois nas pequenas serralharias de bairro que produziam pequenos objetos para a construção civil como medalhões e escudetes. Este tipo de oficinas, com uma zona de fundição e uma pequena forja, perdurou na cidade, em particular nas zonas antigas, até finais do século XX. Aí foram executados grande parte dos gradeamentos das varandas dos prédios

---

<sup>296</sup> Volume Anexo, p. 420, padrão 4v.

<sup>297</sup> Mónica, Maria Filomena (1982). “Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)”, *Análise Social*, Vol. XVIII (72-73-74), 3.º, 4.º, 5.º, 1231- 1277; P. 1236.



da cidade, constituídos por pequenas peças de ferro fundido, limadas e soldadas umas às outras.

Os guarda corpos das varandas dos prédios traduzem essa evolução sendo a grande maioria ainda de ferro forjado em barra, mas incorporando pequenas peças decorativas em ferro fundido como medalhões, esferas, espigas, flores e folhas. Nos edifícios onde houve um maior investimento do proprietário na qualidade da arquitetura e dos acabamentos, o número de peças de ferro fundido é maior, como no caso do da Rua Saraiva de Carvalho 29 ou no da Rua dos Fanqueiros 132-140.



Fig. 153 – Da esquerda para a direita, gradeamentos de varandas na travessa. Nova de S. Domingos 50, datado de 1848, na Rua das Trinas 67-73, datado de 1852 e na rua do Possolo 41, edificado em 1851.

Durante a década de 1840, o gosto pelas gregas obtidas por dobragem de finas barras de ferro é ainda preponderante, sobretudo nos elementos inferior e superior onde assenta o corrimão, mas, no espaço que fica entre esses motivos, as barrinhas de ferro são trabalhadas, ora em segmentos retos ora em forma de arco, com curva e contracurva, e ligadas entre si através das pequenas peças de ferro fundido (fig. 148, à esquerda).

A partir dos finais de quarenta, começa a produzir-se no Porto e em Lisboa, peças de fundição artística como as grades em ferro fundido. As guardas de varanda são então profusamente decoradas.

No prédio da Rua do Possolo 41 que tem projeto datado de 1851 (fig. 153 à direita), as grades dos vãos da cave e da bandeira da porta são já inteiramente em ferro fundido, mas são tão finas, tão delicadas que resistiram mal ao tempo e quebraram em vários troços<sup>298</sup>.

A técnica da fundição exigia equipamento adequado, fornos de altas temperaturas, e conhecimentos e experiência que os artífices portugueses não dominavam.

---

<sup>298</sup> Ver Volume Anexo, p. 428, fig. 10.

Com a Regeneração e o reconhecimento do peso das importações na economia portuguesa desenvolveu-se o esforço de aprendizagem com os países industrializados, em particular com a Inglaterra e a França, no trabalho da gusa de fundição liquefeita e vertida em moldes.



Fig. 154 – Rua do Comércio 28.



Fig. 155 – Travessa das Pedras Negras 4-20.



Fig. 156 – Rua D. Antão de Almada 3.



Fig. 157 – Travessa dos Remolares 28.



Fig. 158 – Rua dos Correiros 120.



Fig. 159 – Largo do Intendente Pina Manique 45.



Os esforços para conseguir a aceitação de estagiários portugueses nas fundições desses países, só tiveram êxito no final do século, e ainda assim só para um reduzido número de operários, pois era temida a espionagem industrial, que levaria à perda dos mercados. A partir dos catálogos dessas grandes fundições como a de Val d'Osne, faziam-se cópias em Lisboa ou no Porto.

Em Lisboa havia, em 1880, cinco grandes fundições que empregavam 307 operários.

Embora em Portugal se extraísse minério de ferro, a maior parte da matéria prima era estrangeira, principalmente de origem inglesa ou escocesa.<sup>299</sup>

Um ofício complementar era o dos carpinteiros de moldes que fabricavam em madeira as formas que iriam moldar a areia da caixa de fundição. Eram eles que projetavam e desenhavam os modelos.

Os motivos desenhados com o ferro forjado eram lineares, enquanto o ferro fundido permitia maior expressão pelo relevo. Os desenhos de ânforas, taças, gregas e grinaldas até então usados, são substituídos por folhagem e flores, muito relevadas, de grande expressão plástica.

Foi também em ferro o gradeamento das bandeiras das portas de rua. Se no período pombalino as bandeiras eram fechadas a madeira, passaram depois a ser gradeadas para permitirem a iluminação e o arejamento do átrio e da caixa de escada e, principalmente a partir de finais dos anos de 1830, numa manifestação identitária, os proprietários dos edifícios responsáveis pela sua construção, inscreveram na grelha de bandeira as letras iniciais dos seus nomes e as datas de colocação das grades, confirmadas pela análise dos projetos e pela documentação escrita recolhida. Pode, pela sua observação, comparar-se a evolução dos desenhos e da técnica usada no trabalho do ferro durante estes anos (fig.s 154-159).

## **6. 8. As portas de rua e as caixilharias das janelas.**

A tipologia das portas pombalinas era de dois batentes, constituídos por duas ou três tábuas verticais ligadas entre si por um sistema de macho e fêmea e por taleiras de ferro rebitadas. O modelo mantém-se nas décadas seguintes mas com pequenas alterações, como a abertura de pequenos orifícios nas tábuas centrais, para iluminação e

---

<sup>299</sup> Queiroz, Francisco (2001). *Subsídios para a História das fábricas de fundição do Porto no século XIX*. Associação Cultural Amigos do Porto, Boletim de 2001, 3.ª Série, N.º 19, p.183.

arejamento, que vêm depois a ampliar-se dando origem a postigos gradeados, e pela introdução das portas engradadas e almofadadas.



Fig. 160 – Da esquerda para a direita, portas de edifícios de meados do século XIX, situados na rua dos Correiros 120, rua da Madalena 85, e rua dos Fanqueiros 136.

Nos meados do século dezanove eram já correntes as portas de rua com madeira engradada com almofadas, ainda altas e estreitas como as tábuas verticais dos tempos anteriores (fig. 160), algumas com bandeiras gradeadas, mas todas elas com tábuas molduradas formando relevos. Estas molduras caracterizam as portas da segunda metade do século dezanove.

A madeira utilizada é ainda o carvalho, e para a fixação destes pesadíssimos batentes que chegavam a ter 7 cm de espessura, usavam-se ferragens de leme aplicadas na face interior da porta com os respetivos cachimbos chumbados à parede.

Os escudetes ou espelhos de fechadura em ferro fundido (fig. 161) seriam então ainda raros sendo a grande maioria em chapa de ferro recortada, com desenho muito semelhante aos usados nas portas pombalinas (fig. 162).

Quanto às caixilharias das janelas, as de guilhotina vão sendo substituídas pelas de batentes de duas folhas, e como as vidraças são agora maiores e de uso generalizado o número de pinázios reduz-se perdendo assim o efeito de grade que tinham os caixilhos pombalinos e que, em meados de oitocentos, tanto desagradava aos visitantes estrangeiros.



Fig. 161 - 1852. Escudete na rua das Trinas 67. Fig. 162 - 1861. Calçada da Estrela 217.



Fig. 163 - Fechos de espanholeta na rua da Madalena 166-168, e na rua Augusta 173-185.

As primitivas caixilharias de duas folhas tinham ainda fechos de espanholeta semelhantes aos das velhas portadas pombalinas, como se pode encontrar ainda em prédios da Baixa, mas, porque eram assentes à face da fachada, eram adaptadas, cortando-se o troço inferior do varão e prendendo só na tranqueta.

### **6. 9. Os tetos e as paredes interiores.**

As portas da rua dos prédios dos anos quarenta e cinquenta, estavam separadas da escada por um átrio amplo, em cantaria, e as paredes já não eram sempre revestidas a azulejo mas sim estucadas e pintadas com fingidos de mármore, de cor clara na zona central e mais escura nas faixas de moldura. A superfície era polida e encerada por forma a simular o brilho do mármore.

Os tetos eram estucados e decorados com um florão ao centro, inscrito num círculo e com as sancas fasquiadas, por vezes côncavas ou em plano inclinado.

No interior dos fogos os tetos eram do mesmo tipo, sendo particularmente decorados com estuques relevados os da sala e dos compartimentos com janelas para a rua, ou seja, os da zona social da casa. Exceção feita à casa de jantar, nas dependências de tardoz e nos quartos as decorações eram escassas. Nas cozinhas, era frequente o teto manter-se em forro de madeira.

Mas nas salas onde se recebia, os estuques eram relativamente mais elaborados. O traçado era baseado num esquema simples em que a toda a volta do teto corria uma moldura cercada por uma faixa que rematava a sanca e onde, aos eixos, rematavam ornatos fitomórficos. No centro uma moldura circular ou oval envolvia um grande florão com folhas estilizadas, com relevo, e recortadas como uma renda. A partir do círculo central e a ele tangentes, eram desenhados dois ou quatro círculos de menor diâmetro, com florões mais pequenos neles inscritos (figs. 164 e 165). A cada canto da moldura moldava-se também no estuque ramagens ou padrões gradeados como num bordado.



Fig. 164 – R. dos Fanqueiros 280-286, de 1849. Fig. 165 – R. da Madalena 147-155, de 1850.

Os relevos eram feitos no local, manualmente, e fossem eles mais ou menos elaborados, assemelhavam-se aos existentes em Afife, nas próprias casas das famílias de estucadores. Porque serão ainda os estucadores de Afife, de segunda e terceira geração, a virem para Lisboa executar os ornatos dos tetos e das paredes dos palacetes da Regeneração. Os que com eles trabalharam e aprenderam o ofício, terão executado os ornatos mais simples e repetitivos dos prédios de rendimento.

Nas paredes das casas mais ricas, havia fasquiados a marcarem o lambril, mas na grande maioria eram, em vez disso, pintadas faixas onde se inscreviam flores estilizadas, à mão levantada ou usando a técnica da estampilha quando eram habitações modestas.

Este processo, semelhante ao que era usado no azulejo, produzia um efeito decorativo semelhante ao das chitas, era de execução rápida e não exigia particular especialização. Embora tenha sido largamente difundido, raros são os fogos onde pinturas executadas por esta técnica subsistiram até aos dias de hoje, justamente porque, pela sua simplicidade, eram considerados pobres do ponto de vista artístico. Os exemplos que nos chegaram estão debaixo de camadas de tinta em desagregação (fig. 166 à esquerda).

Também nas paredes das habitações se aplicava simplesmente a pintura de faixas marmoreadas de diferentes cores a marcar o lambrim e a emoldurar as paredes, sem mais nada. As faixas eram delimitadas por riscos, feitos à régua com um pincel fino. Era a decoração mais simples e também a mais utilizada.

Como o número de portas de passagem entre os diversos compartimentos da casa se foram reduzindo com a introdução do corredor longitudinal, a superfície de parede a cobrir com pintura tornou-se maior, pelo que será através de um sábio uso das faixas coloridas que as grandes superfícies de parede serão decoradas.



Fig. 166 – À esquerda vestígios de pintura à estampilha sobre estuque, e à direita, de pintura de faixas marmoreadas, ambas sob várias camadas de tinta.

O estuque marmoreado era polido para que parecesse pedra, e há mesmo receitas para as donas de casa procederem à limpeza assegurando a manutenção do brilho. Assim, num semanário, aparece a seguinte receita ou “A fim de dar ao gêsso o polido e a

aparência de mármore branco, derreter-se-há em água quente hum pouco de sabão branco, de maneira que não fique muito carregada, e com ella se dará huma demão na parede ou na figura de gesso, que se quizer polir, tendo cuidado em não fazer escuma na agua. Quando o gêsso tiver bem embebido toda a humidade, e que estiver bem sêcco, esfregar-se-há brandamente com um panno de linho fino: este trabalho dará ao gêsso hum bello lustro e todas as apparencias do mármore branco. ”<sup>300</sup>

Noutros países europeus as paredes eram, nesta época, decoradas com molduras de estuque, pintadas ou revestidas a tecido ou a papel. Em Lisboa raríssimos são os casos de revestimento, talvez pelo elevado custo de tais materiais, talvez por uma questão cultural.

Em vez disso recorreu-se à pintura por estampilha, imitando os efeitos do papel, e criando sombreados nas faixas onde se queria simular o relevo das molduras.

#### **6. 10. Os revestimentos de pavimento.**

Os pavimentos continuam a ser de solho à portuguesa, com tábuas de cerca de vinte centímetros de largura, nas habitações modestas, e à “inglesa”, com régua de cerca de dez centímetros de largura, com juntas de macho e fêmea, aplicado sobretudo nas habitações destinadas à classe média-alta. Por vezes, num mesmo prédio encontra-se solho largo com juntas a meio-fio, nos últimos andares, e solho à inglesa nos primeiros.

As madeiras mais usadas foram a casquinha e o pitch-pine (*Pinus rígida*) importado da América do Norte, este usado no soalho de régua fina.

O soalho à inglesa, mais difícil de aplicar, resultava particularmente quando era encabeirado formando como que um enquadramento.

Se já no início do século dezanove se fazia “parquets”, assentando as régua de madeira preciosa sobre um solho tosco, esse trabalho continuou a ser executado em meados do século, mas simplificado, recorrendo essencialmente às madeiras referidas, generalizado em muitos prédios de rendimento. São pavimentos particularmente bonitos pela cor da madeira, clara, dourada, e pelos desenhos conseguidos no assentamento.

O pavimento de solho era, portanto, o mais comum. Toda a casa tinha pavimento de madeira, mesmo nas cozinhas onde se cozinhava a lenha que facilmente podia

---

<sup>300</sup> A.d., *O Archivo Popular, semanário pintoresco*, n.º 21, 23 de maio de 1840. Lisboa, Typografia de A. J. C. da Cruz, p. 68.



provocar um incêndio, e onde a água das bilhas e das tinas facilmente se podia entornar e escorrer para o piso inferior.

A partir da década de 1840, a fábrica inglesa de azulejaria Minton, Hollins & Company começou a produzir “encaustic tiles”, mosaicos de pasta de cimento ou ladrilho hidráulico, com coloração na massa, que preenchiam os objetivos de durabilidade e de um belo efeito visual, já que permitiam desenhos elaborados e um bom colorido a um preço muito inferior ao do mármore. Este material cuja produção foi mesmo apoiada pela família real inglesa, é aplicado num pavimento do Palácio de Westminster entre 1847 e 1852, e rapidamente difundido por outros países. Foi usado no Estados Unidos da América para revestimento de um pavimento no edifício do Capitólio, e exportado também para Portugal.

Assim, a partir do final da década de 1850, o mosaico de pasta de cimento começou a ser aplicado em Lisboa (fig. 167), primeiro em átrios, corredores e cozinhas das grandes casas dos capitalistas, e depois, rapidamente espalhado pelos prédios de rendimento. Os motivos decorativos eram inicialmente inspirados nas pinturas dos vasos etruscos, na arte e na mitologia grega, com temática neoclássica. Vários artistas ingleses trabalharam na criação de composições para os mosaicos de pasta, entre eles Owen Jones que publicou mesmo duas obras sobre o assunto, “Designs for Mosaic Pavements”, em 1842, e “Encaustic Pavements”, em 1843, com inspiração nos frescos de Pompeia e nos azulejos mouros<sup>301</sup>.



Fig. 167 – Mosaico de pasta de cimento na Rua Primeiro de Dezembro 10-14, e na rua dos Sapateiros 64-70.

---

<sup>301</sup> Fawcett, Jane (2001), *Historic Floors. Their Care and Conservation*. Edited by Jane Fawcett, published in association with ICOMOS UK (International Council on Monuments and Sites). Butterworth-Heinemann, Oxford, p. 133-134.

O seu uso reduziu certamente as ocorrências de incêndios até então muito frequentes, ocasionados pelo contacto de uma brasa caída de uma chaminé de cozinha sobre o pavimento de madeira.

A apetência pelos mosaicos de pasta foi tal que em alguns edifícios da Baixa foi mesmo aplicado em fachadas (fig. 167, à direita). Pelos anos noventa, em Inglaterra foi passando de moda, mas, em Portugal, usou-se intensamente e sem interrupção até meados do século vinte.

Em Lisboa, os ladrilhos hidráulicos aplicados nos edifícios de rendimento deste período têm padrões de geometria simples mas, tal como nos azulejos, com efeito de relevo ou de trompe-l'oeil e faixas com desenhos de gregas, também inspirados nos motivos geométricos dos frescos de Pompeia. Os pigmentos mais usados eram o carvão para a obtenção dos cinzentos e o óxido de ferro para os rosas e os vermelhos.

Só algumas décadas depois passarão a ter desenhos mais elaborados e maior variedade cromática.

## **6. 11. Encanamentos de águas e esgotos.**

Com as crises epidémicas de 1833 e 1856-58 que se espalharam por toda a cidade sem grande diferenciação, já que foram atingidas todas as zonas densamente povoadas independentemente de quem nelas habitava, a Baixa, Alfama, Mouraria, São Paulo, Bairro Alto, Madragoa, Campolide e Alcântara<sup>302</sup>, os poderes públicos entenderam que a origem desses surtos estava nas más condições sanitárias e procuraram tomar medidas para inverter a situação. Não se sabia ainda como se propagava a doença, mas associava-se aos odores fétidos que, pela inalação, contaminariam as pessoas. Por esse motivo, procuraram essencialmente estabelecer regras de edificação que levassem à definição de arruamentos mais largos e bem drenados, bem como à construção de redes de abastecimento de água e de esgoto que abrangessem toda a cidade.

Havia já alguns troços de ramificações incipientes de encanamentos de esgoto, na zona da Baixa por exemplo, mas a forma da secção dos ductos em U invertido, os ângulos que o traçado descrevia, e ainda o facto de não haver um caudal de água suficiente para arrastar os dejetos para o rio, eram causas de permanentes entupimentos.

---

<sup>302</sup>Estrela, Paulo Jorge. *Plano de Lisboa com o diagrama da epidemia de febre amarela que esta cidade sofreu no ano de 1857*P.28, em. *Medalha da Febre Amarela – Lisboa agradecida à devoção humanitária*, História, Editora Universidade Lusíada. P. 130.



Pelo decreto de 19 de abril de 1834 ficou a Câmara com competências na administração da limpeza, iluminação e calçadas, pelo que iniciou diligências para a construção de ductos de esgoto que servissem toda a cidade.

Assim, em 1835 a Câmara dirigiu ofícios aos proprietários de cinco prédios a fim destes procederem à construção de encanamentos parciais que entrassem no encanamento geral da Rua dos Confeiteiros, atual rua dos Bacalhoeiros.

Em 1836, houve várias ações da Câmara Municipal de Lisboa para introduzir ou melhorar os encanamentos de esgoto, particularmente nas zonas mais antigas da cidade. Novos canos gerais foram construídos na Rua das Canastras, na Rua da Mouraria, na Rua dos Cavaleiros, e notificados proprietários a construírem os ramais de esgotos dos seus prédios para ligação ao coletor da Rua das Pedras Negras.

Em 1851 decidiu a Câmara intimar os proprietários dos prédios da Rua da Rosa e da Calçada de Santo André à construção de canalizações e ramais de esgoto nos seus edifícios “enquanto ali se estava fazendo o cano geral”<sup>303</sup>. Na mesma altura são mandados fazer os coletores na Rua de São Marçal e na Praça das Flores.

“Em Janeiro de 1858, a vereação municipal solicitou a P.J. Pézerat, o engenheiro da Câmara, que apresentasse um projeto de melhoramento dos esgotos existentes, e que identificasse os principais problemas que exigiam trabalhos urgentes de renovação urbana. Em Maio do mesmo ano, o projeto estava realizado, sendo aprovado em sessão camarária”<sup>304</sup>. Dois anos depois, Pézerat irá a Paris ver a instalação da moderna rede de esgotos, e dá nota da inovação tecnológica e da relação de causa a efeito que esta teria sobre a saúde pública.

As causas da ineficácia dos esgotos, à época existentes, são referidas no texto de Pézerat, as pias de despejo não eram sifonadas e estavam ligadas aos coletores por manilhas de grés que eram permeáveis, e, não havendo uma rede de canalizações de água com um fluxo suficiente para arrastar os dejetos, entupiam constantemente<sup>305</sup>.

Em 1864 é estabelecida a obrigatoriedade de fazer descarregar as águas pluviais dos telhados na rede de esgotos, com o objetivo de, com o caudal, minorar o problema dos constantes entupimentos.

---

<sup>303</sup>A.d., *Synopse dos principaes actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa em 1851*- Parte I. P.5. Imprensa Nacional 1852. Hemeroteca Municipal.

<sup>304</sup>Silva, Álvaro Ferreira da (2007), *Uma Máquina Imperfeita: Tecnologia Sanitária em Lisboa na Segunda Metade do Século XIX*, p. 10. [https://www.researchgate.net/profile/Alvaro\\_Silva5](https://www.researchgate.net/profile/Alvaro_Silva5).

<sup>305</sup>Pézerat, P. J. (1865) *Mémoire sur les études d'Amélioration et Embellissements de Lisbonne*, Lisboa, Imp. Franco-Portugais, p. 12-13.

Igualmente importante era o abastecimento de água. Lisboa sempre sofrera de carência de água potável e, mesmo depois da construção do Aqueduto das Águas Livres e essa escassez continuou pois veio a constatar-se a insuficiência do caudal.

Poucas eram as casas que dispunham de poços privativos e só alguns privilegiados puderam captar água diretamente dos chafarizes existentes e canalizá-la para as suas casas, privilégio concedido àqueles que cediam terras para localização de fontes. Tinha sido o caso do Marquês de Pombal a quem Dom José concedeu mercê para o uso dos sobejos da água do chafariz fronteiro à sua casa da Rua Formosa, pelo que mandou fazer um ramal para encaminhar as águas para a cozinha e daí, passando sob as fundações das paredes das fachadas, para um lago existente no logradouro de onde corria para uma gruta artificial existente num nível inferior e daí para uma cisterna onde ficava armazenada para rega dos terrenos agrícolas das traseiras.

A Lei de 31 de dezembro de 1864 determinava ainda, no seu artigo 35.º, que “nos projectos que se fizerem (...), as indispensáveis condições de luz, ventilação e abastecimento de águas (...)”, tendo como requisitos de base para aprovação de projetos o cumprimento destes três pontos. Ora a instalação de canalizações nas edificações para abastecimento de água aos fogos pressupunha uma rede pública eficaz, extensível a toda a cidade o que, pela dificuldade de concretização, parecia utópico.

Em 1851 estava ainda a Câmara a aprovar a construção de chafarizes.

A execução de um projeto de abastecimento de água a Lisboa foi entregue à Companhia das Águas Livres em 1858, empresa privada que não conseguiu realizá-lo. O mesmo aconteceu com a rede de esgotos. Atavismo tecnológico e falta de fundos foram as principais causas do falhanço.

Mas foram feitos os levantamentos dos reservatórios de água já existentes e projetados novos, como o da Penha de França em 1856, o da Patriarcal entre 1856 e 1860, o do Arco, entre o aqueduto das Águas Livres e a Rua dos Arcos das Águas Livres em 1860, o do Pombal em 1861 junto à atual Rua Marquês da Fronteira, o da Verónica na cerca de São Vicente de Fora em 1868, o do Recinto da Praia em 1867-69 com a sua estação elevatória a vapor, o de Campo de Ourique por volta de 1888. Entre 1877 e 1880 é construído o reservatório dos Barbadinhos. Todos esses projetos executados em Paris por um engenheiro francês, formado na escola “des Ponts et Chaussées” e inspetor da rede de distribuição de águas de Paris.

A rede de distribuição de água em Lisboa, a partir destes reservatórios, tinha sido projetada em 1860.

Durante os anos setenta é construída a planta cadastral dos terrenos a expropriar para a construção do canal do Alviela e, entre 1876 e 1880, é concluído o projeto de execução. A obra será realizada durante a década de noventa<sup>306</sup>.

Quanto à iluminação do espaço público e de algumas residências, havia já uma rede abastecimento de gás que servia quase toda a cidade e tinha sido instalada nos anos de 1830, mas a eletricidade só virá mais tarde.

## **6. 12. Síntese.**

Com o fim da guerra civil foram delegadas na Câmara Municipal de Lisboa, logo em 1834, competências para a limpeza das ruas e das calçadas, e para assegurar a iluminação pública e a fiscalização de obras particulares. Assim, um Edital, de 1836, consignou regras sobre a edificação e a reedificação na cidade e obrigou à apresentação de projeto prévio, não podendo os particulares edificar sem a aprovação prévia do município.

O surto epidémico de 1833, que dizimou a população de Lisboa, obrigou, em 1835, a edilidade a tomar medidas de saneamento, entre as quais, a demolição das barracas que continuavam a proliferar, a execução de uma rede de esgotos, eficaz, que servisse toda a cidade, e, em 1837, a elaboração de um plano de edificação e embelezamento da cidade, mas esses objetivos não se vieram a realizar.

Em 1860 Pézerat foi a Paris para ver a instalação do sistema de esgotos e conhecer as inovações técnicas, afim de aplicar esse conhecimento em Lisboa.

No entanto, sem haver um sistema de abastecimento de água, eficaz em toda a cidade, os esgotos não poderiam funcionar. Assim, foi encomendado em 1858, a uma empresa privada, um projeto de abastecimento de água a Lisboa, mas não chegou a ser concluído.

A iluminação da cidade foi conseguida a partir da instalação de uma rede de gás, logo em 1830.

Da análise de 130 projetos apresentados na Câmara e datados de 1840 a 1860, foi verificado que o que mais vezes ocorreu foi o pedido de assentamento de varandas corridas, no primeiro e no último andar, em 45% dos casos, percentagem logo seguida do

---

<sup>306</sup>Ramos Paulo Oliveira (2007). *EPAL- Iconografia histórica* – Volume 1. Lisboa, Ed. EPAL, comemorações dos 140 anos.

pedido para acrescentamento de um piso em edifícios já existentes, que consta em 40% dos processos.

A Lei de 31 de dezembro de 1864 veio impor que as águas dos telhados corressem para o esgoto e, em consequência, os beirados deram lugar às platibandas que, se na década de cinquenta estavam representadas em 15% dos alçados, na década seguinte passaram a figurar em 78%.

Também os trapeirões que ainda estavam representados em 27% dos projetos na década de cinquenta, deixaram totalmente de se construir na década seguinte.

As fachadas passaram a traduzir a individualidade do prédio e, contrariando a norma pombalina de integração absoluta no quarteirão, os seus limites são agora assinalados por pilastras laterais, em cantaria, sendo os diversos elementos da fachada dispostos segundo um eixo central de simetria, como a porta da rua e a saliência da varanda do primeiro andar.

A partir de inícios da década de 1840, generaliza-se a aplicação de azulejos a revestir as fachadas principais. Este gosto terá sido introduzido em Portugal pelos “brasileiros” ou “portugueses de torna-viagem” que depois da independência do Brasil, quando os portos da antiga colônia são fechados aos navios portugueses, voltam ao reino.

Eram azulejos padronados, produzidos pelas oficinas locais, pela Fábrica de Loiças de Sacavém e, também, em menos quantidade, pelas fábricas do Porto. Os padrões e as cores foram fortemente influenciados pelos que eram feitos, na mesma época, nas fábricas inglesas.

Será também na década de 1840 que nos gradeamentos das varandas em ferro forjado, começam a ser aplicadas pequenas peças em ferro fundido, com a forma de espigas ou de medalhões, e na década seguinte que as grades das varandas começam a ser inteiramente constituídas por elementos em ferro fundido.

No interior, os fogos são agora atravessados longitudinalmente por um corredor que divide o espaço em três áreas, a de serviço doméstico que abrange a cozinha, os quartos dos criados, a despensa e a casa de jantar, todas com janela para as traseiras; a área da sociabilização que consta de um vestíbulo, uma sala ampla, um escritório e uma saleta, todas alinhadas junto à parede da fachada e com janelas para a rua; e, ao centro, a área privada da família, onde ficavam alinhados os quartos de dormir, sem janelas para a rua e com portas para as salas e para o corredor.

As três funções são agora passíveis de isolamento, a área social tem acesso direto à caixa de escada através do vestíbulo, e a área do serviço doméstico através do corredor.

Nas salas e no escritório pode desenvolver-se uma atividade profissional, sem que a vida doméstica seja perturbada. Da mesma forma, criados e patrões podem, em teoria, habitar a mesma casa e só se encontrarem na casa de jantar, no momento de servir as refeições. A intimidade até então existente entre todos os habitantes de um fogo, chefe de família, ascendentes, descendentes e criados, deixa de existir a partir de então.

## **CAPÍTULO VII – OS EDIFÍCIOS HABITACIONAIS, CONSTRUÍDOS DE 1870 A 1900.**

### **7.1. A urbanização da Estefânia.**

No início dos anos de 1880, iniciou-se a urbanização da área da Estefânia, com o processo de expropriação das terras, incluindo as dos logradouros dos prédios situados no lado poente da Rua de Arroios, que se prolongavam acima da muralha de contenção de terras. As terras a poente pertenciam à Quinta da Bemposta e ao Instituto Agrícola.

Uma vez definidos, os lotes eram adquiridos pela CML por compra que designavam expropriação amigável, ou, caso não chegassem a acordo, por expropriação forçada o que pressupunha a declaração prévia de utilidade pública<sup>307</sup>. Depois eram postos em praça para serem adquiridos por quem os quisesse edificar.

Em 1883, havia ainda terras por expropriar como “umas barracas e pátio situado na travessa da Cruz do Taboado necessárias para a conclusão da abertura da Rua de Pascoal José de Melo”<sup>308</sup>, e parte de alguns quintais da Rua de Arroios necessários à abertura da Rua Passos Manuel.

Em Agosto do mesmo ano, Frederico Ressano Garcia propõe levar mais uma vez à praça os lotes de terreno que sobraram com frente para as ruas em construção, entre o Largo de Santa Bárbara e a Rua Pascoal de Melo por não terem concorrido licitantes à primeira oferta de venda<sup>309</sup>.

O processo de expropriação, venda e aquisição de lotes para a construção será lento, vai arrastar-se pelos anos de oitocentos e noventa e princípios do século vinte.

O projeto de pavimentação da Rua Passos Manuel com empedrado de basalto data de 1894, mas os prédios ainda não estavam todos edificados.

---

<sup>307</sup> Ofício n.º 3666 da Repartição Técnica, de Frederico Ressano Garcia ao vereador do Pelouro das Obras sobre a necessidade de declarar para utilidade pública a parte do quintal do prédio n.º 189 e 191 que é preciso expropriar para a conclusão da rua de Passos Manuel, devido à proprietária não aceitar a expropriação amigável. Cópia da informação n.º 1049 da Repartição Técnica de 26 de janeiro de 1884.

Planta da localização do quintal. A.M.L., Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06-01/0448.

<sup>308</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0418. Parecer N.º 1235. A.M.L.

<sup>309</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06-01/0413. Ofício da Repartição Técnica N.º 3243. A.M.L.

Em 1900/01, é elaborado o projeto do viaduto da Rua Pascoal de Melo<sup>310</sup>, com um tabuleiro sobre vigas de ferro assentes em duas muralhas de contenção de terras que marcam o desnível entre a velha Rua Nova de Arroios e o novo bairro. Por baixo do viaduto passa o cano adutor de água alimentado pelo reservatório da Penha de França. Três anos depois há ainda nota de uma troca de terrenos para a construção do viaduto<sup>311</sup>, e de uma escritura de compra de um prédio na Rua de Arroios para ligar a Rua Pascoal de Melo com a Avenida Almirante Reis<sup>312</sup>.

De 1910 datam duas escrituras de venda de lotes sobre a muralha municipal a construtores civis que pretendem edificar.



Fig. 168 – Planta da urbanização da zona da Estefânia, datada de 1871<sup>313</sup>, com o traçado das novas ruas a vermelho.

Este Bairro da Estefânia foi traçado segundo uma malha ortogonal sobre terras agrícolas, tendo a norte a Travessa do Abarracamento da Cruz do Tabuado, regularizada no troço correspondente às atuais ruas de Aquiles Monteverde e de Pascoal de Melo, a

---

<sup>310</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/02610. A.M.L.

<sup>311</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00647. A.M.L.

<sup>312</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/AGER-N/02/10515. A.M.L.

<sup>313</sup> A.d., Lxi2.cm-lisboa.pt. Temática, Cartografia histórica, Planta de Lisboa de 1871. C.M.L

nascente a Rua de Arroios, a poente o novo hospital de Dona Estefânia construído sobre terras da Quinta da Bemposta, e a sul o caminho que seguia do Largo de Santa Bárbara e que prolongava a Rua das Barracas para noroeste<sup>314</sup>.

O conjunto forma um retângulo que, no vértice noroeste, se articula com as zonas limítrofes através do Largo Dona Estefânia, ponto de geometria radial onde convergem vários arruamentos (fig. 168).

Na confluência das ruas Passos Manuel e José Estêvão com a rua Pascoal de Melo, há uma zona ajardinada, um pequeno “square” à inglesa, solução urbana inovadora na Lisboa de oitocentos já que não se trata de um grande espaço de socialização como o de um parque ou de um passeio público, mas apenas um pequeno espaço verde à escala do novo bairro e que se destina a embelezá-lo. Na planta topográfica de Lisboa datada 1910, está já delineado um jardim, de canteiros irregulares e caminhos ondulantes, ao gosto romântico.

Os edifícios que irão lentamente ocupando as parcelas definidas pela Câmara são de vários tipos, como se todas as tipologias habitacionais propostas nos anos sessenta por Pézerat no seu texto “Mémoire sur les Études d’Amélioration et embellissements de Lisbonne”, convergissem aqui, não organizadas por diferentes bairros como ele pretendia, mas coexistindo num único. Assim, houve moradias de rés-do-chão e primeiro andar com fachadas ricas em elementos decorativos de cantaria e elaboradas coberturas, uma larga maioria de prédios de rendimento destinados às classes médias, e mesmo alguns pátios destinados às classes populares.

### **7.1. 1. O loteamento dos jardins e horta dos Manoel de Vilhena.**

Se a área da Estefânia era até então constituída por terrenos agrícolas, a Rua Direita de Arroios estava já quase inteiramente edificada e desembocava no Largo do Cruzeiro de Arroios onde, do lado nascente e logo na passagem da rua para o largo, havia a casa nobre dos Senhores de Pancas. No início do século dezassete pertenceu ao Desembargador André Valente, depois a Cristóvão Manoel de Vilhena<sup>315</sup> e nela terá nascido, em 1792, aquele que viria a ter o título de Duque da Terceira. Está representada do lado direito e em primeiro plano, na pintura de Matos Sequeira denominada “A sopa

---

<sup>314</sup> Folque, Filipe, Carta Topográfica da Cidade de Lisboa de 1856/58. Mapoteca do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, Folhas N.º 13 e N.º 20.

<sup>315</sup> Araújo, Norberto (1938/39, 1992). *Peregrinações em Lisboa*, livro IV. Lisboa, Edições Vega. p.83.



de Arroios”. Acima da casa e com um muro para o largo estava o jardim e, a nascente, ficavam as terras de pomar e de horta que desciam em socalcos até ao talvegue onde passa hoje a Rua António Pedro.

Em 1883, é apresentado por António Carlos Dias um projeto de três edifícios em banda que ocupam metade da área ajardinada da casa nobre e dela ficam separados por uma estreita passagem que conduz aos terraços de níveis inferiores onde estava então a horta e o pomar, e onde foi construído um pátio operário constituído por cerca de oitenta pequenas casas de um só piso separadas por estreitos arruamentos particulares.

Este loteamento, pois é disso que se trata mesmo se à época não era assim designado, é dirigido a vários estratos sociais.

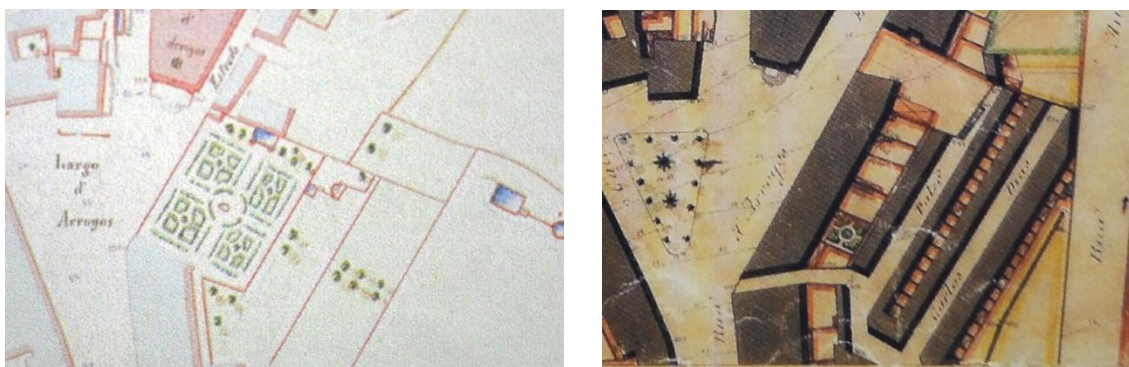


Fig. 169 - À esquerda a planta do Largo de Arroios em 1856/58 com a casa, o jardim e a horta dos Manoel de Vilhena e, à direita, a planta de 1904/11 com os três prédios já construídos na área do jardim e, nas traseiras, o Pátio Carlos Dias<sup>316</sup>.

Dos três prédios construídos com fachada para a rua (fig. 170), o primeiro era o maior com doze módulos verticais de vãos, o segundo tinha sete, e o terceiro apenas cinco. Sendo a profundidade idêntica em todos eles e os três edifícios divididos em parte esquerda e direita, resultaram fogos de diferentes áreas, que se traduziram num maior ou menor número de divisões que por seu lado eram mais amplas no prédio maior e exíguas no menor. Nas traseiras havia quintais que ocupavam a metade restante dos jardins do velho casarão dos Vilhena e se distribuíam segundo a largura dos fogos. Para traz dos quintais e cinco metros abaixo, ficava o pátio que veio a ser demolido em 1952.

---

<sup>316</sup> Viegas, Inês e Tojal, Alexandre Arménio Maia (2005). *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911* - Levantamento *Silva Pinto*. Folha 11K, p. 145. Departamento de Bibliotecas e Arquivos, A.M.L., Edição da C. M.L.

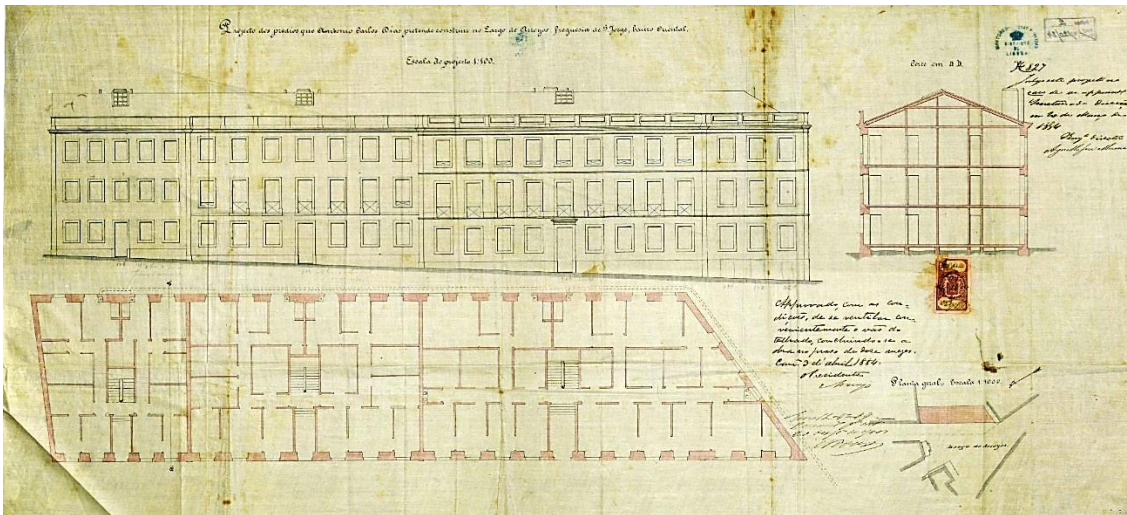


Fig. 170 – Projeto da urbanização de Antônio Carlos Dias, datado de 1884<sup>317</sup>, representando os edifícios com fachada para a rua.

Analisando a organização das fachadas saltam à vista três objetivos do projeto. O primeiro é que o edifício maior ocupa metade da área total de edificação com uma largura de doze vãos, ocupando os outros dois prédios a outra metade, com sete vãos o do meio e cinco vãos o da esquerda. O segundo objetivo foi o de conseguir progressividade na leitura das fachadas, assim, no prédio da esquerda há dois vãos de janela, um vão de porta e dois vãos de janela (2+1+2), no prédio do meio há três vãos de janela, um vão de porta e três vãos de janela (3+1+3), e no prédio da direita, já demolido, havia quatro vãos de janela, um vão de porta e três vãos de janela (4+1+4), sobrando um troço de fachada com outros três vãos de janela. O terceiro objetivo consistiu, tendo em conta as opções anteriores, em conseguir simetria em cada fachada, para o que houve recurso a pilastras de pedra que não só marcam os limites dos três edifícios como separam o troço dos três vãos do prédio da direita como se dele não fizesse parte.

Os elementos de decoração da fachada são reduzidos ao mínimo, já que não há varandas em sacada, sendo os vãos de porta protegidos por guardas de ferro fixadas nas pedras das ombreiras. Os dois prédios mais pequenos têm apenas como modenatura uma estreita faixa de cantaria a separar o rés-do-chão do primeiro andar, mas o edifício maior tinha, para além desta, uma outra faixa a separar o primeiro do segundo andar e, apoiado no lintel da moldura da porta, um entablamento de cantaria. Para além disso, as

<sup>317</sup> Obra 345; Volume 1; Processo 120/DAG/PG/1884-Tomo 1; Pág. 2. A.M.L.

platibandas de coroamento das fachadas que eram lisas no prédio da esquerda, eram divididas por acrotérios no do meio, e almofadadas entre os acrotérios no da direita.

Apesar das três fachadas parecerem, aos olhos de um leigo na matéria, ter igual modenatura, são na verdade hierarquizadas de forma subtil, mas a diferença mais importante é a da abertura de vãos de porta sem sacadas em todo o primeiro andar do prédio maior, enquanto no prédio do meio só os cinco vãos centrais são de porta, e no prédio menor todos os vãos são de peito.

No ano seguinte, dá entrada um projeto de alterações que propõe só vãos de porta para o primeiro andar do edifício do meio, e acrescenta um andar amansardado, substituindo as platibandas por uma guarda de ferro, criando assim uma varanda corrida.



Fig. 171 – Guarda de varanda em ferro fundido. Fig. 172 – Grelha de bandeira de porta de rua.

As guardas dos vãos e da varanda do terceiro andar são em ferro fundido (fig. 171), mas a grelha que protege a bandeira da porta da rua do prédio do meio, é em ferro forjado como as anteriores. Ao centro tem desenhadas as iniciais do promotor ACD e o ano de 1885 (fig. 172).

Como condição de aprovação, os serviços municipais impuseram a conveniente ventilação do vão do telhado, não sendo sequer ponderada a ocupação do sótão com habitação.

A caixa de escada ocupa o lugar central do edifício e, sendo o rés-do-chão elevado relativamente ao nível da rua, há um desnível entre o átrio e o arranque da escada, vencido por quatro ou cinco degraus.

No interior, a divisão do espaço continua a definir o espaço social constituído por entrada, escritório e salas, todos com janelas para a rua, o espaço individual e privado dos

quartos interiores e o espaço de serviço doméstico que está distribuído pela cozinha, pequeno quarto anexo e casa de jantar, todos com janela para as traseiras.

O que muda é o corredor que serve agora todos os compartimentos sejam eles interiores ou não. No prédio maior, havia um corredor longitudinal que separava o espaço social do espaço dos quartos interiores, e um corredor transversal que o ligava à cozinha e à casa de jantar. Assim, as várias funções da casa tornaram-se autónomas, não sendo já necessário atravessar salas para aceder aos quartos de dormir, ou devassar os quartos para chegar à casa de jantar.

A chaminé está localizada na parede meira dos fogos, atrás da caixa de escada e com a verga apoiada na parede da fachada posterior.

Os três edifícios estão equipados com pias de despejo que figuram em planta sob o enalço do vão de janela da cozinha, estão ligadas ao ramal de esgoto, como se vê representado a tracejado a contornar as traseiras do prédio até à rua, e as prumadas do esgoto são ventiladas por respiradouros que sobressaem do telhado. Mais ainda, o prédio maior tem também, para além disso, um compartimento ao fundo do corredor com latrinas, representadas em projeto ainda como as antigas, de tábua recortada. Ainda que não esteja representado em planta, ficaram também já ligadas ao esgoto.

Em janeiro de 1885, António Carlos Dias requere à Câmara a construção do cano geral *“a fim de poder canalizar os despejos do seu prédio acabado de construir com frente para o Largo de Arroios”*<sup>318</sup>.

Mas apesar de a rede de esgotos figurar no projeto, não figura ainda o projeto de adução e canalização de água.

### **7.1. 2. O Bairro Açores.**

Em Abril de 1892 Teotónio de Ornelas Bruges, Conde de Linhares, apresenta um projeto de arruamentos para as terras de Arroios onde tinha quinta e casa, esta herdada de Dom Rodrigo Pereira Coutinho e localizada a meio da atual Calçada de Arroios<sup>319</sup>. É o início do que chamamos hoje o Bairro Açores.

---

<sup>318</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06-01/0567. A.M.L.

<sup>319</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00166, 23 plantas e documentação escrita. Caixa n.º 14 DSU, Pl. 6240, 6241, 6355, 17111, 17112, 17113, 17114, 17115, 17116, 17117, 17118, 17119, 17120, 17121, 17122, 17123, 17124, 17125, 17126, 17127, 17128, 17129, 17130. A.M.L.



No mês seguinte é apresentado o projeto de abertura de uma rua paralela à rua Pascoal de Melo, entre as ruas Rebelo da Silva e Dona Estefânia<sup>320</sup>, a atual rua Ponta Delgada anteriormente designada por rua de Alvalade e depois rua Mota Veiga. O projeto de prolongamento da rua Ponta Delgada até ao Largo de Leão é já de 1937. Para a execução da obra era necessário proceder à demolição da casa nobre do Conde de Linhares que, justamente, se situava no local onde a rua Ponta Delgada cruza a calçada de Arroios.



Fig. 173 – Plantas do bairro Linhares, à esquerda em 1890<sup>321</sup> e à direita em 1909<sup>322</sup>.

O bairro, situado entre a Calçada de Arroios e a Rua Dona Estefânia, construiu-se rapidamente e, na planta de Lisboa de 1904-1911, a maioria das parcelas estão já estão representadas como edificadas. Também aí foi reservada uma área verde na confluência com o bairro de Dona Estefânia a qual, ao contrário do jardim Constantino, ocupa um terreno inclinado e, talvez por isso, não tivesse sido tratada como um espaço de estar, um jardim com arruamentos sinuosos e canteiros de flores, com bancos, um quiosque e urinol, mas como um espaço onde simplesmente foram plantadas filas de árvores tal como nos passeios das principais ruas. Só mais tarde, no jardim Cesário Verde, foram definidos caminhos e canteiros.

---

<sup>320</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00165. Caixa n.º 14 DSU, Pl. 17106, 17107, 17108, 17109, 17110. A.M.L.

<sup>321</sup> A.d., Planta organizada em 1899 que serviu de minuta para as cartas do levantamento topográfico em 1904-1911. A.M.L.

<sup>322</sup> Pinto, Júlio António Vieira da Silva. Planta topográfica de Lisboa, folha 11K. A. M. L.

O quarteirão que limita a nascente o jardim Cesário Verde só virá a ser edificado depois de 1907, data em que se inicia a permuta de terrenos entre o município e o dono dos terrenos<sup>323</sup>.

A maioria dos edifícios são prédios de rendimento destinados à classe média baixa, mas também há algumas moradias de notáveis, e, no interior dos quarteirões, vários pátios e vilas construídos para alojamento de artesãos e operários, uns mais elaborados do que outros. Tal como na urbanização da Estefânia, também na dos Linhares vão estabelecer-se e conviver camadas sociais diversas.

### 7.1. 3. Os palacetes.

Na planta topográfica de 1810, dita de Silva Pinto figuram, nos dois topos do quarteirão que tem frentes para a Rua Passos Manuel, a Rua José Estêvão, a Rua Angra do Heroísmo e a Rua do Mindelo, duas moradias cercadas por jardins.

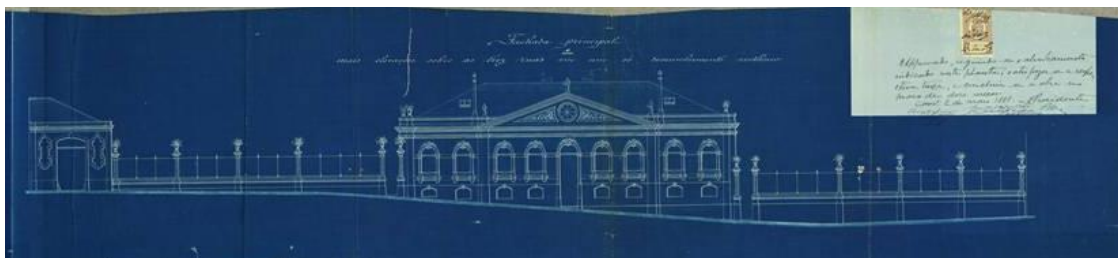


Fig. 174 – Alçado principal da moradia construída em 1888, na Rua Angra do Heroísmo 2-4.<sup>324</sup>

Em maio de 1888 dá entrada na Câmara um requerimento para aprovação do projeto de uma casa para habitação própria de Manoel Quaresma Val do Rio, capitalista, justamente nesse quarteirão, com frente para a rua Angra do Heroísmo, cocheira para carro e dois cavalos, e jardins com acessos, respetivamente, pelas ruas José Estêvão e Passos Manuel. O requerimento vem assinado por António José Dias da Silva.

Trata-se de uma casa unifamiliar, constituída por uma cave com respiradouros para a rua e janelas para o jardim, um rés-do chão sobrelevado com uma frente de nove vãos de janela, todos com lintéis em arco de volta inteira e molduras de cantaria lavrada,

<sup>323</sup> PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00172 ; Caixa n.º 14 DSU, pl. 17149. e PT/AMLSB/CMLSB/AH/PURB/002/00613. A. M. L.

<sup>324</sup> Obra 24533; Processo 2844/1ªREP/PG/1888; P.2. Mais tarde, a casa serviu como colégio feminino, e foi depois demolida. A. M. L.

e um sótão (fig. 174). As fachadas, tanto a principal como a posterior, eram encimadas por um grande frontão com um óculo ao centro, e platibandas laterais com vasos de cantaria assentes em acrotérios. A porta da rua ficava ao centro, no alinhamento do óculo do frontão, e o lintel à altura dos demais vãos. Na fachada posterior não há portas já que a ligação ao jardim se faz lateralmente, pela abertura de vãos de porta nas empenas.

Do ponto de vista formal, segue os modelos românticos dos anos cinquenta e sessenta, sem grandes inovações.

Quanto à organização do espaço interior, havia um corredor colocado no eixo longitudinal da casa e, no eixo transversal, ficava a escada de um só lanço que fazia a ligação da porta da rua ao rés-do-chão. A escada de acesso ao sótão e à cave estava desalinhada relativamente a este eixo, marcando assim o seu carácter privado.

A metade da casa que tem janelas para a rua é a zona social, com dois espaços de receção a ladear a escada, mas estava também dividida em duas partes, no lado direito ficava uma grande sala e um outro compartimento que podia ser usado como escritório, no lado esquerdo a divisão era idêntica mas o uso diverso, o compartimento maior era um quarto de aparato destinado a visitantes, e o que com ele comunicava servia de ante câmara.

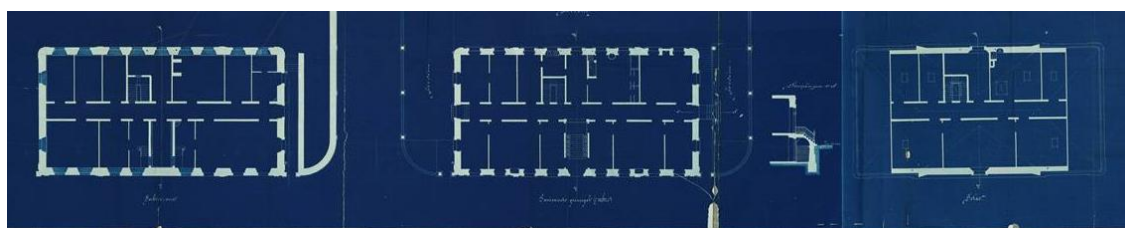


Fig. 175 – Plantas da cave, rés-do-chão e sótão, da moradia da Rua Angra do Heroísmo 2-4.<sup>325</sup>

A metade da casa que tinha janelas para o jardim era ainda dividida em duas partes, a direita, do lado da Rua Passos Manuel, tinha uma grande cozinha e, ao lado, uma casa de jantar. A parte esquerda para além da escada para o sótão, tinha três quartos. Havia, assim, espaços de uso distinto, a metade direita destinada às salas e à cozinha, a esquerda destinada aos quartos da família. A metade da frente como espaço de representação, seguramente mais ostentosa, aberta aos visitantes, a metade de trás privada, destinada aos residentes.

---

<sup>325</sup> Obra 24533; Processo 2844/1ªREP/PG/1888; P.2. A. M. L.

A cave, podia ser usada como extensão do rés-do-chão, espaço de arrumação, ou de alojamento de serviçais, mas podia também ser independente, pois tinha uma cozinha semelhante à do andar superior, salas e quartos, e acesso independente diretamente da rua. No entanto, uma casa como esta, teria seguramente vários criados, cocheiros e jardineiros a quem se assegurava o alojamento na cave.

O sótão seria a zona mais desfavorecida da casa por ser esconso e termicamente desconfortável. Não tinha acesso independente e não tinha cozinha sendo forçosamente o prolongamento da casa e destinado às criadas de dentro.

Numa casa como esta, em que a fortuna do proprietário e o espaço da parcela são suficientemente grandes para se materializar uma “casa de sonho”, verifica-se que a primazia foi dada à simetria, conseguida pela marcação de dois eixos, em planta, e pelos frontões e disposição dos vãos, em fachada. No interior, o espaço foi dividido por forma a que, nos dois pisos, não houvesse quartos interiores já que todos os compartimentos tinham janela, e que a circulação se fizesse por um extenso corredor sem que fosse necessário atravessar quartos. No entanto, alguns compartimentos continuam a comunicar entre si, na zona social são as salas e os escritórios que estão interligados, quanto aos quartos comunicam por portas dois a dois. Parece manter-se o conjunto de câmara e antecâmara, o quarto de dormir e o quarto de vestir, escrever, estar e receber os muito íntimos.



Fig.176 – Moradia da Rua Angra do Heroísmo 2-4. Corte transversal.

Quanto aos acabamentos interiores, não sabemos como seriam, já que a casa foi há muito demolida, mas vê-se no corte transversal que as paredes da escada tinham molduras relevadas, possivelmente pintadas, que as bandeiras das portas tinham duas



vidraças separadas por um pinázio central, e que o longo corredor tinha um teto falso em caixotão.

No projeto não figuram redes, nem de água nem de esgoto, apenas uma pia de despejo da cozinha. E, apesar do pormenor do desenho descer até à representação de armários na cozinha, nenhuma divisão está afeta a instalações sanitárias.

Outro projeto de palacete, também assinado pelo arquiteto Dias da Silva<sup>326</sup>, foi o que Feliciano Maria da Luz apresentou à Câmara em outubro de 1888. Ficava situado mesmo defronte do Jardim Constantino, na esquina da Rua Pascoal de Melo com a Rua José Estêvão e por esse motivo não dispunha de um logradouro a toda a largura da fachada posterior, como acontecia com os outros prédios.

A parcela era apenas um quadrado com cerca de dezasseis metros de lado e, por esse motivo, o urbanista, quando procedeu ao loteamento dos terrenos, ao atribuir um pequeno logradouro a cada prédio reservou também um para o prédio de esquina, mas recuado para o interior do quarteirão e a uma cota inferior (fig. 177). Entre o edifício e o seu jardim havia um caminho de ligação e, ao fundo, no recanto entre os muros, uma fonte proporcionava ainda assim uma vista agradável para quem estava no palacete.



Fig. 177 – Implantação do palacete e do seu jardim, na esquina das ruas Pascoal de Melo e Joaquim Bonifácio<sup>327</sup>.

Mas o que seria, à partida, uma condicionante, acabou por resultar num projeto inovador. A porta de entrada foi colocada precisamente na esquina e os lanços de escada

---

<sup>326</sup> O arquiteto Dias da Silva foi o autor de vários projetos de edifícios de habitação e também de equipamentos como o Teatro Novo da Rua dos Condes.

<sup>327</sup> Viegas Inês, Tojal Alexandre Arménio Maia coordenação, Almeida Isabel, Ramalho Maria Teresa. *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911 - Levantamento Silva Pinto*. Folha 11J, p. 132, pormenor. Edição da C. M.L., Arquivo Municipal de Lisboa, 2005.

que ligam os três níveis desenvolvem-se em enfiamento no eixo da diagonal do quadrado de implantação, desembocando num terraço com vista para o jardim e com a fonte como pano do fundo. Para quem acedia ao átrio da casa, a sucessão de lanços de escada com a luz vinda de sul a entrar pelo terraço, seria bastante teatral. O efeito era ainda aumentado pela existência de um lanternim, em cúpula, sobre a parte central da escada, e pelos enormes candelabros colocados nos patamares.

Pelo exterior também o aspeto cénico era notório, sobretudo o das duas fachadas sobre a rua. Um soco de pedra elevava o edifício e nele se abriam os respiradouros da cave. No rés-do-chão as janelas de peito eram à francesa, rasgadas até sessenta centímetros do pavimento e protegidas por guardas de ferro, e os nembos entre os três vãos da esquina estavam revestidos a pedra e sublinhados por pilastras. No grande portal de duas meias portas, as pedras de lintel formavam um arco quebrado, enquanto nas janelas desenhavam arcos de volta plena. No primeiro andar todos os vãos eram de sacada sendo o da esquina mais largo do que os outros, e também aí havia três pilastras a marcar a superfície da esquina que já não era em ângulo vivo, mas sim em ângulo cortado.



Fig. 178 – Palacete na esquina das ruas Pascoal de Melo e José Estêvão. Alçado e corte pela escada<sup>328</sup>.

A encimar a fachada, uma platibanda corrida com os seus acrotérios decorados com vasos e fogaréus, e à esquina, marcando o centro, um pináculo ladeado de dois anjos que não vieram a ser colocados. Num plano recuado emerge o lanternim que termina num zingamocho com uma alta agulha de para-raios. No telhado, dois olhos-de-boi em zinco moldado e colocados simetricamente, iluminavam e ventilavam o sótão.

<sup>328</sup> Obra 9435; Processo 6705/1ªREP/PG/1888; Pp 7-9. A.M.L.

O edifício tinha, portanto, quatro pisos dos quais uma cave destinada aos criados e também a arrumos, um andar “rente-ao-chão”, um andar nobre e um sótão não habitável, com área útil reduzida.

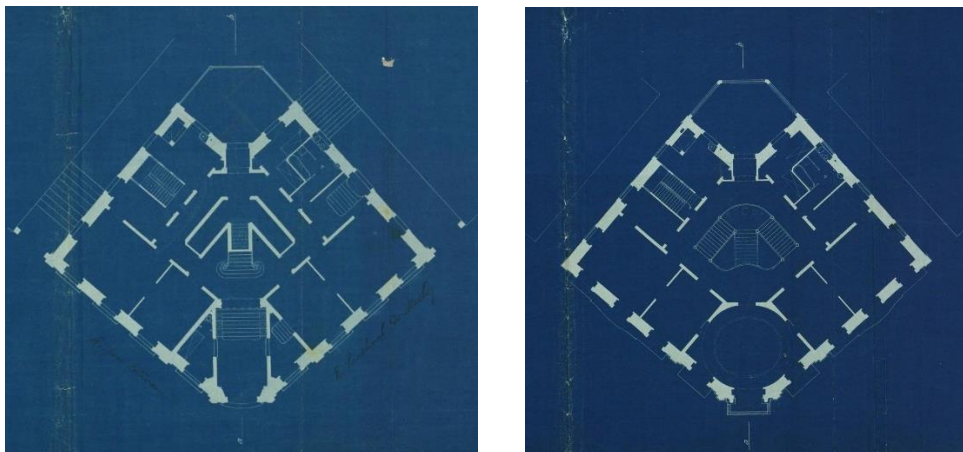


Fig. 179 – Palacete de Feliciano Maria da Luz, plantas do r/c e primeiro andar<sup>329</sup>.

A organização interior do espaço é fortemente condicionada pela presença da escada que, ocupa todo o espaço central e, considerando a abertura de todos os compartimentos para esse espaço, dificilmente poderia individualizar-se um andar sem alterar o sistema de portas de comunicação. No entanto essa possibilidade existia já que tanto no rés-do-chão como no primeiro andar havia cozinhas e casas de banho.

A toda a volta do espaço central da escada havia, pois, um corredor de distribuição, para onde todos os compartimentos tinham porta e, para além disso, todos comunicavam entre si. A divisão do espaço do rés-do-chão define duas salas grandes e duas mais pequenas a elas ligadas, todas com janelas para a rua, dois quartos com janela para os caminhos laterais, uma cozinha, uma casa de banho e um espaço de serviço com armários. As restantes duas divisões estão ocupadas uma com uma escada de acesso ao logradouro, a outra com a caixa de escadas de serviço que faz a ligação à cave.

No primeiro andar a divisão é semelhante salvo o espaço da entrada que em baixo é ocupado pelo átrio e que no andar superior é um salão oval. As funções a que se destinavam essas salas não estão expressas, mas havendo poucos quartos será de aceitar que dois dos compartimentos da frente fossem também usados como quartos.

---

<sup>329</sup>., Obra 9435; Processo 6705/1.ªREP/PG/1888; Pp. 4 e 5. A.M.L.

Neste projeto a ênfase dada às salas e salões e à escada como espaço cênico, leva a que mais de metade da área fosse espaço de representação, para dar a ver aos visitantes a fortuna do proprietário.

Tendo a moradia sido há muito demolida não há dados sobre a decoração interior, mas, no corte pela escada, vê-se como as portas de passagem do átrio para o rés-do-chão, eram altas e tinham lintéis curvos tal como as dos corredores, e que nas paredes do átrio havia painéis com molduras relevadas que seriam pintados. As molduras das portas do primeiro andar subiam quase até à sanca do teto, eram encimadas por entablamentos, e tinham bandeiras de quatro vidraças.

Comparando com o palacete da Rua Angra do Heroísmo ainda muito próximo do gosto romântico na volumetria e na organização do espaço interior, este edifício é mais evoluído, com uma conceção do espaço arrojada, mais próxima da do ecletismo que virá com a década de noventa, e também mais moderno no que diz respeito ao conforto. A rede de águas e esgotos já vem representada em planta, há pelo menos uma casa de banho com banheira, bacia de retrete e bidé em cada piso, na cave há um espaço subdividido para criadas e criados, e um cubículo com acesso pelo átrio do edifício. Nas cozinhas vê-se também a pia de despejos, sempre nos vãos de janela por dois motivos, o arejamento e o aproveitamento do vão para instalação das manilhas de esgoto, sem recorrer à abertura de roços nas paredes portantes, e assim evitar a sua fragilização. Os dois ramais de esgoto que servem o prédio estavam preparados para serem ligados ao coletor da Rua José Estêvão.

## **7.2. As urbanizações de Campo de Ourique, do bairro Camões, do Casal do Rolão, da Avenida da Liberdade e das terras do bairro Barata Salgueiro.**

Para além das zonas da Estefânia e Arroios, outras foram objeto de planos de urbanização por iniciativa da Câmara Municipal.

Entre 1876 e 1879 foi executada por ordem da Comissão do Plano Geral dos Melhoramentos da Capital, uma planta da zona de Campo de Ourique, com curvas de nível e demarcação das parcelas existentes<sup>330</sup> que, no que respeita à ocupação do espaço, não difere muito da Carta Topográfica de 1856/58.

---

<sup>330</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/343; P. 1. A.M.L.

De 1880 datam dois pedidos de edificação, um na antiga Parada de Campo de Ourique designada anteriormente Rua do Campo da Parada e, na referida planta, por Avenida do Campo de Ourique, e outro na Rua Longitudinal n.º 1.

As primeiras vias abertas parece terem sido a Rua Ferreira Borges que resultou do alargamento, regularização e prolongamento da rua do Campo da Parada que ladeava o aqueduto das Águas Livres, e a parte nascente da Rua Coelho da Rocha que lhe é perpendicular a sul. Entre os anos 1881 e 1883 houve vários processos de expropriação e de cedência de terrenos situados na rua Ferreira Borges, e uma petição dos moradores do “novo bairro de Campo de Ourique” para que se concluísse a abertura da rua Ferreira Borges<sup>331</sup>.

Durante o período de 1884 a 1886, decorreram processos de expropriação e venda de terrenos para a continuação da rua Coelho da Rocha e também de orçamentos para instalação da rede de esgoto e o calcetamento desse troço de rua<sup>332</sup>.

As necessárias aquisições de terrenos para a ligação da rua Ferreira Borges à rua de Campo de Ourique vão prosseguir durante 1887 e, por essa altura, a Câmara expropria “cinco barracas e um corredor” situados na rua do Jardim para proceder à abertura da rua Domingos Sequeira que iria ligar o largo do Convento Novo do Coração de Jesus, designado hoje por Basílica da Estrela, às ruas do Patrocínio, Saraiva de Carvalho e Ferreira Borges<sup>333</sup>.

É também em 1887 que é feita uma permuta de terrenos entre o município e o Ministério da Guerra para o prolongamento da Rua do Quatro de Infantaria e que, mais uma vez, proprietários, fabricantes, lojistas e moradores do bairro de Campo de Ourique e arredores, se juntam para solicitar o prolongamento de outra rua, desta vez a Coelho da Rocha até à Rua de São Luís, atual rua Silva Carvalho, sendo para isso necessário expropriar, demolir, construir canalizações, e empedrar<sup>334</sup>.

O processo de abertura de ruas continuará durante a década de noventa, mas, logo em 1891, estavam prontas a receber a canalização de esgoto as ruas Tomás da Anunciação, Quatro de Infantaria, Ferreira Borges, Saraiva de Carvalho, Coelho da Rocha, Almeida e

---

<sup>331</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0379. A.M.L.

<sup>332</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROP-PU/06/0470, Parecer n.º 1294. A.M.L.  
Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0731, Parecer n.º 1648, e  
Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0769. Parecer n.º 27.

<sup>333</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0857. A.M.L.

<sup>334</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0915. A.M.L.

Sousa e a Rua da Piedade, atual Rua de Infantaria 16, no troço entre as ruas Silva Carvalho e a Tomás de Anunciação<sup>335</sup>.

Um projeto de ampliação do bairro é aprovado em 1906<sup>336</sup>, e em 1913 é elaborado um anteprojeto para a área a poente da Rua Tomás da Anunciação. A construção dos edifícios nessa zona era ainda escassa em 1926, e a sudoeste das ruas Francisco Metrass e Infantaria 16 era nula. Será durante os anos trinta e quarenta que os prédios serão edificados.

O traçado era ortogonal constituindo quarteirões retangulares, e o espaço de um deles foi reservado para jardim, tal como na urbanização da Estefânia. Um pequeno jardim à escala do bairro, ponto de encontro dos moradores e centro de referência.

Na planta de 1914 não estão definidos os talhões, mas na zona de extensão do bairro a noroeste, esteve projetada uma correnteza de construções no extremo poente da Rua Pereira de Sousa e também no quarteirão fronteiro. Está assinalada a implantação das edificações e dos logradouros, em lotes estreitos com um pequeno quintal nas traseiras e, no interior do quarteirão, um espaço amplo, comum, com acesso direto à rua. Esse troço de rua vem assinalado como Rua do Bairro, de onde se pode deduzir tratar-se da intenção de aí vir a fazer-se habitações para pessoas com poucos recursos, um bairro operário integrado no bairro de Campo de Ourique, em vez de o esconder em pátios sem fachada para a rua. Tal não veio, porém, a concretizar-se, mas os primeiros projetos apresentados já no início da década de trinta, mostram pequenas casas de dois pisos, com loja no rés-do-chão e habitação no primeiro andar, revelando ainda a intenção inicial.

Outra correnteza de cinco casas estava prevista já em 1879, no quarteirão com frentes para a rua de Infantaria 16, Ferreira Borges, e do Quatro de Infantaria<sup>337</sup>, e a ocupação do interior do quarteirão fronteiro pelo Pátio das Barracas é anterior a 1882.

As primeiras construções no novo bairro de Campo de Ourique, durante a década de 1880, foram feitas na proximidade do quartel, adensando-se nos quarteirões limitados pelas Ruas Pereira de Sousa, Ferreira Borges, de Infantaria 16 e Tomás de Anunciação. No mesmo período um outro núcleo é edificado a sul, na Rua Saraiva de Carvalho onde topeja a rua Tomás de Anunciação.

---

<sup>335</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01198. A.M.L.

<sup>336</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01181. Caixa 89, Estudos e projetos de arruamentos. A.M.L.

<sup>337</sup> Obra 2257; Processo 77/1.ªREP/PG/1879; Página 2. A.M.L.

Durante a década de 1890, foi na confluência das ruas Coelho da Rocha, Saraiva de Carvalho e Silva Carvalho que mais se construiu.

Para além da Estefânia e de Campo de Ourique, outras urbanizações foram iniciadas. Entre a antiga estrada da Cruz do Tabuado e o atual eixo da Avenida da Liberdade, havia uma larga área de quintas pertencentes a diversos proprietários entre os quais estavam o Conde de Redondo, o Conde da Graciosa, o Convento de Santa Marta, que constituíram o Sindicato dos Terrenos de Santa Marta, depois Companhia do Bairro Camões, representada em 1881 por Henrique Burnay que promove a urbanização da zona.

Nesse ano apresenta uma planta com a definição de ruas e quarteirões e marcando a vermelho os troços de rua já concluídos e que a Companhia queria entregar à Câmara<sup>338</sup>, são eles os troços do lado norte das atuais Rua da Sociedade Farmacêutica, Rua Luciano Cordeiro, Gonçalves Crespo e Avenida Duque de Loulé.

Em 1885, os serviços de urbanismo da Câmara manifestaram a urgência da abertura da Avenida da Índia, primeira designação da avenida Duque de Loulé, bem como do alargamento e regularização da rua de Santa Marta, a fim da firma Henrique Burnay e Companhia conseguir cumprir os prazos das obras do Bairro Camões<sup>339</sup>, o que só virá a concretizar-se em 1905. Entre os primeiros edifícios construídos, respetivamente em 1905 1907, estão os da Rua da Sociedade Farmacêutica 15 e 17-17A.

A partir de 1881 houve, por parte da Câmara Municipal, diligências para a expropriação de propriedades no Vale Pereiro e em Santa Marta para a abertura da avenida da Liberdade<sup>340</sup>, prolongando-se durante os anos noventa e seguintes para a abertura das ruas do bairro Barata Salgueiro. Assim, em 1883 houve um pedido de urgente conclusão da rua que substituiu a antiga azinhaga do Vale de Pereiro, para que os prédios que se encontravam quase concluídos pudessem receber a canalização de água e de gás<sup>341</sup> e, no ano seguinte, procede o município à expropriação de um terreno situado na Rua do Vale de Pereiro necessário para a prossecução das obras na avenida da Liberdade<sup>342</sup>.

O pedido dos concessionários da Linha de Tramvia Mecânico em 1885, para prorrogação do prazo de apresentação dos projetos complementares para a extensão da

---

<sup>338</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00551; Página 1. A.M.L

<sup>339</sup> Parecer n.º 1663, Código de referência PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0745.

<sup>340</sup> A expropriação ao Sindicato representado por Henrique Burnay, dos terrenos de Santa Marta. Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0529; Página 1. A.M.L  
Expropriação das barracas n. 1 a 19 sitas no beco de Santo António a Vale Pereiro, necessárias para as obras da avenida da Liberdade. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0293.

<sup>341</sup> PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0436. A.M.L.

<sup>342</sup> PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0563. A.M.L.



linha da avenida da Liberdade a S. Sebastião da Pedreira e da mesma avenida até ao largo do Rato pela rua Alexandre Herculano<sup>343</sup>, demonstra as dificuldades do empreendimento.

Em 1885, é pedida autorização para instalação de candeeiros de arco voltaico para fazer experiências de luz pública com fios condutores subterrâneos ou aéreos, na avenida da Liberdade.

O processo de urbanização do bairro Barata Salgueiro vai arrastar-se pelo século vinte, datando já de 1900 a escritura de cedência de terrenos da rua do Vale do Pereiro para a abertura da rua Alexandre Herculano<sup>344</sup>, e de 1917 a escritura de “expropriação ao Estado do prédio onde estava instalado o Quartel de Vale de Pereiro, necessário para a construção das ruas Rodrigo da Fonseca, Castilho e Anselmo Braancamp e para venda em talhões”<sup>345</sup>.

No período que decorreu entre 1887 e 1891<sup>346</sup> foi elaborado o projeto do novo bairro do Casal do Rolão, traçado em triângulo na área localizada entre a Calçada de Santo Amaro e a Estrada da Tapada da Ajuda.

Também neste caso a Câmara expropriou os terrenos agrícolas, definiu o traçado das ruas e os talhões a edificar e revendeu-os em leilão. Em 1891 “Diz Eduardo Nunes da Motta que tendo adquirido os talhões N.ºs 10 e 22 dos terrenos que foram à praça no Casal do Rolão e desejando construir neles os prédios de que apresenta competente projecto bem como tendo adquirido também os talhões N.ºs 20 e 21 dos quais apresenta ainda o projecto...” os submete à apreciação da Câmara.<sup>347</sup> . No parecer emitido pela Câmara Municipal está referida a obrigatoriedade da canalização do esgoto ser independente da das águas pluviais.

A urbanização do Casal do Rolão, então iniciada, vai prolongar-se pelas primeiras décadas do século vinte, datando já de 1912 uma planta com a indicação dos alinhamentos aprovados bem como da identificação das barracas que a Câmara deverá expropriar para proceder à conclusão da rua João de Barros e efetuar a ligação à travessa dos Moinhos.<sup>348</sup>

Para além destes novos bairros foram feitos projetos para a abertura de novas ruas no tecido consolidado de que é exemplo a avenida Dom Carlos I, nos terrenos do antigo convento da Esperança e a avenida dos Anjos, futura Almirante Reis, bem como o bairro

---

<sup>343</sup> PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0735. A.M.L.

<sup>344</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/BAH/FNAJ/001/00054/019. A.M.L.

<sup>345</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/BAH/FNAJ/001/00151/008. Livro de escrituras n.º 96, f.117. A.M.L.

<sup>346</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00314; P. 2. A.M.L.

<sup>347</sup> Obra 4122; Volume 1; Processo 6036/DAG/PG/1891-Tomo 1; P.1. A.M.L.

<sup>348</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00053. Escritura lavrada em 24 de setembro de 1912. Caixa n.º 4, pl. 14564. A.M.L.

dos Anjos cujos projetos de nivelamento e contenção de terras estavam a começar em 1886<sup>349</sup>, e a expropriação dos terrenos em 1899, com a escritura de aquisição de parte da Horta da Romeira junto ao caminho do Forno do Tijolo<sup>350</sup>. Porém, no bairro Andrade situado entre a dita rua do Forno de Tijolo e a rua dos Anjos, em 1890, já cinco ruas estavam abertas<sup>351</sup>.

Os terrenos do aterro da Boa Vista serão também urbanizados e edificados.

Para o município terá sido certamente uma árdua e onerosa tarefa a de proceder à urbanização de tão vastas áreas, começando por fazer os levantamentos topográficos e da propriedade, procedendo em seguida à elaboração dos traçados geométricos dos arruamentos e à definição das cotas dos eixos das ruas e também do interior dos quarteirões, uma vez que a cidade era acidentada e com desníveis muito acentuados que era preciso vencer e regularizar. Foi necessário recorrer a desaterros e à execução de elevados taludes para reduzir as pendentes dos arruamentos.

Depois de proceder à definição dos talhões onde cada prédio seria construído por particulares, estes eram ajustados à singularidade topográfica, de modo a que cada um tivesse sempre que possível um logradouro, instituindo conseqüentemente uma nova tipologia habitação até então estranha a Lisboa, o fogo em cave. Anteriormente, se o terreno era inclinado, o talude ficava nas traseiras do edifício e todos os fogos tinham aberturas para a rua. Mas com a construção das vias sobre taludes elevados, em alguns edifícios houve que conceber fogos em cave, que só podiam ter vãos de porta ou janela para o logradouro nas traseiras.

Para além disso, houve o investimento no processo de expropriação dos terrenos que podendo ser, posteriormente, criador de mais-valias com a venda em praça dos talhões, foi ainda assim lento não permitindo compensações imediatas.

O procedimento poderá ter tido como modelo o haussmanniano que se iniciou em 1853. Claro que divergia inteiramente do princípio urbanístico, pois Haussmann demoliu enormes áreas edificadas do centro histórico de Paris para construir uma cidade inteiramente nova, onde de certa forma apagou o passado, enquanto que, em Lisboa, os novos bairros foram edificados sobretudo nas áreas periféricas onde predominavam os

---

<sup>349</sup> Parecer n.º 76, B/UROB-PU/06/0812. A.M.L.

<sup>350</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/AGER-N/02/08331. Escritura de expropriação. A. M. L.

<sup>351</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/FNAJ/001/00028/004. Escritura de cedência de 25-09-1890. A.M.L.

terrenos agrícolas. Mas o processo de expropriação dos terrenos, a construção dos novos arruamentos e a revenda dos talhões a promotores imobiliários, é semelhante.

Para financiar a reconstrução de Paris, Haussmann recorreu a um empréstimo de cinquenta a oitenta milhões de francos por ano, esperando recuperar esse valor com a revenda dos terrenos já parcelados, mas, na verdade, os custos do investimento foram o dobro do inicialmente orçamentado. Os fundos foram-se esgotando e obrigando a novos empréstimos pelo que em 1870 havia já uma dívida de 1,5 biliões de francos o que desacreditou o processo e obrigou, em 1882, a pôr um termo à operação imobiliária<sup>352</sup>. Ora é precisamente por essa altura que o processo de aquisição de terrenos pela Câmara Municipal de Lisboa está no seu pleno, recorrendo também ela a empréstimos como se constata num documento de 1879 relativo a obrigações de empréstimo no valor de 900.000 reis com juro de 6%<sup>353</sup>, de novo empréstimo de 300.000 reis em 1880, com juro de 6% , mais cinco obrigações de empréstimo de 450.000 reis em 1881, outro ainda em 1886 de 90.000 reis em ouro à taxa de 4%<sup>354</sup> e, no mesmo ano, de novas obrigações de 450.000 reis em ouro a um juro de 4%. Os empréstimos continuarão ao longo dos anos oitenta, e em 1890, há referências a “cauteladas de 1.000 reis de empréstimo à cidade e letras provisórias”<sup>355</sup> e, em 1897, a obrigações de empréstimo de 10.000 reis com juro de 5%, e outros mais.

### **7. 3. Os prédios de rendimento.**

Para a avaliação das características arquitetónicas dos edifícios edificados em Lisboa nas décadas de 1870, 1880 e 1890 foram analisados os projetos de construção de cento e quarenta e nove prédios, existentes no Arquivo Municipal de Lisboa. São aqueles que estão datados e que foram construídos de raiz, desenhados pelos seus autores segundo os critérios de beleza, de conforto e de rentabilidade da época, e constituindo modelos tipológicos.

Durante a década de 1870, não parece ter havido zonas específicas da cidade onde a edificação se tenha concentrado. Os escassos projetos existentes em arquivo são de prédios dispersos pelas zonas consolidadas, fruto da reedificação em talhões já existentes

---

<sup>352</sup> Mignot, Claude (2007). *Grammaire des immeubles Parisiens- six siècles de façades, du Moyen Âge à nos jours*. Éditions Parigramme.

<sup>353</sup> PT/AMLSB/CMLSBAH/ADM/03/1464. Caixa n.º 2496. A.M.L.

<sup>354</sup> PT/AMLSB/CMLSBAH/ADM/03/1444 e 1445. Caixa n.º 2477. A.M.L.

<sup>355</sup> PT/AMLSB/CMLSBAH/ADM/03/1453. A.M.L.

e reconfigurados, e é maior o número de projetos de ampliação ou reedificação de edifícios do que o de construções novas. Tal facto limitou as pretensões de projetistas e promotores na conceção do arquétipo, já que a área e configuração da planta, a localização da caixa de escada e as características arquitetónicas e construtivas dos edifícios pré-existentes lhes limitaram as opções inovadoras.

A partir dos anos de 1880 a situação mudou porque o município promoveu a expansão da cidade elaborando os planos de urbanização de várias zonas mais ou menos periféricas.

Para a análise comparativa das características dos edifícios de habitação, construídos nas três décadas que decorreram de 1870 até ao final do século, foram considerados catorze prédios datados da década de setenta e dispersos pela cidade, e os edificadas nas novas urbanizações durante as décadas de 1880 e 1890, sendo cinquenta os prédios da zona da Estefânia/Arroios, trinta e quatro os do bairro Barata Salgueiro, trinta e seis os localizados em Campo de Ourique, e quinze prédios no Casal do Rolão datando estes últimos todos da década de 1890.

Destes edifícios a maioria é de rendimento, mas há duas outras categorias de edifícios, os palacetes que são unifamiliares, construídos quase sempre para habitação própria, e os pátios onde se alinham em banda pequenas habitações de um ou dois pisos e que se encontram no interior dos quarteirões sem fachada para a rua. Também destinadas às camadas mais pobres há algumas vilas que são prédios de andares, com fogos de área muito reduzida e logradouros estreitos, mas que apresentam frequentemente a fachada para a rua.

Para poder comparar as várias tipologias de prédios de habitação projetados para a cidade, isolaram-se os edifícios segundo a categoria onde se inserem. Assim, é possível avaliar as diferenças entre as quatro novas zonas urbanizadas que as hierarquizam, e traduzem os grupos sociais para que foram projetados.

O quadro 18 põe em comparação as áreas médias dos talhões sendo que, tanto na década de oitenta como na de noventa, os de maior área e destinados a prédios de rendimento são os situados no Bairro Barata Salgueiro, com áreas médias de 515m<sup>2</sup> e 468m<sup>2</sup>, seguidos dos do Bairro Estefânia, com 349m<sup>2</sup> e 287m<sup>2</sup>, depois os do Campo de Ourique, com 275m<sup>2</sup> e 180m<sup>2</sup>, e os construídos no Casal do Rolão na década de 1890, com área média de 184m<sup>2</sup>.

<b>Áreas médias (m2) de prédios de rendimento edificadas entre 1870 e 1899</b>						
	<b>Década</b>	<b>N.º de prédios</b>	<b>Médias das áreas do talhão</b>	<b>Médias das Superfícies de implantação dos edifícios (SIE)</b>	<b>Médias das áreas dos logradouros</b>	<b>Índices de ocupação do solo</b>
<b>Outros locais</b>	1870	13	240	153	74	0,80
<b>Estefânia/Arroios</b>	1880	36	349	191	158	0,58
	1890	9	287	183	106	0,65
<b>Casal do Rolão</b>	1880	-	-	-	-	-
	1890	13	184	113	69	0,65
<b>Bairro Barata Salgueiro</b>	1880	19	515	382	130	0,73
	1890	6	468	341	101	0,78
<b>Campo de Ourique</b>	1880	17	275	171	104	0,66
	1890	16	180	127	52	0,70
<b>Total</b>	1870/99	129	312	207	99	0,69

Quadro 18 – Áreas médias dos talhões e da implantação de 134 prédios edificadas de 1870 a 1900.

Verifica-se que tanto na Estefânia como em Campo de Ourique e no bairro Barata Salgueiro, a área média dos talhões é maior nos prédios construídos nos anos oitenta e que se reduz na década seguinte, quer seja porque as parcelas primeiro vendidas foram as maiores, quer seja porque os promotores consideraram mais rentável construir em lotes de menor dimensão, parcelando-os. Neste último bairro, na década de oitenta, dos vinte e quatro prédios analisados 5 ou seja cerca de 1/6 são palacetes com grandes logradouros, enquanto na década seguinte em dez edifícios metade são palacetes o que, empolando a média total das áreas, se traduz numa acentuada redução das dimensões dos lotes dos edifícios de rendimento.

O que desta constatação se pode retirar é que à medida que a construção foi avançando, o Bairro Barata Salgueiro foi-se valorizando pela procura de grandes talhões para habitação própria em palacetes pelas camadas mais ricas da sociedade lisboeta, enquanto que, com o Bairro Estefânia e o de Campo de Ourique, se passou o contrário, tendo sido na década de oitenta projetados três palacetes para o Bairro da Estefânia mas

nenhum nos anos noventa. Houve neste bairro uma desvalorização traduzida na construção em parcelas de menor dimensão, com andares de menor área destinados à classe média num primeiro tempo e média/baixa na década seguinte.

Quanto à área média dos logradouros dos prédios de rendimento (quadro XVIII) é sempre ligeiramente maior no Bairro da Estefânia, com 158m<sup>2</sup> nos anos 1880 e 106 nos anos 1890, do que no Bairro Barata Salgueiro onde é de 130m<sup>2</sup> e 101m<sup>2</sup>, respetivamente. Em Campo de Ourique a área média dos logradouros é de 104m<sup>2</sup> na década de oitenta, muito próxima da que se praticava nas zonas mais conceituadas, mas na década seguinte desce para 52m<sup>2</sup>, valor ainda mais baixo do que se praticou no Casal do Rolão de 69m<sup>2</sup>.

Estas diferenças são evidentes quando se comparam os índices de ocupação do solo e representam alterações na qualidade de vida dos habitantes. Assim, se a média do IOS nos prédios de rendimento construídos na cidade durante os anos 1870 era de 0,80, na década de 1880 a média do IOS desce para 0,58 no Bairro de Dona Estefânia, para 0,66 no de Campo de Ourique e 0,73 no Bairro Barata Salgueiro. É, portanto, no bairro Barata Salgueiro que o Índice de Ocupação do Solo é mais elevado traduzindo uma situação de áreas de logradouro muito diminutas. Como se compreende então que seja justamente o bairro mais conceituado? É que a escassez do espaço de logradouro de cada prédio de rendimento é compensada pela presença na vizinhança das extensas áreas ajardinadas dos logradouros dos palacetes e também pelos largos arruamentos bordejados de árvores. Se a fachada posterior do edifício de rendimento dava sobre um pátio demasiado estreito, logo por detrás do muro aparecia o arvoredado do jardim do palacete vizinho, e a impressão de exiguidade desaparecia.

No bairro Dona Estefânia, o logradouro era na década de 1880 ainda um espaço de horta com algumas árvores de fruto que contribuíam para a economia familiar enquanto no caso dos palacetes do bairro Barata Salgueiro os logradouros eram ajardinados com canteiros de flores e árvores ornamentais, delimitados por alegretes de barro onde eram plantadas duas ou três palmeiras, e serviam como espaço de lazer e cenário para quem, do palacete, os vislumbrasse.

Tanto no Campo de Ourique como no Casal do Rolão, talhões houve que atravessavam o quarteirão e que foram inicialmente ocupados por um único edifício com frente para uma das ruas e um grande logradouro aberto para a rua traseira mas, alguns anos depois, foi feito o destaque do logradouro e nele construído outro edifício, quase se tocando as paredes posteriores e reduzindo os logradouros a estreitíssimos e escuros espaços que mais se assemelhavam a saguões e tornavam inóspitas as divisões das

traseiras. No caso dos prédios do Casal do Rolão que não tinham logradouro por terem sido edificados “costas com costas”, eram edifícios do tipo vila destinados a grupos sociais pobres, possivelmente da classe operária, que laboravam nas vizinhas fábricas de Alcântara.

Quanto aos talhões destinados à construção dos três palacetes do bairro Dona Estefânia, todos edificados na década de 1880, têm em média 636m<sup>2</sup>, enquanto no bairro Barata Salgueiro os terrenos dos cinco palacetes que foi possível datar da mesma década de oitenta, têm em média 1.097m<sup>2</sup>, área muito superior aos da Estefânia.

Nos outros dois bairros não foram edificados palacetes, mas, em contrapartida, foram projetados três pátios em Campo de Ourique e duas vilas no Casal do Rolão. Na zona de Arroios-Dona Estefânia há dois projetos de pátios, um na rua de Arroios 112 e outro na rua José Estêvão 19, edificados já na década de noventa, não se sabendo ao certo quando foi edificado o acima referido pátio Carlos Dias.

Nos planos traçados pelo município para estas novas áreas, figuravam o traçado das ruas e as cotas a que deveriam ficar as vias e os quarteirões, mas não estavam definidos os talhões. Os compradores podiam comprar grandes parcelas que depois dividiam conforme queriam desde que a lei fosse cumprida e assim, podiam ajustar a dimensão dos edifícios à procura de mercado. Este procedimento é visível em vários projetos de conjuntos edificados nos quatro novos bairros que se podem exemplificar no de três edifícios contíguos e semelhantes, situados na rua Rosa Araújo 28, 30-30A, e 32-32A.

Distinto e único é o projeto de dois grandes prédios do bairro Barata Salgueiro, ambos na rua Castilho, que ocupavam toda a frente do quarteirão. Tinham três fogos por piso, sendo o fogo do meio servido por duas caixas de escada. Posteriormente foram divididos em dois edifícios. Trata-se dos que se localizaram na Rua Castilho 26, este datado de 1887 e de que só resta o troço que torneja para a rua Alexandre Herculano 33 e, na mesma rua Castilho, o n.º 11-11B, datado de 1884, e há muito demolido<sup>356</sup>.

### **7.3.1. Volumetrias**

Ao analisar as características das fachadas (quadro 19), há que contar o número de vãos por andar (MVV).

---

<sup>356</sup> Obra 9524; Volume 1; Processo 318/1.ª REP/PG/1884-Tomo1; Página 2. A.M.L.  
Obra 2418; Volume 1; Processo 2277/DAG/PG/1887- Tomo 1; Páginas 2-3. A.M.L.



Volumetrias dos prédios 1870-1899														
Local	Década	N.º de prédios	N.º Pisos corridos acima do nível da rua					N.º de MVV Em caso de várias fachadas sobre a rua, considera-se a que tem maior n.º de MVV						Profundidade média dos edifícios <sup>357</sup> (m)
			1	2	3	4	≥5	≤3	4	5	6	7	≥8	
Dispersos	1870	10	0	6	2	2	0	1	0	5	0	4	0	11,7
Bairro de Dona Estefânia e Arroios	1880	39	2	6	15	14	2	5	8	15	0	5	6	14,2
	1890	11	1	2	3	4	1	1	2	5	0	1	2	14
Casal do Rolão	1880	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1890	15	0	4	10	1	0	6	2	3	1	2	1	10,8
Bairro Barata Salgueiro	1880	24	1	5	4	9	5	0	5	6	4	1	<sup>7</sup> <sub>358</sub>	16,6
	1890	10	0	3	3	1	3	2	1	2	2	2	1	20
Campo de Ourique	1880	20	4	8	6	2	0	6	2	4	2	3	0	11,3
	1890	16	2	1	4	9	0	5	3	4	3	1	0	12,2
Total de edifícios	1870 - 1899	145	5	34	47	42	11	26	23	44	12	19	17	13,8
		100	10	23	32	29	15	18	16	30	8	13	11	
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%

Quadro 19 – Características volumétricas de 145 prédios construídos entre 1870 e 1899.

Embora a distância entre os vãos seja variável, já que os nembos têm habitualmente de 1,20m a 2m nos prédios setecentistas, e de 0,90m a 1,00m nos de finais do século dezanove, o número de vãos dá-nos uma imagem imediata do comprimento da fachada bem como da sua organização. Assim, edifícios com três ou quatro MVV têm normalmente um só fogo por piso pelo que a escada e a porta de entrada se encontram chegados a um dos lados, junto a uma empena.

<sup>357</sup> Entende-se como profundidade do edifício, a distância entre a fachada principal e a fachada posterior.

<sup>358</sup> Num dos palacetes, os vãos já não formam módulos verticais, antes se agrupam em janelas geminadas.

Se o prédio tem cinco ou sete MVV, é quase certo de que tem dois fogos por piso, que a caixa de escada e a porta de entrada têm uma posição central, criando um eixo de simetria.

Medindo o comprimento da fachada principal pelo número de módulos verticais de vãos (MVV), ou seja, pelo número de vãos de porta e de janela que cada andar apresenta, constata-se que, no conjunto das zonas estudadas, o que mais vezes ocorre é o edifício de cinco MVV, em quarenta e quatro casos, seguido do de três MVV, em vinte e seis casos.

É também de referir que, dos cento e quarenta e cinco edifícios analisados, apenas doze têm seis vãos em cada piso, pois se tivessem um só fogo por andar, a composição de fachada com a porta de entrada num extremo e cinco janelas para a rua, resultaria em grandes fogos habitacionais que só poucos teriam capacidade económica para poder arrendar, mas se dividisse a área dos andares por dois fogos, a caixa de escada e a porta da rua teriam que ocupar um dos dois vãos centrais, criando assim uma assimetria a contragosto dos valores estéticos da época.

Em alguns casos de prédios com um número par de MVV, o imperativo de que a porta da rua ficasse em posição central, levou a que fosse contrariado o mais básico princípio de estabilidade, desrespeitando o enfiamento dos vãos dos pisos superiores e abrindo a porta da rua sob os pesados nembos (fig. 180).



Fig. 180 – Fachada com 4 MVV e porta ao centro, na Rua Passos Manuel 110.

Se se observar no conjunto os prédios das quatro novas urbanizações (quadro 20), vê-se que, durante a década de oitenta, foi no Bairro Barata Salgueiro e no de Dona Estefânia onde se edificou um maior número de edifícios com fachadas largas de oito ou mais vãos por andar, e que em Campo de Ourique e no Casal do Rolão são as fachadas com três vãos por piso as que mais vezes ocorrem.

<b>MÉDIAS DE ALTURA E LARGURA (MVV) PELAS DIFERENTES CATEGORIAS DE EDIFÍCIOS</b>						
		<b>Número de edifícios</b>	<b>Década</b>	<b>Média do número de pisos<sup>359</sup></b>	<b>Média de MVV</b>	<b>Média da profundidade do edifício no talhão (m)</b>
<b>Dispersos</b>	Prédios de rendimento	10	1870	2,7	5,6	11,7
<b>Bairro Dona Estefânia / Arroios</b>	Prédios de rendimento	36	1880	3,3	5,2	14,2
		9	1890	3,1	5,8	14
	Palacetes	3	1880	1,3	8,3	14,3
		0	1890	-	-	-
	Pátios	0	1880	-	-	-
		2	1890	2	9	8
<b>Bairro Barata Salgueiro</b>	Prédios de rendimento	19	1880	3,7	7,3	15,8
		6	1890	4	5	18,5
	Palacetes	5	1880	2,4	6	19,8
		4	1890	2,5	6,2	22,5
<b>Bairro de Campo de Ourique</b>	Prédios de rendimento	17	1880	2,5	4,6	12,2
		16	1890	3,2	4,5	12,2
	Pátios	3	1880	1	2,3	6
		0	1890	-	-	-
<b>Casal do Rolão</b>	Prédios de rendimento	0	1880	-	-	-
		16	1890	3,2	4,5	12,2
<b>1870-1899</b>	<b>Totais</b>	<b>145</b>	<b>1870-1899</b>	-	-	-

Quadro 20 – Médias do número de pisos e de módulos verticais de vãos em edifícios (1870-1899).

<sup>359</sup> Número de pisos corridos, acima do nível da rua, incluindo pisos amansardados de águas quebradas, mas excluindo águas furtadas.

No Bairro de Dona Estefânia as fachadas predominantes na década de oitenta são as de quatro e cinco MVV, enquanto no bairro Barata Salgueiro são as de oito ou mais módulos de vãos.

A largura das fachadas dos prédios traduzida no número de vãos por piso, como indicador da imponência e habitabilidade do prédio bem como do estatuto de quem o habita, contribuiu para a hierarquia dos bairros e, também neste caso, é o bairro Barata Salgueiro, nos anos oitenta, aquele onde as fachadas em projeto foram mais largas, com mais janelas e portanto com fogos mais bem iluminados e ventilados com uma média de 5,7 MVV, logo seguido do bairro de Dona Estefânia-Arroios com 5,2 MVV.

Contudo, a média de vãos por piso nos dez prédios da década de 1870 dispersos pela cidade, era superior, com 5,6 MVV.

Os bairros de Campo de Ourique e do Casal do Rolão tinham fachadas mais estreitas, com médias que, na década de noventa, oscilavam entre 4,5 e 4,6 MVV, respetivamente.

Quanto às alturas dos prédios, pelo Decreto de 1864, estavam em relação com a largura das ruas que ladeavam, pelo que num bairro de ruas estreitas as fachadas não podiam ser altas. Assim, na década de 1890, medidas as alturas em número de pisos corridos acima do nível da rua, incluindo andares amansardados, mas excluindo águas furtadas e caves, a média de 3,4 pisos é atingida no bairro Barata Salgueiro seguida de 3,2 em Campo de Ourique, 3,1 pisos no de Dona Estefânia/Arroios e de 2,8 no Casal do Rolão.

Por outro lado, ao comparar o número de pisos acima do nível da rua nas diferentes zonas em construção, também se constata que só nos bairros Barata Salgueiro e de Dona Estefânia/Arroios houve prédios de cinco ou mais pisos. No conjunto dos bairros, foram os edifícios de três pisos os mais frequentes, quarenta e sete dos cento e quarenta e cinco analisados, ou seja, cerca de 1/3. Nos anos oitenta do século dezanove, em Campo de Ourique, dos vinte prédios estudados, só dois tinham mais do que três andares.

De referir ainda que em muitos prédios deste período foram projetadas caves, pois havia por vezes grandes diferenças de cotas entre a rua e o interior dos quarteirões, desníveis resultantes dos enormes aterros que o município planeou para vencer os

acidentes do terreno a fim de que os novos arruamentos fossem traçados em linha reta sobre montes e vales e não tivessem uma pendente superior a 7%<sup>360</sup>.

Até então, se o local tinha pendente acentuada, o piso térreo ficava quase sempre ao nível da rua, para lá abrindo portas e janelas e era a parede posterior que ficava enterrada, desempenhando funções de muro de suporte de terras. Claro que houve exceções como, por exemplo, a frente sul da calçada de Santo André e o lado ocidental da rua das Trinas, mas nas urbanizações de 1880 não foram exceções, foi sistemático pois trinta e sete por cento dos projetos de edifícios têm cave.

Quanto à profundidade das edificações, medida entre a fachada principal e a posterior, é também maior nos prédios do Bairro Barata Salgueiro onde, na década de oitenta, têm em média 16,6 m crescendo para 20m na década seguinte, e no Bairro de Dona Estefânia onde têm 14,2 m. Os de Campo de Ourique têm uma profundidade média de 11,3 m, e os do Casal do Roldão de 10,8 m.

Ao isolar as três categorias de prédios (quadro 20), os de rendimento, os palacetes e os pátios, verifica-se que o número médio de pisos dos prédios de rendimento era de 2,7 nos anos de 1870, enquanto nos anos de 1880 era de 3,7 no bairro Barata Salgueiro, de 3,3 no bairro de Dona Estefânia/Arroios, e de 2,5 em Campo de Ourique. Na década seguinte, a média de pisos dos do bairro Barata Salgueiro cresce para 4, enquanto no bairro de Dona Estefânia/Arroios decresce para 3,1, em Campo de Ourique sobe para 3,2 e no novo bairro do Casal do Rolão é também de 3,2. A altura dos edifícios de rendimento estava claramente associada às flutuações do prestígio das zonas onde se encontravam, e determinava o seu valor.

No que respeita aos palacetes o número médio de pisos é também crescente no bairro Barata Salgueiro, com 2,4 na década de 1880 e 2,5 na de 1890, e claramente superior ao número médio de pisos dos do bairro de Dona Estefânia/Arroios que era de 1,3 na década de 1880.

Os palacetes do bairro de Dona Estefânia/Arroios eram os mais largos com uma média de 8,3 módulos verticais de vãos, comparando com os do bairro Barata Salgueiro que tinham uma média de 6 MVV nos anos 1880 e de 6,2 nos anos noventa.

---

<sup>360</sup> Vasconcellos, José Maximo de Castro Neto Leite e. *Collecção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1864*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1865. No n.º 4 do artigo 35.º do Decreto real de 31 de Dezembro Na Lei de 31 de Dezembro de 1864 vem expresso que se atenderá “á largura das novas ruas, que não deve ser inferior a 10 metros, nem a sua declividade superior a 7 por cento”.

Os prédios de rendimento eram, em média, mais estreitos do que os palacetes, crescendo no bairro de Dona Estefânia de 5,2 MVV na década de oitenta para 5,8 MVV na de noventa, e decrescendo no Bairro Barata Salgueiro de 7,3 para 5, nos mesmos períodos.

Nos outros dois bairros, o de Campo de Ourique e o do Casal do Rolão, a média do número de vãos por andar fica entre 4,6 e 4,5. Aí, os prédios são mais estreitos, mais baixos e menos profundos.

A profundidade, ou seja, a distância entre a fachada principal e a fachada posterior cresceu, nos prédios de rendimento do bairro Barata Salgueiro, em média de 15,8m para 18,5 m, da década de oitenta para a de noventa.

No mesmo período, no bairro de Dona Estefânia/Arroios a média de profundidade dos edifícios decresceu ligeiramente de 14,2 para 14, e nos outros dois bairros manteve-se nos 12,2.

O aumento da volumetria, e em particular da profundidade do edifício, levou a que houvesse um maior número de divisões sem janela o que contrariava o entendimento cada vez mais generalizado de que, contribuindo a ventilação e a incidência solar para a saúde da população, não deveria haver quartos sem janela. Assim, nos prédios de maior profundidade que se estendiam para o interior do quarteirão, os projetistas conceberam caminhos laterais de acesso ao logradouro, que permitiram a abertura de vãos nas empenas e, assim, reduzir o número de divisões interiores. Destes corredores ou passagens laterais, evoluiu-se para as plantas em dente e daí para os saguões, espécie de pequenos pátios entre as empenas de dois edifícios.

Dos edifícios analisados, o primeiro com passagem lateral para onde abrem vãos, data de 1882 e estava situado na rua do Quatro de Infantaria 65-67, em Campo de Ourique, o primeiro com planta dentada foi construído em 1884 no Bairro Barata Salgueiro, localizado na Rua Castilho 11-11B, e o primeiro prédio com saguão lateral data de 1885 e estava localizado na rua Pascoal de Melo 70-72, no Bairro da Estefânia.

Em finais da década de 1880 muitos outros prédios recorreram ao saguão para reduzirem o número de divisões interiores ao mesmo tempo que aumentavam a área dos edifícios, avançando a fachada posterior para o interior do quarteirão, em detrimento do espaço de logradouro.

Outra característica dos edifícios desta época é a de os prédios que ocupavam uma esquina, não apresentarem o cunhal sobre a rua. Em vez disso, a aresta do ângulo ou esquina era chanfrada como impunha o número 6 do artigo do decreto-real de 31 de

dezembro de 1864, ou arredondada. Tal prescrição tinha como resultado uma melhor concordância dos arruamentos de diferentes pendentes que se cruzavam entre si, atenuando-se a inclinação e tornando os passeios mais agradáveis para os peões. Tinha sido aplicada em Paris, na reconstrução de Haussmann e exportada para Lisboa.

### **7.3.2. Organização das fachadas.**

Se as diferenças na volumetria são assinaláveis, são-no também as da composição e organização dos elementos das fachadas (quadro 21). Enquanto, no rés-do-chão dos edifícios setecentistas se abriam vãos de porta diretamente para a rua, os das últimas duas décadas do século XIX têm predominantemente vãos de janela.

Do conjunto dos prédios então edificados, 62% têm só vãos de peito no rés-do-chão, exceção feita à porta de acesso ao átrio e à caixa de escada.

Nos anos de 1870, mantêm-se vãos de porta muitas vezes alternando com vãos de peito, possibilitando a existência de pequenas lojas de bairro ao lado de fogos habitacionais mas, a partir da década de oitenta, como quase metade dos edifícios, tem pelo menos um piso em cave, a fachada passou a apresentar um soco de pedra onde se abriram respiradouros circulares ou quadrados, ou fendas de arejamento e iluminação da cave, o que tornava inviável a existência de portas de loja. Será para as traseiras que as caves terão as portas e as janelas.

Acima das fendas de arejamento das caves e com elas alinhadas, estão os vãos de peito do rés-do-chão, altos em relação ao nível da rua. No Bairro Barata Salgueiro, 87% dos prédios edificados na década de 1880 e 90% dos datados da de 1890, têm só janelas de peito no rés-do-chão, o que impediu a instalação de unidades comerciais. Era um bairro essencialmente habitacional. O mesmo sucedeu no Bairro de Campo de Ourique, onde 75% dos prédios construídos nos anos noventa, tinham só vãos de peito no rés-do-chão, e também, ainda que em menor percentagem, no Bairro de Dona Estefânia. No Casal do Rolão cerca de metade dos prédios tinha no rés-do-chão só janelas de peito e na outra metade lojas e habitação. Numa primeira análise poderia justificar-se este facto pela existência de caves e da necessidade de abrir fendas de arejamento, mas se a topografia acidentada de algumas zonas levou à criação de pisos em cave, noutras, como em Campo de Ourique, o terreno era relativamente plano não obrigando a grandes desníveis entre a rua e o interior do quarteirão mas, ainda assim, a larga maioria dos prédios só tem janelas de peito no rés-do-chão.

FACHADA PRINCIPAL									
	Década	N.º de casos	Azulejo	Cave	R/C	1.º andar			Último andar
				Frestas ou janelas	Só vãos de peito	Sacada	Grade entalada	Só vãos de peito	Varanda corrida
Dispersos	1870	10	2	0	1	4	5	2	1
			20%	0%	10%	40%	50%	20%	10%
Estefânia / Arroios	1880	39	15	14	25	19	27	5	12
			48%	35%	64%	48%	69%	13%	30%
	1890	11	5	1	6	9	6	3	2
			50%	9%	63%	81%	54%	36%	18%
Casal do Rolão	1880	-	-	-	-	-	-	-	-
	1890	15	0	8	3	5	4	3	0
			0%	40%	53%	20%	33%	26%	0%
Bairro Barata Salgueiro	1880	24	2	13	21	19	10	0	9
			8%	54%	87%	79%	41%	0%	37%
	1890	10	0	8	9	10	1	0	1
			0%	80%	90%	100%	10%	0%	10%
Campo de Ourique	1880	20	1	5	13	4	8	4	1
			12%	25%	65%	20%	40%	20%	5%
	1890	16	3	5	12	6	11	4	2
			18%	31%	75%	37%	68%	25%	12%
Total	De 1870 a 1900	145	28	54	90	76	72	21	28
			19%	37%	62%	52%	49%	14%	19%

Quadro 21 - Elementos característicos das fachadas principais entre 1870 e 1899.

Daqui se conclui que, nos bairros novos mais prestigiados, predominavam prédios só habitacionais como se se desenhasse um embrião de zonamento em que os fogos comerciais eram relegados para fora do bairro.

No primeiro andar ainda são os vãos de porta que predominam, mas se cerca de metade das portas abrem para varandas de sacada em cantaria lavrada e assentes sobre



mísulas, a outra metade é simplesmente protegida por um guarda-corpo gradeado entalado<sup>361</sup> entre as pedras das ombreiras.



Fig. 181 – Rua Rosa Araújo 22 (1888).

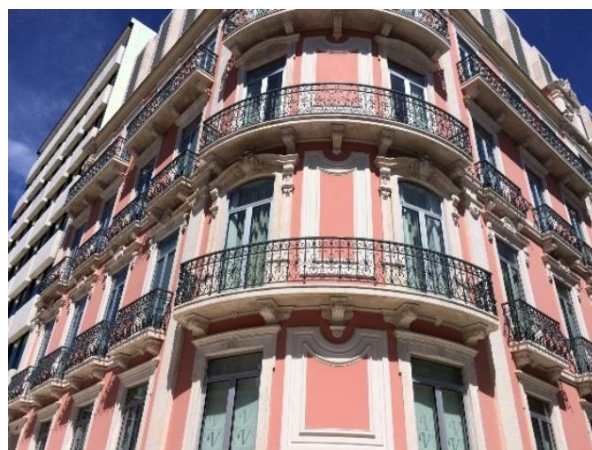


Fig. 182 – Rua Rosa Araújo 14-16 (1907).

De assinalar que é no Casal do Rolão onde há uma maior percentagem de projetos de edifícios com vãos de peito no primeiro andar.

Em geral, os vãos de sacada estão situados ao centro da fachada, muitas vezes com uma varanda corrida que une os dois ou três vãos centrais, sempre respeitando a simetria.

Nos edifícios mais modestos, há uma única varanda no vão central, nos mais elaborados há várias varandas ou uma varanda corrida com as pedras de bacia recortadas.

Em alguns dos prédios com esquina arredondada, há vãos de sacada abertos na parede curva, uma ou mais janelas e bacias de varanda em lioz recortado assentes em mísulas lavradas. A superfície curva do gaveto parece tornar-se a zona mais importante da fachada reunindo numerosos elementos decorativos e vários vãos, por vezes geminados, que tendem a formar marquises ou varandas envidraçadas (fig.181) recorrendo a colunas e vigas em ferro. Quanto tal não foi exequível, os nembos foram decorados com molduras em argamassa que preencheram a superfície vazia, simulando vãos entaipados, solução largamente usada na decoração das paredes interiores e agora também usada no exterior (fig. 182).

Nos anos oitenta começa a difundir-se muito rapidamente o uso da cobertura amansardada ou de águas quebradas que consiste numa estrutura de madeira que, para

---

<sup>361</sup> Designação usada por Ressano Garcia na apreciação de um projeto.  
Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/1361; Página 3, linha 12. A.M.L.

além de suportar as duas águas do telhado, forma para o lado da rua um plano inclinado revestido a chapa zincada, a placas de ardósia, ou a telha. Este madeiramento assenta na cimalha da parede de alvenaria, recuada em relação ao plano da fachada, pelo que o espaço exterior remanescente é revestido por lajes de lioz e usado como varanda corrida.

<b>REMATES DE FACHADA 1870-1899</b>							
<b>Local</b>	<b>N.º de casos</b>	<b>Década</b>	<b>Último piso</b>		<b>Cimalha</b>		
			<b>Mansarda</b>	<b>Águas furtadas</b>	<b>Platibanda</b>	<b>Cornija</b>	<b>Beirado</b>
<b>Dispersos</b>	<b>10</b>	<b>1870</b>	0	1	10	10	0
			0%	10%	100%	100%	0%
<b>Estefânia</b>	<b>39</b>	<b>1880</b>	4	18	24	35	0
			10%	48%	79%	89%	0%
	<b>11</b>	<b>1890</b>	0	4	9	10	2
			0%	34%	81%	91%	18%
<b>Casal do Rolão</b>	<b>0</b>	<b>1880</b>	-	-	-	-	-
			-	-	-	-	-
	<b>15</b>	<b>1890</b>	1	2	15	15	0
			6%	13%	100%	100%	0%
<b>Campo de Ourique</b>	<b>20</b>	<b>1880</b>	1	9	16	17	3
			5%	45%	80%	85%	15%
	<b>16</b>	<b>1890</b>	1	4	14	15	0
			6%	25%	87%	93%	0%
<b>Bairro Barata Salgueiro</b>	<b>24</b>	<b>1880</b>	7	16	20	22	0
			29%	67%	83%	92%	0%
	<b>10</b>	<b>1890</b>	0	5	8	10	0
			0%	50%	80%	100%	0%
<b>Total de edifícios</b>	<b>145</b>	<b>De 1870 a 1899</b>	14	59	116	134	5
			%	9%	40%	80%	92%

Quadro 22 - Tipologias das cimalkhas e últimos pisos edificados entre 1870 e 1899.

A vantagem da cobertura amansardada é que, visto da rua o último andar simula ser já a cobertura, parecendo os edifícios menos altos do que realmente são, mas, no interior, o fogo mantém um pé-direito uniforme, sem zonas em esconso.

Últimos pisos amansardados com as respetivas varandas corridas, foram feitos em quatro prédios do Bairro da Estefânia, em sete do Bairro Barata Salgueiro, em dois de Campo de Ourique e num do Casal do Rolão (quadro 22), adaptando a Lisboa o modelo haussmanniano, mas dele diferindo nas proporções e no facto das águas superiores serem frequentemente cobertas de telha enquanto em Paris eram cobertas com chapas de zinco. Explica-se tal facto, pelo facto da telha de barro não suportar as temperaturas negativas, fissurando com o frio, mas resistindo bem ao calor, e funcionando mesmo como isolante térmico. Para além disso, havia a forte tradição da cobertura em telha, também usada na água inferior do duplo telhado pombalino, razões pelas quais a telha foi usada para revestimento da água dobrada. Se a chapa de zinco era mais leve e compatível com a estrutura gaioleira, a telha tinha a seu favor um maior conforto térmico e a segurança da tradição, mas em caso de sismo era mais suscetível de se destacar e cair sobre a via pública.

Na década de mil oitocentos e oitenta, eram ainda escassas as coberturas de águas dobradas, as que proliferavam eram as de duas águas com pequenas janelas de trapeira que ventilavam as águas furtadas, de um modo geral não habitáveis.

Quanto às cimalthas, continuava a ser a platibanda acima da cornija, com ou sem balaustrada, o coroamento de fachada mais frequente que se constatou em 80% dos casos.

Os trapeirões no plano da fachada com telhados de duas águas formando um frontão, quase desapareceram, só foram projetados em 4% dos prédios. Em contrapartida, são os acrotérios e os elementos decorativos que neles assentam, como vasos, urnas, fogaréus, esferas e personagens populares ou mitológicos, que rematam agora as fachadas, assentes nas platibandas ou delas fazendo parte. Estes elementos decorativos são mais frequentes nos prédios de rendimento do bairro Dona Estefânia/Arroios, considerados demasiado populares para serem colocados no bairro Barata Salgueiro e demasiado caros para os bairros de Campo de Ourique e Casal do Rolão.

Na parte superior dos telhados, em 53% dos edifícios havia claraboias ou, mais raramente, lanternins, e as cumeeiras dos palacetes eram rematadas com zingamochos prolongando a cobertura para o céu como representação do êxito económico e da ascensão social dos seus proprietários.

### 7.3.3. Os elementos decorativos aplicados nas fachadas.

Se as paredes exteriores em alvenaria de pedra, onde se abriam alinhados os vãos de portas e janelas, mantinham uma forma próxima da dos edifícios pombalinos, dela diferiam pelos chanfros ou os arredondamentos das esquinas, pela cimalha em platibanda e, também, pela decoração da fachada. São as molduras dos vãos que se vão tornando mais estreitas, as bases ou bacias de varanda, em pedra, que são recortadas, lavradas, e assentes sobre mísulas, com guardas de ferro fundido muito ornamentadas, e os revestimentos de azulejo.



Fig. 183 – Rua Mouzinho da Silveira 5.



Fig. 184 – Rua Mouzinho da Silveira 23

O neoclassicismo é já um valor estético do passado substituído, ainda que de modo pontual, por um certo revivalismo medieval que se exprime em alguns edifícios do bairro Barata Salgueiro, como no da Rua Mouzinho da Silveira 5 (fig. 183), datado de 1887, onde uma torre cilíndrica e a sua cobertura cónica revestida de placas de ardósia, remetem para a de algum castelo medieval francês. Os vãos de janela têm molduras de pedra boleada e saliente e, no alto da cobertura um zingamocho prolonga o efeito de grandiosidade. Esta torre, que nada tem a ver com a arquitetura do corpo principal do imóvel, envolve uma escada de serviço, em caracol. Mas, trata-se de um prédio unifamiliar, de um palacete.

Outro caso é o do prédio com o número 23 da mesma rua (fig. 184), construído em 1889, onde a frontaria dos trapeirões das águas-furtadas é rematada por degraus que parecem assentar sobre pilaretes em consola. No alto são coroados por pináculos. Nas

trapeiras as coberturas de duas águas proeminentes estão assentes em lintéis de pedra trilobados. Os vãos de janela mainelados, estão protegidos por um varandim em pedra e, as mísulas onde este assenta, apesar da reduzida dimensão, evocam a cachorrada de um castelo. Todos estes elementos remetem para a arquitetura gótica do norte da europa, mostrando claramente de onde vem o modelo.

O gosto pela estética medieval, próprio do romantismo, teve, contudo, pouca expressão na arquitetura residencial de Lisboa de meados do século dezanove, exceção feita às molduras de janela em arco ogival bastante usadas, mas neste fim de século a estética medievalista exprime-se num ecletismo de formas de que estes são alguns dos poucos exemplares ainda existentes. No interior, a divisão do espaço não difere particularmente da dos outros prédios da mesma época mas, o exterior, é claramente inspirado nos projetos de concurso da Escola de Belas Artes de Paris, constituídos em coleções, vendidas e passadas de mão em mão entre os projetistas e em particular os arquitetos que pretendiam estar atualizados sobre o que à época se fazia em França. Depois, ou os aplicavam aos seus próprios projetos adaptando-os, ou os alteravam de acordo com as tradições da arquitetura nacional, introduzindo pormenores inspirados nos do estilo manuelino, por exemplo.

Mas foi o modelo dos edifícios parisienses que mais influenciou a arquitetura dos prédios de rendimento de Lisboa neste período. Desde logo, a composição da fachada, com os cinco princípios da arquitetura do período em que o barão Haussmann reurbanizou Paris, e que impunham que o piso térreo e a sobreloja fossem tratados como um soco, que os três andares corridos fossem enquadrados acima e abaixo por varandas, que o primeiro andar fosse o piso nobre, com varanda corrida e as molduras dos vãos em pedra profusamente decoradas, que no 5.º piso se estendesse uma varanda corrida, e que em cada quarteirão os edifícios tivessem as mesmas alturas e as mesmas linhas principais de fachada de modo a que dessem uma imagem de bloco.

Os projetistas dos prédios de Lisboa nas últimas três décadas do século dezanove, ao mesmo tempo que se agarravam às proporções e ao caráter maciço das construções pombalinas e mesmo do maneirismo que as antecedeu, procuravam adaptá-las ao novo gosto francês. Também criaram socos de pedra, nalguns casos até ao primeiro andar, e desenharam varandas corridas assentes sobre mísulas, unindo dois ou três vãos, tanto no primeiro andar como no último piso. Rebaixaram os parapeitos das janelas tornando-as mais esbeltas e recorrendo ao uso de varandins de ferro fundido entalados nas ombreiras.

Nalguns casos, não sem resistência, introduziram pedras lavradas e elementos decorativos nas molduras dos vãos. Fizeram coberturas em mansarda revestidas a zinco, e cumpriram o decreto real de 1864 que estipulava as alturas máximas de acordo com a largura da rua onde se localizavam e, tal como em Paris em 1859, autorizava edifícios mais altos nos arruamentos mais largos, “criando uma certa gradação estética paralela à gradação social que introduziu uma certa variedade”<sup>362</sup>.



Fig. 185 – Edifício haussmanniano, Paris.



Fig. 186 – Av. da Liberdade, 220 (1888).

Mas se em projeto havia algumas semelhanças, já nos acabamentos a diferença era total. Os arquitetos e, à cabeça, o próprio Frederico Ressano Garcia que tinha estudado em Paris e tinha acompanhado as obras de Haussmann, guiavam-se pelo que se fazia em França, mas os donos da obra, os construtores e os artífices tinham como referência os valores estéticos nacionais e o mesmo acontecia com os retornados brasileiros que queriam investir os seus ganhos na construção civil e que traziam consigo o gosto dos torna-viagem. Por isso, continuaram a revestir-se as fachadas com azulejos e a preferi-los à cantaria aparelhada ou lavrada, e a obter efeitos decorativos tanto pela aplicação de vistosos guarda-corpos em ferro fundido, como pela colocação nas cimalkas, de figuras em cerâmica colorida.

---

<sup>362</sup> Mignot, Claude. *Grammaire des Immeubles Parisiens – six siècles de façades, du Moyen Âge à nos jours*. Parigrame, 2007. P. 221.



<b>Local</b>	<b>N.º de prédios</b>	<b>Década</b>	<b>Fachada revestida a azulejo</b>	<b>%</b>
<b>Dispersos</b>	10	1870	3	30%
<b>Estefânia - Arroios</b>	39	1880	15	48%
	11	1890	5	50%
<b>Casal do Rolão</b>	-	1880	-	
	15	1890	0	0%
<b>Bairro Barata Salgueiro</b>	24	1880	2	8%
	10	1890	0	0%
<b>Campo de Ourique</b>	20	1880	1	12%
	16	1890	3	18%
<b>TOTAL</b>	145	De 1870 a 1890	29	20%

Quadro 23 – Fachadas revestidas de azulejo, edificadas de 1870 a 1899.

Não sendo possível determinar o ano exato da aplicação do revestimento azulejar em cada fachada, mas, considerando que foram aplicados sobre o reboco, não seria lógico rebocar e pintar a fachada para a voltar a picar poucos anos depois a fim de aplicar o paramento em faiança. Assim, considerou-se o ano da edificação como data de aplicação do azulejo, exceção feita aos edifícios ampliados com novos andares nos anos seguintes, supondo-se que, nesses casos, a fachada só teria sido terminada no final da segunda empreitada.

Tendo em conta a prática habitual de deixar as paredes de alvenaria de pedra por rebocar durante por vezes um ano, aguardando a secagem da argamassa de cal, é possível que o revestimento azulejar tenha sido aplicado um ano após a conclusão do prédio.

Dos cento e quarenta e cinco edifícios analisados (quadro 23), só vinte e nove têm as fachadas principais inteiramente forradas a azulejo estando vinte localizados no bairro da Estefânia, dois no bairro Barata Salgueiro e quatro em Campo de Ourique. Os três restantes foram construídos na década de 1870 e estão localizados na rua da Bela Vista à Lapa e na rua de São Bernardo. É claro que este levantamento diz respeito aos edifícios ainda existentes, já que pouco sabemos dos que foram demolidos uma vez que, nos projetos apresentados à Câmara, não há qualquer indicação sobre o tipo de acabamento, deixada que foi a sua aplicação ao critério do dono da obra.

É, portanto, no bairro da Estefânia que persistem um maior número de paramentos azulejares produzidos e aplicados nas últimas duas décadas do século dezanove, acabamento demasiado popular para o bairro Barata Salgueiro onde os efeitos decorativos são obtidos pela cantaria lavrada, e demasiado dispendioso para os bairros periféricos de Campo de Ourique e do Casal do Rolão.

Os azulejos são de estampilha manual, com padrões geométricos que muitas vezes evocam flores e folhas, e são polícromos. Os que foram produzidos nas fábricas de Lisboa e arredores, diferem entre si. Assim, nos da Fábrica Viúva Lamego predominam “padrões em azul e branco ou em cores vivas com desenhos por vezes bastante simples e contornos bem marcados nos quais a mancha de cor ganha com frequência maior importância do que o pormenor”<sup>363</sup>, enquanto nos das fábricas de Sacavém e do Desterro foram usadas as mesmas técnicas de estampagem da loiça doméstica, pelo que os desenhos são mais rendilhados e apresentam linhas de contorno menos definidas<sup>364</sup>.

Da Fábrica das Devesas, cuja produção foi pouco aplicada em Lisboa, vieram os primeiros azulejos meio-relevados, pintados de azul ou amarelo sobre fundo branco, e a prensagem e estampagem mecânicas. Também as fábricas de Sacavém, do Desterro e de Alcântara usaram o processo de estampagem mecânica, mas a pasta era de pó-de-pedra, bem mais resistente, e de cor branca, dispensando por isso a primeira aplicação de esmalte estanífero<sup>365</sup>. Os desenhos eram pontilhados e, na maioria dos casos, de uma só cor, cinzenta ou azul acinzentada, mas podiam ser usadas várias cores, em impressões sucessivas. Estes azulejos de estampagem mecânica, têm predominantemente padrões ingleses ou neles inspirados, designadamente nos da fábrica Minton cujos catálogos com padrões da autoria de Kate Greenaway (1846-1901) and Walter Crane<sup>366</sup>, circularam por todo o império britânico e pelos Estados Unidos da América, sendo os azulejos ingleses aplicados ou copiados pelas fábricas locais.

Foram identificados alguns dos padrões aplicados nas fachadas já datadas, não se sabendo, contudo, como ficou claro, se os azulejos foram aplicados logo no final da obra de construção se em momento posterior. Se nos prédios dos anos cinquenta e sessenta

---

<sup>363</sup> Veloso, A. J. Barros e Isabel Almasqué. *Azulejos de fachada em Lisboa*, em Lisboa – Revista Municipal - Ano XLIV – 2.ª Série, n.º 4.. 2.º Trimestre de 1983. P. 71.

<sup>364</sup> *Ibidem*. P. 69.

<sup>365</sup> Meco, José. *O azulejo em Portugal*. Publicações Alfa. Abril de 1998. P. 80.

<sup>366</sup> Cooney, Alice. “Aesthetic forms in ceramics and glass – Frelinghuysen”, Montebello, Philippe de (Director’s foreword). *In Pursuit of Beauty. Americans and the Aesthetic Movement*. Ed. The Metropolitan Museum of Art. Rizzoli, New York, 1986. P. 232.



do século dezanove os padrões que mais se repetem são os de motivos azuis sobre fundo branco<sup>367</sup>, nos anos setenta, oitenta e noventa são os de tons saturados sobre fundo da mesma cor mas mais claro, sobretudo em verde, azul e amarelo<sup>368</sup>, mas há uma enorme variedade de padrões e de coloridos.

A fábrica Viúva Lamego produziu sobretudo padrões de grandes superfícies coloridas de cores vivas. Do Porto e em particular da Fábrica das Devesas vieram padrões de cores mais escuras, castanhos, vermelhos escuros e amarelos torrados que colheram inspiração nos padrões ingleses dos mosaicos de pasta de cimento.

A aplicação de faixas ou de cercaduras de azulejos a contornar os elementos de cantaria é particularmente importante em Lisboa. Assim, a superfície da fachada é dividida em sectores delimitados pelas pedras das molduras dos vãos, pelas pilastras e pelos frisos, e acentuados pelas faixas e cercaduras de azulejo que os envolvem de modo a dar realce às cantarias, ficando as áreas padronadas consideravelmente reduzidas. Daí resulta um efeito de leveza, de quase imaterialidade das pesadas paredes de pedra.

O gosto pela ornamentação das fachadas traduz-se também na aplicação de grades em ferro fundido com elementos decorativos em relevo, nas guardas dos vãos, e nas bandeiras e postigos das portas. Os gradeamentos de ferro fundido de meados do século dezanove eram muito finos, procurando reproduzir a delicadeza dos de ferro forjado em barra anteriormente usados, mas por isso mesmo eram extremamente frágeis, quebrando facilmente. Nos anos setenta, o ferro fundido ganha espessura, torna-se mais resistente e tem mais presença e efeito decorativo, complementando de certa maneira o azulejo.

Havendo uma grande variedade de formas e de desenhos, há contudo modelos que se repetiram pelas várias zonas da cidade como o modelo que foi colocado em prédios construídos de 1884 a 1890, no bairro de Dona Estefânia e também em Campo de Ourique e, em 1863, onze anos antes, numa varanda do Largo do Intendente. Outros gradeamentos foram identificados num prédio do bairro da Estefânia, num outro do Casal do Rolão e num terceiro em Campo de Ourique, todos eles de modelo idêntico e edificadas entre 1891 e 1896.

Da observação dos modelos aplicados em varandas de edifícios habitacionais que foi possível datar, conclui-se que as grades em ferro fundido da década de 1860 até 1885 são frequentemente constituídas por varões verticais limitados em cima e em baixo por uns frisos rendilhados formando arcos e flores. Muitas vezes essa grade central é

---

<sup>367</sup> Volume Anexo, p. 421, padrões 10, 11, 12.

<sup>368</sup> Volume Anexo, pp. 422-425.

enquadrada por elementos laterais com motivos fitomórficos entrelaçados, de desenho complexo (fig. 182 à esquerda<sup>369</sup>).

Nos anos seguintes o ferro ganhou espessura e os gradeamentos tomaram a forma de chapas moldadas privilegiando o desenho geométrico à representação floral, é exemplo o modelo aplicado num prédio de 1887 (fig. 187, ao centro), localizado no bairro de Dona Estefânia, e também num outro da Avenida da Liberdade, ainda que com pequenas variantes.

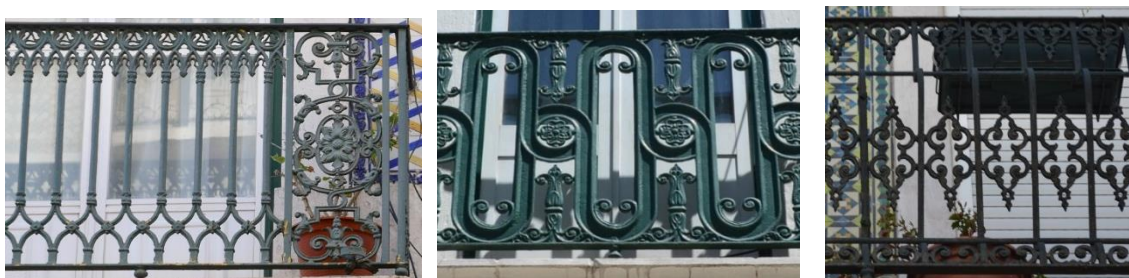


Fig. 187 – Grades de varanda em ferro fundido, da esquerda para a direita, datadas de 1871, 1887 e 1890.

Na década de 1890, esse tipo de gradeamento de barras largas vai deixando de se usar e os elementos tornam-se de novo mais leves e esbeltos, simplificando-se a ornamentação (fig. 187, à direita).

Outros elementos que caracterizam as fachadas são os de guarnecimento de vãos sejam eles de janelas ou das portas de entrada. Os caixilhos das janelas são, nestas últimas três décadas do século dezanove, de duas folhas cada qual com três ou quatro vidraças. Seguem o modelo francês deixando os caixilhos de guilhotina totalmente de se usar. No entanto, não é adotada a fixação da caixilharia em posição recuada relativamente ao plano da fachada, como era de uso em Paris, e que permitia a colocação de venezianas de dobrar ou “vollets” pelo exterior. Em Lisboa, a caixilharia continuou a ser colocada à face exterior da parede e as portadas pelo interior o que, sendo um atavismo, não deixa de caracterizar fortemente a paisagem urbana.

Quanto às portas da rua, o modelo constituído por tábuas verticais entaleiradas foi definitivamente afastado. Na década de setenta as guarnições dos vãos de entrada eram de duas meias portas engradadas com duas ou três almofadas molduradas e mais uma em

---

<sup>369</sup> Volume Anexo, pp. 430, fig. 18.

baixo, saliente, que desce até ao degrau. Na conceção assemelham-se às dos anos sessenta, contudo as molduras e as próprias almofadas tendem a ganhar relevo apresentando cada vez mais elementos relevados. Não são só as molduras mas também as almofadas que se vão tornando volumosas. O mesmo acontece com os batentes que, de fasquias, passam a colunelos.



Fig. 188 – Grades de postigo, em ferro fundido, da década de 1880.

Nos prédios deste período, raras são as portas de postigo, mas todas são encimadas por uma bandeira protegida por uma grade de ferro onde é desenhada a data de construção e por vezes também as iniciais do dono da obra. A grade é muitas vezes constituída por varões colocados em radial.

Nos anos oitenta, a almofada superior é substituída por uma grade de fundição que permite maior eficácia na ventilação e iluminação do átrio, além de que possibilita a quem está do lado de dentro ver sem ser visto.

São grades pesadas, mas frágeis que quebram facilmente e por esse motivo foram sendo substituídas e, das de origem, já não restam muitas (fig.188).

A partir de meados dos anos de 1890, as grades de ferro fundido aplicadas nos postigos foram sendo substituídas por outras em ferro forjado, mais leves e resistentes.

As portas de rua, feitas em madeira, tornam-se objeto de grande investimento tanto pela qualidade da madeira, casquinha, carvalho ou exóticas, como pelo trabalho de carpintaria que exigem. As duas ou três almofadas de madeira grossa, são replainadas para obtenção das molduras e dos relevos em ponta de diamante ou então rebaixadas à

goiva para criar baixo relevo. A régua de batente toma formas que sugerem colunas com uma base larga e fuste mais esbelto, por vezes apresentando zonas relevadas<sup>370</sup>.



Fig. 189 – À esquerda, porta de 1891, na rua Dona Estefânia. Ao centro, porta de 1891 na avenida da Liberdade. À direita, porta de 1896, na rua José Estêvão.

A madeira mais utilizada é a casquinha, mais fácil de trabalhar e mais leve, resistiu bem à idade e às intempéries.

Nos edifícios mais prestigiados as portas da rua eram em madeira de carvalho envernizada para que se pudesse ver o veio da madeira nobre, nos restantes edifícios são em casquinha ou mesmo em pinho, e pintadas a tinta de óleo. Nalgumas portas de patim de escada, restam ainda vestígios de pintura inicial, a imitar a textura da tábuca de carvalho, pintava-se a madeira de casquinha a simular a de outra madeira considerada mais nobre e é possível que tal tivesse sido também o acabamento de algumas portas de rua.

As almofadas eram em ponta de diamante (fig. 189 aos lados esquerdo e direito) ou em oval saliente (fig.189 ao centro), inscritas em molduras complexas, sempre muito relevadas. Nas travessas ressaltam fasquias formando pestanas sobre os postigos por forma a protegerem-nos das escorrências da chuva. As mais sofisticadas são entalhadas e esculpidas.

A importância do traçado da porta na arquitetura da fachada vai levar a que, a partir de meados da década de noventa, em alguns alçados apresentados à câmara

<sup>370</sup> Ver Volume Anexo, pp. 378-382.

municipal, figure já o desenho da porta. É disso exemplo o projeto de construção do prédio situado na rua Quatro de Infantaria n.º 24<sup>371</sup>.

#### 7.3.4. As caixas de escada.

A entrada dos prédios é, neste fim do século dezanove, ampla, iluminada e arejada.

Como o interior dos quarteirões está muitas vezes a um nível muito inferior ao da rua, possibilitando assim a existência de pelo menos um piso em cave que necessita de fendas de arejamento, o pavimento do rés-do-chão é sobrelevado, razão pela qual há, nos átrios, três ou quatro degraus em pedra, até ao primeiro patamar.



Fig. 190 – Arcos em madeira em átrios de prédios construídos nas décadas de 1880 e 1990. No da imagem à esquerda e ao centro, a pintura marmoreada a tinta de óleo sobre madeira, é a original.

A separar o átrio da caixa de escada há um arco que, nestes prédios ditos “gaioleiros”, é frequentemente em madeira pintada a óleo com fingidos de mármore (fig. 190). Está ainda presente o prestígio dos edifícios pombalinos e neoclássicos com os seus arcos de lioz lavrado, e embora, na conceção, se trate de um gaioleiro onde se procura a leveza dos materiais, pelas variedades de madeiras nele usadas e pelo próprio desenho das treliças que constituem a estrutura, busca-se ainda a aparência da pedra associada à nobreza do material. Também as paredes continuam a ser estucadas reproduzindo o efeito

<sup>371</sup> Obra 6565; Volume 1; Processo 4600/DAG/PG/1894 – Tomo 1; Página 2. A.M.L.

do mármore para o que contribuía o acabamento brunido e encerado que conferia ao estuque o brilho da pedra polida<sup>372</sup>. Infelizmente, essa pintura de origem foi na maior parte dos casos, coberta por várias camadas de tinta apenas dela restando pequenos fragmentos.

O material mais usado nos pavimentos dos átrios é o mosaico de pasta de cimento, mas continua a aplicar-se o velho lajeado de lioz, enquanto os tetos são estucados e decorados com florões.

A fechar a caixa de escada há ainda, em alguns prédios, um sistema de guarda-vento constituído por uma bandeira e duas meias portas envidraçadas, que encerram a zona habitacional e a separam do átrio, dando assim maior privacidade aos habitantes, uma vez que a porta da rua podia ficar aberta durante o dia.

TIPOLOGIAS DAS CAIXAS DE ESCADA DE 1870 A 1899								
Bairros	Décadas	Número de prédios	Lanços por piso				Degraus em leque	Bifurcada
			1	2		3 ou 4		
				Sem bomba	Com bomba			
Outros locais	1870	10	2	6	4	1	0	0
Estefânia	1880	39	2	3	36	4	3	1
	1890	11	3	3	8	0	2	0
Casal do Rolão	1880	-	-	-	-	-	-	-
	1890	15	0	1	14	1	6	0
Campo de Ourique	1880	20	1	1	16	2	8	0
	1890	16	0	0	15	0	4	0
Bairro Barata Salgueiro	1880	24	0	0	23	4	5	3
	1890	10	0	0	8	3	2	1
Total	De 1870 a	145	8	14	124	15	30	5
%	1899	100%	5%	9,6%	85,5%	10,3%	20,6%	3,4%

Quadro 24 – Tipologias das caixas de escada em edifícios das décadas de 1870, 1880 e 1890.

<sup>372</sup> Aguiar, José, Martha Tavares e Isabel Mendonça, *Fingidos de Madeira e de pedra. Breve historial, técnicas de execução, de restauro e de conservação*. CENFIC 2001.



Os degraus são em pedra na zona de ligação do átrio ao patamar do rés-do-chão e em madeira daí para cima. Em 85,5% dos prédios analisados (quadro 24), são de dois lanços por piso com bomba estreita e de gaveto. Contudo, nas últimas duas décadas do século dezanove, ainda foram construídos oito edifícios, distribuídos pelos bairros da Estefânia e de Campo de Ourique, com escada de um só lanço por piso, ou seja, de tiro, como as dos prédios anteriores a mil setecentos e trinta.

As quinze escadas de três ou quatro lanços por andar, com bomba larga, foram feitas sobretudo nos bairros de Dona Estefânia e de Barata Salgueiro e neles foram ainda elaborados quatro projetos com escadas que se bifurcam a partir do patim intermédio, estas essencialmente usadas em palacetes como peças arquitetónicas que valorizam a espacialidade dos átrios, produzindo um efeito cénico.

Um novo modelo de escada começa então a difundir-se, o de degraus em leque substituindo o patim intermédio. Tem como vantagem o ganho de espaço, deixando uma maior área para o átrio e para os fogos. Os degraus em leque, quando constituem volumosas escadas helicoidais envolvidas por paredes curvas, podem resultar em formas belas, surpreendentes para quem dos átrios as vislumbra, mas, de um modo geral, em vez disso são acanhadas e difíceis de usar dada a estreiteza da tábua triangular do cobertor dos degraus. É nos bairros de Campo de Ourique e do Casal do Rolão que se encontra um maior número de escadas deste tipo. Pelo efeito cénico que produzem quando têm bomba larga e ficam abertas para o átrio, foram também usadas no bairro Barata Salgueiro, como escadas de aparato. Figuram em 20,6% dos projetos dos edifícios estudados e edificados nas décadas de oitenta e noventa.

Todas as caixas de escada são agora iluminadas por claraboias.

O átrio e a escada eram, nos prédios de rendimento destinados a gente abastada, objeto de investimento para que os visitantes se apercebessem logo à entrada do estatuto elevado de quem lá morava. Assim, os tetos eram estucados com relevos e molduras muito trabalhadas, as paredes marmoreadas a várias cores, os arcos assentes em colunelos e os degraus atapetados, “...ao entrar em casa, sentia sob os pés aquele tapete que se desenrolava nos degraus, comunicando-lhe uma sensação de conforto sólido. Aquele tapete dava-lhe um acréscimo de consideração por si mesmo.”<sup>373</sup>

Por fim, luxo dos luxos, alguns átrios eram iluminados por um bico de gás.

---

<sup>373</sup> Queiroz, Eça de (1887?, 1925, 2017), *Alves e C.ª*, Edição Expresso – Clássicos de sempre. Aletheia Editores. P. 23.

### 7.3. 5. A organização do espaço interior dos fogos.

A disposição dos blocos das chaminés nos edifícios é determinante na organização interior do espaço.

Como acima ficou demonstrado, tanto nos edifícios pré-pombalinos como nos pombalinos do início da reconstrução, a situação que mais vezes ocorre é a das chaminés ficarem encastradas nas paredes posteriores. A partir dos anos oitenta do século dezoito, prevalece a localização dos blocos de chaminés adossados às paredes das empenas, ocupando o espaço remanescente atrás do esconso da escada, e libertando a fachada posterior onde se constata o estreitamento dos nembos e a abertura de maior número de vãos.

Durante o século dezanove foi-se assistindo à construção de prédios com frentes mais largas, com uma caixa de escada central e dois fogos por piso, mantendo-se a profundidade sensivelmente a mesma, e os blocos das chaminés vão sendo colocados atrás da caixa de escada, tendo a parede de divisão dos fogos a separá-los.

Local	Década	N.º de edifícios	Prédios unifamiliares	N.º de fogos por piso			
				1	2	3	≥4
<b>Dispersos</b>	1870	14	1	4	8	0	1
<b>Bairro Dona Estefânia/Arroios</b>	1880	39	3	16	20	0	0
	1890	11	1	4	5	1	0
<b>Bairro Barata Salgueiro</b>	1880	24	8	8	6	1	1
	1890	10	4	5	1	0	0
<b>Campo de Ourique</b>	1880	20	0	7	11	0	2
	1890	16	0	9	7	0	0
<b>Casal do Rolão</b>	1890	15	0	4	9	0	2
Totais	De 1870	149	17	57	67	2	6
%	a 1890	100%	12%	38%	45%	1%	4%

Quadro 25 – Número de fogos por piso.

Constata-se (quadro 25) que na década de mil oitocentos e oitenta, das zonas analisadas, só no bairro Barata Salgueiro predominam os prédios de um só fogo por piso com grandes áreas. Em todas as outras, o que mais vezes ocorre é o edifício de dois fogos por andar. Mas, na década de noventa, a situação inverte-se em Campo de Ourique, e



equilibra-se na zona da Estefânia, não porque os fogos tenham maior área mas porque os lotes são mais estreitos.

No computo geral, nestas três décadas, há mais prédios com dois fogos por andar (45%) do que com um único ocupando todo o piso (38%), e se a esse facto acrescentarmos o de os edifícios se tornarem cada vez mais profundos, passando de um valor médio de 11,7 metros na década de setenta, para o de 14 metros na seguinte e 14,2 metros na de noventa, percebe-se como a parede de separação dos fogos, entre a caixa de escada e a parede posterior, se vai tornando maior e apropriada para a instalação dos blocos de chaminés, dos poiais e, depois, dos lava-loiças. Além disso, com a prevalência de edifícios com dois fogos por piso e com a construção de escada com bomba e iluminadas por amplas claraboias, as caixas de escadas foram sendo deslocadas para o centro do edifício. Assim sendo, a caixa de escada afastou-se da parede posterior e os blocos das chaminés passaram a ocupar esse espaço, ambos adossados à parede divisória dos fogos, muitas vezes no diedro formado por ela e pela parede posterior.

Bairro	Década	Chaminé			
		Parede da empena	Parede posterior	Parede meeira dos fogos	Outra localização
<b>Outros locais</b>	1870	1	2	9	2
<b>Estefânia</b>	1880	15	3	19	1
	1890	6	1	4	0
<b>Campo de Ourique</b>	1880	13	2	5	0
	1890	9	1	7	0
<b>Casal do Rolão</b>	1880	-	-	-	-
	1890	3	0	12	1
<b>Barata Salgueiro</b>	1880	9	4	8	3
	1890	6	1	1	1
<b>Total 145 edifícios</b>	1870/ 1890	62	14	65	8
<b>%</b>		42%	7%	45%	6%

Quadro 26 – Localização dos blocos de chaminés.

A frequência desta localização é de 45% do total de imóveis analisados, mas há ainda 42% de blocos de chaminés encostados às paredes das empenas, e 7% permanecem colocados contra a parede posterior (quadro 26).

Analisando o interior dos mesmos 145 edifícios (quadro 27), e desprezando os cubículos que serviram de arrumos, verificou-se que os quinze prédios de rendimento projetados na década de 1870 e dispersos pela cidade, têm por fogo, uma área bruta média de 77 m<sup>2</sup> e 5,4 divisões por fogo, das quais 1,2 divisões sem janela.

Na década seguinte, foi no Bairro Barata Salgueiro que foram construídos os fogos de rendimento maiores e com mais divisões, com uma área bruta média de 244 m<sup>2</sup>, o dobro da dos prédios do bairro de Dona Estefânia/Arroios.

A divisão do espaço define, em média, 12 compartimentos por fogo dos quais 2,3 interiores, enquanto no bairro de Dona Estefânia/Arroios a média de divisões por fogo é de 7,8 sendo destas também 2,3 interiores. Abaixo destes valores estão os de Campo de Ourique com uma média das áreas brutas dos fogos de 110 m<sup>2</sup> e de 6,8 divisões onde 1,7 eram interiores.

Foi, portanto, no bairro Barata Salgueiro que se construiu os fogos de rendimento com maior número de divisões, mas, ainda assim, com o mesmo número de quartos interiores do que no bairro de Dona Estefânia.

Na década de 1890, nos prédios edificadas no bairro de Dona Estefânia/Arroios a média das áreas brutas cai de 122m<sup>2</sup> para 99m<sup>2</sup>, enquanto no bairro de Barata Salgueiro sobe de 244m<sup>2</sup> para 314m<sup>2</sup>. O número de divisões por fogo nos prédios da zona da Estefânia é ligeiramente inferior ao dos anos oitenta, descendo de 7,8 para 7,1 enquanto no bairro Barata Salgueiro cresce de 12 para 14, e o número de compartimentos sem janela cresce também, passando de 2,3 para 3,1.

Nos bairros de Campo de Ourique e do Casal do Rolão a média das áreas brutas passa de 110m<sup>2</sup> para 83m<sup>2</sup> no primeiro e é de 69m<sup>2</sup> no segundo. A média de divisões por fogo desce também de para 6,8 para 5,7 nos prédios de Campo de Ourique e é de 5,6 no Casal do Rolão, mas o número de divisões sem janela, baixa para 1,8 e 1,2, respetivamente.

Enquanto as habitações do bairro Barata Salgueiro têm cada vez mais compartimentos e áreas maiores, nas urbanizações da Estefânia/Arroios, de Campo de Ourique e de Casal do Rolão, as áreas dos fogos diminuem e o número de divisões também. Enquanto a primeira zona se valorizou numa década, as outras duas perderam valor, e a terceira é, logo à partida, ainda menos valorizada.

Local	Número de fogos	Década	Organização interior dos fogos de rendimento				Equipamento sanitário				
			Média das áreas brutas, estimadas, por fogo (m2).	Média de divisões por fogo.	Média de divisões sem janela por fogo.	Média de corredores/fogo	Prédios com I.S. (n.º e %)		Prédios com pias de despejos (n.º e %)		Prédios com projeto de esgoto
							Só latrinas	Latrinas e banheira	Na varanda	Na cozinha	
Dispersos	15	1870	77	5,4	1,2	1,3	1	0	1	14	6
							4	0	4	56	24
Bairro de Dona Estefânia /Arroios	56	1880	122	7,8	2,3	2	26	5	43	15	20
							46	10%	76	26	55
	11	1890	99	7,1	2,3	1,3	8	4	11	0	6
							72	36%	100	0	54
Bairro Barata Salgueiro	27	1880	244	12	2,3	3	23	4	20	4	4
							95	16%	83	16	25
	7	1890	314	14	3,1	2,8	7	3	6	1	3
							100	42%	85	14	50
Bairro de Campo de Ourique	27	1880	110	6,8	1,7	1,8	8	0	13	14	14
							29	0	48	51	82
	23	1890	83	5,7	1,8	0,8	4	0	18	4	14
							18	0%	81	18	93
Bairro do Casal do Rolão	22	1890	69	5,6	1,2	1,1	2	0	19	3	11
							9	0	86	13	84
Valores dos totais, em média ponderada, relativos aos fogos de rendimento	188	1870	140 m2	8,4	2,1	1,9	79	16	131	55	78
		1880					1890	42	8	69	29
							%	%	%	%	%

Quadro 27 - Compartimentação do espaço e equipamento sanitário, representados nos projetos de licenciamento.

Os corredores que dão acesso aos diversos compartimentos crescem em número conforme a extensão e a divisão dos fogos. Sendo no bairro Barata Salgueiro onde se encontra maior número de fogos de grandes áreas, é também aí onde o número médio de corredores por fogo é maior com 2,3 na década de oitenta e 3,1 na de noventa.

Outro parâmetro essencial para avaliar a qualidade das habitações é a existência de equipamento sanitário. Até este período, como atrás ficou dito, não havia uma rede de esgotos extensa e eficaz.

Quando as habitações tinham áreas exíguas e um número reduzido de divisões, não havia um espaço específico para a higiene pessoal remetendo-a para a cozinha onde, no poial, assentava a bilha da água, e por perto se colocava o alguidar do banho. Ficava próximo da chaminé onde numa grande panela de ferro a água era aquecida e, com um púcaro se retirava para o alguidar quando necessária.

Se, pelo contrário, os fogos de habitação eram amplos e dispunham de várias divisões, a higiene pessoal podia fazer-se num compartimento próprio, o quarto de banho ou sala de banho. Este espaço acolhia a pequena banheira ou a tina de zinco, que não podia ser pesada para poder em seguida ser esvaziada à mão e pendurada na parede.

No mesmo local havia também um lavatório que consistia num móvel com tampo de mármore onde assentava uma bacia que vazava para um balde colocado na parte inferior (fig. 192). Um toalheiro em madeira assentava no pavimento e, num toucador com espelho, ficavam dispostos os objetos necessários à toilette. Tudo era móvel e podia ser transportado para outro espaço da casa se assim se entendesse.

Em algumas habitações o lavatório estava no quarto de dormir, noutras ocupava uma pequena divisão ao lado da cozinha ou ao fundo de um corredor. Tal é descrito na literatura coeva “...*E foi para dentro, para um cubículo, onde o ouviram lavar os dentes, bochechar, fazer uma tempestade dentro da bacia.*”<sup>374</sup>

Nos outros países europeus não era muito diferente, como se vê numa pintura francesa que representa uma casa de banho de 1888, (fig. 191), onde só está a mais o fogão de sala que, em Lisboa, não se usava.

Numa casa da classe média ou média alta, estes quartos de banho eram decorados como as outras divisões, com quadros nas paredes, tapetes no chão, bibelots e jarras com flores. Não havia ainda fixação da função e, por isso mesmo, pouca diferenciação do espaço que a acolhia.

---

<sup>374</sup> Queirós, Eça de (1887?, 1925, 2017). *Alves e C.<sup>a</sup>*. Edição Expresso, Clássicos de sempre, Aletheia Editores, p.75.



Fig. 191 – Uma casa de banho francesa, em 1888<sup>375</sup>. Fig. 192 – Móvel de lavatório, português<sup>376</sup>.

A partir do momento em que, nas habitações, é instalada uma pia de despejos ligada a uma prumada de esgoto, o critério de localização da casa de banho passa a depender dessa proximidade, por facilidade do despejo dos baldes e tinas de banho.

As primeiras pias de despejo são colocadas nas cozinhas, no recanto do vão de uma janela, passando progressivamente a ser assentes sobre as bacias das varandas das traseiras. Na década de 1870, dos quinze projetos de fogos analisados catorze têm a pia de despejo na cozinha, e apenas um a tem na varanda das traseiras. Nas duas décadas seguintes a situação inverte-se e, nos anos 1890, em todos os onze projetos de fogos para o bairro de Dona Estefânia/Arroios as pias de despejo são exteriores. Há, de resto, recomendações dos serviços municipais nesse sentido, quando da apreciação de projetos, impondo que “os tubos de queda sejam colocados exteriormente assim como as pias” e mais adiante, “as retretes não podem ficar onde estão indicadas, por serem casas sem janela”<sup>377</sup>.

O que é muito relevante, é que nos prédios edificadas na década de 1880, no bairro de Dona Estefânia/Arroios, as pias de despejo eram já sifonadas e as manilhas de esgoto arejadas por pequenas chaminés que emergiam dos telhados, resolvendo-se assim o problema do cheiro nauseabundo que durante séculos afligiu os residentes em Lisboa.

<sup>375</sup> *A casa de banho de Jacques-Émile Blanche*, 1888. Maurice Lobre. Madrid, Coleção Carmen Thyssen-Bornemisza em depósito no Museu Thyssen-Bornemisza, inv. CTB. 1999.17

<sup>376</sup> Móvel de lavatório, presumivelmente da década de 1880, encontrado no prédio do largo do Município 20-24. Foto cedida para esta tese pelo Dr. Carlos Inácio.

<sup>377</sup> Obra 7270; Volume 1; Processo 5201/1.ª Repartição/PG/1894-Tomo 1; P.3. A.M.L.

Uma vez instalada a prumada de esgoto, logo se começa a dotar de latrinas os fogos maiores. As que figuram nos projetos da década de 1870 estão localizadas ao fundo do corredor num compartimento com uma janela ou uma fenda para o exterior. Nas habitações maiores e com melhor habitabilidade, são instaladas banheiras com ligação ao esgoto que, na continuação do que até então se fazia, ficaram primeiro em quartos de banho, equipados também com lavatórios, mas em compartimentos separados do das latrinas. Este modelo de localização de funções manteve-se em Lisboa até inícios do século XX, mas em Paris perdurou até aos dias de hoje.

Dos projetos de prédios de rendimento do bairro Barata Salgueiro, que deram entrada na C.M.L. na década de oitenta, em 95% dos fogos figuravam latrinas e, na década de noventa, em 100%.

No bairro de Dona Estefânia a percentagem do traçado de latrinas era de 46% nos anos de 1880 e de 72% na década de 1890.

Em Campo de Ourique, nos mesmos períodos a percentagem de latrinas por fogo era de 29% e de 18%, mas no Casal do Roldão, na década de noventa, só em 9% dos projetos estava representada.

Quanto a banheiras ligadas ao esgoto, na década de oitenta, só estavam projetadas em 10% das habitações do bairro de D. Estefânia/Arroios, mas na de noventa, estavam em 36%, enquanto para o bairro Barata Salgueiro, nos anos 1880, estavam representadas banheiras em 16% das habitações e em 42% nos anos de 1890. Nos outros dois bairros, não há qualquer projeto de habitação onde figure uma banheira.

De salientar também o facto de em vários projetos de edifícios estar já representado o traçado das canalizações de esgoto. Nos anos de 1870, só em 24% dos projetos de arquitetura havia traçado de esgotos. Nas duas décadas que se seguiram, nos projetos dos edifícios do bairro de Dona Estefânia, está representado o traçado de esgoto em 55% dos fogos dos anos oitenta, e em 54% nos da década de 1890. Nos prédios do bairro Barata Salgueiro figura em 25% e 50% dos projetos, e nos de Campo de Ourique em 82% e 93%. Na década de 1890, estava representado o traçado dos esgotos em 84% dos projetos elaborados para o Casal do Rolão.

Por que razão foi justamente nos projetos para os dois bairros destinados à classe média-baixa, em que nem figuram banheiras nas instalações sanitárias, onde houve uma maior percentagem de projetos com traçado de esgoto? Pode explicar-se pela exigência por parte dos serviços municipais, de o saneamento básico ser assegurado nas novas urbanizações e muito em particular nas que estavam destinadas aos mais humildes, já que

nas de maior prestígio estaria por certo assegurada a sua existência, mesmo não figurando no projeto.

No computo geral, nos projetos de edifícios de arrendamento construídos em Lisboa entre 1870 e 1899, está representada a rede de esgotos em 41% dos casos.

Uma vez apurados os dados sobre as áreas e o número de compartimento dos fogos de rendimento, falta saber como eram dispostos e usados.

O padrão de meados do século XIX de um corredor central de distribuição vai manter-se e acentuar-se, mas se nessa altura era, em geral, paralelo aos planos das fachadas, o facto da profundidade do edifício ir aumentando levou a que se projetasse longos corredores perpendiculares as planos das fachadas que vão mudando de direção com vários troços que se articulam entre si de modo a servir todos os compartimentos.

No final do século, nas vastas habitações do bairro Barata Salgueiro, da avenida da Liberdade, e mesmo do bairro de Dona Estefânia/Arroios, a profundidade dos edifícios era tão grande que a existência de saguões laterais se tornou imprescindível para o arejamento e iluminação das divisões que não eram contíguas às fachadas.

Em planta, os compartimentos eram traçados de acordo com um mesmo modelo de repartição de funções, algumas bastante rígidas como a localização da sala de visitas, sempre com janelas para a rua, e a da casa de jantar e da cozinha que tinham sempre janelas para as traseiras, e outras com algum grau de variação como os quartos. A função da higiene corporal irá ao longo destes trinta anos, como acima se viu, fixar-se num único compartimento, com janela, e tão próxima quanto possível da prumada de esgoto.

Das três ou quatro divisões com janelas para a rua, a central era quase sempre a maior e servia como sala de visitas. Ao lado dela ficava outra com porta para a escada que, tal como nos períodos anteriores, se destinava a servir como vestíbulo ficando a entrada para o corredor como porta de serviço, mas que com o tempo, foi sendo usada como escritório e mesmo de quarto de dormir que, em caso de necessidade, podia ser subarrendado com a vantagem de ter entrada independente.

Esta disposição dos três compartimentos que constituíam o espaço de socialização das casas, já vinha dos tempos anteriores, mas neste período torna-se um modelo reproduzido em quase todos os projetos de fogos destinados à classe média e média-alta, fossem eles de áreas diminutas ou daqueles amplos espaços onde em “(...) «soirées ecléticas»: viam-se, com efeito nas três salas seguidas, velhos fidalgos, novos deputados,

jornalistas, um ou outro banqueiro, algum ministro, poetas e estrangeiros<sup>378</sup>. Em fogos de frente estreita havia só duas salas e nas habitações operárias, nenhuma.

Se havia outras divisões com janelas para a rua eram usadas como quartos, o dos donos da casa por exemplo. Ao fundo do corredor e com janelas para as traseiras, ficava a cozinha quase sempre atrás da caixa de escada, a casa de jantar e mais um quarto. Ao longo do corredor distribuíam-se os restantes quartos, nas décadas de setenta e oitenta sem janelas, e a partir de finais da de noventa com janelas para o saguão.

Como ficou exposto nos quadros 19 e 20, foi no bairro Barata Sagueiro/Avenida da República que os edifícios foram contruídos com uma maior profundidade e é também aí que há mais prédios de saguão e de planta dentada. Nas urbanizações de Campo de Ourique e do Casal do Roldão os talhões eram, em média, pouco profundos e os edifícios também.

Na figura 193 pode comparar-se as plantas de dois andares tipo, cada um deles com dois fogos habitacionais e com fachadas de sete módulos verticais de vãos. O da esquerda, localizado na avenida Almirante Reis é representativo da tipologia de edifícios pouco profundos, e cada fogo tem para a frente uma sala com 11,5 m<sup>2</sup> e dois quartos de cerca de 6,5 m<sup>2</sup>, enquanto para as traseiras tem uma cozinha, uma casa de banho e uma casa de jantar, todas com porta para uma varanda corrida onde há duas gaiutas de madeira, numa delas está a pia de despejos que serve a cozinha, na outra que está ligada ao quarto de banho, estão representados um pequeno lavatório e uma latrina.

Na parte central e sem janela, há dois compartimentos dos quais um é quarto e o outro despensa. Vemos, como no final do século dezanove, as divisões interiores eram ainda projetadas e usadas como quartos de cama. No entanto, a sua existência parece ser devida mais à dificuldade dos projetista se libertarem do esquema rígido do encosto das empenas entre edifícios vizinhos, do que da convicção de conforto dos quartos interiores.

Quando os edifícios contíguos eram obra de um mesmo promotor imobiliário, as paredes das empenas eram comuns, não havia duas paredes mas sim uma só.

Foi já na década de noventa, e nos bairros destinados á classe média e média/alta, que se começou a introduzir a figura do saguão lateral entre empenas, e assim, a

---

<sup>378</sup> Queiroz, Eça (1877, 1925) *Cenas Portuguesas I - A Capital*, P. 177. Consultável em: [http://figaro.fis.uc.pt/queiros/obras/Capital/Capital\\_20100822.pdf](http://figaro.fis.uc.pt/queiros/obras/Capital/Capital_20100822.pdf).



possibilitar a abertura de vãos de janela em todas as divisões. Primeiro na urbanização da Estefânia e depois na de Barata Salgueiro.

Nos fogos do prédio da avenida da Liberdade 232 (fig. 193, à direita), representante do que melhor se edificava, à época, em Lisboa, a planta tinha uma profundidade quase três vezes superior à do prédio da avenida Almirante Reis e a divisão do espaço interior não era igual em cada fogo.

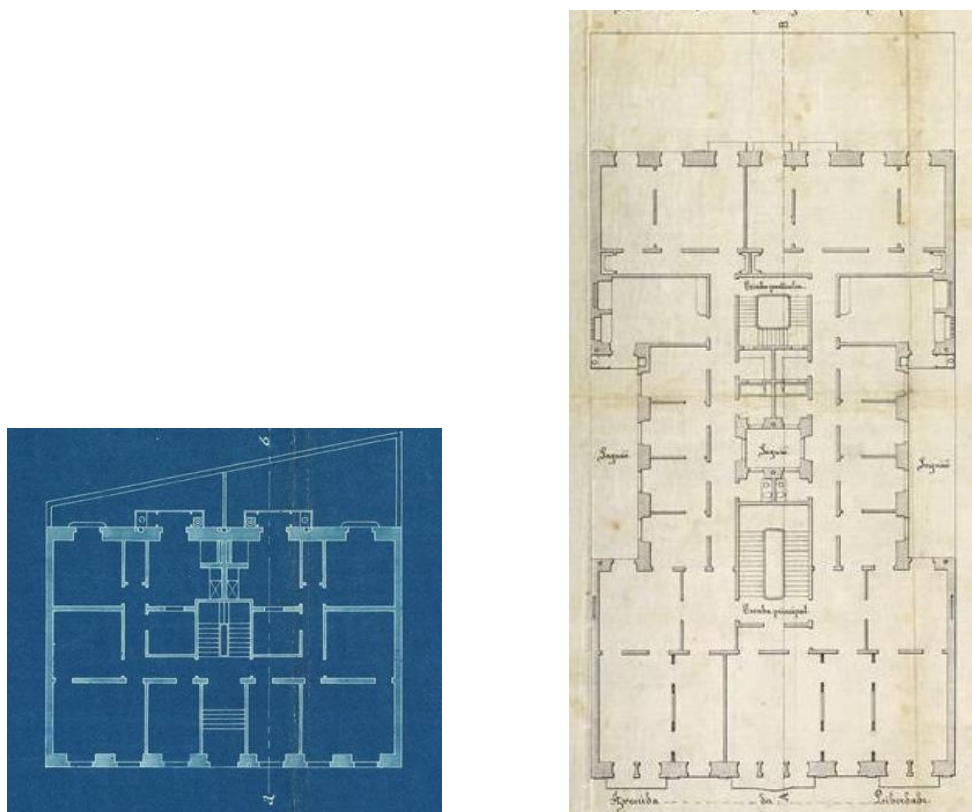


Fig. 193 – À esquerda, projeto de um primeiro andar localizado na avenida Almirante Reis 37<sup>379</sup>, datado de 1893 e, à direita, projeto de um andar tipo na avenida da Liberdade 232<sup>380</sup>, datado de 1891.

No projeto estão definidos catorze compartimentos dos quais, para a rua abriam três salas, ligadas entre si por portas. Nas traseiras, outras três salas com uma ampla casa de jantar ao meio e duas mais estreitas a cada lado, todas com janelas para um pequeno jardim, e, entre estas duas zonas, ao longo de um longo corredor distribuíam-se os restantes compartimentos, de um lado a cozinha e os cinco quartos, todos com janela

<sup>379</sup> Obra 1263; Processo 5563/1.ªREP/PG/1893; Página 2. A.M.L.

<sup>380</sup> Obra 12743; Volume 1; Processo 6781/1.ªREP/PG/1892-Tomo 1; Página 3. A.M.L.

para o saguão lateral, do outro as instalações sanitárias subdivididas com latrina e lavatório numa divisão e banheira na outra, ambas com janela para um saguão central. As salas tinham cerca de 40 m<sup>2</sup>, os quartos mais pequenos cerca de 9,5 m<sup>2</sup>, e os maiores 24 m<sup>2</sup>.

Na habitação da avenida Almirante Reis, o número de quartos, a cozinha e as instalações sanitárias eram idênticas, mas as salas eram em menor número e com menor área.

Em oposição aos luxos das avenidas, a compartimentação do espaço dos fogos do edifício da Rua Tomás da Anunciação 66 (fig. 194), em Campo de Ourique, não difere muito do que se fazia na segunda metade do séc. XVIII, com uma escada de tiro e dois quartos interiores. Só o comprido corredor e a existência de uma pia de despejos na varanda da cozinha, remetem o edifício para o seu tempo. Contudo, era a tipologia de edifício mais frequente no bairro, à época.

Não obstante, os prédios com um ou dois saguões laterais vão sendo progressivamente em maior número pelo que a profundidade do polígono de implantação vai sendo cada vez maior, sem prejuízo da ventilação de todas as divisões.

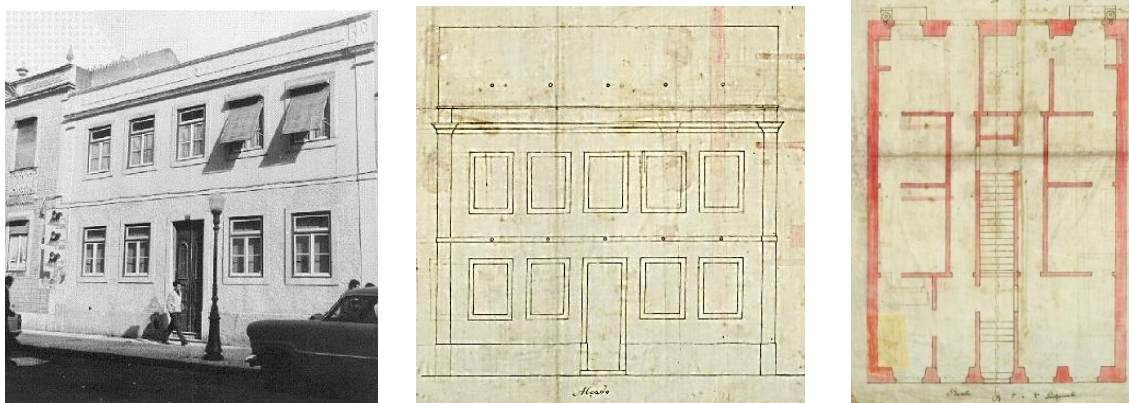


Fig. 194 – Fotografia<sup>381</sup>, alçado e planta<sup>382</sup> de um edifício na rua Tomás da Anunciação 66, datado de 1883.

As preocupações com os benefícios da ventilação tanto para a saúde dos seus habitantes como para a preservação dos materiais de construção, principalmente da

<sup>381</sup> Madureira, Arnaldo (1964), A.M.L., A.F.L.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/ARM/S000605. Cotas: A46636 e N44117.

<sup>382</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/1393; P. 1. Alçado n.º 653 (pormenores), Cota: 8540. A.M.L.

madeira, está bem patente nas recomendações incluídas nos despachos municipais quando da aprovação dos projetos e, o que se constata, é que os projetistas as levam muito a sério, prevendo mesmo orifícios nas fachadas para arejamento das caixas de ar que ficam entre pisos, entre o pavimento de um e o teto do que lhe está a baixo, como se vê no alçado do prédio da rua Tomás de Anunciação 66 (fig. 194).

Assim, as condições de deferimento impõem frequentemente que não seja aproveitado o sótão para fins habitacionais ou, em certos casos em que tal seja autorizado, este tenha pelo menos um pé-direito de três metros na parte mais alta de cada compartimento. Esta prescrição decorre das críticas feitas às condições deploráveis de habitação nas águas furtadas designadas pelos críticos por “imundas mansardas”.

A imposição que “pias e latrinas sejam construídas pela parte exterior das paredes do prédio”<sup>383</sup> é outra imposição recorrente, tanto mais importante quanto o alojamento se destina a classes sociais baixas.

Nos anos noventa, figura também a condição da canalização das águas pluviais ser independente da das águas residuais.

Da análise destes dados reforça-se a convicção da qualidade das habitações do bairro Barata Salgueiro, seguidas de perto pelas do bairro de Dona Estefânia, na década de 1880. Porém, na década de 1890, a situação alterou-se e, se no primeiro caso, todos os parâmetros de qualidade subiram ainda mais, no segundo desceram fortemente.

Poderá explicar-se a valorização do bairro Barata Salgueiro pela construção simultânea de vários edifícios de prestígio na parte alta da avenida da Liberdade, e por não haver na zona habitações populares. O bairro era destinado aos novos ricos da capital, aos que podiam agora ter o seu palacete, e à classe media-alta que queria apartamentos de vastas áreas com acabamentos luxuosos. Não havia habitação operária nem prédios antigos e degradados.

Em contrapartida, se o bairro de Dona Estefânia se iniciou com o mesmo espírito de proporcionar habitações amplas e confortáveis a uma classe média em desenvolvimento, a proximidade da rua de Arroios onde havia várias unidades industriais, levou à sobreposição de diferentes classes sociais, a dos operários para quem os promotores irão construir casas em banda nos pátios interiores dos quarteirões, uma muito minoritária classe média-alta constituída essencialmente por promotores imobiliários, por uma nobreza em decadência e por profissões liberais e, entre estes extremos, por uma

---

<sup>383</sup> Obra 20557; Volume 1; Processo 6865/DAG/PG/1890-Tomo 1; Página 4. A.M.L.

maioria de empregados de comércio, de lojistas, e empregados de escritório. E toda esta gente vivia lado a lado, cruzando-se nas ruas e nas lojas, ouvindo-se gritar ou murmurar nos logradouros, criticando-se ou invejando-se, numa vizinhança muito próxima, mas separada em camadas económica e culturalmente diversas, como se as diferentes redes sociais existissem no mesmo lugar, mas em universos paralelos, intersetando-se pontualmente na rua, na igreja, ou na mercearia.

Quanto à qualidade das habitações de Campo de Ourique e do Casal do Rolão, é inferior em número de divisões, tanto nas áreas, como no equipamento sanitário, e no espaço dos logradouros, as caixas de escada são mais estreitas e têm degraus em leque, mas é aí que os projetos apresentam rede de esgotos num maior número de casos, e onde as pias de despejo são colocadas em varandas de traseiras, no exterior do edifício, sinais de preocupação com a salubridade. Se, nos bairros de Barata Salgueiro e de Dona Estefânia/Arroios, o traçado de esgoto figura em cerca de 50% dos projetos, em Campo de Ourique está representado em cerca de 80% e, no Casal do Rolão em 93%.

Nalgumas habitações estava já instalada tubagem de abastecimento de gás, no bairro Barata Salgueiro, no das Avenidas Novas, na Baixa, ou no Chiado, zonas onde no final do século vinte ainda se podiam ver os vetustos bicos de gás pendendo, inúteis, das paredes de alguns fogos, sobretudo nas grandes casas.

#### **7.4. As habitações operárias**

Tal como Pierre Joseph Pézerat vaticinou, neste final do século dezanove a população com menos recursos habitava nos bairros mais antigos, nos edifícios que ao longo do tempo se foram desvalorizando e que a classe média já não queria, e, em alternativa, em pátios de barracas amontoadas no interior dos quarteirões. Estes espaços, como acima se demonstrou, sempre existiram, resultando de unidades de habitação mais antigas envolvidas pelo traçado das novas urbanizações pombalinas ou, também, da ocupação de antigos logradouros ao abandono. Veja-se como durante décadas perduraram barracas nos arruamentos da Baixa, da Madragoa, da Lapa e por toda a cidade, referidos nos livros da décima.

A existência destes locais é referida em 1845, como “... um labirinto mais ou menos amplo de barracas, pardieiros, pocilgas, ruínas e entulhos...”<sup>384</sup>, e pode mesmo

---

<sup>384</sup> Revista Universal Lisbonense, N.º 32, 27 de fevereiro de 1845. Página 389, Parágrafo 3982. Hemeroteca Municipal de Lisboa..

afirmar-se que a ocupação de logradouros privados e de terrenos vagos com barracas se foi mantendo contra todas as orientações camarárias, e, quando já na última década do século vinte, o município inventariou as ainda existentes, com o objetivo de concorrer ao Programa de Erradicação de Barracas (PER), só nos bairros históricos centrais, Alfama, Mouraria, Bairro Alto e Madragoa) contabilizaram-se mais de uma centena, e muitas outras ainda hoje permanecem pela cidade.

Mas os novos pátios de finais de oitocentos não são de barracas e, de comum com os anteriores, só tinham a localização no miolo do quarteirão e o baixo nível económico da população a que se destinavam. Estes pátios são feitos de raiz, com projetos apresentados aos serviços municipais e devidamente aprovados. Ainda que tivessem áreas muito diminutas, eram em pedra e cal, pavimentados, e servidos por esgoto, numa arquitetura estruturada e por vezes até vanguardista.

Na rua de Arroios e na sua proximidade havia várias unidades fabris, como a fábrica Portugal localizada no Regueirão dos Anjos que na década de 1890 produzia camas de ferro, e onde trabalhavam 98 trabalhadores, a fábrica de Cerveja Leão e a fábrica de Lanifícios de Arroios. Para além das fábricas, havia também pequenas oficinas, somando um número relevante de operários.

O Calvário e Alcântara eram zonas já industrializadas desde o início do século dezanove e, na década de setenta, também as oficinas da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa se instalaram em Santo Amaro.

Nas décadas de 1870 e 1880 já estavam construídos dois conjuntos habitacionais destinados ao aluguer a operários, o primeiro na Quinta do Cabrinha com centos fogos pertencentes à Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões<sup>385</sup>, e o segundo na rua Primeiro de Maio a Alcântara, com quarenta e nove fogos.

O grupo social do operariado, com menos recursos económicos mas, ainda assim, com os suficientes para poder pagar as rendas de fogos minúsculos, não era de desprezar, tanto mais que tais habitações sendo construídas em pátios no interior dos quarteirões que os mais abonados não aceitariam, ou encaixadas em andares sem as áreas e os equipamentos mínimos, podiam ser rentáveis, motivos que levaram à construção de, pelo menos, três pátios em Arroios e de duas vilas no Casal do Rolão.

Também em Campo de Ourique foram edificadas três pátios, todos de um só piso, datados dos últimos vinte anos do século dezanove, sendo um deles, o das Barracas, muito

---

<sup>385</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/01425; P. 5. A.M.L.

próximo do quartel, no quarteirão limitado pelas ruas Ferreira Borges, Correia Teles, Tomás de Anunciação e Infantaria 16. Este pátio com projeto de 1888, tinha dezasseis habitações. Os outros dois, o Pátio do Guilherme localizado na Rua Saraiva de Carvalho, e o Pátio da Rua Tomás de Anunciação 123-133, com projeto de 1889, tinham, respetivamente, cinco e seis habitações.

Na zona de Dona Estefânia/Arroios, houve um pátio nas traseiras do edifício da rua de Arroios 100 (fig. 195), com projeto de 1890, com dezasseis habitações distribuídas por dois pisos. Havia ainda um outro, com projeto datado de 1891, na rua José Estêvão 19, constituído por dois edifícios de dois andares, com oito fogos. Para além destes, havia o grande Pátio Carlos Dias de que não se conhece a data de construção, mas que se crê ter sido por volta de 1885, em simultâneo com os prédios de rendimento da frente de rua, que pertenciam ao mesmo proprietário.

Para além deste extenso pátio de Arroios, o mesmo António Carlos Dias construiu um outro conjunto de habitações para operários no Alto dos Toucinheiros, perto da fábrica da Companhia de Algodões de Xabregas, cujo projeto datado de 1888, apresentava quarenta edifícios de rés-do-chão e um andar e com dois fogos por piso, formando uma extensa rua, que será ainda ampliada em 1891<sup>386</sup>. É um pátio em rua, pelo prolongamento de um outro, edificado pela própria companhia de algodões, anterior a 1887<sup>387</sup>, e está implantado numa zona baixa confinante com a linha férrea e dela separada por um muro alto o que o torna bastante insalubre pela humidade acumulada, pela dificuldade de drenagem das águas pluviais e a fraca exposição solar. Nas condições de aprovação dos projetos, a Câmara Municipal impôs apenas a ligação das pias de despejo ao esgoto por canalização impermeável e que a altura da chaminé ultrapassasse cinquenta centímetros a do espigão do telhado.

As habitações eram constituídas por três divisões, uma sala para a frente, um quarto e uma cozinha nas traseiras. Mas este pátio que mais se parece com um pequeno bairro, é uma exceção em Lisboa.

Em geral, os pátios eram construídos no interior dos quarteirões, e constituídos por casas em banda, de um ou dois pisos, colocadas frente a frente e deixando entre elas uma estreita passagem com uma largura entre os dois e os três metros ou, como no caso do pátio da Rua de Arroios 112 (fig. 195), dividida ao meio por um muro para onde davam os pequenos logradouros das traseiras. Em cada pátio, havia duas ou três tipologias de

---

<sup>386</sup> Obra 41157; Vol. 1; Proc. 2158/1ªREP/PG/1888-T. 1; P. 2. A.M.L.

<sup>387</sup>. Obra 27400; Proc. 3378/1ªREP/PG/1902; P. 2. A.M.L

fogos, e a área bruta média era de 36m<sup>2</sup> em Campo de Ourique, 35m<sup>2</sup> na Estefânia/Arroios, e 31 m<sup>2</sup> nas vilas de Casal do Rolão. Uma habitação de área média num destes pátios operários, com cozinha e mais três divisões, cabia dentro da sala de um fogo do bairro Barata Salgueiro.

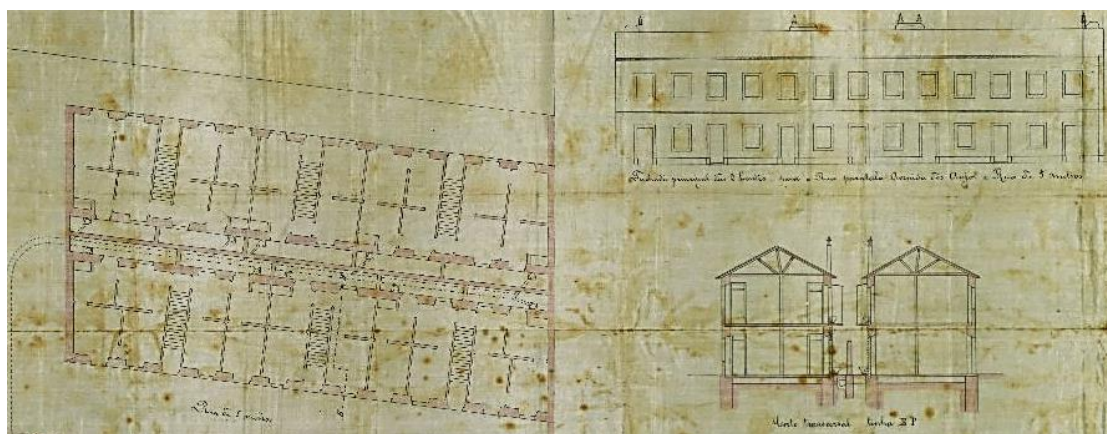


Fig. 195 – Planta, corte e alçados das casas do pátio com acesso pela Rua de Arroios 100-100B<sup>388</sup>.

O interior era dividido em dois, quatro ou, mais raramente, seis compartimentos cada um deles com áreas entre os 5 m<sup>2</sup> e os 6 m<sup>2</sup>, que comunicavam entre si pois não havia corredor de distribuição. Distingua-se a cozinha onde a chaminé estava apoiada na parede posterior. A escada, quando existia, era de um único lanço.

Estas características remetem para a grande maioria dos fogos pré-pombalinos, como se para os trabalhadores manuais não fosse necessário progresso. Mas tal não se aplicava às questões de salubridade já que, nos projetos dos pátios, está sempre desenhada a rede de esgotos. Em todos estes pátios há uma pia de despejo em cada habitação, colocada no pequeno logradouro das traseiras ou, como nos pátios de Campo de Ourique, na cozinha, junto à chaminé.

Outro tipo de habitação também destinada ao operariado era a das vilas. Diferenciavam-se dos pátios por se tratar de edifícios de vários pisos que em certos casos tinham fachada para a rua e se, numa primeira análise, poderiam parecer menos discriminatórios por exteriormente terem mais semelhanças com os outros prédios de rendimento, na realidade não proporcionavam melhor qualidade de vida.

<sup>388</sup> Obra 20517; Processo 5646/1.ªREP/PG/1890; P. 2. A.M.L.



No Casal do Rolão havia pelo menos duas vilas com projetos de 1891 e 1893, uma na rua Pedro Calmon 10-16 (fig. 196) e outra na rua Amadeu Sousa Cardoso 15-21, construídas costas com costas, distando as duas fachadas traseiras cerca de dois metros uma da outra, a primeira constituída por cave, rés-do-chão, 1.º andar e águas furtadas e sete fogos por piso, a segunda por rés-do-chão e dois andares, tinha oito fogos por piso.

Os fogos estavam dispostos em volta de um espaço central, uma espécie de galeria com cerca de três metros de largura e nove de comprimento, por onde se acedia a todas as habitações e onde estava instalada uma pia de despejos comum. Na cobertura estava prevista uma claraboia e as galerias tinham, na parte central, o pavimento recortado formando um mezanino com guarda-corpo, por forma a que a luz zenital chegasse a todos os pavimentos. Pode imaginar-se como seria a vivência dos espaços comuns da escada e das galerias de distribuição, com a presença de uma única pia de despejos a servir sete habitações, e onde conviviam as famílias numerosas dos residentes.

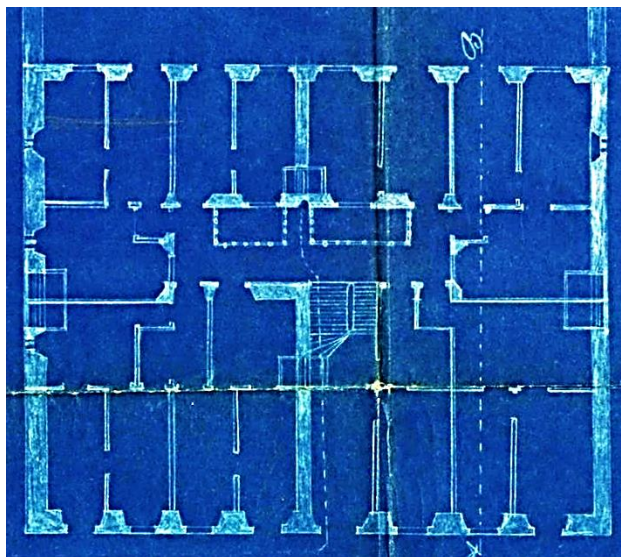


Fig. 196 – Planta dos três pisos do prédio da rua Pedro Calmon 10-16<sup>389</sup>.

A organização do espaço dos pisos do imóvel, ainda que numa escala muito reduzida, remete para a dos blocos habitacionais da Cité Napoléon onde os fogos tinham também acesso por uma galeria em cada piso que, tal como esta, era recortada para que os andares inferiores beneficiassem de luz natural mas, naquele caso, a escala era generosa, quase monumental se comparada ao acanhado espaço da vila da rua Pedro

<sup>389</sup> Obra 10885; Processo 9445/1.ªREP/PG/1892; p. 2. A.M.L.



Calmon. O princípio era o de dispor as habitações em cada andar como eram dispostas nos pátios, e depois sobrepô-los em três ou mais pisos, iluminados por uma cobertura envidraçada ao longo da galeria de distribuição do último andar.

A Cité Napoléon foi edificada em 1853 na rua Rochechouard, em Paris, conforme ao projeto do arquiteto Marie-Gabriel Veugny, por encomenda de Louis-Napoléon no cumprimento de um decreto de 25 de janeiro de 1852 que estabelecia a aplicação de uma parte dos bens da família de Orléans, no melhoramento das habitações dos operários nas grandes cidades manufatureiras. O governo que tinha ainda bem presente a insurreição de junho de 1848 e temia o poder do operariado e da população pobre de Paris, decidiu então que, em vez de melhorar os alojamentos existentes, seriam construídas novas habitações, de vários andares, destinadas a operários celibatários e também a famílias, a localizar em diversos bairros da cidade, perto dos locais de trabalho. Deveriam cumprir todas as condições de salubridade, bem-estar e moralidade. Tal disposição levantou objeções de várias ordens e assim, a Cité Napoléon acabou por ser a única construída<sup>390</sup>.

Se ao tempo da edificação, na Cité Napoléon viviam seiscentas pessoas, divididas por duzentos fogos, na vila da rua Pedro Calmon foram projetados dezoito fogos.

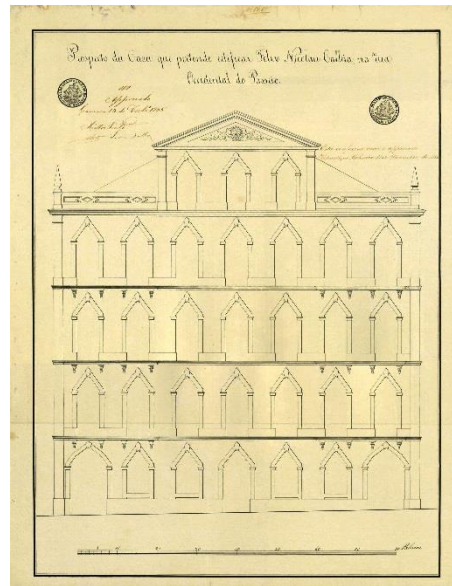


Fig. 197 – Semelhanças nas molduras dos vãos da vila da rua Pedro Calmon 10-16<sup>391</sup>, datada de 1892, e do prédio de rendimento datado de 1855, construído na avenida de Liberdade 65-67<sup>392</sup>.

<sup>390</sup> Guérand, Roger-Henri. *Les origines du logement social en France*, pp. 12-14. Les Editions Ouvrières, Paris 1967.

<sup>391</sup> Obra 10885; Processo 9445/1.\*REP/PG/1892; Página 2. A.M.L.

<sup>392</sup>. Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0370; Página 1. A.M.L

As semelhanças, portanto, ficam-se somente pela disposição em galeria, já que os blocos habitacionais da rua Rochechouard delimitavam um amplo pátio quadrangular no interior do quarteirão onde havia um fontanário e que para além disso dispunha, na área comum de cada andar, de uma latrina e um lavabo.

As fachadas também nada tinham em comum, havendo, porém, em ambos os casos a preocupação de que remetessem para as de edifícios prestigiados, no caso do bloco parisiense havendo recurso à separação dos andares, pela criação de faixas de pedra encimadas por molduras e entablamentos, e por um portal monumental por onde se acedia ao pátio. E nisso assemelhava-se mais à Vila Sousa, no Largo da Graça, adaptada de casa nobre arruinada a vila operária, em 1890.

Na fachada da vila da rua Pedro Calmon 10-16, as molduras dos vãos com lintéis bipartidos em que as duas pedras são aplicadas a 45 graus, e pedra de peito a atravessar as das ombreiras, fazem lembrar a modinatura das fachadas de palacetes e de prédios de rendimento prestigiados construídos em Lisboa nos anos de 1850/60 (fig. 197). Esta tentativa de diferenciar as fachadas das vilas destinadas à classe operária, associando-as às de edifícios que, construídos anos antes, tiveram algum prestígio pela introdução de variantes na fachada e por se destinarem a uma classe média/alta, tinha como objetivo mitigar o impacto negativo que este tipo de edifícios tinha na vizinhança. Se no interior o espaço era lúgubre, com galerias de distribuição mal iluminadas, mal ventiladas e fétidas, se a vista das traseiras dava para um estreito logradouro onde a luz do sol nunca penetrava, a fachada que dava para a rua era a de um palacete.

Atitude idêntica será a dos projetistas das vilas operárias de inícios do século vinte, desenhando-lhes fachadas a evocar as dos chalés de praia onde as famílias de classe alta passavam o verão. Como se os operários ao habitá-las se esquecessem das dez ou doze horas de trabalho duro diário, na fábrica, e se sentissem ali sempre em férias.

Conceção diferente, tem a chamada “vila do Tijolo” (fig. 198), assim designada por ter a fachada principal inteiramente em tijolo maciço, e que é um mostruário dos efeitos decorativos que esse material podia, à época, proporcionar. Foi mandada edificar em 1891, por José Almeida Junça, para alojar operários da fábrica de tijolo de que era proprietário, e que estava localizada nos terrenos fronteiros<sup>393</sup>, onde ainda hoje permanece o que dela resta, no pátio com acesso pela rua Possidónio da Silva 90.

---

<sup>393</sup> Pereira, Nuno Teotónio. “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: A promoção privada do alojamento operário”, *Análise Social*, Vol. XXIX (3.ª), pp. 519-520.



Fig. 198 – Vila do Tijolo, fachada principal<sup>394</sup>.

O edifício do pátio do Tijolo tinha uma cave a que só se acede pelas traseiras, rés-do-chão, e dois pisos. O teto da cave era constituído por abóbadas assentes em doze pilares, tudo em tijolo. No rés-do-chão, uma galeria central, perpendicular ao plano da fachada, atravessava o prédio e conduzia a um terraço com duas escadas laterais por onde se acedia ao logradouro. É também dessa galeria central que arrancava a escada helicoidal para os andares. Os três pisos eram de habitação e, nos dois superiores, havia galerias corridas em ferro, fixadas na fachada posterior, que serviam de acesso às portas dos fogos. Encastradas nos nembos estavam as pias de despejo, cada uma para servir duas habitações.

Sendo o edifício, pela sua conceção e os materiais que o constituem, bastante evoluído para a época, a organização do espaço interior dos fogos habitacionais não difere muito da dos fogos seiscentistas: uma cozinha no topo ligada à divisão da frente por uma estreita passagem e, no meio, dois quartos interiores, com áreas inferiores a 40 m<sup>2</sup>.

---

<sup>394</sup> Fotografia de João Veríssimo.

No entanto, mais amplos do que os da correnteza construída no pátio da fábrica, dito Pátio do Junça, onde em cada fogo havia apenas três divisões, incluindo a cozinha.

O facto de, nas novas urbanizações, haver bastantes edifícios com andares em cave, levou a que esses fogos fossem ainda mais insalubres do que os existentes nos bairros históricos centrais. Como ficou dito, até então, em Lisboa não era habitual a construção em cave, ao contrário do que acontecia em França ou na Flandres.

Há várias descrições do que era a vida dos pobres nas cidades francesas, feitas pelos médicos franceses que, no início do século dezanove, se preocupavam com a saúde pública dos aglomerados onde viviam, relatando o que viam nos fogos em caves, “(...) a humidade do solo, junta aos vapores malsãos que resultam do ajuntamento de um certo número de indivíduos em lugares pouco espaçosos, águas negras, lixo, latrinas, etc., formam uma atmosfera saturada de mefitismo.”<sup>395</sup>

É claro que, enquanto os prédios eram novos, não se sentia ainda os efeitos da degradação, mas a exposição à humidade do solo iria brevemente tornar insalubres os pisos em cave pelo que passaram a ser usados como espaço de armazenamento ou, então, habitados por gente pobre, serventes ou porteiros do prédio que subalugavam quartos como fonte de rendimento. De resto, a sublocação será generalizada nos anos que se seguem.

## **7.5. Modos de habitar.**

Segundo o censo de 1900, a população da cidade de Lisboa tinha vindo a crescer, com 163.763 habitantes em 1864, em 1878 eram 187.404, em 1890 tinham subido para 301.206 e, em 1900, era de 356.009 habitantes distribuídos por 77.805 fogos<sup>396</sup>. Em média, havia 4,57 habitantes por fogo.

As freguesias de Santa Isabel e de Alcântara eram as mais populosas com, respetivamente, 31.953 e 22.745 habitantes, mas as mais densas eram a freguesia de São Tiago com 5,56 habitantes por fogo e a de São Paulo onde, em cada fogo, moravam em média 5,37 habitantes.

---

<sup>395</sup> Guerrand, Roger-Henri. *Les origines du logement social en France*, p. 51 Les Editions ouvrières, Paris 1967. A citação é do Dr. J. A. D. Saint-André, *Topographie médicale du département de la Haute-Garonne, contenant la description générale de toutes ses comunes, et la topographie plus particulière de celle de Toulouse*, 1813. Tradução da autora.

<sup>396</sup> *Censo da População do Reino de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1900 (Quarto recenseamento geral da população) Volume I – Fogos – População de residência habitual de facto, distinguindo o sexo, naturalidade, estado civil e instrução elementar*, p. 30. Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

Algumas freguesias do centro da cidade, sobretudo as do Sacramento, da Madalena, da Pena, e de São Julião eram também bastante densas, com mais de 5 habitantes por fogo, e o mesmo acontecia em São Paulo e em São Sebastião da Pedreira, bem como em Alcântara e Belém.

Das freguesias que englobavam as urbanizações analisadas, o número médio de habitantes por fogo era, em São Jorge de Arroios, de 4,27, na freguesia do Coração de Jesus 4,82, na de Alcântara 5,21, na de Santa Isabel 4,32 habitantes por fogo<sup>397</sup>, estando apenas a de Coração de Jesus acima da média da cidade.

Uma outra constatação digna de nota é a de que são, neste censo, contabilizados 202.620 residentes não habituais, ou seja, pessoas que habitavam os fogos, mas não eram residentes permanentes, e em algumas freguesias esses números eram elevados como, por exemplo, na de São Julião onde 47,62% da população não era residente habitual. Tratava-se possivelmente de hóspedes, de trabalhadores ou de criados a morarem em casa do patrão ou na própria loja, ou de familiares vindos da província para trabalhar na capital. Alguns, uma minoria, eram estrangeiros.

A organização do espaço dos fogos habitacionais que existiu até meados do século dezoito e que permitia alguma flexibilidade de funções, foi a partir daí fixando-as e é, neste final do século dezanove, absolutamente rígida tendo, logo em projeto, cada compartimento atribuída uma função, o que levou à produção de pesadas mobílias completas formando conjuntos que se distribuíam por compartimentos específicos. Se até então, o mobiliário era constituído essencialmente por peças leves como bancas de armar, caixas, cómodas, tamboretas e, tal como a própria designação indica, podia ser montado em qualquer divisão da casa e ser depois transportado para outra, nos anos de 1880 tal não é já habitual.

As mobílias são constituídas por peças estabelecidas, conforme a função do espaço a que se destinam, as de sala de jantar compostas por louceiros, aparadores, mesa e cadeiras, as dos quartos de dormir consistiam em mesas de cabeceira, guarda-vestidos, cómoda, toucador e uma cama de um ou dois espaldares que devia ser encostada a uma das paredes e em posição centrada, as mobílias de sala eram constituídas por cadeirões, bancas de jogo, cristaleiras, mesas redondas e um piano.

Nos escritórios as mobílias compunham-se de uma secretária, uma estante envidraçada, um contador e várias cadeiras. Ao centro de cada compartimento, um tapete

---

<sup>397</sup> Idem, pp. 172-174.

devia cobrir quase inteiramente o soalho e acentuar os eixos de simetria dos compartimentos.

Mobílias assim compostas eram fabricadas em Lisboa, estando contabilizadas em 1881, só no Bairro Oriental, oito marcenarias. Referida é também uma fábrica de móveis de madeira, fundada em 1874, com seis oficinas localizadas entre a rua de São Tomé e a calçada do Forno de Tijolo, onde trabalhavam trinta e seis operários. Produzia mobílias para salas, quartos, casas de jantar, gabinetes, etc., em vinhático importado de Pernambuco, mogno, pau-santo do Brasil, nogueira e casquinha<sup>398</sup>.

Este tipo de mobiliário era adquirido por um leque relativamente vasto de pessoas, desde as mais poderosas como a própria família real que encomendou em Paris a da casa de jantar do Palácio da Ajuda, até às de classe média que compravam modelos mais pequenos, de madeira nacional e menos ornamentados. A diferença estava na dimensão, no material, no trabalho de entalhe que podia ser mais ou menos elaborado, e no número de peças, mas tal como as próprias habitações, o esquema era rígido fosse qual fosse a classe social a que se destinavam.

“A configuração do mobiliário é uma imagem fiel das estruturas familiares e sociais de uma época. O interior burguês tipo, é de ordem patriarcal: é o conjunto sala de jantar/quarto de dormir. Os móveis, diversos nas suas funções, mas fortemente integrados, gravitam em torno do aparador ou da cama centrada.

Tende-se para a acumulação e para a ocupação do espaço, ao seu fechamento. Uni funcionalidade, imobilidade, presença imponente e etiqueta hierárquica.

Cada compartimento cumpre um objetivo estrito que corresponde às diversas funções da célula familiar e, em última análise, remete para uma conceção do indivíduo como a de um conjunto equilibrado de faculdades distintas.

Os móveis observam-se, sentem-se incomodados, implicados numa unidade que é menos espacial do que de ordem moral. Organizam-se segundo um eixo que assegura a cronologia regular das condutas: a presença sempre simbolizada da família para ela própria.”<sup>399</sup>

---

<sup>398</sup> Aguiar, António Augusto de (1881), presidente da Comissão Central Diretora do *Inquérito Industrial de 1881, Segunda parte. Visita às fábricas, livro primeiro*, pp. 203-206.

<sup>399</sup> Baudrillard, Jean (1968). *Le système des objets – La consommation des signes*. Bibliothèque Médiations. Editions Gallimard, p. 20.

Se, nos projetos, as plantas dos fogos organizavam o espaço habitacional, as mobílias dispostas segundo dois eixos ortogonais, organizavam o espaço dos compartimentos, e dessa forma, o espaço mental dos habitantes. No seu conjunto, impunham os valores burgueses do seu tempo, a família fortemente hierarquizada onde cada um tinha o seu lugar. Exemplo disso é a mesa de jantar, onde o pai ocupava a cabeceira dispondo-se os vários elementos da família segundo a importância que lhes era atribuída, mais perto do chefe de família se eram mais considerados, ou mais longe se não beneficiavam de estatuto social.

Fora deste quadro ficava a classe média-baixa dos empregados de comércio, os artífices, os operários, e todo o povo sem atividade fixa que vivia de trabalhos temporários. Esses, na melhor das hipóteses, compravam móveis de ferro, designadamente, camas, lavatórios, berços e fogões, fabricados também na cidade, na empresa de metalurgia da rua Nova da Palma, por exemplo, e dispunham-nos no interior das habitações sobrelotadas conforme o espaço restante. E muitos nem isso tinham, apenas velhos enxergões colocados lado a lado no chão, onde dormiam. A organização do lar burguês de finais de oitocentos não se lhes aplicava.

## **7.6. Materiais e tipologias de construção.**

O sistema estrutural dos prédios “gaioleiros” tem aspetos comuns ao da gaiola pombalina, mas é, na verdade, bastante diferente.

As fundações são constituídas por muretes de alvenaria de pedra argamassada, levantados em caboucos com alturas diversas, dependendo da profundidade a que se encontrava o terreno firme, e que facilmente atingiam os três metros. Se suportavam as cargas dos taludes formados pelos aterros acima dos quais corriam os arruamentos, então eram reforçadas por arcos de fundação. Neste caso, os muros tinham mais de um metro e meio de largura e subiam, no mínimo, 40 cm acima do solo.

Em terrenos firmes e nivelados com o arruamento, os muros de fundação eram menos profundos e mais estreitos, rondando na média os 90 cm de espessura no caso das fachadas principais e um pouco menos nas paredes traseiras. A profundidade e o tipo das fundações dependiam destes fatores, mas também da altura e do número de pisos do edifício.

Sobre as fundações que os pareceres técnicos da Câmara Municipal aconselhavam fossem bem impermeabilizadas, levantavam-se as paredes exteriores com cerca de 80 cm

de espessura para a da fachada principal e cerca de 70 cm para a parede posterior. Em alguns prédios a espessura destas paredes reduzia-se a partir do segundo andar como se verificou no da rua de Arroios 34. A espessura das paredes das empenas era menor, sendo de alvenaria de pedra ficava entre 60 e 70 cm, sendo de frontal de madeira era reduzida para 30cm. A sua constituição era também em alvenaria de pedra irregular com argamassa de cal, areia de saibreira e areia do rio.

Havia em Lisboa várias fábricas de cimento para a construção, uma na Praia da Junqueira 24, fundada em 1869, e outra em Alcântara, na rua do Alvito 112, fundada em 1881<sup>400</sup>. As mesmas fábricas produziam também gessos e cré, usados na preparação do estuque. Só no Bairro Ocidental de Lisboa havia cinco fornos de cal.

O betume era usado na impermeabilização de fundações e também era aplicado nos madeiramentos para proteção contra térmitas.

No interior do edifício, levantavam-se pelo menos dois muretes de fundação paralelos ao plano da fachada que atravessavam o prédio e neles eram assentes, na zona central, as paredes da caixa de escada, prolongando-se os frontais até às das empenas. Estas paredes em frontal de madeira eram, nalguns casos e ao nível da cave e do rés do chão, substituídas por colunas de ferro fundido onde, por sua vez, assentavam os frontais. São disso exemplo os edifícios localizados na rua de Dona Estefânia 127-127B, e 129, rua Pascoal de Melo 25-27,70-72, 94-108, rua Saraiva de Carvalho 181-185, 187-191, avenida da Liberdade 160-164, rua de Arroios 237-241, rua José Estêvão 135, rua Passos Manuel 6-18, todos edificadas na década de oitenta. Nos anos noventa, entre os prédios analisados, há ainda colunas de ferro na avenida Almirante Reis 37, rua José Estêvão 21. Como se pode constatar, é sobretudo na zona de Dona Estefânia/Arroios que se concentram os prédios com colunas de ferro.

Os frontais, tal como nas construções pombalinas, formavam uma estrutura em gaiola que ficava encastrada nas paredes das fachadas e das empenas, contudo, o que mais frequentemente acontecia era haver apenas dois frontais interiores a travarem a gaiola exterior, esses ficavam paralelos às duas fachadas, e outros dois, a elas perpendiculares, que limitavam o átrio e a caixa de escada. Por vezes, quando os edifícios eram mais largos, havia também paredes de estrutura de madeira ao longo dos corredores, colocadas perpendicularmente aos planos das fachadas, e também na separação dos fogos direito e esquerdo, entre a caixa de escada e a parede da fachada posterior.

---

<sup>400</sup> Aguiar, Joaquim António de (1881), presidente da Comissão Central Diretora. *Inquérito Industrial de 1881, Terceira parte. Repartição de Estatística*. Lisboa, Imprensa Nacional.



O desenho dos frontais dos edifícios gaioleiros das últimas três décadas de oitocentos era aligeirado relativamente ao pombalino, pois enquanto nos edifícios da segunda metade do século dezoito formavam uma quadrícula onde, no caso das paredes perpendiculares ao plano da fachada, estavam inscritas três cruzes de tramos oblíquos sobrepostas, e que no caso de incorporarem as paredes paralelas à fachada formavam duas cruzes sobrepostas, na construção gaioleira as cruzes reduzem-se a uma e meia (fig. 199).

Todos os elementos estruturais de madeira, prumos, escoras e travessanhos, são mais esbeltos e a madeira de casquinha ou de pinho silvestre, agora mais usada ainda que importada ou produzida nas serras do norte do país, era muito mais leve do que a de carvalho.



Fig. 199 – Na foto da esquerda vê-se um frontal de madeira com altura de uma cruz e meia, datado de 1885, as fotos do centro e da direita representam a estrutura pombalina de uma parede travessa e de parede frontal, respetivamente, de três e de duas cruzes.<sup>401</sup>

Toda a conceção de um prédio de tipologia gaioleira se baseia na leveza, por isso as paredes de alvenaria de pedra são mais estreitas do que as que anteriormente se faziam e, nalguns casos vão estreitando ainda mais nos andares superiores.

---

<sup>401</sup> Da esquerda para a direita, os edifícios situam-se nas ruas de Arroios 176, Flores de Santa Cruz 21-23 e da Madalena 283-291. As duas primeiras fotos são da autora, a terceira foto foi cedida pela arquiteta Cristina Alves Pereira, para esta tese.



Fig. 200 – Materiais cerâmicos e folha de zinco em revestimento de mansardas.

Quando o sistema de cobertura é de mansarda, a cobertura de águas dobradas substitui, no último andar, as paredes de pedra por uma ossatura de madeira constituída por asnas e assente em treliças forradas na face exterior por chapas de zinco caneladas.

O Inquérito Industrial de 1881 dá nota de três serrações de madeira no Bairro Ocidental de Lisboa e de uma carpintaria no Bairro Oriental, de onde possivelmente saíam os madeiramentos para as estruturas de gaiola.

Quanto ao telhado, é agora constituído por duas águas planas, sem contrafeito já que os beirados tinham sido substituídos por caleiras, passando a usar-se uma telha industrial, larga e baixa, designada por “marselha”, muito mais adaptada às superfícies planas e também mais eficaz na estanquidade. A telha do tipo marselhês era produzida na empresa cerâmica da Rua das Fontainhas 12-14, fundada em 1879, e numa outra em Porto-Brandão<sup>402</sup>.

O barro para as fabricar vinha das barreiras dos Prazeres, junto ao cemitério ocidental e onde, como vimos, se situava a fábrica de tijolos do Junça.

<sup>402</sup> Aguiar, António Augusto de, Presidente da Comissão Central Diretora do *Inquérito Industrial de 1881. Segunda parte. Visita às fábricas, livro primeiro*, pp. 301-302. Lisboa, Imprensa Nacional 1881.

A empresa de produtos cerâmicos da rua das Fontainhas produzia também “tijolos ingleses (maciços ou) burros, tijolos Filadelfia, tijolos ocos de dois buracos, de seis e de nove, tijolos ingleses iguais aos burros (mas) furados, e platibandas”<sup>403</sup>. Estes tijolos eram usados para levantar panos de parede de secção reduzida onde a alvenaria de pedra não era aplicável, como por exemplo os panos de parede dos vãos de peito, das chaminés, e os muretes das platibandas das cimalthas.

Nas águas dobradas das mansardas em lugar da chapa zincada, usava-se também umas placas cerâmicas a imitar escamas de ardósia que eram depois pintados de preto, e outras que reproduziam a forma de conchas (fig. 200).

Os azulejos aplicados no revestimento das fachadas<sup>404</sup> eram produzidos em diversas fábricas. Só em Lisboa havia a fábrica da Companhia Constância às Janelas Verdes, que começou a laborar em 1846, a fábrica de António da Costa Lamego, ao Intendente, que foi fundada em 1849, a Cerâmica de Miguel Gomes Correia na rua da Imprensa Nacional, a fábrica da Calçada do Monte 12-16 que já existia em 1834, a fábrica de cerâmica Rozeira no Cais dos Soldados, a Empresa de Produtos Cerâmicos da rua das Fontainhas, fundada em 1879, e, nos arredores da cidade, a Fábrica de Louça de Sacavém, fundada em 1856 por Manuel Joaquim Afonso, na Quinta do Aranha que foi adquirida mais tarde por empresários ingleses: John Stott Howarth em 1861, renovada em 1872, e de novo comprada por James Gilman e herdeiros em 1921. Esta última, para além da faiança, fazia também produtos de pó-de-pedra com estampagem mecânica<sup>405</sup>.

Para além destas, comercializava-se a cerâmica produzida no Porto, como a da Fábrica de Massarelos e a das Devesas, por exemplo.

Mas na decoração das fachadas não era só o azulejo que era aplicado na construção civil, algumas destas fábricas produziam balaústres, vasos, pinázios e figuras de jardim em faiança, por vezes pintadas e vidradas, que eram também aplicadas nos acrotérios das platibandas como elementos decorativos substituindo a cantaria, mais cara, e produzindo um efeito festivo ao gosto popular. (fig. 201).

Os gradeamentos das sacadas e das janelas eram também produzidos em Lisboa, em fábricas de objetos metálicos como a Companhia Perseverança fundada em 1809 e sediada no largo do Conde Barão que, para além de fabricar maquinaria, caldeiras e bombas para poços, produzia também grades para janelas e mobiliário de jardim. Para

---

<sup>403</sup> Idem, p. 302.

<sup>404</sup> Ver Volume Anexo, pp. 420-425.

<sup>405</sup> Idem. *Inquérito Industrial de 1881, Segunda parte. Visita às fábricas, livro primeiro*. PP. 285-301.

além desta, havia as fábricas de Peters e de João Burnay, fundadas, a primeira em 1851 e a segunda em 1874 no palácio do Marquês de Pombal na rua das Janelas Verdes, e outras mais pequenas como a de L. Dauphinet & Castay localizada na rua Direita do Calvário que produzia também chapas de zinco e de ferro para coberturas, a Fábrica Tejo datada de 1879, que fazia objetos para a construção civil e maquinaria, a Cooperativa Industrial e Social fundada em 1872, que produzia obras de fundição e de serralharia, e a Fábrica de Garcia & C.<sup>a</sup>, fundada também na década de setenta, que produzia maquinaria e fazia montagem de fábricas.

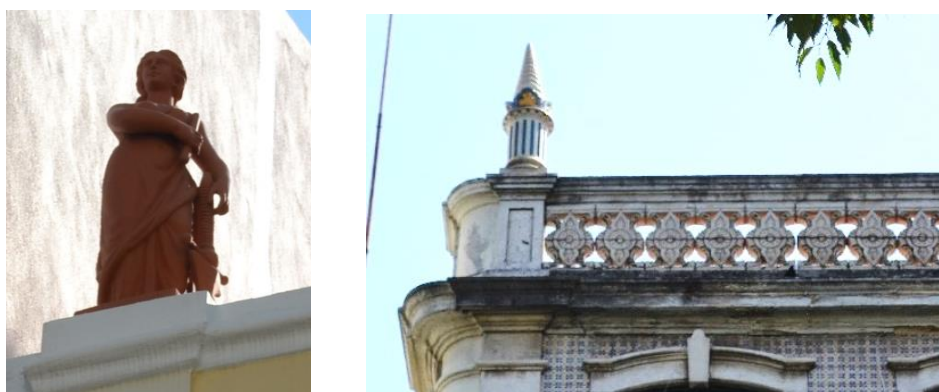


Fig. 201 – Figura em cerâmica sobre platibanda<sup>406</sup>, e pináculo de faiança pintada e vidrada<sup>407</sup>.

Assim, considerando o número e a capacidade destas unidades industriais, é natural que as colunas de ferro fundido que eram assentes sobre os muretes de fundação no piso térreo para suportarem a estrutura de gaiola dos andares superiores, fossem também elas fabricadas em Lisboa.

O ferro coado usado na fundição, era importado da Escócia e o ferro laminado para os trabalhos na forja vinha da Bélgica.

Em todos os vãos de janela havia agora caixilhos à francesa, de duas folhas, cujas vidraças eram produzidas na fábrica Stephens, na Marinha Grande, e também no Cabo Mondego onde se produzia vidraças de todas as cores<sup>408</sup>. Vendiam-se em Lisboa no Bairro Ocidental.

---

<sup>406</sup> A figura faz parte de um conjunto de três, no edifício da rua de Arroios 92-94.

<sup>407</sup> O pináculo de faiança esmaltada está assente sobre o acrotério de uma platibanda em cantaria lavrada, no edifício da Rua Pascoal de Melo 29.

<sup>408</sup> Aguiar, António Augusto de, *Inquérito Industrial de 1881. Segunda parte. Visita às fábricas, livro primeiro*. P. 229.

A pedra de cantaria era trabalhada também em Lisboa onde havia, só no Bairro Ocidental, pelo menos três serrações de pedra.

No interior, os blocos de chaminé eram compostos por pedras paralelepípedicas simples, sem boleados e sem arcos, que ocupavam, na maioria dos casos, o diedro entre a parede posterior e a empena ou, no caso de dois fogos por piso, a parede de separação dos fogos.

As paredes das cozinhas eram revestidas de azulejos brancos que, nalguns casos, eram rematados por um estreito friso em xadrez. O pavimento era em mosaicos de pasta de cimento pigmentada, formando um desenho de geometria simples ou então um marmoreado, e que eram aplicados sobre o solho tosco, nivelado por uma betonilha.

As paredes dos corredores eram, tal como as da caixa de escada, também em estuque marmoreado a várias cores e com vários desenhos, imitando pela composição as diversas qualidades de mármore.

Quanto às salas e quartos, continuava a fazer-se a pintura de frisos, recorrendo agora a estampilhas, e formando molduras ou simplesmente a marcar o lambril. É frequente aparecerem fragmentos destes frisos sob várias camadas de tinta.

Desde o início do século dezanove, noutros países europeus, usou-se papel de parede reproduzindo os padrões dos tecidos adamascados e também imagens panorâmicas de paisagens e cenas mitológicas, em particular em Inglaterra e em França, onde havia manufaturas de papéis pintados ou impressos, e de tecidos de parede, como a de Jean Zuber fundada em finais de século dezoito em Rixheim, França, e que perdurou até ao século vinte.

Em Lisboa, há notícia de uma fábrica de papel pintado para forrar paredes interiores, fundada em 1878 e localizada no beco da Bica do Sapato. Produzia rolos de oito metros com desenhos polícromos impressos por estamperia<sup>409</sup>. Porém, decorridos que foram 137 anos, não foi possível encontrar testemunhos da sua aplicação em prédios de rendimento, e se, nalguns casos, foi aplicado, deles já não restam vestígios. Em contrapartida, ainda foi possível verificar nalguns edifícios deste período a existência de paredes pintadas a tinta de óleo com um padrão semelhante ao dos tecidos de seda adamascada, utilizando para o efeito estampilhas em madeira. Mas, enquanto a pintura de frisos era bastante popular, a pintura integral de paredes e o revestimento a papel ou a

---

<sup>409</sup> Aguiar, António Augusto de (1881), presidente da Comissão Central Diretora. *Inquérito Industrial de 1881, segunda parte. Visita às fábricas, livro primeiro*, pp. 255-257. Lisboa, Imprensa Nacional.

seda adamascada, estavam reservados às habitações das camadas mais altas da sociedade lisboeta, que os aplicavam nos palacetes.

### **7.7. Síntese.**

No seguimento das orientações dadas pelo Decreto de 31 de dezembro de 1864, foi nomeada uma comissão para proceder aos estudos necessários à elaboração do Plano Geral de Melhoramentos da Cidade, e, logo em 1871, foi traçado um plano de urbanização que abrangeu a zona da Estefânia/Arroios.

Nos primeiros anos de 1880, iniciou-se a urbanização da área da Estefânia, nas terras do lado poente da rua de Arroios, pertencentes em parte à quinta da Bemposta e ao Instituto Agrícola. Definidos os lotes, eram adquiridos pelos serviços municipais dirigidos por Ressano Garcia, por compra designada de expropriação amigável, e, se não houvesse acordo, por expropriação forçada. Depois, eram vendidos aos particulares em hasta pública. Em 1910, ainda havia lotes à venda.

Entre 1876 e 1879 foi executada uma planta de Campo de Ourique e durante os anos de 1880 decorreram os processos de expropriação e venda em hasta pública. O processo de abertura de ruas continuará na década de noventa.

O bairro Camões, localizado entre a rua de Santa Marta e a antiga estrada da Cruz do Tabuado, começou a ser urbanizado por uma empresa privada, o Sindicato dos terrenos de Santa Marta, em 1881, e foi também nesse ano que se iniciaram diligências para levar a cabo as expropriações necessárias à abertura da avenida da Liberdade e à construção do bairro Barata Salgueiro.

Para o bairro do Casal do Rolão, a norte da rua da Junqueira, entre a calçada de Santo Amaro e a Ajuda, foi traçado o projeto de urbanização entre 1887 e 1891.

O processo de financiamento, tal como em Paris com a renovação de Haussmann, assentou no recurso a empréstimos públicos para a compra dos terrenos, pretendendo o município amortizar os custos com a revenda das parcelas urbanizadas. No entanto, tal não aconteceu, as despesas foram sempre superiores às receitas levando a Câmara a uma situação de insolvência.

Exteriormente, os edifícios construídos durante os anos que decorreram entre 1870 e 1900, caracterizaram-se por ter ainda os vãos alinhados, mas dispostos segundo um eixo de simetria obtido pela localização central da porta da rua. Nas cimalthas há

platibandas ou, em alternativa, coberturas de águas dobradas designadas também por mansardas, em que as águas inferiores são revestidas a zinco ou a cerâmica.

As paredes exteriores são em alvenaria de pedra, mais largas na base estreitando nos andares. As paredes interiores são, em geral, constituídas por duas treliças de madeira, em posição frontal e por duas outras perpendiculares às fachadas, que formam a caixa de escada, todas elas assentes em muros de fundação. A madeira utilizada era pinho, sobretudo das variedades “*pinus pinaster*” e “*pinus sylvestris*”, muito mais leves do que o carvalho, e a própria conceção da treliça é mais esbelta do que a da gaiola pombalina.

A partir da década de 1880, nalguns prédios do bairro de Dona Estefânia, foram instaladas, na cave ou no rés-do-chão, colunas de ferro fundido que suportavam a gaiola de madeira dos andares, mantendo o espaço não compartimentado.

Comparando as características de 145 prédios edificados na cidade durante este período, e de que existe o projeto de construção devidamente datado, verifica-se que é no bairro de Dona Estefânia que há um maior número de fachadas integralmente revestidas a azulejo, cerca de 50%, enquanto no bairro Barata Salgueiro há só 8% prédios com revestimentos desse tipo, e no Casal do Rolão são 0%.

Devido à morfologia acidentada dos terrenos, o traçado linear dos arruamentos obrigou a importantes movimentos de terras ocasionando grandes desníveis entre as cotas dos espaços públicos e as do interior dos quarteirões. Assim, dos prédios construídos na década de 1880 no bairro Barata Salgueiro, 80% tinham um ou mais pisos em cave, habitados, com frestas para a rua e janelas só para o logradouro, e só 10% dos prédios tinham lojas no rés-do-chão, contra 36% no bairro D. Estefânia.

As plantas das habitações mostram ainda um longo corredor a separar o conjunto das salas da correnteza dos quartos interiores, mas a partir dele há um outro, mais estreito, que conduz à zona de serviço. Na cozinha, no vão de uma janela ou na varanda das traseiras, figura uma pia de despejo, e nos topos do corredor está representada uma latrina em 46% dos projetos do bairro D. Estefânia, e em 96% do bairro Barata Salgueiro. Nas habitações construídas na década de 1890, estes números sobem para 72% e 100%, respetivamente. Mas só há instalações sanitárias com banheira em 36% e 42% dos fogos.

Nos outros dois bairros estão representados, nos projetos da década de noventa, pias de despejo em cerca de 80% das casas, mas só há latrinas no interior de 18% dos fogos de Campo de Ourique, e em 9% dos do Casal do Rolão. Não há em nenhum deles casas de banho com banheira, demonstrando que o acesso às condições básicas de higiene se fez a diferentes velocidades.

Também no que respeita às áreas e ao número de compartimentos por fogo, se percebe a que camadas sociais se destinava cada bairro, o de Barata Salgueiro onde na década de 1880 a média das áreas por fogo era de 244 m<sup>2</sup>, subiu para 314 m<sup>2</sup> na década seguinte, reforçando a aptidão para alojar as grandes famílias da classe média-alta.

No bairro de Dona Estefânia/Arroios, destinado inicialmente à classe-média, a média das áreas dos fogos edificados nos anos de 1880, é metade da que se praticava no bairro Barata Salgueiro, e na década de 1890 a média desce ainda para 99 m<sup>2</sup>, demonstrando a desvalorização da zona provavelmente decorrente da mistura social devida à existência de várias fábricas, cujos operários foram habitar casas em pátios no interior dos quarteirões, enquanto os solares arruinados da velha aristocracia, permaneciam na malha urbana.

Nos outros dois bairros, as áreas médias por fogo são ainda inferiores, destinando-se a famílias da classe-média/baixa.

Num projeto datado de 1891, destinado à edificação na avenida da Liberdade, estão representados dois saguões laterais e um central, possibilitando a abertura de vãos de janelas nos quartos de dormir e nas casas de banho. Também nele figura uma escada de serviço, separada da escada principal, que acentua a autonomização da zona de serviço em relação à zona familiar.

A introdução de saguões laterais, veio proporcionar uma nova tipologia de implantação de edifícios, em que a profundidade é sempre maior do que a largura da fachada.



## CAPÍTULO VIII – AS TIPOLOGIAS DOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO CONSTRUÍDOS DE 1900 A 1930.

### 8.1. A urbanização das Avenidas Novas.

De 1902 data uma escritura de compra de 129.193 metros quadrados de terreno, e de participação dos lucros da venda dos terrenos destinados a edificações, aos herdeiros de Francisco Isidoro Viana, para abertura da avenida Ressano Garcia, atual avenida da República, bem como das ruas paralelas e adjacentes.<sup>410</sup>

A urbanização definiu talhões numerados que são referidos nos requerimentos de construção das casas, como por exemplo o do palacete situado na esquina da avenida Duque de Ávila para a rua Pinto Coelho, atual avenida dos Defensores de Chaves, com projeto de 1906, que vem designado como talhão n.º 117<sup>411</sup>.

Dos trinta e oito edifícios objeto deste estudo (quadro 28), cujos projetos datam do ano 1900 até ao de 1909, quinze são moradias unifamiliares, mas focando apenas os seis primeiros anos, 1904, 1905 e 1906, verifica-se que em dezanove prédios dez são moradias unifamiliares.

Ritmo de construção nas avenidas novas								
Décadas	Palacetes		Moradias unifamiliares		Prédios de rendimento		Número total de edifícios	
	Número de casos	%	Número de casos	%	Número de casos	%		
1900-1909	9	24%	6	16%	23	62%	38	100%
1910-1919	3	4%	10	12%	68	84%	81	100%
1920-1929	0	0%	3	12%	23	88%	26	100%

Quadro 28 – Ritmo de construção na zona das Avenidas Novas entre 1900 e 1929.

Há, em consequência, nestes seis primeiros anos, um padrão de edificação de moradias das quais 2/3 têm uma tipologia de palacete. A distinção entre os dois modelos é ténue, distinguindo-se os palacetes pela modinatura das fachadas compostas de ornatos

<sup>410</sup> Documento PT/AMLSB/CMLSB/AGER-N/02-02/00101. Livro de escrituras n.º 42, f. 133-137. A.M.L.

<sup>411</sup> Obra 10707; Processo 235/1.ªREP/PG/1906; Página 1. A.M.L.

e esculturas em cantaria e, sobretudo, pela volumetria irregular constituída por vários corpos, por vezes formando um torreão, bem como pela implantação recuada relativamente à rua deixando um espaço ajardinado, enquanto as simples moradias apresentam uma fachada plana que dá diretamente sobre o espaço público, ficando a zona ajardinada confinada às traseiras, tal como nos prédios de rendimento. Estas últimas têm por vezes áreas mais generosas do que alguns palacetes, mas, de um modo geral, representam um menor investimento.

Na década de 1900, 40% dos projetos de construção na urbanização das Avenidas Novas são de moradias unifamiliares incluindo palacetes, mas na década seguinte a percentagem desce para 16%, e na década de 1920 para 12%.

Parece haver, no início da urbanização, a forte intenção de construir uma zona residencial de moradias que correspondessem às categorias mais elevadas estabelecidas em meados do século dezanove por Pierre Joseph Pézerat no seu “Mémoire sur les Études d’Amélioration et embéllissements de Lisbonne”, moradias de primeira classe, constituídas por cave, rés-do-chão, um andar e sótão, cercadas por um jardim, que se destinavam aos mais ricos, e moradias de segunda classe, ligeiramente mais pequenas e com fachada sobre a rua, para aqueles cuja fortuna sendo ainda considerável não lhes permitia pertencer, ainda assim, ao grupo da frente. Para efeitos do presente estudo, as primeiras serão designadas por moradias do tipo 1 e as segundas por moradias do tipo 2.

No entanto, não haveria possivelmente em Lisboa um número suficientemente elevado de ricos interessados em edificar as suas moradias numa tão vasta e periférica zona, razão pela qual, passado o entusiasmo dos primeiros três anos, o número de projetos de prédios de rendimento ultrapassou largamente o das moradias unifamiliares.

Certo é que na década de 1900, 62% dos projetos eram de prédios de rendimento e esse número sobe para 84% logo na década seguinte.

Também foi possível constatar que um certo número de edifícios de cave, rés-do-chão, um andar e sótão, com fachadas de desenho muito elaborado e que exteriormente parecem moradias unifamiliares foram, na verdade, projetados como pequenos prédios de rendimento com um ou dois fogos por piso. É o caso do projeto do edifício localizado na avenida Duque d’Ávila 73-77 datado de 1905, e o do Campo Grande 101-103 datado de 1911, entre muitos outros. Percebe-se que o projetista permite a utilização como moradia unifamiliar caso o proprietário a quisesse ocupar, mas deixa a possibilidade da compartimentação dos espaços possibilitando a separação dos andares em dois fogos individualizados, caso os quisesse arrendar e deles tirar rendimento.

A intenção de ver edificar um bairro de prestígio onde morassem as classes mais altas da sociedade lisboeta, terá sido muito possivelmente do município. Mesmo se não houve uma orientação expressa nesse sentido, percebe-se, por alguns pareceres técnicos, que está implícita. Dois pareceres a projetos de edificação são espelho disso. O primeiro é da autoria do próprio Frederico Ressano Garcia e é sobre o pedido de edificação da Vila Pinto no local onde existia o Pátio do Cerieiro, com acesso pela avenida Fontes Pereira de Melo. Escreve ele que “(...) o que convém é fazer desaparecer todos os pátios que existem em Lisboa, principalmente quando encravados n’um bairro tão importante como aquele de que se trata. E por isso o meu parecer é que não se defira”.

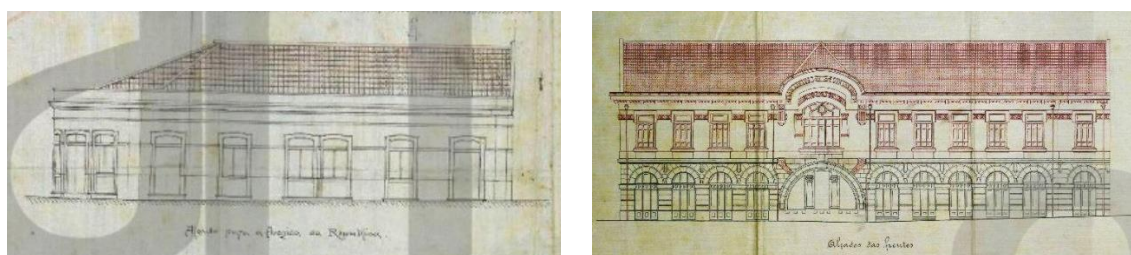


Fig. 202 - À esquerda o primeiro projeto, rejeitado pelo município, para o prédio de esquina da avenida da República com a avenida Miguel Bombarda. À direita, uma segunda versão com dois pisos e um desenho de fachada mais elaborado. O prédio virá a ser aprovado em 1920 com cinco pisos.

O segundo caso que revela a posição dos serviços técnicos da Câmara de manter o estatuto elevado da zona, é o do parecer dado a um projeto de padaria. Em 1917 dá entrada na CML um projeto de arquitetura para a construção de uma padaria com fabrico e venda de pão, na esquina da avenida Miguel Bombarda 12-14 para a avenida da República 37A (fig. 202). É um edifício de um único piso, sem elementos decorativos particulares na fachada. A apreciação dos serviços é severa, propondo “não ser concedida a licença, não se consentindo edificação daquela natureza em avenida de tal importância” fundamentando a decisão com o artigo 4.º do Decreto n.º 902 de 1914, o qual concede ao município de Lisboa o direito de “negar a licença àqueles que prejudiquem as condições panorâmicas e artísticas da cidade.”<sup>412</sup>

Não havendo, aparentemente, no plano das Avenidas Novas, qualquer disposição específica que determinasse um uso do espaço, quer fosse para moradias unifamiliares

<sup>412</sup> Obra 25717; Processo 7880/DAG/PG/1917; Páginas 5-6. A.M.L.

quer fosse para edifícios de andares, e muito menos ainda que definisse uma qualidade arquitetônica, será na apreciação casuística dos projetos que algum critério será introduzido.

Num outro parecer sobre um projeto apresentado à Câmara Municipal em 1918 e que dizia respeito a um edifício de cinco andares que se pretendia edificar na avenida Duque d'Ávila 76, na zona a poente da avenida Cinco de Outubro, também o arquiteto do município evoca o mesmo artigo 4.º do Decreto n.º 902 de 30 de setembro de 1914 para propor a não aprovação. Escreve ele que a qualidade arquitetônica da fachada não satisfaz o referido artigo, e também que a distribuição interior do espaço, em planta, contraria a doutrina do artigo 13.º do Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas.

Em média, os edifícios de rendimento projetados na década de 1900 têm 3,8 pisos acima do solo, e as moradias unifamiliares 2 pisos (quadro 29).

Na década de 1910, a média de altura dos prédios de rendimento sobe para 4,6 pisos, e a das moradias unifamiliares desce para 1,9 pisos. Nos anos vinte a média do número de pisos acima do solo sobe ainda para 5,1 nos prédios de rendimento e, nas moradias, para 2 pisos.

Se o número de pisos dos edifícios de rendimento foi aumentando ao longo dos primeiros trinta anos do século vinte, a largura das fachadas principais, em contrapartida, vai sendo reduzida. Assim, a média da largura das fachadas passa de 17m na década de 1900, para 13,4m na década seguinte, e para 12 na de 1920.

Quanto à profundidade do edifício no lote, vai reduzir-se na década de 1910, de 23m para 20,9m, e voltar a crescer para 24m na década de 1920.

Os lotes de terreno traçados ao longo das avenidas perpendiculares à avenida da República, parecem ter sido definidos com uma largura de cerca de 16m e uma profundidade de 46m, adaptando-se depois às circunstâncias do traçado no terreno. Porém, a possibilidade de divisão em duas parcelas mais estreitas, com cerca de 8m de largura, permitiu, desde o início, a construção de edifícios com fachadas de três MVV.

O talhão de 8m por 46m poderá considerar-se a unidade modular havendo, ainda assim, como sempre acontece, grandes oscilações já que os quarteirões não têm plantas regulares e a adaptação do módulo ao terreno exige alguma tolerância.

A dimensão dos lotes é, só por si, reveladora da tipologia arquitetônica. Assim, os palacetes ocupam os grandes lotes situados sobretudo nas esquinas das avenidas da República e Cinco de Outubro com as avenidas transversais. Os lotes de menor dimensão

são quase sempre ocupados por prédios de rendimento com frentes estreitas de três módulos verticais de vãos, e são mais frequentes nos quarteirões localizados a poente da avenida Cinco de Outubro.

VALORES MÉDIOS DA VOLUMETRIA DOS EDIFÍCIOS NAS DÉCADAS DE 1900-1910-1920							
	Década	Tipo de edifícios	Número de casos	Média de pisos <sup>413</sup>	N.º de saguões por edifício	Média de largura da fachada principal (m)	Média de profundidade dos edifícios (m)
Avenidas Novas	1900-1909	Prédios de rendimento	23	3,8	1,2	17	23
		Moradias dos tipos 1 e 2	13	2	0,3	20	17,5
	1910-1919	Prédios de rendimento	68	4,6	1,3	13,4	20,9
		Moradias dos tipos 1 e 2	13	1,9	0,3	14,8	17
	1920-1929	Prédios de rendimento	23	5,1	1,1	12	24
		Moradias dos tipos 1 e 2	2	2	0	14	17

Quadro 29 – Volumetria dos edifícios projetados para as Avenidas Novas.

No computo geral, os lotes edificadas nos primeiros anos eram, em média, maiores do que os das décadas seguintes.

A área média dos talhões passa de 573 m<sup>2</sup> nos anos de 1900, para 426 na década de 1910, e desce ainda para 383 m<sup>2</sup> na década seguinte (quadro 30). Também o valor médio das áreas de implantação dos edifícios será de 379 m<sup>2</sup> nos primeiros dez anos e passará para 281 nas duas décadas que se seguem, o que não implicou um aumento da

<sup>413</sup> Número de pisos corridos, acima do nível da rua, incluindo pisos amansardados de águas quebradas, mas excluindo águas furtadas e caves.

superfície dos logradouros já que o índice de ocupação do solo (IOS) era de 0,71, na década de 1900, e irá reduzir-se para 0,66 na década seguinte, para voltar a subir para 0,74, nos anos vinte.

Se todos os indicadores apontam para uma progressiva redução das grandes moradias unifamiliares e das áreas de logradouro, em detrimento dos prédios de rendimento, parece não haver dúvidas de que o ritmo de construção atingiu o seu auge na década de 1910, caindo a pique nos anos vinte.

AVENIDAS NOVAS - VALORES MÉDIOS DAS ÁREAS DOS PRÉDIOS							
	Década	Tipologias de edifícios	N.º de prédios	Área do talhão (m2)	Área de implantação do edifício	Área do logradouro	I.O.S. <sup>414</sup>
Avenidas Novas	1900-1909	Prédios de rendimento	23	573	379	199	0,71
		Moradias dos tipos 1 e 2	13	1.146	335	811	0,37
	1910-1919	Prédios de rendimento	67	426	281	147	0,66
		Moradias dos tipos 1 e 2	13	698	277	425	0,45
	1920-1929	Prédios de rendimento	21	383	282	101	0,74
		Moradias dos tipos 1 e 2	2	400	178	106	0,71

Quadro 30 – Valores médios das áreas de 139 prédios projetados para as Avenidas Novas nas três primeiras décadas do séc. XX.

Nos anos 1908-1909 estavam já edificadas a praça Duque de Saldanha e as frentes dos dois primeiros quarteirões sobre a avenida da República, mas, a partir desse ponto, as construções eram esparsas, e nas vias transversais são mesmo raras. No total, estariam

<sup>414</sup> Índice de Ocupação do Solo.

construídos ou em construção, cerca de cinquenta prédios. Na década seguinte estima-se que o ritmo de construção tenha mais do que duplicado.

### 8.1.1. Os palacetes

Saber qual terá sido a origem dos modelos que levaram à conceção destas construções, é questão que não pode deixar de se colocar.

Em França, desde meados do século dezanove que os habitantes das grandes cidades e sobretudo de Paris, quando tinham meios económicos para o empreendimento, compravam terrenos no campo, situados na orla da cidade, e construíam moradias para passarem o fim de semana longe da confusão da urbe.

Na génese do processo de afastamento momentâneo da vida urbana, está o desejo utópico de retorno à natureza onde, protegidos da rudeza da ruralidade pelo conforto que a fortuna proporciona, se criavam ambientes luxuosos em grandes mansões rodeadas de parques arborizados, onde a paisagem era projetada até aos mais pequenos detalhes por forma a parecer natural. Este processo de renaturalização tinha raízes antigas, na aristocracia urbana, e evoca a apropriação que, em finais do século dezoito, a rainha Marie Antoinette fez do Petit Trianon aí mandando construir uma aldeia miniatura com as suas hortas e pomares, considerada encantadora pelos seus contemporâneos.

Este movimento nostálgico de retorno a um campo assético vai-se popularizando e, à medida que vão sendo instaladas as linhas de caminho de ferro a servir as cidades, as classes alta e média-alta, vão edificando as suas “villas” ou os seus “pavillons de campagne” nos arredores, inicialmente ao longo da rua da estação de comboios e depois em urbanizações de terrenos agrícolas mais afastados. Algumas destas moradias estão instaladas em grandes parcelas e ostentam um carácter burguês, mas à volta delas foram sendo edificados talhões mais pequenos, com vivendas modestas no tamanho e na forma, algumas não sendo mais do que cabanas onde se passava o domingo. Entre as duas guerras mundiais, estas casas vão progressivamente passar de residência secundária a primeira habitação.<sup>415</sup>

Por outro lado, a existência de caminhos de ferro vai levar à implantação de indústrias nos arredores das cidades, com a consequente atração de operários que, por seu lado, necessitavam de habitações. Virão a ser edificadas na forma de pequenas moradias,

---

<sup>415</sup> Bony, Laurent (2000), *Mémoires et projets du pavillonnaire en Nord-Essonne*. Cahier de la Maison de Banlieue n.º 3 – Centre culturel d’Athis-Mons.

e levará também à promoção da construção de bairros para os “cheminots”, trabalhadores dos caminhos de ferro.

Este processo de edificação de vivendas unifamiliares na coroa das grandes cidades, acelera-se a partir do início do século vinte. Em Inglaterra, o movimento pelas cidades-jardim liderado por Ebenezer Howard, preconizava que “cidade e campo tinham que se casar, e desta feliz união surgiria uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização”<sup>416</sup>. Já não eram só as elites que teriam casa de campo, seria toda a gente, independentemente do grupo social de pertença. Mas o resultado foi outro, a criação de um tecido urbanizado imenso, labiríntico, constituído por um sem fim de arruamentos, aparentemente todos iguais, ladeados de vivendas semelhantes entre elas, com pequenos quintais nas traseiras, que afastavam cada vez mais para longe a ruralidade.

Em Lisboa, tal como noutras cidades portuguesas, a ideologia da moradia com jardim, nas franjas da urbe teve os seus adeptos e, na zona das Avenidas Novas, surgiu a possibilidade de concretização, muito embora, na verdade, os urbanistas municipais ao traçarem a malha urbana não seguissem esse modelo, antes ficassem apegados à velha proposta de Pézerat. Mas os promotores das obras, esses sim, quiseram construir as suas moradias, inspiradas nas “villas” dos arredores de Paris ou de Londres. E no início, assim foi, os primeiros palacetes construídos ao longo do eixo das avenida Fontes Pereira de Melo e Ressano Garcia, hoje avenida da República, estavam isolados e envolvidos por zonas rurais.

Mas se o modelo ideológico acompanhou o francês, a tipologia arquitetónica vai buscar elementos a outras fontes. Enquanto os palacetes de Saint-Germain-en-Laye, nos arredores de Paris, têm fachadas em pedra escura de aparelho irregular ou em tijolo maciço, os das Avenidas Novas são revestidos a lioz branco, e se os primeiros apresentam fachadas austeras, os segundos são cobertos de elementos decorativos bem mais ao gosto dos edifícios de rendimento da Belle Époque parisiense.

Os palacetes das Avenidas Novas foram projetados para que, em volumes relativamente diminutos, se comparados às grandes casas nobres dos séculos anteriores, conseguissem comunicar a quem as visse a impressão de riqueza e de poder dos seus proprietários e habitantes, e para conseguirem esse efeito, os projetistas recorreram a vários planos de fachada, a uma exuberante decoração exterior em cantaria aparelhada e esculpida, e à reprodução de elementos que, no imaginário coletivo, simbolizavam o

---

<sup>416</sup> Howard, Ebenezer (1902). *Garden Cities of To-morrow*, Swan Sonnenschein & Co. Ltd. Paternoster Square. London. P. 18.



poder por terem sido usados no passado em castelos, palácios ou catedrais, adaptados agora à escala reduzida do palacete (fig. 193).

A maioria é composta por um embasamento revestido a pedra onde se abrem as fendas de arejamento da cave, elemento arquitetónico que existe também nos prédios de rendimento, mas que, pela proporção destas casas, toma ares de base fortificada com as suas seteiras. No rés-do-chão, elevado em relação ao nível da rua, há um plano recuado, com um ou mais terraços, para onde abrem as janelas do salão e, aos lados, dois corpos avançados que tomam o aspeto de torreões e que ora são coroados por frontões remetendo para o neoclassicismo, ora são encimados por coberturas pontiagudas rematadas por pinázios ou por zingamochos, lembrando as torres de um castelo ou do campanário de uma igreja.

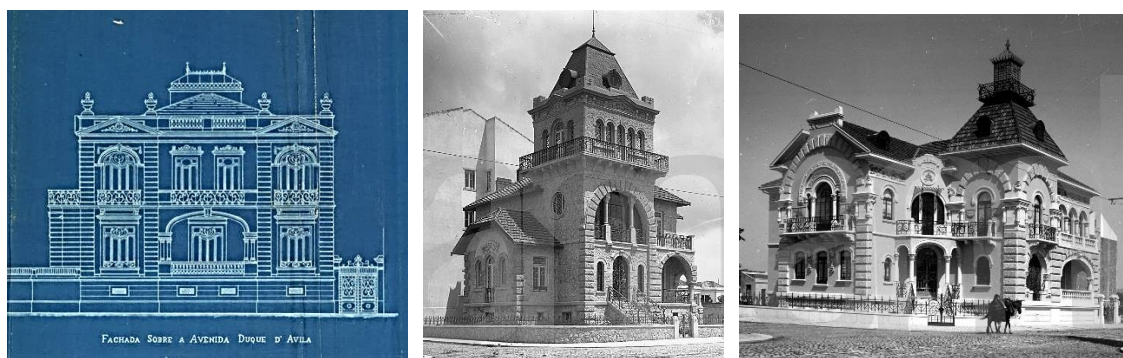


Fig. 203 – Da esquerda para a direita, palacetes nas avenidas Duque d'Ávila n.º 71, Visconde Valmor n.º 29, e de Berna n.º 2<sup>417</sup>, datados de 1906.

Com maior ou menor erudição, não há nestes projetos o objetivo de inserção num estilo ou numa ordem específica, há sim, como desígnio, o recurso a todos os estilos e a todas as ordens arquitetónicas para captura de elementos que traduzam a imagem do poder económico, com leitura imediata. Por isso os palacetes inserem-se no grupo da arquitetura eclética, onde formas de todos os tempos e estilos têm presença, embora sem respeitar os contextos e as regras de proporção que lhes eram próprios.

Os arcos de pedra aparelhada a formar almofadas, com o acabamento escassilhado e com as juntas marcadas sob os torreões, evocam os vãos de alguma fortaleza medieval, tal como as janelas geminadas remetem para residências renascentistas, e os telhados

<sup>417</sup> Da esquerda para a direita, Obra 10707; Processo 235/1.ªREP/PG/1906; Página 2, e documentos PT/AMLSB/PAG/000622, e PT/AMLSB/PAG/000352. A.M.L.

pontiagudos lembram os das torres das igrejas, não das portuguesas mas das francesas que eram revestidas a lousa, e por isso são escuros cobertos de telhas pretas ou em zinco ou mesmo em escamas de ardósia. Também a volumetria irregular, com corpos de alturas diferentes e assimétricos, faz lembrar as construções defensivas medievais.

Nestas edificações cujos modelos importados, sobretudo dos países anglo-saxónicos, foram adaptados à escala e ao gosto português, percebe-se o culto da personalidade do proprietário e, a comprová-lo, estão os pormenores afixados na fachada, o medalhão aposto na platibanda com as suas iniciais, as esculturas decorativas que remetem para a atividade que desempenhava, sendo a figura mais usada a de Mercúrio ou Hermes, deus mercador das mitologias romana e grega que personifica o comércio, a venda, o lucro, e que está representado até à exaustão pela própria figura do deus mas também pelo caduceu e pelo pétao de asas que lhe cobre a cabeça, e que são os seus atributos.

É certo que estes símbolos são também apostos em alguns prédios de rendimento, para lhes conferir prestígio, mas são mais frequentes nos palacetes.

O investimento pessoal na construção destas casas, leva ao interesse de saber quem as mandou fazer, mas embora se conheça os nomes dos promotores, em muitos casos não se lhes conhece a história, já que a notoriedade ter-se-á desvanecido no espaço de uma geração.

Há alguns nomes que se identificam, como o de Mário Artagão, brasileiro do Rio Grande do Sul, de família abastada de negociantes, ele próprio jornalista e poeta que veio instalar-se em Lisboa em 1905, deixando o Brasil por razões políticas. Pertenceu-lhe o palacete da avenida de Berna 2 (fig. 199, à direita) que tornejava para a avenida da República e teve projeto da autoria do arquiteto Norte Júnior.

O proprietário do palacete da avenida Fontes Pereira de Melo 35-41 foi o jornalista Siva Graça, proprietário e editor do jornal O Século, e a casa que faz esquina da avenida da República 38 para a avenida Visconde Valmor, foi mandada edificar pela Viscondessa de Valmor em 1905 com projeto de Ventura Terra.

O edifício da praça Duque de Saldanha 29-30 que torneja para a avenida da República, com projeto também de 1906 e que parecendo um palacete foi projetado como um prédio de rendimento com quatro fogos, foi mandado edificar por Engrácio Coelho de Jesus Supardo negociante no ramo farmacêutico e casado com uma senhora maltesa de quem adotou o nome Supardo. Na fachada da casa, inscritas no frontão que coroa a esquina chanfrada, há um conjunto escultórico onde estão representados Minerva e

Mercúrio a levantar uma coroa de louros sobre uma roda dentada e uma âncora, numa alegoria à indústria e ao comércio. Sobre a porta principal figura o monograma do proprietário, e sobre uma outra, lá está a cruz de Malta a mostrar a origem da proprietária.

Nos anos de 1900, das edificações das Avenidas Novas 24% eram palacetes. Nas duas décadas seguintes, a construção de palacetes foi continuando, mas a percentagem desceu para 3%, e na década de vinte a moda dos palacetes estava acabada (ver quadro XXIV). Dos que foram erguidos anos 1910-1919 ressaltam o da praça Duque de Saldanha 12, com projeto do arquiteto Norte Júnior, datado de 1910 e propriedade de Nuno Pereira de Oliveira, e o da avenida Fontes Pereira de Melo 28-28A, de José Maria Marques, com projeto de 1911, que tendo ambas áreas relativamente modestas, conseguem transmitir alguma imponência pelos elementos organizadores das fachadas principais.

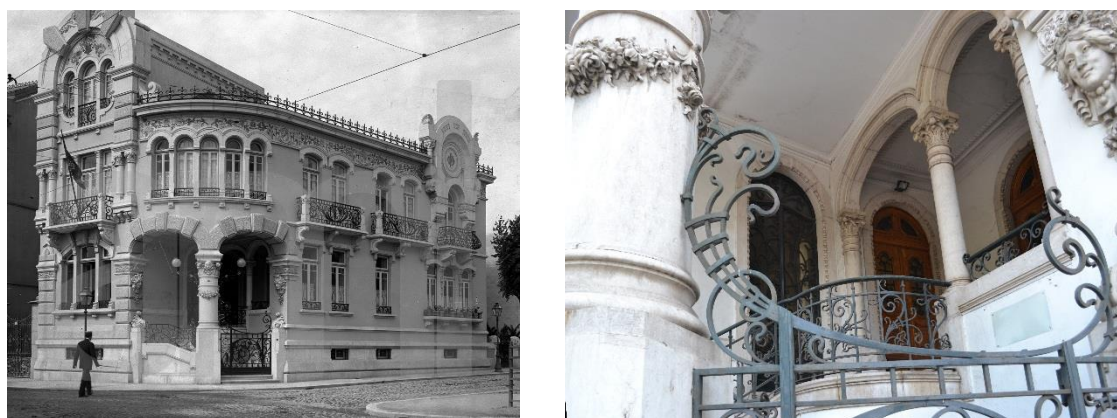


Fig. 204 - Palacete da praça Duque de Saldanha 12<sup>418</sup>, datado de 1910. Fachadas e pormenor da arcaria da entrada.

O primeiro, localizado na passagem da praça Duque de Saldanha para a avenida Praia da Vitória (fig. 204) tem, nos extremos, dois corpos elevados, rematados por arcos acentuados por três grandes pedras de fecho, salientes, e, justamente na esquina, dois arcos geminados assentes sobre uma coluna de pedra, que também têm as mesmas três pedras de fecho, mas de menor dimensão e assinalam a entrada. De cada lado destes arcos e apostas às paredes, estão dois mascarões em cantaria representando figuras femininas e, no capitel da coluna, um terceiro representando a cabeça de uma criança. São figuras

<sup>418</sup> Guedes, Paulo (1912), Documento PT/AMLSB/PAG/000307. Cotas: PAG000307, A9060, N7860. A.M.L.

Na fotografia à esquerda vê-se ainda a pintura decorativa sob a cornija.

de receção com uma função semelhante à que no século dezoito desempenhavam as figuras de convite representadas em azulejos, a criação de um ambiente propício a que os visitantes se sentissem bem recebidos e encorajados a entrar no edifício.

A parte superior da fachada sob a cornija, tinha um friso pintado representando grinaldas de flores e, nos dois corpos laterais sob os arcos de coroamento, havia também pinturas representando vasos com flores e um medalhão com o monograma do proprietário.

Exteriormente, estas pinturas são, juntamente com os portões e os guarda-corpos de ferro, os únicos elementos decorativos característicos do estilo Arte-Nova, a que se junta a complexidade da arquitetura da entrada composta por planos sucessivos separados por duas ordens de arcaria, e também a organização do espaço, inovadora e próxima do que se fazia então nos países europeus culturalmente mais avançados. Em contrapartida, a divisão do espaço interior estava ainda condicionada pelo corredor de distribuição, e remetia para tempos passados.

Para além do palacete, os logradouros que o envolviam tinham um papel importante como elemento de valorização tanto para quem habitava a casa como para quem usufruía a vista a partir do espaço público. Eram ajardinados com canteiros de flores e com palmeiras, árvores exóticas que lembram viagens e que, no clima de Lisboa, não produzem frutos comestíveis sendo exclusivamente ornamentais.

Os logradouros onde se produzia hortícolas e cresciam árvores de fruto já não eram bem vistos, o jardim é um cenário para ser apreciado da rua e também de dentro de casa, não para ser usado. No entanto, há duas exceções, a do pequeno pavilhão de madeira ou de ferro onde se podia tomar chá, e a garagem que era edificada ao fundo do jardim, com acesso por uma passagem lateral.

Na década de 1910, houve pedidos de construção de garagens quer com fachada para a rua, quer ao fundo do quintal, com acesso pelo portão e corredor lateral. Os proprietários das moradias possuíam agora automóveis e queriam ter onde os deixar protegidos.

No caso do edifício localizado na praça Duque de Saldanha 28-30, há um pedido de reconversão de uma cocheira com cavalaria, numa garagem.

Em 1818 é mesmo apresentado um projeto para construção de uma oficina de automóveis com garagem, na avenida Visconde Valmor 53, o que demonstra o número elevado de viaturas existentes na zona, ao ponto de justificar já a montagem de um negócio.

Quanto à organização do espaço interior, nas moradias e palacetes da década de 1900, e em alguns fogos habitacionais dos prédios de rendimento, a compartimentação define, em projeto, espaços com usos determinados. Em cada compartimento vem frequentemente assinalado o uso previsto.

Assim, nos projetos dos palacetes, verifica-se que as caves podiam ser ocupadas por arrecadações, adegas, garrafeiras, carvoaria, e também por celeiros, e as latrinas dos criados.

No rés-do-chão, no volume confinante com a rua, estavam dispostas três ou mais salas em “enfilade” das quais uma era escritório, quase sempre próxima da entrada, um salão no espaço central, uma saleta, um vestíbulo e, numa ou noutra, também um oratório. No corpo que abre para as traseiras, ficavam a sala de jantar comunicante com uma sala de bilhar, a cozinha, a copa, a despensa, o quarto da costura e o de engomar, e as instalações sanitárias. No primeiro andar, estavam os quartos e as respetivas antecâmaras, os quartos de vestir designados por toilettes, o guarda-roupa, uma arrecadação, e uma casa de banho. No sótão, quando existia, ficavam os quartos das criadas, e por vezes também o quarto de engomar e o quarto da costura. Na garagem, construção isolada, ficava o alojamento do motorista.

Na memória descritiva do projeto de edificação na avenida Visconde Valmor 27A-27F a tornejear para a avenida da República 36, está explícita a repartição do espaço pelas diversas funções, da seguinte forma “...a cave (...) é destinada a arrecadações (...). No pavimento nobre (rés-do-chão) serão instaladas as salas que mais directamente estão ligadas com a vida exterior como: a sala de visitas, saleta, escriptorio, sala de bilhar, sala de jantar, sala de costura, oratório, lavatório, despensa, copa e cozinha. No primeiro andar, serão instaladas as casas mais íntimas, como quartos, casa de banho e WC. “

Assim, a cave era um espaço de armazenamento, o rés-do-chão dividia-se entre uma zona social e uma zona de serviço, o primeiro andar era essencialmente um espaço familiar, e o sótão a zona exclusivamente destinada às serviçais. O logradouro era um espaço de serviço e também de contemplação, na prática mais usado pelos empregados do que pelos donos da casa.

Os alojamentos dos criados ficavam na cave, os das criadas no sótão, assegurando-se desse modo o padrão de moralidade que a sociedade burguesa exigia e os donos da casa nem sempre praticavam.

O espaço de serviço, tanto no rés-do-chão como no primeiro andar, estava separado das zonas de quartos e de salas, por um corredor e uma escada de serviço situada

entre as duas zonas, unia verticalmente os quatro pisos entre si, de modo a que a vida familiar não se cruzasse com a dos empregados, exceto no momento das refeições onde, na casa de jantar, os criados serviam as refeições enquanto os patrões comiam e conversavam, ainda assim, sem troca de palavras entre as diferentes camadas sociais. Mesmo se, na prática, as relações entre os dois grupos de diferentes classes sociais, não fosse tão distanciada, a arquitetura permitia uma separação quase absoluta.

Nestes edifícios o rés-do-chão era, portanto, o andar nobre, se assim se pode designar. Era nesse piso que estavam as salas e o salão, abertos para o jardim e visíveis da rua através de amplos vãos possibilitados pelo uso de vigas de ferro nos lintéis. Era aí que decorriam as festas dadas pelas famílias, com toda a ostentação que a fortuna permitia e que era observada do exterior, como se de um teatro se tratasse.

Nalguns fogos, as zonas familiar e social ocupavam um corpo do edifício de planta próxima do quadrado, com fachada para a rua, enquanto a zona de serviços estava instalada num corpo lateral, alongado que se prolongava sobre o logradouro, daí resultando por vezes, uma planta em L. Estão neste grupo o palacete da avenida Duque d'Ávila 71 (fig. 205), datado de 1906, e o da avenida João Crisóstomo 13-13A. Fora da zona das Avenidas Novas, também se encontra este tipo de divisão do espaço, como, por exemplo, no edifício de rendimento com vários pisos, situado na rua Alexandre Herculano 25, com projeto de 1909 (fig. 205, à direita) .

Noutros fogos, o projetista, tendo o mesmo objetivo de criação de áreas independentes destinadas a funções e a grupos sociais diferentes, definiu uma planta em U com um pátio central, para onde abriam todos os compartimentos das zonas de serviço e familiar, e reservou a zona periférica com janelas para a rua e janelas para o jardim à zonas social. Exemplo disso é a planta do prédio da avenida Duque d'Ávila 46, datada de 1905.

Por essa altura, na Bélgica, na França, na Alemanha e por toda a Europa, os arquitetos do movimento Arte Nova projetavam casas de planta livre, com espaços amplos ligados por largos vãos que podiam encerrar-se ou abrir-se conforme o uso do momento, e onde eram os desníveis no pavimento que marcavam, mais do que as paredes, as diferentes vocações do espaço.

Victor Horta seria o precursor, com a casa da rua de "Turin", em Bruxelas, concluída em 1893.



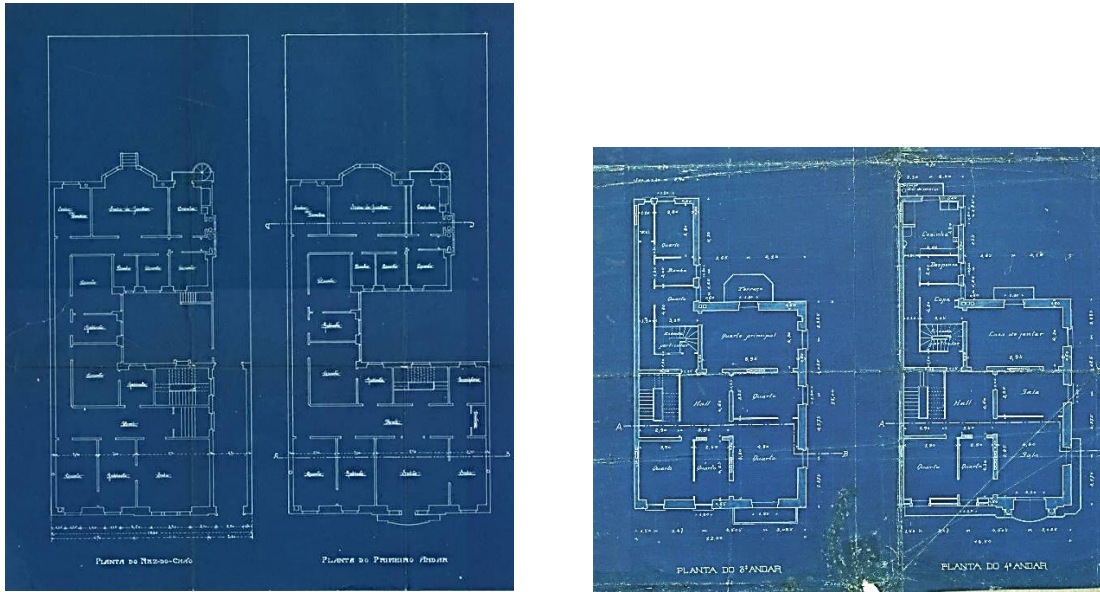


Fig. 205 – À esquerda planta em U do edifício da avenida Duque d’Ávila 46<sup>419</sup>, à direita planta em L do prédio da rua Alexandre Herculano 25<sup>420</sup>.

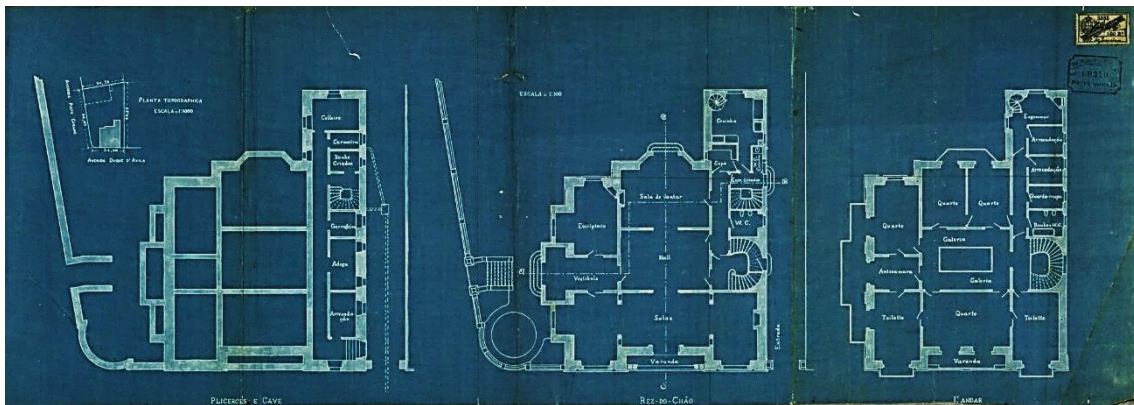


Fig. 206 – Plantas do palacete situado na avenida Duque d’Ávila 71<sup>421</sup>, com projeto de 1906.

Apesar de uma maior liberdade de organização do espaço ser possibilitada nos palacetes das Avenidas Novas, por estarem implantados na zona central do talhão, terem plantas recortadas e fenestração em todas as paredes exteriores, a verdade é que a compartimentação não diferia muito da que se encontrava nos prédios de rendimento, com o espaço de distribuição reduzido a um extenso corredor que se desenvolvia em vários troços.

<sup>419</sup> Obra 9657; Proc. 784/1ªREP/PG/1905; P. 3. Pormenor. A.M.L.

<sup>420</sup> Obra 38146; Vol. 1; Proc. 3220/1ªREP/PG/1909 - T. 1; P. 4. Pormenor. A.M.L.

<sup>421</sup> Obra 10707; Proc.235/1ªREP/PG/1906; P. 3. A.M.L.

Havia, ainda assim, algumas exceções como no edifício da Rua Alexandre Herculano 25 (fig. 205), e sobretudo em palacetes como o da avenida Duque d'Ávila 71 que tornejava para a avenida Defensores de Chaves (fig. 206), com projeto datado de 1906, onde a circulação de acesso aos vários compartimentos da zona social da casa, já não se fazia por um corredor mas sim por um hall<sup>422</sup> central ou por uma sucessão de halls. O corredor mantinha-se só no corpo recuado da zona de serviço e na distribuição no espaço familiar do primeiro andar que se processava através de uma galeria aberta para o hall do rés-do-chão ou por um corredor.

A casa de jantar tinha na parede do topo uma área envidraçada saliente sobre o logradouro, um “bow-window”, uma espécie de marquise poligonal, com vista para o jardim, muito própria da arquitetura do norte da Europa, que proporcionava uma maior entrada de luz e, sobretudo, um contacto visual com a natureza, postura muito ao gosto do movimento Arte Nova. Em projeto era designada por “jardim de inverno”.

Quase sempre confinante com a casa de jantar ficava a sala do bilhar, jogo muito usado nesta altura, e onde os homens socializavam entre iguais.

Situando-se a área social no rés-do-chão, a caixa de escadas que conduzia ao primeiro andar já não era um elemento arquitetónico de representação pois, praticamente, era só usada pelos habitantes da casa. Em contrapartida, como os visitantes acediam às salas do rés-do-chão através de uma escada exterior, foi aí que os projetistas aplicaram o maior investimento em degraus e guarda-corpos de cantaria, terraços intermédios, portas de madeira nobre envernizada e um vestíbulo com pavimento em mármore e belíssimos portões e vedações em ferro.

A caixa de escada interior, por vezes, ainda está tratada como cenário, com um arranque de lanços duplos e espiralados, e colocada onde possa ser vista pelos visitantes, mas o mais comum é situar-se na zona de serviços separada da zona social por um corredor e fechada por uma porta. Ainda assim, mantêm-se duas caixas de escada, quase encostadas uma à outra num claro desperdício de espaço, mas que eram necessárias para a separação do circuito dos donos da casa do dos serviçais.

---

<sup>422</sup> Anglicismo habitualmente inscrito nos projetos para designar um compartimento central por onde se acedia aos periféricos.



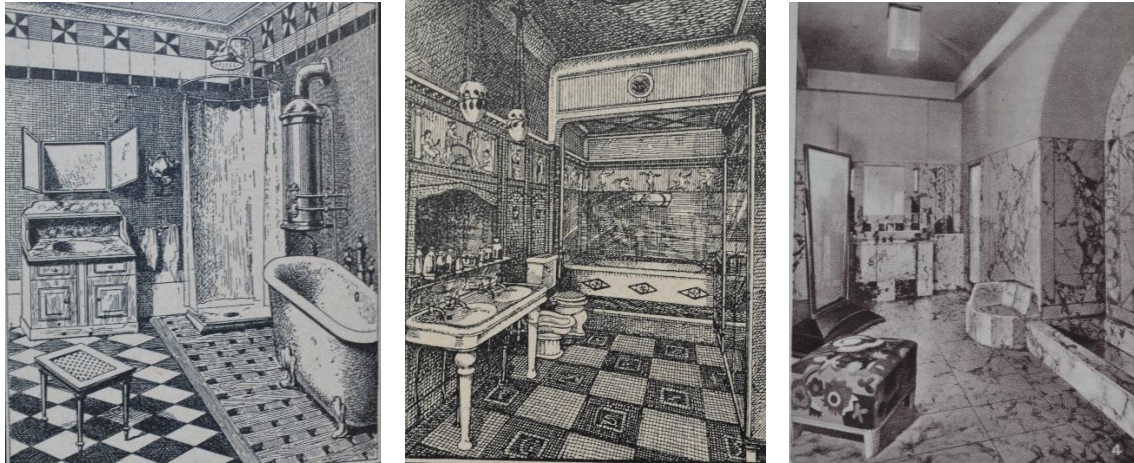


Fig. 207 – Da esquerda para a direita, as casas de banho modelo, da década de 1900, de 1910 e a de 1928<sup>423</sup>, esta última já no gosto Art-Déco.

As casas de banho têm agora, em projeto, o equipamento completo com banheira, lavatórios e bidés. Num palacete, é usual haver duas ou mesmo três divisões ocupadas por instalações sanitárias.

No início da década de 1900 os lavatórios eram ainda móveis de madeira com tampos de mármore onde estava encastrada uma bacia de porcelana, mas, com a adução de água e a ligação ao esgoto, o lavatório tornou-se fixo, e o balde que se encontrava na parte inferior tornou-se dispensável, razão pela qual, os pesados móveis de lavatório vão sendo aligeirados (fig. 207).

O luxo dos luxos era a possibilidade de dispor de água corrente aquecida por esquentadores a gás, instalados nas casas de banho, sobre a enorme banheira de ferro fundido esmaltado, com pés em garra de leão.

Se em França, o duche era um equipamento autónomo, nas moradias de Lisboa os dispositivos de chuveiro e duche eram aplicados sobre as banheiras.

A partir de 1917, é referido em algumas memórias descritivas de projetos, que “(...) a retrete levará bidé e bacias de sistema Sanitas e autoclismo (...)”, sendo o termo “retrete” a designação da divisão da casa onde está a latrina, e Sanitas o nome do sistema então usado na bacia.

Nas cozinhas, já não era permitida a instalação de pias de despejo que foram remetidas para o exterior, para o logradouro no caso do rés-do-chão, ou para a varanda

<sup>423</sup> Grave, João e Coelho Neto ( s.d.), *Enciclopédia Lello Universal em 2 volumes*, Volume 2, pp. 310-311, Porto.  
Augé, Paul (1928). *Larousse du XXe Siècle*, Volume I, P. 188. Edição Larousse, Paris.

das traseiras no caso dos andares, mas nalguns palacetes onde espaço da cozinha é amplo, há recantos envidraçados ou formando marquise, onde estão localizadas as pias para maior facilidade de serviço. Embora fosse já interdita pelo Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas de 1903, tal solução é tolerada nos palacetes.

É curiosa esta flexibilidade na apreciação dos projetos dos palacetes quando comparada à rigidez na apreciação dos projetos de fogos habitacionais em prédios de rendimento sobretudo nos mais modestos, constatando-se que, se nos anos 1900, nos projetos das moradias unifamiliares figurava o traçado de esgoto em 30% de casos, exatamente a mesma percentagem que nos prédios de rendimento, nas duas décadas seguintes passa a 0% enquanto nos projetos de habitação coletiva figura em 14% e 10% sucessivamente. Parece haver um maior rigor na aplicação das regras de salubridade quando se trata de habitação destinada às classes baixas, obrigando a uma mudança de hábitos.

### **8.1.2. As moradias unifamiliares de tipo 2.**

Se os palacetes cercados de jardins, ocupavam os maiores lotes, situados principalmente nas esquinas dos quarteirões e com frente para as avenidas da República e Cinco de Outubro, as moradias unifamiliares que apresentavam a fachada diretamente para a rua ocupavam lotes de configuração semelhante aos dos prédios de rendimento, com um jardim nas traseiras e uma passagem lateral.

Para além da localização e dimensão do talhão onde foram construídas, e da posição que neles ocupavam, distinguem-se dos palacetes por terem quase sempre menores áreas e também pela fachada principal ser de um único plano sem ornamentação relevante.

Durante a década de 1900, as moradias unifamiliares deste tipo constituíram 15% das edificações na zona das Avenidas Novas, descendo para 13% na década seguinte e voltando a descer para 12% nos anos vinte (quadro 28). Embora a percentagem tenha diminuído, continuaram a ser construídas até épocas tardias, ao contrário dos palacetes que caíram em desuso a partir do início dos anos vinte.

Na década de 1900-1909, a área média do talhão de palacete era cerca de 1.060 m<sup>2</sup> enquanto a da moradia rondava os 1.410 m<sup>2</sup>, sendo a desta última, portanto, superior.

As áreas médias de implantação das construções eram de 340 para os palacetes e de 325 para as moradias unifamiliares, valores também próximos.

O que diferencia as duas categorias é, essencialmente, a arquitetura. Enquanto, nos palacetes, a forma e os acabamentos exteriores e interiores eram exuberantes, nas moradias unifamiliares mantinham-se próximos dos prédios de rendimento.

As fachadas eram constituídas por um embasamento com três ou quatro fiadas de pedra acinzentada, de acabamento rugoso, rematado por uma ou duas molduras, com uma altura variável entre 1,5 m e 3 m. Nele são frequentemente abertas fendas de arejamento da cave ou, caso esta não exista, apenas os respiradouros da caixa de ar.

Acima do soco, a fachada podia ser ainda, por mais um piso, revestida a pedra lisa ou apenas rebocada e pintada. Na parte superior, junto à cimalha, havia por vezes um friso decorativo de azulejos com um padrão figurativo de folhas, flores e por vezes também de figuras humanas, e uma platibanda com cantaria relevada, tudo ao gosto Arte-Nova.

Os vãos, dos quais pelo menos um, o da sala, era de janelas geminadas, tinham alguns lintéis em arco de volta plena e guarda-corpo em ferro forjado com temática semelhante à dos azulejos. O vão da sala abria para uma varanda sobre mísulas, resguardada por uma balaustrada, tudo em cantaria.

Na organização das fachadas principais das moradias nesta primeira década do século vinte, há duas atitudes opostas. Algumas mantêm a simetria, com a porta de entrada ao centro, alinhada com o vão da sala do primeiro andar e respetiva varanda. Outras afirmam a assimetria, deslocando os elementos díspares para um dos lados da fachada. Esta é uma postura inovadora, já que ao longo dos últimos quatro séculos o paradigma de beleza assentou sempre na repetição de módulos e na simetria.

Apesar de terem sido construídas no mesmo ano e de serem vizinhas na mesma avenida, as moradias localizadas na avenida Duque de Ávila 73-77 e 46 (fig. 208), são muito diferentes entre si, representando a primeira a continuidade do que se construiu no século dezanove e a segunda já a abrir caminho para o modernismo.

As fachadas assimétricas, ainda que planas, sugerem por vezes a existência de uma torre proeminente pela pedra que parcialmente as reveste, pela altura que sobressai, ou pelo tipo de vãos que, diferentes dos demais, lhes conferem individualidade.

No eclétismo do desenho de fachada os elementos decorativos de estilo Arte-Nova misturam-se com formas neorrenascentistas e neomedievais.

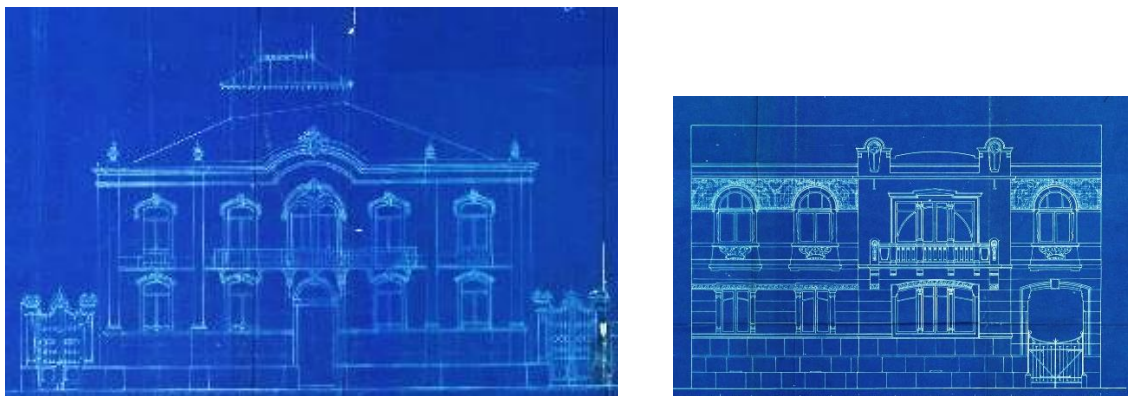


Fig. 208 – À esquerda alçado da moradia na avenida Duque de Ávila 73-77<sup>424</sup>, à direita o da moradia com o número 46 da mesma rua, ambos datados de 1905.<sup>425</sup>

Digna de nota é a evolução dos projetos da moradia localizada na avenida Barbosa do Bocage 96. O primeiro, datado de 1919, representa uma fachada principal num só plano, onde os vãos se dispõem em assimetria, com um módulo de janelas geminadas com lintel em arco no rés-do-chão ao lado esquerdo, e um módulo de vãos simples à direita. O soco, como os da mesma época, é constituído por três fieiras de pedra de acabamento escacilhado, separadas por alhetas, mas os cunhais e a pilastra que enquadram os vãos geminados são de aparelho rústico, evocando o arquétipo da torre medieval. É no alçado posterior que se acumulam os elementos neomedievais, como o arco quebrado no alpendre e o terraço coberto.

Mais tarde, um projeto de alterações virá apagar da fachada principal qualquer sugestão de torre, e conferir-lhe o despojamento da modernidade.

Desde finais do século dezanove que, na Alemanha, na Áustria e em França, em simultâneo com a expansão da Arte-Nova, se desenvolvia um movimento antagónico ao da arquitetura carregada de elementos decorativos, uma posição de rejeição do ornamento e de retorno ao princípio de que a arquitetura deve ser o resultado das características dos materiais que as constituem. Esta atitude é explicitada no célebre artigo de Adolf Loos, “Ornamento e crime” de 1908, e traduzida em inúmeras obras de arquitetura erudita e também em pequenas casas nos arredores das grandes cidades europeias.

<sup>424</sup> Obra 6743; Vol.1; Proc. 4890/1ªREP/PG/1905-T.1; P.2. A.M.L.

<sup>425</sup> Obra 9657; Proc.784/1ªREP/PG/1905; P. 4. A.M.L.

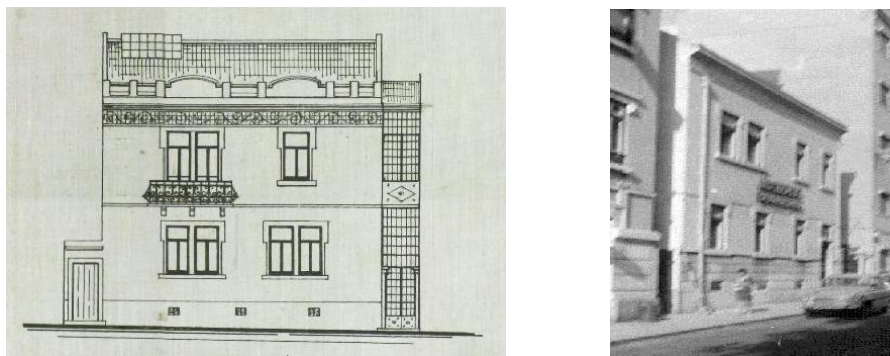


Fig. 209 – Fachadas despojadas, em moradias. À esquerda, na avenida Miguel Bombarda 157-159<sup>426</sup>, à direita na mesma avenida, números 42-46<sup>427</sup> (demolidas).

Em Lisboa, na urbanização da Avenidas Novas, durante a década de 1910-1919, dos oitenta projetos analisados, só três são de palacetes, mas há nove de moradias de fachada plana confinante com a rua, e neles se constata a alteração do modelo. Se a maioria ainda vem na continuação da fachada simétrica com janelas geminadas ao centro e varanda de guarda-corpo em cantaria, há três casos de frentes despojadas de ornamentação (fig. 209), duas moradias unifamiliares na Avenida Miguel Bombarda, ambas de 1913, e a da avenida Barbosa do Bocage, já acima referida.

A que tinha os números 42-46 da avenida Miguel Bombarda foi mandada edificar por um cidadão alemão Hurt Morgenstein<sup>428</sup>, e talvez desse facto advenha a introdução de uma sobriedade até então pouco apreciada.

Nestas casas, as molduras das janelas resumem-se ao envolvimento da parte superior do caixilho da bandeira, e como elementos decorativos apenas são usados azulejos numa estreita faixa junto à cimalha. Mesmo a guarda de varanda, quando existia, era em ferro e não em cantaria.

Na década de vinte, continuam a ser construídos os dois tipos de moradias unifamiliares ainda que, no caso das fachadas confinantes com a rua se assinala a introdução de maior decoração com baixos relevos na parte central da platibanda, o alargamento da faixa de azulejos que rematava a fachada junto à cimalha, e elementos relevados moldados em argamassa ou lavrados na pedra.

<sup>426</sup> Obra 17765; Vol.1; Proc.7172/DSC/PG/1941-T.1; P.8. A.M.L.

<sup>427</sup> PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/003646. A.M.L.

<sup>428</sup> PT/AMLSBAH/FNAJ/001/00119/005. Escritura de venda de terreno, sito na avenida Miguel Bombarda, a Hurt Morgenstein. Livro de Escrituras n.º 78, p. 42. A.M.L.

Quanto à organização do espaço interior, a compartimentação não é muito diferente da dos palacetes, uma cave para arrumos e despensa, um rés-do-chão para funções de carácter social, com três salas para a frente, e a cozinha e a casa de jantar para as traseiras, e ao centro, com janelas para o saguão, ficam um pequeno quarto e instalações sanitárias com o equipamento mínimo. No primeiro andar dispõem-se os quartos e uma casa de banho completa. No sótão, os quartos das criadas.

Em dois casos, a casa de jantar abre para uma marquise envidraçada, um jardim de inverno.

Na cozinha, a pia de despejo está situada no exterior, na varanda adjacente, na maioria dos casos encerrada numa gaiuta de madeira.

Nas moradias unifamiliares, incluindo os palacetes, o espaço de distribuição continua a ser o corredor que serpenteia ao longo da casa com uma média de 2,7 troços por fogo, número superior ao existente nos prédios de rendimento, mas a média de compartimentos sem janela por fogo, desce para 0,72. Daqui se conclui que os corredores continuavam a ser encarados como espaços de valorização da casa, sendo esta tanto mais opulenta quanto mais longo fosse o corredor, enquanto a existência de quartos interiores estava já conotada com a insalubridade e a pobreza, havendo que os eliminar mesmo que a opção fosse a abertura de vãos para sinistros saguões, demasiado estreitos para a altura dos edifícios, e onde os raios de sol nunca penetravam.

### **8.1.3. Os prédios de rendimento nas Avenidas Novas.**

Embora no início da década de 1900 fossem construídas muitas moradias unifamiliares, o número de prédios de rendimento foi sempre superior, constituindo cerca de 80% do conjunto edificado.

Na primeira década do século vinte, o número médio de pisos foi 3,8, na década seguinte subiu para 4,6 e, na década de 1920, atingiu 5,1 pisos. Logo nos anos 1900, 1904 e 1905, são levantados prédios de quatro e cinco andares, desenganando quem pudesse pensar que se trataria de uma urbanização destinada só a moradias unifamiliares.

Quanto à média das áreas brutas por fogo, era de 253m<sup>2</sup> na primeira década, 210m<sup>2</sup> na segunda e 206m<sup>2</sup> na terceira, descendo nas duas últimas décadas tal como aconteceu com as moradias unifamiliares (quadro 32). Os edifícios vão sendo cada vez mais altos e os fogos vão tendo áreas mais reduzidas, sendo as edificações dos anos vinte dirigidas, principalmente, para a classe média e mesmo média-baixa.

Fachadas e coberturas – Urbanização das Avenidas Novas																
Décadas de 1900/1910/1920																
Valores médios																
Identificação		Fachada principal										Fachada posterior		Cobertura		
Ano	Número e tipo de edifícios	Elementos escultóricos <sup>429</sup>	Torreão	Cúpula ou telhado pontiagudo	Vãos		Terraços		Azulejos		Soco	Abobadilhas sobre vigotas e colunas em ferro	Escada de serviço em ferro	“Bow-window” ou marquise na casa de jantar	Mansarda	Trapeira
					Janelas geminadas	Lintel em arco de volta inteira	Reentrados	Corpo saliente e envidraçado	Faixas figurativas	Padronados em toda a fachada						
1900 - 1909	25 prédios de rendimento	32 %	0 %	0 %	60 %	52 %	12 %	12 %	36 %	20 %	62 %	82 %	33 %	4 %	8 %	40 %
	14 moradias incluindo palacetes	79 %	21 %	21 %	79 %	79 %	42 %	14 %	67 %	0 %	86 %	29 %	7 %	50 %	14 %	36 %
1910 - 1919	67 prédios de rendimento	27 %	7 %	6 %	64 %	51 %	10 %	6 %	33 %	8 %	22 %	93 %	75 %	7 %	16 %	18 %
	12 moradias incluindo palacetes	66 %	33 %	8 %	100 %	75 %	25 %	15 %	45 %	0 %	66 %	50 %	16 %	33 %	0 %	16 %
1820 - 1929	23 prédios de rendimento	32 %	13 %	4 %	50 %	24 %	14 %	32 %	43 %	0 %	14 %	86 %	73 %	23 %	33 %	0 %
	3 moradias incluindo palacetes	0 %	0 %	0 %	100 %	50 %	0 %	0 %	100 %	0 %	67 %	67 %	67 %	33 %	0 %	33 %

Quadro 31 – Características exteriores dos prédios edificadas entre 1900 e 1920.

<sup>429</sup> Elementos escultóricos em pedra ou relevados em argamassa.

Analisando a volumetria, na primeira década, só 8% dos prédios de rendimento têm mansarda, mas nas duas décadas seguintes o telhado de águas dobradas é aplicado em 16% e depois em 32% dos casos, triplicando o seu uso, em contraciclo das moradias onde deixa de se aplicar a partir de 1910.

Já as águas-furtadas com janelas de trapeira, projetadas em 40% dos prédios de rendimento da década de 1900, na década seguinte só estão representadas em 18% dos casos e, na década de vinte, deixaram de todo de ser construídas uma vez que o município impunha como condição de licença, a não ocupação do sótão. Também neste campo se deu o processo inverso nas moradias unifamiliares onde, conotadas como elemento pitoresco ou neotradicionalista, as janelas de trapeira vieram a ser mais usadas nos anos vinte.

A característica comum das fachadas principais da maior parte dos edifícios deste período (quadro 31), são as janelas geminadas, duas ou três em cada vão, envolvidas por molduras de pedra que por vezes têm lintéis em arco de volta inteira. Este tipo de vão é rasgado na alvenaria de pedra ou de tijolo e só possibilitado, num primeiro tempo, pelo uso de vigas de ferro e num segundo tempo por vigas de betão a suportarem as cargas.

Nos primeiros dez anos de 1900, são propostos vãos de janelas geminadas em 60% dos projetos dos edifícios das Avenidas Novas, subindo para 64% na década de 1910 em que atinge o auge de utilização, descendo depois para 50%. Estes vãos largos darão, com o passar do tempo, origem aos rasgos horizontais da arquitetura modernista, mas por enquanto poucos são os projetistas que ousam desenhá-los em edifícios habitacionais sem lhes inscrever molduras de cantaria e caixilharias tradicionais.

Também os ornamentos de pedra ou de argamassa relevada são, tal como nos palacetes, relativamente frequentes uma vez que são propostos nos projetos dos prédios de rendimento em 32% dos casos nas décadas de 1900 e 1920. São compostos essencialmente por mascarões representando figuras mitológicas, figuras femininas, elementos vegetais representando longas folhagens que se desenrolam envolvendo os vãos, e também consolas por vezes ciclópicas. Mais tarde, os pendentos gravados na pedra tornam-se também bastante apreciados.

Muito embora o gosto pela Arte-Nova tenha desaparecido nos países do centro da Europa antes de 1910, em Portugal e particularmente em Lisboa irá perdurar por mais uma década e, mesmo depois de 1920, ainda se encontram elementos decorativos nesse gosto, então já combinados com os do novo estilo Art-Déco.



Nalguns edifícios das Avenidas Novas há torreões, sobretudo nas esquinas, muitas vezes encimados por cúpulas ou por telhados pontiagudos. Situavam-se maioritariamente na avenida da República e davam ênfase aos quarteirões conferindo-lhes unidade e marcando-lhes os limites (fig. 210).

Tal como em Paris, os torreões e as cúpulas vieram associados à arquitetura eclética e depois ao estilo Arte-Nova, os largos vãos de portas e janelas são inscritos em arcos ultrapassados, e o efeito de fachada ondulante, é obtido por volumes em ressalto.

O decreto de 1902, em França, possibilita a “libertação” da cêrcea e das alturas das coberturas<sup>430</sup>, e permite a valorização dos gavetos. Mas se por lá foram construídos principalmente entre 1900 e 1910, só na década seguinte começam a surgir em Lisboa, ainda assim, em pequeno numero. Nas Avenidas Novas só 6% dos prédios edificadas na década de 1910 foram projetados com um torreão encimado por uma cúpula ou um telhado pontiagudo, descendo para 4% na década seguinte.



Fig. 210 – Edifícios de torreão e cúpula na avenida da República<sup>431</sup>.

Fora da zona, na avenida Almirante Reis também se encontra prédios deste tipo, designadamente o número 2-2K que faz gaveto para o Largo de Intendente e que tem projeto do arquiteto Adães Bermudes, datado de 1905, e também o número 31A-31F que torneja para a rua dos Anjos 20 e exhibe elementos decorativos na fachada em estilo Art-Déco, datando o projeto já de 1929.

---

<sup>430</sup> Mignot, Claude. (2004), *Grammaire des immeubles parisiens – six siècles de façades du Moyen Âge à nos jours*. Paris, Éditions Parigramme. P. 42.

<sup>431</sup> A.F.L. Ferrari, Amadeu (194...). Pormenor de fotografia. Documento PT/AMLSB/FER/000198. Cotas: Neg 363, FER000198, B083785, N083785.

Na avenida da Liberdade só foram projetados torreões de cúpula em teatros e em moradias unifamiliares. Destas últimas há que referir o edifício da praça dos Restauradores 46, com projeto de 1910, que torneja para a rua dos Condes 37, o qual, embora destinado a ser unifamiliar, tinha a aparência e podia funcionar como um prédio de rendimento.

Associados por vezes aos torreões, estão os terraços, ora salientes e envidraçados formando marquises, ora abertos e reentrados. Nas Avenidas Novas, foram projetados nos anos de 1900, terraços recuados relativamente ao plano da fachada em 12% dos prédios de rendimento, descendo para 10% na década de 1910, e crescendo para 14% na de 1920.

Os terraços em corpos salientes a partir do primeiro andar (fig.211), encontram-se também em 12% dos projetos de edifícios plurifamiliares na década de 1900, baixando para 6% nos anos de 1910 e subindo para 32% na década de 1920. Parece terem sido introduzidos em Lisboa no início do século vinte, quando estava no auge a sua construção em Paris, Berlim ou Madrid, e quando, na avenida da República, eram erguidos os palacetes. O interesse por essa tipologia arquitetónica decresceu durante o período seguinte que corresponde ao grande impulso construtivo para a classe média, e volta a crescer consideravelmente nos anos vinte, quando, nas capitais europeias, a generalização do uso do ferro e do betão como materiais estruturais, e utilizados por Henri Sauvage e Auguste Perret entre muitos outros, permitiu uma mais fácil concretização de formas arrojadas, até então só conseguidas com grandes investimentos.

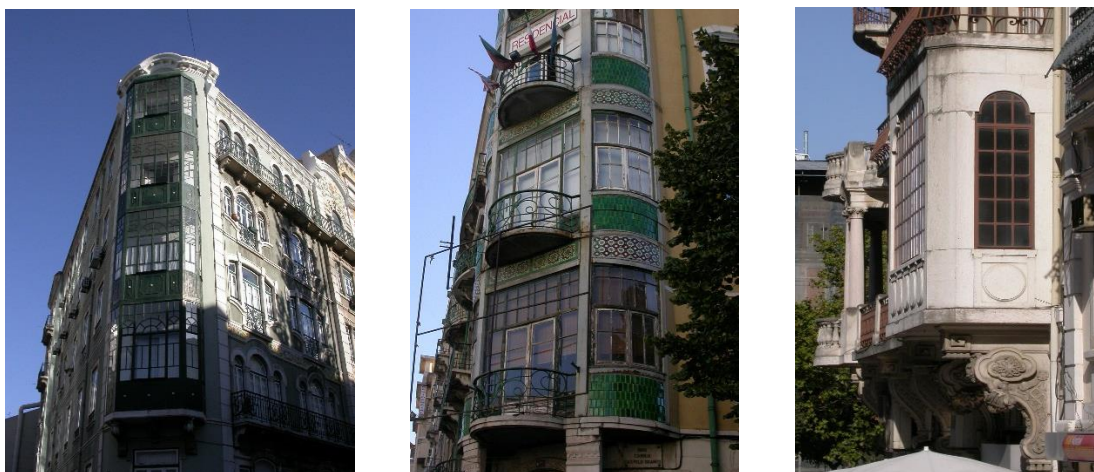


Fig. 211 - À esquerda dois edifícios na avenida Duque de Loulé, com marquises em ferro. À direita, uma marquise em cantaria, na rua Alexandre Herculano 15.

Fora da zona das Avenidas Novas, foi sobretudo no bairro Barata Salgueiro e em particular na rua Alexandre Herculano e ruas envolventes, que mais se concentraram as fachadas com marquises salientes e terraços recuados. São disso exemplo, os edifícios com os números 15-15A, 25-25A e 57-57C da referida rua, o da rua Braamcamp 3-3A que torneja para a rua Duque de Palmela 35-35C e, mais acima na mesma rua Braamcamp, os números 84 e 88. Destes projetos, três são da autoria do arquiteto Ventura Terra que, também ele, estudou em Paris.

Nesta zona, as varandas são encerradas com blocos de cantaria com a face inferior rampeada, mas do outro lado da avenida da Liberdade, na antiga avenida da Índia, hoje avenida Duque de Loulé, em alguns prédios foram projetadas varandas em ferro como no 111-119 que torneja para a rua Camilo Castelo Branco 24-32 (fig. 198).

Nas Avenidas Novas, os terraços envidraçados são dos dois tipos, sendo o de ferro aplicado sobretudo nas esquinas dos prédios, como no da avenida da República 46-46B.

De prédios com terraços recuados relativamente ao plano exterior da fachada (fig. 212) poderá referir-se, como exemplos, os da Rua Braamcamp 84 e 86, construídos em 1907, os da Avenida da República 15, em 1915, e 19-19C, em 1909, e na mesma avenida o número 49 edificado em 1920, todos eles carregados de ornamentos relevados.



Fig. 212 – Terraços recuados relativamente à face exterior da fachada, na rua Braamcamp 84 e 86, avenida da República 15 e avenida da República 49.

Na zona da urbanização de Dona Estefânia/Arroios, há também edifícios de terraços recuados, como o da rua Pascoal de Melo 9-9A ou o da rua Morais Soares 174, construído em 1909, são menos luxuosos e distinguem-se por não terem elementos escultóricos.

Nestes primeiros trinta anos do século vinte, os projetistas ao desenharem as fachadas, deram particular importância à parte superior, junto à cimalha, da qual

apresentam pormenorização em escala ampliada. Não é só aí que se concentram os elementos em cantaria esculpida ou em argamassa moldada, mas, como há sempre uma faixa, um arco ou um pórtico que une, na parte superior, os volumes salientes laterais, também é lugar de eleição para aplicação de elementos decorativos. Mesmo nos edifícios mais modestos há pelo menos, junto à cimalha, o desenho pormenorizado de uma faixa de azulejos, quase sempre representando temas florais. Estas faixas existem em 36% dos prédios de rendimento edificados na década de 1900, em 33% nos dos anos de 1910 e 43% nos dos anos vinte. Por vezes, os azulejos estão também aplicados entre o lintel de um vão e o peitoril do vão do piso acima, ou nos nembos ao nível dos lintéis, não só no último andar, mas também acima do rés-do-chão ou, ainda que mais raramente, na água quebrada da mansarda.

Em contra uso está o revestimento integral da fachada com azulejos padronados, constatando-se que, entre 1900 e 1909, dos edifícios estudados há 20% com fachadas integralmente revestidas a azulejo, enquanto na década seguinte esse número desceu para 8% e dos anos vinte não há nenhum.

A escolha das cimalthas dos edifícios para a colocação de peças escultóricas e faixas de azulejos parece, numa primeira leitura, um tanto descabida já que andando os passantes ao nível da rua não elevariam o olhar para o topo das fachadas escondido pelas copas das árvores. Mas à data em que foram edificados, em largas avenidas onde as árvores ainda não tinham crescido, as cimalthas dos edifícios viam-se de longe e, no conjunto, transmitiam a sua identidade, servindo como referência e sinalética.



Fig. 213 – Monogramas de proprietários, aplicados nas fachadas, em medalhões de cantaria, guarda-corpos de varanda, bandeiras de vidro e almofadas de portas de rua<sup>432</sup>.

---

<sup>432</sup> Da esquerda para a direita, duas fotografias da Praça Duque de Saldanha 12, a tornejear para a avenida Praia da Vitória 44, edifício datado de 1910; uma fotografia da avenida da República 17, edifício datado também de 1910; uma fotografia da avenida Duque de Ávila 15, edifício datado de 1914. A primeira fotografia é um pormenor do Doc.PT/AMLSB/PAG/000307, PAG000307, A9060, N7860, do A. M. Lda. autoria de Paulo Guedes.

O culto da personalidade do proprietário exprimia-se, não só pela acumulação de pormenores decorativos, mas também pela presença de monogramas ora pintados em medalhões, molduras e cartelas moldadas acima da platibanda, ora gravados nos vidros das bandeiras das portas de rua ou mesmo nas almofadas das próprias portas (fig. 202). Dessas pinturas poucas restaram, com o passar do tempo, mudaram os proprietários e apagou-se a identificação, das quais apenas há registo em fotografias antigas. Mas nos portões de ferro mantêm-se, bem como nalgumas varandas e, mais raramente, nos vidros das bandeiras das portas.

Junto ao solo, tal como nas moradias, também nos prédios de rendimento há frestas ou pequenas janelas de arejamento das caves, rasgadas nos embasamentos de pedra, que figuram, em 62% dos casos estudados, nos projetos dos prédios das Avenidas Novas no período de 1900-1909, diminuindo para 22% na década de 1910 e ainda para 14% nos prédios dos anos 20. A esta tendência de redução corresponde um aumento de prédios com atividade comercial no piso térreo que, tendo portas e montras para a rua, não deixam espaço para as fendas de arejamento e assim suavizam o aspeto de fortaleza que os socos de pedra rugosa e as fendas davam à frente edificada.

Mas de todas as componentes decorativas que dão significado às fachadas, são talvez os guarda-corpos e os portões de ferro que melhor as caracterizam e que são frequentemente peças de valor artístico.

No que respeita à fachada posterior, nos dez primeiros anos do século vinte, em 82% dos prédios de rendimento havia uma estrutura de vigas de ferro formando varandas corridas, com bases constituídas de abobadilhas de tijolo e assentes sobre colunas de ferro fundido, e nestas, em 33% dos casos, havia uma escada de serviço também em ferro. Na década seguinte, a percentagem de edifícios com varandas em ferro nas traseiras sobe para 93% dos quais 75% tinham escada de serviço incorporada. Na década de vinte a existência de varandas com estrutura de ferro desce ligeiramente para 86% e as escadas de serviço para 73%.

A legislação impunha a existência das escadas de serviço e proibia o assentamento de pias de despejo no interior das cozinhas, razão pela qual as varandas nas traseiras eram imprescindíveis já que era aí, mesmo junto à janela da cozinha, que ficavam instaladas as pias, primeiro ao ar livre e depois encerradas numa gaiuta de madeira, servindo, nos prédios mais modestos, também como única latrina (fig. 214).



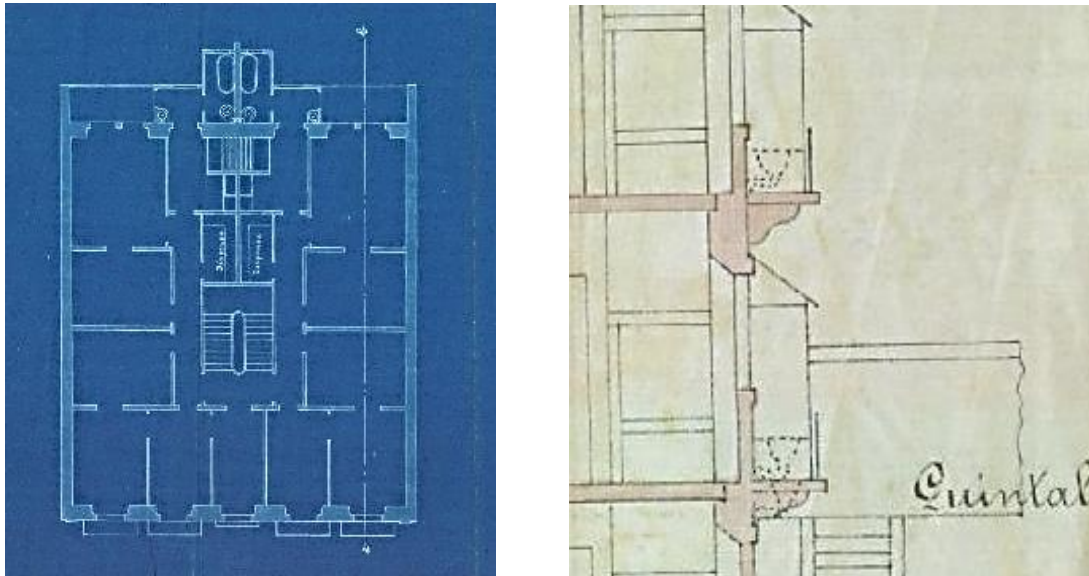


Fig. 214 – Instalações sanitárias e pias de despejo em varandas: À esquerda, planta dos andares da avenida Miguel Bombarda 3, edificado em 1908<sup>433</sup>, onde a casa de banho foi, logo de origem, projetada na varanda. À direita, corte representando pias de despejo encerradas em gaiutas, na varanda das trazeiras de um prédio localizado na rua Gil Vicente, e datado e 1899<sup>434</sup>.

A partir de 1906, em alguns grandes fogos como os da avenida da República 46 e 46-B, figuram em planta duas gaiutas na varanda tardez, ficando separadas as duas funções, a primeira localizada a um lado da porta da cozinha a abrigar a pia de despejos, e a outra, localizada do lado oposto, como latrina do pessoal de serviço doméstico.

Em 1908, nos projetos dos prédios localizados na avenida Miguel Bombarda 3 e na avenida Visconde Valmor 38-38A, mais modestos do que os anteriores, já figuram na varanda as instalações sanitárias completas do fogo, com latrina e banheira, passando a pia de despejos a servir só a cozinha (fig. 214). Esta disposição será muito usada nos anos trinta, sobretudo nos fogos de menores áreas pela vantagem de reunir as canalizações dos esgotos num único tubo de queda.

A maioria das varandas de ferro era aberta, mas em alguns projetos está já representado o encerramento com caixilharia de ferro, envidraçada, provavelmente por motivos de defesa da privacidade e também como processo de climatização natural. Na

<sup>433</sup> Obra 16355; Vol.1; Proc. 663/DAG/PG/1908 - T. 1; P. 2.

<sup>434</sup> Obra 29504/Proc. 138/DAG/PG/1899 – T. 1 ; P. 2. Pormenor. A. M. L.

maioria dos casos, o encerramento das varandas será feito posteriormente, eventualmente durante a obra, não figurando sempre nos projetos.

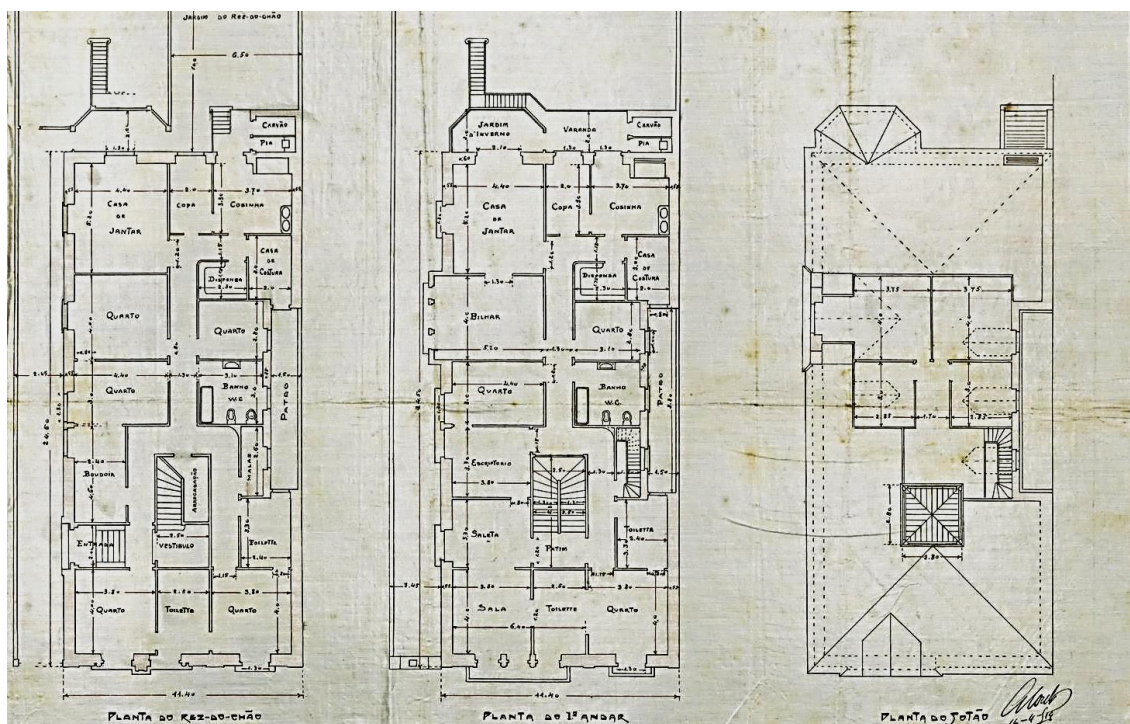


Fig. 215– Plantas dos fogos da avenida Barbosa do Bocage 96, edifício datado de 1919<sup>435</sup>. Vê-se, nas traseiras, o corpo de “bow-windows” para onde abrem as casas de jantar.

Ainda na fachada posterior ou, mais raramente, na empena dos edifícios destinados a classes altas, está representado um “bow-window”, um tipo de marquise prismática para onde abre a casa de jantar (fig. 215). Estando quase sempre a casa de jantar localizada na zona da habitação que confinava com o logradouro e tendo vista também sobre as traseiras dos prédios vizinhos, o “bow-window” designado nos projetos por jardim de inverno, tinha uma função de cenário verde de onde se podia apreciar o jardim ou, na falta deste, onde eram dispostas plantas exóticas envazadas que cobriam a desagradável vista sobre a vizinhança.

Na década de 1900, só 4% dos prédios estudados tinham um jardim de inverno na casa de jantar, fosse ele em “bow-window” ou em simples marquise paralelepípedica. Nos anos de 1910 passam a ser 7%, e, nos anos vinte, a percentagem aumenta consideravelmente, passando a 23%. É o período em que mais vezes ocorre, mas

<sup>435</sup> Obra 39036; Proc.6855/1ªREP/PG/1919; P.5. A.M.L.

significará tal facto uma melhoria da qualidade dos fogos habitacionais? Como veremos adiante, a resposta é sim e não, porque se em certos aspetos se verifica uma melhoria da qualidade de vida, noutras há perdas.

Na zona das Avenidas Novas, há grande disparidade no que respeita à qualidade dos fogos habitacionais dos prédios de rendimento, que se traduz antes do mais nas diferenças das áreas e do equipamento sanitário (quadro 32).

Dos lotes inicialmente definidos pela equipe de arquitetos municipais chefiados por Ressano Garcia, os de uma só frente de rua, tinham normalmente de largura da fachada entre 14 e 19 metros. Os que ocupavam os gavetos eram maiores, tinham duas frentes de rua que oscilavam entre os 18m e os 25m. Aconteceu serem os talhões, por vezes, divididos ao meio para a construção de dois prédios no espaço onde só um estaria previsto. Assim, há um número considerável de prédios com larguras de fachada entre os 7 e os 8 metros, em que os fogos têm áreas brutas inferiores a 120 m<sup>2</sup>. É o caso dos prédios localizados na “(...) avenida Elias Garcia, talhão n.º 81, consta de dois prédios contíguos (...)”<sup>436</sup>.

Há 23 fogos com áreas brutas entre os 300 m<sup>2</sup> e os 620m<sup>2</sup>, grandes áreas destinadas a famílias numerosas com vários serviços e grandes disponibilidades financeiras, mas também há 15 fogos com áreas brutas entre os 70 m<sup>2</sup> e 120 m<sup>2</sup>, e foi nestes últimos que os técnicos do município centraram a atenção, quando apreciaram os projetos, afim de assegurarem os princípios básicos de higiene e salubridade. De resto, essa atitude estende-se a toda a cidade.

Assim, em 1900, nas condições de aprovação do projeto do prédio a construir na rua Passos Manuel 84, no bairro Dona Estefânia, é referida a necessidade de supressão das “divisórias marcadas com cruzetas e abrindo portas ou bandeiras nos sítios designados nas plantas (...) para não ficarem casas com menos do que segunda luz (...)”.

Esta preocupação de assegurar a iluminação natural dos compartimentos interiores pela abertura de vãos ou pelo menos a colocação de bandeiras envidraçadas, denota a importância dada à luz solar e ao arejamento como fatores de salubridade. No entanto, nas Avenidas Novas da década de 1900 há, em média, 1,2 compartimentos interiores por fogo, sem contabilizar despensas ou armários. Na década seguinte, mantém-se o mesmo número, e na década de 1920 aumenta mesmo para 1,3. A existência destes quartos escuros e abafados deve-se ao facto dos talhões serem estreitos e cada vez mais profundos

---

<sup>436</sup> Obra 26261; Proc.6247/1ªREP/PG/1913; P.3. A.M.L.



e, muito embora se tivesse generalizado o uso do saguão, já que na década de 1910 havia em média 1,3 saguões por edifício, a verdade é que continuava a haver quartos sem janela.

Por outro lado, a organização do espaço interior dos fogos de rendimento era condicionada pela existência de um corredor que atravessava todo o espaço, e para onde abriam as portas de todos os compartimentos. Ainda assim, o número médio de troços de um corredor, vai passando, de 1900 a 1930, de 2,1 para 1,7, e depois, já na década de 1920, para 1,3, o que demonstra a interiorização da necessidade de alteração do paradigma, por parte dos donos da obra e dos projetistas.

Caraterísticas interiores dos edifícios das Avenidas Novas										
Valores médios - Décadas de 1900/1910/1920										
Década	Número e tipologia de prédios	Área bruta /fogo (m <sup>2</sup> )	Divisões / fogo	Divisões sem janela/fogo	Troços de corredor	I.S.		Pias de despejo		Traçado de esgotos
						Latrina	Banheira	Varanda	Cozinha	
1900 - 1909	33 fogos em prédios de rendimento	253	11	1,2	2,2	99%	70%	100%	3%	21%
	13 fogos em moradias unifamiliares dos tipos 1 e 2	538	17	0,23	3,3	100%	44%	66%	50%	30%
1910 - 1919	90 fogos em prédios de rendimento	210	11	1,22	1,7	98%	80%	100%	5,6%	22%
	11 fogos em moradias unifamiliares dos tipos 1 e 2	422	20	0,72	2,7	100%	88%	77%	44%	0%
1920 - 1929	28 fogos em prédios de rendimento	206	11	1,3	1,3	100%	92%	100%	0%	10%
	2 fogos em moradias unifamiliares dos tipos 1 e 2	240	10	0	0,5	100%	50%	50%	0%	0%

Quadro 32 – Valores médios dos elementos caracterizantes da compartimentação do espaço e da salubridade dos fogos habitacionais de 1900 a 1929<sup>437</sup>.

<sup>437</sup> Ver Volume Anexo, pp. 410-419.

Outro requisito para o licenciamento de projetos era o do pé-direito do rés-do-chão e do primeiro andar não ser inferior a 3,25 metros, passando a ser de 2,85 no segundo andar e de 2,75 metros no terceiro andar. Embora o Regulamento de Salubridade de Edificações Urbanas não admitisse a utilização do sótão como espaço habitacional, a realidade é que os técnicos municipais toleravam esse tipo de ocupação desde que os compartimentos do sótão tivessem uma altura mínima de 3 metros na parte mais alta.

A caixa de ar entre o solo e o piso do rés-do-chão não deveria ter uma altura inferior a 0,60 metros.

Quanto à distribuição das funções no espaço dos fogos habitacionais para arrendamento, houve várias tipologias dependendo da configuração e área dos talhões.

Há um tipo de planta com largura de fachada de 14 a 19 metros, que poderá corresponder ao talhão original. Dentro deste tipo, estão as plantas de um só fogo por piso, com uma profundidade média, de 23 metros, onde, para evitar os compartimentos interiores, foi previsto um saguão em cada empena. Dos prédios edificadas na década de 1900, cerca de 24% tinham plantas com esta configuração, 38% na década de 1910, e 27% nos anos 20.

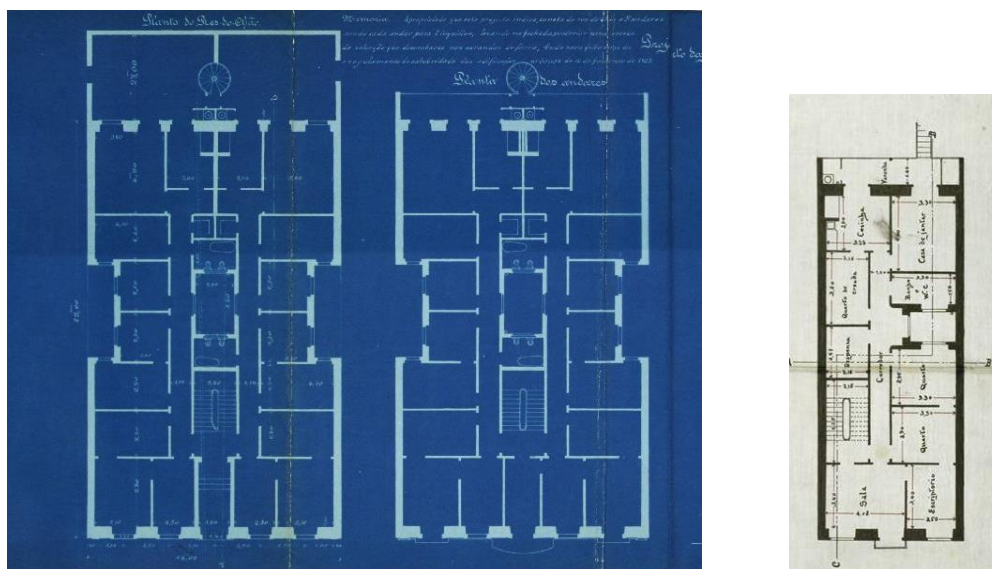


Fig. 216 – Plantas de dois andares em talhão inteiro e de outro andar em meio talhão, todos com dois fogos por piso. À esquerda plantas do prédio da avenida Visconde Valmor 32<sup>438</sup>, com dois

<sup>438</sup> Obra 28123; Vol.1; Proc. 6323/1<sup>o</sup>REP/PG/1908-T.1; P.2. A.M.L.

fogos por piso em talhão inteiro. À direita, planta do 1.º andar da avenida João Crisóstomo 61, de um só fogo por andar, em talhão subdividido<sup>439</sup>.

Projetados para talhões semelhantes foram os prédios com plantas de dois fogos por piso e com escada central (fig. 216, à esquerda), que constituem 39% dos edifícios de rendimento dos anos 1900, 24% dos de 1910 e 21% dos de 1920.

Outro tipo de planta é a que ocupa metade de um talhão, com frentes de 7 a 10 metros, e que tem apenas um fogo por piso com áreas úteis inferiores aos dos andares subdivididos, já que, onde havia uma só caixa de escada a servir dois fogos, há agora duas a ocupar espaço (fig. 216, à direita). Constituem 9% dos casos nos anos 1900, subindo para 40% na década de 1910, e passando para 30% na década seguinte.

Constata-se, portanto, que os prédios com frente de 14 a 19 metros, com dois fogos por piso foram, em percentagem, os mais edificadas na década de 1900, e que os de um fogo por piso foram os mais numerosos na década de 1910. Quanto aos talhões subdivididos, com frentes entre os 7 e os 10 metros de largura, edificadas com um só fogo por piso, foram também mais numerosos na década de 1910. O que esta realidade traduz é que a construção de edifícios com um só fogo por piso, com frente de sete ou oito metros de largura, ou seja, fogos estreitos e de menor área, que nos anos de 1900 eram escassos, aumentou consideravelmente na década de 1910. Dirigiu-se a potenciais proprietários e inquilinos que já não estavam entre os novos ricos da sociedade lisboeta, mas pertenciam, isso sim, a uma classe média ou mesmo média-baixa. Essa tendência poderá explicar-se pela crise económica que o país viveu durante a primeira grande guerra.

Ao comparar as tipologias das plantas de fogos verifica-se que a disposição das funções no espaço é aproximadamente a mesma nos prédios de dois fogos por piso em talhão inteiro, e nos de um só fogo por piso em talhão subdividido (fig. 216), a qual consta de uma ou duas saletas e de um escritório com janelas para a rua, e ao fundo, com janelas para as traseiras, a casa de jantar que é a divisão mais ampla, ao lado a cozinha, enquanto na parte central ficam os quartos, alinhados a um lado do corredor, alguns com janela para o saguão. Do outro lado do corredor, no prédio da esquerda, estão posicionadas as instalações sanitárias equipadas com retrete, bidé e banheira, com janela para o saguão central, e no da direita, uma despensa e o quarto das criadas, este sem janela. Nas traseiras um terraço corrido, com uma gaiuta que encerra a pia de despejos, e uma escada de emergência.

---

<sup>439</sup> Obra 2282; Proc. 4905/1ªREP/PG/1913; P. 4. A.M.L.

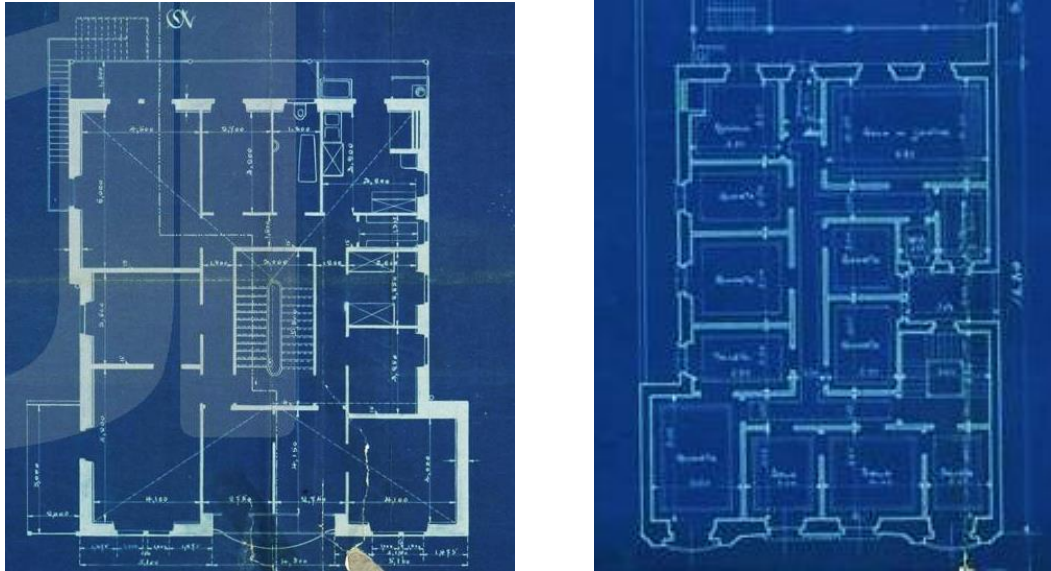


Fig. 217 – Plantas de um único fogo por piso em talhões inteiros. À esquerda, avenida da República 87<sup>440</sup>, projeto de 1908, com 15 m de largura de fachada, à direita, avenida Elias Garcia 69-75, de 1917, com largura de fachada de 14 m.

Quando, num talhão inteiro, os edifícios têm um só fogo por piso (fig. 217) e saguões ou passagens laterais, todos os compartimentos têm janela. Tendo em conta esse facto, e sendo as áreas muito maiores, a repartição dos compartimentos poderia ter sido outra, mas tal não aconteceu, continuou a haver um corredor dividido em vários troços ao longo do qual as divisões ficaram alinhadas de um lado e do outro. O que os distingue dos pequenos fogos é o maior número de salas, saletas e quartos, mas a disposição segue o mesmo esquema.

Nos prédios da avenida Elias Garcia 8 e da avenida da República 97 (fig. 218), ambos da década de 1920, e ambos construídos em talhões inteiros, com frentes de rua de cerca de 11 e 13 metros respetivamente, vê-se que o primeiro tem pouca profundidade, cerca de 12 metros, e essa pequena área é ainda dividida por dois fogos por piso, enquanto o segundo com uma profundidade 44 metros, ocupa quase todo o espaço de logradouro.

No primeiro, os fogos têm áreas brutas de 70 e 77 metros quadrados, enquanto os fogos do segundo têm cerca de 500 metros quadrados, no entanto, na distribuição da compartimentação dos fogos e atribuição das funções, não há diferenças substanciais, para além das divisões serem mais ou menos amplas, o seu número ser maior ou menor,

<sup>440</sup> Obra 27356; Proc. 4992-1ªREP-PG-1906; P. 2. A.M.L.

e os pormenores de acabamento mais luxuosos, com um torreão a possibilitar a ampliação do espaço da sala, e um “bow-window” na casa de jantar.

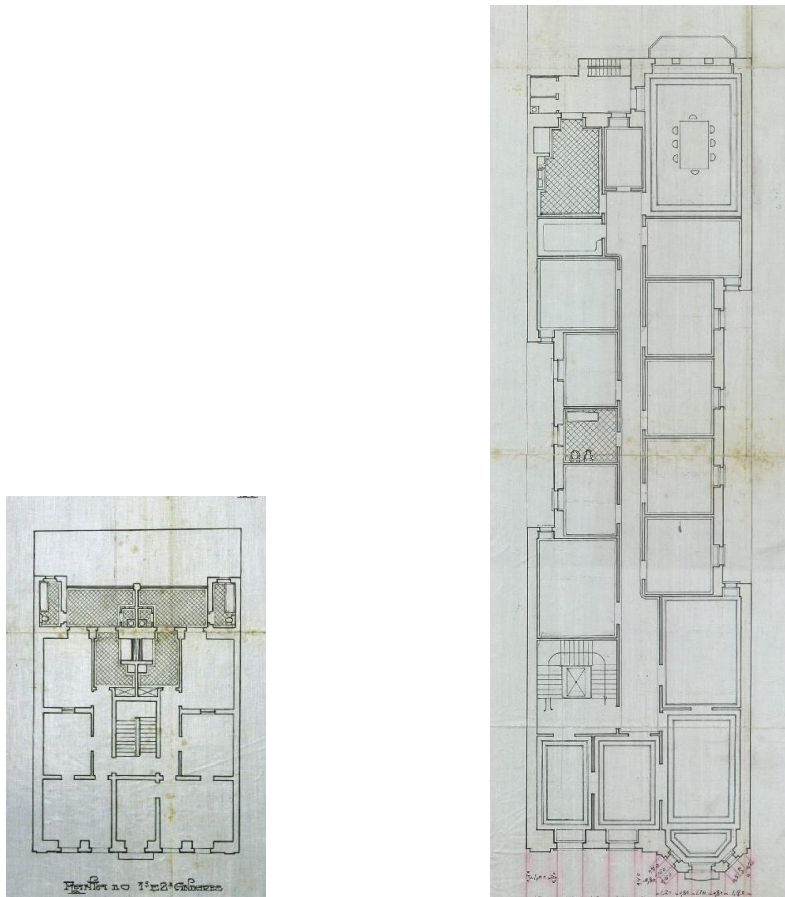


Fig. 218 – Em talhões com a mesma largura os fogos podem ter áreas muito diferentes. À esquerda, planta de um andar com dois fogos por piso, de 1929, na avenida Elias Garcia 8<sup>441</sup>,. À direita, na avenida da República 97 <sup>442</sup>, edifício com um único fogo por andar, datado de 1922.

Em ambos os fogos, ainda que dirigidos a moradores de classes que pertenciam quase aos extremos da pirâmide social, há um corredor central, divisões destinadas à sociabilidade junto à fachada principal, espaços destinados à preparação e toma das refeições junto à fachada posterior e, entre os dois, o espaço privado dos quartos de dormir.

As instalações sanitárias, contudo, ocupam zonas diferentes. Nos fogos de áreas diminutas há uma casa de banho com banheira no terraço das trazeiras, enquanto no

<sup>441</sup> Obra 41528; Vol.1; Proc. 16139/SEC/PG/1929-Tomo 1; P.4. A.M.L.

<sup>442</sup> Obra 5767; Volume 1; Processo 2677/DAG/PG/1922 - Tomo 1; Página 7. A.M.L.

grande fogo da avenida da República, está situada entre os quartos, mesmo na parte central do espaço privado, e tem janela para um saguão corrido para onde também abrem as janelas dos quartos. Neste último caso, trata-se uma casa de banho ampla que servia os donos da casa, enquanto a que se destinava ao pessoal de serviço doméstico, se resumia a uma latrina e estava encerrada numa gaiúta, no terraço a tardóz.

Para além destas tipologias construídas nas frentes das avenidas, há as das plantas dos prédios construídos nos talhões situados nos gavetos, com frentes para duas ruas, que têm uma configuração próxima da do quadrado e maiores áreas, pelo que a superfície de cada piso se divide, quase sempre, em dois ou mesmo três fogos, raras sendo as exceções. Contudo, em alguns prédios havia um único e grande fogo por piso (fig. 219).

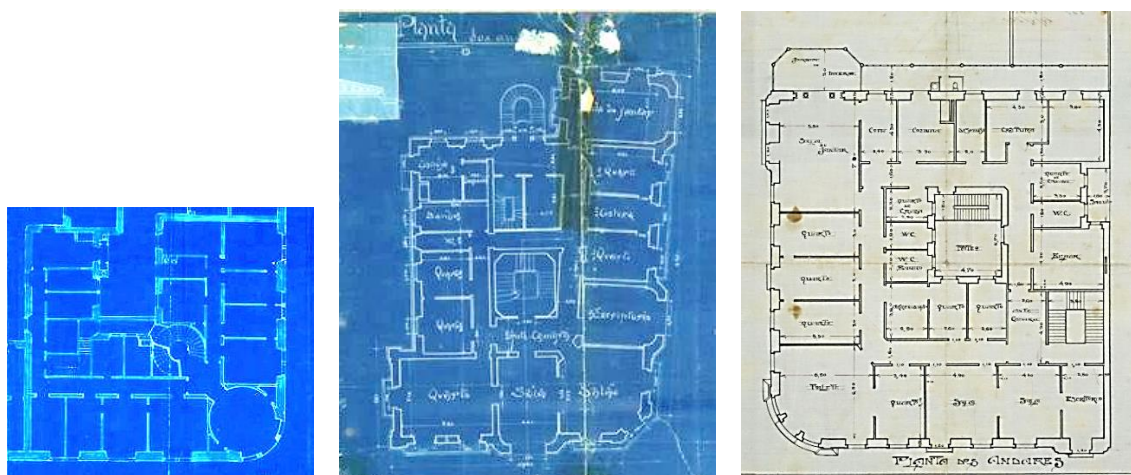


Fig. 219 – Plantas de um só fogo por piso, em talhões de gaveto. Da esquerda para a direita, na avenida da República 46 a tornejear para na avenida Elias Garcia<sup>443</sup>, datado de 1906, na avenida da República 23-23A com esquina para a avenida João Crisóstomo 19<sup>444</sup>, de 1911, e na Avenida Miguel Bombarda 12-14A com esquina para a avenida da República 37-37A<sup>445</sup>, de 1917.

Foram poucos os edifícios deste tipo, quase todos na avenida da República, já que numa boa parte dos talhões de gaveto foram construídos palacetes, mas, ainda assim, são deles exemplo o da avenida da República 46 que torneja para a avenida Elias Garcia, o da avenida da República 23-23A que torneja para a avenida João Crisóstomo 19, e o da avenida da República 37-37A com esquina para a avenida Miguel Bombarda 12-14A.

<sup>443</sup> Obra 10417; Vol.1; Proc.3094-DAG-PG-1906\_T1; P. 2ª. Pormenor. A.M.L.

<sup>444</sup> Obra 22019; Vol. 1; Proc. 6827/1ª REP/PG/1911-T.1; P.2. A.M. L.

<sup>445</sup> Obra 25717; Processo 6029/DAG/PG/1920; P.3. A. M. L.



Nos três casos havia um único fogo por piso, com grandes áreas brutas, de 460 m<sup>2</sup> no primeiro caso, de 535 m<sup>2</sup> no segundo e 618 m<sup>2</sup> no terceiro.

Também nos três edifícios o eixo constituído pela porta de entrada e pela caixa de escada, está diferentemente posicionado. No primeiro edifício ocupa uma posição diagonal, no segundo é perpendicular à fachada principal e ocupa o centro, no terceiro, está encostado à empena.

São diferentes, também, as posições dos saguões que, no primeiro e no terceiro caso ocupam o centro, alinhando-se um certo número de pequenos compartimentos à sua volta, enquanto no segundo caso o saguão é lateral e o corredor envolve a caixa de escada, estando todas as divisões encostadas às paredes periféricas e, assim, todas com vãos para o exterior.

Na planta do edifício da avenida Miguel Bombarda 12-14A estão assinaladas as funções de cada divisão e constata-se que as divisões adjacentes ao saguão central têm vãos de janela, excetuando duas, uma arrecadação e um quarto de criada.

As que têm janela para a avenida da República e têm portas em enfiamento, são um escritório com porta de acesso direto da escada, e duas salas contíguas. A estas segue-se um quarto com porta direta para a divisão que ocupa a esquina e que, por ter uma área superior a todas as outras, tudo levaria a crer fosse uma sala, mas não, está designada por “toilete”, ou quarto de vestir. Para a avenida Miguel Bombarda dão mais três quartos comunicantes entre si, e ao fundo, a sala de jantar onde se abre, ao topo, um largo vão de acesso à marquise compartimentada para proporcionar um “jardim de inverno”. Ainda adjuntas à fachada posterior e com janelas ou portas para a marquise, há uma copa, a cozinha, uma despensa, um quarto de costura, e uma divisão sem designação. Junto à empena há outro quarto de criada, outra instalação sanitária, e uma sala de bilhar, as três divisões com janela para um pequeno saguão. Todas estes compartimentos têm acesso por um enorme corredor central de quatro troços ligados entre si, com 1,6 m de largura que, junto à porta de patim se alarga para formar uma antecâmara ou vestíbulo.

No pátio central há uma escada de serviço, e na marquise corrida, junto à cozinha, está representada uma pia de despejo e uma gaiuta com latrina.

Também neste fogo, as funções estão separadas, com a zona social virada para a avenida da República, a zona privada de quartos e de casa de jantar, virada à avenida Miguel Bombarda, e a zona de serviços distribuída pelas traseiras e pela zona interior. Mais uma vez, em teoria, seria possível a coabitação dos donos da casa e dos serviços no

mesmo fogo sem que se cruzassem, e receber visitantes sem que devassassem o espaço privado dos moradores.

Ainda em talhões de gaveto, mas de configuração triangular, nos locais onde duas ruas convergem formando entre elas um ângulo agudo, foram projetados edifícios em que as esquinas das fachadas biseladas ou curvas, sugeriam outro tipo de distribuição do espaço. Há alguns prédios deste tipo nas Avenidas Novas, mas também noutras zonas da cidade como no bairro Maria Andrade, no bairro Camões e na avenida Almirante Reis, entre outras.

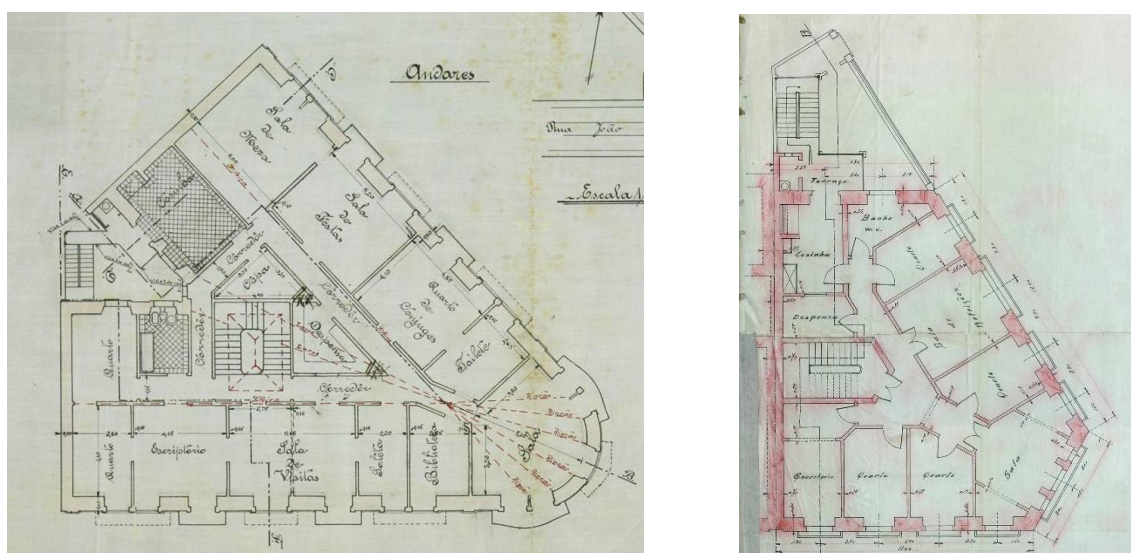


Fig. 220 – À esquerda a planta dos andares na avenida João Crisóstomo 48-48H; avenida Conde Valbom 1-19<sup>446</sup>. À direita planta do 1.º andar da avenida Almirante Reis 162-162D; Rua Eduardo Brasão 1-1D<sup>447</sup>.

Comparando duas plantas de fogos em edifícios construídos em talhões triangulares, localizado um na esquina da avenida João Crisóstomo para a avenida Conde Valbom e o outro na confluência da avenida Almirante reis com a rua Eduardo Brasão (fig. 220), percebe-se que no primeiro, projetado em 1918, a porta de rua, o átrio e a caixa de escada estão localizados perpendicularmente à fachada da avenida João Crisóstomo e sensivelmente a meio, enquanto no segundo a porta de entrada está situada na esquina e

<sup>446</sup> Obra 33022; Vol. 1; Proc. 3032/1ªREP/PG/1918-T.1; P. 17. A. M. L.

<sup>447</sup> Obra 40950; Vol. 1; Proc. 12649/DAG/PG/1929-T.1; P. 10. A. M. L.



o eixo átrio/caixa-de-escadas ocupa a bissetriz do ângulo agudo. Apesar disso, a compartimentação dos fogos não difere muito nos dois casos, sendo a divisão de gaveto designada por sala.

Quanto às outras divisões, as que têm janela para a rua são, no primeiro caso, um quarto, um escritório, uma sala de visitas e uma saleta, com vãos em enfiamento, uma biblioteca, o quarto dos cônjuges com porta para uma sala de toilette, uma sala de festas e uma sala de mesa ou de jantar. No segundo caso, para além da sala de gaveto há um escritório, uma sala de refeições e quatro quartos.

Na zona central do fogo, com janelas para o saguão, ficaram a cozinha, uma instalação sanitária com equipamento completo, e um quarto. No saguão, uma varanda em ferro de onde se acede à escada de serviço. O corredor em laço, envolve a caixa de escada, a copa e a despensa.

Neste fogo, o que surpreende é a enorme dimensão dos espaços sociais quando comparados aos espaços privados, e também a sua interligação. Por um lado, há apenas um grande quarto, o denominado “quarto dos cônjuges” situado entre os salões, por outro lado, o escritório comunica com dois pequenos quartos que seriam destinados ao pessoal de serviço doméstico. É uma divisão do espaço ostentativa, onde o espaço social ocupa quase toda a área, em detrimento da área privada.

## **8.2. As habitações populares, nas primeiras décadas do século vinte.**

A população de Lisboa quase duplicou durante os primeiros trinta anos do século vinte. Se em 1900, na cidade de Lisboa, viviam 336.009 habitantes, em 1911 esse número subiu para 435.359, e em 1920 para 486.372. Cinco anos depois, em 1925, a população tinha ainda aumentado de 43.152 habitantes, passando a 529.524.<sup>448</sup>No censo de 1931, no concelho de Lisboa, havia 587.334 habitantes.

Este acréscimo populacional deveu-se sobretudo à deslocação de pessoas do campo para a capital, procurando emprego, na indústria e na construção civil, nos trabalhos de movimentação de terras para o loteamento dos terrenos agrícolas, e de edificação dos prédios nas áreas definidas nos planos de urbanização dos novos bairros, mas vieram também empregar-se no pequeno comércio e no trabalho doméstico.

---

<sup>448</sup> A. d. (1926). *Censo extraordinário da população das cidades de Lisboa e Porto – 1 de Dezembro de 1925*, República Portuguesa, Ministério das Finanças, Direção Geral de Estatística. Imprensa Nacional, Lisboa. P. 6.

Em 1890, eram 43,56% os habitantes de Lisboa naturais de outro concelho, em 1900 eram 47%, em 1911 a percentagem sobe para 49,48%, e em 1925 esse número cresce ainda para 50,53%<sup>449</sup>. Mais de metade da população da cidade de Lisboa era constituída por pessoas que tinham migrado do campo para a cidade.

Estimou-se que, em 1911, 45% dos habitantes de Lisboa com atividade profissional fossem operários<sup>450</sup>.

As condições de habitação de toda esta gente recém-chegada, eram péssimas. Algumas pessoas procuraram trabalho e abrigo junto de conterrâneos que já habitavam na cidade, nos bairros antigos e degradados de Alfama, Castelo, Mouraria, Bairro Alto e Madragoa, onde foram desempenhar tarefas em pequenos comércios. Essas ou dormiam nas próprias lojas, ou nas águas furtadas. Outras, na maioria mulheres, vieram para o trabalho doméstico habitando na casa patronal, e alguns homens serviram como porteiros e jardineiros nos edifícios mais luxuosos das Avenidas Novas, do bairro Barata Salgueiro, ou do bairro Camões, habitando em minúsculos espaços para esse fim destinados, nas caves ou nos vãos de escadas.

Há relatos de sobreocupação do espaço dos fogos então existentes nos bairros históricos centrais. No do Castelo, intramuros, foram recolhidos depoimentos de moradores que descreveram as condições de vida já no início da década de 1930, onde, numa área de 20 m<sup>2</sup>, viviam oito pessoas, das quais, dois casais, um de arrendatários e o outro de subarrendatários, cada qual com dois filhos<sup>451</sup>. Noutro caso, é descrita a ocupação de um piso em águas furtadas, onde o esconso limitava ainda mais as áreas, e que foi, nos anos vinte, ocupado por uma família de treze pessoas, os progenitores e onze filhos.

Ao incómodo da sobrelotação do espaço, acrescia o facto de, em muitas casas não haver água canalizada.

Em 1906, o inspetor geral das obras públicas, atribuía as altas taxas de mortalidade às más condições de habitação dos mais pobres, e propunha a expropriação dos alojamentos irrecuperáveis devido à vetustez, tendo em vista a sua demolição, sem alternativa de realojamento dos habitantes. Os alojamentos degradados e sobrelotados,

---

<sup>449</sup> Ibidem.

<sup>450</sup> Ramos, Rui (1994). *História de Portugal direção de José Mattoso*, sexto volume: A Segunda Fundação (1890-1926). Edição Círculo de Leitores, p. 447.

<sup>451</sup> Brito, Carla (2001), Mafalda Enes Dias, Rui Matos, Alexandra Gaspar, Ana Gomes. *Um Olhar sobre o Castelo de São Jorge – Século VII a.C.- Século XX*. Coordenação Clara Vieira. Edição Câmara Municipal de Lisboa. P. 45. Depoimentos recolhidos por Carla Brito.

considerava ele, não só provocavam a disseminação de diversas doenças endémicas como levavam “à podridão moral” consequência de “uma promiscuidade de sexos inteiramente condenável (...) uma escola de vício (...)”<sup>452</sup>. Em conclusão, os pobres eram, na sua opinião, um perigo para a saúde pública.

O alojamento tradicional das famílias pobres era nas águas-furtadas dos edifícios, mas o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, de 14 de Fevereiro de 1903, ao estabelecer uma altura mínima de 2,75 m e uma cubicagem de 25 m<sup>3</sup> para os quartos de dormir, bem como a imposição de todos terem janela, levou a que poucos fossem os prédios novos onde, em projeto, fossem previstos alojamentos no desvão do telhado.

Assim, os que conseguiram emprego na construção das novas urbanizações, agruparam-se em bairros de barracas feitas essencialmente de tábuas e chapas de zinco, que instalaram em zonas não demasiado afastadas dos locais de trabalho, e sem as mínimas condições de salubridade.

Há referências a vários bairros de barracas, como o das Minhocas ao Rego que será substituído pelo da Quinta da Calçada em 1939, o do Casal Ventoso, o do Casal das Andorinhas a Sete Moinhos, o bairro de Santa Ana ao Vale de Alcântara, o bairro da Estrangeira de Cima, o que ficava ao norte do cemitério da Ajuda, o bairro Chinês a Marvila, e muitos mais haveria.

Outros ainda, encontraram um ganha-pão na indústria, nas fábricas localizadas, sobretudo, nos bairros orientais de Xabregas e Marvila, na zona de Alcântara, e também em Arroios e na Graça.

Se já nos anos de 1880 e 1890 tinham sido edificadas casas para os operários nestas zonas, durante as primeiras três décadas do século vinte, muitas mais foram construídas, quase sempre no interior dos quarteirões por forma a rentabilizarem um espaço que já não se usava como quintal, e a não serem vistas da rua para não comprometerem, pela má aparência, a qualidade da paisagem urbana e o espaço público.

No interior do quarteirão onde se situava o palacete de Feliciano Maria da Luz, e dele distando uns cento e cinquenta metros, há um outro pátio, denominado Vila Luz, com acesso por um caminho privado a partir da Rua Pascoal de Melo (fig. 221).

É um pátio porque foi construído no interior de um quarteirão, nas traseiras de prédios, e sem fachadas para a rua, em duas correntezas, deixando entre elas um largo espaço confinado. Mas chama-se vila porque é constituído por pequenas casas projetadas

---

<sup>452</sup> Montenegro, Augusto Pinto de Miranda (1906), *O Saneamento de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, pp.12-24.

como um conjunto, com arquitetura idêntica e implantadas em banda. O que distingue os pátios das vilas parece ser o facto de os primeiros serem construídos casa a casa em logradouros de prédios já existentes, com ou sem projeto tipo, mas não formando um conjunto estruturado, enquanto as segundas têm um tratamento arquitetónico integrado que lhes confere uma imagem de conjunto. Neste último caso, o pátio que fica entre as casas é designado por rua particular.

Tal como os prédios confinantes e o palacete da esquina, esta vila foi mandada edificar por Feliciano Maria Luz Mourel que lhe deu o nome. Num mesmo quarteirão foram então construídas de raiz, a habitação da capitalista promotora do empreendimento, os prédios de rendimento destinados às famílias de classe média e, no interior do quarteirão, uma vila para os menos abonados. Esta mistura social no espaço de um quarteirão, era característica do bairro de Dona Estefânia/Arroios, onde, logo a baixo, no largo de Arroios, viveu até 1917 o segundo Conde da Guarda, no seu casarão de dezenas de divisões, e quase defronte, no velho solar dos Manoel de Vilhena, vivia ainda, à data, uma sua descendente. Diversas classes sociais partilhavam assim o espaço do quarteirão, a vizinhança e o bairro, contrariando as diretivas ideológicas expressas por Pézerat na década de 1860, de um zonamento por camadas da pirâmide social.



Fig. 221 – Vila Luz, à esquerda no levantamento de 1910 e, à direita, numa vista aérea atual.

Na figura 221 vê-se representada, na imagem da esquerda, a Vila Luz na planta 1910<sup>453</sup>, já com as duas bandas edificadas atrás dos prédios que tinham frente para a rua,

---

<sup>453</sup> Viegas, Inês Morais, e Alexandre Tojal, coordenação. *Catálogos do Arquivo Municipal de Lisboa. Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*. Júlio Silva Pinto e Alberto Sá Correia, Planta 11J. Edição Câmara Municipal de Lisboa. P. 132

com os telhados representados a rosa nas casas de um só piso, e a cinzento nas casas de dois pisos. Também elas tinham minúsculos logradouros sendo tratadas como miniaturas. Vê-se os quintais dos prédios de rendimento envolvendo a vila, que eram então ajardinados e que são hoje, tal como o pátio, lugares de estacionamento automóvel, diminuindo consideravelmente a qualidade ambiental.

Apesar da reduzida dimensão das habitações, na Vila Luz o pátio exterior era desafogado e envolvido por logradouros também eles ajardinados estando longe das descrições de habitats insalubres denunciadas nesses anos de 1880 e 1890 pelos políticos e jornalistas da época como Augusto Fuschini ou Teixeira Bastos. Este último, no seu artigo sobre as habitações operárias, elenca os vários tipos de casas destinadas ao proletariado, desde o tipo mulhusiano que consistia em “casas independentes e isoladas para uma só família”, à habitação caserna, passando por “casas agrupadas de duas a duas ou de quatro a quatro, mas tendo cada uma entrada separada, os bairros operários, etc.” Refere também um outro modelo construído na Suíça, que alojava quarenta famílias e era constituído por dois edifícios onde cada família habitava num fogo separado dos outros por um corredor, e dispunha de uma sala, dois ou três quartos, uma cozinha, uma cave, um telheiro para a lenha e um pequeno quintal<sup>454</sup>. E acrescenta, “(...) diz Lavollée que todos estes melhoramentos têm sempre em vista a caridade inteligente e o lucro bem entendido”.

A “caridade inteligente”, aos olhos do promotor de habitação para os operários, produzia lucros de várias proveniências. Desde logo a maior produtividade no local de trabalho, sendo que, morando o operário na proximidade, perdia menos tempo e energias no trajeto, e, porque dependendo o direito à habitação da produtividade na empresa, o operário teria que se esforçar ao máximo para não perder o emprego e com ele também a casa. Depois porque, como muito bem explica Teixeira Bastos, as casas alugadas a um preço baixo, mas ainda assim exagerado para o investimento feito, davam lucro a curto prazo. Era sempre a ganhar.

Por isso não é de estranhar que em Arroios, onde havia várias fábricas em laboração e grandes áreas a urbanizar, tivessem proliferado os pátios e as vilas destinados a operários. Para além dos dois já mencionados foram depois construídos, na zona da urbanização dos Linhares, a Vila Paulo com entrada pela travessa Rebelo da Silva, a Vila

---

<sup>454</sup> Bastos, Teixeira, “Habitações Operárias” em *O Ideal Moderno*, Biblioteca Popular de Orientação Socialista, dirigida por Magalhães Lima e Teixeira Bastos. Com p.<sup>a</sup> Nacional Editora, Lisboa, 1898., Parte III.

Mendonça, o Pátio do Grilo, a Vila Luís José Nunes em 1890, o Pátio dos Caetanos, o Pátio da Estefânia, a Vila Roque, o Pátio do Duarte na rua José Estêvão, e outros mais, entretanto já desaparecidos. Ainda assim nenhum era tão extenso e tão populoso como o Pátio Carlos Dias.

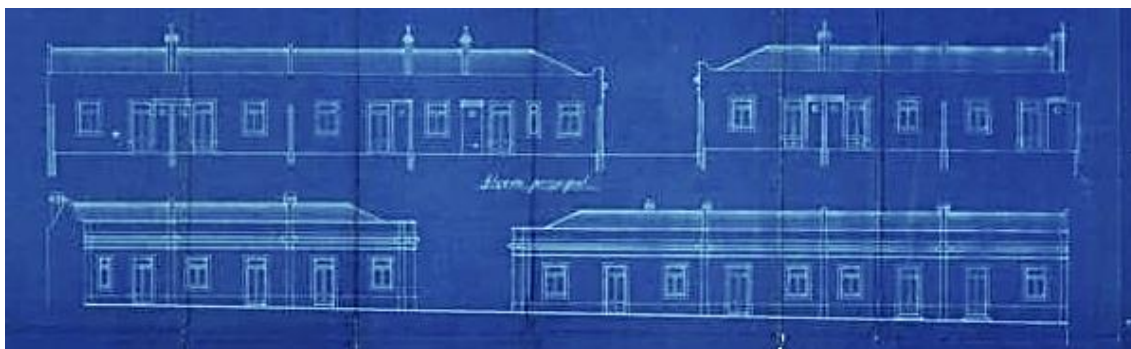


Fig. 222 – Vila Luz, alçados das correntezas do lado norte, em 1912<sup>455</sup>.

Voltando á Vila Luz e analisando-lhe a arquitetura, na correnteza norte (fig. 222) que à data da construção era de um só piso, em cinco casas as fachadas eram constituídas por uma porta e uma janela, na outra, a porta é ladeada por duas janelas.

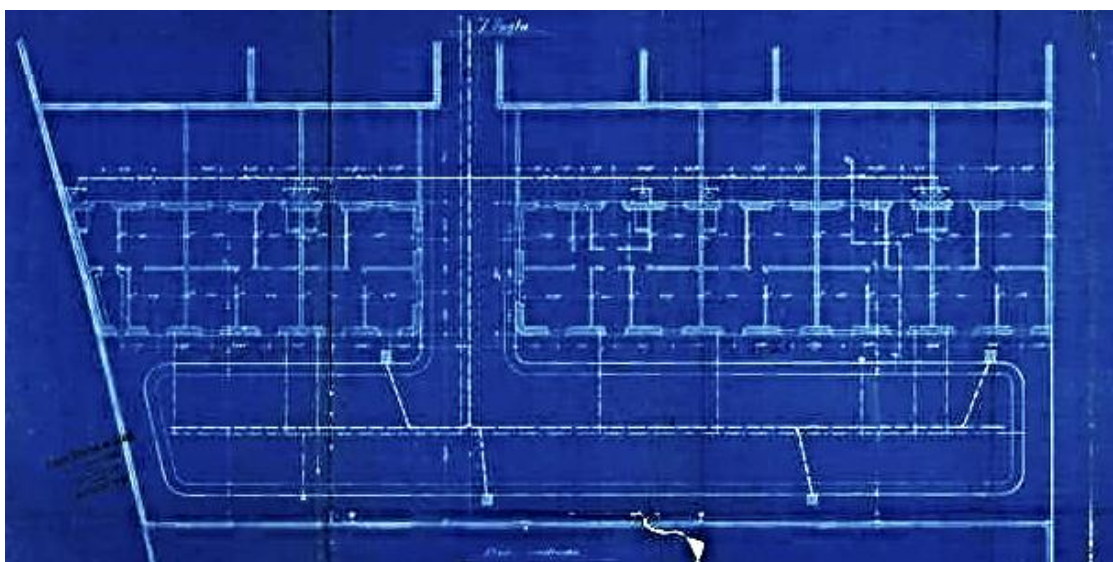


Fig. 223 – Vila Luz, planta dos fogos do lado norte em 1912<sup>456</sup>.

<sup>455</sup> Obra 36957; Processo 4423/1.ª REP/PG/1912; página 2. A.M.L.

<sup>456</sup> Ibidem.

Na correnteza sul, de dois pisos e dois fogos por piso, cada prédio tinha cinco módulos verticais de vãos, ou seja, uma porta ao centro e duas janelas de cada lado.

Em planta (fig. 223), as casas mais pequenas ocupavam lotes quadrados com cerca de 6,20m de lado e área de 39m<sup>2</sup>, com exceção da que confina com o muro a poente, que tinha uma área menor. A única maior é a que faz esquina com o caminho da entrada, essa ocupa uma área de cerca de 58m<sup>2</sup>.

Em cada fogo havia quatro divisões, uma cozinha, uma sala e dois quartos e, no logradouro, uma gaiuta com uma pia de despejos. Como se pode ver na figura 119, foram projetados os ramais de esgotos com ligação ao coletor da Rua Pascoal de Melo. O fogo maior, para além da cozinha e da sala tinha quatro quartos, mas de áreas idênticas ou menores do que os demais.

Mais tarde, foi acrescentado um primeiro andar na correnteza norte, com varanda de distribuição em abobadilhas de tijolo sobre vigotas de ferro.

Em arquitetura tão singela, é a platibanda assente numa cornija saliente encimada por jarrões de faiança, e as varandas assentes em pequenas mísulas de pedra e com guardas em varões de ferro colocadas na vertical unidos por delicados elementos em ferro fundido, os únicos elementos decorativos, se assim lhes podemos chamar.

Será na zona a norte da Rua Pascoal de Melo, entre a Rua da Estefânia e a Calçada de Arroios, no antigo Alto de Arroios, que um maior número de pátios e vilas operárias serão construídos.

Nesta zona, urbanizada pelos Linhares, foram delimitados talhões com frentes de rua entre os seis e os sete metros, determinando à partida uma maioria de edifícios com três módulos verticais de vãos e fogos de áreas diminutas.

A construção não terá sido sempre acompanhada por técnicos responsáveis como se verifica nas condições de licenciamento da edificação do prédio da rua Ponta Delgada 24, onde se lê a obrigatoriedade de serem abertos“(…) os cavoucos com a profundidade de 1,20 m, visto não apresentar construtor responsável”, e no que à arquitetura diz respeito há um desenho de fachada e uma distribuição do espaço interior que se repete em vários edifícios, como num projeto tipo.

Com frentes entre os seis e os sete metros e profundidades de cerca de quinze metros, restam, nas traseiras, umas faixas de quintais. Será aí, nos inícios do século vinte, perante a escassez de habitações a baixos preços para a crescente vaga de população rural que acorria a Lisboa para trabalhar, que os proprietários dos talhões do bairro Açores irão



construir várias casas em pátios e mesmo, algumas vilas. O bairro foi edificado durante os últimos anos do século dezanove e os primeiros do século vinte.

Os talhões primitivos tinham como módulos uma frente de 6,5 metros, no caso de um fogo por andar, e 12 metros em prédios de dois fogos por piso, e os fogos um valor médio de área bruta da ordem dos 90 m<sup>2</sup>. Eram pequenas habitações com cinco ou seis divisões exíguas, das quais duas ou três eram interiores, sem casa de banho, com uma pia na varanda das traseiras e, na melhor das hipóteses, uma latrina ao fundo do corredor.

Os logradouros correspondiam geralmente a menos de metade da área de implantação do edifício, mas nalguns casos eram bastante maiores o que levou os promotores das obras a rentabilizarem os empreendimentos, neles construindo pequenas casas, ainda mais exíguas e carentes de conforto do que nos edifícios com fachadas para a rua. Tudo legal, com projetos apresentados aos serviços municipais e devidamente aprovados.

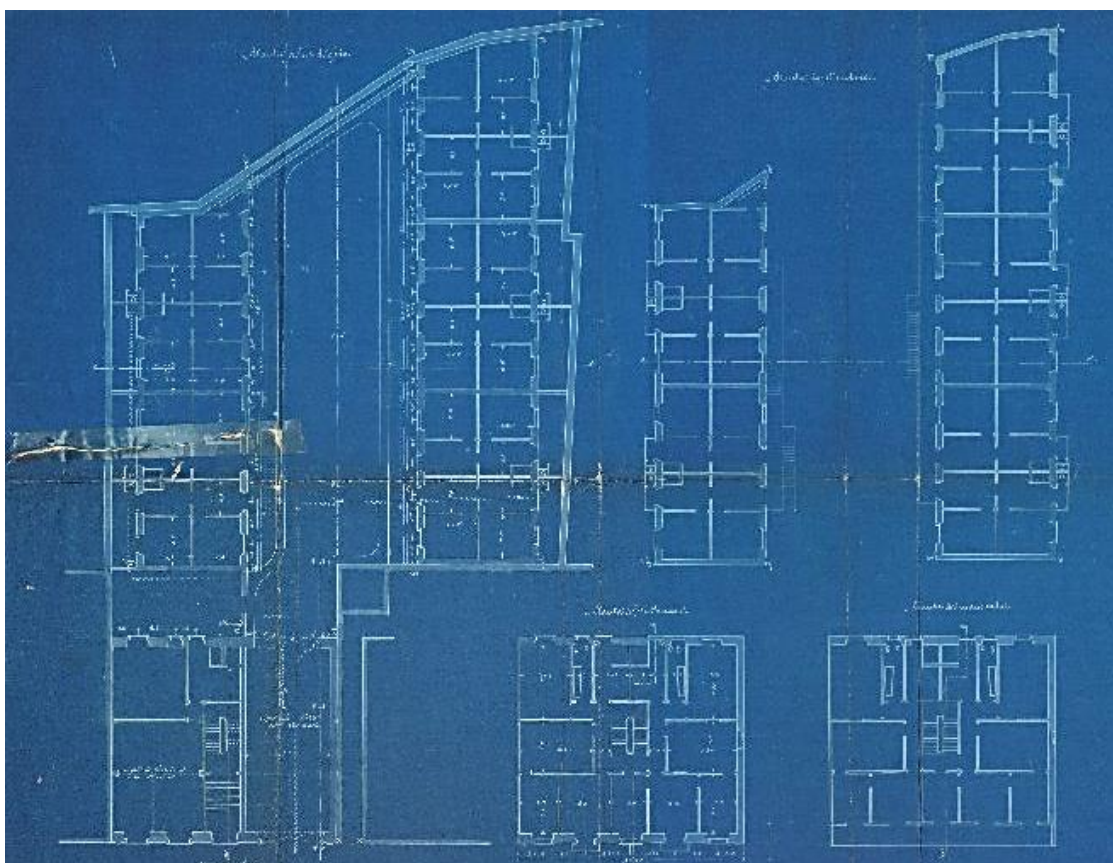


Fig. 224 – Plantas do piso térreo e do andar das correntezas da Vila Mendonça, bem como do edifício que lhe dá acesso, com fachada para a rua Cidade da Horta 46-52,<sup>457</sup>.

<sup>457</sup> Obra 20096; Volume 1; Processo 5345/DAG/PG/1910 - Tomo 1; P. 2. A.M.L. Detalhe do projeto.



Assim, no interior destes quarteirões foram sendo edificadas habitações em pátio que tomaram a forma de pequenas vilas.

A Vila Mendonça foi projetada em 1910 como parte integrante do que poderia ter sido o quintal do prédio de rendimento com fachada para a rua, situado na Rua Cidade da Horta 46. A mesma folha que contém o projeto do edifício de rés-do-chão e quatro andares, contém também os alçados e as plantas da vila (figs. 224 e 225).

O dono da obra foi o encarregado responsável pela construção, tratando-se de um prédio adquirido por um construtor civil para venda ou para rendimento.

Como se constata no projeto, as áreas dos fogos do edifício principal são pouco maiores do que as das habitações da Vila Mendonça, mas a pesar disso, os habitantes do edifício principal gozavam de uma posição social ligeiramente superior. Sobre as casas em pátios e sobre as vilas pesava um ónus social de pobreza.



Fig. 225 – Projeto de fachada da Vila Mendonça.<sup>458</sup>

Tal como nos pátios e vilas construídos no final do século dezanove, também este era ordenado em duas correntezas e constituído por dez casas de rés-do-chão e primeiro andar formando vinte fogos, cada um com quatro divisões, uma cozinha e três quartos, que ocupavam uma área bruta de cerca de 35 m<sup>2</sup> por fogo. Nas traseiras, cada qual tinha um pequeno logradouro de cerca de 1,5 m de largura, ou uma varanda onde dispunha de uma pia de despejo.

A proliferação de pátios e vilas deste tipo levou à publicação, em 28 de agosto de 1909, de uma Postura Municipal<sup>459</sup> que regulamentava as construções em pátios

<sup>458</sup> Obra 20096; Volume 1; Processo 5345/DAG/PG/1910 - Tomo 1; P. 2. A.M.L.

<sup>459</sup> Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, f. 251 e 251v. AML-AH, PT/AMLSB/CMLSBAH/CHC/001/0370/0201. A.M.L.

particulares, obrigando á existência de condições específicas de salubridade, segurança e iluminação.

Nas condições de aprovação, figurava a obrigação de impermeabilização dos alicerces e de deixar entre o solo e o piso térreo uma caixa de ar não inferior a 60 cm, devidamente ventilada, e ainda a da construção de duas escadas de acesso à varanda ou galeria de acesso aos fogos do 1.º andar, uma a cada extremidade.

Apesar da legislação específica e da fiscalização do município, este tipo de habitação continuava a ser discriminatório, pelo que os promotores tentavam através da melhoria do aspeto exterior torná-los mais apetecíveis, introduzindo elementos decorativos.

No caso da Vila Mendonça houve recurso à utilização de tijolo maciço na decoração dos lintéis curvos dos vãos de portas e janelas, e ao revestimento das fachadas com azulejos.

Ainda no bairro Açores, foi construída em 1905 na rua dos Açores 56A a Vila Roque, em 1911 a Vila Luís José Nunes situada na rua Cidade da Horta 4-4A, e a vila Paulo na travessa Rebelo da Silva 11-11A talvez em 1921 data de apresentação do projeto do edifício que lhe dá acesso. A Vila Paulo é, atualmente, a maior vila do bairro e diferencia-se das outras por integrar oficinas e habitações, mas o princípio é o mesmo, casas de dois pisos em correnteza, em que o acesso ao piso superior se faz por uma varanda corrida com a base em abobadilhas de tijolo assentes em vigamentos de ferro.

Mas nem todas as vilas construídas neste período estavam escondidas no interior dos quarteirões. Embora constitua uma das exceções, a Vila Almeida<sup>460</sup> que se situava na rua Engenheiro Vieira da Silva 4-4F a quinhentos metros a poente da Vila Mendonça, tinha fachada para a rua. Terá sido edificada entre 1909 e 1922, com o piso térreo com duplo pé-direito para funcionar como unidade industrial, onde esteve instalada a Metalúrgica Lisbonense, e os andares superiores com habitações para os operários.

Desta utilização mista resultou um edifício com um rés-do-chão com grandes vãos envidraçados para iluminação da zona fabril onde, tanto ao centro como nos extremos, se abriam vãos de porta, de lintéis em arco, por onde se lhe acedia, transmitindo a grandeza da indústria. Acima, assentando em grandes treliças de ferro suportadas por pilares de tijolo maciço, havia mais três pisos, todos em abobadilhas de tijolo assentes em vigas de

---

PT/AMLSB/CMLSBAH/CHC/0011/0022/0201. Caixa 595. A.M.L

<sup>460</sup> Demolida na primeira década de 2000, para dar lugar a um hotel. Foram mantidos alguns dos elementos estruturais de origem, no rés-do-chão.

ferro, e com função exclusivamente habitacional. Na fachada principal, ao nível do primeiro e terceiro andares, varandas de guardas quinadas e corridas a três vãos marcavam o eixo central, e no andar intermédio dispunham-se lateralmente. A marcar o eixo de simetria, a platibanda de coroamento da fachada elevava-se em arco na parte central.

Nas traseiras, o logradouro estava integralmente ocupado por um pavilhão envidraçado onde ficavam instalados os fornos e a oficina de serralharia.

Às habitações acedia-se por duas escadas metálicas, existentes nas traseiras, e que conduziam às galerias corridas, ao longo das quais se dispunham as portas de entrada dos fogos, cada um organizado transversalmente, segundo uma retícula de três metros de lado, entre a galeria e a fachada principal.

Também constituídas por edifícios de andares, mas dentro do miolo de quarteirões, estão a Vila Bastos, nos Anjos e a Vila Luz Pereira localizada na Travessa do Jordão 18, à Mouraria. A primeira tem projeto de 1903 e consiste num conjunto de três prédios de três pisos. Exteriormente é despojada de ornamentos, mas os fogos, dois por piso servidos por uma caixa de escada interior, de degraus em leque, têm áreas ligeiramente superiores aos das outras vilas e em vez de quatro, têm cinco ou seis compartimentos. Mas não têm casa de banho, apenas uma gaiuta com pia de despejos na varanda das traseiras.

A segunda vila, tem projeto de 1919<sup>461</sup>, e é constituída por seis edifícios em banda dispostos em U, com um pátio ao centro, compostos por rés-do-chão e dois andares, sendo o último amansardado. Os fogos, dois por piso, têm também acesso por uma caixa de escada interior, mas a área bruta de 43,50 m<sup>2</sup>/fogo é tão reduzida como nos fogos das vilas com acesso por galeria exterior. Divide-se por quatro compartimentos dos quais um é cozinha, e, como equipamento sanitário, dispõe apenas de uma pia de despejo na varanda.

No que a Vila Luz Pereira difere da Vila Bastos é que, exteriormente, tem ares de um chalé de uma estância balnear do norte da Europa em miniatura, pelo uso de tijolos no enquadramento dos vãos das janelas e pelo coroamento dado à trapeira do último andar, procurando o projetista, desse modo, atenuar o efeito de pobreza que as vilas em geral transmitiam.

Com o mesmo objetivo de alindamento de um conjunto habitacional modesto, foi edificada, na Graça, a Villa Bertha, pelo construtor Joaquim Francisco Tojal. Em 1902,

---

<sup>461</sup> Obra 46459; Processo 13139/1.ªREP/PG/1919. A.M.L.

ele requer licença para construção de um segundo andar na casa da sua propriedade na quinta do Alcaide Fidalgo, ficando esta constituída por um rés-do-chão parcialmente em cave, sem divisórias e em que as vigas do teto são suportadas por duas colunas de ferro, que certamente serviria como armazém, e um primeiro andar habitacional.

Este fogo, era atravessado longitudinalmente por um corredor central ao longo do qual se dispunham dez divisões, sendo uma delas a casa de banho com banheira, e outra a cozinha, com pia de despejos na varanda. Se o piso térreo tinha apenas como efeito decorativo os lintéis dos vãos em tijolo formando arcos, no andar apresentava vãos rasgados com duas ou três janelas geminadas dando um deles para uma varanda coberta por um telhado avançado e rematado com efeitos decorativos.

Seis anos depois, o mesmo requerente apresenta projeto para oito casas de habitação numa rua particular na sua propriedade com acesso pela travessa da Pereira 36. Na informação acerca do projeto, o técnico municipal referiu que “(...) o projeto não está em rigorosa harmonia com as disposições do artigo n.º 13 do regulamento de salubridade das edificações urbanas, por ter algumas divisões sem janela e também algumas com menos de 25 m<sup>3</sup>, mas apesar d’isso julgo-o nas condições de ser aprovado visto que, em idênticas circunstâncias e com parecer favorável do conselho de melhoramentos sanitários, muitos outros projetos têm sido aprovados (...)”<sup>462</sup>, e acrescentou ainda que deveriam ser condições de aprovação o não aproveitamento do sótão e que as pias de despejo ficassem dispostas de modo a que pudessem servir de retretes.

Apesar das áreas dos fogos serem diminutas, eram ainda assim habitações com seis compartimentos, o que era raro em pátios ou vilas, e com dois fogos por piso, tendo, cada um deles, dois compartimentos com janela para a rua particular, dois interiores e dois com janelas para as traseiras sendo um deles a cozinha, todos servidos por um corredor.

A pia de despejos ficava na varanda das traseiras, encerrada numa gaiuta. Nas fachadas principais estava proposta uma varanda em abobadilhas de tijolo e vigotas de ferro, assentes em duas colunas de ferro com esquadros também em ferro ornamentado, que serviam de alpendre ao piso térreo assentando no terraço entre a fachada e a rua particular.

O prédio de topo por onde, através de um arco, se acedia à via pública, tem projeto de 1910<sup>463</sup> e era constituído por três pisos e águas furtadas, tendo, nas duas fachadas,

---

<sup>462</sup> Obra 22388; Vol. 1; Proc. 4614/1ªREP/PG/1908 - Tomo 1; P. 1. A.M.L.

<sup>463</sup> Obra 22383; Vol. 1; Proc. 935/DAG/PG/1910 - Tomo 1; P. 2. A.M.L.

frisos de azulejos com motivos arte-nova. Nesse edifício, de um só fogo por piso com dez divisões, houve um particular empenho decorativo na fachada principal e, num letreiro em azulejos, figura o nome da Vila.

Para além destas tipologias outras terá havido que constituíram modelos repetidos por toda a cidade e muito especialmente na zona oriental<sup>464</sup> onde, nas áreas das antigas quintas estavam instaladas atividades industriais e onde, desde pelo menos os anos oitenta do século dezanove, foram construídos pátios e vilas tanto pelas próprias empresas empregadoras como por promotores imobiliários que viram no setor da habitação operária uma oportunidade de negócio.

Todos estes conjuntos habitacionais foram de iniciativa privada, mas a partir de um dado momento, o Estado começou a promover a construção de bairros sociais.

De facto, a situação deplorável do alojamento do operariado e as consequências que daí advinham para a sua produtividade e para a moral vigente, levaram a que, em 1914, o ministro das finanças Tomás Cabreira apresentasse uma proposta de lei para enquadrar a construção de casas económicas, proposta essa que não chegou a ser discutida no Parlamento.

No ano seguinte, o deputado Francisco Sales Ramos da Costa transformou a proposta em projeto de lei que foi apreciado pelas comissões de legislação operária e de finanças da Câmara dos Deputados, mas não chegou a sê-lo nas assembleias legislativas.

Será em 1918 que, baseado nas duas anteriores propostas será publicado o Decreto n.º 4:137 “estabelecendo várias providências atinentes a promover a construção de casas económicas”<sup>465</sup>, durante a presidência de Sidónio Pais.

No preambulo do referido decreto, elenca-se a legislação produzida sobre o mesmo assunto nos outros países europeus, nomeadamente, na Inglaterra em 1837 e em 1851 com a lei que concedia aos municípios o direito de construir casas económicas e que veio a ser confirmada em 1890; na Bélgica com a lei de 1889, na Alemanha onde, em 1901, o governo incentivava os municípios das principais cidades a ajudarem as sociedades de interesse público e as cooperativas de construção a edificarem moradias sadias e convenientemente mobiladas a preços módicos, adquirindo ações dessas sociedades ou facilitando-lhes empréstimos; em Itália com a lei de 1903; em França onde

---

<sup>464</sup> Silva, Maria Margarida de Almeida Reis. *Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, memória e recuperação urbana*. Dissertação de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Outubro de 2013.

<sup>465</sup> Diário do Governo, I Série – Número 87, de 25 de Abril de 1918. P. 451. Lisboa, Imprensa Nacional.

a lei de 1908 incentivava a criação de sociedades de crédito imobiliário que tivessem como objetivo realizar empréstimos para a construção de habitações com encargos reduzidos. Mesmo a Espanha, em 1911, tinha promulgado legislação com o mesmo objetivo.

No decreto n.º 4:137, vêm descritas diversas tipologias, partindo do pressuposto que “os bairros ou grupos de casas económicas serão em regra constituídos por casas isoladas para uma só família”<sup>466</sup>, mas logo se abrem exceções, para grupos de duas casas separadas por um espaço nunca inferior a cinco metros se as casas forem térreas e de oito metros se tiverem andares, e fileiras de casas sucessivas e unidas, mas cortadas por ruas transversais no caso do comprimento das fileiras ultrapassar os cem metros.

Porém, em todos os casos, era obrigatório um logradouro nas traseiras com uma largura mínima de quatro metros, e sempre que possível um pequeno jardim à frente.

Quanto aos arruamentos do interior dos quarteirões, estava determinada uma largura mínima de dez metros nos principais, e de cinco ou oito metros nas ruas transversais, dependendo da altura das edificações e nunca inferiores, deveriam ser revestidos com pavimentos em macadame ou em calçada, e ter demarcadas as faixas de rodagem e os passeios laterais.

Era ainda referida a obrigatoriedade da construção de uma rede de esgotos que recebesse as águas pluviais bem como as águas negras das habitações.

No artigo sexto, todas estas prescrições são postas em causa, já que “poderão autorizar-se outros tipos de bairros de casas baratas, quando as circunstâncias especiais do terreno assim o exijam”, remetendo-as para a categoria de boas intenções.

Ficam mesmo estabelecidas rendas mensais segundo o número de divisões de cada fogo e a existência ou não de logradouro, assim, os fogos de Classe I teriam três ou mais quartos habitáveis, cada um com nove metros quadrados de superfície, cozinha e WC, os de Classe II seriam casas de dois quartos habitáveis com nove metros quadrados, cozinha e WC., os de Classe III seriam constituídos por um só quarto habitável de nove metros quadrados e cozinha, e os de Classe IV sendo de uma única divisão com, pelo menos, nove metros quadrados. Nas duas últimas tipologias não há referência a latrinas ou pias de despejo, e na última, nem a cozinhas ou chaminés.

Estas habitações, gozavam de vantagens como a isenção da contribuição predial nos primeiros anos, do imposto de selo nos atos administrativos de compra e venda da

---

<sup>466</sup> Ibidem, Título I, art.º 4.º. P. 455.

propriedade, do imposto de transmissão nos primeiros vinte anos. Estas vantagens eram retiradas se a casa tivesse tido obras de beneficiação que a transformassem numa habitação de categoria superior ou se, pelo contrário, lhe fosse retirado o atestado de salubridade.

Quanto às entidades promotoras, podiam ser sociedades constituídas para esse fim, empresas industriais ou mineiras que explorassem concessões do Estado, a Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, Misericórdias e instituições de assistência, e o próprio Estado.

A Caixa Geral de Depósitos seria a entidade credora, fazendo empréstimos às cooperativas de construção, às sociedades anónimas e às sociedades mútuas, a um juro de 4% ao ano.

Os inquilinos podiam adquirir as casas económicas onde viviam pagando para além da renda do aluguer, uma anuidade de amortização da compra. Eram preferidos aqueles que, à cabeça, pagassem logo dez por cento do valor total da propriedade, o que à partida era discriminatório entre os que tinham alguma coisa e os que nada tinham.

Ainda em 1919 o governo, graças à disponibilização de verba através de decreto, toma a iniciativa da construção de 120 casas a preços acessíveis, em Lisboa, que seriam localizadas no Arco do Cego, na Ajuda, em Alcântara e em Braço de Prata, mas apenas nos bairros do Arco do Cego e da Ajuda/Boa-Hora, se iniciam os trabalhos, para logo serem suspensos em 1922.

O bairro de casas económicas da Ajuda só foi inaugurado em 1932, e do Arco do Cego em 1935, mas os critérios de atribuição das casas foram alterados em 1930, sendo as famílias dos funcionários do município quem preferencialmente as iria habitar, logo seguidas pelas dos funcionários do Estado, dos membros dos sindicatos nacionais, dos correios, da banca e das seguradoras.<sup>467</sup>

Os edifícios têm dois ou três pisos, com frentes de cerca de 6,5 metros, no caso de um único fogo por piso e 15,5 metros quando há dois fogos por piso, e áreas brutas entre os 53 e os 80 metros quadrados. Esses espaços estavam divididos por três ou quatro compartimentos, sendo um deles uma cozinha, e a pia de despejo/latrina ficava no exterior. Não se diferenciavam muito do que os privados tinham feito nas Vilas e nos Pátios no interior dos quarteirões, apenas o espaço exterior estava melhor tratado, com arruamentos mais largos e integrados no espaço público.

---

<sup>467</sup> Tiago, Maria da Conceição (2011). *Os Primeiros bairros de iniciativa Estatal 1918/1919*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL.

Quanto às casas do bairro do Arco do Cego, são já de arquitetura modernista, e os elementos estruturais são em betão armado. A entidade promotora foi a Construtora Nacional de Casas Económicas, e foram projetadas por alguns dos melhores arquitetos de Lisboa. Embora a área dos compartimentos seja ainda diminuta a verdade é que há moradias com cinco ou seis compartimentos por piso, e com instalações sanitárias completas no interior. Foram concebidas para uma classe média que as podia comprar e nada têm a ver com habitação operária.

### **8.3. Os elementos arquitetónicos e os materiais de construção.**

Pézerat, em 1865, previu construções “garantidas contra incêndios pela substituição das madeiras pelo ferro, nos vigamentos das coberturas e dos pisos, e sobretudo pelas ligações em ferro que os cingirão em todos os planos. (...) e, em vez da má alvenaria de pedras irregulares, serão usados bons tijolos, apropriados a todos os tipos de decorações e de formas.”<sup>468</sup>

A leitura das memórias descritivas dos projetos permite compreender como se processou a introdução de novos materiais de construção.

Durante a década de 1900, as memórias descritivas são vazias de informação, limitando-se na maioria dos casos a referir que os materiais serão da melhor qualidade e que a legislação será cumprida, mas a partir dos anos de 1910 contêm alguns dados sobre os materiais a utilizar e sobre os processos de construção, sendo um misto de memória descritiva e de caderno de encargos.

Através desses documentos anexos aos projetos e que fazem parte dos processos de licenciamento, sabe-se que os cabocos eram cheios com calcário rijo e argamassado por vezes sobre “pegões com uma base de beton (...)”<sup>469</sup> e que as paredes das fachadas eram feitas com pedra de calcário macio. Das pedreiras de onde se extraía essa pedra, são mencionadas as da Serra de Monsanto, mas também as da rua Dona Maria Pia, e as da região de Ponte de Soure.

Quanto à cantaria das molduras dos vãos, quando se pretendia que fosse branca para aplicação nas fachadas principais, provinha essencialmente de Sintra, Pero Pinheiro

---

<sup>468</sup> Pézerat, P. J. (1865), *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*. Imp. Franco-Portugais, p. 17. Tradução da autora.

<sup>469</sup> Avenida Alexandre Herculano 29; Rua Mouzinho da Silveira 18. Obra 6986; Vol. 1; Proc. 3638/1ªREP/PG/1915 - T. 1; P.4-4A. A.M.L.



e Montelavar. Quando era para aplicar nas outras fachadas é referida a de Paço d'Arcos, que, à data, era considerada de qualidade inferior.

Em alguns palacetes, onde abundavam elementos decorativos de cantaria esculpida na fachada, e onde também as guardas das varandas eram em balaústres de pedra lavrada, para além do lioz branco de Pero Pinheiro era usado mármore rosa nas colunas que suportavam as bases das varandas dos andares superiores.

Há casos em que as vergas das janelas eram “construídas em tijolo revestido a cimento e fingido a tinta de óleo”<sup>470</sup> como vem descrito na memória descritiva do projeto para a avenida Visconde Valmor 27A-27F.

As paredes das empenas eram também em alvenaria ordinária, mas na memória descritiva de um projeto de 1913 vem indicado que “as paredes das empenas serão feitas em tijolo cheio”<sup>471</sup>, a uma vez na que dá para o corredor lateral, e a meia vez na que encosta ao prédio contíguo, então ainda em construção e pertencente aos mesmos proprietários, sendo em alguns casos “ligada por meio de dentes para a do prédio contíguo ficando assim a parede meia com o total de 0,40 m”<sup>472</sup>. Era assim uma parede meeira, situação muito comum nas zonas urbanizadas, sempre que os prédios eram edificados pelo mesmo promotor.

As paredes exteriores iam estreitando de andar para andar à medida que se subia, tendo em média 0,90 m nas fundações, 0,75 m no rés-do-chão, 0,65 no primeiro andar, 0,60 m no segundo andar, 0,55 no terceiro e 0,50 m no quarto andar. Eram” rebocadas nas duas faces, estucadas na parte interior da casa e pintadas a óleo ou revestidas a azulejo na parte exterior”<sup>473</sup>

No interior dos edifícios, na maioria dos casos, continuou a usar-se os frontais de madeira que eram de pinho, cheios a tijolo, e constituíam gaiolas semelhantes às que se usaram em finais do século dezanove, com prumos embebidos nas paredes das fachadas. Mas logo no ano de 1913, também houve construções onde as paredes transversais ou frontais, eram já em tijolo maciço também designado por tijolo Marrocos, a meia vez de 0,15 m, e os tabiques das divisórias dos compartimentos em costaneiras da terra de 1,5

---

<sup>470</sup> Obra 29255; Proc.3526/1ªREP/PG/1905; P.2-2v. A.M.L.

<sup>471</sup> Avenida João Crisóstomo 57. A.M.L. Obra 36884; Vol.1; Proc.4 secção.666/DAG/PG/1913 - T.1; PP. 1A-1Av. A.M.L.

<sup>472</sup> Avenida João Crisóstomo 75-75B. A.M.L. Obra 17190; Vol. 1; Proc. 3598/DAG/PG/1914 - T. 1; P.2-2v. A.M.L.

<sup>473</sup> Rua Martens Ferrão 30. Obra 11103; Vol. 1; Proc. 1288/DAG/PG/1916 - T. 1; PP.4-4v. A.M.L.

polegada (0,0381 m), fasquiados e argamassados, ficando no limpo com a espessura de 0,10 m<sup>474</sup>.

Percebe-se que a década de 1910 foi um momento de charneira em que se nalguns casos já se subiam paredes em tijolo, noutros mantinha-se a construção tradicional de alvenaria de pedra e frontais de madeira. No entanto, no conjunto das memórias descritivas analisadas, só a partir de 1917 se generalizou o uso exclusivo do tijolo nas paredes frontais, substituindo as de madeira.

Na memória descritiva do projeto do prédio situado na avenida Visconde Valmor 45-45A a tornejear para a avenida Cinco de Outubro, são mencionados dois tipos de tijolo, o tijolo pleno e o tijolo “macho e fêmea”.

A argamassa utilizada na alvenaria de pedra e na de tijolo, era a mesma, mas a composição e o traço, ou seja, a percentagem de cal e de areia em que o primeiro algarismo é sempre o da cal, variavam de projeto para projeto. Nuns, está indicado o uso de cal cozida a mato e areia sem argila, do pinhal, lotada com a do Pote de Água<sup>475</sup>, ao traço de 5:2, mas noutros, são referidos traços de 5:3, de 2:1, 1:3 e de 1:2, sendo este último o mais utilizado. Noutros ainda, a areia indicada é a vermelha, do Alfeite, numa dosagem de 3:5.

O vigamento de pinho vinha quase sempre da região de Leiria quer fosse das matas do Estado ou de pinhais particulares, e as secções variavam entre os 0,18 x 0,075m nos pisos intermédios e os 0,16 x 0,06m no último andar, assentes nas extremidades em frechais de 0,10 x 0,07, distanciados entre eles de 0,37m a 0,40m, e tarugados. As secções dos prumos eram de 0,10 x 0,08 m, as das fileiras e madres 0,14 x 0,07 m, as do varedo do telhado 0,10 x 0,07 m, e as do ripado onde assentavam as telhas de 0,045 x 0,025 m. Estas secções pouco variavam de prédio para prédio, estando já tabeladas. Os tabiques de madeira em costaneiras da terra eram aspeados, fasquiados, argamassados e estucados.

Se para os elementos estruturais interiores, ditos “toscos”, é mencionado repetidas vezes, o emprego da madeira de pinho do Pinhal Real ou Pinhal de Leiria, ou ainda de pinhais particulares também na região de Leiria, para a montagem dos frontais, das vigas dos pisos e do madeiramento do telhado, os “limpos” ou seja, as caixilharias, os

---

<sup>474</sup> Avenida Elias Garcia 95; Avenida Cinco de Outubro 112-114. Obra 24402; Proc.3676-1ªREP-PG-1913; P.8-9. A.M.L.

<sup>475</sup> O Pote de Água situava-se na zona que é hoje ocupada pelo bairro de Alvalade, junto à atual avenida do Brasil.

guarnecimentos de portas e janelas, e os apainelados que formavam lambris nas paredes das salas, eram em madeira de casquinha vermelha depois pintada a tinta de óleo.

Nas habitações mais simples, onde as paredes não eram revestidas a madeira e que constituíam a grande maioria, era ainda assim marcado o lambril por fasquias de madeira formando molduras.

Sobre o vigamento dos pisos era assente o solho, sendo em parte à portuguesa e em parte à inglesa, “(...) soalhadas as casas à inglesa, as mais principais encabeiradas (...)”<sup>476</sup>.

O ferro, em colunas e em vigas que já era utilizado em unidades fabrís e nos prédios gaioleiros do final do século dezanove, é, nestes primeiros anos do século vinte, aplicado em caves e nas lojas onde colunas de ferro fundido assentes em sapatas de “béton” suportavam grandes vigas em I cujas extremidades iam assentar sobre as paredes das fachadas, em coxins de cimento.

Na memória descritiva do projeto do prédio situado na avenida Elias Garcia 96-104, lê-se que “As divisões transversais apoiarão, na altura do 1.º andar, em vigas de ferro I de 0,35 a fim de ficar livre o pavimento das lojas”<sup>477</sup> e no edifício da avenida Visconde Valmor 45 a tornejear para avenida Cinco de Outubro, que “(...) todas as divisões que estão indicadas na planta por linhas ponteadas serão suspendidas por vigas de ferro e colunas que assim oferecerão resistência”<sup>478</sup>, datando ambas as memórias de 1912.

Em casos semelhantes, era habitual a execução de abobadilhas de tijolo a descarregar em vigotas de ferro, revestidas na face superior com mosaico de pasta de cimento que servia de pavimento em certas zonas dos fogos, como está explícito na memória descritiva do projeto do prédio da avenida Elias Garcia 95, em que “os vigaamentos das cozinhas, retretes e terraços serão em ferro, com secção de 0,12, com abobadilhas de tijolo e revestidas de ladrilho mosaico”<sup>479</sup>. Noutra caso, é referido que “alguns sobrearcos serão feitos com vigas I de 200 X 90X 8m/m, em média, e distanciadas de 0,22m de eixo a eixo. No vestíbulo haverá também vigas I para suportar o vigaumento”<sup>480</sup>.

As varandas corridas e por vezes envidraçadas das traseiras, assentavam ora em colunas de ferro fundido com cerca de 0,07 m de diâmetro, ora em consolas também de

---

<sup>476</sup> Obra 2012; Proc.4533/1ªREP/PG/1917 – T. 1; Pp. 3-3v. A.M.L.

<sup>477</sup> Obra 31554; Vol.1; Proc.3267/1ªREP/PG/1912-T.1; P.2. A.M.L.

<sup>478</sup> Obra 16335; Proc.1832/1ªREP/PG/1912; P.2. A.M.L.

<sup>479</sup> Obra 24402; Proc.3676-1ªREP-PG-1913; Pp.8-9. A.M.L.

<sup>480</sup> Obra 24399; Vol.1; Proc. 8243/DAG/PG/1915 - T.1; Pp. 2-2v. A.M.L.

ferro, e do mesmo material era a escada de emergência que lhes dava acesso. As escadas de salvação que foram impostas pelo município em 1892, ligavam as varandas ao piso térreo, e funcionavam como escada de serviço nos prédios de corredor lateral.

Com a obrigatoriedade da existência de uma escada de emergência ou de salvação nas traseiras dos edifícios, generalizou-se a escada de ferro, tanto a de lanços retos e patim intermédio com a helicoidal. Designadas também como escadas de serviço, eram por vezes contestadas pelos donos das obras uma vez que não tendo o logradouro sempre ligação direta à rua, em caso de incêndio conduziam os moradores para um local sem evacuação possível.

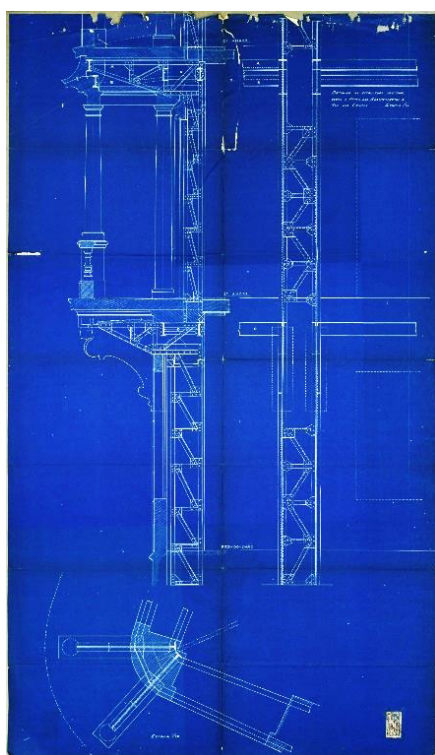


Fig. 226 – Projeto de estrutura de ferro para as paredes exteriores de um edifício. Praça dos Restauradores 46, a tornejear para a rua dos Condes 37.<sup>481</sup>

O piso era constituído por vigotas onde assentavam abobadilhas de tijolo maciço cobertas por betonilha de “cimento e granito”<sup>482</sup> e ficava encastrado cerca de vinte centímetros na alvenaria da fachada.

<sup>481</sup> Obra 35360; Vol. 1; Proc. 5810/DAG/PG/1910 - T. 1; P.4A. A.M.L.

<sup>482</sup> Vila Vital Teixeira, Rua Filinto Elísio 17. Obra 11310; V.1; Proc. 132/1ªREP/PG/1910 - T.1; PP.2-3v. A.M.L.

As vigas de ferro foram também utilizadas como lintéis escondidos na alvenaria para possibilitarem a abertura de grandes vãos de janelas como vem descrito na memória de um projeto em 1915, “ sobre os arcos dos vãos triplos do rés-do-chão e 1.º andar serão (...) vigas de ferro I de 180 m/m, distanciadas 0,25m de eixo a eixo, e o seu espaço preenchido com alvenaria de tijolo”<sup>483</sup>

Nalguns edifícios da avenida da Liberdade a estrutura de ferro foi mesmo proposta nas paredes das fachadas e no cumhal, como se pode ver no projeto do prédio localizado na praça dos Restauradores 46 (fig. 226). Na memória descritiva do projeto de modificação do referido prédio, datada de 1910, vem explicado que “a alteração é especialmente nas fachadas e cumhal, sendo este construído com estrutura de ferro convenientemente ligada tanto às fachadas como aos vigamentos (...)”.

Os pavimentos dos andares eram geralmente em madeira, mas há exceções, e logo em 1905 é descrito um edifício em que são aplicados os “pavimentos sobre vigamento de madeira salvo o da cozinha, copa, despensa, corredores do andar nobre, lavatórios, retretes e casa de banho que serão feitos sobre vigamento de ferro para receberem ladrilho mosaico”<sup>484</sup>.

Em projetos de 1928 e 1929, algumas vigas e pavimentos dos andares são já em betão armado como se constata nas memórias dos prédios da praça Duque de Saldanha 29-30 onde se lê que se procederá à “Construção d’uma placa de cimento armado na casa de banho (...)”<sup>485</sup>, e no da avenida da República 55B-55D, que indica que “os pisos das casas de banho, retretes e cozinhas serão constituídos por placas de cimento armado (...)”<sup>486</sup>.

É de referir que, em Portugal, a patente Hennebique para construções em betão armado, foi registada em 1895, e que o primeiro regulamento português para o emprego do betão, baseado no francês, foi publicado em 1918<sup>487</sup>.

Os telhados eram em telha do tipo Marselha, uma telha plana, de encaixe, que exigia como base de assentamento uma superfície plana, sem beirado e sem contrassaqueado, apenas rematada por algerozes feitos de telhões cobertos com zinco.

---

<sup>483</sup> Rua Tomás Ribeiro 11-113. Obra 28431; Vol. 1; Proc. 3718/DAG/PG/1915 - T. 1; PP. 2-3. A.M.L.

<sup>484</sup> Avenida Visconde Valmor 27A-27F; Av. da República 36ª-36F. Obra 29255; Proc.3526/1ªREP/PG/1905; P.2-2v. A.M.L.

<sup>485</sup> Obra 29905; Volume 1; Proc. 16949/SEC/PG/1928; P.4. A.M.L.

<sup>486</sup> Obra 39164; Proc. 5273/SEC/PG/1929; PP. 2-3v. Av. da República 55B-55D. A.M.L.

<sup>487</sup> Póvoas, Rui Fernandes (2018), “O papel dos arquitectos na introdução do betão em Portugal”, em *História da Construção em Portugal. Consolidação de uma disciplina*, João Mascarenhas Mateus (ed.). By the Book, Pp. 124-125.

À frente, levantava-se uma platibanda quase sempre muito decorada. Há menção nas memórias descritivas, ao tipo de telha e a duas marcas, Progresso e Ibérica. A primeira seria da fábrica da Pampilhosa.

No início poderão ter sido importadas telhas francesas produzidas na povoação de Saint Henri, junto à cidade de Marselha, mas considerando o número considerável de fábricas de cerâmica existentes não só em Lisboa<sup>488</sup>, como a da Companhia das Fábricas de Cerâmica Lusitânia, ao Campo Pequeno, que foi fundada nas Picoas por Sylvan Bessièrre em 1890, mas em todo o país, logo foi reproduzido o modelo em Portugal. Esse tipo de telhas era produzido na Lousã e em Miranda do Corvo, numa sucursal das Devesas na Pampilhosa, em Penacova, em Torres Vedras, e na fábrica de Palença em Almada que foi fundada em 1884, enfim, por todo o país.

Os azulejos apostos nas fachadas principais eram de três tipos, os que cobriam integralmente a parede e eram padronados, os que formavam frisos com desenhos geralmente figurativos, representando folhagem, flores e aves, ou mais raramente, com temática geométrica, e ainda os de painel onde figuravam essencialmente cenas mitológicas, figuras femininas, e também grandes aves de plumas decorativas como os pavões.

Embora nos projetos estejam representados pormenores dos desenhos de azulejos de frisos, nas memórias descritivas não há menção às oficinas que os iriam produzir, excetuando uma única referência à Fábrica de Louça de Sacavém de onde, provavelmente, veio a maioria.

Os painéis de azulejos que reproduziam figuras, eram produzidos pelas oficinas então existentes em Lisboa e arredores, como a do Desterro que produziu com técnicas semelhantes à da Fábrica de Sacavém mas em menor quantidade, a Companhia Fabril de Louça às Janelas Verdes, fundada em 1836 e que em 1842 mudou o nome para fábrica Constância, a Cerâmica Lusitânia, a Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, mas também vieram do norte do país, principalmente das Devesas e do Carvalhinho, por exemplo.

Na fábrica de Sacavém e também na do Desterro e na Cerâmica Lusitânia, onde foram utilizadas placas ditas de “pó de pedra” em pasta branca prensada, foram produzidos azulejos de pintura manual, designadamente em frisos e painéis no estilo Arte Nova, representando faisões e plantas de cores vivas, mas em desenhos semelhantes

---

<sup>488</sup> Alcântara, Ana (2013). *Uma geografia da Lisboa operária em 1890*, I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, Lisboa. P.10.

foram também usadas outras técnicas como a da estampilha manual, a da estampilha aerografada e a da estampagem mecânica, recorrendo por vezes a várias técnicas num mesmo azulejo. A pintura obtida por estampilha de pintura manual ou aerografada era muitas vezes completada à mão levantada, para acrescento de pormenores, para acentuar os contornos ou para dar um efeito de volume.<sup>489</sup> Alguns destes conjuntos eram assinados pelos seus autores.



Fig. 227 – Frisos de azulejos Arte Nova, representando flores e folhas e ao centro da platibanda, um pavão. Avenida da Praia da Vitória 43-47. Projeto datado de 1912.

Dentro dos azulejos de padrão, havia modelos específicos para uso no interior ainda que também pudessem ser usados no exterior, e que foram muito aplicados em lambris das caixas de escada e casas de banho, como é o caso dos azulejos relevados, cobertos com vidro colorido monocromático e também dos polícromos, cobertos com vidro transparente, pintados e recobertos com vidro colorido, produzidos igualmente pela fábrica de Sacavém. Alguns dos motivos apareciam nos catálogos de fábricas estrangeiras, o que demonstra a facilidade de difusão dos modelos.

---

<sup>489</sup> Almasqué, Isabel e António José Barros Veloso (2011). Catálogo da exposição: *A Arte Nova nos azulejos em Portugal*, Coleção Feliciano David e Graciete Rodrigues. Museu da Cidade de Aveiro.





Fig. 228 – Azulejos aplicados sob varandas, presumivelmente produzidos na Fábrica de Louça de Sacavém. O da esquerda, no edifício da Avenida Duque de Ávila 63-65, com projeto de 1910, e o da direita, na avenida Duque de Ávila 15-19, projetado em 1914.

O recurso “ (...) à estampagem mecânica, transferida para a superfície dos azulejos através de provas sobre papel (que os ingleses designam por *transfer-print decoration*) explica a utilização intensiva deste material (...) por vezes a fixação da cor não era perfeita, especialmente quando a decoração era aplicada sobre vidro já cozido e sofria uma segunda cozedura defeituosa, permitindo a sua dissolução parcial, causada pela chuva, quando estes azulejos estão aplicados nas fachadas, muitas das quais apresentam um aspeto desbotado.”<sup>490</sup> Este efeito desbotado é bastante frequente nos troços mais expostos (fig. 228, à direita).



Fig. 229 – Azulejos figurativos na avenida da República 40, edifício com projeto de 1911.

Os frisos e os painéis de azulejaria eram habitualmente aplicados entre peças de cantaria, entre o lintel de uma janela e a pedra de peito ou a bacia de varanda do vão que lhe está acima, fazendo o branco da pedra ressaltar as cores da faiança. A relação da pedra com o azulejo evidencia-se nos painéis figurativos da moradia da avenida da República

<sup>490</sup> Meco, José (1998). *O azulejo em Portugal*, Sintra, Publicações Alfa, p. 86.



40, projetada em 1911 (fig. 229). No painel sobreposto ao portão lateral, está representada, ao centro e a envolver o óculo de pedra que suporta a sineta, uma cartela concheada pintada a branco sobre fundo azul que simula a cantaria, e de onde pendem grinaldas de flores e frutos, sugerindo no conjunto um baixo relevo esculpido em pedra. No remate do frontão recortado da fachada principal, num outro painel também pintado nas mesmas cores, estão representadas uma figura feminina e uma masculina, em que esta última parece ter um joelho assente no arco de pedra que envolve o vão do último piso, e nele apoia uma das mãos para oferecer flores com a outra. Tanto os motivos como as tonalidades traduzem um certo revivalismo romântico remetendo para uma temática da azulejaria de finais do século dezoito.

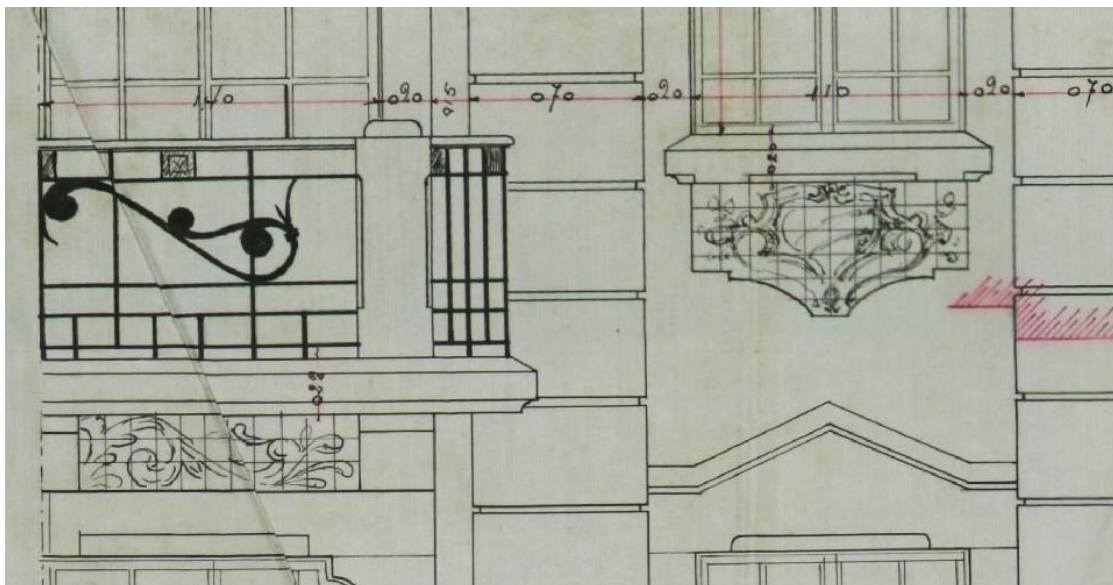


Fig. 230 – Projeto dos painéis de azulejos e da guarda metálica para a avenida Elias Garcia 107-121, datado de 1919, onde se vê a definição com que o projetista tratou os dois painéis de azulejos colocados acima do lintel e sob o peito da janela, e também a guarda metálica da varanda.

Alguns projetistas tratavam, logo no projeto, de representar os motivos que pretendiam ver nos azulejos, condicionando desse modo o gosto do dono da obra e orientando as opções das fábricas que os produziam. E o mesmo acontecia com os desenhos das guardas de varanda em ferro e com os das portas. Ainda assim, o projeto nem sempre era cumprido, como aconteceu com o da avenida Elias Garcia 107-121 (fig. 230) onde, apesar do cuidado que houve na representação do desenho dos azulejos e da importância que tinham na arquitetura da fachada, estes não vieram a ser colocados.

A temática vegetalista, a opção estilística e o cromatismo intenso dos azulejos Arte Nova, tiveram como temática o que se fazia nos outros países europeus. Em França, por exemplo, o uso de azulejos deste tipo foi frequente nas povoações balneares da costa atlântica, e combinado com o tijolo aparente conseguia composições surpreendentes nas fachadas de pequenos prédios de dois ou três pisos. Mas os azulejos de Lisboa têm características próprias, desde logo pela arquitetura que os suporta e também pelo desenho, pelas as cores, pelas técnicas da fabricação e, sobretudo, do modo de aplicação, uma vez que era no contraste com a pedra branca e com o reboco fino pintado que sobressaíam, enquanto na costa norte da França eram postos em relação com o tijolo maciço, castanho ou avermelhado.

Os gradeamentos metálicos dos guarda-corpos dos vãos de janelas e das varandas, bem como as portas da rua foram também objeto de grande cuidado tanto em projeto como na sua execução, sendo, nalguns casos, de grande qualidade artística<sup>491</sup>.

Durante a década de 1910 começaram a aparecer portas metálicas com desenhos de estilo Arte Nova, muito elaborados, em que a tensão do traço e a sugestão de movimento das linhas é perfeitamente traduzida nas ligas de ferro e no latão, pela perfeita realização de curvas e contracurvas e pela execução perfeita do estreitamento da secção das barras. Pelo interior, essas portas eram envidraçadas, graças a caixilhos finos que suportavam o vidro e que se podiam abrir para o interior para o arejamento.

Dos edifícios estudados, o primeiro a ter portas de rua desse tipo foi o que faz gaveto da avenida da República 23 para a avenida João Crisóstomo (fig. 231 à esquerda), com projeto do arquiteto Miguel Nogueira com data de 1911. Nele, tanto as portas de ferro como os guarda corpos das janelas são no mesmo estilo, acrescentando o facto destes últimos formarem uma superfície convexa que acentua a impressão de movimento e prolonga, com delicadeza, os efeitos esculpidos na cantaria.

A perfeição da execução e a beleza do desenho Arte-Nova das portas de ferro, ultrapassaram o que até então tinha sido produzido em ferraria artística. Em certos casos, o fabricante está identificado, o que se constata nos letreiros existentes sob os puxadores da belíssima porta de ferro de um prédio da avenida da Liberdade onde pode ler-se “Jacob Lopes da Silva & C.a – Serralharia Civil, travessa das Picoas 14”, artéria a que foi atribuído, em 1931, o nome de rua António Cândido, e numa outra porta da mesma avenida “Vicente Esteves, serralheiro, rua das Amoreiras 128”.

---

<sup>491</sup> Ver Volume Anexo, pp. 437-440, e pp. 445-446.



Fig. 231 – Portas de rua em ferro. Da esquerda para a direita, na avenida da República 23 com projeto de 1911, na avenida da Liberdade 212, datada de 1912, e na avenida da República 37, de 1920.

É claro que nos outros países europeus pela mesma altura, também se faziam portas e guarda-corpos em ferro ao estilo Arte Nova, nas grandes cidades da Alemanha, da Áustria, da Espanha, da Hungria e da Checoslováquia, e em França de onde vieram para Lisboa influências parisienses.

Em Paris foram construídos vários prédios entre 1902 e 1918, com portas de rua em ferro, onde os desenhos Arte-Nova se misturam com um repertório neorrocó que certamente serviram de inspiração para as de Lisboa, como a do edifício 24 da Rue de Saint-Augustin, construído em 1903, ou o 12 da Avenue de Lowendal edificado em 1912, ou ainda o 39, Rue Scheffer datado de 1911<sup>492</sup>, entre muitos outros.

No início, as portas em ferro eram seguramente mais caras do que as de madeira de pinho e por isso só usadas nos edifícios destinados à elite, e se se acrescentar que, com o tempo e a falta de manutenção, o metal oxidou e foi necessário proceder a reparações dispendiosas ou mesmo à sua substituição, entende-se a razão pela qual hoje rareiam em Lisboa. Na década de 1900, só em 14% dos prédios foram projetadas portas de ferro, mas na de 1910 a percentagem subiu para 36%, e na de 1920 para 70%, banalizando-se então o seu uso.

---

<sup>492</sup> Mignot, Claude (2004). *Grammaire des immeubles parisiens – Six siècles de façades du Moyen Âge à nos jours*. Editions Parigramme.

Os desenhos de cariz Arte Nova em portas e guarda corpos de vãos de janela e varandas, estão patentes em 32% dos prédios de rendimento projetados na década de 1900, subindo para 70% na de 1910 e ainda para 86% na de 1920. Enquanto nos outros países da Europa ocidental esse estilo foi sendo abandonado nos finais da primeira década do século vinte, em Lisboa ele persistiu pelo menos até 1930.

Só na década de vinte se começa a afirmar o desenho “Art-Déco”, visível em 32% dos prédios analisados.

Nas moradias unifamiliares incluindo os palacetes há, na primeira década do século vinte, uma maior percentagem de casos em que prevalece a Arte Nova nos elementos decorativos, 75% , se comparada à dos prédios de rendimento, descendo para 42% na década de 1910 (quadro 33). Foi pela arquitetura das moradias e principalmente dos palacetes, que esse estilo foi difundido, mas também foi nesses edifícios que mais depressa foi erradicado.

Avenidas Novas – Grades metálicas aplicadas em fachadas								
Décadas		Portas de rua em ferro	Estilo			Guarda-corpos de varandas		
			Arte Nova	Art Deco	Outro	Planos	Salientes	
							Quinados	Bojudos
1900	Prédios de rendimento	1/24 4%	8/25 32%	1/25 4%	18/25 72%	19/26 73%	12/26 46%	3/26 12%
	Moradias unifamiliares	4/12 5%	9/12 75%	0/13 0%	5/12 42%	9/13 69%	3/13 23%	1/13 23%
	Total	5/36 14%	17/37 46%	1/38 3%	23/37 62%	28/39 72%	15/39 38%	4/39 10%
1910	Prédios de rendimento	21/60 35%	46/66 70%	3/66 5%	21/66 32%	43/69 62%	31/69 45%	3/69 4%
	Moradias unifamiliares	5/12 42%	5/12 42%	0/12 0%	3/12 25%	7/12 58%	1/12 8%	1/12 8%
	Total	26/72 36%	51/78 65%	3/78 4%	24/78 31%	50/81 62%	32/81 50%	4/81 5%
1920	Prédios de rendimento	15/21 71%	19/22 86%	7/22 32%	1/22 5%	15/22 68%	7/22 32%	1/22 5%
	Moradias unifamiliares	½ 50%	2/2 50%	0/2 0%	0/2 0%	2/2 100%	0/2 0%	0/2 0%
	Total	16/23 70%	21/24 88%	7/24 29%	1/24 4%	17/24 71%	7/24 29%	1/24 4%
1900-1929	Soma	47/131 36%	89/139 64%	11/140 8%	48/159 30%	95/144 66%	54/144 38%	9/144 6%

Quadro 33 – Portas e guarda-corpos em ferro, de 1900 a 1929. Caracterização e utilização.



Quanto aos guarda-corpos dos vãos e das varandas, distinguem-se três volumetrias, designadamente, os que são planos (fig. 233), os bojudos (fig.232) ou convexos, e os quinados ou dobrados, que formam dois planos (fig. 234).

Os primeiros estão em continuação com os dos períodos anteriores e estão ainda em maioria nos anos de 1900, usados em 72% dos casos, descendo para 62% nos anos 1910, e passando a 71% nos anos vinte. Os segundos, de forma bojuda, começaram a usar-se no final do século dezanove e mantêm-se nos primeiros anos do século vinte em 10% dos casos, descendo para 5% na década seguinte. Quanto aos quinados, usaram-se em 38% dos edifícios na década de 1900, em 50% na de 1910, e decresceram depois para 29% na de 1920, mas foram muito mais aplicados em prédios de rendimento (46%) do que em moradias (14%). Mais raramente, surgem combinações entre estes modelos.

De facto, os guarda-corpos bojudos estão quase confinados à última década do século dezanove e à primeira década do século vinte, enquanto os de forma quinada são caraterísticos dos trinta primeiros anos do século vinte, aplicados mais em prédios de rendimento do que em moradias unifamiliares.



Fig. 232 – Guarda-corpo bojudo ou convexo.



Fig. 233 – Guarda-corpo plano.



Fig. 234 – Guarda-corpo quinado.

As portas em metal eram, como ficou mostrado, minoritárias, uma vez que eram mais dispendiosas do que as de madeira. Por isso, a grande maioria das portas da rua dos prédios da cidade, eram em madeira, enceradas ou envernizadas quando se tratava de madeiras nobres, e pintadas a tinta de óleo pigmentada, quando eram em casquinha ou em pinho. Eram engradadas, com almofadas salientes na parte inferior e de postigos envidraçados e gradeados na parte superior.



Fig. 235 – Portas de rua em prédios edificadas nas duas primeiras décadas do século vinte.<sup>493</sup>

Acima dos postigos havia uma pestana saliente ora reta ora arqueada ou mesmo triangular, que formava como que um frontão, assente em colunelos laterais como se de um nicho se tratasse.

São características deste período as ornamentações gravadas na madeira formando desenhos espiralados ou geométricos, em relevo. As bandeiras não têm gradeamento de ferro, são em vidro envolvido por um aro de madeira ornamentado, e, por vezes, estão gravados com o monograma do proprietário ou a data de construção do edifício como na do prédio da rua do Conde de Redondo 113-117 (segunda foto da fig. 235). Destas bandeiras de vidro gravado, já poucas restam devido à fragilidade do suporte.

Passando a porta da rua, estava-se no átrio que tinha, em geral, um desnível bastante acentuado relativamente ao patamar do rés-do-chão, obrigando à existência de uma escadaria em pedra que, considerando o desnível dos talhões em relação à rua, entre

---

<sup>493</sup> Da esquerda para a direita, portas de rua dos prédios da avenida Duque de Ávila 12, datado de 1904, avenida Duque de Ávila 69, com projeto de 1903 e da rua do Conde de Redondo 117, datado de 1917.

a cota de nível do átrio e a do patim do rés-do-chão podia ter dois ou três metros. Sendo por natureza um espaço de receção, o primeiro a que qualquer visitante acedia, e partindo-se do princípio que a primeira impressão de um lugar é a que sempre prevalece, era profusamente decorado com molduras e baixos relevos em estuque, nas paredes e nos tetos, pintados em cores claras a sugerir mármore de várias tonalidades.

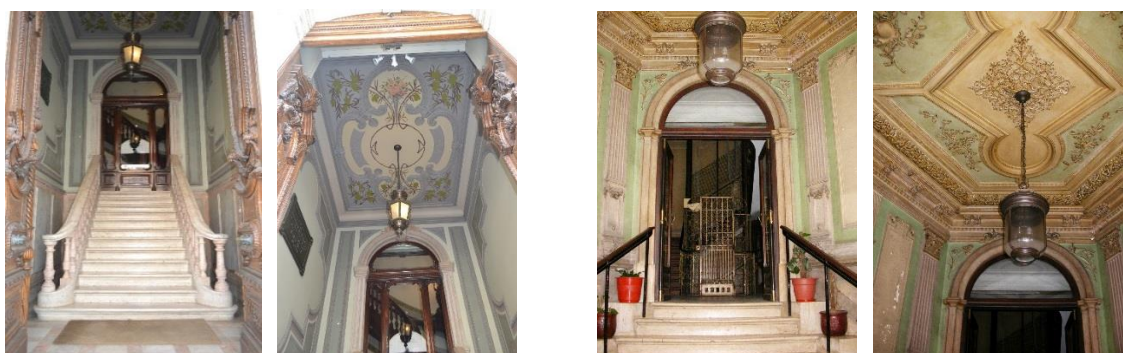


Fig. 236 – Átrios. À esquerda na Av. Duque de Ávila 73-77, datado de 1905, à direita na rua Alexandre Herculano 86, de 1907.

Nos prédios de rendimento destinados à classe média-alta, o trabalho de estuque era mais elaborado, reproduzindo nas paredes, pilastras com os seus capitéis e sancas nervuradas, e nos tetos florões, na tradição do que se fazia nos salas do século dezanove, mas agora com o desenho e o léxico da Arte Nova.

A separar o átrio da caixa de escada, havia um guarda-vento com caixilhos de madeira e vidros foscos onde também se gravava o monograma do proprietário, e logo atrás ficava a caixa de escada.

No Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas de 1903, vem expressa a obrigatoriedade de existência de uma bomba de escada “a caixa da escada deve ter no seu eixo um espaço vazio, por onde desça a luz e suba o ar para sair pelos ventiladores que deve haver nas claraboias”<sup>494</sup>, bomba essa que, de um modo geral, era estreita e de gaveto, mas nos prédios mais luxuosos e com amplas áreas, era uma bomba larga onde cabia um ascensor.

---

<sup>494</sup> A.d. (1903), D. G. de Obras Publicas e Minas, Repartição de Obras Públicas, *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*, de 14 de Fevereiro de 1903, Capítulo II, parágrafo 2.º. Ed. Imprensa Nacional.

INTRODUÇÃO DE ELEVADORES			
N.º de prédios analisados	Ano do projeto	Local	Representação do elevador
Década de 1900			
	1907	Rua Braamcamp 82	Sim
	1908	Avenida Duque de Loulé 90-92	Sim
110			Total=2 1,8%
Década de 1910			
	1912	Av. da Liberdade 206-218;	Sim
	1912	Rua Rodrigues Sampaio 27-35	Sim
	1913	Rua Mouzinho da Silveira 8; Rua Rosa Araújo 14-16	Sim
	1918	Av. Marquês de Tomar 62-74; Av. Visconde Valmor 60-60C.	Sim
	1919	Av. Miguel Bombarda 46A-50.	Sim
	1919	Av. da República 93-93C; Av. António Serpa 2-2C	Sim
137			Total=6 4,3%
Década de 1920			
	1920	Av. Duque d'Ávila 26-26B	Sim
	1920	Av. Duque de Ávila 28-30A	Sim
	1920	Avenida da República 49	Sim
	1921	Av. Duque de Ávila 20-22A	Sim
	1922	Av. da República 97	Sim
	1929	Av. da República 55B-55D	Sim
50			Total=6 12%

Quadro 34 –Representação de caixa de elevador em projeto, de 1900 a 1929.

As primeiras cabines de ascensores instaladas nos edifícios eram em madeira nobre e estavam protegidas, em cada andar, por uma grade metálica ao gosto da época.

Dos projetos analisados neste estudo, dos 297 prédios edificados nos primeiros trinta anos do século vinte e espalhados pela cidade, verificou-se que apenas quatorze tinham a caixa de elevador representada em planta (quadro 34). Destes, o primeiro edifício em cujo projeto está representada uma caixa, que se presume ser a do elevador, é o da Rua Braancamp 82, e data de 1907. No ano seguinte é apresentado o projeto de um conjunto de três edifícios para a avenida Duque de Loulé 90-92, onde as cabines dos



elevadores são já explícitas. São todos eles prédios de rendimento, luxuosos, e com áreas extensas.

No projeto de localização do elevador no edifício da rua Mouzinho da Silveira 8, não só a cabine está representada em planta, como figura o nome do instalador e talvez representante, a firma Júlio Gomes Ferreira & C.<sup>a</sup> Lim.da, sediada na Rua da Vitória 82-88.

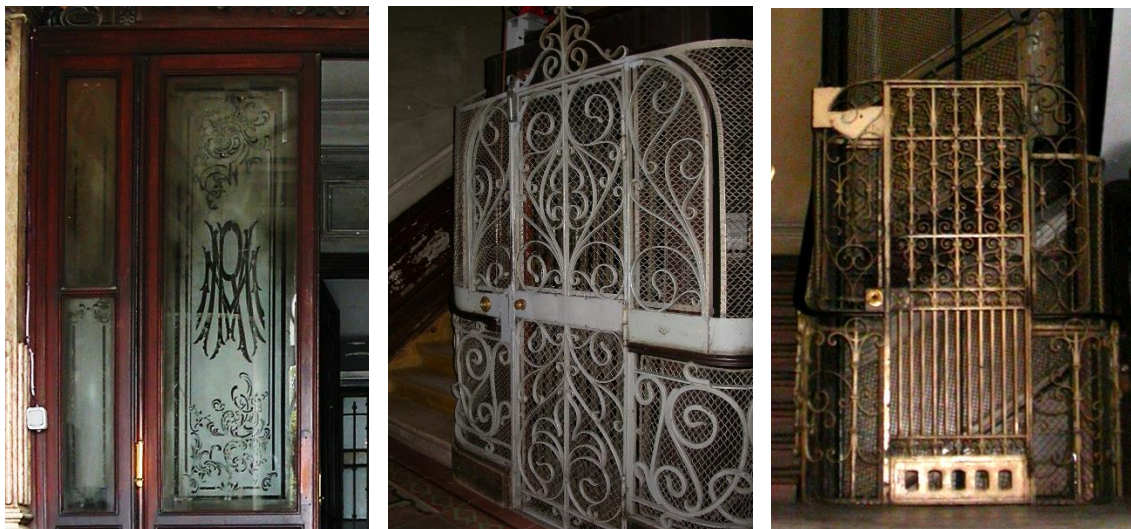


Fig. 237 – Da esquerda para a direita, monograma gravado no vidro de uma porta de guarda-vento, e grades de proteção das caixas de elevador, em edifícios de 1907.

Até ao início do século vinte, o último andar era destinado aos menos abonados, e como tal era onde havia menos investimento. A partir do momento em que os elevadores são instalados nos edifícios, o piso nobre passa a ser não o último, em geral com menor conforto térmico, mas o penúltimo, de bons ares e vista soberba sobre a cidade dispendo de uma varanda corrida que permite vãos rasgados até ao pavimento. Como exemplo, no prédio da avenida da República 97, em 1930, o quinto andar era habitado pelo consul de França<sup>495</sup>.

Toda a conceção de hierarquia dos pisos foi, mais uma vez, subvertida e, tal como no século XVII, as classes sociais com mais recursos financeiros preferiam viver nos pisos elevados, distanciando-se da vida de rua e do povo comum.

---

<sup>495</sup> Obra 5767; Volume 1; Processo 17009/DAG/PG/1931 - Tomo 1; Página 1V. A.M.L.

### 8.3. Síntese.

A planta do Estudo Prévio das Avenidas Novas data de 1903, e estava integrada no Plano de Melhoramentos da Cidade, de 1904.

Da análise feita, pode concluir-se que ao longo das primeiras três décadas do século vinte, no bairro das Avenidas Novas, houve diversos tipos de construções. Se, no início do século, da totalidade dos prédios erguidos 24% eram palacetes, a verdade é que os prédios de rendimento eram muito mais, cerca de 60%, e as moradias unifamiliares de fachada sobre a rua, constituíram 16%. Mas ao longo da segunda década a edificação de palacetes baixou para os 4% e na década de 1920 não houve novas construções dessa tipologia. Assim, apesar da intenção inicial, por parte da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, de destinar essa zona à habitação própria das classes sociais mais altas, a realidade foi outra, os prédios de rendimento foram a larga maioria, e logo desde os primeiros anos.

A partir da década de 1910 edificou-se também em talhões subdivididos e as áreas das habitações diminuíram percentualmente, continuando ainda assim a produzir-se fogos de grandes áreas, ao mesmo tempo que se construía outros menores, proporcionando alguma diversidade social.

A riqueza dos proprietários traduzia-se na grande dimensão das habitações, no comprimento e número de troços dos corredores, num número significativo de divisões destinadas à vida social, nas grandes áreas dos espaços ajardinados, em pormenores decorativos no interior e essencialmente no exterior, para serem vistos por todos. De assinalar também a separação funcional do espaço de serviço, remetido para as traseiras.

No que respeita às condições sanitárias, a imposição de valores mínimos de pé-direito e de cubicagem, e a existência de uma rede geral de distribuição de água na cidade, permitiram a existência de instalações sanitárias com equipamento completo, mesmo em habitações muito modestas.

A rede de iluminação a gás do espaço público, que estava operacional desde a década de 1830 e que, em casos isolados, se estendia ao espaço privado residencial, começou a generalizar-se nas novas urbanizações, no início do século vinte. Pressupunha um “cano geral” em ferro ou em chumbo, enterrado nos arruamentos, que distribuía para cada prédio. No interior dos fogos havia um ramal que se ramificava e estendia pelas paredes de cada compartimento, alimentando os bicos de gás onde de adaptavam candeeiros, aquecimentos e fogões de cozinha.

No entanto, em 1910, não era ainda obrigatória a instalação de uma rede de gás em cada edifício, mesmo se a maioria já a tinha<sup>496</sup>.

Quanto à rede elétrica, era muito insipiente em 1905 e considerada ainda “uma luz de luxo”<sup>497</sup>.

Nos prédios de rendimento deste período, as habitações são agora, na sua maior parte, de planta com frente estreita e grande profundidade, exceção feita aos dos talhões de esquina que têm maior área e configuração quadrada. Nas paredes laterais abrem-se estreitos saguões.

A organização do espaço interior é bastante rígida, salas e escritório com janelas para a rua, quartos alinhados ao longo dos saguões, e zona de serviço doméstico para as traseiras, que incluía a cozinha, a casa de jantar, um quarto de criadas, e uma despensa, por vezes também uma copa e um quarto de costura, com portas para as varandas corridas a que se acedia por uma escada de serviço. A casa de banho, estava agora fixada entre a zona familiar e a de serviço, no centro das habitações maiores, e ao fundo, com janelas para as traseiras, nas de menor área.

Nos palacetes e moradias unifamiliares, a divisão do espaço interior era semelhante, mas acrescida de outros compartimentos na zona de sociabilização, como a sala de fumo e a sala de bilhar, de “boudoires”, e de “toilettes” na zona dos quartos, e de despensas para malas, casas do carvão e casas de engomar na zona de serviço doméstico. Era dividida por dois ou três andares, situando-se as salas ao nível do rés-do-chão quando este era sobrelevado, ou no primeiro andar se o edifício não tinha cave.

A generalização de vigas e colunas de ferro na construção, e a substituição progressiva da alvenaria de pedra pela de tijolo, permitiu a abertura de largos vãos, tanto no interior, a unir salas através de arcos e de pórticos, como na disposição dos elementos das fachadas. Assim, nas fachadas principais, os vãos são, em cerca de 50% dos casos, constituídos por janelas geminadas com lintéis em arco, e, em 13% dos prédios, dão para terraços reentrados relativamente ao plano da fachada. Durante a década de 1920, 32%

---

<sup>496</sup> Segurado (1910?), op. cit. por Vale, Clara Pimenta do, em “As instalações técnicas e as redes prediais no início do século XX. Uma caracterização a partir dos manuais da Biblioteca de Instrução Profissional”, *História da construção em Portugal, consolidação de uma disciplina, N.º 2*, com coordenação de João Mascarenhas Mateus. Edições By the Book, 2018, p. 153.

<sup>497</sup> Duarte (1905), op. cit. por Vale, Clara Pimenta do, em “As instalações técnicas e as redes prediais no início do século XX. Uma caracterização a partir dos manuais da Biblioteca de Instrução Profissional”, *“História da construção em Portugal, consolidação de uma disciplina, N.º 2”* com coordenação de João Mascarenhas Mateus. Edições By the Book, 2018, p. 154.

das fachadas têm blocos de marquises salientes e envidraçadas, e as coberturas de águas dobradas com varanda corrida na mansarda, são na mesma percentagem.

As fachadas inteiramente revestidas de azulejos padronados que eram 20% na década de 1900, passam para 8% na década seguinte e, nos anos 1920, já não se usavam, sendo preferidas as faixas de azulejos figurativos, sobretudo de flores.

Nas traseiras generaliza-se o bloco de varandas corridas em ferro e abobadilhas de tijolo, bem como a escada de salvamento que, na década de 1910 existia em 93% dos prédios, e em algumas construções da avenida da Liberdade há treliças de ferro que constituem os elementos portantes, tanto em paredes interiores como em exteriores.

Os torreões encimados por cúpulas ou telhados pontiagudos, embora marquem fortemente a imagem urbana das Avenidas Novas, foram apenas projetados em cerca de 5% dos edifícios das décadas de 1910 e 1920.

Quanto aos gradeamentos das varandas, os que tomam uma forma bojuda na década de 1900, vêm a desaparecer nas décadas seguintes. As portas de rua em madeira irão também, ser substituídas pelas de elementos metálicos que formam desenhos ao gosto Arte-Nova. Este estilo, está representado em 32% dos gradeamentos aplicados durante os anos 1900 nos prédios de rendimento, e vai atingir os 86% nos anos 1920, mostrando como prevaleceu em Lisboa, muito para além do que aconteceu nas outras capitais europeias.

Por volta de 1907 surgem os primeiros projetos onde está representada a caixa de elevador, e, nos edifícios construídos na década de 1920, já 12% tinham ascensores. A partir de então, os andares mais altos, com vista acima da copa das árvores passam a ser os mais valorizados.

## CAPÍTULO IX – CONCLUSÃO

À questão inicialmente colocada, se é possível identificar tipologias arquitetónicas bem definidas nos prédios habitacionais de Lisboa, pode responder-se que sim, e que para cada tipologia se formar e consolidar há um tempo de implantação em que convive com a tipologia anterior, um tempo em que as suas características são plenamente assumidas e um tempo em que se misturam com as da tipologia seguinte.

As tipologias das edificações são determinadas por vários factores e traduzem-se em aspetos tão diversos como o tipo de materiais nelas aplicados, os sistemas estruturais utilizados, a organização do espaço interior e o modo de o habitar, a implantação e o contexto envolvente, a volumetria, o desenho de fachada, e muitos outros abordados neste estudo.

A questão estilística, de inserção das tipologias arquitetónicas em correntes artísticas é, portanto, redutora. Não obstante, é habitualmente atribuída a cada tipologia arquitetónica uma designação baseada no estilo dos elementos artísticos existentes em cada edifício. Mas, como designar a tipologia de um edifício habitacional de Lisboa, construído no século dezasseis segundo os regulamentos de edificação manuelinos, mas sem qualquer ornamentação? Poderá designar-se por tipologia Manuelina? Certamente que sim, mas tal evoca um estilo ornamental que nele está ausente.

O mesmo se passa com os edifícios levantados no segundo quartel do século dezoito, aqueles onde foi construída uma escada de um lanço por piso e patim lateral, e que têm dois fogos por piso, tipologia introdutora do paradigma do prédio de rendimento moderno. Poderá chamar-se tipologia Joanina por ter surgido durante o reinado de D. João V? Parece descabido, deixando essa designação para a arquitetura erudita carregada de elementos escultóricos e pictóricos.

Ainda assim, no período seguinte, parece não haver dúvidas em apelidar a tipologia arquitetónica decorrente da destruição de 1755, de Pombalina.

Já na que se produz depois de 1780, há mais hesitações na nomenclatura. Há quem a designe por Mariana, por reinar então Dona Maria I, mas, como ficou demonstrado, essa tipologia arquitetónica atravessou vários reinados e mesmo a ocupação francesa e, praticamente, só se extingue com a guerra civil. Mais apropriado seria a designação de Neoclássica, pelas analogias com a arquitetura que se produziu, na mesma época, noutros países europeus.

Durante o período que se estende de 1834 até finais de 1860, constituiu-se uma nova tipologia que se poderá associar à Regeneração e denominar-se como tal, uma vez que traduz os valores da sociedade dessa época, mas os valores artísticos do Romantismo estão também presentes nos elementos decorativos como as molduras dos vãos, os revestimentos azulejares e as platibandas.

Nas últimas três décadas do século dezanove, a tipologia da arquitetura habitacional de Lisboa ficou denominada Gaioleira, termo depreciativo que traduz o empobrecimento do sistema de gaiola relativamente ao pombalino.

No início do século vinte, a gaiola de madeira que constituía o sistema estrutural dos edifícios, vai sendo paulatinamente substituída por vigamento metálico e por tijolo, não podendo assim, ser apelidada de gaioleira. No que toca ao estilo artístico, é a Arte-Nova o mais representativo, mas sempre associado a um léxico formal extenso que compreende elementos neoromanos, neogóticos e neobarrocos, e, já no final da década de vinte, no gosto Art Déco, numa mistura impetuosa, razão pela qual será mais apropriada a designação de tipologia Eclética.

Não parece possível dissociar essa terminologia da que se usa na Europa e no resto do mundo, já que a arquitetura se globalizou.

A evolução do processo de construção dos edifícios habitacionais da capital, desde o início do século dezoito e mesmo nos séculos anteriores, foi de par com o que se fez noutros países europeus, ora antecipando medidas legislativas, ora regulando através da adoção de preceitos já neles em vigor.

O processo construtivo dos edifícios habitacionais de finais do período medieval, de paredes exteriores em alvenaria de pedra nos primeiros pisos e em estrutura de madeira nos andares elevados, é, no essencial, semelhante ao usado em França, na Grã-Bretanha, no Piemonte, nos territórios que são hoje a Alemanha, enfim, nos países do centro-norte europeu e mesmo na Turquia, deles divergindo pelas proporções, pelo pormenor, e pela qualidade dos materiais usados, já que os tipos de pedra e de madeira correntes em Portugal diferiam, naturalmente, dos existentes noutras latitudes.

Não obstante, o traçado urbano tinha características mais próximas do das cidades da Europa do sul e do magrebe, sendo constituído por um emaranhado de estreitas ruas que envolviam as unidades habitacionais compostas por vários volumes de casas abertas para pátios interiores. Daqui se deduz que as construções anteriores à reconquista cristã, foram desaparecendo, algumas por demolição mas também por colapso devido às guerras que de tempos a tempos ocorriam, e aos terremotos que periodicamente atingiam a cidade.

Mas se os edifícios eram substituídos por outros com diferentes processos construtivos, o tecido urbano foi-se mantendo, ainda que sofrendo pequenas alterações. Este pressuposto ficou comprovado durante as escavações executadas durante as obras de reabilitação dos bairros históricos, verificando-se frequentemente a existência de paredes de casas em alvenaria de pedra, mas também em adobe, enterradas sob escombros debaixo dos edifícios ainda existentes a que, por vezes, serviam de alicerces.

As alterações introduzidas às práticas construtivas pelos alvarás manuelinos de 1502 a 1504, respeitantes à proibição de balcões em ressalto e de paredes de madeira aparente em fachadas, com o objetivo de precaver a propagação de incêndios e de melhorar a circulação no espaço público, foram aplicadas também em França, um século mais tarde, pelo édito de 1607.

Anteriormente, em Lisboa, pela Carta Regimento de 1498, começaram a ser introduzidos nos edifícios de iniciativa real, os princípios da estética da renascença italiana, baseados na ordem “divina” da geometria. Luca Pacioli escreverá em 1509 *De Divina Proportioni*.

Nos edifícios de habitação erguidos no século dezasseis, nas áreas de expansão da cidade, predominam dois tipos de prédios, os que têm um polígono de implantação de proporções próximas às de um quadrado, com áreas de cerca de 30 m<sup>2</sup>, fachadas de três módulos verticais de vãos e dois pisos, e os que ocupam chãos subdivididos, com 3 m de frente que, podendo ocupar o logradouro, chegam a ter 14 m de profundidade. Nestes últimos, havia mais um andar, já que a maior profundidade do prédio correspondia a mais um lanço na escada de tiro. Datam desse tempo as fachadas de um ou dois vãos ordenados em módulos verticais que, na zona da caixa de escada, se reduzem a pequenos óculos em vez de vãos de janela.

Na primeira metade do século dezassete sob domínio espanhol, logo em 1603, entraram em vigor as Ordenações Filipinas que alteraram, em certos aspetos, os princípios que estavam até então convencionados e inscritos no Código Zenoniano como, por exemplo, o da servidão de vistas de mar, mas estabeleceram também a proibição de devassa de casa ou quintal alheios, por construção de terraços, vãos e janelas que sobre eles se pretendesse edificar. É desse período, por exemplo, a prática de não abrir vãos sobre a porta de entrada dos fogos dos andares inferiores, caso estes não estivessem na posse da mesma família, e de não rasgar janelas nas empenas confinantes com os prédios contíguos.

Os prédios que então são levantados, têm paredes exteriores inteiramente em alvenaria de pedra, e altura conforme às características da zona onde se situam. Assim, na freguesia do Castelo, na colina se Santa Ana, na rua de São Lázaro e no troço inferior da Calçada de Santo André, predominavam os edifícios de dois ou três pisos, enquanto na Baixa eram os de cinco ou mesmo seis andares.

Para além destes prédios destinados à classe média, há ainda habitações populares a ocuparem os primeiros três pisos das grandes casas nobres, habitações essas que, tanto em área como na disposição do espaço interior, não diferiam muito das existentes nos edifícios de arrendamento.

No início do século dezoito, os aspetos mais vezes abordados nos autos de cordeamento são a altura das sacadas ou bases de varanda que, consoante o local onde se encontravam, não podiam descer abaixo de certos valores oscilando entre os 12 e os 16 palmos (2,64 m e 3,52 m), e a proibição de construir degraus ou de colocar grades que excedessem o plano da fachada e constituíssem obstáculos à circulação. As pretensões dos proprietários, constaram essencialmente de obras de modernização dos imóveis, fosse pela substituição das velhas paredes frontais de madeira por outras em alvenaria de pedra, fosse pela introdução de sobrelojas ou sótãos, e também pela execução de sacadas em pedra nos pisos altos.

Para além destes aspetos houve, neste mesmo período, alterações em dois pontos fundamentais, a forma e disposição da caixa de escada e a edificação de prédios com dois fogos por piso.

Até finais do século dezassete e primeiros anos do século dezoito, as escadas eram de tiro e, desenvolvendo-se os lanços em linha reta junto à parede da empena, serviam o primeiro e o segundo andares, mas já não o terceiro.

A partir da década de 1730, começa a difundir-se uma escada de lanços sobrepostos com um patamar lateral que permitiu o aumento de pisos para além do segundo andar, sem obrigar ao aumento da profundidade dos edifícios.

Como se verificou, em alguns casos, as escadas são comuns a dois prédios, ou por terem inicialmente sido um só prédio, dividido mais tarde entre os herdeiros, ou por terem ambos pertencido, na sua génese, ao mesmo proprietário, mantendo-se contudo parcelas autónomas, sendo disso exemplo o edifício da Rua Augusta 162-168, só emparcelado em 1951, em que a escada de um, servia também o edifício contíguo. Parece ter sido essa a origem do edifício de dois fogos por piso.



A mesma evolução foi constatada nos prédios parisienses em meados do século dezassete, em urbanizações na zona do Marais entre 1640 e 1670<sup>498</sup>, quando em dois chãos contíguos pertencentes ao mesmo proprietário, as caixas de escada de um e de outro encostavam à mesma parede de empena. Então, por economia de espaço, construía-se uma só escada e permitia-se a passagem ao outro prédio abrindo vãos na parede da empena, ao nível de cada piso<sup>499</sup>.

O aumento populacional de Lisboa que se verificou entre 1732 e 1755 levou a novas urbanizações sobretudo ao longo das principais estradas de acesso à cidade, levadas a cabo pelos nobres proprietários das quintas aí existentes, que as dividiram em talhões e venderam a investidores que por sua vez as edificaram para habitação própria, para venda ou para arrendamento.

Durante a primeira metade do século dezoito vai, assim, configurar-se uma tipologia de prédio com escada ao centro e dois fogos por andar, em que a fachada é de cinco módulos verticais de vãos, sendo o do centro constituído por pequenos vãos de janela, quadrados, que ventilam e iluminam os patins da caixa de escada, e em que os vãos laterais têm, em simetria, sacadas que abrem para as salas e vãos de peito para os quartos.

No interior, estão dispostas em cada fogo duas divisões com janela para a rua, uma ou duas divisões interiores, caso o edifício tenha profundidade para isso, e duas divisões a dar para o quintal, das quais uma é a cozinha. A chaminé está quase sempre encastrada na parede posterior. São fogos em que a média das áreas brutas ronda os 60m<sup>2</sup>, destinados a uma classe média de comerciantes e artífices, com loja no rés-do-chão, um meio piso de sobreloja e, acima, mais dois ou três pisos habitacionais, o que corresponde a cerca de 9,5 m de altura.

Essa tipologia de edifício, corresponde já à do prédio de rendimento, construído não apenas para a habitação e a atividade profissional do proprietário, mas também para arrendamento.

A primeira regulamentação da altura dos edifícios em França, data de 1667, limitando a altura das fachadas ou seja, a cércea, a 48 pés, cerca de 14,6 m, o que corresponderia a um total de cinco pisos incluindo o térreo.

---

<sup>498</sup> Cabestan, Jean-François (2004), *La conquête du plain-pied, L'immeuble à Paris au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Editions Picard, Paris, p. 29.

<sup>499</sup> *Ibidem*, p. 46.

De acordo com a estimativa da população da capital e do número de fogos em 1755, haveria, em média, 4,4 habitantes por fogo, valor plausível se considerado que a esmagadora maioria dos fogos habitacionais então existentes eram antigos e tinham à volta dos 40 m<sup>2</sup>.

Com o terramoto e a destruição da parte baixa da cidade, o governo do reino chefiado por Carvalho e Melo, tomou em mãos a reabilitação da urbe e produziu legislação para evitar a construção desordenada e o crescimento anárquico, mas a lentidão do processo foi ultrapassada pela urgência das necessidades de habitação. Para além da proliferação de barracas de madeira, alguns particulares, designadamente as ordens religiosas que dispunham de vastas áreas junto aos conventos, anteciparam-se na urbanização dos seus terrenos.

As freiras Trinitárias do convento da Lapa são um desses casos, urbanizando parte da sua cerca e vendendo os prédios antes que o Senado da Câmara desse por isso. Também os frades do convento de São Bento, entre outros, urbanizaram os terrenos agrícolas e os venderam.

O Estado focou-se na reabilitação da Baixa, que quiz modelar por forma a criar um paradigma de urbanismo moderno e de habitações resistentes, cómodas e, uma vez que a execução seria seriada, não muito dispendiosas.

Em consequência, geraram-se dois tipos de intervenção urbana, a reabilitação feita por iniciativa particular que torneava a legislação e conseguia produzir casas rapidamente e em quantidade, mas que trazia pouca inovação já que estava presa ao que até aquela data se tinha feito, tanto ao nível do traçado urbano como da tipologia arquitetónica, e a de iniciativa governamental, mais lenta, mas trazendo novos conceitos de urbanismo e de arquitetura.

A Baixa começou a ser reedificada a partir de 1760, mas até 1780 quando se dá o afastamento do Marquês de Pombal da área do poder, só a rua Augusta estava composta, com os talhões edificados, mas, ainda assim, nem todos concluídos. Para além deles, estavam também iniciados os conventos do Espírito Santo e de Corpus Christi, e um ou outro prédio disperso na área. Na freguesia de São Nicolau, só 31% dos chãos estavam edificados, pelo menos parcialmente, e habitados. Por isso, se o traçado urbano e o de parte das fachadas, são pombalinos, não é possível alargar a designação a todos os prédios da Baixa.

A concepção da caixa de escadas sofre, nesses vinte anos, importantes alterações, o patim lateral dá lugar a um lanço de escadas, inicialmente mais curto, mas logo com os

dois lanços iguais. Este modelo de escada, com o patim intermédio encostado à parede posterior do edifício onde se abrem vãos de janela, vai permitir a existência de um átrio que irá tornar-se progressivamente mais amplo, sendo separado da caixa de escadas, nos primeiros anos, por um arco estreito de cantaria lavrada, e depois por um arco duplo. Até então, só as casas dos nobres ou dos notáveis tinham um átrio.

Também no número de pisos se irá, ao longo do tempo, verificar alterações. Logo na fase de programa, houve hesitações. Se os projetistas, engenheiros militares, consideravam prudente para prevenção de danos em caso de novo sismo, a limitação da cércea a um piso de lojas e dois de habitação, o mercado, representado pelos proprietários dos talhões e pelos investidores, considerou não ser a operação rentável, exigindo mais pisos. Ficou estabelecido que seriam três acima do das lojas e, um em águas furtadas. Nas vias mais importantes e nas praças, o último piso teria um duplo telhado apelidado de germânico, por ter sido largamente adotado no leste europeu, embora na verdade, fosse de origem francesa.

O revestimento azulejar no interior, aplicado nos lambris dos fogos dos três primeiros andares e, só em rodapé nas águas furtadas, tinha sido, até então, só usado nas casas das classes altas, e veio valorizar as habitações da classe média, tornando-as mais limpas e mais bonitas.

Inicialmente, foram aplicados azulejos que tinham sido produzidos para outros locais, ou provenientes de casas demolidas ou que, devido ao terramoto, não chegaram a ser aplicados nos locais para onde estavam destinados, painéis ainda ao gosto do período Joanino. Mas logo se inicia uma produção específica, já não com a qualidade das oficinas dos mestres da pintura azulejar da primeira metade de setecentos, mas feita em fábrica por artífices mais ou menos especializados, com desenhos e temas estabelecidos, que resultaram numa pintura gestual, feita rapidamente, em pinceladas sem grandes detalhes, mas bela pelo efeito de claro escuro que evoca profundidade e movimento.

No que respeita à largura dos prédios, embora a bitola dos quarteirões seja a fachada de três módulos verticais de vãos (MVV), o mais frequente nos fogos pombalinos da Baixa é o prédio de 4 MVV. Quanto às tipologias dos fogos, dos 84 edifícios analisados, só 13% tinham até cinco divisões, enquanto cerca de 18% tinham mais do que sete divisões.

Se na urbanização das freiras Trinitárias a média de áreas brutas dos fogos era de 64 m<sup>2</sup>, os fogos mais pequenos da Baixa, os que tinham fachadas de 3 MVV, tinham áreas brutas da ordem dos 100 m<sup>2</sup>. Uns e outros destinaram-se a artífices, a pequenos

comerciantes com loja no rés-do-chão, como sapateiros e alfaiates, mas, na Baixa, alguns dos fogos de maiores áreas foram habitação de homens de negócios como os Bandeira ou os Fonseca. Contudo, foram essencialmente adquiridos como investimento, como prédios de rendimento.

Também no caso da Baixa de Lisboa há, no tipo de traçado urbano, influências do que se tinha feito em capitais de outros países. Em Londres, por exemplo, onde o crescimento da cidade se tinha processado, durante o século dezassete, pela urbanização de grandes quintas, os *squares* e os *estates*, divididos em talhões segundo malhas ortogonais articuladas entre elas por praças radiais. Não obstante, os edifícios eram estreitos e profundos, assemelhando-se as plantas mais às dos edifícios de Lisboa do século dezasseis. Mas, em 1713 é construído Hanover Square e, em 1742, Berkeley Square, grandes praças com áreas ajardinadas centrais, à volta das quais os edifícios apresentam fachadas com algumas semelhanças aos da Baixa, não nos materiais ou no pormenor, mas na organização e proporção dos elementos das fachadas, na cércea de rés-do-chão e três pisos, e na mansarda do último andar. O primeiro andar com sacadas individuais, o segundo e o terceiro com vãos de peito que diminuem de proporções à medida que ganham altura.

Este tipo de urbanismo, racionalista, despojado de ornamentação mas que transmite uma imagem forte de longas fachadas remetendo para as dos palácios, e contendo habitações confortáveis e salubres, foi inicialmente promovido pelos membros do partido Whig, os liberais, os negociantes, e só depois pelos nobres.

Em Paris, por iniciativa real, são delineados novos traçados urbanos pontuados por praças. A Place des Victoires foi concebida por François Mansart por volta de 1685, com planta circular intersetada por uma linha reta, e bordejada por edifícios de fachadas ordenadas, em que o rés-do-chão apresentava os vãos das lojas e sobrelojas envolvidos por arcos de pedra, no primeiro andar que era o andar nobre, rasgavam-se altos vãos de sacada, no segundo andar vãos mais baixos, e no último andar, de mansarda revestida a ardósia, as janelas de trapeira eram complanares à fachada do prédio e dela separadas por uma cornija muito proeminente. Entre os vãos há pilastras de pedra.

As fachadas em pedra aparelhada aparente, têm uma leitura bem diferente das dos edifícios da Baixa de Lisboa, em que eram rebocadas e caiadas. Também a mansarda é diferente pelo material de revestimento e pelas proporções já que as águas superiores não avançam em beirado, as pilastas são aplicadas em cada nembro e são coroadas por capiteis jónicos, mas, se ignorarmos os pormenores e depurarmos a leitura até aos elementos

principais, percebemos que os modelos que estiveram na conceção do projeto foram os mesmos, ainda que o resultado final fosse distinto.

O último andar amansardado ou de telhado duplo, começou a difundir-se em Paris a partir de finais do século dezassete e foi largamente usado na década de 1760<sup>500</sup>.

Quanto à disposição do interior dos edifícios, o uso da caixa de escada de dois lanços sobrepostos em prédios de rendimento, na segunda metade do século dezoito, permitiu desde logo uma maior liberdade na divisão do espaço. Alguns fogos da década de 1740, têm plantas muito semelhantes às dos prédios da Baixa, como o da rua “de l’Arbre Sec” com esquina para a rua “des Prêtres-Saint-Germain-l’Auxerrois”<sup>501</sup>, datada de 1745, na qual se vê uma grande sala de planta quadrada a ocupar o anglo entre as duas fachadas, uma câmara, uma antecâmara, um gabinete e um quarto de vestir.

Tal como nos fogos pombalinos, não havia corredor, mas, ao contrário destes, também não havia quartos interiores, o projetista conseguiu que todos tivessem vãos de janela.

Nos anos de 1790, o engenheiro militar Carvalho Negreiros fortemente marcado pelos projetos visionários dos arquitetos franceses do seu tempo, desenvolve uma teoria sobre a cidade ideal, em que a forma arquitetónica deveria ser o resultado da utilização a que se destinava, propondo uma organização zonada da cidade a partir dos grupos sociais que a compunham, e desenhando tipologias de edifícios consoante a condição social, e de fogos habitacionais de acordo com a composição de cada agregado<sup>502</sup>.

O ritmo construtivo da Baixa baixou durante a década de 1780 mas subiu consideravelmente nos anos de 1790, impulsionado por uma situação económica favorável devida a um aumento do comércio, e ao investimento na criação de indústrias competitivas com as dos outros países europeus.

Na década de noventa, construíu-se muito e fogos de maior área, dos quais 68% tinham sete ou mais divisões. Um pequeno corredor, junto à porta de patim, foi definido em 31% dos fogos.

Os vários compartimentos continuavam a ser revestidos com lambrís de azulejos mas a temática mudou substituindo-se a pintura plena de grandes pinceladas de efeito

---

<sup>500</sup> Cabestan, Jean François (2004). *La conquête du plain-pied. L'immeuble à Paris au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Ed. Picard, Paris, p.105.

<sup>501</sup> Ibidem, P. 187.

<sup>502</sup> Gomes, Paulo Varela (2004), “Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina”, em *Revista Monumentos* n.º 21, pp. 132-141.

claro-escuro que produzia a ilusão de relevo, por um desenho linear sobre fundo branco, plano, dito de sombra-chinesa, de gosto neopompeano.

A partir de 1806, com as invasões napoleónicas o bloqueio dos portos provocou dificuldades na importação de matérias primas como o carvão e o aço para alimentarem a produção industrial, muitos dos investidores estrangeiros abandonaram o país e os portugueses procuraram no Brasil desenvolver os seus negócios, lugar para onde também a corte se mudou.

No entanto, os ocupantes franceses com os seus hábitos culturais e os seus gostos, acabaram por, de certa maneira, influenciar o modo de edificar, sendo introduzidas algumas alterações nas tipologias dos edifícios. Napoleão Bonaparte, embora em Portugal nada tenha realizado, pretendia, em França, traduzir o seu poder na construção de espaços e de edifícios de grande escala, fascinado pela monumentalidade das ruínas romanas, gregas e egípcias descobertas nas suas campanhas, mas, por outro lado, afirmava-se defensor da construção de obras públicas como pontes, estradas ou canais de circulação fluvial. Os valores estéticos então difundidos, têm como pressupostos a grandiosidade e a funcionalidade, e como temas os léxicos das civilizações da antiguidade.

Se Madame Junot, ficou bem impressionada com a Baixa de Lisboa, pela grande escala das ruas e das praças, e pelo facto da reduzida volumetria dos prédios não ser aparente já que estavam integrados em grandes quarteirões que mais pareciam palácios, era porque o gosto então dominante em França era ainda esse, o de os edifícios de rendimento constituírem blocos maciços, funcionais, e traduzindo uma “imponente frieza”<sup>503</sup>. Mas, essa uniformidade que apaga a propriedade individual a favor de uma leitura de conjunto de todas as propriedades, não é já aceite pelos novos construtores.

Assim, o rigor dos prospectos das fachadas da Baixa foi sendo pouco a pouco abandonado, fazendo-se sacadas nos andares acima do primeiro, e não só nas fachadas para as ruas principais, como também nas travessas. Aumentando pisos para além do terceiro, alterando a estereotomia das cantarias de moldura de vãos, e usando tipos de gradeamentos que não estavam previstos para aquele local. Os velhos balaústres de ferro forjado foram preteridos pelos gradeamentos de ferro forjado em barra, formando desenhos de gregas, a que se vieram soldar pequenas peças decorativas em ferro fundido.

As coberturas dos edifícios serão também alteradas, substituindo as trapeiras pombalinas por grandes trapeirões, e generaliza-se a claraboia. O uso da iluminação

---

<sup>503</sup> Bertrand, Jean Michel (1980), *Architecture de l'habitat urbain, la maison, le quartier, la ville*, Bordas, Paris, p. 67.

zenital por claraboia, possibilitou a deslocação da caixa de escada para a zona central do edifício e, uma vez que torna desnecessária a existência de vãos de janela para iluminação, proporciona uma melhor disposição das divisões dos fogos. A caixa de escada pode agora alargar-se, e, nos prédios de maiores áreas e melhores acabamentos, são montadas escadas de três e quatro lanços por piso, com bomba larga, com guardas de ferro forjado por vezes fixadas em prumos de cantaria esculpida. Também os átrios ganham área e tornam-se luxuosos, com amplos arcos de pedra lavrada secundados por outros no arranque da escada, e pelas molduras das portas de ligação à cocheira. Por vezes, nos átrios dos prédios, há poços de água com as paredes em cantaria, para uso exclusivo dos moradores.

No interior dos fogos habitacionais deram-se alterações com a introdução de um pequeno corredor, em geral junto à porta de patim, a criar um percurso alternativo para a cozinha e para as dependências de serviço, e a contornar a inevitabilidade de atravessamento dos quartos e das salas pelos criados, tratando-se de espaços reservados aos donos da casa.

Se até finais do século dezoito cada família vivia virada para si mesma, mas no início do século dezanove os ocupantes franceses vieram introduzir a prática dos “salões”, onde a alta burguesia convivia, atraindo intelectuais e artistas para animar os serões. Essa abertura ao convívio e à socialização levou a que também nas classes médias houvesse desejo de a replicar, e, nos prédios da Baixa, tornam-se frequentes as amplas salas de planta quadrada, tetos de estuque trabalhado, paredes decoradas com lambris de azulejo e, acima, cobertas de pinturas com temática da mitologia grega e romana. Os tetos de estuque relevado ostentavam também pinturas no mesmo gosto.

Na produção azulejar, a qualidade destas pinturas figurativas neogípcias e neo-romanas, é bastante inferior à dos azulejos da primeira metade do século dezoito, não deixando ainda assim de ter o seu encanto pelo carácter popular, quase “naïf”. Também na categoria dos figurativos, continuam a ser produzidos os registos de santos, tanto a azul sobre fundo branco como polícromos, aplicados nos átrios dos prédios, acima dos arcos de cantaria, no arranque da escada, e são produzidos também os que se destinam a ser aplicados nas paredes da caixa de escada e que reproduzem o desenho das guardas de ferro.

Quanto aos azulejos padronados, usa-se, particularmente na década de 1810, os de grandes flores azuis a ocupar dois ou mesmo quatro azulejos, os marmoreados ou acetinados reproduzindo o efeito de tecidos de seda, e, em cercaduras, continua a usar-se os de “sombra chinesa” representando frisos de grinaldas de flor-de-lis.

A partir de 1830 a edificação de prédios na Baixa - freguesia de São Nicolau, cai a pique, apenas é erguido um prédio, na rua Nova da Princesa. Se é certo que o clima de guerra civil não era favorável a investimentos, a verdade é que em 1834, já só havia seis chãos por edificar.

De referir que a tendência foi a de construir prédios de dois fogos por piso, com fachadas de cinco ou mais módulos verticais de vãos, deixando mesmo de se fazer as de três vãos.

Entre 1820 e 1840, para além da guerra civil, houve vários surtos epidémicos que levaram à perda de população. Em vinte anos, Lisboa perdeu 14.645 habitantes, e a construção de novos edifícios reduziu-se drasticamente. Estima-se que, em 1853, o número de habitantes por fogo fosse de 3,7.

A partir de 1836, com o regime liberal, o município vê reforçada a sua competência na fiscalização das obras particulares na cidade, que lhe tinha sido retirada pelo absolutismo, e torna obrigatória a prévia submissão à Câmara dos projetos de edifícios.

Durante a década de 1840, dos projetos apresentados aos serviços municipais, poucos são os que dizem respeito a construções de raiz sendo a maioria de alterações aos edifícios já existentes, sobretudo de acréscimo de pisos e de assentamento de varandas corridas.

É principalmente nesses casos, de andares acrescentados ora acima dos quatro já existentes ora para completar edifícios inacabados na Baixa, que se verifica uma alteração tipológica importante na organização do espaço dos fogos, um corredor central, paralelo ao plano da fachada, divide o espaço em duas partes, a dos compartimentos com janelas para a rua, destinados à vida social e profissional do dono da casa, a qual comunica diretamente com uma zona interior onde estão alinhados os quartos da família, e a que dá para as trazeiras, destinada às dependências de serviço doméstico como os quartos das criadas, a cozinha e a sala de jantar. Esta disposição do espaço assegura a demarcação da zona onde se recebe visitantes, da zona doméstica, e, nesta última, a separação da zona de serviço onde estão os criados, da área íntima destinada à família.

Terá sido então na década de quarenta do século dezanove que se definiu, na divisão do espaço dos fogos, a separação das três funções, a de socialização, a familiar e a de serviço. Até então, sendo necessário o atravessamento de salas e quartos para aceder à cozinha, a relação entre donos da casa, criados e visitantes era muito mais íntima e pressupunha um maior entrosamento.



Na década de cinquenta, foi criada uma repartição técnica para a apreciação e aprovação dos projetos e, na década seguinte, foi publicado o decreto n.º 10 de 31 de dezembro de 1864, através do qual o governo mandou fazer um Plano de Melhoramentos de Lisboa e nomeou, em 1865, a Comissão dos Melhoramentos de Lisboa. Esta comissão elaborou o Plano, e foi depois extinta, em 1868.

No referido Plano, foi enquadrado o crescimento da cidade e ficaram estabelecidas as condições de higiene e segurança do espaço público e da habitação. Neste âmbito, o engenheiro Pézerat, elaborou uma tese sobre os melhoramentos e embelezamentos da capital<sup>504</sup>, em parte baseada no modelo francês que estava a ser aplicado na renovação de Paris, cidade que visitou em 1860.

Foram fixadas regras para a implantação e a altura dos edifícios em função da largura dos arruamentos onde se situavam, permitindo, em certos casos, os seis andares.

Os grandes objetivos eram a execução de uma rede de esgoto que abrangesse toda a cidade, bem como o abastecimento de água a todos os prédios e a iluminação do espaço público, mas também a criação de um tecido urbano moderno de vias largas e ensolaradas, onde o espaço público dignificasse os municípios, mas tais ideias não se concretizaram.

No entanto, tal intenção traduz a necessidade de controlo das condições de higiene por parte da Câmara Municipal, não unicamente nos espaços públicos mas igualmente no espaço privado dos prédios habitacionais, talvez decorrente dos surtos epidémicos que atingiram a cidade em 1833.

Os edifícios de esquina passavam a ter os ângulos chanfrados para maior facilidade de circulação nas ruas, e tornou-se obrigatório o encanamento das águas dos telhados para que não atingissem os passantes e melhorassem o funcionamento do esgoto, generarizando-se a platibanda a coroar as fachadas.

Na década de 1840 só em 12% dos projetos apresentados à Câmara figuravam platibandas, mas, em 1860, este número subiu para 20%, e, no mesmo período, os trapeirões das águas furtadas deixaram de se fazer, figurando, na década de 1860, apenas em 5% dos projetos.

Nas fachadas edificadas na década de 1850, já não era a regularidade dos módulos verticais de vãos que prevalecia, mas sim a simetria, acentuando-se um eixo central junto ao qual há no primeiro andar uma sacada proeminente em relação às demais, e vãos com molduras de cantaria mais elaboradas. O uso dos lintéis dos vãos de portas e janelas em

---

<sup>504</sup> Pézerat, Pierre Joseph (1865), *Mémoire sur les études d'amélioration et embellissements de Lisbonne*. Lisboa, Imp.Franco-Portuguais.

arco de volta inteira e em arco quebrado ou de ogiva, torna-se moda, e as platibandas, em certos casos, tomam a forma de balaustradas, ou de frontões triangulares, e ostentam vasos, figuras, fachos e pinásios em pedra ou em faiança. É a expressão do romantismo, acentuada pelo revestimento das paredes exteriores com azulejaria, onde predominava a cor azul sobre fundo branco.

As fachadas, segundo as descrições de visitantes estrangeiros que estiveram em Lisboa, eram pintadas de cores claras, rosa, amarelo ou cinzento, mas em prédios deste período, há fachadas revestidas de azulejos possivelmente da mesma época. O gosto do revestimento integral das fachadas com azulejos, terá chegado com o retorno de portugueses do Brasil depois da independência, e rapidamente se expandiu por toda a cidade.

Também houve alterações nos gradeamentos das varandas, das guardas dos vãos de janela e das bandeiras das portas que, a partir da década de cinquenta, passarão progressivamente a ser em ferro fundido.

Entretanto, o Barão Haussmann tinha iniciado, em 1853, os trabalhos de demolição dos bairros antigos de Paris e de construção de uma imensa rede de “boulevards” e avenidas, servidas por um sistema de infraestruturas e de equipamentos numa perspetiva holística, transformando a cidade num paradigma de modernidade.

Ora, em 1860, estudava em Paris na École Impériale des Ponts et Chaussées, Frederico Ressano Garcia que, a partir de 1874, trabalhou como engenheiro na Câmara Municipal de Lisboa.

Por certo, durante o tempo em que viveu na capital francesa, acompanhou o processo de renovação da cidade, talvez até o tenha estudado na escola de engenharia. Quando assume responsabilidades na Câmara Municipal de Lisboa, reorganiza o Departamento Técnico e promove um plano de expansão da cidade.

Não é pois de admirar que tanto o processo de urbanização como as tipologias arquitetónicas dos edifícios então construídos, tenham sido fortemente marcados pelo que se fez em França. É claro que em Lisboa não houve a destruição do tecido urbano antigo, como em Paris, antes se urbanizaram terrenos agrícolas. A escala foi inferior, se comparada com a de Paris, as avenidas mais estreitas, os prédios mais pequenos, os materiais de construção de menor qualidade, mas os princípios são os mesmos, e algumas formas arquitetónicas, como as três categorias de prédios para uso das diferentes classes sociais, a hierarquia e organização dos elementos das fachadas, os telhados de águas

dobradas com a vertente inferior revestida a zinco, as esquinas cortadas, e o léxico dos pormenores decorativos, foram aí inspirar-se.

Na passagem para o século vinte, nas Avenidas Novas, foram edificados palacetes destinados às classes altas, simulando a aglutinação de diferentes volumes e de uma ou mais torres, sob a influência da arquitetura vitoriana inglesa e americana, dos anos setenta e oitenta do século dezanove.

Se as técnicas de construção, os regulamentos urbanísticos e os gostos de cada época, espelharam a influência que as várias culturas ocidentais tiveram sobre Lisboa, tendendo a integrá-la numa cultura única, global, também é notório que, em alguns aspetos, cada país manteve características específicas que diferenciam as suas cidades e as fazem divergir. Em Lisboa, há, apesar das alterações tipológicas que a arquitetura habitacional foi sofrendo ao longo dos tempos, características formais que tiveram continuidade. Antes do mais, a permanência dos materiais que constituem as paredes exteriores dos edifícios, essencialmente a pedra calcária, não aparelhada, o reboco de cal e areia, a pintura a leite de cal na face exterior, levemente pigmentado a ocre, a óxido de ferro, a pó de carvão.

O sistema constituído por estas paredes de pedra e as treliças de madeira que formam os frontais interiores, condicionaram a altura das construções, não sendo aconselhado levantá-las além dos seis pisos, nem proceder à abertura de grandes vãos. Por outro lado, as coberturas de telha são pouco inclinadas se comparadas às de ardósia usadas no centro-norte da Europa. Em consequência, os edifícios de Lisboa transmitem uma aparência maciça, um tanto atarracada, ainda que atenuada pela claridade da cor e, a partir de meados do século dezanove, também pela sugestão de imaterialidade própria dos revestimentos azulejares.

O aumento exponencial da população de Lisboa nas três primeiras décadas do século vinte, foi notório, provocado pelo crescimento populacional do país em geral, e pelo êxodo rural para as cidades, principalmente para a capital. Em 1930, Lisboa tinha 594.400 habitantes<sup>505</sup>. Em 30 anos, o número de habitantes da capital tinha crescido cerca de 60%. Tal facto traduziu-se na enorme dificuldade de adequação da cidade às novas necessidades de alojamento, de acessibilidades e de infraestruturas.

---

<sup>505</sup> A.d. (1933). *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930*. Direção Geral de Estatística. República Portuguesa. Imprensa Nacional. Lisboa.

Apesar das grandes áreas de expansão previstas em 1903 no Plano de Melhoramentos de Lisboa, da responsabilidade de Ressano Garcia, que quase duplicavam a área urbanizada da cidade, a verdade é que os prédios construídos se destinavam como ficou visto, essencialmente às classes média e alta, não estando de modo algum ao alcance da massa de jornaleiros e pequenos lavradores que invadiram a capital procurando meios de sobrevivência. A habitação operária existente era insuficiente para os que já aí trabalhavam quanto mais para os que iam chegando.

Em 1911, da população ativa do concelho de Lisboa, 19% trabalhavam no comércio, 13% tinham profissões liberais, eram funcionários públicos ou viviam de rendimentos, e 45% eram operários que trabalhavam na indústria ou nos transportes<sup>506</sup>, constituindo estes últimos quase metade do total.

O impulso construtivo, só entre 1912 e 1914, terá dado emprego a cerca de 100.000 pessoas, para além de ter desenvolvido a indústria de produção de materiais de construção e de mobiliário e a sua comercialização<sup>507</sup>.

No entanto, em 1913, o excesso de importações fez derrapar a balança comercial, o país endividou-se e, no ano seguinte, com o início da 1.<sup>a</sup> grande guerra, a economia retraiu-se dramaticamente.

Entre 1918 e 1924 a inflação subiu muito, mas a impossibilidade de importar teve como efeito a criação de indústrias nacionais que, com a moeda desvalorizada, conduziu a um crescimento das exportações, razão pela qual a economia voltou a crescer nos anos vinte.

Nos novos bairros de Lisboa, edificados nas últimas décadas do século dezanove e nos trinta primeiros anos do século vinte, viviam agora 58% dos habitantes da capital<sup>508</sup>, assistindo-se a uma deslocação dos que viviam no centro para as áreas de expansão.

Como a população acabada de chegar da província para trabalhar na cidade não tinha meios para viver nas áreas de expansão, foi habitar os espaços deixados vagos nos bairros históricos centrais, e os extensos bairros de barracas que proliferaram nos limites da cidade. Segundo o censo de 1911, haveria em Lisboa 93.184 fogos pelo que se estima uma média de 4,6 habitantes por fogo.

---

<sup>506</sup> Ramos, Rui (1994). *História de Portugal direção de José Mattoso*, sexto volume: A Segunda Fundação (1890-1926). Edição Círculo de Leitores, p. 447.

<sup>507</sup> Ibidem, p. 471.

<sup>508</sup> Ibidem, p. 600.

A classe social economicamente mais favorecida habitava em casa própria, e estava espalhada pelas novas áreas urbanizadas, com maior incidência no bairro Barata Salgueiro e nas Avenidas Novas. Nos seus palacetes que, na década de 1900, tinham uma média de área bruta a rondar os 550 m<sup>2</sup>, cercados por jardins, o espaço estava dividido entre a zona usada pelos donos da casa, a parte social que estava aberta aos visitantes, e a zona de serviço, destinada ao pessoal doméstico.

Em geral, o “ piso nobre ” era o rés-do-chão, construído sobre uma cave de pé-direito generoso, e nele se dispunham os vários compartimentos destinados à sociabilização e a serem vistos do exterior, designadamente, o hall de entrada, o salão, a sala de bilhar, a casa de jantar, a saleta. No mesmo piso ficavam a cozinha, a despensa e a copa. No primeiro andar dispunham-se os quartos dos membros da família ligados por um corredor, e uma casa de banho equipada também com banheira. No sótão distribuíam-se os quartos das criadas, um quarto de costura e outro de engomados. Na cave ficavam os arrumos e os quartos do pessoal doméstico masculino, quando havia jardineiro e motorista. A cave, a cozinha e o sótão estavam ligados por uma escada que possibilitava a movimentação dos criados sem que tal implicasse o atravessamento das zonas destinadas à vida social e à família.

As salas do rés-do-chão comunicavam entre elas, tinham grandes vãos virados para a rua, quase sempre envolvidos por cantaria esculpida com motivos exuberantes que, em noites de festa, constituíam para quem na rua se encontrava, verdadeiras bocas de cena que emolduravam o teatro da alta sociedade. Mesmo sendo as áreas dos salões bastante reduzidas se comparadas às das casas nobres dos séculos anteriores, a concentração de elementos decorativos nas fachadas, paredes e tetos, concediam-lhes a grandeza que faltava ao espaço.

A casa-de-jantar abria-se para as traseiras, e era habitual ser rematada por um “ bow-window ” que prolongava o espaço sobre o jardim e proporcionava uma vista orientada sobre o espaço verde, bem como uma melhor iluminação natural. Era a divisão frequentada pela família, pelos convidados, e pelo pessoal do serviço doméstico que servia à mesa, sendo por isso a divisão onde as características e disposição do mobiliário eram mais rígidas e demarcavam com maior ênfase a hierarquia social.

Muitas destas moradias tinham uma garagem ao fundo do jardim a que se acedia por um portão e um caminho ao lado da casa, outras tinham a fachada diretamente para a rua.

Logo na década de 1910, talvez por influência de alguns alemães e austríacos que se instalaram por algum tempo em Lisboa, os palacetes foram dando lugar a moradias unifamiliares mais sóbrias, a anunciar o fim da ornamentação e o advento do modernismo, descendo a média de áreas brutas, e, nos anos vinte, já poucas foram as moradias edificadas.

A classe média-alta habitava, principalmente, fogos em prédios de rendimento, próprios ou arrendados, espalhados pela cidade, mas sobretudo localizados nos mesmos bairros das Avenidas Novas e Barata Salgueiro, mas também no bairro de Dona Estefânia, na avenida da Índia chamada hoje Duque de Loulé, na avenida Rainha Dona Amélia atual avenida Almirante Reis e, em menor número, nos bairros dos Anjos e de Campo de Ourique. A média das áreas brutas destes fogos era da ordem dos 250 m<sup>2</sup> dividida por cerca de dez divisões, havendo, contudo, alguns de área superior como, por exemplo, os da avenida Miguel Bombarda 12-14A que tinham acima dos 600 m<sup>2</sup> e 24 divisões.

A circulação no interior dos andares fazia-se através de extensos corredores, que se desenvolviam sobretudo perpendicularmente ao plano da fachada e que serviam todos os compartimentos.

Numa minoria dos prédios destinados à classe média-alta, tal como nos palacetes, havia uma escada de serviço interior que tinha duas portas em cada piso, possibilitando o aluguer de dois andares contíguos por forma a constituírem dois fogos por piso.

Os prédios destinados à classe média-baixa, foram edificados sobretudo em Campo de Ourique, Casal do Rolão, bairro dos Linhares no Alto de Arroios, e no Bairro Camões. Eram, na maior parte, edifícios com fachadas de três módulos verticais de vãos e com um fogo por piso, embora também os houvesse com cinco módulos verticais de vãos e dois fogos por pisos. A média de áreas brutas rondava os 65 m<sup>2</sup>, com cinco divisões. A cozinha tinha janela para as traseiras, mas não havia espaço para a separação por áreas funcionais, designadamente, entre os donos da casa, os empregados, e os visitantes. Possivelmente, não haveria pessoal de serviço doméstico. Há uma única latrina, instalada na varanda das traseiras.

Quanto às classes mais baixas, nestas zonas, viviam em habitações construídas nos interiores dos quarteirões, servidas por uma rua particular ou pátio, ou em edifícios de habitação coletiva, com fachada para a rua, em fogos de quatro divisões, com uma média de área bruta de 35 m<sup>2</sup> em Arroios, 36 m<sup>2</sup> em Campo de Ourique, e 31m<sup>2</sup> no Casal do Rolão.

Comparando as habitações populares construídas desde os finais do século dezassete até ao início do século vinte, verifica-se que as condições de habitabilidade não evoluíram positivamente em todos os campos de análise. Entre os fogos existentes nos primeiros pisos do Palácio Figueira ou do Palácio Trofa, e os construídos em finais do século dezanove nos pátios de Arroios ou de Campo de Ourique, em média, não se registaram melhorias nem nas áreas, nem no número de divisões que oscilam entre as duas e as quatro. Os primeiros, ainda que integrados no edifício da casa senhorial, tinham vãos diretamente para a rua, enquanto os segundos se situavam no interior de um quarteirão. No computo geral, a casa construída para arrendar a um artífice, na primeira metade do século dezoito, tinha uma área bruta média de 48 m<sup>2</sup> dividida por quatro divisões, enquanto a média das áreas brutas das casas em pátio construídas para os operários na década de 1880, era de 30 m<sup>2</sup>, dividida também em quatro pequenas divisões.

O que realmente melhorou, e muito, a qualidade de vida dos residentes menos afortunados foi a instalação, no início do século vinte, de redes de água e esgotos, ainda assim, apenas reduzidas a um ponto de água e uma pia de despejos no logradouro de cada casa, e por vezes a servir vários fogos, e a existência de iluminação nas ruas particulares, ou seja, nos pátios.

Quando, depois do terramoto de 1755, foram construídas casas para alojar os artífices da Real Fábrica das Sedas, que trabalhavam fora das instalações da fábrica, as áreas brutas médias eram de 80 m<sup>2</sup> no rés-do-chão, divididos em cinco compartimentos onde vivia o mestre tecelão com a família e, eventualmente, algum aprendiz, e um espaço amplo no piso de cima, onde ficavam os teares e onde dormiriam outros aprendizes. Mesmo considerando a hipótese de o número de habitantes poder ser elevado, a área era relativamente generosa.

Quanto à classe média-baixa, de pequenos comerciantes, que no início do século XVIII habitavam em áreas próximas dos 70m<sup>2</sup> divididos pela loja, a sobreloja e o sobrado, foi, na segunda metade do século, habitar os fogos da urbanização das freiras Trinas, onde num só piso, dispuseram de áreas semelhantes, ou os prédios de fachada estreita construídos na Baixa até 1780, e com fogos de cinco ou seis divisões onde a média das áreas brutas era também de 70 m<sup>2</sup>, não havendo, nesse aspeto, diferenças assinaláveis.

Um pouco mais amplos são os 90 m<sup>2</sup> do andar mediano nas urbanizações de Campo de Ourique, Estefânia e Casal do Rolão, razão pela qual se poderá afirmar que as

famílias da classe média-baixa dispuseram da mesma área média de habitação até às últimas três décadas do século dezanove, ganhando depois algum espaço, cerca de 20 m<sup>2</sup>.

Projetos onde esteja representada a rede de saneamento básico, há 24% na década de 1870, e 70% na década de 1890.

As pias de despejo são, nos anos de 1870, localizadas nas cozinhas em 56% dos casos, mas, na década de 1890, é na varanda das traseiras que se localizam, em 88% dos prédios estudados.

As banheiras só são representadas em projeto a partir da década de 1880, e apenas em 6% dos fogos das zonas analisadas, concentrando-se nos bairros de Dona Estefânia e de Barata Salgueiro, já que em Campo de Ourique e no Casal do Rolão não figuram em nenhum projeto.

A marcação do lugar ocupado pela banheira inamovível e ligada às redes de águas e esgotos, marca a fixação do espaço da casa de banho na década de 1880, pois até então o espaço do banho e do tolete era móvel e essa função podia ocupar qualquer divisão do espaço íntimo da casa. Nessa década, nos dois bairros acima referidos destinados às classes média e alta, a banheira estava já representada em 13% dos projetos de fogos.

A localização da cozinha, em contrapartida, manteve-se fixada na zona das traseiras, com porta ou janela para o logradouro ou para o saguão, desde, pelo menos, o início do século dezanove. A chaminé, ficava predominantemente encastrada num nêmo da parede posterior que era bastante espessa, mas a partir da década de 1870 passa a localizar-se junto a uma parede de empena e, cem anos depois, fixa-se na parede divisória dos fogos, entre a caixa de escada e a parede das traseiras onde permanece até à década de 1920.

Os quartos de dormir, deixaram de ocupar o interior do espaço da habitação para, no início do século vinte, se alinharem em torno do saguão, mantendo-se mal iluminados, mas beneficiando de ventilação.

Quanto às características estruturais, o sistema de treliça em madeira permaneceu até à década de 1920, mas a natureza da madeira mudou, já que o carvalho foi utilizado essencialmente até finais do século dezoito, passando depois, progressivamente a usar-se o pinho de Leiria ou da zona de Ferreira do Zêzere. Em soalhos e tetos usou-se também o pinho, mas nas caixilharias, desde meados do século dezanove, generalizou-se o uso de casquinha ou pitch pine.

Por outro lado, as paredes de frontal aligeiraram-se, reduziram-se as peças que as compunham como o número de escoras que formavam as cruces de travamento. O



número de paredes deste tipo irá também reduzir-se, sendo as treliças perpendiculares ao plano da fachada substituídas por tabiques de costaneiras de pinho, nem sempre devidamente curado.

As paredes de alvenaria das fachadas vão, progressivamente, sendo constituídas por materiais de menor qualidade tanto ao nível da pedra utilizada como da argamassa, e a espessura vai sendo reduzida. Nesse período a alvenaria de pedra é substituída pela de tijolo.

Paradoxalmente, é a partir do momento em que é imposta a obrigatoriedade de apresentação dos projetos na Câmara Municipal, e em que os edifícios atingem maiores alturas, que a estrutura de madeira de pinho vai sendo aligeirada e as paredes das fachadas se tornam mais esbeltas, mas será na viragem do século dezanove para o século vinte, quando se difunde o uso de vigas de ferro em lintéis de vãos e como suporte das varandas corridas na fachada posterior, que as construções perdem as condições de longevidade. Se ainda hoje permanecem alguns edifícios quinhentistas e muitos mais pombalinos, aqueles que se edificaram nos primeiros trinta anos do século vinte vão colapsando, por falta da manutenção que os novos materiais exigiam.

O uso do betão, ainda pouco regulamentado, a substituição da alvenaria de pedra e dos frontais de madeira, pela alvenaria de tijolo que nem sempre foi da melhor qualidade, e não assegurava o contraventamento, foram em parte responsáveis pelo mau estado dos imóveis. O vigamento de ferro dos varandins e das escadas das traseiras, em contacto com as argamassas de cal sofreu um processo de oxidação e de corrosão que, em muitos casos, provocou o colapso, arrastando na queda a parede posterior do edifício.

A introdução de redes de águas e esgotos, respetivamente em chumbo e em grés, sujeitas às deformações e roturas provocadas pelos assentamentos do próprio edifício, originou humidade que foi impregnando os madeiramentos e criando condições para a instalação de fungos e de xilófagos, sobretudo na zona das cozinhas e das casas de banho. Também as telhas do tipo Marselha, com o tempo, se tornaram porosas, deixando de assegurar a estanquidade e provocando a deterioração do madeiramento da cobertura.

Mas o principal motivo de degradação foi mesmo a falta de manutenção dos prédios, provocada pela baixa rentabilidade causada pelo congelamento das rendas a partir da década de 1910, e o processo de especulação fundiária que daí decorreu, incentivando os proprietários a deixarem os seus edifícios ao abandono tendo em vista o despejo e a venda.

No entanto, constatou-se neste estudo que, ao longo dos duzentos e trinta anos de edificação que decorreram entre 1700 e 1930, os proprietários dos prédios de Lisboa tiveram sempre orgulho deles, marcando-os, na primeira metade do século dezoito, com pedras foreiras onde figurava a sua identificação, no período após terramoto escolhendo os santos com os seus próprios nomes para figurarem nos registos de azulejos aplicados nos átrios, a partir dos anos trinta do século dezanove, mandando fazer gradeamentos de bandeira para as portas da rua com as suas iniciais. Já no início do século vinte, gravaram os seus monogramas nos vidros das bandeiras das portas, pintaram-nos nos coroamentos das fachadas, ou desenharam-nos nos ferros forjados das varandas.

A cidade, constituída por tecidos urbanos de várias épocas como numa enorme manta de retalhos, ostenta os seus edifícios como testemunhos de outros gostos, outras técnicas de construção e modos de habitar, mas paradoxalmente, sempre atuais. Os prédios mais antigos, na sua diversidade de áreas, de materiais e de formas, uma vez consolidados os elementos estruturais e introduzidas as redes de alimentação de energia e o equipamento sanitário, são perfeitamente adequados aos moradores do tempo presente, já que constituem um leque muito vasto de vivências do espaço.

O princípio, expresso por Henri Lefebvre, de que “a cidade é a projeção no solo das relações sociais”<sup>509</sup>, é verdadeiro, mas o tecido social está em permanente mudança. Os locais habitados há vinte anos por pessoas pertencendo a uma classe social baixa, poderão ser hoje habitados pelas classes média e alta, tal como aconteceu no passado.

A projeção da estrutura social no solo, é mutante, as classes sociais mais baixas vão sendo desalojadas das zonas potencialmente rentáveis e transferidas para as mais desvalorizadas seja pela vetustez dos prédios, seja pela localização periférica. Mas esse incessante movimento de afastamento dos mais pobres dos centros históricos em mutação, tem três consequências nefastas, a descaraterização cultural dos lugares pela perda de vivência do espaço público pelos seus habitantes, a descaraterização física dos edifícios que perdem a sua identidade, e a criação de novas zonas estigmatizadas, com a agravante dos custos que a expansão das redes acarreta. A cidade torna-se virtual.

O desejo de valorização imediata à custa da destruição dos valores culturais, resulta a médio prazo, numa fortíssima desvalorização.

---

<sup>509</sup> Paul-Levy, Françoise (1995). “Mémoire collective et haussmannisation”, em *Ville, Espace et Valeurs*, sous la direction de Jean-Loup Gourdon, Evelyne Perrin et Alain Tarrus. Éditions l’Harmattan. Paris. P. 237.

Dos edifícios analisados neste estudo, muitos foram, entretanto, demolidos, outros foram sujeitos a obras que os descaracterizaram e deixaram irreconhecíveis.

Face à riqueza dos tecidos urbanos que constituem a capital, e ao potencial económico que a cidade contém, a afirmação de Claude Lévi-Strauss de que “a estrutura espacial é a garantia de uma identidade social” quando aplicada a Lisboa, permanece ainda verdadeira, considerando o grau de atração que exerce a cidade, pela força agregadora que dela emana, ainda que a própria identidade social esteja em permanente transformação.

## **X – FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **10.1. Fontes Arquivísticas.**

#### **10.1.1. Arquivo Municipal de Lisboa.**

Livro de cordeamentos de 1705-1709, Arquivo Histórico, CML. Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/ADM/01/28; Cota: Administração 41/218.

Livro de cordeamentos de 1710-1719, Arquivo Histórico da C.M.L.; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/ADM/01/29; Cota: Administração 41/21.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/010/0036/0034;

Cota: AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5.º de Consultas e Decretos de D. João V, do Senado Oriental, f. 247 a 256; P. 247-247v.

Livro de cordeamentos de 1730-1737. Arquivo Histórico da CML. Código de referência: PT/AMLSB/ADM/01/31. Cota: AML-AH, Administração 41/221.

Livro de cordeamentos de 1741-1744. Código de referência: PT/AMLSB/ADM/01/33. Cota: AML-AH, Administração 41/223.

Livro de cordeamentos de 1753-1755. Arquivo Histórico da CML. Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/ADM/002/0154.

Documento PT/AMLSB/ADM/01/35. Cota: AML-AH, Administração 41/225.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/001534. A.M.L. Cota: FAN001534.

Documento PT/AMLSB/POR/053279. Cota BAR000045.

Documento PT/AMLIS/AL/CMLSB/ORG-M/03/06.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/002469.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/002828. Cota: A2828.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003115. Cota: A3115.

Documento PT/AMLSB/JBN/001259; P. 1/1910. Cota: FAN001290.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADM-G-E/08/0020.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADM-G-E/08/0481.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/AGER-E/08/0423.

Documento PT/AMLSB/CHR/0123/0102.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GE/023/0705; Alçado n.º 857, cota:8751.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GE/023/0416; P. 1. Cota: 8425.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADM-G-E/08/1006. Cota 10120.

Documento PT/CMLSB/ADM-G-E/08/0023; P.1; Alçado n.º 32. Cotas: 7387 e 7388.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GE/023/1041; Cota: 10198.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GE/023/0707; Alçado n.º 859. Cota:8753.

Documento PT/AMLSB/CMLBAH/GEGE/023/1408; Cota 10226.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0898; Alçado n.º 1105. Cota:9939.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADMG-E/08/0100; Cota: 7576

Documento PT/AMLSB/CMLSB/AGER-E/08/0101; Cota: 8815.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0018; Cota: 7382.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADMG – E/08/0159; Cota: 13598.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/1067; P. 3. Alçado n.º 1377. Cota:10239.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/ADMG-E/08/1006; P.1.; Cota:10120.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0149. Cota 9539.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0771. Cota: 9568.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06-01/0448. Ofício n.º 3666.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0418. Parecer N.º 1235.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06-01/0413. Ofício da Repartição Técnica N.º 3243.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/02610.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00647.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/AGER-N/02/10515.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06-01/0567.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00166.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00165.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00172.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/00613.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/343.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0379.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0470.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0731.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0769.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0857.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0915.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01198.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01181. Caixa 89, Estudos e projetos de arruamentos.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00551

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0745. Parecer n.º 1663.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0529.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0293.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0436.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0563.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0735.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/FNAJ/001/00054/019.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/FNAJ/001/00151/008. Livro de escrituras n.º 96, f.117.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00314.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00053. Escritura lavrada em 24 de setembro de 1912. Caixa n.º 4, pl. 14564.

Documento B/UROB-PU/06/0812. Parecer n.º 76.

Documento PT/AMLSB/CMLSB/AGER-N/02/08331. Escritura de expropriação.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/FNAJ/001/00028/004. Escritura de cedência de 25-09-1890.

Documento A.M.L. PT/AMLSB/CMLSBAH/ADM/03/1464. Caixa n.º 2496.

Documento A.M.L. PT/AMLSB/CMLSBAH/ADM/03/1444 e 1445. Caixa n.º 2477.

Documento A.M.L. PT/AMLSB/CMLSBAH/ADM/03/1453.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/1361

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/1393; P. 1. Alçado n.º 653. Cota: 8540.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0370

Documento PT/AMLSB/CMLSB/AGER-N/02-02/00101. Livro de escrituras n.º 42, f. 133-137.

Documento PT/AMLSB/PAG/000622.

Documento PT/AMLSB/PAG/000352.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/003646.

Documento PT/AMLSBAH/FNAJ/001/00119/005. Livro de Escrituras n.º 78.

Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, pp. 251 e 251v.,  
PT/AMLSB/CMLSBAH/CHC/001/0370/0201, e  
PT/AMLSB/CMLSBAH/CHC/0011/0022/0201. Caixa 595.

Obra 26526; Volume 1; Processo 4314/DAG/PG/1917 – Tomo 1.

Obra 17355; Volume 1; Processo 1660/SEC/PET/1930 – Tomo 1.

Obra 20122; Volume 1; Processo 10412/1.ª REP/PG/1919 – Tomo 1.

Obra 20122; Volume 2; Processo 50980/DAG/PG/1987 - Tomo 1.

Obra 1932; Volume 2; Processo 2508/DMPGU/OB/1994 - Tomo 2.

Obra 7168; Volume 2; Processo 13404/DAG/PG/1986 - Tomo 1.

Obra 8410; Volume 1; Processo 2714/1.ª REP/PG/1914 – Tomo 1.

Obra 25633, Volume 1; Processo 32/DMRU/I/1997.

Obra 518; Volume 1; Processo 26104/DSCC/PG/1968.

Obra 32850; Volume 1; Processo 1654/DMPGU/OB/1987.

Obra 5568; Processo 2032/DAG/PG/1982.

Obra 13604; Volume 1; Processo 15946/DAG/PG/1969/Tomo1.

Obra 5567; Volume 1; Processo 118/DRGUP/I/2003/Tomo1.  
Obra 6531; Volume 1; Processo 56594/DAG/PG/1961 - Tomo 1.  
Obra 44656; Volume 1; Processo 962/DAG/PG/1933; Tomo 1.  
Obra 44523; Volume 1; Processo 1677; 1.<sup>a</sup> REP/PG/1914 – Tomo 1  
Obra 10917; Volume 1; Processo 2944/1.<sup>a</sup> REP/PG/1888 – Tomo 1.  
Obra 44070; Volume 1; Processo 11468/DAG/PG/1959 – Tomo 1  
Obra 14097; Volume 1; Processo 51626/DAG/PG/1965 – Tomo 1  
Obra 18751; Processo 12248/DSC/PG/1944.  
Obra 18751; Processo 35812/DAG/PG/1959.  
Obra 16105; Volume 1; Processo 35084/DAG/PG/1938 - Tomo 1.  
Obra 16225; Processo 5835/1.<sup>a</sup>REP/PG/1913.  
Obra 28937; Processo 12973/SEC/PG/1920.  
Obra 34200; Volume 1; Processo 36142/DAG/PG/1951 - Tomo 1.  
Obra 31416; Volume 1; Processo 43714/DAG/PG/1959 - Tomo 2.  
Obra 25067; Volume 1; Processo 16598/SEC/PG/1924 – Tomo 1  
Obra 8498; Processo 4012/DAG/PG/1962.  
Obra 28938; Processo 2396/DMPGU/OB/1995; P. 4.  
Obra 11996; Volume 1; Proc. 6630/1.<sup>a</sup> REP/PG/1920-T.1; P.4.  
Obra 5701, Processo 24884/DAG/PG/1952; P. 8.  
Obra 34448; Proc.2317//PET/1928; P.2.  
Obra 6560; Volume 1; Proc.6056/DMPGU/OB/1972 – Tomo 1.  
Obra 6138; Processo 2390/1.<sup>a</sup>REP/PG/1901.  
Obra 345; Volume 1; Processo 120/DAG/PG/1884-Tomo 1.  
Obra 24533; Processo 2844/1.<sup>a</sup>REP/PG/1888.  
Obra 9435; Processo 6705/1.<sup>a</sup>REP/PG/1888.  
Obra 2257; Processo 77/1.<sup>a</sup>REP/PG/1879.  
Obra 4122; Volume 1; Processo 6036/DAG/PG/1891.  
Obra 9524; Volume 1; Processo 318/1.<sup>a</sup> REP/PG/1884-Tomo1.  
Obra 2418; Volume 1; Processo 2277/DAG/PG/1887- Tomo 1.  
Obra 6565; Volume 1; Processo 4600/DAG/PG/1894  
Obra 7270; Volume 1; Processo 5201/1.<sup>a</sup> Repartição/PG/1894-Tomo 1.  
Obra 1263; Processo 5563/1.<sup>a</sup>REP/PG/1893.  
Obra 12743; Volume 1; Processo 6781/1.<sup>a</sup>REP/PG/1892-Tomo 1.  
Obra 20557; Volume 1; Processo 6865/DAG/PG/1890-Tomo 1.  
Obra 41157; Vol. 1; Proc. 2158/1.<sup>a</sup>REP/PG/1888-Tomo 1.  
Obra 27400; Proc. 3378/1.<sup>a</sup>REP/PG/1902.  
Obra 20517; Processo 5646/1.<sup>a</sup>REP/PG/1890.

Obra 10885; Processo 9445/1.ªREP/PG/1892.  
Obra 10707; Processo 235/1.ªREP/PG/1906.  
Obra 25717; Processo 7880/DAG/PG/1917; Páginas 5-6.  
Obra 10707; Processo 235/1.ªREP/PG/1906.  
Obra 9657; Proc. 784/1ªREP/PG/1905.  
Obra 38146; Vol. 1; Proc. 3220/1ªREP/PG/1909.  
Obra 10707; Proc.235/1ªREP/PG/1906.  
Obra 6743; Vol.1; Proc. 4890/1ªREP/PG/1905-T.1.  
Obra 9657; Proc.784/1ªREP/PG/1905.  
Obra 17765; Vol.1; Proc.7172/DSC/PG/1941-T.1.  
Obra 16355; Vol.1; Proc. 663/DAG/PG/1908.  
Obra 29504/Proc. 138/DAG/PG/1899 – T. 1.  
Obra 39036; Proc.6855/1ªREP/PG/1919; P.5.  
Obra 26261; Proc.6247/1ªREP/PG/1913.  
Obra 28123; Vol.1; Proc. 6323/1ªREP/PG/1908.  
Obra 2282; Proc. 4905/1ªREP/PG/1913.  
Obra 27356; Proc. 4992-1ªREP-PG-1906  
Obra 41528; Vol.1; Proc. 16139/SEC/PG/1929-Tomo 1.  
Obra 5767; Volume 1; Processo 2677/DAG/PG/1922 - Tomo 1.  
Obra 10417; Vol.1; Proc.3094-DAG-PG-1906-Tomo 1.  
Obra 22019; Vol. 1; Proc. 6827/1ª REP/PG/1911-Tomo1.  
Obra 25717; Processo 6029/DAG/PG/1920.  
Obra 33022; Vol. 1; Proc. 3032/1ªREP/PG/1918 -Tomo 1.  
Obra 40950; Vol. 1; Proc. 12649/DAG/PG/1929 – Tomo 1.  
Obra 36957; Processo 4423/1.ª REP/PG/1912.  
Obra 20096; Volume 1; Processo 5345/DAG/PG/1910 – Tomo 1.  
Obra 46459; Processo 13139/1.ªREP/PG/1919.  
Obra 22388; Vol. 1; Proc. 4614/1ªREP/PG/1908.  
Obra 22383; Vol. 1; Proc. 935/DAG/PG/1910.  
Obra 6986; Vol. 1; Proc. 3638/1ªREP/PG/1915.  
Obra 29255; Vol. 1; Proc.3526/1ªREP/PG/1905.  
Obra 17190; Vol. 1; Proc. 3598/DAG/PG/1914.  
Obra 11103; Vol. 1; Proc. 1288/DAG/PG/1916.  
Obra 24402; Proc.3676-1ªREP-PG-1913.  
Obra 2012; Proc.4533/1ªREP/PG/1917.  
Obra 31554; Vol.1; Proc.3267/1ªREP/PG/1912.  
Obra 16335; Proc.1832/1ªREP/PG/1912.



Obra 24402; Proc.3676-1ªREP-PG-1913.

Obra 24399; Vol.1; Proc. 8243/DAG/PG/1915.

Obra 11310; Vol.1; Proc. 132/1ªREP/PG/1910.

Obra 35360; Vol. 1; Proc. 5810/DAG/PG/1910.

Obra 28431; Vol. 1; Proc. 3718/DAG/PG/1915.

Obra 29255; Proc.3526/1ªREP/PG/1905.

Obra 36884; Vol.1; Proc.4 secção.666/DAG/PG/1913.

Obra 5767; Volume 1; Processo 17009/DAG/PG/1931.

Obra 29905; Volume 1; Proc. 16949/SEC/PG/1928.

Obra 39164; Proc. 5273/SEC/PG/1929.

Machado & Sousa (1898-1908).

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/003307.

Cota: FAN003307.

Machado & Sousa (1908).

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/002469.

Cota: FAN002469.

Machado & Sousa (1901)

Documento PT/AMLSBAH/PCSP/003/FAN/002828. Cota: A2828.

Machado & Sousa (1896-1908).

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/001502.

Cota: FAN001502.

Machado & Sousa (1896-1908).

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/003115. Cota: A3115.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/001290; Página 1.

Cota: FAN001290.

Serôdio, Armando Maia (1967).

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/S04470.

Cotas: A58591, N56075.

Madureira, Arnaldo (1964)

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/ARM/S000605. Cotas A46636 e N44117.

Guedes, Paulo (1912), Documento PT/AMLSB/PAG/000307. Cotas: PAG000307, A9060, N7860. A.M.L.

A.F.L. Ferrari, Amadeu (194...). Documento PT/AMLSB/FER/000198. Cotas: Neg 363, FER000198, B083785, N083785.

### **10.1.2. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Conjunto Documental da Décima da Cidade Lisboa.**

Lançamento da Décima dos Prédios Urbanos e Rústicos:

A.d. *Lançamento da Décima dos Prédios Urbanos e Rústicos*- Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos:

DC 41PUR-1762.

DC 42 PRU -1764.

A.d. *Lançamento da Décima dos Prédios Urbanos e Rústicos*- Freguesia de Nossa Senhora da Pena:

DC 925PP-1763, out.1762-dez. 1763.

A.d. *Lançamento da Décima dos Prédios Urbanos e Rústicos*- Freguesia de N. Sra. das Mercês:  
DC/752 AR – 1762/1763

A.d. *Lançamento da Décima dos Prédios Urbanos e Rústicos*- Freguesia de N. Sra. do Socorro:  
DC 1160 P-1762/1763

A.d. *Lançamento da Décima dos Prédios Urbanos e Rústicos*- Freguesia de São Nicolau: DC 787 PU - 1762/1763; DC 787 PU – 1764; DC 790 PU – 1770 ; DC 787 PU – 1765; DC 788 PU – 1766; DC 788 PJ – 1767; DC 789 PJ – 1768; DC 790 P – 1770; DC 790 PU – 1771; DC 791 PP-1773; DC 791 PP – 1774; DC 794 PP – 1780; DC 795 PP – 1782 ; DC 797 PP – 1785 ; DC 799 PP – 1790 ; DC 800 PP – 1792; DC 801 PP – 1795 ; DC 804 PP – 1800 ; DC 805 PP – 1805 ; DC 722 PP – 1810; DC 807 P – 1815 ; DC 810 P – 1820; DC 811 P – 1825; DC 812 P – 1830; DC 813 P – 1833; DC 813 P – 1834.

A.d. *Lançamento da Décima dos Prédios Urbanos e Rústicos*- Freguesia de Santos: DC1023P-1762/1763; DC1025PP-1765 V.1 e V.2; DC1030PP-1770 V1 e V2; DC1035PP-1776 V1 e V2; DC1039PP-1780 V.1 e V.2;

### **10.1.3 Museu Nacional de Arte Antiga.**

Livro de Horas de Dom Manuel. Consultável em: [www.museudearteantiga.pt/colecoes/livro-de-horas-dito-de-d-manuel](http://www.museudearteantiga.pt/colecoes/livro-de-horas-dito-de-d-manuel).

### **10.1.4. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém:**

Furtado, Teresa (1995). Inventário do Património Arquitetónico, Concelho de Lisboa, Palácio dos Condes da Figueira. Consultável em:

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2625](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2625)

## 10.2. Fontes publicadas

- Abrantes, Duquesa de (1838?-2008), *Recordações de uma estada em Portugal 1805-1806*. Edições BNP. Lisboa.
- Aguiar, Joaquim António, *Inquérito Industrial de 1881, Segunda parte. Visita às fábricas, livro primeiro*. Lisboa, Imprensa Nacional 1881.
- Aguiar, Joaquim António, *Inquérito Industrial de 1881, Terceira parte. Repartição de Estatística*. Lisboa, Imprensa Nacional 1881.
- Aguiar, José, Martha Tavares e Isabel Mendonça (2001), *Fingidos de Madeira e de pedra. Breve historial, técnicas de execução, de restauro e de conservação*. Policopiado, Lisboa, CENFIC.
- Alcântara, Ana (2013). *Uma geografia da Lisboa operária em 1890*, I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, Lisboa. Consultável em: IHC\_Ana\_Alc\_ântara\_Uma\_geografia\_da\_Lisboa\_oper\_ria\_em\_1890.pdf
- Almeida, Cândido Mendes de (1870), *Ordenações Filipinas, livro 1, título 68 – Dos Almotacés*, n. 34. Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro.
- Autor desconhecido. Catálogo Minton & Co. Consultável em: <http://www.tileheaven.uk/d/p0023.htm>.
- Autor desconhecido (1976-77). *Decoração artística de tectos de estuque*. Estágio pedagógico do 5.º grupo. Viana do Castelo.
- Autor desconhecido (1771). *Índex das Leys, e Decretos, e Alvarás, que compreende o feliz reinado Del Rey Fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor – Desde o anno 1750 até o de 1760, e a Pragmática do Senhor Rey D. João V. do ano de 1749*. Tomo I. Impressor António Rodrigues Galhardo. Lisboa.
- Autor desconhecido (1903), D. G. de Obras Publicas e Minas, Repartição de Obras Públicas, *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*, de 14 de fevereiro de 1903, Capítulo II, parágrafo 2.º. Ed. Imprensa Nacional.
- Autor desconhecido (1864,1868), Ministério da Obras Públicas, Comércio e Indústria *Censo da População de Portugal no 1.º de janeiro de 1864*. Folha VIII, Quadro da população por distritos e por cidades. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Autor desconhecido (1905), Ministério dos Negócios da Fazenda, Direção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Censo da População do Reino de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1900 (Quarto recenseamento geral da população) Volume I – Fogos – População de residência habitual de facto, distinguindo o sexo, naturalidade, estado civil e instrução elementar*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Autor desconhecido (1926). *Censo extraordinário da população das cidades de Lisboa e Porto – 1 de Dezembro de 1925*, República Portuguesa, Ministério das Finanças, Direção Geral de Estatística. Imprensa Nacional, Lisboa.

- Autor desconhecido (1933). *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930*. Direção Geral de Estatística. República Portuguesa. Imprensa Nacional. Lisboa.
- Autor desconhecido, *Synopse dos principaes actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa em 1851*- Parte I. P.5. Imprensa Nacional 1852. Hemeroteca Municipal. Consultável em:  
[http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/Sinopse/1851/1851\\_master/Sinopse1851.pdf](http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/Sinopse/1851/1851_master/Sinopse1851.pdf)
- Vasconcellos, José Leite e (redator) (1865), *Medidas gerais para se levar a efeito o Plano de edificações e reedificações em Lisboa, e prescrições de polícia*, Decreto real de 31 de dezembro de 1864.
- Bastos, Teixeira (1898), “Habitações Operárias”, em *O Ideal Moderno*, Biblioteca Popular de Orientação Socialista, dirigida por Magalhães Lima e Teixeira Bastos. Companhia Nacional Editora, Lisboa. Consultável em:  
[www.gutenberg.org/ebooks/24853](http://www.gutenberg.org/ebooks/24853).
- Beckford, William (1788, 2009), *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, Lisboa, Edições BNP.
- Bingre, Francisco (1797, 2000), Vanda Anastácio (edição). *Obras de Francisco Joaquim Bingre I*, Editora Lello & Irmão.
- Carvalho, Cândido António da Silva (1852), *Synopse dos principaes actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa em 1851* - Parte I. P.5. Imprensa Nacional. Hemeroteca Municipal. Consultável em:  
[http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/Sinopse/1851/1851\\_master/Sinopse1851.pdf](http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/Sinopse/1851/1851_master/Sinopse1851.pdf)
- Costigan, Arthur William (1779-1989), *Cartas sobre a sociedade e os costumes de Portugal, 1778-1779*. Edições Lisóptima. Lisboa.
- Cox, Thomas (1701, 2007). *Relação do reino de Portugal*. Lisboa, Edição Coleções Biblioteca Nacional.
- Henriques, Paulo, prefácio (2004). *Lisbonne avant le Tremblement de Terre, le panneau (1700-1725) du musée de l'azulejo, anthologie de textes sur Lisbonne*. Paris, Editions Chandeigne.
- Holland, Lord e Lady e Dr. John Allen. *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809*. Edições Caleidoscópico, 2011.
- Jackson, Lady (1873?, 2007) *A formosa Lusitânia, Portugal em 1873*, (com tradução e notas de Camilo Castelo Branco). Edição Caleidoscópico – Artes Gráficas, SA. Casal de Cambra.
- Link, Heinrich Friedrich (1803, 2005), *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Lisboa, Edições da Biblioteca Nacional.
- Lopes, Fernão (1443, 1945), *Crónica de D. João I*, Volume I. Lisboa, Livraria Civilização Editora.
- Nozes, Judite e Margarida Machado de Sousa (1990). *O Terramoto de 1755- Testemunhos Britânicos. Coletânea de relatos do séc. XVIII*, Lisboa, Lisóptima Edições, p. 39-41.

- Pézerat, Pierre Joseph (1865). *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*. Imp. Franco-Portugais.
- Pinto, Júlio António Vieira da Silva. *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*. Edição CML. Lisboa 2005.
- Queiroz, Eça de (publicado em 1925, provavelmente escrito em 1877), *Cenas Portuguesas I - A Capital*. Consultável em:  
[http://figaro.fis.uc.pt/queiros/obras/Capital/Capital\\_20100822.pdf](http://figaro.fis.uc.pt/queiros/obras/Capital/Capital_20100822.pdf).
- Queiroz, Eça de (1887, 2017), *Alves e C.<sup>a</sup>*. Edição Expresso – Clássicos de sempre, Lisboa, Aletheia Editores.
- Ratton, Jacome (1813?,1992). *Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Lisboa, Fenda Edições, Lda.
- Santos, Piedade Braga (1996), *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Silva, Maria Margarida de Almeida Reis (2013). *Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, memória e recuperação urbana*. Dissertação de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Silva, Dezembargador António Delgado da (1842), *Supplento á Collecção de Legislação Portuguesa, de 1750 a 1762*, Lisboa, tipografia de Luiz Correia da Cunha.
- Tiago, Maria da Conceição (2011). *Os Primeiros bairros de iniciativa Estatal 1918/1919*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL.
- Vasconcellos José Maximo de Castro Neto Leite e, (1865), *Collecção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1864*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Vasconcellos, José Máximo de Castro Neto Leite e (1865), *Decreto de 31 de dezembro de 1864, Título III, Secção I: Do plano de edificações e reedificações de Lisboa, medidas gerais para se levar a efeito e prescrições da polícia*. Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Vieira, Eduarda Maria Martins Moreira da Silva (2002), *Técnicas tradicionais de fingidos e de estuques no norte de Portugal. Contributo para o seu estudo e conservação*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora. Consultável em:  
<http://dited.bn.pt/30074/1067/1483.pdf>.

### **10.2.1. Imprensa**

- Autor desconhecido, *Diário do Governo, I Série – Número 87*, de 25 de Abril de 1918. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Autor desconhecido, *Gazeta de Lisboa* n.º 289 (1830), Edições 153-309, Imprensa Nacional. Consultável em:

[https://books.google.pt/books?id=TvIvAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=TvIvAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).

Autor desconhecido, *Revista Universal Lisbonense*, N.º 32, 27 de fevereiro de 1845. Página 389, Parágrafo 3982. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Autor desconhecido, *O Archivo Popular, semanário pintoresco*, n.º 21, 23 de maio de 1840. Lisboa, Typografia de A. J. C. da Cruz, p. 68.

Autor desconhecido. *Revista Universal Lisbonense*, N.º 32, 27 de fevereiro de 1845. Página 389, Parágrafo 3982. Hemeroteca Municipal de Lisboa. Consultável em:

[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1844-1845/Fevereiro/N.%C2%BA%20032/N.%C2%BA%20032\\_item1/P11.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1844-1845/Fevereiro/N.%C2%BA%20032/N.%C2%BA%20032_item1/P11.html).

Carvalho, Cândido António da Silva. *Synopse dos principaes actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa em 1851* - Parte I. P.5. Imprensa Nacional 1852. Hemeroteca Municipal.

### 10.2.2. Cartografia

A.d. (1871), Planta da Cidade de Lisboa.

Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PEL/013/S03858. Consultável em: [lxi2.cm-lisboa.pt](http://lxi2.cm-lisboa.pt).

A.d. (1899), Planta organizada em 1899, que serviu de minuta para as cartas do levantamento topográfico em 1904-1911. A.M.L. Consultável em:

[lxi2.cm-lisboa.pt/cartografia histórica](http://lxi2.cm-lisboa.pt/cartografia-historica).

A.d. (1780), Planta Topográfica de Lisboa, 1780. Consultável em:

<http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>, cartografia histórica.

Folque, Filipe (1858), *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa de 1856/58*, Mapoteca do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, Folhas N.º 13 e N.º 20.

Consultável em:

<http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>: Módulo temática, Cartografia histórica, 1856/58-Filipe Folque.

Freitas, José Valentim de (1791-1870), *Planta de Lisboa anterior ao Terramoto*. Biblioteca Nacional CDU 912"18"(084.3). Consultável em: <http://purl.pt/20086/1/index.html>.

Gameiro, Roque e Afonso Lopes Vieira (prefácio,1992). *Lisboa Velha, Aguarelas e desenhos de Roque Gameiro*. Lisboa, Edições Vega Lda.

Pinto, Júlio António Vieira da Silva (1911). Planta topográfica de Lisboa, folha 11K. A. M. L.

Santana, Francisco (1990?). *Lisboa na 2.ª metade do séc. XVIII (plantas e descrições das suas freguesias) - recolha e índices*. Edição CML.

Tinoco, João Nunes (1650), *Planta de Lisboa de 1650*. Consultável em:

<http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>, cartografia histórica.

Menezes, Guilherme de (1761). Consultável em: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>.

Viegas, Inês, Ana Caessa e Adelaide Brochado (2005), *Cartulário Pombalino – Coleção de 70 Prospectos (1758-1846)*. Edição C.M.L.

Viegas, Inês e Alexandre Arménio Maia Tojal (2005), coordenação, Isabel Almeida e Maria Teresa Ramalho. *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911 - Levantamento Silva Pinto*. Departamento de Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Municipal de Lisboa, Edição da C. M.L.

### **10.3. Bibliografia.**

Aguiar, José, Martha Tavares e Isabel Mendonça (2001), *Fingidos de Madeira e de pedra. Breve historial, técnicas de execução, de restauro e de conservação*. CENFIC 2001. Consultável em: [www.oasrn.org](http://www.oasrn.org).

Aguiar, José, António Reis Cabrita e João Appleton (1992), *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, Lisboa, Edição C.M.L. e LNEC.

Aguiar, José, Fernando Henriques (1994), *O problema da cor na conservação e reabilitação do património urbano*, Comunicação ao 2º. Enfore, Encontro sobre Conservação e reabilitação de edifícios, Lisboa, LNEC.

Aguiar, José (2003), *Cor e cidade histórica*, Porto, FAUP.

Almasqué, Isabel e António José Barros Veloso (2011). Catálogo da exposição: *A Arte Nova nos azulejos em Portugal*, Coleção Feliciano David e Graciete Rodrigues. Museu da Cidade de Aveiro.

Appleton, João (2003), *Reabilitação de edifícios antigos, patologias e tecnologias de intervenção*. Mafra Edições Orion.

Appleton, João (2005), “Segurança sísmica de edifícios pombalinos”, *O grande terramoto de Lisboa - volume 2*. Edições da Fundação Luso-Americana, Lisboa.

Appleton, João Guilherme (2005), *Reabilitação de edifícios “gaioleiros” - Um Quarteirão em Lisboa*, Amadora, Edições Orion.

Appleton, João Guilherme e Isabel Domingos (2009), *Biografia de um Pombalino, um caso de reabilitação na Baixa de Lisboa*, Amadora, Edições Orion

Araújo, Norberto (1938/39, 1992), *Peregrinações em Lisboa*, livro IV. Lisboa, Edições Vega.

Augé, Paul (1928). *Larousse du XXe Siècle*, Volume I. Edição Larousse, Paris.

Autor desconhecido (1977), *Decoração artística de tectos de estuque*. Estágio pedagógico do 5.º grupo. Viana do Castelo. Biblioteca Geral da Universidade de Évora, cota: TE747DEC, UEBIB, Pólo BGUE, Fundo Túlio Espanca.

Autor desconhecido (1907), *Guia do Viajante em Portugal e suas colónias em África*, Lisboa, Edição da Empresa Nacional de Navegação.

Ayres, Cristovão (1910), *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no Terremoto de 1755*, Lisboa, Imprensa Nacional.



- Azevedo, Pedro A. de. “Do Areeiro à Mouraria”, *O archeólogo Português, Coleção ilustrada de materiais e notícias*, Ed. Museu Etnológico Português, Vol. V, 1899-1900, N.º 9-10, p. 11.
- Barros, António Augusto Salgado de (2014), coordenação Hélder Carita, “Os canos na drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755”, *Cadernos do arquivo municipal, Série II – N.º 1*, janeiro – junho 2014. Lisboa Joanina (1700-1755).
- Barthes, Roland (1970), *L’empire des Signes – Les sentiers de la création*. Éditions Albert Skira. Genève.
- Bastos, Teixeira (1898), “Habitações Operárias”, *O Ideal Moderno*, Biblioteca Popular de Orientação Socialista, dirigida por Magalhães Lima e Teixeira Bastos. Lisboa Companhia Nacional Editora. Consultável em: <https://www.gutenberg.org/files/24853/24853-h/24853-h.htm>.
- Bauer, Gérard et Jean-Michel Roux (1976), *La rurbanisation ou la ville éparpillée*. Editions du Seuil, Paris.
- Baudrillard, Jean (1968), *Le système des objets – La consommation des signes*. Bibliothèque Médiations. Editions Gallimard., 1968.
- Bertrand, Jean Michel (1980). *Architecture de l’habitat urbain – la maison, le quartier, la ville*. Editions Bordas. Paris.
- Bluteau, Rafael (1712), *Vocabulário Portuguez & Latino*. Collégio das Artes da Companhia de Jesus Coimbra.
- Bony, Laurent (2000), « Mémoires et projets du pavillonnaire en Nord-Essonne », *Cahier de la Maison de Banlieue n.º 3 – Centre culturel d’Athis-Mons*.
- Brito, Carla (2001), Mafalda Enes Dias, Rui Matos, Alexandra Gaspar, Ana Gomes. *Um Olhar sobre o Castelo de São Jorge – Século VII a.C.- Século XX*. Coordenação Clara Vieira. Edição Câmara Municipal de Lisboa, 2001. P. 45. Depoimentos recolhidos por Carla Brito.
- Brito, Carla (2004), Vieira Clara, Pereira Cristina Alves, Amaro Isabel, Couceiro João, “Os prédios da Baixa Pombalina, no início do séc. XXI”, *Uma Nova Cultura de Cidade, volume 2, Práticas autárquicas de conservação e reabilitação urbana*, pp. 46-59, Lisboa, Edições CML.
- Brito, Jorge de, Paulo Malta da Silveira e Maria do Rosário Veiga (2002), *Fingidos por Pintura em Estuques Antigos*. Consultável em: <https://www.researchgate.net/publication/280933307>.
- Cabestan, Jean-François (2004), *La conquête du plein pied – l’immeuble à Paris au XVIIIe siècle*, Paris, Éditions A. & J. Picard.
- Cabrita, António Reis, Appleton João, Aguiar José (1989). *Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto*. Lisboa, Edição CML e LNEC.
- Caetano, Carlos (2004), *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII)*. Lisboa, Edições Pandora.



- Caldas, João Vieira, Maria Rocha Pinto, Ana Rosado (2014), “O prédio de rendimento joanino” *Cadernos do arquivo municipal*, Série II – N.º 1, janeiro – junho. Lisboa Joanina (1700-1755), coordenação Hélder Carita. P. 131-156.
- Câmara, Maria Alexandra Trindade Gago da Azulejaria *do século XVIII – Espaço lúdico e decoração na arquitetura civil de Lisboa*. Civilização Editora. Porto 2007.
- Carita, Hélder (1994). *Bairro Alto, tipologias e modos arquitetónicos*. Edição CML, Lisboa.
- Carita, Hélder (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Castelo-Branco, Fernando (1956,1969), *Lisboa seiscentista*, Lisboa, Edições CML.
- Castilho, Júlio de (1884, 1938), *Lisboa Antiga*. 2.ª Edição, Edições dos S. Industriais da C. M. L. Lisboa.
- Castilho, Júlio de (1893, 1960), *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa. Edição CML.
- Cardoso, José Luís (2007), *Pombal, o terramoto e a política de regulação económica, em O terramoto de 1755, Impactos Históricos*. Edição Livros Horizonte.
- Carvalho, António José de, e João de Deus (1913), *Diccionario Prosodico Portugal e Brasil*. Edições Lopes & C.ª, Porto, p. 76
- Chaves, Camilo Castelo Branco (1983), *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa, Edição da Biblioteca Nacional.
- Choay Françoise (1965), *L'urbanisme – utopies et réalités, une anthologie*, Paris, Éditions du Seuil.
- Choay Françoise (1980, 1996), *La règle et le modèle. Sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*, Paris, Éditions du Seuil, collection « Espacements ».
- Choay Françoise (1992), *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil.
- Cóias, Victor (2005). “Sistemas construtivos usados na reconstrução. A gaiola pombalina. Estudos recentes”, in *1755 - O grande terramoto de Lisboa*. Volume I – Descrições, Lisboa, Edição Fundação Luso-Americana e Público, p. 330-373.
- Cooney, Alice (1986), “Aesthetic forms in ceramics and glass – Frelinghuysen”, Montebello, Philippe de (Director's foreword). In *Pursuit of Beauty. Americans and the Aesthetic Movement*, p. 232. New York, Ed. The Metropolitan Museum of Art. Rizzoli.
- Costa, F. Pereira da (1930-1939), *Enciclopédia Prática da Construção Civil*, Lisboa, Portugália Editora.
- Coutinho, Maria João Pereira (2014), “Os passos da Bemposta da Sereníssima Senhora Raynha da Gram Bretanha: contribuições para a história da Colina de Santana”, *Cadernos do Arquivo Municipal, Lisboa Joanina (1700-1755)* coordenação Hélder Carita. Lisboa, Ed. CML, pp. 33-53.

- Croizé, Jean-Claude, Jean-Pierre Frey, Pierre Pinon (1989, 1991), *Recherches sur la typologie et les types architecturaux – Actes de la Table ronde internationale*. Centre de Recherche sur l’habitat, École d’architecture de Paris-La Défense, 1989. Paris, L’Harmattan, 1991.
- Delfante, Charles (1997, 2000). *A Grande História da Cidade, da Mesopotâmia aos Estados Unidos*. Lisboa, Edições Instituto Piaget.
- Durães, Andreia (2017), Casas de cidade: processo de privatização e consumo de luxo entre as camadas “médias” urbanas (Lisboa na segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX), tese de doutoramento, Universidade do Minho, Centro de Ciências Sociais. Consultável em:
- Casas\_de\_de\_cidade\_processo\_de\_privatizacao\_e\_consumos\_de\_luxo\_entre\_as\_camadas\_medi as\_urbanas\_Lisboa\_na\_segunda\_metade\_do\_seculo\_XVIII\_e\_inicios\_do\_seculo\_XIX\_
- Estrela, Paulo Jorge (2006). *Plano de Lisboa com o diagrama da epidemia de febre amarela que esta cidade sofreu no ano de 1857*, em *Medalha da Febre Amarela – Lisboa agradecida à devoção humanitária*. Lusíada, II Série - História, Lisboa, Editora Universidade Lusíada.
- Fernandes, José Manuel (1993), *Arquitetura Modernista em Portugal (1890-1940)*, Lisboa, Gradiva – Publicações, Lda.
- Fernandes, Lídia e Manuela Ferreira (2004), *Intervenção arqueológica num dos quarteirões da Baixa Pombalina em Lisboa. Estudo do espólio vítreo*, em *O arqueólogo português*, série 4, Vol. 22, pp. 453-489.
- Figueiredo, Cândido de (1939, 1991). *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, 24.<sup>a</sup> edição, Bertrand Editora, Volume II, p. 1171.
- Fawcett, Jane (1998, 2001), *Historic Floors. Their Care and Conservation*. Ed. By Jane Fawcett, published in association with ICOMOS UK (International Council on Monuments and Sites), Oxford, Butterworth-Heinemann.
- Fonseca, Jorge (2014), Eddy Stols, Stijn Manhaeghe, *Lisboa em 1514 – O relato de Jian Taccoen Van Zillebeke*. V. N. Famalicão. Edições Húmus, Cadernos de Cultura n.º 8,
- Fontanel, Béatrice (2010), *Nos maisons, du Moyen Âge au XXe siècle*, Paris, Editions du Seuil.
- França, José-Augusto (1978), *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. Lisboa, Edições MEIC, Secretaria de Estado da Investigação Científica, Biblioteca Breve.
- França, José-Augusto (2005), *Lisboa: urbanismo e arquitetura*. Lisboa, Edição Livros Horizonte, Lda.
- França, José-Augusto (2007), “*Mutações pombalinas ou o pombalismo como mutação*”, em *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*, Lisboa, Edição Livros Horizonte.
- França, José-Augusto (2008), *Lisboa, História física e moral*, Lisboa, edição Livros Horizonte.
- Giedion, Siegfried (1968, 1990), *Espace, temps, architecture*, Paris. Editions Denoël – Médiations.

- Gomes, Andreia Maria Durães (2017), *Casas de cidade: Processo de privatização e consumos nas camadas intermédias urbanas (Lisboa na segunda metade do século VIII e início do século XIX)*. Tese de Doutoramento em História, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- Grave, João e Coelho Neto ( s.d.), *Enciclopédia Lello Universal em 2 volumes*, Volume 2. Porto.
- Gschwend, Annemarie Jordan e K. J.P. Lowe (2015), coordenação. *The Global City. On The Streets of Renaissance Lisbon*. London, Paul Holberton publishing.
- Guerrand, Roger-Henri (1967), *Les origines du logement social en France*, Les Editions Ouvrières.
- Heers, Jacques (1990). *La Ville au Moyen Âge*. Paris, Editions Fayard.
- Howard, Ebenezer (1902), *Garden Cities of To-morrow*, London, Swan Sonnenschein & Co. Ltd. Paternoster Square.
- Justino, David (1989), *A formação do Espaço Económico Nacional*, Lisboa, Edições Veja, Documenta Histórica.
- Le Dantec, Jean-Pierre (1992), *Dédale le héros*, Paris, Editions Balland.
- Le Goff, Jacques (1997). *Pour l'amour des villes*. Paris, Editions Textuel.
- Lemos, Carlos A. C. (1989), *Alvenaria Burguesa*, São Paulo, Edições Nobel.
- Léonard, Martin Nadaud (1895, 1998). *Martin Nadaud Léonard, maçon de la Creuse*, Paris, Editions La Découverte/Poche Sciences humaines et sociales.
- Lisboa, Maria Helena (2002), *Os engenheiros em Lisboa – Urbanismo e Arquitetura (1850-1930)*, Edição Livros Horizonte, Lda. Lisboa.
- Lousada, Alexandra, Eduardo Brito Henriques (2007), “Viver nos escombros: Lisboa durante a reconstrução”, em *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*. Lisboa, Edição Livros Horizonte.
- Macedo, Jorge Borges de (1963,1982), *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Viseu, Edições Querco, Lda.
- Macedo, Luiz Pastor de (1941,1968), *Lisboa de lés-a-lés*, Publicações Culturais da C.M.L.
- Macedo, Luiz Pastor de (1940). *Tempos que passaram – Um artista, uma rua e uma freguesia de Lisboa*. Lisboa, Imprensa Beleza.
- Madureira, Nuno Luís (1992). *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa, Edição Livros Horizonte.
- Marques, A. H. de Oliveira (1963, 2010) e João José Alves Dias. *A sociedade Medieval Portuguesa, aspectos de vida quotidiana*. Lisboa, Edição A Esfera dos Livros.
- Mascarenhas, Jorge (2004). *Sistemas de construção V- O Edifício de Rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa. Processo evolutivo dos edifícios; inovações técnicas; sistema construtivo. Materiais Básicos (3.ª Parte): o vidro*. Lisboa, Edição Livros Horizonte.

- Matos, José Sarmiento de (1994), *Uma casa na Lapa*. Lisboa, Lisboa, Edição Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Matos, José Sarmiento de, Paulo Jorge Ferreira (2014), *Da relevância dos Livros de Cordeamento no estudo da arquitetura de Lisboa – O caso do palácio Sanches de Brito*. Cadernos do arquivo municipal, Série II – N.º 1, janeiro – junho 2014. Lisboa Joanina (1700-1755), coordenação Hélder Carita, Lisboa, Edição CML.
- Matos, Ana Cardoso (2018), “*From Belém to Marvila: the transfer of the gas plant and changes in the production process (1887-1957)*”, *Revista de História Industrial n.º 71*. Monográfico I.
- Meco, José (1998), *O azulejo em Portugal*. Sintra, Publicações Alfa.
- Mendes, J. M. Amado (1980), “*Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX*”, em *Análise Social*, Volume XVI (61-62), 1.º, 2.º.
- Mendonça, Isabel Mayer Godinho (2014), “*Estucadores do Ticino na Lisboa joanina*”, *Cadernos do arquivo municipal*, Série II – N.º 1, janeiro – junho 2014. Lisboa Joanina (1700-1755), coordenação Hélder Carita. Lisboa, Edição CML.
- Mignot, Claude (2007), *Grammaire des immeubles parisiens – six siècles de façades du Moyen Âge à nos jours*, Évreux, Éditions Parigramme.
- Mongin Olivier (2005), *La Condition Urbaine. La ville à l’heure de la mondialisation*, Paris, Éditions du SEUIL.
- Mónica, Maria Filomena (1982), “*Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)*”, *Análise Social*, Vol. XVIII (72-73-74), 1982 - 3.º, 4.º, 5.º. pp. 1231-1277.
- Montclos, Jean-Marie Pérouse de (1972), *Vocabulaire de l’Architecture – principes d’analyse scientifique*. Edition du Ministère des Affaires Culturelles. Paris, Imprimerie Nationale.
- Montenegro, Augusto Pinto de Miranda (1906), *O Saneamento de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal.
- Monteiro, Cláudio (2010). *Escrever direito por linhas retas – Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755-1833)*. Edição AAFDL. Lisboa.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, coordenação (2011), *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Moderna*, sob a direção de José Mattoso, Lisboa, Edição do Círculo de Leitores.
- Oliveira, Carlos Sousa (2005), “*Descrição do Terramoto de 1755, sua extensão, causas e efeitos. O sismo. O tsunami. O incêndio*”, *1755 – O Grande Terramoto de Lisboa*, Volume I – Descrições, Lisboa, Ed. Fundação Luso-Americana, e jornal Público.
- Paiva, José Vasconcelos, José Aguiar, Ana Pinho (2006), *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*, Lisboa, Edição INH e LNEC.
- Paul-Levy, Françoise (1995).”*Mémoire collective et haussmannisation*”, em *Ville, Espace et Valeurs*, sous la direction de Jean-Loup Gourdon, Evelyne Perrin et Alain Tarrus. Éditions l’Harmattan. Paris.

- Paulino, Maria Clara (2013), *Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850*. Porto, Ed. Afrontamento.
- Pevsner, Nikolaus (1976, 1979), *História de las Tipologias Arquitectónicas*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S. A.
- Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: A promoção privada do alojamento operário”, *Análise Social*, Vol. XXIX (3.<sup>a</sup>).
- Pinheiro, Magda (2012), *Biografia de Lisboa*. Lisboa, Edição Esfera dos Livros.
- Pinto, Maria João Pereira Rebelo de Sousa (2005), *Levantamento cartográfico de locais de pedreiras no concelho de Lisboa*, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, Licenciamento Urbanístico e Planeamento Urbano. Coleção de Estudos Urbanos, Volume 5.
- Póvoas, Rui Fernandes (2018), “O papel dos arquitectos na introdução do betão em Portugal”, *História da Construção em Portugal. Consolidação de uma disciplina*, João Mascarenhas Mateus (ed.). Lisboa, By the Book Edições Especiais.
- Queiroz, Francisco (2001), *Subsídios para a História das fábricas de fundição do Porto no século XIX*, p.183. Associação Cultural Amigos do Porto, Boletim de 2001, 3.<sup>a</sup> Série, N.º 19.
- Quincy, Quatremère de (1788). *Encyclopédie Méthodique. Architecture*, Libraire Panckoucke à Paris et Plomteux imprimeur à Liège, Tomo III, pp, 543-544.
- Ramos, Paulo Oliveira (2007), *EPAL- Iconografia histórica – Volume 1*. Lisboa, Edições EPAL, comemorações dos 140 anos.
- Ramos, Rui Jorge Garcia (2010), *A Casa – Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*, Porto, publicações FAUP.
- Ramos, Rui (1994). *História de Portugal direção de José Mattoso*, sexto volume: A Segunda Fundação (1890-1926). Edição Círculo de Leitores.
- Reis, Ana Rita, Maria José de Freitas Simões e Susana Rodrigues (2004), *A Décima da Cidade: contributo para a datação do edificado da Baixa em Revista Monumentos n.º 21*. Lisboa, Lisboa, Edição da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- Rodrigues, Maria João Madeira, Pedro Fialho de Sousa e Horácio Pereira Bonifácio (1990), *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. Lisboa, Quimera Editores.
- Rodrigues, Teresa (2008), *Lisboa. Das longas permanências demográficas à diversidade social*. Jornadas -Demografia Histórica de Lisboa – GEO. Consultável em: [geo.cmlisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Demografia\\_historica/Jornadas\\_demografia\\_2008/Demografia\\_doc1.pdf](http://geo.cmlisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Demografia_historica/Jornadas_demografia_2008/Demografia_doc1.pdf).
- Rossa, Walter (1998), *Além da Baixa – Indícios de planeamento Urbano Na Lisboa Setecentista*. Lisboa, Edição MC, Instituto Português do Património Cultural.
- Santos, Maria Helena Ribeiro dos (2005), *A Baixa Pombalina, passado e futuro*. Lisboa, Edições Livros Horizonte.

- Santos, Maria Helena Ribeiro dos (2007), “As fachadas da reconstrução: características e evolução”, *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*. Lisboa, Edição Livros Horizonte.
- Santos, Piedade Braga, Teresa Rodrigues e Margarida Sá Nogueira (1996), *Lisboa setecentista vista por estrangeiros – Século XVIII*. Lisboa, Edição Livros Horizonte, Lda.
- Sequeira, Gustavo de Matos (1922), *Depois do Terremoto - Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Sequeira, Gustavo de Matos (1939). *O Carmo e a Trindade*. Lisboa, Publicações Culturais da C. M. L.
- Serrão, José Vicente (1993), “O quadro humano”, *História de Portugal*, direção de José Mattoso, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, Lda. e autores.
- Serrão, José Vicente (2007), “Os impactos económicos do terramoto”, em *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*, Lisboa, Edição Livros Horizonte.
- Service, Alastair, *Edwardian Architecture, a handbook to building design in Britain 1890-1914*, London, Ed. Thames and Hudson.
- Silva, Álvaro Ferreira da (2001), “Ideais Oitocentistas de Modernização Urbana, o embelezamento como projecto (1858-1891)”, *Cidade e Metrópole, Centralidades e Marginalidades*, Edições CELTA, pp. 39-51.
- Silva, Álvaro Ferreira da (2007), *Uma Máquina Imperfeita: Tecnologia Sanitária em Lisboa na Segunda Metade do Século XIX*, p. 10. Consultável em: [https://www.researchgate.net/profile/Alvaro\\_Silva5](https://www.researchgate.net/profile/Alvaro_Silva5).
- Silva, Maria Margarida de Almeida Reis (2013). *Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, memória e recuperação urbana*. Dissertação de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Silva, Raquel Henriques da (1997), *Lisboa romântica: urbanismo e arquitetura, 1777-1874*. Lisboa, Edição Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, Raquel Henriques da (2001), “A arquitetura da Baixa Pombalina: das marcas da História”, *Baixa Pombalina, que futuro?* Lisboa, Edições GECORPA.
- Silva, Raquel Henriques da (2008), “Lisboa reconstruída e ampliada (1758-1903)”, em *1758 Lisboa – O Plano da Baixa hoje*, Lisboa, Edições da C.M.L.
- Silva, Vítor Coias e (2005), “Sistemas construtivos usados na reconstrução. A gaiola pombalina, estudos recentes”, *1755 O grande terramoto de Lisboa – volume I*, Lisboa, Edição da Fundação Luso-Americana.
- Silveira, Paulo Malta da, Rosário Veiga, Jorge de Brito (2002). *Fingidos por pintura em Estuques Antigos*. Consultável em: [https://www.researchgate.net/publication/280933307\\_Fingidos\\_por\\_Pintura\\_em\\_Estuques\\_Antigos](https://www.researchgate.net/publication/280933307_Fingidos_por_Pintura_em_Estuques_Antigos).

- Simões, J.M. dos Santos (1970), *Azulejaria romântica*, em *Estética do romantismo em Portugal* - 1.º colóquio, Lisboa, Grémio Literário.
- Simões, J. M. dos Santos (1979), *Azulejaria em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Edições Fundação Calouste Gulbenkian.
- Subtil, José (2007), *Memória e poder: o terramoto de 1755, impactos históricos*, Lisboa, Edição Livros Horizonte.
- Teixeira, Manuel C. (2007), “O plano de reconstrução da Baixa de Lisboa: a expressão erudita do modo tradicional de planeamento da cidade portuguesa”, *O terramoto de 1755, Impactos Históricos*, Lisboa, Edição Livros Horizonte Profissional.
- Tiago, Maria da Conceição (2011). *Os Primeiros bairros de iniciativa Estatal 1918/1919*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL.
- Vale, Clara Pimenta do (2018), “As instalações técnicas e as redes prediais no início do século XX. Uma caracterização a partir dos manuais da “Biblioteca de Instrução Profissional””, João Mascarenhas Mateus (ed.), *História da construção em Portugal*, Lisboa, Edições By the Book.
- Vaquinhas, Irene, coordenação (2011), *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Contemporânea*, sob a direção de José Mattoso, Lisboa, Edição do Círculo de Leitores.
- Veloso, A. J. e Isabel Almasqué (1985), *Azulejos de fachada em Lisboa*, Revista Municipal, ano XLVI, 2.ª Série, N.º 11, 1.º trimestre. Lisboa, Edições da C.M.L.
- Veloso, A. J. e Isabel Almasqué (2011), *A Arte Nova nos azulejos em Portugal*, Catálogo da exposição. Coleção Feliciano David e Graciete Rodrigues. Edição do Museu da Cidade de Aveiro.
- Vieira, Eduarda Maria Martins Moreira da Silva (2002), *Técnicas tradicionais de fingidos e de estuques no norte de Portugal. Contributo para o seu estudo e conservação*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora.

## **1. IDENTIFICAÇÃO**

NOME: Maria Clara Bracinha Vieira

DATA DE NASCIMENTO: 2 de abril de 1948

NATURALIDADE: Lisboa

CARTÃO DE CIDADÃO: n.º 00177713, data de validade 25/05/2019, emitido em Lisboa.

NÚMERO DE CONTRIBUINTE: 129841412

ESTADO CIVIL: Casada

NACIONALIDADE: Portuguesa

PROFISSÃO: Arquitecta

RESIDÊNCIA: Rua de Arroios, nº176 – r/c D – 1000-061 Lisboa

## **2. FILIAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS**

Sócio n.º 3332 da Ordem dos Arquitectos portugueses.

## **3. FORMAÇÃO**

### **3.1. Habilitação académica de base**

Curso de arquitectura, pela Unité Pédagogique D' Architecture n.º 6, Escola Superior de Belas Artes de Paris - 1977 – com equivalência aos cursos de arquitectura das escolas portuguesas.

Classificação – 17 Valores.

### **3.2. Habilitação académica complementar**

Professora profissionalizada do 5º Grupo Disciplinar, Artes Visuais, pela Escola Superior de Educação de Lisboa – 1988.

Classificação – 17 Valores.

Certificação de Aptidão Profissional para o exercício da função de Formador, pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – 2007.

### **3.3. Formação profissional**

#### **3.3.1 Ações de formação e cursos**



- Curso sobre Regulamentação e segurança contra Incêndios em Edifícios de Habitação – L.N.E.C.  
De 4 a 8 de novembro de 1991.
- Curso sobre Alteração ao Regime Jurídico de Licenciamento de Obras Públicas – C.M.L.  
De 13 a 14 de dezembro de 1994.  
Total de horas: 7
- Curso de especialização sobre o Projecto de Estruturas de Madeira - L.N.E.C.  
De 11 a 13 de dezembro de 1995.
- Curso de Word 7.0 – C.M.L.  
Setembro de 1998  
Total de horas: 24
- Curso sobre Regime Jurídico dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas – C.M.L. - 22 a 26 de Junho de 1998.  
Total de horas: 20
- Curso de Inglês – C.M.L.  
Novembro de 1998  
Total de horas: 81
- Conhecer a C.M.L. – C.M.L.  
Abril e setembro de 1999  
Total de horas: 54
- Apresentação da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, no Curso – Conhecer a C.M.L.  
Maio de 2001  
Número de horas:1
- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – C.M.L.  
De 15 a 18 de outubro de 2001.  
Total de horas: 16
- Mecanismos, filosofias, e áreas de intervenção da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana – Cadeira de Conservação e Reabilitação de Edifícios, 5º ano, Instituto Superior Técnico, Departamento de Engenharia Civil – Núcleo de Materiais de Construção. Maio de 2002  
Número de horas: 4
- Autocad 2002 nível 1  
De 22 de Setembro de 2003 a 9 de Outubro de 2004  
Total de horas: 36
- Curso de Inglês – C.M.L.  
De 21 de outubro de 2003 a 23 de março de 2004  
Total de horas: 80
- Acção de Informação GESCOR e Sensibilização ao Lotus Notes – C.M.L.  
De 31 de Março a 31 de Março de 2004  
Total de horas: 3,5
- Curso SIADAP nas Autarquias Locais - Sensibilização - INA  
17 de Novembro de 2006  
Total: 4 horas.
- Curso de formação profissional de Inglês – Nível: Avançado 2  
De 19 de Abril de 2007 a 20 de Dezembro de 2007  
Total: 80 horas.
- Curso de formação profissional de Património Artístico e Cultural  
De 18 de Fevereiro de 2008 a 29 de Fevereiro 2008.

Total: 30 horas.

- Curso de Formação Profissional de Inglês – Nível: Avançado 2  
De 21 de Fevereiro de 2008 a 5 de Junho de 2008.

Total: 40 horas.

### 3.3.2. Seminários, colóquios, congressos, estágios.

- *Luz e Cor na Cidade Europeia, as fachadas de Lisboa, renovar a memória viva do passado*, Instituto Franco-português, abril 1994.
- *I Encontro Luso-brasileiro de Reabilitação Urbana*, C.M.L., outubro de 1995.
- *III Encontro Nacional de Municípios com Centros Históricos*, C.M. de Viana do Castelo, novembro de 1995.
- *Conferência sobre o tema: Que utilizações para o património construído?* Sociedade para a preservação do património construído (SPPC), maio 1996.
- *COTAC, International Conference on Training in Architectural Conservation*, London, England, julho 1996.
- *A Cidade de Cor*, Póvoa do varzim, 1997.
- *2º Encontro AAP Habitação, Re-Habitar centros antigos*, Guimarães, junho 1998.
- *Lisboa, casas e gente*, Associação Lisbonense de Proprietários, março 1999.
- *Experiências em ambientes urbanos históricos*, Málaga, Espanha, abril de 1999.
- *III Colóquio temático - Lisboa, Utopias na viragem do século*, Junho 1999.
- *Projecto Reha-Femme*, Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul, Lisboa, setembro de 1999.
- *Cor e conservação de superfícies arquitetónicas*, LNEC, dezembro 1999.
- *O apoio domiciliário, novas oportunidades de emprego Eixo Now*. Lisboa, março 2000.
- *Simpósio Internacional sobre castelos*, IPPAR, Palmela. Abril 2000.
- *II Encontro luso-brasileiro de reabilitação urbana*. Prefeitura do Rio de Janeiro, Brasil, maio de 2000.
- *Acessibilidades na área metropolitana, que respostas em Lisboa?* Assembleia Municipal de Lisboa, setembro de 2000.
- *Os programas habitacionais RECRIA, REHABITA, RECIPH. IGAPHE*, Évora, outubro 2000.
- *V Encontro dos promotores e construtores da área metropolitana de Lisboa*, Associação dos Industriais da Construção de Edifícios, novembro 2000.
- *Assembleia Geral da Associação “Quartiers en Crise”*, em representação do vereador do pelouro de reabilitação urbana dos bairros históricos, Veneza, Itália, novembro 2000.
- *VII Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico*, Comissão Organizadora, Lisboa, março de 2001.
- *Ciudades, estrategias de regeneración urbana, innovación y desarrollo territorial*. Córdoba, Espanha, novembro de 2001
- *Encontro de membros da Associação “Quartiers en Crise”*, Roterdão, Holanda, 2001.
- *Baixa Pombalina: Que futuro?* L.N.E.C., Lisboa, novembro de 2001.

- *Reabilitação Urbana, questões, experiências e soluções* – EPUL - Lisboa. Junho de 2002.
- *Planeamento e Desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa*. Câmara Municipal de Mafra. Outubro de 2002.
- *3.º ENCORE – Encontro sobre conservação e reabilitação de edifícios*. LNEC Lisboa. 26 a 30 de maio 2003.
- Encontro sobre Reabilitação Urbana, Mértola, março de 2007.
- *Linha de eléctrico/linha de terra-As tipologias dos edifícios de Lisboa, através da linha de eléctrico n.º 28*, XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Coimbra, novembro de 2011.
- *Os edifícios de arquitetura eclética das primeiras décadas do séc. XX, em Lisboa, como paradigma da construção da fortuna e do malogro*, XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, ISCTE-IUL, novembro 2012.

## **4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

### **4.1. Carreira profissional**

- Início de prestação de serviços na função pública, como professora do ensino secundário – 1979.
- Desempenho de funções como arquitecta no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza – 1988/89.
- Início de funções na Câmara Municipal de Lisboa – Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, como arquitecta requisitada em 1 de setembro de 1991.
- Tomada de posse, na C.M.L., como Arquitecta de 1º Classe, em 18 de setembro de 1992.
- Nomeação como Arquitecta Principal, em 1 de maio de 1997.
- Nomeação como Arquitecta Assessora, em 11 de julho de 2001. Nomeação como Arquitecta Assessora Principal em 27 de setembro de 2006.

### **4.2. Louvor**

Por despacho nº 454/P/2002, do Presidente da C.M.L., de 14 de outubro.

### **4.3. Cargos desempenhados nos serviços municipais**

- De 1991 a maio de 1995 – Arquitecta responsável de zona no Gabinete Local da Mouraria.
- Em 12 de Maio de 1995 nomeada pelo Despacho nº85/P/95, Coordenadora do Grupo de Trabalho do Projecto Integrado do Castelo, na dependência direta do Diretor Municipal.
- Em 19 de Outubro de 1999 nomeada Diretora Municipal de Reabilitação Urbana dos Bairros Históricos, cargo exercido até julho de 2002.

- Em 17 de Fevereiro de 2003, através do Despacho n.º 87/P/2003, foi nomeada para integrar a equipa de revisão do PDM, com funções na área da reabilitação urbana.
- 2003 - Integrou um grupo de trabalho para a elaboração de um Regulamento para intervenção em edifícios nas áreas históricas de Lisboa.
- Janeiro de 2004 - integrou grupo de estudos sobre a Baixa Pombalina.
- Fevereiro de 2004 – Integrou a equipe municipal de apoio à revisão do P.D.M.
- Julho de 2004 - Coordenou o grupo de trabalho para a elaboração da proposta de atualização do Inventário do Património, nas zonas históricas de Lisboa.
- Janeiro de 2005 – Participou no levantamento de características tipológicas dos prédios da Baixa Pombalina, constituição de uma base de dados digital, tratamento dos dados e elaboração de um documento de análise.
- Julho de 2005 – Elaborou, em equipe, uma proposta de Projeto de Regulamento Municipal das Medidas Preventivas para a Área Histórica da Baixa Pombalina de Lisboa.
- 2008 - Atualizou o Inventário do Património da Baixa e elabora fichas individuais para a Carta do Património.
- 2009/2010 - Colaborou na elaboração de uma proposta de regulamento para o Plano de Pormenor da Baixa Pombalina de Lisboa (atualmente em vigor).

## 5. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE ENSINO

- Lecionou Artes Visuais no Ensino Secundário, de 1979 a 1988 e de 1989 a 1991.
- Lecionou *Desenho da Natureza*, no curso promovido pelo Fundo Social Europeu, 1988.
- Monitorizou o curso *Conhecer a C.M.L. - Apresentação da Direção Municipal de Reabilitação Urbana*, em maio de 2001.
- Apresentou os *Mecanismos, filosofias, e áreas de intervenção da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana*, integrada na disciplina de Conservação e Reabilitação de Edifícios, 5º ano, Instituto Superior Técnico, Departamento de Engenharia Civil – Núcleo de Materiais de Construção, maio de 2002.
- Monitorização do módulo *História do património e reabilitação urbana* no curso de Mestrado em História Moderna e Contemporânea – cidades e património, ISCTE 2006/2007.
- Monitorização do módulo *História do património e da reabilitação urbana*, Pós-graduação em Património e Projetos Culturais, ISCTE 2008/2009.
- Monitorização do curso *História das tipologias arquitetónicas e construtivas em edifícios antigos de arquitetura corrente*, CML 2009/2010.

- Monitorização da disciplina *História das Técnicas de Construção e da Reabilitação Urbana* – Mestrado em História Moderna e Contemporânea – ISCTE 2009/2010, 2011/2012, 2013/2014.

## 6. ELABORAÇÃO DE TRABALHOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS

### 6.1. Trabalhos em coautoria

- 1984 - Levantamento e relatório sobre o estado das edificações existentes na área limitada pela Cidadela de Cascais e o Forte do Abano, no Guincho, na Área de Paisagem Protegida de Sintra e Cascais;
- 1984 - Levantamento arquitetónico e fotográfico, e programa de intervenção para o conjunto edificado da Peninha e para o Palácio de Monserrate.
- 1988/89 - Participação na elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado.
- 1988/89 - Participação na elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda e Gerês.
- 1988/89 - Representação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, na Comissão de Acompanhamento do plano Diretor da Murtosa.
- 1994/1995 - Plano de Urbanização da Mouraria, 1994/1995.
- 1994 - Proposta de homogeneização dos critérios de intervenção nas obras financiadas pelo programa R.C.R.I.A.
- 1995 - Uniformização das propostas de regulamentos dos Planos de Urbanização das áreas Históricas.
- 1996 - Elaboração do Protocolo de Colaboração entre as empresas concessionárias de serviços públicos e a C.M.L., para a instalação de novas redes de infra-estruturas na Freguesia do Castelo.
- 1998 - *Projeto Integrado do Castelo, estudos cromáticos* - comunicação apresentada no seminário “A cidade de cor” – Publicado no Boletim Cultural da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, Póvoa do Varzim, Vol. XXXV.
- 2000 - Coordenação da publicação *Estudo Histórico Monográfico da Freguesia de Santa Cruz do Castelo, CML*.
- 2000 - Coordenação e autoria do texto do filme vídeo sobre as Estratégias de Reabilitação Urbana, apresentado no II Encontro Luso-brasileiro no Rio de Janeiro e, pelo vereador do pelouro da Reabilitação Urbana dos bairros Históricos, em Montpellier, na VII Conferência da Liga Mundial das Cidades Históricas.
- 2000 - Elaboração do Protocolo de Colaboração entre a C.M.L. e o I.P.P.A.R. para a execução de escavações e acompanhamento arqueológicos na área da Freguesia do Castelo.
- 2003 - Proposta de regulamento para intervenção no edificado das áreas históricas habitacionais.
- 2004 - Contributo para a revisão do PDM.

- 2004 - Proposta de atualização do Inventário do Património, nas Zonas Históricas de Lisboa.
- 2005 - Levantamento das tipologias arquitetónicas dos prédios da Baixa Pombalina, constituição de base de dados, tratamento dos dados e elaboração de documento de análise e diagnóstico.
- 2005 - Projeto de Regulamento Municipal das Medidas Preventivas para a Área Histórica da Baixa Pombalina de Lisboa.
- 2005 - Publicação: *Uma proposta de regulamento para a Baixa Pombalina*, em – *Reabilitação Urbana, Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda*, Coleção de Estudos Urbanos – Lisboa XXI – 6, edição C.M.L.
- 2005 - Publicação: *Os prédios da Baixa Pombalina no início do século XXI*, em – *Práticas autárquicas de conservação e reabilitação urbana, volume 02*, edição C.M.L.

## 6.2. Trabalhos de autoria

### 6.2.1. Entrevistas

- 2000 - Entrevista sobre obras nos bairros históricos de Lisboa, com candidaturas ao programa RECRUA – Gazeta de Lisboa – Nº2.
- Entrevista sobre o trabalho de reabilitação urbana dos bairros históricos de Lisboa à UNTV – GENEVE (transmitida por: Euronews, RTP, Japanese National TV NHK, BBC e CNN World Report), junho de 2000.

### 6.2.2. Publicações

- 1982 - *As casas dos emigrantes na região de Aveiro*, em *Revista Arquitectura*, 4ª Série, Nº145.
- 1989 - *Formalismo e valores simbólicos nas casas dos emigrantes* em *Sociedade e Território*.
- 1992 - *Centros Históricos. Que reabilitação?* em *A Batalha* nº 135.
- 1993 - *Lisbonne, lumière et couleurs dans la ville européenne*, em colaboração com os autores Annick e Jean Desmier.

Editions de La Villette, Paris.

- 1994 - *Um bairro em recuperação: A Mouraria de Lisboa*, em *Ler História* Nº26.
- 1995 - *As cores da Mouraria*, em *Jornal dos Arquitectos* Nº151.
- 2001 - *Projeto cromático para o castelo*, em *Architecti*.
- 2001 - *Um Olhar sobre o Castelo de São Jorge, século VII ac -século XX* (coordenação), Edições C.M.L.-Reabilitação Urbana.
- 2001 - *O Projeto Integrado do Castelo, em Lisboa*, em *Jornal do IGAPHE*.
- 2005 - *Os prédios da Baixa Pombalina no início do século XXI*, em *Uma Nova Cultura de Cidade, Práticas Autárquicas de Conservação e Reabilitação Urbana*, Volume 2. Edições C.M.L., pp. 46-59.

- 2012 - Recensão do livro: Lopes, Flávio (2012), *Património Arquitectónico e arqueológico- Noção e Normas de proteção*. Caleidoscópico-Edição e Artes Gráficas, SA. *Em Ler História*, n.º 63, pp. 199-203.
- 2018 - *Le domaine public et le domaine privé : Les façades en tant que séparateurs – Lisbonne, rua da Prata*, em *Städteforschung - Urban spaces and the complexitiy of cities*, (coordenação Jean Luc Fray, Michel Pauly, Magda Pinheiro, Martin Scheutz), Ed. Böhlau Verlag Köln Weimar Wien, pp. 102-115.

### 6.2.3. Comunicações escritas apresentadas em congressos e seminários

- 1995 - O Projeto Integrado do Castelo, uma proposta de intervenção global, Lisboa.
- 1995 - O Projeto Integrado do castelo, um exemplo de reabilitação integrada, Viana do Castelo.
- 1996 - Integrated Castle Plan, Operation for Urban Regenerating, Londres.
- 1998 - Lisboa, a experiência do Castelo, Guimarães.
- 1999 – Utopias, Lisboa.
- 1999 - Estudos e projetos de cor, no âmbito do Projeto Integrado do Castelo, Lisboa,.
- 2000 - Estratégias de reabilitação urbana, Rio de Janeiro, Brasil.
- 2007 - Metodologia da reabilitação do Bairro do Castelo em Lisboa, Mértola.

## 7. ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIOS

- 1994 - Orientação do estágio da arquitecta Patrícia Soares, sobre o Projecto Urbano de um quarteirão na Rua do Benfornoso.
- 2000 - Orientação do estágio da arquitecta Celina Adriano, sobre o Projecto Cromático para a Rua de Santa Cruz.

## 8. PLANEAMENTO E GESTÃO

- **1995-1999 - Gestão e planeamento urbano no âmbito do projecto Integrado do Castelo:**
  - Programação faseada do projecto;
  - Elaboração de programas funcionais e cadernos de encargos para concurso de fornecimento de projectos para a reabilitação de edifícios;
  - Acompanhamento da execução dos projectos de arquitectura das 1ª, 2ª, e 3ª Fases do Projecto Integrado do Castelo.
  - Acompanhamento das obras da 1ª e 2ª Fases – 42 prédios.
  - Apresentação dos projectos a moradores e a proprietários.
  - Coordenação do projecto de urbanismo comercial, e da proposta de Regulamento Comercial para a Freguesia do castelo.
  - Coordenação do Projecto de Cor.

- Apreciação de projectos particulares.
  - Coordenação do processo de realojamentos provisórios e definitivos, nomeadamente a elaboração de acordos entre a C.M.L. e os moradores, atribuição de apoios financeiros ao realojamento, organização das mudanças, calendarização das operações.
  - Coordenação da execução simultânea das obras de instalação de redes públicas no subsolo, de infra-estruturas de esgoto, água, electricidade, gás natural, telefones e televisão por cabo.
  - Coordenação da equipe de acompanhamento e fiscalização das obras.
  - Preparação da entrega dos fogos reabilitados aos moradores.
- **Programação e Gestão da Direção Municipal de Reabilitação Urbana, nos bairros históricos de Lisboa.**
  - **Gestão de projetos financiados pela comunidade europeia.**
    - 2002 - *Projeto URB-AL - “Modelos de Gestão de Reabilitação de Centros Históricos”*, coordenado pela Comunidad de Madrid (representação portuguesa liderada pela CCRLVT):
      - Participação na reunião de Madrid. Novembro de 2001.
      - Elaboração de textos sobre a experiência portuguesa/CML, que integram o documento produzido “Manual de Gestão de processos de reabilitação de centros históricos. Relatório de Junho de 2002.
    - 2002 - *Projeto ENTRUST – Empowering Neighbourhoods Through Recourse of Urban Synergies with Trades.*
      - Organização do 1.º Encontro, que se realizou em Lisboa. Fevereiro 2002.
      - Apresentação do caso de estudo da reabilitação dos bairros históricos de Lisboa.

## **9. PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO REALIZADOS EM PROFISSÃO LIBERAL E EM CO-AUTORIA.**

- 1981 - Participação no Concurso público para o estudo de volumes e expressão arquitectónica, Zona 1, Vilamoura – Menção Honrosa.
- 1982 - Projeto de arquitetura para habitação coletiva, 320 fogos – Cooperativa de Habitação Económica Coophabit. Construído. Premiado com Menção Honrosa no concurso “Melhor Programa Habitacional Cooperativo do Distrito de Setúbal”, Alcochete.
- 1983 - Projeto base de arquitetura para a recuperação dos Moinhos de São Bento e ordenamento da área envolvente. 1º Prémio no concurso público, Évora.
- 1984 - Concurso público para projeto de monumento aos Bombeiros Voluntários de Évora, Menção Honrosa, Évora.
- 1986 - Moradia unifamiliar em Alenquer. Construída.



- 1989 - Plano Diretor de Valença do Minho – Estudos sumários, análise urbana e patrimonial do edificado.  
Valença do Minho.
- 1989 - Análise urbana integrada no Estudo de Impacte ambiental do traçado do I.P.5, troço Esgueira/Aveiro/Barra. Construído.  
Aveiro.
- 1989 - Plano de pormenor de Urbanização e reconversão das ilhas de Tavira, Cobra e Deserta, no Parque Natural da ria Formosa – Estudo Prévio. Faro.
- 199° - Museu Mário Botas – Projecto de arquitetura.(não edificado).  
Nazaré.
- 1990 - Moradia unifamiliar, Palmela (Construída).
- 1992 - Moradia unifamiliar, Torres Vedras (Construída).
- 1994 - Edifício termal – Projeto de arquitetura, Alcanhões (não edificado).
- 2004 - Moradia unifamiliar, Herdade da Aroeira (Construída).

Lisboa, Dezembro de 2018

Maria Clara Bracinha Vieira

**ANEXO À TESE DE DOUTORAMENTO:**  
**HISTÓRIA DAS TIPOLOGIAS ARQUITETÓNICAS DE EDIFÍCIOS CORRENTES,**  
**DE HABITAÇÃO, CONSTRUÍDOS NA CIDADE DE LISBOA, DE INÍCIOS DO**  
**SÉCULO DEZOITO ATÉ À DÉCADA DE 1930.**

**A. LEVANTAMENTOS**

<b>1.LOCALIZAÇÃO E DATAÇÃO DE PRÉDIOS, E DESCRIÇÃO DAS CARATERÍSTICAS TIPOLÓGICAS, DE 1762 A 1834.</b>	1
1.1. Prédios da Calçada de Santo André.	1
1.2. Prédios das ruas das Trinas e de São João da Mata.	32
1.3. Proposta de datação e caraterização dos prédios da Freguesia de São Nicolau.	52
<b>2. QUADRO LOCALIZAÇÃO DE 126 EDIFÍCIOS E TIPOS DE INTERVENÇÃO ARQUITETÓNICA, PROPOSTOS NOS ALÇADOS APRESENTADOS À CML DE 1840 A 1870.</b>	270
<b>3. QUADROS DAS CARATERÍSTICAS DOS EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS DE 1870 A 1929.</b>	303
3.1. Quadros das caraterísticas dos edifícios do Bairro Dona Estefânia/Arroios.	301
3.1.1. Quadro de áreas.	301
3.1.2. Quadro de volumetrias.	303
3.1.3. Quadro das caraterísticas das fachadas dos edifícios.	307
3.1.4. Quadro dos remates de fachada.	310
3.1.5. Quadro de caraterísticas interiores.	312
3.1.6. Quadro de tipologias de caixas de escada.	316
3.2. Quadros das características arquitetónicas do bairro Barata Salgueiro.	319
3.2.1. Quadro de áreas.	319
3.2.2. Quadro das volumetrias.	321
3.2.3. Quadro das caraterísticas das fachadas.	323
3.2.4. Quadro de remates de fachada.	326
3.2.5. Quadro de caraterísticas interiores.	328
3.2.6. Quadro das tipologias de caixa de escada.	332
3.3. Quadros das características dos edifícios do bairro de Campo de Ourique.	335
3.3.1. Quadro de áreas.	335
3.3.2. Quadro de volumetrias.	337
3.3.3. Quadro das características das fachadas	339
3.3.4. Quadro dos remates das fachadas.	342
3.3.5. Quadro das características interiores.	344
3.3.6. Quadro das tipologias de caixa de escada.	349
3.4. Quadros das características arquitetónicas dos edifícios do Casal do Rolão.	351
3.4.1. Quadro de áreas.	351
3.4.2. Quadro de volumetrias.	352
3.4.3. Quadro das características das fachadas.	353
3.4.4. Quadro dos remates das fachadas.	354
3.4.5. Quadro das características interiores.	355
3.4.6. Quadro das tipologias de caixa de escada.	357

3.5 Quadros das características arquitetônicas dos prédios das Avenidas Novas.	358
3.5.1. Quadro de áreas.	358
3.5.2. Quadro de volumetrias.	365
3.5.3. Quadro das características das fachadas e coberturas.	375
3.5.4. Quadro das peças decorativas em ferro forjado.	400
3.5.5. Quadro das características interiores.	410
<b>4. QUADRO DOS ELEMENTOS DECORATIVOS DE FACHADAS.</b>	420
4.1. Padrões de azulejos em prédios edificados de 1845 a 1914.	420
4.2. Modelos de grades metálicas em guarda-corpos, em edifícios construídos de 1771 a 1920.	426
4.3. Tipos de portas de rua em prédios edificados de 1780 a 1929.	441

## A. LEVANTAMENTOS

### 1. PROPOSTA DE LOCALIZAÇÃO E DATAÇÃO DE PRÉDIOS, E DESCRIÇÃO DAS SUAS CARACTERÍSTICAS TIPOLOGICAS, DE 1762 A 1834.

#### 1.1. Proposta de datação e caracterização dos prédios da Calçada de Santo André.

FREGUESIA DOS ANJOS							
Descrição e proposta de localização dos prédios da calçada se Santo André de acordo com os dados existentes nos livros da Décima de Lisboa relativos à freguesia dos Anjos, e com os documentos que integram os volumes obra existentes no A.M.L.							
Ano	Proprietário	N.º lojas	N.º andares	Águas-furtadas	Rende (reis)	Décima (reis)	N.º polícia
Calçada de Santo André, lado esquerdo vindo do postigo de Jesus Caído até à esquina da Rua das Tendas							
1762	Pedro de Sousa Mascarenhas	1	1	0	276.000	24.840	2014- N.º 1-3A; Costa do Castelo, 89-91 SIG: 53.009.04.001.002 Obra: 522 MVV: 4+3(empena)+2? (Costa do Castelo) Pisos: R/C +2+AF Cobertura: 4 águas Cimalha: Beirado. Fachada: Soco de pedra. Nas lojas, vãos de porta e um de janela. A última é porta de cocheira. A separar os pisos há frisos de pedra. No 1.º andar há 4 vãos de janela de sacada com lintéis encimados por entablamentos. Os vãos de janela do 2.º andar são todos de peito. Na empena, há 3 vãos de sacada, o central é encimado por um frontão interrompido. Na fachada sobre a Costa do Castelo abre-se apenas uma porta e, a nível do 3.º piso, 3 pequenos vãos de janela quadrados.

							<p>Varandas: Só no 2.º piso. A guarda é em ferro forjado, séc. XX.</p> <p>Escada: De tiro até ao 2.º andar. Depois é de 1 lanço com patim lateral.</p> <p>Fogos: ?</p> <p>Chaminé: Em duas lojas está na parede posterior.</p> <p>Processos: .21133/SEC/PG/1920, P. 2; .49492/DAG/PG/1949; P. 3 e 4; .11878/DEG/PG/1949; P. 7</p>
1762	Pedro de Sousa Mascaranhas	1	1	0	60.000	5.400	<p>2014 - N.º 5-9 SIG: 53.009.04.002.001 Obra: 24811 Reconstrução com ampliação de um piso em 1950. MVV: 3 Pisos: Cv+R/C+ +2+1 neop. Cobertura: 2 águas Cimalha: beirado sobre cornija Fachada: Inicialmente a fachada principal tinha um vão de porta largo, ao centro e dois estreitos laterais. O 1.º andar tinha uma sacada central e dois vãos de peito, quadrados. O terceiro piso tinha três vãos de peito retangulares. A fachada posterior tinha um vão no 1.º andar. E três vãos no segundo, todos de diferentes formas e tamanhos e desalinhados. Varandas: Ferro (1950) Escada: ? Fogos: 1/piso Chaminé: Atualmente na empena lateral. A primitiva estava na parede das traseiras.</p>

							Processos: 11674/DAG/PG/1950
1762	Pedro de Sousa Mascarenhas	2	0	0	43.200	3.888	2014 – N.º 11-15 SIG: 53.009.04.003.001 Obra: 10675 MVV: 4+óculos centrais sobre a porta de acesso à escada. Pisos: R/C+2+AF Cobertura: 2 águas com trapeiras de 3 águas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Fachada: 1.º andar com sacadas, 2.º andar com janelas de peito. Óculos centrais de iluminação da escada. Varandas: Ferro forjado, séc. XX. Escada: Lanços sobrepostos com patim lateral com três degraus. Fogos: 2/piso. Chaminé: Na parede posterior. Processos: 8881/SEC/PET/1931 10964/DAG/PG/1953 32646/DAG/PG/1962
1762	Manuel Roiz da Fonseca	2	4	0	164.000	14.760	2014 – N.º 17-23A SIG: 53.009.04.043.001 Obra: 2100 MVV: 6 Pisos: R/C+sobreloja+3+AF Cobertura: Duas águas com trapeiras para as traseiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Fachada: Vãos de loja separados das sobrelojas por uma pedra de lintel reto. Nos 1.º e 2.º andares, de cada lado, duas janelas de peito com uma sacada entre elas. No 3.º andar só janelas de peito. Módulo de vãos sobre a porta de entrada.

							Varandas: Ferro forjado, séc. XX Escada: s/elementos Fogos: 2/Piso? Chaminé: s/elementos. Processos: -
1762	Manuel Roiz da Fonseca	1	2	0	396.000	35.640	2014 – N.º 25-33 SIG: 53.009.04.005.001 Obra: 15166 Emparcelado com o lote seguinte? MVV: 6 (4+2 do lote seguinte) Pisos: R/C+3 Cobertura: 2 águas Cimalha: Beirado Fachada: No R/C há, no 3.º MV, um portal de cantaria lavrada e depois um vão de porta com moldura de bandeira alta. No 1.º andar só há vãos de janela, tendo apedra de peito o dobro da largura das outras. No 3.º e 4.º andares há janelas de sacada nos vãos centrais e de peito nos extremos. Varandas: No 2.º andar as bases são em cantaria com rebordo. Os guarda-corpos são modernos. Escada: Fogos:? Chaminé:? Processos: 19320/DAG/PG/1965 ; P.8
1762	Manuel Roiz da Fonseca	2	4	0	122.000	10.980	2014 – N.º 17-23A SIG: 53.009.04.043.001 Obra: 2100 Emparcelado com o lote anterior?
1762	Manuel Roiz da Fonseca	1	1	0	155.000	13.950	2014 – N.º 35-41A SIG: 53.009.04.006.001 Obra: 518 Reconstruído e descaraterizado em 1968. Emparcelado com o prédio seguinte. MVV: 6 Pisos: R/C+2

							<p>Cobertura: 2 águas  Cimalha: Beirado  Fachada: Atualmente está descaracterizada. Antes de 1968, Tinha a nível do piso térreo cinco vãos de porta e um de janela, gradeado. No 1.º e 2.º andares janelas quadradas e duas de sacada. Nestas últimas, o lintel era curvo.  Varandas: Atualmente estão descaracterizadas. Anteriormente eram em constituídas por quatro varões de ferro verticais e duas barras horizontais, e os intervalos protegidos por reixas.  Escada: As escadas primitivas eram de tiro.  Fogos: inicialmente eram 2 prédios com um fogo por piso cada um.  Chaminé: Na parede posterior.  Processos: 12691//LIC/1925; P.2; 26104/DSCC/PG/1968; 4544/DMPGU/OB/1970-Tomo 1; P.4.</p>
1762	Manuel Roiz da Fonseca	2	2	0	71.000	6.390	<p>2014 – N.º 43-47A  SIG: 53.009.04.007.001  Obra: 515  MVV: 6  Pisos: R/C+1+AF  Cobertura: 2 águas com trapeira de 2 águas.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Fachada: No rés-do-chão há, à esquerda, três vãos de porta, um dos quais é um portal cuja moldura de pedra é encimada por um entablamento. À direita há dois vãos de janela, quadrados,</p>



							<p>cuja pedra de peito se prolonga em ponta nos dois extremos, assentando em duas pedras verticais suportadas pelas molduras de duas frestas.</p> <p>No 1.º andar há seis vãos de sacada com molduras de pedra encimadas por entablamentos. A cada lado há pilastras de pedra até à cimalha.</p> <p>Varandas: Guarda-corpos em ferro forjado formando óvulos.</p> <p>Escada: ?</p> <p>Fogos: ?</p> <p>Chaminé: ?</p> <p>Processos: -</p>
1762	José da Paz	1	1	0	9.600	0.864	<p>2014 – N.º 49-53 SIG: 53.009.04.008.001 Obra: 10278 MVV: 3 Pisos: R/C+2 Cobertura: 2 águas Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Fachada: No rés-do-chão há três vãos com os lintéis retos e alinhados, mas de diferentes larguras. O da esquerda dá acesso à escada. Nos andares, à esquerda há dois vãos rasgados até ao sobrado, mas sem sacadas, só com guarda corpo de ferro forjado, formando óvulos, embutido entre as ombreiras.</p> <p>Varandas:</p> <p>Escada: Guarda corpo de ferro forjado, formando óvulos.</p> <p>Fogos: Sem elementos.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena.</p> <p>Processos: PT/AMLSB/CML/SB /ADMG-E/08/0369; P.1</p>

-	- Edificado por D. Mariana Jaques (Livro de cordeamentos de 1730-1737, p.45)	-	-	-	-	-	2014 –N.º 55-57; Rua da Amendoeira 1. <u>Construído em 1732</u> Pisos: R/C+SL+2P+AF Cobertura: 2 águas com trapeiras do lado direito e uma ampliação de andar do lado esquerdo. Cimalha: Beirado sobre cornija. Fachada: No rés-do- chão há 4 portas sendo a segunda a da caixa de escada. Lintéis retos, desalinhados. Cerca de 1m acima há os vãos quadrados das sobrelojas. No 1.º andar janelas de sacada. No 3.º andar há janelas de peito, quadradas. Ao centro, ao nível da sobreloja, um óculo de ventilação da escada e, ao nível do 3.º andar, um pequeno vão de janela. Varandas: Base em cantaria e guarda corpo em ferro forjado. Escada: Não há elementos. Fogos: Dois por piso. Constituídos por quatro compartimentos dos quais a cozinha, ao fundo. Chaminé: Na fachada posterior. Processos: 15910/DAG/PG/1984 ; Volume 1; P.3-3V
1762	José da Paz	1	3	0	69.000	6.210	2014 – N.º 59-61; R. da Amendoeira 2 SIG: 53.008.04.001.001 Obra: 519 MVV: 1+2+1 Pisos: R/C+3+AF Cobertura: 3 águas Cimalha: Beirado sobre cornija. Fachada: Vãos descaraterizados. Na

							fachada de topo os vãos de janela são quadrados, na fachada sobre a calçada há uma sacada no 1.º andar e outra no 3.º. Sobre o beco há só janelas de peito. Varandas: Ferro forjado Escada: ? Fogos: 1/piso. Chaminé: Processos: -
1762	D. Isabel Maria de Mendonça	1	2	0	70.000	6.300	2014 – N.º 63-65; Rua da Amendoeira 2A SIG: 53.008.04.002.001 Obra: 32851 MVV: 2 Pisos: R/C+4 Cobertura: 2 águas Cimalha: beirado sobre cornija. Fachada: No R/C há dois vãos de porta de lintéis nivelados. No 1.º andar, há duas sacadas com varanda corrida. No 2.º andar, há duas sacadas, no 3.º andar uma varanda corrida, no 4.º andar 3 janelas de peito. Varandas: Guarda-corpo em ferro forjado. Escada: Em L Fogos: 1/piso, sem corredor. 4 compartimentos Chaminé: Na empena. Processos: 10850/SEC/PG/1921-T.1; P.2
1762	Diogo Lopes Ribeiro	2	4	0	74.000	6.660	2014 – N.º 67-79; Rua da Amendoeira 6-16. SIG: 53.008.04.003.001 Obra: 32851 MVV: 7 Pisos: 6 Cobertura: Cimalha: Cornija Fachada: Reedificada Varandas: Modernas

							Escada: Moderna Fogos: Reconstrução. Inicialmente 2/piso. Chaminé: - Processos: -
1762	Cap.am Francisco Dias Leal	1	4	0	82.000	7.380	2014 – N.º 67-79; Rua da Amendoeira 6-16. SIG: 53.008.04.003.001 Obra: 32851 Emparcelado com os dois prédios contíguos? MVV: 7 Pisos: 6 Cobertura: Cimalha: Cornija Fachada: Reedificada Varandas: Modernas Escada: Moderna Fogos: Reconstrução. Inicialmente 2/piso. Chaminé: - Processos: -
1762	Cap.am Francisco Leal Dias	1	2	0	51.500	4.630	2014 – N.º 67-79; Rua da Amendoeira 6-16. SIG: 53.008.04.003.001 Obra: 32851 Emparcelado com os dois prédios anteriores? MVV: 7 Pisos: 6 Cobertura: 2 águas +1 água para a R. da Amendoeira Cimalha: Cornija Fachada: Reedificada Varandas: Modernas Escada: Moderna Fogos: Reconstrução. Inicialmente 2/piso. Chaminé: - Processos: -
1762	Irmandade da Doutrina	4	8	0	168.000	-	2014 – N.º 81-83 SIG: 53.008.04.005.001 Obra: 10586 MVV: 2 MVV: Pisos: Cobertura: Cimalha: Fachada: No R/C havia dois vãos, um de escada outro de loja. No 1.º, 2.º

							<p>andares, dois vãos de janela de peito, quadradas, e no 3.º andar, duas sacadas com varanda.  Varandas: Ferro forjado.  Escada:  Fogos:  Chaminé:  Processos:</p>
1762	Foi de Estêvão Grade Frois e é hoje da Fazenda Real	1	1	0	20.000	-	<p>2014 – N.º 85  SIG:  53.008.04.006.001  Obra: 6812  Construído em 1878  MVV: 2  Pisos: R/C+4+AF  Cobertura: 2 águas  Cimalha: Platibanda?  Fachada: No piso térreo há um vão de porta e um de janela, nos outros pisos há duas janelas rasgadas com guarda embutida. A fachada está revestida a azulejo azul.  Varandas: Guardas de ferro fundido.  Escada: Dois lanços de bomba estreita, paralelos à fachada.  Fogos: 1/piso  Chaminé: ?  Processos:  60/1.ªREP/PG/1878</p>
1762	N.a Sra. da Doutrina...	1	3	0	24.400	-	<p>2014 – N.º 89-93;  Beco do Imaginário 1  SIG:  53.008.04.007.001  Obra: 32850  Construído em 1733  MVV: 2+porta lateral  Pisos: R/C+sobreloja+1+AF  Cobertura: 2 águas (empena em bico para o Beco do Imaginário).  Cimalha: Beirado.  Varandas: Só no 2.º piso. A guarda é em ferro forjado formando óvulos.  Escada: De tiro.  Fogos: 1/piso, sem corredor.</p>

							Chaminé: Nos andares está na parede traseira, na loja está na empena. Processos: 1654/DMPGU/OB/1987 14968/DSC/PG/1946
1762	Padre José António	2	2	0	77.800	-	2014 – N.º 95; Beco do Imaginário, 2-4 SIG: 53.008.04.009.001 Obra: 37711 MVV: 2+vãos desalinhados no beco Pisos: R/C+2+AF Cobertura: Três águas c/trapeiras sobre o beco. Cimalha: beirado sobre cornija. Fachada: Sobre a calçada há, no R/C, um vão de janela e um de porta desalinhados dos de cima. Nos 1.º e 2.º andares dois vãos de sacada. Na fachada sobre o beco há três vãos de porta e um de janela no R/C. Nos andares só há vãos de peito e uma fresta sobre a porta de escada, todos diferentes e desalinhados. Varandas: No 1.º andar há duas com base em cantaria formando um rebordo. Os guarda corpos são em ferro forjado formando grega na parte inferior. No 2.º andar há uma varanda corrida com base em cantaria lisa e guarda com desenho idêntico às de baixo. Escada: De dois lanços sem bomba. Fogos: 1 por piso. Cinco divisões sem corredor. Chaminé: Na parede de traseiras. Processos: 34802/DSCC/PG/195 6; V.1; T.1; P.3

							5901/SEC/PET/1931; V.1; T.1; P.3
1762	João Gameiro Feijó	1	1	0	20.000	1.800	2014 – N.º 97-99 SIG: 5300804035001 Obra: 25506 Foi destacado do prédio seguinte, possivelmente já no séc. XIX. MVV: 2 Pisos: R/C+Sobreloja+2P+ AF Cobertura: Duas águas Cimalha: Cornija Fachada: No R/C havia 3 vãos de porta, sendo o da esquerda o acesso à escada. Os 3 vãos de sobreloja são quadrados e alinhados. No 2.º andar, três sacadas, e no 3.º andar três vãos de peito. Varandas: No 3.º andar. Guardas de ferro forjado. Escada: De dois lanços sem bomba. Fogos: Inicialmente havia um por piso com seis divisões. Depois do emparcelamento, há dois por piso com 9 divisões. Chaminé: Na parede posterior. Processos: 7716/1.ªREP/PG/189 2; P.4
1762	João Gameiro Feijó	1	2	0	120.000	10.800	2014 – N.º 101-111 SIG: 53.008.04.011.001 Obra: 25506 Dois prédios emparcelados. MVV: 9 Pisos: R/C+3+Mansarda Cobertura: 2 águas Cimalha: Cornija Fachada: Do 101 ao 107 - No R/C alternam vãos de porta e de janela de lintel teto. No 1.º andar só vãos de

							<p>peito. No 3.º andar só vãos de sacada.</p> <p>Do 109 ao 111 – Varandas corridas nos andares.</p> <p>Varandas: Base de cantaria lisa, guarda em ferro forjado.</p> <p>Escada: 2 lanços.</p> <p>Inicialmente tinha um só lanço para acesso ao 1.º andar.</p> <p>Fogos: 2 por piso. Os andares direitos têm corredor. A mansarda foi edificada em 1892. Em 1762 seria um único fogo no 1.º andar, com um pátio quadrangular.</p> <p>Chaminé: Perpendicular à parede posterior.</p> <p>Processos: 7716/1.ªREP/PG/1892; P.4.</p>
1762	Ambrósio Cardozo de Freitas	1	2	0	60.000	5.400	<p>2014 – N.º 113-115 SIG: 53.008.04.012.001 Obra: 31605 MVV: 2 Pisos: R/C+SL+2 Cobertura: 2 águas com uma trapeira de zinco.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Fachada: No R/C há dois vãos de porta dos quais um é largo. Ambos têm lintéis curvos com rebordo na aresta superior. Na sobreloja os vãos são de peito e têm também lintéis curvos, mas sem rebordo. No 1.º andar são vãos de sacada com bacias de varanda em cantaria com rebordo à face superior. Os lintéis são arqueados. No segundo andar há uma varanda corrida de pedra lisa e os lintéis dos vãos são retos.</p>



							<p>Na fachada posterior os vãos são desiguais e desalinhados.  Varandas: Ferro forjado?  Escada: Sem elementos  Fogos: O pé-direito da loja é de 2.80m. O da sobreloja é de 2.20m.  Chaminé: Sem elementos.  Processos: 20678/DSC/PG/1946; P. 11  5888/DSC/PG/1946; P.4.</p>
1762	Pedro Teixeira	2	1	0	32.000	2.880	<p>2014 – N.º 117-121  SIG:  53.008.04.013.001  Obra: 523  MVV: 2  Pisos: R/C+4P  Cobertura: 2 águas.  Cimalha: Platibanda sobre cornija.  Fachada: No R/C havia, em 1897, dois vãos de porta e dois de janela, quadrados, tendo todos eles os lintéis retos e nivelados.  Atualmente o da esquerda, que é mais estreito e mais alto, tem lintel curvo, e é por onde se acede à escada. Os 4 vãos do primeiro andar eram de peito e quadrados. No 2.º andar havia duas sacadas e duas janelas de peito, retangulares, e no 3.º andar, 4 janelas de peito também quadradas.  Todos os vãos tinham molduras de cantaria com verga reta.  O 4.º andar foi acrescentado em 1897.  Varandas: Guarda-corpos em ferro forjado séc. XIX.  Escada: Era de tiro até ao 1.º andar. Acima é</p>

							de dois lanços sem bomba. Fogos: 1/piso, com três divisões e um pequeno corredor de entrada. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 3545/DAG/PG/1897; T.1; P.2. 457/DAG/PG/1923 ; T1 ; P.2. 7758/DAG/PG/1992 ; 2T1; P.7.
1762	Paulo Francisco Fialho	1	2	0	12.000	1.080	2014 – N.º 123 SIG: 53.008.04.014.001 Obra: 38951 O traçado urbano alterou-se e o prédio de 1762 foi demolido pelo que não corresponde ao atual. Este último existia, mas dava para um beco. Atualmente há um postigo dos Passos da Graça.
1762	Maria Inácia Serafim	1	2	0	28.000	2.520	2014 – Largo do Terreirinho 3; Rua da Amendoeira 58 SIG: 53.008.04.016.001 Obra: 10772 O traçado urbano alterou-se e o prédio de 1762 foi demolido pelo que não corresponde ao atual.
1762	José da Fonseca	1	3	0	86.800	7.812	2014 – Largo do Terreirinho 7-8; Rua Marquês Ponte de Lima 1-1A SIG: 53.008.04.018.001 Obra: 29920 O traçado urbano alterou-se e o prédio de 1762 foi demolido pelo que não corresponde ao atual.
Calçada de Santo André, pelo lado direito principiando no arco até à esquina do Beco dos Cativos							
Ano	Proprietário	N.º lojas	N.º andares	Águas-furtadas	Rende (reis)	Décima (reis)	N.º polícia e descrição sumária

1762	Dez. António Velho da Costa	3	8	0	184.100	16.569	<p>2014 – Calçada de Santo André, 34-36A  SIG:  16.012.01.029.001  Obra: 10277  MVV: 4  Pisos: R/C+4+AF  Cobertura: 3 Águas com trapeiras de zinco e claraboia.  Cimalha: Platibanda com balaustres.  Fachada: No R/C há três vãos estreitos de lintel reto, um dos quais é o acesso à escada, e um vão largo com lintel em arco de círculo. Nos três andares acima todos os vãos são sacadas.  Varandas:  Individuais, com bases em pedra e guarda-corpos em ferro forjado da 2.ª metade do séc. XIX.  Escada: “lanços por piso com bomba retangular.  Fogos: 2/Piso. Os do 1.º andar têm 4/5 divisões. No 2.º andar e pisos acima, o prédio ocupa parte do logradouro em talude e tem 6/7 divisões.  Chaminé: Na parede posterior.  Processos:  41088/DSC/PG/1946 -Tomo 1; P. 4.  5066/DAG/PG/1957- Tomo 1; P. 3.</p>
1762	Dez. António Velho da Costa	2	8	0	169.500	16.555	<p>2014 – Calçada de Santo André 38-42  SIG:  16.012.01.028.001  Obra: 9665  <u>Projeto de 1887</u>  MVV: 5  Pisos: R/C+4  Cobertura:  De duas águas.  Cimalha: Platibanda sobre cornija.  Fachada: No R/C a porta central que é a da escada, tem lintel</p>

							<p>curvo, as que a ladeiam e as janelas de peito dos extremos têm lintel reto, todos estão nivelados. Nos outros andares, há portas-janelas e janelas de peito em alternância.</p> <p>Varandas: Não há varandas, mas sim guarda-corpos em ferro fundido aplicados nas ombreiras das portas-janelas.</p> <p>Escada: Desde 1887 é de dois lanços por piso com bomba de gaveto. Anteriormente era de um lanço por piso com dois patamares de volta, laterais.</p> <p>Fogos: O R/C e o 1.º andar têm uma planta pouco profunda, mas nos andares acima do 1.º a fachada posterior foi construída sobre o talude do logradouro pelo que têm o dobro da área. No R/C e 1.º andar há 4 compartimentos por fogo e, nas cozinhas do lado direito há acesso a um poço. No 2.º, 3.º e 4º andares, há 5/6 divisões.</p> <p>Chaminé: Nos dois primeiros pisos as chaminés estão nas paredes das empenas. Nos pisos superiores estão adossadas à parede divisória dos fogos, atrás da caixa de escada.</p> <p>Processos: 4236/1.ªREP/PG/1887-Tomo1; P. 2.</p>
1762	Dez. António Velho da Costa	2	8	0	248.500	22.365	<p>2014 – Calçada de Santo André 44-48A SIG: 16.012.01.027.001 Obra: 7168 MVV: 5 Pisos: R/C+4</p>

						<p>Cobertura: Duas águas com uma trapeira de zinco e telha.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Fachada: No R/C o vão de acesso à escada fica ao centro, tem moldura de cantaria com lintel reto e, acima, vão de bandeira gradeado. Sobre o vão há uma pedra foreira. Os dois vãos que ladeiam o da loja são portas largas ou de cocheira, os dois vãos laterais são estreitos, e todos têm os lintéis desnivelados. Nos andares acima há, em cada um, um pequeno vão central, quadrado e de peito, alinhado pela porta de escada. De cada lado, há um vão de sacada e um vão de peito.</p> <p>Varandas: Individuais, com base de cantaria e guarda de ferro forjado do séc. XX.</p> <p>Escada: Um lanço por piso com patamar lateral.</p> <p>Fogos: Nas lojas há uma arcada. O prédio terá tido, na sua gênese, uma planta retangular, com cerca de 10m de profundidade ainda existente no R/C e no 1.º andar que por isso tinham cada um 4 compartimentos. Mas em momento indeterminado, foi construída uma nova parede de fachada a 2.60m da primeira, sobre o talude, que alargou o espaço do 2.º, 3.º e 4.º andares. Estes fogos têm 6 divisões.</p> <p>Chaminé:</p>
--	--	--	--	--	--	--

							Na primitiva parede posterior. Processos: 13404/DAG/PG/1986
1762	Dez. António Velho da Costa	3	6	0	155.000	13.950	2014 – Calçada de Santo André 50 SIG: 16.012.01.026.001 Obra: 516 <u>O projeto é de 1868.</u> MVV: 5 Pisos: R/C+3+AF Cobertura: 2 Águas com duas trapeiras de zinco e telha em cada uma. Tem claraboia. Cimalha: Platibanda com balaustrada. Fachada: No R/C há, ao centro, o vão de porta de acesso à escada ladeado por quatro vãos de peito. No 1.º andar há cinco vãos de sacada. No 2.º e no 3.º andares todos os vãos são de peito. Varandas: Individuais, com base em pedra e guarda-corpo em ferro forjado com desenho de inícios do séc. XX. Escada: De 2 lanços por piso com bomba de gaveto. Fogos: 2/piso, cada um com 6 divisões das quais uma é interior, e corredor. Chaminé: Atrás da escada, adossada à parede divisória dos fogos. Processos: 39532/DAG/PG/1962 -Tomo 1; P. 3 Doc. PT/AMLSB/CMLSB/ADMG//E/08/1141; P.3-4.
1762	Manuel Ferreira	2	4	0	180.000	16.200	2014 – Calçada de Santo André 52-56 SIG: 16.012.01.025.001 Obra: 24813 MVV: 3 Pisos: R/C+4AF

							<p>Cobertura: 2 Águas com duas trapeiras de zinco e telha.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Fachada: No R/C há dois vãos de loja e, à direita, um vão estreito de acesso à escada. Nos andares acima há em cada um, dois vãos de sacada e um de peito na prumada da porta da rua.</p> <p>Varandas: Individuais, com base em pedra e guarda-corpo em ferro forjado com desenho de inícios do séc. XX.</p> <p>Escada: De um lanço por piso com patamar lateral.</p> <p>Fogos: 1Fogo/piso com 6 divisões das quais duas interiores, e corredor curto que não é de origem.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena.</p> <p>Processos: 5232/DMPGU/OB/1972-Tomo 1; P. 5. 23200/DAG/PG/1966-Tomo 1; P. 3. 24813/DAG/PG/1964-Tomo1; P.3.</p>
1762	José de Castro Guimarães	2	6	0	138.000	12.420	<p>2014 – Calçada de Santo André 58-66 SIG: 16.012.01.024.001 Obra: 517 MVV: 5 Pisos: R/C+4+AF. Antes de 1888, havia R/C+3+AF.</p> <p>Cobertura: 2 Águas com trapeiras em zinco e claraboia.</p> <p>Cimalha: Varanda sobre cornija. Antes de 1888, havia uma platibanda com um trapeirão central.</p> <p>Fachada: No Rés-do-chão há 4 vãos de porta de lojas com bandeiras de lintel reto e, ao centro, o</p>

							<p>vão de porta da escada, com lintel em meio círculo. No 1.º, 3.º, 4.º, e 5.º andares todas os vãos são de sacada com varanda e, no 2.º andar, todos os vãos são de peito. Varandas: Individuais no 1.º andar, e corridas nos outros andares. Bases em pedra. A que encima a porta de entrada, é trilobada. Esta última e as varandas corridas assentam em pequenas mísulas de pedra lavrada. Escada: De dois lanços por piso, patim intermédio e bomba de gaveto. Fogos: Até ao 3.º andar tinha 1 fogo/piso. Acima, tem 2 fogos/Piso, corredor curto, 12 compartimentos por piso. Lojas com arcadas. Chaminé: Na parede da empena esquerda. Processos: 3896/DAG/PG/1888/T.1; P. 2. 17710/DAG/PG/1954/T.1; P. 3.</p>
1762	José de Castro Guimarães	2	6	0	150.000	13.500	<p>2014 – Calçada de Santo André 68/72 SIG: 16.012.01.023.001 Obra: 17671 MVV: 3 Pisos: R/C+3+Mansarda. Até 1912 tinha R/C+2. Cobertura: Águas quebradas. Cimalha: Varanda corrida sobre cornija. Fachada: No Rés-do-Chão há duas portas largas e uma estreita ao centro que dá acesso à escada. Nos três andares superiores há dois vãos de sacada e uma</p>



							<p>janela estreita, tipo fenda, ao centro. Todos os vãos têm molduras de pedra e verga reta. No 4.º andar a água dobrada está revestida de telha e os vãos de trapeira em zinco, todos de sacada.</p> <p>Varandas: Individuais nos três primeiros andares e corrida no 4.º andar.</p> <p>Escada: Era de dois lanços por piso, sem bomba, até 1912.</p> <p>Fogos: 2/piso.</p> <p>Corredores no eixo do imóvel. Três divisões em cada fogo.</p> <p>Chaminé: À esquerda está na empena e à direita, na parede posterior.</p> <p>Processos: Processo 3745/1ªREP/PG/1912 – T.1; P. 2.</p>
1762	José de Castro Guimarães	2	10	0	219.000	19.700	<p>2014 – Rua dos Lagares 2-8 (6A-8) SIG: 16.012.01.022.001 Obra: 2597 MVV: 5 Pisos: R/C+3+AF Cobertura: Três águas sobre volume construído acima do nível da cimalha. Cimalha: Telha sobre cornija. Fachada: No Rés-do-chão há cinco vãos de porta com molduras de cantaria de verga reta O do meio é o acesso à escada. Os andares acima têm os três cinco vãos alternando as janelas de peito com as de sacada. O último piso recuado e foi construído em 1980(?) Varandas: Base em pedra e guarda corpo em ferro forjado. Escada: ?</p>

							Fogos: 2/piso Chaminé: ? Processos: -
1762	Manoel de Souza Sueyro	1	2	0	42.800	3.852	2014 - Calçada de Santo André 74; Rua dos Lagares 1-3 SIG: 53.008.02.001.001 Obra: 37718 MVV: 3+1+1 Pisos: R/C+2+AF Cobertura: Duas águas com trapeirão de dois vãos. Cimalha: Beirado Fachada: Calçada de St.º André: No R/C há uma porta central e duas janelas. Nos andares acima há janelas de peito. Descaraterizado pelas obras de reabilitação. Rua dos Lagares: A porta de acesso à escada está à direita, e tem moldura de cantaria larga. Os outros vãos não têm molduras de pedra. Varandas: Não tem. Escada: O acesso é pela Rua dos Lagares, e é de tiro. Fogos: 1/piso. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 344/DMRU/OBRU/1998; P.32
1762	Manoel dos Santos Gracês	1	3	0	51.000	4.680	2014 - Calçada de Santo André 76-80 SIG: 53.008.02.002.001 Obra: 25629 MVV: 2 Pisos: R/C+1+2 (em ressalto)+ (1 acima da cornija). Cobertura: 2 Águas. Cimalha: Beirado Fachada: No R/C há três vãos de porta, com lintel reto em arco abatido. Pelo da direita acede-se à escada. No 1.º andar há, ao centro, uma

							<p>janela de sacada com moldura larga de pedra, e à direita, no enfiamento da porta da escada, um pequeno vão quadrado. Os dois pisos acima são em ressalto, com sacada ao centro e pequenos vãos ou frestas, no enfiamento da porta da rua. A fachada acima do 1.º andar poderá ter sido um frontal de madeira. Os vãos dos andares em ressalto não têm molduras.</p> <p>Varandas: A do 1.º andar tem a base em pedra, as dos pisos acima são em betão? As guardas são em ferro forjado do século 20.</p> <p>Escada: ?</p> <p>Fogos: ?</p> <p>Chaminé: ?</p> <p>Processos: Não há processos digitalizados.</p>
1762	José Joaquim de Foyoz	2	2	0	70.000	6.300	<p>2014 - Calçada de Santo André 82-88; Rua dos Lagares 5.</p> <p>SIG: 53.008.02.003.001</p> <p>Obra: 14856</p> <p>MVV: 7</p> <p>Pisos: R/C+2</p> <p>Cobertura: 2 Águas</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Fachada: No R/C os vãos de porta larga alternam com os vãos de janela tendo, o vão de porta do lado direito, sido alargado em 1947. No 1.º andar todos os vãos são sacadas e ao nível das bases das varandas há uma faixa de pedra com cerca de .50 cm de altura. No 2.º andar todos os vãos são de peito, e as molduras das janelas mais estreitas.</p>

							<p>Varandas: Base em cantaria simples. Guarda-corpo em ferro forjado formando arcos.</p> <p>Escada: De dois lanços por piso, com bomba retangular.</p> <p>Fogos: Na origem poderá ter sido unifamiliar.</p> <p>Chaminé: Na parede central da casa, perpendicular à fachada posterior.</p> <p>Processos: 30838/DSC/PG/1947/ /T.1; P.4 3298/DMPGU/OB/1984/T.1; P.21</p>
1762	José Roiz de Mattos	1	2	0	42.000	3.780	<p>2014 - Calçada de Santo André 90-98 SIG: 53.008.02.017.001 Obra: 38061 MVV: 7 Pisos: R/C+1P Cobertura: 2 águas Cimalha: Platibanda sobre beirado Fachada: No R/C o vão central era de uma porta de carro com lintel curvo e os outros seis estreitos e de lintel reto. O de acesso à escada é o da direita. No primeiro andar, os dois vãos laterais são de peito e os cinco centrais são de sacada.</p> <p>Varandas: Bases de cantaria e guardas de ferro forjado.</p> <p>Escada: De dois lanços com patim intermédio e bomba estreita de gaveto.</p> <p>Fogos: 1 fogo /piso.</p> <p>Chaminé: Na parede da escada que, considerando a espessura, terá sido a da empena.</p> <p>Processos: 2986/DMPGU/OB/1970/V. 1; T. 1; P. 6.</p>

							64-OBRU/1995//V. 2; T.1; P.23.
1762	José Roiz de Mattos	1	1	0	150.000	13.500	2014 - Calçada de Santo André 90-98 Emparcelado com o prédio contíguo, a sul.
?							2014 – Calçada de Santo André 100-100B SIG: 53.008.02.016.001 Obra: 31110 MVV: 3 Pisos: R/C+1P+AF. Cobertura: 2 Águas com uma trapeira de zinco e outra recuada. Cimalha: Platibanda sobre cornija. Fachada: No R/C há, à esquerda um vão de porta estreito e alto, com gradeamento de bandeira em ferro fundido, que dá acesso à escada, e dois outros vãos de porta, largos que servem as lojas. No 1.º andar o vão central é de sacada e os dois laterais de peito. No 2.º andar há um vão de trapeira. Varandas: Guarda em ferro forjado. Escada: ? Fogos: ? Chaminé: Na parede da empena Processos: 21806/DAG/PG/1960 ; T.1; P.9.
1762	Capitão António de Mello	1	2	0	60.000	5.400	2014 – Largo do Terreirinho 34-35; Travessa dos Lagares 25-31. SIG: 53.008.02.015.001 Obra: 39832 O prédio tem duas frentes sendo a mais larga a da travessa dos Lagares. Poderão ter sido três lotes emparcelados? MVV: 4+6 (Tv. dos Lagares).

							<p>Pisos: R/C+2P+AF.  Cobertura: 2 águas com dois trapeirões + 2 águas (Tv. Lagares)  Cimalha: Beirado sobre cimalha.  Fachada: Revestida a azulejo. No R/C há, à esquerda, um vão de porta de carro, e à direita um vão de porta de loja e um vão de peito. No primeiro andar há, alternadamente um vão de sacada e um de peito. No segundo andar os quatro vãos são de sacada. No terceiro andar há dois vãos de sacada.  Varandas: Individuais no 1.º andar e corridas no  Escada: Até 1933 era de tiro até ao 2.º andar, acima é de dois lanços com bomba.  Fogos: 1/piso, de 9/10 compartimentos.  Chaminé:  Na empena.  Processos:  1228/SEC/PG/1933;T.1;P.4 a 7.</p>
1762	António Nunes de Pinna	2	2	0	64.000	5.760	<p>2014 – Largo do Terreirinho 31-33  SIG:  53.008.02.014.001  Obra: 27393  MVV: 4  Pisos: R/C+3P  Cobertura: 2 Águas  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Fachada: No R/C, o vão da esquerda é a porta de acesso à escada, à direita a parede foi rasgada para a abertura de uma montra. Nos dois andares acima, os vãos centrais são de sacada e os dois laterais são de peito e desnivelados. O vão da esquerda é mais estreito. No 4.º andar, todos os vãos são de</p>

							<p>peito. As molduras dos vãos de porta do R/C e dos vãos do 1.º andar são de cantaria larga, mas nos pisos acima são estreitas, de madeira ou de argamassa.</p> <p>Varandas: Corridas.</p> <p>Escada: De tiro.</p> <p>Fogos: 1/piso com 6 compartimentos. O pé-direito dos andares é de:</p> <p>3.00m - R/C, 2.52m - 1.º andar, 2,45m - 2.º andar, 2.10m - 3.º andar.</p> <p>Chaminé: Na parede das traseiras.</p> <p>Processos: 270/DMPGU/OB/1979; P.6 e 7</p>
1762	José da Costa	2	3	0	104.800	9.432	<p>2014 – Largo do Terreirinho 28-30</p> <p>SIG: 53.008.02.013.001</p> <p>Obra: 27394</p> <p>MVV: 3</p> <p>Pisos: R/C+3P+AF</p> <p>Cobertura: 2 águas</p> <p>Cimalha: Platibanda sobre cornija.</p> <p>Fachada: No R/C há 3 vãos de porta sendo a do meio o acesso à escada No 1.º andar, há três vãos de peito, iguais e alinhados. No 2.º andar, o vão central é de peito os laterais de sacada. No terceiro andar há uma varanda corrida assente sobre uma cornija e os vãos são idênticos aos do 2.º andar. No quarto andar há um trapeirão encimado por um frontão triangular.</p> <p>Varandas: Individuais no 2.º andar e corrida no terceiro. Base em pedra, guarda-corpo em ferro forjado.</p> <p>Escada: ?</p> <p>Fogos: 1/piso com cinco divisões. O pé-direito dos pisos é de:</p>

							3,13m – R/C; 2,95m – 1.º andar; 3,00m – 2.º andar; 2,88m – 3.º andar. Chaminé: Na parede posterior. Processos: 28256/DAG/PG/194; T.1; P.4.
--	--	--	--	--	--	--	---



1.2. Proposta de datação e caracterização dos prédios das ruas das Trinas e de São João da Mata.

FREGUESIA DE SANTOS							
Proposta de localização dos prédios listados na Décima da cidade, de 1762 a 1834, e sua descrição com base na documentação existente nos volumes-obra do Arquivo Municipal de Lisboa, bem como no levantamento fotográfico dos edifícios.							
Ano	Proprietário	N.º Lojas	N.º Pisos	A.F. Águas furtadas	Rende (em reis)	Décima (em reis)	Foros
<b>RUA DIREITA DAS TRINAS, lado esquerdo (poente)</b>							
1770	Salvador	1	2	-	49.400	4.447	1
1776	Simoens	1	2	-	46.400	4.876	
1770	Herd.os do	1	1	-	46.000	4.120	2
1776	P. Caetano	1	1	-	46.000	4.140	
-	Joze Pereira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Roberto de Castro Correia	-	-	-	37.000	3.330	
1770	Viuva de	2	1	-	21.000	1.890	3
1776	Anastácio da	2	1	-	21.600	1.944	
-	Costa Freitas	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Herdeiros de Anast.ºda Costa Freitas	-	-	-	20.400	1.836	
1770	Irm.de de	1	1	-	19.000	1.710	4
1776	N.ª S.ª da	1	1	-	19.000	1.750	
-	Piedade de	-	-	-	-	-	
-	São Roque	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Misericórdia de Lisboa	-	-	-	-	-	
1770	Conde de	1	2	-	38.000	3.420	5
1776	Villa Nova	1	2	-	36.800	3.313	Paga foro às religiosas Trinas.
1780	-	-	-	-	36.800	3.295	
1770	Joaquin de	1	2	-	38.400	3.156	6
1776	Olivr.ª	1	2	-	38.400	3.456	
1780	-	-	-	-	33.000	3.240	
1770	Herdeiros de	1	1	-	20.000	1.800	7
-	Luiza M.ª	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Ventura	1	1	-	18.000	1.602	
1780	Pinheiro	-	-	-	18.000	1.622	
1770	Irm.de do	1	2	-	-	-	8
1776	S.mo da	1	2	-	-	-	
1780	Freg. de Santos	-	-	-	-	-	
1770	Irm.de do	1	1	-	-	-	9
1776	S.mo da	1	2	-	30.000	2.700	
1780	Freg. de Santos	-	-	-	-	-	

1770	D.	1	2	-	44.600	4.012	10
1776	Theodozio	1	2	-	26.000	2.340	
1780		-	-	-	38.000	3.420	
1770	Herdeiros de	1	1	-	28.800	2.592	11
1776	João	1	1	-	-	-	
-	Caetano	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Joze da Costa	-	-	-	22.200	1.998	
1770	Herdeiros de	2	2	-	31.000	2.790	12
1776	João	-	quartos	-	22.300	2.007	
-	Caetano	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Ignacio Joze Cabral	-	-	-	25.800	5.322	
1770	Herdeiros de	2	2	-	64.400	5.796	13
1776	João	-	quartos	-	65.200	5.868	
-	Caetano	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Ignacio Joze Cabral	-	-	-	60.000	5.400	
1770	Sypriano	1	-	-	8.000	720	14
1776	Joze	1	-	-	6.500	585	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Francisco de Sousa	-	-	-	38.000	3.420	
1770	Convento	-	-	-	-	-	15
1776	das	-	-	-	-	-	
1780	religiosas trinas	-	-	-	-	-	
1762	P.e Luiz	?	?	?	100.000	4.500	16 Paga foro às Trinas.
-	Corr. <sup>a</sup> de	-	-	-	-	-	
-	Mir. <sup>a</sup>	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Joze de	Casas	-	-	57.600	5.184	
-	Freitas	nobres	-	-	-	-	
-	Guimarens	com	-	-	-	-	
-	-	quintais	-	-	-	-	
1776	João Dias	-	-	-	196.000	14.251	
1780	Torres	-	-	-	216.000	16.400	
1770	Testamenteir	1	2	-	42.2000	3.798	17 Paga foro às religiosas Trinas.
1776	a de Joze	1	2	-	38.000	3.366	
-	Caetano	-	-	-	-	-	
-	Pereira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Irmandade do S.mo da Freg. de Santos	-	-	-	-	-	
1762	Joze	2	2	-	69.200	9.808	18 Paga foro às religiosas Trinas.
-	Caetano	-	-	-	-	-	
-	Pereira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Testamenteir	1 subt. +	2	-	56.800	4.977	
-	a de Joze	2/rua	quartos	-	-	-	
-	Caetano	-	-	-	-	-	
-	Pereira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	-	-	-	-	63.000	5.553	
1780		-	-	-	-	-	

	Irmandade do S.mo da Freg. de Santos						
1762	M.el dos Santos	?	?	?	24.000	2.160	19
1770	Santos	2	-	-	26.000	2.124	Paga foro às Trinas
1776	-	2	-	-	8.000	504	
1780	-	-	-	-	26.000	1.674	
1762	Antonio Ramos	2	1	1	60.000	6.300	20
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Herdeiros de Antonio Ramos	2	1	1	62.000	5.580	
1776	-	2	1	1	30.000	2.700	
1780	-	-	-	-	39.000	3.528	
1762	Antonio Ramos	2	2	-	90.000	8.000	21
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Herdeiros de Antonio Ramos	2	2	-	64.000	5.760	
1776	-	2	2	-	64.000	5.760	
1780	-	-	-	-	56.000	5.040	
1762	Antonio Ramos	2	2	-	90.000	8.100	22
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Herdeiros de Antonio Ramos	2	2	-	-	-	
1776	-	2	2	-	62.000	5.580	
1780	-	-	-	-	62.000	4.662	
1762	Joze Gomes	5	-	1	86.000	7.740	23
-	-	Barraca	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
1770	Joze Gomes da Costa	3+3 subt.	-	-	106.800	9.612	
1776	-	7+quint.	-	-	55.800	4.050	
1780	-	-	-	-	66.200	4.986	
1762	P.e Joam Pinto	Em chão	-	-	9.600	864	24
1762	Joam da Cruz	Chão com barraca	-	-	4.800	432	25
1762	Francisco Ribeiro Guimarães	Chão de estância	-	-	12.000	1.080	26
1762	Manuel Pereira Gandarem	Barraca	-	-	24.000	2.160	27
1770	-	1+1 subter.	2	-	81.600	6.984	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	
1776	-	2	2	-	85.600	7.344	
1780	-	-	-	-	72.400	5.256	
1762	João do Rego Baldaya	Barraca	-	-	30.000	2.700	28
1770	-	2	2 em obra	-	-	-	
-	-	2	-	-	50.200	4.518	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	-	2	2	-	66.000	5.940	
1780	-	-	-	-	50.200	4.518	
1762	João do Rego Baldaya	1 + 3 lojas subt.	1	-	98.000	8.820	29
1770	-	-	2	-	43.200	2.871	Paga foro às Trinas
1776	-	4	2	-	87.500	6.858	
1780	-	-	-	-	89.500	7.038	
1762	Pedro Duarte	3	2 quart	-	107.600	9.684	30
1770	-	2 Subterr.	2 quart.	-	79.600	7.174	Paga foro às Trinas
1776	-	4	2 quart.	-	79.000	6.570	
1780	-	-	-	-	70.800	5.832	
1762	M.el Cabral da Fonseca	2	1	-	70.000	6.300	31
1770	-	2	-	-	48.000	3.630	Paga foro às Trinas

-	-	-	1 quarto nobre	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Herdeiros de	3	-	-	74.000	6.660	
1780	M.eI Cabral da Fonseca	-	1 quarto nobre	-	74.000	6.120	
1770	Antonio	3	-	-	25.600	2.308	32
1776	Ferreira de	Casas	-	-	120.000	9.000	Paga foro às Trinas
1780	Mesquita	nobres	-	-	60.000	3.600	
1762	Antonio	Casas	?	?	170.000	15.300	33
1770	Ferreira de	nobres	-	-	100.000	9.000	
1776	Mesquita	-	-	-	120.000	10.800	
1780	-	-	-	-	120.000	10.800	
1762	Manuel Rodrigues	Barraca	-	-	4.800	432	34
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro ao Infantado
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Francisco	Barraca	-	-	8.000	720	
1780	Joze	Barraca	-	-	4.000	252	
1762	Manuel da Silva	Barraca inabitável	-	-	-	-	35
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro ao Infantado
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Manoel de Souza	Barraca	-	-	800	028	
1762	?	Duas barracas inabitáveis					36
1762	Brites Maria	Barraca	-	-	3.000	270	37
1762	Tomás da Silva	Barraca inabitável	-	-	-	-	38
1762	Manuel Joze e Maria (?)	Barraca	-	-	320.000?	288?	39
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Francisco	Barraca	-	-	8.000	720	
1776	Joze	Barraca	-	-	7.500	675	
1780	-	Barraca	-	-	4.000	252	
1762	João da Silva de Aguiar	Barraca	-	-	15.000	1.350	40
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	João de Souza	Barraca	-	-	6.000	480	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	André de Souza	Barraca	-	-	7.200	648	
1780	-	Barraca	-	-	7.200	648	
1762	João Santos Joaquim	Barraca	-	-	9.600	868	41
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro ao Infantado
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Violante	Barraca	-	-	5.000	342	
1776	Joaquina	Barraca	-	-	5.000	342	
1780	-	Barraca	-	-	5.000	342	
1770	M.ª da Conceição	Barraca	-	-	6.000	485	42
1776	-	Barraca	-	-	4.000	324	Paga foro ao Infantado
1780	-	Barraca	-	-	3.000	216	
1762	Manuel Antonio	Barraca	-	-	12.000	1.080	43
1770	-	2	-	-	8.000	540	Paga foro ao Infantado
1776	Fernandez	2	-	-	19.000	1.530	
1780	-	Barraca	-	-	5.000	270	
1762	Bernardino de Sousa	Barraca	-	-	4.800	432	44
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro ao Infantado
-	-	-	-	-	-	-	

1770	Antonio	Barraca	-	-	5.000	270	
-	Joze	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Joze Roiz	Barraca	-	-	4.000	180	
1780	-	Barraca	-	-	6.400	396	
1762	Diogo	Barraca	-	-	20.000	1.800	45
1770	Nunes	2	-	-	8.000	1.476	Paga foro ao Infantado
1776	-	2	-	-	12.800	1.008	
1780	-	-	-	-	12.000	934	
1762	M.el Ferreira	Barraca	-	-	38.000	3.420	46
1770	-	Barraca	-	-	12.000	864	Paga foro ao Infantado
1776	-	Barraca	-	-	10.000	864	
1780	-	Barraca	-	-	12.400	2.400	
1762	Dionizio	Barraca	-	-	3.000	270	47
-	Nunes	-	-	-	-	-	Paga foro ao Infantado
-	-	Barraca	-	-	-	-	
1770	Antonio	Barraca	-	-	2.000	199	
1776	Luiz	Barraca	-	-	9.600	864	
1780	-	-	-	-	8.400	540	
1762	Antonia M. <sup>a</sup>	Barraca	-	-	6.400	570	48
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro ao Infantado
1770	Domingos	Barraca	-	-	6.400	468	
1776	de Sousa	Barraca	-	-	3.200	144	
1780	-	Barraca	-	-	3.200	144	
1762	Antonio	Barraca	-	-	6.400	576	49
1770	Trocato	Barraca	-	-	4.800	288	Paga foro ao Infantado
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Antonio	2	-	-	12.800	1.600	
1780	Joze Machado	Barraca	-	-	12.800	1.008	
1780	João de Mattos e Luzia M. <sup>a</sup>	Barraca	-	-	9.000	729	50
							Paga foro ao Infantado
1762	Antonio da	Barraca	-	-	14.400	1.296	51
-	Costa	-	-	-	-	-	Paga foro ao conde de Redondo
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Herdeiros de	Barraca	-	-	11.000	1.036	
-	Antonio da	-	-	-	-	-	
-	Costa	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Luiza M. <sup>a</sup> de Jezus	2	-	-	14.000	1.292	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Luzia M. <sup>a</sup> de Jezus	-	-	-	14.200	1.304	
1762	Antonio da	Chão devoluto	-	-	-	-	52
-	Costa	-	-	-	-	-	Paga foro às religiosas Trinas
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Herdeiros de	Barraca	-	-	8.000	752	
1776	de	1	1	-	37.000	3.300	
-	Antonio da	-	-	-	-	-	
-	Costa	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Luzia M. <sup>a</sup> de Jezus	-	-	-	28.800	2.592	
1762	Antonio da	Barraca	-	-	24.000	2.160	53
-	Costa	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Thomaz	Barraca	-	-	-	-	
1776	Florim	demolida	-	-	-	-	

1762	Antonio da Costa	Barraca	-	-	3.200	288	54
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Maria do Esp.to Santo	2	1	1	45.000	4.050	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Joze Gonçalves	2 + 2 quartos	-	-	47.000	4.230	55
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Lima	-	-	-	51.600	4.644	Foro ao Infantado
1762	Antonio da Costa	Barraca	-	-	12.000	1.080	56
-	-	-	-	-	-	-	
1780	João de Matos e Luzia M. <sup>a</sup>	Barraca	-	-	9.000	729	
1762	Miguel Gomes	Barraca	-	-	24.000	2.160	57
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Thomazia de Matos	Barraca	-	-	15.000	1.350	
1776	-	Barraca	-	-	4.155	374	
-	-	-	-	-	-	-	58
1780	Luzia M. <sup>a</sup> de Matos	-	-	-	28.800	2.592	
1762	Tereza de Matos	Barraca	-	-	16.000	1.440	59
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Joze de Matos	Barraca	-	-	7.200	648	
1776	-	Barraca	-	-	7.200	648	
-	-	-	-	-	-	-	60
1780	Luzia M. <sup>a</sup> de Matos	Barraca	-	-	14.200	1.304	
1762	Manoel Pires	-	-	-	-	-	61
1780	-	Barraca	-	-	8.000	720	
1762	Manoel Pires	-	-	-	-	-	62
1780	-	Barraca	-	-	6.000	540	
1762	Joam Machado	1	1	-	12.000	1.080	63
1770	-	1	1	-	35.000	3.150	
1776	Fanlezia ?	1	1	1	36.000	3.240	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Antonio Gomes de Abreu	-	-	-	28.200	2.538	
1762	Monsieur Duval	2	-	-	20.000	1.800	64
1770	-	3	-	-	24.900	2.241	
1776	-	3	-	-	25.200	2.268	
-	Guilherme Duval	-	-	-	-	-	
1780	-	-	-	-	22.760	1.958	
1762	Francisco Coelho	Barraca inabitável	-	-	-	-	65
1700	-	-	-	-	3.200	288	
1776	-	Barraca	-	-	3.200	288	
-	-	-	-	-	-	Foro	
1780	Isabel Maria	Barraca	-	-	1.200	≥décima	66
1762	Baltazar Joze	Barraca	-	-	10.000	900	67
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Francisco Xavier	Barraca	-	-	4.000	360	
1776	-	Barraca	-	-	2.000	180	
1780	-	Barraca	-	-	2.400	-	

						Foro ≥décima	
1762	Antonio	Barraca	-	-	3.200	288	62
1770	Nunes	Barraca	-	-	2.400	216	
1776	-	Barraca	-	-	2.400	Foro ≥	
1780	-	Barraca	-	-	2.400	décima	
1762	Maria	Barraca	-	-	-	-	63
-	Angélica	inabitável	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Joze Ferreira	Barraca	-	-	12.950	350	
1762	Joze	Barraca	-	-	2.400	216	64
1770	Nogueira	Barraca	-	-	2.400	216	
1776	-	Barraca	-	-	2.400	Foro	
-	-	-	-	-	-	≥décima	
1780	Joze Ferreira	Barraca	-	-	2.400	-	
1762	Rosa da	Barraca	-	-	2.400	216	65
-	Cruz	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Joze da Costa	Barraca	-	-	2.400	Foro ≥décima	
1762	P.e Joze Pr. <sup>a</sup> de Souza	Barraca	-	-	3.200	360	66
1762	Francisco Esteves	Barraca	-	-	4.000	360	67
1762	M.el Tavares	Barraca	-	-	2.400	216	68
1780	-	Barraca	-	-	2.400	Foro ≥décima	
1762	Eugénia Maria	Barraca inabitável	-	-	-	-	69
1762	Maurícia Maria	Barraca	-	-	4.800	432	70
1762	Manuel de	Barraca	-	-	2.400	246	71
1770	Souza	Barraca	-	-	8.400	N/paga	
1776	-	Barraca	-	-	12.400	Décima=	
1780	-	-	-	-	-	foro	
1762	João Alves	Barraca	-	-	-	-	72
-	-	inabitável	-	-	-	-	
1770	Joze Pinto	Barraca	-	-	2.400	-	
-	-	-	-	-	-	Décima=	
1776	Joze Ferreira	-	-	-	2.400	foro	
1780	-	Barraca	-	-	2.400	Décima=	
1762	M.el Joze	Barraca	2	-	20.000	4.800	73
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Francisco	-	-	-	-	-	
1776	Esteves de	-	-	--	-	-	
-	Molida	-	-	-	-	-	
1780	Joze Ferreira	-	-	-	-	-	
1762	Mart.º Joze	Barraca	-	-	2.400	246	74
-	Borges	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	M.el Tavares	Barraca	-	-	2.400	Décima=	
1776	-	Barraca	-	-	2.400	foro	
1780	-	Barraca	-	-	2.400	-	

1762	António	2 quartos	-	-	700.000	37.852	75
-	Joze da Silva	nobres e	-	-	-	-	
-	Correia	quinta	-	-	-	-	
-	-	+	-	-	-	-	
-	-	1 loja +	-	-	-	-	
-	-	1 armazem	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Antonio	1 armazem	-	-	348.000	14.400	
-	Joze Felis	+ casas	-	-	-	-	
-	-	nobres + 1	-	-	-	-	
-	-	quarto +	-	-	-	-	
-	-	quinta	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	-	2 quartos	-	-	323.700	12.933	
-	-	nobres +	-	-	-	-	
-	-	quinta	-	-	-	-	
1780	Dez. or	-	-	-	250.000	22.500	
	Caetano						
	Ferreira de						
	Castro						

RUA DAS TRINAS, lado direito (nascente)							
1762	Joze Correia	1	-	-	12.000	1.080	76
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Jacinto	1	1	-	12.000	1.080	
1776	Rodrigues	1	1	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Herdeiros de Jacinto Rodrigues	-	-	-	10.000	900	
1770	P.e Antonio	1	1	-	30.500	2.705	77
1776	da Silva	1	1	-	26.400	2.376	
1780	-	-	-	-	20.000	1.845	
1770	Dez.	1	1	-	?	?	78
1776	Euzebio	1	1	-	?	?	
1780	-	-	-	-	?	1.044	
1770	P.e	2	-	-	-	Isenta	79
1776	Theodozio	2	-	-	-	Isenta	
1780	da Costa Moreira	-	-	-	-	Isenta	
1770	Antonio	2	2	-	54.000	4.800	80
1776	Roiz de	2	2	-	54.000	4.800	
-	Almada	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Anna M. <sup>a</sup>	-	-	-	51.000	4.590	
1770	Thereza de	Barraca	-	-	12.000	950	81 Paga foro às Trinas
-	Jesus	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Bernardo	2	-	-	19.200	1.602	
1780	Gomes Jacome da Costa	-	-	-	28.000	2.394	
1762	António do	1	-	-	12.000	1.350	82 Paga foro às Trinas
1770	Ryo	2	-	-	26.000	2.115	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Viuva de	2	-	-	16.400	1.351	
-	Ant. do Ryo	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	



1780	Rosa M. <sup>a</sup>	-	-	-	18.400	1.431	
1762		Barraca					
1762	Chrystovam	Barraca	-	-	13.000	-	83
1770	Fernandes	Barraca			13.000	-	Paga foro às Trinas
1776	de Araujo	Barraca			13.000	-	
1780					3.000	189	
1762	Lourenço	1	-	1	-	-	84
1770	Ferreira da	1	-	1	14.400	1.152	Paga foro às Trinas
1776	Costa	1	1	-	13.800	1.980	
1780		-	-	-	15.200	1.224	
1762	P.e Luiz	Barraca	-	-	-	-	85
-	Correia	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Manoel	Sem casas	-	-	-	-	
1776	Correia	Sem casas	-	-	-	-	
1780		Sem casas	-	-	-	-	
1762	Joze	-	-	-	-	-	86
-	Rodriguez	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	
1770	André Alvez	-	1	-	14.400	932	
1776	-	-	-	-	14.400	967	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	M. <sup>a</sup> Joaquina				33.600	2.875	
1762	Cap. Ignacio	2	1	-	-	-	87
-	Luiz	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Cap.am	2	1	-	76.800	6.669	
1776	Bento	2	1	1	64.800	5.679	
-	Maciel	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Luiz	-	-	-	-	-	
	Caetano de S. Joze (Religioso paulista)						
1762	Francisco	Barraca	-	-	-	-	88
-	Pereira	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas.
-	-	-	-	-	-	-	Englobado no seguinte.
1770	Joam de	Barraca	-	-	12.000	792	
1776	Brito	Barraca	-	-	12.000	900	
1780	-	-	-	-	22.000	1.890	
1762	Silvestre	Barraca	-	-	-	-	89
-	Alves	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas.
-	-	-	-	-	-	-	Englobado no anterior.
1770	Joam Brito	Chão	-	-	Englobado no anterior	Englobado no anterior	
1776	-	Chão	-	-	-	-	
1780	-	-	-	-	-	-	
1780	Francisco Jorge				3.000	270	
1762	João Pereira	Barraca	-	-	-	-	90
1770	de Oliveira	Barraca	-	-	14.000	1.080	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Dionizia	Barraca	-	-	4.000	180	
1780	Thereza	-	-	-	4.000	180	
1762	Antonio	1	1	-	-	-	91
1770	Cabral	1	1	1	43.200	3.600	Paga foro às Trinas
1776	-	1	1	1	24.400	1.593	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Joam M.el da S. <sup>a</sup>	-	-	-	35.000	2.610	

1762	António de Faria	?	-	-	-	-	92
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	
1770	M.el Gonçalves	1	-	-	14.400	1.052	
1776	Anjo	1	-	-	14.400	1.151	
1780	-	-	-	-	14.400	1.152	
1762	Luiz da Silva	Barraca	-	-	-	-	93
1770	-	1	-	-	9.000	342	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	M.el da S. <sup>a</sup>	1	1	-	9.500	855	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	-	-	-	-	-	-	
1776	M.el Gz. Anjo	-	-	-	Em obras	-	94
1762	Ant. <sup>o</sup> Francisco	1	1	-	-	-	95
-	-	-	Por acabar	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	-	1	1	-	9.500	855	
1776	-	1	1	-	9.500	855	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	M.el Gz.e Anjo	-	-	-	18.000	1.471	
1762	Mathias Correia	3	2	-	-	-	96
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Joze Correia	1	2 de serventia	-	98.400	8.730	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	M.el Gonçalves Anjo	Em obras	-	-	-	-	97
1780	M.el Gz.e Anjo	-	-	-	14.400	1.152	98
1760	Joze Carlos Xavier	1+2 quartos+2	1	-	98.400	8.730	99
1770	-	lojas de	-	-	98.400	8.730	Paga foro às Trinas
1776	-	serventia	-	-	92.900	8.145	
1780	-	-	-	-	28.800	2.100	
1762	Joze Gonz	1	-	1	-	-	100
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
1770	Jozepha	1	-	1	31.200	2.808	
1776	Maria da Conceçã	1	-	1	28.800	2.430	
1780	-	-	-	-	28.800	2.430	
1762	Tereza Maria	1	1	-	-	-	101
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Manoel	1	-	-	24.000	1.980	
1776	Pereira	1	1	-	36.000	2.880	
1780	Gandarem	-	-	-	33.600	2.664	
1762	Tereza Maria	1	1	1	-	-	102
1770	-	1+2quartos	-	-	98.000	8.496	
1776	-	2+2 quartos	-	-	86.000	7.116	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	76.800	-	
1780	Jozepha M. <sup>a</sup>	2+2quartos	-	-	-	6.488	
1762	Antonio da Silva Torres	Barraca	-	-	-	-	103
1770	-	1	-	-	10.000	900	
1776	-	1	-	-	28.000	360	
1762	António da Silva Torres	Barraca	-	-	-	-	104
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	

1780	Herdeiros de Rego de Moura ?	-	-	-	4.000	216	
1762	Antonio	Barraca	-	-	-	-	105
1770	Coelho	2	-	-	10.000	576	Paga foro às Trinas
1776	Torrezam	2	-	-	10.000	576	
1780	-	-	-	-	76.800	516	
1762	Jozefa Maria	1	2	-	-	-	106
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Jozefa Maria da Conceição	1	2	-	59.200	4.806	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Francisco Martins	1	2	-	30.800	5.800	
1780	-	-	-	-	39.600	3.000	
1762	Joze Duarte	1	1	-	-	-	107
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
1770	Joze Gomes	1	-	1	28.800	2.592	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Antonio dos Santos Vianna	1	2	-	72.000	894	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	-	-	-	-	62.400	5.427	
1762	Cristina Alvez	1	1	1	-	-	108
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Domingos Pires Vianna	1	1	1	48.500	3.969	
1776	-	1	1	1	43.200	3.492	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Antonio Pires (ou Perez?)	-	-	-	42.200	3.768	
-	-	-	-	-	-	-	
1762	Maria Micaela Victoria	Barraca	-	-	-	-	109
1770	-	Barraca	-	-	1.000	090	
1780	-	Barraca demolida	-	-	-	-	
1762	Paulo Joze	Barraca	-	-	-	-	110
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
1770	Joze dos Santos	Barraca	-	-	12.800	1.200	
1776	-	1	1	1	12.800	1.008	
1780	-	-	-	-	12.800	1.008	
1762	-	Barraca	-	-	-	-	111
1770	Manoel Ferreira	-	-	-	8.000	516	
1776	-	1	-	-	8.000	576	
1780	-	-	-	-	8.600	576	
1762	-	Barraca					
1762	Teodoro Joam	1	1	-	-	-	112
1770	-	1	1	-	54.000	4.510	Paga foro às Trinas
1776	-	1	1	-	48.000	4.176	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Herdeiros de Theodoro João	-	-	-	44.000	3.816	
1762	Ant.º Corr.ª	1	-	1	-	-	113
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
1770	Cap.am Antonio Correia	1	-	1	18.000	1.476	
1776	-	1	-	1	16.000	1.296	
1780	-	-	-	-	14.000	1.116	
1762	Euzebio Coelho, pobre cego	Barraca	-	-	-	-	114
1770	-	Barraca	-	-	9.600	864	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	

-	-	-	-	-	-	-	
1776	Antonio	Barraca	-	-	4.000	816	
1780	Gonçalves	-	-	-	6.000	396	
1762	Sra. de	3	1	-	-	-	115
1770	Antônio	1	1	-	31.400	2.623	
1776	Monteiro	1	1	-	8.000	720	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Herdeiros de Antonio Monteiro de Aguiar	-	-	-	24.400	1.993	
1762	Joze	Barraca	-	-	-	-	116
-	Barboza de	-	-	-	-	-	
-	Carvalho	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Sra. de	2	-	-	1.200	688	
1776	Antonio	2	-	-	11.200	1.008	
-	Monteiro	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Herdeiros de Antonio Monteiro de Aguiar	-	-	-	8.000	720	
1762	?	Barraca	-	-	-	-	117
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Mathias	1	-	1	8.000	720	
1776	Borges	1	1	-	8.000	720	
1780	-	-	-	-	8.000	720	
1762	Antonio	Barraca	-	-	-	-	118
-	Ferreira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	M.el Pereira	Barraca	-	-	3.200	288	
1776	-	Barraca	-	-	9.600	864	
1780	-	Barraca	-	-	9.600	864	
1762	Manoel de	Barraca	-	-	-	-	119
-	Melo	-	-	-	-	-	
1770	-	Barraca	-	-	2.000	180	
1776	-	Barraca	-	-	2.000	180	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Domingos Pires	Barraca	-	-	10.000	900	
1762	?	Barraca	-	-	-	-	
1762	Manoel Joze	Barraca	-	-	-	-	120
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Joze Antonio	Barraca	-	-	15.000	1.350	
1762	Rodrigo Miz.	Barraca	-	-	-	-	121
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Francisco	Barraca	-	-	5.260	413	
1776	Martins	Barraca	-	-	4.800	432	
1780	-	Barraca	-	-	4.800	432	
1762	André de	Barraca	-	-	-	-	122
-	Medeiros	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1762	Mathias	Barraca	-	-	-	-	123
1770	Rodrigues	Barraca	-	-	2.000	180	
-	-	-	-	-	2.000	180	
1776	M.ª Thereza	Barraca	-	-	2.000	180	
-	-	-	-	-	-	-	

1780	João Antunes	Barraca devoluta	-	-	-	-	
1762	Matias Rodrigues	Barraca	-	-	-	-	124
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Francisco	Barraca	-	-	4.800	432	
1776	Martins	Barraca	-	-	4.800	432	
1780	(homem preto)	Barraca	-	-	4.800	432	
1762	Matias Rodrigues	Barraca					
1762	Caterina Jozefa	Barraca					
1762	Pedro de Azevedo	Barraca	-	-	-	-	125
1770	-	Barraca	-	-	12.000	1.080	
1776	-	2	-	-	8.200	738	
1780	-	-	-	-	11.200	1.080	
1762	?	Barraca					
1762	Julião An.tº	Barraca	-	-	-	-	126
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Joze Antunes	Barraca	-	-	9.600	-	
1776	-	arruinada	-	-	-	-	
1780	-	-	-	-	-	-	
1762	-	Barraca	-	-	-	-	127
1770	M.el da Silva Fialho	Barraca	-	-	6.000	540	
1776	-	Barraca	-	-	6.000	540	
1780	-	Barraca	-	-	6.000	540	
1762	-	Barraca	-	-	-	-	128
1770	Eugénio Duarte	Barraca	-	-	-	-	
1776	-	arruinada	-	-	-	-	
1780	-	-	-	-	-	-	
1762	-	Barraca	-	-	-	-	129
1770	Joze Soares	Barraca	-	-	-	-	
1776	-	arruinada	-	-	1.600	544	
1780	-	Barraca	-	-	1.600	544	
1762	-	Barraca	-	-	-	-	130
1770	Leandro	2	-	-	38.400	3.312	
1776	Joze	2+1 quarto	-	-	14.400	5.152	
1780	-	-	-	-	16.400	1.332	
1762	-	Barraca	-	-	-	-	131
1770	João Machado	Barraca	-	-	2.400	216	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	M.ª	Barraca	-	-	2.400	216	
1780	Leonarda	Barraca	-	-	2.400	216	
-	-	-	-	-	-	-	132
1770	Seren.ª Casa do Infante	-	-	-	-	Isenta	
1780	-	-	-	-	-	Isenta	
1762	Leonor Maria	1 e terras	-	-	-	-	133
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Leandro	1	-	-	16.800	4.512	
1776	Joze	1	-	-	16.800	4.512	
1762	Leonor Maria	1	2	-	-	-	134
1770	-	3	1	-	43.200	3.888	
1776	-	Incendiada	-	-	10.000	900	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Theodozio M.el Franc.º Ferrugento	-	-	-	54.300	4.887	

1762	M.el da	?	?	?	9.731,552	7.650	135
1770	Silva	1	Quarto	-	60.000	3.960	Paga foro ao Hospital
1776	Valadares		grande	-	19.200	1.584	Real
1780	-		-				
1762	M.el da	1	2	-	-	-	136
1770	Silva	-	1	-	86.000	7.776	
1776	Valadares	-	quarto	-	38.400	3.456	
1780	-		grande		38.400	3.456	
1762	?	1	1	1	-	-	137
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	André	Casas	-	-	132.000	9.324	
-	Jacinto	nobres	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Joaquim de	3 quartos	-	-	200.000	15.408	
1780	Oliveira	-	-	-	214.400	16.740	
1770	João da Cruz	1	1	1	48.000	4.444	138
1776	-	1	1	1	48.000	4.152	Paga foro o Hospital
-	-	-	-	-	-	-	Real
1780	Herdeiros de	-	-	-	50.000	4.032	
	João da Cruz						
1770	Orphãos	1	-	-	19.000	1.710	139
1776	-	1	-	-	19.200	1.728	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Rodrigo	-	-	-	3.200	288	
	Xavier						
1770	Joaquim	Barraca	-	-	10.000	583	140
1776	Antonio	Barraca	-	-	10.000	583	
-	Borges	-	-	-	-	-	
1780	-	-	-	-	2.000	583	
1770	Antonio	Barraca	-	-	4.400	1.296	141
-	Joze	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Mauricia	-	-	-	9.600	864	
1780	Narciza	-	-	-	9.600	864	
1770	Pedro Joze	2+2	-	-	56.600	5.173	142
-	-	quartos	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Thereza M.ª	2+2	-	-	54.400	4.813	
-	-	quartos	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Antonio de	-	-	-	55.400	4.986	
	Benavidez						
1770	Joze	Várias	1	-	42.600	2.754	143
-	Gonçalves	lojas	-	-	-	-	
-	-	+1 pátio	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	-	4+1 quarto	-	-	27.000	128	
1780	-	-	-	-	34.800	2.052	
1770	Joze	Devoluta	-	-	-	-	144
1776	Gonçalves	1	-	-	14.000	1.260	
1780	-	-	-	-	12.800	1.152	
1776	Joze	1	-	-	14.400	1.296	145
1780	Gonçalves	Devoluta	-	-	-	-	
1770	Cap.am	1	1	-	60.000	5.400	146
-	Manoel de	-	-	-	-	-	
-	Siqueira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Joze Diogo	1+1 quarto	-	-	60.000	5.400	
1780	-	-	-	-	59.500	5.355	

1770	Cap.am	1+1 quarto	-	-	12.000	1.080	147
-	Manoel de	grande	-	-	-	-	
-	Siqueira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Joze Diogo	1+1 quarto	-	-	62.000	6.480	
-	-	-	-	-	-	-	148
1780	-	-	-	-	67.200	6.048	
1770	Antonio	5 armazéns	-	-	-	-	
-	Joze Feliz	devolutos	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1776	Herdeiros de	10 no	-	-	54.100	4.869	148
1780	Feliz	páteo+2 armazéns	-	-	53.600	4.830	
TORNANDO A RUA DE S. JOÃO DA MATA ( <i>lado direito</i> )							
1762	Pedro Ant.º	8 barracas	-	-	42.600	3.800	1 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 2-10
-	Lavres	-	-	-	-	-	
1780	Joze Francisco Seixas	-	-	-	36.400	3.336	
1780	M.el Joze	-	-	-	14.400	1.296	S/N Paga foro a D. Rodrigo de Noronha
1762	Pedro Ant.º	5	-	-	239.400	40.099	2 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 12-20
-	Lavres	Propriedad	-	-	-	-	
-	-	es	-	-	-	-	
1780	M.el Fran.co	-	-	-	605.200	4.968	
1762	Bernardo	1 chão	-	-	-	-	6 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 22A-22B
-	Correia	s/casas	-	-	-	-	
1780	D.os da Costa	-	-	-	38.400	3.066	
1762	Bernardo	1 chão	-	-	-	-	7 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 24-26-28
-	Correia	s/casas	-	-	-	-	
1780	Bernarda M.ª	-	-	-	32.750	3.007	
1762	-	Barraca	-	-	12.000	1.080	8 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 30-32-34
-	-	-	-	-	-	-	
1780	D. Joana Quiteria	-	-	-	43.000	3.930	
1762	Jozé Pinto	1	1	-	57.600	3.184	9 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 36-38
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Ana M.a	-	-	-	41.000	4.170	
1762	Joze Bento	2	2	-	80.000	7.200	10 Rua de S. João da Mata 42-44
1780	Joze Alves	-	-	-	44.400	4.026	
1762	Manoel	3	2	-	68.400	6.156	11 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 46-46A-48
-	Fran.co	-	-	-	-	-	
1780	Sylvestre Francisco	-	-	-	69.000	6.240	
1762	Antonio	Propr. por	-	-	-	-	12
-	Joze	acabar	-	-	-	-	

- 1780	- D. Joana Quiteria	- Devoluta	- -	- -	- -	- -	Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 50-52-54
1762 - - 1780	Antonio Joze - Anacleto Joze	Por acabar - - -	- - - -	- - - -	- - - 22.000	- - - 2.040	13 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 56-56A-58
1762 - - 1780	Jeronimo Mra. - Joze Joaquim	1 - - -	1 - - -	- - - -	64.000 - - 63.200	4.260 - - 5.748	14 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 64
1762 - - 1780	Jeronimo Mra. - Joze Francisco de Seixas	Por acabar - - Devoluta	- - - -	- - - -	- - - 600	- - - -	15 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 66-70
1762 - - 1780	Francisco Xavier - João Antonio da Rocha	1 - - -	1 - - -	- - - -	52.800 - - 87.000	4.752 - - 7.890	16 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 72-76
1762 - - 1780	Francisco Xavier - M.el Joze Oliveira	- - - -	- - - -	- - - -	12.000 - - 64.400	1.080 - - 5.856	17 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 78-80
1762 - - 1780	Joam da Silva - M.el Francisco	2 - - -	- - - -	- - - -	43.200 - - 38.400	3.888 - - 3.516	18 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 82-86
1762 - - 1780	Joam da Silva - Bernardo Joze Gomes	Casas por acabar - -	- - - -	- - - -	- - - 92.000	- - - 8.340	19 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua de S. João da Mata 88-90.
DFRONTA DO DORMITÓRIO DAS TRINAS							
1780	An.ta Rita de Cassea (?)	-	-	-	15.000	1.350	
1780	An.ta Rita de Cassea (?)	-	-	-	14.000	1.260	
RUA DE S. JOAM DA MATA (lado esquerdo ou poente)							
1762 - - 1780	Mateus Soares - M.el Correia	Barraca - - -	- - - -	- - - -	22.000 - - 23.000	4.980 - - 2.070	1 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata
1762 - - 1780	Joze Mir. <sup>a</sup> - -	Barraca - -	- - -	- - -	9.600 - 19.800	864 - 1.782	2



	Joaq. <sup>a</sup> Scralati (?)						Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata
1762	Manuel Valente	Barraca	-	-	7.200	648	3
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro a D. Rodrigo de Noronha
1780	Manoel de Barros	-	-	-	2.000	550	Rua S. João da Mata
1762	Francisco	2	-	-	14.000	1.260	4
1780	Soeiro	-	-	-	22.000	2.090	Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata
1780	Joze P. <sup>o</sup>	-	-	-	27.600	2.539	5 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 3A-3B-3C
1780	Joze Alves	-	-	-	42.000	3.835	6 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 3A-3B-3C
1780	B.to Joze da Silva	-	-	-	22.770	2.495	7 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 3A-3B-3C
1780	Jeronimo Mor. <sup>a</sup>	-	-	-	6.800	1.054	8 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 3A-3B-3C
1780	An.to Fr.co	-	-	-	30.300	2.782	9 Rua S. João da Mata 5- 7-9
1780	M.el Alz.	-	-	-	32.000	2.940	10 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 11-13-13A
1780	Fr.co da S. <sup>a</sup>	-	-	-	29.200	2.658	11 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 15
1780	Fr.co da Cunha	-	-	-	108.800	9.852	12 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 17-23
1780	Herminia M. <sup>a</sup> Roza	-	-	-	99.000	8.370	13 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 31-35
1780	Manoel Joze	-	-	-	53.600	4.884	14 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 37-39

1780	Lazaro Pimentel				22.000	2.033	15 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 41-45
1780	Antonio da Costa	-	-	-	39.000	3.570	16 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 47-51
1780	D Quiteria M. <sup>a</sup> Gertrudes	-	-	-	87.600	7.944	17 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 53-57
1780	João Francisco	-	-	-	7.000	690	18 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 59-59A-61
1780	Valentim Pereira	-	-	-	20.000	1.860	19 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 63-65
1780	João Antonio Roiz	-	-	-	85.400	7.746	20 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 67-67A-69.
1780	Gonçalo Pereira Bessa	-	-	-	64.400	5.856	21 Paga foro a D. Rodrigo de Noronha Rua S. João da Mata 71-71A.
1780	M. <sup>a</sup> de Jezus	-	-	-	16.800	1.512	22 Paga foro às Trinas Rua S. João da Mata 73-73A
1780	Bernardo Joze Gomes	Barraca	-	-	22.000	4.980	23 Paga foro às Trinas Rua S. João da Mata 75-77
1780	Joze Luis Mouta	-	-	-	54.000	4.563	24 Paga foro às Trinas Rua S. João da Mata 79-81
1780	Joze Ant. <sup>o</sup>	-	-	-	20.400	1.687	25 Paga foro às Trinas Rua S. João da Mata 85
1780	Francisco Luiz	-	-	-	8.000	571	26 Paga foro às Trinas Rua S. João da Mata 87-89
1762	Joam Gomes	2	-	-	32.000	2.880	27 Paga foro às Trinas
1780	Joze dos Santos	-	-	-	55.000	4.662	Rua S. João da Mata 95
1762	Joam Gomes	Barraca	-	-	12.000	1.080	28
1780	-	-	-	-	13.400	1.539	Paga foro às Trinas

							Rua S. João da Mata 97-97A
1762	Feliz Roiz	2	-	-	38.400	3.456	29
1780	-	-	-	-	17.800	1.314	Paga foro às Trinas Rua S. João da Mata 99-103
1762	Lourenço	1	-	1	24.000	2.460	30
1780	Botto da Costa	-	-	-	31.600	1.656	Paga foro às Trinas Rua S. João da Mata 107
1762	Antonio	Por acabar	-	-	-	-	31
-	Francisco	-	-	-	-	-	Rua S. João da Mata
-	-	-	-	-	-	-	111
1780	Propriedade desocupada.	-	-	-	-	-	
1762	Joam Xavier	Casas	-	-	160.000	14.400	32
-	-	nobres	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	Rua de S. João da Mata
1780	Herdeiros de Antonio de Souza	-	-	-	60.000	3.654	113-115
1762	Cap.am de	1 Quarto	-	-	100.000	9.000	33
1780	Mar e	nobre + 1	-	-	100.000	7.272	Paga foro às Trinas
	Guerra M.el	barraca					Rua de S. João da Mata
	de						117-119
	Mendonza						
1762	-	Chão	-	-	-	-	34
1780	Joaq.m e Joze de Oliveira	-	-	-	112.800	10.152	Paga foro às Trinas R. S. João da Mata 127- 131 e 121-125 (mais tarde destacados).
1762	-	Chão	-	-	-	-	35
1780	Joaq.m e Joze de Oliveira	-	-	-	117.400	10.566	Paga foro às Trinas R. São João da Mata 133-135
1762	Antonio	1	2	-	65.000	6.669	36
-	Gomes de	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
-	Araujo	-	-	-	-	-	R. S. João da Mata 139
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Paulo	-	-	-	36.000	2.943	
	Francisco de Oliveira						
1762	D.os Gomes	-	-	-	54.200	2.878	37
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
1680	Herdeiros de Domingos Gomes	-	-	-	69.600	6.142	Rua S. João da Mata 141
1762	Valentim da	2	4	-	118.000	10.620	38
-	Silva	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
-	-	-	-	-	-	-	Rua S. João da Mata
1780	M.el Oliveira	-	-	-	30.000	2.403	149
1762	Amaro Joam	-	-	-	25.000	2.250	39
-	-	-	-	-	-	-	Paga foro às Trinas
1780	Joze da Costa	-	-	-	16.000	999	Rua S. João da Mata 151
1762	Mathias	2	1	1	42.800	3.852	40
1780	Lopes	-	-	-	29.000	2.493	Paga foro às Trinas Rua S. João da Mata 157-157A

1762 1780	Joze Pereira -	Barraca Barraca	- -	- -	9.600 9.600	864 720	41 Paga foro às Trinas Rua S. João da Mata 159-163.
1762 - - - - 1780	Antonia Maria - - - Joze Per. <sup>a</sup>	Barraca onde vive muito pobre - Barraca	- - - - - -	- - - - - -	- - - - - 12.000	- - - - - 936	42 Rua S. João da Mata 165-167
1762 -	Joam Alves -	Chão devoluto	- -	- -	- -	- -	43 Paga foro às Trinas Rua S. João da Mata 169-169A-169B
1762 - - -	Ant.º de Seyxas Castelo Branco	1 - - -	1 - - -	1 - - -	36.800 - - -	3.312 - - -	44 Paga foro às Trinas Rua S. João da Mata 171.
1762 1780	Ant.º de Seyxas Castelo Branco	1 - - -	1 - - -	- - - -	57.600 68.500	5.184 5.814	45 Paga foro às Trinas Rua S. João da Mata 179.

1.3. Proposta de datação, localização e caracterização dos prédios da Freguesia de São Nicolau, de 1762 a 1834.

FREGUESIA DE SÃO NICOLAU							
Proposta de localização dos prédios listados na Décima da cidade, de 1762 a 1834, e sua descrição com base na documentação existente nos volumes-obra do Arquivo Municipal de Lisboa, bem como no levantamento fotográfico da Baixa, de 2004.							
Ano	Proprietário	N.º lojas	N.º Pisos	A.F. Águas furtadas	Rende (reis)	Décima (reis)	Localização e descrição do prédio
<i>RUA DO CRUCIFIXO, lado nascente de sul para norte (direito hindo da rua Travessa de São Nicolau onde chamão o Pote das Almas)</i>							
1792	António José dos Santos de Miranda	-	-	-	364.400	32.796	2015 – Rua do Crucifixo, 48-56; Rua de São Nicolau 106-112. 1820 – Rua do Crucifixo 67-68. SIG: 48.001.17.001.001 Obra: 1033 VER TRAVESSA DE SÃO NICOLAU, P. 163. MVV: 5+4 (R. de S. Nicolau) Pisos: CV+R/C+S/L+3P+1P amansardado +AF. Cobertura: Quatro águas com claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Só uma varanda no 1.º piso. Varanda corrida no 4.º piso. Escada: De bomba larga, quadrada, apoiada em quatro prumos de madeira. Guarda em ferro, azulejo em lambril, do tipo flor e estrela, azuis e manganés, cercadura concheada e rodapé marmoreado. Átrio estreito, arco no arranque da escada, 1.º lanço em pedra. Fogos: 1/piso com 11 divisões. Chaminé: Na parede posterior. Processos:
1793		-	-	-	330.000	29.700	
1794		-	-	-	330.000	29.700	
1795	-	-	-	-	330.000	29.700	
1798	-	-	-	-	378.000	34.020	
1799	-	-	-	-	373.200	33.588	
1805	-	-	-	-	452.000	40.680	
1810	-	-	-	-	538.800	48.492	
1815	-	-	-	-	540.000	48.600	
1825	-	-	-	-	540.000	48.600	
1830	-	-	-	-	540.000	48.600	

							42586/SEC/PG/1938;P.3 6301/1.ªREP/PG/1916;P.3 4052/SEC/PET/1936;P.3 21428/SEC/PG/1938;P.4 32982/DSC/PG/1943;P.13 25892/DAG/PG/1961;P.3
1805	Joam	Está	-	-	96.000	8.640	2015 – Rua do
-	António da	incompleta	-	-	-	-	Crucifixo, 58-68.
-	Fon.ca	e serve de	-	-	-	-	1825 – Rua do
-	-	cocheira	-	-	-	-	Crucifixo 64-67.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.17.007.001
1810	D. Maria	-	-	-	506.800	45.612	Obra: 11326
-	Clara da	-	-	-	-	-	MVV: 6
-	Fonseca	-	-	-	-	-	Pisos: CV+R/C +3P+1P
-	-	-	-	-	-	-	vc+AF.
1815	Venancio	-	-	-	577.500	51.975	Cobertura: Duas águas
-	Joaquim Le	-	-	-	-	-	com claraboia.
-	Blanc	-	-	-	-	-	Cimalha: Balaustrada.
-	-	-	-	-	-	-	Varandas: Individuais
1825	-	-	-	-	746.800	67.214	no 1.º piso. Varanda
1830	-	-	-	-	678.000	20.340	corrida no 4.º piso com
							guarda em barra de
							ferro forjado.
							Escada: Sem bomba até
							ao 1.º andar. Acima, de
							bomba estreita,
							retangular. Guarda em
							ferro forjado. Azulejo
							em lambril, do tipo
							esponjado azul, com
							cercadura de grinalda
							em sombra chinesa
							azul. Rodapé
							marmoreado de cor
							manganés.
							Átrio, com dois arcos
							de cantaria lavrada no
							arranque da escada. Os
							dois primeiros lanços
							são em pedra.
							No vão da escada há
							um nicho que poderá
							ter sido a boca de um
							poço.
							Fogos: Não há
							elementos gráficos.
							Arcadas no R/C.
							Chaminé: Não há
							elementos gráficos.
							Processos:
							2094/DMPGU/OB/199
							9; P.67.
							1400/DMPGU/OB/198
							1;P.12.

							1120/DMPGU/OB/1987;P.10.
1792	Joam	-	-	-	456.600	41.094	2015 – Rua do
1793	Antonio da	-	-	-	456.000	41.040	Crucifixo, 70-80.
1794	Fon.ca	-	-	-	312.800	28.15228	1815 – Rua do
1795	-	-	-	-	312.800	.152	Crucifixo 59-63.
1798	-	-	-	-	312.800	28.152	SIG: 48.001.17.004.001
1799	-	-	-	-	312.800	28.152	Obra: 38324
1805	-	-	-	-	488.800	43.992	MVV: 6
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P.+1P vc.
1810	D. Genoveva	-	-	-	389.600	35.064	Cobertura: Telhado de
1815	Rosa da	-	-	-	474.600	42.714	duas águas com
-	Fonseca	-	-	-	-	-	claraboia.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha:
-	J. e Clímaco	-	-	-	-	-	Beirado sobre cornija.
1825	da Fonseca	-	-	-	565.000	50.850	Varandas: Individuais
-	-	-	-	-	-	-	no 1.º piso, alternadas
-	D. M. <sup>a</sup> da	-	-	-	-	-	com janelas de peito.
-	Purificação	-	-	-	-	-	Guarda em barra de
1830	da Fonseca	-	-	-	557.400	16.722	ferro forjado. Varanda
							corrida no 4.º piso.
							Vãos:
							Janelas de guilhotina.
							Numa janela da escada
							permanecia uma reixa.
							Na bandeira da porta de
							entrada há um
							gradeamento a ferro
							forjado com as datas de
							1884 e 1939 e as
							iniciais do proprietário:
							CCSBMCD.
							Escada: Dois lanços por
							piso, sem bomba.
							Guarda em frontal de
							madeira rebocado e
							pintado. O primeiro
							lanço é em pedra.
							Átrio estreito, com um
							arco de cantaria no
							arranque da escada.
							Fogos: Dois fogos por
							piso. 6 Divisões sem
							corredor. Nalgumas
							paredes há lambris de
							azulejos de cercadura,
							azuis e brancos, com
							concheados, e rodapé
							marmoreado de cor
							manganés.
							Chaminé: Nas paredes
							das empenas, com poial
							de pedra lateral.
							Processos:
							13910/DSC/PG/1937;
							P.11
1805	Manoel José	-	-	-	783.700	70.533	2015 – Rua do
-	da Fonseca e	-	-	-	-	-	Crucifixo 82-92; Rua
-	Silva	-	-	-	-	-	da Vitória 85-91.
-	-	-	-	-	-	-	

-	João	-	-	-	-	-	1815 – Rua do
1810	Chrisóstemo	-	-	-	565.800	50.922	Crucifixo 56-58.
-	da Fonseca	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.17.009.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 3280
1815	João Bpt. <sup>a</sup> da	-	-	-	528.800	47.592	VER TRAVESSA DA
1825	Cunha e	-	-	-	829.600	74.664	VICTORIA, P.190.
1830	Oliveira	-	-	-	796.700	23.880	MVV: 6+4 (R. da Vitória) Pisos: R/C+3P+1P vc+AF. Cobertura: Telhado de 3 águas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Varandas individuais que alternam com janelas de peito. Escada: Dois lanços por piso, sem bomba. Fogos: Dois por piso. Chaminé: Não há informação disponível. Processos: -
1798	João Simões	Estância de	-	-	-	Isento	2015 – Rua do
1799	Areia	lenha	-	-	48.000	“	Crucifixo 94-106; Rua da Vitória 104-108.
-	(Paga chão de	-	-	-	-	-	1815 - Rua do
-	renda à	-	-	-	-	-	Crucifixo 51-55.
-	Irmandade da	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.14.006.001
-	Sra. da Vitória)	-	-	-	-	-	Obra: 12839
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 7+4 (R. da Vitória).
1825	Hospital de	Incompleta	-	-	0	0	
1830	N. S. da	-	-	-	192.600	5.760	
1798	João Pedro	Serve de	-	-	240.000	21.600	2015 – Rua do
1799	Isidoro	armazém	-	-	246.000	21.600	Crucifixo 108-124.
-	-	-	-	-	-	-	1815/30 – Rua do
1805	João Pedro	Está	-	-	0	0	Crucifixo 47/50.
-	Isidoro de	incompleta	-	-	-	-	SIG: 48.001.14.003.001
-	Mello	-	-	-	-	-	Obra: 15168
1810	-	-	-	-	573.600	51.624	MVV: 9
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P.+1P vc.
1815	Ign.º José de	-	-	-	674.400	60.696	Cobertura: Telhado de duas águas.
1825	Mello	-	-	-	678.400	61.056	Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Varandas individuais no 1.º piso, que alternam com janelas de peito, e varanda corrida no 4.º. Escada: Sem bomba, com dois lanços por piso. O átrio é estreito e tem um arco de cantaria no arranque da escada. Primeiro lanço em pedra. Fogos: Não há informação.
1830	-	-	-	-	388.800	17.664	



							Chaminé: Não há informação. Processos: 51/CML/IL/2011-T.1;P.33-37.
1805	João Pedro Isidoro	Está incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua do Crucifixo 108-124 1820 – SIG: 48.001.14.003.001 Emparcelado com o prédio anterior que lhe é contíguo.
1799	Joze Eloy da	-	-	-	1.022.000	91.980	2015 - Rua Áurea, 193-203; Rua do Crucifixo 126-136; Rua da Assunção 95-107. 1833/34 – Travessa da Assunção 50-60 SIG: 48.001.14.004.001 Obra: 18 VER RUA TRAVESSA DA ASSUMPCÃO, P. 202; RUA ÁUREA, P.13. Pisos: R/C+3+1P vc+AF. MVV: 6+6 (R. da Assunção) +6 (R. do Ouro). Cobertura: Telhado de duas águas com trapeirões. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º. Escada: Bomba larga. Fogos: Arcos no piso térreo. Dois por piso. Onze divisões e corredor curto. Chaminé: Na parede lateral. Processos: 3002/1.ªREP/PG/1907; 29256/DSC/PG/1943.
1800	Silva	-	-	-	975.200	87.668	
1805	-	-	-	-	988.400	88.956	
1810	-	-	-	-	983.000	88.470	
-	Herdeiros de	-	-	-	-	-	
1815	José Eloy da	-	-	-	1.340.800	120.672	
1820	S.ª	-	-	-	1.494.400	136.296	
-	-	-	-	-	-	-	
-	D. Paula	-	-	-	-	-	
1825	Gertrudes da	-	-	-	1.256.400	113.076	
-	Silva	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
-	Carolina	-	-	-	-	-	
1833	Augusta da	-	-	-	1.237.848	111.348	
-	Silva	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
-	Carlota	-	-	-	-	-	
1834	Augusta da	-	-	-	1.022.800	30.684	
-	Silva	-	-	-	-	-	
RUA DO CRUCIFIXO, lado poente de sul para norte ( <i>hindo da Rua Travessa de São Nicolau</i> )							
1794	João	Barraca	-	-	86.400	7.776	2015 – Rua de São Nicolau 114-120; Rua do Crucifixo 43-53. 1815 – Rua do Crucifixo S/N. SIG: 48.001.08.013.001 Obra: 1583 Emparcelado com o prédio adjacente.
1795	Fernandes	“	-	-	86.400	7.776	
1798	dos Santos	“	-	-	86.400	7.776	
1779	-	-	-	-	-	-	
1805	-	“	-	-	33.600	3.024	
-	-	-	-	-	-	-	
1810	Gaspar	Barraca	-	-	28.800	2.592	
-	Fer.des	(Pertence	-	-	-	-	
-	-	aos P.es do	-	-	-	-	
1820	-	-	-	-	-	Isento	

1830	P.es Esp. S.to	Esp.to S.to) -	-	-	70.000	2.100	VER TRAVESSA DE SÃO NICOLAU, P. 162. MVV: 3 + 4 (R. S. Nicolau). Pisos: R/C+sobreloja+2P+ 2P vc. + 1P. amansardado. Cobertura: Telhado de duas águas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º andar, corridas no3.º e 4.º. Escada: No prédio da esquina era de dois lanços por piso, sem bomba. No prédio seguinte era de três lanços por piso e bomba retangular. Fogos: Arcos no R/C. Em 1922 já era só um por andar, com oito divisões e corredor. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 2183/1.ªREP/PG/1911; P. 2; 12498/SEC/PG/1922; P. 7.
1805	João	Barraca	-	-	54.200	2.286	1815 – Rua do
-	Fernandes	-	-	-	-	-	Crucifixo S/N.
-	-	-	-	-	-	-	2015 – Rua de São
1810	Dr. João	Barraca	-	-	14.400	1.296	Nicolau 114-120; Rua
-	Henriques	-	-	-	-	-	do Crucifixo 43-53.
-	Mendes	-	-	-	-	-	SIG:
-	-	-	-	-	-	-	48.001.08.013.001
1815	Constantino	Barraca	-	-	86.400	7.776	Obra: 1583
1825	José	-	-	-	111.000	12.960	Emparcelado com o
1830	Roiz.	Barraca	-	-	144.000	4.320	prédio anterior MVV: 3
1792	P.es do	Barraca	-	-	43.200	-	1815 – Rua do
1793	Espírito	Barraca	-	-	43.200	-	Crucifixo S/N.
1799	Santo	Chão	-	-	43.200	-	2015 – Rua do
1805	-	-	-	-	40.000	-	Crucifixo 55-61.
1810	-	-	-	-	-	-	SIG:
1815	-	-	-	-	-	-	48.001.08.004.001
1820	-	-	-	-	-	-	Obra: 2507
1830	-	-	-	-	60.000	1.800	Reconstruído em 1913. Não há levantamento do anteriormente existente.
1794	José Mendes	Barraca	-	-	43.200	3.888	2015 – Rua do
1795	Vasco	(o chão	-	-	43.200	3.882	Crucifixo 55-61.
1798	-	pertence	-	-	28.800	2.592	1830 – Rua do
1799	-	aos P.es	-	-	28.800	2.592	Crucifixo 16F.
1805	-	Esp. S.to)	-	-	57.600	2.592	SIG:

-	Viúva de J.e	-	-	-	-	-	48.001.08.004.001
1810	Mendes	-	-	-	57.600	5.184	Obra: 2507
1815	-	-	-	-	28.800	2.592	MVV: 6
-	Dez. João	-	-	-	-	-	Pisos: R/C + 2
1825	Henriques	Barraca	-	-	38.400	3.456	Cobertura: Telhado de
1830	Ferreira	Barraca	-	-	38.400	1.152	duas águas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Não tem Escada: De três lanços por piso e bomba larga. Fogos: Dois por piso, cada qual com oito divisões e corredor curto. Há arcadas no R/C. Chaminé: Na parede meeira dos dois fogos, atrás da caixa de escada. Processos: 4505/1.ªREP/PG/1920; P.2; 31588/DSC/PG/1947;P.3.
1792	P.es Esp.	Barraca			43.200	Isenta	2015 – Rua do
1793	Santo	“			43.200	-	Crucifixo 69-79.
1794		“			43.200	-	1830 – Rua do
1795		“			43.200	-	Crucifixo S/N.
1798		“			43.200	-	SIG:
1799		“			43.200	-	48.001.08.011.001
1805		“			43.200	-	Obra: 1609
1810		Barraca			43.200	-	MVV: 3 + 3
1815		-			43.200	-	Emparcelado com o
1825		-			43.200	-	prédio seguinte.
1830		Barraca			43.200	-	
1767	Rodrigo	1	1	0	28.800	2.592	2015 – Rua do
-	Ximenez	-	-	-	-	-	Crucifixo 69-79.
-	-	-	-	-	-	-	1830 – Rua do
1805	Dez.or João	Barraca	-	-	28.800	2.592	Crucifixo 17-21
-	Henriques	-	-	-	-	-	SIG:
-	Ferreira	-	-	-	-	-	48.001.08.011.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 1609
-	P.es do	-	-	-	-	-	Emparcelado com o
1830	Esp.to S.to	-	-	-	276.600	8.298	prédio anterior.
-		-	-	-	-	-	MVV: 6 Pisos: R/C+2P. Cobertura: Telhado de duas águas, com uma trapeira revestida a zinco e claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Corrida no 3.º andar, mas os vãos do 1.º andar são rasgados até ao pavimento, sem sacada e sem guarda-corpo.

							Escada: Três lanços por pisos, com bomba quadrada. Arco amplo a separar o átrio do patim do R/C. Do 1.º para o 2.º andar há uma escada de tiro de acesso à cozinha, que parte do 1.º patim intermédio. Fogos: Dois por piso, com 8/10 divisões e corredor. O R/C tem arcadas. Pé-direito: R/C – 3,65m 1.º Andar – 3,70m 2.º Andar 3,50m 3.º Andar – 3,18m Chaminé: Adossada à parede divisória dos fogos, junto à parede posterior. Processos: 4505/1.ªREP/PG/1920; P.2. 31588/DSC/PG/1947;P.3. 31588/DSC/PG/1947;P.4-5.
1794 - - - 1795 1798 - - - - 1799 - 1805 1810	Francisco Afonso de Morais - - Gaspar Pereira (o chão é dos Ps. Es. Santo) - - Manuel Ribeiro - P.es Esp. S.to	Barraca - - Estância de lenha - - - Estância de lenha - -			14.400 - - - - 40.000 - - 82.200	1.296 - - - Isento Isento - Isento - - - - - - 2.466	2015 – Rua do Crucifixo; Rua Nova do Almada. Atualmente neste espaço estão as Escadinhas do Espírito Santo da Pedreira. 1825/30 – Rua do Crucifixo 22-23. SIG: 100.192 Obra: Ver Obra 1609 MVV: 1 Processos: 31588/DSC/PG/1947;P.7.
1765 1792 1793 1794 1795 1798 1799 1805 1825 1830	P.es do Esp. Santo - - - - - - - - -	9 - - - - - - - - -	2 - - - - - - - - -	- - - - - - - - - -	78.400 78.400 198.000 198.000 198.000 198.000 226.800 248.750 - 132.205	- Isenta - - - - - - - - 2.168	2015 – Rua do Crucifixo 81-125; Rua Nova do Almada 102-126; Rua do Carmo 2-24. 1825/30 Rua do Crucifixo 24/28. SIG: 48.001.08.009.001 Obra: 495 e 66068. Armazéns do Chiado. Antigo convento do Espírito Santo.
1767 - 1792	P.es do Esp. Santo - -	8 - -	1 - -	0 - -	136.300 - 126.400	12.303 - Isenta	2015 – Rua do Crucifixo 81-125; Rua Nova do Almada 102-

1793	-	-	-	-	126.400	-	126; Rua do Carmo 2-24.
1794	-	-	-	-	126.400	-	
1795	-	-	-	-	126.400	-	18325/30 – Rua do
1798	-	-	-	-	126.400	-	Crucifixo 29-34
1799	-	-	-	-	126.400	-	SIG:
1805	-	-	-	-	185.200	-	48.001.08.009.001
1825	-	-	-	-	-	-	Obra: 495 e 66068.
1830	-	-	-	-	224.000	6.720	Armazéns do Chiado.
1764	P.es do Esp.	-	-	-	194.400	Isenta	2015 – Rua do
1792	Santo	-	-	-	194.400		Crucifixo 81-125; Rua
1793	-	-	-	-	165.600		Nova do Almada 102-
1794	-	-	-	-	182.400		126; Rua do Carmo 2-
1795	-	-	-	-	182.400		24.
1798	-	-	-	-	182.400		1825/30 – Rua do
1799	-	-	-	-	206.400		Crucifixo 35/40.
1805	-	-	-	-	255.680		SIG:
1825	-	-	-	-			48.001.08.009.001
							Obra: 495 e 66068.
							Armazéns do Chiado.
							Antigo convento do
							Espírito Santo.
1792	P.es do Esp.				193.200	Isenta	2015 – Rua do
1793	Santo				193.200		Crucifixo 81-125; Rua
1799	-				249.600		Nova do Almada 102-
1805	-				234.300		126; Rua do Carmo 2-
							24.
							SIG:
							48.001.08.009.001
							Obra: 495 e 66068.
							Armazéns do Chiado.
							Antigo convento do
							Espírito Santo.
1764	P.es do Esp.	20	2	-	313.800	-	2015 – Rua do
-	Santo	-	-	-	-	-	Crucifixo 81-125; Rua
-	-	-	-	-	-	-	Nova do Almada 102-
-	-	-	-	-	-	-	126; Rua do Carmo 2-
-	-	-	-	-	-	-	24.
-	-	-	-	-	-	-	1825/30 – Rua do
1792	-	-	-	-	316.400	Isenta	Crucifixo 35/40.
1793	-	-	-	-	216.400	-	SIG:
1794	-	-	-	-	254.400	-	48.001.08.009.001
1795	-	-	-	-	254.400	-	Obra: 495 e 66068.
1798	-	-	-	-	-	-	Armazéns do Chiado.
1799	-	-	-	-	316.400	-	Antigo convento do
1805	-	-	-	-	252.000	-	Espírito Santo.
1830	-	-	-	-	254.800	7.644	
1764	P.es do Esp.	Várias	-	-	15.200	Isenta	2015 – Rua do
-	Santo	lojas com	-	-	-	-	Crucifixo 81-125; Rua
-	-	seus sotos	-	-	-	-	Nova do Almada 102-
-	-	-	-	-	-	-	126; Rua do Carmo 2-
1767	-	11	2	-	239.000	21.510	24. Armazéns do
-	-	-	-	-	-	-	Chiado.
1794	-	-	-	-	316.400	-	1825/30 – Rua do
1795	-	-	-	-	316.400	-	Crucifixo 41-44.
1798	-	-	-	-	-	-	SIG:
1799	-	-	-	-	153.600	-	48.001.08.009.001
1805	-	-	-	-	252.000	-	Obra: 495 e 66068.
1830	-	-	-	-	160.400	4.812	
RUA ÁUREA, lado poente [esquerdo de sul para norte]							

1780	Luiz	5	3	1	692.000	62.280	2015 – Rua Áurea N.º
1782	Cantofre	-	-	-	690.000	62.100	109-119; Rua de São
1785	-	-	-	-	690.000	62.100	Nicolau, 98-104.
-	-	-	-	-	-	-	1820/33 – Rua de São
1799	-	-	-	-	790.000	71.100	Nicolau 2.
1800	Luiz Estifner	-	-	-	790.000	71.100	SIG: 48.001.17.006.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 24106
1805	-	-	-	-	983.800	88.542	VER RUA DE S.
-	João	-	-	-	-	-	NICOLAU, P. 162.
-	António da	-	-	-	-	-	MVV: 6+4 (R. da
1815	Fonseca	-	-	-	844.400	75.996	Vitória)
1820	-	-	-	-	494.400	44.496	Pisos: R/C+3P+1P
1825	Francisco	-	-	-	944.400	84.996	vc+1P neopombalino.
-	José Le	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
1833	Blanc	-	-	-	690.000	20.700	quatro águas com
1834	-	-	-	-	702.000	63.180	claraboia.
	-						Cimalha: Platibanda
	Joaquim						com balaustres.
	José Le						Varandas: Individuais
	Blanc						no 1.º piso, corrida no
							4.º piso.
							Escada: Até 1995 havia
							uma escada de dois
							lanços sem bomba até
							ao 2.º piso, e de bomba
							larga nos pisos
							superiores. Depois foi
							construída uma escada
							de bomba larga para
							elevador.
							Fogos: Um fogo por
							piso. Sala de esquina
							quadrada.
							Chaminé: Na empena.
							Processos:
							3751/DAG/PG/1903
							726/DMPGU/OB/1995
1780	Luis	4	3	1	355.200	34.668	2015 – Rua Áurea 121-
1782	Cantofre	-	-	-	528.800	47.592	131.
1785	-	-	-	-	510.000	45.900	1820/33 – Rua Áurea
-	-	-	-	-	-	-	58-63.
1799	Luis	-	-	-	583.800	52.542	SIG: 48.001.17.002
1800	Estifner	-	-	-	614.800	55.332	Obra: 12 (ver Obra
-	-	-	-	-	-	-	10.090)
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 6
1805	João	-	-	-	806.000	72.540	Pisos: R/C+3P+1P
-	António da	-	-	-	-	-	neopombalino
-	Fonseca	-	-	-	-	-	Cobertura: 2 águas com
-	-	-	-	-	-	-	trapeiras heterogéneas.
1815	Joaquim	-	-	-	573.600	51.624	Cimalha: Beirado sobre
1820	José Le	-	-	-	505.200	45.468	cornija.
1825	Blanc	-	-	-	777.600	69.984	Varandas: Só no 1.º
1830	-	-	-	-	690.000	20.700	piso. A guarda é em
1833	-	-	-	-	702.000	63.180	balaústres de ferro.
							Escada: De 2 lanços por
							piso sem bomba.
							Fogos: 2/piso, sem
							corredor.

							Chaminé: Num anexo construído no saguão. Processos: Proc.6166/DMPGU/OB/1974.
1785	João	-			678.400	61.056	2015 – Rua Áurea 133-143. 1820/33 – Rua Áurea 64-69. SIG: 48.001.17.008.001 Obra: 10.090 MVV: 6 Pisos: r/c+3P+1P neopombalino. Cobertura: 2 águas sem claraboia. Cimalha: beirado Varandas: Só individuais no primeiro piso. Balaústres de ferro Escada: dois lanços paralelos, com janela. Fogos: 2/piso, sem corredor. Chaminé: Num corpo anexo construído no saguão. Processos: 6166/DMPGU/OB/1974
1799	António da	-			578.000	51.372	
-	Fonseca	-	-	-	-	-	
1805	-	-	-	-	1.039.400	93.546	
-	-	-	-	-	-	-	
1810	-	-	-	-	664.400	59.796	
1815	Genoveva	-	-	-	720.400	64.836	
1820	Rosa da	-	-	-	712.400	64.116	
-	Fonseca	-	-	-	-	-	
1825	-	-	-	-	686.00	61.740	
-	José Ignácio	-	-	-	-	-	
-	da Fonseca	-	-	-	-	-	
1830	-	-	-	-	686.000	20.580	
1833	D. Maria da Purificação Fonseca	-	-	-	706.000	63.540	
1780	Luís	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua Áurea 145-155; Rua da Vitória 81-83. 1820/33 – Rua Áurea 70-75. SIG: 48.001.17.005 Obra: 10683 VER TRAVESSA DA VITORIA, P. 191. Atualmente está ligado ao prédio com frente para a rua do Crucifixo. MVV: 6. Pisos: R/C+3P+1P vc+AF. Cobertura: Duas águas com trapeirão e claraboia. Cimalha: Platibanda. Varandas: Individuais no 1.º piso com guarda de balaústres de ferro. Varandas corridas nos pisos 4.º e 5.º e guardas em ferro forjado formando gregas e ovais. Escada: De dois lanços com bomba de gaveto.
1782	Cantofre	-	-	-	67.200	6.048	
-	-	-	-	-	-	-	
1799	-	-	-	-	1.850.600	166.554	
-	Manuel José da Fonseca e Silva	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1800	-	-	-	-	2.210.900	198.982	
1805	João	-	-	-	1.448.760	130.388	
-	António da	-	-	-	-	-	
1810	Fonseca	-	-	-	930.800	83.772	
-	-	-	-	-	-	-	
-	João	-	-	-	-	-	
-	Chrisóstomo da Fonseca	-	-	-	-	-	
1815	-	-	-	-	-	-	
1820	N. consta	-	-	-	546.000	49.140	
1825	-	-	-	-	1.309.300	117.837	
1830	João	-	-	-	940.400	84.636	
-	Baptista da	-	-	-	-	-	
1833	Cunha	-	-	-	903.600	81.324	
	-						
	D. Maria do Carmo						

							Poderá a primitiva ter integrado o lote sul. Fogos: 5 Divisões e corredor. Chaminé: Num corpo construído no espaço do saguão. Processos: 31360/DSCC/1956.	
1770	Irmã N. S.ra da Vitória	4	2	0	236.000	22.240	2015 – Rua Áurea 157-181; Rua da Vitória 98 1825 – Rua Áurea 76-84. SIG: 48.001.14.010.001 Obra: 22740 VER TRAVESSA DA VICTÓRIA, P. 173. MVV: 9 (Inicialmente 4MVV. Presume-se que, depois de 1805, tenha sido emparcelado com o lote de 5MVV). Pisos: R/C+Sobreloja+3P+A. F. Cobertura: Telhado de duas águas com trapeiras pombalinas. Cimalha: Cornija e beirado. Varandas: Só no 1.º Piso. Guardas com balaústres de ferro. Escada: De dois lanços por piso, sem bomba. Fogos: Dois por piso com 6 divisões e sem corredor. Loja com arcada, num nível inferior ao do saguão. Pé-direito dos andares: Loja: 2.45m Sobreloja: 2.43m 1.º P: 3.50m 2.º P: 3.40m 3.º P: 3.10m 4.º P (AF): 2.45m Chaminé: Na parede posterior. Processos: 6558/1.ªREP/PG/1912 2572/DSC/PG/1942 5218/DSC/PG/1947	
1773		4	3	1	250.000	-		
1774		-	4+sobrelojas	3	1	251.000		-
1780		-	as	3	1	530.400		-
1782		-	9+2	-	-	474.400		-
1785		-	sobreloja.	-	-	536.600		-
1799		-	-	-	-	536.000		Isenta
1800		-	-	-	-	?		Paga ao
1805		-	-	-	-	595.600		eclesiástico
-		-	-	-	-	-		co
-	Hospital da N. Sra da Victoria	-	-	-	-	-		
1825		-	-	-	2.003.931	Isento		
1830		-	-	-	718.000	21.540		
1833		-	-	-	-	Isento		
1799	João Pedro	-	-	-	580.600	52.254	2015 - R. Áurea 175-181. 1820 – Rua Áurea 85-88. 2 Prédios unidos em 1918. SIG:	
1800	Isidoro de	3	?	2?	597.400	53.964		
1805	Mello	-	-	(novo andar)	682.800	61.452		
1810	-	-	-	-	571.200	51.408		
-	-	-	-	-	-	-		
1815	-	-	-	-	597.400	53.766		
1820	-	-	-	-	662.000	59.580		



1825	Ignácio José de Mello	-	-	-	660.200	59.418	48.001.14.001.001 Obra:13717 <u>Até 1918</u> MVV: 4 Pisos: R/C+3+1P vc+AF. Cobertura: Telhado de 2 águas com um trapeirão de dois vãos. Cimalha: cornija e platibanda Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º. Escada: Átrio com degraus, separado da caixa de escada por um arco amplo. Escada de dois lanços por piso, em leque, com bomba estreita de gaveto. Fogos: Um só fogo por piso com 7 divisões e pequenos corredores. No R/C havia arcadas. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 5462/1.ªREP/PG/1896 8258/1.ªREP/PG/1918
1830		-	-	-	657.200	19.716	
1833		-	-	-	629.600	56.664	
		-	-	-			
1799	João Pedro	?	?	?	753.000	67.770	2015 - R. Áurea 175-181; 2 Prédios unidos em 1918. Tipologia eclética. 1820 – Rua Áurea 89-93. SIG: 48.001.14.001.001 Obra:13717 <u>Até 1918</u> MMV: 5 Pisos: R/C+3P+1P vc.+ AF. Cobertura: Telhado de 2 águas com duas trapeiras pombalinas. Cimalha: Cornija e platibanda. Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º. Escada: 2 lanços paralelos sem bomba. Precedida por um duplo arco em cantaria. Fogos: Arcadas no rés-do-chão. Dois fogos por piso com 6 e 8 divisões e pequenos corredores.
1800	Isidoro de	-	-	-	597.400	53.964	
1805	Mello	-	-	-	713.200	64.188	
1810	-	-	-	-	645.600	58.104	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Ignácio José	-	-	-	626.400	56.376	
1820	de Mello	-	-	-	613.600	55.224	
1825	-	-	-	-	858.400	77.250	
1830	-	-	-	-	932.800	27.984	
1833	-	-	-	-	794.400	70.496	

							Chaminé: Nas paredes das empenas. Processos: 5462/1.ªREP/PG/1896 8258/1.ªREP/PG/1918
1799	José Eloy	-	-	-	1.022.000	91.980	2015 - Rua Áurea 193-203; Rua da Assunção 95-97; Rua do Crucifixo 126-136. 1833/34 – Travessa da Assunção 56-60. SIG: 48.001.14.004.001 Obra: 18 VER RUA TRAVESSA DA ASSUNÇÃO, P. 202; RUA DO CRUCIFIXO, P.5. MVV: 6+7+? Pisos: R/C+3P+1P vc+AF. Cobertura: Telhado de seis águas com trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º piso, com guardas de ferro forjado em barra. Corrida no 4.º piso. Escada: Dois lanços por piso com bomba de gaveto. Fogos: Dois por piso, com 6/7 divisões e com corredor. Loja com arcadas. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 3002/1.ªREP/PG/1907 29256/DSC/PG/1943 26490/DAG/PG/1951 43518/DAG/PG/1964 46772/DAG/PG/1966 982/DAG/PG/1967
1800	Da Silva	-	-	-	975.200	87.768	
1810	-	-	-	-	983.000	888.470	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Herdeiros de	-	-	-	1.340.800	120.672	
1820	José Eloy da	-	-	-	1.494.400	136.296	
-	S.ª	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1825	D. Paula	-	-	-	1.256.400	113.076	
-	Gertrudes da	-	-	-	-	-	
-	Silva	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Carolina	-	-	-	1.237.348	111.348	
-	Augusta da	-	-	-	-	-	
-	Silva	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1834	Carlota	-	-	-	1.022.800	30.684	
	Augusta da						
	Silva						
1799	Padres do	-	-	-	1.011.200	Isenta	2015 – Rua da Assunção 98-114; Rua do Carmo 26-52; Rua Áurea 205-217. 1825 – Travessa da Assunção 1-4. SIG: 48.001.08.008.001 Obra: 3735 VER RUA TRAVESSA DA ASSUNÇÃO, P. 162
1805	Convento de	-	-	-	1.011.200	Isenta	
1810	E. S.to	-	-	-	558.800	50.292	
1815	-	-	-	-	-	-	
1820	-	-	-	-	-	-	
1825	-	-	-	-	-	-	
1833	-	-	-	-	-	Isenta	
1834	-	-	-	-	839.600	25.188	

							Convento do Espírito Santo da Pedreira. Armazéns Grandella Não é um edifício habitacional.
1799	Padres do Conv. Esp. Santo	-	-	-	372.000	Isento	2015 – Rua Áurea 219-241. 1825 – Rua Áurea 112-118. 1830 – Rua Áurea 107-111. SIG: 48.001.08.007.001 Obra: 25067 Unido ao prédio contíguo em 1897. MVV: 5 Pisos: Até 1888 tinha R/C+2, depois foi ampliado com um 3.º andar. Cobertura: Em 1888 seria de 2 águas. Cimalha: A partir de 1888 é balaustrada. Atualmente cornija. Varandas: Até 1924 só havia varandas, individuais, no 1.º andar. Escada: No r/c tem arcada. A primitiva era de dois lanços paralelos, s/bomba e paralela à fachada. Fogos: Não tinha fogos de habitação. Estava unido aos prédios da Rua do Carmo. Chaminé: Não há informação. Processos: 6119/1.ªREP/PG/1888 4154/1.ªREP/PG/1897 16598/SEC/PG/1924
1800		-	-	-	-	-	
1805		-	-	-	303.600	Isento.	
1810		-	-	-	-	-	
1815		-	-	-	-	-	
1820		-	-	-	-	-	
1825		-	-	-	-	-	
1830		-	-	-	446.000	13.380	
1833		-	-	-	-	Isenta	
1799	Padres do Conv. Esp. Santo	-	-	-	594.600	Isento	2015 - R. Áurea 219-241. 1825 – Rua Áurea 112-118. SIG: 48.001.08.007.001 Obra: 25067 Unido ao prédio anterior que lhe era contíguo em 1897. MVV: 5 + 6 Pisos: Até 1897 é de r/c+2, depois é acrescido o 3.º piso. Em 1924 é construído o 4.º piso.
1800		-	-	-	-	-	
1805		-	-	-	614.600	-	
1810		-	-	-	303.600	22.272	
1815		-	-	-	-	-	
1820		-	-	-	-	-	
1830		-	-	-	742.400	Isento	
1833		-	-	-	-	-	

							<p>Cobertura: Telhado de duas águas.  Cimalha: A partir de 1888 é balaustrada.  Atualmente cornija.  Varandas: Só no 1.º piso. Depois de 1924 varanda corrida no 4.º andar  Escada: Em 1897 era de três lanços por piso, com bomba quadrada.  Fogos: Em 1888 já não tinha tipologia habitacional. Estava unido ao prédio da Rua do Carmo.  Chaminé: Não há informação.  Processos:  6119/1.ªREP/PG/1888  4154/1.ªREP/PG/1897  16598/SEC/PG/1924</p>	
1799	Padres do Conv. Esp. Santo	Incompleta	-	-	0	0	<p>2015 – Rua Áurea 243-251; Rua de Santa Justa 103-105.  1825 – Rua Áurea 119-123  SIG:  48.001.08.003.001  Obra: 429  VER RUA TRAVESSA DE SANTA JUSTA, P. 188.  Trata-se dois prédios ligados entre si, o que tem frente para a Rua Áurea e o que com ele confina a poente, com frente para a Rua do Carmo.  MVV: 5  Pisos: r/c+2+AF  Cobertura: Telhado de mansarda de águas quebradas.  Cimalha: Platibanda  Varandas: Só no 1.º andar, de balaústres de ferro.  Escada: Em 1946 era de dois lanços por piso, sem bomba  Fogos: Um por piso, com 8 divisões e sem corredor.  Chaminé: Na parede da escada.  Processos:</p>	
1800		-	-	-	141.000	Isenta		
1805		-	-	-	140.000	Isenta		
1810		-	-	-	-	-		
1815		-	-	-	-	-		
1820		-	-	-	-	-		
1830		-	-	-	730.000	21.900		
1833		-	Incorporou lote com frente para a Rua Nova do Carmo	-	-	?		Isenta

							8698/DSC/PG/1943 24762/DSC/PG/1945 13650/DSC/PG/1946
1799	João Diaz	-	-	-	441.800	39.762	2015 – Rua Áurea 253-259; Rua de Santa Justa 92-96. 1820/34 – Travessa de Santa Justa 2. SIG: 48.001.01.004.001 Obra: 26012 VER RUA TRAVESSA DE SANTA JUSTA, P. 202. MVV: 4 Pisos: R/C+3P+1P vc. O quarto piso terá sido construído em 1853. Cobertura: Telhado de duas águas. Cimalha: Platibanda. Varandas: Individuais no primeiro andar que dá para a Rua Áurea, e corrida nas duas fachadas do 4.º andar. Escada: Dois lanços por piso e bomba de gaveto. Fogos: Um por piso, com oito divisões, sem corredor. Sala ampla, de esquina, e planta quadrada. Pé-direito: R/C - 4,45m 1.º P – 3,57m 2.º P – 3,55m 3.º P – 3,20m 4.º P – 2,70m 5.º P – 2,00m Chaminé: Encostada a uma parede interior. Processos: Doc.PT/AMLSB/CML/ADMG-E/08/0238 (1953) 28824/DSC/PG/1947 17890/DAG/PG/1969
1800	dos Santos	-	-	-	465.000	41.850	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	Herdeiros de	-	-	-	489.200	44.028	
1810	João Diaz	-	-	-	522.000	46.980	
-	dos Santos	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Silvério	-	-	-	740.000	64.260	
-	Dally	-	-	-	-	-	
1820	-	-	-	-	805.000	72.450	
1825	Maria	-	-	-	715.000	64.350	
1833	Joaquina	-	-	-	711.000	21.330	
1834	Dally	-	-	-	600.800	54.072	
	- Em 1853 pertencia a Alexandre Joaquim Sequeira Lopes						
1799	Theotónio	-	-	-	777.600	69.984	2015 - Rua Áurea 261-269. 1820 – Rua Áurea 124-127. SIG: 48.001.01.007.001 Obra:19 MVV: 5 Pisos:7 R/C+S/Loja+3P+1P v c+AF.
1800	José de	-	-	-	838.400	75.450	
1805	Sousa	-	-	-	915.000	82.404	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	-	-	-	-	876.800	78.912	
-	Silvério	-	-	-	-	-	
1820	Dally	-	-	-	867.600	78.084	
1825	-	-	-	-	866.600	77.794	
1830	D. Maria	-	-	-	866.600	75.998	
1833	Joaquina	-	-	-	828.400	74.554	
	Dally						

	-						<p>Cobertura: Telhado de duas águas com 2 trapeirões.</p> <p>Cimalha: cornija e beirado.</p> <p>Varandas: Individuais no 1.º piso e corrida no 4.º. Guarda em ferro forjado, formandas gregas e espirais.</p> <p>Escada: De 3 lanços por piso e bomba larga.</p> <p>Fogos: Dois por piso, com 7 divisões e pequeno corredor.</p> <p>Chaminé: parede meeira atrás da escada.</p> <p>Processos: 5371/DAG/PG/1916</p>
	Figura no rol da Rua Nova do Carmo						<p>2015 - R. Áurea 271-275; Rua do Carmo 86-90.</p> <p>1820 – Rua Áurea 128-132.</p> <p>SIG: 48.001.01.001.001</p> <p>Obra:24743</p> <p>MVV: 3</p> <p>Está ligado ao prédio que com ele confina pela parede posterior e que dá para a rua do Carmo.</p> <p>Pisos: R/C+3P+1P vc. (data 1881).</p> <p>Cobertura: Telhado de duas águas.</p> <p>Cimalha: Platibanda em balaustrada.</p> <p>Varandas: Individuais no 1.º piso e corrida no 4.º piso. Ambas em ferro fundido representando palmitos enlaçados.</p> <p>Escada: De dois lanços por piso, sem bomba.</p> <p>Fogos: Dois por piso com 5 divisões e corredor curto. Sala ampla, de planta quadrada. Piso térreo abobadado.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena.</p> <p>Processos: 91/1.ªREP/PG/1881</p>
	Figura no rol da Rua Nova do Carmo						<p>2015 – Rua Áurea 277-283; Rua do Carmo 92-98.</p>

							<p>SIG: 48.001.01.003.001 Obra: 28061 MVV: 4 Pisos: Cv+R/C+3P+1P vc+AF. Cobertura: Telhado de duas águas com trapeirões. Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º. Guardas em ferro forjado em barra. Escada: Dois lanços por piso com bomba de gaveto. O acesso é pela Rua do Carmo. Fogos: Estão desnivelados em relação aos que dão para a Rua do Carmo, com acesso pelo patim intermédio. O R/C é abobadado. Um fogo por piso, com 6 divisões e pequeno corredor. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 5850/DAG/PG/1956- T.1;P.3; 20048/DAG/PG/1957- T.1;P.12.</p>
	Figura no rol da Rua Nova do Carmo						<p>2015 - R. Áurea 285- 295;R. do Carmo 100- 110. 1820 – Figura na Rua Nova do Carmo. SIG: 48.001.01.005.001 Obra:5514 MV: 6+2+6. Pisos: R/C+3P.+AF. Em 1987 era uma unidade hoteleira. Cobertura: 2 águas c/trapeiras. Cimalha: Varandas: Pilares de ferro forjado no 1.º andar. As janelas de sacada são encimadas por um entablamento na mesma sequência das do Rossio. Escada: A primitiva era de 2 lanços s/bomba. Atualmente é moderna.</p>

							Fogos: Na origem tinha 2 fogos por piso. Chaminés: Não há elementos. Processos: 1344/1.ªREP/PG/1913 1690/DMPGU/OB/1987
RUA ÁUREA, lado nascente, vindo de sul para norte							
1799	Dez. José	-	-	-	778.800	70.092	2015 – Rua Áurea 116;
1800	Germano	-	-	-	941.200	84.708	Rua de São Nicolau 88-
1805	S.ta Marta	-	-	-	662.800	59.652	96; Rua dos Sapateiros
-	(Mesquita e	-	-	-	-	-	55.
-	Mello)	-	-	-	-	-	1820 – Rua de São
-	-	-	-	-	-	-	Nicolau N.º 3-8.
1810	Herdeiros do	-	-	-	1.119.800	100.782	SIG: 48.001.18.006.001
1820	Dez. José	-	-	-	1.704.000	153.360	Obra: 27280
1825	Germano de	-	-	-	1.612.400	145.116	VER RUA NOVA
-	S.ta Martha	-	-	-	-	-	DOS SAPATEIROS, P.
-	-	-	-	-	-	-	60;TRAVESSA DE
1833	Joaquim	-	-	-	1.401.200	126.108	SÃO NICOLAU, P.
1834	José Santa	-	-	-	1.398.600	31.958	162.
	Marta Vadre						Atualmente está
	de Mesquita						emparcelado com os
	e Melo						dois prédios seguintes a
							norte.
							MVV: 4+8 (Rua de S.
							Nicolau) +4 (Rua dos
							Sapateiros).
							Pisos:
							R/C+3P.+1Pvc.+1P.
							amansardado.
							Cobertura: Telhado de
							duas águas.
							Cimalha: Cornija
							revestida a zinco.
							Varandas: Individuais
							nos 1.º e 2.º andares e
							corridas no 4.º e 5.º.
							Escada: De três lanços
							e bomba estreita.
							Fogos: Dois por piso,
							com 10/11 divisões, e
							corredor.
							Chaminé: S/dados.
							Processos:
							16142/1.ªREP/PG/1923
							374/1.ªREP/PG/1924
1799	F. Molina	-	-	-	335.800	30.222	2015 - Rua Áurea 118-
1800	-	-	-	-	388.800	34.992	128.
-	-	-	-	-	-	-	1820 - Rua Áurea 230-
1805	José	-	-	-	-	-	235.
-	Carvalho	-	-	-	356.000	32.040	SIG: 48.001.18.004.001
-	San Tiago	-	-	-	-	-	Obra: 6709
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 6
1810	António	-	-	-	270.800	24.372	Atualmente está
-	João	-	-	-	-	-	emparcelado com os
-	-	-	-	-	-	-	



-	Carvalho S.	-	-	-	-	-	dois prédios seguintes a sul.
-	Thiago	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3+1P
1815	-	-	-	-	372.000	21.840	vc+AF.
1820	Anna	-	-	-	468.000	42.120	Cobertura: Duas águas com trapeiras.
1825	Gertrudes	-	-	-	454.000	40.860	Cimalha: Beirado sobre cornija.
-	Rosa	-	-	-	-	-	Varandas: Individuais no 1.º piso. 4.º Piso com varanda corrida.
1830	-	-	-	-	1.122.000	100.980	Escada: Até 1923 era de dois lanços com bomba estreita. Em 1924, havia já outra com três lanços e bomba larga.
1833	Inácio	-	-	-	828.400	74.556	Fogos: Não há elementos.
	Rufino de Almeida						Chaminé: Não há elementos.
							Processos: Sem documentação relevante.
1805	Francisco	-	-	-	276.000	24.840	2015 – Rua Áurea 130-140.
1810	José de	-	-	-	810.400	72.936	1820/34 – Rua Áurea
1815	Almeida	-	-	-	1.150.400	103.860	224-229.
1820	-	-	-	-	937.100	84.339	SIG: 48.001.18.001.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 6954
1825	D. Maria	-	-	-	1.022.000	91.980	MVV: 6
1830	Bárbara	-	-	-	862.000	77.580	Atualmente está emparcelado com os dois prédios seguintes a sul.
1833	Benedita de Almeida	-	-	-	922.000	82.980	Pisos: R/C+3+1P vc+AF.
							Cobertura: Duas águas com trapeiras.
							Cimalha: Beirado sobre cornija.
							Varandas: Individuais no 1.º piso. 4.º Piso com varanda corrida.
							Escada: Não documentada.
							Fogos: Não documentados.
							Chaminé: Não está documentada.
							Processos: Não há documentação relevante.
1799	António dos	-	-	-	321.600	28.944	2015 – Rua Áurea 142-146.
1800	Santos	-	-	-	321.600	28.944	1820/34 – Rua Áurea
1805	-	-	-	-	445.600	40.104	221-223.
1810	-	-	-	-	416.000	39.440	SIG: 48.001.18.003.001
1820	-	-	-	-	530.800	47.772	Obra: 14
-	-	-	-	-	-	-	VER
1825	-	-	-	-	547.000	49.230	

1830	José dos Santos	-	-	-	413.600	37.224	MVV: 3
1833	-	-	-	-	398.800	35.892	Pisos: R/C+3+1P vc+AF. Cobertura: Telhado de duas águas e trapeirão. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: 1.º piso, 4.º piso com varanda corrida e 5.º piso. Escada: Separada do átrio por um arco da cantaria. De dois lanços por piso com bomba. Fogos: 1 por piso com 6/7 divisões. Pé-direito: Loja – 3,10m 1.º Andar - 3,65m, 2.º Andar - 3.50m 3.º Andar - 2,90m 4.º Andar - 2,85m 5.º Andar - 2,10m Chaminé: Na parede da empena. Processos: 26142/SEC/PG/1938 17618/DAG/PG/1957 3498/DAG/PG/1961
1800	Dez. Manuel	-	-	-	772.800	60.552	2015 – Rua da Vitória
-	Estevão de	-	-	-	-	-	73-79; Rua Áurea 148-
-	Almada	-	-	-	-	-	156.
-	Quifel	-	-	-	-	-	1820/34– Travessa da
-	Barbarino	-	-	-	-	-	Vitória 52-55.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.18.007.001
1805	D. Joana de	-	-	-	812.000	73.080	Obra: 15
1810	Sá e	-	-	-	687.600	61.884	VER TRAVESSA DA
-	Menezes	-	-	-	-	-	VICTÓRIA, P. 187.
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 5+4 (Rua da
1815	Herdeiros de	-	-	-	1.034.000	93.060	Vitória)
-	D. Joanna	-	-	-	-	-	Pisos:
-	Bernarda de	-	-	-	-	-	R/C+3+1Pvc+AF
-	Sá e	-	-	-	-	-	Cobertura: Quatro
-	Menezes	-	-	-	-	-	águas com trapeiras.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
1820	Filipe Mez.~	-	-	-	784.000	70.290	cornija.
1825	da Costa	-	-	-	925.600	83.304	Varandas: No 1.º piso e
-	-	-	-	-	-	-	corrida no 4.º. São de
1833	D. Maria do	-	-	-	773.000	69.570	ferro forjado em fita.
1834	Carmo	-	-	-	661.000	19.830	Escada: Precedida por
	Campello e						um arco de cantaria.
	Costa						Tem bomba estreita.
							Fogos: 1/piso com
							pequeno corredor. Sala
							de esquina, de planta
							quadrada.
							Chaminé: Na parede
							posterior.
							Processos:
							9740/DAG/PG/1967

							24044/DAG/PG/1963	
1799	Benedicto	-	-	-	630.600	56.754	2015 – Rua Áurea 158-164; Rua da Vitória 90-96. 1820 – Travessa da Victória 3-5. SIG: 48.001.15.004.001 Obra: 22285 VER TRAVESSA DA VICTORIA, P. 171. MVV: 4+4 <u>Até 1889:</u> Pisos: R/C+3+1P vc+1P trapeirão de 3 vãos. Cobertura: Complexa, de três trapeirões. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: No 1.º piso são individuais, e corridas nos pisos 4.º e 5.º. Escada: Presumivelmente, de dois lanços sem bomba. Fogos: 2/piso Chaminé: Nas empenas. <u>Após 1889:</u> Pisos: R/C+3+1P vc+1P trapeirão de 3 vãos. Cobertura: Complexa, de três trapeirões. Cimalha: Platibanda. Varandas: 1.º piso, corridas nos 4.º e 5.º pisos. Escada: De degraus em leque e bomba larga. Fogos: 1/piso Chaminé: Na empena Processos: 5155/1.ªREP/PG/1889 3660/DMPGU/OB/1972	
1800	Buero	-	-	-	706.600	63.594		
1805	-	-	-	-	732.000	65.880		
1810	-	-	-	-	591.600	53.244		
-	-	-	-	-	-	-		
1815	Francisca	-	-	-	1.043.200	93.888		
-	Romana	-	-	-	-	-		
-	Buero	-	-	-	-	-		
-	-	-	-	-	-	-		
1820	D. Maria	-	-	-	867.200	78.048		
1825	Joaquina	-	-	-	867.200	78.048		
-	Dally	-	-	-	-	-		
-	-	-	-	-	-	-		
1833	João José	-	-	-	703.600	63.324		
1834	Dias Costa	-	-	-	623.600	18.708		
1799	Francisco				254.400	22.896		2015 – Rua Áurea 166-170. 1820 – Rua Áurea 209-211. SIG: 48.001.15.001.001 Obra: 6710 MVV: 3 Pisos: R/C+3P+2P vc Cobertura: Duas águas Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: No 1.º piso, e corridas nos pisos 4.º e 5.º.
1800	José Leal				254.400	22.896		
1805	-				214.000	19.260		
1810	-				168.800	15.192		
1815	-				483.600	43.524		
1820	-				480.600	43.524		
-	-				-	-		
1825	D. Maria das				508.800	45.792		
1830	Mercês do				480.000	43.200		
1833	Rozário				432.000	38.880		

							Escada: Dois lanços sem bomba. Primeiro lanço em pedra. Vestígios de azulejos azuis e brancos em rodapé. Fogos: Não há documentação. Chaminé: Não há documentação. Processos: 3192/DAG/PG/1966-T.1;P.4.
1799	António José	-	-	-	647.400	58.260	2015 – Rua Áurea 172-
1800	Oliveira	-	-	-	756.600	68.094	182.
1805	-	-	-	-	1.904.800	98.532	1820 - Rua Áurea 203-
1810	-	-	-	-	781.800	87.894	208.
1815	-	-	-	-	976.600	70.362	SIG: 48.001.15.009.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 6711
1820	D. Thereza	-	-	-	1.061.208	95.562	MVV: 6
-	Costa do	-	-	-	-	-	Pisos:
-	Esp. Santo	-	-	-	-	-	R/C+3P+1Pvc+AF com
-	-	-	-	-	-	-	trapeirão.
1825	Joaquim dos	-	-	-	1.080.800	97.272	Cobertura: Duas águas
1830	Santos	-	-	-	928.800	83.592	com trapeirão de quatro
-	-	-	-	-	-	-	vãos.
1833	António	-	-	-	803.800	72.342	Cimalha: Beirado sobre
	Augusto dos						cornija.
	Santos						Varandas: No 1.º, nos
							4.º e 5.º pisos, estas
							últimas corridas.
							Escada: Precedida por
							duplo arco de cantaria.
							Dois lanços com bomba
							de gaveto.
							Fogos: 1 por piso com 6
							divisões. Corredor
							curto. Arcada na loja.
							Chaminé: Na parede da
							empena.
							Processos:
							6628/1.ªREP/PG/1911
							3079/DSC/PET/1935
							29928/DAG/PG/1952
1799	António	-	-	-	369.600	33.264	2015 – Rua Áurea 184-
1800	Alves de	-	-	-	388.800	34.992	188.1820 – Rua Áurea
1805	Aguiar	-	-	-	462.000	41.580	200-202.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.15.003.001
1810	Viúva de	-	-	-	486.000	43.740	Obra: 19448
-	António Alz	-	-	-	-	-	MVV: 3
-	de Aguiar	-	-	-	-	-	Pisos:
-	-	-	-	-	-	-	R/C+3P+1P.vc+AF.
1815	D.	-	-	-	443.200	?	Cobertura: Duas águas
1820	Constança	-	-	-	475.600	42.804	com trapeirão.
1825	Ritta Xavier	-	-	-	472.800	42.552	Cimalha: Beirado sobre
-	de Carvalho	-	-	-	-	-	cornija.
1830	-	-	-	-	404.800	36.432	Varandas:
-	Francisco da	-	-	-	-	-	Escada: Dois lanços
-	Costa	-	-	-	-	-	sem bomba. O remate
1833	Chaves	-	-	-	320.000	28.800	da guarda é um prumo

	- D. Maria do O. Chaves						de madeira decorativo. Vestígios de rodapé de azulejo flor-de-lis azul e branco. Fogos: 1/piso. De corredor curto. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 25998/DSC/PG/194 2987/1.ªREP/PG/1911
1799	Francisco da	-	-	-	273.200	24.588	2015 – Rua Áurea 190-
1800	Costa	-	-	-	273.200	24.588	194.
1805	Chaves	-	-	-	247.600	22.284	1820 - Rua Áurea 197-
1810	-	-	-	-	310.600	27.900	199.
1815	-	-	-	-	260.800	23.472	SIG: 48.001.15.008.001
1820	-	-	-	-	271.600	24.444	Obra: 16
1825	-	-	-	-	304.800	27.430	MVV: 3
1830	-	-	-	-	316.000	28.440	Pisos: R/C+3P+1P
-	-	-	-	-	-	-	vc+1P vc.
1833	-	-	-	-	272.000	24.480	Cobertura: Duas águas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Nos pisos 1.º, 4.º e 5.º. Em ferro forjado de fita. Escada: Dois lanços sem bomba. Precedida por arco de cantaria. Fogos: Presumivelmente, 1 por pisos. Chaminé: Não há documentação esclarecedora. Processos: Não há elementos desenhados relevantes.
1825	D. Anna Maria de C. e Almeida	-	-	-	273.600	24.624	1825 – Rua Áurea 194- 196. Incorporou o prédio seguinte.
1799	Aniceto	-	-	-	675.200	60.768	2015 – Rua Áurea 196-
1800	Pereira de	-	-	-	723.200	65.088	204; Rua da Assunção
-	Almeida	-	-	-	-	-	87-93.
-	-	-	-	-	-	-	1820 - Rua Áurea 192-
1805	D. Anna	-	-	-	977.600	87.984	194.
1810	Maria de	-	-	-	771.600	69.444	1830 – Rua Áurea 192-
1815	Almeida	-	-	-	969.600	87.264	196.
-	-	-	-	-	-	-	SIG:
1820	Ignacio	-	-	-	478.200	43.038	48.001.15.002.001
1825	Cândido	-	-	-	1.034.800	93.132	Obra: 43393
1830	-	-	-	-	868.400	78.156	VER RUA
-	-	-	-	-	-	-	TRAVESSA DA
1833	Inácio Silvestre Monteiro Sobral	-	-	-	863.200	77.688	ASSUMPCÃO, P. 201. MVV: 5+4 na Rua da Assunção. <u>Até 1917:</u> Pisos: R/C+3+1P vc+AF.

							<p>Cobertura: Quatro águas com trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: No 1.º e 4.º piso, sendo corrida neste último. Ambas de ferro forjado de fita. Escada: Dois lanços sem bomba. Fogos: 2/piso. Chaminé: No fogo direito está na parede da empena, no fogo esquerdo está na parede posterior.</p> <p><u>Após 1917:</u> Pisos: R/C+3+1Pvc+1P mansarda. Cobertura: Águas quebradas. Mansarda revestida a elementos cerâmicos concheados. Tem claraboia. Cimalha: Cornija de zinco. Varandas: Nos pisos 1.º e 4.º, sendo corrida neste último. Ambas de ferro forjado de fita. Escada: Dois lanços por piso e bomba larga. Fogos: 2/piso. Chaminé: No fogo direito está na parede da empena, no fogo esquerdo está na parede posterior.</p> <p>Processos: 3894/DAG/PG/1917</p>
1779	Pedro	-	-	-	626.000	56.340	<p>2015 – Rua Áurea 206-214; Rua da Assunção 90-96. 1820 – Rua Áurea 187-191; Rua Travessa da Assumpção 5-7. SIG: 48.001.09.009.001 Obra: 45 VER RUA TRAVESSA DA ASSUMPCÃO, P. 188. MVV: 5+4 Pisos: R/C+3+1Pvc+AF. Cobertura: 4 águas com trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: No 1.º andar as varandas são</p>
1800	Pereira	-	-	-	630.800	56.772	
1805	-	-	-	-	628.400	56.556	
-	-	-	-	-	-	-	
1810	P.e Manuel	-.	-	-	642.400	57.816	
1815	Semião Per.a	-	-	-	690.400	62.136	
1820	de Freitas	-	-	-	690.400	62.136	
1825	-	-	-	-	671.200	60.408	
1830	-	-	-	-	683.400	39.096	
1833	-	-	-	-	677.600	69.372	

							individuais e no 4.º piso é corrida, ambas em ferro forjado em barra. Escada: Inicialmente de dois laços com bomba estreita. Incorporada no prédio anexo. Fogos: Inicialmente 1 por piso, depois, em data anterior a 1919, dois por piso. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 26006/DAG/PG/1952
1799	P.e Manuel	-	-	-	666.000	59.940	2015 – Rua Áurea 216-
1800	Semião	-	-	-	666.000	59.940	226.
1805	Pereira de	-	-	-	776.800	69.912	1820 - Rua Áurea 181-
-	Freitas e seu	-	-	-	-	-	186.
-	irmão	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.09.004.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 11634
1810	Inocêncio	-	-	-	693.200	62.388	MVV: 6
1815	Pereira de	-	-	-	737.200	70.848	Pisos: R/C+3P+1P
1820	Freitas	-	-	-	872.800	79.092	vc+AF
1825	-	-	-	-	894.000	80.460	Cobertura: Duas águas
1830	-	-	-	-	434.400	39.096	com trapeiras.
1833	-	-	-	-	770.800	69.372	Cimalha: Beirado sobre cornija.
							Varandas: 1.º e 4.º pisos, esta última corrida. Ambas em ferro forjado de fita. Escada: Dois laços sem bomba. Primeiro lança em pedra. Fogos: 2/piso. Corredor curto. Chaminé: Nas paredes de empena. Processos: 8830/DAG/PG/1959
1799	Pedro	-	-	-	331.800	29.862	2015 – Rua Áurea 228-
1800	Pereira	-	-	-	331.800	29.862	232.
1805	-	-	-	-	387.200	34.848	1820 - Rua Áurea 178-
-	-	-	-	-	-	-	180.
1810	Francisco	-	-	-	337.800	30.400	SIG: 48.001.09.010.001
1815	Eloy Pereira	-	-	-	426.800	38.412	Obra: 25066
1820	de Freitas	-	-	-	426.800	41.652	MVV: 3
1825	-	-	-	-	436.400	39.276	Pisos: R/C+3P+1P
-	-	-	-	-	-	-	vc+AF.
1830	Herdeiros de	-	-	-	434.400	39.096	Cobertura: Duas águas
1833	F. E. Pereira	-	-	-	375.200	33.768	com trapeira.
	de Freitas						Cimalha: Platibanda Varandas: No 1.º piso e, corrida, no 4.º, ambas em ferro forjado de fita. Escada: De dois laços sem bomba. O primeiro lança é em pedra.

							Fogos: 1/piso. Corredor curto. Chaminé: Na empena. Processos: 3128/SEC/PG/1939 5034/DMPGU/OB/1986.
1799	P.e António	-	-	-	424.800	38.232	2015 – Rua Áurea 234-242. 1820 - Rua Áurea 173-177. SIG: 48.001.09.005.001 Obra: 6712 O atual edifício não é habitacional, e é de tipologia eclética.
1800	Monteiro	-	-	-	534.400	48.096	
1805	Velho	Devoluta.	-	-	0	0	
-	-	Obras por	-	-	-	-	
-	-	incêndio	-	-	-	-	
-	-	que	-	-	-	-	
-	-	tiveram	-	-	-	-	
1810	-	-	-	-	668.000	60.122	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Bento	-	-	-	810.000	72.900	
1820	Ribeiro	-	-	-	794.000	71.460	
1825	-	-	-	-	858.800	77.292	
1830	-	-	-	-	750.800	67.572	
1833	-	-	-	-	735.600	66.204	
1799	P.e António	-	-	-	535.200	48.168	2015 – Rua Áurea 244-252; Rua de Santa Justa N.º 95-101. 1820/25 – Rua Travessa de Santa Justa 38-40. 1830/34 – Travessa de Santa Justa 38-40. SIG: 48.001.09.011.001 Obra: 24876 VER RUA TRAVESSA DE SANTA JUSTA, P. 188 MVV:5+4(Rua Santa Justa). <u>Até 1853:</u> Pisos: R/C+3P+AF. Cobertura: 4 águas com trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: No 1.º piso. Escada: Precedida por um arco de cantaria Dois lanços sem bomba, 1.º lanço em pedra. Fogos: 1/piso. Até a 1800 seriam dois prédios. Chaminé: Na parede posterior. <u>Após 1853:</u> Pisos: R/C+3P+1P vc+AF. Cobertura: 2 águas com trapeirões. Cimalha: Beirado sobre cornija.
1800	Monteiro	-	-	-	661.200	61.236	
1805	Velho	Devoluta.	-	-	0	0	
-	-	Obras por	-	-	-	-	
-	-	incêndio	-	-	-	-	
-	-	que	-	-	-	-	
-	-	tiveram	-	-	-	-	
1810	Caetana M.a	-	-	-	785.600	60.122	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Joze da	-	-	-	994.400	89.496	
1820	Costa	-	-	-	1.050.400	94.536	
1825	Novais	-	-	-	1.020.600	91.854	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	António da	-	-	-	739.600	66.564	
1834	Costa Novaes	-	-	-	648.800	19.464	



							<p>Varandas: No 1.º piso e varanda corrida nos 4.º e 5.º pisos.</p> <p>Escada: A partir do 1.º piso é de dois lanços com bomba estreita de gaveto. Vestígios de azulejos azuis e amarelos de flor.</p> <p>Fogos: 1/piso.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena.</p> <p>Processos: PT/AMLSB/CML/AD MG-E/08/0238 – mf. N.º020/98 7026/1.ªREP/PG/1892</p>
1799	Domingos	-	-	-	520.000	46.800	<p>2015 – Rua Áurea 254-258; Rua de Santa Justa 86-90.</p> <p>1815/20– Rua Travessa de Santa Justa 2.</p> <p>1833/34 – Travessa de Santa Justa 2.</p> <p>SIG: 48.001.02.003.001</p> <p>Obra: 15054</p> <p>VER RUA TRAVESSA DE SANTA JUSTA, P. 203.</p> <p>MVV: 3+4 (Rua Santa Justa).</p> <p><u>Até 1892:</u> Pisos: R/C+3P+1P vc+ AF. Cobertura: 4 águas com trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: No 1.º piso e, varanda corrida, no 4.º piso.</p> <p>Escada: Dois lanços sem bomba.</p> <p>Fogos: 2/piso, sem corredor.</p> <p>Chaminé: Na parede posterior.</p> <p><u>Após 1892:</u> Pisos: R/C+3P+1P vc+1P+AF. Cobertura: 2 águas com trapeiras. Cimalha: Platibanda</p> <p>Varandas: No 1.º piso e varanda corrida no 4.º piso.</p> <p>Escada: De dois lanços com bomba estreita de gaveto.</p>
1780	do Couto	-	-	-	524.800	47.232	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	Josefa	-	-	-	609.000	54.816	
1810	Tereza	-	-	-	557.200	50.148	
1815	-	-	-	-	736.000	66.240	
1820	-	-	-	-	648.800	61.632	
-	-	-	-	-	-	-	
1825	Francisco	-	-	-	648.000	58.320	
1833	Xavier	-	-	-	642.400	57.816	
1834	Vieira Ligo	-	-	-	621.600	18.648	

							Fogos: 2/piso com corredor curto. Arcada na loja. Chaminé: Na parede posterior. Processos: 7026/1.ªREP/PG/1892-
1790	Herdeiros de	-	-	-	753.600	67.824	2015 – Rua Áurea 260-272. 1820 – Rua Áurea 158-164. SIG: 48.001.02.012.001 Obra: 20 MVV: 7 <u>Até 1878:</u> Pisos: R/C+3P+1P vc+AF. Cobertura: Duas águas com trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: No 1.º piso e, corrida, no 4.º piso. Escada: 2 lanços sem bomba. Fogos: 2/piso, com corredor curto Chaminé: Na parede posterior. <u>Após 1878:</u> Pisos: R/C+3P+1P vc+AF. Cobertura: Duas águas com trapeiras. Cimalha: Platibanda. Varandas: No 1.º piso e, corrida, no 4.º piso. Escada: 2 lanços com bomba. Fogos: 2/piso, com corredor curto, 3 metros de pé-direito em todos os andares. Chaminé: Na parede posterior. Processos: 13/1.ªREP/PG/1878
1799	Domingos	-	-	-	753.600	67.824	
1805	José	-	-	-	896.600	80.694	
-	Fernandes	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1810	José Lino	-	-	-	867.800	78.120	
1815	Ferreira do	-	-	-	915.200	82.368	
1820	Valle	-	-	-	903.200	81.288	
1825	-	-	-	-	1.047.200	94.248	
1830	-	-	-	-	998.400	89.856	
1833	-	-	-	-	915.600	82.404	
1790	Herdeiros de	-	-	-	641.200	57.708	
1799	Domingos	-	-	-	641.200	57.708	
1805	José	-	-	-	771.400	69.420	
-	Fernandes	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1810	José da Cruz	-	-	-	764.800	68.832	
1815	-	-	-	-	836.400	75.296	
1820	-	-	-	-	623.600	56.124	
1825	-	-	-	-	868.400	78.156	
1830	-	-	-	-	880.200	79.218	
1833	-	-	-	-	793.800	71.442	

							Varandas: No 1.º piso e, corrida, no 4.º piso. Escada: 2 lanços sem bomba. Fogos: 2/piso, com corredor curto Chaminé: Na parede posterior. Processos: 9643/1.ªREP/PG/1923 1483/SEC/PET/1924
1780	Patriarcal	4	3	1	391.400	-	2015 – Rua Áurea 286-292; Praça D. Pedro IV 10-12. SIG: 48.001.02.011.001 Obra: 12441 Emparcelado com o prédio anterior.
1782	-	-	-	-	386.400	-	
1785	-	-	-	-	-	442.400	
1780	Patriarcal	7	3	1	503.200	Isenta	2015 – Rua Áurea 286-296; Praça. D. Pedro IV 10-12. 1820/25 – Rua Áurea 146-151. 1830/33 – Rua Áurea 146-151. SIG: 48.001.02.011.001 Obra: 12441 Emparcelado com o prédio anterior. MVV: Pisos: R/C+3P.+AF. Cobertura: Telhado germânico. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais em todos os vãos do 1.º andar que dão para a Rua Áurea e no só no vão central do 1.º andar que dá para a praça. As guardas são em balaústres de ferro forjado. Escada: Dois lanços por piso, sem bomba. Fogos: Dois por piso com 8 divisões e sem corredor. Chaminé: Na parede do saguão. Processos: 3150/DMPGU/OB/1972.
1799	-	-	-	-	551.200	-	
1800	-	-	-	-	-	Isenta	
1805	Manoel José	-	-	-	1.029.200	92.628	
1810	Ferreira	-	-	-	1.114.800	100.332	
1815	Campos	-	-	-	1.275.200	114.68	
1820	-	-	-	-	1.856.000	167.040	
1825	J. Ferreira	-	-	-	1.575.400	141.786	
1830	Campos	-	-	-	1.209.600	108.864	
1833	-	-	-	-	1.213.000	109.170	
<b>RUA NOVA DOS SAPATEIROS, lado oriental ou direito subindo de sul para norte</b>							
1805	Marcelino	-	-	-	313.600	28.224	2015 – Rua dos Sapateiros 50-54; Rua de São Nicolau 74-80.
1815	Ferreira de	-	-	-	-	-	
-	Azevedo	-	-	-	-	-	

-	-	-	-	-	364.600	32.814	1820 – Rua dos Sapateiros 100-101. SIG: 48.001.19.003.001 Obra: 34236 MVV: 3+4 (R. S. Nicolau) Pisos: R/C+3+1P. corrido de onde ressaltam os volumes das trapeiras.. Cobertura: Duas águas. Foi subida em 1922. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Só no quarto piso. Escada: Dois lanços sem bomba. Fogos: Um por piso, com nove divisões sem corredor. Sala quadrada, na esquina. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 6698/DAG/PG/1922;
1820	D. Joaquina	-	-	-	508.800	45.792	
1825	Theodora	-	-	-	374.400	33.696	
1830	Ferreira	-	-	-	309.600	27.864	
1833	-	-	-	-	-	-	
1799	Luís José Oliveira	-	-	-	241.600	21.744	2015 – Rua dos Sapateiros 56-62. 1820 – Rua dos Sapateiros 97-99. SIG: 48.001.19.010.001 Obra: 3924 MVV: 4 Foi reconstruído em 1994. Pisos: R/C+3P.+1P vc+1P.mansarda neopombalina. Cobertura: Duas águas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no primeiro andar e corrida no quarto. Guardas em balaústres de ferro. Escada: Dois lanços por piso, com bomba estreita Fogos: Um por piso com oito divisões. Chaminé: Na fachada posterior. Processos: 4604/SEC/PG/1933 1912/DMPGU/OB/1994.
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1800	D. Francisca	-	-	-	?	-	
1805	Maria Rosa de Oliveira	-	-	-	?	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	-	-	-	-	388.800	34.992	
1820	-	-	-	-	411.800	37.062	
1825	-	-	-	-	480.000	43.200	
1830	-	-	-	-	319.200	28.728	
1833	-	-	-	-	184.800	16.632	
1800	José Molina	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos Sapateiros 64-70.
1805	-	Incompleta	-	-	0	0	
-	-	-	-	-	-	-	

1815	António	-	-	-	100.000	9.000	1820 – Rua dos Sapateiros 95-96. SIG: 48.001.19.004.001 Obra: 19193 MVV: 4 Pisos: R/C+3P.+1P vc + Mansarda. O quarto andar foi ampliado em 1857, o quinto em 1900. Cobertura: Subida em 1900. Águas dobradas, com claraboia. Cimalha: Cornija em zinco moldado. Varandas: Individuais no primeiro andar e corrida no quarto. Guardas de ferro forjado em barra. Escada: Precedida por um arco duplo de cantaria. Primeiro lança em pedra. Dois lanços por piso, sem bomba até ao terceiro piso. Fogos: Arcadas no rés-do-chão. Um fogo por piso com cinco ou seis divisões. Chaminé: Na parede da empena. Processos: PT/AMLSB/CMLSB/A DMG-E/08/0469; 991/1.ªREP/PG/1900. 37362/DSC/PG/1946.
1820	Joaquim de	-	-	-	-	-	
-	Castro	-	-	-	-	-	
1825	-	-	-	-	68.000	8.640	
1830	José Esteves	-	-	-	100.000	9.000	
1833	Alves	-	-	-	100.000	9.000	
1800	Joaquim dos	-	-	-	230.400	20.736	2015 – Rua dos Sapateiros 72-80. 1820 – Rua dos Sapateiros 92-94. SIG: 48.001.19.011.001 Obra: 1451 MVV: 5 Pisos: R/C+3P+1P vc+AF. Cobertura: Duas águas com dois trapeirões em cada e claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos das lojas: Alternam os lintéis tripartidos com os de arco de círculo. Varandas: Individuais no primeiro andar e corrida no quarto. Guarda em ferro forjado em barra.
1805	Santos	-	-	-	689.600	62.064	
1815	-	-	-	-	710.800	63.972	
1820	-	-	-	-	624.400	56.196	
1825	-	-	-	-	-	-	
1830	António	-	-	-	544.200	48.978	
1833	Urbano de Faria	-	-	-	535.200	48.168	

							Escada: Antecedida por um arco duplo de cantaria lavrada. Até ao primeiro andar é em cantaria, sem bomba, depois tem uma bomba estreita. Fogos: No rés-do-chão há arcadas. Há dois fogos por piso com seis divisões e um pequeno corredor. Chaminé: Na parede de separação dos fogos, atrás da caixa de escada. Processos: 14914/DSC/PG/1945 18752/DSC/PG/1945
1799	António	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos Sapateiros 82-86.
-	Fragoso	-	-	-	-	-	1820 – Rua dos Sapateiros 90-91.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.19.005.001
1800	José dos	-	-	-	211.600	19.044	Obra: 29077
1805	Santos	-	-	-	-	-	Em 2002 foi
1815	-	-	-	-	317.200	28.548	interiormente demolido e emparcelado com o prédio da Rua Augusta 137-145
1820	-	-	-	-	425.600	38.304	MVV: 5
1825	-	-	-	-	427.600	38.484	Pisos: R/C+3P.+1P vc+AF.
1830	-	-	-	-	374.800	33.732	Cobertura: Duas águas com trapeirões.
1833	-	-	-	-	355.600	32.000	Cimalha: Beirado sobre cornija.
							Vãos do R/C: Alternam os lintéis em arco com os tripartidos.
							Varandas: Individuais no primeiro andar e corrida no quarto.
							Escada: A escada primitiva era de dois lanços por piso.
							Fogos: Um por piso com 7 divisões e um pequeno corredor.
							Chaminé: Numa das paredes de empena.
							Processos: 6789/1.ª REP/PG/1910 394/DMPGU/PGU/2002
1799	António	-	-	-	259.200	23.328	2015 – Rua dos Sapateiros 88-96; Rua da Vitória 57-63.
-	Fragoso	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.19.012.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 39353
1800	Francisco da	-	-	-	144.000	12.960	
-	Silva	-	-	-	-	-	

-	-	-	-	-	-	-	VER TRAVESSA DA
1805	Jozé Alves	-	-	-	?	?	VICTORIA, P.185.
1815	Branco	-	-	-	674.800	60.732	MVV: 5+4 (R. a
-	-	-	-	-	-	-	Vitória)
1820	Herdeiros de	-	-	-	923.200	83.088	Pisos: R/C+3P+1P.
-	José Alves	-	-	-	-	-	Vc+AF com trapeirões.
-	Branco	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
-	-	-	-	-	-	-	geometria complexa,
1825	Maria	-	-	-	971.600	87.444	resultante da interseção
1830	Clemência	-	-	-	747.200	67.248	de quatro águas com as
1833	-	-	-	-	732.800	65.952	duas águas de dois
							trapeirões.
							Cimalha: Beirado sobre
							cornija.
							Vãos: No terceiro andar
							ainda tinham, em 2004,
							caixilhos de guilhotina.
							Varandas: Individuais,
							no primeiro andar que
							dá para a Rua dos
							Sapateiros, e corridas
							nos pisos 4 e 5.
							Escada: Separada do
							átrio por um arco duplo
							de cantaria. De três
							lanços por piso e
							bomba larga,
							retangular. O primeiro
							lanço de degraus é em
							pedra. Nas paredes há
							um lambril de azulejos
							marmoreados num azul
							muito claro com
							cercadura de desenho
							linear do tipo sombra
							chinesa, em azul-
							escuro, representando
							grinaldas. Rodapé de
							azulejos marmoreados a
							castanho manganés.
							Fogos: Há arcadas nas
							lojas. Dois fogos por
							piso com 5/6 divisões.
							Chaminé: Encastradas
							nas paredes que
							confinam com o
							saguão.
							Processos:
							8204//PET/1932
							46106/DAG/PG/1947
							734/DMPGU/OB/1977
1815	Anna Maria	-	-	-	1.245.200	112.068	2015 – Rua dos
1820	Fernandes	-	-	-	1.317.000	118.530	Sapateiros 98-104; Rua
1825	de Oliveira	-	-	-	1.317.000	118.530	da Vitória, 66-80; Rua
1833	Grijó	-	-	-	1.124.800	101.232	Augusta, 157-171.
1834	-	-	-	-	1.375.200	41.256	1830/34 – Travessa da
							Victoria 9-12.
							SIG:
							48.001.16.004.001
							Obra: 426

							<p>VER TRAVESSA DA VICTÓRIA, P.183.</p> <p>Em 1815 o prédio figura associado ao da rua Augusta 157-171 que lhe é contíguo.</p> <p>Emparcelado com o prédio contíguo da Rua da Vitória e da Rua Augusta. Alteração de interior e exterior em 1905 para instalação do armazém Casa Africana.</p> <p>MVV: 4+3 (R. da Vitória) na parcela primitiva.</p> <p>Pisos: R/C+3+AF.</p> <p>Cobertura: Duas águas com três trapeiras.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: Não tem.</p> <p>Escada: Usava a escada do edifício contíguo, na Rua da Vitória, o qual veio a incorporar. Era de dois lanços por piso, sem bomba.</p> <p>Fogos: Inicialmente, um por piso, com oito ou nove divisões, sem corredor. Tinha arcadas no piso térreo.</p> <p>Chaminé: Numa parede de empena.</p> <p>Processos:</p> <p>2630/1.ªREP/PG/1905.</p> <p>4114/DAG/PG/1953; P.8.</p> <p>1740/DMPGU/OB/1976.</p>
1771	Dez. or João	?	3	1	287.000	25.830	<p>2015 – Rua dos Sapateiros 106-118.</p> <p>1820 – Rua dos Sapateiros 87-89.</p> <p>SIG: 48.001.16.006.001</p> <p>Obra: 42873</p> <p>Dois prédios que a partir de 1805 são emparcelados num só, sendo então construído o prédio a sul que usará a caixa de escada do outro.</p> <p>MVV: 7</p> <p>Pisos: R/C+3+AF.</p> <p>Cobertura: Duas águas com três trapeiras.</p>
1773	Fernandes	2*	3	1	268.000	24.120	
1774	de Oliveira	2	3	1	273.000	24.570	
1780	-	2	3	1	289.000	26.010	
1782	-	-	-	-	279.000	25.110	
1785	-	-	-	-	346.000	31.140	
-	-	-	-	-	-	-	
1799	Herdeiros do	-	-	-	355.200	31.968	
1800	Dez. João	-	-	-	355.200	31.968	
1805	Fernandes	-	-	-	242.000	21.780	
-	de Oliveira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	Herdeiros do	-	-	-	543.400	45.108	
-	Dez. João	-	-	-	-	-	
-	Fernandes	-	-	-	-	-	
-	de Oliveira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815		-	-	-	501.200	45.108	



1820	Anna Maria	-	-	-	728.200	65.538	Cimalha: Beirado sobre cornija.
-	Fernandes	-	-	-	-	-	Vãos R/C: Lintéis
-	de Oliveira	-	-	-	-	-	tripartidos alternam
-	Grijó	-	-	-	-	-	com arcos de círculo.
1825	-	-	-	-	491.000	44.190	Em 2004 ainda se
1830	José	-	-	-	491.000	44.190	mantinham os caixilhos
1833	Germano	-	-	-	341.000	30.690	de guilhotina em todas
	Fernandes						as janelas.
	de Oliveira						Varandas: Não tem
	Grijó						Escada: Separada do
							átrio por um arco duplo
							em cantaria. É de dois
							laços sem bomba, por
							piso. Até ao primeiro
							andar é em pedra, e tem
							lambril de azulejos
							azuis e brancos com
							motivo de flor com
							quatro folhas e
							cercadura de acantos
							espiralados.
							Pé-direito (metros):
							Loja-3.45; 1.º andar -
							3.52; 2.º andar - 3.52;
							3.º andar - 3.50.
							Fogos: Dois por piso,
							com quatro ou cinco
							divisões. Na loja havia
							arcadas.
							Chaminé: Na fachada
							posterior.
							Processos:
							2832/DAG/PG/1965
							460/DMPGU/OB/1978.
?	Dez. or João	-	-	-	-	-	2015 – Rua dos
-	Fernandes	-	-	-	-	-	Sapateiros 120-128.
-	de Oliveira	-	-	-	-	-	1820 – Rua dos
-	-	-	-	-	-	-	Sapateiros 80-83.
-	Herdeiros do	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.16.005.001
-	Dez. João	-	-	-	-	-	Obra: 10618
-	Fernandes	-	-	-	-	-	MVV: 4
-	de Oliveira	-	-	-	-	-	Estava associado ao
-	-	-	-	-	-	-	prédio seguinte. Em
-	Anna Maria	-	-	-	-	-	1857 tinha só o rés-do-
-	Fernandes	-	-	-	-	-	chão, o que se
-	de Oliveira	-	-	-	-	-	comprova pelo projeto
-	Grijó	-	-	-	-	-	de ampliação.
-	-	-	-	-	-	-	Os proprietários eram
1857	Cristóvão	3	-	-	-	-	os mesmos dos prédios
	António						do mesmo quarteirão
							que têm frente para a
							rua Augusta, visto que
							as fachadas posteriores
							quase se tocam, o que
							só acontece nesse caso.
							Pisos: R/C+3P.+1P.vc+
							grande trapeirão.
							Cobertura: Telhado de
							quatro águas sobre o

							<p>trapeirão. Tem claraboia.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Individuais no 1.º andar, corridas no 4.º e 5º.  Escada: Não há registos da escada primitiva.  Fogos: Não há elementos desenhados  Chaminé: Sem informação.  Processos: Sem elementos.</p>
?	Anna Maria Fernandes de Oliveira Grijó	-	-	-	-	-	<p>2015 – Rua dos Sapateiros 130-144; Rua da Assunção 71-77.  1820 – Rua Nova dos Sapateiros 80-83  SIG: 48.001.16.007.001  Obra: 7769  VER RUA TRAVESSA DA ASSUMPCÃO, P. 175  MVV: 8+4 (Rua da Assunção)  Pisos: R/C+1P+Grande trapeirão.  Cobertura: Duas águas com um trapeirão corrido.  Cimalha: Cornija.  Varandas: Individuais no 1.º andar, com guarda de ferro forjado em barra.  Escada: Separada do átrio por um arco. Dois lanços por piso, sem bomba. Até ao 1.º andar é em pedra. Guarda em alvenaria com corrimão de madeira entalhada formando remate em volutas. Lambrim de azulejos neoclássicos, padronados e policromáticos, de grinalda, com cercadura simulando cetim amarelo e rodapé marmoreado a azul.  Fogos: Um único, no primeiro andar, com quinze divisões. No R/C, em 2004, ainda havia arcadas e pavimento lajeado.</p>

							Chaminé: Na parede da fachada posterior. Processos: 9477/SEC/PG/1921
1799	António dos Santos	Telheiro devoluto	-	-	0	0	2015 - Rua dos Sapateiros 158-158A; Rua da Assunção 74.
1800	-	-	-	-	38.400	3.456	1830/33 – Rua da Assumpção 77/79.
1805	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.10.004.001
1815	-	-	-	-	78.000	7.020	Obra: 28
1820	-	-	-	-	840.000	75.636	VER RUA
1825	-	-	-	-	640.400	57.630	TRAVESSA DA ASSUMPÇÃO P. 162.
1830	-	-	-	-	612.400	55.116	Anexado ao prédio contíguo a norte, em 2000.
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 4+2 (Rua da Assunção)
1833	Manuel dos Santos	-	-	-	409.600	36.864	Pisos: R/C+3P+1P.vc+ Mansarda (4.º e 5.º andares acrescentados em 1891). Cobertura: Águas dobradas. Cimalha: Cornija de zinco moldado. Varandas: Individuais no 1.º andar e corridas no 4.º e 5.º. Guardas em balaústres metálicos no 1.º andar e em ferro forjado de barra nos últimos andares. Escada: A primitiva era de dois lanços por piso sem bomba, alinhada com o terceiro vão e com janelas para a rua. A atual é de dois lanços por piso com degraus em leque e recuada. O átrio foi ocupado com comércio em 1937. Fogos: Inicialmente havia um por piso com sete divisões e sem corredor. Sala quadrada na esquina. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 5761/1.ªREP/PG/1891
1799	Manuel Gonçalves de Aguiar	Incompleta			0	0	1820 – Travessa da Assunção 74-76.
1800	-	-			0	0	2015 – Rua dos Sapateiros 158-158A;
-	-	-			-	-	Rua da Assunção 74.
-	-	-			-	-	1820/33 – Rua dos Sapateiros 74-76.
1805	Manuel José Gonçalves	-			?	?	
1815	-	-			600.000	54.000	
1820	-	-			744.000	66.960	

1825	Joaquim dos	-			612.000	55.080	SIG: 48.001.10.004.001
1830	Santos e	-			580.800	52.272	Obra: 28
1833	José dos Santos				409.600	36.864	VER RUA TRAVESSA DA ASSUMPTÃO, P. 189. MVV: 3 Pisos: R/C+3P+1P.vc+ Mansarda (4.º e 5.º andares acrescentados em 1891). Cobertura: Águas dobradas. Cimalha: Cornija de zinco moldado. Varandas: Individuais no 1.º andar e corridas no 4.º e 5.º. Guardas em balaústres metálicos no 1.º andar e em ferro forjado de barra nos últimos andares. Escada: Não está documentada. Fogos: Não estão documentados. Chaminé: Não está documentada. Processos: 636/DMPGU/OB/2000- T.1;P.84.
1799	Um mineiro	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos
1800	-	“	-	-	0	0	Sapateiros 160-166.
-	-	-	-	-	-	-	1820 – Rua dos
1805	Domingos	-	-	-	0	0	Sapateiros 72-73.
1815	Alves dos	-	-	-	236.000	21.240	2015 – Rua dos
1820	Rios	-	-	-	216.000	37.440	Sapateiros 160-166.
1825	-	-	-	-	515.200	46.368	SIG: 48.001.10.003.001
1830	-	-	-	-	515.200	46.368	Obra: 10615
1833	Estêvão José Alves	-	-	-	459.200	41.328	MVV: 4 Pisos: R/C+3P.+1P.vc+ 1trapeirão. Cobertura: Telhado de duas águas a que se sobrepões telhado de uma água do trapeirão. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º pisos e corridas no 4.º e no 5.º. Guardas de ferro forjado em barra. Escada: Separada do átrio por dois arcos de cantaria, é de dois lanços por piso, sem bomba, com guarda em alvenaria e corrimão em madeira rematado com volutas. Nos andares

							superiores tem bomba estreita. Os dois primeiros lanços são em pedra. No lambril há vestígios de azulejos neoclássicos de grinalda em azul sobre fundo branco, do tipo sombra chinesa. Fogos: Um por piso, com nove ou dez divisões. Chaminé: Na parede da fachada posterior. Processos: 2986/SEC/PET/193212 4/DSC/PG/1945 13/DCEOD/PH/2001; pp. 26-29.
1899	António	1 (ocupa o	-	-	33.600	3.024	2015 – Rua dos
1800	Fragoso	senhorio)	-	-	33.600	3.024	Sapateiros 168-172.
1815	-		-	-	424.000	38.160	1830 – Rua dos
1820	-		-	-	411.600	37.044	Sapateiros 70-71.
1825	-		-	-	377.600	33.984	SIG: 48.001.10.009.001
-	-		-	-	-	-	Obra: 30970
1830	D. Lúcia				327.000	29.430	MVV: 3
1833	Quitéria de Carvalho Fragoso				342.800	30.852	Pisos: R/C+3P.+ 1P.vc+ 1P c.+ Mansarda. Cobertura: Águas quebradas com trapeiras revestidas a zinco. Cimalha: Cornija sobre beirado. Varandas: Corridas no quarto e sexto andares e individual no 5.º. Escada: Separada do átio por um arco amplo. É helicoidal. Fogos: Arcadas na loja. Um fogo por piso com seis ou sete divisões. Chaminé: Na loja, está na parede da fachada posterior. Nos andares estão na parede da empena. Processos: 44912/DSC/PG/1939- T.1;P.6. 3578/DMPGU/OB/198 6-T.1;P.4
1799	António	-	-	-	259.200	23.328	2015 – Rua dos
1800	Fragoso	-	-	-	256.200	23.868	Sapateiros 174-178;
1805	-	-	-	-	?	?	Rua Augusta 233-241.
1815	-	-	-	-	232.000	20.880	1820 – Rua dos
1820	-	-	-	-	411.600	37.044	Sapateiros 68-69.
1825	-	-	-	-	377.600	33.984	SIG:

- 1830 1833	- D. Lúcia Quitéria de Carv.º Fragoso	- - -	- - -	- - -	- 327.000 342.800	- 29.430 30.852	48.001.10.005.001 Obra: 32 Foi demolido e o terreno emparcelado com os dos prédios contíguos a norte e a nascente. Foi no seu lugar construído um edifício de serviços, de tipologia eclética, com projeto de Norte Júnior datado de 1919.
1773 1774 1780 1782 1785 1799 1800 - 1805 1815 1820 1825 1830 - 1833	J. Frederico Ludovice - - - - - Manoel Ferreira Gracez - - - D. Gertrudes Magna Gracêz Freire	3 4 2 - - - - - - - - - - -	3 3 3 - - - - - - - - - -	1 1 1 - - - - - - - - -	372.000 353.800 284.800 284.800 284.800 341.800 341.800 - 760.800 373.600 780.800 312.000 448.800 - 448.800	33.500 31.842 25.632 25.632 25.632 30.762 30.762 - 68.472 33.624 70.272 28.080 40.392 - 40.392	2015 – Rua dos Sapateiros 174-178; Rua Augusta 233-241. 1820/25 – Rua Nova dos Sapateiros 64-67. 1833/34 – Rua dos Sapateiros 64-67. SIG: 48.001.10.005.001  Obra: 32 Foi demolido e o terreno emparcelado com os dos edifícios contíguos a sul s a nascente. Foi no seu lugar edificado um prédio de serviços, de tipologia eclética com projeto de Norte Júnior datado de 1919.
1799 1800 1805 - 1815 1820 1825 - 1833 1834	José Luiz de Sousa Braga - - José António de Sousa - - José António Lisboa	- - - - - - - - -	- - - - - - - - -	- - - - - - - - -	325.200 332.400 ? - 566.000 738.600 644.600 - 347.200 373.600	29.916 29.268 ? - 50.940 66.474 58.014 - 31.248 11.208	2015 – Rua de Santa Justa, 79-85; Rua dos Sapateiros 186-190. 1820/25 – Rua Travessa de Santa Justa 33-34. 1833 – Travessa de Santa Justa 33-33C. SIG: 48.001.10.001.001 Obra: 5898 VER RUA TRAVESSA DE SANTA JUSTA, P. 187 MVV: 4+4(Rua de santa Justa) Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF Cobertura: Telhado de duas águas com duas trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos das lojas: Alternam os lintéis tripartidos com os de arco de círculo.

							Varandas: Corrida no 4.º andar e individual no 5.º, com guardas de ferro forjado em barra. Escada: De dois lanços por piso, sem bomba, com guarda de alvenaria e corrimão em madeira de remate simples. Fogos: Um por piso, com oito divisões sem corredor. Pé-direito: Loja - 2.75; 1.º andar - 3.65; 2.º andar - 3.55; 3.º andar - 3.30; 4.º andar - 2.70. Chaminé: Na parede posterior. Processos: 18011/SEC/PET/1934-T.1;P.4.
1763	Conde de Povolide	3	0	0	-	-	2015 – Rua Augusta, 253-269; Rua de Sta. Justa, 66-76; Rua dos Sapateiros, 194-216.
-	José Atayde e Mello	-	-	-	-	-	1820 – Rua de Sta. Justa 6.
-	-	-	-	-	-	-	SIG:
1765	Jozé Rodrigues	5	1	0	?	90.000	48.001.02.016.001
1766	Bandr. <sup>a</sup>	5	1	0	1.000.000	90.000	Obra: 33
1767	(Presidente da Junta do	5	3	1	990.400	89.136	VER RUA AUGUSTA,
1770	Comércio e	5	3	1	999.600	90.000	P. 82; RUA
1771	Cavaleiro da	5	3	1	918.400	82.656	TRAVESSA DE
1773	Ordem de	5	3	1	968.400	87.156	SANTA JUSTA, P.
1774	Cristo ?)	-	-	-	-	-	205.
-	-	-	-	-	-	-	Hotel Francfort
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 9+8 Rua de
1780	Herdeiros de	5	3	1	958.800	86.292	Santa Justa+9 Rua dos
1782	José Rodrigues	-	-	-	958.800	86.292	Sapateiros (+3)
1785	Bandeira	-	-	-	-	-	<u>Até 1977:</u>
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P+AF
1799	Mariana	-	-	-	954.800	85.932	Cobertura: 2 águas.
1800	Joaquina	-	-	-	1.209.800	108.882	Cimalha: Beirado sobre
-	Bularte	-	-	-	-	-	cornija.
-	Dique	-	-	-	-	-	Varandas: 1.º Piso.
-	-	-	-	-	-	-	Escada: Um lanço e
1805	José António	-	-	-	1.733.800	156.042	corredor lateral, sem
1810	Gomes	-	-	-	370.000	33.300	bomba.
1820	Ribeiro	-	-	-	1.956.000	176.040	Fogos: 1/piso.
1825	-	-	-	-	2.044.000	183.960	Chaminé: Na parede da
1833	-	-	-	-	1.496.000	134.640	fachada posterior.
1834	-	-	-	-	1.456.000	43.680	<u>Após 1977:</u>
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P.+1 P.
1940	Condessa de Casal Ribeiro	-	-	-	-	-	mansarda.
							Cobertura: 2 águas.
							Cimalha: Cornija.
							Varandas: 1.º e 4.º
							Pisos.

							Escada: Três lanços e bomba larga. Fogos: Unidade hoteleira. Chaminé: Não está documentada. Processos: 1208/DMPGU/OB/1977
1773	José	?	2	0	80.000	7.200	2015 – Rua dos Sapateiros 218-224 SIG: 48.001.02.001.001 Obra: 37783 Incorpora o prédio anterior. MVV: 4 Pisos: R/C+3P. Em 1911 o prédio só tinha dois andares. Cobertura: Duas águas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Não tem. Apenas vãos rasgados até ao piso com uma guarda de varões de ferro. Escada: Não tem. O acesso faz-se pelo prédio contíguo, a norte. Fogos: As paredes divisórias interiores foram demolidas em 1911. Chaminé: Sem documentação. Processos: Sem documentação relevante.
1774	Rodrigues	?	2	0	80.000	7.200	
1780	Bandeira	?	2	0	8.800	2.592	
1782	-	-	-	-	28.880	2.592	
-	-	-	-	-	-	-	
1785	Herdeiros de José Rodrigues Bandeira	Toda devoluta	-	-	0	0	
-	-	-	-	-	-	-	
1773	José	2*	3	1	250.000	22.500	2015 – Praça Dom Pedro IV, 4-6; Rua dos Sapateiros, 226-232 1820 – Rua Nova dos Sapateiros 58-59. SIG: 48.001.02.001.001 Obra: 37783 Integrou o prédio anterior, contíguo a sul. MVV: 4+3 (Rossio) Pisos: R/C+3P+AF Cobertura: Telhado germânico, ou duplo. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: As janelas do terceiro andar ainda têm caixilhos de guilhotina. No piso térreo, os lintéis tripartidos
1774	Rodrigues	3+1	3	1	573.600	51.624	
1780	Bandeira	Armazém	3	1	595.200	53.568	
-	-	6	-	-	-	-	
1782	Herdeiros de José	-	-	-	449.600	49.140	
1785	Rodrigues	-	-	-	505.600	45.504	
-	Bandeira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1800	António	-	-	-	461.800	41.562	
1805	Joaquim	-	-	-	-	-	
1815	Bandeira	-	-	-	1.389.200	125.028	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Dez. José	-	-	-	2.702.000	242.180	
1825	Vicente	-	-	-	804.0001.7	162.360	
1830	Caldeira do	-	-	-	56.800	158.112	
1833	Cazal Ribeiro	-	-	-	1.413.200	127.188	



							<p>alternam com os lintéis em arco.  Varandas: Corrida no 4.º andar.  Escada: Separada do átrio por um arco de cantaria trilobado. É de dois lanços por piso sem bomba, guarda em parede de frontal e alvenaria de tijolo e corrimão de madeira com remate de patim recortado. Os primeiros lanços são em pedra. Um óculo oval recebe luz a partir do átrio.  Fogos: Um por piso com 7/8 divisões e corredor. Acesso a uma sala ampla sobre o Arco do Bandeira.  Chaminé: Na parede do saguão?  Processos: 5526/DSC/PG/1943-T.1;P.4.</p>
RUA NOVA DOS SAPATEIROS, lado ocidental de Norte para Sul							
1799	Igreja	-	-	-	446.400	Isento	<p>2015 – Rua dos Sapateiros 225-231; Praça D. Pedro IV, 7-9.  1830 – Rua dos Sapateiros 56-57.  SIG: 48.001.02.004.001  Obra: 13616  MVV: 4+3 (Rossio)  Pisos: R/C+3+1P.vc+AF.  Cobertura: Três águas com trapeiras.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Uma, individual no primeiro andar da fachada sobre o Rossio, com guarda de balaústres de ferro forjado. Varanda corrida no quarto andar, com guarda em ferro forjado em barra.  Escada: Separada do átrio por um arco de cantaria. O primeiro lanço é em pedra e não tem bomba. Acima do primeiro andar é de</p>
1800	Patriarcal	-	-	-	?	-	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	João Ferreira	-	-	-	1.002.800	90.252	
1820	Campos	-	-	-	1.406.000	126.540	
1825	-	-	-	-	1.342.000	120.780	
1830	-	-	-	-	970.000	87.300	
1833	-	-	-	-	1.027.200	92.448	

							dois lanços por piso com bomba estreita. Fogos: Dois por piso, cada qual com sete divisões e um corredor curto. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 11653/SEC/PET/1936
1799	António	lincompleta	-	-	12.000	1.080	2015 - Rua dos
1800	Gomes	-	-	-	12.000	1.080	Sapateiros 213-223.
-	Galvão	-	-	-	-	-	1830 - Rua dos
-	-	-	-	-	-	-	Sapateiros 53-55.
1815	Thomé de	-	-	-	716.000	64.440	SIG: 48.001.02.010.001
1820	Leão	-	-	-	600.200	54.018	Obra: 19217
1825	-	-	-	-	613.200	55.188	MVV: 6
1830	-	-	-	-	521.200	46.908	Pisos: R/C+3P+1P.vc
1833	-	-	-	-	553.600	49.824	Cobertura: Duas águas com trapeiras e uma claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais nos 1.º, 2.º e 4.º pisos. As varandas alternam com vãos rasgados sem sacada e guardas entre as ombreiras. Escada: Separada do átrio por um arco de pedra. Até ao primeiro andar é em pedra, de dois lanços sem bomba. Acima, tem bomba estreita, de gaveto. Fogos: Dois por piso, de oito divisões cada um, com corredor curto. Chaminé: Na parede meeira dos dois fogos, atrás da caixa de escada. Processos: 42916/DSC/PG/1939
1815	Gregório	-	-	-	60.000	5.400	2015 – Rua dos
1820	José da Silva	1	2	-	60.000	5.400	Sapateiros 203-211.
1825	-	Devoluto	-	-	0	0	1820 – Rua Nova dos
1830	-	-	-	-	144.000	12.960	Sapateiros 50-52.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.02.018.001
1833	Joaquim de	-	-	-	100.000	9.000	Obra: 33724
-	Paula	-	-	-	-	-	VER
-	Fialhos	-	-	-	-	-	MVV: 5
-	-	-	-	-	-	-	Pisos:
1891	José António	2	4	-	-	-	R/C+3P.+1P.vc+1P. amansardado+AF.
-	Cordeiro	-	-	-	-	-	O 4.º piso foi
-	-	-	-	-	-	-	construído em 1891 e o
1898	José Gomes	2	5	-	-	-	5.º piso em 1898.

							<p>Cobertura: Águas dobradas com trapeiras e uma claraboia.  Cimalha: Pala em folha de zinco.  Varandas: Individuais nos primeiro e segundo andares e corridas no quarto e no quinto.  Guardas em ferro forjado em barra.  Escada: Separada do átrio por um arco de cantaria. Até ao primeiro andar é em pedra, de dois lanços por piso, sem bomba. Acima tem bomba estreita, de gaveto.  Fogos: Dois por piso, cada um com 6/7 divisões e pequeno corredor. Arcadas no R/C.  Chaminé: Na parede divisória dos fogos, atrás da caixa de escada.  Processos:  2416/1.ªREP/PG/1898  28938/DSC/PG/1939</p>
1799	Gregório	2	3	1	120.000	10.800	2015 – Rua dos
1800	José da Silva	-	-	-	412.400	37.116	Sapateiros 193-201;
1815	-	-	-	-	328.800	29.592	Rua de Santa Justa 78-
1820	-	-	-	-	392.000	35.280	84.
-	-	-	-	-	-	-	1820 – Travessa de
1825	Anacleto	-	-	-	694.400	62.496	Santa Justa 3-5; Rua
-	José Luiz	-	-	-	-	-	Nova dos Sapateiros
-	-	-	-	-	-	-	48-49.
1833	António dos	-	-	-	672.000	60.480	SIG: 48.001.02.013.001
1834	Santos	-	-	-	518.800	15.564	Obra: 29849 VER RUA TRAVESSA DE SANTA JUSTA, P.204. MVV: 6+4 (R. Sta. Justa). Pisos: R/C+3P+1P.vc+AF. Cobertura: Quatro águas com dois trapeirões e claraboia. Cimalha: Platibanda. Nos vãos das lojas alternam os lintéis em arco de círculo com os de lintéis tripartidos. Varandas: Individuais no 1.º, e no 2.º andar. Corridas no 4.º e 5.º. Guardas de ferro

							<p>forjado em barra, formando desenhos de colunas, círculos e gregas.</p> <p>Escada: De três lanços por piso com bomba larga, quadrada.</p> <p>Primeiros lanços em cantaria com guarda de ferro forjado semelhante às das varandas mas fixada em prumos e rodapé de cantaria lavrada. Tem um lambrim constituído por azulejos policromos com motivos de flores, faixas esponjadas a azul e cercadura simulando bossas.</p> <p>Fogos: Numa loja ainda há arcadas. Um fogo por piso.</p> <p>Chaminé: Adossada à parede da empena.</p> <p>Processos: 18135/1.ªREP/PG/1920 62184/DAG/PG/1956</p>
1799	Manuel	-	-	-	494.400	44.496	<p>2014 – Rua dos Sapateiros 185-191; Rua de Santa Justa 87-93.</p> <p>1830/34 – Travessa de Santa Justa 34-37.</p> <p>1820/25 – Rua Travessa de Santa Justa 35-37;</p> <p>Rua Nova dos Sapateiros.</p> <p>SIG: 48.001.09.006.001</p> <p>Obra: 3210</p> <p>VER RUA TRAVESSA DE SANTA JUSTA, P. 180-181.</p> <p>MVV: 4+4</p> <p>Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF.</p> <p>Cobertura: Quatro águas com duas trapeiras.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º andares e corrida no 4.º. Guarda em ferro forjado de barra.</p> <p>Escada: De dois lanços por piso, sem bomba.</p>
1800	Lopes	-	-	-	500.400	47.736	
-	Confeiteiro	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Joze Pedro	-	-	-	584.000	52.560	
1820	Carqueija	-	-	-	616.400	55.476	
1825	-	-	-	-	602.400	54.216	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Herdeiros de	-	-	-	431.200	38.808	
1834	António	-	-	-	568.000	17.040	
	Joze da Silva						
	Carqueija						

							Fogos: Um por piso com sete divisões e corredor curto. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 9649/SEC/PG/1922
1799	Manuel	Em chão	-	-	0	0	2015 – Rua dos
1800	Lopes	Incompleta	-	-	0	0	Sapateiros 175-183.
-	Confeiteiro	-	-	-	-	-	1820 – Rua Nova dos
-	-	-	-	-	-	-	Sapateiros 42-46.
1815	Carlos	-	-	-	500.000	45.000	1830/33 - Rua Nova
1820	Fernandes	-	-	-	1.983.800	178.542	dos Sapateiros 43-46.
1825	do Couto	-	-	-	1.383.200	124.488	SIG: 48.001.09.007.001
1830	-	-	-	-	1.175.360	105.782	Obra: 15777
-	-	-	-	-	-	-	Este prédio e o
1833	Herdeiros de Carlos Frz. Do Couto	-	-	-	976.800	87.912	seguinte, que lhe era contíguo a sul, foram destacados em data indeterminada, sendo atualmente edifícios autónomos, mas com caixa de escada comum. MVV: 5 Pisos: R/C+3P+2P.vc. Cobertura: Duas águas. Cimalha: Beirado sobre aba revestida a zinco. Vãos: Nas lojas há alternância de lintéis em arco de círculo e lintéis tripartidos, sendo de aresta arqueada. Em 2004 ainda havia caixilhos de guilhotina nas janelas. Varandas: Individuais no 1.º andar e corridas no 4.º e no 5.º. Guarda em ferro forjado em barra. Escada: É comum ao prédio confinante a sul, hoje individualizado mas que era a metade esquerda do edifício. Dois lanços por piso com bomba estreita. Fogos: Arcadas no R/C. Inicialmente havia dois fogos por piso, cada qual com treze divisões. Depois do destaque, há apenas um fogo por piso. Chaminé: Adossada à parede da empena. Processos:

							50090/DAG/PG/19581 5777 14371/DAG/PG/1996
1799	Bernardo	Barraca	-	-	8.000	0.720	2015 – Rua dos Sapateiros 165-173. 1820 – Rua Nova dos Sapateiros 39-41. 1833 – Rua Nova dos Sapateiros 39-42. SIG: 48.001.09.002.001 Obra: 19197 Terá sido emparcelado com o prédio anterior que lhe é contíguo a norte, e com ele tem escada comum. MVV: 5 Pisos: R/C+3P+2P.vc. Cobertura: Duas águas com claraboia. Cimalha: Beirado sobre aba revestida a zinco. Vãos: Nas lojas há alternância de lintéis em arco de círculo e lintéis tripartidos. Em 2004 ainda havia caixilhos de guilhotina nas janelas. Varandas: Individuais no 1.º andar e corridas no 4.º e no 5.º. Guarda em ferro forjado em barra. Escada: É comum ao prédio confinante a sul. Dois lanços por piso sem bomba até ao 3.º andar. Acima, tem bomba estreita. Está separada do átrio por um arco de cantaria. Fogos: Arcadas no R/C. Um fogo por piso com 12/13 divisões, sem corredor. Chaminé: Adossada à parede da empena, atrás da caixa de escada. Processos: 9381/SEC/PET/1927. 13443/DAG/PG/1996
-	António	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1800	Manuel Lopes Confeiteiro	Incompleta	-	-	0	0	
1799	José Caetano	-	-	-	163.200	14.688	2015 – Rua dos Sapateiros 155-163. 1820/34 – Rua Nova dos Sapateiros 39-41-42. SIG: 48.001.09.008.001 Obra: 22186
1800	-	-	-	-	314.400	28.296	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	José	-	-	-	288.000	25.920	
1820	Cabanas	-	-	-	326.400	29.376	
1825	-	-	-	-	613.600	55.224	
1830	-	-	-	-	466.400	41.976	

1833	José Cabaney	-	-	-	472.000	42.480	Destacado do prédio anterior em data posterior a 1834. MVV: 5 Pisos: R/C+3P+2P.vc Cobertura: Duas águas com uma trapeira revestida a zinco e claraboia. Cimalha: Platibanda. Vãos: Nos do rés-do-chão alternavam lintéis tripartidos com lintéis em arco de círculo. Nas janelas do terceiro andar havia, em 2004, caixilhos de guilhotina. Varandas: Individuais no pisos 1 e 2, e corridas no 4.º e 5.º. Escada: Separada do átrio por um arco amplo de cantaria. Dois lanços por piso com bomba estreita, retangular. Até ao primeiro andar os degraus são em cantaria. Guarda em alvenaria com corrimão em madeira. Fogos: No rés-do-chão há arcadas. Não há elementos desenhados. Chaminé: S/dados. Processos: Sem dados relevantes.
1815	José Mendes	-	-	-	758.000	68.220	2015 – Rua dos Sapateiros 145-153; Rua da Assunção 82-88. 1820/34 – Rua Nova dos Sapateiros 34/38 SIG: 48.001.09.003.001 Obra: 8492 VER RUA TRAVESSA DA ASSUMPÇÃO, P. 189 MVV: 4+4 (R. da Assunção) Pisos: R/C+3P+1P.vc.+AF. Cobertura: Telhado de quatro águas com dois trapeirões e claraboia. Cimalha: Cornija e platibanda recuada. Vãos: Nos do rés-do-chão alternavam lintéis tripartidos com lintéis em arco de círculo. Nas
1820	Nogueira	-	-	-	787.600	70.884	
1825	-	-	-	-	675.600	60.804	
1830	-	-	-	-	-	-	
1833	-	-	-	-	506.000	45.540	
1834	-	-	-	-	617.600	18.528	

						<p>janelas do terceiro andar havia, em 2004, caixilhos de guilhotina.</p> <p>Varandas: Individuais no 1.º, no 2.º e no 5.º andar. Corridas no 4.º e 5.º. Guardas em ferro forjado em barra.</p> <p>Escada: Separada do átrio por um arco duplo de cantaria. De três lanços por piso com bomba larga, quadrada. Guarda de alvenaria com corrimão de madeira em “pescoço de cavalo” e com remate talhado formando volutas. Tem um lambrim de azulejos neoclássicos polícromos, padronados de flor e grinalda.</p> <p>Fogos: Um fogo por piso em 2007 com onze compartimentos e um pequeno corredor. Na esquina há uma sala ampla, de planta quadrada com parquet à francesa aplicada sobre o soalho. Nas salas havia lambrins de azulejos figurativos, neoclássicos e polícromos, representando cestos de flores cálices pássaros e laços, formando grinaldas entrelaçadas em linhas espiraladas, sobre fundo branco e cercadura esponjada a azul. Nas águas furtadas havia dois fogos.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena. A verga é reta e em quarto de círculo na ligação aos prumos. Toda a cozinha era revestida com azulejos padronados de flor e grinalda a azul sobre fundo branco.</p> <p>Processos: 50872/DAG/PG/1950; P.3.</p>
--	--	--	--	--	--	--



1799	Aniceto	-	-	-	801.000	72.090	2015 – Rua dos
1800	Pereira de	-	-	-	731.800	65.800	Sapateiros 135-143;
-	Almeida	-	-	-	-	-	Rua da Assunção 79-
-	-	-	-	-	-	-	85.
1815	Manuel	-	-	-	727.200	65.448	1820/34 – Rua Nova
1820	Gomes da	-	-	-	774.600	69.714	dos Sapateiros 33B-34.
-	Motta	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.15.007.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 11359
1825	Joze	-	-	-	733.600	66.024	VER RUA
-	Oliveira	-	-	-	-	-	TRAVESSA DA
-	Dias	-	-	-	-	-	ASSUMPÇÃO, P. 200.
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 5+4 (Rua da
1830	João	-	-	-	690.200	62.118	Assunção)
1833	Gonçalves	-	-	-	660.200	59.418	Pisos:
	Dias						R/C+3P.+1P.vc+AF.
							Cobertura:
							Complexa, resulta da
							interseção de um
							telhado de três águas
							com os de três
							trapeirões.
							Cimalha: Beirado sobre
							cornija.
							Varandas: Corrida no
							quarto andar.
							Escada: De dois lanços
							por piso, sem bomba.
							Guarda em alvenaria
							com corrimão em
							madeira com remate
							entalhado a formar
							volutas.
							Fogos: No R/C há
							arcadas. Há dois fogos
							por piso, um com nove
							divisões, o outro com
							seis.
							Chaminé: Na parede da
							caixa da escada.
							Processos:
							31698/DAG/PG/1943-
							Tomo 1; P.4.
							37066/DAG/PG/1953-
							Tomo 1; P.3.
1799	Francisco da	-	-	-	169.200	15.228	2015 – Rua dos
1800	Costa	-	-	-	169.200	15.228	Sapateiros 129-133.
1815	Chaves	-	-	-	264.400	23.796	1820 – Rua Nova dos
1820	-	-	-	-	336.400	30.276	Sapateiros 33B-34.
1825	-	-	-	-	321.600	28.944	SIG: 48.001.15.006.001
1830	-	-	-	-	208.800	18.792	Obra: 37054
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 3
1833	Jerónimo	-	-	-	181.600	16.344	Pisos: R/C+3P.+2P. vc.
	Francisco						Cobertura: De duas
	Nunes						águas com pequenas
							trapeiras revestidas a
							zinc.
							Cimalha: Beirado sobre
							cornija.
							Vãos: No piso térreo os
							lintéis tripartidos

							alternam com os de arco de círculo. Varandas: Corridas no 4.º e 5.º andares. Escada: Está separada do átrio por um arco duplo em cantaria. É de dois lanços por piso, sem bomba. Até ao primeiro andar, os degraus são em pedra. Fogos: Não há dados. Chaminé: Na parede da empena. Processos: O volume obra não contém dados relevantes.
1799	José de	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos Sapateiros 123-127. 1830/33 – Rua Nova dos Sapateiros 33-33A. SIG: 48.001.15.011.001 Obra: 28572 MVV: 3 Pisos: R/C+3P.+2P. vc. Cobertura: Telhado de duas águas com pequenas trapeiras revestidas a zinco. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: No piso térreo os lintéis tripartidos alternam com os de arco de círculo. Varandas: Corridas no 4.º e 5.º andares. Escada: A caixa de escada não encosta à fachada posterior. É antecedida por um arco de cantaria e um pórtico duplo também de pedra lavrada. Dois lanços por piso, sem bomba. Até ao primeiro andar os degraus são em pedra. Há vestígios de um lambril de azulejos esponjados e cercadura de flor e grinalda, do tipo sombra chinesa, tudo em azul , e rodapé marmoreado a manganés. Guarda em alvenaria com corrimão de madeira. Fogos: Um por piso, com sete divisões.
1800	Assunção	Incompleta	-	-	0	0	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	D.	-	-	-	388.800	34.992	
1820	Constança	-	-	-	381.600	34.344	
1825	Ritta Xavier	-	-	-	379.200	34.128	
-	de Carvalho	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1830	Gregório	-	-	-	359.600	32.364	
1833	José da Silva	-	-	-	345.600	31.104	

							Chaminé: Na parede da empena. Processos: 39394/DAG/PG/1952
1799	António José	-	-	-	341.600	30.744	2015 – Rua dos Sapateiros 111-121. 1820 – Rua Nova dos Sapateiros 28-32. SIG: 48.001.15.005.001 Obra: 1298 MVV: 6 Pisos: R/C+3P.+2P.vc+AF. Cobertura: Telhado de duas águas com onze trapeiras e claraboia. Cimalha: Platibanda. Vãos: No R/C os lintéis tripartidos alternam com os lintéis em arco de círculo. Espessura da Parede da fachada: R/C = 0,80m 1.º = 0,80m 2.º = 0,80m 3.º = 0,75m 4.º = 0,50m 5.º = 0,50m Varandas: Individuais no primeiro andar, corridas no 4.º e no 5.º. Guarda em ferro forjado em barra. Escada: Há um arco de cantaria no arranque do primeiro lanço. Três lanços por piso com bomba retangular. Primeiros degraus em pedra. Fogos: Dois por piso, cada qual com seis divisões. Há arcadas na loja. Pé-direito: R/C = 3,50m 1.º = 3,60m 2.º = 3,65m 3.º = 3,05m 4.º = 3,20m 5.º = 2,65m AF = 2,10m Chaminé: Na parede da empena. Processos: 11368/SEC/PG/1923
1800	de Oliveira	-	-	-	493.600	44.424	
1815	-	-	-	-	503.600	45.324	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	João	-	-	-	500.00	45.000	
1825	Henriques	-	-	-	789.200	71.028	
1830	-	-	-	-	686.400	61.776	
1833	-	-	-	-	401.600	36.144	
1799	Francisco	Incompleta	-	-	0	0	
1800	José Leal	-	-	-	331.200	29.808	
-	-	-	-	-	-	-	

-	-	-	-	-	-	-	1820 – Rua Nova dos Sapateiros 26-27.
1815	Francisco	-	-	-	297.600	26.784	SIG: 48.001.15.010.001
1820	Pereira da	-	-	-	259.200	23.328	Obra: 9880
1825	Guia	-	-	-	270.000	24.300	Foi incorporado no
-	-	-	-	-	-	-	prédio contíguo, a sul,
1830	Padre	-	-	-	212.400	19.116	em 1915.
1833	Joaquim	-	-	-	218.400	19.656	<u>Até 1915</u>
	Amaro						MVV: 3
	Pereira						Pisos: R/C+3P.+1P.vc.
							Cobertura:
							Telhado de duas águas.
							Cimalha: Beirado sobre cornija.
							Varandas: Individuais
							no 1.º e no segundo
							andares e corrida no 4.º.
							Escada:
							De dois lanços por piso,
							sem bomba, é em pedra
							até ao 1.º andar.
							Fogos: Um por piso
							com 6 divisões.
							Chaminé: Na parede da
							empena.
							Processos:
							18879/SEC/PET/1933-
							T.1;P. 4.
							6889/1.ªREP/PG/1915.
							2002/1.ªREP/PG/1904.
1799	Joaquim	Incompleta	-	-	0	0	2015 - Rua dos
1800	José de	Incompleta	-	-	0	0	Sapateiros 97-119; Rua
-	Barros	-	-	-	-	-	da Vitória 88.
-	-	-	-	-	-	-	1820 – Rua da Vitória
1815	Herdeiros de	-	-	-	521.200	46.908	N.º 6-8.
1820	Joaquim	-	-	-	414.000	37.260	SIG: 48.001.15.010.001
1825	José de	-	-	-	619.000	55.728	Obra: 9880
-	Barros	-	-	-	-	-	VER TRAVESSA DA
-	-	-	-	-	-	-	VICTORIA, P. 171.
1833	Dez. José	-	-	-	452.000	40.680	Incorporou o prédio
1834	António da	-	-	-	460.800	13.824	contíguo, a norte, em
	Silva						1915.
	Pedroza						<u>Até 1915</u>
							MVV: 4+4 (R. da
							Vitória)
							Pisos: R/C+3P.+1P.vc.
							Cobertura:
							Complexa. Telhado de
							quatro águas com dois
							trapeirões.
							Cimalha: Cornija.
							Varandas: Individuais
							no 1.º, 2.º e 5.º andares
							e corrida no 4.º.
							Escada:
							De dois lanços por piso,
							sem bomba, é em pedra
							até ao 1.º andar.
							Fogos: Um por piso
							com 8/9 divisões.

							Chaminé: Na parede da empena. Processos: 2002/1.ªREP/PG/1904. 6889/1.ªREP/PG/1915. 18879/SEC/PET/1933-T.1;P. 4.
1799	José	-	-	-	556.400	50.076	2015 – Rua dos
1800	Francisco da	-	-	-	710.000	63.900	Sapateiros 87-95; Rua
-	Silva	-	-	-	-	-	da Vitória 65-71.
-	-	-	-	-	-	-	1820 – Rua Nova dos
1815	Silvério	-	-	-	708.800	63.792	Sapateiros 23-25.
-	Dally	-	-	-	-	-	SIG:
-	-	-	-	-	-	-	48.001.18.005.001
1820	Maria	-	-	-	806.800	72.612	Obra: 17447
1825	Joaquina	-	-	-	792.400	71.316	VER TRAVESSA DA
1830	Dally	-	-	-	652.000	58.680	VICTORIA. P. 186.
1833	-	-	-	-	533.200	57.988	MVV: 5+4 (Rua da Vitória)
							Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF. Cobertura: Complexa. Telhado de quatro águas com quatro trapeiras e claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: No R/C os lintéis curvos alternam com os tripartidos, e há uns elementos de cantaria que os unem às bases das varandas do 1.º andar. Varandas: Individuais no 1.º, 2.º e 5.º andares e corrida no 4.º. Gradeamentos em ferro forjado em barra, formando gregas. Escada: Está separada do átrio por um arco duplo, de cantaria, onde há um registo de azulejos representando os santos protetores a azul, inseridos em medalhões policromos de iconografia neoclássica. É de três lanços por piso, de bomba larga, quadrada, com guarda em ferro fundido e corrimão de madeira formando pescoço de cavalo. Tem um lambrim de azulejos padronados de flor e grinalda, policromos com cercadura azul.

							Fogos: Há arcadas na loja. Um fogo por piso com nove/dez divisões. Dois fogos nos andares de cima. Chaminé: Na empena. Processos: 13130/DAG/PG/1964-T.1;P.4.
1799	António dos	-	-	-	115.200	10.368	2015 – Rua dos
1800	Santos	-	-	-	115.200	10.368	Sapateiros 81-85.
1815	-	-	-	-	134.400	12.116	1820 – Rua dos
1820	-	-	-	-	494.200	44.478	Sapateiros 21-22.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.18.009.001
1825	José dos	-	-	-	460.800	41.472	Obra: 9042
1830	Santos	-	-	-	376.800	33.912	MVV: 3
1833	-	-	-	-	289.600	26.064	Pisos: R/C+3+2P.vc+AF. Cobertura: Telhado de duas águas com três trapeiras e claraboia. Cimalha: Platibanda. Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º andares. Corrida no 4.º e no 5.º. Escada: Um pórtico de cantaria separa a escada do átrio. É de dois lanços por piso sem bomba e em pedra, até ao 1.º andar. Acima, a escada é em leque com bomba de gaveto. Fogos: Um por piso com seis divisões. Chaminé: Na parede da empena, atrás da caixa de escada. Processos: 54754/DSC/PG/1940; P.2.
1799	José Molina	-	-	-	142.000	12.780	2015 – Rua dos
1800	-	-	-	-	170.800	15.372	Sapateiros 69-79.
-	-	-	-	-	-	-	1820 – Rua Nova dos
-	Francisco	-	-	-	-	-	Sapateiros 17-20.
1815	José de	-	-	-	910.000	81.900	SIG: 48.001.18.008.001
1820	Almeida	-	-	-	623.000	56.070	Obra: 21375
-	-	-	-	-	-	-	Resulta da união de dois prédios de 3 MVV.
-	D. Maria	-	-	-	-	-	Na cozinha persiste um troço da parede divisória.
1825	Bárbara	-	-	-	190.000	71.100	MVV: 6
1830	Benedita de	-	-	-	690.000	62.100	Pisos: R/C+3P.+2P.vc. Cobertura: Telhado de duas águas com seis trapeiras, um trapeirão e claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija.
1833	Almeida	-	-	-	530.000	47.700	

							Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º pisos e corrida no 4.º e 5.º. Escada: Está separada do átrio por um arco duplo em cantaria. Dois lanços por piso, sem bomba. Até ao 1.º andar os degraus são em pedra. A guarda é em alvenaria com corrimão de madeira torneada no remate. Tem um rodapé de azulejos marmoreados amarelos com cercadura esponjada a verde. Fogos: Um por piso, com 13 divisões. Chaminé: Na parede da fachada posterior e na antiga parede meeira. Processos: 26736/DAG/PG/1967
1799	José Molina	-	-	-	200.000	18.000	2015 – Rua dos
1800	-	-	-	-	213.600	19.224	Sapateiros 57-67
-	-	-	-	-	-	-	1820 – Rua Nova dos
1815	D. Anna	-	-	-	276.000	24.840	Sapateiros 13A-16.
1820	Gertrudes	-	-	-	365.200	32.868	SIG: 48.001.18.002.001
1825	Rosa	-	-	-	243.200	21.888	Obra: 29263
-	-	-	-	-	-	-	Emparcelado com o
1830	Inácio	-	-	-	692.800	62.352	prédio seguinte e com o
1833	Rufino de Almeida	-	-	-	516.000	46.440	da Rua Áurea, em 1967. <u>Até 1967</u> MVV: 6 Pisos: R/C+3P.+1Pvc+1P. amansardado . Cobertura: De duas águas com claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º andares. Corridas no 4.º e no 5.º. Escada: Três lanços por piso com bomba larga, quadrada. Fogos: Dois fogos por piso, com 7/8 divisões. Chaminé: Na parede da fachada posterior. Processos: 40900/DAG/PG/1967-T.1; P.8-13.
1799	José dos Santos	-	-	-	76.000	6.912	2015 – Rua dos
-	-	-	-	-	-	-	Sapateiros 55; Rua de
-	-	-	-	-	-	-	São Nicolau 88-96; Rua
1820	-	-	-	-	1.704.000	153.360	Áurea 116.

1825	Herdeiros do	-	-	-	1.612.400	145.116	1820 – Travessa de S. Nicolau 3-8.
-	Dez. J.e	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.18.006.001
-	Germano de	-	-	-	-	-	Obra: 27280
-	S.ta Martha	-	-	-	-	-	VER RUA ÁUREA, P.
-	-	-	-	-	-	-	20; TRAVESSA DE
1833	Joaquim	-	-	-	1.401.200	126.108	SÃO NICOLAU, P.
1834	José Santa	-	-	-	1.398.600	41.958	162.
	Martha						Emparcelado com o
	Vadrede						prédio anterior e com o
	Mesquita e						da Rua Áurea, em
	Melo						1967.
							<u>Até 1924</u>
							MVV: 4+8(Rua de S.
							Nicolau) +4 (Rua dos
							Sapateiros).
							Pisos:
							R/C+3P.+1Pvc.+1P. de
							mansarda.
							Cobertura: Telhado de
							duas águas.
							Cimalha: Cornija
							revestida a zinco.
							Varandas: Individuais
							nos 1.º e 2.º andares e
							corridas no 4.º e 5.º.
							Escada: De três lanços
							e bomba estreita.
							Fogos: Dois por piso,
							com 10/11 divisões, e
							corredor.
							Chaminé: S/dados.
							Processos:
							16142/1.ªREP/PG/1923
							374/1.ªREP/PG/1924.
1799	José	-	-	-	144.000	12.960	Incorporou o prédio
	Francisco da						anterior.
	Silva						
ROCIO, lado Sul e Poente indo da Rua Augusta para a Rua Nova do Carmo e desta para o Palácio do Governo							
1762	Fazenda	Abóbada	-	-	10.000	900	2015 – Praça D. Pedro
-	Real	nos	-	-	-	-	IV 1-3; Rua Augusta
-	-	entulhos	-	-	-	-	285-295.
1770	Junta do	-	-	-	-	-	1825 – Rocio 59-61.
-	Comércio	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.02.007.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 4203
1770	João	4	3	1	1.200.000	108.000	VER RUA AUGUSTA,
1771	Henriques	4	3	1	1.120.000	100.800	P. 76.
1773	de Sousa	4	3	1	1.000.000	90.000	Emparcelado com o
1774	-	4	3	1	1.000.000	90.000	prédio contíguo a sul.
1780	-	4	3	1	883.000	79.470	<u>Até 1931</u>
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 6
1782	Gaspar	-	-	-	863.000	77.670	Pisos: R/C+3P+AF
1785	Pessoa	-	-	-	853.000	76.770	Cobertura: Telhado
1790	Tavares	-	-	-	702.000	63.180	germânico de 4 águas e
1799	-	-	-	-	652.000	58.680	trapeiras.
1800	-	-	-	-	652.000	58.680	Cimalha: Beirado sobre
1805	-	-	-	-	1.042.800	93.852	cornija
1810	-	-	-	-	-	-	



1815	-	-	-	-	1.154.400	103.896	<p>Varandas: Individuais no 1.º piso, na fachada sobre a Rua Augusta, sacada intercalada com vãos de peito na fachada sobre o Rossio. Escada: De tiro até ao 1.º P, depois dois lanços sem bomba. Azulejos padronados de flor e estrela, em azul e manganés, com cercadura de folhas. Fogos: 1 fogo por piso, com 9 divisões. Sala ampla, quadrada, na esquina. Azulejos de flor em quadriculado, de cor azul e manganés sobre fundo branco, com cercadura de folhas, revestindo integralmente as paredes da cozinha. Chaminé: Na empena. Com pedra de verga em arco.</p> <p><u>Após 1931:</u>  Já não é um edifício de habitação.  MVV: 6  Pisos: R/C+sobre-loja+2P+Mansarda.  Cobertura: Telhado germânico de 4 águas e trapeiras.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: No edifício de esquina não há varandas. No corpo contíguo há varandas no 1.º piso.  Escada: Mantém-se a escada de tiro primitiva com azulejos de flor e estrela.  Fogos: R/C abobadado. Andares sem corredor.  Chaminé: Na empena. Na parede posterior.  Processos:  4207/1.ªREP/PG/1904  5904/1.ªREP/PG/1918  5329/DAG/PG/1931  6526/DAG/PG/1942</p>
1820	-	-	-	-	-	-	
1825	-	-	-	-	1.301.600	117.144	
1770	Manuel	5	3	1	?	101.907	<p>2015 – Fora da área em estudo.  1825 – Rocio 72-77.</p>
1774	Ferreira da	4	3	1	587.200	52.848	
1780	Costa	-	-	-	370.000	32.400	
-	-	-	-	-	-	-	

1805	D. Anna	-	-	-	784.400	70.596	
1815	Magdalena da Conceição	-	-	-	811.600	73.044	
1805	D. Maria	-	-	-	617.600	55.584	2015 – Fora da área em estudo.
1815	Peregrina do Carmo	-	-	-	575.000	51.750	1825 – Rocio 78-79.
RUA AUGUSTA, lado nascente, de sul para norte (lado direito vindo do Terreiro do Paço p/Rossio)							
1765	P.es da Graça	3	3	1	134.800	12.132	2015 – Rua de São Nicolau 58-64; Rua Augusta 110-122.
1766		2	3	1	289.200	26.028	1820/25 - Travessa de São Nicolau 14-15.
1767	-	2	3	1	291.203	26.208	SIG: 48.002.07.003.001
1770	-	2	3	1	286.400	25.776	Obra: 26097
1771	-	2	3	1	283.200	25.400	VER TRAVESSA DE SÃO NICOLAU,
1773	-	2	3	1	254.400	22.896	P.165.
1774	-	2	3	1	256.800	23.112	Emparcelado com o prédio contíguo a norte.
1780	-	2	3	1	248.800	Isento	<u>Até 1918:</u>
1782	-	-	-	-	248.800	Isento	MVV: 2 + 4 (Rua de S. Nicolau).
1785	-	-	-	-	253.600	Isento	Pisos: R/C+3P.
1790	-	-	-	-	253.600	Isento	Cobertura: Não está documentada.
1799	-	-	-	-	287.200	Isento	Cimalha: Platibanda.
1800	-	-	-	-	253.600	Isento	Varandas: 1.ºP
1805	-	-	-	-	253.600	-	Escada: De dois lanços por piso, sem bomba.
1810	-	-	-	-	-	-	Fogos: Não há documentação conclusiva mas parece ter havido um fogo por piso com seis divisões.
1825	-	-	-	-	?	Isento	Chaminé: Na parede posterior, junto ao saguão.
1833	-	-	-	-	?	Isento	Processos:
1834	-	-	-	-	274.000	8.220	1686/1.ªREP/PG/1902 12394/1.ªREP/PG/1918
1770	João	2	3	1	589.200	53.080	2015 – Rua Augusta 116-122.
1771	Gonçalves	2	3	1	613.200	55.188	1820 – Rua Augusta 165-167.
1773	Rabello	2	3	1	559.600	50.364	SIG: 48.002.07.003.001
1774	-	3	3	1	572.800	51.552	Obra: 26097
1780	-	3	3	1	532.400	47.916	Emparcelado com o prédio contíguo a sul.
1782	-	-	-	-	532.400	47.916	<u>Até 1918</u>
1785	-	-	-	-	532.400	47.916	MVV: 5
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3+AF
1790	Manuel	-	-	-	435.200	39.168	Cobertura: 2 águas.
1799	Joaquim	-	-	-	600.400	54.036	Cimalha: Beirado sobre cornija.
1800	Rabello	-	-	-	622.800	56.052	Varandas: 1.º P.
-	-	-	-	-	-	-	
-	Maria de	-	-	-	-	-	
1805	Carmo	-	-	-	609.600	54.864	
1810	Alves	-	-	-	628.000	56.520	

1815	-	-	-	-	510.000	45.900	Escada: 2 lanços sem bomba. Fogos: 2 por piso. Chaminé: Na parede da fachada posterior. Processo: 12394/1.ªREP/PG/1918
1820	-	-	-	-	564.400	50.796	
1825	-	-	-	-	699.800	62.982	
1830	-	-	-	-	500.000	45.000	
1833	-	-	-	-	436.800	39.312	
1825	José Duarte	-	-	-	405.400	45.486	Terá resultado do fracionamento do prédio seguinte, a partir de 1825?
1830	dos Reys	-	-	-	429.400	38.646	
1833	-	-	-	-	?	?	
1762	Maria	1	3	1	244.800	22.032	2015 – Rua Augusta 124-126. 1820 – Rua Augusta 163-164. SIG: 48.002.07.008.001 Obra: 24 Em 1825 foi dividido em dois prédios. MVV: 5 (inicialmente tinha 2) Pisos: R/C+3+1P vc+AF. Cobertura: 2 águas com trapeiras. Não tem claraboia. Cimalha: Platibanda com gradeamento. Varandas: 1.º P com balaústres de ferro e 4.º P varanda corrida. Escada: Átrio de arco amplo. Escada em leque no arranque, depois com três lanços e bomba de gaveto. Fogos: 1/piso. Tem corredor. Chaminé: Parede da fachada posterior. Processo: 2864/DMPGU/OB/198 5
1765	Pereira e de	1	3	1	239.600	21.564	
-	Jozé	-	-	-	-	-	
-	Henriques	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1766	Maria	1	3	1	236.000	21.240	
1767	Pereira	1	3	1	236.000	21.240	
-	viúva	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Jozé dos	1	3	1	218.400	19.656	
1770	Reys	2*	3	1	370.000	33.300	
1771	(foreiro do	2	3	1	365.600	32.904	
1773	Hosp.tal T.	3	3	1	514.800	45.801	
1774	os Sant.s)	3	3	1	416.000	37.440	
1780	-	3	3	1	412.800	57.152	
1782	-	-	-	-	399.000	35.964	
1785	-	-	-	-	419.200	37.728	
1790	-	-	-	-	363.200	32.688	
-	-	-	-	-	-	-	
1799	José dos	-	-	-	531.200	47.808	
-	Reys	-	-	-	-	-	
1805	-	-	-	-	574.000	51.660	
1810	-	-	-	-	662.400	59.616	
1815	Não consta	-	-	-	?	?	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Herdeiros de	-	-	-	661.200	59.508	
-	Manuel dos	-	-	-	-	-	
-	Reys	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1825	Francisco	-	-	-	280.200	50.796	
-	Nicolau dos	-	-	-	-	-	
1830	Reys	-	-	-	263.614	23.725	
1833	-	-	-	-	223.414	20.106	
1762	Pedro	2+2	3	1	528.000	47.520	2014 – Rua Augusta 134-140. 1820 – Rua Augusta 158-160. SIG: 48.002.07.005.001 Obra: 9126 MVV: 4 Pisos: R/+3P+Pvc+1P amansardado+AF. Cobertura: 2 águas com trapeiras. Tem claraboia. Cimalha: Platibanda Varandas: 1.º,4.º e 5.º pisos.
1765	Manso	2	3	1	455.600	41.004	
1766	Rangel	2	3	1	480.400	43.272	
1767	-	2	3	1	472.800	42.552	
1770	-	2	3	1	324.400	29.196	
1771	-	2	3	1	448.800	40.392	
1773	-	2	3	1	409.600	36.864	
1774	-	2	3	1	389.600	35.064	
1780	-	2	3	1	377.600	33.984	
1782	-	-	-	-	377.600	33.984	
1785	-	-	-	-	377.600	33.984	
1790	-	-	-	-	340.000	30.600	
1799	-	-	-	-	366.000	32.940	
1800	-	-	-	-	366.000	32.940	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	-	-	-	-	396.000	35.640	

1810	José Maria	-	-	-	394.800	35.532	Escada: Helicoidal, com bomba. Fogos: 2/piso. Com corredor. Chaminé: Na empena. Processo: 2843/DAG/PG/1901 1085/1.ªREP/PG/1912
1815	Raposo	-	-	-	362.400	32.616	
1820	-	-	-	-	396.400	35.676	
1825	-	-	-	-	420.600	37.854	
1830	-	-	-	-	405.600	36.504	
1833	-	-	-	-	345.600	31.104	
1765	Pedro	4	1	0	158.400	14.256	2015 – Rua Augusta 142-156. 1820 – Rua Augusta 153-157. SIG: 48.002.07.009.001 Tipologia eclética Obra: 6729 Emparcelado com o prédio de esquina, a norte. <u>Edifício existente até 1906:</u> MVV: 4 Pisos: R/C+3+AF. Cobertura: 3 águas e trapeiras. Cimalha: Telha sobre cornija. Varandas: 1.º piso Escada: Era servido pela escada do prédio contíguo a norte, de tiro e depois dois lanços sem bomba Fogos: 1/ piso. Corredor curto corredor Chaminé: Na parede da fachada posterior. <u>Edifício após 1906:</u> MVV: 8 Pisos: R/C+S/L+1P vc+1Pamansardado+AF Cobertura: 2 águas e trapeiras. Cimalha: Cornija. Varandas: Corrida nos pisos 1.º, 3.º e 4.º. Escada: Bomba larga Fogos: 1.º e 2.º P. não habitacionais, sem compartimentação. Outros, com corredor longo. Chaminé: Empena Processo: 6729/1.ªREP/PG/1906
-	Cardoso	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Cap. Mar e	5	3	1	942.600	84.834	
1771	Guerra João	5	3	1	918.200	82.638	
1773	da Costa	4	3	1	888.800	79.022	
1774	Atayde	4	3	1	644.800	58.032	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Dez.or Luís	-	-	-	-	-	
-	Ribeiro	5	3	1	561.600	50.544	
-	Quintella	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1782	Herdeiros de	-	-	-	614.400	55.296	
1785	Dez. Luis R,	-	-	-	619.200	55.728	
-	Quintella	-	-	-	711.000	63.990	
-	-	-	-	-	-	-	
1790	Dez. José	-	-	-	711.000	63.990	
1799	Joaqim	-	-	-	706.200	63.558	
1800	Emauz	-	-	-	768.400	69.156	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	António	-	-	-	832.800	74.952	
1810	Simões	-	-	-	867.200	78.048	
1815	Rouçado	-	-	-	987.200	88.884	
1820	-	-	-	-	1.066.800	96.012	
1825	-	-	-	-	1.005.000	90.450	
1830	-	-	-	-	1.005.000	90.450	
1833	-	-	-	-	1.024.000	92.160	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1766	Herdeiros de	2	1	0	19.200	1.728	
-	Alx.e	-	-	-	-	-	
-	Montr.º	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	-	4	3	1	276.800	24.912	
1773	-	3	3	1	255.200	22.968	

1774	Francisco de	3	3	1	236.000	21.240	<p>Obra: 25  VER TRAVESSA DA  VICTORIA, P. 172.  MVV: 2 + 4 (R. da  Vitória).  Pisos: R/C+3+.AF.  Cobertura:  Complexa. Telhado  com um trapeirão de  três vãos e uma  trapeira.  Cimalha: Beirado sobre  cornija.  Varandas: Individuais  no 1.º Piso da fachada  sobre a Rua Augusta.  Varanda corrida nas  águas furtadas.  Escada: Dois lanços por  piso, sem bomba.  Fogos: Até 1924, eram  dois por piso, com 4  divisões e sem  corredor.  Chaminé: Na parede  posterior.  Processo:  13280/DAG/PG/1924</p>
1780	Salles	3	3	1	221.400	19.926	
1782	Monteiro	-	-	-	221.400	19.926	
1785	-	-	-	-	221.400	19.926	
1790	-	-	-	-	221.400	19.926	
1799	-	-	-	-	223.400	20.106	
1800	-	-	-	-	228.200	20.538	
1805	-	-	-	-	304.300	27.387	
1810	-	-	-	-	308.600	27.774	
1815	-	-	-	-	341.400	30.726	
1820	-	-	-	-	357.800	32.202	
1825	Bartolomeu	-	-	-	360.000	32.400	
1833	Gomes	-	-	-	285.600	25.704	
1834	Monteiro	-	-	-	334.000	10.020	
1774	Francisco	2	3	1	173.000	15.570	<p>2015 – Rua Augusta  162-168.  1820 – Rua Augusta  150-151.  SIG: 48.002.02.011.001  Obra: 34200  Dois prédios  emparcelados.  MVV: 4 (2+2)  Até 1951  Pisos: R/C+3+1 P de  mansarda.  Cobertura: Águas  dobradas.  Cimalha: Cornija em  zinco.  Varandas: No 1.º piso  com guarda de  balaústres de ferro. No  4.º piso varanda  corrida.  Escada: Integra o  prédio contíguo. Era de  dois lanços sem bomba.  Fogos: São divididos  por uma parede espeça  que poderá ter sido uma  empena. Não têm  corredor  Chaminé: Na loja,  situa-se na parede  posterior. Nos andares,</p>
1780	Salles	2	3	1	162.000	14.580	
-	Monteiro	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1782	António	-	-	-	161.000	14.490	
1785	Francisco da	-	-	-	138.000	12.420	
1790	Silva	-	-	-	160.400	14.436	
1799	-	-	-	-	152.400	13.716	
1800	-	-	-	-	174.000	15.660	
1805	-	-	-	-	165.200	14.868	
1810	-	-	-	-	191.200	17.208	
1815	Herdeiros de	-	-	-	191.200	17.208	
1820	António	-	-	-	279.600	25.164	
1825	Francisco da	-	-	-	292.000	26.280	
1830	Silva	-	-	-	299.600	26.964	
1833	-	-	-	-	242.000	21.780	

							<p>está adossada à parede da escada.</p> <p><u>Após 1951:</u>  Pisos: R/C+3+1P  vc+1P mansarda.  Cobertura: De 2 águas e mansarda neopombalina.  Cimalha: Beirado.  Varandas: 1.º e 4.º pisos.  Escada: Dois lanços sem bomba.  Fogos: São divididos por uma parede espeça que poderá ter sido uma empena.  Chaminé: Na parede da empena.  Processo:  36142/DAG/PG/PG/1951.</p>
1762	Joaquim	1	3	1	222.800	20.052	2015 – Rua Augusta
1765	José Pires	1	3	1	256.800	23.112	184-192.
1766	-	1	3	1	180.000	16.200	1820 – Rua Augusta
1767	-	1	3	1	225.600	20.304	148-149.
1770	-	1	3	1	217.000	19.530	SIG: 48.002.02.011.001
1771	-	1	3	1	202.000	18.090	Obra: 34200
1773	-	1	3	1	76.800	6.912	Dois prédios
1774	-	2	3	1	178.000	16.020	emparcelados.
1780	-	1	3	1	121.600	10.944	MVV: 4 (2+2)
1782	-	-	-	-	181.600	16.344	<u>Até 1951</u>
1785	-	-	-	-	180.000	16.200	Pisos: R/C+3+AF.
1790	-	-	-	-	180.000	16.200	Cobertura: 2 águas com
1799	-	-	-	-	180.000	16.200	trapeiras. Cimalha:
1805	-	-	-	-	184.800	16.632	Beirado sobre cornija.
1810	-	-	-	-	189.600	17.064	Varandas: Só no 1.º
-	-	-	-	-	-	-	piso.
1815	José Nunes	-	-	-	168.000	15.120	Escada: De dois lanços
1820	Lobo	-	-	-	168.000	15.120	sem bomba. Servia o
1825	-	-	-	-	261.600	23.544	prédio anexo, a sul.
1830	-	-	-	-	201.600	18.144	Fogos: 1/piso. Com
1833	-	-	-	-	245.600	22.104	corredor curto. Chaminé: Na parede da empena.
							<p><u>Após 1951:</u>  Pisos: R/C+3+1P  vc+1P mansarda.  Cobertura: De 2 águas e mansarda neopombalina.  Cimalha: beirado  Varandas: 1.º e 4.º pisos.  Escada: Dois lanços sem bomba.  Fogos: São divididos por uma parede espeça que terá sido a empena entre os dois edifícios.</p>

							Chaminé: Na parede da empena e na parede meeira. Processo: 36142/DAG/PG/PG/1951
1771	Duque do	4	3	1	640.000	57.600	2015 – Rua Augusta
1773	Cadaval	4	3	1	636.000	57.240	170/182.
1774	-	4	3	1	638.000	57.420	1820 – Rua Augusta
1780	-	4	3	1	608.000	54.720	143-147.
1783	-	-	-	-	557.400	50.166	SIG: 48.002.02.007
1785	-	-	-	-	590.400	53.136	Obra: 8880
1790	-	-	-	-	689.400	62.046	MVV: 7
1799	-	-	-	-	694.400	62.496	<u>Até 1916:</u>
1800	-	-	-	-	694.400	62.496	Pisos: R/C +3+Af.
1805	-	-	-	-	816.800	73.512	Cobertura: 2 águas e
1810	-	-	-	-	636.800	57.312	trapeiras.
1815	-	-	-	-	812.000	73.080	Cimalha: Beirado sobre
1820	-	-	-	-	867.200	77.148	cornija.
1825	-	-	-	-	944.000	84.960	Varandas: 1.º piso.
1830	-	-	-	-	944.000	84.960	Escada: Precedida por
1833	-	-	-	-	813.000	73.224	um arco trilobado, de
	Em 1916 ainda pertencia à Casa Cadaval						cantaria. Terá sido constituída por dois lanços sem bomba que, a partir do patim intermédio, continuam em dois lanços de tiro separados por uma parede. A ligação ao 3.º Piso era por escada interior. Fogos: 2/piso, sem corredor. Os 2.º e 3.º andares estavam unidos num único fogo. Chaminé: Na origem localizavam-se na parede da fachada posterior. <u>Após 1916</u> Pisos: R/C+4+piso de mansarda Cobertura: Mansarda Cimalha: Cornija de zinco Varandas: 1.º com balaústres de ferro, 3.º e 5.º pisos. Escada: Arco de cantaria, trilobado, no arranque da escada. Tem bomba de gaveto e guarda em balaustrada de madeira. Fogos: 2/piso. Corredores curtos Chaminé: Atrás da escada, na parede meeira dos fogos.

							Processo: 194/1.ªREP/PG/1916
1767	Capitão	2	3	1	509.600	45.864	2015 – Rua Augusta
1770	Tenente	2	3	1	535.600	48.204	184/192.
1771	António José	2	3	1	492.800	44.352	1820 – Rua Augusta
1773	Rabello	2+sótão	3	1	443.200	39.888	140-142.
1774	(paga tença	2	3	1	456.000	34.740	SIG: 48.002.02.010.001
1780	ao Cv.to de	2+sótão	3	1	414.400	30.096	Obra: 1861
1782	Arroios)	-	-	-	516.000	39.240	MVV: 5
1785	-	-	-	-	462.000	34.380	Pisos: R/C+3P+1P
-	-	-	-	-	-	-	vc+AF
1790	Herdeiros do	-	-	-	400.600	36.054	Cobertura: Telhado de
1799	Cap.	-	-	-	362.200	25.398	duas águas com
1800	Tenente	-	-	-	410.200	29.718	trapeiras.
-	António José	-	-	-	-	-	Cimalha: Balaustrada.
-	Rabello	-	-	-	-	-	Varandas: Individuais
-	-	-	-	-	-	-	no 1.º piso, guardas de
1805	Dez.Thomé	-	-	-	407.600	29.484	balaústres em ferro.
1810	Joaquim	-	-	-	344.800	31.032	Varanda corrida no 4.º
1815	Gonzaga	-	-	-	253.600	22.824	piso, com gradeamento
1820	(Paga tença	-	-	-	466.400	41.976	em ferro fundido.
1825	às religiosas	-	-	-	538.400	48.456	Escada: De 2 lanços e
1830	de Arroios)	-	-	-	582.400	52.416	bomba retangular. O 1.º
1835	-	-	-	-	582.400	52.416	lanço é em pedra.
							Guarda em ferro
							fundido e corrimão em
							pescoço de cavalo.
							Fogos: Dois por piso
							com 6 divisões.
							Chaminé: Na parede
							da empena.
							Processos:
							23314/DAG/PG/1955
							1172/1.ªREP/PG/1904
1771	José	1	3	1	198.800	17.892	2015 – Rua Augusta
1773	Antunes	1	3	1	181.600	16.344	194/196.
1774	-	1	3	1	203.600	18.324	1820 – Rua Augusta
1780	-	1	3	1	217.200	19.548	138-139.
1782	-	-	-	-	161.200	14.508	SIG: 48.002.02.005
1785	-	-	-	-	161.200	14.508	Obra: 9461
1790	-	-	-	-	187.200	16.848	VER RUA
1799	-	-	-	-	187.200	16.848	TRAVESSA DA
1800	-	-	-	-	187.200	16.848	ASSUMPCÃO, P. 176.
1805	-	-	-	-	235.200	21.168	Em 1815 foi
-	-	-	-	-	-	-	incorporado no prédio
1810	João	-	-	-	147.600	13.284	seguinte, que é
-	Antunes	-	-	-	-	-	contíguo a norte.
-	-	-	-	-	-	-	Em 1909 foi acrescido
1815	M.ª Joaquina	-	-	-	250.400	22.536	2 pisos.
-	Rosa da S.ª	-	-	-	-	-	<u>Antes de 1909</u>
-	Lima	-	-	-	-	-	MVV:
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P+AF
1820	Francisco	-	-	-	267.200	24.048	Cobertura: Telhado de
1825	Pinto	-	-	-	254.800	22.932	duas águas com
1830	-	-	-	-	230.800	20.772	trapeiras.
1833	-	-	-	-	230.800	20.772	Cimalha: Beirado sobre
							cornija.
							Varandas: No 1.º piso
							têm balaústres de ferro.



							Escada: De 2 lanços com bomba retangular no prédio de esquina e sem bomba no prédio a norte. Fogos: Um por piso com 4/5 divisões sem corredor. Chaminé: Na parede de empena. <u>Após 1909</u> MVV: Pisos: R/+3P+1P v.c.+1P.amansardado+ AF. Cobertura: 2 águas com trapeiras. Cimalha: Cornija de zinco. Varandas: No 1.º piso são individuais com guardas em balaústres de ferro. Nos 4.º e 5.º pisos as varandas são corridas com as guardas em ferro forjado em barra. Escada: 3 lanços com bomba larga. Fogos: 2 por piso com corredor. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 2468/1.ªREP/PG/1909
1771	Manoel	4	3	1	498.200	?	2015 – Rua da
-	Francisco da	-	-	-	-	-	Assunção 57-61; Rua
-	Costa	-	-	-	-	-	Augusta 194-204.
-	-	-	-	-	-	-	1815 – Rua Travessa da
1773	(Viúva)	4	3	1	518.000	44.568	Assumpção 43-45.
1774	Francisca	4	3	1	455.600	41.004	1820/34 – Travessa da
1780	X.er	3	3	1	479.000	41.040	Assumpção 43-44.
1782	Sepúlveda	-	-	-	473.800	40.572	SIG: 48.002.02.005.001
1785	(Paga foro a	-	-	-	481.400	41.256	Obra: 9461
1790	D. Catarina	-	-	-	481.400	41.256	VER RUA
1799	da Gama	-	-	-	414.400	35.226	TRAVESSA DA
1800	Lobo)	-	-	-	414.200	35.208	ASSUMPÇÃO, P. 198.
-	-	-	-	-	-	-	Em 1815 este prédio
1805	D. Thereza	-	-	-	641.600	55.674	incorporou o prédio
1810	Xavier de	-	-	-	514.800	46.332	contíguo a sul
-	Sepúlveda	-	-	-	-	-	<u>Antes de 1909</u>
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 4+3 Rua da
1815	D. Maria do	-	-	-	698.200	62.838	Assunção.
1820	Carmo	-	-	-	596.000	53.640	Pisos: R/C+3P+AF
1825	Marques do	-	-	-	629.600	56.664	Cobertura: Telhado de
-	Amaral	-	-	-	-	-	2 águas com trapeiras.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
1833	D. Maria	-	-	-	502.000	45.180	cornija.
1834	Benedicta	-	-	-	449.200	13.476	Varandas: No 1.º piso têm balaústres de ferro.

	Marques do Amaral						Escada: De dois lanços com bomba estreita, de planta retangular. Fogos: 2/piso com 6 divisões, sem corredor. Chaminé: Na parede da empena. <u>Após 1909</u> MVV: 6+3(R. da Assunção) Pisos: R/+3P+1P v.c.+1P.amansardado+ AF. Cobertura: Telhado de 2 águas com trapeiras. Cimalha: Cornija de zinco. Varandas: No 1.º piso são individuais e têm balaústres de ferro, nos pisos 4.º e 5.º são corridas e a guarda é em ferro forjado em barra. Escada: 3 lanços com bomba larga. Fogos: 2 por piso com 7/8 divisões e pequeno corredor. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 2468/1.ª REP/PG/1909
1762	António	3	1	1	357.200	32.148	2015 – Rua Augusta
1766	Ribr.º da	3	1	1	383.600	34.524	206-214; Rua da
1765	Silva	3	3	1	405.200	36.468	Assunção 58-64.
1767	-	2	3	1	321.200	28.908	1820 – Rua da
-	-	-	-	-	-	-	Assunção 14.
1770	Herdeiros de	3	3	1	338.400	30.456	SIG: 48.001.11.010.001
1771	António	3	3	1	354.800	31.932	Obra: 43
-	Rib.º da	-	-	-	-	-	VER TRAVESSA DA
-	Silva	-	-	-	-	-	ASSUMPCÃO, P. 191.
-	-	-	-	-	-	-	Foi emparcelado com o
1773	Dez.or Luis	3	3	1	336.200	30.258	prédio a norte.
1774	Estanislau	3	3	1	336.200	30.258	<u>Inicialmente:</u>
1780	da Silva	3	3	1	310.400	27.936	MVV: 2+4 R.
1782	Lobo	-	-	-	319.600	28.764	Assunção.
1785	-	-	-	-	319.600	28.764	<u>Edifício existente:</u>
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 5+4 Rua da
1790	Leocádia	-	-	-	319.600	28.764	Assunção.
1799	Luísa	-	-	-	323.600	29.124	Pisos: R/C+5P+AF
1800	-	-	-	-	323.600	29.124	neopombalinas.
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura:
1805	Victor	-	-	-	276.000	24.840	Neopombalina.
-	Anastácio	-	-	-	-	-	Cimalha: Cornija.
-	Mourão	-	-	-	-	-	Varandas: No 1.º piso
-	-	-	-	-	-	-	têm balaústres de ferro.
1810	Maximo	-	-	-	451.200	40.608	Escada: 4 lanços com
1815	Fran.co de	-	-	-	471.600	42.444	bomba larga.
-	Gouveia	-	-	-	-	-	

-	-	-	-	-	-	-	Fogos: Não habitacionais.
1820	Herdeiros de	-	-	-	417.600	37.584	Chaminé: Não há documentação.
-	Maximo	-	-	-	-	-	Processo: 3034/DMPGU/OB/1989
-	Fran.co de	-	-	-	-	-	
-	Gouveia	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1825	Bernardo J.e	-	-	-	192.000	17.280	
1830	Per.a Basto	-	-	-	398.400	35.854	
1834	-	-	-	-	331.20	9.936	
1780	Junta do	1	3	1	134.400	12.096	2015 – Rua Augusta
-	Comércio	-	-	-	-	-	206-214; Rua da
-	-	-	-	-	-	-	Assunção 58-64.
1782	José António	-	-	-	134.400	12.096	1820 – Rua Augusta
1785	Monteiro	-	-	-	134.400	12.096	133-134.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.11.010.001
1790	Herdeiros de	-	-	-	117.000	10.584	Obra: 43
1799	José António	-	-	-	117.600	10.584	Terá sido emparcelado
1800	Monteiro	-	-	-	117.600	10.584	com o prédio a sul.
-	-	-	-	-	-	-	<u>Inicialmente:</u>
1805	António José	-	-	-	196.400	17.676	MVV: 3.
-	de Sousa	-	-	-	-	-	Pisos: Não há
-	-	-	-	-	-	-	elementos.
1810	João	-	-	-	141.200	12.708	Cobertura: Não há
-	Francisco	-	-	-	-	-	documentação.
-	Chaves	-	-	-	-	-	Cimalha: Não há
-	-	-	-	-	-	-	documentação.
1815	Mariana da	-	-	-	238.400	21.456	Varandas: Não há
-	Encarnação	-	-	-	-	-	documentação.
-	da Luz	-	-	-	-	-	Escada: Não há
-	Barroso	-	-	-	-	-	documentação.
-	-	-	-	-	-	-	Fogos: Não há
1820	António	-	-	-	197.600	17.784	documentação.
1825	Francisco	-	-	-	307.400	27.666	Chaminé: Não há
1830	Chaves	-	-	-	307.400	27.666	documentação.
-	-	-	-	-	-	-	<u>Edifício existente:</u>
1833	Joaquim	-	-	-	232.400	20.916	MVV: 5+4 Rua da
-	Augusto	-	-	-	-	-	Assunção.
-	Chaves	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+5P+AF
-	-	-	-	-	-	-	neopombalina.
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
-	-	-	-	-	-	-	mansarda
-	-	-	-	-	-	-	neopombalina.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Cornija.
-	-	-	-	-	-	-	Varandas: No 1.º piso
-	-	-	-	-	-	-	varandas individuais
-	-	-	-	-	-	-	com balaústres de ferro.
-	-	-	-	-	-	-	Escada: Nova, de
-	-	-	-	-	-	-	quatro lanços e bomba
-	-	-	-	-	-	-	larga com elevador.
-	-	-	-	-	-	-	Fogos: Não
-	-	-	-	-	-	-	habitacionais.
-	-	-	-	-	-	-	Chaminé: Não há.
-	-	-	-	-	-	-	Processo: 3034/DMPGU/OB/1989
1767	António	3	3	1	665.200	58.868	2015 – Rua Augusta
-	Viana	-	-	-	-	-	216-226.
-	-	-	-	-	-	-	1820 – Rua Augusta
1770	-	3	3	1	684.200	61.578	129-132.
1771	-	3	3	1	468.400	42.156	SIG: 48.001.11.005.001

1773	Domingos	3	3	1	592.000	53.280	Obra: 6726
1774	de Bastos	3	3	1	528.800	47.592	MVV: 6
1780	Viana	3	3	1	634.800	57.152	Pisos: R/C+3+AF
1782	-	-	-	-	634.800	57.132	Cobertura: 2 águas
1785	-	-	-	-	635.000	57.150	Cimalha: Beirado sobre cornija
1790	-	-	-	-	585.000	52.650	
1799	-	-	-	-	633.000	56.970	Varandas: Individuais,
1800	-	-	-	-	679.000	61.110	no 1.º piso, com
-	-	-	-	-	-	-	balaústres de ferro.
1805	-	-	-	-	891.000	80.190	Escada: Não é a escada
1810	-	-	-	-	588.800	52.992	original. Tem 3 lanços e
1815	Domingos	-	-	-	698.000	62.352	bomba larga.
1820	Teixeira	-	-	-	817.000	73.528	Fogos: Dois por piso
1825	Marques	-	-	-	814.800	73.332	com 10 divisões e sem
1830	-	-	-	-	661.200	59.508	corredor.
1833	-	-	-	-	636.400	57.276	Chaminé: Na parede da
	-						fachada posterior.
	-						Processo:
							628/DAG/PG/1932
1770	António da	2	3	1	288.000	25.920	2015 – Rua Augusta
1771	Costa	4	6	1	631.800	56.862	228-236.
1773	Araújo	2	3	1	544.000	48.960	1820 – Rua Augusta
1774	-	2	3	1	538.000	48.420	126-128.
1780	-	2	3	1	461.200	41.508	SIG: 48.001.11.011
1782	-	-	-	-	478.400	43.050	Obra: 33894
1785	-	-	-	-	478.400	43.050	MVV: 5
-	-	-	-	-	-	-	<u>Fachada eclética.</u> O
1790	Herdeiros de	-	-	-	480.400	43.236	projeto de ampliação
-	Luís	-	-	-	-	-	data de 1917.
-	Rodrigues	-	-	-	-	-	<u>Até 1917:</u>
-	Caldas	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P+AF.
-	(negociante	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
-	de grosso	-	-	-	-	-	duas águas.
1799	trato)	-	-	-	480.400	43.236	Cimalha: Beirado sobre
-	-	-	-	-	-	-	cornija.
1800	António	-	-	-	480.400	43.236	Varandas: Individuais
1805	Francisco	-	-	-	548.400	49.356	no 1.º piso com
1810	Machado	-	-	-	654.000	58.860	balaústres de ferro.
1815	-	-	-	-	750.000	67.500	Escada: Precedida por
1820	-	-	-	-	750.000	67.500	arco de cantaria. De
1825	-	-	-	-	750.000	67.500	dois lanços sem bomba.
1830	-	-	-	-	750.000	67.500	Fogos: 1/piso, sem
1833	-	-	-	-	634.000	57.060	corredor.
							Chaminé: Na parede da
							fachada posterior.
							<u>Após 1917:</u>
							Pisos: R/C+3P+1P
							v.c.+1P amansardado.
							Cobertura: 2 águas
							Cimalha: Platibanda
							Varandas: Individuais
							no 1.º piso, com
							balaústres de ferro. No
							segundo e terceiro pisos
							as sacadas alternam
							com as janelas de peito
							e nos quarto e quinto
							andares há varandas
							corridas. As guardas

							são em ferro forjado em barra. Escada: Dois lanços sem bomba. A partir do 3.ºP com bomba estreita de gaveto. Arco de pedra no arranque da escada. Fogos: 1/piso, com corredor. Chaminé: Na parede da fachada posterior. Processo: 5658/1.ªREP/PG/1917
1767	Amaro	2	3	1	430.000	38.700	2015 – Rua Augusta
1770	Monteiro da	2	3	1	370.000	32.400	238-244.
1771	Cunha	2	3	1	345.000	31.050	1820 – Rua Augusta
1773	-	2	3	1	249.800	22.482	123-125.
1774	-	2	3	1	325.200	29.268	SIG: 48.001.11.002.001
1780	-	2	3	1	296.800	26.712	Obra: 30
1782	-	-	-	-	247.200	24.048	MVV: 4
1785	-	-	-	-	216.400	19.476	Pisos: R/C+3+AF
1790	-	-	-	-	308.800	27.792	Cobertura: 2 águas com trapeiras.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre cornija.
1799	Paula	-	-	-	480.800	43.272	Varandas: Individuais
1800	Joaquina	-	-	-	432.800	50.292	no 1.º piso c/balaústres
1805	Ignácia	-	-	-	558.800	28.980	de ferro. A fachada do
1810	(viúva de	-	-	-	322.000	27.900	1.º andar foi
1815	Amaro)	-	-	-	310.000	32.184	parcialmente demolida
1820	-	-	-	-	357.600	-	em 1937, bem como as
-	-	-	-	-	-	-	duas varandas da
1825	António	-	-	-	360.800	32.472	metade esquerda.
1830	Duarte	-	-	-	418.400	37.656	Escada: De tiro até ao
1833	Loureiro (ou Loures?)	-	-	-	418.400	37.656	1.º P, depois de dois lanços s/bomba. Fogos: 2 por piso com 5 divisões. Parede portante divide os dois lados do edifício. Chaminé: Na parede da empena. Processo: 10762/SEC/PG/1937
1770	Manoel	1	3	1	122.000	10.980	2015 – Rua Augusta
1771	Pereira	1	3	1	132.000	11.880	246-248.
1773	Guimarães	1	3	1	174.000	15.660	1820 – Rua Augusta
1774	-	1	3	1	165.000	14.400	121-122.
1780	-	1	3	1	142.400	12.816	SIG: 48.001.11.003.001
1782	-	-	-	-	142.400	12.816	Obra: 9901
1785	-	-	-	-	118.400	10.656	MVV: 2
1790	-	-	-	-	118.400	19.656	Pisos: R/C+3+1P
-	-	-	-	-	-	-	vc+AF
1799	Theotónio	-	-	-	147.000	13.230	Cobertura: 2 águas com trapeira
1800	Gomes de	-	-	-	191.800	17.262	Cimalha: Platibanda em balaustrada.
-	Carvalho	-	-	-	-	-	Varandas: Individuais
-	-	-	-	-	-	-	no 1.º piso com
1805	Dez.or	-	-	-	223.600	20.124	
1810	Sebastião	-	-	-	244.400	21.996	

1815	António Gomes de Carvalho	-	-	-	254.000	22.860	balaústres de ferro. No 4.º piso é corrida, com guarda de ferro forjado em barra. Escada: De tiro até ao 1.º P, depois dois lanços com bomba estreita de gaveto. Fogos: 1 por piso com 6 divisões, sem corredor. Chaminé: Numa parede de empena. Processo: 36826/DAG/PG/1950
1820		-	-	-	254.000	22.860	
1825		-	-	-	280.000	25.200	
1830		-	-	-	240.000	21.600	
1833		-	-	-	240.000	21.600	
1765	P.es da Congregação do Oratório	2	3	1	355.200	32.968	2015 – Rua Augusta 250-252; Rua de Santa Justa 63-69. 1820 – Rua Travessa de Santa Justa 29-30. SIG: 48.001.11.009.001 Obra: 42321 VER RUA TRAVESSA DE SANTA JUSTA, P. 210. <u>Até 1907:</u> MVV: 2+4 na Rua de Santa Justa. Pisos: R/C+3P+AF Cobertura: 4 águas Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: No 1.º piso que dá para a Rua Augusta. Escada: Situava-se no enfiamto de um dos vãos centrais e era de dois lanços sem bomba. Fogos: 1 fogo por piso com cinco divisões. Chaminé: Na parede da fachada posterior. <u>Após 1919:</u> Pisos: R/C+3P+1P.+AF. Cobertura: Telhado de 4 águas. Cimalha: Balaustrada. Varandas: Não há. Escada: É construída junto à empena, e é de dois lanços com bomba estreita, de gaveto. Fogos: 1/piso Chaminé: Na parede da fachada posterior. Processos: 82/DAG/PG/1907 6162/DAG/PG/1919
1766		3	3	1	311.000	27.990	
1767		2	3	1	120.000	10.800	
1770		-	2	3	358.000	29.520	
1771		-	2	3	333.000	29.970	
1773		-	2	3	316.000	-	
1774		-	2	3	316.800	-	
1780		-	2	3	316.000	Isenta	
1782		-	-	-	316.000	Isenta	
1785		-	-	-	316.800	Isenta	
1790		-	-	-	316.800	Isenta	
1799		-	-	-	321.600	Isenta	
1800		-	-	-	316.800	Isenta	
1805		-	-	-	324.800	-	
1810		-	-	-	-	-	
1815		-	-	-	-	-	
1820		-	-	-	-	-	
1833		-	-	-	-	Isenta	
1834		-	-	-	330.200	9.906	

1767	José	3	3	1	802.800	72.252	2015 – Rua Augusta
1770	Domingues	4	3	1	785.000	70.704	254-256; Rua de Santa
1771	-	4	3	1	789.600	71.064	Justa 58-64.
1773	-	4	3	1	723.000	65.070	1820 – Rua de Sta.
1774	-	4	3	1	740.000	67.380	Justa 7-8
1780	-	4	3	1	682.000	61.380	SIG: 48.001.03.002.001
1782	-	-	-	-	682.000	61.380	Obra: 24775
1785	-	-	-	-	682.000	61.380	VER RUA
1790	-	-	-	-	712.000	64.080	TRAVESSA DE
-	-	-	-	-	-	-	SANTA JUSTA, P.
1799	D. Anna	-	-	-	735.200	66.168	206.
1800	Thomázia de	-	-	-	739.600	66.564	<u>Até 1888:</u>
1805	Aquino	-	-	-	769.500	69.255	MVV: 1+4 Rua de
1810	-	-	-	-	645.600	58.104	Santa Justa.
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3+AF?
1815	José Manuel	-	-	-	660.800	59.472	Cobertura: Telhado de
1820	Raposo	-	-	-	703.800	63.342	4 águas com trapeiras.
1825	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
-	-	-	-	-	-	-	cornija.
1830	Marianna de	-	-	-	630.000	56.700	Varandas: Individuais
1834	Sousa	-	-	-	634.000	19.020	no 1.º piso.
	Domingues						Escada: De dois lanços sem bomba. Servia o prédio a norte. Fogos: Sem corredor. Chaminé: Na parede posterior. <u>Após 1888:</u> MVV: 5 Pisos: R/C+3+1P vc+1P mansarda. Cobertura: Águas dobradas. Claraboia. Cimalha: Cornija de zinco. Varandas: Individuais no 1.º piso e corrida no 4.º. Escada: Degraus em leque e bomba estreita de gaveto. Fogos: Com corredor. Chaminé: Na parede posterior. Processos: 2515/1.ª REP/PG/1887 7006/1.ª REP/PG/1888
1766	Joze da	2	3	1	346.000	31.140	2015 – Rua Augusta
1767	Matta	2	3	1	410.000	36.900	258-262.
1770	-	2	3	1	370.000	33.300	1820 – Rua Augusta
-	-	-	-	-	-	-	114-116.
1771	Herdeiros de	2	3	1	472.000	41.580	SIG: 48.001.03.002.001
1773	Joze da	2	3	1	452.000	40.680	Obra: 24775
1774	Matta	2	3	1	442.000	39.780	Em 1888 incorporou o
1780	-	2	3	1	442.000	39.780	prédio anterior que lhe
1782	-	-	-	-	442.000	39.780	é contíguo a sul.
1785	-	-	-	-	442.000	39.780	<u>Até 1888:</u>
1790	-	-	-	-	480.400	43.234	MVV: 4
1799	-	-	-	-	480.400	43.234	Pisos: R/C+3+AF
-	-	-	-	-	-	-	

1800	António	-	-	-	480.400	43.236	Cobertura: Telhado de
1805	Joaquim de	-	-	-	547.240	49.251	duas águas com
1810	Morais	-	-	-	547.240	49.251	trapeiras.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
1815	José	-	-	-	524.000	47.169	cornija.
-	Joaquim da	-	-	-	-	-	Varandas: Individuais
-	Rocha	-	-	-	-	-	no primeiro piso.
-	-	-	-	-	-	-	Escada: Servido pela
1820	D. Maria	-	-	-	601.600	54.144	escada do prédio
1825	Victória da	-	-	-	555.100	49.959	contíguo a sul.
1830	Rocha	-	-	-	459.100	41.319	Fogos: Sem corredor.
1833	-	-	-	-	503.900	45.351	Chaminé: Na parede da
							fachada posterior do
							edifício.
							<u>Após 1888:</u>
							MVV: 5
							Pisos: R/C+3P+1P
							vc+1p amansardado.
							Cobertura: De águas
							dobradas. Tem
							claraboia.
							Cimalha: Cornija de
							zinco.
							Varandas: Nos pisos 1 e
							4.
							Escada: De degraus em
							leque e bomba estreita
							de gaveto.
							Fogos: Sem corredor.
							Chaminé: Na parede
							posterior do edifício.
							Processos:
							25/1.ªREP/PG/1887
							7006/1.ªREP/PG/1888.
1767	Fidalga da	1	3	1	258.800	23.292	2015 – Rua Augusta
1770	Trofa	1	3	1	302.000	27.180	264-270.
1771	D. Juliana de	1	3	1	288.800	25.992	1820 – Rua Augusta
1773	Menezes	1	3	1	275.200	24.768	112-113.
1774	-	1	3	1	304.000	27.360	SIG: 48.001.03.007.001
1780	-	1	3	1	299.200	26.928	Obra: 5798
1782	-	-	-	-	299.200	26.928	MVV: 4
1785	-	-	-	-	298.800	26.892	Pisos: R/C+3+AF
1790	-	-	-	-	298.800	26.892	Cobertura: 2 águas
1799	-	-	-	-	298.800	26.892	c/trapeiras.
1800	-	-	-	-	298.800	26.892	Cimalha: Telhas sobre
1805	-	-	-	-	311.200	28.008	cornija.
1810	-	-	-	-	311.200	28.008	Varandas: Individuais
-	-	-	-	-	-	-	no 1.º piso, com
1815	João	-	-	-	225.600	20.304	guardas de balaústres
-	António	-	-	-	-	-	em ferro forjado.
-	Basto	-	-	-	-	-	Escada: 2 lanços
-	-	-	-	-	-	-	paralelos sem bomba.
1820	Joanna Roza	-	-	-	261.200	23.508	Fogos: S/elementos
-	Basto	-	-	-	-	-	Chaminé: S/elementos
-	-	-	-	-	-	-	Azulejos: No 2.º andar,
1825	Condessa da	-	-	-	506.400	45.576	azuis e brancos,
1830	Subeserra	-	-	-	506.400	45.576	representam cenas
1833	-	-	-	-	350.800	31.572	galantes enquadradas
							por concheados.
							Processos:



							Sem documentação relevante.
1765	Joaq.m	1	2	0	160.000	14.400	2015 – Rua Augusta
1766	Alves	1	3	1	142.400	12.816	272-276.
1767	Guerra	1	3	1	228.400	20.556	1820 – Rua Augusta
1770	(mercador)	1	3	1	152.400	13.626	110-111.
1771	-	1	3	1	137.400	12.366	SIG: 48.001.03.001.001
1773	-	1	3	1	146.000	13.140	Obra: 30415
1774	-	1	3	1	140.000	12.600	MVV: 3
1780	-	1	3	1	137.600	12.584	Pisos: R/C+3P+AF
1782	-	-	-	-	137.600	12.384	Cobertura: Telhado de
1785	-	-	-	-	126.800	11.412	duas águas com
-	-	-	-	-	-	-	trapeiras.
1790	Herdeiros de	-	-	-	126.800	11.412	Cimalha: Beirado sobre
-	Joaquim	-	-	-	-	-	cornija.
-	Alves	-	-	-	-	-	Varandas: Individuais
-	Guerra	-	-	-	-	-	no 1.º piso, com
-	-	-	-	-	-	-	guardas de balaústres
1799	Manuel	-	-	-	60.800	5.472	de ferro forjado.
1800	Alves	-	-	-	152.000	13.680	Escada: De 1 lanço por
1805	Guerra	-	-	-	194.000	17.460	piso, patim intermédio,
1810	-	-	-	-	172.000	15.480	mais três degraus e
1815	-	-	-	-	160.000	10.260	patim de volta. Serve o
1920	-	-	-	-	175.000	15.750	prédio contíguo a norte.
-	Viúva de	-	-	-	-	-	Fogos: 1por piso com 6
1925	Manuel	-	-	-	175.000	15.750	divisões. Sala ampla,
1830	Alves	-	-	-	175.000	15.750	quadrada.
1833	Guerra	-	-	-	165.000	14.850	Chaminé: Na fachada
							posterior.
							Processos:
							865/1.ªREP/PG/1910.
							23882/SEC/PET/1929
							33676/DSC/PG/1942
1767	Felix	3	3	1	386.000	34.740	2015 – Rua Augusta
1770	Teixeira de	3	3	1	874.800	78.752	278-282.
1771	Matos	3	3	1	874.800	78.732	1820 – Rua Augusta
1773	(homem de	3	3	1	832.000	74.880	108-109.
1774	negócios)	1	3	1	249.200	22.428	SIG: 48.001.03.003.001
1780	-	1	3	1	305.600	27.504	Obra: 6723
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 4
1782	Dez.or	-	-	-	305.600	27.504	<u>Até 1921:</u>
1785	Alexandre	-	-	-	305.600	27.504	O edifício primitivo era
-	José Ferreira	-	-	-	-	-	subdividido por uma
-	Castello	-	-	-	-	-	parede de alvenaria de
-	-	-	-	-	-	-	pedra. Usava a escada
1790	Francisco	-	-	-	392.000	35.280	do prédio contíguo a
1799	Manuel	-	-	-	296.000	26.640	sul.
1800	Correia	-	-	-	326.800	29.412	Pisos: R/C+3P+AF
1805	Lopes	-	-	-	323.600	29.129	Cobertura: Telhado de
1810	-	-	-	-	321.200	28.908	2 águas com trapeiras.
1815	-	-	-	-	362.800	33.012	Cimalha: Beirado sobre
1820	-	-	-	-	364.800	32.832	cornija.
1825	-	-	-	-	367.200	33.048	Varandas: no 1.º piso.
1830	-	-	-	-	284.000	25.560	Escada: Estava
1833	-	-	-	-	254.000	22.860	integrada no prédio a
							sul. É de um lanço por
							piso e de patim lateral.
							Fogos: 1 por piso, com
							9 divisões, sem

							<p>corredor. Sala ampla e de planta quadrada. Cave abobadada. Chaminé: Na fachada posterior.</p> <p><u>A partir de 1921:</u>  Tipologia eclética.  Pisos:  R/C+4+Mansarda.  Cobertura: 2 águas.  Cimalha: Platibanda.  Varandas: No 5.º Piso, corrida.  Escada: Precedida por um arco de cantaria. O 1.º lanço é perpendicular à fachada sem patim intermédio. A partir do 1.º andar é de dois lanços paralelos, com bomba estreita, e desenvolve-se segundo eixo paralelo à fachada.  Fogos: Não habitacionais.  Chaminé: Parede posterior.  Processos:  7976/SEC/PG/1921  23882/SEC/PET/1929</p>
1770	Felix	1	3	1	200.800	18.070	2015 – Rua Augusta
1771	Teixeira de	1	3	1	228.800	20.592	284-286; Rua da
1773	Matos	1	3	1	218.000	19.620	Betesga 3.
1774	(Homem de	3	3	1	831.600	74.844	Prédio de tipologia
1780	negócios)	3	3	1	666.800	60.012	eclética. Unidade
-	-	-	-	-	-	-	hoteleira.
1782	Herdeiros de	-	-	-	735.600	66.204	1820 – Rua Augusta
1785	Félix	-	-	-	753.600	67.824	105-107.
-	Teixeira de	-	-	-	-	-	SIG:48.001.03.006
-	Mattos	-	-	-	-	-	Emparcelado ao prédio
-	-	-	-	-	-	-	contíguo a nascente.
1790	Dez.	-	-	-	705.600	63.504	Obra: 9453
1799	Alexandre	-	-	-	1.025.600	92.304	<u>Até 1909:</u>
1800	José Ferreira	-	-	-	1.025.600	74.052	MVV: 3
1805	Castello	-	-	-	1.034.000	73.000	Pisos: R/C+3P+AF
1810	(paga foro	-	-	-	882.900	79.461	Cobertura: Telhado de
1815	de capela a	-	-	-	565.985	50.938	duas águas com
1820	D. Inácia	-	-	-	784.185	79.576	trapeiras.
1825	Sequeira)	-	-	-	828.385	74.534	Cimalha: Varanda
-	-	-	-	-	-	-	corrida
1830	Herdeiros do	-	-	-	856.585	77.092	Varandas: 1.º P.
-	Dez. F.	-	-	-	-	-	Escada: Não está
-	Castello	-	-	-	-	-	documentada.
-	-	-	-	-	-	-	Fogos: Não estão
1833	D. Maria	-	-	-	1.048.950	94.405	documentados.
	Carlota de						Chaminé: Não está
	Lima Botado						documentada.
	da Silva						<u>Após 1909:</u>
	Azevedo						

	Coutinho (nora de F. Castelo)							Edifício com fachada de arquitetura eclética. MVV: 8 Pisos: R/C+3+Mansarda Cobertura: Águas quebradas. Cimalha: Varanda corrida. Varandas: Em todos os pisos. Escada: Não há elementos. Fogos: Não é habitacional. Chaminé: Não tem. Processos: 19072/DAG/PG/1960 4264/DMPGU/OB/198 1
Rua Augusta, lado ocidental (direito) indo do Rossio								
1762	Fazenda	Abóbada	-	-	10.000	900	2015 – Rua Augusta	
-	Real	nos	-	-	-	-	285-295; Praça Dom	
-	-	entulhos	-	-	-	-	Pedro IV 1-3.	
1770	Junta do	-	-	-	-	-	1825 – Praça do Rocio	
-	Comércio	-	-	-	-	-	59-61.	
-	-	-	-	-	-	-	SIG:	
1770	João	4	3	1	1.200.000	108.000	48.001.02.007.001	
1771	Henriques	4	3	1	1.120.000	100.800	Emparcelado com o	
1773	de Sousa	4	3	1	1.000.000	90.000	prédio contíguo a sul.	
1774	-	4	3	1	1.000.000	90.000	Obra: 4203	
1780	-	4	3	1	883.000	79.470	VER ROCIO, P. 59	
-	-	-	-	-	-	-	<u>Até 1931</u>	
1782	Gaspar	-	-	-	863.000	77.670	MVV: 6	
1785	Pessoa	-	-	-	853.000	76.770	Pisos: R/C+3P+AF	
1790	Tavares	-	-	-	702.000	63.180	Cobertura: Telhado	
1799	-	-	-	-	652.000	58.680	germânico de 4 águas e	
1800	-	-	-	-	652.000	58.680	trapeiras.	
1805	-	-	-	-	1.042.800	93.852	Cimalha: Beirado sobre	
1810	-	-	-	-	-	-	cornija	
1815	-	-	-	-	1.154.400	103.896	Varandas: Individuais	
1820	-	-	-	-	-	-	no 1.º piso, na fachada	
1825	-	-	-	-	1.301.600	117.144	sobre a Rua Augusta, sacada intercalada com vãos de peito na fachada sobre o Rossio. Escada: De tiro até ao 1.º P, depois dois lanços sem bomba. Azulejos padronados de flor e estrela, em azul e manganés, com cercadura de folhas. Fogos: 1 fogo por piso, com 9 divisões. Sala ampla, quadrada, na esquina. Azulejos de flor em quadriculado,	

							de cor azul e manganés sobre fundo branco, com cercadura de folhas, revestindo integralmente as paredes da cozinha. Chaminé: Na empena. Com pedra de verga em arco. <u>Após 1931:</u> Já não é um edifício de habitação. MVV: 6 Pisos: R/C+sobre-loja+2P+Mansarda. Cobertura: Telhado germânico de 4 águas e trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: No edifício de esquina não há varandas. No corpo contíguo há varandas no 1.º piso. Escada: Mantém-se a escada de tiro primitiva com azulejos de flor e estrela. Fogos: R/C abobadado. Andares sem corredor. Chaminé: Na empena. Na parede posterior. Processos: 4207/1.ªREP/PG/1904 5904/1.ªREP/PG/1918 5329/DAG/PG/1931 6526/DAG/PG/1942
1766	Pedro da	2	3	1	366.000	32.940	2015 – Rua Augusta
1767	Costa	2	3	1	366.000	32.940	277-283.
1770	Guim.es	1	3	1	358.000	32.220	1820 – Rua Augusta
1771	-	2	3	1	375.200	33.768	99-101.
1773	-	2	3	1	361.600	32.544	SIG:
1774	-	2	3	1	330.000	29.700	48.001.02.015.001
1780	Herdeiros de	2	3	1	311.000	28.080	Obra: 13427
-	Pedro da	-	-	-	-	-	MVV: 4
-	Costa	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3+AF
-	Guimarães	-	-	-	-	-	Cobertura: Duas águas com trapeiras.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre cornija.
1785	Maximiliano	-	-	-	458.400	41.256	Varandas: Individuais no 1.º piso.
1790	de Oliveira	-	-	-	463.200	41.688	Escada: De tiro até ao 1.º piso e depois de 2
1799	-	-	-	-	404.200	36.378	lanços com bomba estreita retangular.
-	-	-	-	-	-	-	Fogos: Dois por piso com 4 divisões,
1800	Herdeiros de	-	-	-	486.700	43.803	
-	Maximiliano	-	-	-	-	-	
-	de Oliveira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	António José	-	-	-	589.600	53.064	
1810	Moreira	-	-	-	506.800	45.612	
1815	-	-	-	-	651.200	58.608	

1820	-	-	-	-	455.400	41.220	inicialmente sem corredor.
-	-	-	-	-	-	-	Chaminé: Na parede posterior.
1825	D. Ângela	-	-	-	410.220	58.603	Processos:
1830	Thereza de	-	-	-	404.800	36.432	4059/1.ªREP/PG/1911
1833	Oliveira e Silva	-	-	-	413.600	37.224	18124/SEC/PET/1935
1766	Rodrigo	2	3	1	502.200	45.108	2015 – Rua Augusta
1767	Caetano	2	3	1	494.000	44.460	275-275A.
1770	de Almada	2	3	1	455.600	41.004	1820 – Rua Augusta
1771	-	2	3	1	444.800	40.032	97-98.
1773	-	2	3	1	401.600	36.144	SIG:
1774	-	2	3	1	402.400	36.216	48.001.02.008.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 28024
1780	Herdeiros de	2	3	1	450.000	40.500	<u>Até 1951:</u>
-	Rodrigo	-	-	-	479.200	43.128	MVV: 3
-	Caetano	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P+AF
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
1782	Francisco de	-	-	-	312.000	28.080	duas águas com duas
1785	Paula da	-	-	-	312.000	28.080	trapeiras.
-	Cunha	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
-	Maldonado	-	-	-	-	-	cornija.
-	-	-	-	-	-	-	Varandas: Individuais
1790	Maximiliano	-	-	-	312.000	28.080	no 1.º piso.
-	Fernandes	-	-	-	-	-	Escada: Dois lanços
-	de Oliveira	-	-	-	-	-	sem bomba.
-	-	-	-	-	-	-	Fogos: Um por piso
1800	Antônio José	-	-	-	274.800	24.732	com 6/7 divisões.
1805	Moreira	-	-	-	285.200	25.668	Chaminé: Na parede
1810	-	-	-	-	438.400	39.456	posterior.
1815	-	-	-	-	350.000	31.500	<u>Após 1951:</u>
1820	-	-	-	-	458.000	41.220	MVV: 3
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P+1P
1825	D. Ângela	-	-	-	444.800	40.032	vc+1P neopombalino.
-	Thereza de	-	-	-	-	-	Cobertura: 2 águas
-	Oliveira e	-	-	-	-	-	desníveladas e
-	Silva	-	-	-	-	-	claraboia.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
1830	João Ferreira	-	-	-	363.200	32.688	cornija.
1833	da Cunha Bastos	-	-	-	401.600	36.144	Varandas: Individuais
							no 1.º piso e corrida no
							4.º.
							Escada: De três lanços
							com bomba.
							Fogos: 1/piso. Até ao
							4.º andar o espaço não é
							compartimentado.
							Chaminé: Não tem.
							Processos:
							33484/DAG/PG/1951
1765	Jozé	5	1	0	1.000.000	90.000	2015 – Rua Augusta,
1766	Rodrigues	5	1	0	1.000.000	90.000	253-269; Rua de Sta.
1767	Bandr. <sup>a</sup>	5	1	0	1.000.000	90.000	Justa, 66-76; Rua dos
1770	(Presidente	5	3	1	990.400	89.136	Sapateiros, 194-216.
1771	da Junta do	5	3	1	999.600	90.000	1820 – Rua de Sta.
1773	Comércio e	5	3	1	918.400	82.656	Justa 6.
1774	Cavaleiro da	5	3	1	968.400	87.156	SIG:
-	Ordem de	-	-	-	-	-	48.001.02.016.001
-	Cristo ?)	-	-	-	-	-	Obra: 33
-	-	-	-	-	-	-	

1780	Herdeiros de	5	3	1	958.800	86.292	<p>MVV: 9+8 Rua de Santa Justa+9 Rua dos Sapateiros (+3)  VER RUA NOVA DOS SAPATEIROS, P. 43; RUA TRAVESSA DE SANTA JUSTA, P. 205.  <u>Até 1977:</u>  Terá sido, na sua gênese, uma casa senhorial, depois adaptada a prédio de rendimento e mais tarde a hotel. Em 1867 era já hotel.  Pisos: R/C+3P+AF  Cobertura: Telhado de 7 águas.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Individuais no 1.º piso.  Escada: Um lanço por piso e corredor lateral, sem bomba.  Fogos: 1/piso. Unidade hoteleira.  Chaminé: Parede do saguão.  <u>Após 1977:</u>  Pisos: R/C+3P.+1 P. mansarda.  Cobertura: 2 águas.  Cimalha: Cornija.  Varandas: 1.º e 4.º Pisos.  Escada: Três lanços e bomba larga.  Fogos: Unidade hoteleira.  Chaminé: -Processos: 1208/DMPGU/OB/1977</p>
1782	José	-	-	-	958.800	86.292	
1785	Rodrigues	-	-	-	-	-	
-	Bandeira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1799	Mariana	-	-	-	954.800	85.932	
1800	Joaquina	-	-	-	1.209.800	108.882	
-	Bularte	-	-	-	-	-	
-	Dique	-	-	-	-	-	
1805	-	-	-	-	1.733.800	156.042	
1810	José António	-	-	-	370.000	33.300	
1815	Gomes	-	-	-	1.756.000	158.040	
1820	Ribeiro	-	-	-	1.956.000	176.040	
1825	-	-	-	-	2.044.000	183.960	
1833	-	-	-	-	1.496.000	134.640	
1834	-	-	-	-	1.456.000	43.680	
-	-	-	-	-	-	-	
1940	Condessa de Casal Ribeiro	-	-	-	-	-	
1770	Joze	?	?	?	96.000	8.640	<p>2015 – Rua Augusta, 253-269; Rua de Sta. Justa, 66-76; Rua dos Sapateiros, 194-216.  1820 – Rua de Sta. Justa.  SIG: 48.001.02.016.001  Obra: 33  Emparcelado com prédio contíguo a norte.</p>
1771	Rodrigues Bandr. <sup>a</sup>	?	3	1	96.000	8.640	
1765	Joze da	2	1	0	194.400	17.496	<p>2015– Rua Augusta, 245-251; Rua de Sta. Justa, 71-77.  1820 – Rua de Sta. Justa 31-32.  SIG:</p>
1767	Costa Soares	3	3	1	356.400	32.076	
1770	-	3	3	1	370.600	33.354	
1771	-	3	3	1	395.600	35.604	
1773	-	1	3	1	278.800	25.092	
1774	-	2	3	1	319.200	28.728	

1780	-	3	3	1	426.400	38.376	48.001.10.006.001
1782	-	-	-	-	403.200	36.288	Obra: 25751
-	-	-	-	-	-	-	VER RUA
1785	Pedro de	-	-	-	413.200	37.188	TRAVESSA DE
1799	Azevedo	-	-	-	416.400	37.476	SANTA JUSTA, P.
1790	Sagunto (ou	-	-	-	413.200	37.188	210.
1800	Fagundes?)	-	-	-	431.200	38.808	MVV: 4/4
-	-	-	-	-	-	43.092	<u>Até 1901:</u>
1805	V. <sup>a</sup> de	-	-	-	478.800	-	Pisos: R/C+3P+AF
1810	Herculano	-	-	-	452.000	40.680	Cobertura: 3 águas.
-	José de	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
-	Barros	-	-	-	-	-	cornija.
-	-	-	-	-	-	-	Varandas: S/Rua
1815	D. Anna	-	-	-	451.200	40.608	Augusta - 1.º Piso.
1820	Fernandes	-	-	-	504.000	45.360	Escada: Dois lanços
1825	de	-	-	-	545.600	49.104	sem bomba.
1833	Vasconcelos	-	-	-	448.800	40.392	Fogos: 1/piso.
1834	-	-	-	-	415.000	12.450	Chaminé: Parede da
							empena.
							<u>Após 1901:</u>
							Pisos: R/C+3P.+1P vc.
							Em 1928 há já um
							quinto piso, de varanda
							corrida.
							Cobertura: 4 águas.
							Cimalha: Cornija.
							Varandas: 1.º e 4.º
							Pisos.
							Escada: Quatro lanços e
							bomba.
							Fogos: Com corredor.
							Chaminé: Na parede da
							empena.
							Processos:
							1872/DAG/PG/1901
							N.º
							3158/DAG/PET/1928
1771	Jozé	3	3	0	157.600	14.184	2015 – Rua Augusta
1773	Frederico	1	3	1	513.200	46.188	233-241; Rua dos
1774	Ludovice	4	3	1	462.800	42.552	Sapateiros 174-178.
1780	-	4	3	1	434.400	39.096	1820 – Rua Augusta
1782	-	-	-	-	458.400	41.256	86-89.
1785	-	-	-	-	500.000	45.000	SIG: 48.001.10.005.001
1790	-	-	-	-	540.800	48.672	Obra: 32
1799	-	-	-	-	540.400	48.636	Edifício eclético de
1800	-	-	-	-	529.200	47.628	serviços.
-	-	-	-	-	-	-	<u>Até 1919:</u>
1805	Manuel	-	-	-	663.600	59.724	MVV: 4
1810	Ferreira	-	-	-	540.800	48.672	Pisos: Não há
1815	Garcez	-	-	-	592.000	53.380	elementos.
1820	-	-	-	-	576.000	51.840	Cobertura: Não há
1825	-	-	-	-	512.000	46.080	elementos
1830	-	-	-	-	512.000	46.080	Cimalha: Não há
-	-	-	-	-	-	-	elementos.
1833	Gertrudes	-	-	-	410.000	36.900	Varandas: Não há
	Magna						elementos.
	Garcêz						Escada: Não há
							elementos.
							Fogos: Não há
							elementos.

							<p>Chaminé: Na parede posterior.</p> <p><u>Depois de 1919:</u>  Projeto de Norte Júnior – com duas frentes.  MVV: -  Pisos: Não são habitacionais.  Cobertura: Complexa.  Cimalha: Platibanda em frontão triangular.  Varandas: Não há.  Escada: Até ao 1.º P è de dois lanços em leque, e bomba larga.  Fogos: -  Chaminé: -  Processos:  385/1.ªREP/PG/1915  20119/1.ªREP/PG/1919</p>
1780	Santa Igreja	3	3	1	294.400	Isento	2015 – Rua Augusta
1782	Patriarcal	-	-	-	321.000	Isento	225-231.
1785	-	-	-	-	321.000	Isento	1820 – Rua Augusta
1790	-	-	-	-	297.000	Isento	83-85.
1799	-	-	-	-	297.000	Isento	SIG: 48.001.10.010.001
1800	-	-	-	-	297.000	Isento	Obra: 3449
-	-	-	-	-	-	-	<u>Até 1885:</u>
1805	Francisco	-	-	-	528.000	47.520	MVV: 4
1810	António	-	-	-	303.200	27.288	Pisos: R/C+3+AF
-	Leal	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de duas águas.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre cornija.
1815	Francisco	-	-	-	506.800	45.612	Varandas: Individuais no 1.º piso.
1820	Ambrózio	-	-	-	544.200	48.978	Escada: De dois lanços sem bomba.
1825	Leal	-	-	-	531.800	47.862	Fogos: Um fogo por piso com oito divisões, sem corredor.
1830	-	-	-	-	531.800	47.862	Chaminé: Na parede da fachada posterior.
1833	-	-	-	-	232.800	20.952	<u>Depois de 1885:</u> MVV: 4 Pisos: R/C+3+1P vc+1P.amansardado+A F. Cobertura: Águas dobradas. Cimalha: Cornija. Varandas: Individuais no 1.º P, e corridas no 4.º e 5.º pisos. Escada: Dois lanços sem bomba. Fogos: 1Um por piso com 8 divisões e sem corredor até ao 3.º andar. Nos pisos 4.º e



							5.º há dois fogos por piso, com corredor. Chaminé: Até ao 3.º P está na parede posterior. No 4.º e 5.º P, na parede da empena. Processo: N.º 2504/1.ªREP/PG/1885
1771	P.e	2	3	1	304.000	27.360	2015 – Rua Augusta
1773	Dominguez	2	3	1	252.000	22.680	217-223.
1774	dos Santos	2	3	1	324.400	29.196	1820 – Rua Augusta
-	Franco	-	-	-	-	-	79-82.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.10.007.001
1780	Herdeiros do	2	3	1	309.200	27.828	Obra: 29
1782	Padre	-	-	-	309.800	27.882	MVV: 4
1785	Domingos	-	-	-	271.200	24.408	Pisos: R/C+3+AF
1790	dos Santos	-	-	-	335.200	30.168	Cobertura: Duas águas com trapeiras.
-	Franco	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre cornija.
-	-	-	-	-	-	-	Varandas: Individuais, no 1.º andar .
1799	Maria da	-	-	-	520.800	46.872	Escada: De tiro até ao 1.º piso.
1800	Assunção	-	-	-	520.800	46.872	Fogos: Não estão documentados.
1805	Umbelina	-	-	-	561.600	50.544	Chaminé: Não há documentação.
1810	De Melo	-	-	-	509.200	45.828	Processo: Sem documentação relevante.
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Dez.or Filipe	-	-	-	614.000	55.260	
-	de Neri de S.	-	-	-	-	-	
-	Cout.	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Dez.or Filipe	-	-	-	666.160	74.349	
1825	de Neri da	-	-	-	640.000	57.600	
-	Silva	-	-	-	-	-	
-	Coutinho	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1830	Herdeiros do	-	-	-	499.200	44.928	
1833	Dez. Filipe	-	-	-	494.400	44.496	
	Neri da Silva						
1766	D. Maria	2	3	1	408.800	36.792	2015 – Rua Augusta
1767	João	2	3	1	432.400	33.916	209-215.
1770	-	2	3	1	386.000	34.740	1820 – Rua Augusta
1771	-	2	3	1	284.800	25.632	75-78.
1773	-	2	3	1	343.400	30.906	SIG:
1774	-	2	3	1	332.800	29.052	48.001.10.002.001
1780	-	2	3	1	340.400	30.636	Obra: 52996
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 4
1782	-	-	-	-	344.800	31.032	Pisos: R/C+3+AF
1785	Herdeiros de	-	-	-	359.000	32.364	Cobertura: Duas águas com trapeiras.
1790	Maria João	-	-	-	345.200	31.068	Cimalha: Beirado sobre cornija.
-	-	-	-	-	-	-	Varandas: Individuais no 1.º piso.
1799	-	-	-	-	315.200	28.368	Escada: De tiro até ao 1.º andar, depois de dois lanços com bomba e guarda de ferro.
1800	João Luís do	-	-	-	328.400	29.556	Azulejos azuis e brancos em lambrim, de uma flor a preencher todo o azulejo.
1805	Cabo	-	-	-	393.600	35.424	
1810	-	-	-	-	421.600	39.944	
1815	-	-	-	-	500.800	45.072	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Manuel	-	-	-	520.800	46.872	
1830	Moreira	-	-	-	538.800	48.492	
1833	Marques	-	-	-	423.600	38.124	

							Fogos: Dois fogos por piso, com cinco divisões e sem corredor, só criado mais tarde pela colocação de um tabique. A cozinha é o maior compartimento. Chaminé: Não há elementos. Processo: 5176/DAG/PG/1920 19456/DAG/PG/1937
1773	P.es	4	3	1	274.000	24.660	2015 – Rua Augusta
1774	Paulistas	4	3	1	262.000	23.580	205-207; Rua da
1780	-	4	3	1	234.000	Isento	Assunção 74.
1780	-	-	-	-	234.000	Isento	1820 – Rua Travessa da
1785	-	-	-	-	234.800	Isento	Assumpção 12-13
1790	-	-	-	-	234.800	Isento	1830 – Travessa da
1799	-	-	-	-	234.800	Isento	Assumpção 12-13B.
1800	-	-	-	-	?	?	SIG: 48.001.10.004.001
1805	-	-	-	-	236.400	Eclesiast.	Obra: 28
1810	-	-	-	-	-	-	VER RUA
-	-	-	-	-	-	-	TRAVESSA DA
1815	N. consta	-	-	-	N. consta	-	ASSUMPCÃO, P. 190.
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 2 e 4
1820	Herdeiros do	-	-	-	257.600	23.184	<u>Até 1891:</u>
1825	Padre José	-	-	-	291.200	26.208	Pisos: R/C+3+AF
-	Costa da	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
-	Fonseca	-	-	-	-	-	duas águas com
-	-	-	-	-	-	-	trapeiras.
1833	Joaquim	-	-	-	325.600	29.304	Cimalha: Beirado sobre
1834	Gonçalves	-	-	-	315.600	9.468	cornija.
	Neves						Varandas: Nos vãos do 1.º andar só há varandas individuais na fachada da Rua Augusta. Escada: De dois lanços sem bomba. Fogos: Dois por piso, com 2/4 divisões, sem corredor. Chaminé: Na parede da empena. <u>Após 1891:</u> Pisos: R/C+3+1P vc+1P amansardado. Cobertura: Águas quebradas. Cimalha: Cornija de zinco. Varandas: Individuais no 1.º andar e corridas no 4.º e 5.º pisos. Escada: De degraus em leque e bomba de gaveto. Fogos: Um por piso, sem corredor até ao 3.º andar. No 4.º e 5.º

							andares um fogo por piso, com 7 divisões e com corredor. Chaminé: Na parede da empena. Processo: 5761/1.ªREP/PG/1891
1763	Patrício	3	3	1	19.200	1.728	2015 – Rua Augusta
1765	Brau	4	3	1	298.800	26.892	199-203; Rua da
1766	-	4	3	1	278.400	25.056	Assunção 63-69.
1767	-	2	3	1	196.000	17.640	1820 – Rua Travessa da
1770	-	3	3	1	272.200	23.508	Assumpção 47-48.
1771	-	3	3	1	232.000	20.880	SIG:
1773	-	3	3	1	216.000	19.440	48.001.16.001.001
1774	-	3	3	1	251.600	22.644	Obra: 44
1780	Patrício	3	3	1	210.000	18.900	VER RUA
1782	Boreau	-	-	-	262.000	23.580	TRAVESSA DA
1785	-	-	-	-	262.000	23.580	ASSUMPCÃO, P. 199.
-	-	-	-	-	-	-	Prédio de esquina
1790	Joaquim	-	-	-	254.200	22.878	emparcelado ao prédio
1799	José	-	-	-	353.000	31.770	contíguo a sul.
1800	Domingues	-	-	-	375.870	33.827	MVV: 2 e 4
1805	-	-	-	-	384.160	34.574	Pisos: R/C+3P+1P
1810	-	-	-	-	269.600	24.264	cv+1P mansarda.
1815	-	-	-	-	336.400	30.276	Cobertura: Águas
-	-	-	-	-	-	-	quebradas.
1820	João dos	-	-	-	438.800	39.492	Cimalha: Cornija em
1825	Santos	-	-	-	405.200	36.468	zinco.
1833	-	-	-	-	421.600	37.944	Varandas: Individuais
1834	-	-	-	-	401.600	12.048	no 1.º andar e corridas
							nos pisos 4.º e 5.º. Escada: Dois lanços, degraus em leque e bomba estreita de gaveto. Fogos: Um por piso, com 6 divisões e sem corredor. Chaminé: Perpendicular à parede da empena. Processo: 19888/DAG/PG/1948
1770	Dez. João	2	3	1	590.000	53.100	2015 – Rua Augusta
1771	Fernandes	2	3	1	507.000	45.630	187-197.
1773	de Oliveira	5	3	1	523.400	47.106	1820 – Rua Augusta
1774	-	5	3	1	523.400	47.106	66-72.
1780	-	5	3	1	510.200	45.918	SIG: 48.001.16.003.001
1782	-	-	-	-	502.200	45.918	Obra: 6755
1785	-	-	-	-	553.000	49.770	MVV: 7
-	-	-	-	-	-	-	Até 1883:
1790	Herdeiros do	-	-	-	581.800	52.992	A parede espeça que
1799	Dez. João	-	-	-	645.800	58.122	separa a metade
1800	Fernandes	-	-	-	645.800	58.122	esquerda do edifício da
1805	de Oliveira	-	-	-	596.800	53.712	caixa de escada, indicia
1810	-	-	-	-	663.200	59.688	terem no início sido
-	-	-	-	-	-	-	dois prédios de 3 e 4
1815	D. Anna	-	-	-	743.400	66.906	MVV, com escada
1820	Maria	-	-	-	796.600	71.694	comum incorporada no
1825	Fernandes	-	-	-	789.000	71.010	do lado norte.
1830	-	-	-	-	748.400	67.556	Pisos: R/C+3+AF

1833	de Oliveira Grijó	-	-	-	765.000	68.904	<p>Cobertura: Telhado de duas águas com trapeiras</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: Individuais no 1.º piso.</p> <p>Escada: De dois lanços sem bomba.</p> <p>Fogos: Dois por piso com 7/8 divisões e sem corredor.</p> <p>Chaminé: Na metade esquerda está adossada à parede da caixa de escada e na metade direita está na parede da fachada posterior.</p> <p><u>Após 1883:</u></p> <p>Pisos: R/C+3+1Pvc+1P mansarda.</p> <p>Cobertura: Águas quebradas</p> <p>Cimalha: Cornija em zinco.</p> <p>Varandas: 1.º, 4.º e 5.º pisos.</p> <p>Escada: Helicoidal com degraus em leque e com bomba.</p> <p>Fogos: 2/P. Com corredor curto.</p> <p>Chaminé: Na parede da caixa de escada e na parede posterior.</p> <p>Processo: 79000/1.ªREP/PG/1883</p>
1771	Dez. João	7	3	1	697.200	62.748	2015 – Rua Augusta
1773	Fernandes	6	3	1	584.000	52.560	173/185.
1774	de Oliveira	6	3	1	566.000	51.030	1820 – Rua Augusta
1780	-	6	3	1	525.600	47.304	66-72.
1782	-	-	-	-	525.000	47.304	SIG: 48.001.16.008.001
1785	-	-	-	-	563.400	50.706	Obra: 30216
-	-	-	-	-	-	-	É constituído por dois
1790	Herdeiros do	-	-	-	590.400	53.136	volumes separados por
1799	Dez. João	-	-	-	590.400	53.136	uma parede de
1800	Fernandes	-	-	-	601.400	54.126	alvenaria de pedra. O
1805	de Oliveira	-	-	-	681.600	61.344	esquerdo inclui a
1810	-	-	-	-	686.400	61.776	escada e é mais
-	-	-	-	-	-	-	profundo ocupando
-	-	-	-	-	-	-	parte do saguão.
1815	Anna Maria	-	-	-	754.800	67.932	MVV: 7
1820	Fernandes	-	-	-	794.400	71.496	Pisos: R/+3P+AF
1825	de Oliveira	-	-	-	818.500	73.665	Cobertura: Duas águas
1830	Grijó	-	-	-	796.900	71.721	com trapeiras
1833	-	-	-	-	801.400	72.126	Cimalha: Beirado sobre cornija.
							Varandas: Individuais no 1.º piso.

							Escada: O lado direito é servido por uma escada de tiro. O lado esquerdo é servido por uma escada de dois lanços, sem bomba, que se desenvolve a partir dos patins intermédios da escada de tiro. Duplo arco de cantaria no arranque da escada. Fogos: Dois por piso, separados por uma parede espeda de alvenaria de pedra, com 6 e 10 divisões. Chaminé: Nos fogos do lado esquerdo está adossada à parede meira. Nos do lado direito está na parede posterior. Processo: 36780/DAG/PG/1962
1771	João	9	3	1	1.169.600	105.264	2015 – Rua Augusta 157-171; Rua da Vitória, 66-80. 1820 – Rua Augusta 60-65. SIG: 48.001.16.004.001 Obra: 004 VER TRAVESSA DA VICTÓRIA, P.172. Emparcelado com o prédio contíguo da Rua da Vitória e da Rua Augusta. Alteração de interior e exterior em 1905 para instalação da loja Casa Africana. MVV: 8 Pisos: R/C+3P+AF Cobertura: Duas águas com trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: corridas no 1.ºP Escada: Dois lanços Fogos: 2/pisos, sem corredor. Chaminé: Paredes das empenas. Processos: 1740/DMPGU/OB/1976
1773	Fernandes	11	3	1	851.160	76.605	
1774	de Oliveira	10	3	1	1.035.800	93.222	
1780	-	9	3	1	863.000	77-670	
1782	-	-	-	-	861.000	78.462	
1785	-	-	-	-	925.200	83.268	
-	-	-	-	-	-	-	
1790	Herdeiros de	-	-	-	963.200	86.688	
1799	João	-	-	-	863.000	77.670	
1800	Fernandes	-	-	-	873.000	77.670	
1805	de Oliveira	-	-	-	770.200	69.318	
1810	-	-	-	-	767.000	69.030	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	D. Anna	-	-	-	-	-	
1820	Maria	-	-	-	1.317.000	118.530	
1825	Fernandes	-	-	-	1.317.000	118.530	
1830	de Oliveira	-	-	-	1.124.800	101.232	
1833	Grijó	-	-	-	1.375.200	41.256	
-	-	-	-	-	-	-	
1771	João Frz.de Oliveira	?	3	1	287.000	25.830	Emparcelado com o prédio anterior, que lhe era contíguo a norte.

1780	Quitéria	5	3	1	499.600	44.964	1015 – Rua Augusta
1782	Machado de	-	-	-	500.400	45.036	147-155; Rua da
1785	Miranda	-	-	-	502.400	45.216	Vitória 49-55.
1790	-	-	-	-	506.400	45.576	1820 – Travessa da
-	-	-	-	-	-	-	Vitória N.º 47-48.
1799	Dez.	-	-	-	563.600	50.724	SIG: 48.001.19.006.001
1800	Alexandre	-	-	-	577.400	51.966	Obra: 17
1805	Nunes	-	-	-	658.000	59.220	VER TRAVESSA DA
1810	Monteiro	-	-	-	591.600	47.844	VICTÓRIA, P.184.
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 5
1815	Diogo João	-	-	-	643.200	57.888	Pisos: R/C+3P+AF.
1820	Palmeiro	-	-	-	586.000	52.740	Cobertura: Telhado de
1825	-	-	-	-	548.800	49.392	4 águas com trapeiras
-	-	-	-	-	-	-	dísparas.
1833	Maria	-	-	-	541.600	48.744	Cimalha: Beirado sobre
1834	Firmina de Oliveira	-	-	-	704-.400	21.132	cornija. Varandas: Individuais no 1.º piso, com guardas de balaústres em ferro forjado. Escada: 2 lanços e bomba estreita. Guarda de ferro forjado em pescoço de cavalo. Fogos: Dois fogos por pisos. Chaminé: Adossada à parede da empena. Processos: 17435/DAG/PG/1922
1763	Herd.ºs de	4	1X2	0	96.000	8.550	2015– Rua Augusta
1765	Lourenço da	4	1	0	433.600	39.024	137-145.
-	S.ª e Abreu	-	-	-	-	-	1820 – Rua Augusta
-	-	-	-	-	-	-	45-49.
1766	Francisco da	4	3	1	450.000	40.500	SIG: 48.001.19.007.001
1767	Silva Abreu	5	3	1	550.000	49.500	Obra: 37879
1770	-	4*	3	1	554.600	49.914	MVV: 5
1771	-	4	3	1	547.800	49.302	Pisos: R/C+3+AF
1773	-	5	3	1	557.200	50.148	Cobertura: Telhado de
1774	-	5	3	1	539.800	48.582	duas águas com duas
-	-	-	-	-	-	-	trapeiras.
1780	José	3+1 sótão	3	1	393.600	35.424	Cimalha: Beirado sobre
1782	Monteiro	-	-	-	521.000	46.890	cornija.
1785	Chaves	-	-	-	615.000	55.350	Varandas: Individuais
-	-	-	-	-	-	-	no primeiro piso, com
1790	José	-	-	-	509.800	45.882	guardas de balaústres
-	Domingues	-	-	-	-	-	de ferro forjado.
-	-	-	-	-	-	-	Escada: Até 1989
1799	Joaquim	-	-	-	651.800	58.662	houve uma escada de
1800	José	-	-	-	613.960	55.256	dois lanços por piso,
1805	Domingues	-	-	-	701.760	63.158	sem bomba.
1810	-	-	-	-	521.600	46.944	Fogos: Até 1989 havia
1815	-	-	-	-	589.600	53.064	dois fogos por piso,
1820	-	-	-	-	673.400	60.606	separados por uma
-	-	-	-	-	-	-	espeça parede de
1825	Filipe Neri.?	-	-	-	730.000	65.700	alvenaria de pedra,
1830	da Costa	-	-	-	618.400	55.656	como se fossem dois
-	-	-	-	-	-	-	prédios.
1833	D. Maria do Carmo	-	-	-	565.200	50.868	Chaminé: No lado esquerdo está adossada

	Campello e Costa						à parede divisória dos fogos, no lado direito estava na parede da fachada posterior. Processos: 3020/DMPGU/OB/1989
1780	Junta do Comércio	2	3	1	222.600	20.034	2015 – Rua Augusta 131 -135.
-	-	-	-	-	-	-	1820 – Rua Augusta 42-44.
1782	José António Monteiro	-	-	-	221.600	19.944	SIG: 48.001.19.001.001
1785	-	-	-	-	-	-	Obra: 6730
1790	Herdeiros de José António Monteiro	-	-	-	221.600	19.944	MVV: 3
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3+1P vc+
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: 2 águas com trapeiras díspares.
1799	António José de Sousa	-	-	-	231.600	20.844	Cimalha: Balaustrada.
1800	-	-	-	-	231.600	20.844	Varandas: Individuais no 1.º piso, e varanda corrida no 4.º piso.
1805	-	-	-	-	254.400	22.896	Escada: De tiro até ao 1.º piso e, a partir daí, de dois lanços sem bomba.
1810	-	-	-	-	285.600	25.704	Fogos: 1/piso, com 6 divisões e pequeno corredor.
1815	-	-	-	-	295.200	26.568	Chaminé: Na parede da fachada posterior.
-	-	-	-	-	-	-	Processos: 3528/1.ªREP/PG/1917
1820	Herdeiros de António José de Sousa	-	-	-	295.200	26.568	6262/DAG/PG/1964
1825	-	-	-	-	306.000	27.540	
1830	-	-	-	-	306.000	27.540	
1833	-	-	-	-	244.800	22.032	
1766	Condessa de Óbidos	1	3	1	153.600	13.824	2015 – Rua Augusta 125-129.
1767	D. Eugénia de Mascarenhas	1*	3	1	21.600	28.944	1820 – Rua Augusta 39-41.
1770	-	1	3	1	240.800	21.672	SIG: 48.001.19.008.001
1771	-	1	3	1	248.000	22.320	Obra: 20844
1773	Conde de Óbidos	1	3	1	252.000	22.680	MVV: 3
1774	-	1	3	1	245.600	22.104	Pisos: R/C+3P+1Pvc+AF
1780	-	2	3	1	239.200	21.528	Cobertura: Telhado de 2 águas com trapeira e claraboia.
1782	-	-	-	-	239.200	21.528	Cimalha: Balaustrada.
1785	-	-	-	-	239.200	21.528	Varandas: Individuais no 1.º piso com guardas em balaústres de ferro forjado, e varanda corrida no 4.º piso.
1790	-	-	-	-	210.400	18.936	Escada: A escada primitiva era de tiro até ao 1.º piso. Atualmente é de 2 lanços com bomba estreita de gaveto e guarda em ferro forjado.
1799	-	-	-	-	226.600	20.393	
1800	-	-	-	-	274.000	24.660	
1805	-	-	-	-	349.600	31,464	
1810	-	-	-	-	379.200	34.128	
1815	-	-	-	-	308.400	27.956	
1820	-	-	-	-	382.000	34.380	
1825	-	-	-	-	350.800	31.572	
1830	-	-	-	-	350.800	31.572	
1833	-	-	-	-	328.800	29.592	

							Fogos: Um por piso com cinco divisões e sem corredor. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 4125/DAG/PG/1914 44134/DAG/PG/1958
1780	Junta do Comércio	1	3	1	228.000	20.520	2015 – Rua Augusta 119-123.
-	-	-	-	-	-	-	1820 – Rua Augusta 37-38.
1782	José António Monteiro	-	-	-	228.000	20.520	SIG: 48.001.19.002.001
1785	-	-	-	-	227.200	20.448	Obra: 7170
1790	Herdeiros de José António Monteiro	-	-	-	232.000	20.880	MVV: 3
1799	-	-	-	-	134.400	21.096	<u>Até 1889:</u>
1800	-	-	-	-	234.400	21.096	Pisos: R/C+3P+AF.
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de águas dobradas com trapeiras.
1805	António José de Sousa	-	-	-	240.000	21.600	Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: 1.º piso.
1810	-	-	-	-	222.000	19.980	Escada: 2 lanços sem bomba.
1815	-	-	-	-	332.800	29.952	Fogos: Um por piso com 8 divisões sem corredor.
-	-	-	-	-	-	-	Chaminé: Na parede da fachada posterior
1820	João Baptista	-	-	-	319.200	28.728	<u>Após 1889:</u>
1825	-	-	-	-	336.000	30.240	Pisos: R/C+3P+1P vc+1P mansarda.
1830	Eliseu de Sousa	-	-	-	336.000	30.240	Cobertura: Águas quebradas.
1833	Monteiro	-	-	-	322.000	28.980	Cimalha: Cornija de zinco.
							Varandas: Individuais no 1.º andar, e varandas corridas nos 4.º e 5.º pisos.
							Escada: De 2 lanços sem bomba.
							Fogos: Um por piso, sem corredor salvo o último piso que tem 5 divisões e corredor.
							Chaminé: Até ao 3.º andar está na parede da fachada posterior. No 4.º e no 5.º piso, está encostada à parede da empena.
							Processos: 3663/1.ª REP/PG/1889
1780	Dez. Luis Ribeiro Quintella	1	3	1	236.000	21.240	2015– Rua Augusta 113-117.
-	-	-	-	-	-	-	1820 – Rua Augusta 34-36.
1782	-	-	-	-	242.400	21.816	SIG: 48.001.19.013.001



1785	Herdeiros do	-	-	-	243.600	21.924	<p>Obra: 7170  MVV: 3  Pisos: R/C+3P+AF  Cobertura: Telhado de 2 águas com uma trapeira.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Individuais no 1.º piso, com guardas de balaústres em ferro forjado. Na trapeira há também uma guarda em ferro forjado em barra.  Vãos: A moldura de cantaria da porta de acesso ao átrio com o seu lintel tripartido, é a primitiva, e tem gravado o N.º 5. A porta é de tábuas verticais com taleiras rebitadas.  Escada: Não está documentada.  Fogos: Sem documentação.  Chaminé: Não documentada.  Processos: Sem peças desenhadas.</p>
-	Dez. Luis	-	-	-	-	-	
-	Ribeiro	-	-	-	-	-	
-	Quintella	-	-	-	-	-	
1790	-	-	-	-	247.600	22.284	
1799	Dez. José	-	-	-	257.200	23.148	
-	Joaquim	-	-	-	-	-	
-	Emaus	-	-	-	-	-	
1800	-	-	-	-	395.200	35.568	
1805	João	-	-	-	407.200	36.648	
-	Pedroso	-	-	-	-	-	
-	Pexeleiro	-	-	-	-	-	
1810	-	-	-	-	302.800	27.252	
1815	João Pereira	-	-	-	388.400	34.956	
-	Guimarães	-	-	-	-	-	
1820	-	-	-	-	420.800	37.872	
1825	Manuel	-	-	-	411.200	37.008	
1830	Martins da	-	-	-	344.000	30.960	
1833	Hora (ou da Rosa?)	-	-	-	320.000	28.800	
1766	Religiosas	2	3	1	244.000	?	<p>2015 – Rua de São Nicolau 66-72; Rua Augusta 109-111.  1825 – Travessa de São Nicolau 12-13.  SIG:  48.001.19.009.001  Obra: 19810  VER TRAVESSA DE SÃO NICOLAU, P. 164.  MVV: 2+4 (Rua S. Nicolau).  Não é um edifício habitacional desde, pelo menos, 1903.  Desde 1954 está ligado ao prédio contíguo a norte.  <u>Até 1914:</u>  Pisos: R/C+3P+AF.  Cobertura: Telhado de duas águas com trapeiras.  Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º piso,</p>
1767	do Convento	2	3	1	302.000	27.144	
1770	da	3	3	1	276.200	24.858	
1771	Esperança	3	3	1	285.800	25.722	
1773	-	3	3	1	266.800	24.102	
1774	-	4	3	1	263.400	23.706	
1780	-	3	3	1	257.200	Isento	
1782	-	-	-	-	257.200	Isento	
1785	-	-	-	-	257.200	Isento	
1790	-	-	-	-	257.200	Isento	
1799	-	-	-	-	281.000	Isento	
1800	-	-	-	-	?	Isento	
1805	-	-	-	-	326.800	Isento	
1810	-	-	-	-	?	Isento	
1825	-	-	-	-	?	Isento	
1833	-	-	-	-	326.800	Isento	
1834	-	-	-	-	?	Isento	

							do lado da Rua Augusta. Escada: De dois lanços sem bomba. Fogos: Dois por piso. Chaminé: No troço da parede posterior, que dá para o saguão. <u>Após 1914:</u> Pisos: R/C+3P+1P vc+1P mansarda. Cobertura: Águas quebradas. Cimalha: Cornija de zinco. Varandas: No 1.º piso do lado da Rua Augusta estão unidas duas a duas. No 4.º e no 5.º piso há varandas corridas. Escada: Degraus em leque, com bomba larga. Fogos: Não têm divisões. Chaminé: Não tem. Processos: 3993/1.ªREP/PG/1903 2523/1.ªREP/PG/1914 4194/1.ªREP/PG/1914 50266/DAG/PG/
RUA DIREITA DOS CORREEIROS, lado direito e ocidental de norte para sul							
1815	Bernardo	Incompleta	-	-	376.000	23.840	2015 – Rua dos
1820	José Bastos	-	-	-	384.000	34.560	Correiros 217-225.
1825	-	-	-	-	384.000	34.560	1820/34 – Rua Travessa dos Correiros 73-77.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.03.009.001
1830	Herdeiros de	-	-	-	384.000	34.560	Obra: 10601
1833	Bernardo	-	-	-	351.200	31.608	MVV: 5
1834	José Bastos	-	-	-	260.000	7.800	Pisos: R/+3+1vc+AF Cobertura: Telhado de quatro águas, com trapeiras de zinco e claraboia. Cimalha: Platibanda. Varandas: Só varanda corrida no 4.º andar. Escada: Precedida por arco apoiado em duas mísulas de pedra. Três lanços por piso, com bomba de gaveto. Fogos: Arcadas no R/C. Dois fogos por piso com 6 e 7 divisões e um pequeno corredor.

							Chaminé: Na parede de divisão dos fogos, atrás da caixa de escada. Processos: 50398/DAG/PG/1956 40276/DAG/PG/1968
	Não consta. Poderá ter sido construído após 1834.						2015 – Rua dos Correiros 207-215. 1834 – Rua dos Correiros 68-72. SIG: 48.001.03.008.001 Obra: 9355 Semelhante ao prédio contíguo a norte. MVV: 5 Pisos: R/+3+1vc+AF Cobertura: Telhado de quatro águas, com trapeiras de zinco e claraboia. Cimalha: Platibanda. Varandas: Só varanda corrida no 4.º andar. Escada: Três lanços por piso, com bomba de gaveto. Fogos: Arcadas no R/C. Há dois fogos por piso com 6 e 7 divisões, e um pequeno corredor. Chaminé: Na parede de divisão dos fogos, atrás da caixa de escada. Processos: 28920/DAG/PG/1965; P3.
1792	Manoel	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos
1794	António	-	-	-	200.000	18.000	Correiros 199-205;
1796	Bastos	-	-	-	200.000	18.000	Rua de Santa Justa 52-
1798	-	-	-	-	194.000	17.460	56.
1800	-	-	-	-	590.000	53.100	1820 – Rua Travessa de
1805	-	-	-	-	612.000	54.180	Santa Justa 9.
-	-	-	-	-	-	-	1834 – Travessa de
1810	Bernardo	-	-	-	714.400	64.296	Santa Justa 9.
-	Bastos	-	-	-	-	-	SIG:
-	-	-	-	-	-	-	48.001.03.005.001
1815	Herdeiros de	-	-	-	670.000	59.400	Obra: 15649
1820	Bernardo	-	-	-	660.000	59.400	VER RUA
1825	José Bastos	-	-	-	504.000	45.360	TRAVESSA DE
1833	-	-	-	-	504.000	45.360	SANTA JUSTA, P.
1834	-	-	-	-	456.000	13.680	206. Inicialmente seria constituído por dois prédios, depois emparcelados. MVV: 7+4 (Rua de Santa Justa) Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF.

							<p>O 4.º piso foi construído em 1850.  Cobertura: Telhado de quatro águas com duas trapeiras.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Varanda corrida, no 4.º andar.  Escada: Separada do átrio por um arco de cantaria. Escada de dois lanços por piso sem bomba. Com o primeiro lanço em pedra.  Corrimão em parede de frontal com alvenaria, com corrimão em madeira, recortado formando volutas nos remates de patim.  Fogos: Arcadas nas lojas. Um fogo por piso, com 10 divisões e corredor.  Chaminé: Não há informação.  Processos:  34810/DAG/PG/1963.  Doc.PT/AMLSB/CML SB/ADMG-E/08/0113;P.1 - 1850</p>
1798	José	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos
1800	Francisco	-	-	-	490.000	44.100	Correiros 185-191;
1805	Chaves	-	-	-	490.000	44.100	Rua de Santa Justa 55-
1810	-	-	-	-	325.200	29.268	61.
-	-	-	-	-	-	-	1820/34 – Rua Travessa
1820	-	-	-	-	659.800	59.382	de Sta. Justa 25-28; Rua
1825	-	-	-	-	648.000	58.320	dos Correiros.
1833	Mariana da	-	-	-	503.200	15.288	1820/34 – Travessa de
1834	Encarnação	-	-	-	435.200	13.056	Santa Justa 25-28.
	da Luz						SIG: 48.001.11.001.001
	Barrozo						Obra: 28936
	(viúva de						VER RUA
	Chaves,						TRAVESSA DE
	mercador)						SANTA JUSTA, P.
							208.
							MVV: 4+4 (R. Sta.
							Justa).
							Pisos: R/C+3+1vc+AF
							Cobertura: Telhado
							complexo de 4 Águas c/
							4 trapeirões cujas
							cumeeiras se
							interseam.
							Cimalha: Beirado sobre
							cornija.
							Varandas: Individuais
							nos pisos 1 e 2, e
							varandas corridas nos

							<p>4.º e 5.º andares. Guardas de ferro forjado de fita. Janelas: De guilhotina, sacadas com bandeiras de vidraças arqueadas. Escada: Precedida por um arco de cantaria. S/bomba. Guarda em ferro forjado em barra. Lambril de azulejos padronados de flor e grinalda, a azul sobre fundo branco e azulejos de cercadura com uma faixa marmoreada e outra representando bossas, também em azul. Os azulejos do rodapé são marmoreados de cor manganés. Fogos: Um por piso de oito divisões, sem corredor e sala de planta quadrada na esquina. Revestimento azulejar formando lambril, de motivos figurativos de gosto neoclássicos. Chaminé: Na parede do saguão. Processos: 25104/DSC/PG/1939</p>
1773	Amaro	1	1	0	15.000	1.350	<p>2015 – Rua dos Correiros 181-183. 1815/34– Rua travessa dos Correiros 65-66. SIG: 48.001.11.008.001 Obra: 39510 MVV: 2 Pertenceu ao mesmo proprietário do prédio contíguo com frente para a rua Augusta, pelo que ocuparam o saguão que havia entre eles. Pisos: R/C+3+1vc+1 amansardado, este último construído em 1890. Cobertura: Telhado de duas águas. Cimalha: Beirado sobre caleira de zinco. Varandas: No 4.º andar a varanda é em ferro forjado em barra. No 5.º</p>
1774	Monteiro da	1	1	0	15.000	1.350	
1780	Cunha	1	1	0	15.000	1.350	
1783	-	-	-	-	15.000	1.350	
1785	-	-	-	-	15.000	1.350	
1790	-	-	-	-	158.000	14.256	
1792	-	-	-	-	158.400	14.256	
1794	-	-	-	-	177.600	15.984	
1796	-	-	-	-	158.400	14.256	
1798	-	-	-	-	187.600	15.984	
-	-	-	-	-	-	-	
1800	Paula	-	-	-	187.800	16.848	
1805	Joaquina	-	-	-	271.200	24.408	
1810	Ignácia	-	-	-	156.600	14.094	
1815	(Viúva de	-	-	-	131.400	11.826	
1820	Amaro)	-	-	-	214.800	19.332	
-	-	-	-	-	-	-	
1825	António	-	-	-	212.400	19.116	
1830	Duarte	-	-	-	144.000	12.960	
1833	Loures	-	-	-	144.000	12.900	
1834	-	-	-	-	129.600	3.888	

							andar é em ferro fundido. Escada: Com bomba de gaveto salvo no primeiro lança. Foi alterada e ampliada em 1890. Vãos: No R/C alterna um vão de lintel em arco com um de lintel tripartido. A porta da rua é engradada e com postigos gradeados. Fogos: Arcos no R/C. Um fogo por piso. Seis divisões e corredor curto. Chaminé: A chaminé está na parede da fachada posterior. Processos: 656/1.ºREP/PG/1890;P. 2. 1040/DMPGU/OB/1993
1792	José	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos
1794	Francisco	Incompleta	-	-	0	0	Correiros 177-179.
1796	Chaves	Incompleta	-	-	0	0	1815/34 – Rua dos
1798	-	Incompleta	-	-	0	0	Correiros 63-64.
1800	-	-	-	-	0	0	SIG: 48.001.11.004.001
1805	-	-	-	-	260.000	23.400	Obra: 10896
1810	-	-	-	-	325.200	29.268	MVV: 2
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3+1vc+1
1815	Mariana da	-	-	-	275.800	23.922	amansardado.
1820	Encarnação	-	-	-	265.800	23.922	Cobertura: Telhado de
1825	da Luz	-	-	-	262.000	23.580	duas águas com uma
1830	Barrozo	-	-	-	256.800	23.112	trapeira e claraboia.
1833	-	-	-	-	154.400	13.896	Cimalha: Beirado sobre
1834	-	-	-	-	152.400	4.572	caleira de zinco. Varandas: 4.º e 5.º pisos, em ferro forjado em barra. Vãos: Porta de rua de tábuas verticais entaleiradas. Escada: Sem bomba. Lambril de azulejo de estrela e flor, com faixa de grinalda azul sobre branco. Guarda em ferro forjado. Fogos: 1 por piso. Chaminé: Na parede da fachada posterior. Processos: 14084/DAG/PG/1943 13502/DAG/PG/1956
1773	António da	1	3	1	80.000	7.200	2015 – Rua dos
1774	Costa	1	3	1	88.000	7.920	Correiros 171-175.
1780	Araújo	1	3	1	78.400	7.056	

1782	-	-	-	-	78.400	7.056	1815/34 – Rua travessa dos Correiros 60-62. SIG: 48.001.11.006.001 Obra: 38384 Pertenceu ao mesmo proprietário do prédio com frente para a rua Augusta, pelo que ocuparam o saguão entre eles. MVV: 3 Pisos: R/C+3+AF. Cobertura: Telhado de duas águas com uma trapeira do tipo pombalino e duas de zinco. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: No R/C há três tipos de lintéis, um em arco, outro tripartido e o terceiro reto. Até 2004, nos andares, havia caixilhos de guilhotina. Varandas: Não tem. Escada: De dois lanços por piso sem bomba. Fogos: 1 por piso. Sem corredor, com azulejos padronados, azuis e brancos, em lambril. Chaminé: Na parede da empena. Processos: Sem elementos.
1785	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1790	Viúva de	-	-	-	78.400	7.056	
-	Luís	-	-	-	-	-	
-	Rodrigues	-	-	-	-	-	
-	Caldas	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1792	Herdeiros de	-	-	-	78.400	7.056	
1794	Luís	-	-	-	78.400	7.056	
1796	Rodrigues	-	-	-	78.400	7.056	
1798	Caldas	-	-	-	78.400	7.056	
-	-	-	-	-	-	-	
1800	António	-	-	-	78.400	7.056	
1805	Francisco	-	-	-	78.400	7.056	
1810	Machado	-	-	-	88.000	7.920	
1815	-	-	-	-	81.600	7.344	
1820	-	-	-	-	81.600	7.344	
1825	-	-	-	-	48.000	7.320	
1830	-	-	-	-	48.000	4.320	
1833	-	-	-	-	86.400	7.776	
1834	-	-	-	-	86.400	2.592	
1792	Christiano	-	-	-	6.400	0.576	2015 – Rua dos Correiros 161-169. 1820 – Rua dos Correiros 55-59. SIG: 48.001.11.012.001 Obra: 28938 MVV: 5 Os andares só foram edificadas em 1849. Pisos: R/C+3P.+1P.vc. Cobertura: Telhado de duas águas com duas trapeiras e claraboia. Cimalha: Beirado Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º andares, com guarda em ferro forjado em barra, formando grega, e varanda corrida no 4.º andar. Escada: Precedida por um arco. Sem bomba
-	Estocler	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1794	José	Incompleto	-	-	0	0	
1796	Francisco	Incompleto	-	-	0	0	
1798	Chaves	-	-	-	0	0	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	António	Incompleto	-	-	0	0	
1810	Francisco	Incompleto	-	-	0	0	
1820	Chaves	-	-	-	48.000	4.320	
1825	-	Um chão	-	-	80.000	8.000	
1830	-	-	-	-	72.000	6.480	
1833	-	-	-	-	72.000	6.480	
1834	-	-	-	-	72.000	2.160	
-	-	-	-	-	-	-	
1849	Manuel Nunes Correia	5	4	-	-	-	

							até ao 1.º andar e, acima, com bomba estreita retangular e guarda em varão de ferro fundido. Primeiro lanço em cantaria. Fogos: Arcada no r/c. Um fogo por piso, sem corredor e com oito divisões. Chaminé: Na parede da fachada posterior. Processos: Doc.PT/AMLSB/CML SB/ADMG-E/08/0100; P.1. 2396/DMPGU/OB/199 5.
							2014 – Rua da Assunção 50-56; Rua dos Correiros 145-159. 1834 – Rua dos Correiros 52-54 SIG: 48.001.11.007.001 Obra: 42 MVV: 4? Emparcelado, em data desconhecida, com o prédio seguinte, contíguo a sul.
1798	José	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua da Assunção 50-56; Rua dos Correiros 145-159 1815/34 – Rua Travessa d’Assumpção 15-18. SIG: 48.001.11.007.001 Obra: 42 VER RUA TRAVESSA DA ASSUNÇÃO, P. 196. Emparcelado com o prédio contíguo a norte, em data desconhecida mas próxima de 1820. Vê-se, em corte, que os pisos estão desnivelados e em planta que paredes espedas, de pedra, separavam os dois prédios. MVV: 8+4 Pisos: R/C+3+1. Cobertura: Telhado de quatro águas com trapeiras. Tem claraboia. Cimalha: Platibanda. Varandas: Individuais nos 1.º, 2.º e 4.º pisos,
1800	Francisco	Incompleta	-	-	0	0	
1805	Chaves	Incompleta	-	-	0	0	
1810	-	Incompleta	-	-	0	0	
1815	-	-	-	-	237.000	21.330	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	António	-	-	-	642.000	57.780	
1825	Francisco	-	-	-	725.200	65.268	
-	Chaves	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Conde da	-	-	-	882.800	79.452	
1834	Póvoa	-	-	-	606.800	78.204	
-	--	-	-	-	-	-	
1893	Duque de Palmela	-	-	-	-	-	



							<p>com guarda de ferro forjado em barra. Escada: Sem bomba até ao 1.º piso, depois com bomba estreita, retangular. Guarda em ferro forjado em barra, com desenho idêntico ao das varandas. Fogos: Um por piso com 13/14 divisões. Na origem, havia uma sala ampla de planta quadrada a ocupar a esquina. O piso térreo tem arcadas. Pé-direito dos pisos: R/C – 3,71m 1.º – 3,58m 2.º – 3,50m 3.º – 3,35m 4.º – 2,80m 5.º – 2,10m Chaminé: Na parede da fachada posterior. Processos: 3159/SEC/PET/1931 3252/DAG/PG/1950 4642/DMPGU/OB/1971. 11406/DSC/PG/1947-T.1;P.1-18.</p>
1762	Christiano	1 abóbada	-	-	14.400	1.296	2015 – Rua dos
1780	Stockler	1	-	-	6.400	0.576	Correiros 131-143;
1782	(negociante	-	-	-	6.400	0.570	Rua da Assunção, 49-
1785	alemão)	-	-	-	6.400	0.570	55.
1790	-	-	-	-	6.400	0.576	1815 – Rua Travessa da
1792	-	-	-	-	6.400	0.576	Assumpção 43-45.
1794	-	-	-	-	6.400	0.576	1830 – Travessa da
1796	-	-	-	-	6.400	0.576	Assumpção 43-44.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.002.02.004.001
1810	Joze	-	-	-	423.600	38.124	Obra: 8498
-	Francisco	-	-	-	-	-	VER RUA
-	Chaves	-	-	-	-	-	TRAVESSA DA
-	-	-	-	-	-	-	ASSUNÇÃO, P. 198.
1815	Mariana da	-	-	-	1.243.600	112.194	Em 1762 uma abóbada
-	Encarnação	-	-	-	-	-	é referida na Travessa
-	da Luz	-	-	-	-	-	da Assunção pelo lado
-	Barrozo	-	-	-	-	-	direito e único indo da
-	-	-	-	-	-	-	R. Augusta
1820	António	-	-	-	1.044.000	94.860	MVV: 7+4 (Rua da
1825	Francisco	-	-	-	1.144.800	103.032	Assunção)
-	Chaves	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3+1vc+AF
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
1833	Conde da	-	-	-	953.200	85.788	quatro águas com três
1834	Póvoa	-	-	-	836.000	25.080	trapeirões e claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º e 2.º piso, e

							<p>corridas no 4.º e no 5.º piso. Ferro forjado com motivos de ovais.</p> <p>Escada: Dois arcos de cantaria separam-na do átrio amplo. Sem bomba até ao 1.º andar e com bomba larga e de planta retangular nos andares superiores. A guarda é em ferro forjado com o mesmo motivo das guardas de varanda.</p> <p>Fogos: No 1.º andar havia um só fogo por piso, sem corredor, com dezasseis divisões. No 4.º andar há corredor.</p> <p>Sala de planta quadrada na esquina. No piso há térreo arcaria e houve abóbadas no espaço correspondente às portas 133 e 135 da Rua dos Correiros.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena.</p> <p>Processos: 4012/DAG/PG/1962 4068/DMPGU/OB/1981 13420/DSC/PG/1945</p>
1800	Thomé	Incompleto	-	-	0	0	<p>2015 – Rua dos Correiros 115-129.</p> <p>1820 – Já não figura como prédio autónomo.</p> <p>SIG: 48.002.02.009.001</p> <p>Obra: 10599</p> <p>Terá sido, em cerca de 1820, emparcelado com o prédio seguinte, contíguo a sul, por volta de 1815.</p>
1805	Joaquim	Incompleto	-	-	12.000	1.080	
-	Gonzaga	(só tem a	-	-	-	-	
-	-	cocheira	-	-	-	-	
-	-	ocupada	-	-	-	-	
-	-	pelo	-	-	-	-	
-	-	senhorio)	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1810	Cláudio José Marrocos	Incompleto	-	-	0	0	
1800	José de	-	-	-	15.200	1.368	<p>2014 – Rua dos Correiros 115-129.</p> <p>1815 /33 – Rua dos Correiros 39-42.</p> <p>SIG: 48.002.02.004.001</p> <p>Obra: 10599</p> <p>Emparcelado com o prédio anterior, contíguo a norte, por volta de 1820.</p> <p>MVV: 8</p> <p>Pisos: R/C+3+1VC+AF</p> <p>Cobertura: 2 Águas com claraboia.</p>
-	Sousa de	-	-	-	-	-	
-	Aguiar	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	Cláudio José	-	-	-	144.000	12.940	
1810	Marrocos	-	-	-	62.400	5.616	
1815	(Negociante)	-	-	-	148.800	13.392	
1820	-	-	-	-	1.108.000	99.756	
1825	-	-	-	-	1.003.000	90.288	
1830	-	-	-	-	768.000	69.120	
1833	-	-	-	-	624.400	56.196	

							<p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: Individuais no 1.º, 2.º piso e AF.</p> <p>Escada: Precedida por um arco de cantaria que a separa de um átrio amplo. Sem bomba até ao 1.º andar, e com bomba de planta retangular nos andares superiores. Guarda em ferro forjado.</p> <p>Fogos: Arcaria no piso térreo. Dois fogos por piso, sem corredor, cada um com dez compartimentos.</p> <p>Chaminé: Na fachada posterior.</p> <p>Processos: 9452/1.ªREP/PG/1917 22132/SEC/PG/1936 1018/DMPGU/OB/1997</p>
1800	José Montez	Incompleto	-	-	0	0	2015 – Rua dos
1805	Garcia	-	-	-	370.400	33.336	Correiros 109-113.
1810	-	-	-	-	309.600	27.864	1815 – Rua dos
1815	-	-	-	-	336.000	30.240	Correiros 37-38.
1820	José	-	-	-	388.000	34.992	SIG: 48.002.02.001.001
1825	Gonçalves	-	-	-	359.200	32.328	Obra: 28921
1830	dos Santos	-	-	-	380.800	34.272	MVV: 3
1833	-	-	-	-	201.600	18.144	Pisos: R/C+3+1VC
1834	-	-	-	-	297.600	8.928	Cobertura: Telhado de duas águas com um trapeirão aberto para o saguão. Até 1887, havia uma trapeira acima do 4.º piso. A partir dessa data construiu-se um quinto andar de mansarda.
							<p>Cimalha: Caleira de zinco.</p> <p>Varandas: Individuais no 1.º e 2.º piso e corrida no 4.º. As guardas são em ferro forjado, de fita, formando ovais. As janelas do 3.º andar tinham, em 2004, caixilhos de guilhotina.</p> <p>Escada: Separada do átrio por arco duplo em cantaria. Os dois primeiros lanços são também em cantaria e não têm bomba. Acima há uma bomba estreita</p>

							de planta retangular. A guarda da escada é em varões de ferro fundido. Fogos: Um por piso, com sete compartimentos, e sem corredor. Com corredor curto no 4.º piso. Chaminé: Na empena. Processos: 704/DAG/PG/1887 8288/DAG/PG/1920 8788-DAG-PET-1937
1805	Domingos	-	-	-	1.630.400	146.736	2015 – Rua dos Correeiros 97-107; Rua da Vitória 50-56. 1815 – Rua dos Correeiros 33-36. SIG: 48.002.02.008.001 Obra: 27209 VER TRAVESSA DA VICTORIA, P. 176. MVV: 6+4 (Rua da Vitória). Pisos: R/C+3+2vc+AF Cobertura: Telhado de águas dobradas com claraboia e trapeiras. Cimalha: telha sobre beirado. Vãos: Em 2004 as janelas do 3.º piso tinham caixilhos de guilhotina. Varandas: Individuais no 1.º e 2.º piso. Corridas no 4.º e 5.º piso. Guardas em ferro forjado de fita, formando ovais. Escada: Sem bomba até ao 1.º andar, depois com bomba estreita de planta retangular. Fogos: Dois por piso, com sete divisões, sala quadrada na esquina e corredor curto. Chaminé: Nas paredes das empenas. Processos: 4212/DSC/P^G/1942 48196/DAG/PG/1948
1810	José	-	-	-	552.000	49.680	
1815	Gonçalves	-	-	-	871.400	78.426	
-	Lamarão	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	-	-	-	-	497.800	44.802	
1825	José Silvério	-	-	-	1.107.400	99.660	
1830	Gomes	-	-	-	552.800	81.630	
1833	-	-	-	-	818.600	73.674	
1834	-	-	-	-	898.600	26.958	
1805	António	-	-	-	1.170.800	105.372	2015 – Rua dos Correeiros 87-95; Rua da Vitória 33-39. 1815 – Rua dos Correeiros 29-32. SIG: 48.002.07.001.001 Obra: 28922
1810	Simões	-	-	-	421.600	33.944	
1815	Rouçado	-	-	-	523.200	47.088	
1820	-	-	-	-	521.200	46.908	
1825	-	-	-	-	552.800	49.752	
1830	-	-	-	-	552.800	49.752	
1833	-	-	-	-	465.600	41.904	

1834	-	-	-	-	445.600	13.368	<p>VER TRAVESSA DA VICTORIA, P. 183  MVV: 5+4 (Rua da Vitória)  Pisos: R/C+3+1VC+AF  Cobertura: Telhado de quatro águas com trapeirão e claraboia.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Individuais no 1.º e 2.º pisos e corrida no 4.º piso.  Guardas de ferro forjado em fita formando ovais.  Vãos: As bandeiras das sacadas têm vidraças com pinázios arqueados.  Escada: Os dois primeiros lanços são em cantaria, segundo planta formando ângulo reto, com eixo numa coluna também em pedra. A separar a escada do átrio há um arco de cantaria lavrada.  Fogos: Arcadas no piso térreo.  Chaminé: Nas paredes das empenas.  Processos: 1668/SEC/PG/1923</p>
1805	Raimundo	-	-	-	452.000	40.680	2015 – Rua dos
1810	Inácio de	-	-	-	318.200	28.638	Correiros 79-85.
1815	Lamas	-	-	-	458.400	41.256	1815 – Rua dos
1820	(negociante)	-	-	-	328.000	29.556	Correiros 26-28.
1825	-	-	-	-	361.600	32.904	SIG: 48.002.07.004.001
1830	-	-	-	-	475.200	42.768	Obra: 28691
1833	-	-	-	-	437.600	39.384	MVV: 4
1834	-	-	-	-	473.600	14.208	Pisos: R/C+3+1VC+AF Cobertura: Telhado de duas águas com um trapeirão e claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º e no 2.º piso, corrida no 4.º piso. Em ferro forjado de fita. As janelas do 3.º piso tinham, em 2004, caixilhos de guilhotina. As bandeiras das sacadas têm os pinázios das vidraças em arco. Escada: sem bomba até ao 1.º piso e com

							<p>bomba estreita nos pisos seguintes.  Fogos: Um por piso com nove compartimentos e corredor curto.  Chaminé: Na parede da empena.  Processos:  2342/DMPGU/OB/1979;  2020/DMPGU/OB/1981;  284/DMAE/POL/2006.</p>
1805	José de	-	-	-	496.800	44.712	2015 – Rua dos
1810	Campos	-	-	-	249.600	22.464	Correiros 71-77.
1815	Lima	-	-	-	470.200	42.318	1834 – Rua dos
1820	-	-	-	-	640.000	57.600	Correiros 22-25.
1825	-	-	-	-	475.200	42.768	SIG: 48.002.07.006.001
1830	-	-	-	-	355.200	31.968	Obra: 31955
1833	-	-	-	-	321.600	28.944	MVV: 4
1834	-	-	-	-	225.600	6.768	Pisos: R/C+3+1VC+AF Cobertura: 2 Águas com trapeirão. Tem claraboia. Cimalha: Platibanda e frontões curvos sobre os trapeirões. Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º e 5.º pisos, e corrida no 4.º piso. Guardas de ferro forjado em barra. Escada: Os dois primeiros lanços são em cantaria, sem bomba. Para cima há uma bomba estreita de planta retangular. Há faixas de azulejos formando lambrim, neoclássicos, com motivo de flor e fitas, azuis, do tipo sombra chinesa. O corrimão é em madeira entalhada com remate espiralado. Fogos: No R/C há arcadas. Um fogo por piso, com 9 divisões, sem corredor. Chaminé: Na parede da empena. Na loja há uma forja na chaminé. Processos: 4504/1.ªREP/PG/1908-T.1; P. 2-3 34450/DSC/PG/1944-T1; P. 5

1805	António	Incompleto	-	-	200.000	18.000	2015 – Rua dos Correeiros 61-61C. 1815 – Rua dos Correeiros 15-21. SIG: 48.002.07.002.001 Obra: 39773 MVV: 5 Pisos: R/C+3P.+1P. de mansarda neopombalina. Interiormente refeito em 1961. Cobertura: Águas quebradas com mansarda neopombalina, e com claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º piso. Guarda em balaústres de ferro forjado. Escada: Não documentada Fogos: Não há documentação. Chaminé: Não há documentação. Processos: 14254/DAG/PG/1961/T.1;P.85.
1810	Pedro	(Serve ao senhorio)	-	-	100.000	9.000	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	José	-	-	-	100.000	9.000	
1820	Eustáquio de	-	-	-	100.000	9.000	
1825	Oliveira	-	-	-	100.000	9.000	
1830	-	-	-	-	100.000	9.000	
1833	-	-	-	-	100.000	9.000	
1834	-	-	-	-	100.000	3.000	
1800	Maria	-	-	-	183.200	16.488	
1805	Ignacia de	-	-	-	213.000	19.170	
1810	Brito	-	-	-	367.600	33.084	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	D. Anna de	-	-	-	330.200	29.718	
1825	Grotte	-	-	-	312.000	28.080	
1833	-	-	-	-	273.600	24.624	
1834	-	-	-	-	273.600	8.208	
-	-	-	-	-	-	-	
1851	Marianno	Ampliação	-	-	-	-	
-	Quaresma	de um 4.º	-	-	-	-	
-	-	piso.	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1958	José Filipe	Ampliação	-	-	-	-	
	Costa	de um 5.º	-	-	-	-	
	Rodrigues	piso	-	-	-	-	

								<p>Cimalha: Platibanda em balaustrada no 4.º andar, e cornija no 5.º andar. Varandas: Corridas nos 4.º e 5.º andares. Escada: Três lanços por piso e bomba de planta retangular. Fogos: Dois por piso, cada um com 9 divisões e um pequeno corredor. Chaminé: Na parede da empena ou divisória dos dois fogos, entre a caixa de escada e a parede que dá para o saguão. Processos: 12973/SEC/PG/1920;P. 4-5. 19054/DAG/PG/1958</p>
RUA DIREITA DOS CORREIROS, lado oriental, de norte para sul								
1815	Freguesia de Sta. Justa	Conde de Povolid e	-	-	-	801.400	72.126	1815 – Rua dos Correiros 78-84.
1815		João Ferreira	-	-	-	1.851.600	166.644	1815 – Rua dos Correiros 82-85.
1815		Nunes da Silva	-	-	-	534.600	48.184	1815 – Rua dos Correiros 86-88.
1815		Nunes da Silva				521.400	46.926	1815 – Rua dos Correiros 89/91. 2015 – Rua dos Correiros 194-204. SIG: 48.001.04.005.001 Obra: 29777 Este edifício ocupa o espaço de dois prédios provavelmente incorporados por volta de 1815.Foi anexado ao prédio contíguo a norte.
1798		Joze Francisco Chaves	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos Correiros 180-192;
1800		-	-	-	934.000	84.060	Correiros 180-192;	
1805		-	-	-	894.000	80.460	Rua de Santa Justa 47-53.	
1810		-	-	-	449.200	40.428	1830 – Travessa de Santa Justa 25.	
-		-	-	-	-	-	1815 - Rua dos Correiros 92-96.	
1815	Mariana da Encarnação da Luz	-	-	-	1.114.400	100.296	1825 – Rua dos Correiros 92-94	
1820		-	-	-	1.184.400	106.596	1830/34 – Rua dos Correiros 96A-98	
1825		-	-	-	1.141.600	102.744	SIG: 48.001.12.007.001	
1830	Barrozo	-	-	-	1.043.600	93.924		
1833	(viúva de Chaves)	-	-	-	882.200	79.398		
1834		-	-	-	803.200	24.096		



							<p>Obra: 28322  VER RUA  TRAVESSA DE  SANTA JUSTA, P.208.  Este edifício ocupa o espaço de duas parcelas provavelmente incorporadas por volta de 1800.  MVV: 7+4 (Rua de Santa Justa).  Pisos:  R/C+3+1P.vc+1P.trapeirões.  Cobertura: Complexa, de três águas intersetadas pelas coberturas dos três trapeirões.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Individuais nos 1.º, 2.º e 5.º andares. Corrida sobre os cunhais no 4.º andar.  Escada: Antecedida por um arco de cantaria. De dois lanços sem bomba até ao 1.º andar. Acima é de bomba estreita retangular.  Fogos: O R/C era abobadado. Nos andares havia dois fogos por piso. Sala de planta quadrada no ângulo do prédio. Tinha de 6 a 7 divisões por fogo, sendo maior o que ocupa a esquina.  Chaminé: Na parede meeira atrás da escada.  Processos:  4581/1.ªREP/PG/1890/T.1;P.2  373/1.ª REP/PG/1905/T.1;P.2.  3860/1.ªREP/PG/1910/T.1;P.2.  12111/1.ªREP/PG/1920/T.1;P.4.  24072/DAG/PG/1953/T.1;P.1</p>
1800	António	-	-	-	1.180.000	106.200	2015 – Rua dos
1805	Alves de	-	-	-	1.677.000	150.930	Correiros 170-178.
-	Aguiar	-	-	-	-	-	1815– Rua dos
-	-	-	-	-	-	-	Correiros 97-98.
1810	Viúva de	-	-	-	881.200	79.308	1825 – Rua dos
-	António	-	-	-	-	-	Correiros 94-98.
-	Alves de	-	-	-	-	-	1830 – Rua dos
-	Aguiar	-	-	-	-	-	Correiros 96-98
-	-	-	-	-	-	-	

1815	Constança	-	-	-	1.267.200	114.048	1834 – Rua dos Correiros 96A-98 SIG: 48.001.12.002.001 Obra: 25648 MVV: 5 Poderão ter sido inicialmente dois prédios, depois emparcelados. Pisos: R/C+3P+1P.vc+1 P. corrido. Cobertura: Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º. Escada: Antecedida por um arco de cantaria. Dois lanços por piso, sem bomba. Colocada junto à parede da fachada, tem um troço de tiro para serventia da cozinha. Fogos: Dois por piso. Têm sete compartimentos por fogo. A parede de separação do direito e do esquerdo é em alvenaria de pedra. No quinto andar há pinturas murais formando frisos, e azulejos policromos, padronados, com cercadura esponjada a azul e do tipo sombra chinesa. Chaminé: São de lintel reto. Estão colocadas nas paredes separadoras, atrás da caixa de escada. Processos: 18010/DSC/PG/1942
1820	Ritta Xavier	-	-	-	1.161.600	104.544	
1825	de Carvalho	-	-	-	1.063.200	95.688	
-	-	-	-	-	-	-	
1830	João Coelho	-	-	-	995.200	89.568	
1833	de Abreu	-	-	-	932.800	83.952	
1834	-	-	-	-	1.022.400	30.672	
1794	Joze	Ocupada	-	-	12.000	1.080	2015 – Rua dos Correiros 158-168. 1815– Rua dos Correiros 99-101. SIG: 48.001.12.006.001 Obra: 7294 MVV: 6 Pisos: R/C+3 Cobertura: Duas águas. Cimalha: beirado sobre cornija.
1798	Teixeira	pelo	-	-	12.000	1.080	
1800	Chaves	senhorio	-	-	38.800	2.592	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	Joaquina	Logea +	-	-	28.800	2.592	
1810	Rosa	soto	-	-	28.800	2.592	
1815	-	(tudo mais incompleto)	-	-	14.400	1.296	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	José	-	-	-	614.000	55.260	
1825	Teixeira	-	-	-	768.400	69.156	
1830	-	-	-	-	601.600	54.144	

1833 1834	Pinto Chaves Cabral	- -	- -	- -	365.600 432.800	32.904 12.984	Varandas: Não tem. Escada: Dois lanços por pisos, sem bomba. Precedida por um arco de cantaria e um átrio abobadado. Fogos: Dois por piso, com seis divisões e um corredor curto. Chaminé: Nas paredes das empenas. Processos: 1017/DAG/PG/1952.
1794 1796 1798 1800 - 1805 1810 1815 1820 - 1825 1830 - - 1833 1834	Domingos Nunes Correia - - Henrique José Nunes Correia - - Francisco Manuel Gomes - - Rita Claudina do Carmo	- - - - - - - - - - - - - - - -	- - - - - - - - - - - - - - - -	- - - - - - - - - - - - - - - -	343.000 343.000 298.400 - - 430.400 398.400 484.800 549.600 - 499.200 432.000 - - 307.200 336.000	30.870 30.870 26.856 - - 38.736 35.856 43.632 49.464 - 44.928 38.880 - - 27.648 10.080	2015 – Rua dos Correiros 152-156. Rua da Assunção 42- 46. 1815 – Rua dos Correiros 102-104; Travessa da Assunção 15-18. SIG: 48.001.12.001.001 Obra: 40 Incorporado no prédio seguinte. MVV: 6+4 Pisos: R/+3P.+1P.vc+1P. de mansarda neopombalina. Cobertura: Telhado de 4 Águas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º andares, e corrida no 4.º. Escada: Nova, de dois lanços por piso e bomba estreita, em pedra até ao 1.º andar. Fogos: O Piso térreo é abobadado. Um por pisos, com onze amplas divisões. O 4.º andar tem corredor mas os andares inferiores não. Sala quadrada na esquina. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 1981/SEC/PG/1932- T.1; P.2; 11406/DSC/PG/1947- T.1; P.17.

1798	Manuel	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos Correiros 152-156. Rua da Assunção 42-46. 1815/34 – Rua dos Correiros 102-104; Travessa da Assunção 19-22. SIG: 48.001.12.001.001 Obra: 40 VER RUA TRAVESSA DA ASSUMPÇÃO, P. 192. Incorporado no prédio anterior, parcela contígua a norte. MVV: 6+4 Pisos: R/+3P.+1P.vc+1P. de mansarda neopombalina. Cobertura: Nova, de 4 Águas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º andares, e corrida no 4.º. Escada: Nova, de dois lanços por piso e bomba estreita, em pedra até ao 1.º andar. Fogos: O Piso térreo é abobadado. Um por piso, com onze amplas divisões. O 4.º andar tem corredor mas os andares inferiores não. Sala quadrada na esquina. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 1981/SEC/PG/1932-T.1; P.2; 11406/DSC/PG/1947-T.1; P.17.
1800	Ribeiro	Incompleta	-	-	0	0	
-	Estanceiro	e devoluta	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	Joze	Se acha	-	-	0	0	
1810	Francisco	incompleta	-	-	388.000	34.920	
-	Chaves	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Mariana da	-	-	-	1.059.600	104.364	
1820	Encarnação	-	-	-	982.400	88.416	
1825	Da Luz	-	-	-	782.000	70.380	
1833	Barrozo	-	-	-	637.200	57.348	
1834	-	-	-	-	720.400	21.616	
1810	Joze	-	-	-	423.600	38.124	
-	Francisco	-	-	-	-	-	
-	Chaves	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Mariana da	-	-	-	1.243.600	112.194	
-	Encarnação	-	-	-	-	-	
-	da Luz	-	-	-	-	-	
-	Barrozo	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	António	-	-	-	1.044.000	94.860	
1825	Francisco	-	-	-	1.144.800	103.032	
-	Chaves	-	-	-	-	-	

- 1833 1834	- Conde da Póvoa	- - -	- - -	- - -	- 953.200 836.000	- 85.788 25.080	Obra: 41 VER RUA TRAVESSA DA ASSUMPTÃO, P. 173. MVV: 5+4 (R.da Assunção) Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF. Cobertura: quatro águas com trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: Em 2004, ainda havia caixilhos de guilhotina nas janelas do 3.º andar. Os lintéis do R/C alternam o arco de círculo e o arco tripartido. Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º andares. Corrida no quarto andar. Guarda em ferro forjado em barra. -Escada: É antecedida por um arco amplo. De três lanços por piso e bomba retangular, sendo em cantaria até ao 1.º andar. Guarda em frontal rebocado e corrimão de madeira rematando em voluta. Fogos: Dois por piso com cinco divisões. Sala quadrada na esquina. Chaminé: Nas paredes das empenas. Processos: 30530/DAG/PG/1945 58112/DAG/PG/1959
1792 - - - - 1794 1796 1798 - 1800 - 1805 1810 - 1815	Herdeiros do Cap. João Araújo Motta - Domingos José Paes - - - Herdeiros de Domingos José Paes - -	- - - - Paga foro ao convento de N. Sra Luz - Paga foro aos viscondes da Luz -	- - - - - - - - - - - - -	- - - - - - - - - - - - -	291.600 - - - 291.600 291.600 291.600 - 367.200 - 656.800 376.000 - -	25.603 - - - 25.603 25.603 25.603 - 33.048 - 58.471 28.440 - -	2015 – Rua dos Correiros 130-134. 1820/25 – Rua dos Correiros 111-113. 1830/34 – Rua dos Correiros 107B- 110A. SIG: 48.002.03.010.001 Obra: 25960 MVV: 3 Pisos: R/C+3P+1P. vc + AF. Cobertura: Telhado de duas águas com três trapeiras.

1820	Manuel	-	-	-	863.200	77.688	Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: No r/c o lintel tripartido alterna com o arco de círculo. A porta de entrada é em tábuas verticais entaleiradas e rebitadas. Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º pisos, e corrida no 4.º. Escada: Era de dois lanços por piso, sem bomba. Fogos: Um por piso, com seis divisões. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 45454/DSC/PG/1947
1825	Ribeiro de	-	-	-	936.200	84.258	
-	Oliveira	-	-	-	765.600	68.904	
1830	-	-	-	-	-	-	
1833	António	-	-	-	749.200	67.428	
1834	Ribeiro de Oliveira	- -	- -	- -	645.600 451.200	58.104 13.536	
1773	Capitão João	?	3	1	415.000	37.350	2015 – Rua dos Correeiros 116-128. 1820 – Rua dos Correeiros 114-116. 1830 – Rua dos Correeiros 114-117. SIG: 48.002.03.008.001 Obra: 16650. Incorporou dois prédios entre 1810 e 1820. O r/c esquerdo, o átrio se o arranque da escada são os primitivos. MVV: 7 Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF Cobertura: Duas águas com dois trapeirões. Tem claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: No r/c alternam os lintéis em arco com os lintéis tripartidos. Varandas: Individuais no 1.º e 2.º andar. Guardas de ferro forjado em fita, com padrão de ovóides Escada: Átrio abobadado separado da caixa de escada por um duplo arco. Escada com três lanços por piso, o primeiro é em pedra, e bomba larga, quadrada. Fogos:
1774	Araújo Mota	1	3	1	415.000	37.350	
1780	-	1	3	1	286.000	25.740	
1782	-	(Paga foro	-	-	402.400	35.570	
1785	-	ao Cv.to de	-	-	402.400	35.575	
1790	-	N.Sra. da	-	-	440.000	38.959	
-	-	Luz)	-	-	-	-	
1800	Domingos	-	-	-	482.800	43.452	
1805	José Paes	-	-	-	401.600	35.503	
1810	-	-	-	-	544.400	48.996	
1815	Manoel	-	-	-	406.400	36.576	
1820	Ribeiro de	-	-	-	511.600	46.044	
1825	Oliveira	-	-	-	379.200	34.128	
-	-	-	-	-	-	-	
1830	Julião	-	-	-	278.400	25.056	
1833	Ribeiro de	-	-	-	258.400	23.256	
1834	Oliveira	-	-	-	115.800	3.474	

							O R/C esquerdo é abobadado. Dois fogos por piso com seis divisões. Chaminé: Nas paredes das empenas. Processos: 859/SEC/PET/1933; P.3; 26674/DAG/PG/1946 – T. 1; P. 4.
1800	José Maria	-	-	-	186.400	16.776	2015 – Rua dos
-	-	-	-	-	-	-	Correiros 106-114.
1805	Viúva de	-	-	-	220.000	19.800	1815 – Rua dos
-	José Maria	-	-	-	-	-	Correiros 117A-119.
-	-	-	-	-	-	-	SIG:
1810	Gertrudes	-	-	-	361.600	32.544	48.002.03.003.001
1815	Magna de	-	-	-	632.800	56.952	Obra: 25234
1820	S.to Alberto	-	-	-	616.400	55.476	Na sua génese
-	-	-	-	-	-	-	pertenceu a J. M.
1825	D. Cândida	-	-	-	612.800	55.152	Gomes Ferreira tal
1830	Augusta	-	-	-	404.800	36.432	como o edifício que lhe
1833	-	-	-	-	535.200	48.168	é simétrico situado na
-	-	-	-	-	-	-	Rua da Prata 167-175,
1834	Gregório	-	-	-	458.800	13.764	pelo que as paredes
	Luís M.a	-	-	-			posteriores estão
	Rato	-	-	-			encostadas ocupando
							parcialmente o saguão.
							MVV: 5
							Pisos:
							R/C+3P.+1P.vc+AF
							Cobertura: Duas águas
							com três trapeiras.
							Cimalha: Beirado sobre
							cornija.
							Varandas:
							No 1.º e 2.º andares são
							individuais. No 4.º
							andar é varanda corrida.
							Escada: Antecedida por
							um arco amplo em
							cantaria.
							Dois lanços por piso. O
							primeiro é em pedra.
							Guarda em parede de
							fontal com corrimão em
							madeira rematando em
							voluta.
							Patim intermédio
							iluminado por janela
							desnivelada. Em
							lambril vestígios de
							azulejos de losango e
							flor em tons de azul.
							Fogos: O r/c é
							abobadado.
							Chaminé: Nas paredes
							laterais.
							Processos:
							Não há documentação.

1815	Joze	-	-	-	606.400	54.576	<p>2015 – Rua dos Correiros 98-104; Rua da Vitória 42-48. 1820/25 – Travessa da Victória 18-20.</p> <p>SIG: 48.002.03.005.001.</p> <p>Obra: 28924</p> <p>VER TRAVESSA DA VICTÓRIA, P. 175.</p> <p>MVV: 4+4 (R. da Vitória)</p> <p>Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF</p> <p>Cobertura: Complexa. Três águas intersetadas pelos volumes de três trapeiras.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Vãos: No R/C os lintéis em arco de círculo alternam com os tripartidos. A porta da rua em de tábuas verticais entaleiradas.</p> <p>Varandas: Individuais nos dois primeiros andares e corrida no quarto e nos trapeirões. Em ferro forjado de barra.</p> <p>Escada: Dois lanços por piso, sem bomba. Os dois primeiros lanços são em pedra. Guarda em parede de frontal com corrimão em madeira a rematar em voluta. Lambril em azulejo de cercadura com padrão de flor-de-lis sobre rodapé manganés marmoreado.</p> <p>Fogos: Até ao primeiro andar são dois prédios com duas caixas de escada. A partir do 2.º andar há uma só caixa de escada e um fogo por piso co dez divisões.</p> <p>Chaminé: Na parede lateral.</p> <p>Processos: 2674/DAG/PG/1959; 1528/DAG/PG/1962</p>
-	Gonçalves	-	-	-	-	-	
-	Lamarão	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Manoel	-	-	-	860.000	77.436	
1825	Roussado	-	-	-	748.400	67.356	
-	Lima	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Maria	-	-	-	619.400	55.746	
1834	Joaquina Lima	-	-	-	466.400	13.992	



1800	Domingos	-	-	-	422.400	38.016	<p>2015 – Rua dos Correiros 86-96; Rua da Vitória 25-31.</p> <p>1820/34 – Travessa da Vitória.</p> <p>SIG: 48.002.08.001.001.</p> <p>Obra: 29270</p> <p>VER TRAVESSA DA VICTORIA, P. 181.</p> <p>Este prédio foi integrado no lote contíguo a sul, pertencente a José António Carvalho, entre 1810 e 1815.</p> <p>MVV: 6+4(R. da Vitória)</p> <p>Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF</p> <p>Cobertura: 4 águas com trapeiras recuadas.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Vãos: Em 2004 os caixilhos do 3.º andar eram de guilhotina e a caixilharia de todos os andares era de pequenas vidraças. As molduras dos vãos das lojas alternam os lintéis em arco com os tripartidos.</p> <p>Varandas: Individuais no 1.º e 2.º andares e corrida no 4.º. Guardas em ferro forjado em barra formando figuras ovóides.</p> <p>Escada: Antecedida por um arco duplo em cantaria. Escada de dois lanços por piso, sem bomba até ao 2.º andar, depois tem bomba estreita retangular. Primeiros lanços em pedra. No átrio há molduras de vãos laterais de acesso às cocheiras.</p> <p>Fogos: Dois por piso.</p> <p>Chaminé: As chaminés estão adossadas à parede meeira dos fogos, entre a caixa de escada e a parede posterior</p> <p>Processos: 19907/SEC/PG/1924</p>
-	Lamarão	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	Domingos	-	-	-	446.400	40.176	
1810	José	-	-	-	272.000	24.480	
-	Gonçalves	-	-	-	-	-	
-	Lamarão	-	-	-	-	-	
-	(luveiro)	-	-	-	-	-	

1805	José António	Acha-se	-	-	0	0	2015 – Rua dos Correeiros 86-96; Rua da Vitória 25-31. 1815 /34 – Rua dos Correeiros 121-123. SIG: 48.002.08.001.001. Obra: 29270 Por vota de 1815 integrou o prédio contíguo a norte. MVV: 6+4(R. da Vitória) Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF Cobertura: 4 águas com trapeiras recuadas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: Em 2004 os caixilhos do 3.º andar eram de guilhotina e a caixilharia de todos os andares era de pequenas vidraças. As molduras dos vãos das lojas alternam os lintéis em arco com os tripartidos. Varandas: Individuais no 1.º e 2.º andares e corrida no 4.º. Guardas em ferro forjado em barra formando figuras ovoides. Escada: Antecedida por um arco duplo em cantaria. Escada de dois lanços por piso, sem bomba até ao 2.º andar, depois tem bomba estreita retangular. Primeiros lanços em pedra. No átrio há molduras de vãos laterais de acesso às cocheiras. Fogos: Não há dados. Chaminé: As chaminés estão adossadas às paredes meeiras dos fogos, entre a caixa de escada e a parede posterior. Processos: 41526/DAG/PG/1966.
-	Gomes de	toda	-	-	-	-	
-	Carvalho	incompleta	-	-	-	-	
1810	-	-	-	-	673.200	60.588	
1815	-	-	-	-	1.046.800	94.212	
1820	-	-	-	-	1.037.800	93.402	
1825	-	-	-	-	820.800	73.872	
1830	-	-	-	-	777.200	69.948	
1833	-	-	-	-	645.400	58.086	
1834	-	-	-	-	537.600	16.128	
1800	José António	Incompleta	-	-	50.000	4.500	2015 – Rua dos Correeiros 70-70C. 1820/34 – Rua dos Correeiros 124-128. SIG:
1805	Gomes de	(serve de	-	-	75.000	6.750	
1810	Carvalho	estância de	-	-	76.806	6.912	
1815	-	madeira ao	-	-	60.000	5.400	
1820	-	senhorio)	-	-	60.000	5.400	

1825	-	-	-	-	98.000	8.820	48.002.08.005.001
1830	-	-	-	-	100.000	9.000	Obra: 39218
1833	-	-	-	-	88.000	7.920	Interiormente demolido em 1962.
1834	-	-	-	-	71.600	2.148	MVV: 8 Pisos: R/C+3+1P. amansardado. Cobertura: Telhado de águas dobradas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais, no 1.º andar. Escada: Não há dados. Fogos: Não há dados. Chaminé: Não há dados. Processos: 41526/DAG/PG/1966.
1805	António	-	-	-	903.200	81.288	2015 – Rua dos
1810	Ferreira	-	-	-	399.600	35.964	Correiros 62-68.
1815	Lopes	-	-	-	686.000	61.740	1815 – Rua dos
1820	-	-	-	-	440.500	39.645	Correiros 129-131.
1825	-	-	-	-	343.200	30.888	SIG:
1830	-	-	-	-	296.800	26.712	48.002.08.008.001
1833	-	-	-	-	263.200	23.688	Obra: 16361
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 4
1834	D. Cândida Clara do Carmo	-	-	-	326.400	9.792	Pisos: R/C+3P.+2P+AF. Cobertura: Telhado de duas águas com trapeira. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º andar e no 4.º. Vãos: Porta da rua engradada com uma almofada e um postigo gradeado em ferro fundido. Escada: Inicialmente era de três lanços por piso es bomba estreita. Desde 1908 é de degraus em leque e bomba de gaveto. Fogos: Em 1940 havia arcadas na loja. Tem um fogo por piso com dez divisões e um pequeno corredor. Chaminé: Na parede da empena, atrás da caixa de escada. Processos: 3025/1.ªREP/PG/1908. 11738/DSCC/PG/1956.

1800	José	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos
1805	Theodoro de	-	-	-	500.000	45.072	Correiros 56-60.
1810	Seixas	-	-	-	322.800	29.052	1815/34 – Rua dos
1815	-	-	-	-	412.000	37.080	Correiros 132-133.
-	-	-	-	-	-	-	SIG:
1820	Dez.	-	-	-	370.200	33.318	48.002.08.003.001
1825	António	-	-	-	343.800	30.888	Obra: 28692
1830	Cezário de	-	-	-	398.400	35.856	MVV: 3
1833	Souza da	-	-	-	182.400	16.416	Pisos:
1834	Guerra	-	-	-	284.200	8.526	R/C+3P.+1P.vc+AF
	Quaresma						Cobertura: Duas águas com um trapeirão. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º e segundo andares, num só vão do 4.º e no trapeirão. Escada: De dois lanços por piso e bomba estreita retangular. Fogos: R/C abobadado. Um fogo por piso com sete divisões e um corredor curto. Chaminé: A da loja está na parede posterior, as dos andares estão na parede lateral. Processos: 18357/DAG/PG/1919 46456/SEC/PG/1938 56382/DAG/PG/1961
1800	Caetano José	-	-	-	272.600	24.534	2015 – Rua dos
1805	Pacheco	-	-	-	284.400	25.596	Correiros 50-54; Rua
1810	-	-	-	-	409.200	36.828	de São Nicolau 42-48.
-	-	-	-	-	-	-	1820/25 – R. de São
1815	-	-	-	-	-	-	Nicolau 19/20.
1820	-	-	-	-	210.750	18.967	1833 – R. S. Nicolau
1825	-	-	-	-	444.800	40.032	N.º 19A– 20
-	-	-	-	-	-	-	SIG:
1833	Thomaz José	-	-	-	294.000	66.636	48.002.08.006.001
1834	Ribeiro	-	-	-	379.200	22.020	Obra: 23387 VER TRAVESSA DE SÃO NICOLAU, P. 166. MVV: 3+4 (Rua de S. Nicolau). Pisos: R/C+3P.+1P.vc Cobertura: Quatro águas com pequenas trapeiras revestidas a zinco. Cimalha: Platibanda. Varandas: Só uma varanda corrida no 4.º andar. Escada: De dois lanços por piso, sem bomba.

								Fogos: Arcadas no R/C. Um fogo por piso com oito divisões. Chaminé: Numa parede que confina com o saguão. Processos: 21202/DSC/PG/1940 20664/DSC/PG/1946 32604/DAG/PG/1951;P .3.
RUA BELLA DA RAYNHA, lado oriental sentido Norte para Sul (L. E. hindo da Praça da Figueira)								
1830	Freguesia de Santa Justa	Irmandade de Sta. Justa	3 ourives	3	1	484.400	0	1833 - Rua Bela da Raynha 116-119 2015 – Rua da Prata 266-272. SIG: 48.001.05.009.001 Obra: 1747
1830		Matilde (?) Marg.d a de Oliveir a	3	3	1	978.800	?	1833 – Rua Bela da Raynha 111-115. 2015 – Rua da Prata 256-264. SIG: 48.001.05.004.001 Obra: 21933
1830		Manoel Joaquim e seu irmão Adrião Pereira Tojais	8 (Ourives, pão de luxo e confeiteiro )	3	1	809.600	?	1830 – Rua Bela da Raynha 103-110; vira para a travessa de Santa Justa. 2015 – Rua da Prata 242-254; Rua de Santa Justa 26-32. SIG: 48.001.05.008.001 Obra: 16561
1830		João Coelho de Abreu	1	3	1	325.200	?	1830 – Rua Bela da Raynha 101-102. 2015 – Rua da Prata 222-228. SIG: 48.001.13.004.001 Obra: 19497
1830		José Maria Raposo	1	3	1	276.000	?	1830 – Rua Bella da Raynha 99-100. 2015 – Rua da Prata 210-220. SIG: 48.001.13.009.001 Obra: 38224 Foi emparcelado com o prédio seguinte.
1830		Herdeiros de Luis Eloy	1	3	1	427.200	?	1830 – Rua Bella da Raynha 95-98. 2015 – Rua da Prata 210-220.

								SIG: 48.001.13.009.001 Obra: 38224 Foi emparcelado com o prédio anterior.
1830	D. Ricarda Benedita do Carmo	4 (Confeiteiro, relojoeiro e merceeiro)	3	1	670.800	?		1830 – Rua Bella da Raynha 91-94. 2015 – Rua da Prata 204-208. SIG: 48.001.13.006.001 Obra: 6151
1830	António Marques Borges	1 (por conta do senhorio)	3	1	398.200	?		1830 – Rua Bella da Raynha 89-90. 2015 – Rua da Prata 194-202; Rua da Assunção, 26-32. SIG: 48.001.13.010.001 Obra: 5647
	Não consta.							2015 – Rua da Prata 190-192; Rua da Assunção 25-31. 1820/1834 – Rua Bella da Raynha SIG: 48.002.04.006.001 Obra: 7093 Não figura no rol da décima da cidade. MVV: 2+4 (Rua da Assunção). Pisos: R/C+3+1P. vc+1P. Cobertura: Telhado de três águas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º andar, fachada sobre a rua da Prata. Corrida no 4.º andar torneando a esquina. Escada: Separada do átrio por um arco estreito. Escada de dois lanços por piso, sem bomba. O primeiro patim é em leque. Fogos: No R/C há arcadas. Chaminé: Não está documentada. Processos: Não contém documentação esclarecedora.
1765	Manuel	2	0	0	105.600	9.504		2015 – Rua da Prata 180-188.
1766	Duarte	2	0	0	0	0		
-	Simões	Devolutas	-	-	-	-		

-	-	-	-	-	-	-	1815 – Bella da Raynha
1770	Herdeiros de	-	0	0	74.000	5.760	103-107.
1771	Manoel	2	0	0	74.000	5.760	1820/1834 – Rua Bella
1774	Duarte	2	0	0	64.000	5.760	da Raynha 163-167.
1782	Simões	2	-	-	61.400	5.526	SIG:
1785	-	-	-	-	56.400	5.076	48.002.04.003.001
1792	-	-	-	-	56.400	5.076	Obra: 6148
1794	-	-	-	-	56.400	5.076	MVV: 5
1795	-	-	-	-	52.800	4.752	Pisos:
1798	-	-	-	-	56.400	5.076	R/+3P.+1P.vc+AF
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
1799	João Mendes	-	-	-	86.400	7.776	mansarda
1800	Arnault	-	-	-	400.200	36.018	neopombalina
1805	-	-	-	-	516.800	46.512	construído em 1956.
-	-	-	-	-	-	-	Com claraboia.
1815	Herdeiros de	-	-	-	442.400	39.816	Cimalha: Beirado sobre
-	João Mendes	-	-	-	-	-	cornija.
-	Arnault	-	-	-	-	-	Varandas: Individuais
-	-	-	-	-	-	-	no R/C e corrida no 4.º
1820	Caetano José	-	-	-	828.000	74.520	andar.
1825	Pacheco	-	-	-	544.800	49.032	Escada: De dois lanços
-	-	-	-	-	-	-	por piso, sem bomba
1830	D. Angélica	-	-	-	462.400	41.616	até ao 3.º andar e com
1833	Jacinta Rosa	-	-	-	456.400	41.076	bomba estreita, acima.
1834	da Madre	-	-	-	528.800	15.864	Fogos: Dois por piso,
-	Deus	-	-	-	-	-	com 6/7 divisões.
-	-	-	-	-	-	-	Chaminé: Na parede da
-	Marianno	-	-	-	-	-	fachada posterior.
-	António	-	-	-	-	-	Processos:
-	Quaresma	-	-	-	-	-	PT/AMLSB/CMLSB/A
-	-	-	-	-	-	-	DMG-E/08/0705.
-	-	-	-	-	-	-	2364/DAG/PG/1956;P.
-	-	-	-	-	-	-	7-8.
1792	António	Toda	-	-	-	-	2015 – Rua da Prata
1793	Simões	devoluta	-	-	-	-	174-178.
1794	Rouçado	-	-	-	334.000	30.060	1815 – Rua Bella da
1795	-	-	-	-	329.400	29.646	Raynha 108-109.
1798	-	-	-	-	305.400	27.486	1820/34 – Rua Bella da
1800	-	-	-	-	334.200	30.078	Raynha 168-169.
1805	-	-	-	-	263.600	23.724	SIG:
1810	-	-	-	-	349.200	31.428	48.002.04.008.001
1815	-	-	-	-	340.800	30.672	Obra: 22902
1820	-	-	-	-	381.600	34.344	MVV: 3
1825	-	-	-	-	343.600	30.924	Pisos:
1830	-	-	-	-	343.600	30.924	R/C+3P.+1P.vc+AF.
1833	-	-	-	-	288.000	25.920	Cobertura: Duas águas
1834	-	-	-	-	284.400	8.532	com um trapeirão
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
-	-	-	-	-	-	-	cornija.
-	-	-	-	-	-	-	Varandas: Individuais
-	-	-	-	-	-	-	no 1.º andar e corrida
-	-	-	-	-	-	-	no 4.º.
-	-	-	-	-	-	-	Escada: Primeiro lanço
-	-	-	-	-	-	-	em pedra. Dois lanços
-	-	-	-	-	-	-	por piso com bomba
-	-	-	-	-	-	-	estreita, de gaveto.
-	-	-	-	-	-	-	Guarda de varões de
-	-	-	-	-	-	-	ferro fundido.
-	-	-	-	-	-	-	Fogos: Não há
-	-	-	-	-	-	-	informação.

							Chaminé: Na parede da empena. Processos: 25800/DAG/PG/1958;P .24.
1792	Caetano José	Incompleta	?	-	0	0	2015– Rua da Prata
1793	Pacheco	-	3	-	235.200	21.168	162-172.
1794	-	-	3	-	470.400	42.336	1820 - Rua Bella da
1795	-	-	?	-	470.400	42.336	Raynha 170-171.
1798	-	-	3	-	470.400	42.335	1830/34 – Rua Bella da
-	-	-	-	-	-	-	Raynha169A-172.
1800	-	-	-	-	470.400	42.336	SIG:
1805	-	-	-	-	525.200	47.268	48.002.04.004.001
1810	-	-	-	-	707.600	63.684	Obra: 16562
1815	-	-	-	-	615.600	55.404	MVV: 6
1820	-	-	-	-	697.600	62.784	Pisos:
1825	-	-	-	-	690.000	62.100	R/+3P.+1P.vc+AF.
-	Angélica	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
1830	Jacinta Rosa	-	-	-	343.600	30.924	duas águas com duas
1833	da Madre	-	-	-	625.600	56.304	trapeiras.
1834	Deus	-	-	-	672.400	20.172	Cimalha: Platibanda.
	-						Varandas: Individuais
							no 1.º andar e corrida
							no 4.º. Guardas e ferro
							forjado em barra.
							Escada: Arco de
							separação do átrio. Dois
							lanços por piso sem
							bomba. Guarda em
							ferro forjado em barra.
							Primeiros lanços em
							pedra. Azulejos de flor
							de lis de cor azul e
							rodapé marmoreado a
							manganés.
							Fogos: Arcadas no piso
							térreo. Um ou dois
							fogos por piso com 6
							ou 12 divisões. O fogo
							único é o do 1.º andar.
							Chaminé: Nas paredes
							das empenas.
							Processos:
							V.1;Proc.100/DAG/PG/
							1931-T.1;P.8-11.
1792	Ambrózio	Toda	-	-	0	0	2015 – Rua da Prata
1793	Gomes	devoluta	-	-	458.000	41.220	150-160,
1794	Moreira	-	-	-	844.200	75.978	Rua da Vitória 26-32.
1795	-	-	-	-	900.000	81.000	1815 – Rua Bella da
1798	-	-	-	-	888.800	79.992	Raynha 172-177.
-	-	-	-	-	-	-	1830/34 – Rua Bella da
1800	Vicente João	-	-	-	996.000	89.640	Raynha 173-177.
1805	Bayão	-	-	-	1.186.400	106.776	SIG:
1810	-	-	-	-	925.200	83.268	48.002.04.009.001
1815	-	-	-	-	1.284.000	114.714	Obra: 23308
1820	-	-	-	-	1.342.000	120.780	VER TRAVESSA DA
1825	-	-	-	-	1.257.600	113.184	VICTORIA, P. 170.
1830	-	-	-	-	1.222.000	109.920	MVV: 5+4 (Rua da
1833	-	-	-	-	973.800	87.642	Vitória)
1834	-	-	-	-	1.005.600	3.168	



							<p>Pisos: R/C+S/L+3P.+1P.vc+1 P. trapeirão. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º andares e corridas no 4.º e no 5.º. Guardas em ferro forjado em barra. Escada: De dois lanços por piso, com bomba larga e prumos de madeira a receber a cadeia. Está separada do átrio por um arco campanulado truncado. Guardas em estrutura de frontal preenchida a alvenarias e corrimão de madeira. Fogos: Arcadas no R/C. Dois fogos por piso, com 6/7 divisões, sendo um único fogo no 1.º andar com 13 divisões. Chaminé: Do lado esquerdo está colocada na perpendicular da fachada posterior, do lado direito na parede da empena. Processos: 3486/1.ªREP/PG/1911.</p>
1780	Irmandade	6 edif. no	0	0	72.000	-	2015 – Rua da Prata
-	do	2.º	-	-	-	-	124-148; Rua da
1792	Santíssimo	semestre	-	-	336.000	Isenta	Vitória S/N; Rua dos
1793	Sacramento	-	-	-	336.000	Isenta	Douradores 57-59.
1794	-	-	-	-	336.000	Isenta	1815 /34- Rua Bella da
1795	Irmandade	-	-	-	336.000	Isenta	Raynha 178-186.
1798	do Sant.mo	-	-	-	336.000	Isenta	SIG:
-	da Freg. S.	-	-	-	-	-	48.002.09.003.001
-	Nicolau	-	-	-	-	-	Obra: 6157
-	-	-	-	-	-	-	Igreja de São Nicolau.
1805	Colegiada de	-	-	-	340.800	29.952	Não é habitacional.
1815	S. Nicolau	-	-	-	332.800	40.392	MVV: 13
1820	-	-	-	-	448.800	37.818	Pisos: R/C+2P+1P.
1825	-	-	-	-	420.200	38.016	corrido.
1830	-	-	-	-	422.400	33.912	Cimalha: Cornija.
1833	-	-	-	-	376.800	10.728	Varandas: Não tem
1834	-	-	-	-	357.600	-	Escada: - Fogos: - Chaminé: - Processos: -
1767	Bento Dias	4	2	0	350.000	31.500	2015 – Rua da Prata
1770	Pr.a	4	3	1	334.000	30.060	116-122; Rua de São
-	-	-	-	-	-	-	Nicolau 26-32.
1771	Herdeiros de	4	3	1	336.000	30.240	1820/25 – Travessa de
1774	Bento Dias	5	3	1	347.000	31.224	São Nicolau 24-25.
1780	-	-	-	-	337.600	30.384	SIG: 48.002.09.001.001

1782	Pereira	-	-	-	345.600	31.104	<p>Obra: 31094  VER TRAVESSA DE  SÃO NICOLAU, P.  168.  MVV: 4+4 (Rua de São  Nicolau)  Pisos:  R/C+3P.+1P.vc+1P. de  mansarda  neopombalina.  Cimalha: Beirado sobre  cornija.  Varandas: Individuais  no 1.º andar e corrida  no 4.º.  Escada: Dois lanços por  pisos e bomba estreita.  Até ao 1.º andar não  tinha bomba.  Fogos: Um fogo por  pisos, com 11 divisões  e um pequeno corredor,  sendo a sala de esquina  com planta quadrada.  Chaminé: Numa parede  de empena.  Processos:  15060/DAG/PG/1952;P  .3-10.  30720/DAG/PG/1955;P  .3A.</p>
1785	Chaves	-	-	-	345.600	31.104	
1790	-	-	-	-	360.000	32.400	
-	-	-	-	-	-	-	
1800	-	-	-	-	360.000	32.400	
1805	Engrácia Mª	-	-	-	511.200	46.008	
1810	dos Santos	-	-	-	393.600	35.424	
-	Pereira	-	-	-	-	-	
1815	-	-	-	-	470.400	42.336	
1820	Manuel	-	-	-	473.200	42.588	
-	Ant.es	-	-	-	-	-	
-	(Antunes?)	-	-	-	-	-	
1825	-	-	-	-	932.000	83.952	
1833	D. Maria	-	-	-	740.400	66.630	
1834	Joaquina Dally	-	-	-	734.000	22.020	
RUA BELLA DA RAYNHA, lado ocidental indo de Norte para Sul							
1798	José Maria	Incompleta	-	-	-	-	Emparcelada com o lote seguinte cerca de 1798.
1792	José Maria	Devoluta	-	-	0	-	2015 – Rua da Prata
-	-	-	-	-	-	-	193-205; Rua da
1793	Menores que	Incompleta	-	-	0	-	Assunção 33-35.
1794	administra	Devoluta	-	-	0	-	1820/34 – Rua Bella da
-	José Gomes	-	-	-	-	-	Raynha79-85.
-	Ferreira	-	-	-	-	-	SIG:
-	-	-	-	-	-	-	48.002.03.006.001
1795	José Maria	Incompleta	-	-	0	-	Obra: 6153.
-	-	-	-	-	-	-	VER RUA
1798	Menores que	-	-	-	985.200	88.668	TRAVESSA DA
1798	administra J.	-	-	-	1.029.600	92.664	ASSUMPCÃO, P. 197.
-	G. Ferreira	-	-	-	-	-	MVV: 8+4 (Rua da
-	-	-	-	-	-	-	Assunção)
1800	Francisca	-	-	-	-	-	Pisos:
1805	Roza	-	-	-	1.075.600	96.804	R/C+3P.+1P.vc+AF
1815	Baptista	-	-	-	1.268.000	114.120	Cobertura: Telhado de
1820	Benedicta de	-	-	-	1.290.400	116.136	quatro águas com três
1825	Borja (viúva	-	-	-	1.402.800	126.154	trapeirões.
1830	de J. G. Ferr.)	-	-	-	1.334.800	120.132	Cimalha: Beirado sobre
1833	-	-	-	-	1.109.200	99.828	cornija.
1834	-	-	-	-	1.047.200	31.416	Varandas: Individuais no 1.º andar e corridas no 4.º e no 5.º. Guardas

							<p>em ferro forjado em barra.</p> <p>Escada: De três lanços por piso com bomba quadrada. Até ao 1.º andar é em pedra. Era antecedida por arco duplo de cantaria. A guarda é em ferro forjado em barra, formando um desenho de barras verticais unidas por ovais. Tem um lambrim de azulejo polícromo, reproduzindo o desenho da guarda.</p> <p>Fogos: Dois por piso, com 7/9 divisões, e pequeno corredor.</p> <p>Pé-direito: R/C – 2,80m 1.º andar – 3,55m 2.º andar – 3,60m 3.º andar – 3,40m 4.º andar – 2,5m</p> <p>Chaminé: Na parede posterior e na parede perpendicular à da empena.</p> <p>Processos: 26286/SEC/PET/1935. 26837/SEC/PET/1936. 25446/DAG/PG/1957.</p>
1798	Domingos	Devoluta	-	-	-	-	2015 – Rua da Prata
-	José	-	-	-	-	-	179-191.
-	Gonçalves	-	-	-	-	-	1820 – Rua Bella da
-	Lamarão	-	-	-	-	-	Raynha 72-78
-	-	-	-	-	-	-	SIG:
1820	António	-	-	-	1.316.000	118.440	48.002.03.002.001
1825	Francisco	-	-	-	1.129.600	101.664	Obra: 29904
1830	José dos	-	-	-	972.000	87.480	MVV: 7
1833	Santos	-	-	-	1.019.800	91.782	Pisos: R/C+3P.+1P.vc.
1834	Firmo	-	-	-	927.600	27.828	Cobertura: Telhado de duas águas com claraboia.
							<p>Cimalha: Platibanda.</p> <p>Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º. No 1.º andar as guardas são em balaústres de ferro.</p> <p>Escada: Está separada do átrio por um arco de cantaria assente num degrau também em pedra. A escada é de três lanços por pisos e bomba larga, quadrada.</p> <p>A guarda é em parede</p>

							de frontal com enchimento de alvenaria e corrimão em madeira. Fogos: Dois por piso. Sem outros dados disponíveis. Chaminé: Nas paredes das empenas. Processos: Sem documentação relevante.
1793	José Maria	Incompleta	-	-	-	-	2015 – Rua da Prata
1794	-	-	-	-	732.600	65.934	167-175.
1795	-	-	-	-	744.800	67.032	1815/34 – Rua Bella da
1798	Menores que admn. J. G.	-	-	-	922.800	83.052	Raynha 67-71.
-	F.	-	-	-	-	-	SIG:
-	-	-	-	-	-	-	48.002.03.007.001
1799	-	-	-	-	686.400	61.776	Obra: 4041
1805	José Maria	-	-	-	711.800	64.062	Na sua génese pertenceu a J. M.
-	-	-	-	-	-	-	Gomes Ferreira tal como o edifício que lhe é simétrico situado na
1815	Custódia do Sacramento	-	-	-	917.400	82.566	Rua dos Correeiros
-	-	-	-	-	-	-	106-1014, pelo que as paredes posteriores estão encostadas ocupando parcialmente o saguão.
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 6
1820	Manuel	-	-	-	1.003.400	90.306	Pisos:
1825	Firmino	-	-	-	961.000	86.490	R/C+3+1P.vc+AF
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Duas águas com dois trapeirões.
1830	Manuel	-	-	-	894.600	80.514	Cimalha: Beirado sobre cornija.
1833	Jerónimo	-	-	-	878.600	79.074	Varandas: Individuais no 1.º andar e no 5.º, corrida no 4.º andar.
1834	Campadónico	-	-	-	846.800	22.404	Guardas em ferro forjado em barra.
							Escada: Inicialmente era precedida por um arco amplo, em cantaria. É de dois lanços por piso, em pedra até ao 1.º andar, e sem bomba. A guarda é uma parede de frontal com enchimento a alvenaria e o corrimão é em madeira. Tem um lambril em azulejos de flor-de-lis azul e rodapé marmoreado a manganés.
							Fogos: Dois por piso, com 7 divisões e um pequeno corredor.

							<p>Pé-direito dos pisos: R/C – 3,50m 1.º Andar – 3,60m 2.º Andar – 3,50m 3.º Andar – 3,35m 4.º Andar – 3,00m 5.º Andar – 2,50m Chaminé: Na parede posterior. Processos: 21370/DAG/PG/1939-T.1; P.5 2428/DAG/PG/1961-T.1;P.3</p>
1792	Joze	-	-	-	404.800	36.432	2015 – Rua da Prata
1793	António	-	-	-	404.800	36.432	161-165; Rua da
1794	Vieira	-	-	-	404.800	36.432	Vitória 34-40.
1795	-	-	-	-	-	-	1830/34 – Travessa da
1798	-	-	-	-	373.600	33.624	Victória 21-23.
1799	-	-	-	-	445.400	40.086	SIG:
1800	-	-	-	-	413.600	37.224	48.002.03.001.001
1805	-	-	-	-	428.000	38.520	Obra: 7224
1815	-	-	-	-	292.800	26.352	VER TRAVESSA DA
1820	-	-	-	-	364.000	32.760	VICTÓRIA, P. 175.
1825	-	-	-	-	428.800	38.592	MVV: 3+4(Rua da
-	-	-	-	-	-	-	Vitória).
1833	-	-	-	-	411.600	37.044	Pisos:
1834	José Paulo da Silva Rocha	-	-	-	376.000	11.280	R/C+3P.+1P.vc+1P. amansardado. Cobertura: Telhado de duas águas em mansarda neopombalina. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: Em 2004 ainda havia caixilhos de guilhotina no 1.º e 4.º andares e pequenas vidraças nos caixilhos das sacadas. Varandas: Individuais no 1.º andar só do lado da Rua da Prata, e corrida no 4.º. Escada: Foi de dois lanços por piso, sem bomba, até 1988. Estava separada do átrio por um arco amplo. Fogos: Arcadas no piso térreo. Um fogo por piso, com 9 divisões, sem corredor. Chaminé: Na parede da empena, junto ao saguão. Processos:

							14260/DAG/PG/1962-T.1;P.7. 4474/DMPGU/OB/1986-T.1;P.7. 5464/DMPGU/OB/1988-T.1;P.6-8.
1798	José António de Carvalho	Incompleta serve de estância de madeira			50.000	4.500	Integrado no prédio seguinte.
1790	António Rodrigues	Toda devol. no 1.º trim.-	-	-	292.200	26.298	2015 - Rua da Prata
1792			-	-	601.200	54.108	149.-159; Rua da
1793	-		-	-	597.200	53.748	Vitória 17-23.
1794	-		-	-	590.800	53.172	1834 – Rua Bella da
1795	-		-	-	-	-	Raynha 59-64.
1798	-		-	-	581.200	52.308	SIG:
1799	-		-	-	568.400	51.156	48.002.08.009.001
-	-		-	-	-	-	Obra: 6150
1800	Herdeiros de António Rodrigues		-	-	568.400	51.156	VER TRAVESSA DA VICTORIA, P. 181.
-			-	-	-	-	MVV: 6+4 (Rua da
-			-	-	-	-	Vitória)
1805	Herdeiros de Maria da Conceição		-	-	606.400	54.576	Pisos:
-			-	-	-	-	R/C+3P.+1P.vc+1P
-			-	-	-	-	amansardado. Este
-			-	-	-	-	último foi construído
1815	Caetano José Pacheco		-	-	649.200	58.428	em 1887.
-			-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
-			-	-	-	-	quatro águas com
1820	Caetano Thomás Pacheco		-	-	680.800	61.272	trapeiras revestidas a
1825			-	-	939.200	84.528	zinco e claraboia.
-			-	-	-	-	Cimalha: Cornija em
-			-	-	-	-	zinco.
1833	-		-	-	718.400	64.656	Varandas: Individuais
1834	-		-	-	703.200	21.096	no 1.º andar, corridas nos 4.º e 5.º andares.
							Guardas em ferro fundido.
							Escada: De dois lanços por piso, com bomba estreita de gaveto construída em 1887.
							Fogos: Dois por piso, com 5/9 divisões e corredor curto.
							Chaminé: No lado esquerdo está na parede da empena, do lado direito na parede da fachada posterior.
							Processos: 2107//PG/1887; P.3
1774	Irmandade de Nossa Senhora da Assunção	2	3	1	49.600	4.464	2015 – Rua da Prata
1780		-	-	-	214.200	19.278	141A - 147.
1782		-	-	-	221.600	Isento	1815 – Rua Bella da
1785		-	-	-	221.600	Isento	Raynha 59-64
1790	E S.to Eloy	-	-	-	218.800	Isento	1825 /34– Rua Bella da
1792	-	-	-	-	?	Isento.	Raynha 57-58
1793	-	-	-	-	211.000	20.700	SIG:

1794	-	-	-	-	230.000	20.700	48.002.08.004.001
1795	-	-	-	-	230.000	20.448	Obra: 7914
1798	-	-	-	-	227.200	Isento	MVV: 4
1799	-	-	-	-	210.400	20.448	Pisos: R/C+3P.+1P.vc.
1800	-	-	-	-	227.200	20.448	O 4.º andar era corrido,
1805	-	-	-	-	227.200	6.528	com janelas de peito
1815	-	-	-	-	217.600	20.700	que foram rasgadas em
1820	-	-	-	-	230.000	20.448	1860.
1825	-	-	-	-	227.200	20.448	Diz Norberto Araújo
1830	-	-	-	-	227.200	20.448	que “aqui terá existido
1833	-	-	-	-	227.200	6.528	a Ermida de Santo Elói,
1834	-	-	-	-	217.600	-	advogado dos ourives, e de N. Sra. da Assunção” e acrescenta que “há mais de meio século que o seu culto desapareceu.” Cobertura: Telhado de duas águas, com claraboia. Cimalha: Platibanda construída em 1866. Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º. Esta última foi construída em 1866. Escada: De dois lanços por piso e bomba estreita datada do mesmo ano. Fogos: Um por piso, com 7 divisões e um pequeno corredor. Chaminé: Na parede da empena. Processos: Doc. PT/AMLSB/CMLSB/A DMG-E/08/1006; P.3
1790	António	Propriedad	-	-	0	0	2015 – Rua da Prata
1792	Luis Afonso	e	-	-	199.600	17.964	139-141.
1793	Redondo	incompleta	-	-	159.600	14.364	1815 – Rua Bella da
1794	-	-	-	-	198.000	17.820	Raynha 57-58
1798	-	-	-	-	180.000	16.200	1834 – Rua Bella da
1799	-	-	-	-	180.000	16.200	Raynha 55-56
1800	-	-	-	-	189.600	17.064	SIG:
1805	-	-	-	-	208.800	18.792	48.002.08.010.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 38715
1815	Herdeiros de	-	-	-	649.200	58.428	MVV: 2
-	Maria da	-	-	-	-	-	Pisos:
-	Conceição	-	-	-	-	-	R/C+3P.+1P.vc+AF.
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
-	-	-	-	-	-	-	duas águas com duas
1820	D. Mª	-	-	-	232.800	20.952	trapeiras revestidas a
-	Amália da	-	-	-	-	-	zincó.
-	Conceição	-	-	-	-	-	Cimalha: Cornija.
-	-	-	-	-	-	-	Vãos: No R/C um lintel
1825	-	-	-	-	238.402	21.450	é tripartido e o outro é
1830	-	-	-	-	238.400	21.456	em arco de círculo. A

1833 - 1834	José da Costa Pereira - Manuel Braz	- - -	- - -	- - -	215.600 - 215.600	19.404 - 6.468	porta da rua é em tábuas verticais, entaleiradas e rebitadas. Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º. Guarda em ferro forjado em barra. Escada: É de tiro até ao segundo andar, acima é de dois lanços por piso, sem bomba. Fogos: Um por piso, com 4 divisões e um pequeno corredor. Chaminé: Na parede da fachada posterior. Processos: 22729/SEC/PET/1929; P.2.
1790 1792 1793 1794 1798 1799 1800 1805 1810 1815 - 1820 - - 1825 1830 1833 1834	Manuel dos Reys - - - - - - - - - - Balbino Rozado - - Bento Joaquim da Cruz -	Toda devoluta - - - - - - - - - - - - - - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	250.000 659.600 654.400 654.400 626.200 646.200 704.200 919.600 ? 901.000 - 905.600 - - 972.800 972.800 948.800 874.400	22.950 59.364 58.896 58.896 56.358 58.158 63.378 82.764 ? 81.090 - 81.504 - - 87.554 87.552 85.392 26.232	2015 – Rua da Prata 127-137. 1815 – Rua Bella da Raynha 55-56 1834 – Rua Bella da Raynha 50-54 SIG: 48.002.08.007.001 Obra: 15762 MVV: 6 Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF Cobertura: Telhado de duas águas com três trapeiras. Cimalha: Platibanda Varandas: Individuais nos 1.º e 5.º andares e corrida no 4.º. Escada: Era, na origem, de dois lanços por pisos, sem bomba, e com o primeiro lanço em pedra. Foi alterada em 2004. Fogos: Tinha dois fogos por piso, cada um com 7 divisões e um pequeno corredor. Chaminé: No lado direito estavam na parede divisória com a caixa de escada, na parte esquerda, na parede da fachada posterior. Processos: 3582/DMPGU/OB/198 9-Tomo 1; P.14-18-59. 61510/DAG/PG/1961-T.1;P.2.



1790	Antónia	-	-	-	693.400	62.406	2015 – Rua da Prata
-	Maria de	-	-	-	-	-	115-125; Rua de São
-	Esp.º Santo	-	-	-	-	-	Nicolau 34-40.
-	-	-	-	-	-	-	1815 – Rua Bella da
1792	Herdeiros de	-	-	-	675.000	60.750	Raynha 50-54.
1793	Antónia	-	-	-	673.800	60.642	1834 – Rua Bella da
1794	Maria de	-	-	-	670.000	60.300	Raynha 44-49.
1798	Esp.º Santo	-	-	-	670.000	60.300	SIG:
1799	-	-	-	-	670.000	60.300	48.002.08.002.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 4555
1800	Francisca	-	-	-	802.800	72.252	VER TRAVESSA DE
-	Rosa	-	-	-	-	-	SÃO NICOLAU, P.
-	-	-	-	-	-	-	167.
1805	Dez.or	-	-	-	1.296.100	116.649	MVV: 6
-	Manuel José	-	-	-	-	-	Pisos:
-	Neves	-	-	-	-	-	R/C+3P.+1P.vc+AF
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
1815	António da	-	-	-	916.000	82.440	quatro águas com
1820	Silva Neves	-	-	-	965.500	86.895	pequenas trapeiras
1825	-	-	-	-	946.400	85.176	revestidas a zinco.
1830	-	-	-	-	921.500	82.935	Cimalha: Platibanda
1833	-	-	-	-	802.500	72.225	Varandas: Individuais
1834	-	-	-	-	852.700	25.581	no 1.º andar e corrida
							no 4.º. As guardas são
							em ferro forjado com
							pequenos medalhões
							em ferro fundido.
							Vãos: Porta da rua em
							tábuas engradadas com
							almofadas em ponta de
							diamante e grelha de
							ferro fundido.
							Escada: Átrio
							abobadado, separado da
							caixa de escada por um
							arco duplo, em cantaria.
							A escada era, na
							origem, de dois lanços
							por pisos, sem bomba, e
							com o primeiro lanço
							em pedra. Foi alterada
							em 2004.
							Fogos: Tinha um fogo
							por piso, com 14
							divisões, podendo ser,
							nalguns pisos, dividido
							em dois fogos.
							Chaminé: Na parede da
							empena.
							Processos:
							3582/DMPGU/OB/198
							9-Tomo 1; P.14-18-59.
RUA DOS DOURADORES, lado Poente, de Sul para Norte, (L. E. hindo da Rua dos Retrozeiros para a Praça da Figueira)							
1773	Bento Dias	-	-	-	300.000	27.000	2015 – Rua dos
-	Pereira	-	-	-	-	-	Douradores 49-55; Rua
-	Chaves +	-	-	-	-	-	de São Nicolau 18-24.
-	Huston	-	-	-	-	-	

-	,inglês,	-	-	-	-	-	1820/65- Travessa de
-	homem de	-	-	-	-	-	São Nicolau 26-27.
-	negócios.	-	-	-	-	-	1833/34 – Rua dos
-	-	-	-	-	-	-	Douradores 8-9.
1799	Engrácia	-	-	-	300.000	27.000	SIG: 48.002.09.002.001
1800	Maria dos	-	-	-	?	?	Obra: 26270
1805	Santos	-	-	-	330.000	29.700	VER TRAVESSA DE
1810	Pereira	-	-	-	393.600	35.424	SÃO NICOLAU, P.
-	-	-	-	-	-	-	168.
1810	Sebastião	-	-	-	261.700	23.553	MVV: 4+4(Rua de São
-	Dias Pereira	-	-	-	-	-	Nicolau)
-	Chaves	-	-	-	-	-	Pisos:
-	-	-	-	-	-	-	R/C+3+1P.corrido
1815	João Esteves	-	-	-	222.400	39.016	(acrescentado em
-	Alves	-	-	-	-	-	meados do séc. XIX).
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
1820	Herdeiros de	-	-	-	740.000	66.600	4 águas. Em 1865
1825	João Esteves	-	-	-	1.109.000	99.800	houve um projeto de
-	Alves	-	-	-	-	-	trapeirões de 3 vãos.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Telhado sobre
1833	José Esteves	-	-	-	680.000	61.200	cornija.
1834	Alves	-	-	-	272.000	8.160	Varandas: São
	-						individuais no 1.º andar
	Em 1865						da fachada da rua de
	pertencia ao						São Nicolau, com
	mesmo						guardas em ferro
	Esteves						fundido. São corridas
	Alves.						no 4.º piso.
							Vãos: Em 2004 ainda
							tinha caixilhos de
							guilhotina no 2.º andar.
							Nas lojas mantém as
							molduras de pedra
							alternando os lintéis
							tripartidos com os
							lintéis em arco de
							círculo. A porta da rua
							é de tábuas engradadas
							formando almofada
							relevada e postigo
							gradeado de ferro
							fundido.
							Escada: De dois lanços
							por piso, sem bomba. A
							iluminação faz-se por
							uma janela da fachada.
							Fogos: Um fogo por
							piso com 8 divisões.
							Sala ampla, de planta
							quadrada, na esquina.
							Chaminé: Está na
							parede de uma empena,
							próximo do saguão. No
							4.º andar, a chaminé
							tem verga curva, em
							pedra.
							Processos:
							Doc.PT/AMLSB/CML
							SB/ADMG-
							E/08/0023;P.1.

		Irmandade do Santíssimo de São Nicolau					Igreja de São Nicolau e suas dependências.
1805	Dez.or	-	-	-	770.000	70.200	2015 – Rua dos Douradores 61-73; Rua da Vitória 18-24. 1815/34 – Rua dos Douradores 10-11 SIG: 48.002.04.005.001 Obra: 10972 VER TRAVESSA DA VICTORIA, P. 176 MVV: 7+4 (Rua da Vitória). Pisos: R/C+3P.+1P.vc+3. trapeirões. Cobertura: Telhado de três águas com claraboia. Cimalha: Platibanda, construída em 1905. Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º andares. Corrida nos pisos 4.º e 5.º. As guardas são em ferro forjado em barra. Vãos: Nas lojas, todos os vãos têm as cantarias originais, alternando os dois tipos de lintéis. A porta da rua é em tábuas verticais, entaleiradas e rebitadas. Escada: Separada do átrio por um arco amplo de cantaria. Até ao 1.º andar é de dois lanços sem bomba e, no arranque, a parede de frontal que constitui a guarda remata com um pilar de pedra lavrada. Acima do 1.º andar, é de dois lanços por piso com bomba estreita, de gaveto. O átrio é lajeado a pedra e tem porta para a loja esquerda. Fogos: Arcadas no R/C. Dois fogos por piso, com 6 divisões. Chaminé: Na parede de uma empena junto à janela para o saguão. Processos:
1810	Manuel de	-	-	-	585.600	52.704	
1815	Macedo	-	-	-	1.240.400	111.636	
1820	-	-	-	-	1.241.650	111.748	
1825	-	-	-	-	985.600	88.704	
1833	-	-	-	-	596.800	53.712	
1834	-	-	-	-	573.600	17.208	
	Em 1905 era de Luiz Quaresma Val do Rio						

							3550/1.ªREP/PG/1911; P.2. 11564/DAG/PG/1951; P.3.
1815	Dez. Pedro	-	-	-	72.000	6.480	2015 – Rua dos
-	Duarte da	-	-	-	-	-	Douradores 75-91.
-	Silva	-	-	-	-	-	1815 – Rua dos
-	-	-	-	-	-	-	Douradores S/N.º
1820	Caetano José	-	-	-	928.000	112.896	1820/34 – Rua dos
1825	Pacheco	-	-	-	1.254.400	-	Douradores 11A-11E.
-	-	-	-	-	-	-	SIG:
1833	Caetano	-	-	-	669.600	60.264	48.002.04.007.001
1834	Thomaz	-	2	-	864.800	25.944	Obra: 21007
	Pacheco	-	-	-	-	-	Incorporou o prédio
	-	-	-	-	-	-	seguinte, contíguo a
	Em 1851 era	-	4	-	-	-	norte, a partir de 1815.
	propriedade	-	-	-	-	-	MVV: 9.
	de Manoel	-	-	-	-	-	Pisos:
	José	-	-	-	-	-	R/C+3P.+1P.vc+AF.
	Carneiro	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
		-	-	-	-	-	duas águas com
		-	-	-	-	-	trapeiras e claraboia.
		-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
		-	-	-	-	-	cornija.
		-	-	-	-	-	Varandas: Individuais
		-	-	-	-	-	nos pisos 1.º e 4.º e
		-	-	-	-	-	corrida no 5.º.
		-	-	-	-	-	Vãos: Nos lojas
		-	-	-	-	-	mantêm-se as molduras
		-	-	-	-	-	dos vão originais sendo
		-	-	-	-	-	alguns entaipados com
		-	-	-	-	-	moldura de janela de
		-	-	-	-	-	peito gradeada. A porta
		-	-	-	-	-	da rua é de duas folhas
		-	-	-	-	-	de tábuas verticais
		-	-	-	-	-	entaleiradas e rebitadas,
		-	-	-	-	-	onde foi aberta uma -
		-	-	-	-	-	porta de homem.
		-	-	-	-	-	Escada: Dois lanços por
		-	-	-	-	-	piso, sem bomba, até ao
		-	-	-	-	-	1.º andar. Acima, é de 3
		-	-	-	-	-	lanços por piso, com
		-	-	-	-	-	bomba larga, quadrada,
		-	-	-	-	-	e guarda de ferro
		-	-	-	-	-	forjado em barra. No
		-	-	-	-	-	arranque da escada há
		-	-	-	-	-	um arco duplo em
		-	-	-	-	-	pedra lavrada inserido
		-	-	-	-	-	num arco amplo, onde
		-	-	-	-	-	figura um painel de
		-	-	-	-	-	azulejos policromos
		-	-	-	-	-	com três medalhões
		-	-	-	-	-	representando santos
		-	-	-	-	-	protetores, S. José, a
		-	-	-	-	-	Virgem e São Caetano,
		-	-	-	-	-	sobre um fundo
		-	-	-	-	-	manganés e amarelo
		-	-	-	-	-	com brutescos.
		-	-	-	-	-	Em rodapé há azulejos
		-	-	-	-	-	amarelos figurando

							<p>cetim , com medalhões brancos com flor central a azul, e uma cercadura branca com linhas azuis, sobre rodapé marmoreado a manganés.</p> <p>Fogos: O piso térreo é todo abobadado, formando espaços amplos. Dois fogos por piso, com 11 divisões.</p> <p>Chaminé: No R/C está numa das paredes de empena. Nos pisos superiores estão na parede divisória dos fogos, atrás da caixa de escada.</p> <p>Processos: 2677/1.ªREP/PG/1918; P.6. 17498/DAG/PG/1952;P.3</p>
1771	Frz. do	1	2	0	34.800	3.132	<p>2015 – Rua dos Douradores 75-91.</p> <p>1815 – Rua dos Douradores S/N.º</p> <p>1820/34 – Rua dos Douradores 11A-11E.</p> <p>SIG: 48.002.04.007.001</p> <p>Obra: 21007</p> <p>Incorporou o prédio seguinte, contíguo a sul, entre 1815 e 1820.</p>
-	Nascimento	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Manuel	1	2	0	48.800	4.077	
-	Nascimento	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	D.	-	-	-	48.000	4.320	
	Margarida Luiza do Carmo						

1830		Viuva de Manoel Alves da Silva Guimarães						<p>2015 – Rua dos Douradores 93-99; Rua da Assunção 17-23.  1815 – Rua dos Douradores S/N.º  1820/34 – Rua dos Douradores 11P-11R.  SIG:  48.002.04.002.001  Obra: 8495  VER RUA TRAVESSA DA ASSUMPCÃO, P.195.  MVV: 4+4 (Rua dos Correiros).  Pisos:  R/C+3+1P.vc+AF  Cobertura: Telhado de 4 águas com 6 trapeira e sobre-elevação junto à empena.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Não tem varandas individuais. Apenas uma varanda corrida no 4.º andar.  Vãos: As molduras dos vãos do R/C alternam os lintéis tripartidos e os lintéis curvos. No 3.º andar os caixilhos eram, em 2004, de guilhotina.  Escada: A caixa de escada está separada do átrio por um arco que poderá ter sido duplo. A escada é de dois lanços por piso, sem bomba.  Fogos: Sem dados disponíveis.  Chaminé: Adossada à empena.  Processos: -</p>
RUA DOS DOURADORES, lado nascente de Norte para Sul								
1771	Dez.or João Tavares de Abreu	2	3	1	144.000	12.960	2015 – Rua dos Douradores 128-140; Rua da Assunção 9-15.	
1780	Herdeiros do Dez.or João Tavares de Abreu	4	3	1	292.800	26.262	1820/25 – Rua dos Douradores 30-31. 1833 - Rua dos Douradores 31P-31R.	
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.002.05.005.001	
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 7302	
1833	Francisco Marques Torres	-	-	-	274.400	24.696		
1834	-	-	-	-	308.400	9.252		

						<p>VER RUA TRAVESSA DA ASSUMPCÃO, 194. Emparcelado com o prédio seguinte, que lhe era contíguo a sul. MVV: 7+4(R. da Assunção). Inicialmente teria 4 MVV.</p> <p>Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF.</p> <p>Cobertura: Telhado de 4 águas com 4 trapeiras. Cimalha: Cornija.</p> <p>Varandas: Na fachada da Rua da Assunção há varandas individuais nos 1.º e 2.º andares e varanda corrida no 4.º andar. Na fachada para a Rua dos Douradores há uma varanda individual e varandas corridas só no 4.º andar. As varandas têm guardas de ferro forjado em barra com elementos verticais e outros ovalados.</p> <p>Vãos: Na fachada da rua dos Douradores mantêm-se os vãos originais de janelas de peito do 1.º ao 3.º andar, com caixilhos de guilhotina, e alternância de lintéis curvos e tripartidos no R/C. A porta de entrada é engradada com almofadas relevadas, e o vão de bandeira tem um gradeamento em ferro fundido com varões dispostos em leque.</p> <p>Escada: Está separada do átrio por um arco de cantaria que poderá ser duplo. De dois lanços por piso sem bomba até ao 3.º andar. O primeiro lanço é em pedra.</p> <p>Fogos: Arcadas e abóbadas no R/C. Até ao 3.º andar. Tetos de saia e camisa. Lambris de azulejos neoclássicos, de flor manganés e treliças de</p>
--	--	--	--	--	--	---

							grinaldas verdes e manganés, com cercadura de folhas azuis do tipo “sombra chinesa”. Portas interiores com bandeira de 9/15 vidraças. Chaminé: Chaminé de cantaria com verga reta e ângulos da face inferior em meia-cana. Processos: 1849/DAG/PET/1934-T.1;P.2.
1833 1834	Francisco Marques Torres	- -	- -	- -	172.800 172.800	15.552 172.000	2015– Rua dos Douradores 128-140; Rua da Assunção 9-15. 1820/25 – Rua dos Douradores 30-31. 1833 - Rua dos Douradores 31P-31R. SIG: 48.002.05.005.001 Obra: 7302 MVV: 7+4(R. da Assunção). Inicialmente 3 MVV. Emparcelado com o prédio anterior, que lhe era contíguo a norte.
1805 1810 - - 1815 - - - 1820 1825 - - - 1833 1834	Dez. Pedro Lourenço de Seixas - Dez.or Pedro Duarte da Silva - Herdeiros do Dez.or Pedro Duarte da Silva - Francisco Marques Torres	- - - - - - - - - - - - - -	- - - - - - - - - - - - - -	- - - - - - - - - - - - - -	791.200 278.400 - - 954.000 - - 916.000 1.024.800 - - - 732.800 616.000	71.208 25.056 - - 85.860 - - 82.440 92.232 - - - 65.952 18.480	2015 – Rua dos Douradores 120-126. 1820 – Rua dos Douradores 31A-31C. 1830/34 – Rua dos Douradores 31S-31T SIG: 48.002.05.010.001 Obra: 9992 MVV: 4 Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF. Cobertura: Telhado de duas águas, com claraboia e grande trapeirão. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º andares, corridas no 4.º e no 5.º. Guardas de ferro forjado em barra. Vãos: Os vãos dos 1.º e 2.º andares têm, nas bandeiras das janelas de sacada, pequenas vidraças quadradas colocadas em diagonal,



							<p>e o 3.º andar tem janelas de guilhotina. Escada: Está separada do átrio por um arco duplo, em cantaria. O primeiro lanço de escadas é em pedra, bem como o pavimento lajeado do átrio. Acima do 1.º andar a escada é de dois lanços por piso e bomba estreita de planta retangular. A guarda é em ferro forjado em barra. Há vestígios de um lambril de azulejos esponjados a azul, com cercadura de flor-de-lis em grinalda, do tipo sombra chinesa, azul sobre fundo branco. Rodapé marmoreado a manganés. Fogos: Arcadas assentes em pilares de cantaria, no R/C. Um por piso, com 7 divisões. Lambris de azulejos neoclássicos. Chaminé: Na parede da fachada posterior. Processos: 31448/DAG/PG/1967-T.1;P.5. 1742/DMGU/POL/2006-T.1;P.24-36.</p>
1810	Dez.or Pedro	Incompleta	-	-	0	0	<p>2015 – Rua dos Douradores 106-118. 1820/25 – Rua dos Douradores 31D-31M. SIG: 48.002.05.006.001 Obra: 25043 MVV: 7 (3+4?) Terá sido emparcelado com o prédio seguinte, contíguo a sul. Em 1856, o projeto de continuação de construção, mostra que o edifício ainda só tinha rés-do-chão e sobrelojas. Pisos: R/C+S/L+3P.+1P.c+AF Cobertura: Telhado de duas águas com um trapeirão. Cimalha: Cornija.</p>
-	Soares de	-	-	-	-	-	
-	Seixas	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Herdeiros do	-	-	-	96.000	8.640	
1820	Dez.or Pedro	-	-	-	96.000	8.640	
-	Duarte da	-	-	-	-	-	
-	Silva	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1825	Francisco	-	-	-	172.800	15.552	
1833	Marques	-	-	-	172.800	15.552	
1834	Torres	-	-	-	172.000	5.160	

							Varandas: Individuais no piso 1 e, em alternância com janelas de peito, nos pisos 2 e 3. Guardas em ferro forjado formando saliência. Vãos: Mantêm-se as molduras dos vãos das lojas alternando dos lintéis curvos com os tripartidos. Escada: Alterada. Fogos: Alterados Chaminé: Não está documentada. Processos: Doc. PT/AMLSB/CMLSB/A GER-E/08/0423; P.1
1810	Dez.or Pedro	Incompleta	-	-	389.000	-	2015 – Rua dos
-	Soares de	-	-	-	-	-	Douradores 106-118.
-	Seixas	-	-	-	-	-	1820/25 – Rua dos
-	-	-	-	-	-	-	Douradores 31D-31M.
1815	Dez.or Pedro	-	-	-	201.600	18.144	SIG:
-	Duarte da	-	-	-	-	-	48.002.05.006.001
-	Silva	-	-	-	-	-	Obra: 25043
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 7 (3+4?)
1820	Herdeiros do	-	-	-	216.000	19.440	Terá sido emparcelado
-	Dez.or Pedro	-	-	-	-	-	com o prédio anterior,
-	Duarte da	-	-	-	-	-	contíguo a norte.
-	Silva	-	-	-	-	-	Em 1856, o projeto de
-	-	-	-	-	-	-	continuação de
1825	Francisco	-	-	-	316.000	28.440	construção, mostra que
1833	Marques	-	-	-	274.400	24.696	o edifício ainda só tinha
1834	Torres	-	-	-	308.400	9.252	o rés-do-chão.
1805	Dez.or Pedro	-	-	-	1.053.600	94.824	2015 – Rua dos
1810	Duarte da	-	-	-	366.400	32.976	Douradores 96-104,
1815	Silva	-	-	-	902.400	81.216	Rua da Vitória 10-16.
-	-	-	-	-	-	-	1820 /25 – Rua dos
1820	Herdeiros do	-	-	-	990.800	89.172	Douradores 31N-34.
1825	Dez.or Pedro	-	-	-	879.600	79.164	SIG:
-	Duarte da	-	-	-	-	-	48.002.05.002.001
-	Silva	-	-	-	-	-	Obra: 9997
-	-	-	-	-	-	-	VER TRAVESSA DA
1833	Dez. Pedro	-	-	-	694.800	62.532	VICTORIA, P. 177.
1834	Duarte da	-	-	-	626.800	18.804	MVV: 5
	Silva						Pisos: R/C+SL+3P.+1P.vc+1P .mansarda. O 4.º andar terá sido construído cerca de 1850, o 5.º andar em 1886. Cobertura: Telhado de três águas com claraboia.

							<p>Cimalha: Cornija em zinco.</p> <p>Varandas: Individuais nos pisos 2 e 3 só do lado da rua dos Douradores. Corrida no 4.º andar. Guardas em ferro forjado em barra.</p> <p>Vãos: Mantêm-se as molduras de origem, até ao 3.º andar. A porta da rua é de madeira engradada com almofadas relevadas, postigos gradeados em ferro fundido e proteção de bandeira com varões de ferro fundido dispostos em leque.</p> <p>Escada: Está separada do átrio por um arco amplo de cantaria. No arranque tem um patim, antecedido por dois degraus de pedra, e a partir daí desenvolve-se em dois lanços por piso, paralelos à fachada do edifício, sem bomba até ao 1.º andar e com bomba estreita, de gaveto, nos lanços acima.</p> <p>Fogos: Arcaria no R/C. Um fogo por piso com 10 divisões. Do 1.º ao 3.º piso, os tetos são em tábuas de madeira do tipo saia-e-camisa. Sala quadrada na esquina.</p> <p>Chaminé: Do 1.º ao 4.º andar todas as chaminés são em cantaria com verga reta e ângulos da face inferior em meia-cana.</p> <p>Processos: 4381/1.ªREP/PG/1886. 6081/1.ªREP/PG/1906-T.1;P.2. 5590/DSC/PG/1940-T.1;P.2.</p>
1773	P.es	4 Logeas +	1	0	76.400	6.876	<p>2015 – Rua dos Douradores 84-94; Rua dos Fanqueiros 143-149; Rua da Vitória 1-15.</p> <p>1820 – Travessa da Vitória 33-37.</p> <p>SIG:</p>
-	Marianos	1 sótão	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1774	Religiosos	3 Logeas	1	0	61.400	6.426	
1780	Carmelitas	4 Logeas	1	0	81.400	Isenta	
1782	descalços	-	-	-	81.400	Isenta	
1785	-	-	-	-	91.800	Isenta	
1790	-	-	-	-	81.400	Isenta	

1792	-	-	-	-	81.400	Isenta	48.002.10.003.001
1794	-	-	-	-	81.400	Isenta	Obra: 24893
1799	-	-	-	-	81.400	Isenta	<u>Antigo convento do</u>
1800	-	-	-	-	81.400	Isenta	<u>Corpus Christi.</u>
1805	-	-	-	-	-	-	Trata-se de uma parte
1810	-	-	-	-	68.800	Isenta	do antigo convento do
1820	-	-	-	-	-	-	Corpus Christi cujos
1825	-	-	-	-	-	-	andares terão sido
1833	-	-	-	-	-	-	edificados como fogos
1834	-	-	-	-	-	-	de habitação, já depois
	-						de 1834, para
							rendimento.
							VER TRAVESSA DA
							VICTÓRIA, P.172;
							RUA NOVA DA
							PRINCESA, P.144.
							MVV: 6 (R. dos
							Fanqueiros) + 8 (R. da
							Vitória) + 6 (Rua dos
							Douradores.
							Pisos: R/C+3+AF
							Cobertura: Telhado de
							seis águas com 16
							trapeiras.
							Cimalha: Beirado sobre
							cornija.
							Varandas: Só nas
							janelas do 1.º andar do
							lado da Rua dos
							Fanqueiros.
							Vãos: Nos vãos das
							lojas alternam os lintéis
							tripartidos e os lintéis
							em arco. Em 2004, os
							caixilhos dos pisos 2 e
							3, eram de guilhotina,
							com pequenas vidraças.
							Alguns dos vãos de
							sacada do 1.º andar,
							tinham caixilhos e
							bandeiras com
							pequenas vidraças.
							A porta de acesso à
							escada é constituída por
							duas meias portas, cada
							uma das quais com três
							tábuas verticais,
							rebitadas e entaleiradas.
							A bandeira é gradeada.
							Do lado da Rua dos
							Douradores os vãos das
							lojas são encimados por
							janelas de sobreloja.
							Escada: A escada é de
							dois lanços por piso,
							sem bomba. Com o
							corrimão em madeira
							assente numa guarda
							em parede de frontal,
							com remates de patim

							recortados evocando volutas. O troço da entrada foi recentemente descaracterizado. Fogos: O piso térreo é inteiramente abobadado. Há dois fogos por piso, cada um com 9 divisões, sem corredor. Salas de planta quadrada, na esquina. Chaminé: Encastrada nas paredes interiores portantes, em alvenaria de pedra que, no início, teriam definido uma zona claustrada no pátio de serviço, e que ficaram posteriormente no interior do edifício quando da construção dos pisos 2, 3 e 4. Processos: 8388/1.ªREP/PG/1921-T.1; P.5. 9232/SEC/PG/1938-T.1; P.3. 23155/SEC/PG/1923-T.1; P.3. Doc.PT/AMLSB/EDP/000723; P.1
1771	P.es	12 Logeas	Alguns andares	0	467.800	42.102	2015 – Rua dos Douradores, 64-82. SIG: 48.002.10.005.001
-	Marianos	-	-	-	-	-	Obra: 27532
-	-	-	-	-	-	-	<u>Antigo convento do Corpus Christi.</u>
1773	Religiosos	5 Logeas +	0	0	106.800	9.612	Trata-se de uma parte do antigo convento do Corpus Christi,
-	Carmelitas	3 sótãos	-	-	-	-	possivelmente projetado como acesso principal ao pequeno claustro e às dependências privadas dos monges que se deveriam situar nos andares. No entanto, desde a sua construção que o quarteirão é dividido em parcelas, edificadas a ritmos diferentes.
-	descalços	-	-	-	-	-	Neste caso, a edificação dos pisos superiores parece ter sido tardia, e talvez tenham sido só
1774	-	5 Logeas +	0	0	109.400	9.846	
-	-	3 sótãos	-	-	-	-	
1780	-	-	-	-	147.000	Isenta	
1782	-	5 Logeas +	-	-	157.200	Isenta	
1785	-	2 s/logeas	-	-	131.200	Isenta	
1790	-	-	-	-	91.200	Isenta	
1792	-	-	-	-	119.800	Isenta	
1794	-	-	-	-	103.800	Isenta	
1799	-	-	-	-	196.000	Isenta	
1800	-	-	-	-	-	-	
1805	-	-	-	-	403.200	Isenta	
1810	-	-	-	-	-	-	
1815	-	-	-	-	-	-	
1820	-	-	-	-	-	-	
1825	-	-	-	-	-	-	
1833	-	-	-	-	-	-	
1834	-	-	-	-	-	-	

						<p>construídos, por vota de 1805, como fogos de habitação, para rendimento da Ordem, nunca chegando a ser convento.</p> <p>MVV: 10</p> <p>Pisos: R/C+3P.+A/F</p> <p>Cobertura: Telhado de duas águas com 8 trapeiras.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: Não tem.</p> <p>Vãos: As molduras dos vãos do rés-do-chão alongam-se envolvendo os vãos das sobrelojas.</p> <p>Os lintéis tripartidos alternam com os dos arcos.</p> <p>Escada: É de dois lanços por piso, sem bomba, e com degraus de cantaria. Os tetos são abobadados. As paredes são revestidas de azulejos padronados de flores amarelas ligadas entre si por uma cadeia azul. Ao centro há estrelas azuis, e os azulejos de moldura sugerem um relevo ondulado, também a azul. O átrio é lajeado.</p> <p>As janelas do patim intermédio são gradeadas. As portas dos fogos são engradadas, com uma única tábua vertical, almofadada.</p> <p>Fogos: Dois por piso, com 10 divisões, inicialmente sem corredor. Os primeiros pisos são abobadados.</p> <p>Chaminé: Situa-se na parede da fachada posterior, que dá para o saguão.</p> <p>Processos: 15506/SEC/PET/1937-T.1;P.2. 5258/SEC/PET/1937-T.1; P.2. 19452/DAG/PG/1969-T.1; P.5.</p>
--	--	--	--	--	--	---

1770	P.es	12	3	0	572.800	51.592	<p>2015 – Rua dos Douradores 50-62; Rua de São Nicolau 2-16; Rua dos Fanqueiros 113-117.</p> <p>1820 – Travessa de São Nicolau 29-35.</p> <p>SIG: 48.002.10.001.001</p> <p>Obra: 20769</p> <p><u>Antigo convento do Corpus Christi.</u></p> <p>É um prédio de habitação agregado à igreja do convento do Corpus Christi e que, através de um pequeno corredor, a ela tinha acesso.</p> <p>VER TRAVESSA DE SÃO NICOLAU, P. 169.</p> <p>MVV: 4+6 (Rua de São Nicolau).</p> <p>Pisos: R/C+S/L+3P.+AF.</p> <p>Cobertura: Telhado de seis águas com quatro trapeiras e um trapeirão.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: Individuais, em três vãos do 1.º andar do troço de fachada entre a Rua dos Douradores e a dos Fanqueiros. Guarda em balaústres de ferro forjado.</p> <p>Vãos: Porta de rua constituída por três tábuas verticais, recortadas nos extremos, entaleiradas e rebitadas. Bandeira encerrada por taipal de madeira engradado e almofadado.</p> <p>Todos os caixilhos eram de guilhotina com portadas interiores engradadas e almofadadas e fechos de rodar, em ferro.</p> <p>Escada: De dois lanços por piso, sem bomba.</p> <p>Fogos: Dois por piso com 5/6 divisões sem corredor. Entre outros,</p>
1771	Marianos	9	3	1	549.000	49.410	
-	-	-	-	-	-	-	
1773	Religiosos	10	3	1	507.900	45.711	
-	Carmelitas	-	-	-	-	-	
1774	descalços	9 Logeas	3	1	497.600	Isento	
1780	-	+2 s/logeas	-	-	497.600	Isento	
1782	-	-	-	-	515.600	Isento	
1785	-	-	-	-	-	-	
1789	-	-	-	-	510.200	Isento	
1799	-	-	-	-	-	-	
1800	-	-	-	-	657.000	Isento	
1805	-	-	-	-	-	-	
1810	-	-	-	-	-	-	
1815	-	-	-	-	-	-	
1820	-	-	-	-	-	-	
1825	-	-	-	-	-	-	
1833	-	-	-	-	775.200	Isento	
1834	-	-	-	-	775.200	23.256	

							<p>havia lambrins de azulejos de flor e estrela, azuis e amarelos sobre fundo branco, com cercadura de flores de lódão de cor manganés. Tetos em madeira do tipo saia-e-camisa fasquiado. Todas as portas interiores são engradadas com duas almofadas e, têm bandeiras de doze vidraças.</p> <p>Chaminé: Na parede que dá para o saguão. Tinham verga curva, tanto na face superior como na inferior, e a base em arco. Ao lado, havia as pias de despejo, também encastradas na parede.</p> <p>Processos: 521/DAG/PET/1911 1078/DAG/PG/1919-T.1;p.2.</p> <p>Ver: Santos, Maria Helena Ribeiro dos, <i>Em busca de um convento perdido</i>, Revista Monumentos n.º21, Setembro de 2004. P. 124-131.</p>
RUA NOVA DA PRINCESA, lado nascente ou esquerdo, indo de Norte para Sul							
1770	Desembarg.	2	3	1	246.000	22.140	2015 – Rua dos
1771	João Tavares	2	3	1	144.000	12.960	Fanqueiros 170-178.
1773	de Abreu	5	3	1	274.600	23.724	1815 – Rua Nova da
1774	(Foro a S.	5	3	1	220.800	19.872	Princesa 133-137.
1780	Nicolau)	4	3	1	292.800	26.262	1834 – Rua Nova da
1782	-	-	-	-	292.800	26.262	Princesa, 212.
1785	-	3	3	1 inc	316.800	28.422	SIG:
-	-	-	-	-	-	-	48.002.06.025.001
1790	Herdeiros do	-	-	-	321.600	28.854	Obra: 32581
1792	Dez. João	-	-	-	321.600	28.944	VER
-	Tavares de	-	-	-	-	-	MVV: 5
-	Abreu	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P.+1P.vc
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
1794	João Ignacio	-	-	-	321.600	28.954	duas águas com
1795	de Sampaio	-	-	-	326.400	29.286	claraboia e duas
1798	(pg. Foro à	-	-	-	326.400	29.386	pequenas trapeiras
-	freg. S.	-	-	-	-	-	revestidas a zinco.
-	Nicolau)	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado dobre
-	-	-	-	-	-	-	cornija.
1799	Ignacio José	-	-	-	331.200	29.718	Varandas: Individuais
1800	de San Payo	-	-	-	374.400	33.606	no 1.º andar e corrida



1805	-	-	-	-	409.800	36.792	no 5.º. As guardas são em ferro forjado com barras verticais e ovais ao centro. Vãos: As molduras das lojas do lado direito tinham, em 2004, as molduras de origem com lintel tripartido. A porta da rua é de tábuas verticais entaleiradas e rebitadas. A bandeira está tapada com tábuas. Escada: De dois lanços por piso, com o primeiro em pedra. Está separada do átrio por um arco duplo, em cantaria. Tem bomba estreita de planta retangular. Fogos: Dois por piso com 7 divisões e pequeno corredor. Arcadas no piso térreo. Pé-direito. R/C – 3,57m 1.º P. – 3,62m 2.º P. – 3,52m 3.º P. – 3,35m 4.º P. - 2,70m Chaminé: Na parede posterior. Processos: 62440/DAG/PG/1961;P P. 3-4.
-	-	-	-	-	-	-	
1810	Conselheiro	-	-	-	390.000	35.100	
1805	Manoel	-	-	-	409.800	36.792	
1815	Ignacio de	-	-	-	480.000	43.200	
1820	Sampaio e	-	-	-	433.400	39.006	
1825	Pina	-	-	-	470.400	42.336	
1833	-	-	-	-	357.800	32.202	
1834	-	-	-	-	417.600	12.528	
1798	Manuel José	Incompleta	-	-	0	0	
1799	Cardoso	Incompleta	-	-	0	0	
1800	-	-	-	-	0	0	
1805	-	-	-	-	0	0	
-	-	-	-	-	-	-	
1810	Manoel José	-	-	-	484.800	43.632	
1815	de Barros	-	-	-	670.800	60.372	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	D. Maria	-	-	-	670.400	60.336	
1825	Joaquina	-	-	-	684.400	61.596	
1833	Dally	-	-	-	607.400	54.666	
1834	-	-	-	-	624.000	18.720	

							<p>Vãos: No R/C mantêm-se os vãos com molduras de lintel tripartido. A porta da rua é em tábuas verticais, entaleiradas e rebitadas, com as dobradiças de cachimbo e puxador de argola e batente com espelho em chapa de ferro recortada.</p> <p>Escada: Separada do átrio por um arco que poderá ter sido duplo. Dois lanços por piso, sem bomba e guarda em estrutura de frontal com enchimento a alvenaria.</p> <p>Fogos: Sem informação disponível.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena.</p> <p>Processos: 19990/PG/1956-T.1;P. 3-8.</p>
1774	Ant.º Soares	5	3	1	86.600	7.794	<p>2015 – Rua dos Fanqueiros 152-160. 1815/34 – Rua Nova da Princesa 141-144. SIG: 48.002.06.015.001 Obra: 11627 MVV: 5 Pisos: R/C+3P.+1P.vc+1P. em mansarda neopombalina (construído em 1959). Cobertura: Telhado de duas águas com claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º. A guarda, em ferro forjado em barra, forma uma grega. Vãos: As janelas dos 1.º, 2.º e 3.º pisos tinham, em 2004, caixilharia de guilhotina. Os vãos de sacada do 1.º andar tinham bandeiras de vidraças recortadas em arco quebrado. A porta da rua tem a moldura de arco tripartido e é de</p>
-	de	-	-	-	-	-	
-	Mendonça	-	-	-	-	-	
1785	-	-	-	-	158.200	14.238	
-	João Ferreira	-	-	-	-	-	
-	de Azevedo	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1790	Rafael José	-	-	-	768.000	15.120	
1792	Lopes	-	-	-	254.400	22.896	
1794	-	-	-	-	288.400	25.056	
1795	-	-	-	-	259.200	23.328	
1798	-	-	-	-	327.600	29.484	
1799	-	-	-	-	327.600	29.484	
1800	-	-	-	-	307.200	27.648	
1810	-	-	-	-	274.000	24.660	
1805	-	-	-	-	358.800	32.292	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	D. Florinda	-	-	-	606.400	54.576	
1820	Roza	-	-	-	456.800	41.112	
1825	-	-	-	-	492.800	45.252	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	D. Matilde	-	-	-	399.600	35.964	
1834	Roza Ramos	-	-	-	227.200	6.816	

							tábuas verticais entaleiradas e rebitadas, e vão de bandeira protegida por gradeamento em ferro. Escada: Dois laços por piso com bomba estreita de planta retangular. Fogos: Um ou dois por piso. No piso térreo havia um poço junto à fachada posterior. Chaminé: Sem informação disponível. Processos: 1828/DAG/PG/1958-T.1;P.3. 9102/DAG/1961-T.1;P.5 e 8.
1800	João Roque	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos Fanqueiros 142-150. 1815 – Rua Nova da Princesa 145-147. SIG: 48.002.06.024.001 Obra: 9423 MVV: 5 Pisos: R/C+3P.+1P.vc Cobertura: Telhado de quatro águas com claraboia. Alas laterais em torno do saguão. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 2.º andar e corrida no 4.º. Guardas em ferro forjado em barra. Vãos: No Rés-do-chão as molduras dos vãos alternam lintéis curvos e retos. Escada: Separada do átrio por um arco amplo, é enquadrada no arranque por um pilar de cantaria. É de dois laços por piso, sem bomba e com degraus em pedra até ao 1.º andar. Acima há uma bomba estreita de planta retangular. A guarda é em ferro forjado em barra, com elementos verticais curvando na parte superior, e está fixada em pilaretes de cantaria com relevos
1805	Jorge	Incompleta	-	-	0	0	
1810	-	Incompleta	-	-	0	0	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	D. Antónia	-	-	-	70.000	5.400	
-	Josefa (paga	-	-	-	-	-	
-	foro ao	-	-	-	-	-	
-	Barão de	-	-	-	-	-	
-	Quintella)	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Barão de	-	-	-	1.200.000	108.000	
1825	Quintella	-	-	-	1.100.000	99.000	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Joaquim	-	-	-	850.000	76.500	
1834	Pedro Quintela	-	-	-	825.500	23.500	

							<p>neoclássicos e remate em pinha. Lambril de azulejos marmoreados a azul e cercadura de grinalda linear, também azul, do tipo sombra-chinesa, sobre rodapé esponjado de cor manganés.</p> <p>Fogos: Arcadas no rés-do-chão. Um fogo por piso, com 10/11 divisões.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena, na ala que ocupa o saguão..</p> <p>Processos: 19135/SEC/PET/1929-T.1;P.3. 5621/SEC/PET/1930-T.1;P.2. 19712/DAG/PG/1963-T1;P.21. 420/DMPGU/OB/1984-T.1;P.17.</p>
1815	Barão de	-	-	-	76.800	7.680	<p>2015– Rua dos</p> <p>Fanqueiros 132-140.</p> <p>1815 – Rua Nova da</p> <p>Princesa 148-150.</p> <p>SIG: 48.002.06.008.001</p> <p>Obra: 34842</p> <p>MVV: 5</p> <p>Pisos: R/C+3P.+1P.vc.+AF.</p> <p>Cobertura: Telhado de duas águas com dois trapeirões para o lado do saguão e trapeiras revestidas a zinco, viradas para a rua.</p> <p>Cimalha: Balaustrada.</p> <p>Varandas: Individuais no 2.º andar e corrida no 4.º.</p> <p>A pedra da bacia da varanda central é recortada e rebaixada na face anterior, e apoia numa mísula de cantaria. As guardas são de ferro forjado em barra formando grega, e tem apostos uns festões em ferro fundido.</p> <p>Vãos: No R/C as molduras dos vãos alternam os lintéis em arco e os retos, sendo a moldura da porta de rua monumentalizada pelos</p>
1820	Quintela	-	-	-	1.348.800	121.392	
1825	-	-	-	-	1.331.600	119.844	
1833	-	-	-	-	907.200	81.648	
1834	-	-	-	-	607.200	18.216	

							<p>elementos decorativos da pedra. As molduras dos vãos do 2.º andar, que é neste caso o andar nobre, são encimadas por entablamentos ligados entre si por uma faixa de pedra e os vãos do módulo vertical central estão unidos entre si por elementos de cantaria.</p> <p>Escada: No arranque da escada, que é em pedra, há um pórtico de cantaria recortada e relevada, sugerindo um arco duplo. O patim está separado do átrio por degraus e por um arco amplo.</p> <p>Fogos: Arcadas no piso das lojas. Dois fogos por piso com 10/11 divisões. Há um pequeno corredor. As cozinhas ocupam parte do saguão.</p> <p>Chaminé: Nas paredes das empenas.</p> <p>Processos: 46088/DAG/PG/1951-T.1;P.3. 1258/DMPGU/OB/1987-T.1;P.6. 4994/DMPGU/OB/1985-T.1;P.4-5.</p>
1799	Paulo Jorge	Ocupa	-	-	480.000	43.200	<p>2015 – Rua dos Fanqueiros 116-130.</p> <p>1815 – Rua Nova da Princesa 151-152.</p> <p>SIG: 48.002.06.023.001</p> <p>Obra: 10017</p> <p>MVV: 8</p> <p>Pisos: R/C+3P.+1P.vc+1P. de mansarda+AF.</p> <p>O quinto piso data de 1884.</p> <p>Cobertura: Duas águas com oito trapeiras em cada água e claraboia.</p> <p>Cimalha: Cornija revestida a zinco.</p> <p>Varandas: Individuais no primeiro andar e corridas no 4.º e 5.º.</p> <p>Guardas de ferro forjado em barra,</p>
1800	-	como	-	-	480.000	43.200	
1805	-	senhorio	-	-	1.000.000	90.000	
1810	-	-	-	-	300.000	27.000	
-	-	-	-	-	-	-	
1810	Dez.	-	-	-	487.600	43.884	
-	António	-	-	-	-	-	
-	Benavente	-	-	-	-	-	
-	Jorge	-	-	-	-	-	
1815	-	-	-	-	750.000	67.500	
1833	António José	-	-	-	500.000	45.000	
1834	de Miranda	-	-	-	500.000	15.000	
	Júnior	-					

							<p>formando prumos e ovais.</p> <p>Vãos: A moldura da porta da rua mantém-se com lintel reto e, acima, uma sobreloja de lintel tripartido.</p> <p>Escada: Está precedida por um arco amplo e a guarda, em estrutura de frontal, topeja num pilar de cantaria. Até ao primeiro andar é de dois lanços por andar, sem bomba, e com degraus em pedra.</p> <p>Acima, é em madeira e tem bomba estreita de gaveto, e a guarda é em pilaretes de ferro fundido. A alteração da escada para criação da bomba data provavelmente de 1884.</p> <p>Fogos: No rés-do-chão há arcadas. Dois fogos por piso com 9 divisões e pequeno corredor.</p> <p>Área bruta/fogo = 135m<sup>2</sup>.</p> <p>Chaminé: Na parede de separação dos dois fogos, no espaço atrás da caixa de escada.</p> <p>Processos: 147/1.ªREP/PG/1884 20320/DSC/PG/1940</p>
RUA NOVA DA PRINCESA, lado poente ou esquerdo indo de Sul para Norte							
1770	Religiosos	12	2	0	572.800	51.592	2015 – Rua dos
1773	Carmelitas	10	2	0	351.000	31.590	Fanqueiros 119-127.
1774	Descalços	10	3	0	311.000	27.990	1815 /34– Rua Nova da
1782	-	-	-	-	328.000	Isenta	Princesa 46
1785	-	-	-	-	328.000	Isenta	SIG: 48.002.10.002.001
1790	-	-	-	-	304.000	Isenta	Obra: 27498
1792	-	-	-	-	299.000	Isenta	<u>Convento do Corpus</u>
1794	-	-	-	-	299.000	Isenta	<u>Christi.</u>
1795	-	-	-	-	300.000	Isenta	Trata-se de uma parte
1799	-	-	-	-	268.000	Isenta	do antigo convento do
1800	-	-	-	-	-	Isenta	Corpus Christi que terá
1805	-	-	-	-	417.000	Isenta	constituído uma única
1820	-	-	-	-	-	-	parcela com o prédio
1825	-	-	-	-	-	-	seguinte que lhe era
1833	-	-	-	-	-	Isenta	contíguo a norte, o qual
1834	-	-	-	-	19.200	0.576	veio mais tarde a ser destacado.
							Pisos: R/C+S/L+3P+AF.

							<p>Cobertura: Telhado de quatro águas com três trapeiras viradas para a rua e mais três para o pátio.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: Individuais no primeiro andar. O guarda corpo é em balaústres de ferro forjado.</p> <p>Vãos: Os das lojas têm todos lintéis tripartidos. As janelas do 2.º e terceiro andares têm caixilhos de guilhotina. Os caixilhos das sacadas do 1.º andar têm pequenas vidraças.</p> <p>Escada: O átrio é abobadado e tem o pavimento revestido com lajes de pedra.</p> <p>Terá sido, em tempos, ligado por uma arcada ao pátio, dela restando os arcos entaipados.</p> <p>A escada é de dois lanços por piso, sem bomba até ao primeiro andar, e depois com bomba retangular. Tem um guarda-corpo em ferro forjado em barra, com os remates de patim, em madeira formando volutas, sugerindo a substituição do guarda-corpo primitivo de que se recuperou os remates.</p> <p>Há vestígios de azulejos semelhantes aos descritos no prédio da Rua dos Douradores 64-82.</p> <p>Fogos: Não estão documentados.</p> <p>Chaminé: Encastrada na parede que dá para o pátio.</p> <p>Processos: 4230/DMPGU/OB/197 1-T.1; P.4.</p>
1810	Religiosos	-	-	-	-	Isenta	2015 – Rua dos
1820	Carmelitas	-	-	-	-	Isenta	Fanqueiros 129-141.
1825	Descalços	-	-	-	-	Isenta	1815 – Rua Nova da
1834	-	-	-	-	311.600	9.348	Princesa 47-51. SIG:

						<p>48.002.10.004.001  Obra: 5535  Trata-se de uma parte do antigo convento do Corpus Christi que, antes de 1834, terá constituído uma única parcela com o prédio anterior, que lhe era contíguo a sul, a qual veio mais tarde a ser destacada.  Pisos:  R/C+S/L+3P+AF.  Até 1834 teria só rés-do-chão e primeiro andar.  Cobertura: Telhado de quatro águas com três trapeiras viradas para a rua e mais duas para o pátio.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Individuais no primeiro andar. O guarda corpo é em balaústres de ferro forjado.  Vãos: Os das lojas têm todos lintéis tripartidos. As janelas do 2.º e terceiro andares têm caixilhos de guilhotina. Os caixilhos das sacadas do 1.º andar têm pequenas vidraças.  Escada: É de três lanços por piso, bomba de planta retangular e guarda corpo em alvenaria, com corrimão de madeira formando nos ângulos curvas em pescoço de cavalo.  Fogos: O edifício tem uma cave abobadada ao nível da Rua dos Douradores, e mais dois andares com abóbadas. Há dois fogos por piso com 6 e 10 divisões e sem corredor.  Chaminé: Encastrada na parede que dá para o pátio.  Processos:  13248/SEC/PG/1938-T.1; P. 3.</p>
--	--	--	--	--	--	--



							6228/SEC/PG/1938-T.1; P.3. 24186/DAG/PG/1948-T.1; P. 13
1762	Cap.am	1	2	-	19.200	1.728	2015 – Rua dos Fanqueiros 151-159; Rua da Vitória 2-8. 1815 – Rua Nova da Princesa 52-55 1820 – Rua Nova da Princesa 52-54 SIG: 48.002.05.007.001 Obra: 14716 VER TRAVESSA DA VICTORIA, P. 178. O prédio do Cap. Caetano Alberto foi possivelmente incorporado no edifício sito na Rua dos Fanqueiros 151-159/ Rua da Vitória 2-8. Em 1765 a referência seria a antiga igreja de São Nicolau que estava orientada a sudoeste em posição quase perpendicular à atual e implantada uns metros mais para norte. MVV: 5+4 (Rua da Vitória). Pisos: R/C+3P.+1P.vc Cobertura: Telhado de quatro águas com claraboia e duas trapeiras revestidas a zinco. Em 1989 a telha era de canudo. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: Nas lojas, todas as molduras têm lintéis tripartidos, nas fachadas sobre as duas ruas. Varandas: Individuais no 1.º andar do lado da rua dos Fanqueiros e corrida no 4.º. Guardas em ferro forjado em barra. Escada: Está separada do átrio por um arco duplo em cantaria. Até ao 1.º andar é de dois lanços por piso, sem bomba. Acima, é de bomba estreita.
1765	Caetano	1	2	-	18.000	1.422	
-	Alberto	Por de trás	-	-	-	-	
-	-	da igreja	-	-	-	-	
-	-	de São	-	-	-	-	
-	-	Nicolau	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Herdeiros	1	2	-	26.400	2.376	
1771	Cap.am	1	2	-	26.400	2.376	
-	Caetano	-	-	-	-	-	
-	Alberto	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1798	Dez. Pedro	Incompleta	-	-	0	-	
-	Lourenço de	-	-	-	-	-	
-	Seixas	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1799	Herdeiros de	Incompleta	-	-	0	0	
1800	Joaquim	-	-	-	792.000	71.280	
-	António de	-	-	-	-	-	
-	Seixas	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	Dez. José	-	-	-	895.200	80.568	
1810	Joaquim	-	-	-	631.200	56.808	
1815	Borges da	-	-	-	672.000	60.480	
1820	Silva	-	-	-	715.200	64.368	
1825	-	-	-	-	886.400	79.776	
1833	-	-	-	-	399.200	35.928	
1834	-	-	-	-	372.000	11.160	

							<p>Fogos: Abóbadas nas lojas. Um fogo por piso com 13 divisões.</p> <p>Vestígios de azulejos pombalinos e neoclássicos em lambris. Sala ampla. De planta quadrada na esquina.</p> <p>Chaminé: Numa parede de empena. No 3.º andar tem verga em arco e no 4.º andar tem verga reta, em maia cana na ligação às pedras de ombreira. Ao lado das chaminés há poiais de cantaria.</p> <p>Processos: 24466/DSC/PG/1941;P. 12. 18694/DSC/PG/1942;P. 24. 25520/DAG/PG/1989;P. 7.</p>
1798	Dez. Pedro Lourenço de Seixas	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos Fanqueiros 161-169.
-	-	-	-	-	-	-	1815 – Rua Nova da Princesa 56-58
1799	Herdeiros de Joaquim	Devoluta	-	-	0	0	1833 – Rua Nova da Princesa 55-58
1800	António de Seixas	-	-	-	732.00	65.880	SIG: 48.002.05.003.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 17794
1805	Dez. Pedro Duarte da Silva	-	-	-	737.600	66.384	MVV: 5
1815	-	-	-	-	710.000	63.900	Pisos:
1810	-	-	-	-	555.200	49.968	R/C+3P.+1P.vc+AF.
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de duas águas com dois trapeirões.
1820	Herdeiros do Dez. Pedro Duarte Silva	-	-	-	755.600	68.004	Cimalha: Beirado sobre cornija.
1825	-	-	-	-	709.200	63.828	Vãos: Molduras alteradas nas lojas.
1833	-	-	-	-	419.600	37.764	Varandas: Individuais no primeiro andar e corrida no quarto.
1834	-	-	-	-	663.600	19.908	Guardas em ferro forjado em barra.
							Escada: Separada do átrio por um arco amplo. É de dois lanços por piso, sem bomba, e os dois primeiros lanços são em pedra.
							Fogos: Arcadas no R/C. Dois fogos por piso com 7 divisões ou um só fogo com 12.

							Chaminé: Nas paredes das empenas. Processos: 43450/DSC/PG/1941_T.1;P.15-16. 46778/DSC/PG/1946_T.1;P.3. 23124/DAG/PG/1962_T.1;P.14.
1798	Dez. Pedro Lourenço de Seixas	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos Fanqueiros 171-181.
-	-	-	-	-	-	-	1815 – Rua Nova da Princesa 59-62.
1799	Herdeiros de Joaquim António de Seixas	Devoluta	-	-	0	0	SIG: 48.002.05.008.001
1800	-	-	-	-	619.200	55.728	Obra: 37639
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 6
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF.
1805	Dez. José Joaquim Borges da Silva	-	-	-	767.400	69.066	Cobertura: Telhado de duas águas com dois trapeirões e 6 pequenas trapeiras.
1810	-	-	-	-	686.400	59.776	Cimalha: Beirado sobre cornija.
1815	-	-	-	-	754.000	67.860	Vãos: Nas lojas mantêm-se as molduras dos três vãos do lado direito.
1820	-	-	-	-	847.600	76.284	Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º. Guardas em ferro forjado em barra.
1825	-	-	-	-	912.400	82.116	Escadas: Separada do átrio por um arco. É de dois lanços por piso, sem bomba. Tem um lambril de azulejos pombalinos de cercadura, com padrão de flor-de-lis azul. Uma das paredes da caixa de escada é constituída por tábuas verticais. A guarda é em varões de ferro fundido.
1833	-	-	-	-	829.200	74.628	Fogos: Dois por piso com 7 divisões e um pequeno corredor.
1834	-	-	-	-	778.000	23.340	Arcadas nas lojas. No 3.º piso há painéis de azulejos neoclássicos, padronados, de flor a manganés e treliça de folhas a verde, com cercadura tipo flor-de-lis azul. Na cozinha há um poial de pedra. Chaminé: Nas paredes das empenas. Do 1.º ao

							4.º piso, têm verga reta e ângulos interiores em meia-cana. Processos: 43898/DSC/PG/1942;P. 17-18. 65446/DAG/PG/1958-T.1;P.3.
1798	Dez. Pedro	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos Fanqueiros 183-189. 1833/34 – Rua Nova da Princesa 63-65. SIG: 48.002.05.004.001 Obra: 30709 MVV: 4 Pisos: R/C+4P.+1P.vc+AF Cobertura: Telhado de duas águas com duas trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: No piso térreo todos os vãos foram alterados. Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º. Escada: Está separada do átrio por um arco que poderá ter sido duplo. É de dois lanços por piso sem bomba, tem vestígios de um lambril de azulejos de cercadura, com desenho de flor-de-lis a azul, e a guarda é em estrutura de frontal preenchida a alvenaria de tijolo. O primeiro lança é em pedra. Fogos: As lojas têm arcadas de pedra. Há um fogo por piso com azulejos padronados em lambris, alguns pombalinos, outros neoclássicos. Chaminé: Na parede de empena. Até ao 3.º andar as vergas das chaminés são retas, com os ângulos interiores em quarto de círculo convexo na ligação às ombreiras. Processos: 2502/DAG/PG/1923-T.1;P.2.
-	Lourenço de		-	-	-	-	
-	Seixas	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1799	Anna	-	-	-	398.400	35.856	
1800	Joaquina de	-	-	-	408.000	36.720	
1805	Aguilar e	-	-	-	492.000	44.280	
1810	Menezes	-	-	-	556.600	50.094	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Herdeiros de	-	-	-	504.000	45.360	
1820	Pedro	-	-	-	755.600	68.004	
1825	Duarte da	-	-	-	709.200	63.828	
1833	Silva	-	-	-	340.000	31.320	
1834	-	-	-	-	429.600	12.888	

1790	José Freire	3	3	0	0	0	2015 – Rua dos
1792	Tojal	Incompleta	-	-	274.400	24.696	Fanqueiros 191-197;
1794	-	-	-	-	428.000	38.520	Rua da Assunção 1-7.
1795	-	-	-	-	428.000	38.520	1815 – Rua da
1798	-	-	-	-	472.000	42.480	Assunção 31-32; Rua
1799	-	-	-	-	472.000	42.480	Nova da Princesa 66-
1800	-	-	-	-	498.400	44.856	67.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.002.05.009.001
1805	Raimundo	-	-	-	589.200	53.028	Obra: 8494
-	Freire de	-	-	-	-	-	VER RUA
-	Andrade	-	-	-	-	-	TRAVESSA DA
-	-	-	-	-	-	-	ASSUMPCÃO, P.193.
1810	Domingos	-	-	-	490.800	44.172	MVV: 4+4(Rua da
1815	de Meira	-	-	-	644.000	57.960	Assunção).
-	Torres	-	-	-	-	-	Pisos:
-	-	-	-	-	-	-	R/C+3P.+1P.vc+1P. de
1820	Viúva de	-	-	-	525.600	47.304	mansarda
1825	Domingos	-	-	-	710.000	63.900	neopombalina.
-	de Meira	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
-	Torres	-	-	-	-	-	três águas.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
1833	Domingos	-	-	-	642.400	57.816	cornija.
1834	de Meira	-	-	-	642.800	19.284	Vãos: Nas lojas
	Barboza						mantêm-se as molduras
							de lintel tripartido. No
							terceiro andar havia, em
							2004, caixilhos de
							guilhotina.
							Varandas:
							Individuais no 1.º andar
							e corrida no 4.º.
							Guardas em ferro
							forjado em barra.
							Escada: Separada do
							átrio por um arco duplo
							em cantaria acima do
							qual há um registo de
							azulejos representando
							São Marçal, que
							protege dos incêndios, e
							em plano de fundo
							umas casas em
							labaredas, tudo de cor
							azul e envolvido numa
							moldura de concheados
							a manganés e amarelo.
							A escada é de dois
							lanços por piso, sem
							bomba, e com guarda
							em estrutura de frontal
							de madeira preenchido
							com alvenaria de tijolo,
							e remate de patim
							recortado.
							Fogos: Um por piso,
							com 10 divisões.
							Quartos com áreas entre
							os 9,7m2 e os 6,7m2.
							Área da sala 20,36m2.
							Pé-direito:

							R/C – 3,70 1.º - 3,56 2.º - 3,56 3.º - 3,35 4.º - 2,95. Chaminé: Numa parede de empena. Processos: 2216/DMPGU/OB/1999;P.20-27.
TRAVESSA DE SÃO NICOLAU, lado Norte, de Poente para Nascente							
1794	João	Barraca	-	-	86.400	7.776	2015 – Rua de São
1795	Fernandes	“	-	-	86.400	7.776	Nicolau 114-120; Rua
1798	dos Santos	“	-	-	86.400	7.776	do Crucifixo 43-53.
1779	-	-	-	-	-	-	1815 – Rua do
1805	-	“	-	-	33.600	3.024	Crucifixo S/N.
-	-	-	-	-	-	-	SIG:
1810	Gaspar	Barraca	-	-	28.800	2.592	48.001.08.013.001
-	Fer.des	(Pertence	-	-	-	-	Obra: 1583
-	-	aos P.es do	-	-	-	-	Emparcelado com o
1820	P.es Esp.	Esp.to	-	-	-	Isento	prédio adjacente.
1830	S.to	S.to)	-	-	70.000	2.100	VER RUA DO
		-					CRUCIFIXO, P. 5. MVV: 3 + 4 (R. S. Nicolau). Pisos: R/C+sobreloja+2P+ 2P vc. + 1P. amansardado. Cobertura: Telhado de duas águas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º andar, corridas no 3.º e 4.º. Escada: No prédio da esquina era de dois lanços por piso, sem bomba. No prédio seguinte era de três lanços por piso e bomba retangular. Fogos: Arcos no R/C. Em 1922 já era só um por andar, com oito divisões e corredor. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 2183/1.ªREP/PG/1911; P. 2; 12498/SEC/PG/1922; P. 7.
1792	António José	-	-	-	364.400	32.796	2015 – Rua do
1793	dos Santos	-	-	-	330.000	29.700	Crucifixo, 48-56; Rua
1794	de Miranda	-	-	-	330.000	29.700	de São Nicolau 106-
1795	-	-	-	-	330.000	29.700	112.
1798	-	-	-	-	378.000	34.020	

1799	-	-	-	-	373.200	33.588	1820 – Rua do
1805	-	-	-	-	452.000	40.680	Crucifixo 67-68.
1810	-	-	-	-	538.800	48.492	SIG: 48.001.17.001.001
1815	-	-	-	-	540.000	48.600	Obra: 1033
1825	-	-	-	-	540.000	48.600	VER RUA DO
1830	-	-	-	-	540.000	48.600	CRUCIFIXO, P. 1. MVV: 5+4 (R. de S. Nicolau) Pisos: CV+R/C+S/L+3P+1P amansardado +AF. Cobertura: Quatro águas com claraboia. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Só uma varanda no 1.º piso. Varanda corrida no 4.º piso. Escada: De bomba larga, quadrada, apoiada em quatro prumos de madeira. Guarda em ferro, azulejo em lambril, do tipo flor e estrela, azuis e manganés, cercadura concheada e rodapé marmoreado. Átrio estreito, arco no arranque da escada, 1.º lanço em pedra. Fogos: 1/piso com 11 divisões. Chaminé: Na parede posterior. Processos: 42586/SEC/PG/1938;P. 3 6301/1.ªREP/PG/1916; P.3 4052/SEC/PET/1936;P. 3 21428/SEC/PG/1938;P. 4 32982/DSC/PG/1943;P. 13 25892/DAG/PG/1961;P. .3
1780	Luiz	5	3	1	692.000	62.280	2015 – Rua de São
1782	Cantofre	-	-	-	690.000	62.100	Nicolau 98-104; Rua
1785	-	-	-	-	690.000	62.100	Áurea 109-119.
-	-	-	-	-	-	-	1815/34 – Travessa de
1799	-	-	-	-	790.000	71.100	São Nicolau 2.
1800	Luiz Estifner	-	-	-	790.000	71.100	SIG:
-	-	-	-	-	-	-	48.001.17.006.001
1805	-	-	-	-	983.800	88.542	Obra: 24106
-	João	-	-	-	-	-	VER RUA ÁUREA, P.
-	António da	-	-	-	-	-	9.
1815	Fonseca	-	-	-	844.400	75.996	MVV: 4+6(R. Áurea)

1820	-	-	-	-	494.400	44.496	Pisos: R/C+3+1P vc+ 1P mansarda. Cobertura: Telhado de quatro águas com claraboia. Cimalha: Acima do 4.º andar há uma platibanda com balaústres. Acima do 5.º piso, amansardado, há um beirado sobre cornija. Varandas: São individuais no 1.º andar na fachada da rua Áurea, com guarda de balaústres em ferro forjado e corrida no 4.º andar, com guarda em ferro forjado em barra. Escada: Está colocada segundo um eixo perpendicular ao do átrio. Até 1995, era de dois lanços por piso, sem bomba até ao 2.º andar. Acima, era também de dois lanços por piso mas com bomba de planta retangular. Fogos: Um por piso, com 12 divisões e pequeno corredor a partir do 2.º piso. Sala de esquina ampla, de planta quadrada. Chaminé: Numa parede de empena. Processos: 3751/DAG/PG/1903 726/DMPGU/OB/1995.
-	Francisco	-	-	-	-	-	
1825	José Le	-	-	-	944.400	84.996	
-	Blanc	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
-	Herdeiros de	-	-	-	-	-	
1833	Francisco	-	-	-	988.800	88.992	
1834	José Le	-	-	-	829.600	24.888	
-	Blanc	-	-	-	-	-	
-	Venâncio José Leblanc	-	-	-	-	-	
1799	Dez. José	-	-	-	778.800	70.092	2015 – Rua de São Nicolau 88-96; Rua Áurea 116; Rua dos Sapateiros 55. 1815/34 – Travessa de São Nicolau 3-8. SIG: 48.001.18.006.001 Obra: 27280 VER RUA ÁUREA, P.19; RUA NOVA DOS SAPATEIROS, P. 57. Atualmente está emparcelado com os dois prédios contíguos. MVV: 8 + 4 (R. Áurea) + 4 (R. dos Sapateiros). Pisos: R/C+3P.+1P. vc+ AF.
1800	Germano	-	-	-	941.200	84.708	
1805	S.ta Marta	-	-	-	662.800	59.652	
-	(Mesquita e	-	-	-	-	-	
-	Mello)	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Herdeiros do	-	-	-	1.762.800	158.652	
1820	Dez. José	-	-	-	1.704.000	153.360	
1825	Germano de	-	-	-	1.612.400	145.116	
-	S.ta Martha	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Joaquim	-	-	-	1.401.200	126.108	
1834	José Santa Marta Vadre de Mesquita e Melo	-	-	-	1.398.600	31.958	



							<p>Cobertura: Telhado de seis águas com 8 trapeiras.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: Individuais, com guardas de balaústres de ferro forjado, no 1.º andar das ruas Áurea e dos Sapateiros. Sem varandas na rua de São Nicolau. Varanda corrida no 4.º andar.</p> <p>Escada: Era, na planta de 1923, de três lanços por piso e bomba estreita, de gaveto.</p> <p>Fogos: Dois por piso com 10 divisões e corredor.</p> <p>Chaminé: Na parede posterior.</p> <p>Processos: 3662/1.ªREP/PG/1902. 16142/1.ª/REP/PG/1923. 374/1.ªREP/PG/1924</p>
1805	Marcelino	-	-	-	313.600	28.224	<p>2015 – Rua dos Sapateiros 50-54; Rua de São Nicolau 74-80.</p> <p>1820 – Rua dos Sapateiros 100-101; Travessa de São Nicolau 10-11.</p> <p>SIG: 48.001.19.003.001</p> <p>Obra: 34236</p> <p>VER RUA NOVA DOS SAPATEIROS, P. 32..</p> <p>MVV: 3+4 (R. S. Nicolau)</p> <p>Pisos: R/C+3+1P corrido de onde ressaltam os volumes das trapeiras..</p> <p>Cobertura: Duas águas. Foi subida em 1922.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: Só no quarto piso.</p> <p>Escada: Dois lanços sem bomba.</p> <p>Fogos: Um por piso, com nove divisões sem corredor. Sala quadrada, na esquina.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena.</p>
1815	Ferreira de	-	-	-	-	-	
-	Azevedo	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	364.600	32.814	
1820	D. Joaquina	-	-	-	508.800	45.792	
1825	Theodora	-	-	-	374.400	33.696	
1830	Ferreira	-	-	-	309.600	27.864	
1833	-	-	-	-	-	-	

							Processos: 6698/DAG/PG/1922;
1766	Religiosas	2	3	1	399.800	35.964	2015 – Rua de São
1767	da	2	3	1	325.200	29.268	Nicolau 66-72; Rua
1770	Esperança	3	3	1	324.400	10.332	Augusta 109-111.
1771	-	3	3	1	244.000	?	1815/34 – Travessa de
1773	Religiosas	3	3	1	302.000	27.144	São Nicolau 12-13.
1774	do Convento	4	3	1	276.200	24.858	SIG:
1780	da	3	3	1	285.800	25.722	48.001.19.009.001
1782	Esperança	-	-	-	266.800	24.102	Obra: 19810
1785	-	-	-	-	263.400	23.706	VER RUA AUGUSTA,
1790	-	-	-	-	257.200	Isento	P. 94.
1799	-	-	-	-	257.200	Isento	MVV: 2+4 (Rua S.
1800	-	-	-	-	257.200	Isento	Nicolau).
1805	-	-	-	-	257.200	Isento	Não é um edifício
1810	-	-	-	-	281.000	35.858	habitacional desde, pelo
1815	-	-	-	-	398.000	Isento	menos, 1903.
1825	-	-	-	-	?	Isento	Desde 1954 está ligado
1833	-	-	-	-	326.800	Isento	ao prédio contíguo a
1834	-	-	-	-	?	Isento	norte.
-	-	-	-	-	-	-	<u>Até 1914:</u>
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P+AF.
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
-	-	-	-	-	-	-	duas águas com
-	-	-	-	-	-	-	trapeiras.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
-	-	-	-	-	-	-	cornija. Varandas:
-	-	-	-	-	-	-	Individuais no 1.º piso,
-	-	-	-	-	-	-	do lado da Rua
-	-	-	-	-	-	-	Augusta.
-	-	-	-	-	-	-	Escada: De dois lanços
-	-	-	-	-	-	-	sem bomba.
-	-	-	-	-	-	-	Fogos: Dois por piso.
-	-	-	-	-	-	-	Chaminé: No troço da
-	-	-	-	-	-	-	parede posterior, que dá
-	-	-	-	-	-	-	para o saguão.
-	-	-	-	-	-	-	<u>Após 1914:</u>
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P+1P
-	-	-	-	-	-	-	vc+1P mansarda.
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Águas
-	-	-	-	-	-	-	quebradas com
-	-	-	-	-	-	-	claraboia.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Cornija de
-	-	-	-	-	-	-	zinco.
-	-	-	-	-	-	-	Varandas: No 1.º piso
-	-	-	-	-	-	-	do lado da Rua Augusta
-	-	-	-	-	-	-	estão unidas duas a
-	-	-	-	-	-	-	duas. No 4.º e no 5.º
-	-	-	-	-	-	-	piso há varandas
-	-	-	-	-	-	-	corridas.
-	-	-	-	-	-	-	Escada: Degraus em
-	-	-	-	-	-	-	leque, com bomba
-	-	-	-	-	-	-	larga.
-	-	-	-	-	-	-	Fogos: Não têm
-	-	-	-	-	-	-	divisões.
-	-	-	-	-	-	-	Chaminé: Não tem.
-	-	-	-	-	-	-	Processos:
-	-	-	-	-	-	-	3993/1.ªREP/PG/1903
-	-	-	-	-	-	-	2523/1.ªREP/PG/1914
-	-	-	-	-	-	-	4194/1.ªREP/PG1914

							50266/DAG/PG/1954
1765	Padres da	3	3	1	134.800	12.132	2015 – Rua de São
1766	Graça	2	3	1	289.200	26.028	Nicolau 58-64; Rua
1767	-	2	3	1	291.203	26.208	Augusta 110-122.
1770	-	2	3	1	286.400	25.776	1825 – Travessa de São
1771	-	2	3	1	283.200	25.400	Nicolau 14-15.
1773	-	2	3	1	254.400	22.896	SIG:
1774	-	2	3	1	256.800	23.112	48.002.07.003.001
1780	-	2	3	1	248.800	Isenta	Obra: 26097
1782	-	-	-	-	248.800	Isenta	VER RUA AUGUSTA,
1785	-	-	-	-	253.600	Isenta	P.62.
1790	-	-	-	-	253.600	Isenta	Emparcelado com o
1799	-	-	-	-	287.200	Isenta	prédio contíguo a norte.
1800	-	-	-	-	253.600	Isenta	<u>Até 1918:</u>
1805	-	-	-	-	253.600	-	MVV: 4 + 2 (Rua
1810	-	-	-	-	-	-	Augusta).
1815	-	-	-	-	N. consta	-	Pisos: R/C+3P.
1825	-	-	-	-	?	Isenta	Cobertura: Não está
1833	-	-	-	-	?	Isenta	documentada.
1834					274.000	8.220	Cimalha: Platibanda. Varandas: 1.ºP Escada: De dois lanços por piso, sem bomba. Fogos: Não há documentação conclusiva mas parece ter havido um fogo por piso com seis divisões. Chaminé: Na parede posterior, junto ao saguão. Processos: 1686/1.ªREP/PG/1902. 12394/1.ªREP/PG/1918
1800	Maria	-	-	-	183.200	16.488	2015 – Rua de São
1805	Ignacia de	-	-	-	213.000	19.170	Nicolau, 50-56; Rua
1810	Brito	-	-	-	367.600	33.084	dos Correiros 49-59.
-	-	-	-	-	-	-	1815/25 – Travessa de
1815	-	-	-	-	283.200	25.488	São Nicolau 16-18.
1820	D. Anna de	-	-	-	330.200	29.718	1833 – Travessa de São
1825	Grotte (ou	-	-	-	312.000	28.080	Nicolau 16-19.
1833	Gertrudes)	-	-	-	273.600	24.624	SIG: 48.002.07.007.001
1834	-	-	-	-	273.600	8.208	Obra: 28937
-	-	-	-	-	-	-	VER RUA DOS
1851	-	Ampliação	-	-	-	-	CORREIROS, P. 108.
-	Marianno	de um 4.º	-	-	-	-	MVV: 6+4(R. S.
-	Quaresma	andar.	-	-	-	-	Nicolau).
-	-	-	-	-	-	-	Terão sido,
1958	-	Ampliação	-	-	-	-	inicialmente, dois
	José Filipe	de um 5.º	-	-	-	-	prédios com escada
	Costa	andar	-	-	-	-	comum, que foram
	Rodrigues		-	-	-	-	emparcelados. Pisos: R/C+3+1P.vc+1 P. amansardado. O 4.º andar foi construído em 1851. O 5.º andar em 1958. Cobertura: Telhado de 3 águas com claraboia.

							<p>Cimalha: Platibanda em balaustrada no 4.º andar, e cornija no 5.º andar, e cornija no 5.º andar, e cornija no 5.º andar.</p> <p>Varandas: Corridas nos 4.º e 5.º andares.</p> <p>Escada: Três lanços por piso e bomba de planta retangular.</p> <p>Fogos: Dois por piso, cada um com 9 divisões e um pequeno corredor.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena ou divisória dos dois fogos, entre a caixa de escada e a parede que dá para o saguão.</p> <p>Processos: 12973/SEC/PG/1920;P. 4-5. 19054/DAG/PG/1958</p>
1800	Caetano José	-	-	-	272.600	24.534	2015 – Rua de São
1805	Pacheco	-	-	-	284.400	25.596	Nicolau 42-48; Rua dos
1810	-	-	-	-	409.200	36.828	Correiros 50-54.
1815	-	-	-	-	334.800	32.832	1815/20 – Travessa de
1820	-	-	-	-	210.750	18.967	São Nicolau 19-20.
1825	-	-	-	-	444.800	40.032	1833 – Travessa de São
-	-	-	-	-	-	-	Nicolau 19A-20.
1833	Thomaz José	-	-	-	294.000	26.460	SIG: 48.002.08.006.001
1834	Ribeiro	-	-	-	379.200	11.370	Obra: 23387 VER RUA DOS CORREIROS, P. 121. MVV: 3+4 (Rua de S. Nicolau). Pisos: R/C+3P.+1P.vc Cobertura: Quatro águas com pequenas trapeiras zincadas. Cimalha: Platibanda. Varandas: Só uma varanda corrida no 4.º andar. Escada: De dois lanços por piso, sem bomba. Fogos: Arcadas no R/C. Um fogo por piso com oito divisões. Chaminé: Na parede posterior que confina com o saguão. Processos: 21202/DSC/PG/1940 20664/DSC/PG/1946 32604/DAG/PG/1951
1790	Antónia	-	-	-	693.400	62.406	2015 – Rua da Prata
-	Maria de	-	-	-	-	-	115-125; Rua de São
1792	Esp.º Santo	-	-	-	675.000	60.750	Nicolau 34-40.
1793	-	-	-	-	673.800	60.642	1815 – Rua Bella da
1794	Herdeiros de	-	-	-	670.000	60.300	Raynha 50-54.
1798	Antónia	-	-	-	670.000	60.300	

1799	Maria de	-	-	-	670.000	60.300	1834 – Rua Bella da Raynha 44-49. Travessa de São Nicolau, 21-23. SIG: 48.002.08.002.001 Obra: 4555 VER RUA BELLA DA RAYNHA, P 133. MVV: 6 Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF Cobertura: Telhado de quatro águas com pequenas trapeiras revestidas a zinco. Cimalha: Platibanda Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º. As guardas são em ferro forjado com pequenos medalhões em ferro fundido. Vãos: Porta da rua em tábuas engradadas com almofadas em ponta de diamante e grelha de ferro fundido. Escada: Átrio abobadado, separado da caixa de escada por um arco duplo, em cantaria. A escada era, na origem, de dois lanços por pisos, sem bomba, e com o primeiro lanço em pedra. Foi alterada em 2004. Fogos: Tinha um fogo por piso, com 14 divisões, podendo ser, nalguns pisos, dividido em dois fogos. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 3582/DMPGU/OB/198 9-Tomo 1; P.14-18-59.
-	Esp.º Santo	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1800	Francisca	-	-	-	802.800	72.252	
-	Rosa	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	Dez.or	-	-	-	1.296.100	116.649	
-	Manuel José	-	-	-	-	-	
-	Neves	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	António da	-	-	-	916.000	82.440	
1820	Silva Neves	-	-	-	965.500	86.895	
1825	-	-	-	-	946.400	85.176	
1830	-	-	-	-	921.500	82.935	
1833	-	-	-	-	802.500	72.225	
1834	-	-	-	-	852.700	25.581	
1767	Bento Diaz	4	2	0	350.000	31.500	2015 – Rua de São Nicolau 34-40; Rua da Prata 116-122. 1815/34 – Travessa de São Nicolau 24-25. SIG: 48.002.09.00.001 Obra: 31094 VER RUA BELLA DA RAYNHA, P. 126. MVV: 4+4 (Rua de São Nicolau)
1770	Pr.a	4	3	1	334.000	30.060	
-	-	-	-	-	-	-	
1771	Herdeiros de	4	3	1	336.000	30.240	
1774	Bento Dias	5	3	1	347.000	31.224	
1780	Pereira	-	-	-	337.600	30.384	
1782	Chaves	-	-	-	345.600	31.104	
1785	-	-	-	-	345.600	31.104	
1790	-	-	-	-	360.000	32.400	
-	-	-	-	-	-	-	
1800	Engrácia Mª	-	-	-	360.000	32.400	
1805	dos Santos	-	-	-	511.200	46.008	
1810	Pereira	-	-	-	393.600	35.424	

-	-	-	-	-	-	-	Pisos:
1815	Manuel	-	-	-	470.400	42.336	R/C+3P.+1P.vc+1P.
1820	Ant.es	-	-	-	473.200	42.588	mansarda neopomb.
-	(Antunes?)	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
-	-	-	-	-	-	-	cornija.
1825	D. Maria	-	-	-	932.000	83.952	Varandas: Individuais
1833	Joaquina	-	-	-	740.400	66.630	no 1.º andar e corrida
1834	Dally	-	-	-	734.000	22.020	no 4.º.
							Escada: Dois lanços por
							piso e bomba estreita.
							Até ao 1.º andar não
							tinha bomba.
							Fogos: Um fogo por
							pisos, com 11 divisões
							e um pequeno corredor,
							sendo a sala de esquina
							com planta quadrada.
							Chaminé: Numa parede
							de empena.
							Processos:
							15060/DAG/PG/1952;P
							.3-10.
							30720/DAG/PG/1955;P
							.3A.
1773	Bento Dias	-	-	-	300.000	27.000	2015 – Rua dos
-	Pereira	-	-	-	-	-	Douradores 49-55; Rua
-	Chaves +	-	-	-	-	-	de São Nicolau 18-24.
-	Huston,	-	-	-	-	-	1820- Travessa de São
-	inglês,	-	-	-	-	-	Nicolau 26-27.
-	homem de	-	-	-	-	-	1833/34 – Rua dos
-	negócios.	-	-	-	-	-	Douradores 8-9.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.002.09.002.001
1799	Engrácia	-	-	-	300.000	27.000	Obra: 26270
1800	Maria dos	-	-	-	?	?	MVV: 4+4(Rua de São
1805	Santos	-	-	-	330.000	29.700	Nicolau)
1810	Pereira	-	-	-	393.600	35.424	Pisos:
-	-	-	-	-	-	-	R/C+3+1P.corrido
1810	Sebastião	-	-	-	261.700	23.553	(acrescentado em
-	Dias Pereira	-	-	-	-	-	meados do séc. XIX).
-	Chaves	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
-	-	-	-	-	-	-	4 águas.
1815	João Esteves	-	-	-	222.400	39.016	Cimalha: Telhado sobre
-	Alves	-	-	-	-	-	cornija.
-	-	-	-	-	-	-	Varandas: São
1820	Herdeiros de	-	-	-	740.000	66.600	individuais no 1.º andar
1825	João Esteves	-	-	-	1.109.000	99.800	da fachada da rua de
-	Alves	-	-	-	-	-	São Nicolau, com
-	-	-	-	-	-	-	guardas em ferro
1833	José Esteves	-	-	-	680.000	61.200	fundido. São corridas
1834	Alves	-	-	-	272.000	8.160	no 4.º piso.
	-						Vãos: Em 2004 ainda
	Em 1865						tinha caixilhos de
	pertencia						guilhotina no 2.º andar.
	ainda a um						Nas lojas mantém as
	Esteves						molduras de pedra
	Alves.						alternando os lintéis
							tripartidos com os
							lintéis em arco de
							círculo. A porta da rua
							é de tábuas engradadas

							<p>formando almofada relevada e postigo gradeado de ferro fundido.</p> <p>Escada: De dois lanços por piso, sem bomba. A iluminação faz-se por uma janela da fachada.</p> <p>Fogos: Um fogo por piso com 8 divisões.</p> <p>Sala ampla, de planta quadrada, na esquina.</p> <p>Chaminé: Está na parede de uma empena, próximo do saguão. No 4.º andar, a chaminé tem verga curva, em pedra.</p> <p>Processos: Doc.PT/AMLSB/CML SB/ADMG-E/08/0023;P.1.</p>
1770	P.es	12	3	0	572.800	51.592	<p>2015 – Rua de São Nicolau 6-16; Rua dos Douradores 50-62.</p> <p>1820 – Travessa de São Nicolau 29-35.</p> <p>SIG: 48.002.10.001.001</p> <p>Obra: 20769</p> <p><u>Antigo convento do Corpus Christi.</u></p> <p>É um prédio de habitação agregado à igreja do convento do Corpus Christi e que, através de um pequeno corredor, a ela tinha acesso.</p> <p>MVV: 6 + 4 (R. dos Douradores).</p> <p>Pisos: R/C+S/L+3P.+AF.</p> <p>Cobertura: Telhado de seis águas com quatro trapeiras e um trapeirão.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: Individuais, em três vãos do 1.º andar do troço de fachada entre a Rua dos Douradores e a dos Fanqueiros. Guarda em balaústres de ferro forjado.</p> <p>Vãos: Porta de rua constituída por três tábuas verticais,</p>
1771	Marianos	9	3	1	549.000	49.410	
-	-	-	-	-	-	-	
1773	Religiosos	10	3	1	507.900	45.711	
-	Carmelitas	-	-	-	-	-	
1774	descalços	9 Logeas	3	1	497.600	Isento	
1780	-	+2 s/logeas	-	-	497.600	Isento	
1782	-	-	-	-	515.600	Isento	
1785	-	-	-	-	-	-	
1789	-	-	-	-	510.200	Isento	
1799	-	-	-	-	-	-	
1800	-	-	-	-	657.000	Isento	
1805	-	-	-	-	-	-	
1810	-	-	-	-	-	-	
1815	-	-	-	-	-	-	
1820	-	-	-	-	-	-	
1825	-	-	-	-	-	-	
1833	-	-	-	-	775.200	Isento	
1834	-	-	-	-	775.200	23.256	

							<p>recortadas nos extremos, entaleiradas e rebitadas. Bandeira encerrada por taipal de madeira engradado e almofadado.</p> <p>Todos os caixilhos eram de guilhotina com portadas interiores engradadas e almofadadas e fechos de rodar, em ferro.</p> <p>Escada: De dois lanços por piso, sem bomba.</p> <p>Fogos: Dois por piso com 5/6 divisões sem corredor. Entre outros, havia lambrins de azulejos de flor e estrela, azuis e amarelos sobre fundo branco, com cercadura de flores de lódão de cor manganés. Tetos em madeira do tipo saia-e-camisa fasquiado. Todas as portas interiores são engradadas com duas almofadas e, têm bandeiras de doze vidraças.</p> <p>Chaminé: Na parede que dá para o saguão. Tinham verga curva, tanto na face superior como na inferior, e a base em arco. Ao lado, havia as pias de despejo, também encastradas na parede.</p> <p>Processos: 521/DAG/PET/1911 1078/DAG/PG/1919- T.1;p.2.</p> <p>Ver: Santos, Maria Helena Ribeiro dos, <i>Em busca de um convento perdido</i>, Revista Monumentos n.º21, Setembro de 2004. P. 124-131.</p>
TRAVESSA DA VITÓRIA, lado Norte de Poente (R. do Crucifixo) para Nascente (R. N. da Princesa)							
1770	Irm. N. S.ra	4	2	0	236.000	22.240	2015 – Rua Áurea 157-
1773	da Vitória	4	3	1	250.000	-	181; Rua da Vitória 98
1774	-	4+sobreloj	3	1	251.000	-	1825 – Rua Áurea 76-
1780	-	as	3	1	530.400	-	84.



1782	-	9+2	-	-	474.400	-	SIG: 48.001.14.010.001
1785	-	sobreloj.	-	-	536.600	-	Obra: 22740
1799	-	-	-	-	536.000	Isenta	VER RUA ÁUREA, P.
1800	-	-	-	-	?	Paga ao	12.
1805	-	-	-	-	595.600	eclesiástico	MVV: 9 (Inicialmente
-	-	-	-	-	-	-	4MVV. Presume-se
-	Hospital da	-	-	-	-	-	que, depois de 1805,
1825	N. Snr. <sup>a</sup> da	-	-	-	2.003.931	Isento	tenha sido emparcelado
1830	Victoria	-	-	-	718.000	21.540	com o lote de 5MVV).
1833	-	-	-	-	-	Isento	Pisos:
							R/C+Sobreloja+3P+A.
							F.
							Cobertura: Telhado de
							duas águas com
							trapeiras pombalinas.
							Cimalha: Cornija e
							beirado.
							Varandas: Só no 1.ºPiso.
							Guardas com balaústres
							de ferro.
							Escada: De dois lanços
							por piso, sem bomba.
							Fogos: Dois por piso
							com 6 divisões e sem
							corredor. Loja com
							arcada, num nível
							inferior ao do saguão.
							Pé-direito dos andares:
							Loja: 2.45m
							Sobreloja: 2.43m
							1.º P: 3.50m
							2.º P: 3.40m
							3.º P: 3.10m
							4.º P (AF): 2.45m
							Chaminé: Na parede
							posterior.
							Processos:
							6558/1.ªREP/PG/1912
							2572/DSC/PG/1942
							5218/DSC/PG/1947
1799	Benedicto	-	-	-	630.600	56.754	2015 – Rua da Vitória
1800	Buero	-	-	-	706.600	63.594	158-164; Rua Áurea
1805	-	-	-	-	732.000	65.880	158-164.
1810	-	-	-	-	591.600	53.244	1815/34 – Travessa da
-	-	-	-	-	-	-	Victoria 3-5.
1815	Fran.ca	-	-	-	1.043.200	93.888	SIG:
-	Romana	-	-	-	-	-	48.001.15.004.001
-	Buero	-	-	-	-	-	Obra: 22285
-	-	-	-	-	-	-	VER RUA ÁUREA, P.
1820	D. Maria	-	-	-	867.200	78.048	23.
1825	Joaquina	-	-	-	867.200	78.048	MVV: 4+4
-	Dally	-	-	-	-	-	<u>Até 1889:</u>
-	-	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3+1P
1833	João José	-	-	-	703.600	63.324	vc+1P trapeirão de 3
1834	Dias Costa	-	-	-	623.600	18.708	vãos.
							Cobertura: Complexa,
							de três trapeirões.
							Cimalha: Beirado sobre
							cornija.

							<p>Varandas: No 1.º piso são individuais, e corridas nos pisos 4.º e 5.º.</p> <p>Escada: Presumivelmente, de dois lanços sem bomba.</p> <p>Fogos: 2/piso</p> <p>Chaminé: Nas empenas.</p> <p><u>Após 1889:</u></p> <p>Pisos: R/C+3+1P vc+1P trapeirão de 3 vãos.</p> <p>Cobertura: Complexa, de três trapeirões.</p> <p>Cimalha: Platibanda.</p> <p>Varandas: 1.º piso, corridas nos 4.º e 5.º pisos.</p> <p>Escada: De degraus em leque e bomba larga.</p> <p>Fogos: 1/piso</p> <p>Chaminé: Na empena</p> <p>Processos: 5155/1.ªREP/PG/1889 3660/DMPGU/OB/197 2.</p>
1799	Joaquim	Incompleta	-	-	0	0	<p>2015 – Rua da Vitória 88; Rua dos Sapateiros 97-109.</p> <p>1820/34 – Travessa da Victória 6-8.</p> <p>SIG: 48.001.15.010.001</p> <p>Obra: 9880</p> <p>VER RUA NOVA DOS SAPATEIROS, P. 57.</p> <p>Incorporou o prédio contíguo, a norte, em 1915.</p> <p><u>Até 1915</u></p> <p>MVV: 4+4 (R. da Vitória)</p> <p>Pisos: R/C+3P.+1P.vc.</p> <p>Cobertura: Complexa. Telhado de quatro águas com dois trapeirões..</p> <p>Cimalha: Cornija.</p> <p>Varandas: Individuais no 1.º, 2.º e no 5.º andar e corrida no 4.º.</p> <p>Escada: De dois lanços por piso, sem bomba, é em pedra até ao 1.º andar.</p> <p>Fogos: Um por piso com 8/9 divisões.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena.</p>
1800	José de	Incompleta	-	-	0	0	
-	Barros	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Herdeiros de	-	-	-	521.200	46.908	
1820	Joaquim	-	-	-	414.000	37.260	
1825	José de	-	-	-	619.200	55.728	
-	Barros	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Dez. José	-	-	-	452.000	40.680	
1834	António da Silva Pedroza	-	-	-	460.800	13.824	

							Processos: 2002/1.ªREP/PG/1904. 6889/1.ªREP/PG/1915. 18879/SEC/PET/1933- T.1;P. 4.
1771	Dez. João	9	3	1	1.169.600	105.264	2015 – Rua da Vitória 66-80; Rua dos Sapateiros 98-104; Rua Augusta 157-171. 1820 – Travessa da Vitória 9-12. SIG: 48.001.16.004.001 Obra: 426 VER RUA AUGUSTA, P. 90. Emparcelado com o prédio contíguo da Rua da Vitória e da Rua Augusta. Alteração de interior e exterior em 1905 para instalação da loja Casa Africana. MVV: 4+3 (R. da Vitória) na parcela primitiva. Pisos: R/C+3+AF. Cobertura: Duas águas com três trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Não tem. Escada: Usava a escada do edifício contíguo, na Rua da Vitória, o qual veio a incorporar. Era de dois lanços por piso, sem bomba. Fogos: Inicialmente, um por piso, com oito ou nove divisões, sem corredor. Tinha arcadas no piso térreo. Chaminé: Numa parede de empena. Processos: 2630/1.ªREP/PG/1905. 4114/DAG/PG/1953; P.8. 1740/DMPGU/OB/197 6.
1773	Fernandes	11	3	1	851.160	76.605	
1774	de Oliveira	10	3	1	1.035.800	93.222	
1780	-	9	3	1	863.000	77-670	
1782	-	-	-	-	861.000	78.462	
1785	-	-	-	-	925.200	83.268	
-	-	-	-	-	-	-	
1790	Herdeiros do	-	-	-	963.200	86.688	
1799	Dez. João	-	-	-	863.000	77.670	
1800	Fernandes	-	-	-	873.000	77.670	
1805	de Oliveira	-	-	-	770.200	69.318	
1810	-	-	-	-	767.000	69.030	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	D. Anna	-	-	-	1.245.200	112.068	
1820	Maria	-	-	-	1.317.000	118.530	
1825	Fernandes	-	-	-	1.317.000	118.530	
1830	de Oliveira	-	-	-	1.124.800	101.232	
1833	Grijó	-	-	-	1.375.200	41.256	
1766	Herdeiros de	2	1	0	19.200	1.728	
-	Alx.e	-	-	-	-	-	
-	Montr.º	-	-	-	-	-	
1770	-	4	3	1	276.800	24.912	
1773	Francisco	3	3	1	255.200	22.968	
1774	Sales	3	3	1	236.000	21.240	
1780	Monteiro	3	3	1	221.400	19.926	
1782	-	-	-	-	221.400	19.926	
1785	-	-	-	-	221.400	19.926	
1790	-	-	-	-	221.400	19.926	

1799	-	-	-	-	223.400	20.106	MVV: 4+2 (R.
1800	-	-	-	-	228.200	20.538	Augusta).
1805	-	-	-	-	304.300	27.387	Pisos: R/C+3+.AF.
1810	-	-	-	-	308.600	27.774	Cobertura:
1815	-	-	-	-	341.400	30.726	Complexa. Telhado
1820	Bartolomeu	-	-	-	357.800	32.202	com um trapeirão de
1825	Gomes	-	-	-	360.000	32.400	três vãos e uma
1833	Monteiro	-	-	-	285.600	25.704	trapeira.
1834	-	-	-	-	334.000	10.020	Cimalha: Beirado sobre
	-						cornija.
							Varandas: Individuais
							no 1.º Piso da fachada
							sobre a Rua Augusta.
							Varanda corrida nas
							águas furtadas.
							Escada: Dois lanços por
							piso, sem bomba.
							Fogos: Até 1924, eram
							dois por piso, com 4
							divisões e sem
							corredor.
							Chaminé: Na parede
							posterior.
							Processo:
							13280/DAG/PG/1924
1800	Domingos	-	-	-	422.400	38.016	2015 – Rua dos
1805	José	-	-	-	1.630.400	146.736	Correiros 97-107; Rua
1810	Gonçalves	-	-	-	552.000	49.680	da Vitória 50-56.
1815	Lamarão	-	-	-	871.400	78.426	1815 – Rua dos
-	-	-	-	-	-	-	Correiros 33-36.
1820	José Silvério	-	-	-	497.800	44.802	SIG: 48.002.02.008.001
1825	Gomes	-	-	-	1.107.400	99.660	Obra: 27209
1830	-	-	-	-	552.800	81.630	VER RUA DOS
1833	-	-	-	-	818.600	73.674	CORREIROS, P. 105.
1834	-	-	-	-	898.600	26.958	MVV: 6+4 (R. da
							Vitória)
							Pisos: R/C+3+2vc+AF
							Cobertura: Telhado de
							águas dobradas com
							claraboia e trapeiras.
							Cimalha: telha sobre
							beirado.
							Vãos: Em 2004 as
							janelas do 3.º piso
							tinham caixilhos de
							guilhotina.
							Varandas: Individuais
							no 1.º e 2.º piso.
							Corridas no 4.º e 5.º
							piso. Guardas em ferro
							forjado de fita,
							formando ovais.
							Escada: Sem bomba até
							ao 1.º andar, depois
							com bomba estreita de
							planta retangular.
							Fogos: Dois por piso,
							com sete divisões, sala
							quadrada na esquina e
							corredor curto.

							Chaminé: Nas paredes das empenas. Processos: 4212/DSC/P^G/1942 48196/DAG/PG/1948
1815	Joze	-	-	-	606.400	54.576	2015 – Rua da Vitória 42-48; Rua dos Correiros 98-104. 1820/25 – Travessa da Victória 18-20. SIG: 48.002.03.005.001. Obra: 28924 VER RUA DOS CORREIROS, P. 116. MVV: 4+4 (R. dos Correiros) Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF Cobertura: Complexa. Três águas intersetadas pelos volumes de três trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: No R/C os lintéis em arco de círculo alternam com os tripartidos. A porta da rua em de tábuas verticais entaleiradas. Varandas: Individuais nos dois primeiros andares e corrida no quarto e nos trapeirões. Em ferro forjado de barra. Escada: Dois lanços por piso, sem bomba. Os dois primeiros lanços são em pedra. Guarda em parede de frontal com corrimão em madeira a rematar em voluta. Lambril em azulejo de cercadura com padrão de flor-de-lis sobre rodapé manganés marmoreado. Fogos: Até ao primeiro andar são dois prédios com duas caixas de escada. A partir do 2.º andar há uma só caixa de escada e um fogo por piso com dez divisões. Chaminé: Na parede lateral.
-	Gonçalves	-	-	-	-	-	
-	Lamarão	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Manuel	-	-	-	860.000	77.436	
1825	Roussado	-	-	-	748.400	67.356	
-	Lima	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Maria	-	-	-	619.400	55.746	
1834	Joaquina Lima	-	-	-	466.400	13.992	

							Processos: 2674/DAG/PG/1959; 1528/DAG/PG/1962
1792	Joze	-	-	-	404.800	36.432	201 5– Rua da Vitória
1793	Antônio	-	-	-	404.800	36.432	34-40; Rua da Prata
1794	Vieira	-	-	-	404.800	36.432	161-165.
1795	-	-	-	-	-	-	1820 – Travessa da
1798	-	-	-	-	373.600	33.624	Victória 21-23.
1799	-	-	-	-	445.400	40.086	SIG:
1800	-	-	-	-	413.600	37.224	48.002.03.001.001
1805	-	-	-	-	428.000	38.520	Obra: 7224
1815	-	-	-	-	292.800	26.352	VER RUA BELLA DA
1820	-	-	-	-	364.000	32.760	RAYNHA, P. 130.
1825	-	-	-	-	428.800	38.592	MVV: 3+4 (Rua da
-	-	-	-	-	-	-	Vitória).
1833	-	-	-	-	411.600	37.044	Pisos:
1834	José Paulo da Silva Rocha	-	-	-	376.000	11.280	R/C+3P.+1P.vc+1P. amansardado. Cobertura: Telhado de duas águas em mansarda neopombalina, construída em 1986. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: Em 2004 ainda havia caixilhos de guilhotina no 1.º e 4.º andares e pequenas vidraças nos caixilhos das sacadas. Varandas: Individuais no 1.º andar só do lado da Rua da Prata, e corrida no 4.º. Escada: Era de dois lanços por piso, sem bomba. Fogos: Arcadas no piso térreo. Um fogo por piso, com 9 divisões. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 14260/DAG/PG/1962- T.1;P.7. 4474/DMPGU/OB/198 6-T.1;P.7. 5464/DMPGU/OB/198 8-T.1;P.6-8.
1792	Ambrózio	Toda	-	-	0	0	2015 – Rua da Prata
1793	Gomes	devoluta	-	-	458.000	41.220	150-160,
1794	Moreira	-	-	-	844.200	75.978	Rua da Vitória 26-32.
1795	-	-	-	-	900.000	81.000	1815 – Rua Bella da
1798	-	-	-	-	888.800	79.992	Raynha 172-177.
-	-	-	-	-	-	-	1830/34 – Rua Bella da
1800	Vicente João	-	-	-	996.000	89.640	Raynha 173-177.
1805	Bayão	-	-	-	1.186.400	106.776	SIG:
1810	-	-	-	-	925.200	83.268	48.002.04.009.001
1815	-	-	-	-	1.284.000	114.714	Obra: 23308

1820	-	-	-	-	1.342.000	120.780	VER RUA BELLA DA
1825	-	-	-	-	1.257.600	113.184	RAYNHA, P. 125.
1830	-	-	-	-	1.222.000	109.920	MVV: 5+4 (Rua da
1833	-	-	-	-	973.800	87.642	Vitória)
1834	-	-	-	-	1.005.600	3.168	Pisos: R/C+S/L+3P.+1P.vc+1 P. trapeirão. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais nos pisos 1 e 2 e corridas nos pisos 4 e 5. Guardas em ferro forjado em barra. Escada: De dois lanços por piso, com bomba larga e prumos de madeira a receber a cadeia. Está separada do átrio por um arco campanulado truncado. Guardas em estrutura de frontal preenchida a alvenarias e corrimão de madeira. Fogos: Arcadas no R/C. Dois fogos por piso, com 6/7 divisões, sendo um único fogo no 1.º andar com 13 divisões. Chaminé: Do lado esquerdo está colocada na perpendicular da fachada posterior, do lado direito na parede da empena. Processos: 3486/1.ªREP/PG/1911.
1805	Dez.or	-	-	-	770.000	70.200	2015 – Rua dos
1810	Manuel de	-	-	-	585.600	52.704	Douradores 61-73;
1815	Macedo	-	-	-	1.240.400	111.636	Rua da Vitória 18-24.
1820	-	-	-	-	1.241.650	111.748	1815/34 – Rua dos
1825	-	-	-	-	985.600	88.704	Douradores 10-11
1833	-	-	-	-	596.800	53.712	SIG:
1834	-	-	-	-	573.600	17.208	48.002.04.005.001
	Em 1905 era de Luiz Quaresma Val do Rio						Obra: 10972 VER RUA DOS DOURADORES, P. 135. MVV: 7+4 (Rua da Assunção) Inicialmente seriam 4 e não 7. Pisos: R/C+3P.+1P.vc+3. Cobertura: Telhado de três águas com claraboia e trapeirões. Cimalha: Platibanda, construída em 1905.

							<p>Varandas: Individuais nos pisos 1 e 2 e corrida nos pisos 4 e 5. As guardas são em ferro forjado em barra.</p> <p>Vãos: Nas lojas, todos os vãos têm as cantarias originais, alternando os dois tipos de lintéis. A porta da rua é em tábuas verticais, entaleiradas e rebitadas.</p> <p>Escada: Separada do átrio por um arco amplo de cantaria. Até ao 1.º andar é de dois lanços sem bomba e, no arranque, a parede de frontal que constitui a guarda remata com um pilar de pedra lavrada. Acima do 1.º andar, é de dois lanços por piso com bomba estreita, de gaveto. O átrio é lajeado a pedra e tem porta para a loja esquerda.</p> <p>Fogos: Arcadas no R/C. Dois fogos por piso, com 6 divisões.</p> <p>Chaminé: Na parede de uma empena junto à janela para o saguão.</p> <p>Processos: 3550/1.ªREP/PG/1911; P.2. 11564/DAG/PG/1951; P.3.</p>
1805	Dez.or Pedro	-	-	-	1.053.600	94.824	<p>2015 – Rua dos Douradores 96-104, Rua da Vitória 10-16. 1820 /25 – Rua dos Douradores 31N-34.</p> <p>SIG: 48.002.05.002.001</p> <p>Obra: 9997</p> <p>VER RUA DOS DOURADORES, P. 142.</p> <p>MVV: 5</p> <p>Pisos: R/C+SL+3P.+1P.vc+1P .mansarda.</p> <p>O 4.º andar terá sido construído cerca de 1850, o 5.º andar em 1886.</p>
1810	Duarte da	-	-	-	366.400	32.976	
1815	Silva	-	-	-	902.400	81.216	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Herdeiros do	-	-	-	990.800	89.172	
1825	Dez.or Pedro	-	-	-	879.600	79.164	
-	Duarte da	-	-	-	-	-	
-	Silva	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Dez. Pedro	-	-	-	694.800	62.532	
1834	Duarte da	-	-	-	626.800	18.804	
	Silva						



							<p>Cobertura: Telhado de três águas com claraboia.</p> <p>Cimalha: Cornija em zinco.</p> <p>Varandas: Individuais nos pisos 2 e 3 só do lado da rua dos Douradores. Corrida no 4.º andar. Guardas em ferro forjado em barra.</p> <p>Vãos: Mantêm-se as molduras de origem, até ao 3.º andar. A porta da rua é de madeira engradada com almofadas relevadas, postigos gradeados em ferro fundido e proteção de bandeira com varões de ferro fundido dispostos em leque.</p> <p>Escada: Está separada do átrio por um arco amplo de cantaria. No arranque tem um patim, antecedido por dois degraus de pedra, e a partir daí desenvolve-se em dois lanços por piso, paralelos à fachada do edifício, sem bomba até ao 1.º andar e com bomba estreita, de gaveto, nos lanços acima.</p> <p>Fogos: Arcaria no R/C. Um fogo por piso com 10 divisões. Do 1.º ao 3.º piso, os tetos são em tábuas de madeira do tipo saia-e-camisa. Sala quadrada na esquina.</p> <p>Chaminé: Do 1.º ao 4.º andar todas as chaminés são em cantaria com verga reta e ângulos da face inferior em meia-cana.</p> <p>Processos: 4381/1.ªREP/PG/1886. 6081/1.ªREP/PG/1906-T.1;P.2. 5590/DSC/PG/1940-T.1;P.2.</p>
1762	Cap.am	1	2	-	19.200	1.728	2015 – Rua dos
1765	Caetano	1	2	-	18.000	1.422	Fanqueiros 151-159;
-	Alberto	Por de trás	-	-	-	-	Rua da Vitória 2-8.
-	-	da igreja	-	-	-	-	1815 – Rua Nova da
-	-		-	-	-	-	Princesa 52-55

-	-	de São	-	-	-	-	1820 – Rua Nova da
-	-	Nicolau	-	-	-	-	Princesa 52-54
1770	Herdeiros	-	2	-	26.400	2.376	SIG:
1771	Cap.am	1	2	-	26.400	2.376	48.002.05.007.001
-	Caetano	1	-	-	-	-	Obra: 14716
-	Alberto	-	-	-	-	-	RUA NOVA DA
-	-	-	-	-	-	-	PRINCEZA, P. 157.
1798	Dez. Pedro	-	-	-	0	-	O prédio do Cap.
-	Lourenço de	Incompleta	-	-	-	-	Caetano Alberto foi
-	Seixas	-	-	-	-	-	possivelmente
-	-	-	-	-	-	-	incorporado no prédio
1799	Herdeiros de	-	-	-	0	0	sito na Rua dos
1800	Joaquim	Incompleta	-	-	792.000	71.280	Fanqueiros 151-159;
-	António de	-	-	-	-	-	Rua da Vitória 2-8.
-	Seixas	-	-	-	-	-	Em 1765 a referência
-	-	-	-	-	-	-	seria a antiga igreja de
1805	Dez. José	-	-	-	895.200	80.568	São Nicolau que estava
1810	Joaquim	-	-	-	631.200	56.808	orientada a sudoeste em
1815	Borges da	-	-	-	672.000	60.480	posição quase
1820	Silva	-	-	-	715.200	64.368	perpendicular à atual.
1825	-	-	-	-	886.400	79.776	MVV: 5+4 (Rua da
1833	-	-	-	-	399.200	35.928	Vitória).
1834	-	-	-	-	372.000	11.160	Pisos: R/C+3P.+1P.vc
		-					Cobertura: Telhado de
							quatro águas com
							claraboia e duas
							trapeiras revestidas a
							zinco. Em 1989 a telha
							era de canudo.
							Cimalha: Beirado sobre
							cornija.
							Vãos: Nas lojas, todas
							as molduras têm lintéis
							tripartidos, nas fachadas
							sobre as duas ruas.
							Varandas: Individuais
							no 1.º andar do lado da
							rua dos Fanqueiros e
							corrida no 4.º.
							Guardas em ferro
							forjado em barra.
							Escada: Está separada
							do átrio por um arco
							duplo em cantaria. Até
							ao 1.º andar é de dois
							lanços por piso, sem
							bomba. Acima, é de
							bomba estreita.
							Fogos: Abóbadas nas
							lojas. Um fogo por piso
							com 13 divisões.
							Vestígios de azulejos
							pombalinos e
							neoclássicos em
							lambris. Sala ampla. De
							planta quadrada na
							esquina.
							Chaminé: Numa parede
							de empena. No 3.º
							andar tem verga em

							arco e no 4.º andar tem verga reta, em maia cana na ligação às pedras de ombreira. Ao lado das chaminés há poiais de cantaria. Processos: 24466/DSC/PG/1941;P. 12. 18694/DSC/PG/1942;P. 24. 25520/DAG/PG/1989;P .7.
TRAVESSA DA VITÓRIA, lado Sul de Nascente (R. N. da Princesa) para Poente (R. do Crucifixo)							
1773	P.es	4 Logeas +	1	0	76.400	6.876	2015 – Rua dos
-	Marianos	1 sótão	-	-	-	-	Douradores 84-94; Rua
-	-	-	-	-	-	-	dos Fanqueiros 143-
1774	Religiosos	3 Logeas	1	0	61.400	6.426	149; Rua da Vitória 1-
1780	Carmelitas	4 Logeas	1	0	81.400	Isenta	15.
1782	descalços	-	-	-	81.400	Isenta	1820 – Travessa da
1785	-	-	-	-	91.800	Isenta	Victória 33-37.
1790	-	-	-	-	81.400	Isenta	SIG:
1792	-	-	-	-	81.400	Isenta	48.002.10.003.001
1794	-	-	-	-	81.400	Isenta	Obra: 24893
1799	-	-	-	-	81.400	Isenta	VER RUA DOS
1800	-	-	-	-	81.400	Isenta	DOURADORES,
1805	-	-	-	-	-	-	P.140; RUA NOVA
1810	-	-	-	-	68.800	Isenta	DA PRINCESA, P.
1820	-	-	-	-	-	-	145.
1825	-	-	-	-	-	-	<u>Antigo convento do</u>
1833	-	-	-	-	-	-	<u>Corpus Christi.</u>
1834	-	-	-	-	-	-	Trata-se de uma parte do antigo convento do Corpus Christi cujos andares terão sido edificados como fogos de habitação, já depois de 1834, para rendimento. VER TRAVESSA DA VICTÓRIA, P.166; RUA NOVA DA PRINCESA, P. 145. MVV: 6 (R. dos Fanqueiros) + 8 (R. da Vitória) + 6 (Rua dos Douradores. Pisos: R/C+3+AF Cobertura: Telhado de seis águas com 16 trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Só nas janelas do 1.º andar do lado da Rua dos Fanqueiros.

						<p>Vãos: Nos vãos das lojas alternam os lintéis tripartidos e os lintéis em arco. Em 2004, os caixilhos dos pisos 2 e 3, eram de guilhotina, com pequenas vidraças. Alguns dos vãos de sacada do 1.º andar, tinham caixilhos e bandeiras com pequenas vidraças. A porta de acesso à escada é constituída por duas meias portas, cada uma das quais com três tábuas verticais, rebitadas e entaleiradas. A bandeira é gradeada. Do lado da Rua dos Douradores os vãos das lojas são encimados por janelas de sobreloja. Escada: A escada é de dois lanços por piso, sem bomba. Com o corrimão em madeira assente numa guarda em parede de frontal, com remates de patim recortados evocando volutas. O átrio e o troço da entrada foram descaraterizados. Fogos: O piso térreo é inteiramente abobadado. Há dois fogos por piso, cada um com 9 divisões, sem corredor. Salas de planta quadrada, na esquina. Chaminé: Encastrada nas paredes interiores portantes, em alvenaria de pedra que, no início, teriam definido uma zona claustrada no pátio de serviço, e que ficaram posteriormente no interior do edifício quando da construção dos pisos 2, 3 e 4. Processos: 8388/1.ªREP/PG/1921-T.1; P.5. 9232/SEC/PG/1938-T.1; P.3. 23155/SEC/PG/1923-T.1; P.3.</p>
--	--	--	--	--	--	--

							Doc.PT/AMLSB/EDP/ 000723; P.1
	Igreja de São Nicolau						
1790	António	Toda	-	-	292.200	26.298	2015 - Rua da Prata
1792	Rodrigues	devol. no	-	-	601.200	54.108	149.-159; Rua da
1793	-	1.º trim.-	-	-	597.200	53.748	Vitória 17-23.
1794	-	-	-	-	590.800	53.172	1834 – Rua Bella da
1795	-	-	-	-	-	-	Raynha 59-64;
1798	-	-	-	-	581.200	52.308	Travessa da Victoria
1799	-	-	-	-	568.400	51.156	38-40.
-	-	-	-	-	-	-	SIG:
1800	Herdeiros de	-	-	-	568.400	51.156	48.002.08.009.001
-	António	-	-	-	-	-	Obra: 6150
-	Rodrigues	-	-	-	-	-	VER RUA BELLA DA
-	-	-	-	-	-	-	RAYNHA, P. 131.
1805	Herdeiros de	-	-	-	606.400	54.576	MVV: 6+4 (Rua da
-	Maria da	-	-	-	-	-	Vitória)
-	Conceição	-	-	-	-	-	Pisos:
-	-	-	-	-	-	-	R/C+3P.+1P.vc+1P
1815	Caetano José	-	-	-	649.200	58.428	amansardado. Este
-	Pacheco	-	-	-	-	-	último foi construído
-	-	-	-	-	-	-	em 1887.
1820	Caetano	-	-	-	680.800	61.272	Cobertura: Telhado de
1825	Thomás	-	-	-	939.200	84.528	quatro águas com
-	Pacheco	-	-	-	-	-	trapeiras revestidas a
-	-	-	-	-	-	-	zinco e claraboia.
1833	-	-	-	-	718.400	64.656	Cimalha: Cornija em
1834	-	-	-	-	703.200	21.096	zinco.
							Varandas: Individuais no 1.º andar, corridas nos 4.º e 5.º andares. Guardas em ferro fundido. Escada: De dois lanços por piso, com bomba estreita de gaveto construída em 1887. Fogos: Dois por piso, com 5/9 divisões e corredor curto. Chaminé: No lado esquerdo está na parede da empena, do lado direito na parede da fachada posterior. Processos: 2107//PG/1887; P.3
1800	Domingos	-	-	-	422.400	38.016	2015 – Rua dos
-	Lamarão	-	-	-	-	-	Correiros 86-96; Rua
-	-	-	-	-	-	-	da Vitória 25-31.
1805	Domingos	-	-	-	446.400	40.176	1820/34 – Travessa da
1810	José	-	-	-	272.000	24.480	Vitória 41-43.
	Gonçalves						SIG:
	Lamarão						48.002.08.001.001.
	(luveiro)						Obra: 29270
							VER RUA DOS
							CORREIROS, P. 117
							Este prédio foi
							emparcelado com o lote

							<p>contíguo a sul, pertencente a José António Carvalho, por volta de 1815.  MVV: 6+4(R. da Vitória)  Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF  Cobertura: Telhado de 4 águas com duas trapeiras recuadas e claraboia.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Vãos: Em 2004 os caixilhos do 3.º andar eram de guilhotina e a caixilharia de todos os andares era de pequenas vidraças. As molduras dos vãos das lojas alternam os lintéis em arco com os tripartidos.  Varandas: Individuais no 1.º e 2.º andares e corrida no 4.º. Guardas em ferro forjado em barra formando figuras ovóides.  Escada: Antecedida por um arco duplo em cantaria. Escada de dois lanços por piso, sem bomba até ao 2.º andar, depois tem bomba estreita retangular.  Primeiros lanços em pedra. No átrio há molduras de vãos laterais de acesso às cocheiras.  Fogos: Dois por piso.  Chaminé: Atualmente as chaminés estão adossadas à parede meira dos fogos, atrás da caixa da escada.  Processos: 19907/SEC/PG/1924</p>
1805	António	-	-	-	1.170.800	105.372	<p>2015 – Rua dos Correeiros 87-95;  Rua da Vitória 33-39.  1815 – Rua dos Correeiros 29-32.  SIG: 48.002.07.001.001  Obra: 28922  VER RUA DOS CORREEIROS, P. 105.  MVV: 5+4 (Rua da Vitória)</p>
1810	Simões	-	-	-	421.600	33.944	
1815	Rouçado	-	-	-	523.200	47.088	
1820	-	-	-	-	521.200	46.908	
1825	-	-	-	-	552.800	49.752	
1830	-	-	-	-	552.800	49.752	
1833	-	-	-	-	465.600	41.904	
1834	-	-	-	-	445.600	13.368	

							<p>Pisos: R/C+3+1VC+AF  Cobertura: Telhado de quatro águas com trapeirão e claraboia.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Individuais no 1.º e 2.º pisos e corrida no 4.º piso.  Guardas de ferro forjado em fita formando ovais.  Vãos: As bandeiras das sacadas têm vidraças com pinázios arqueados.  Escada: Os dois primeiros lanços são em cantaria, segundo planta formando ângulo reto, com eixo numa coluna também em pedra. A separar a escada do átrio há um arco de cantaria lavrada.  Fogos: Arcadas no piso térreo.  Chaminé: Nas paredes das empenas.  Processos: 1668/SEC/PG/1923</p>
1766	Herdeiros de	2	1	0	19.200	1.728	2015 – Rua Augusta
-	Alx.e	-	-	-	-	-	158-160; Rua da
-	Montr.º	-	-	-	-	-	Vitória 58-64.
-	-	-	-	-	-	-	1820/25 – Travessa da
1770	Francisco de	4	3	1	276.800	24.912	Victória 13-15.
1773	Salles	3	3	1	255.200	22.968	SIG: 48.002.02.006.001
1774	Monteiro	3	3	1	236.000	21.240	Obra: 25
1780	-	3	3	1	221.400	19.926	VER RUA AUGUSTA,
1782	-	-	-	-	221.400	19.926	P. 62.
1785	-	-	-	-	221.400	19.926	MVV: 2 + 4 (R. da
1790	-	-	-	-	221.400	19.926	Vitória).
1799	-	-	-	-	223.400	20.106	Pisos: R/C+3+.AF.
1800	-	-	-	-	228.200	20.538	Cobertura:
1805	-	-	-	-	304.300	27.387	Complexa. Telhado
1810	-	-	-	-	308.600	27.774	com um trapeirão de
1815	Bartolomeu	-	-	-	341.400	30.726	três vãos e uma
1820	Gomes	-	-	-	357.800	32.202	trapeira.
1825	Monteiro	-	-	-	360.000	32.400	Cimalha: Beirado sobre
1833	-	-	-	-	285.600	25.704	cornija.
1834	-	-	-	-	334.000	10.020	Varandas: Individuais
							no 1.º Piso da fachada
							sobre a Rua Augusta.
							Varanda corrida nas
							águas furtadas.
							Escada: Dois lanços por
							piso, sem bomba.
							Fogos: Até 1924, eram
							dois por piso, com 4

							divisões e sem corredor. Chaminé: Na parede posterior. Processo: 13280/DAG/PG/1924
1780	Quitéria	5	3	1	499.600	44.964	1015 – Rua Augusta
1782	Machado de	-	-	-	500.400	45.036	147-155; Rua da
1785	Miranda	-	-	-	502.400	45.216	Vitória 49-55.
1790	-	-	-	-	506.400	45.576	1820 – Travessa da
-	-	-	-	-	-	-	Vitória N.º 47-48.
1799	Dez.	-	-	-	563.600	50.724	SIG: 48.001.19.006.001
1800	Alexandre	-	-	-	577.400	51.966	Obra: 17
1805	Nunes	-	-	-	658.000	59.220	VER RUA AUGUSTA,
1810	Monteiro	-	-	-	591.600	47.844	P. 90.
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 5
1815	Diogo João	-	-	-	643.200	57.888	Pisos: R/C+3P+AF.
1820	Palmeiro	-	-	-	586.000	52.740	Cobertura: Telhado de
1825	-	-	-	-	548.800	49.392	4 águas com trapeiras
-	-	-	-	-	-	-	dísparas.
1833	Maria	-	-	-	541.600	48.744	Cimalha: Beirado sobre
1834	Firmina de Oliveira	-	-	-	704.400	21.132	cornija. Varandas: Individuais no 1.º piso, com guardas de balaústres em ferro forjado. Escada: 2 lanços e bomba estreita. Guarda de ferro forjado em pescoço de cavalo. Fogos: Dois fogos por piso. Chaminé: Adossada à parede da empena. Processos: 17435/DAG/PG/1922
1799	António	-	-	-	259.200	23.328	2015 – Rua dos
-	Fragoso	-	-	-	-	-	Sapateiros 88-96; Rua da Vitória 57-63.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.19.012.001
1800	Francisco da	-	-	-	144.000	12.960	Obra: 39353
-	Silva	-	-	-	-	-	VER RUA NOVA
-	-	-	-	-	-	-	DOS SAPATEIROS, P.
1805	Jozé Alves	-	-	-	?	?	35.
1815	Branco	-	-	-	674.800	60.732	MVV: 5+4 (R. a
-	-	-	-	-	-	-	Vitória)
1820	Herdeiros de	-	-	-	923.200	83.088	Pisos: R/C+3P+1P.
-	José Alves	-	-	-	-	-	Vc+AF com trapeirões.
-	Branco	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
-	-	-	-	-	-	-	geometria complexa,
1825	Maria	-	-	-	971.600	87.444	resultante da interseção
1830	Clemência	-	-	-	747.200	67.248	de quatro águas com as
1833	-	-	-	-	732.800	65.952	duas águas de dois trapeirões. Cimalha: Beirado sobre cornija. Vãos: No terceiro andar ainda tinham, em 2004, caixilhos de guilhotina.



							<p>Varandas: Individuais, no primeiro andar que dá para a Rua dos Sapateiros, e corridas nos pisos 4 e 5.</p> <p>Escada: Separada do átrio por um arco duplo de cantaria. De três lanços por piso e bomba larga, retangular. O primeiro lanço de degraus é em pedra. Nas paredes há um lambril de azulejos marmoreados num azul muito claro com cercadura de desenho linear do tipo sombra chinesa, em azul-escuro, representando grinaldas. Rodapé de azulejos marmoreados a castanho manganés.</p> <p>Fogos: Há arcadas nas lojas. Dois fogos por piso com 5/6 divisões.</p> <p>Chaminé: Encastradas nas paredes que confinam com o saguão.</p> <p>Processos: 8204//PET/1932 46106/DAG/PG/1947 734/DMPGU/OB/1977</p>
1799	José	-	-	-	556.400	50.076	<p>2015 – Rua dos Sapateiros 87-95; Rua da Vitória 65-71.</p> <p>1820 – Rua Nova dos Sapateiros 23-25;</p> <p>Travessa da Victoria 50-51.</p> <p>SIG: 48.001.18.005.001</p> <p>Obra: 17447</p> <p>VER RUA NOVA DOS SAPATEIROS, P. 57.</p> <p>MVV: 5+4 (Rua da Vitória)</p> <p>Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF.</p> <p>Cobertura: Complexa.</p> <p>Telhado de quatro águas com quatro trapeiras e claraboia.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Vãos: No R/C os lintéis curvos alternam com os tripartidos, e há uns</p>
1800	Francisco da Silva	-	-	-	710.000	63.900	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Silvério	-	-	-	708.800	63.792	
-	Dally	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Maria	-	-	-	806.800	72.612	
1825	Joaquina	-	-	-	792.400	71.316	
1830	Dally	-	-	-	652.000	58.680	
1833	-	-	-	-	533.200	57.988	

							<p>elementos de cantaria que os unem às bases das varandas do 1.º andar.</p> <p>Varandas: Individuais no 1.º, 2.º e 5.º andares e corrida no 4.º.</p> <p>Gradeamentos em ferro forjado em barra, formando gregas.</p> <p>Escada: Está separada do átrio por um arco duplo, de cantaria, onde há um registo de azulejos representando os santos protetores a azul, inseridos em medalhões policromos de iconografia neoclássica. É de três lanços por piso, de bomba larga, quadrada, com guarda em ferro fundido e corrimão de madeira formando pescoço de cavalo. Tem um lambrim de azulejos padronados de flor e grinalda, policromos com cercadura azul.</p> <p>Fogos: Há arcadas na loja. Um fogo por piso com nove/dez divisões. Dois fogos nos andares de cima.</p> <p>Chaminé: Na empena.</p> <p>Processos: 13130/DAG/PG/1964-T.1;P.4.</p>
1800	Dez. Manuel	-	-	-	772.800	60.552	<p>2015 – Rua da Vitória 73-79; Rua Áurea 148-156.</p> <p>1820/34– Travessa da Vitória 52-55.</p> <p>SIG: 48.001.18.007.001</p> <p>Obra: 15</p> <p>VER RUA ÁUREA, P. 22.</p> <p>MVV: 5+4 (Rua da Vitória)</p> <p>Pisos: R/C+3+1Pvc+AF</p> <p>Cobertura: Quatro águas com trapeiras.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: No 1.º piso e corrida no 4.º. São de ferro forjado em fita.</p>
-	Estevão de	-	-	-	-	-	
-	Almada	-	-	-	-	-	
-	Quifel	-	-	-	-	-	
-	Barbarino	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	D. Joana de	-	-	-	812.000	73.080	
1810	Sá e	-	-	-	687.600	61.884	
-	Menezes	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Herdeiros de	-	-	-	1.034.000	93.060	
-	D. Joanna	-	-	-	-	-	
-	Bernarda de	-	-	-	-	-	
-	Sá e	-	-	-	-	-	
-	Menezes	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Filipe Mez.~	-	-	-	784.000	70.290	
1825	da Costa	-	-	-	925.600	83.304	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	D. Maria do	-	-	-	773.000	69.570	
1834	Carmo	-	-	-	661.000	19.830	

	Campello e Costa						Escada: Precedida por um arco de cantaria. Tem bomba estreita. Fogos: 1/piso com corredor estreito. Sala de esquina, de planta quadrada. Chaminé: Na parede posterior. Processos: 9740/DAG/PG/1967 24044/DAG/PG/1963
1780	Luís	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua Áurea 145-
1782	Cantofre	-	-	-	67.200	6.048	155; Rua da Vitória 81-83.
-	-	-	-	-	-	-	
1799	-	-	-	-	1.850.600	166.554	1820/33 – Rua Áurea 70-75.
-	Manuel José da Fonseca e Silva	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.17.005 Obra: 10683
-	-	-	-	-	-	-	VERRUA ÁUREA, P. 11.
1800	-	-	-	-	2.210.900	198.982	Atualmente está ligado ao prédio com frente para a rua do Crucifixo.
1805	João	-	-	-	1.448.760	130.388	MVV: 6.
-	António da Fonseca	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P+1P vc+AF.
1810	-	-	-	-	930.800	83.772	Cobertura: Duas águas com trapeirão e claraboia.
-	João	-	-	-	-	-	Cimalha: Platibanda.
-	Chrisóstomo da Fonseca	-	-	-	-	-	Varandas: Individuais no 1.º piso com guarda de balaústres de ferro.
1815	-	-	-	-	-	-	Varandas corridas nos pisos 4.º e 5.º e guardas em ferro forjado formando gregas e ovais.
1820	N. consta	-	-	-	546.000	49.140	Escada: De dois lanços com bomba de gaveto.
1825	-	-	-	-	1.309.300	117.837	Poderá a primitiva ter integrado o lote sul.
1830	João	-	-	-	940.400	84.636	Fogos: 5 Divisões e corredor.
-	Baptista da Cunha	-	-	-	-	-	Chaminé: Num corpo construído no espaço do saguão.
1833	-	-	-	-	903.600	81.324	Processos: 31360/DSCC/1956.
	D. Maria do Carmo						
RUA TRAVESSA DA ASSUMPCÃO, lado esquerdo hindo da Rua do Crucifixo para a Rua Nova da Princesa (lado Norte de Poente para Nascente)							
1825	Padres do Convento de E. S.to	-	-	-	?	?	2015 – Rua da Assunção 98-114; Rua do Carmo 26-52; Rua Áurea 205-217.
1833					-	Isenta	1825 – Travessa da Assunção 1-4.
1834					839.600	25.188	

							SIG: 48.001.08.008.001 Obra: 3735 Convento do Espírito Santo da Pedreira/Armazéns Grandela. Não é um edifício habitacional.
1779	Pedro	-	-	-	626.000	56.340	2015 – Rua Áurea 206-214; Rua da Assunção 90-96. 1820 – Rua Travessa da Assumpção 5-7; Rua Áurea 187-191. SIG: 48.001.09.009.001 Obra: 45 VER RUA ÁUREA, P. 26. MVV: 5+4 Pisos: R/C+3+1Pvc+AF. Cobertura: 4 águas com trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: No 1.º andar as varandas são individuais e no 4.º piso é corrida, ambas em ferro forjado em barra. Escada: Inicialmente de dois laços com bomba estreita. Incorporada no prédio anexo. Fogos: Inicialmente 1 por piso, depois, em data anterior a 1919, dois por piso. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 26006/DAG/PG/1952
1800	Pereira	-	-	-	630.800	56.772	
1805	-	-	-	-	628.400	56.556	
-	-	-	-	-	-	-	
1810	P.e Manuel	-	-	-	642.400	57.816	
1815	Semião Per.a	-	-	-	690.400	62.136	
1820	de Freitas	-	-	-	690.400	62.136	
1825	-	-	-	-	671.200	60.408	
1830	-	-	-	-	683.400	39.096	
1833	-	-	-	-	677.600	69.372	
1815	José Mendes	-	-	-	758.000	68.220	2015 – Rua dos Sapateiros 145-153; Rua da Assunção 82-88. 1820/34 – Rua Travessa da Assumpção 8-9. SIG: 48.001.09.003.001 Obra: 8492 VER RUA NOVA DOS SAPATEIROS, P. 52. MVV: 4+4 (R. da Assunção) Pisos: R/C+3P+1P.vc.+AF.
1820	Nogueira	-	-	-	787.600	70.884	
1825	-	-	-	-	675.600	60.804	
1830	-	-	-	-	-	-	
1833	-	-	-	-	506.000	45.540	
1834	-	-	-	-	617.600	18.528	

						<p>Cobertura: Telhado de quatro águas com dois trapeirões e claraboia.</p> <p>Cimalha: Cornija e platibanda recuada.</p> <p>Vãos: Nos do rés-do-chão alternavam lintéis tripartidos com lintéis em arco de círculo. Nas janelas do terceiro andar havia, em 2004, caixilhos de guilhotina.</p> <p>Varandas: Individuais no 1.º, no 2.º e no 5.º andar. Corridas no 4.º e 5.º. Guardas em ferro forjado em barra.</p> <p>Escada: Separada do átrio por um arco duplo de cantaria. De três lanços por piso com bomba larga, quadrada. Guarda de alvenaria com corrimão de madeira em “pescoço de cavalo” e com remate talhado formando volutas. Tem um lambrim de azulejos neoclássicos policromos, padronados de flor e grinalda.</p> <p>Fogos: Um fogo por piso em 2007 com onze compartimentos e um pequeno corredor. Na esquina há uma sala ampla, de planta quadrada com parquet à francesa aplicada sobre o soalho. Nas salas havia lambrins de azulejos figurativos, neoclássicos e policromos, representando cestos de flores cálices pássaros e laços, formando grinaldas entrelaçadas em linhas espiraladas, sobre fundo branco e cercadura esponjada a azul. Nas águas furtadas havia dois fogos.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena. A verga é reta e em quarto de círculo na ligação aos prumos. Toda a cozinha era</p>
--	--	--	--	--	--	---

							revestida com azulejos padronados de flor e grinalda a azul sobre fundo branco. Processos: 50872/DAG/PG/1950; P.3.
1773	P.es	4	3	1	274.000	24.660	1820 – Rua travessa da
1774	Paulistas	4	3	1	262.000	23.580	Assumpção 12-13
1780	-	4	3	1	234.000	Isento	1830 – Travessa da
1780	-	-	-	-	234.000	Isento	Assumpção 12-13B.
1785	-	-	-	-	234.800	Isento	2014 – Rua Augusta
1790	-	-	-	-	234.800	Isento	205-207; Rua da
1799	-	-	-	-	234.800	Isento	Assunção 74.
1800	-	-	-	-	?	?	SIG: 48.001.10.004.001
1805	-	-	-	-	236.400	Eclesiast	Obra: 28
1810	-	-	-	-	-	-	VER RUA AUGUSTA,
-	-	-	-	-	-	-	P. 87.
1815	N. consta	-	-	-	N. consta	-	MVV: 2 e 4
-	-	-	-	-	-	-	<u>Até 1891:</u>
1820	Herdeiros do	-	-	-	257.600	23.184	Pisos: R/C+3+AF
1825	P.e José	-	-	-	291.200	26.208	Cobertura: Telhado de
-	Costa da	-	-	-	-	-	duas águas com
-	Fonseca	-	-	-	-	-	trapeiras.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
1833	Joaquim	-	-	-	325.600	29.304	cornija.
1834	Gonçalves Neves	-	-	-	315.600	9.468	Varandas: Individuais, só nos vãos do 1.º andar que dão para a Rua Augusta. Escada: De dois lanços sem bomba. Fogos: Dois por piso, com 2/4 divisões, sem corredor. Chaminé: Na parede da empena. <u>Após 1891:</u> Pisos: R/C+3+1P vc+1P amansardado. Cobertura: Águas quebradas. Cimalha: Cornija de zinco. Varandas: Individuais no 1.º andar e corridas no 4.º e 5.º pisos. Escada: De degraus em leque e bomba de gaveto. Fogos: Um por piso, sem corredor até ao 3.º andar. No 4.º e 5.º andares um fogo por piso, com 7 divisões e com corredor. Chaminé: Na parede da empena. Processo: 5761/1.ªREP/PG/1891

1762	António	3	1	1	357.200	32.148	2015 – Rua da Assunção 58-64; Rua Augusta 206-214. 1815/34 - Rua Travessa da Assumpção 14. SIG: 48.001.11.010.001 Obra: 43 VER RUA AUGUSTA, P. 71. Foi emparcelado com o prédio a norte. <u>Inicialmente:</u> MVV: 2+4 R. Assunção. <u>Edifício existente:</u> MVV: 5+4 Rua da Assunção. Pisos: R/C+5P+AF neopombalinas. Cobertura: Neopombalina. Cimalha: Cornija. Varandas: No 1.º piso têm balaústres de ferro. Escada: Nova. É de quatro lanços e bomba larga com elevador. Fogos: Não habitacionais. Chaminé: Não há documentação. Processo: 3034/DMPGU/OB/1989
1766	Ribr.º da	3	1	1	383.600	34.524	
1765	Silva	3	3	1	405.200	36.468	
1767	-	2	3	1	321.200	28.908	
-	-	-	-	-	-	-	
1770	Herdeiros de	3	3	1	338.400	30.456	
1771	António	3	3	1	354.800	31.932	
-	Ribr.º da	-	-	-	-	-	
-	Silva	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1773	Dez.or Luis	3	3	1	336.200	30.258	
1774	Estanislau	3	3	1	336.200	30.258	
1780	da Silva	3	3	1	310.400	27.936	
1782	Lobo	-	-	-	319.600	28.764	
1785	-	-	-	-	319.600	28.764	
-	-	-	-	-	-	-	
1790	Leocádia	-	-	-	319.600	28.764	
1799	Luísa	-	-	-	323.600	29.124	
1800	-	-	-	-	323.600	29.124	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	Victor	-	-	-	276.000	24.840	
-	Anastácio	-	-	-	-	-	
-	Mourão	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1810	Maximo	-	-	-	451.200	40.608	
1815	Fran.co de	-	-	-	471.600	42.444	
-	Gouveia	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Herdeiros de	-	-	-	417.600	37.584	
-	Maximo	-	-	-	-	-	
-	Fran.co de	-	-	-	-	-	
-	Gouveia	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1825	Bernardo J.e	-	-	-	192.000	17.280	
1830	Per.a Basto	-	-	-	398.400	35.854	
1834	-	-	-	-	331.200	9.936	
1798	José	Incompleta	-	-	0	0	
1800	Francisco	Incompleta	-	-	0	0	
1805	Chaves	Incompleta	-	-	0	0	
1810	-	Incompleta	-	-	0	0	
1815	-	-	-	-	237.000	21.330	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	António	-	-	-	642.000	57.780	
1825	Francisco	-	-	-	725.200	65.268	
-	Chaves	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Conde da	-	-	-	882.800	79.452	
1834	Póvoa	-	-	-	606.800	78.204	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1893	Duque de Palmela	-	-	-	-	-	

							<p>Cobertura: Telhado de quatro águas com trapeiras. Tem claraboia.</p> <p>Cimalha: Platibanda.</p> <p>Varandas: Individuais nos 1.º, 2.º e 4.º pisos, com guarda de ferro forjado em barra.</p> <p>Escada: Sem bomba até ao 1.º piso, depois com bomba estreita, retangular. Guarda em ferro forjado em barra, com desenho idêntico ao das varandas.</p> <p>Fogos:</p> <p>Um por piso com 13/14 divisões. Na origem, havia uma sala ampla de planta quadrada a ocupar a esquina. O piso térreo tem arcadas.</p> <p>Pé-direito dos pisos:</p> <p>R/C – 3,71m</p> <p>1.º – 3,58m</p> <p>2.º – 3,50m</p> <p>3.º – 3,35m</p> <p>4.º – 2,80m</p> <p>5.º – 2,10m</p> <p>Chaminé: Na parede da fachada posterior.</p> <p>Processos:</p> <p>3159/SEC/PET/1931</p> <p>3252/DAG/PG/1950</p> <p>4642/DMPGU/OB/1971.</p> <p>11406/DSC/PG/1947-T.1;P.1-18.</p>
1798	Manuel	Incompleta	-	-	0	0	<p>2015 – Rua da Assunção 42-46; Rua dos Correiros 152-156.</p> <p>1815 – Rua Travessa da Assumpção 19-22.</p> <p>SIG: 48.001.12.001.001</p> <p>Obra: 40</p> <p>VER RUA DOS CORREIROS, P. 112.</p> <p>Incorporado no prédio contíguo a norte.</p> <p>MVV: 6+4</p> <p>Pisos:</p> <p>R/+3P.+1P.vc+1P. mansarda neopombalina.</p> <p>Cobertura: Nova, de 4 Águas.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p>
1800	Ribeiro	Incompleta	-	-	0	0	
-	Estanceiro	e devoluta	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	Joze	Se acha	-	-	0	0	
1810	Francisco	incompleta	-	-	388.000	34.920	
-	Chaves	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Mariana da	-	-	-	1.059.600	104.364	
1820	Encarnação	-	-	-	982.400	88.416	
1825	Da Luz	-	-	-	782.000	70.380	
1833	Barrozo	-	-	-	637.200	57.348	
1834	-	-	-	-	720.400	21.616	



							<p>Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º andares, e corrida no 4.º.</p> <p>Escada: Nova, de dois lanços por piso e bomba estreita, em pedra até ao 1.º andar.</p> <p>Fogos: O Piso térreo é abobadado. Um por piso, com onze amplas divisões. O 4.º andar tem corredor mas os andares inferiores não.</p> <p>Sala quadrada na esquina.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena.</p> <p>Processos: 1981/SEC/PG/1932-T.1; P.2; 11406/DSC/PG/1947-T.1; P.17.</p>
RUA TRAVESSA DA ASSUMPTÃO, lado Sul, indo de Nascente para Poente							
1790	José Freire	3	3	0	0	0	2015 – Rua dos
1792	Tojal	Incompleta	-	-	274.400	24.696	Fanqueiros 191-197;
1794	-	-	-	-	428.000	38.520	Rua da Assunção 1-7.
1795	-	-	-	-	428.000	38.520	1815/20 – Rua Travessa
1798	-	-	-	-	472.000	42.480	da Assumpção 31-32;
1799	-	-	-	-	472.000	42.480	Rua Nova da Princesa
1800	-	-	-	-	498.400	44.856	66-67.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.002.05.009.001
1805	Raimundo	-	-	-	589.200	53.028	Obra: 8494
-	Freire de	-	-	-	-	-	VER RUA NOVA DA
-	Andrade	-	-	-	-	-	PRINCEZA, P.160.
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 4+4(Rua da
1810	Domingos	-	-	-	490.800	44.172	Assunção).
1815	de Meira	-	-	-	644.000	57.960	Pisos:
-	Torres	-	-	-	-	-	R/C+3P.+1P.vc+1P.
-	-	-	-	-	-	-	amansardado
1820	Viúva de	-	-	-	525.600	47.304	neopombalino.
1825	Domingos	-	-	-	710.000	63.900	Cobertura: Telhado de
-	de Meira	-	-	-	-	-	três águas.
-	Torres	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
-	-	-	-	-	-	-	cornija.
1833	Domingos	-	-	-	642.400	57.816	Vãos: Nas lojas
1834	de Meira	-	-	-	642.800	19.284	mantêm-se as molduras
	Barboza						de lintel tripartido. No
							terceiro andar havia, em
							2004, caixilhos de
							guilhotina.
							Varandas:
							Individuais no 1.º andar
							e corrida no 4.º.
							Guardas em ferro
							forjado em barra.
							Escada: Separada do
							átrio por um arco duplo
							em cantaria acima do

							<p>qual há um registo de azulejos representando São Marçal, que protege dos incêndios, e em plano de fundo umas casas em labaredas, tudo de cor azul e envolvido numa moldura de concheados a manganés e amarelo. A escada é de dois lanços por piso, sem bomba, e com guarda em estrutura de frontal de madeira preenchido com alvenaria de tijolo, e remate de patim recortado.</p> <p>Fogos: Um por piso, com 10 divisões.</p> <p>Quartos com áreas entre os 9,7m<sup>2</sup> e os 6,7m<sup>2</sup>.</p> <p>Área da sala 20,36m<sup>2</sup>.</p> <p>Pé-direito: R/C – 3,70 1.º - 3,56 2.º - 3,56 3.º - 3,35 4.º - 2,95.</p> <p>Chaminé: Numa parede de empena.</p> <p>Processos: 2216/DMPGU/OB/1999;P.20-27.</p>
1805	Dez. Pedro	-	-	-	791.200	71.208	<p>2015 – Rua dos Douradores 128-140; Rua da Assunção 9-15. 1820/25 – Rua dos Douradores 30-31. 1833 - Rua dos Douradores 31P-31R. SIG: 48.002.05.005.001</p> <p>Obra: 7302 VER RUA DOS DOURADORES, P. 139.</p> <p>MVV: 7+4(R. da Assunção)</p> <p>Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF.</p> <p>Cobertura: Telhado de 4 águas com 4 trapeiras. Cimalha: Cornija.</p> <p>Varandas: Na fachada da Rua da Assunção há varandas individuais nos 1.º e 2.º andares e varanda corrida no 4.º andar. Na fachada para</p>
1810	Lourenço de Seixas	-	-	-	278.400	25.056	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Dez.or Pedro Duarte da Silva	-	-	-	954.000	85.860	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Herdeiros do	-	-	-	916.000	82.440	
1825	Dez.or Pedro Duarte da Silva	-	-	-	1.024.800	92.232	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Francisco	-	-	-	732.800	65.952	
1834	Marques Torres	-	-	-	616.000	18.480	

							<p>a Rua dos Douradores há uma varanda individual e varandas corridas só no 4.º andar. As varandas têm guardas de ferro forjado em barra com elementos verticais e outros ovalados. Vãos: Na fachada da rua dos Douradores mantêm-se os vãos originais de janelas de peito do 1.º ao 3.º andar, com caixilhos de guilhotina, e alternância de lintéis curvos e tripartidos no R/C. A porta de entrada é engradada com almofadas relevadas, e o vão de bandeira tem um gradeamento em ferro fundido com varões dispostos em leque. Escada: Está separada do átrio por um arco de cantaria que poderá ser duplo. De dois lanços por piso sem bomba até ao 3.º andar. O primeiro lanço é em pedra. Fogos: Arcadas e abóbadas no R/C. Até ao 3.º andar. Tetos de saia e camisa. Lambris de azulejos neoclássicos, de flor manganés e treliças de grinaldas verdes e manganés, com cercadura de folhas azuis do tipo “sombra chinesa”. Portas interiores com bandeira de 9/15 vidraças. Chaminé: Chaminé de cantaria com verga reta e ângulos da face inferior em meia-cana. Processos: 1849/DAG/PET/1934-T.1;P.2.</p>
1771	Frz. do Nascimento	1	1	1	34.800	3.132	2015 – Rua dos Douradores 93-99; Rua da Assunção 17-23.
-	-	-	-	-	-	-	
1780	Manuel Nascimento	1	1	1	48.800	4.077	1815 – Rua dos Douradores S/N.º
-	-	-	-	-	-	-	1820/34 – Rua dos Douradores 11P-11R.
1815		-	-	-	48.000	4.320	

	D. Margarida Luiza do Carmo						<p>SIG: 48.002.04.002.001 Obra: 8495 VER RUA DOS DOURADORES, P.138. MVV: 4+4 (Rua dos Correiros). Pisos: R/C+3+1P.vc+AF Cobertura: Telhado de 4 águas com 6 trapeira e sobre-elevação junto à empena. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Não tem varandas individuais. Apenas uma varanda corrida no 4.º andar. Vãos: As molduras dos vãos do R/C alternam os lintéis tripartidos e os lintéis curvos. No 3.º andar os caixilhos eram, em 2004, de guilhotina. Escada: A caixa de escada está separada do átrio por um arco que poderá ter sido duplo. A escada é de dois lanços por piso, sem bomba. Fogos: Sem dados disponíveis. Chaminé: Adossada à empena. Processos: -</p>
	Não consta						<p>2015 – Rua da Prata 190-192; Rua da 1820/1834 – Rua Bella da Raynha Assunção 25-31. SIG: 48.002.04.006.001 Obra: 7093 Não figura no rol da décima da cidade? MVV: 2+4 (Rua da Assunção). Pisos: R/C+3+1P. vc+1P. Cobertura: Telhado de três águas. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais no 1.º andar, fachada sobre a rua da Prata. Corrida no 4.º andar torneando a esquina.</p>

							Escada: Separada do átrio por um arco estreito. Escada de dois lanços por piso, sem bomba. O primeiro patim é em leque. Fogos: No R/C há arcadas. Chaminé: Não está documentada. Processos: Não contém documentação esclarecedora.
1792	José Maria	Incompleta	-	-	0	-	2015 – Rua da Prata
-	-	-	-	-	-	-	193-205; Rua da
1793	Menores que	Devoluta	-	-	0	-	Assunção 33-35.
1794	administra	-	-	-	0	-	1820/34 – Rua Bella da
-	José Gomes	-	-	-	-	-	Raynha79-85.
-	Ferreira	-	-	-	-	-	SIG:
-	-	Incompleta	-	-	-	-	48.002.03.006.001
1795	José Maria	-	-	-	0	-	Obra: 6153.
-	-	-	-	-	-	-	VER RUA BELLA DA
1798	Menores que	-	-	-	985.200	88.668	RAYNHA, P. 127.
1798	administra J.	-	-	-	1.029.600	92.664	MVV: 8+4 (Rua da
-	G. Ferreira	-	-	-	-	-	Assunção)
-	-	-	-	-	-	-	Pisos:
1800	Francisca	-	-	-	-	-	R/C+3P.+1P.vc+AF
1805	Roza	-	-	-	1.075.600	96.804	Cobertura: Telhado de
1815	Baptista	-	-	-	1.268.000	114.120	quatro águas com três
1820	Benedicta de	-	-	-	1.290.400	116.136	trapeirões.
1825	Borja (viúva	-	-	-	1.402.800	126.154	Cimalha: Beirado sobre
1830	de J. G. Ferr.)	-	-	-	1.334.800	120.132	cornija.
1833	-	-	-	-	1.109.200	99.828	Varandas: Individuais
1834	-	-	-	-	1.047.200	31.416	no 1.º andar e corridas
	-	-	-	-			no 4.º e no 5.º. Guardas
	-	-	-	-			em ferro forjado em
	-	-	-	-			barra.
	-	-	-	-			Escada: De três lanços
	-	-	-	-			por piso com bomba
	-	-	-	-			quadrada. Até ao 1.º
	-	-	-	-			andar é em pedra. Era
	-	-	-	-			antecedida por arco
	-	-	-	-			duplo de cantaria. A
	-	-	-	-			guarda é em ferro
	-	-	-	-			forjado em barra,
	-	-	-	-			formando um desenho
	-	-	-	-			de barras verticais
	-	-	-	-			unidas por ovais. Tem
	-	-	-	-			um lambrim de azulejo
	-	-	-	-			polícromo,
	-	-	-	-			reproduzindo o desenho
	-	-	-	-			da guarda.
	-	-	-	-			Fogos: Dois por piso,
	-	-	-	-			com 7/9 divisões, e
	-	-	-	-			pequeno corredor.
	-	-	-	-			Pé-direito:
	-	-	-	-			R/C – 2,80m
	-	-	-	-			1.º andar – 3,55m
	-	-	-	-			2.º andar – 3,60m

							3.º andar – 3,40m 4.º andar – 2,5m Chaminé: Na parede posterior e na parede perpendicular à da empena. Processos: 26286/SEC/PET/1935. 26837/SEC/PET/1936. 25446/DAG/PG/1957.
1762	Christiano	1 abóbada	-	-	14.400	1.296	2015 – Rua dos
1780	Stockler	1	-	-	6.400	0.576	Correiros 131-143;
1782	(negociante	-	-	-	6.400	0.570	Rua da Assunção, 49-
1785	alemão)	-	-	-	6.400	0.570	55.
1790	-	-	-	-	6.400	0.576	1815 – Rua Travessa da
1792	-	-	-	-	6.400	0.576	Assumpção 43-45.
1794	-	-	-	-	6.400	0.576	1820/34 – Travessa da
1796	-	-	-	-	6.400	0.576	Assumpção 43-44.
-	-	-	-	-	-	-	SIG: 48.002.02.004.001
1810	Joze	-	-	-	423.600	38.124	Obra: 8498
-	Francisco	-	-	-	-	-	VERR RUA DOS
-	Chaves	-	-	-	-	-	CORREIROS, P. 102.
-	-	-	-	-	-	-	Em 1762 uma abóbada
1815	Mariana da	-	-	-	1.243.600	112.194	é referida na Travessa
-	Encarnação	-	-	-	-	-	da Assunção pelo lado
-	da Luz	-	-	-	-	-	direito e único indo da
-	Barrozo	-	-	-	-	-	R. Augusta.
-	-	-	-	-	-	-	MVV: 7+4 (Rua da
1820	António	-	-	-	1.044.000	94.860	Assunção)
1825	Francisco	-	-	-	1.144.800	103.032	Pisos: R/C+3+1vc+AF
-	Chaves	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
-	-	-	-	-	-	-	quatro águas com três
1833	Conde da	-	-	-	953.200	85.788	trapeirões e claraboia.
1834	Póvoa	-	-	-	836.000	25.080	Cimalha: Beirado sobre
							cornija. Varandas: Individuais no 1.º e 2.º piso, e corridas no 4.º e no 5.º piso. Ferro forjado com motivos de ovais. Escada: Dois arcos de cantaria separam-na do átrio amplo. Sem bomba até ao 1.º andar e com bomba larga e de planta retangular nos andares superiores. A guarda é em ferro forjado com o mesmo motivo das guardas de varanda. Fogos: No 1.º andar havia um só fogo por piso, sem corredor, com dezasseis divisões. No 4.º andar há corredor. Sala de planta quadrada na esquina. No piso há térreo arcaria e houve abóbadas no espaço

							correspondente às portas 133 e 135 da Rua dos Correiros. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 4012/DAG/PG/1962 4068/DMPGU/OB/1981 13420/DSC/PG/1945
1771	Manoel	4	3	1	498.200	?	2015 – Rua da
-	Francisco da	-	-	-	-	-	Assunção 57-61; Rua
-	Costa	-	-	-	-	-	Augusta 194-204.
-	-	-	-	-	-	-	1815/34 – Rua Travessa
1773	(Viúva)	4	3	1	518.000	44.568	da Assumpção 45-46.
1774	Francisca	4	3	1	455.600	41.004	SIG: 48.002.02.005.001
1780	X.er	3	3	1	479.000	41.040	Obra: 9461
1782	Sepúlveda	-	-	-	473.800	40.572	VER RUA AUGUSTA,
1785	(Paga foro a	-	-	-	481.400	41.256	P. 70.
1790	D. Catarina	-	-	-	481.400	41.256	Em 1815 este prédio
1799	da Gama	-	-	-	414.400	35.226	incorporou o prédio
1800	Lobo)	-	-	-	414.200	35.208	contíguo a sul
-	-	-	-	-	-	-	<u>Antes de 1909</u>
1805	D. Thereza	-	-	-	641.600	55.674	MVV: 4+3 Rua da
1810	Xavier de	-	-	-	514.800	46.332	Assunção.
-	Sepúlveda	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P+AF
-	-	-	-	-	-	-	Cobertura: Telhado de
1815	D. Maria do	-	-	-	698.200	62.838	2 águas com trapeiras.
1820	Carmo	-	-	-	596.000	53.640	Cimalha: Beirado sobre
1825	Marques do	-	-	-	629.600	56.664	cornija.
-	Amaral	-	-	-	-	-	Varandas: No 1.º piso
-	-	-	-	-	-	-	têm balaústres de ferro.
1833	D. Maria	-	-	-	502.000	45.180	Escada: De dois lanços
1834	Benedicta	-	-	-	449.200	13.476	com bomba estreita, de
	Marques do						planta retangular.
	Amaral						Fogos: 2/piso com 6
							divisões, sem corredor.
							Chaminé: Na parede da
							empena.
							<u>Após 1909</u>
							MVV: 6+3(R. da
							Assunção)
							Pisos: R/+3P+1P
							v.c.+1P.amansardado+
							AF.
							Cobertura: Telhado de
							2 águas com trapeiras.
							Cimalha: Cornija de
							zinco.
							Varandas: No 1.º piso
							são individuais e têm
							balaústres de ferro, nos
							pisos 4.º e 5.º são
							corridas e a guarda é
							em ferro forjado em
							barra.
							Escada: 3 lanços com
							bomba larga.

							Fogos: 2 por piso com 7/8 divisões e pequeno corredor. Chaminé: Na parede da empena. Processos: 2468/1.ª REP/PG/1909
1763	Patrício				19.200	1.728	2015 – Rua da
1765	Brau	-	-	-	298.800	26.892	Assunção 63-69; Rua
1766	-	-	-	-	278.400	25.056	Augusta 199-203.
1767	-	-	-	-	196.000	17.640	1820 – Rua Travessa da
1770	-	-	-	-	272.200	23.508	Assumpção 47-48.
1771	-	-	-	-	232.000	20.880	SIG:
1773	-	-	-	-	216.000	19.440	48.001.16.001.001
1774	-	-	-	-	251.600	22.644	Obra: 44
1780	Patrício	-	-	-	210.000	18.900	VER RUA AUGUSTA,
1782	Boreau	-	-	-	262.000	23.580	P. 87.
1785	-	-	-	-	262.000	23.580	Prédio de esquina
-	-	-	-	-	-	-	emparcelado com o
1790	-	-	-	-	254.200	22.878	prédio contíguo a sul.
1799	Joaquim	-	-	-	353.000	31.770	MVV: 2 e 4
1800	Joze	-	-	-	375.870	33.827	Pisos: R/C+3P+1P
1805	Domingues	-	-	-	384.160	34.574	cv+1P mansarda.
1810	-	-	-	-	269.600	24.264	Cobertura: Águas
1815	-	-	-	-	336.400	30.276	quebradas.
-	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Cornija em
1820	-	-	-	-	438.800	39.492	zinco.
1825	-	-	-	-	405.200	36.468	Varandas: Individuais
1833	João dos	-	-	-	421.600	37.944	no 1.º piso e corridas
1834	Santos	-	-	-	401.600	12.048	nos 4.º e 5.º pisos.
							Escada: Dois lanços, degraus em leque e bomba estreita de gaveto. Fogos: Um por piso, com 6 divisões e sem corredor. Chaminé: Perpendicular à parede da empena. Processo: 19888/DAG/PG/1948
1799	Aniceto	-	-	-	801.000	72.090	1820/34 – Rua Nova
1800	Pereira de	-	-	-	731.800	65.800	dos Sapateiros 33B-34.
-	Almeida	-	-	-	-	-	2014 – Rua dos
-	-	-	-	-	-	-	Sapateiros 135-143;
1815	Manuel	-	-	-	727.200	65.448	Rua da Assunção 79-
1820	Gomes da	-	-	-	774.600	69.714	85.
-	Motta	-	-	-	-	-	SIG: 48.001.15.007.001
-	-	-	-	-	-	-	Obra: 11359
1825	Joze	-	-	-	733.600	66.024	VER RUA NOVA
-	Oliveira	-	-	-	-	-	DOS SAPATEIROS, P.
-	Dias	-	-	-	-	-	53.
-	-	-	-	-	-	-	Poderá ter,
1830	João	-	-	-	690.200	62.118	inicialmente, sido
1833	Gonçalves	-	-	-	660.200	59.418	construído só a metade
	Dias						norte. MVV: 5+4 (Rua da Assunção) Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF.



							<p>Cobertura: Complexa, resulta da interseção de um telhado de três águas com os de três trapeirões. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Corrida no quarto andar. Escada: De dois lanços por piso, sem bomba. Guarda em alvenaria com corrimão em madeira com remate entalhado a formar volutas. Fogos: No R/C há arcadas. Há dois fogos por piso, um com nove divisões, o outro com seis. Chaminé: Na parede da caixa da escada. Processos: 31698/DAG/PG/1943-Tomo 1; P.4. 37066/DAG/PG/1953-Tomo 1; P.3.</p>
1799	Aniceto	-	-	-	675.200	60.768	<p>2015 – Rua Áurea 196-204; Rua da Assunção 87-93. 1820 - Rua Áurea 192-194. 1830 – Rua Áurea 192-196. SIG: 48.001.15.002.001 Obra: 43393 VER RUA ÁUREA, P. 25. MVV: 5+4 na Rua da Assunção. <u>Até 1917:</u> Pisos: R/C+3+1P vc+AF. Cobertura: Quatro águas com trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: No 1.º e 4.º piso, sendo corrida neste último. Ambas de ferro forjado de fita. Escada: Dois lanços por piso, sem bomba. Fogos: 2/piso. Chaminé: No fogo direito está na parede da empena, no fogo</p>
1800	Pereira de	-	-	-	723.200	65.088	
-	Almeida	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	D. Anna	-	-	-	977.600	87.984	
1810	Maria de	-	-	-	771.600	69.444	
1815	Almeida	-	-	-	969.600	87.264	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Ignacio	-	-	-	478.200	43.038	
1825	Cândido	-	-	-	1.034.800	93.132	
1830	-	-	-	-	868.400	78.156	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Inácio Silvestre Monteiro Sobral	-	-	-	863.200	77.688	

							<p>esquerdo está na parede posterior.</p> <p><u>Após 1917:</u>  Pisos: R/C+3+1P  vc+1P mansarda.  Cobertura: Águas quebradas. Mansarda revestida a elementos cerâmicos concheados.  Tem claraboia.  Cimalha: Cornija de zinco.  Varandas: Nos pisos 1.º e 4.º, sendo corrida neste último. Ambas de ferro forjado de fita.  Escada: Dois lanços por piso e bomba larga.  Fogos: 2/piso.  Chaminé: No fogo direito está na parede da empena, no fogo esquerdo está na parede posterior.  Processos:  3894/DAG/PG/1917</p>
1799	Joze Eloy da	-	-	-	1.022.000	91.980	<p>2015 – Rua da Assunção 95-107; Rua Áurea 193-203; Rua do Crucifixo 126-136.  1815/34 – Rua Travessa da Assumpção 56-60.  SIG: 48.001.14.004.001  Obra: 18  VER RUA DO CRUCIFIXO P. 5;  RUA ÁUREA, P. 13.  Pisos: R/C+3+1P  vc+AF.  MVV: 6+6 (R. da Assunção) +6 (R. do Ouro).  Cobertura: Telhado de duas águas com trapeirões.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Individuais no 1.º andar e corrida no 4.º.  Escada: Bomba larga.  Fogos: Arcos no piso térreo. Dois por piso.  Onze divisões e corredor curto.  Chaminé: Na parede lateral.  Processos:  3002/1.ªREP/PG/1907;  29256/DSC/PG/1943.</p>
1800	Silva	-	-	-	975.200	87.668	
1805	-	-	-	-	988.400	88.956	
1810	-	-	-	-	983.000	88.470	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Herdeiros de	-	-	-	1.340.800	120.672	
1820	José Eloy da	-	-	-	1.494.400	136.296	
-	S.ªe Oliveira	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1825	D. Paula	-	-	-	1.256.400	113.076	
-	Gertrudes da	-	-	-	-	-	
-	Silva	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Carolina				1.237.348	111.348	
1834	Augusta da				1.022.800	30.684	
	Silva						

RUA TRAVESSA DE SANTA JUSTA, lado Norte, de Poente (indo da R. Nova do Carmo) para Nascente (a da Princesa)							
1799	João Diaz	-	-	-	441.800	39.762	2015 – Rua Áurea 253-259; Rua de Santa Justa 92-96. 1820/34 – Travessa de Santa Justa 1. SIG: 48.001.01.004.001 Obra: 26012 VER RUA ÁUREA, P. 17. MVV: 4 Pisos: R/C+3P+1P vc. O quarto piso terá sido construído em 1853. Cobertura: Telhado de duas águas. Cimalha: Platibanda. Varandas: Individuais no primeiro andar que dá para a Rua Áurea, e corrida nas duas fachadas do 4.º andar. Escada: Dois lanços por piso e bomba de gaveto. Fogos: Um por piso, com oito divisões, sem corredor. Sala ampla, de esquina, e planta quadrada. Pé-direito: R/C - 4,45m 1.º P – 3,57m 2.º P – 3,55m 3.º P – 3,20m 4.º P – 2,70m 5.º P – 2,00m Chaminé: Encostada a uma parede interior. Processos: Doc.PT/AMLSB/CML/ADMG-E/08/0238 (1953) 28824/DSC/PG/1947 17890/DAG/PG/1969
1800	dos Santos	-	-	-	465.000	41.850	
-	-	-	-	-	-	-	
1805	Herdeiros de	-	-	-	489.200	44.028	
1810	João Diaz	-	-	-	522.000	46.980	
-	dos Santos	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Silvério	-	-	-	740.000	64.260	
-	Dally	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1820	Maria	-	-	-	805.000	72.450	
1825	Joaquina	-	-	-	715.000	64.350	
1833	Dally	-	-	-	711.000	21.330	
1834	-	-	-	-	600.800	54.072	
	Em 1853 pertencia a Alexandre Joaquim Sequeira Lopes						
1799	Domingos	-	-	-	520.000	46.800	2015 – Rua Áurea 254-258; Rua de Santa Justa 86-90. 1815/20 – Rua Travessa de Santa Justa 2. 1833/34 – Travessa de Santa Justa 2. SIG: 48.001.02.003.001 Obra: 15054 VER RUA ÁUREA, P. 29.
1780	do Couto	-	-	-	524.800	47.232	
-	-	-	-	-	-	-	
1810	Josefa	-	-	-	557.200	50.148	
1815	Thereza	-	-	-	736.000	66.240	
1820	-	-	-	-	648.800	61.632	
-	-	-	-	-	-	-	
1825	Francisco	-	-	-	648.000	58.320	
1833	Xavier	-	-	-	642.400	57.816	
1834	Vieira Ligo	-	-	-	621.600	18.648	

							<p>MVV: 3+4 (Rua Santa Justa).  <u>Até 1892:</u>  Pisos: R/C+3P+1P vc+AF.  Cobertura: 4 águas com trapeiras.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: No 1.º piso e, varanda corrida, no 4.º piso.  Escada: Dois lanços sem bomba.  Fogos: 2/piso, sem corredor.  Chaminé: Na parede posterior.  <u>Após 1892:</u>  Pisos: R/C+3P+1P vc+1P+AF.  Cobertura: 2 águas com trapeiras.  Cimalha: Platibanda  Varandas: No 1.º piso e varanda corrida no 4.º piso.  Escada: De dois lanços com bomba estreita de gaveto.  Fogos: 2/piso com corredor curto. Arcada na loja.  Chaminé: Na parede posterior.  Processos:  7026/1.ªREP/PG/1892-</p>
1799	Gregório	-	-	-	120.000	10.800	<p>2015 – Rua dos Sapateiros 193-201;  Rua de Santa Justa 78-84.  1820 – Rua Travessa de Santa Justa 3-5; Rua Nova dos Sapateiros 48-49.  SIG: 48.001.02.013.001  Obra: 29849  VER RUA NOVA DOS SAPATEIROS, P. 48.  MVV: 6+4 (R. Sta. Justa).  Pisos:  R/C+3P+1P.vc+AF.  Cobertura: Quatro águas com dois trapeirões e claraboia.  Cimalha: Platibanda.  Nos vãos das lojas alternam os lintéis em</p>
1800	José da Silva	-	-	-	412.400	37.116	
1815	-	-	-	-	328.800	29.592	
1820	-	-	-	-	392.000	35.280	
-	-	-	-	-	-	-	
1825	Anacleto	-	-	-	694.400	62.496	
-	José Luis	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Antónia dos	-	-	-	672.000	60.480	
1834	Santos	-	-	-	518.800	15.564	

							arco de círculo com os de lintéis tripartidos. Varandas: Individuais no 1.º, e no 2.º andar. Corridas no 4.º e 5.º. Guardas de ferro forjado em barra, formando desenhos de colunas, círculos e gregas. Escada: De três lanços por piso com bomba larga, quadrada. Primeiros lanços em cantaria com guarda de ferro forjado semelhante às das varandas mas fixada em prumos e rodapé de cantaria lavrada. Tem um lambrim constituído por azulejos policromos com motivos de flores, faixas esponjadas a azul e cercadura simulando bossas. Fogos: Numa loja ainda há arcadas. Um fogo por piso. Chaminé: Adossada à parede da empena. Processos: 18135/1.ªREP/PG/1920 62184/DAG/PG/1956
1763	Conde de Povolide	3	0	0	-	-	2015 – Rua Augusta, 253-269; Rua de Sta. Justa, 66-76; Rua dos Sapateiros, 194-216.
-	José Atayde e Mello	-	-	-	-	-	1815/34 – Rua de Sta. Justa 6.
-	-	-	-	-	-	-	SIG:
1765	José Rodrigues	5	1	0	1.000.000	90.000	48.001.02.016.001
1766	Bandr. <sup>a</sup>	5	1	0	1.000.000	90.000	Obra: 33
1767	(Presidente da Junta do	5	3	1	990.400	89.136	MVV: 9+8 Rua de
1770	Comércio e	5	3	1	999.600	90.000	Santa Justa+9 Rua dos
1771	Cavaleiro da	5	3	1	918.400	82.656	Sapateiros (+3)
1773	Ordem de	5	3	1	968.400	87.156	VER RUA NOVA
1774	Cristo ?)	-	-	-	-	-	DOS SAPATEIROS, P.
-	-	-	-	-	-	-	43; RUA AUGUSTA,
-	-	-	-	-	-	-	P.82.
1780	Herdeiros de	5	3	1	958.800	86.292	<u>Até 1977:</u>
1782	José Rodrigues	-	-	-	958.800	86.292	Terá sido, na sua
1785	Bandeira	-	-	-	-	-	gênese, uma casa
-	-	-	-	-	-	-	senhorial, depois
-	-	-	-	-	-	-	adaptada a prédio de
1799	Mariana	-	-	-	954.800	85.932	rendimento e mais tarde
1800	Joaquina	-	-	-	1.209.800	108.882	a hotel. Em 1907 era já
-	Bularte	-	-	-	-	-	hotel.
-	Dique	-	-	-	-	-	Pisos: R/C+3P+AF
1805	-	-	-	-	1.733.800	156.042	
1810	-	-	-	-	370.000		

1815	José António	-	-	-	1.756.000	33.300	<p>Cobertura: Telhado de 7 águas.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Individuais no 1.º piso.  Escada: Um lanço por piso e corredor lateral, sem bomba.  Fogos: 1/piso. Unidade hoteleira.  Chaminé: Parede do saguão.  <u>Após 1977:</u>  Pisos: R/C+3P.+1 P. mansarda.  Cobertura: 2 águas.  Cimalha: Cornija.  Varandas: 1.º e 4.º Pisos.  Escada: Três lanços e bomba larga.  Fogos: Unidade hoteleira.  Chaminé: -Processos: 1208/DMPGU/OB/1977.</p>
1820	Gomes	-	-	-	1.956.000	158.040	
1825	Ribeiro	-	-	-	2.044.000	176.040	
1833	-	-	-	-	1.496.000	183.960	
1834	-	-	-	-	1.456.000	134.640	
						43.680	
1767	José	3	3	1	802.800	72.252	<p>2015 – Rua Augusta  254-262; Rua de Santa Justa 58-64.  1815/20 – Rua de Sta. Justa 7-8  SIG: 48.001.03.002.001  Obra: 24775  VER RUA AUGUSTA, P. 75  <u>Até 1888:</u>  MVV: 1+4 Rua de Santa Justa.  Pisos: R/C+3+AF?  Cobertura: Telhado de 4 águas com trapeiras.  Cimalha: Beirado sobre cornija.  Varandas: Individuais no 1.º piso.  Escada: De dois lanços sem bomba. Servia o prédio a norte.  Fogos: Sem corredor.  Chaminé: Na parede posterior.  <u>Após 1888:</u>  MVV: 5  Pisos: R/C+3+1P vc+1P mansarda.  Cobertura: Águas dobradas. Claraboia.  Cimalha: Cornija de zinco.</p>
1770	Domingues	4	3	1	785.000	70.704	
1771	-	4	3	1	789.600	71.064	
1773	-	4	3	1	723.000	65.070	
1774	-	4	3	1	740.000	67.380	
1780	-	4	3	1	682.000	61.380	
1782	-	-	-	-	682.000	61.380	
1785	-	-	-	-	682.000	61.380	
1790	-	-	-	-	712.000	64.080	
-	-	-	-	-	-	-	
1799	D. Anna	-	-	-	735.200	66.168	
1800	Thomázia de	-	-	-	739.600	66.564	
1805	Aquino	-	-	-	769.500	69.255	
1810	-	-	-	-	645.600	58.104	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	José Manuel	-	-	-	640.800	57.672	
1820	Raposo	-	-	-	660.800	59.472	
1825	-	-	-	-	703.800	63.342	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Marianna de	-	-	-	630.000	56.700	
1834	Sousa Domingues	-	-	-	634.000	19.020	

							Varandas: Individuais no 1.º piso e corrida no 4.º. Escada: Degraus em leque e bomba estreita de gaveto. Fogos: Com corredor. Chaminé: Na parede posterior. Processos: 2515/1.ª REP/PG/1887 7006/1.ª REP/PG/1888
1792	Manoel	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos
1794	António	-	-	-	200.000	18.000	Correiros 199-205;
1796	Bastos	-	-	-	200.000	18.000	Rua de Santa Justa 52-
1798	-	-	-	-	194.000	17.460	56.
1800	-	-	-	-	590.000	53.100	1815/20 – Rua Travessa
1805	-	-	-	-	612.000	54.180	de Santa Justa 9.
-	-	-	-	-	-	-	1834 – Travessa de
1810	Bernardo	-	-	-	714.400	64.296	Santa Justa 9.
-	Bastos	-	-	-	-	-	SIG:
-	-	-	-	-	-	-	48.001.03.005.001
1815	Herdeiros de	-	-	-	670.000	59.400	Obra: 15649
1820	Bernardo	-	-	-	660.000	59.400	VER RUA DOS
1825	José Bastos	-	-	-	504.000	45.360	CORREIROS, P. 96.
1833	-	-	-	-	504.000	45.360	Inicialmente seriam
1834	-	-	-	-	456.000	13.680	dois prédios depois emparcelados. MVV: 7+4 (Rua de Santa Justa) Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF. O 4.º piso foi construído em 1850. Cobertura: Telhado de quatro águas com duas trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Varanda corrida, no 4.º andar. Escada: Separada do átrio por um arco de cantaria. Escada de dois lanços por piso sem bomba. Com o primeiro lanço em pedra. Corrimão em parede de frontal com alvenaria, com corrimão em madeira, recortado formando volutas nos remates de patim. Fogos: Arcadas nas lojas. Um fogo por piso, com 10 divisões e corredor. Chaminé: Não há informação. Processos:

							34810/DAG/PG/1963. Doc.PT/AMLSB/CML SB/ADMG- E/08/0113;P.1 - 1850
RUA TRAVESSA DE SANTA JUSTA, lado Sul, de Nascente para Poente							
1798	José	Incompleta	-	-	0	0	2015 – Rua dos
1800	Francisco	-	-	-	934.000	84.060	Correiros 180-192;
1805	Chaves	-	-	-	894.000	80.460	Rua de Santa Justa 47-
1810	-	-	-	-	449.200	40.428	53.
-	-	-	-	-	-	-	1830 – Travessa de
1815	Mariana da	-	-	-	1.114.400	100.296	Santa Justa 25.
1820	Encarnação	-	-	-	1.184.400	106.596	1815 - Rua dos
1825	da Luz	-	-	-	1.141.600	102.744	Correiros 92-96.
1830	Barrozo	-	-	-	1.043.600	93.924	1825 – Rua dos
1833	(viúva de	-	-	-	882.200	79.398	Correiros 92-94
1834	Chaves)	-	-	-	803.200	24.096	1830/34 – Rua dos
							Correiros 96A-98
							SIG:
							48.001.12.007.001
							Obra: 28322
							VER RUA DOS
							CORREIROS, P.109.
							Este edifício ocupa o
							espaço de duas parcelas
							provavelmente
							incorporadas por volta
							de 1800.
							MVV: 7+4 (Rua de
							Santa Justa).
							Pisos:
							R/C+3+1P.vc+1P.trapei
							rões.
							Cobertura: Complexa,
							de três águas
							intersectadas pelas
							coberturas dos três
							trapeirões.
							Cimalha: Beirado sobre
							cornija.
							Varandas: Individuais
							nos 1.º, 2.º e 5.º
							andares. Corrida sobre
							os cunhais no 4.º andar.
							Escada: Antecedida por
							um arco de cantaria. De
							dois lanços sem bomba
							até ao 1.º andar. Acima
							é de bomba estreita
							retangular.
							Fogos: O R/C era
							abobadado. Nos
							andares havia dois
							fogos por piso. Sala de
							planta quadrada no
							ângulo do prédio. Tinha
							de 6 a 7 divisões por
							fogo, sendo maior o que
							ocupa a esquina.



							Chaminé: Na parede meeira atrás da escada. Processos: 4581/1.ªREP/PG/1890/T.1;P.2 373/1.ª REP/PG/1905/T.1; P.2. 3860/1.ªREP/PG/1910/T.1;P.2. 12111/1.ªREP/PG/1920/T.1;P.4. 24072/DAG/PG/1953/T.1;P.11.
1798	José	Incompleta			0	0	1820/25 – Rua Travessa
1800	Francisco	Incompleta	-	-	0	0	de Santa Justa 25-28.
1798	Chaves	Incompleta	-	-	0	0	1830/34 – Travessa de
1800	-	-	-	-	490.000	44.100	Santa Justa 25-28.
1805	-	-	-	-	490.000	44.100	2015 – Rua dos
1810	-	-	-	-	325.200	29.268	Correiros 185-191;
-	-	-	-	-	-	-	Rua de Santa Justa 55-
1815	Mariana da	-	-	-	588.800	52.992	61.
1820	Encarnação	-	-	-	659.800	59.382	SIG: 48.001.11.001.001
1825	da Luz	-	-	-	648.000	58.320	Obra: 28936
1833	Barrozo	-	-	-	503.200	15.288	VER RUA DOS
1834	-	-	-	-	435.200	13.056	CORREIROS, P. 97. MVV: 4+4 (R. Sta. Justa). Pisos: R/C+3+1vc+AF Cobertura: Telhado complexo de 4 Águas c/ 4 trapeirões cujas cumeeiras se -interseam. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: 1.º, 2.º e varandas corridas nos 4.º e 5.º andares. Guardas de ferro forjado de fita. Janelas: De guilhotina, sacadas com bandeiras de vidraças arqueadas. Escada: Precedida por um arco de cantaria. S/bomba. Guarda em ferro forjado em barra. Lambril de azulejos padronados de flor e grinalda, a azul sobre fundo branco e azulejos de cercadura com uma faixa marmoreada e outra representando bossas, também em azul. Os azulejos do rodapé são marmoreados de cor manganés.

							Fogos: Um por piso de oito divisões, sem corredor e sala de planta quadrada na esquina. Revestimento azulejar formando lambril, de motivos figurativos de gosto neoclássicos. Chaminé: Na parede do saguão. Processos: 25104/DSC/PG/1939
1765	P.es da	2	3	1	355.200	32.968	2015 – Rua Augusta
1766	Congregação	3	3	1	311.000	27.990	250-252; Rua de Santa
1767	do Oratório	2	3	1	120.000	10.800	Justa 63-69.
1770	-	2	3	1	358.000	29.520	1820 – Rua Travessa de
1771	-	2	3	1	333.000	29.970	Santa Justa 29-30.
1773	-	2	3	1	316.000	-	SIG: 48.001.11.009.001
1774	-	2	3	1	316.800	-	Obra: 42321
1780	-	2	3	1	316.000	Isenta	VER RUA AUGUSTA,
1782	-	-	-	-	316.000	Isenta	P. 74.
1785	-	-	-	-	316.800	Isenta	<u>Até 1907:</u>
1790	-	-	-	-	316.800	Isenta	MVV: 2+4 na Rua de
1799	-	-	-	-	321.600	Isenta	Santa Justa.
1800	-	-	-	-	316.800	Isenta	Pisos: R/C+3P+AF
1805	-	-	-	-	324.800	-	Cobertura: 4 águas
1810	-	-	-	-	-	-	Cimalha: Beirado sobre
1815	-	-	-	-	-	-	cornija.
1820	-	-	-	-	-	-	Varandas: No 1.º piso
1833	-	-	-	-	-	Isenta	que dá para a Rua
1834	-	-	-	-	330.200	9.906	Augusta. Escada: Situava-se no enfiamento dos vãos centrais e era de dois lanços sem bomba. Fogos: 1 fogo por piso com cinco divisões. Chaminé: Na parede da fachada posterior. <u>Após 1919:</u> Pisos: R/C+3P+1P.+AF. Cobertura: Telhado de 4 águas. Cimalha: Balaustrada. Varandas: Não há. Escada: É construída junto à empena, e é de dois lanços com bomba estreita, de gaveto. Fogos: 1/piso Chaminé: Na parede da fachada posterior. Processos: 82/DAG/PG/1907 6162/DAG/PG/1919
1765	José da	2	1	0	194.400	17.496	2015– Rua Augusta,
1767	Costa Soares	3	3	1	356.400	32.076	245-251; Rua de Sta.
1770	-	3	3	1	370.600	33.354	Justa, 71-77.

1771	-	3	3	1	395.600	35.604	1815/20 – Rua de Sta.
1773	-	1	3	1	278.800	25.092	Justa 31-32.
1774	-	2	3	1	319.200	28.728	SIG:
1780	-	3	3	1	426.400	38.376	48.001.10.006.001
1782	-	-	-	-	403.200	36.288	Obra: 25751
-	-	-	-	-	-	-	VER RUA AUGUSTA,
1785	Pedro de	-	-	-	413.200	37.188	P. 83.
1799	Azevedo	-	-	-	416.400	37.476	MVV: 4/4
1790	Sagunto (?)	-	-	-	413.200	37.188	<u>Até 1901:</u>
1800	-	-	-	-	431.200	38.808	Pisos: R/C+3P+AF
-	-	-	-	-	-	43.092	Cobertura: 3 águas.
1805	V. <sup>a</sup> de	-	-	-	478.800	-	Cimalha: Beirado sobre
1810	Herculano	-	-	-	452.000	40.680	cornija.
-	José de	-	-	-	-	-	Varandas: S/Rua
-	Barros	-	-	-	-	-	Augusta - 1.º Piso.
-	-	-	-	-	-	-	Escada: Dois lanços
1815	D. Anna	-	-	-	451.200	40.608	sem bomba.
1820	Fernandes	-	-	-	504.000	45.360	Fogos: 1/piso.
1825	de	-	-	-	545.600	49.104	Chaminé: Parede da
1833	Vasconcelos	-	-	-	448.800	40.392	empena.
1834	-	-	-	-	415.000	12.450	<u>Após 1901:</u>
							Pisos: R/C+3P.+1P vc.
							Em 1928 há já um
							quinto piso, de varanda
							corrida.
							Cobertura: 4 águas.
							Cimalha: Cornija.
							Varandas: 1.º e 4.º
							Pisos.
							Escada: Quatro lanços e
							bomba.
							Fogos: Com corredor.
							Chaminé: Na parede da
							empena.
							Processos:
							1872/DAG/PG/1901
							N.º
							3158/DAG/PET/1928
1799	José Luiz de	-	-	-	325.200	29.916	2015 – Rua de Santa
1800	Sousa Braga	-	-	-	332.400	29.268	Justa, 79-85; Rua dos
1805	-	-	-	-	?	?	Sapateiros 186-190.
-	-	-	-	-	-	-	1820/25 – Rua Travessa
1820	José António	-	-	-	738.600	66.474	de Santa Justa 33-34.
1825	de Sousa	-	-	-	644.600	58.014	1833 – Travessa de
-	-	-	-	-	-	-	Santa Justa 33-33C.
1833	José António	-	-	-	347.200	31.248	SIG: 48.001.10.001.001
1834	Lisboa	-	-	-	373.600	11.208	Obra: 5898
							VER RUA NOVA
							DOS SAPATEIROS,
							P.42.
							MVV: 4+4(Rua de
							santa Justa)
							Pisos:
							R/C+3P.+1P.vc+AF
							Cobertura: Telhado de
							duas águas com duas
							trapeiras.
							Cimalha: Beirado sobre
							cornija.

							<p>Vãos das lojas: Alternam os lintéis tripartidos com os de arco de círculo. Varandas: Corrida no 4.º andar e individual no 5.º, com guardas de ferro forjado em barra. Escada: De dois lanços por piso, sem bomba, com guarda de alvenaria e corrimão em madeira de remate simples. Fogos: Um por piso, com oito divisões sem corredor. Pé-direito: Loja - 2.75; 1.º andar - 3.65; 2.º andar - 3.55; 3.º andar - 3.30; 4.º andar - 2.70. Chaminé: Na parede posterior. Processos: 18011/SEC/PET/1934-T.1;P.4.</p>
1799	Manuel	-	-	-	494.400	44.496	<p>2015 – Rua dos Sapateiros 185-191; Rua de Santa Justa 87-93. 1820/25 – Rua Travessa de Santa Justa 35-37. 1830/34 – Travessa de Santa Justa 34-37. SIG: 48.001.09.006.001 Obra: 3210 MVV: 4+4 VER RUA NOVA DOS SAPATEIROS, P. 48. Pisos: R/C+3P.+1P.vc+AF. Cobertura: Quatro águas com duas trapeiras. Cimalha: Beirado sobre cornija. Varandas: Individuais nos 1.º e 2.º andares e corrida no 4.º. Guarda em ferro forjado de barra. Escada: De dois lanços por piso, sem bomba. Fogos: Um por piso com sete divisões e corredor curto. Chaminé: Na parede da empena. Processos:</p>
1800	Lopes	-	-	-	500.400	47.736	
-	Confeiteiro	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Joze Pedro	-	-	-	584.000	52.560	
1820	Carqueija	-	-	-	616.400	55.476	
1825	-	-	-	-	602.400	54.216	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	Herdeiros de	-	-	-	431.200	38.808	
1834	António José da Silva Carqueja	-	-	-	568.000	17.040	

							9649/SEC/PG/1922
1799	P.e António	-	-	-	535.200	48.168	<p>2015 – Rua Áurea 244-252; Rua de Santa Justa N.º 95-101.</p> <p>1820/25 – Rua Travessa de Santa Justa 38-40.</p> <p>1830/34 – Travessa de Santa Justa 38-40.</p> <p>SIG: 48.001.09.011.001</p> <p>Obra: 24876</p> <p>VER RUA ÁUREA, P. 28.</p> <p>Integrou o lote contíguo a norte.</p> <p>MVV:5+4(Rua Santa Justa).</p> <p><u>Até 1853:</u></p> <p>Pisos: R/C+3P+AF.</p> <p>Cobertura: 4 águas com trapeiras.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: No 1.º piso.</p> <p>Escada: Precedida por um arco de cantaria</p> <p>Dois lanços sem bomba, 1.º lanço em pedra.</p> <p>Fogos: 1/piso. Até a 1800 seriam dois prédios.</p> <p>Chaminé: Na parede posterior.</p> <p><u>Após 1853:</u></p> <p>Pisos: R/C+3P+1P vc+AF.</p> <p>Cobertura: 2 águas com trapeirões.</p> <p>Cimalha: Beirado sobre cornija.</p> <p>Varandas: No 1.º piso e varanda corrida nos 4.º e 5.º pisos.</p> <p>Escada: A partir do 1.º piso é de dois lanços com bomba estreita de gaveto. Vestígios de azulejos azuis e amarelos de flor.</p> <p>Fogos: 1/piso.</p> <p>Chaminé: Na parede da empena.</p> <p>Processos: PT/AMLSB/CML/AD MG-E/08/0238 – mf. N.º020/98. 7026/1.ªREP/PG/1892</p>
1800	Monteiro	-	-	-	661.200	61.236	
1805	Velho	Devoluta.	-	-	0	0	
-	-	Obras por	-	-	-	-	
-	-	incêndio	-	-	-	-	
-	-	que	-	-	-	-	
-	-	tiveram	-	-	-	-	
1810	Caetana M.a	-	-	-	785.600	60.122	
-	-	-	-	-	-	-	
1815	Joze da	-	-	-	994.400	89.496	
1820	Costa	-	-	-	1.050.400	94.536	
1825	Novais	-	-	-	1.020.600	91.854	
-	-	-	-	-	-	-	
1833	-	-	-	-	739.600	66.564	
1834	António da Costa Novaes	-	-	-	648.800	19.464	
1799	Padres do	Incompleta	-	-	0	0	<p>2015 – Rua Áurea 243-251; Rua de Santa Justa 103-105.</p>
1800	Conv. Esp.	-	-	-	141.000	Isenta	
1805	Santo	-	-	-	140.000	Isenta	

1810	-	-	-	-	-	-	1825 – Rua Áurea 119-
1815	-	-	-	-	-	-	123
1820	-	-	-	-	-	-	SIG:
1830	-	-	-	-	730.000	21.900	48.001.08.003.001
1833	-	Incorporou lote com frente para a Rua Nova do Carmo	-	-	?	Isenta	Obra: 429 VER RUA ÁUREA, P. 16. Trata-se dois prédios ligados entre si, o que tem frente para a Rua Áurea e o que com ele confina a poente, com frente para a Rua do Carmo. MVV: 5 Pisos: r/c+2+AF Cobertura: Telhado de mansarda de águas quebradas. Cimalha: Platibanda Varandas: Só no 1.º andar, de balaústres de ferro. Escada: Em 1946 era de dois lanços por piso, sem bomba Fogos: Um por piso, com 8 divisões e sem corredor. Chaminé: Na parede da escada. Processos: 8698/DSC/PG/1943 24762/DSC/PG/1945 13650/DSC/PG/1946

2. Quadro de localização de 126 edifícios e tipos de intervenção arquitetónica, propostos nos alçados apresentados à CML de 1840 a 1834.

Quadro da localização e dos tipos de intervenção arquitetónica propostos nos alçados de 126 edifícios, datados de 1840 a 1860, existentes no A. M. L.								
N.º	N.º SIG - Morada atual - Referência no AML	Ano de edificação	N.º de pisos inicial	Ano de ampliação	Tipo de obras	Cimalha	Andares acima da cornija	
							Varanda corrida	Janelas de Sacada
Década de 1840								
1	2400701071001 Obra 24339 - Rua de São Lázaro 211-219 ? (Antiga Rua Direita de São Lázaro 79-82) - Alçado N.º 2 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0002; Página 1	1845	R/C + 2 pisos	-	Possivelmente construído de raiz. Em 1762 no local havia um prédio totalmente arruinado.	Beirado sobre cornija	No terceiro andar	Sim, no terceiro andar.
2	1900114009001 Obra 27092 - Travessa das Pedras Negras 4- 20, torneja Rua da Madalena 86- 88 - Alçado N.º 3 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0003; Página 1	Início s do séc. XIX	R/C+ 1 pisos	1845	Emparcelamento de dois prédios estando um deles já edificado, e acrescento de um pisos.	Beirado sobre cornija	Duas varandas corridas assentes sobre mísulas, no 2.º andar.	Os vãos dos dois andares são de sacada.
3	Não localizado - Antiga Rua Direita do Salitre 294-295 - Alçado N.º 6 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0006; Página 1	?	R/C + 2 pisos	1845	Construção do terceiro pisos e de águas furtadas com um trapeirão.	Beirado sobre cornija	Não	Não. Só há janelas de sacada no 1.º andar.

4	2602201001001 Obra 3205 - Rua do Sacramento à Lapa 15-15ª torneja para a Travessa do Chafariz das Terras. - Alçado N.º 7 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/023/0007; Página 1	?	R/C	1845	Construção do 1.º andar corrido e do 2.º andar parcial. Regularização dos vãos.	Platibanda	Não tem varanda corrida	Não. Só há janelas de sacada no 1.º andar.
5	4901003020001 Obra 5701 - Rua de São Paulo 113-129? (Antiga Rua de São Paulo junto á casa da Ex.ma Câmara) - Alçado N.º 20 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/023/0015; Página 1	1845	R/C + 2 pisos	-	-	Beirado sobre cornija	Não tem varanda corrida	Todos os vãos dos 1.º e 2.º andares são de sacada.
6	2602108001001 Obra 7942 - Praça da Armada 24-28; Beco dos Contrabandistas 25. (Antiga Praça de Armas 101-105) - Alçado N.º 23 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/023/0018; Página 1	?	R/C + 1 piso	1845	Construção do 2.º andar e das águas-furtadas com dois trapeirões.	Beirado sobre cornija	Tem varanda corrida.	Os vãos dos 2.º e 3.º andares são sacadas. No 1.º andar alternam janelas de peito e de sacada.
7	3701602024001 Obra 31509 - Largo de Santos 1-1K (Antiga Praia de Santos 24-35) - Alçado N.º 151	?	R/C + 1 piso (Era uma correnteza de 3 edifícios)	1845	Regularização dos vãos do R/C e marcação das três portas de escada por lintéis em arco de volta inteira de bandeira gradeada, e	Beirado sobre cornija	Não tem varanda corrida	As janelas das trapeiras são de sacada.



	Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0093; Página 1		assente sobre uma platafo rma sobrele vada a que se acedia por uma pequen a escada)		construção de três trapeiras de dois vãos cada uma.			
8	Rua Nova de Jesus - Alçado N.º 5 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0005; Página 1	1845	R/C	-	-	Platibanda	Não tem varanda corrida	Não tem sacadas
	4800209002001 Obra 26270 - Rua dos Douradores 49- 55; Rua de São Nicolau 18-24 (Antiga Rua dos Douradores 31Z, 31AA, 31BB e 31 CC - Alçado N.º 559 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0423; Página 1	1773	R/C + 3 + AF	1846	Ampliação das águas furtadas com trapeirões de 3 janelas	Beirado sobre cornija.	Só abrange dois vãos.	Só duas sacadas as outras são de peito.
9	4900411019001 Obra 17582 - Rua da Boavista 87-93; Rua do Instituto Industrial 9-9D (Anteriormente Largo do Conde Barão com frente para o Boqueirão da Palha) - Alçado N.º 33 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/	?	R/C + 1	1946	O 2.º andar	Beirado sobre cornija	Sim	Sim

	023/0024; Página 1							
10	3100308004001 Obra 7271 - Praça da Figueira 9-9C; Rua João das Regras 5-5D (Antigas Rua Nova da Princesa e Rua do Amparo) - Alçado N.º 103 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0076; Página 1	?	R/C + 3	1848	O 4.º andar.	Beirado sobre cornija	Sim	Sim
11	3502603035001 ? Obra 12655 - Rua Silva Carvalho 37-39? (Antiga Rua Direita de São João dos Bem Casados 33) - N.º 28 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0020; Página 1	1846	R/C + 1 + AF	1848?	Emparcelamento do prédio contíguo?	Beirado sobre cornija	Não	Sim
12	4800107003001 Obra 11996 - Rua dos Faqueiros 280- 286 (Antiga Rua Nova da Princesa 115) - Alçado N.º 159 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0101; Página 1	?		1849	?	Beirado sobre cornija	Sim	Sim
13	4800111012001 Obra 28938 - Rua dos Correiros 161- 169 (Antigos 55-59)	1820	R/C	1849	Os 1.º, 2.º, 3.º e 4.º andares.	Beirado sobre cornija	Sim, no 4.º andar	Sim, todos os vãos dos 1.º, 2.º e 4.º andares.

	- Alçado N.º 158 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0100; Página 1							
14	1701603010001 Obra:3342  - Rua de Santo António à Estrela 66-70 (Antiga Rua de S.to António do Coração de Jesus)  - Alçado N.º 134 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0084; Página 1	1849	R/c + 2	--	-	Beirado sobre cornija	Não	Sim
15	4800103005001 Obra 15649  - Rua dos Correiros 199- 205; Travessa de Santa Justa  - Alçado N.º 179 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0113; Página 1	1794	R/C + 2	1849	Os 3.º e 4.º andares.	Beirado sobre cornija	1 assente em mísulas	Sim, no 4.º andar.
Década de 1850								
16	3601006010001 Obra 19718  - Rua dos Remédios 68-70 (Antigos 38- 42?)  - Alçado N.º 186 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0116; Página 1	?	R/C+ 3	1850	O 4.º andar.	Beirado sobre cornija	Não	Sim
17	4500601013001 Obra 120  - Praça da Alegria 43-46 (Antiga Praça da Alegria 33-35)	?	R/C + 2	1850	Os 3.º e 4.º andares.	Beirado sobre cornija	1	Sim, no 3.º andar. Lintéis em arco quebrado

	- Alçado N.º 199 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0122; Página 1							
18	Localização não identificada - Rua Dom Pedro V (Antiga Rua do Moinho de Vento 84-90 fazendo cunhal com frente para o Pátio do Longo) - Alçado N.º 172 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0107;P.1	1850	R/C + 2	-	-	Beirado sobre cornija	Não	Uma no 1.º andar
19	Localização não identificada - Rua Dom Pedro V (Antiga Rua do Moinho de Vento 33-34) - Alçado N.º 220 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0142; Página 1	?	R/C + 2	1851	O 3.º andar + AF com trapeirão de 2 janelas	Beirado sobre cornija	2	Sim, alternam com janelas de peito.
20	200011100101 Obra 10799 - Rua Vitor Córdon 21 (antiga Rua Nova dos Mártires1-2) - Alçado N.º 174 Documento PT/AMLSB/AM LSBAH/GEGE/ 023/0136; Página 1.	?	R/C+2	1851	O 3.º andar + AF com trapeirão de frontão	Platibanda	Não	Não
21	240080100801 Obra 44103 - Travessa de Santana 7-9	? Pré- pomb alino.	R/C + 1	1851	O 2.º andar.	Beirado sobre cornija	Não	Não

	(antiga Travessa de Santa Ana 30-31) - Documento PT/AMLSB/AMLSBAH/GEGE/023/0143; Página 1							
22	Localização não identificada - Travessa de Dona Estefânia (antiga Travessa do Pintor) - Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0147; Página 2.	?	R/C	1851	O 1.º andar + AF com 1 trapeirão de duas janelas. Nas ilhargas do trapeirão, o desenho pombalino simulando volutas é substituído por duas pilastras.	Beirado sobre cornija	Não	Sim, alternam com janelas de peito.
23	2801305006001 Obra 5313 - Calçada do Combro 61-63 (antigos 45-47) - Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0135; Página 1.	?	R/C + 2	1851	3.º andar + AF com trapeirão de duas sacadas recusado pelo município.	Beirado sobre cornija	2	Sim, nos dois últimos andares
24	4800202010001 Obra 1861 - Rua Augusta 184-192 (Antigo 141) - Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0167; Página 1.	1767	R/C + 3 + AF	1851	O 4.º andar	Em projeto tinha só cornija, mas foi edificada uma platibanda com balaústres	Sim. Guarda de varanda em ferro fundido.	Sim.
25	Localização não identificada - (Antiga Rua de S. Domingos a Santos 15) - Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0134; Página 2.	?	R/C + 1	1851	O trapeirão de duas sacadas com frontão triangular.	Cornija.	Sim, na trapeira	Sim, nos dois últimos andares.

26	Localização não identificada - (Antiga Rua de S. Sebastião da Pedreira 126-127) - Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/023/0145; Página 1.	?	R/C + 1	1851	O 2.º andar.	Cornija.	Não	Não
27	4500902002001 - Rua de Santa Marta 14-14B? (Antigos 10-12) - Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/023/0177; Página 1	?	R/C	1851	Os 1.º e 2.º andares.	Beirado sobre cornija	Não	Sacada ao centro e uma janela de peito de cada lado.
28	Localização não identificada - (Antiga Rua do Chafariz do Andaluz 18-31) - Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/023/0137; Página 1.	?	R/C + 1	1851	O segundo andar.	Cornija a rematar a fachada	Não	Idêntico ao piso inferior
29	2601501089001 Obra 6560 - Rua do Possolo 41 (Antiga Rua Direita da Boa Morte 21-26) - Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/023/0149; Página 1.	1851	Cave + 1 piso	-	-	Beirado sobre cornija	Não	Só janelas de peito com lintéis em arco quebrado
30	4800104009001 Obra 17759 - Rua dos Correiros 210-216 (Antigos 89-91) - Alçado N.º 222	?	R/C + 4 + 1 Trapeirão	1851	Ampliação do trapeirão para piso a toda a largura.	Beirado sobre cornija	Sim, nos dois últimos pisos.	Alternam janelas de peito e de sacada.

	Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0144; Página 1							
31	4800207007001 Obra 28937 - Rua dos Correiros 49-59 (Antigos 16-19) - Alçado N.º 237 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0159; Página 1	1800	R/C + 1º piso	1851	Os 2.º, 3.º e 4.º andares.	Beirado sobre cornija	No 4.º andar	Sim
32	4800106007001 Obra 9996 - Rua dos Douradores 198- 206 (Antigos 28- 31A) - Alçado N.º 257 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0179; Página 1	?	R/C + S/L + 2 pisos	1851	Os 3.º e 4.º andares.	Beirado sobre cornija	No 4.º andar	Sim
33	2801314003001 Obra 19378 e 2801304006001 Obra 19049 - Rua do Século 9-19; Travessa André Valente 30-34. (Antiga Rua Formosa com frente para a Travessa André Valente) - Alçado N.º 254 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0176; Página 1	?	?	1851	Cave + dois pisos	Beirado sobre cornija	Não	Uma, no 1.º andar na fachada sobre a travessa
34	3701403013001 Obra 28776 -	1762	R/C + 2	1852	O 3.º andar + AF.	Platibanda sobre cornija	Nos últimos três pisos	Sim

	Rua das Trinas 67-73 (Antigos 39-40) - Alçado N.º 311 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0233; Página 1							
35	1900109013001 Obra 20388 - Rua da Madalena 147- 155 (Antigos 60-61) - Alçado N.º 260 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0182; Página 1.	?	R/C + 2 pisos	1852	O terceiro andar	Cornija	Sim	Sim
36	Localização não identificada - (Antiga Rua de São Sebastião da Pedreira 92-93) - Alçado N.º 261 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0183; Página 1.	1852	R/C + 2 pisos	-	-	Beirado sobre cornija	Não	Só uma no 1.º andar.
37	2201702030001( ?) Obra 6319 - Rua Marcos Portugal 7-11 (?) - (Antiga Rua da Conceição à Praça das Flores 20 C-20D) - Alçado N.º 355 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0276; Página 1	?	R/C + 1 piso	1853	O 2.º andar + AF.	Beirado sobre cornija	Não	1 no 2.º andar
38	4800109011001 Obra 24876 - Rua Áurea 244- 252; Rua de	1810	R/C + 4 pisos + AF	1853	A trapeira das águas furtadas é substituída por um trapeirão de duas sacadas.	Beirado sobre cornija	Sim, nos 4.º e 5.º pisos.	Sim. As janelas de peito foram transforma



	Santa Justa 95-101 - Alçado N.º 144 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0238; Página 1							das em sacadas
	4501209022001 ? Obra 40964 - Rua da Conceição da Glória 19-23? (Antiga Rua da Conceição 18- 20) - Alçado N.º 66 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0288; Página 1	?	R/C + 2 Pisos	1853	O 3.º andar	Beirado sobre cornija	Sim, no 3.º andar	Sim
39	3202709004001 Obra 17250 - Rua de Belém 40-46 (Antiga Rua Direita de Belém 30-33) - Alçado N.º 368 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0289; Página 1	?	R/C + 2	1853	O 3.º andar	Beirado sobre cornija.	Não	Não
40	Demolido - (Antiga Rua Nova da Palma 55) - Alçado N.º 372 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0293; Página 1	?	R/C + 1	1853	O 2.º andar.	Beirado sobre cornija	Sim	Sim
	Localização não identificada - Rua Silva Carvalho (Antiga Rua Direita de São	?	R/C+1 P	1853	O telhado de 4 águas passa a ser de 2 águas.	Beirado sobre cornija	Não	Não

	João dos Bem casados 13-14) - Alçado N.º 318 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0249; Página 1							
41	Localização não identificada - Rua Saraiva de Carvalho (Antiga Rua de Santa Isabel, lado norte) - Alçado N.º40 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0249; Página 1	1853	R/C + 1	-	-	Platibanda	Não	Não
42	Demolido - Calçada da Glória (Antiga Calçada da Glória 23) - Alçado N.º 173 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0316; Página 1	?	R/C + 1	1854	Alteração da localização dos vãos.	Beirado sobre cornija	Não	Não
	4700706015001 ? Obra: 4985 - Rua da Galé 30-32? (Antigos 32-33) - Alçado N.º 1339 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/1041; Página 3	?	R/C + 3 pisos	1855	Substituição das paredes em frontal de madeira por alvenaria e, em cada piso, o rasgamento de uma janela de peito para janelas de sacada.	Beirado sobre cornija	Não tem varandas corridas	Um vão em cada piso é de sacada.
43	4501207018001 Obra: 41624 - Praça da Alegria 13-15; Rua da Conceição da Glória 30-34	?	R/C + S/loja + 1 Piso	1856	3.º Andar	Beirado sobre cornija	Sim	Sim

	(Antiga Rua da Conceição de Cima à Praça da Alegria) - Alçado N.º 525 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0390; Página 1							
44	2400404008001 Obra 10616 - Rua do Saco 46-48; Travessa de Santana da Cruz (Antiga Travessa de Santa Ana 33-35; Beco do Saco 168-169) - Alçado N.º 534 Doc. PT/AMLSB/CM LBAH/GEGE/0 23/0399	?	R/C + 1 Piso + AF	1856	Os 2.º e 3.º andares	Beirado sobre cornija.	Não há varanda corrida em projeto mas está construída a uma no 3.º andar.	Sim, uma sacada central ladeada de janelas de peito.
45	4800201006001 Obra 33770 - Rua dos Douradores 158-170 (Antiga Rua dos Douradores 31-31 CC) - Alçado N.º 559 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0423; Página 1	?	R/C	1856	Os 1.º, 2.º, 3.º e 4.º andares.	Beirado sobre cornija	Cornija sobre beirado	Sim, no 4.º andar.
46	4800125005001 Obra 1592 - Rua da Conceição 109-119 (Antigos 105-110) - Alçado N.º 201 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0467; Página 1	?	R/C + 3	1857	O 4.º andar	Só cornija.	No 4.º andar, assente sobre mísulas	Nos 1.º, 2.º e 4.º pisos.

47	38.005.06.004.0 01 Obra 26087 - Rua das Farinhas 33-37; escadinhas da Rua das Farinhas 1-5. - Alçado N.º 616 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/1424; Página 1	?	R/C + 2 pisos	1857	O 4.º andar e as AF.	Beirado sobre cornija	Não	Ño 1.º e 2.º pisos, alternam com as janelas de peito
48	48.002.11.001.0 01 Obra 14098 - Rua dos Correiros 37- 47; Rua de São Nicolau 51-57 (Antigas Travessa de São Nicolau 8A a 13 e Rua dos Correiros 51- 51C) - Alçado N.º 601 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0464; Página 1	?	R/C + 4 pisos + AF	1857	Transformação das águas furtadas em 1 piso corrido.	Beirado sobre cornija	Sim, nos 4.º e 5.º pisos.	No 5.º andar. No 4.º andar há duas janelas de peito e dez de sacada.
49	2400407022001 Obra 30967 - Rua do Sol a Santana 8-12 (Antiga Rua do Sol ao Campo de St.ª Anna 25) - Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0511; P. 1	?	R/C + 2	1858	O 4.º andar e as águas furtadas com uma trapeira de três vãos.	Beirado sobre cornija	Não	Os dois últimos pisos têm só janelas de peito.
50	4500804037001 Obra:5706 - Rua Dom Pedro V 100-106 (Antiga Rua do Moinho de Vento 23-24) -	?	R/C + 2	1858	O 3.º andar e AF com um trapeirão de 2 vãos	Platibanda	Sim no 3.º andar	Sim, nos 3.º e 4.º andares

	Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0494; P. 1							
51	Localização não identificada - Rua do Olival (Antigos 33-34) - Alçado N.º 696 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0555; Página 1	1859	R/C + 2 pisos	-	-	Platibanda sobre cornija	Não	As janelas de sacada alternam com as de peito
52	Localização não identificada - Rua Tomás Ribeiro (Antiga Rua do Sacramento à Cruz do Tabuado 20-24) - Alçado N.º 737 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0596; Página 1	1859	R/C + 2 pisos	-	-	Platibanda sobre cornija suportando dois jarrões nos extremos.	Não	Duas janelas de peito e duas de sacada no 1.º andar todas as outras são de peito.
Década de 1860								
53	1200106001001 Obra 1067 - Rua de Santa Cruz do Castelo 10-16; Rua do recolhimento 2- 6. (Antiga Rua de Santa Cruz do Castelo 12-14) - Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0645; P.1	1860	R/ + 2 pisos + AF	-	Alterado em data posterior	Platibanda sobre cornija	Não	Não. Os lintéis das molduras de janela são em arco quebradoe os das portas em arco de volta inteira.
54	Demolido - Rua Tomás Ribeiro (Antiga Rua do Sacramento à Cruz do Tabuado 20-24) - Alçado N.º 737	1860	R/C + 2 pisos + AF	-	-	Platibanda sobre cornija. A trapeira de dois vãos é coroada por um frontão triangular e tem duas aletas	Não	Só no 1.º andar.

	Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0596; P.1					laterais que assentam na platibanda.		
55	1702602009001 ? Obra 4061 - Rua do Quelhas 65-67? (Antigos 31-33) - Alçado N.º 110 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0667; Página 1	1860	R/C + 2 pisos	-	-	Beirado sobre cornija	Não	Só no 1.º andar
56	5101002031001 Obra 9034 - Rua de São Vicente, 29-33 - Alçado N.º 745 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0604; Página 1	1860	R/C + 3 pisos	-	-	Platibanda	Não	Só no 1.º andar
57	5100901075001 Obra 17071 - Campo de Santa Clara 120-123 - Alçado N.º 848 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0696; Página 1	1750?	R/C + 3 pisos	1861	O 4.º andar idêntico ao dos pisos inferiores	Beirado sobre cornija	Não	Alterna janelas de peito com janelas de sacada.
58	2401302107001 ? Obra 34810 - Rua Gomes Freire 90-94? (Antiga Carreira dos Cavalos da Pena) - Alçado N.º 107 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0718; Página 1	1861	R/C + 1	-	-	Platibanda	Não?	Os vãos do R/C têm lintéis em arco de volta inteira, os do 1.º andar em arco quebrado.

59	4900902048001 ? Obra 13035? - Calçada da Bica Grande 16 (Antigos 12-13) - Alçado N.º 860 Doc. PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 0708	1861	R/C + 1 piso	-	-	Beirado sobre cornija	Não	Não
60	1601201008001 Obra 24104 - Calçada da Graça 15-15ª (Antigos 45-47) - Alçado N.º 845 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0693; P. 1	?	R/C + 1 Piso	1861	O 2.º andar.	Beirado sobre cornija	Não	Só no 1.º andar.
61	1702304018001 Obra 10639 - Calçada da Estrela 217-225 Antigo N.º 69 - Alçado N.º 817 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0670; Página 1	1861	R/C + 2 pisos + AF	-		Platibanda. A trapeira de três vãos é coroada por um frontão triangular.	No 1.º andar há uma varanda corrida, de bacia recortada que serve os três vãos centrais. Os dois vãos laterais não têm varanda, apenas guarda entre as ombreira s. Nas águas furtadas há uma varanda corrida.	Os lintéis dos vãos são em arco de volta inteira no R/C e no 3.º andar, e em arco quebrado nos dos 1.º e segundo andares.
62	3701603008001 Obra 3076 - Calçada do Marquês de Abrantes 110-116 (Antigos 106-112)	Déca das de 1750/ /1760	R/C + 3P + AF	1861	R/C + 4 pisos (emparcelamento de dois prédios)	Beirado sobre cornija	Nos 3.º e 4.º andares	Nos 1.º, 3.º e 4.º andares

	- Alçado N.º 827 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0677; Página 1							
63	1601701042001 Obra 20963 - Largo da Graça 46-48 (Antigo 46) - Alçado 866 PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0714	1.ª metad e do séc. XVIII	R/C + 1 piso	1861	R/C + 2 pisos, com regularização da fachada	Platibanda	Não	Só 1 vão no 1.º andar
64	1601701078001 Obra 10253 - Largo da Graça 16-17 - Alçado N.º 855 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0683; Página 1	Déca da de 1740	R/C + 2 pisos	1861	Construção do 3.º andar	Platibanda	No 2.º andar	1 vão do 1.º andar e 1 vão do 2.º andar.
65	4401701061001 Obra 35046 - Largo de Arroios 259 (Antigos 257- 261) - Alçado N.º 837 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0685	?	R/ + 2 pisos	1861	Construção da platibanda e da moldura da porta.	Platibanda	Não	As janelas de peito alternam com as de sacada, no 1.º e 2.º andares
66	0602804022001 Obra 6138 - Largo do Intendente Pina Manique 43-47 (Antigo 94) - Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0771; Página 1	1861	R/C + 1 piso	-	-	Platibanda	Não	Só no 1.º andar, e têm lintéis em arco de volta inteira.
67	4900411008001 Obra 7548 -	1861	R/C +3 pisos	-	-	Platibanda	No 3.º andar. Está	Nos três pisos.



	Largo do Conde Barão 15-21 - Alçado N.º 850 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0698						assente em mísulas	
68	2201103007001 Obra 17360 - Praça do Príncipe Real 1; Rua do Século 167-171 (Antigas Praça do Príncipe Real; Rua Formosa) - Alçado N.º 54 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0726; Página 1	1861	C/V + R/C + 1 piso	-	-	Platibanda	Não	Só no 1.º andar.
69	2201101029001 Obra 17516 - Praça do Príncipe Real 14; Rua do Jasmim 25-29 - Alçado N.º 864 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0712; Página 1	1861	C/v + R/C + 1 piso + AF	-	-	Platibanda. Em projeto os trapeirões de três vãos estão encimados por um frontão triangular. Em obra, as fachadas sobre a rua não têm trapeirões pelo que o frontão assenta diretamente e na fachada.	Sim, no 1.º andar. Em obra, a varanda que abarca os três vãos centrais, é de base recortada, assente em mísulas	No 1.º andar. No projeto os lintéis dos vãos das janelas dos 1.º e 2.º andares são retos mas na obra são em arco de volta inteira
70	Não localizado - Rua da Madre de Deus 23-25 - Alçado N.º 871 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0719; Página 2	1861	R/C + 2 pisos + AF	-	-	Platibanda e trapeira encimada por frontão triangular assente em duas pilastras laterais.	Não	A única janela de sacada está no vão central do 1.º andar. Tos vãos têm lintéis em arco de volta inteira.

71	2801206006001 Obra 21510 - Rua da Rosa das Partilhas, 157-161 - Alçado N.º 877 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0725; Página 1	1861	R/C + 3 pisos	-	-	Platibanda	No 2.º andar Varanda corrida assente em mísulas	Só tem janelas de sacada. As do 1.º andar não têm base de varanda, apenas guardas de ferro encastradas nas ombreiras.
72	1500810001001 Obra 32209 - Rua da Rosa 148-156; Travessa da Água-Flor 43 (Antiga Rua da Rosa das Partilhas) - Alçado N.º 347 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0268; Página 1	1.º Quartel do séc. VIII?	R/C + 2 pisos	1861	Construção de um 3.º andar e regularização dos vãos.	Beirado sobre cornija	Não tem varanda corrida	Todos os vãos dos 2.º e 3.º andares são de sacada
73	Não localizado - Rua Dr. Almeida Amaral (Antiga Rua direita de Rilhafoles31-47) - Alçado N.º 821 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0672; Página 1	?	R/C + 1 piso	1861	O 3.º piso	Platibanda	Não	Só no 1.º andar, as sacadas alternam com duas janelas de peito.
74	4800112700600 1? Obra 1568? - Rua de São Julião 139-145? (Antigo n.º 185) - Alçado N.º 881 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0729; Página 1	?	R/C + 3 Pisos	1861	O 4.º andar	Platibanda	No 4.º andar	Só no último andar

75	4800204003001 Obra 6148 - Rua da Prata 180-188 (Antiga Rua Bella da Rainha 180-188) - Alçado N.º 857 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0705; Página 1	1800	R/C + 3 pisos	1861	O 4.º andar	Beirado sobre cornija	No 4.º andar	Nos 1.º e 4.º andares. No 4.º andar há janelas de peito e outras de sacada.
76	4900107009001 Obra 3450 - Rua Marechal Saldanha 4-8 (Antiga Rua da Cruz de Pau 10- 14) - Alçado N.º 869 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0717; Página 1	?	R/C + 1 piso	1861	O 3.º andar	Platibanda	No 1.º andar	Nos 1.º e 2.º andares.
77	1501113008001 Obra 42957 - Travessa de Guilherme Cossul 2-14; Rua das Flores 65-71 (Antiga Travessa do Sequeiro das Chagas, esquina com a Rua das Flores) - Alçado N.º 846 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0694; Página 1	?	R/C + S/L + 1 piso	1861	O 2.º andar	Platibanda	No 2.º andar	No 1.º e 2.º andares.
78	4501201046001 Obra 19840 - Rua de São José 125-129 (Antigos n.ºs 161-163) - Alçado N.º 843	?	R/C + 2 pisos	1861	Trapeira de águas-furtadas com pilastras laterais e frontão triangular.	Platibanda	Não	Todos os vãos dos 1.º e 2.º andares.

	Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0691; Página 1							
79	Não localizado, provavelmente demolido. - Rua de Santa Bárbara 73 a 77 - Alçado N.º 840 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0688; Página 1	?	R/C + 1 piso	1861	O 2.º andar	Platibanda	Não	Não
80	2200302081001 Obra 5563 - Rua de São Bento 402-410 - Alçado N.º 855 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0703; Página 1	Déca da de 1740?	R/C + 2 pisos + A/F	1861	O 3.º andar. Anteriormente havia dois telhados de tesoura e duas empenas em bico.	Beirado sobre cornija	Sim, no 3.º andar	Em todos os vãos do 3.º andar, e nos dos andares inferiores salvo os que estão no enfiumento da porta de entrada.
81	Não localizado, presumivelment e demolido - Rua de São José 45-49 - Alçado N.º 862 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0710; Página 1	1861	R/C + 1 Piso + A/F	-	-	Platibanda com trapeira central com pilastras laterais e frontão triangular.	Não	Os vãos do 1.º andar e o das águas furtadas são de sacada e têm lintéis em arco de volta inteira.
82	Não localizado, presumivelment e demolido - Rua Direita de São João dos Bem Casados 114-120 - Alçado N.º 863 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0711; Página 1	?	R/C + A/F	1861	Regularização dos vãos e construção de trapeirão de duas janelas com pilastras laterais e frontão triangular.	Platibanda	Não	Não

83	1601303051001 Obra 18376 - Rua Direita da Graça 4A-52A (Antigos 46-52) - Alçado N.º 826 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0676; Página 1	?	R/C + 1 Piso	1861	O 2.º andar.	Platibanda	Não	Em cada andar cada sacada alterna com duas janelas de peito.
84	2801604011001 Obra 18061 - Rua do Poço dos Negros 54-58 - Alçado N.º 833 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0681;P.1	?	R/C + 2 Pisos	1861	O 3.º andar e A/F; regularização dos vãos e transformação das janelas de peito do 1.º andar por sacadas.	Beirado sobre cornija	Sim, no 3.º andar	Sacadas em todos os andares.
85	2801803014001 Obra 17521 - Rua do Poço dos Negros 92-102 - Alçado N.º 815 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0668; Página 1	?	R/C + 3 Pisos + AF	1861	Trapeirão de dois vãos. Aumento da altura dos vãos das lojas.	Beirado sobre cornija	Não	Todos os vãos são de sacada.
86	4900106002001 Obra 5716 - Rua das Chagas 7-15; Travessa do Sequeiro 1-3; Travessa da laranjeira, janela (Antigas Rua do Sequeiro das Chagas e Travessa da Laranjeira) - Alçado N.º 838 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0686; Página 1	1861	Cave + R/C + 1 Piso	-	-	Platibanda coroada por jarrões.	Vanda corrida servindo três sacadas, de bacia recortada assente em mísulas.	Na fachada sobre a Rua das Chagas todos os vãos do 1.º andar são de sacada. Todos os vãos têm lintéis curvos.
87	Não localizado, provavelmente demolido.	Déca da de 1740?	R/C + 1.º	1861	As águas furtadas e as fachadas em	Beirado sobre cornija	Não	Duas janelas de sacada no

	- Antiga Rua do Sol ao Rato 69-73 - Alçado N.º 867 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0715; Página 1		andar + A/F		bico dão lugar a um 2.º andar.			1.º andar e, ao centro, uma de peito.
88	4700604001001 Obra: 20859 - Beco das Cruzes 15-19 (Antigo N.º 17) - Alçado N.º 865 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0713; Página 1	?	R/C + 3 pisos	1861	Abertura de vão numa fachada cega.	Beirado sobre cornija	Não	Não
89	0602303003001 ? Obra: 16954? - (Antiga Rua dos Anjos 44-48D?) - Alçado N.º 819 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0671; Página 1	?	R/C + 1 piso	1861	Alteamento dos vãos das janelas de sacada do 1.º andar.	Platibanda	?	Sim, todos os vãos do 1.º andar são sacadas
90	Não localizado, provavelmente demolido - Rua Silva Carvalho (Antiga Rua de São Luiz 13-15) - Alçado N.º 873 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0720; Página 1	?	R/C + 1 piso	1861	Construção de platibanda	Platibanda	Não	O vão central do 1.º andar
91	1700603096001 Obra: 12268 - Rua dos Navegantes 51 (Antigos 73-75) - Alçado N.º 899	1861	R/C	-	-	Platibanda e frontão triangular	Não	Não

	Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0746; Página 1							
92	2801301006001 Obra: 30797 - Rua do Século 31 (Antiga Rua Formosa, 31-33) - Alçado N.º 844 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0692; Página 1	?	R/C + 2 pisos	1861	Construção do 3.º andar e da platibanda	Platibanda	Nos 1.º e 3.º andares	Nos 1.º e 3.º andares
93	Não localizado - Rua Gomes Freire (Antiga Carreira dos Cavalos) - Alçado N.º 870 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0718; Página 1	1861	R/C + 1 piso	-	-	Platibanda	Não há varandas corridas. Só individua is.	Todos os vãos do 1.º andar são de sacada
94	Não localizado - Antiga Rua do Sacramento 18- 24 - Alçado N.º 875 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0723; Página 1	1861	R/C + 1 piso	-	-	Platibanda	Não tem varanda	No 1.º andar os vãos têm lintel em arco de volta inteira.
95	2801606004001 Obra 8026 - Rua de João Brás 29-31? (Antigos 29-33) - Alçado N.º 825 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0675; Página 1	1861 Esta data figura na grade da porta.	R/C + 1 piso	-	-	Platibanda	Não tem varanda corrida	Tem uma única janela de sacada no 1.º andar.

96	Não localizado - Antiga Calçada da Estrela 69 - Alçado N.º 817 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0670; Página 1	1861	R/C + 2 pisos + AF	-	-	Platibanda e trapeirão de 3 vãos encimado por um frontão	Varanda corrida nos 1.º e 3.º andares	Os vãos do 1.º e do 3.º andares são sacadas. Os do 1.º e do 3.º pisos têm lintéis em arco de volta inteira, os dos 1.º e 2.º andares têm lintéis em arco quebrado
97	4700705010001 Obra: 14454 - Rua da Adição 12-18 - Alçado N.º 884 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0731; Página 1	Década de 1740?	R/C + 3 pisos + AF	1861	Construção de platibanda e demolição das trapeiras.	Platibanda	Não há varandas corridas	Há sacadas agrupada duas a duas nos 1.º, 2.º e 3.º pisos.
98	Não localizado - (Antiga Travessa de Santo Amaro 19) - Alçado N.º 836 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0684; Página 1	1861	R/C + 1 piso	-	-	Platibanda	Não	Janelas de sacada com varandas individuais no 1.º andar. Os vãos de janela têm lintéis em arco quebrado, o da porta é em arco de volta inteira.
99	2801603010001 Obra 14886 - Travessa do Poço dos Negros 12-14 (Antigo N.º 8) - Alçado N.º 823 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0674; Página 1	1861	R/C + 1 piso	-	-	Beirado sobre cornija	Não tem varanda corrida	Não tem vãos de sacada.



100	1702603015001 ? Obra 13548 - Não localizado. Poderá corresponder ao prédio da Rua do Quelhas 14. (Antiga Travessa do Pasteleiro 50- 52) - Alçado N.º 832 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0680; Página 1	1861	R/C + 1 piso	-	-	Platibanda	Varanda corrida no 1.º andar	Todos os vãos do 1.º andar são de sacada. Os lintéis de todos os vãos são em arco de volta inteira.
101	2801802019001 Obra 7207 - Rua Fresca 6-8 (antigo13) - Alçado N.º 859 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0707; Página 1	Poder á datar da 1.ª metad e do sécul o XVIII .	R/C + 2 pisos	1861	Construção do 2.º andar e regularização dos vãos pré- existentes, com aumento da altura e substituição dos lintéis em arco abatido por vergas retas, o que chegou a ser feito.	Beirado sobre cornija	Não tem varanda corrida	Só tem vãos de sacada no 1.º andar.
102	Não localizado - Travessa do Abarracamento de Peniche 42 - Alçado N.º 861 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0709; Página 1	?	R/C + 1 piso	1861	Regularização de um vão de janela	Beirado sobre cornija	Não tem	Não tem
103	Não localizado - Travessa do Sacramento fazendo esquina para a Praça de Armas (hoje da Armada) - Alçado N.º 830 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0679; Página 1	1861	R/C + 1 piso + A/F com trapeir ão de dois vãos	-	Substituição dos lintéis dos vãos, de curvos a angulares.	Platibanda	No 1.º e nas águas- furtadas	Janelas de sacada no 1.º andar e nas águas furtadas.

104	Não localizado - Antiga Travessa do Castro 6 - Alçado N.º 839 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0687; Página 1	1861	R/C + 1 piso	-	-	Platibanda	Não tem	Não tem
105	2601101008001 Obra 13764 - Rua Presidente Arriaga 78-84; Rua do Olival 61; Travessa de São João de Deus. (Antiga Rua de São Francisco de Paula 108) - Alçado N.º 842 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0690; Página 1	?	R/C + 2 pisos	1861	De alguns vãos e respetivas molduras e construção de platibanda	Platibanda	Não tem	Alguns vãos do 1.º andar e todos os vãos do 2.º andar.
106	3100304045001 Obra 26369 - Rua da Palma (Antiga Rua Nova da Palma) - Alçado N.º 885 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0732; Página 1	1861	R/C + 2 pisos	-	-	Platibanda com balaustrada	Não tem varanda corrida	Todos os vãos do 1.º andar são de sacada, mas sem varanda. Todos os vãos dos andares têm verga reta e os das lojas têm vergas curvas.
107	0602804022001 Obra: 6138 - Largo do Intendente Pina Manique 43-47 (Antigo Largo do Intendente 94) - Alçado N.º 931 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0771; Página 1	1862	R/C + 1 piso	-	-	Platibanda	Não	As janelas do 1.º andar são de sacada e têm lintéis em arco de volta inteira.

108	1702104027001 Obra 17640 - Rua do Sacramento à Lapa 14-16 (Antigos16-22) - Alçado N.º 910 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0754; Página 1	1862	R/C + 1 piso + AF	-	-	Platibanda e trapeirão com frontão triangular e acrotérios com jarrões.	Varanda corrida no 2.º andar.	Janelas de sacada no 1.º e 2.º andares. Todas as janelas têm lintéis em arco de volta inteira. Os das portas do R/C são em arco abatido.
109	Não localizado - Rua dos Arcos das Águas Livres - Alçado N.º 1363 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/1408; Página 3	1.ª metad e do séc. XVIII ?	R/C + 1 piso	1864	Regularização dos vãos procurando uniformidade e simetria através das dimensões dos vãos e desenho das molduras.	Beirado sobre cornija	Sim, une dois vãos, mas o município o impõe mais um vão de sacada	Não, só no 1.º andar.
110	4800125001001 Obra 1594 - Rua da Conceição 121-129 (Antigos 121-125) - Alçado N.º 1105 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0898; Páginas 2 e 3	1760/1770	R/C + 3 pisos + AF	1864	Construção do 4.º andar e platibanda. Condição CML de aprovação: Eliminação das trapeiras	Platibanda	Varanda corrida no 4.º andar.	Janelas de sacada só no 4.º andar.
111	4401701028001 Obra 59400 - Rua de Arroios 217C-217G (Antiga Calçada de Arroios 225-231) - Alçado N.º 1087 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0887; Página 3	1864	R/C + 2 pisos	-	-	Platibanda com troço em balaústres.	Varanda corrida aos três vãos centrais no último piso, assente em 4 mísulas	Janelas de sacada nos dois andares nos três vãos centrais

112	2801302008001 Obra 12971 - Travessa dos Fieis de Deus 144-146 - Alçado N.º 1108 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0901; Página 3	Início s do séc. XVIII ?	R/C + 1 piso + um corpo sobrel vado de 2 pisos	1864	R/C + 2 pisos com regularização dos vãos e nivelamento do edifício	Platibanda	Não tem varanda corrida	Vãos de sacada no 1.º andar
113	5101101004001 Obra 8928 - Beco dos Beguihos 1; Rua da Cruz de Santa Helena - Alçado N.º 1102 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0896; Página 3	1700- 1720 ?	R/C + 2 pisos	1864	Uniformização dos vãos existentes e abertura de novos, substituição do beirado por platibanda.	Platibanda	Não tem varanda corrida	As janelas de sacada são substituída s por janelas de peito.
114	1701703045001 Obra 10548 - Rua do Patrocínio 16-20 (Antigos 18-20) - Alçado N.º 1097 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0895; Página 1	?	R/C	1864	Construção de um 1.º andar	Platibanda	Não tem varanda corrida	Uma janela de sacada, ao centro, no 1.º andar.
115	3701701017001 Obra 16108 - Rua de São João da Mata 59-61 (Antigos 53-57) - Alçado N.º 1096 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0894; Página 3	Déca da de 1770	R/C + 2 pisos	1864	Construção do 3.º andar	Platibanda	Varanda corrida no 3.º andar	Sacadas em todos os vãos do 3.º andar e nos vãos centrais dos 1.º e 2.º andares.
116	4403003014001 Obra 35382 - Rua Direita de Arroios 28-32 (Antigos 26-30) -	?	R/C + 1 piso	1864	Construção do 2.º andar e da platibanda	Platibanda	Varanda corrida nos dois andares	Sacadas em todos os vãos.

	Alçado N.º 1084 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0885; Página 3							
117	4901004001001 Obra 8523 - Rua do Alecrim, 22; Rua de São Paulo 22-34; Rua do Ferragial 33. - Alçado N.º 83 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0881; Páginas 2 e 3	2.ª metad e do séc. XVIII	R/C + 3 pisos + 1 mans. + AF.	1864	Os dois últimos pisos, amansardados, passam a ser corridos.	Platibanda	Varanda corrida no 3.º andar.	Sacadas em todos os vãos do 3.º andar.
118	4500604004001 Obra 44477 - Calçada da Patriarcal, 12-16 (Antiga Calçada da Patriarcal Queimada) - Alçado N.º 1082 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0883; Página 3	?	R/C+1 pisos +AF	1864	Demolição de um trapeirão de três vãos e construção de um 2.º andar corrido.	Platibanda	Varanda corrida no último andar (2.º).	No 1.º andar as janelas de sacada alternam com as de peito. No 2.º andar todos os vãos são de sacada.
119	4900409013001 Obra 13784 - Largo do Conde Barão 24-26; Boqueirão do Duro 59-63 - Alçado N.º 185 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/1437; Página 3	2.º metad e do séc. XVIII ?	R/C+1 pisos	1864	Demolição do prédio e reconstrução com R/C e dois pisos, maior pé-direito nos andares.	Platibanda	Varanda corrida no 2.º andar, e varandas individua is no 1.º, assente sobre consolas a do vão central.	Todas as janelas são de sacada e têm lintéis em arco de volta inteira.
120	Não localizado. Possivelmente demolido. - (Antiga Rua da Lapa 80-82) - Alçado N.º 123	1864	R/C+2 pisos	-	-	Platibanda	Não tem varandas	Não tem sacadas. Os vãos das lojas têm dois lintéis em arco de volta inteira e o

	Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/1437; Páginas 2 e 3							do meio em arco abatido.
121	3601006005001 Obra 19740 - Rua do Jardim do Tabaco 84- 96? (Antigos 42-54) - Alçado N.º 113 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0980; Página 1	2.º metad e do séc. XVIII ?	R/C+ 1 pisos + AF	1865	Substituição das águas furtadas de duas trapeiras por um 2.º andar corrido.	Platibanda	Varanda corrida no 2.º andar, assente sobre mísulas.	No 1.º andar todos os vãos são de sacada. No 2.º andar as janelas de sacada alternam com as janelas de peito.
122	5101002013001 Obra: 31576 - Escolas Gerais 31 (Antiga Rua das Escolas Gerais 19-33, com frente para a Rua de São Vicente e para o Beco da Mó) - Alçado N.º 1169 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/0940; Página 1	?	R/C + 2 pisos	1865	Construção do 4.º andar, regularização e alinhamento dos vãos, rasgamento de sacadas em todos os vãos do 3.º andar e estreitamento das portas de cocheira agora com lintéis em arco abatido.	Platibanda	Não tem varandas corridas	Sacadas só no 2.º andar.
123	2602401011001 Obra 13770 - Rua Presidente Arriaga 45-53; Travessa da Cruz da Rocha 6.? (Antiga Rua de São Francisco de Paula 71-73) - Alçado N.º 1300 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/1020; Página 3	1866	R/C	-	-	Platibanda	-	-
124	1500808002001 Obra 11788 -	?	R/C	1866	R/C + 1 piso	Platibanda	Não tem varanda corrida	Não tem janelas de sacada

	Rua da Rosa 158-164A - Alçado N.º 1370 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/1063; Página 1							
125	5101102001001 Obra 1074 - Calçada do Cascão 37-41; Campo de Santa Clara 60 - Alçado N.º 1297 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/1019; Página 3	1866	R/C + 1 piso (armaz éns)	-	-	Platibanda	Sim, no 1.º andar.	Todas as janelas do 1.º andar são de sacada e têm lintel em arco de volta inteira.
126	2200505023001 Obra 26038 - Travessa do Abarracamento de Peniche 19 (Antigos 63-71) - Alçado N.º 87 Documento PT/AMLSB/CM LSBAH/GEGE/ 023/1173; Página 3	?	R/C + 1 piso	1869	Construção do 2.º andar e aumento da altura dos vãos do 1.º andar.	Platibanda	Não tem varanda corrida	Todos os vãos do 2.º andar são de sacada.

### 3. QUADROS DAS CARACTERÍSTICAS DOS EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS DE 1870 A 1929.

#### 3.1. Bairro de Dona Estefânia / Arroios.

##### 3.1.1. Quadro de áreas.

ÁREAS (estimadas) - Bairro Estefânia - Arroios Década de 1880						
N.º de prédios	Ano	Local	Área do talhão (m2)	Superfície de implantação	Área do logradouro	Índice de ocupação do solo
1	1884	Rua de Arroios 34	561	278	283	0,49
2	1884	Rua Passos Manuel 19	136	97	39	0,71
3	1884	Rua José Estêvão 33-37	180	77	103	0,42
4	1884	Rua José Estêvão 54-58	123	86	37	0,69
5	1884	Rua de Dona Estefânia 127-127B	227	133	94	0,58
6	1884	Rua de Dona Estefânia 129	197	115	82	0,58
7	1884	Rua de Dona Estefânia 159	395	163	232	0,41
8	1884	Rua de Dona Estefânia 163	291	163	128	0,56
9	1884	Rua de Dona Estefânia 165	392	163	229	0,41
10	1884	Rua de Arroios 176	524	264	260	0,50
11	1884	Rua de Arroios 174	582	373	209	0,64
12	1884	Rua de Arroios 178	340	170	170	0,50
13	1885	Rua de Dona Estefânia 108-116	274	155	119	0,56
14	1885	Rua Pascoal de Melo 70-72	168	110	58	0,65
15	1885	Rua Pascoal de Melo 94-108	360	197	163	0,55
16	1885	Rua Pascoal de Melo 122	320	180	140	0,56
17	1885	Rua Passos Manuel 56-62	280	150	130	0,53
18	1885	Rua Passos Manuel 65	331	179	152	0,54
19	1887	Rua Pascoal de Melo 134-136	485	197	288	0,40
20	1887	Rua Passos Manuel 49	189	137	52	0,72
21	1888	Rua Angra do Heroísmo 2-4	733 Palacete	450	283	0,61
22	1888	Rua de Dona Estefânia 181-183	850	337	513	0,39
23	1888	Rua de Dona Estefânia 185-189	404 Palacete	247	157	0,63
24	1888	Rua José Estêvão 14	244	168	76	0,68
25	1888	Rua José Estêvão 16	196	140	56	0,71
26	1888	Rua José Estêvão 44	240	173	67	0,72
27	1888	Rua José Estêvão 46	240	173	67	0,72
28	1888	Rua José Estêvão 48	240	173	67	0,72
29	1888	Rua Pascoal de Melo 25-27	772 Palacete	286	486	0,37
30	1888	Rua Passos Manuel 24	568	400	168	0,70



31	1889	Rua de Arroios 92-94	297	177	120	0,59
32	1889	Rua José Estêvão 29	334	200	134	0,59
33	1889	Rua José Estêvão 135	560	360	200	0,64
34	1889	Rua Pascoal de Melo 29	505	285	220	0,56
35	1889	Rua Pascoal de Melo 130-132	369	212	157	0,57
36	1889	Rua Passos Manuel 6- 18	313	235	78	0,75
37	1889	Rua Passos Manuel 20	317	220	97	0,69
38	1889	Rua de Arroios 237-241	133	95	38	0,71
39	1889	Rua de Dona Estefânia 173-175	817	155	662	0,19
1884-1889		Médias relativas dos 36 prédios de rendimento	349	191	158	0,58
		Médias relativas aos 3 palacetes	636	327	308	0,53
Década de 1890						
1	1890	Rua de Arroios 90	273	184	89	0,67
2	1890	Rua de Arroios 98-98B	322	125	197	0,38
3	1890	Rua de Arroios 100- 100B	320	112	208	0,35
4	1890	Rua de Arroios 112 - Pátio	357	311	46	0,87
5	1890	Rua José Estêvão 8	149	130	19	0,87
6	1891	Rua Dona Estefânia 131-139; Largo de Dona Estefânia 1-5.	325	278	47	0,85
7	1891	Largo de Dona Estefânia 6-6F	136	119	17	0,87
8	1891	Rua José Estêvão 19 - Pátio	156	101	55	0,64
9	1892	Largo Dona Estefânia 8-10; Rua de Dona Estefânia 141-145; Av. Casal Ribeiro 2A	479	343	136	0,71
10	1895	Rua de Dona Estefânia 124 - unifamiliar	264	117	160	0,44
11	1896	Rua José Estêvão 21	323	240	83	0,74
1890/1899		Médias relativas dos 9 prédios de rendimento.	287	183	106	0,65
		Médias relativas dos 2 prédios em pátio.	256	206	50	0,75

3.1.2. Quadro de volumetrias dos edifícios do Bairro Dona Estefânia/Arroios.

VOLUMETRIAS (aproximadas) – Bairro Estefânia - Arroios					
N.º de prédios	Ano	Local	N.º Pisos corridos acima do nível da rua incluindo pisos amansardados.	N.º de MVV	Profundidade aproximada dos edifícios (em m)
Década de 1880					
1	1884	Rua de Arroios 34	4	7	12
2	1884	Rua Passos Manuel 19	3	4	12
3	1884	Rua José Estêvão 33-37	3	3	11
4	1884	Rua José Estêvão 54-58	3	3	14
5	1884	Rua de Dona Estefânia 127-127B	4	5	13
6	1884	Rua de Dona Estefânia 129	4	4	13
7	1884	Rua de Dona Estefânia 159	4	5	11
8	1884	Rua de Dona Estefânia 163	4	5	11
9	1884	Rua de Dona Estefânia 165	4	5	11
10	1885	Rua de Arroios 176	3	7	14
11	1884	Rua de Arroios 174	3	12	14
12	1884	Rua de Arroios 178	3	5	14
13	1885	Rua de Dona Estefânia 108-116	3	5	15
14	1885	Rua Pascoal de Melo 70-72	2	3	15
15	1885	Rua Pascoal de Melo 94-108	2	3	14
16	1885	Rua Pascoal de Melo 122	4	5	15
17	1885	Rua Passos Manuel 56-62	3	4	14
18	1885	Rua Passos Manuel 65	3	5	13
19	1887	Rua Pascoal de Melo 134-136	3	5	16
20	1887	Rua Passos Manuel 49	3	4	14
21	1888	Rua Angra do Heroísmo 2-4 Palacete	1	9	11
22	1888	Rua de Dona Estefânia 181-183	4	7	18
23	1888	Rua da Estefânia 185-189 Palacete	1	7	17
24	1888	Rua José Estêvão 14	2	4	14
25	1888	Rua José Estêvão 16	2	4	14
26	1888	Rua José Estêvão 44	4	5	14
27	1888	Rua José Estêvão 46	4	5	14
28	1888	Rua José Estêvão 48	4	5	14
29	1888	Rua Pascoal de Melo 25-27 Palacete	2	9	15

30	1888	Rua Passos Manuel 24	4	9	18 Tem dois saguões
31	1889	Rua de Arroios 92-94	3	4	16
32	1889	Rua José Estêvão 29	4	4	18
33	1889	Rua José Estêvão 135	3	9	15
34	1889	Rua Pascoal de Melo 29	3	9	14
35	1889	Rua Pascoal de Melo 130-132	4	5	18 Tem um saguão
36	1889	Rua Passos Manuel 6- 18	5	7	15
37	1889	Rua Passos Manuel 20	2	5	18
38	1889	Calçada de Arroios 237- 241	6	3	15
39	1889	Rua de Dona Estefânia 173-175	3	5	12
1884-1889	Médias relativas aos 36 prédios de rendimento		3,3	5,2	14,2
	Médias relativas aos 3 palacetes		1,3	8,3	14,3
Década de 1890					
1	1890	Rua de Arroios 90	3	5	12
2	1890	Rua de Arroios 98-98B	4	5	17
3	1890	Rua de Arroios 100- 100B	4	4	18
4	1890	Rua de Arroios 112 - Pátio	2	13	8
5	1890	Rua José Estêvão 8	5	3	18
6	1891	Rua de Dona Estefânia 131-139; Largo de Dona Estefânia 1-5;	4	5+5	16
7	1891	Largo de Dona Estefânia 6-6F	4	7	10
8	1895	Rua José Estêvão 19 - Pátio	2	5	8
9	1892	Largo Dona Estefânia 8- 10; Rua Dona Estefânia 141-145; Av. Casal Ribeiro 2A	3	8+3	17
10	1895	Rua de Dona Estefânia 124	1	5	8
11	1896	Rua José Estêvão 21	3	4	19
1890-1896	Médias relativas aos 9 prédios de rendimento		3,1	5,8	14
	Médias relativas dos 2 pátios		2	9	8

### 3.1.3. Quadro das características das fachadas dos edifícios do Bairro Dona Estefânia.

FACHADAS – Bairro Estefânia/Arroios									
N.º de casos	Ano	Local	Azulejo	Cave	R/C	1.º Andar			Último andar
				Frestas ou janelas	Só vãos de peito	Varanda de sacada	Varanda entalada na moldura	Só vãos de peito	Varanda corrida
Década de 1880									
1	1884	Rua de Arroios 34	N	N	N	N	S	N	S
2	1884	Rua Passos Manuel 19	-	N	S	S	N	N	S
3	1884	Rua José Estêvão 33-37	S	N	N	N	S	N	N
4	1884	Rua José Estêvão 54-58	N	N	N	N	S	N	N
5	1884	Rua de Dona Estefânia 127-127B	S	N	N	S	N	N	S
6	1884	Rua de Dona Estefânia 129	S	N	S	S	N	N	S
7	1884	Rua de Dona Estefânia 159	N	S	S	N	S	N	N
8	1884	Rua de Dona Estefânia 163	-	S	S	N	S	N	N
9	1884	Rua de Dona Estefânia 165	-	S	S	N	S	N	N
10	1884	Rua de Arroios 176	N	N	S	N	S	N	N
11	1884	Rua de Arroios 174	S	N	S	N	S	N	N
12	1884	Rua de Arroios 178	S	N	S	N	S	S	N
13	1885	Rua de Dona Estefânia 108-116	N	N	N	S	S	N	S
14	1885	Rua Pascoal de Melo 70-72	N	N	N	N	S	N	N
15	1885	Rua Pascoal de	N	N	N	N	N	S	N

		Melo 94-108							
16	1885	Rua Pascoal de Melo 122	S	S	S	S	N	N	S
17	1885	Rua Passos Manuel 56-62	N	N	N	S	N	N	N
18	1885	Rua Passos Manuel 65	N	N	S	N	S	N	N
19	1887	Rua Pascoal de Melo 134-136	S	S	N	S	N	N	N
20	1887	Rua Passos Manuel 49	-	N	S	N	S	N	N
21	1888	Rua Angra do Heroísmo 2-4	-	S	N	N	N	N	N
22	1888	Rua de Dona Estefânia 181-183	N	S	S	S	S	N	N
23	1888	Rua da Estefânia 185-189	N	N	S	N	N	N	N
24	1888	Rua José Estêvão 14	S	N	S	N	S	N	N
25	1888	Rua José Estêvão 16	S	S	S	N	S	N	N
26	1888	Rua José Estêvão 44	N	N	S	N	S	S	N
27	1888	Rua José Estêvão 46	-	N	S	N	S	S	N
28	1888	Rua José Estêvão 48	-	N	S	N	S	S	N
29	1888	Rua Pascoal de Melo 25-27	N	S	S	S	N	N	N
30	1888	Rua Passos Manuel 24	S	S	S	S	S	N	S
31	1889	Rua de Arroios 92-94	S	N	S	S	S	N	N
32	1889	Rua José Estêvão 29	N	N	S	S	S	N	N
33	1889	Rua José Estêvão 135	-	S	S	S	S	N	N
34	1889	Rua Pascoal de Melo 29	S	N	N	S	S	N	S
35	1889	Rua Pascoal de Melo 130-132	N	S	S	S	N	N	N

36	1889	Rua Passos Manuel 6-18	S	N	N	S	S	N	S
37	1889	Rua Passos Manuel 20	S	S	S	S	N	N	S
38	1889	Rua de Arroios 237-241	S	N	N	S	S	N	S
39	1889	Rua de Dona Estefânia 173-175	N	S	S	S	S	N	N
MÉDIAS			15	14	25	19	27	5	12
%			48%	35%	64%	48%	69%	13%	30%
Década de 1890									
1	1890	Rua de Arroios 90	N	N	N	S	S	S	N
2	1890	Rua de Arroios 98-98B	S	N	S	S	S	N	N
3	1890	Rua de Arroios 100-100B	S	N	S	S	S	N	N
4	1890	Rua de Arroios 112 - Pátio	-	N	S	N	N	S	N
5	1890	Rua José Estêvão 8	S	N	N	S	N	N	S
6	1891	Rua de Dona Estefânia 131-139; Largo de Dona Estefânia 1-5.	N	N	N	S	N	S	N
7	1891	Largo de Dona Estefânia 6-6F	N	N	S	S	S	N	N
8	1891	Rua José Estêvão 19 - Pátio	N	N	S	N	N	S	N
9	1892	Largo de Dona Estefânia 8-10; Rua de Dona Esrefânia 14 1-145; Av. Casal Ribeiro 2A.	S	N	N	S	N	N	N
10	1895	Rua de Dona Estefânia 124	N	N	S	S	S	N	N

11	1896	Rua José Estêvão 21	S	S	S	S	S	N	S
		MÉDIAS	5	1	7	9	6	4	2
		%	50%	9%	63%	81%	54%	36%	18%

### 3.1.4. Quadro dos remates de fachada dos edifícios do Bairro da Estefânia.

REMATES DE FACHADA – Bairro Estefânia/Arroios							
N.º de prédios	Ano	Local	Último piso		Cimalha		
			Mansarda	Águas furtadas	Platibanda	Cornija	Beirado
Década de 1880							
1	1884	Rua de Arroios 34	S	N	N	N	N
2	1884	Rua Passos Manuel 19	S	N	N	S	N
3	1884	Rua José Estêvão 33-37	N	S	S	S	N
4	1884	Rua José Estêvão 54-58	N	S	S	S	N
5	1884	Rua de Dona Estefânia 127-127B	N	N	S	S	N
6	1884	Rua de Dona Estefânia 129	N	N	S	S	N
7	1884	Rua de Dona Estefânia 159	N	N	N	S	N
8	1884	Rua de Dona Estefânia 163	N	N	N	S	N
9	1884	Rua de Dona Estefânia 165	N	N	N	S	N
10	1885	Rua de Arroios 176	N	N	N	N	N
11	1884	Rua de Arroios 174	N	N	S	S	N
12	1884	Rua de Arroios 178	N	N	S	S	N
13	1885	Rua de Dona Estefânia 108-116	N	N	S	S	N
14	1885	Rua Pascoal de Melo 70-72	N	S	S	S	N
15	1885	Rua Pascoal de Melo 94-108	N	S	S	S	N
16	1885	Rua Pascoal de Melo 122	S	N	N	N	N
17	1885	Rua Passos Manuel 56-62	N	S	S	S	N
18	1885	Rua Passos Manuel 65	N	S	S	S	N
19	1887	Rua Pascoal de Melo 134-136	N	S	S	S	N
20	1887	Rua Passos Manuel 49	N	S	S	S	N

21	1888	Rua Angra do Heroísmo 2-4	N Palacete	N	S	S	N
22	1888	Rua de Dona Estefânia 181-183	N	S	S	S	N
23	1888	Rua da Estefânia 185-189	N Palacete	S	S	S	N
24	1888	Rua José Estêvão 14	N	S	S	S	N
25	1888	Rua José Estêvão 16	N	S	S	S	N
26	1888	Rua José Estêvão 44	N	S	S	S	N
27	1888	Rua José Estêvão 46	N	S	S	S	N
28	1888	Rua José Estêvão 48	N	S	S	S	N
29	1888	Rua Pascoal de Melo 25-27	N Palacete	N	S	S	N
30	1888	Rua Passos Manuel 24	N	S	S	S	N
31	1889	Rua de Arroios 92-94	N	S	S	S	N
32	1889	Rua José Estêvão 29	N	S	S	S	N
33	1889	Rua José Estêvão 135	N	S	S	S	N
34	1889	Rua Pascoal de Melo 29	N	N	S	S	N
35	1889	Rua Pascoal de Melo 130-132	N	N	S	S	N
36	1889	Rua Passos Manuel 6-18	N	N	S	S	N
37	1889	Rua Passos Manuel 20	N Unifamiliar	N	S	S	N
38	1889	Calçada de Arroios 237-241	S	N	N	N	N
39	1889	Rua de Dona Estefânia 173-175	N	N	S	S	N
		Totais	4	19	31	35	0
		%	10%	48%	79%	89%	0%
Década de 1890							
1	1890	Rua de Arroios 90	N	N	N	S	S
2	1890	Rua de Arroios 98-98B	N	S	S	S	N
3	1890	Rua de Arroios 100-100B	N	S	S	S	N
4	1890	Rua de Arroios 112 - Pátio	N	N	N	N	S
5	1890	Rua José Estêvão 8	N	S	S	S	N
6	1891	Rua Dona Estefânia 131-139; Largo de Dona Estefânia 1-5	N	N	S	S	N



7	1891	Largo de Dona Estefânia 6-6F	N	N	S	S	N
8	1895	Rua José Estêvão 19 - Pátio	N	N	S	S	N
9	1892	Largo Dona Estefânia 8-10; Rua de Dona Estefânia 141-145; Av. Casal Ribeiro 2A	N	S	S	S	N
10	1895	Rua de Dona Estefânia 124	N	N	S	S	N
11	1896	Rua José Estêvão 21	N	N	S	S	N
Totais			0	4	9	10	2
%			0%	34%	81%	91%	18%

### 3.1.5. Quadro das características interiores dos edifícios do Bairro Dona Estefânia.

CARACTERÍSTICAS INTERIORES – Bairro de Dona Estefânia/Arroios											
N.º de casos	Local	Ano	Interiores								Projeto de rede de esgoto
			Área bruta, estimada por fogo	N.º de divisões por fogo <sup>1</sup>	N.º de divisões sem janela /fogo	N.º de corredores	I.S.		Pias de despejos		
							Latrina	Banheira	Na varanda	Na cozinha	
1	Rua de Arroios 34	1884	148	8	2	2	N	N	S	N	N
			130	7	2	2	N	N	S	N	
2	Rua Passos Manuel 19	1884	97	8	4	1	N	N	S	N	N
3	Rua José Estêvão 33-37	1884	77	7	3	1	N	N	S	N	N
4	Rua José Estêvão 54-58	1884	86	6	2	1	N	N	S	N	N
5	Rua de Dona Estefânia 127-127B	1884	71	6	2	1	N	N	S	N	N
			62	6	2	1	N	N	N	S	
6	Rua de Dona Estefânia 129	1884	115	8	1	2	N	N	N	S	N
7	Rua de Dona Estefânia 159	1884	86	6	2	1	N	N	S	N	S
			77	6	2	1	N	N	S	N	

<sup>1</sup> Para o número de divisões foram desprezados os pequenos compartimentos de despensas ou arrumos.

8	Rua de Dona Estefânia 163	1884	86	6	2	1	N	N	S	N	S
			77	6	2	1	N	N	S	N	
9	Rua de Dona Estefânia 165	1884	86	6	2	1	N	N	S	N	S
			77	6	2	1	N	N	S	N	
10	Rua de Arroios 174	1884	223	13	3	3	S	N	N	S	S
			150	10	3	3	S	N	N	S	
11	Rua de Arroios 176	1884	136	9	3	3	N	N	N	S	S
			128	9	3	3	N	N	N	S	
12	Rua de Arroios 178	1884	94	7	2	2	N	N	N	S	S
			76	6	2	2	N	N	N	S	
13	Rua de Dona Estefânia 108-116	1885	83	6	0	2	S	N	S	N	N
			72	5	2	2	N	N	S	N	
14	Rua Pascoal de Melo 70-72	1885	110	8	3	1	N	N	S	N	S
15	Rua Pascoal de Melo 94-108	1885	197	5	0	2	N	N	S	N	S
16	Rua Pascoal de Melo 122	1885	95	6	2	2	N	N	S	N	S
			85	5	2	2	N	N	S	N	
17	Rua Passos Manuel 56-62	1885	110	9	3	3	N	N	N	S	N
18	Rua Passos Manuel 65	1885	95	7	2	2	S	N	S	N	S
			84	6	1	2 + hall	S	N	S	N	
19	Rua Pascoal de Melo 134-136	1887	104	7	3	1	S	N	S	N	N
			93	6	3	1	S	N	S	N	N
20	Rua Passos Manuel 49	1887	137	9	3	1	S	N	S	N	N
21	Rua Angra do Heroísmo 2-4. Palacete	1888	450	33 (13 no r/c + 12 em cave + 8 em A.F.)	0	1/ Piso	S	N	N	S	N
22	Rua de Dona Estefânia 181-183	1888	174	9	2	3	S	N	S	N	N
			160	8	2	3	S	N	S	N	N

23	Rua de Dona Estefânia 185-189. Palacete	1888	247	21 (13 + 8 em AF)	2	3	S	S	S	N	S
24	Rua José Estêvão 14	1888	168	11	4	3	S	N	S	N	N
25	Rua José Estêvão 16	1888	140	10	4	3	S	N	S	N	N
26	Rua José Estêvão 44	1888	90	6	2	2	N	N	S	N	S
			83	6	2	2	N	N	S	N	
27	Rua José Estêvão 46	1888	90	6	2	2	N	N	S	N	S
			83	6	2	2	N	N	S	N	S
28	Rua José Estêvão 48	1888	90	6	2	2	N	N	S	N	S
			83	6	2	2	N	N	S	N	
29	Rua Pascoal de Melo 25-27. Palacete	1888	286	24 (4 em cave + 10 no rc + 10 no 1.º andar)	0	4/ piso	S	S	N	S	S
30	Rua Passos Manuel 24 Tem saguão	1888	206	10	0	3	S	S	S	N	N
			194	9	0	3	S	N	S	N	N
31	Rua de Arroios 92-94	1889	177	9	2	2	S	S	S	N	S
32	Rua José Estêvão 29	1889	200	11	5	2	S	N	N	S	N
33	Rua José Estêvão 135	1889	185	13	4	2	S	S	S	S	S
			175	12	4	2	S	S	S	S	S
34	Rua Pascoal de Melo 29	1889	147	12	3	2	S	N	S	N	N
			138	11	5	2	S	N	S	N	N
34	Rua Pascoal de Melo 130-132. Tem saguão	1889	202	10	3	3	S	N	S	N	N
36	Rua Passos Manuel 6-18	1889	128	10	4	2	S	N	N	S	S
			107	9	4	2	S	N	N	S	
37	Rua Passos Manuel 20	1889	220	8	4	3	S	N	S	N	S
38	Rua de Arroios 237-241	1889	95	7	3	2	S	N	S	N	S
39	Rua de Dona Estefânia 173-175	1889	155	11	2	3	S	S	N	S	N
Médias e			122	7,8	2,3	2	26	5	43	15	20

totais relativos a 56 fogos de rendimento		1880/ 1889										
%			-	-	-	-	46 %	9 %	76 %	26 %	35 %	
Médias e totais relativas a 3 palacetes			327	26	0,6	2,3	3	2	1	2	2	
%			-	-	-	-	100 %	66 %	33 %	66 %	66 %	
Década de 1890												
1	Rua de Arroios 90	1890	98	8	2	1	S	S	S	N	N	
			86	7	2	1	S	S	S	N		
2	Rua de Arroios 98-98B	1890	66	6	2	2	N	N	S	N	N	
			59	5	2	2	N	N	S	N		
3	Rua de Arroios 100-100B	1890	112	10	5	2	S	N	S	N	N	
4	Rua de Arroios 102 - Pátio	1890	31	4	0	0	N	N	S	N	S	
			16	2	0	0	N	N	S	N		
			30	4	0	0	N	N	S	N		
5	Rua José Estêvão 8	1890	130	7	3	2	S <sup>2</sup>	N	S	N	S	
6	Rua Dona Estefânia 131-139; Largo de Dona Estefânia 1-5.	1891	161	10	3	2	S	N	S	N	S	
			94	10	5	2	N	N	S	N		
7	Largo de Dona Estefânia 6-6F	1891	119	9	2	1	N	N	S	N	S	
8	Rua José Estêvão 19 - Pátio	1891	50	4	0	0	N	N	S	N	S	
			50	4	0	0	N	N	S	N		
9	Largo Dona Estefânia 8-10; Rua de Dona Estefânia 141-145; Av. Casal Ribeiro 2A	1892	173	11	3	3	S	S	S	N	N	
			170	9	2	2	S	S	S	N		

<sup>2</sup> Latrina em gaiuta da varanda da cozinha. O parecer dos serviços municipais contido na informação n.º 13516 impõe como condição de aprovação do projeto, “serem as pias e latrinas construídas pela parte exterior das paredes do prédio”. Volume Obra 20557; Volume 1; Processo 6865/DAG/PG/1890-Tomo 1; Página 4.

10	Rua de Dona Estefânia 124 - Palacete	1895	117	24 (9 – RC + 5 – Cave + 10 – 1.º andar)	6	2 + 2	S	N	S	N	N
11	Rua José Estêvão 21	1896	240	11	2	3	S	N	S	N	S
Médias e totais relativos a 11 fogos de rendimento			99	7,1	2,3	1,3	8	4	11	0	6
%			-	-	-	-	47 %	23 %	100 %	0%	60 %
Totais relativos a 1 palacetes			117	24	6	2	1	0	1	0	0
%											
Médias e totais relativos a 5 tipos de fogos em pátio			35	3,6	0	0	0	0	5	0	5
%			-	-	-	-	0%	0%	100 %	0%	100 %

### 3.1.6. Quadro das tipologias das caixas de escada dos edifícios do Bairro Dona Estefânia/Arroios.

CAIXAS DE ESCADA								
N.º de prédios	Anos	Local	Lanços por piso				Degraus em leque	Bifurcada
			1	2		3 ou 4		
				Sem bomba	Com bomba			
Década de 1880								
1	1884	Rua de Arroios 34	N	N	S	N	N	N
2	1884	Rua Passos Manuel 19	N	N	S	N	S	N
3	1884	Rua José Estêvão 33-37	N	S	N	N	N	N
4	1884	Rua José Estêvão 54-58	N	N	S	N	N	N
5	1884	Rua de Dona Estefânia 127-127B	N	N	S	N	S	N
6	1884	Rua de Dona Estefânia 129	N	N	S	N	S	N
7	1884	Rua de Dona Estefânia 159	N	N	S	N	N	N
8	1884	Rua de Dona Estefânia 163	N	N	S	N	N	N
9	1884	Rua de Dona Estefânia 165	N	N	S	N	N	N
10	1884	Rua de Arroios 176	N	N	S	N	N	N
11	1884	Rua de Arroios 174	N	N	S	N	N	N

12	1884	Rua de Arroios 178	N	N	S	N	N	N
13	1885	Rua de Dona Estefânia 108-116	N	N	S	N	N	N
14	1885	Rua Pascoal de Melo 70-72	S	S	N	N	N	N
15	1885	Rua Pascoal de Melo 94-108	S	S	N	N	N	N
16	1885	Rua Pascoal de Melo 122	N	N	S	N	N	N
17	1885	Rua Passos Manuel 56-62	N	N	S	N	N	N
18	1885	Rua Passos Manuel 65	N	N	S	N	N	N
19	1887	Rua Pascoal de Melo 134-136	N	N	S	N	N	N
20	1887	Rua Passos Manuel 49	N	N	S	N	N	N
21	1888	Rua Angra do Heroísmo 2-4	N	N	S	S	N	N
22	1888	Rua de Dona Estefânia 181-183	N	N	S	N	N	N
23	1888	Rua de Dona Estefânia 185-189	N	N	S	N	N	N
24	1888	Rua José Estêvão 14	N	N	S	S	N	N
25	1888	Rua José Estêvão 16	N	N	S	N	N	N
26	1888	Rua José Estêvão 44	N	N	S	N	N	N
27	1888	Rua José Estêvão 46	N	N	S	N	N	N
28	1888	Rua José Estêvão 48	N	N	S	N	N	N
29	1888	Rua Pascoal de Melo 25-27	N	N	S	N	N	S
30	1888	Rua Passos Manuel 24	N	N	S	N	N	N
31	1889	Rua de Arroios 92-94	N	N	S	N	N	N
32	1889	Rua José Estêvão 29	N	N	S	N	N	N
33	1889	Rua José Estêvão 135	N	N	S	N	N	N
34	1889	Rua Pascoal de Melo 29	N	N	S	N	N	N
35	1889	Rua Pascoal de Melo 130-132	N	N	S	S	N	N
36	1889	Rua Passos Manuel 6-18	N	N	S	N	N	N
37	1889	Rua Passos Manuel 20	N	N	S	S	N	N
38	1889	Rua de Arroios 237-241	N	N	S	N	N	N

39	1889	Rua de Dona Estefânia 173-175	N	N	S	N	N	N
Totais			2	3	36	4	3	1
%			5,1%	7,6%	92,3%	10,2%	7,6%	2,5
2								
Década de 1890								
1	1890	Rua de Arroios 90	N	N	S	N	S	N
2	1890	Rua de Arroios 98-98B	N	N	S	N	N	N
3	1890	Rua de Arroios 100-100B	N	N	S	N	N	N
4	1890	Rua de Arroios 112 - Pátio	S	S	N	N	N	N
5	1890	Rua José Estêvão 8	N	N	S	N	N	N
6	1891	Rua de Dona Estefânia 131-139; Largo de Dona Estefânia 1-5.	N	N	S	N	N	N
7	1891	Largo de Dona Estefânia 6-6F	N	N	S	N	N	N
8	1891	Rua José Estêvão 19 - Pátio	S	S	N	N	N	N
9	1892	Largo Dona Estefânia 8-10; Rua de Dona Estefânia 141-145; Av. Casal Ribeiro 2A	N	N	S	N	N	N
10	1895	Rua de Dona Estefânia 124 - unifamiliar	S	S	N	N	S	N
11	1896	Rua José Estêvão 21	N	N	S	N	N	N
Totais			3	3	8	0	2	0
%			27%	27%	72,7%	0%	18%	0%

3.2. Quadros de levantamento das características dos edifícios do Bairro Barata Salgueiro.

3.2.1. Quadro de áreas dos edifícios do Bairro Barata Salgueiro.

ÁREAS (estimadas) - Bairro Barata Salgueiro						
N.º de prédios	Ano	Local	Área do talhão (m2)	Superfície de implantação	Área do logradouro	Índice de ocupação do solo
1	1884	Rua Castilho 11-11B.	1.355	950	405	0,70
2	1885	Rua Barata Salgueiro 39. <b>Palacete</b>	1.678	427	1.276	0,25
3	1886	Rua Barata Salgueiro 29.	366	196	170	0,53
4	1886	Rua Duque de Palmela 21-21A.	406	242	164	0,59
5	1887	Rua Rosa Araújo 24-26. <b>Palacete</b>	852	527	325	0,61
6	1887	Rua Barata Salgueiro 21.	390	323	67	0,82
7	1887	Rua Barata Salgueiro 52.	590	310	280	0,52
8	1887	Rua Mouzinho da Silveira 5; Rua Alexandre Herculano. <b>Palacete</b>	1.048	361	687	0,34
9	1887	Rua Alexandre Herculano 33; Rua Castilho 26- 28. Rua Rosa Araújo 20.	1.512	1.230	282	0,81
10	1888	Rua Rosa Araújo 51-55. <b>Moradia</b>	517	290	227	0,56
11	1888	Rua Barata Salgueiro 24; Av. da República. <b>Palacete</b>	1.390	981	409	0,70
12	1888	Rua Barata Salgueiro 55.	420	390	30	0,92
13	1888	Rua Castilho 15; Rua Rosa Araújo 22.	739	571	168	0,77
14	1888	Rua Rosa Araújo 28.	257	195	62	0,75
15	1888	Rua Rosa Araújo 30.	257	195	62	0,75
16	1888	Rua Rosa Araújo 32.	257	195	62	0,75
17	1889	Rua Alexandre Herculano 18-36.	410	331	79	0,80
18	1889	Rua Alexandre Herculano 39-39 B.	551	467	84	0,84
19	1889	Rua Alexandre Herculano 41.	388	338	50	0,87
20	1889	Rua Alexandre Herculano 46; Rua Castilho.	360	343	17	0,95



21	1889	Rua Mouzinho da Silveira 23.	205	124	81	0,60
22	1889	Rua Mouzinho da Silveira 25.	220	132	88	0,60
23	1889	Rua Rodrigo da Fonseca 18.	493	417	76	0,84
24	1889	Avenida da Liberdade 193; Rua Barata Salgueiro.	610	314	259	0,51
De 1884 a 1889		<b>MÉDIAS DOS 19 FOGOS DE RENDIMENTO</b>	515	382	130	0,73
		<b>MÉDIAS DOS 5 PALACETES</b>	1097	517	584	0,49
		<b>MÉDIAS TOTAIS</b>	636	410	225	0,67
<b>Década de 1890</b>						
1	1890	Rua Alexandre Herculano, muro; Avenida da Liberdade 242-242A; Rua Rodrigues Sampaio 95. <b>Palacete</b>	1.111	400	711	0,36
2	1891	Avenida da Liberdade 232; Rua Rodrigues Sampaio 77-79.	1.001	810	191	0,81
3	1893	Rua Rosa Araújo 59; Rua Rodrigo da Fonseca 10.	191	183	8	0,95
4	1894	Rua Duque de Palmela 34. <b>Palacete</b>	903	301	602	0,33
5	1895	Avenida da Liberdade 247	386	289	97	0,74
6	1895	Rua Rosa Araújo 57	202	156	46	0,77
7	1896	Rua Rosa Araújo 41. <b>Palacete</b>	1.069	315	754	0,29
8	1896	Rua Barata Salgueiro 28-28A	777	594	183	0,76
9	1899	Rua Rosa Araújo 37-39. <b>Palacete</b>	882	220	662	0,24
10	1899	Rua Castilho 38-38A	253	170	83	0,67
De 1890 a 1899		<b>MÉDIAS DOS 6 FOGOS DE RENDIMENTO</b>	<b>468</b>	<b>341</b>	<b>101</b>	<b>0,78</b>
		<b>MÉDIAS DOS 4 PALACETES</b>	<b>991</b>	<b>309</b>	<b>682</b>	<b>0,31</b>
		<b>MÉDIAS TOTAIS</b>	<b>677</b>	<b>343</b>	<b>617</b>	<b>0,59</b>

### 3.2.2. Quadro das volumetrias dos edificios do Bairro Barata Salgueiro.

VOLUMETRIAS (aproximadas) – Bairro Barata Salgueiro					
N.º de prédios	Ano	Local	N.º Pisos corridos acima do nível da rua incluindo pisos amansardados.	N.º de MVV	Profundidade dos edificios (em m)
Década de 1880					
1	1884	Rua Castilho 11-11B.	4	5+2+18+2+5	21+11 Planta dentada
2	1885	Rua Barata Salgueiro 39. Palacete	2	5+6	20
3	1886	Rua Barata Salgueiro 29.	4	9	12
4	1886	Rua Duque de Palmela 21-21A.	2	6	15
5	1887	Rua Rosa Araújo 24-26. Palacete	2	7	14+21 Planta dentada
6	1887	Rua Barata Salgueiro 21.	5	5	17
7	1887	Rua Barata Salgueiro 52.	4	5	17
8	1887	Rua Mouzinho da Silveira 5; Rua Alexandre Herculano. Palacete	3	5+6	17
9	1887	Rua Alexandre Herculano 33; Rua Castilho 26-28; Rua Rosa Araújo 20.	4	4+2+17+2+4	12+18 Planta dentada
10	1887	Rua Rosa Araújo 51-55	1	5	12
11	1888	Rua Barata Salgueiro 24; Avenida da República. Palacete	2	5+1+5	22
12	1888	Rua Barata Salgueiro 55.	4	6+6	14
13	1888	Rua Castilho 15; Rua Rosa Araújo 22.	4	8+10	14
14	1888	Rua Rosa Araújo 28.	4	4	17
15	1888	Rua Rosa Araújo 30.	4	4	17
16	1888	Rua Rosa Araújo 32.	4	4	17
17	1889	Rua Alexandre Herculano 18-36.	5	10+4	13
18	1889	Rua Alexandre Herculano 39-39 B.	5	9	20
19	1889	Rua Alexandre Herculano 41.	5	5+1+5	12
20	1889	Rua Alexandre Herculano 46; Rua Castilho.	2	5+1+4	15+12
21	1889	Rua Mouzinho da Silveira 23.	3	4	15

22	1889	Rua Mouzinho da Silveira 25.	3	4	15
23	1889	Rua Rodrigo da Fonseca 18.	5	9	20
24	1889	Avenida da Liberdade 193; Rua Barata Salgueiro. Palacete	3	Não tem MVV	19
1884-1889		Médias relativas aos 19 prédios de rendimento	3,7	7,3	15,8
		Médias relativas aos 5 palacetes	2,4	6	19,8
		Médias do total	3,5	7	16,6
Década de 1890					
1	1890	Rua Alexandre Herculano, muro; Avenida da Liberdade 242-242ª; Rua Rodrigues Sampaio. Palacete	2	5+7+vãos geminados	17
2	1891	Avenida da Liberdade 232; Rua Rodrigues Sampaio 77-79.	5	9 Vãos geminados	38
3	1893	Rua Rosa Araújo 59; Rua Rodrigo da Fonseca 10.	5	6+1+4	12
4	1894	Rua Duque de Palmela 34. Palacete	2	4+6+4 Vãos geminados	28
5	1895	Avenida da Liberdade 247	3	5	17
6	1895	Rua Rosa Araújo 57	5	4	12
7	1896	Rua Rosa Araújo 41. Palacete	3	5+2+3 Vãos geminados	20
8	1896	Rua Barata Salgueiro 28-28A. Palacete	3	7 Vãos geminados	24
9	1899	Rua Rosa Araújo 37-39	2	3 Vãos geminados	16
10	1899	Rua Castilho 38-38A	4	3	16
1890-1899		Médias relativas aos 6 prédios de rendimento	4	5	18,5
		Médias relativas aos 4 palacetes	2,5	6,25	22,5
		Médias do total	3,4	5,5	20

### 3.2.3. Quadro das características das fachadas do Bairro Barata Salgueiro.

FACHADAS – Bairro Barata Salgueiro									
N.º de casos	Ano	Local	Azulejo	Cave	R/C	1.º Andar			Último andar
				Frestas ou janelas	Só vãos de peito	Varanda de sacada	Varanda entre ombreiras	Só vãos de peito	Varanda corrida
Década de 1880									
1	1884	Rua Castilho 11-11B	N	S	S	S	S	N	N
2	1885	Rua Barata Salgueiro 39	- Palacete	S	S	S	S	N	N
3	1886	Rua Barata Salgueiro 29	-	N	S	N	S	N	S
4	1886	Rua Duque de Palmela 21-21A	S	S	S	S	N	N	N
5	1887	Rua Rosa Araújo 24-26	N Palacete	S	S	S	N	N	N
6	1887	Rua Barata Salgueiro 21	N	N	S	S	N	N	N
7	1887	Rua Barata Salgueiro 52	N	S	S	S	S	N	S
8	1887	Rua Mouzinho da Silveira 5; Rua Alexandre Herculano.	N Palacete	S	S	S	N	N	N
9	1887	Rua Alexandre Herculano 33; Rua Castilho 26- 28; Rua Rosa Araújo 20	N	S	S	S	N	N	N
10	1887	Rua Rosa Araújo 51-55	N	S	S	N	N	N	N
11	1888	Rua Barata Salgueiro 24; Avenida da República.	N Palacete	N	S	S	N	N	N
12	1888	Rua Barata Salgueiro 55; Rua	N	N	S	S	N	N	N

		Rodrigo da Fonseca 2.							
13	1888	Rua Castilho 15; Rua Rosa Araújo 22	N	S	N	S	S	N	S
14	1888	Rua Rosa Araújo 28	S	S	S	S	N	N	S
15	1888	Rua Rosa Araújo 30	-	S	S	S	N	N	S
16	1888	Rua Rosa Araújo 32	-	S	S	S	N	N	S
17	1889	Rua Alexandre Herculano 18-36	N	N	N	N	S	N	-
18	1889	Rua Alexandre Herculano 39-39B	N	N	S	S	N	N	S
19	1889	Rua Alexandre Herculano 41	N	N	S	S	N	N	S
20	1889	Rua Alexandre Herculano 46; Rua Castilho.	-	N	S	N	S	N	N
21	1889	Rua Mouzinho da Silveira 23.	N	N	S	S	S	N	N
22	1889	Rua Mouzinho da Silveira 25.	N	N	S	S	S	N	N
23	1889	Rua Rodrigo da Fonseca 18.	N	N	S	S	N	N	S
24	1889	Avenida da Liberdade 193; Rua Barata Salgueiro.	N Palacete	S	S	S	S	N	N
		MÉDIAS	2	13	21	19	10	0	9
		%	8%	54%	87%	79%	41%	0%	37,5
Década de 1890									
1	1890	Rua Alexandre Herculano, muro; Avenida da Liberdade	- Palacete	S	N	S	N	N	N

		242-242A; Rua Rodrigues Sampaio 95.							
2	1891	Avenida da Liberdade 232; Rua Rodrigues Sampaio 77-79	N	S	S	S	N	N	N
3	1893	Rua Rosa Araújo 59; Rua Rodrigo da Fonseca 10	N	S	S	S	S	N	S
4	1894	Rua Duque de Palmela 34	- Palacete	S	S	S	-	N	N
5	1895	Avenida da Liberdade 247	N	S	S	S	N	N	N
6	1895	Rua Rosa Araújo 57	N	N	S	S	N	N	N
7	1896	Rua Rosa Araújo 41	N Palacete	S	S	S	N	N	N
8	1896	Rua Barata Salgueiro 28-28A	- Palacete	S	S	S	N	N	N
9	1899	Rua Rosa Araújo 37- 39	N	S	S	S	N	N	N
10	1899	Rua Castilho 38-38A	N	N	S	S	N	N	N
		MÉDIAS	0	8	9	10	1	0	1
		%	0%	80%	90%	100%	10%	0%	10%

3.2.4. Quadro das características dos remates de fachada nos edifícios do Bairro Barata Salgueiro.

REMATES DE FACHADA – Bairro Barata Salgueiro							
N.º de casos	Ano	Local	Último piso		Cimalha		
			Mansarda	Águas furtadas	Platibanda	Cornija	Beirado
Década de 1880							
1	1884	Rua Castilho 11-11B	N	S	S	S	N
2	1885	Rua Barata Salgueiro 39	Palacete	S	S	S	N
3	1886	Rua Barata Salgueiro 29	S	N	N	S	N
4	1886	Rua Duque de Palmela 21-21A	N	S	S	S	N
5	1887	Rua Rosa Araújo 24-26	N Palacete	S	S	S	N
6	1887	Rua Barata Salgueiro 21	N	S	S	S	N
7	1887	Rua Barata Salgueiro 52	N	S	S	S	N
8	1887	Rua Mouzinho da Silveira 5; Rua Alexandre Herculano.	S Palacete	N	N	S	N
9	1887	Rua Alexandre Herculano 33; Rua Castilho 26- 28; Rua Rosa Araújo 20	N	S	S	S	N
10	1887	Rua Rosa Araújo 51-55	N	S	S	S	N
11	1888	Rua Barata Salgueiro 24; Avenida da Liberdade.	N Palacete	S	S	S	N
12	1888	Rua Barata Salgueiro 55; Rua Rodrigo da Fonseca 2.	N	S	S	S	N
13	1888	Rua Castilho 15; Rua Rosa Araújo 22	N	S	S	S	N
14	1888	Rua Rosa Araújo 28	N	S	S	S	N
15	1888	Rua Rosa Araújo 30	N	S	S	S	N
16	1888	Rua Rosa Araújo 32	N	S	S	S	N
17	1889	Rua Alexandre Herculano 18-36	S	N	S	S	N
18	1889	Rua Alexandre Herculano 39-39B	N	S	S	S	N

19	1889	Rua Alexandre Herculano 41	N	S	S	S	N
20	1889	Rua Alexandre Herculano 46; Rua Castilho.	n	N	S	S	N
21	1889	Rua Mouzinho da Silveira 23.	S	N	S	S	N
22	1889	Rua Mouzinho da Silveira 25.	S	N	S	S	N
23	1889	Rua Rodrigo da Fonseca 18.	S	N	N	N	N
24	1889	Avenida da Liberdade 193; Rua Barata Salgueiro.	S Palacete	N	N	S	N
TOTAL			7	16	20	22	0
%			29%	67%	83%	92%	0%
Década de 1890							
1	1890	Rua Alexandre Herculano, muro; Avenida da Liberdade 242-242A; Rua Rodrigues Sampaio 95.	- Palacete	S	S	S	N
2	1891	Avenida da Liberdade 232; Rua Rodrigues Sampaio 77-79	N	N	S	S	N
3	1893	Rua Rosa Araújo 59; Rua Rodrigo da Fonseca 10	S	N	N	S	N
4	1894	Rua Duque de Palmela 34	N Palacete	N	S	S	N
5	1895	Avenida da Liberdade 247	N	S	S	S	N
6	1895	Rua Rosa Araújo 57	N	N	S	S	N
7	1896	Rua Rosa Araújo 41	- Palacete	S	S	S	N
8	1896	Rua Barata Salgueiro 28-28A	- Palacete	S	S	S	N
9	1899	Rua Rosa Araújo 37-39	N	S	N	S	S
10	1899	Rua Castilho 38-38A	N	N	S	S	N
MÉDIAS			0	5	8	10	1
%			0%	50%	80%	100%	10%



### 3.2.4. Quadro das características interiores dos prédios do Bairro Barata Salgueiro.

CARACTERÍSTICAS DOS FOGOS HABITACIONAIS – Bairro Barata Salgueiro											
N.º de casos	Local	Ano	Interiores <sup>3</sup>								Projeto de rede de esgoto
			Área bruta, estimada por fogo	N.º de divisões por fogo <sup>4</sup>	N.º de divisões sem janela /fogo	N.º de corredores	I.S.		Pias de despejos		
							latrinas	banheira	Na varanda	Na cozinha	
1	Rua Castilho 11-11B-13. Tem saguão.	1884	213	14	1	3	-	-	-	-	?
			261	12	0	2	S	S	N	S	
			213	14	1	3	-	-	-	-	
			261	12	0	2	S	S	N	S	
2	Rua Barata Salgueiro 39. Palacete	1885	1.206	35 (12 no r/c + 10 no 1.º andar + 13 na cave)	0	4	S	N	N	S	N
3	Rua Barata Salgueiro 29.	1886	98	7	0	2	S <sup>5</sup>	N	S	N	N
4	Rua Duque de Palmela 21-21A.	1886	242	11	3	4	N	N	S	N	N
5	Rua Rosa Araújo 24-26. Palacete	1887	1.054	21 (8 no r/c + 13 no 1.º andar)	0	1	S	S	N	S	S
6	Rua Barata Salgueiro 21.	1887	167	11	2	3	S	N	S	N	S
			156	10	2	3	S	N	S	N	
7	Rua Barata Salgueiro 52.	1887	161	8	1	2	S	N	S	N	N
			149	8	1	2	S	N	S	N	
8	Rua Mouzinho da Silveira 5; Rua Alexandre Herculano. Palacete Tem caixa	1887	1.083	23 (7 na cave 7 no R/C 9 no 1.º andar)	0	1	S	S	N	S	S

<sup>3</sup> Para cálculo da área média por fogo e do número médio de divisões não foram contabilizados os palacetes, contando-se só as áreas e as divisões dos prédios de rendimento plurifamiliares.

<sup>4</sup> Para o número de divisões foram desprezados os pequenos compartimentos de despensas ou arrumos.

<sup>5</sup> Em gaiuta de madeira localizada na varanda.

	de escada interior											
9	Rua Alexandre Herculano 33; Rua Castilho 26-28. Rua Rosa Araújo 20. Tem caixa de escada interior	1887	430	15	3	4	S	S	N	S	S	
			400	12	3	3	S	S	N	S		
			400	14	3	3	S	S	N	S		
10	Rua Rosa Araújo 51-55. Moradia	1888	580	16 (7 na cave + 9 no r/c)	0	1	S	N	S	N	N	
11	Rua Barata Salgueiro 24; Av. da República. Palacete	1888	1.962	34 (14 na cave + 20 no r/c)	4	4	S	N	N	S	N	
12	Rua Barata Salgueiro 55.	1888	390	15	4	2	S	N	S	N	N	
13	Rua Castilho 15; Rua Rosa Araújo 22.	1888	286	16	2	3	S	N	S	N	S	
			285	16	2	3	S	N	S	N		
14	Rua Rosa Araújo 28.	1888	195	11	3	3	S	N	S	N	N	
15	Rua Rosa Araújo 30.	1888	195	11	3	3	S	N	S	N	N	
16	Rua Rosa Araújo 32.	1888	195	11	3	3	S	N	S	N	N	
17	Rua Alexandre Herculano 18-36.	1889	171	11	3	3	S	N	S	N	S	
			160	10	2	3	S	N	S	N		
18	Rua Alexandre Herculano 39-39 B.	1889	233	12	3	6	S	N	S	N	N	
			221	12	3	6	S	N	S	N		
19	Rua Alexandre Herculano 41; Rua Rodrigo da Fonseca.	1889	338	11	1	4	S	N	S	N	N	
20	Rua Alexandre Herculano 46; Rua	1889	343	14	3	3	S	N	S	N	N	

	Castilho 19-21.											
21	Rua Mouzinho da Silveira 23. Palacete Tem escada interior	1889	372	20 (7 no R/C + 5 no 1.º andar + 8 no 2.º andar)	2	1	S	N	N	S	N	
22	Rua Mouzinho da Silveira 25. Palacete Tem escada interior	1889	396	20 (7 no R/C + 5 no 1.º andar + 8 no piso em mansarda )	2	1	S	N	N	S	N	
23	Rua Rodrigo da Fonseca 18.	1889	220	10	2	2	S	N	S	N	N	
			196	10	2	2	S	N	S	N		
24	Avenida da Liberdade 193; Rua Barata Salgueiro. Palacete. Não há plantas.	1889	351	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médias e totais relativos a 27 fogos de rendimento		1880/ 1889	244	12	2,3	3	23	4	20	4	4	
%			-	-	-	-	95 %	16 %	83 %	16 %	26%	
Médias e totais relativos a 8 palacetes			875	24	1,1		7	2	1	6	2	
%		-	-	-	-	100 %	28 %	14 %	85 %	28%		
Década de 1890												
1	Rua Alexandre Herculano, muro; Avenida da Liberdade 242-242A; Rua Rodrigues Sampaio 95. Palacete – Não há plantas.	1890	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2	Avenida da Liberdade 232; Rua Rodrigues Sampaio 77-79. Tem saguão.	1891	405	16	4	2	S	S	S	N	N
			405	16	2	2	S	S	S	N	
3	Rua Rosa Araújo 59; Rua Rodrigo da Fonseca 10.	1893	183	12	4	3	S	N	S	N	S
4	Rua Duque de Palmela 34. Palacete	1894	903	-	-	-	-	-	-	-	-
5	Avenida da Liberdade 247	1895	289	14	6	4	S <sup>6</sup>	N	N	S	S
6	Rua Rosa Araújo 57	1895	156	11	2	3	S	N	S	N	N
7	Rua Rosa Araújo 41. Palacete	1896	1.140	36 (12 no 1.º andar + 8 no R/C + 9 na cave + 7 nas A.F.)	0	2	S	S	N	S	S
8	Rua Barata Salgueiro 28-28A. Tem escada interior. Tem saguão.	1896	594	23	2	5	S	S	S	N	N
9	Rua Rosa Araújo 37-39. Palacete. Tem escada interior. Tem saguão.	1899	660	22 (5 na cave + 8 no rés-do-chão + 9 no 1.º andar)	0	1	-	-	S	N	N
10	Rua Castilho 38-38A	1899	170	10	2	1	S	N	S	N	S
Médias e totais relativos a 7 fogos de rendimento		1890/1899	314	14	3,1	2,8	7	3	6	1	3

<sup>6</sup> Na varanda, em gaiuta de madeira.

%		-	-	-	-	100 %	42 %	85 %	14 %	50%
Médias e totais relativos a 3 palacetes		901	29	0	1,5	1	1	1	1	1
%						100 %	100 %	50 %	50 %	50%

### 3.2.6. Quadro das tipologias de caixas de escadas dos edifícios do Bairro Barata Salgueiro.

CAIXAS DE ESCADA – Bairro Barata Salgueiro								
N.º de prédios	Anos	Local	Lanços por piso				Degraus em leque	Bifurcada
			1	2		3 ou 4		
				Sem bomba	Com bomba			
Década de 1880								
1	1884	Rua Castilho 11-11B.	N	N	S	N	N	N
2	1885	Rua Barata Salgueiro 39. Palacete	N	N	S	N	N	S
3	1886	Rua Barata Salgueiro 29.	N	N	S	N	S	N
4	1886	Rua Duque de Palmela 21-21A.	N	N	S	N	N	N
5	1887	Rua Rosa Araújo 24-26. Palacete	N	N	S	N	N	N
6	1887	Rua Barata Salgueiro 21.	N	N	S	N	N	N
7	1887	Rua Barata Salgueiro 52.	N	N	S	N	N	N
8	1887	Rua Mouzinho da Silveira 5; Rua Alexandre Herculano. Palacete	N	N	S	N	S	N
9	1887	Rua Alexandre Herculano 33; Rua Castilho 26-28. Rua Rosa Araújo 20.	N	N	S	N	N	N
10	1888	Rua Rosa Araújo 51-55.	N	N	S	N	S	N
11	1888	Rua Barata Salgueiro 24; Av. da República. Palacete	N	N	N	S	S	S
12	1888	Rua Barata Salgueiro 55.	N	N	S	S	N	N

13	1888	Rua Castilho 15; Rua Rosa Araújo 22.	N	N	S	S	N	N
14	1888	Rua Rosa Araújo 28.	N	N	S	N	N	N
15	1888	Rua Rosa Araújo 30.	N	N	S	N	N	N
16	1888	Rua Rosa Araújo 32.	N	N	S	N	N	N
17	1889	Rua Alexandre Herculano 18-36.	N	N	S	N	N	N
18	1889	Rua Alexandre Herculano 39-39 B.	N	N	S	N	N	N
19	1889	Rua Alexandre Herculano 41.	N	N	S	N	S	S
20	1889	Rua Alexandre Herculano 46; Rua Castilho.	N	N	S	N	N	N
21	1889	Rua Mouzinho da Silveira 23.	N	N	S	N	N	N
22	1889	Rua Mouzinho da Silveira 25.	N	N	S	N	N	N
23	1889	Rua Rodrigo da Fonseca 18.	N	N	S	N	N	N
24	1889	Avenida da Liberdade 193; Rua Barata Salgueiro.	N	N	S	S	N	N
Totais			0	0	23	4	5	3
%			0%	0%	95,8%	16,6%	20,8%	12,5%
Década de 1890								
1	1890	Rua Alexandre Herculano, muro; Avenida da Liberdade 242- 242A; Rua Rodrigues Sampaio 95. Palacete	N	N	S	S	S	N
2	1891	Avenida da Liberdade 232; Rua Rodrigues Sampaio 77-79.	N	N	S	S	N	N
3	1893	Rua Rosa Araújo 59; Rua Rodrigo da Fonseca 10.	N	N	S	N	N	N
4	1894	Rua Duque de Palmela 34. Palacete	-	-	-	-	-	-
5	1895	Avenida da Liberdade 247	N	N	S	N	N <sup>7</sup>	N
6	1895	Rua Rosa Araújo 57	N	N	S	N	N	N
7	1896	Rua Rosa Araújo 41.	N	N	S	S	N	S

<sup>7</sup> O prolongamento da caixa para a cave, tem degraus em leque em vez de patim.

		Palacete						
8	1896	Rua Barata Salgueiro 28-28A	N	N	S	N	S	N
9	1899	Rua Rosa Araújo 37-39. Palacete	-	-	-	-	-	-
10	1899	Rua Castilho 38- 38A	N	N	S	N	N	N
Totais			0	0	8	3	2	1
%			0%	0%	100%	37,5%	25%	12,510

### 3.3. Quadros das características arquitetônicas dos edifícios de Campo de Ourique.

#### 3.3.1. Quadro de áreas dos edifícios do Bairro de Campo de Ourique.

ÁREAS (estimadas) - Bairro Campo de Ourique						
N.º de prédios	Ano	Local	Área do talhão (m2)	Superfície de implantação	Área do logradouro	Índice de ocupação do solo
Década de 1880						
1	1882	Rua do Quatro de Infantaria 65-67	210	102	108	0,48
2	1883	Rua Tomás da Anunciação 66-66B	262	141	121	0,53
3	1883	Rua Correia Teles 14.	170	160	10	0,94
4	1883	Rua Correia Teles 16; Rua do 4 de Infantaria 44-48.	230	230	0	1
5	1884	Rua Saraiva de Carvalho 224-230	350	260	90	0,74
6	1884	Rua Saraiva de Carvalho 232-240; Rua Ferreira Borges 2-8	210	210	0	1
7	1884	Rua Ferreira Borges 10-12	340	180	160	0,52
8	1885	Rua Correia Teles 19-19D; Rua do Quatro de Infantaria 41-43.	253	241	12	0,95
9	1885	Rua Saraiva de Carvalho 181-185	325	106	219	0,32
10	1885	Rua Tomás da Anunciação 64	560	344	216	0,61
11	1886	Rua Ferreira Borges 11-17	504	169	335	0,33
12	1886	Rua Saraiva de Carvalho 179-179B	280	97	183	0,34
13	1887	Rua Correia Teles 21	247	208	39	0,84
14	1887	Rua do Quatro de Infantaria 90	174	77	97	0,44
15	1888	Rua Correia Teles 11 – Pátio das Barracas 2-8 16 barracas	52	43	9	0,82
16	1888	Rua Saraiva de Carvalho 187-191	96	78	18	0,81
17	1888	Rua Saraiva de Carvalho 187-191 Pátio do Guilherme: 5 barracas	165	130	35	0,78
18	1889	Rua Tomás de Anunciação 117-121	104	88	16	0,84



19	1889	Rua Tomás de Anunciação 123-133	370	223	147	0,60
20	1889	Rua Tomás de Anunciação 123-133, Pátio	333	258	75	0,77
De 1882 a 1889	MÉDIAS DOS 17 FOGOS DE RENDIMENTO		275	171	104	0,66
	MÉDIA DOS 3 PÁTIOS		183	143	39	0,79
	MÉDIAS DO TOTAL DE FOGOS		256	162	93	0,68
Década de 1890						
1	1890	Rua Coelho da Rocha 23	200	155	45	0,77
2	1890	Rua Ferreira Borges 31-33	182	101	81	0,55
3	1891	Rua Coelho da Rocha 55-63; Rua Ferreira Borges 37-49	170	170	0	1
4	1891	Rua Ferreira Borges 51-61; Rua Coelho da Rocha 56-62.	190	172	18	0,90
5	1891	Rua Ferreira Borges 116	87	68	19	0,78
6	1892	Rua Coelho da Rocha 67	164	119	45	0,72
7	1893	Rua Ferreira Borges 19-25	152	83	69	0,54
8	1893	Rua Tomás de Anunciação 89-91	187	100	87	0,53
9	1894	Rua do 4 de Infantaria 22	192	120	72	0,62
10	1894	Rua do 4 de Infantaria 24	192	120	72	0,62
11	1895	Rua do 4 de Infantaria 40 <sup>8</sup>	239	202	37	0,84
12	1896	Rua Coelho da Rocha 70; Rua do 4 de Infantaria, janelas	138	130	8	0,94
13	1897	Rua de Infantaria 16, porta 20	229	146	83	0,63
14	1897	Rua do 4 de Infantaria, 17	186	109	77	0,58
15	1898	Rua do 4 de Infantaria, 15	220	128	92	0,58
16	1899	Rua Coelho da Rocha 65	153	111	42	0,72
De 1890 a 1899	MÉDIAS DOS 16 FOGOS DE RENDIMENTO		180	127	52	0,70
	MÉDIAS DOS PÁTIOS		0	0	0	0
	MMÉDIAS DOS PALACETES		0	0	0	0

<sup>8</sup> Constituído por um prédio pré-existente, inicialmente de três pisos e 3 MVV

### 3.3.2. Quadro da volumetria dos edifícios do Bairro de Campo de Ourique.

VOLUMETRIAS (aproximadas) – Bairro de Campo de Ourique					
N.º de prédios	Ano	Local	N.º Pisos corridos acima do nível da rua incluindo pisos amansardados.	N.º de MVV	Profundidade aproximada dos edifícios (em m)
Década de 1880					
1	1882	Rua do Quatro de Infantaria 65-67	2	3	12
2	1883	Rua Tomás da Anunciação 66-66B	2	5	11
3	1883	Rua Correia Teles 14-	2	5	12
4	1883	Rua Correia Teles16; Rua do 4 de Infantaria 44-48	2	3+6	15
5	1884	Rua Saraiva de Carvalho224-230	4	7	13
6	1884	Rua Saraiva de Carvalho 232-240; Rua Ferreira Borges 2-8	3	4+5	12
7	1884	Rua Ferreira Borges 10-12	3	4	11
8	1885	Rua Correia Teles 19-19D; Rua do Quatro de Infantaria 41-43.	3	7	12
9	1885	Rua Saraiva de Carvalho 181-185	2	3	14
10	1885	Rua Tomás da Anunciação 64	3	7	15
11	1886	Rua Ferreira Borges 11-17	2	4	12
12	1886	Rua Saraiva de Carvalho 179-179B	1	3	13
13	1887	Rua Correia Teles 21	4	5	14
14	1887	Rua do Quatro de Infantaria 90	3	3	11
15	1888	Rua Correia Teles 11 – Pátio das Barracas 2-8: 16 barracas	1	2	7
16	1888	Rua Saraiva de Carvalho 187-191	2	3	12
17	1888	Rua Saraiva de Carvalho 187-191 Pátio do Guilherme: 5 barracas	1	2	6
18	1889	Rua Tomás de Anunciação 117-121	3	3	10
19	1889	Rua Tomás de Anunciação 123-133	2	6	10
20	1889	Rua Tomás de Anunciação 131. Pátio	1	3	5

		Médias relativas aos 17 prédios de rendimento.	2,5	4,6	12,2
		Médias relativas aos 3 pátios.	1	2,3	6
		Médias do total	2,3	4,3	11,35
Década de 1890					
1	1890	Rua Coelho da Rocha 23	4	5	13
2	1890	Rua Ferreira Borges 31-33	4	4	12
3	1891	Rua Coelho da Rocha 55-63; Rua Ferreira Borges 37-49	4	3+1+6	10
4	1891	Rua Ferreira Borges 51-61; Rua Coelho da Rocha 56-62.	4	2+1+6	10
5	1891	Rua Ferreira Borges 116	2	3	9
6	1893	Rua Coelho da Rocha 67	4	4	14
7	1893	Rua Ferreira Borges 19-25	3	6	12
8	1893	Rua Tomás de Anunciação 89-91	4	3	11
9	1894	Rua do 4 de Infantaria 22	4	3	13
10	1894	Rua do 4 de Infantaria 24	3	3	13
11	1895	Rua do 4 de Infantaria 40	4	7	13 <sup>9</sup>
12	1896	Rua Coelho da Rocha 70; Rua do 4 de Infantaria, janelas	1	4+5	12
13	1897	Rua de Infantaria 16, porta 20	3	5	14
14	1897	Rua do 4 de Infantaria, 17	3	3	15
15	1898	Rua do 4 de Infantaria, 15	1	4	15
16	1899	Rua Coelho da Rocha 65	4	5	10
		Médias relativas aos 16 prédios de rendimento.	3,25	4,5	12,25

<sup>9</sup> Inclui varandas com estrutura de ferro.

3.3.3. Quadro das características das fachadas dos edifícios do Bairro de Campo de Ourique.

FACHADAS – Bairro de Campo de Ourique									
N.º de casos	Ano	Local	Azulejo	Cave		1.º Andar			Último andar
				Frestas ou janelas	Só vãos de peito	Varanda de sacada	Varanda entalada na moldura	Só vãos de peito	Varanda corrida
Década de 1880									
1	1882	Rua do Quatro de Infantaria 65-67	N	S	S	N	S	N	N
2	1883	Rua Tomás da Anunciação 66-66B	N	N	S	N	N	S	N
3	1883	Rua Correia Teles 14.	-	S	S	N	S	N	N
4	1883	Rua Correia Teles 16; Rua do 4 de Infantaria 44-48.	-	S	S	N	S	N	N
5	1884	Rua Saraiva de Carvalho 224-230	-	N	S	N	S	N	N
6	1884	Rua Saraiva de Carvalho 232-240; Rua Ferreira Borges 2-8	-	N	N	N	N	S	N
7	1884	Rua Ferreira Borges 10-12	-	N	N	N	N	S	N
8	1885	Rua Correia Teles 19-19D; Rua do Quatro de Infantaria 41-43.	N	N	S	N	N	S	N
9	1885	Rua Saraiva de Carvalho 181-185	-	N	N	N	S	N	N
10	1885	Rua Tomás da Anunciação 64	-	S	S	N	S	N	N
11	1886	Rua Ferreira	-	N	N	N	S	N	N

		Borges 11-17							
12	1886	Rua Saraiva de Carvalho 179-179B	-	N	S	N	N	N	N
13	1887	Rua Correia Teles 21	S	N	S	S	N	N	N
14	1887	Rua do Quatro de Infantaria 90	N	S	S	S	N	N	S
15	1888	Rua Correia Teles 11 – Pátio das Barracas 2-8 16 barracas	N	N	S	-	-	-	-
16	1888	Rua Saraiva de Carvalho 187-191	-	N	N	N	S	N	N
17	1888	Rua Saraiva de Carvalho 187-191 Pátio do Guilherme: 5 barracas	-	N	S	-	-	-	-
18	1889	Rua Tomás de Anunciação 117-121	-	N	N	S	N	N	N
19	1889	Rua Tomás de Anunciação 123-133	N	N	N	S	N	N	N
20	1889	Rua Tomás de Anunciação 123-133, Pátio	N	N	S	-	-	-	-
		MÉDIAS	1	5	13	4	8	4	1
		%	12%	25%	65%	20%	40%	20%	5%
Década de 1890									
1	1890	Rua Coelho da Rocha 23	N	N	S	S	N	N	N
2	1890	Rua Ferreira Borges 31-33	N	N	S	N	S	N	N
3	1891	Rua Coelho da Rocha 55-63; Rua Ferreira Borges 37-49	N	N	N	N	S	S	N
4	1891	Rua Ferreira	N	N	S	N	N	N	N

		Borges 51-61; Rua Coelho da Rocha 56-62.							
5	1891	Rua Ferreira Borges 116	-	N	N	S	S	N	N
6	1892	Rua Coelho da Rocha 67	N	S	S	N	S	N	N
7	1893	Rua Ferreira Borges 19-25	-	-	-	-	-	-	-
8	1893	Rua Tomás de Anunciação 89-91	N	N	N	N	S	N	S
9	1894	Rua do 4 de Infantaria 22	S	N	S	S	S	N	N
10	1894	Rua do 4 de Infantaria 24	S	N	S	S	S	N	N
11	1895	Rua do 4 de Infantaria 40 <sup>10</sup>	N	N	S	N	S	S	N
12	1896	Rua Coelho da Rocha 70; Rua do 4 de Infantaria, janelas	N	S	S	N	S	N	N
13	1897	Rua de Infantaria 16, porta 20	N	N	S	N	N	S	N
14	1897	Rua do 4 de Infantaria, 17	N	S	S	S	S	N	N
15	1898	Rua do 4 de Infantaria, 15	S	S	S	S	S	N	N
16	1899	Rua Coelho da Rocha 65	N	S	S	N	N	S	S
MÉDIAS			3	5	12	6	11	4	2
%			18%	31%	75%	37%	68%	25%	12%

<sup>10</sup> Constituído por um prédio pré-existente, inicialmente de três pisos e 3 MVV

3.3.4. Quadro das características dos remates das fachadas dos prédios do Bairro de Campo de Ourique.

REMATES DE FACHADA – Bairro Campo de Ourique							
N.º de prédios	Ano	Local	Último piso		Cimalha		
			Mansarda	Águas furtadas	Platibanda	Cornija	Beirado sobre cornija
Década de 1880							
1	1882	Rua do Quatro de Infantaria 65-67	-	S	S	S	-
2	1883	Rua Tomás da Anunciação 66-66B	-	-	S	S	-
3	1883	Rua Correia Teles 14.	-	S	S	S	-
4	1883	Rua Correia Teles 16; Rua do 4 de Infantaria 44-48.	-	S	S	S	-
5	1884	Rua Saraiva de Carvalho 224-230	-	S	S	S	-
6	1884	Rua Saraiva de Carvalho 232-240; Rua Ferreira Borges 2-8	-	-	S	S	-
7	1884	Rua Ferreira Borges 10-12	-	-	S	S	-
8	1885	Rua Correia Teles 19-19D; Rua do Quatro de Infantaria 41-43.	-	-	S	S	-
9	1885	Rua Saraiva de Carvalho 181-185	-	S	S	S	-
10	1885	Rua Tomás da Anunciação 64	-	-	S	S	-
11	1886	Rua Ferreira Borges 11-17	-	-	S	S	-
12	1886	Rua Saraiva de Carvalho 179-179B	-	S	S	S	-
13	1887	Rua Correia Teles 21	-	S	S	S	-
14	1887	Rua do Quatro de Infantaria 90	S	-	-	-	-
15	1888	Rua Correia Teles 11 – Pátio das Barracas 2-8 16 barracas	-	-	-	S	S
16	1888	Rua Saraiva de Carvalho 187-191	-	S	S	S	-
17	1888	Rua Saraiva de Carvalho 187-191 Pátio do Guilherme: 5 barracas	-	-	-	-	S

18	1889	Rua Tomás de Anunciação 117-121	-	-	S	S	-
19	1889	Rua Tomás de Anunciação 123-133	-	S	S	S	
20	1889	Rua Tomás de Anunciação 123-133, Pátio	-	-	-	-	S
TOTAL			1	9	16	17	3
%			5%	45%	80%	85%	15%
Década de 1890							
1	1890	Rua Coelho da Rocha 23	-	S	S	S	-
2	1890	Rua Ferreira Borges 31-33	-	-	S	S	-
3	1891	Rua Coelho da Rocha 55-63; Rua Ferreira Borges 37-49	-	-	S	S	-
4	1891	Rua Ferreira Borges 51-61; Rua Coelho da Rocha 56-62.	-	-	S	S	-
5	1891	Rua Ferreira Borges 116	-	S	S	S	-
6	1892	Rua Coelho da Rocha 67	-	-	S	S	-
7	1893	Rua Ferreira Borges 19-25	-	-	?	?	-
8	1893	Rua Tomás de Anunciação 89-91	S	-	S	S	-
9	1894	Rua do 4 de Infanteria 22	-	-	S	S	-
10	1894	Rua do 4 de Infanteria 24	-	S	S	S	-
11	1895	Rua do 4 de Infanteria 40 <sup>11</sup>	-	-	S	S	-
12	1896	Rua Coelho da Rocha 70; Rua do 4 de Infanteria, janelas	-	-	S	S	-
13	1897	Rua de Infanteria 16, porta 20	-	-	S	S	-
14	1897	Rua do 4 de Infanteria, 17	-	-	S	S	-
15	1898	Rua do 4 de Infanteria, 15	-	S	S	S	-
16	1899	Rua Coelho da Rocha 65	-	-	-	S	-
MÉDIAS			1	4	14	15	0
%			6%	25%	87%	93%	0%

<sup>11</sup> Constituído por um prédio pré-existente, inicialmente de três pisos e 3 MVV



3.3.5. Quadro das características interiores dos edifícios do Bairro de Campo de Ourique.

INTERIOR DOS FOGOS – Bairro de Campo de Ourique											
N.º de casos	Local	Ano	Organização do espaço dos fogos e saneamento								
			Área bruta, estimada por fogo	N.º de divisões por fogo <sup>12</sup>	N.º de divisões sem janela por fogo	N.º de corredores	I.S.		Pias de despejos		Projeto de rede de esgoto
							latrinas	banheira	Na varanda	Na cozinha	
1	Rua do Quatro de Infantaria 65-67.	1882	102	7	1	1	N	N	N	S	N
2	Rua Tomás da Anunciação 66-66B	1883	70	5	2	1	N	N	S	N	S
			70	5	2	1	N	N	S	N	
3	Rua Correia Teles 14.	1883	84	5	1	1	N	N	S	N	S
			76	6	2	2	N	N	S	N	
4	Rua Correia Teles 16; Rua do 4 de Infantaria 44-48.	1883	120	6	2	3	N	N	N	S	S
			110	5	0	1	N	N	N	S	
5	Rua Saraiva de Carvalho 224-230	1884	136	9	1	3	S	N	N	S	S
			124	8	1	3	S	N	N	S	
6	Rua Saraiva de Carvalho 232-240; Rua Ferreira Borges 2-8	1884	110	8	2	2	S	N	N	S	S
			100	6	0	1	S	N	N	S	
7	Rua Ferreira Borges 10-12	1884	87	6	2	1	N	N	N	S	S
			80 + 6m2 indep.	5	1	3	N	N	N	S	

<sup>12</sup> Para o número de divisões foram desprezados os pequenos compartimentos de despensas ou arrumos.

8	Rua Correia Teles 19- 19D; Rua do Quatro de Infantaria 41-43. Tem saguão.	1885	140	8	3	2	N	N	N	S	S
			133	9	3	2	N	N	N	S	
9	Rua Saraiva de Carvalho 181-185. Colunas em ferro fundido no r/c.	1885	106	8	4	1	N	N	N	S	S
10	Rua Tomás da Anunciaçã o 64 Telha marselha	1885	180	10	3	3	S	N	S	N	S
			164	9	3	3	S	N	S	N	
11	Rua Ferreira Borges 11- 17.	1886	169	8	2	2	N	N	S	N	-
12	Rua Saraiva de Carvalho 179-179B	1886	97	7	3	1	N	N	S	N	S
13	Rua Correia Teles 21	1887	111	6	2	2	N	N	S	N	S
			97	6	2	2	N	N	S	N	
14	Rua do Quatro de Infantaria 90	1887	77	5	1	1	N	N	N	S	N
15	Rua Correia Teles 11 – Pátio das Barracas 2- 8 16 barracas	1888	43	4	0	0	N	N	S	N	N

16	Rua Saraiva de Carvalho 187-191 Tem colunas de ferro no r/c.	1888	78	5	1	2	N	N	N	S	S
17	Rua Saraiva de Carvalho 187-191. Pátio do Guilherme: 5 barracas	1888	39	5	3	0	N	N	N	S	S
			29	4	2	0	N	N	N	S	
18	Rua Tomás de Anunciação 117-121	1889	88	6	1	1	N	N	S	N	S
19	Rua Tomás de Anunciação 123-133	1889	223	12	1	2	S	N	S	N	S
			74	6	0	2	S	N	S	N	
20	Rua Tomás de Anunciação 123-133, Pátio: 1 barraca (e estúbulos ou atividade industrial)	1889	33	3	0	0	N	N	N	S	S
Médias e totais relativos a 27 fogos de rendimento			110	6,8	1,7	1,8	8	0	13	14	14
%			-	-	-	-	29%	0%	48%	51%	51%
Médias e totais relativos aos 4 tipos de fogos em pátio			36	4	1,2	0	0	0	1	3	2
%			-	-	-	-	0%	0%	25%	75%	66%
Década de 1890											
1	Rua Coelho da Rocha 23	1890	83	6	2	1	N	N	S	N	S
			72	5	2	1	N	N	S	N	
2	Rua Ferreira Borges 31-33	1890	54	5	1	1	N	N	S	N	S
			54	5	1	1	N	N	S	N	

3	Rua Coelho da Rocha 55-63; Rua Ferreira Borges 37-49	1891	170	8	2	1	N	N	S	N	S
4	Rua Ferreira Borges 51-61; Rua Coelho da Rocha 56-62. Tem saguão	1891	98	7	0	1	N	N	S	N	S
			74	5	2	1	N	N	S	N	
5	Rua Ferreira Borges 116	1891	36	4	1	1	N	N	S	N	S
			32	4	1	0	N	N	S	N	
6	Rua Coelho da Rocha 67	1892	119	7	3	1	N	N	S	N	S
7	Rua Ferreira Borges 19-25	1893	83	-	-	-	-	-	-	-	-
8	Rua Tomás de Anunciação 89-91	1893	100	8	2	0	N	N	N	S	S
9	Rua do 4 de Infantaria 22	1894	120	8	3	1	N	N	S	N	S
10	Rua do 4 de Infantaria 24	1894	120	7	3	1	S	N	S	N	S
11	Rua do 4 de Infantaria 40 <sup>13</sup>	1895	85	9	5	1	S <sup>14</sup>	N	N	S	S
12	Rua Coelho da Rocha 70; Rua do 4 de Infantaria, janelas. Tem saguão	1896	70	6	0	1	N	N	S	N	S
			60	5	2	1	N	N	S	N	

<sup>13</sup> Adossado a um prédio pré-existente, inicialmente de três pisos e 3 MVV, por onde tem acesso.

<sup>14</sup> Numa gaiuta de madeira, na varanda das traseiras.

13	Rua de Infantaria 16, porta 20	1897	77	6	2	1	N	N	S	N	S
			68	5	2	1	N	N	S	N	
14	Rua do 4 de Infantaria, 17	1897	107	7	3	1	S <sup>15</sup>	N	S	N	S
15	Rua do 4 de Infantaria, 15	1898	128	6	3	1	S <sup>16</sup>	N	S	N	S
16	Rua Coelho da Rocha 65	1899	55	5	1	1	N	N	N	S	N
			55	5	1	1	N	N	N	S	
Médias/Totais de 23 fogos de rendimento			83.4 m2	5,7	1,8	0,8	4	0	18	4	14
%			-	-	-	-	18 %	0 %	81 %	18 %	93%
Médias/Totais dos 0 palacetes			-	-	-	-	-	-	-	-	-
%			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médias /Totais dos 0 fogos em pátio			-	-	-	-	-	-	-	-	-
%			-	-	-	-	-	-	-	-	-

<sup>15</sup> Numa gaiuta de madeira, na varanda das traseiras.

<sup>16</sup> Idem.

### 3.3.6. Quadro das tipologias das caixas de escada de Campo de Ourique.

CAIXAS DE ESCADA – Campo de Ourique								
N.º de prédios	Anos	Local	Lanços por piso				Degraus em leque	Bifurcada
			1	2		3 ou 4		
				Sem bomba	Com bomba			
Década de 1880								
1	1882	Rua do Quatro de Infantaria 65-67	N	N	S	N	S	N
2	1883	Rua Tomás da Anunciação 66-66B	S	S	N	N	N	N
3	1883	Rua Correia Teles 14.	N	N	S	S	N	N
4	1883	Rua Correia Teles 16; Rua do 4 de Infantaria 44-48.	N	N	S	N	N	N
5	1884	Rua Saraiva de Carvalho 224-230	N	N	S	N	S	N
6	1884	Rua Saraiva de Carvalho 232-240; Rua Ferreira Borges 2-8	N	N	S	N	S	N
7	1884	Rua Ferreira Borges 10-12	N	N	S	N	S	N
8	1885	Rua Correia Teles 19-19D; Rua do Quatro de Infantaria 41-43.	N	N	S	N	N	N
9	1885	Rua Saraiva de Carvalho 181-185	N	N	S	N	S	N
10	1885	Rua Tomás da Anunciação 64	N	N	S	N	N	N
11	1886	Rua Ferreira Borges 11-17	N	N	S	N	S	N
12	1886	Rua Saraiva de Carvalho 179-179B	N	N	S	S	N	N
13	1887	Rua Correia Teles 21	N	N	S	N	N	N
14	1887	Rua do Quatro de Infantaria 90	N	N	S	N	N	N
15	1888	Rua Correia Teles 11 – Pátio das Barracas 2-8 16 barracas	-	-	-	-	-	-
16	1888	Rua Saraiva de Carvalho 187-191	N	N	S	N	S	N
17	1888	Rua Saraiva de Carvalho 187-191 Pátio do Guilherme:	-	-	-	-	-	-

		5 barracas						
18	1889	Rua Tomás de Anunciação 117-121	N	N	S	N	S	N
19	1889	Rua Tomás de Anunciação 123-133	N	N	S	N	N	N
20	1889	Rua Tomás de Anunciação 123-133, Pátio	-	-	-	-	-	-
Totais			1	1	16	2	8	0
%			5,8%	5,8%	94%	11,7%	47%	0%
Década de 1890								
1	1890	Rua Coelho da Rocha 23	N	N	S	N	S	N
2	1890	Rua Ferreira Borges 31-33	N	N	S	N	N	N
3	1891	Rua Coelho da Rocha 55-63; Rua Ferreira Borges 37-49	N	N	S	N	S	N
4	1891	Rua Ferreira Borges 51-61; Rua Coelho da Rocha 56-62.	N	N	S	N	N	N
5	1891	Rua Ferreira Borges 116	N	N	S	N	S	N
6	1892	Rua Coelho da Rocha 67	N	N	S	N	N	N
7	1893	Rua Ferreira Borges 19-25	-	-	-	-	-	-
8	1893	Rua Tomás de Anunciação 89-91	N	N	S	N	N	N
9	1894	Rua do 4 de Infanteria 22	N	N	S	N	N	N
10	1894	Rua do 4 de Infanteria 24	N	N	S	N	N	N
11	1895	Rua do 4 de Infanteria 40 <sup>17</sup>	N	N	S	N	N	N
12	1896	Rua Coelho da Rocha 70; Rua do 4 de Infanteria, janelas	N	N	S	N	S	N
13	1897	Rua de Infanteria 16, porta 20	N	N	S	N	N	n
14	1897	Rua do 4 de Infanteria, 17	N	N	S	N	N	N
15	1898	Rua do 4 de Infanteria, 15	N	N	S	N	N	N
16	1899	Rua Coelho da Rocha 65	N	N	S	N	N	N
Totais			0	0	15	0	4	0
%			0%	0%	100%	0%	26,6%	0%

<sup>17</sup> Constituído por um prédio pré-existente, inicialmente de três pisos e 3 MVV.

### 3.4. Quadros das características arquitetónicas dos edifícios do Casal do Rolão.

#### 3.4.1. Quadro de áreas.

ÁREAS (estimadas) - Casal do Rolão						
N.º de prédios	Ano	Local	Área do talhão (m2)	Superfície de implantação	Área do logradouro	Índice de ocupação do solo
1	1891	Rua Gil Vicente 37-41; Rua dos Lusíadas 138-140.	166	150	16	0,90
2	1891	Rua Gil Vicente 43	156	109	47	0,69
3	1891	Rua Gil Vicente 45-45B	156	109	47	0,69
4	1891	Rua dos Lusíadas 142-144	180	161	19	0,89
5	1891	Rua Pedro Calmon 10-16. Vila	284	284	0	1
6	1893	Rua Amadeu Sousa Cardoso 15-21. Vila	273	218	55	0,79
7	1893	Rua Sá de Miranda 13	146	102	46	0,69
8	1893	Rua Sá de Miranda 15	128	102	28	0,79
9	1893	Rua Sá de Miranda 17	123	102	23	0,83
10	1895	Rua Gil Vicente 20	111	87	24	0,78
11	1895	Rua Gil Vicente 22	108	87	21	0,80
12	1897	Rua João de Barros 2-2A	153	128	5	0,83
13	1898	Rua Jau 20	531	95	436	0,18
14	1899	Rua Gil Vicente 7-13	300	161	139	0,53
15	1899	Rua Amadeu Sousa Cardoso 7-11.	139	86	53	0,61
De 1891 a 1899		MÉDIAS DOS 13 PRÉDIOS DE RENDIMENTO	184	113	69	0,65
		MÉDIAS DAS 2 VILAS	278	251	27	0,89
		MÉDIAS DOS 15 PRÉDIOS	196	139	64	0,73



3.4.2. Quadro de volumetrias dos edifícios do Casal do Rolão.

VOLUMETRIAS (aproximadas) – Bairro de Casal do Roldão					
N.º de prédios	Ano	Local	N.º Pisos corridos acima do nível da rua incluindo pisos amansardados.	N.º de MVV	Profundidade aproximada dos edifícios (em m)
Década de 1890					
1	1891	Rua Gil Vicente 37-41; Rua dos Lusíadas 138-140.	4	7 + 3	12
2	1891	Rua Gil Vicente 43	3	5	10
3	1891	Rua Gil Vicente 45-45B	3	5	10
4	1891	Rua dos Lusíadas 142 144	2	4+1+5	10
5	1892	Rua Pedro Calmon 10-16. Vila	2	8	11
6	1893	Rua Amadeu Sousa Cardoso 15-21. Vila	3	6	12
7	1893	Rua Sá de Miranda 13	3	3	10
8		Rua de Sá de Miranda 15	3	3	10
9		Rua Sá de Miranda 17	3	3	10
10	1895	Rua Gil Vicente 20	3	3	13
11	1895	Rua Gil Vicente 22	3	3	13
12	1897	Rua João de Barros 2-2A	2	4+1+3	12
13	1898	Rua Jau 20	2	4	11
14	1899	Rua Gil Vicente 7-13	3	7	10
15	1899	Rua Amadeu Sousa Cardoso 7-11	3	3	9
De 1891 a 1899		Médias	2,8	4,6	10,8

### 3.4.3. Quadro das características das fachadas dos prédios de Casal do Rolão.

FACHADAS – Casal do Rolão									
N.º de casos	Ano	Local	Azulejo	Cave	R/C	1.º Andar			Último andar
				Frestas ou janelas	Só vãos de peito	Varanda de sacada	Guarda corpo entre ombreiras	Só vãos de peito	Varanda corrida
Década de 1880									
1	1891	Rua Gil Vicente 37-41; Rua dos Lusíadas 138-140.	-	N	N	N	S	N	N
2	1891	Rua Gil Vicente 43	N	S	N	N	S	N	N
3	1891	Rua Gil Vicente 45-45B	-	S	N	N	S	N	N
4	1891	Rua dos Lusíadas 142-144	N	N	S	N	N	S	N
5	1891	Rua Pedro Calmon 10-16	N	S	N	N	N	S	N
6	1893	Rua Amadeu Sousa Cardoso 15-21	-	N	N	N	N	S	N
7	1893	Rua Sá de Miranda 13	N	N	S	N	N	N	N
8	1893	Rua Sá de Miranda 15	N	N	S	N	N	N	N
9	1893	Rua Sá de Miranda 17	N	N	S	N	N	N	N
10	1895	Rua Gil Vicente 20	-	S	S	S	N	N	N
11	1895	Rua Gil Vicente 22	-	S	S	S	N	N	N
12	1897	Rua João de Barros 2-2A	N	N	S	S	S	N	N
13	1898	Rua Jau 20	?	N	S	N	S	N	N
14	1899	Rua Gil Vicente 7-13	N	S	N	N	N	N	N
15	1899	Rua Amadeu Sousa Cardoso 7-11	N	N	N	N	N	S	N

	MÉDIAS	0	6	8	3	5	4	0
	%	0%	40%	53%	20%	33%	26%	0%

### 3.4.4. Quadro de remates das fachadas no Casal do Rolão.

REMATES DE FACHADA – Casal do Rolão							
N.º de prédios	Ano	Local	Último piso		Cimalha		
			Mansarda	Águas furtadas	Platibanda	Cornija	Beirado
Década de 1890							
1	1891	Rua Gil Vicente 37-41; Rua dos Lusíadas 138-140.	N	N	S	S	N
2	1891	Rua Gil Vicente 43	N	N	S	S	N
3	1891	Rua Gil Vicente 45-45B	N	N	S	S	N
4	1891	Rua dos Lusíadas 142-144	N	N	S	S	N
5	1892	Rua Pedro Calmon 10-16	N	S	S	S	N
6	1893	Rua Amadeu de Sousa Cardoso 15-21	N	N	S	S	N
7	1893	Rua Sá de Miranda 13	N	N	S	S	N
8	1893	Rua Sá de Miranda 15	N	N	S	S	N
9	1893	Rua Sá de Miranda 17	N	N	S	S	N
10	1895	Rua Gil Vicente 20	N	N	S	S	N
11	1895	Rua Gil Vicente 22	N	N	S	S	N
12	1897	Rua João de Barros 2-2A	N	S	S	S	N
13	1898	Rua Jau 20	N	N	S	S	N
14	1899	Rua Gil Vicente 7-13	N	N	S	S	N
15	1899	Rua Amadeu Sousa Cardoso 7-11	S	N	S	S	N
		TOTAL	1	2	15	15	15
		%	6%	13%	100%	100%	100%

### 3.4.5. Quadro das características interiores dos edifícios de Casal do Rolão.

Interior dos fogos – Bairro do Casal do Rolão											
N.º de casos	Local	Ano	Organização do espaço dos fogos e saneamento								Projeto de rede de esgoto
			Área bruta, estimada por fogo	N.º de divisões por fogo <sup>18</sup>	N.º de divisões sem janela por fogo	N.º de corredores	I.S.		Pia de despejos		
							latrinas	banheira	Na varanda	Na cozinha	
1	Rua Gil Vicente 37-41; Rua dos Lusíadas 138-140.	1891	79	7	0	2	N	N	S	N	S
			71	6	2	1	N	N	S	N	
2	Rua Gil Vicente 43	1891	58	5	1	1	N	N	S	N	S
			52	5	1	1	N	N	S	N	
3	Rua Gil Vicente 45-45B	1891	58	5	1	1	N	N	S	N	S
			52	5	1	1	N	N	S	N	
4	Rua dos Lusíadas 142-144	1891	101	9	2	2	N	N	S	N	S
			60	5	1	1	N	N	S	N	
5	Rua Pedro Calmon 10-16 Vila (António Rodrigues)	1891	85	7	3	0	N	N	N	N	S <sup>19</sup>
			35	3	1	0	N	N	N	N	
			20	2	0	0	N	N	N	N	
			20	2	0	0	N	N	N	N	
			35	3	0	0	N	N	N	N	
			35	3	1	0	N	N	N	N	
			20	2	0	0	N	N	N	N	
6	Rua Amadeu Sousa Cardoso 15-21	1893	30	4	2	0	N	N	N	S	S
			30	4	2	0	N	N	N	S	
			25	4	2	0	N	N	N	S	
			25	4	2	0	N	N	N	S	
			30	4	2	0	N	N	N	S	
			30	4	2	0	N	N	N	S	

<sup>18</sup> Para o número de divisões foram desprezados os pequenos compartimentos de arrumos.

<sup>19</sup> A única pia de despejos, comum a todos os fogos, está situada em cada piso na galeria de acesso às habitações, no centro do imóvel.

	Vila (António Rodrigues)		25	4	2	0	N	N	N	S	
			25	4	2	0	N	N	N	S	
7	Rua Sá de Miranda 13	1893	55	5	1	1	N	N	S	N	S
			47	4	1	1	N	N	S	N	
8	Rua Sá de Miranda 15	1893	55	5	1	1	N	N	S	N	S
			47	4	1	1	N	N	S	N	
9	Rua Sá de Miranda 17	1893	55	5	1	1	N	N	S	N	S
			47	4	1	1	N	N	S	N	
10	Rua Gil Vicente 20	1895	87	6	2	1	N	N	N	S	S
11	Rua Gil Vicente 22	1895	87	6	2	1	N	N	N	S	S
12	Rua João de Barros 2-2A	1897	128	7	1	1	S	N	N	S	S
13	Rua Jau 20	1898	95	9	1	3	S	N	S	N	N
14	Rua Gil Vicente 7-13	1899	84	7	2	1	N	N	S	N	N
			76	6	2	1	N	N	S	N	
15	Rua Amadeu Sousa Cardoso 7-11	1899	73	5	1	1	N	N	S	N	S
			66	4	1	1	N	N	S	N	
Médias /Totais de 22 fogos de rendimento			69,6	5,6	1,2	1,1	2	0	19	3	11
%			-	-	-	-	9%	0%	86%	13%	84%
Médias /Totais dos 15 fogos em pátios ou em vilas			31	3,6	1,4	0	0	0	0	8	15
%			-	-	-	-	0%	0%	0%	53%	100%

### 3.4.6. Quadros das tipologias de caixa de escada no Casal do Rolão.

CAIXAS DE ESCADA – Casal do Rolão								
N.º de prédios	Anos	Local	Lanços retos por piso				Degraus em leque	Bifurcada
			1	2		3 ou 4		
				Sem bomba	Com bomba			
Década de 1890								
1	1891	Rua Gil Vicente 37-41; Rua dos Lusíadas 138-140.	N	N	S	S	S	N
2	1891	Rua Gil Vicente 43	N	N	S	N	S	N
3	1891	Rua Gil Vicente 45-45B	N	N	S	N	S	N
4	1891	Rua dos Lusíadas 142-144	N	N	S	N	S	N
5	1891	Rua Pedro Calmon 10-16	N	N	S	N	S	N
6	1893	Rua Amadeu Sousa Cardoso 15-21	N	N	S	N	N	N
7	1893	Rua Sá de Miranda 13	N	N	S	N	N	N
8	1893	Rua Sá de Miranda 15	N	N	S	N	N	N
9	1893	Rua Sá de Miranda 17	N	N	S	N	N	N
10	1895	Rua Gil Vicente 20	N	N	S	N	N	N
11	1895	Rua Gil Vicente 22	N	N	S	N	N	N
12	1897	Rua João de Barros 2-2A	N	N	S	N	N	N
13	1898	Rua Jau 20	N	S	N	N	S	N
14	1899	Rua Gil Vicente 7-13	N	N	S	N	N	N
15	1899	Rua Amadeu Sousa Cardoso 7-11	N	N	S	N	N	N
Totais			0	1	14	1	6	0
%			0%	6,6%	93,3%	6,6%	40%	0%

### 3.5 Quadros das características arquitetónicas dos prédios das Avenidas Novas.

#### 3.5.1. Quadro de áreas.

ÁREAS (estimadas) – Urbanização das Avenidas Novas Décadas de 1900/1910/20						
N.º de prédios	Ano	Local	Área do talhão (m <sup>2</sup> )	Superfície de implantação	Área de logradouro	Índice de ocupação do solo <sup>20</sup>
Década de 1900						
1	1900	Avenida Fontes Pereira de Melo 17; Rua Martens Ferrão 20-20B	360	324	36	0,90
2	1901	Av. da República 6	-	-	-	-
3	1904	Av. 5 de Outubro 6-8 <b>Palacete</b>	554	206	348	0,37
4	1904	Av. Visconde de Valmor 31-31A	344	224	120	0,65
5	1904	Av. da República 12-12B	460	268	192	0,58
6	1905	Av. Duque d'Ávila 32-32F; Av. da República 10-10G.	914	790	120	0,86
7	1905	Av. Duque d'Ávila 46. <b>Moradia</b>	640	270	370	0,42
8	1905	Av. Duque d'Ávila 73-77 <b>Moradia</b>	3.741 <sup>21</sup>	417	3.324	0,11
9	1905	Av. João Crisóstomo 20-20D.	387	247	139	0,63
10	1905	Av. da República 38-38A; Avenida Visconde Valmor 22. <b>Palacete</b>	1.174	361	813	0.30
11	1905	Av. Visconde Valmor 27A-27F; Av da República 36-36F <b>Palacete</b>	623	486	137	0.78
12	1906	Av. Duque d'Ávila 71; Av. Defensores de Chaves 29. <b>Palacete</b>	1.330	300	1.030	0,23
13	1906	Av. João Crisóstomo 17; Av. da República 18.	690	230	460	0,33

<sup>20</sup> IOS- Quociente da superfície de implantação do edifício pela área total do talhão, parcela ou lote.

<sup>21</sup> Trata-se da área do talhão inicial, posteriormente foi reduzida para 1.760m<sup>2</sup>.

		<b>Moradia</b>				
14	1906	Avenida da República 46A.	1.103	740	363	0,67
15	1906	Av. da República 46; Av. Elias Garcia, janelas.	539	490	49	0,90
16	1906	Av. Elias Garcia 60C	366	318	48	0,86
17	1906	Av. João Crisóstomo 32-34; Av. 5 de Outubro 52-54. <b>Palacete</b>	1.808	280	1.528	0,15
18	1906	Av. Visconde Valmor 29; Av. da República 45-45C <b>Palacete</b>	603	190	413	0,31
19	1906	Av. de Berna 2; Av. da República 77. <b>Palacete</b>	900	310	590	0,34
20	1907	Av. João Crisóstomo 21.	755	439	316	0,58
21	1907	Av. da República 25-25B; Av. João Crisóstomo 24.	-	-	-	-
22	1907	Av. Miguel Bombarda 25.	219	190	39	0,86
23	1907	Av. Miguel Bombarda 27.	219	190	39	0,86
24	1908	Av. João Crisóstomo 13-13A.	350	270	80	0,77
25	1908	Av. 5 de Outubro 1; Av. Fontes Pereira de Melo 35-41. <b>Palacete</b>	-	-	-	-
26	1908	Av. da República 87.	668	268	400	0,40
27	1908	Av. Duque d'Ávila 129-131.	616	443	173	0,72
28	1908	Av. Duque d'Ávila 73-77.	1.746	424	1.322	0,24
29	1908	Av. Miguel Bombarda 3.	392	260	132	0,66
30	1908	Av. Miguel Bombarda 8. <b>Moradia</b>	-	-	-	-
31	1908	Av. Visconde Valmor 18.	379	315	38	0,83
32	1908	Av. Visconde Valmor 20. <b>Moradia</b>	1.338	424	914	0,31
33	1908	Av. Visconde Valmor 32.	394	379	43	0,96
34	1908	Av. Visconde Valmor 38-38A.	386	253	133	0,65
35	1908	Av. de Berna 1-1A; Av. da República, janelas. <b>Palacete</b>	855	593	262	0,69



36	1909	Av. Duque d'Ávila 69; Av. Defensores de Chaves 28	474	444	30	0,93
37	1909	Av. da República 89-89A.	640	448	192	0,7
38	1909	Av. da República 95.	653	397	256	0,6
39	1909	Av. Miguel Bombarda 35. <b>Moradia</b>	642	284	358	0,44
40	1909	Praça Duque de Saldanha 28-30; Av. da República 1-1A.	806	497	309	0,61
1900-1909		<b>Médias relativas dos 23 prédios de rendimento</b>	13.171/23= <b>573 m2</b> <b>Verificado</b>	8.619/23= <b>379 m2</b> <b>Verificado</b>	4.569/23= <b>199 m2</b> <b>Verificado</b>	16,42/23= <b>0,71</b> <b>Verificado</b>
		<b>Médias relativas às 13 moradias unifamiliares</b>	14.898/13= <b>1.146 m2</b> <b>Verificado</b>	4.351/13= <b>335 m2</b> <b>Verificado</b>	10.547/13= <b>811 m2</b> <b>Verificado</b>	4,78/13= <b>0,37</b> <b>Verificado</b>
Década de 1910						
1	1910	Av. João Crisóstomo 33-33D; Av. 5 de Outubro 63-63A.	548	435	113	0,79
2	1910	Av. Duque d'Ávila 63-65.	346	219	127	0,63
3	1910	Praça Duque de Saldanha 12; Av. Praia da Vitória 44. <b>Palacete</b>	351	257	94	0,73
4	1911	Campo Grande 101-103.	1.073	495	578	0,46
5	1911	Av. Fontes Pereira de Melo 28-28A. <b>Moradia</b>	1.361	492	869	0,36
6	1911	Av. João Crisóstomo 19; Av. da República 23-23A	800	535	265	0,66
7	1911	Av. da República 40. <b>Moradia</b>	690	290	400	0,42
8	1912	Av. Elias Garcia 96-104	477	302	175	0,63
9	1912	Av. Duque d'Ávila 95-107; Av. da República 8-8G.	330	320	10	0,97
10	1912	Av. Visconde Valmor 43.	198	148	50	0,74
11	1912	Av. Duque d'Ávila 125-127A.	214	157	57	0,73
12	1912	Av. Duque d'Ávila 115-123.	325	278	47	0,85
13	1912	Av. Elias Garcia 96-104	470	300	170	0,64
14	1912	Av. Praia da Vitória 43-47.	349	172	177	0,49
15	1912	Av. Visconde Valmor 45-45C; Av. 5 de Outubro 84-92.	400	340	60	0,85

16	1913	Av. Duque d'Ávila 122-124; Rua Marquês Sá da Bandeira 28-30.	781	533	248	0,68
17	1913	Av. Elias Garcia 53	460	320	140	0,69
18	1913	Av. Elias Garcia 77	657	377	280	0,57
19	1913	Av. Elias Garcia 79	325	135	190	0,41
20	1913	Av. Elias Garcia 81	325	135	190	0,41
21	1913	Av. Elias Garcia 89	330	135	195	0,41
22	1913	Av. Elias Garcia 93	178	128	50	0,71
23	1913	Av. Elias Garcia 95; Av. 5 de Outubro 112-114.	625	588	130	0,79
24	1913	Av. João Crisóstomo 29. <b>Moradia</b>	306	207	99	0,67
25	1913	Av. João Crisóstomo 35.	610	360	250	0,59
26	1913	Av. João Crisóstomo 43.	206	122	84	0,59
27	1913	Av. João Crisóstomo 57.	203	98	105	0,48
28	1913	Av. João Crisóstomo 61.	208	145	63	0,69
29	1913	Av. João Crisóstomo 40-40B <b>Moradia</b>	570	287	283	0,50
30	1913	Av. Miguel Bombarda 42-46. <b>Moradia</b>	780	230	550	0,29
31	1913	Av. Miguel Bombarda 157-159. <b>Moradia</b>	364	163	201	0,44
32	1913	Av. Duque d'Ávila 48-50; Av. 5 de Outubro 38-40. <b>Moradia</b>	1.713	294	1.419	0,17
33	1913	Av. João Crisóstomo 41-41A	253	150	103	0,59
34	1914	Av. Visconde Valmor 37.	680	304	376	0,44
35	1914	Av. João Crisóstomo 69.	478	348	130	0,72
36	1914	Av. João Crisóstomo 75-75B.	179	104	75	0,58
37	1914	Av. João Crisóstomo 81.	190	132	58	0,69
38	1914	Av. João Crisóstomo 83.	190	132	58	0,69
39	1914	Av. João Crisóstomo 85.	189	124	65	0,65
40	1915	Av. João Crisóstomo 73.	198	137	61	0,69
41	1915	Av. Praia da Vitória 49-67; Praça Duque de Saldanha 11	669	528	141	0,79
42	1915	Av. Visconde Valmor 28	382	300	82	0,78

43	1915	Av. Visconde Valmor 45-45A; Av. 5 de Outubro 84-92. <b>Moradia</b>	625	191	434	0,30
44	1916	Av. Duque d'Ávila 109-111; Av. da República 11-11E	125	113	12	0,90
45	1916	Av. Duque d'Ávila 113	202	142	60	0,70
46	1916	Av. Elias Garcia 78-78D	630	274	356	0,43
47	1916	Av. Elias Garcia 82-82A	180	150	30	0,83
48	1916	Av. Elias Garcia 84-84A	180	150	30	0,83
49	1917	Av. Barbosa do Bocage 57-59; Av. da República 65 <b>Palacete</b>	628	450	178	0,71
50	1917	Av. Barbosa do Bocage 65	455	290	165	0,63
51	1917	Av. Duque d'Ávila 86	-	-	-	-
52	1917	Av. Defensores de Chaves 26-26A. <b>Moradia</b>	734	371	363	0,50
53	1917	Av. Duque d'Ávila 100-100A.	284	157	127	0,55
54	1917	Av. Duque d'Ávila 102	343	264	79	0,76
55	1917	Av. Elias Garcia 69-75	335	248	87	0,74
56	1917	Av. Elias Garcia 80	633	306	327	0,48
57	1917	Av. João Crisóstomo 42-42A. <b>Moradia</b>	600	213	432	0,35
58	1917	Av. João Crisóstomo 56.	250	168	82	0,67
59	1917	Av. João Crisóstomo 60.	518	388	130	0,74
60	1917	Av. João Crisóstomo 58.	264	191	73	0,72
61	1917	Av. Miguel Bombarda 12-14A; Av. da República 37-37A-37B.	953	577	349	0,63
62	1917	Av. Miguel Bombarda 52.	439	352	87	0,80
63	1917	Av. Miguel Bombarda 54.	448	271	177	0,60
64	1917	Rua Visconde Valmor 57.	476	345	131	0,72
65	1918	Av. Duque d'Ávila 76	507	346	161	0,68
66	1918	Av. João Crisóstomo 44-44D.	582	228	354	0,39
67	1918	Av. Marquês de Tomar 62-74; Av.	349	329	20	0,94

		Visconde Valmor 60-60C.				
68	1918	Av. Miguel Bombarda 125.	276	178	98	0,64
69	1919	Av. Barbosa do Bocage 96	640	270	370	0,42
70	1919	Av. Elias Garcia 106-110	340	140	200	0,41
71	1919	Av. Elias Garcia 112A-118	823	463	360	0,56
72	1919	Av. Elias Garcia 120-124	427	264	163	0,61
73	1919	Av. Elias Garcia 126-130	427	264	163	0,61
74	1919	Av. Elias Garcia 107-113	416	276	140	0,66
75	1919	Av. Marquês de Tomar 98; Av. Elias Garcia 136-144.	638	559	79	0,87
76	1919	Av. da República 15-15B.	449	364	85	0,81
77	1919	Av. Duque d'Ávila 24-24B.	422	290	132	0,68
78	1919	Av. João Crisóstomo 48-48H; Av. Conde Valbom 1-19.	438	428	10	0,97
79	1919	Av. Miguel Bombarda 46A-50.	654	393	261	0,60
80	1919	Av. da República 93-93C; Av. António Serpa 2-2C	644	606	38	0,94
<b>1910/1919</b>		<b>Médias relativas das áreas de 67 prédios de rendimento.</b>	28.593/67= <b>426 m2 Verificado</b>	18.820/67= <b>281 m2 Verificado</b>	9.839/67= <b>147 m2 Verificado</b>	44/67= <b>0,66 Verificado</b>
		<b>Médias relativas das áreas de 12 moradias unifamiliares</b>	8.722/12= <b>727 m2 Verificado</b>	3.445/12= <b>287 m2 Verificado</b>	5.322/12= <b>443 m2 Verificado</b>	5,44/12= <b>0,45 Verificado</b>
Década de 1920						
1	1920	Av. Duque d'Ávila 26-26B.	640	423	217	0,66
2	1920	Av. Duque d'Ávila 28-30A.	622	403	219	0,64
3	1920	Av. João Crisóstomo 54-54C.	523	329	194	0,62
4	1920	Av. Elias Garcia 92- 94 <b>Moradia</b>	167	155	12	0,93
5	1920	Av. Elias Garcia 132-132A	362	216	146	0,59
6	1920	Av. Miguel Bombarda 106-114.	400	325	75	0,81
7	1920	Av. da República 49	600	415	185	0,69
8	1920	Av. Visconde Valmor 59	470	300	170	0,63

9	1921	Av. Duque d'Ávila 82	324	223	101	0,68
10	1921	Av. Duque d'Ávila 20-22A.	459	394	65	0,85
11	1921	Av. Elias Garcia 91-91B	169	124	45	0,73
12	1921	Av. Miguel Bombarda 124-128.	502	422	80	0,84
13	1921	Av. Visconde Valmor 71.	285	226	59	0,79
14	1922	Av. Elias Garcia 43-47 <b>Moradia</b>	-	-	-	-
15	1922	Av. Barbosa do Bocage 102-106	181	130	51	0,71
16	1922	Av. João Crisóstomo 91.	171	129	42	0,75
17	1922	Av. João Crisóstomo 89	179	134	45	0,74
18	1922	Av. da República 97	670	508	162	0,75
19	1922	Rua Marquês de Sá da Bandeira 32; Av. João Crisóstomo s/n.	230	220	10	0,95
20	1923	Av. Duque d'Ávila 82	347	224	123	0,64
21	1923	Av. Miguel Bombarda 74-78	-	-	-	-
22	1924	Av. de Berna 8-8A. <b>Moradia</b>	400	200	200	0,5
23	1927	Av. Barbosa do Bocage 108-118; Av. 5 de Outubro 154-154C.	365	335	30	0,92
24	1929	Av. Elias Garcia 8	183	128	55	0,70
25	1929	Av. da República 55B-55D; Av. Elias Garcia 63-67A	364	322	42	0,88
<b>1820/1929</b>		<b>Médias relativas dos 21 prédios de rendimento.</b>	8.046/21= <b>383</b> <b>Verificado</b>	5.930/21= <b>282</b> <b>Verificado</b>	2.116/21= <b>101</b> <b>Verificado</b>	15,57/21= <b>0,74</b> <b>Verificado</b>
		<b>Dados relativos a 2 moradias unifamiliares.</b>	567/2= <b>400</b> <b>Verificado</b>	355/2= <b>178</b> <b>Verificado</b>	212/2= <b>106</b> <b>Verificado</b>	1,43/2= <b>0,71</b> <b>Verificado</b>

3.5.2. Quadro de volumetrias.

VOLUMETRIAS (estimadas) – Urbanização das Avenidas Novas Décadas de 1900/1910/1920							
N.º de prédios	Ano	Local	N.º Pisos corridos acima do nível da rua incluindo pisos amansardados.	N.º de MVV	Profundidade aproximada dos edifícios (m)	N.º de saguões	Largura da fachada principal
Década de 1900							
1	1900	Avenida Fontes Pereira de Melo 17; Rua Martens Ferrão 20-20B	4	5+3+4	16	1	21
2	1901	Av. da República 6	-	-	-	-	-
3	1904	Av. 5 de Outubro 6-8; Rua Pinheiro Chagas. <b>Palacete</b>	2	-	14	0	15
4	1904	Av. Visconde de Valmor 31-31A	2	5	16	0	14
5	1904	Av. da República 12-12B	4	5	23	0	12
6	1905	Av. Duque d'Ávila 32-32F; Av. da República 10-10G.	5	10+2+9	29	3	28+34
7	1905	Av. Duque d'Ávila 46. <b>Moradia</b>	2	4	28	0	16
8	1905	Av. Duque d'Ávila 73-77 <b>Moradia</b>	2	5	18	0	23
9	1905	Av. João Crisóstomo 20-20D.	4	5	17	1	14
10	1905	Av. da República 38-38A; Av. Visconde Valmor 22.	2	-	22	0	10+20+10

		<b>Palacete</b>					
11	1905	Av. Visconde Valmor 27A-27F; Av. da República 36-36F. <b>Palacete</b>	2	8+8	13	0	25+25
12	1906	Av. Duque d'Ávila 71; Av. Defensores de Chaves 29. <b>Palacete</b>	2	-	18	-	17
13	1906	Av. João Crisóstomo 17; Av. da República 18. <b>Palacete</b>	2	7+7	9	0	16
14	1906	Avenida da República 46B	4	5	35	3	23
15	1906	Av. da República 46; Av. Elias Garcia, janelas.	4	3+1+6	22	2	22
16	1906	Av. Elias Garcia 60C	4	3	18	1	20
17	1906	Av. João Crisóstomo 32-34; Av. 5 de Outubro 52-54. <b>Moradia</b>	2	7	13	0	17
18	1906	Av. Visconde Valmor 29; Av. da República 45-45C. <b>Palacete</b>	2	-	19	0	17
19	1906	Av. de Berna 2; Av. da República 77. <b>Palacete</b>	2	-	17	0	16
20	1907	Av. João Crisóstomo 21.	4	5	28	2	16
21	1907	Av. da República 25-25B; Av. João Crisóstomo 24.	-	-	-	-	-
22	1907	Av. Miguel Bombarda 25.	3	3	26	1	8
23	1907	Av. Miguel Bombarda 27	3	3	26	1	8
24	1908	Av. João Crisóstomo 13-13A.	3	4	25	0	15

25	1908	Av. 5 de Outubro 1; Av. Fontes Pereira de Melo 35-41. <b>Palacete</b>	-	-	-	-	-
26	1908	Av. da República 87.	3	6	18	1	15
27	1908	Av. Duque d'Ávila 129-131.	4	4	26	1	17
28	1908	Av. Duque d'Ávila 73-77.	2	5	19	0	23
29	1908	Av. Miguel Bombarda 3.	4	5	16	0	14
30	1908	Av. Miguel Bombarda 8. <b>Moradia</b>	-	-	-	-	-
31	1908	Av. Visconde Valmor 18.	5	5	21	3	16
32	1908	Av. Visconde Valmor 20. <b>Moradia</b>	2	3	14	0	31
33	1908	Av. Visconde Valmor 32.	6	5	29	3	14
34	1908	Av. Visconde Valmor 38-38A.	5	5	21	0	14
35	1908	Av. de Berna 1-1A; Av. da República, janelas. <b>Palacete</b>	2	6+1+4	21	1	27
36	1909	Av. Duque d'Ávila 69; Av. Defensores de Chaves 28	4	8+2+5	25	2	18
37	1909	Av. da República 89-89A.	4	5	27	1	17
38	1909	Av. da República 95.	5	4	25	1	17
39	1909	Av. Miguel Bombarda 35. <b>Moradia</b>	2	5	22	2	14
40	1909	Praça Duque de Saldanha 28-30; Av. da República 1-1A.	2	4+1+4	19	1	18
<b>1900-1909</b>		<b>Médias relativas de 23 prédios de rendimento</b>	88/23= <b>3,8</b> <b>Pisos/edifício V.</b>	115/23= <b>5</b> <b>MVV V.</b>	527/23= <b>23</b> <b>V.</b>	28/23= <b>1,2</b> <b>V.</b>	357/23= <b>17</b> <b>V.</b>
		<b>Médias relativas de 13 palacetes</b>	26/13= <b>2</b>	42/8= <b>5,6</b>	228/13= <b>17,5</b>	3/12= <b>0,3</b>	254/13= <b>20</b>



		<b>e moradias unifamiliares</b>					
Década de 1910							
1	1910	Av. João Crisóstomo 33-33D; Av. 5 de Outubro 63-63A.	5	5+1+7	22	2	20
2	1910	Av. Duque d'Ávila 63-65.	4	3	23	1	10
3	1910	Praça Duque de Saldanha 12; Av. Praia da Vitória 44. <b>Palacete</b>	2	4+1+1	17	1	16 + 8
4	1911	Campo Grande 101-103.	2	9	11	0	39
5	1911	Av. Fontes Pereira de Melo 28-28A. <b>Palacete</b>	2	5+1+6	21	0	20
6	1911	Av. João Crisóstomo 19; Av. da República 23-23A	5	4+1+6	28	0	18
7	1911	Av. da República 40. <b>Moradia</b>	2	3	21	1	14
8	1912	Av. Elias Garcia 96-104	4	5	21	2	15
9	1912	Av. Duque d'Ávila 95-107; Av. da República 8-8G.	5	6+3+5	15	1	21
10	1912	Av. Visconde Valmor 43.	5	3	17	1	9
11	1912	Av. Duque d'Ávila 125-127A.	5	3	21	1	7
12	1912	Av. Duque d'Ávila 115-123.	5	5	21	2	12
13	1912	Av. Elias Garcia 96-104.	4	5	20	2	15
14	1912	Av. Praia da Vitória 43-47.	5	3	22	1	8
15	1912	Av. Visconde Valmor 45-45C; Av. 5 de Outubro 84-92.	4	6+2+3	14	0	23+15

16	1913	Av. Duque d'Ávila 122-124; Rua Marquês Sá da Bandeira 28-30.	5	7+1+6	24	1	22+22
17	1913	Av. Elias Garcia 53	4	5	22	2	14
18	1913	Av. Elias Garcia 77	4	4	26	2	14
19	1913	Av. Elias Garcia 79	3	3	21	1	7
20	1913	Av. Elias Garcia 81	3	3	21	1	7
21	1913	Av. Elias Garcia 89	4	3	19	1	7
22	1913	Av. Elias Garcia 93	3	3	18	1	7,10
23	1913	Av. Elias Garcia 95; Av. 5 de Outubro 112-114.	4	4+1+4	25	2	25
24	1913	Av. João Crisóstomo 29. <b>Moradia</b>	2	3	17	1	12
25	1913	Av. João Crisóstomo 35.	5	5	23	3	17
26	1913	Av. João Crisóstomo 43.	5	3	15	0	8
27	1913	Av. João Crisóstomo 57.	4	3	17	2	8
28	1913	Av. João Crisóstomo 61.	5	3	19	1	8
29	1913	Av. João Crisóstomo 40-40B <b>Moradia</b>	1	5	13	0	22
30	1913	Av. Miguel Bombarda 42-46. <b>Moradia</b>	2	4	19	0	12
31	1913?	Av. Miguel Bombarda 157-159. <b>Moradia</b>	2	2	16	0	10
32	1913	Av. Duque d'Ávila 48-50; Av. 5 de Outubro 38-40. <b>Moradia</b>	2	3	21	0	14
33	1913	Av. João Crisóstomo 41-41A	5	3	18	1	8

34	1914	Av. Visconde Valmor 37	5	5	22	3	14
35	1914	Av. João Crisóstomo 69.	4	5	20	3	17
36	1914	Av. João Crisóstomo 75-75B.	4	3	15	0	7
37	1914	Av. João Crisóstomo 81.	5	2	18	1	8
38	1914	Av. João Crisóstomo 83.	5	2	18	1	8
39	1914	Av. João Crisóstomo 85.	5	3	17	1	7
40	1915	Av. João Crisóstomo 73.	5	3	19	1	7
41	1915	Av. Praia da Vitória 49-67; Praça Duque de Saldanha 11	6	9 + 3 + 1	23	2	7+25
42	1915	Av. Visconde Valmor 28	5	5	21	3	15
43	1915	Av. Visconde Valmor 45-45A; Av. 5 de Outubro 84-92. <b>Moradia</b>	2	5	10	0	13
44	1916	Av. Duque d'Ávila 109-111; Av. da República 11-11E	5	3+1+2	13	0	8+9
45	1916	Av. Duque d'Ávila 113	4	3	15	0	9
46	1916	Av. Elias Garcia 78-78D	3	5	21	2	14
47	1916	Av. Elias Garcia 82-82A	5	3	17	0	8
48	1916	Av. Elias Garcia 84-84A	5	3	17	0	8
49	1917	Av. Barbosa do Bocage 57-59; Av. da República 65 <b>Palacete</b>	2	4+1+5	14	0	18+22
50	1917	Av. Barbosa do Bocage 65	5	3	21	1	8
51	1917	Av. Duque d'Ávila 86	5	4	13	0	9
52	1917	Av. Defensores	2	3	25	1	16

		de Chaves 26-26A. <b>Morada</b>					
53	1917	Av. Duque d'Ávila 100- 100A.	5	3	18	1	9
54	1917	Av. Duque d'Ávila 102	5	3	22	1	12
55	1917	Av. Elias Garcia 69-75	5	4	19	2	14
56	1917	Av. Elias Garcia 80	5	5	23	3	14
57	1917	Av. João Crisóstomo 42-42A. <b>Morada</b>	2	3	21	0	10
58	1917	Av. João Crisóstomo 56.	5	3	21	1	8
59	1917	Av. João Crisóstomo 60.	5	5	23	3	17
60	1917	Av. João Crisóstomo 58.	5	3	22	1	9
61	1917	Av. Miguel Bombarda 12-14A; Av. da República 37-37A-37B.	2	4+1+6	24	1	22+24
62	1917	Av. Miguel Bombarda 52.	5	5	23	2	15
63	1917	Av. Miguel Bombarda 54.	5	5	19	2	14
64	1917	Rua Visconde Valmor 57.	5	5	23	2	15
65	1918	Av. Duque d'Ávila 76	5	5	23	2	15
66	1918	Av. João Crisóstomo 44-44D.	5	5	16	0	14
67	1918	Av. Marquês de Tomar 62- 74; Av. Visconde Valmor 60- 60C.	6	6 + 3 + 3	15	1	23
68	1918	Av. Miguel Bombarda 125.	5	3	19	1	8
69	1919	Av. Barbosa do Bocage 96	2	2	25	1	14
70	1919	Av. Elias Garcia 106- 110	4	3	19	1	8
71	1919	Av. Elias Garcia 112A- 118	5	5	27	2	17

72	1919	Av. Elias Garcia 120-124	5	3	33	2	11
73	1919	Av. Elias Garcia 126-130	5	3	33	2	11
74	1919	Av. Elias Garcia 107-113	5	3	33	2	9
75	1919	Av. Marquês de Tomar 98; Av. Elias Garcia 136-144.	5	4 + 1 + 4	23	3	18
76	1919	Av. da República 15-15B.	6	4	28	1	13
77	1919	Av. Duque d'Ávila 24-24B.	6	5	26	2	11
78	1919	Av. João Crisóstomo 48-48H; Av. Conde Valbom 1-19.	5	5 + 3 + 5	24	1	23
79	1919	Av. Miguel Bombarda 46A-50.	6	3	29	1	15
80	1919	Av. Miguel Bombarda 157-159. <b>Moradia</b>	2	2	6	0	12
81	1919	Av. da República 93-93C; Av. António Serpa 2-2C	6	6	24	1	25
<b>1910/1919</b>	<b>Médias relativas de 68 prédios de rendimento.</b>		316/68= <b>4,6</b> <b>V.</b>	282/68= <b>4,1</b> <b>V.</b>	1427/68= <b>20,9</b> <b>V.</b>	91/68= <b>1,3</b> <b>V.</b>	908/68= <b>13,4</b> <b>V.</b>
	<b>Médias relativas de 12 moradias unifamiliares</b>		23/12= <b>1,9</b> <b>V.</b>	46/12= <b>3,8</b> <b>V.</b>	215/12= <b>18</b> <b>V.</b>	4/12= <b>0,3</b> <b>V.</b>	181/12= <b>15</b> <b>V.</b>
Década de 1920							
1	1920	Av. Duque d'Ávila 26-26B.	6	3	36	2	13
2	1920	Av. Duque d'Ávila 28-30A.	6	3	35	2	13
3	1920	Av. João Crisóstomo 54-54C.	5	5	20	2	17
4	1920	Av. Elias Garcia 92-94	2	3	19	0	10

		<b>Moradia</b>					
5	1920	Av. Elias Garcia 132-132A	5	3	23	1	9
6	1920	Av. Miguel Bombarda 106-114.	5	5	22	2	15
7	1920	Av. da República 49	6	5	31	2	15
8	1920	Av. Visconde Valmor 59	5	5	18	2	15
9	1921	Av. Duque d'Ávila 82	6	3	23	1	10
10	1921	Av. Duque d'Ávila 20-22A.	6	3	33	2	12
11	1921	Av. Elias Garcia 91-91B	3	3	17	1	7
12	1921	Av. Miguel Bombarda 124-128.	5	5	35	2	15
13	1921	Av. Visconde Valmor 71.	5	3	25	1	8
14	1922	Av. Elias Garcia 43-47 <b>Moradia</b>	-	-	-	-	-
15	1922	Av. Barbosa do Bocage 102-106	6	3	15	1	9
16	1922	Av. João Crisóstomo 91.	5	3	17	0	8
17	1922	Av. João Crisóstomo 89	6	3	22	0	8
18	1922	Av. da República 97	6	3	44	2	12
19	1922	Rua Marquês de Sá da Bandeira 32; Av. João Crisóstomo s/n.	5	3+1+5	21	1	12
20	1923	Av. Duque d'Ávila 82	6	3	23	1	10
21	1923	Av. Miguel Bombarda 74-78	3	2	20	0	7
22	1924	Av. de Berna 8-8A. <b>Moradia</b>	2	3	15	0	17
23	1927	Av. Barbosa do Bocage 108-118; Av. 5 de Outubro 154-154C.	5	3+1+5	17	0	13
24	1929	Av. Elias Garcia 8	3	5	12	0	11

25	1929	Av. da República 55B-55D; Av. Elias Garcia 63-67A	5	2+3+7	25	1	14
1820/1929		Médias relativas de 23 prédios de rendimento.	$113/22=5,1$	$80/22=3,6$	$534/22=24$	$26/22=1,1$	$253/22=11,5$
		Médias relativas de 2 moradias unifamiliar.	2	$6/2=3$	$34/2=17$	0	$27/2=14$

3.5.3. Quadro das características das fachadas e coberturas.

FACHADAS E COBERTURAS – Urbanização das Avenidas Novas Décadas de 1900/1910/1920																		
Identificação			Fachada principal										Fachada posterior	Cobertura				
N.º de prédios	Ano	Local – Processo AML - Arquiteto	Elementos escultóricos <sup>22</sup>		Torreão	Cúpula ou telhado pontiagudo	Vãos		Terraços		Azulejos		Soco	Abobadilhas sobre vigotas e colunas em ferro	Escada de serviço em ferro	Bow-window ou marquise na casa de jantar	Mansarda	Trapeira
			Janelas geminadas	Lintel em arco de volta inteira			Reentrados	Corpo saliente e envidraçado	Frisos figurativos	Padronados em toda a fachada								
<b>Década de 1900</b>																		
1	1900	Avenida Fontes Pereira de Melo 17; Rua Martens Ferrão 20-20B - Obra 13454; Proc.3072/1ªR EP/PG/1900; P.2	0	0	0	3/1	0	0	0	0	0	S	0	0	0	0	0	S
2	1901	Av. da República 6 - Doc. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ED P/001246; P.1	0	0	0	2/1	0	0	0	0	0	-	-	-	-	0	S	

<sup>22</sup> Elementos escultóricos em pedra ou relevados em argamassa.



3	1904	Av. 5 de Outubro 6-8; Rua Pinheiro Chagas. <b>Palacete</b> - Obra 45778; Volume 1; Processo 1464/DAG/PG /1904 – T. 1; P. 3	S	0	0	4/1	S	0	0	S	0	S	0	0	0	0	0
4	1904	Av. Visconde de Valmor 31-31A. Obra 38490; Proc. 3019/1ªREP/P G/1904; PP. 1-4v	0	0	0	0	0	0	0	S	0	S	0	0	0	0	0
5	1904	Avenida da República 12-12B - Obra 32382; Proc. 2243/1ªREP/P G/1904; P.3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0	S
6	1905	Av. Duque d'Ávila 32-32F; Av. da República 10-10G. - Obra 18882; Proc. 3678/1ªREP/P G/1905; P.2	0	0	0	2/1	S	0	0	0	0	0	S	0	0	S	0
7	1905	Av. Duque d'Ávila 46. <b>Moradia</b> - Obra 9657; Proc.784/1ªRE P/PG/1905; PP. 1-5	S	0	0	3/1	S	0	0	S	0	0	0	0	S	0	0
8	1905	Av. Duque d'Ávila 73-77 <b>Moradia</b> - Obra 6743; Vol.1; Proc. 4890/1ªREP/P G/1905 - T.1; P.2	S	0	0	2/1	S	0	0	0	0	S	0	0	S	0	0

9	1905	Av. João Crisóstomo 20-20D. - Obra 13737; Proc.5061/DA G/PG/1905; P.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	0	S	0	0	0	
10	1905	Av. da República 38-38A; Av. Visconde Valmor 22. <b>Palacete</b> - Obra 29524; Vol. 1; Proc. 2257/1ªREP/P G/1905-T.1; P.2B	S	0	0	3/ 1	S	S	S	S	0	S	S	0	S	0	0	
11	1905	Av. Visconde Valmor 27A-27F; Av. da República 36-36F. <b>Palacete</b> - Obra 29255; Proc. 3526/1ªREP/P G/1905; PP. 3-4. Doc. PT/AMLSB/C MLSBAH/PC SP/004/AJG/S 01666; P. 1	0	0	0	0	S	S	0	0	0	S	0	0	0	S	0	0
12	1906	Av. Duque d'Ávila 71; Av. Defensores de Chaves 29. <b>Palacete</b> - Obra 29255; Proc.3526/1ªR EP/PG/1905; PP. 3-4.	S	0	0	2/ 1	S	0	0	-	-	S	0	0	0	0	0	
13	1906	Av. João Crisóstomo 17; Av. da República 18. <b>Palacete</b> - Obra 17754; Proc.311/1ªRE P/PG/1906; PP.3-4	S	0	0	2/ 1	0	0	0	S	0	S	0	0	S	0	S	

14	1906	Avenida da República 46B. - Obra 29067; Obra 10417 Doc. PT/AMLSB/C MLSBAH/PC SP/004/LIM/0 00830; P. 1. Vol.1; Proc. 3094/DAG/PG /1906-T.1; PP. 2-2B	0	0	0	3/ 1	S	0	S	S	0	S	S	0	0	0	S
15	1906	Av. da República 46; Av. Elias Garcia, janelas. Obra 29030 Obra 10417; - Doc. PT/AMLSB/C MLSBAH/PC SP/004/LIM/0 00830; P. 1. Vol.1; Proc. 3094/DAG/PG /1906-T.1; PP. 2-2B	0	0	0	2/ 1	S	0	S	S	0	S	S	0	0	0	S
16	1906	Av. Elias Garcia 60C Obra 10417; Vol.1; Proc. 3094/DAG/PG /1906-T.1; PP. 2-2B	0	0	0	3/ 1	S	0	0	S	0	S	S	0	0	0	S
17	1906/8	Av. João Crisóstomo 32-34; Av. 5 de Outubro 52-54. <b>Moradia</b> - Obra 27846; Proc. 2596/1ªREP/P G/1906; P.2	0	0	0	0	0	0	0	S	0	S	S	0	S	S	0

18	1906	Av. Visconde Valmor 29; Av. da República 45-45C. <b>Palacete</b> - <b>Arq. Norte Júnior</b> - Doc. PT/AMLSB/P AG/000622/fo to	S	S	S	3/ 1	S	S	0	S	0	S	0	0	0	0	S	0
19	1906	Av. de Berna 2; Av. da República 77. <b>Palacete</b> - Doc. PT/AMLSB/P AG/000352	S	S	S	S	S	S	0	S	0	0	0	0	0	0	0	S
20	1907	Av. João Crisóstomo 21. - Obra 16351; Proc.7339/1ªR EP/PG/1907; P.2	0	0	0	2/ 1	0	0	0	0	S	S	S	0	0	0	0	0
21	1907	Av. da República 25-25B; Av. João Crisóstomo 24. - Doc.PT-AMLSB-EDP-001281	S	0	0	3/ 1	S	0	0	0	0	S	-	-	-	0	0	
22	1907	Av. Miguel Bombarda 25. - Obra 32906; Vol.1; Proc. 7045/DAG/PG /1907 - T.1; P.2	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	S	0	0	0	0	S
23	1907	Av. Miguel Bombarda 27 - Obra 32906; Vol.1; Proc. 7045/DAG/PG /1907 - T.1; P.2	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	S	0	0	0	0	S

24	1908	Av. João Crisóstomo 13-13A. - Obra 27845; Vol.1; Proc. 4679/1ªREP/P G/1908; T.1; P.2	S	0	0	2/1	S	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25	1908	Av. 5 de Outubro 1; Av. Fontes Pereira de Melo 35-41. <b>Palacete</b> - Doc. PT/AMLSB/C MLSBAH/PC SP/004/PAG/000487; P.1.	S	0	0	S	S	S	S	0	0	S	S	0	S	0	0
26	1908	Av. da República 87. - Obra 27356; Proc. 4992/1ªREP/P G/1906; P. 2	S	0	0	2/1	S	S	S	S	0	0	S	S	0	0	0
27	1908	Av. Duque d'Ávila 129-131. - Obra 25659; V.1; Proc. 1217/1ªREP/P G/1908-T.1; P.2	0	0	0	2/1	S	0	0	S	0	S	S	0	0	0	0
28	1908	Av. Duque d'Ávila 73-77. Obra 6743; - Vol. 1; Proc. 4890/1ªREP/P G/190 -T. 1; P. 2	S	0	0	2/1	S	0	0	0	0	S	S	S	S	0	0
29	1908	Av. Miguel Bombarda 3. Obra 16355; - Vol. 1; Proc. 663/DAG/P G/1908-T. 1; P. 2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S
30	1908	Av. Miguel Bombarda 8. <b>Moradia</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

31	1908	Av. Visconde Valmor 18. - Obra 27614; Proc. 5848/DAG/PG/1908; PP. 2-3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	0	S	0	0	0	0
32	1908	Av. Visconde Valmor 20. <b>Moradia</b> - Obra 26441; Proc. 6618/1ªREP/P G/1908; P.5	S	0	0	3/ 1	S	0	0	-	-	S	0	0	0	0	0	S
33	1908	Av. Visconde Valmor 32. - Obra 28123; Vol. 1; Proc. 6323/1ªREP/P G/1908-T.1; P.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	S	0	0	0	0
34	1908	Av. Visconde Valmor 38-38A. - Obra 13337; V.1; Proc.4338/DA G/PG/1908- T.1; PP.1-4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	S	0	S	0	0
35	1908	Av. de Berna 1-1A; Av. da República, janelas. <b>Palacete</b> - Obra 24310; Proc.4506/1.ª REP/PG/1908; T. 1; PP. 1-4	S	S	S	S	S	S	0	S	0	S	0	0	0	0	0	S
36	1909	Av. Duque d'Ávila 69; Av. Defensores de Chaves 28. - Obra 9466; Vol.1; Proc. 1257/1ªREP/P G/1909-T.1; P.4	S	0	0	2/ 1	S	0	0	S	0	S	S	S	0	0	0	0

37	1909	Av. da República 89-89A. - Obra 25027; Volume 1; Processo 4897/DAG/PG/1909 - Tomo 1; PP. 2-4	S	0	0	0	S	S	0	0	0	0	S	S	0	0	0
38	1909	Av. da República 95. - Obra 36322; Volume 1; Processo 2541DAGPG1909 - Tomo 1; Página 2	S	0	0	3/1	S	0	0	0	0	S	S	S	0	0	0
39	1909	Av. Miguel Bombarda 35. <b>Moradia</b> - Obra 36353; Vol. 1; Proc. 2131/DAG/PG/1909 - T. 1; P. 1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	S	0	0	S
40	1909	Praça Duque de Saldanha 28-30; Av. da República 1-1A. - Obra 29905; Volume 1; Processo 2977/1ªREP/PG/1902 - Tomo 1; Página 2	S	0	0	3/1	S	S	0	0	0	S	S	0	0	0	S
1904-1909		<b>Médias relativas dos 25 prédios de rendimento</b>	8	0	0	15	13	3	3	9	5	15	19	7	1	2	10
			/25	/25	/25	/25	/25	/25	/25	/25	/25	/25	/24	/23	/21	/23	/25
		32	0	0	60	52	12	12	36	20	62	82	33	4	8	40	
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
<b>Médias relativas aos 14 palacetes e moradias unifamiliares</b>	11	3	3	11	11	6	2	8	0	12	4	1	7	2	5		
	/14	/14	/14	/14	/14	/14	/14	/12	/12	/14	/14	/14	/14	/14	/14		
79	21	21	79	79	42	14	-	-	-	-	-	-	-	-			
%	%	%	%	%	%	%											

**Década de 1910**

1	1910	Av. João Crisóstomo 33-33D; Av. 5 de Outubro 63-63A. - Obra 31271; Vol.1; Proc.1078/DAG/PG/1910-T.1; P.2	0	0	0	2/ 1	0	0	0	0	0	0	S	0	0	0	S
2	1910	Av. Duque d'Ávila 63-65. Obra 46729; Vol.1; Proc.922/1ªRE P/PG/1910-T.1; P.2	0	0	0	2/ 1	S	0	0	S	0	S	S	S	0	0	0
3	1910	Praça Duque de Saldanha 12; Av. Praia da Vitória 44. <b>Palacete</b> - Proc. 2546/DAG/PG/1910; Tomo 1; PP. 1-5. Doc.PT-AMLSB-PAG-000307.	S	S	0	3/ 1	S	S	0	S	0	S	S	S	S	0	0
4	1911	Campo Grande 101-103. - Obra 42047; Proc. 4911/1ªREP/P G/1912; PP. 2-2A.	S	0	0	2/ 1	S	S	0	S	0	S	S	S	0	0	0
5	1911	Av. Fontes Pereira de Melo 28-28A. <b>Palacete</b> - Obra 14040; Vol.1; Proc.1255-1ªREP-PG-1911_T.1; PP.1-6	S	S	0	3/ 1	S	S	0	0	0	S	S	0	S	0	0



6	1911	Av. João Crisóstomo 19; Av. da República 23-23A. - Obra 22019; Vol. 1; Proc. 6827/1ªREP/P G/1911-T.1; P.2	S	S	S	3/1	S	S	S	0	0	S	S	S	0	0	0
7	1911	Av. da República 40. <b>Moradia</b> - Obra 20036; Processo 2530-1ªREP-PG-1911; P.2	S	0	0	3/1	S	0	0	S	0	S	S	S	S	0	0
8	1912	Av. Elias Garcia 96-104. - Obra 31554; Vol.1; Proc.3267/1ªREP/PG/1912-T.1; P.2	S	0	0	0	0	0	0	S	0	0	0	0 <sub>23</sub>	S	0	0
9	1912	Av. Duque d'Ávila 95-107; Av. da República 8-8G. - Obra 3792; 4871/1ªREP/P G/1912.	0	0	0	3/1	S	0	0	0	0	0	S	0	0	0	0
10	1912	Av. Visconde Valmor 43. - Obra 9145; V.1; Proc. 2084/DAG/PG /1912-T.1; P.2	0	0	0	0	S	0	0	0	0	0	S	0 <sub>60</sub>	0	0	0
11	1912	Av. Duque d'Ávila 125-127A. - Obra 27728; Vol.1; Proc. 6961/DAG/PG /1912 - T.1; PP.1-2	0	0	0	0	S	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0

<sup>23</sup> Escada quebra-costas, em ferro.

12	1912	Av. Duque d'Ávila 115-123. - Obra 29797; Proc. 6956/1ªREP/P G/1912; P.2	0	0	0	0	S	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0
13	1912	Av. Elias Garcia 96-104	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
14	1912	Av. Praia da Vitória 43-47. - Obra 9487; Vol. 1; Proc. 7380/DAG/PG /1912 - T. 1; P. 2	0	0	0	0	S	0	0	S	S	0	S	0	0	0	S
15	1912	Av. Visconde Valmor 45-45C; Av. 5 de Outubro 84-92. - Obra 16335; Proc.1832/1ªR EP/PG/1912; PP. 2-3	0	0	0	1/2	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
16	1913	Av. Duque d'Ávila 122-124; Rua Marquês Sá da Bandeira 28-30.	0	0	0	1/2	0	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0
17	1913	Av. Elias Garcia 53. - Obra 2311; Proc. 3145/1ªREP/P G/1913; P. 2-3	0	0	0	2/1	S	0	0	S	S	S	S	S	0	0	S
18	1913	Av. Elias Garcia 77. - Obra 9405; V.1; Proc.585/1ªRE P/PG/1914- T.1; P.3	0	0	0	3/1	S	0	0	0	0	S	S	0	0	0	S
19	1913	Av. Elias Garcia 79. - Obra 26261; Proc. 6247/1ªREP/P G/1913; P.4.	0	0	0	0	S	0	0	0	0	S	S	0	0	0	S

20	1913	Av. Elias Garcia 81. - Obra 26261; Proc. 6247/1ªREP/P G/1913; P.4.	0	0	0	0	S	0	0	0	0	S	S	0 50	0	0	S
21	1913	Av. Elias Garcia 89. - Obra 44512; Proc. 6085/1ªREP/P G/1913; P. 2.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
22	1913	Av. Elias Garcia 93. - Obra 43901; Vol. 1; Proc.257/1ªRE P/PG/1913- T.1; P.2.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	0	0	0	S
23	1913	Av. Elias Garcia 95; Av. 5 de Outubro 112-114. - Obra 24402; Proc. 3676/1ªREP/P G/1913; P. 2- 7.	0	0	0	3/ 1	0	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0
24	1913	Av. João Crisóstomo 29. <b>Morada</b> - Obra 5476; Proc. 4407/1ªREP/P G/1913; P.3.	0	0	0	S	S	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S
25	1913	Av. João Crisóstomo 35. - Obra 30573; Vol. 1; Proc. 493/DAG/PG/ 1913 - T.1; P.2.	0	0	0	S	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S
26	1913	Av. João Crisóstomo 43. - Obra 41565; Vol. 1; Proc. 3815/1ªREP/P G/1913.	0	0	0	S	0	0	0	0	S	0	S	-	0	0	0

27	1913	Av. João Crisóstomo 57. - Obra 36884; Vol. 1; Proc./4666/DAG/PG/1913 - T. 1; P. 2.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
28	1913	Av. João Crisóstomo 61. - Obra 2282; Proc. 4905/1ªREP/PG/1913; P.4.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
29	1913	Av. João Crisóstomo 40-40B <b>Moradia</b> - Obra 18386; Volume 1; Processo 979/DAG/PG/1913 - Tomo 1; Página 2.	0	0	0	0	S	0	0	0	0	0	S	0	0	0	0	0
30	1913	Av. Miguel Bombarda 42-46. <b>Moradia</b> - PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/003646.	0	0	0	S	0	0	0	S	0	0	0	0	0	0	0	0
31	1913?	Av. Miguel Bombarda 157-159. <b>Moradia</b> - Obra 17765; Vol.1; Proc. 7172/DSC/PG/1941-T.1; P.8.	0	0	0	2/1	0	0	0	S	0	S	S	0	0	0	0	0
32	1913	Av. Duque d'Ávila 48-50; Av. 5 de Outubro 38-40. <b>Moradia</b> - Obra 6740; Vol.1; Proc.7793/1ªREP/PG/1913-T.1; PP. 3-4.	S	0	0	3/1	S	0	0	0	0	0	S	0	0	0	0	0

33	1913	Av. João Crisóstomo 41-41A. - Obra 11931; Proc. 4075/1ªREP/P G/1913; P.6.	0	0	0	2/ 1	0	0	0	0	0	0	S	0	0	0	0
34	1914	Av. Visconde Valmor 37. - Obra 17587; Vol.1; Proc. 340/DAG/PG/ 1914-T. 1; P.3	0	0	0	0	S	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0
35	1914	Av. João Crisóstomo 69. - Obra 7840; Vol.1; Proc. 3187/DAG/PG /1914-T. 1; P.2.	0	0	0	0	S	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
36	1914	Av. João Crisóstomo 75-75B. - Obra 17190; Vol.1; Proc.3598/DAG/PG/1914- T.1; P.3.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S 40	0	0	0
37	1914	Av. João Crisóstomo 81. - Obra 26454; Vol.1; Proc.1114/1ªR EP/PG/1914- T.1; P.3.	0	0	0	2/ 1	0	0	0	0	0	0	S	S	0	S	0
38	1914	Av. João Crisóstomo 83. - Obra 26454; Vol.1; Proc.1114/1ªR EP/PG/1914- T.1; P.3.	0	0	0	2/ 1	0	0	0	0	0	0	S	S	0	S	0
39	1914	Av. João Crisóstomo 85. - Obra 29974; Vol.1; Proc. 1826/1ªREP/P G/1914 - T.1; P.3	0	0	0	2/ 1	0	0	0	0	0	0	S	S	0	S	0

40	1915	Av. João Crisóstomo 73. - Obra 17153; Vol.1; Proc. 6492//PET/1915-T. 1; P.3.	0	0	0	0	S	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0
41	1915	Av. Praia da Vitória 49-67; Praça Duque de Saldanha 11 - Obra 21832; Vol. 1; Proc. 3707/1ªREP/P G/1915-T.1; P. 3.	S	0	0	3/ 1	S	S	0	0	0	0	S	S	0	0	0
42	1915	Av. Visconde Valmor 28 - Obra 32528; Vol.1; Proc. 2573/DAG/PG /1915-T.1; P.3.	0	0	0	2/ 1	S	S	0	S	0	0	S	S	0	0	S
43	1915	Av. Visconde Valmor 45-45A; Av. 5 de Outubro 84-92. <b>Morada</b> - Obra 24399; Vol.1; Proc. 8243/DAG/PG /1915-T.1; P.3.	S	S	0	3/ 1	0	0	S	-	-	S	0	0	S	0	S
44	1916	Av. Duque d'Ávila 109-111; Av. da República 11-11E. - Obra 6742; Proc.7054/DAG/PG/1916; P.4. Proc. 3031/DAG/PG /1919; P.3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	0	0	S	0

45	1916	Av. Duque d'Ávila 113. - Obra 6742; Proc.7054/DAG/PG/1916; P.4. Proc. 3031/DAG/PG/1919; P.3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	S	0	0	S	0
46	1916	Av. Elias Garcia 78-78D - Obra 3100; Vol.1; Proc.2351/1ªREP/PG/1916-T.1; P. 2.	0	0	0	2/1	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
47	1916	Av. Elias Garcia 82-82A. - Obra 13919; V.1; Proc. 3713/1ªREP/PG/1916-T.1; P.7.	S	0	0	3/1	S	0	0	0	0	S	S	S	30	0	0	0
48	1916	Av. Elias Garcia 84-84A. - Obra 13919; V.1; Proc. 3713/1ªREP/PG/1916-T.1; P.7.	S	0	0	3/1	S	0	0	0	0	S	S	S	0	0	0	0
49	1917	Av. Barbosa do Bocage 57-59; Av. da República 65 <b>Palacete</b> - Obra 32859; Proc.711/1ªREP/PG/1917; PP. 1-2. PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/ARM/I02911.	S	S	S	3/1	S	S	0	0	0	S	0	0	0	0	0	0
50	1917	Av. Barbosa do Bocage 65 - Obra 39250; Vol.1; Proc.1271-DAG-PG-1917_T.1; PP. 2-3	S	0	0	2/1	S	0	0	-	-	S	S	S	0	0	0	0

51	1917	Av. Duque d'Ávila 86 - Obra 460; Proc. 5301/1.ªREP/P G/1917	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
52	1917	Av. Defensores de Chaves 26- 26A. <b>Moradia</b> Obra 2012; Processo 4533/1ªREP/P G/1917; PP. 5- 7	S	0	0	3/ 1	S	0	S	0	0	S	0	0	0	0	0
53	1917	Av. Duque d'Ávila 100- 100A. - Obra 30428; Vol.1; Proc.4912/DA G/PG/1917- T.1; P.3	0	0	0	2/ 1	S	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0
54	1917	Av. Duque d'Ávila 102 - Obra 30429; Proc. 7953/1ªREP/P G/1917; P.4	0	0	0	2/ 1	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
55	1917	Av. Elias Garcia 69-75 - Obra 21100; Proc. 7869/1ªREP/P G/1917; PP. 1- 8	0	S	S	0	S	0	S	S	0	0	S	S	0	S	0
56	1917	Av. Elias Garcia 80 - Obra 25453; Vol.1; Proc. 2740/1ªREP/P G/1917-T.1; P.3	0	0	0	2/ 1	S	0	0	-	-	0	S	S	0	0	0
57	1917	Av. João Crisóstomo 42-42A. <b>Moradia</b> - Obra 39309; Vol.1; Proc. 6442/DAG/PG /1917; T.1; P. 4	S	0	0	2/ 1	S	0	0	S	0	0	S	0	0	0	0



58	1917	Av. João Crisóstomo 56. Obra 11089; Vol.1; Proc.6791/DAG/PG/1917/T.1; PP.1-4	0	0	0	2/1	0	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0
59	1917	Av. João Crisóstomo 60. Obra 26455; Vol.1; Proc. 2334/DAG/PG /1917-T.1; PP.2-4	S	0	0	0	0	0	0	S	0	S	S	S	0	0	0
60	1917	Av. João Crisóstomo 58. Obra 2717; Vol.1; Proc. 4990/DAG/PG /1917-T.1; PP. 3-4	0	0	0	2/1	S	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
61	1917/20	Av. Miguel Bombarda 12-14A; Av. da República 37-37A-37B. - Obra 25717; Proc. 7880/DAG/PG /1917; Pág.3. Proc. 6029/DAG/PG /1920; P. 4.	S	0	0	3/1	S	0	0	0	0	0	S	0 20	0	S	0
62	1917	Av. Miguel Bombarda 52. Obra 606; Proc. 2999/SEC/PE T/1931; PP. 3-5	0	0	0	2/1	S	0	0	0	0	S	S	S	0	0	0
63	1917	Av. Miguel Bombarda 54. Obra 626; Vol.1; Proc. 5330/1ªREP/P G/1917-T.1; PP. 4-7	0	0	0	2/1	S	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0
64	1917	Rua Visconde Valmor 57. Obra 8970; Proc. 9048/1ªREP/P G/1917; PP.1-8	0	0	0	2/1	S	0	0	S	0	0	S	0	0	0	0

65	1918	Av. Duque d'Ávila 76 Obra 20154; Vol.1; Proc. 3832/1ªREP/P G/1918-T.1; PP. 1-6	0	0	0	2/ 1	0	0	0	0	-	S	S	S	0	0	0
66	1918	Av. João Crisóstomo 44-44D. Obra 24764; Vol.1; Proc. 6520/1ªREP/P G/1918-T.1; PP. 1-4	0	0	0	2/ 1	S	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0
67	1918	Av. Marquês de Tomar 62- 74; Av. Visconde Valmor 60- 60C. Obra 6024; V. 1; Proc. 16766/DAG/P G/1918-T.1; P.5	0	0	0	0	S	0	0	0	0	0	0	0	0	S	0
68	1918	Av. Miguel Bombarda 125. Obra 614; Vol. 1; Proc. 10986/DAG/P G/1918- T.1;P.4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
69	1919	Av. Barbosa do Bocage 96 Obra 39036; Proc. 6855/1ªREP/P G/1919; PP. 4- 5	S	S	0	2/ 1	0	0	0	S	S	S	S	S	S	0	0
70	1919	Av. Elias Garcia 106- 110 Obra 35002; V.1; Proc. 17971/1ªREP/ PG/1919-T.1; PP. 3-4	0	0	0	0	0	0	0	S	0	0	0	S	S	0	0
71	1919	Av. Elias Garcia 112A- 118 Obra 20607; V.1; Proc.14690/1ª REP/PG/1919- T.1; P.5-8	0	0	0	2/ 1	S	0	0	0	0	0	S	S 10	0	0	S

72	1919	Av. Elias Garcia 120-124 Obra 18558; Vol. 1; Proc. 9305/1ªREP/P G/1919-T. 1; P.4. Proc. 8108/1ªREP/P G/1919; PP. 1-2	S	0	0	3/1	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	S
73	1919	Av. Elias Garcia 126-130 Obra 23442; V.1; Proc. 9304/DAG/PG -1919;T.1; PP. 1-8	S	0	0	3/1	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	S
74	1919	Av. Elias Garcia 107-113. Obra 18652; V.1; Proc. 5986/DAG/PG /1919-T.1; PP. 1-2. Obra 18652; V.1; Proc. 6924/DAG/PG /1919-T.1; PP. 2-5	S	0	0	3/1	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
75	1919	Av. Marquês de Tomar 98; Av. Elias Garcia 136-144. Obra 11877; Proc. 8611/1ªREP/P G/1920; PP. 1-9	S	0	0	3/1	S	0	S	0	0	0	0	S	S	0	0	0

76	1919	Av. da República 15-15B. Obra 3794; Vol. 1; Proc. 13280/1ªREP/PG/1919; P. 2. Proc. 5810/1ªREP/P G/1919; P. 2. Proc. 2261-1ªREP-PG-1921; P. 2 Proc. 16680/SEC/P G/1921 – T.1; P. 5	S	S	S	0	S	S	S	0	0	0	S	S	0	S	0
77	1919	Av. Duque d'Ávila 24-24B. Obra 13718; Proc. 6510/1ªREP/P G/1919 - T. 1; P. 6-8.	S	0	0	3/1	0	S	0	S	0	0	S	S	0	0	0
78	1919	Av. João Crisóstomo 48-48H; Av. Conde Valbom 1-19. Obra 33022; Vol.1; Proc. 3032/1ªREP/P G/1918-T.1; PP.10-18.	0	0	0	2/1	0	0	0	-	-	0	S	S	0	0	0
79	1919	Av. Miguel Bombarda 46A-50. Obra 605; Proc. 18189/DAG/P G/1919 - T.1; PP. 4-6	S	0	0	3/1	S	0	0	0	0	0	S	S	0	S	0
81	1919	Av. da República 93-93C; Av. António Serpa 2-2C - Obra 3789; Vol. 1; Proc. 18145/DAG/P G/1919 - T.1; P. 1- 6. PT/AMLSB/FE R/000198.	S	S	S	2/1	0	S	0	0	0	0	S	S	S	S	0
<b>1910/1919</b>		<b>Médias relativas dos</b>	18 /	5 / 67	4 / 67	43 / 67	34 / 67	7 /	4 /	21 /	5 / 63	15 / 67	62 / 67	50 / 66	5 / 67	11 / 67	12 / 67

		<b>67 prédios de rendimento.</b>	67 = 27 %	= 7 %	= 6 %	= 64 %	= 51 %	67 = 10 %	67 = 6 %	64 = 33 %	= 8 %	= 22 %	= 93 %	= 75 %	= 7 %	= 16 %	= 18 %
		<b>Médias relativas de 12 moradias unifamiliares</b>	8 / 12 = 66 %	4 / 12 = 33 %	1 / 12 = 8 %	12 / 12 = 10 0 %	9 / 12 = 75 %	3 / 12 = 25 %	2 / 12 = 15 %	5 / 11 = 45 %	0 / 11 = 0 %	8 / 12 = 66 %	6 / 12 = 50 %	2 / 12 = 16 %	4 / 12 = 33 %	0 / 12 = 0 %	2 / 12 = 16 %
<b>Década de 1920</b>																	
1	1920	Av. Duque d'Ávila 26-26B. Obra 30427; Vol. 1; Processo 1086/DAG/PG/1920 - Tomo 1; PP. 1-11	S	S	0	3/ 1	S	S	S	0	0	0	S	S	S	S	0
2	1920	Av. Duque d'Ávila 28-30A. Obra 25521; Vol. 1; Processo 1087/DAG/PG/1920 - Tomo 1; PP. 1-10	S	0	0	1/ 3	S	S	S	0	0	0	S	S	S	S	0
3	1920	Av. João Crisóstomo 54-54C. Obra 27843; Vol. 1; Proc. 9273/DAG/PG/1920 - T.1; PP. 2-3v. Obra 27843; Vol.1; Proc. 18956/DAG/PG/1959 - T.1; P.3	0	0	0	0	-	0	0	-	-	0	S	S	0	0	0
4	1920	Av. Elias Garcia 92-94 <b>Moradia</b> Obra 13916; Proc.7601-1ªREP-PG-1920; PP. 1-6	0	0	0	2/ 1	0	0	0	S	0	0	0	0	0	0	0

5	1920	Av. Elias Garcia 132-132A. Obra 5806; Proc. 3606/1ªREP/P G/1920; P. 1-6	0	0	0	0	0	0	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0
6	1920	Av. Miguel Bombarda 106-114. Obra 612; Vol.1; Proc. 21756/DAG/P G/1920-T.1; PP. 1-10	0	0	0	0	0	0	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0
7	1920	Av. da República 49 Obra 3796; Vol. 1; Proc. 3193/DAG/PG /1920 - Tomo 1; PP. 1- 17.	S	0	0	0	0	S	S	0	0	S	S	S	S	S	S	0
8	1920	Av. Visconde Valmor 59 Obra 19514; Vol. 1; Proc.14620/1ª REP/PG/1920 _T. 1; PP.1-8	0	0	0	2/ 1	0	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0	0
9	1921	Av. Duque d'Ávila 82 Obra 459; Vol. 1; Proc. 5512/DAG/PG /1923-T. 1; P.2	0	0	0	2/ 1	0	0	0	S	0	0	S	0	0	S	0	0
10	1921	Av. Duque d'Ávila 20-22A. Obra 454; Volume 1; Processo 17540/DAG/P G/1921 - Tomo 1; P>P. 1-12	S	S	0	3/ 1	S	0	S	0	0	0	0	S	S	S	S	0
11	1921	Av. Elias Garcia 91-91B Obra 11050; V.1; Proc. 7748/SEC/PG/ 1925-T.1; PP. 1-5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	S	0

12	1921	Av. Miguel Bombarda 124-128. Obra 613; Vol.1; Proc.10838/S EC/PG/1921- T.1; P.3-5	0	0	0	2/ 1	0	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0
13	1921	Av. Visconde Valmor 71. - Obra 17585; Proc. 15115/1ªREP/ PG/1921; P. 4	0	0	0	2/ 1	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
14	1922	Av. Elias Garcia 43-47 <b>Moradia</b> - Obra 21906; Proc. 6584/SEC/PG/ 1922; P.58	-	0	0	-	-	-	-	-	-	S	S	S	S	0	0
15	1922	Av. Barbosa do Bocage 102-106 Obra 37537; Vol. 1; Proc. 8005/SEC/PG/ 1922 - T. 1; P. 1-4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
16	1922	Av. João Crisóstomo 91. Obra 10721; Vol.1; Proc. 5750/DAG/PG /1922 - T.1; P. 3	-	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17	1922	Av. João Crisóstomo 89 Obra 27842; Vol. 1; Proc. 7129/DAG/PG /1922_T.1; PP. 4-5	S	0	0	0	0	0	0	0	0	0	S	S	0	0	0
18	1922	Av. da República 97 Obra 5767; Vol. 1; Proc. 2677/DAG/PG /1922 - T. 1; PP. 2-6	S	S	S	0	S	S	S	S	0	S	S	S	S	S	0

19	1922	Rua Marquês de Sá da Bandeira 32; Av. João Crisóstomo s/n. - Obra 7598; V.1; Proc. 7466/1ªREP/P G/1922-T. 1; P. 4	0	0	0	2/ 1	0	0	0	0	-	0	S	0	0	0	0
20	1923	Av. Duque d'Ávila 82 - Obra 459; V.1; Proc. 5512/DAG/PG /1923; T.1; P. 2	0	0	0	2/ 1	0	0	0	S	0	0	S	0	0	0	0
22	1923	Av. Miguel Bombarda 74-78 - Obra 32653; Vol. 1; Proc. 7656/SEC/PG/ 1924-T.1; P.4	0	0	0	2/ 1	0	0	0	S	0	0	0	0	0	0	0
23	1924	Av. de Berna 8-8A. <b>Moradia</b> - Obra 32653; Vol. 1; Proc. 7656/SEC/PG/ 1924 -T. 1; P. 4.	0	0	0	1/ 3	S	0	0	S	0	S	S	S	0	0	S
24	1927	Av. Barbosa do Bocage 108-118; Av. 5 de Outubro 154-154C. - Obra 28578; V.1; Proc. 7333/SEC/PG/ 1927 - T.1; P. 4-6	0	0	0	2/ 1	S	0	0	S	0	0	S	S	0	0	0
25	1929	Av. Elias Garcia 8 - Obra 41528; Vol. 1; Proc. 16139/SEC/P G/1929 - T.1; P. 4.	0	0	0	0	0	0	0	0	-	S	S	0	0	0	0



26	1929	Av. da República 55B-55D; Av. Elias Garcia 63-67A. Arq. N. Júnior - Obra 39164; Proc. 5273/SEC/PG/1929; P. 18-24	S	0	0	0	0	0	0	S	S <sub>24</sub>	0	0	S	S	0	0	S
1820/1929	Médias relativas dos 23 prédios de rendimento.	7 / 22 = 32 %	3 / 23 = 13 %	1 / 23 = 4 %	11 / 22 = 50 %	5 / 21 = 24 %	2 / 21 = 10 %	6 / 21 = 29 %	9 / 21 = 43 %	0 / 18 = 0 %	3 / 22 = 14 %	19 / 22 = 86 %	16 / 22 = 73 %	5 / 22 = 23 %	7 / 21 = 33 %	0 / 21 = 0 %		
	Dados relativos a 3 moradias unifamiliares.	0 / 2 = 0 %	0 / 3 = 0 %	0 / 3 = 0 %	2 / 10 = 20 %	1 / 2 = 50 %	0 / 2 = 0 %	0 / 2 = 0 %	2 / 10 = 20 %	0 / 2 = 0 %	2 / 3 = 67 %	2 / 3 = 67 %	2 / 3 = 67 %	1 / 3 = 33 %	0 / 3 = 0 %	1 / 3 = 33 %		

### 3.5.4. Quadro das peças decorativas em ferro forjado.

Peças decorativas em ferro forjado									
N.º Prédios	Ano	Local	Porta de rua em ferro	Estilo			Guarda-corpos de varandas		
				Arte-Nova	Art-Déco	Outro	Planos	Salientes	
								Quinados	Bojudos
1	1900	Avenida Fontes Pereira de Melo 17; Rua Martens Ferrão 20-20B	-	-	-	-	-	-	-
2	1901	Av. da República 6	-	-	-	-	-	-	-
3	1904	Av. 5 de Outubro 6-8 Palacete Arquitecto Norte Júnior	0	S	0	0	S	0	S
4	1904	Av. Visconde de Valmor 31-31A	0	0	0	S	S	0	0
5	1904	Av. da República 12-12B	0	0	0	S	0	0	S

<sup>24</sup> Em projeto estão representados azulejos, mas em obra foi aplicado mosaico bizantino com desenho “art-déco”.

6	1905	Av. Duque d'Ávila 32-32F; Av. da República 10-10G.	0	0	0	S	S	S	0
7	1905	Av. Duque d'Ávila 46. Moradia Arq. Nicola Bigaglia	S	S	0	0	S	0	0
8	1905	Av. Duque d'Ávila 73-77 Moradia	0	0	0	S	S	0	0
9	1905	Av. João Crisóstomo 20-20D. - Ferro fundido	0	0	0	S	S	0	0
10	1905	Av. da República 38-38A; Avenida Visconde Valmor 22. Palacete Arq. Ventura Terra	0	S	0	0	0	S	0
11	1905	Av. Visconde Valmor 27A-27F; Av da República 36-36F Palacete	-	S	0	0	S	0	0
12	1906	Av. Duque d'Ávila 71; Av. Defensores de Chaves 29. Palacete	0	S	0	0	S	0	0
13	1906	Av. João Crisóstomo 17; Av. da República 18. Moradia	0	S	0	S	S	0	0
14	1906	Avenida da República 46A. Arq. Ventura Terra	0	0	0	S	S	S	0
15	1906	Av. da República 46; Av. Elias Garcia, janelas. Arq. Ventura Terra	0	0	0	S	S	S	0
16	1906	Av. Elias Garcia 60C	0	0	0	S	S	S	0
17	1906	Av. João Crisóstomo 32-34; Av. 5	0	0	0	S	S	0	0

		de Outubro 52-54. Palacete							
18	1906	Av. Visconde Valmor 29; Av. da República 45- 45C Palacete	S	S	0	S	S	0	0
19	1906	Av. de Berna 2; Av. da República 77. Palacete	S	S	0	0	S	0	0
20	1907	Av. João Crisóstomo 21. - Ferro fundido	0	0	0	S	S	0	0
21	1907	Av. da República 25- 25B; Av. João Crisóstomo 24.	0	0	0	0	0	0	0
22	1907	Av. Miguel Bombarda 25.	0	S	0	S	0	S	0
23	1907	Av. Miguel Bombarda 27.	0	S	0	S	0	S	0
24	1908	Av. João Crisóstomo 13-13A.	0	0	0	S	S	0	0
25	1908	Av. 5 de Outubro 1; Av. Fontes Pereira de Melo 35-41. Palacete	0	0	0	S	0	S	0
26	1908	Av. da República 87.	0	S	0	0	0	S	S
27	1908	Av. Duque d'Ávila 129- 131.	0	0	0	S	S	0	0
28	1908	Av. Duque d'Ávila 73-77.	0	0	0	S	S	0	0
29	1908	Av. Miguel Bombarda 3.	-	-	-	-	S	0	0
30	1908	Av. Miguel Bombarda 8. Moradia	-	-	-	-	-	-	-
31	1908	Av. Visconde Valmor 18.	0	0	0	S	0	S	0
32	1908	Av. Visconde Valmor 20. Moradia	-	S	0	0	S	0	0
33	1908	Av. Visconde Valmor 32.	0	S	S	0	S	0	0
34	1908	Av. Visconde Valmor 38- 38A.	0	0	0	S	S	S	0
35	1908	Av. de Berna 1-1A; Av. da	S	S	0	0	S	0	0

		República, janelas. Palacete							
36	1909	Av. Duque d'Ávila 69; Av. Defensores de Chaves 28	0	0	0	S	S	S	0
37	1909	Av. Duque de Ávila 40	0	0	0	S	0	S	0
38	1909	Av. da República 89- 89A.	S	S	0	0	S	S	0
39	1909	Av. da República 95.	0	0	0	S	S	0	S
40	1909	Av. Miguel Bombarda 35. Moradia	0	0	0	S	0	S	0
41	1909	Praça Duque de Saldanha 28-30; Av. da República 1- 1A.	0	S	0	0	S	0	0
42	1909	Av. da República 19	0	S	0	0	S	0	0
1900-1909	Percentagens relativas aos prédios de rendimento		1/24 - 4%	8/25 - 32%	1/25 - 4%	18/25 - 72%	19/26 - 73%	12/26 - 46%	3/26 - 12%
	Percentagens relativas às 13 moradias unifamiliares		4/12 - 5%	9/12 - 75%	0/13 - 0%	5/12 - 42%	9/13 - 69%	3/13 - 23%	1/13 - 8%
Década de 1910									
1	1910	Av. João Crisóstomo 33-33D; Av. 5 de Outubro 63-63A.	0	0	0	S	0	S	0
2	1910	Av. Duque d'Ávila 63-65.	0	0	0	S	S	S	0
3	1910	Praça Duque de Saldanha 12; Av. Praia da Vitória 44. Palacete	S	S	0	0	S	0	S
4	1910	Av. da República 17	0	0	0	S	0	S	0
5	1911	Campo Grande 101- 103.	S	S	0	0	S	0	0
6	1911	Av. Fontes Pereira de Melo 28-28A. Moradia	S	S	0	0	S	0	0
7	1911	Av. João Crisóstomo	S	S	0	0	S	0	S

		19; Av. da República 23-23A							
8	1911	Av. da República 40. Moradia	S	0	0	S	S	0	0
9	1912	Av. Elias Garcia 96-104	0	S	0	S	0	S	0
10	1912	Av. Duque d'Ávila 95-107; Av. da República 8-8G.	0	0	0	S	0	S	0
11	1912	Av. Visconde Valmor 43.	0	S	0	0	S	0	0
12	1912	Av. Duque d'Ávila 125-127A.	0	S	0	0	0	S	0
13	1912	Av. Duque d'Ávila 115-123.	0	S	0	0	0	S	0
14	1912	Av. Elias Garcia 96-104	0	0	0	S	0	S	0
15	1912	Av. Praia da Vitória 43-47.	0	S	0	0	S	0	0
16	1912	Av. Visconde Valmor 45-45C; Av. 5 de Outubro 84-92.	0	S	0	0	S	0	0
17	1913	Av. Duque d'Ávila 122-124; Rua Marquês Sá da Bandeira 28-30.	0	0	0	S	S	0	0
18	1913	Av. Elias Garcia 53	0	0	0	S	0	S	0
19	1913	Av. Elias Garcia 77	S	S	0	0	S	0	0
20	1913	Av. Elias Garcia 79	0	S	0	0	0	S	0
21	1913	Av. Elias Garcia 81	0	S	0	0	0	S	0
22	1913	Av. Elias Garcia 89	0	S	0	0	0	S	0
23	1913	Av. Elias Garcia 93	-	0	0	S	0	S	0
24	1913	Av. Elias Garcia 95; Av. 5 de Outubro 112-114.	0	0	0	S	S	S	0
25	1913	Av. João Crisóstomo 29. Moradia	0	0	0	0	0	0	0
26	1913	Av. João Crisóstomo 35.	0	0	0	S	0	S	0

27	1913	Av. João Crisóstomo 43.	0	0	0	S	0	S	0
28	1913	Av. João Crisóstomo 57.	-	-	-	-	S	0	0
29	1913	Av. João Crisóstomo 61.	0	S	0	0	0	S	0
30	1913	Av. João Crisóstomo 40-40B Moradia	0	0	0	0	0	0	0
31	1913	Av. Miguel Bombarda 42-46. Moradia	0	0	0	0	0	0	0
32	1913	Av. Miguel Bombarda 157-159. Moradia	0	0	0	S	0	S	0
33	1913	Av. Duque d'Ávila 48-50; Av. 5 de Outubro 38-40. Moradia	0	0	0	0	0	0	0
34	1913	Av. João Crisóstomo 41-41A	-	S	0	0	0	S	0
35	1914	Av. Duque de Ávila 15	S	S	0	0	0	S	0
36	1914	Av. Visconde Valmor 37.	0	0	0	S	0	S	0
37	1914	Av. João Crisóstomo 69.	0	S	0	0	S	0	0
38	1914	Av. João Crisóstomo 75-75B.	0	0	0	S	0	S	0
39	1914	Av. João Crisóstomo 81.	0	S	0	0	0	S	0
40	1914	Av. João Crisóstomo 83.	0	S	0	0	0	S	0
41	1914	Av. João Crisóstomo 85.	0	S	0	0	0	S	0
42	1915	Av. João Crisóstomo 73.	0	0	0	S	S	0	0
43	1915	Av. Praia da Vitória 49-67; Praça Duque de Saldanha 11	S	S	0	0	S	0	0
44	1915	Av. Visconde Valmor 28	S	S	0	0	S	S Em projeto	0

45	1915	Av. Visconde Valmor 45-45A; Av. 5 de Outubro 84-92. Moradia	0	S	0	0	S	0	0
46	1916	Av. Duque d'Ávila 109-111; Av. da República 11-11E - Ferro fundido	0	0	0	S	S	0	0
47	1916	Av. Duque d'Ávila 113	0	0	0	S	S	0	0
48	1916	Av. Elias Garcia 78-78D	S	S	0	S	0	S	0
49	1916	Av. Elias Garcia 82-82A	S	S	0	0	S	0	0
50	1916	Av. Elias Garcia 84-84A	S	S	0	0	S	0	0
51	1917	Av. Barbosa do Bocage 57-59; Av. da República 65 Palacete	S	S	0	0	S	0	0
52	1917	Av. Barbosa do Bocage 65	0	S	0	0	S	0	0
53	1917	Av. Duque d'Ávila 86	-	-	-	-	-	-	-
54	1917	Av. Defensores de Chaves 26-26A. Moradia	S	S	0	0	S	0	0
55	1917	Av. Duque d'Ávila 100-100A.	-	S	0	0	0	S	0
56	1917	Av. Duque d'Ávila 102	-	S	0	0	S	0	0
57	1917	Av. Elias Garcia 69-75	S	0	S	0	S	0	0
58	1917	Av. Elias Garcia 80	0	-	-	-	0	S	0
59	1917	Av. João Crisóstomo 42-42A. Moradia	0	0	0	S	S	0	0
60	1917	Av. João Crisóstomo 56.	S	S	0	0	S	0	0
61	1917	Av. João Crisóstomo 60.	0	S	0	0	S	0	0
62	1917	Av. João Crisóstomo 58.	-	S	0	0	S	0	0

63	1917	Av. Miguel Bombarda 12-14A; Av. da República 37-37A-37B.	S	S	S Proj.	0	S	S	0
64	1917	Av. Miguel Bombarda 52.	0	S	0	0	S	0	0
65	1917	Av. Miguel Bombarda 54.	0	S	0	0	S	0	0
66	1917	Rua Visconde Valmor 57.	0	-	-	-	S	0	0
67	1918	Av. Duque d'Ávila 76	0	0	0	S	S	0	0
68	1918	Av. João Crisóstomo 44-44D.	0	S	0	0	S	0	0
69	1918	Av. Marquês de Tomar 62-74; Av. Visconde Valmor 60-60C.	S	S	0	0	S	0	0
70	1918	Av. Miguel Bombarda 125.	-	0	0	S	S	S Proj.	0
71	1919	Av. Barbosa do Bocage 96	S	S	0	0	S	0	0
72	1919	Av. Elias Garcia 106-110	0	0	0	S	0	S	0
73	1919	Av. Elias Garcia 112A-118	-	S	0	0	S	0	0
74	1919	Av. Elias Garcia 120-124	S	S	0	0	S	0	0
75	1919	Av. Elias Garcia 126-130	S	S	0	0	S	0	0
76	1919	Av. Elias Garcia 107-113	S	S	0	0	S	0	0
77	1919	Av. Marquês de Tomar 98; Av. Elias Garcia 136-144.	S	S	0	0	S	0	0
78	1919	Av. da República 15-15B.	S	S	0	0	S	0	S
79	1919	Av. Duque d'Ávila 24-24B.	S	S	0	0	S	0	S Proj.
80	1919	Av. João Crisóstomo 48-48H; Av. Conde Valbom 1-19.	-	S	0	0	S	0	0



81	1919	Av. Miguel Bombarda 46A-50.	S	S	0	0	S	0	0
82	1919	Av. da República 93-93C; Av. António Serpa 2-2C	0	S	S	0	S	0	S
1910/1919		Prédios de rendimento	21/60 = 35%	46/66 = 70%	3/66 = 5%	21/66 = 32%	43/69 = 62%	31/69 = 45%	3/69 = 4%
		Moradias unifamiliares	5/12 = 42%	5/12 = 42%	0/12 = 0%	3/12 = 25%	7/12 = 58%	1/12 = 8%	1/12 = 8%
Década de 1920									
1	1920	Av. Duque d'Ávila 26-26B.	S	S	0	0	S	0	0
2	1920	Av. Duque d'Ávila 28-30A.	S	S	S	0	S	0	0
3	1920	Av. Duque de Ávila 84	S	S	S	0	S	0	0
4	1920	Av. João Crisóstomo 54-54C.	S	S	0	0	S	0	0
5	1920	Av. Elias Garcia 92-94 Moradia	0	S	0	0	S	0	0
6	1920	Av. Elias Garcia 132-132A	0	S	0	0	0	S	0
7	1920	Av. Miguel Bombarda 106-114.	S	S	S	0	0	S	0
8	1920	Av. da República 49	S	0	S	0	S	0	0
9	1920	Av. Visconde Valmor 59	0	S	0	0	0	S	0
10	1921	Av. Duque d'Ávila 82	S	S	0	0	S	0	0
11	1921	Av. Duque d'Ávila 20-22A.	S	S	0	0	S	0	0
12	1921	Av. Elias Garcia 91-91B	0	S	0	0	0	S	0
13	1921	Av. Miguel Bombarda 124-128.	S	S	S	0	0	S	0
14	1921	Av. Visconde Valmor 71.	S	S	0	0	S	0	0
15	1922	Av. Elias Garcia 43-47 Moradia	-	-	-	-	-	-	-
16	1922	Av. Barbosa do Bocage 102-106	0	S	0	0	S	0	0

17	1922	Av. João Crisóstomo 91.	-	-	-	-	-	-	-
18	1922	Av. João Crisóstomo 89	S	S	0	0	S	0	0
19	1922	Av. da República 97	S	S	0	0	S Proj.	0	S Proj.
20	1922	Rua Marquês de Sá da Bandeira 32; Av. João Crisóstomo s/n.	-	S	0	0	0	S	0
21	1923	Av. Duque d'Ávila 82	S	S	S	0	S	0	0
22	1923	Av. Miguel Bombarda 74-78	S	S	0	0	S	0	0
23	1924	Av. de Berna 8-8A. Moradia	S	S	0	0	S	0	0
24	1927	Av. Barbosa do Bocage 108-118; Av. 5 de Outubro 154-154C.	0	S	0	0	0	S	0
25	1929	Av. Elias Garcia 8	0	0	0	S	S	0	0
26	1929	Av. da República 55B-55D; Av. Elias Garcia 63-67A	S	0	S	0	S	0	0
Médias relativas dos 21 prédios de rendimento.			15/21 = 71%	19/22 = 86%	7/22 = 32%	1/22 = 5%	15/22 = 68%	7/22 = 32%	1/22 = 5%
Dados relativos a 2 moradias unifamiliares.			1/2 = 50%	2/2 = 50%	0/2 = 0%	0/2 = 0%	2/2 = 100%	0/2 = 0%	0/2 = 0%

3.5.5. Quadro das características interiores dos edifícios das Avenidas Novas.

CARATERÍSTICAS INTERIORES DOS EDIFÍCIOS– Urbanização das Avenidas Novas Décadas de 1900/1910/1920											
N.º de prédios	Ano do projeto	Local	Interiores								
			Área bruta, estimada /fogo (m2)	N.º de divisões /fogo <sup>25</sup>	N.º de divisões sem janela /fogo	N.º de troços de corredores	I.S.		Pias de despejo		Traçado de esgotos
							Latrina	Banheira	Na varanda	Na cozinha	
Década de 1900											
1	1900	Avenida Fontes Pereira de Melo 17; Rua Martens Ferrão 20-20B	200	13	0	3	S	S	S	0	0
2	1901	Av. da República 6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	1904	Av. 5 de Outubro 6-8; Rua Pinheiro Chagas. Palacete	206	11	0	2	S	0	0	S	S
4	1904	Av. Visconde de Valmor 31-31A	230	10	4	3	S	0	S g	0	0
5	1904	Avenida da República 12-12B	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6	1905	Av. Duque d'Ávila 32-32F; Av. da República 10-10G.	250	11	2	3	S	S	S	0	0
			190	11	1	2	S	S	S	0	0
			350	15	0	3	S	S	S	0	0
7	1905	Av. Duque d'Ávila 46. Moradia	270	13	0	3	S	N	S g	N	N
8	1905	Av. Duque d'Ávila 73-77 Moradia	417	16	2	4	S	S	S	N	N
9	1905	Av. João Crisóstomo 20-20D.	127	9	1	1	S	0	S g	0	0
			120	8	1	1	S	0	S g	0	0
10	1905	Av. da República 38-38A; Av.	722	20	0	3	S	?	N	S g	?

<sup>25</sup> Não são contabilizados os pequenos compartimentos como armários e despensas, nem as divisões da cave, nem as garagens.

		Visconde Valmor 22. Palacete										
11	1905	Av. Visconde Valmor 27A-27F; Av. da República 36-36F. Palacete	924	10	0	4	S	0	S g	N	N	
12	1906	Av. Duque d'Ávila 71; Av. Defensores de Chaves 29. Palacete	600	24	1	2	S	S	0	S	S	
13	1906	Av. João Crisóstomo 17; Av. da República 18. Palacete	460	9	0	3	S	0	S	0	0	
14	1906	Avenida da República 46B.	378	15	2	3	S	0	2g	0	0	
			362	14	2	3	S	0	2g	0		
15	1906	Av. da República 46; Av. Elias Garcia, janelas.	460	17	0	3	S	0	2g	0	0	
16	1906	Av. Elias Garcia 60C	162	10	2	3	S	0	Sg	0	0	
			156	8	0	4	S	0	Sg	0		
17	1906	Av. João Crisóstomo 32-34; Av. 5 de Outubro 52-54. Moradia	280	19	0	2	S	0	S	S	S	
18	1906	Av. Visconde Valmor 29; Av. da República 45-45C Palacete	400	18	0	4	-	-	-	-	-	
19	1906	Av. de Berna 2; Av. da República 77. Palacete	620	17	0	2	-	-	0	S	-	
20	1907	Av. João Crisóstomo 21.	219	10	1	1	S	S	S	0	S	
			219	10	1	1	S	S	S	0		
21	1907	Av. da República 25-25B; Av. João Crisóstomo 24.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
22	1907	Av. Miguel Bombarda 25.	190	9	2	2	S	S	S g	0	0	
23	1907	Av. Miguel Bombarda 27.	190	9	2	2	S	S	S g	0	0	

24	1908	Av. João Crisóstomo 13-13A.	270	14	0	2	S	S	S g	S	S
25	1908	Av. 5 de Outubro 1; Av. Fontes Pereira de Melo 35-41. Palacete	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26	1908	Av. da República 87.	268	12	0	2	S	S	S g	0	S
27	1908	Av. Duque d'Ávila 129.	308	11	1	1	S	S	S g	0	S
			308	11	1	1	S	S	Sg	0	
28	1908	Av. Duque d'Ávila 73-77.	424	16	3	5	S	S	S g	0	0
29	1908	Av. Miguel Bombarda 3. IS completa na varanda	115	8	2	1	Sg	Sg	Sg	0	S
			109	7	2	1	Sg	Sg	Sg	0	
30	1908	Av. Miguel Bombarda 8. Moradia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31	1908	Av. Visconde Valmor 18.	186	9	0	2	S	S	S g	0	S
			193	8	0	2	S	S	S g	0	
32	1908	Av. Visconde Valmor 20. Moradia	760	14	0	2	S	S	Sg	0	0
33	1908	Av. Visconde Valmor 32.	220	12	1	2	S	S	S g	0	S
			220	11	1	2	S	S	S g	0	
34	1908	Av. Visconde Valmor 38-38A. IS completa na varanda	251	7	2	1	Sg	Sg	Sg	0	0
			142	7	2	1	Sg	Sg	Sg	0	
35	1908	Av. de Berna 1-1A; Av. da República, janelas. Palacete	530x 2 = 1.060	32	0	8	S	0	S g	0	0
36	1909	Av. Duque d'Ávila 69; Av. Defensores de Chaves 28	244	11	0	1	0	0	S g	0	0
			206	11	0	1	0	0	S g	0	
37	1909	Av. da República 89-89A.	378	16	0	3	S	S	S g	0	0
38	1909	Av. da República 95.	397	14	0	3	S	S	S g	0	0
39	1909	Av. Miguel Bombarda 35. Moradia	284	21	0	4	S	S	S g	S	0
40	1909	Praça Duque de Saldanha 28-30; Av. da	248	10	2	2	S	S	S g	0	0
			248	10	4	3	S	S	S g	0	

		República 1-1A.										
1900-1909		Médias relativas dos 33 fogos em prédios de rendimento.	7.917 / 35 = 244 Verificado	384/35 = 11 Verificado	42/35 = 1,2 Verificado	74/35 = 2,1 Verificado	94 % Verificado	25/35 = 71 % Verificado	100 % Verificado	1/35 = 2% Verificado	7/25 = 28% Verificado	
		Médias relativas de 13 fogos em moradias unifamiliares incluindo os palacetes.	7003/13 = 538 Verificado	224/13 = 17 Verificado	3/13 = 23% Verificado	43/13 = 3,3 Verificado	11/11 = 100 % Verificado	4/9 = 44 % Verificado	8/12 = 66 % 5/12 Sg = 41 % 3/12 S = 25 % Verificado	50 % Verificado	30% Verificado	
Década de 1910												
1	1910	Av. João Crisóstomo 33-33D; Av. 5 de Outubro 63-63A.	257	11	0	3	S	0	Sg	S	-	
			181	10	0	3	S	0	Sg	S	-	
2	1910	Av. Duque d'Ávila 63-65.	219	11	0	2	0	0	Sg	0	0	
3	1910	Praça Duque de Saldanha 12; Av. Praia da Vitória 44. Palacete	257	22	0	6	S	S	Sg	S	0	
4	1911	Campo Grande 101-103.	495	18	0	1	S	S	Sg	0	0	
			479	14	0	1	S	S	Sg	0		
5	1911	Av. Fontes Pereira de Melo 28-28A. Palacete	984	12+13 = 25	0	2+2 = 4	S	S	0	S cv	0	
6	1911	Av. João Crisóstomo 19; Av. da República 23-23A	535	14	1	4	S	S	Sg	0	0	

7	1911	Av. da República 40. Moradia	290x 2= 580m 2	10+12= 22	0	3	S	S	S	S	0
8	1912	Av. Elias Garcia 96-104	156	10	3	1	1+1 g	S	Sg	0	S
			146	9	3	1	1+1 g	S	Sg	0	
9	1912	Av. Duque d'Ávila 95-107; Av. da República 8-8G.	324	-	-	-	-	-	-	-	-
10	1912	Av. Visconde Valmor 43.	148	10	1	1	0	0	Sg	0	0
11	1912	Av. Duque d'Ávila 125-127A.	157	10	3	1	S	S	Sg	0	0
12	1912	Av. Duque d'Ávila 115-123.	139	9	1	1	S	S	Sg	0	0
			139	9	1	1	S	S	Sg	0	
13	1912	Av. Elias Garcia 96-104.	161	10	2	1	S	S	Sg	0	S
			153	9	2	1	S	S	Sg	0	
14	1912	Av. Praia da Vitória 43-47.	172	12	3	2	S	S	Sg	0	0
15	1912	Av. Visconde Valmor 45-45C; Av. 5 de Outubro 84-92.	203	11	1	2	S	S	Sg	0	0
			137	8	1	2	S	S	Sg	0	
16	1913	Av. Duque d'Ávila 122-124; Rua Marquês Sá da Bandeira 28-30.	268	14	3	2	S	S	S	0	0
			265	14	3	2	S	S	S	0	
17	1913	Av. Elias Garcia 53	158	9	2	2	S	0	Sg	0	S
			150	9	2	2	S	0	Sg	0	
18	1913	Av. Elias Garcia 77	185	10	1	1	S	S	2g	0	S
			179	10	1	1	S	S	2g	0	
19	1913	Av. Elias Garcia 79	135	10	2	1	S	S	Sg	0	0
20	1913	Av. Elias Garcia 81	135	10	2	1	S	S	Sg	0	0
21	1913	Av. Elias Garcia 89	129	10	2	1	S	S	Sg	0	S
22	1913	Av. Elias Garcia 93	121	9	1	1	S	S	Sg	0	S
23	1913	Av. Elias Garcia 95; Av. 5 de Outubro 112-114.	294	13	0	3	S	S	Sg	S	S
			294	12	0	3	S	S	Sg	S	
24	1913	Av. João Crisóstomo 29. Moradia	207	9 + 10= 19	0	1+1= 2	S	S	Sg	0	0

25	1913	Av. João Crisóstomo 35.	184	12	0	3	S	S	Sg	0	S
			176	11	0	3	S	S	Sg	0	
26	1913	Av. João Crisóstomo 43.	98	9	0	1	S	S	Sg	0	0
27	1913	Av. João Crisóstomo 57.	98	9	0	1	S	S	Sg	0	0
28	1913	Av. João Crisóstomo 61.	145	9	2	1	S	S	Sg	0	0
29	1913	Av. João Crisóstomo 40-40B Moradia	287	12	4	3	S	S	Sg	0	0
30	1913	Av. Miguel Bombarda 42-46. Moradia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31	1913?	Av. Miguel Bombarda 157-159. Moradia	121x 2= 242	14	0	1X2	S	-	Sg	Lv. lç	0
32	1913	Av. Duque d'Ávila 48-50; Av. 5 de Outubro 38-40. Moradia	294x 2= 588	9+11= 20	0	1	S	S	Sg	0	0
33	1913	Av. João Crisóstomo 41-41A	150	9	0	1	S	S	Sg	0	0
34	1914	Av. Visconde Valmor 37.	146	10	0	1	S	0	S	0	0
			152	10	0	1	S	0	S	0	
35	1914	Av. João Crisóstomo 69.	174	11	0	1	S	S	Sg	Lv. lç	0
			174	11	0	1	S	S	Sg	Lv. lç	
36	1914	Av. João Crisóstomo 75-75B.	105	7	3	1	S	S	Sg	Lv. lç	0
37	1914	Av. João Crisóstomo 81.	132	9	1	1	S	S	Sg	0	0
38	1914	Av. João Crisóstomo 83	132	9	1	1	S	S	Sg	0	0
39	1914	Av. João Crisóstomo 85.	124	10	1	1	S	S	Sg	0	0
40	1915	Av. João Crisóstomo 73.	137	11	2	1	S	S	Sg	0	0
41	1915	Av. Praia da Vitória 49-67; Praça Duque de Saldanha 11	315	11	1	3	S	S	Sg	0	0
			209	13	0	3	S	S	Sg	0	



42	1915	Av. Visconde Valmor 28	151	10	0	1	S	S	Sg	0	0
			145	9	0	1	S	S	Sg	0	
43	1915	Av. Visconde Valmor 45-45A; Av. 5 de Outubro 84-92. Moradia	190	7+7= 14	0	1	S	S	-	-	-
44	1916	Av. da República 11-11E; Av. Duque d'Ávila 109-111	115	8	1	2	S	S	Sg	0	0
45	1916	Av. Duque d'Ávila 113	140	8	2	1	S	S	S	0	0
46	1916	Av. Elias Garcia 78-78D	255	11	0	3	S	S	S	S	0
47	1916	Av. Elias Garcia 82-82A	146	8	2	2	Sv	N	Sg	0	0
48	1916	Av. Elias Garcia 84-84A	146	8	2	2	Sv	N	Sg	0	0
49	1917	Av. Barbosa do Bocage 57-59; Av. da República 65 Palacete	364x 2= 728	23	0	2x2= 4	S	N	Sg	N	N
50	1917	Av. Barbosa do Bocage 65	170	11	2	1	S	S	Sg	0	0
51	1917	Av. Duque d'Ávila 86	-	-	-	-	-	-	-	-	-
52	1917	Av. Defensores de Chaves 26-26A. Moradia	371	13+14= 27	0	1+1= 2	S	S	0	S	0
53	1917	Av. Duque d'Ávila 100-100A.	177	12	2	3	S	0	Sg	0	S
54	1917	Av. Duque d'Ávila 102	264	12	2	1	S	S	Sg	L.lç	0
55	1917	Av. Elias Garcia 69-75	245	13	0	3	S	S	Sg	0	0
56	1917	Av. Elias Garcia 80	156	12	1	1	S	S	Sg	0	S
			146	11	1	1	S	S	Sg	0	
57	1917	Av. João Crisóstomo 42-42A. Moradia	213	9+8= 17	2+2= 4	1+1= 2	-	-	-	-	-
58	1917	Av. João Crisóstomo 56.	168	10	2	1	S	S	Sg	0	0
59	1917	Av. João Crisóstomo 60.	198	11	0	2	S	S	Sg	0	S
			190	10 +1 casa de porteur.	0	2	S	S	Sg	0	

60	1917	Av. João Crisóstomo 58.	193	11	2	1	S	S	Sg	0	0
61	1917	Av. Miguel Bombarda 12-14A; Av. da República 37-37A-37B.	618	23	0	4	S2	S	S+wcg	0	0
62	1917	Av. Miguel Bombarda 52.	176	10	2	1	S	0	Sg	l.lç	0
			176	10	1	1	S	0	Sg	l.lç	
63	1917	Av. Miguel Bombarda 54.	229	9	1	1	S	S	Sg	0	0
			218	8	1	1	S	S	Sg	0	
64	1917	Rua Visconde Valmor 57.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
65	1918	Av. Duque d'Ávila 76	179	10	2	1	S	0	Sg	0	S
			167	9	2	1	S	0	Sg	0	
66	1918	Av. João Crisóstomo 44-44D.	228	12	4	3	S	S	Sg+wc	l.lç.	0
67	1918	Av. Marquês de Tomar 62-74; Av. Visconde Valmor 60-60C.	181	10	1	2	S	S	Sg	0	S
			148	10	1	2	S	S	Sg	0	
68	1918	Av. Miguel Bombarda 125.	178	10	2	1	S	S	Sg	l.lç.	S
69	1919	Av. Barbosa do Bocage 96	268	16	1	4	S	S	Sg	l.lç	0
70	1919	Av. Elias Garcia 106-110	147	9	1	1	S	S	Sg	0	0
71	1919	Av. Elias Garcia 112A-118	235	12	1	2	S	S	Sg	l.lç	0
			228	11	1	2	S	S	Sg	l.lç	
72	1919	Av. Elias Garcia 120-124	243	15	2	1	S	S	Sg	0	0
73	1919	Av. Elias Garcia 126-130	264	15	2	1	S	S	Sg	0	0
74	1919	Av. Elias Garcia 107-113.	269	15	2	1	S	S	Sg	0	0
75	1919	Av. Marquês de Tomar 98; Av. Elias Garcia 136-144.	294	13	3	1	S	S	Sg	0	0
			264	12	3	1	S	S	Sg	0	
76	1919	Av. da República 15-15B.	364	14	1	2	S	0	Sg	0	0

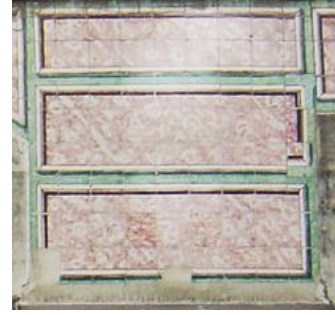







77	1919	Av. Duque d'Ávila 24-24B.	290	13	1	2	S	0	Sg	0	0
78	1919	Av. João Crisóstomo 48-48H; Av. Conde Valbom 1-19.	428	15	2	4	S	S	Sg	0	0
79	1919	Av. Miguel Bombarda 46A-50.	393	14	1	1	S	S	Sg	l.lç.	0
80	1919	Av. da República 93-93C; Av. António Serpa 2-2C	303	11	0	3	S	S	Sg	0	0
			269	12	0	2	S	S	Sg	0	
1910-1919		Médias relativas de 90 fogos em prédios de rendimento.	18.92 7 /90 = 210 m2 V.	979/8= 11 V.	109/ 89 = 1,2 V.	147/ 89 = 1,7 V.	87/ 88= 98 % V.	72/ 89= 80 % V.	89/ 89= 100 % V.	5/ 89= 5,6 % V.	14/64 = 22%
		Médias relativas de 11 fogos em moradias unifamiliares incluindo os palacetes.	4.647 /11= 422 V.	215/11 = 20 V.	8/11= 0,72 V.	30/ 11 = 2,7 V.	10/ 10 = 100 % V.	8/ 9 = 88 % V.	7/ 9 = 77 % V.	4/ 9 = 44 % V.	0/9= 0% V.
Década de 1920											
1	1920	Av. Duque d'Ávila 26-26B.	423	19	0	1	S	S	Sg	0	0
2	1920	Av. Duque d'Ávila 28-30A.	403	17	1	1	S	S	Sg	l.lç	0
3	1920	Av. João Crisóstomo 54-54C.	168	9	2	1	S	S	Sg	l.lç	S
			161	8	2	1	S	S	Sg	l.lç	
4	1920	Av. Elias Garcia 92-94 Moradia	149	7	0	1	S	S	Sg	0	0
5	1920	Av. Elias Garcia 132-132A	189	10	2	1	S	S	Sg	l.lç	0
6	1920	Av. Miguel Bombarda 106-114.	162	10	1	1	S	N	Sg	0	0
			153	10	2	1	S	N	Sg	0	
7	1920	Av. da República 49	415	18	1	4	S	S	Sg	l.lç	0
8	1920	Av. Visconde Valmor 59	155	8	1	1	S	S	Sg	0	0
			145	8	0	1	S	S	Sg	0	
9	1921	Av. Duque d'Ávila 82	238	13	3	1	S	S	Sg	0	0
10	1921	Av. Duque d'Ávila 20-22A.	365	16	1	2	2	S	Sg	l.lç	0

11	1921	Av. Elias Garcia 91-91B	132	10	2	1	S	S	Sg	1.lç	0
12	1921	Av. Miguel Bombarda 124-128.	215	14	2	1	S	S	Sg	0	0
			207	13	2	1	S	S	Sg	0	
13	1921	Av. Visconde Valmor 71.	203	13	1	1	S	S	Sg	0	0
14	1922	Av. Elias Garcia 43-47 Moradia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15	1922	Av. Barbosa do Bocage 102-106	120	9	1	1	S	S	Sg	0	0
16	1922	Av. João Crisóstomo 91.	129	9	2	1	-	-	-	-	-
17	1922	Av. João Crisóstomo 89	191	10	4	1	S	S	Sg	1.lç	0
18	1922	Av. da República 97	508	18	1	1	S	S	Sg	1.lç	0
19	1922	Rua Marquês de Sá da Bandeira 32; Av. João Crisóstomo s/n.	114	9	1	2	S	S	Sg	0	0
			106	8	1	3	S	S	Sg	0	
20	1923	Av. Duque d'Ávila 82	224	13	3	1	S	S	Sg	0	0
21	1923	Av. Miguel Bombarda 74-78	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22	1924	Av. de Berna 8-8A. Moradia	166x 2= 332	13	0	0	S	0	0	0	0
23	1927	Av. Barbosa do Bocage 108-118; Av. 5 de Outubro 154-154C.	106	7	0	1	S	S	Sg	0	0
			100	6	0	1	S	S	Sg	0	
24	1929	Av. Elias Garcia 8 IS completa na varanda	77	6	1	1	S	S	Sg	0	0
			70	5	1	1	S	S	Sg	0	
25	1929	Av. da República 55B-55D; Av. Elias Garcia 63-67A	302	12	0	3	2	S	Sg	0	S
1820/1929	Médias relativas de 28 fogos em prédios de rendimento.		5.781 /28= 206	308/28 = 11	38/28 = 1,3	37/28 = 1,3	100 %	25/ 27= 92 %	100 %	0%	2/20= 10%
	Médias relativas dos 2 fogos em moradia unifamiliares.		481/2 = 240	20/2= 10	0/2= 0	0,5	100 %	50 %	50 %	0%	0%








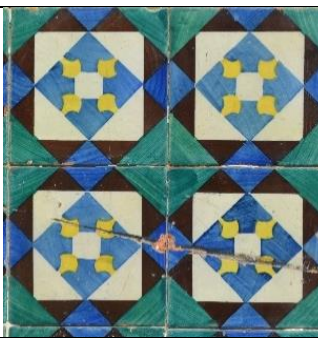

#### 4. ELEMENTOS DECORATIVOS DE FACHADAS.

4.1. Padrões de azulejos de revestimento de fachadas, em prédios edificados entre 1845 e 1914.

Padrões de azulejos de revestimento de fachadas		
		
Padrão 1	Padrão 2	Padrão 3
Data do edifício: 1845. R. de S. Paulo, 113-129.	Data do edifício: 1845. Travessa das Pedras Negras, 4-20.	Data do edifício: 1846. Rua de Dom Dinis, 19-23
Data do edifício: 1848. Rua de S. Paulo, 91-93.		
Data do edifício: 1853. Rua de Belém 40-46.		
Data: 1856. Rua da Rosa, 231-237.		
		
Padrão 4	Padrão 4V-Variante em pó de pedra estampado.	
Data do edifício: 1848. Travessa Nova de São Domingos, 50-56.	Data do edifício: 1903. Av. João Crisóstomo, 43.	.
Data do edifício: 1883. Rua D. Antão de Almada, 4A-4J.	Data do edifício: 1909. Rua Augusta, 194-204.	








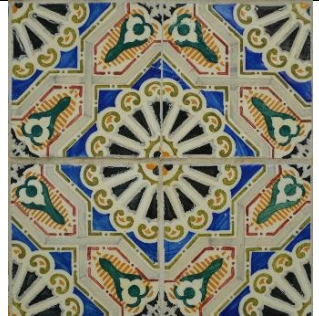

		
<b>Padrão 5</b>	<b>Padrão 6</b>	<b>Padrão 7</b>
Data do edifício: 1848. Praça da Figueira, 9-9C	Data do edifício: 1851. Rua do Possolo 41.	Data do edifício: 1853. Rua Dom Pedro V, 32-36.
Data do edifício: 1852. Rua das Trinas, 67-73.		
		
<b>Padrão 8</b>	<b>Padrão 9</b>	
Data do edifício: 1854: Calçada do Combro, 49.	Data do edifício: 1856. Rua da Rosa, 231-237.	
		
<b>Padrão 10</b>	<b>Padrão: 11</b>	<b>Padrão:12</b>
Data do edifício: 1851. Rua do Possolo 41.	Data do edifício: 1861. Rua do Poço dos Negros 50-54.	Data do edifício: 1861. Rua dos Fanqueiros 132- 140.
		Data do edifício: 1871. Calçada da Estrela 36.
		Data do edifício: 1871. Rua da Bela Vista à Lapa 30-42.



		
Padrão 13	Padrão 14	Padrão 15
Data do edifício: 1860. Rua do Poço dos Negros, 36-42.	Data do edifício: 1863. Largo do Intendente Pina Manique 45.	Data do edifício: 1864. Rua de Arroios 28-32.
Data do edifício: 1861. Calçada da Estrela 217-225.	Data do edifício: 1888. Rua José Estêvão 16.	
Data do edifício: 1861. Rua de São José, 125-129.		
Data do edifício: 1861. Largo do Conde Barão, 15-21.	-	
Data do edifício: 1861. Rua da Graça, 44A-48.	-	
		
Padrão 16	Padrão 17	Padrão 17 variante
Data do edifício: 1864. Largo do Conde Barão 24.	Data do edifício: 1864. Rua da Conceição, 125.	Data do edifício: 1872. Rua da Bela Vista à Lapa, 55.
	Data do edifício: 1864. Rua das Olarias, 1-3.	-
		
Padrão 18	Padrão 19	Padrão 20
Data do edifício: 1870? Rua de Arroios 233-235	Data do edifício: 1871. Travessa do Jordão 18.	Data do edifício: 1879 Rua Serpa Pinto 3

	Data do edifício: 1910. Rua Pascoal de Melo 50-56.	
	Data do edifício: 1889 Rua de Arroios 237-241. Variante a vermelho.	
		
Padrão 21	Padrão 22	Padrão 23
Data do edifício: 1884. Rua José Estêvão 33.	Data do edifício: 1877 Rua de Arroios 243-247	Data do edifício: 1884. Rua de Arroios 9.
Variante em castanho. Data do edifício: 1888. Rua Pascoal de Melo 111-125.	Data do edifício: 1885 Rua de Arroios 178. Variante a verde.	Data do edifício: 1884. Rua de Arroios 9.
		
Padrão 24	Padrão 25	Padrão 26
Data do edifício: 1886. Rua Aquiles Monteverde, 22.	Data do edifício: 1886. Rua Duque de Palmela 21	Data do edifício: 1886. Rua Rebelo da Silva 43.
Data do edifício: 1886. Rua Aquiles Monteverde, 22.	Data do edifício: 1888. Rua José Estêvão 14.	
		
Padrão 27	Padrão 28	Padrão 29



Data do edifício: 1886. Rua Rebelo da Silva 59.	Data do edifício:1887. Rua da Prata 149-153.	Data do edifício:1887. Rua Pascoal de Melo 134-136.
		
Padrão 30	Padrão 31	Padrão 32
Data do edifício:1888. Rua Passos Manuel 24.	Data do edifício:1889. Rua Pascoal de Melo 29.	Data do edifício:1889. Rua de Arroios92-94
		
Padrão 32 – variante	Padrão 33	Padrão 34
Data do edifício: 1890. Rua Pascoal de Melo 6-1.	Data do edifício:1890. Rua Passos Manuel 20.	Data do edifício: 1891. Rua Ferreira Borges 51-61.
Data do edifício: 1896. Rua José Estêvão, 21.		
		
Padrão 35	Padrão 36	Padrão 37
Data do edifício:1890. Rua José Estêvão 8.	Data do edifício: 1891. Rua de Arroios 88-	Data do edifício:1892. Rua José Estêvão 26

		
Padrão 38	Padrão 39	Padrão 40
Data do edifício: 1892. Largo Dona Estefânia 8.	Data do edifício: 1893. Rua Rosa Araújo 28.	Data do edifício: 1894. Rua do 4 de Infantaria 24
Data do edifício: 1904. Avenida da República 12	-	-
Data do edifício: 1895. Rua da Prata 93-97. (versão em verde).	-	-
		
Padrão 41	Padrão 42	Padrão 43
Data do edifício: 1900. Rua Passos Manuel 84	Data do edifício: 1907. Rua Gil Vicente 21-23	Data do edifício: 1912. Avenida Duque de Ávila 115-123.
		
Padrão 44		
Data do edifício: 1914. Av. Duque de Ávila 15.		



4.2. Modelos de grades metálicas em guarda-corpos, em edifícios construídos de 1771 a 1920.

Tipos de gradeamentos de varanda em edifícios datados.	Pormenores do gradeamento
	
<p>Fig. 1 Data de edificação: 1771 - Rua Augusta 173-185.</p>	
	
<p>Fig. 2 Data de edificação: 1805 - Rua dos Correios 71-77.</p>	
	
<p>Fig. 3 Data de Edificação: 1838 - Travessa das Pedras Negras 4-2 Data de edificação: 1840 - Rua Dom Dinis 19-2.</p>	



Fig. 4

Data de edificação: 1845 - Rua dos Correiros 161-169.



Fig. 5

Data de edificação: 1849 - Rua de São Paulo 113-129.



Fig. 6

Data da Edificação: 1848 - Travessa Nova de São Domingos 50-56



Fig. 7

Data da edificação: 1849 - Rua dos Fanqueiros 280-286.





Fig. 8

Data de edificação: 1850 - Praça da Alegria 43-46.



Fig. 9

Data de edificação: 1850 – Rua Vitor Cordon 21.



Fig. 10

Data de edificação: 1851 – Rua do Possolo 41



Fig. 11

Data de edificação: 1853 - Rua Dom Pedro V, 32-36





Fig. 12

Data de edificação: 1856 - Rua da Rosa 231-237.



Fig. 13

Data de edificação: 1851 – R. Augusta 141.



Fig. 14

Data da edificação: 1851 – Rua Dom Pedro V, 42-48.



Fig. 15

Data da edificação: 1851 – Rua Serpa Pinto 5-5A.

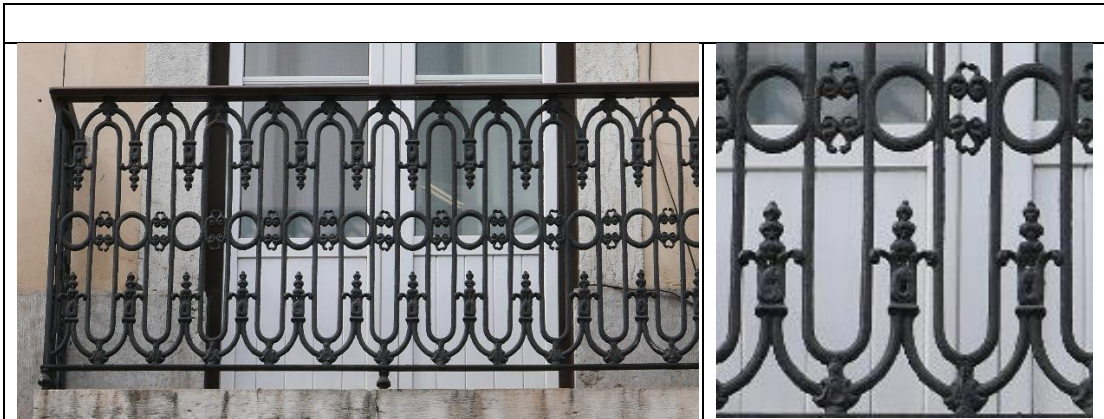


Fig. 16

Data de edificação: 1852 - Rua da Madalena 147-155



Fig. 17

Data da edificação: 1852 – Rua das Trinas 67-73.

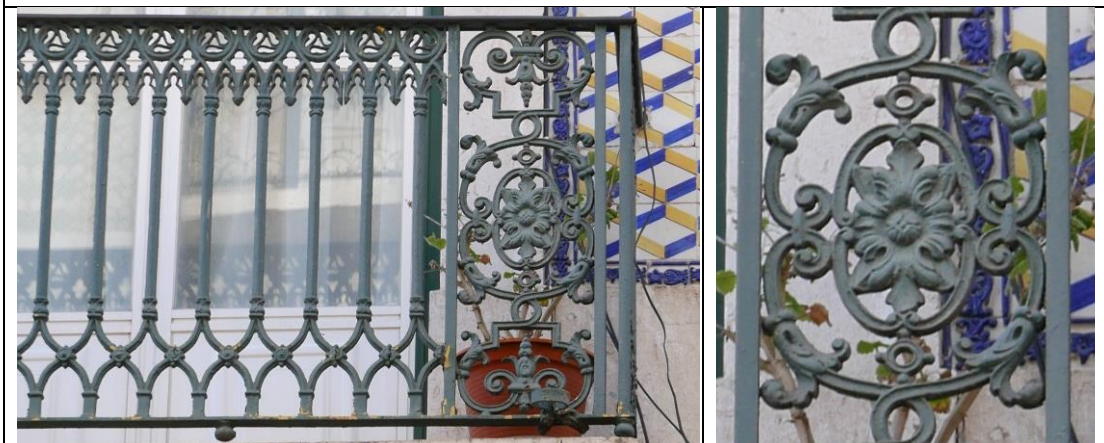


Fig. 18

Data da edificação: 1860 - Rua do Poço dos Negros 36-4

Data da edificação: 1861 – Calçada da Estrela 217-225.

Data da edificação: 1871 – Rua da Bela Vista à Lapa 30-42.





Fig. 19.  
 Data da edificação: 1861 – Largo do Conde Barão 15-21.



Fig. 20  
 Data da edificação. 1863 – Largo do Intendente 45.  
 Data da edificação: 1890 - Rua Coelho da Rocha 23.

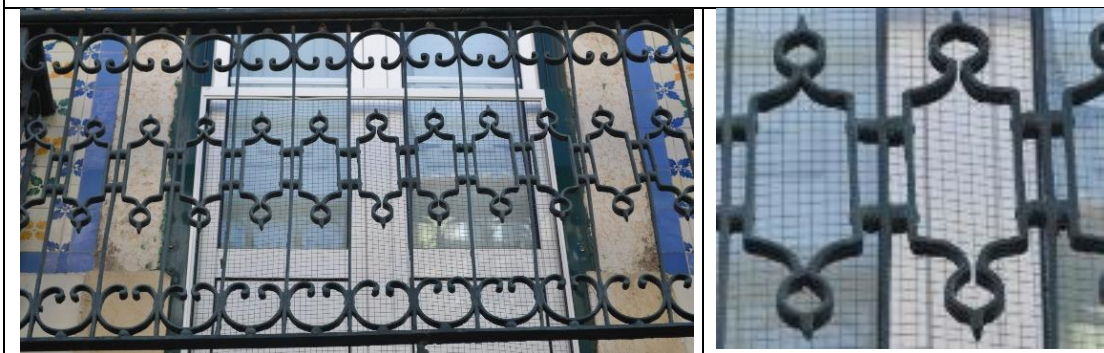


Fig. 21  
 Data da edificação: 1872 – Rua da Bela Vista à Lapa 55.





Fig. 22, variante do Fig. 20.

Data da edificação: 1884 - Rua José Estêvão 33-37.

Data da edificação: 1887 - Rua Correia Teles 21.

Data da edificação: 1888 - Rua Passos Manuel 24.

Data da edificação: 1888 - Avenida da Liberdade, 220-220A.

Data da edificação: 1890 - Rua Coelho da Rocha 23.

Data da edificação: 1897 - Rua Infantaria Dezasais 20.



Fig. 23

Data de edificação: 1884 - Rua José Estêvão 54-58.

Data de edificação: 1889 - Rua Passos Manuel 6-18.



Fig. 24

Data da edificação: 1871 - Rua de São Marçal 148-152.

Data da edificação: 1885 - Rua de Arroios 176.



Fig. 25

Data da edificação: 1885 - Rua Pascoal de Melo 94-108.

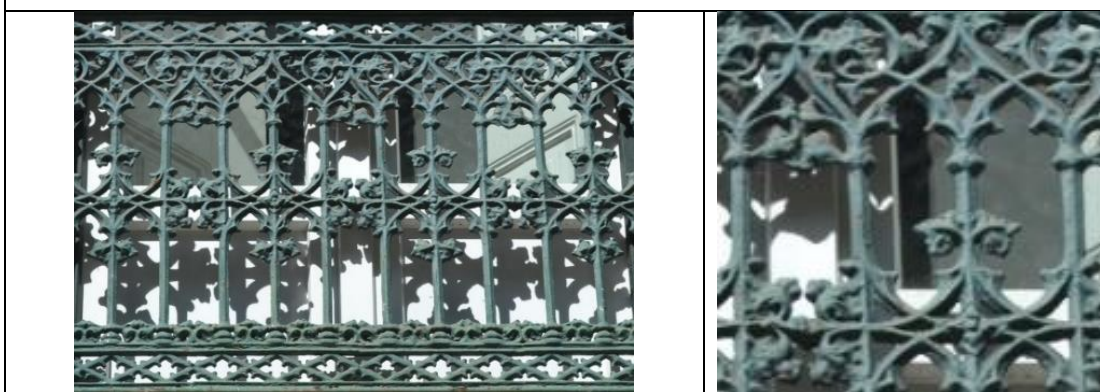


Fig. 26

Data da edificação: 1885 – Rua Passos Manuel 65

Data da edificação: Rua Pascoal de Melo 122



Fig. 27

Data da edificação: 1887 – Rua Pascoal de Melo 134-136





Fig. 28 -variante do Fig. 27.

Data da edificação: 1891 - Av. da Liberdade 232



Fig. 29

Data da edificação: 1887 - Rua Mouzinho da Silveira 5

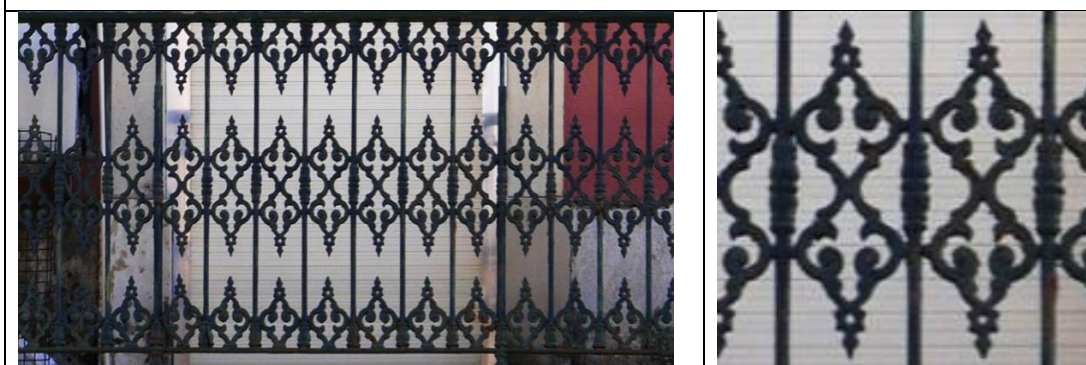


Fig. 30

Data da edificação: 1887 - Rua do Quatro de Infantaria 90

Data da edificação: 1890 - Rua José Estêvão 8.



Fig. 31

Data da edificação: 1888 - Rua José Estêvão 16.

Data da edificação: 1888 – Rua José Estêvão 14.



Fig. 32

Data da edificação: 1888 – Rua José Estêvão 16.



Fig. 33

Data de edificação: 1889 - Rua Pascoal de Melo 130-132.



Fig. 34

Data da edificação: 1889 – Rua Passos Manuel 20.



Fig. 35



Data da edificação: 1889 – Rua Pascoal de Melo 29



Fig. 36

Data da edificação: 1889 - Rua Alexandre Herculano 18-36.



Fig. 37

Data da edificação: 1889 – Rua Castilho 15.



Fig. 38

Data de edificação: 1889 - Rua Mouzinho da Silveira 23.



Fig. 39

Data da edificação: 1891 – Rua Gil Vicente 43.

Data da edificação: 1894 – Rua do 4 de Infantaria 24.

Data da edificação: 1896 - Rua José Estêvão, 21.



Fig. 40

Data da edificação: 1899 - Rua Gil Vicente 7-1



Fig. 41

Data de edificação: 1900 – Rua passos Manuel 84





Fig. 42

Data de edificação: 1904 – Avenida da República 12-12B



Fig. 42

Data de edificação: 1905 – Avenida Duque de Ávila 32-32F; Av. da República 10-10G.



Fig. 43

Data de edificação 1909 – Avenida da República 19-19C.



Fig. 44

Data de edificação 1910 – Praça Duque de Saldanha 12.



Fig. 45

Data de edificação: 1910 – Rua Passos manuel 108.



Fig. 46

1911 – Avenida da República 23-23A.



Fig. 47

1919 – Avenida da República 15.





Figura 48

1920 – Avenida Duque de Ávila 82






4.3. Tipos de portas de rua em prédios edificadas de 1780 a 1929.

<p>Fig. 49 1851 – Rua do Possolo 41.</p>	<p>Fig. 50 1851 – Rua Vitor Cordon 21</p>	<p>Fig. 51 1861 – Calçada da Estrela 217.</p>
<p>Fig. 52 1861 – Rua das Chagas 15.</p>	<p>Fig. 53 1863 – Largo do Intendente Pina Manique 45.</p>	<p>Fig. 54 1871- Rua da Bela Vista à Lapa 30-42.</p>
<p>Fig. 55 1872 – Rua da Bela Vista à Lapa, 55.</p>	<p>Fig. 56 1879 – Rua da Infantaria 16, 43-45.</p>	<p>Fig. 57 1884 – Rua José Estêvão 33-37.</p>

		
<p>Fig. 58 1884 - Rua José Estêvão 54-58.</p>	<p>Fig. 59 1885 – Rua de Arroios 176.</p>	<p>Fig. 60 1885 – Rua Correia Teles 19-19D.</p>
		
<p>Fig. 61 1886 – Rua Duque de Palmela 21-21A.</p>	<p>Fig. 62 1887 – Rua do Quatro de Infantaria 90.</p>	<p>Fig. 63 1887 – Rua Pascoal de Melo 134-136.</p>
		
<p>Fig. 64 1888– Rua José Estêvão 14.</p>	<p>Fig. 65 1888 – Rua José Estêvão 16.</p>	<p>Fig. 66 !888 – R. Passos Manuel 24.</p>



		
<p>Fig. 67 1888 – Rua Rosa Araújo 28.</p>	<p>Fig. 68 1889 – Rua de Arroios 92- 94.</p>	<p>Fig. 69 1889 – Rua José Estêvão 2.</p>
		
<p>Fig. 70 1889 – R. Passos Manuel 20.</p>	<p>Fig. 71 1890 – R. Passos Manuel 6- 18.</p>	<p>Fig. 72 1890 – Rua Coelho da Rocha 23.</p>
		
<p>Fig. 73 1890 – Rua Ferreira Borges 31-33.</p>	<p>Fig. 74 1890 – Rua José Estêvão 8</p>	<p>Fig. 75 1890 – Rua Gil Vicente 43.</p>

		
<p>Fig. 76 1891 - Avenida da Liberdade 232.</p>	<p>Fig. 77 1891 - Rua Ferreira Borges 51-61.</p>	<p>Fig. 78 1892 – Largo Dona Estefânia 8.</p>
		
<p>Fig. 79 1894 - Rua do Quatro de Infantaria 24.</p>	<p>Fig. 80 1896 – Rua José Estêvão 21</p>	<p>Fig. 81 1897 – Rua João de Barros 2-2A.</p>
		
<p>Fig. 82 1899 – Rua Gil Vicente 7- 13.</p>	<p>Fig. 83 1899 – Rua Amadeu Sousa Cardoso 7-11.</p>	<p>Fig. 84 1900 – Rua Passos Manuel 84.</p>



		
<p>Fig. 85 1903 - Rua do Conde Redondo 113-117.</p>	<p>Fig. 86 1907 – Rua Gil Vicente 17</p>	<p>Fig. 87 1908 – Av. Duque de Ávila 129-131.</p>
		
<p>Fig. 88 1908 – Av. Duque de Ávila 73-77.</p>	<p>Fig. 89 1909 – Av. Duque de Ávila 40.</p>	<p>Fig. 90 1910 – Avenida da República 17.</p>
		
<p>Fig. 91 1910 – Av. Duque de àvila 63-65.</p>	<p>Fig. 92 1911 – Av. da República 23-23A.</p>	<p>Fig. 93 1912 – Av. da Liberdade 212.</p>

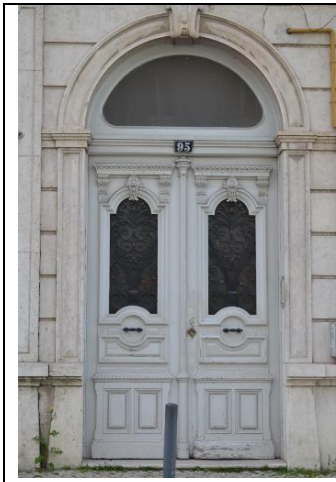


Fig. 94  
1912 – Av. Duque de Ávila  
95-107.



Fig. 95  
1912 – av. Duque de Ávila  
125-127A.



Fig. 96  
1914 - Av. Duque de  
Ávila 15.

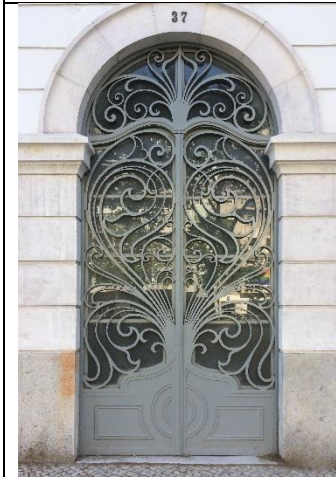


Fig. 97  
1917 – Av. Miguel  
Bombarda 12-14A.



Fig. 98  
1919 – Av. da República  
15-15B.



Fig. 99  
1919 – Av. Duque de  
Ávila 24-24B.

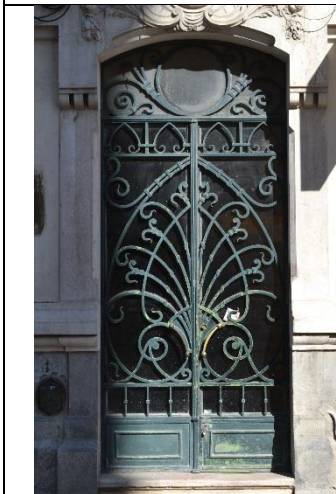


Fig. 100  
1920 – Av. Duque de Ávila  
26-26B.



Fig. 101  
1923 – Av. Duque de Ávila  
82.



Fig. 102  
1929 – Av. da República  
55-55B.

